

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:
Mudança e Continuidade num Mundo Global



“AO SERVIÇO DO IMPÉRIO”: O ASSOCIATIVISMO ESCOTISTA E O
ENQUADRAMENTO DA JUVENTUDE EM PORTUGAL (1911-1939)

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em História

Por

Gonçalo Filipe Brito Graça

Faculdade de Teologia, Centro de Estudos de História Religiosa

Setembro de 2023

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
Mudança e Continuidade num Mundo Global



“AO SERVIÇO DO IMPÉRIO”: O ASSOCIATIVISMO ESCOTISTA E O
ENQUADRAMENTO DA JUVENTUDE EM PORTUGAL (1911-1939)

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em História

Por

Gonçalo Filipe Brito Graça

Sob orientação de:

Prof. Doutor Paulo Fernando de Oliveira Fontes



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Com o apoio financeiro da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

[Ref. PD/BD/128126/2016]

“Estuda, estuda!”
(a frase repetida vezes sem conta pelo meu pai durante a minha adolescência)

ÍNDICE	Pág.
Agradecimentos	1
Resumo / Abstract	3
Abreviaturas	5
Introdução	7
Estado da Arte.....	9
Fontes.....	14
Metodologia e Objetivos.....	21
 Parte I – O enquadramento social da juventude e o método de Baden-Powell	29
 1. A emergência do escotismo no associativismo protestante português	31
1.1. O <i>scouting</i> como meio de enquadramento da juventude.....	33
1.2. Os pioneiros protestantes do escotismo português.....	34
1.2.1. Joaquim Leite Júnior (c. 1882 - ????)	36
1.2.2. Robert Moreton (1875 - 1936)	40
1.2.3. Frank Eric Giles (1891 - 1916)	42
1.2.4. Eduardo Moreira (1886 - 1980)	43
1.3. Um casamento por conveniência? A Associação Cristã da Mocidade e a Associação dos Escoteiros de Portugal.....	47
1.4. Higiene, alimentação, desporto e a construção do corpo.....	51
1.5. A tese “O Movimento Escotista e o Movimento Desportivo” (1933) e o <i>III Congresso Nacional de Educação Física</i> (1934)	54
1.6. O associativismo dos <i>homens novos</i> não-católicos.....	56
 2. A adoção do escotismo por sectores republicanos	59
2.1. O malogro da educação pré-militar. Os Batalhões Escolares.....	59
2.2. Os batalhões voluntários da república e a Instrução Militar Preparatória.....	62
2.3. A experiência macaense de Álvaro Melo Machado.....	66
2.4. O escotismo e os republicanos.....	68
2.5. Violência política (1915-1921)	71
2.5.1. A revolta contra o governo de Pimenta de Castro.....	72
2.5.2. As greves dos Correios no governo de Afonso Costa.....	75
2.5.3. Monarquia do Norte.....	76
2.5.4. 19 de outubro de 1921, a “Noite sangrenta”	79
2.6. Bombeiros e Escoteiros. A caminho da Ordem de Mérito.....	81
2.7. Mecenato Industrial e Político.....	86

3. “Quereis ter bons alunos, promovei o Escotismo”. Apologias e aplicabilidades do método de Baden-Powell na rede escolar.....	93
3.1. Depois dos Batalhões Escolares. As primeiras experiências de <i>scouting</i>	94
3.2. António Sá de Oliveira e os escoteiros do Liceu Pedro Nunes – Lisboa.....	98
3.3. A propaganda do <i>scouting</i> na rede escolar.....	103
3.4. Escola de Chefes da AEP – Escola Normal Superior de Benfica (1922-1927).....	105
3.5. A AEP e o esquecido Regulamento do Ensino Primário e Normal de 1919.....	108
3.6. António Dória e os adueiros da Escola Comercial – Porto.....	114
3.7. Dois escoteiros-chefes: Vítor Braga Paixão e Marcello Caetano.....	120
4. Da aversão à conversão. A receção do <i>scouting</i> no universo católico.....	129
4.1. De um modelo fragmentário a um modelo nacional ao estilo italiano.....	130
4.2. O impacto do <i>Congresso Eucarístico Internazionale di Roma</i> (1922)	141
4.3. Dois modelos em disputa: Arquidiocese de Braga e Diocese do Porto.....	143
4.4. Segundo Congresso das Associações de Juventude da Arquidiocese de Braga – Viana do Castelo (1924).....	149
4.5. A institucionalização do Corpo Nacional de Scouts (1925-1934)	158
4.6. Escotismo marítimo na Póvoa de Varzim.....	166
4.7. A “marianização” do escotismo católico e a deslocação geográfica para sul.....	169
4.8. “Empunhando a bandeira sagrada da Pátria, e com os olhos e o coração em Deus”. O Escotismo nos seminários portugueses.....	174
Parte II - Institucionalização do Escotismo em Portugal e no Império.....	183
5. O associativismo escotista no espaço mediático.....	185
5.1. Um lugar na imprensa.....	186
5.2. “...a verdade é que já hoje existe em nosso país alguns milhares”.....	193
5.3. A modernidade comunicacional: a rádio e o cinema.....	195
5.4. Cerimónias públicas.....	198
5.5. Cerimónias públicas no império.....	204
6. A institucionalização do associativismo escotista no Império Português. O caso de Moçambique (1914-1939)	209
6.1. Os inícios do <i>scouting</i> em Moçambique.....	211
6.2. O escotismo como instrumento civilizacional.....	213
6.3. A projeção do Escotismo Colonial na metrópole.....	217
6.4. Contactos intercoloniais e interimperiais. A Região Escotista de Moçambique e as suas conexões com a União Sul-Africana.....	223
6.5. Um <i>puzzle</i> escotista: católicos, negros, ismailis, <i>voortrekkers</i> e guias.....	228
6.6. A experiência totalizante.....	234

7. A dimensão transnacional do associativismo escotista e guidista.....	239
7.1. Uma diplomacia oficiosa (1909-1923)	239
7.2. O Primeiro Acampamento Mundial – <i>Jamboree</i> de Olympia Park (1920)	244
7.3. O Escotismo Global.....	248
7.4. Escotismo no exílio: os <i>Exploradores de Espanha</i> na Curia e os judeus do AEP Gr. 124-Lisboa (1934-1937)	261
7.5. Uma resposta ao comunismo.....	272
7.6. “La cheftaine Marie Huille”. Instrutora Geral do Lobitismo em Lisboa.	275
 Parte III – O Escotismo e o Estado Novo.....	 277
 8. A concorrência ao Escotismo na metrópole.....	 279
8.1. Pagens de Nuno Álvares. A secção escotista da Cruzada Nacional Nuno Álvares.....	279
8.2. O Movimento Nacional-Sindicalista e o Corpo de Escutas de Portugal.....	287
8.3. <i>Hitlerjugend</i> e Escoteiros do Ar. A génese da Escola de Aviação sem Motor da Mocidade Portuguesa.....	294
8.4. O contingente madeirense ao <i>Jamboree</i> de Vogelenzang, Holanda (1937)	298
 9. Uma absorção estatal falhada (1932-39)?	 305
9.1. A Organização Escotista de Portugal e a dissolução da União dos Adueros de Portugal.....	305
9.2. A Fraternal dos Antigos Escoteiros e a União dos Antigos Escutas.....	315
9.3. A Exposição Colonial do Porto e o Acampamento Nacional do CNE em Lisboa.....	319
9.4. A presença dos escoteiros ismailis em Damão e Lourenço Marques.....	322
 10. <i>Girl-guiding</i> e a companhia funchalense da Associação das Guias de Portugal.....	 331
10.1. O Guidismo Inglês em Portugal.....	331
10.2. As primeiras experiências de escotismo feminino português.....	335
10.3. Um projeto silencioso: a União das Escoteiras de Portugal.....	342
10.4. A Associação de Guias de Portugal (1934-1937)	348
10.5. O Guidismo no Império.....	355
10.6. As “Senhoras das Alcateias” do Corpo Nacional de Escutas.....	365
10.7. A resistente Companhia Funchalense da AGP.....	370
 Conclusão.....	 379
Anexos	397
Fontes.....	577
Bibliografia.....	585

Agradecimentos

O livro bíblico de Esdras tem passagens bastante interessantes quanto à utilidade dos tombos arquivísticos no dia-a-dia dos reis persas Ciro e Dario no que respeita a decisões complicadas no século VI a.C. Tomando este exemplo, tomei a liberdade de registar alguns nomes durante a elaboração da tese e que, sem ajuda deles e delas, dificilmente conseguiria chegar a bom porto. É certo que não constam aqui todos, e este passo transforma-se na ação ingrata e involuntária de olvidar alguns em benefício de outros. Desde logo agradeço a Deus pelos inúmeros mistérios e alegrias decorrentes em toda a vida. Ao meu orientador Paulo Fontes, pela paciência, dedicação e incentivo com este projeto, vezes sem conta, mesmo quando a opção da desistência esteve algumas vezes em cima da mesa. Depois, aos meus professores e colegas do *PIUDHist*, todos sem exceção, porque cada um deles, e à sua maneira, tiveram uma importância estratégica na narrativa. Aos meus colegas do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, pela variedade de oportunidades de comentar, criticar e sugerir aqueles pormenores sempre necessários a qualquer historiador. E sem dúvida à Fundação para a Ciência e Tecnologia, que permitiu o financiamento mensal durante quatro anos. Muito obrigado!

Os agradecimentos vão mais longe. Pessoas que, não me conhecendo de lado nenhum, decidiram ajudar-me de forma altruísta, indo para lá do que eu lhes tinha solicitado: João Paulo Silva (Aero Club de Portugal); Manuel Costa (Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, Póvoa de Varzim); professora Dora Oliveira (Escola Secundária Gil Vicente, Lisboa); Richard Delaforce (*St. James Anglican Church*, Porto); Sanjit Rajput (*Daman Department of Education*); Joel Tembe (Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo); Luís Cabral de Oliveira, Remy Dias e Lourdes da Costa Rodrigues (Goa); Sandra Lobo (*Universidade Nova de Lisboa*); Sarah Mills (*Loughborough University*); Pere Solà y Gussyner (*Universitat de Barcelona*), João Horta (Biblioteca da Liga dos Combatentes), António Soares (Fórum Abel Varzim). Bem-hajam!

E como uma boa parte da tese baseou-se em documentação de acesso condicionado, tenho o prazer de enaltecer o esforço e dedicação de vários voluntários: a equipa do Museu do Corpo Nacional de Escutas (Jorge Câmara, Francisco Maia, Guedes, José Gouveia) e da Fraternal dos Escoteiros de Portugal (Rui Macedo, Pedro Ferreira e Cristiano Caixeiro), pelo trabalho que tiveram em procurar documentação e a facilitarem o acesso a tudo; Cláudia Fernandes e Miguel González (AEP-Serviços Centrais, Lisboa); Pedro Silveira (AEP Gr. 1), Paulo Franco (AEP Gr. 7), Fernando Cordeiro (AEP Gr. 9) e Diana Oliveira (AEP Gr. 94); Karolina Baras (AGP-Funchal) e Sara Nobre (AGP-Presidência); Bernadette Guarrera e Camilla Milano (*AGESCI - Associazione Guide e Scouts Cattolici Italiani*, Roma); Leonardo Adamowicz (Liga dos

Escoteiros de Moçambique); Aly Faruque (Fundação Aga Khan - Maputo); Rajendra Rasulia, Anil Damania, Abdulhamid Hassanali, Kiran Prajapati (*Daman Scout Fellowship*); Anvar Vasaya (Ismaili Scouts and Guides Group of Silvassa); Shudhanshu Shekhar (*Bharat Scouts and Guides of Dadra and Nagar Haveli*); Nazim Samsudin e Toral Pradhan (por me receberem na sua casa em Damão); Luísa Marques, Rui Carvalho, Fernando Alves, Miguel Lontro, Filipe Francisco, Eduardo Peixe, Pedro Ribeiro e todo o CPCOE – Clube Português de Colecionadores de Objetos Escutistas. E claro, à Fraternidade Nuno Álvares, ao Agrupamento 927 Santo André e ao Grupo Scout 526 Montaraz, de Santander (Espanha). Uma forte canhota para todos!

Aos meus amigos de sempre, que felizmente são muitos! E como são muitos... Aos meus pais, que fizeram um esforço enorme e sempre me apoiaram nos piores momentos. À minha irmã Nélia, Afonso e Manel. À minha prima Eduarda pela estadia na Póvoa de Varzim. A toda família Alonso Poncelas, por me apoiarem sempre. E claro, por quem me atura todos os dias e que nos momentos mais difíceis nunca hesitou em apoiar-me. Quem diria que, depois do cansaço de vários anos de investigação, ainda receberia o prémio de uma pandemia e um confinamento obrigatório... Às mulheres da minha vida, Soninha e Danielita! *¡Esta tesis es para vosotras!*

Resumo

A institucionalização do associativismo escotista em Portugal abriu um novo modelo de enquadramento social da juventude. Um projeto educativo apoiado desde o início por várias facções republicanas, e logo no término da Monarquia em 1910, já que objetivava a um novo e moderno arquétipo europeu de cidadania, pátria e civilização, sob modelos específicos de género, raça e inicialmente sem qualquer conotação com o universo católico. A transmissão cultural do *scouting*, e como a juventude portuguesa o adotou, introduz-se nos mais recentes debates historiográficos sobre o papel dos movimentos sociais na construção moderna dos futuros cidadãos. As investigações ao método escotista em Portugal têm sido feitas sobretudo a partir da história da educação, no entanto faltava ainda um novo olhar estendido à sua génese. Essa perspectiva permite responder às capacidades de resistência contra as políticas juvenis de absorção estatal com a instauração das Mocidades Portuguesas tanto em Portugal como no império. Desta forma, selecionou-se o período entre 1911 e 1939 para observar como as ideias de Robert Baden-Powell foram aceites em Portugal, se materializaram e se institucionalizaram, e como os representantes associativos se articularam e se adaptaram aos vários regimes políticos vigentes. Esta observação permite perceber a exclusividade do caso português dentro das geografias ditatoriais europeias, sendo Portugal o único país do Velho Mundo a tolerar a existência do associativismo escotista lado a lado com as juventudes estatais.

Palavras-Chave: Juventude; Escotismo; Guidismo; Portugal; Império.

Abstract

The institutionalization of boy-scouting associations in Portugal opened a new model of social framing for youth. An educational project supported by several republican factions since the beginnings, in the transition from monarchy to republic in 1910, as it aimed at a new and modern European archetype of citizenship, fatherland and civilization, under specific models of gender, race and, at least initially, without any connotation with the Catholic universe. The cultural transmission of scouting, and how Portuguese youth adopted it, is one of the relevant topics in the most recent historiographical debates about the role of social movements in the modern construction of future citizens. The main research into the Scouting method in Portugal has been carried out mostly from the history of education, however, a new look at its genesis was still missing. This perspective allows it to respond to the resistance capabilities against juvenile policies of state absorption, with the establishment of the *Mocidades Portuguesas*, both

in metropole as in the empire. In this way, the period between 1911 and 1939 it is crucial and was selected to observe how Robert Baden-Powell's ideas were accepted in Portugal, got materialized and institutionalized, and how association representatives articulated and adapted to the various established political regimes. This observation allows us to understand the exclusivity of the Portuguese case within European dictatorial geographies, with Portugal being the only country in the continent to tolerate the existence of Scout associations, side by side with the state youth.

Key-Words: Youth; Boy-Scouting; Girl-Guiding; Portugal; Empire.

Resumen

La institucionalización del asociacionismo scout en Portugal abrió un nuevo modelo de encuadramiento social de la juventud. Un proyecto educativo apoyado desde el inicio por varias estirpes republicanas, y justo después del término de la monarquía en octubre de 1910, ya que objetivaba a un nuevo y moderno arquetipo europeo de ciudadanía, patria, y civilización, bajo modelos específicos de género, raza, e inicialmente sin cualquier connotación con el universo católico. La transmisión cultural del escultismo, y como la juventud portuguesa lo adoptó, se introduce en los más recientes debates historiográficos sobre el papel de los movimientos sociales en la construcción moderna de los futuros ciudadanos. Las investigaciones al método de Baden-Powell en Portugal han sido realizadas, en su mayoría, desde la historia de la educación. Sin embargo, aún falta una mirada más extendida a su génesis. Esa perspectiva permitirá contestar al porqué de las capacidades de resistencia contra las políticas juveniles del *Estado Novo*, que pretendía absorber el escultismo a través de la instauración de las *Mocidades portuguesas*, tanto en la metrópoli como en el imperio. De esta forma, se ha seleccionado el período entre 1911 y 1939 para observar como las ideas del inglés Robert Baden-Powell fueron aceptadas en Portugal, se materializaron y se institucionalizaron, así como la articulación de los representantes asociativos a los varios regímenes políticos vigentes. Esta observación permite percibir la exclusividad del caso portugués dentro de las geografías dictatoriales europeas, siendo Portugal el único país que toleró la existencia del asociacionismo scout, lado a lado con las juventudes estatales.

Palabras Clave: Juventud; Escultismo; Guidismo; Portugal; Imperio.

Abreviaturas

AECP	Associação dos Escoteiros do Centro de Portugal
AEGP	Associação Escotista das Guias de Portugal
AEML	Associação dos Escoteiros Municipais de Lisboa
AEP	Associação dos Escoteiros de Portugal
AEE	<i>Asociación de Exploradores de España</i>
AEEN	Associação de Escoteiros da Escola Nacional
APE	Associação Portuguesa de Escoteiros
APS	Associação dos Pioneiros do Scouting
ASL	Associação de Scouts Lusitanos
ASP	Associação dos Scouts Portucalenses
BSA	<i>Boy Scouts Association</i>
CECMP	Corpo de Escoteiros da Cruzada Mulheres Portuguesas
CNS/CNE	Corpo Nacional de Scouts/Escutas
GGA	<i>Girl-Guide Association</i>
GBSDC	Grupo de Boy-Scouts "Diogo Cassels"
LPNA	Legião dos Pagens de Nuno Álvares
MCNE	Museu do Corpo Nacional de Escutas
MP	Mocidade Portuguesa
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
OEP	Organização Escotista de Portugal
SIMP	Sociedade de Instrução Militar Preparatória
SP	Scouts de Portugal
SPE	Sociedade Portuguesa de Escotismo
UAP	União dos Adueros de Portugal
UEB	União dos Escoteiros do Brasil
UEC	União dos Escoteiros Capitalinos
UEI	União dos Escoteiros Independentes
UELI	União dos Escoteiros Lisbonenses
UELU	União dos Escoteiros Lusos
UEP	União das Escoteiras de Portugal
UETM	União dos Escoteiros Terra e Mar
UEV	União dos Escoteiros Vigilantes
UNE	União Nacional de Escoteiros
VP	Vigias de Portugal

Introdução

History writing assumes plural ways of being in the world.

Dipesh Chakrabarty

Uma notícia publicada no *Jornal do Barreiro*, a 20 de abril de 2007, por ocasião do centenário do movimento escotista a nível mundial, alertava para a existência de uma associação esquecida – a União dos Adueros de Portugal – desaparecida na década de 1930 por ordem do Estado Novo.¹ A leitura deste pequeno artigo suscitou uma interrogação bastante plausível e que questionava a já mítica narrativa de que o escotismo não desaparecera em Portugal porque o cardeal Cerejeira se impôs face a Salazar. As deambulações da vida levaram a que, seis anos depois, surgisse a oportunidade de realizar um estágio profissional do IEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional durante nove meses no espaço que hoje é o Museu do Corpo Nacional de Escutas/Centro de Documentação Escutista, no bairro da Picheleira, em Lisboa.² As funções exercidas, bastante práticas e objetivas, consistiam na higienização e organização do arquivo histórico-institucional (completamente desordenado e aleatoriamente colocado numa pilha com uma altura superior a dois metros); arrumar os mesmos documentos em dossiers, e ordená-los de acordo com a divisão geográfica da instituição. Contudo, aqueles ficheiros continham informações bastante pertinentes e que abriam novas leituras em assuntos como a censura política, a articulação entre a Igreja Católica e o Estado, as relações entre movimentos juvenis, ou até com as Mocidades Portuguesas.

No decurso do estágio surgiram dúvidas, ambigualmente simples e complexas, referentes à organização de um arquivo associativo invulgar (com matéria-prima muito *sui generis*). Coincidentemente nesses meses o CEHR-Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa promoveu um ciclo de seminários de Arquivística Religiosa, e no qual houve a oportunidade de participar. Nesses encontros conhecemos o professor Paulo Fontes, que se mostrou interessado pelas dinâmicas de organização no arquivo. A partir daí iniciou-se um autêntico itinerário de *peregrinatio academica*. Primeiro com a publicação do livro *Padre Abílio da Silva Mendes. Fundador do Escutismo Católico no Barreiro* (Graça 2013), projetado para um público não-académico. Depois, seguiram-se algumas comunicações

¹ Pais, Carlos Silva. «Os adueiros do Barreiro, anos 30, grupo 41. Entrevista a Joaquim “Bateirinha”», *Jornal do Barreiro*, Ano 56, n.º 2900, 2007-Abr-20, p. 14.

² À época sob responsabilidade de Jorge Câmara de Jesus (Lourenço Marques, n. 1939), um escuteiro com 79 anos de idade. Voluntário na instituição, tanto em Moçambique como em Portugal, durante vários anos dedicou-se à impulsão do Museu do CNE, com outras tarefas excelsas: desde a construção dos armários-expositores, limpeza e higienização das instalações, até à realização de visitas guiadas.

referentes à temática: uma dedicada às resistências à instrução militar no universo escotista, e outra sobre a construção e apropriação imagética da morte através da ideia do “Eterno Acampamento”. Em todos estes eventos foi possível observar que havia um desconhecimento generalizado (e um certo preconceito também) sobre o universo escotista português enquanto potencial campo de análise. A (in)significância circunscrevia-se ao escotismo quase como um satélite das milícias juvenis do Estado Novo, com jovens que acampavam e usavam uniforme, pelo qual era um “não-tema”. Esta visão redutora contrastava muito com a quantidade de estudos realizados no resto da Europa. De facto, faltava (e ainda continuar a faltar) uma abordagem mais lata ao universo escotista em Portugal e no Império Português, sobretudo com incidência nas medidas governamentais que originaram a extinção de associações como a União dos Adueros de Portugal na década de 1930. Estas interferências estão presentes na generalidade das memórias associativas, e acabam por ser muito significativas para qualquer análise social (E. Ribeiro 1982; J. V. Reis 2007; Graça 2013).

O ingresso no PIUDHist-Programa Interuniversitário de Doutoramento em História em 2016 visou esclarecer as dúvidas sobre a política de enquadramento juvenil do Estado Novo e qual o papel do associativismo escotista em todo este processo. Pelo menos até 1939. E ao longo de sete anos empreendeu-se uma investigação consistente em vários pontos do país e no estrangeiro, muitas vezes em circunstâncias financeiramente difíceis.³ Algum conhecimento prévio do estado da arte a nível internacional e a experiência de um estágio de nove meses no arquivo do Corpo Nacional de Escutas justificaram (parcialmente) a entrada em estudos do terceiro ciclo, o que acabou por se transformar no argumento principal na entrevista pessoal da candidatura ao programa de doutoramento⁴.

A introdução e afirmação do movimento escotista em Portugal e no império português é mais complexa do que se poderá pensar, mais ainda quando se observam os jogos diplomáticos em 1939. Dentro do quadro das geografias ditatoriais do século XX, qual a razão de Portugal ser o único país a tolerar a existência dos escoteiros, coexistindo estes com as Mocidades Portuguesas, exceto nos seus espaços coloniais? E mesmo assim, o que justificaria a continuidade dos escoteiros ismaelitas em Moçambique e Damão? Numa outra perspetiva, qual a razão para que o universo escotista feminino tivesse tido um destino diferente do congénere masculino, sendo integralmente extinto tanto na metrópole como no império, exceto na ilha da Madeira? Este pequeno questionário salienta a fragilidade teórica do argumento da

³ A concessão da Bolsa de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/PD/BD/128126/2016) permitiu obter alguma estabilidade financeira no decurso deste empreendimento.

⁴ Entrevista pessoal com o júri composto pelos docentes Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora), Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa) e José Vicente Serrão (ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa).

benevolência dada aos escoteiros (católicos) como fruto da diplomacia do cardeal Cerejeira na firmeza negocial com Oliveira Salazar (Kuin 1993, 584). Este argumento valida parcialmente a primeira questão, mas não responde de todo à extinção das restantes associações, como a católica Associação das Guias de Portugal, limitada unicamente à Companhia do Funchal.⁵

A presente tese objetiva uma resposta a todas estas dúvidas, com o argumento basilar de que o projeto juvenil do Estado Novo para uma absorção do movimento escotista pelas Mocidades entre 1936 e 1939 não se consolidou devido à incapacidade do mesmo em lidar com a natureza poliédrica do escotismo. E aqui aplica-se o adjetivo *poliédrico* tanto à sua dimensão como organicidade. Recorde-se que o *scouting* é simultaneamente uma organização estruturalmente internacional, praticamente desde as origens em 1907, com ramificações à escala nacional (e por sua vez, regional e local). Cada país pode incluir diversos tipos: associações transnacionais (com unidades extrafronteiras políticas) e associações de obediências supranacionais (sobretudo as associações de cariz religioso como os católicos ou os muçulmanos ismailis, cujos centros de poder superam as lógicas nacionais).⁶ Esta complexidade obriga a recorrer a um conceito sincrético e útil que o possa caracterizar, pelo qual optou-se pelo *trinominal*. Observou-se assim que o escotismo é um movimento internacional-transnacional-supranacional, e sem este vértice de observação dificilmente se compreendem os jogos de bastidores, a diplomacia paralela, ou ainda o papel transitário de muitos dirigentes para as vias políticas que permitiram respaldar este associativismo face às ações da Ditadura.

Estado da Arte

Uma das primeiras dúvidas que possa surgir ao leitor menos familiarizado com este universo associativo será a correta tradução dos vocábulos ingleses *scouting/scout* para a língua

⁵ Em 2009 Luís Reis Torgal apresentou a continuidade do escotismo católico face à Mocidade Portuguesa como mais um meio de resistência da Igreja Católica ao Estado Novo. Apesar do argumento ser bastante válido, não deixa de ser redutor ao ponto de limitar o universo escotista ao Corpo Nacional de Escutas e omitir o papel das restantes associações (masculinas e femininas): «Até certo ponto, sê-lo-á também a própria Igreja, evitando em 1938 a extinção tentada do Corpo Nacional de Escutas, como tinha sucedido na Itália e na Alemanha, mas colaborando com a MP, sobretudo a partir do momento em que, em Setembro de 1939, foi criado o cargo de director dos serviços de formação moral, atribuído ao fundador da Juventude Operária Católica (JOC), padre Manuel Rocha.» (Torgal 2009, 1:216).

⁶ O conceito “supranacional” foi já observado por Paulo Fontes a partir da categorização dos vários movimentos sociais dentro da Igreja Católica contemporânea, com um centro de poder que se autorreconhece superior às fronteiras políticas (Fontes 2019, 167). O sociólogo Iqbal Akhtar aplica a mesma caracterização para as comunidades ismaelitas originárias do arco índico e dispersas pelo hemisfério norte durante a década de 1990 (Akhtar 2014, 29).

portuguesa: se escotismo/escutismo, ou escoteiro/escuteiro. De facto, ambas são válidas.⁷ Se bem que a adoção do vocábulo ‘escoteiro’ acabou por ser consensual na segunda década do século XX, o mesmo não se poderá dizer da sua expressão gráfica. O debate sobre a tradução correta, com a claudicação de uma vogal da palavra *scouting*, se o “o” ou o “u”, ainda hoje continua em aberto.⁸ A primeira nomenclatura (*escoteiro/escotismo*) foi maioritariamente adotada pelo universo pluriconfessional, enquanto *escuteiro/escutismo* (com “u”) foi lentamente impulsionado pela associação católica Corpo Nacional de Escutas a partir de 1934. Nos restantes espaços lusófonos a ambivalência é ainda mais complicada, já que a grafia assume também a mesma significação, mas difere em todos os países. Para a presente tese optou-se pela grafia primitiva (*escotismo/escoteiro*) respeitando a diacronia associativa a partir da institucionalização da Associação dos Escoteiros de Portugal, em 1913. A narrativa obedecerá uniformemente a este critério, e apenas em circunstâncias muito pontuais utilizar-se-á a segunda vertente, ou outros sinónimos (por exemplo, *Aduarismo/Adueiro*; a partir de 1914, com a fundação da União dos Adueiros do Norte de Portugal na cidade do Porto)⁹ e que serão explicados nos devidos espaços.

A história da tradução “correta” do substantivo adjetivado *boy-scout* é interessante e remonta ao segundo semestre de 1912, quando o jornal *O Século* promoveu uma recolha de sugestões neologistas, já estimuladas anteriormente pelo jornalista Aires de Carvalho.¹⁰ De modo a aumentar a participação dos leitores nesta campanha de ideias, vários vultos do republicanismo animaram-se a ornamentar o debate jornalístico com algumas elucidações sobre as finalidades do novo movimento juvenil. Personalidades como o comandante da marinha Álvaro de Melo Machado aproveitaram ainda esta oportunidade para criticar também a disfuncionalidade educativa dos formais batalhões de voluntários da República (Moura 2010, 302; J. B. Serra 2011, 106)¹¹. As sugestões publicadas ao longo dos meses de setembro e outubro de 1912 são bastante ricas nas extravagâncias linguísticas, tanto em neologismos e

⁷ Agradecemos à lexicógrafa Ana Salgado, gestora do *Pórtico da Língua Portuguesa*, com quem tivemos oportunidade de trocar alguns correios eletrónicos para debater esta questão nos finais de 2016, e que confirmou que “o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Verbo, 2001), por sua vez, parece ser o primeiro a registar os vários pares de variantes gráficas, sem distinguir registos de língua pertinentes. Neste sentido apresenta a definição nas formas com -u-, por serem mais usuais, e uma remissão nas formas com -o-.”

⁸ ‘Escoteiro e Escuteiro’, *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/correio/escoteiro-e-escuteiro/19602#> [consultado em 21-Nov-2021].

⁹ «Conferências», *O Século*, Ano 35, nº 12:101, 1915-Ago-16, p. 5.

¹⁰ «Precisamos criar “Boy-Scouts”», *O Século*, Ano 32, nº 11:051, 1912-Set-15, p. 1

¹¹ «Fortificando a Mocidade», *O Século*, Ano 32, nº 11:054, 1912-Set-18, p. 1.

estrangeirismos como nas simbioses de palavras.¹² A primeira referência a “escoteiro” surgiria na opção “escoteiro lusitano”¹³, e o filólogo Cândido de Figueiredo chegou mesmo a confirmar a sua aplicabilidade moderna.¹⁴

A construção do título com a designação «“Ao serviço do império”: O associativismo escotista e o enquadramento da juventude em Portugal (1911-1939)» já de si elucida o objeto e em que moldes foi observado.¹⁵ A periodização destes vinte e oito anos inicia-se com a materialização do batalhão escolar da aldeia de Paço de Botão, Coimbra, iniciado pelo advogado e professor Joaquim Leite Júnior - baseado já nas propostas do general inglês Baden-Powell - , e culminará com o decreto nº 29.453, de 17 de fevereiro de 1939, que instituiu definitivamente as Mocidades Portuguesas no espaço colonial.¹⁶ Esta última data acaba por ser o ponto de charneira na gestão política da questão escotista, e encerrou uma série de experiências políticas de regulação juvenil por parte do Estado Novo.

A partir do enquadramento escotista dos jovens é possível ainda observar como parte da sociedade civil assumiu a responsabilidade de inculcar valores modernos (patrióticos, cívicos, éticos, etc.) comumente atribuídos ao aparelho de estado¹⁷. As primeiras incursões

¹² As sugestões dos leitores de *O Século* são bastante interessantes e poderão ser úteis para a construção de uma genealogia linguística. De modo a economizar o texto, disponibilizamos a proposta seguida da data da publicação: *Lusagino e Paizagino* (contração entre “Luso” com o verbo “Agir”; 1912-Set-18, p. 1); *Batedores de Portugal* (1912-Set-19, p. 1); *Companheiros de Viriato, Juventude Briosa, Os paladinos lusitanos e Espartanos de Portugal* (1912-Set-20, p. 1); *Avançados patriotas, Núcleos Guerreiros e Adais de Portugal* (Desconhecido; 1912-Set-21, p. 1); *Luso-Vedetas e Vedetas Lusitanos* (1912-Set-25, p. 1); *Explorador, Sentinela Avançada e Guerreiros de Portugal* (1912-Set-26, p. 3); *Neo-Lusos, Viriatos, Apóstolos do Bem, Benfeitores, Obreiros do Bem, Juventude Lusitana, Jovem Lusitano e Jovens Lusitanos* (1912-Set-27, p. 1); *Luso-Guerreiros, Luso-Combatentes, Exploradores Lusitanos, Luso-Vigilantes, Corpos de Evolução, Batedores Portugueses, Escoteiros Lusitanos, Rapazes Pioneiros, Sentinelas da Pátria, Jovens Esculcas, Guarda Avançada Nacional, Infantaria da Paz e Vencedores da Vida* (1912-Set-30, p. 3); *Guarda Lusitana, Legião Lusitana e Atalaias Portuguesas* (1912-Out-08, p. 3); *Boy-Scouts* (adoção do termo inglês; 1912-Out-11, p. 3); *Espreitantes, Escoteiros* (proposta de Cândido de Figueiredo), *Lusitanos da República* (1912-Out-17, p. 3).

¹³ «Uma obra educativa», *O Século*, Ano 32, nº 11:066, 1912-Set-30, p. 3

¹⁴ «Educar para a vida futura», *O Século*, Ano 32, nº 11:082, 1912-Out-17, p. 3. Certamente influenciado pelas propostas brasileiras, onde o vocábulo fora institucionalizado a partir de 1909/1910.

¹⁵ A expressão “Ao serviço do império” foi correntemente utilizada no universo escotista na década de 1930. É possível vê-la também nalguns artigos de opinião do jornal da Acção Escolar Vanguarda, no contexto da Exposição Colonial do Porto, em 1934 [«Nota Colonial. Ao Serviço do Império», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano I, nº 5 (2ª Série), 1934-Out-28, p. 5].

¹⁶ A utilização deste balizamento cronológico permite ainda desmontar alguns mitos historiográficos. Como se mostrará ao longo da tese, o associativismo escotista em geral não sofreu com o impacto do golpe militar de 28 de maio de 1926. E não registámos qualquer rutura instantânea, mas antes lenta, decorrida apenas entre 1933 e 1939. Esta caracterização refuta parcialmente os argumentos da historiadora Joana Dias Pereira, quando recentemente afirmou que a “imposição de um novo regime [1926] em que a liberdade de associações é gravemente limitada” (J. D. Pereira 2020, 287). Anos antes já o sociólogo João Freire afirmara que “ao contrário do que se possa pensar, os cerca de 40 anos do Estado Novo não foram propriamente asfixiadores do associativismo” (J. Freire 2006, 19).

¹⁷ Os jovens enquanto objeto de estudo têm tido bastante atenção por parte dos sociólogos, apesar das abordagens ao associativismo serem bastante modestas nas várias áreas do conhecimento. Vítor Sérgio Ferreira resume exemplarmente este potencial analítico: «Uma dimensão que permite chegar sociologicamente aos universos

historiográficas a esta regulação político-social da juventude em Portugal foram iniciadas sobretudo na década de 1990, na qual se destaca o trabalho pioneiro de Simon Kuin com a problematização da posição de Marcello Caetano na Mocidade Portuguesa enquanto ex-dirigente da Associação dos Escoteiros de Portugal (Kuin 1993). Uma análise que propiciou e acompanhou o surgimento de vários estudos, sobre outras organizações do século XX, como o Movimento Nacional-Sindicalista, abordado por António Costa Pinto logo em 1994, e recentemente revisto em 2015 (Pinto 2015); a Legião Portuguesa (L. N. Rodrigues 1996); a Instrução Militar Preparatória (Joaquim Pintassilgo 1998); a Mocidade Portuguesa Feminina (Pimentel 2001); ou ainda a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira (Leal 1999; 2000).

Somente no crepúsculo da centúria registou-se alguma evolução mais incisiva. A título de exemplo, Fernando Costa evocou o imaginário heróico dos escoteiros em torno de Nuno Álvares Pereira (F. Costa 2000). Paulo Fontes, avançou com o apartado “escutismo”, observando-o a partir da perspetiva religiosa (Fontes 1997; 2000b; 2000c), e Luís Aguiar Santos (L. A. Santos 2000), também na mesma linha, analisou a importância político-social deste universo juvenil nas geografias protestantes. O labor de Ana Cláudia Vicente destaca-se neste cardápio historiográfico (com uma tese de mestrado sob orientação de António Costa Pinto), dedicada ao processo de institucionalização do movimento escotista em Portugal (A. C. Vicente 2004a). Também a publicação da tese de doutoramento de Paulo Fontes em 2011, sobre a Acção Católica e o universo associativo leigo permitiu mais e melhores abordagens ao cosmos eclesial, reforçando a necessidade de pesquisas noutros movimentos periféricos (Fontes 2011). Não obstante todos estes autores reconhecerem a relevância do objeto de estudo, é certo que o *escotismo* como fenómeno social tem tido mais peso noutras áreas do conhecimento. A título ilustrativo, poder-se-ão enumerar alguns trabalhos: Olga Cunha, com a tese de mestrado em Psicologia Aplicada (O. Cunha 2008); Sofia Castro, no estudo do órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts (Castro 2008); Rui Leandro Maia, com tese em Sociologia (Maia 2009); José Augusto Palhares na área da sociologia da educação (Palhares 2009); ou Diana Quaresma, que analisou a carga horária em regime de voluntariado (Quaresma 2015). E recentemente, Helena Vilaça e Maria João Oliveira fizeram questão de dedicar alguma atenção ao *scouting* escotista a partir da emergência dos movimentos eclesiais contemporâneos (Vilaça e Oliveira 2019, 152–56).

No decurso destes trabalhos seria expectável um confronto de ideias que acompanhasse o ritmo de produção historiográfica de outros países. Infelizmente a realidade é outra. Os olhares ao movimento escotista em Portugal são ainda muito reduzidos e a teoria de que o

juvenis para além das suas tradicionais entradas, muitas vezes mais construídas pelo investigador que realmente vividas pelos jovens, com a vantagem de encontrá-los enquanto sujeitos sociais» (V. S. Ferreira 2011, 123).

cardeal Cerejeira foi o “bastião” escotista contra as investidas estatais assumiu um nível quase axiomático. As divergências entre o prelado e o ministro Carneiro Pacheco acerca do projeto de dissolução das organizações escotistas são frequentemente utilizadas como exemplo do êxito da convergência eclesiástica com a política nacional (Pimentel 2001, 208; Rosas 2012, 349; Simpson 2014, 96–97). No entanto, a Igreja Católica Portuguesa nem sempre manifestou um interesse substancial pelo *scouting*, na medida que o via como uma ameaça proselitista, tendo em conta que o general Baden-Powell era um crente anglicano. Somente a partir da Grande Guerra se evidenciaram algumas tentativas de aproximação esporádicas, e muito devidas ao jesuíta francês Jacques Sevin, que, ao residir na Inglaterra, teve a oportunidade de conjugar o catecismo católico com a metodologia escotista sob orientação do fundador Baden-Powell *in loco* (Sevin 2011). A partir destas pequenas experiências, o Papado lentamente reconheceu a aplicabilidade evangelizadora da nova organização juvenil transnacional, integrando-a na sua estrutura apostólica. E se se reduzir a problemática ao espaço português, salvo pequenas exceções no Porto e Lisboa, haveria que esperar até maio de 1923, quando a arquidiocese de Braga fundou o Corpo de Scouts Católicos Portugueses (mais tarde Corpo Nacional de Scouts; adiante CNS), entrando numa rede de obediências a uma escala supranacional.

A realidade da investigação em Portugal contrasta assim com um panorama internacional rico em bibliografia, com especial profundidade nas geografias anglófonas e francófonas, onde o interesse de se estudar o escotismo se enraizou há várias décadas. Cingindo-nos apenas a algumas obras mais sonantes, recordamos a articulação deste movimento social no Québec, entre 1914 e 1970, como órgão de instrumentalização juvenil nacionalista (Savard 1999; Thériault 2001; Trepanier 2015; Alexander 2017). Do lado de cá do Atlântico, na França e Bélgica, os empreendimentos pioneiros de Philippe Laynerie e Gérard Cholvy a partir a década de 1980 têm permitido uma variedade de leituras heterógenas e pluridisciplinares aplicáveis a vários territórios do continente (Laneyrie 1985; Cholvy e Chéroutre 1994). Na Inglaterra os trabalhos inovadores de Sarah Mills – e cujas metodologias servem de base para a presente tese –, conciliaram as perspetivas da geografia humana e da história. A abordagem desta investigadora à implementação associativa em espaços urbanos e perirurbanos na Grã-Bretanha permitiu respostas interessantes na caracterização dos vários movimentos juvenis, de sionistas a comunistas, entre outros (Mills 2011b; 2013; 2011a; 2015; Mills e Kraftl 2014). E para o continente africano saliente-se os trabalhos de Samuel Tilman para o Congo Belga (Tilman 1998); Tammy Proctor para as questões raciais e de género na África do Sul (Proctor 2000); Timothy Parsons para o Quênia (Parsons 2004); ou mais recentemente a produção de Alia Paroo, que analisou o associativismo escotista ismaelita na colónia britânica de Tanganica entre as duas guerras mundiais (Paroo 2019).

Em Espanha, a referência bibliográfica inicial incide em Père Solà i Gussinyer, um dos primeiros a observar a problemática do *scouting* na Catalunha durante a Ditadura de Franco e que abriu novas linhas de pesquisa, sobretudo na História da Educação (Solà i Gussinyer 1987). Esta linha de investigação ramificou para outras leituras a nível nacional (Cruz Orozco 2002; Fullana Puigserver e Montero García 2003), e depois regional, como o arquipélago Canário (Almeida Aguiar 1999; 2004), Castilla y León (Tejedor Mardomingo e Hernández Díaz 2010) ou as ilhas Baleares (Motilla Salas 2003; 2009; Comas Rubí, March Manresa, e Sureda García 2010; Fullana Puigserver 2019), por exemplo. Observações que, por sua vez, possibilitaram um pequeno *boom* de trabalhos bastante renovadores que conjugam as correntes historiográficas das redes transnacionais de direita política com o escotismo (Ortega Aparicio 2006; Martí Solé 2014; Morant i Ariño 2020).

Nos territórios lusófonos, sem dúvida o Brasil engloba a maior parte dos estudos, com destaque à posição da União dos Escoteiros do Brasil perante a ditadura de Getúlio Vargas (A. de O. Nascimento 2004a; 2004b). O historiador Jorge Nascimento chegou a elaborar o conceito “Escotismo de Estado”, um tema bastante apelativo para um debate mais alargado, mas que ultrapassa a presente tese (J. C. do Nascimento 2008). E no campo da história religiosa há que salientar o trabalho de Leandro Pereira Gonçalves que regista já algumas aproximações ao *scouting* pela Ação Integralista Brasileira (Gonçalves 2017).

A enorme quantidade de obras inspiradoras e/ou úteis utilizadas na presente narrativa obriga a uma circunscrição da qual se ilustram aqui alguns exemplos mais significativos. A lista apresentada na bibliografia final encerra a quantidade de debates e temas internacionais que não se indicam aqui, por economia de texto.

Fontes

O sendeiro heurístico na presente tese foi bastante inconstante, algo imprevisível, e por várias vezes houve necessidade de uma alteração súbita da planificação inicial de consulta de potenciais fontes. O recurso a arquivos informais ou acervos associativos era um risco, na medida que se encontram desorganizados ou em fase de organização, e muitos dos seus “guardiães” eram/são voluntários nas respetivas instituições, com uma disponibilidade limitada.¹⁸ Noutros casos ainda, o rumo da investigação teve contornos quase improdutivos.

¹⁸ Por exemplo, a consulta do arquivo do Aero Club de Portugal, em Lisboa. Agradece-se a benevolência do voluntário João Paulo Silva que, na plenitude da sua jubilação profissional e residente a mais de cem quilómetros de distância, se disponibilizou a mostrar o acervo institucional. A documentação inédita permitiu a elaboração de dois artigos, sendo o primeiro premiado com a *Menção Honrosa do Prémio Barão da Cunha 2018* do Aero Club de Portugal (Graça 2017b; 2019)

Nalgumas conversas informais com antigos dirigentes da Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) constatou-se que o arquivo histórico desta entidade se baseia numa amálgama de documentação aleatória, sobrevivente a vários episódios de purgas intencionais, resultado de questões que ainda compõem o imaginário coletivo.¹⁹ O medo de extravio de dados pessoais, ou a utilização dos mesmos para condicionamento de alguns associados (supostamente mais politizados), impulsionou a eliminação de dados pessoais onde constasse qualquer informação comprometedora a ligações familiares ou amistosas, numa situação bastante parecida com a descrição de acesso a arquivos familiares caracterizada por Luís Cabral de Oliveira e Pedro do Carmo Costa para o caso goês (M. de L. Rosa et al. 2012, 463). É provável que a primeira destruição tenha surgido no decurso do golpe militar de maio de 1926, com receio de que as novas forças pudessem interligar esta associação com a oposição, sob um cunho estereotipado de filiações à causa maçónica. Ressalve-se a história do grupo nº 2 da AEP que mantinha uma ligação umbilical à Academia de Estudos Livres em Lisboa (Joaquim Pintassilgo 2011). A segunda, no rescaldo da queda do Estado Novo em 1974, com o surgimento do mito da apologética filofascista. Algumas figuras de destaque do regime - como Marcello Caetano, Henrique Tenreiro ou Pedro Teotónio Pereira (N. E. Ferreira, Carvalho, e Pinto 2012), e que iniciaram os seus percursos políticos neste universo - , estavam simultaneamente na génese das juventudes estatais.²⁰ Por fim, já na década de 1990, e para sanar o equilíbrio orçamental interno, alguns dirigentes voluntários decidiram vender o expediente administrativo em prosaicos “ferros-velhos” que adquiriam tais espólios documentais como papel a peso.

O reservatório atual mais significativo de documentação histórica da AEP encontra-se no Parque Nacional de Escotismo da Costa da Caparica, mas encontra-se indisponível para consulta, sem qualquer indexação ou organização. A escassez de recursos económicos e humanos desta instituição limita qualquer possibilidade de um desbravamento arquivístico a curto prazo. Mesmo assim, foi possível aceder a uma caixa de registos individuais elaborada entre 1933 e 1935 por Antero Nobre, com dados pessoais sobre a profissão, residência, naturalidade, nacionalidade, patente militar (nalguns casos), entre outros²¹. Estes registos

¹⁹ Nas várias conversas informais com antigos dirigentes da Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) constatou-se a plausibilidade destas purgas arquivísticas, mesmo não existindo qualquer registo que as confirme. Pelas descrições, poder-se-ão periodizar as mesmas com os golpes militares de 1926 e 1974.

²⁰ Marcello Caetano, escoteiro na Associação dos Escoteiros de Portugal, no Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1922-1924). Delegado da Secretaria do Serviço de Organização e Propaganda da AEP ao Conselho Nacional (1922). Membro do Tribunal de Honra da AEP (1925-1933). Fundador da Fraternal dos Antigos Escoteiros (1930/Fev-); Henrique Tenreiro [fundador da Associação dos Escoteiros Municipais de Lisboa em 1917; dirigente da secção naval da AEP (Garrido 2001, 844)]; Pedro Teotónio Pereira [Presidente da Comissão Executiva da AEP. Foi substituído pelo capitão Álvaro Tavares Afonso dos Santos, devido à sua nomeação como Ministro das Corporações e Previdência (1936/Abr)]. (Medina 1979, 56)

²¹ Antero Pacheco Nobre (n. Moncarapacho, 1910-). Presidente da Câmara Municipal de Olhão (1950-1953). Fundador e escoteiro-chefe do AEP Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1930-1933). Secretário do AEP Gr.

acabaram por ser bastante úteis na contabilidade de grupos em Portugal e império e na construção de uma análise prosopográfica dos respetivos dirigentes.

Para prejuízo da investigação, o segundo arquivo principal inicialmente visado – o Museu do Corpo Nacional de Escutas/Centro de Documentação Escutista - foi remodelado e os fundos foram entregues a uma empresa externa para uma posterior macrodigitalização, tornando inacessível qualquer consulta durante três anos.²² Afortunadamente conseguiu-se aceder a alguns documentos avulsos, *grosso modo* as solicitações de registo de grupos de 1925 a 1942, o que permitiu caracterizar os principais dirigentes e as redes sociais integradas, a patente militar ostentada, ou a filiação noutras organizações como a Cruzada Nacional Nun'Álvares.

Dentro deste universo empírico, as informações obtidas a partir de arquivos estatais acabaram por ser bastante precárias pela quantidade ínfima de documentação disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Regional da Madeira, Arquivo Distrital do Porto, ou até mesmo no estrangeiro o Arquivo Histórico de Moçambique, por exemplo. E a nível regional e municipal, as dificuldades de acesso aos documentos não foram menores. Devido a ser um objeto de estudo paradoxalmente pouco explorado, mas amplamente conhecido, os serviços municipais não só informavam sobre qualquer inexistência, como ainda recomendavam a visita aos grupos de escoteiros hoje existentes (católicos, na sua maioria). Esta escassez de registos escotistas na rede arquivística do estado português abre espaço suficiente para interrogações maiores sobre o paradeiro destas unidades e subfundos extraviados ou desaparecidos, sobretudo quando as associações escotistas sempre auferiram números elevados de associados em toda a sua existência. Uma realidade extensível a outros países e já denunciada por vários investigadores (Alexander 2012, 141; Honeck 2013, 105; Alexander 2017, 149; Cammarota e Ramacciotti 2017, 803).

Noutros casos específicos, como a abordagem ao estabelecimento dos refugiados judeus alemães e polacos na cidade de Lisboa em 1933, e organizados no grupo nº 124 da AEP, acabou por ser uma das tarefas inextensíveis. Mencionados apenas em três documentos, e com a agravante de uma suposta trasladação do fundo histórico deste grupo para Tel Aviv em 1975 (segundo alguns testemunhos informais recolhidos nas Sinagogas de Lisboa e Porto),

61-Igreja Baptista, Lisboa (1934). Responsável da secção “Escotismo” no jornal *Os Sports*, Lisboa (1934-1935). Responsável pela organização do II Acampamento Nacional da AEP na Exposição Colonial do Porto (1934) e Secretário da Comissão Executiva da AEP (1935); responsável pela redação do novo regulamento geral (1936). Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 112-Grupo Desportivo Operário, Campo Pequeno, Lisboa (1936). Tradutor de vários livros escotistas.

²² Os fundos digitalizados encontram-se em disponibilização progressiva *online* através da Base de Dados Digital (OPAC). Ver: <https://museu.escutismo.pt/arqscouts/> (consultado 21-11-2021).

difficilmente se conseguiria avançar com os recursos económicos disponíveis²³. De certa forma, outras instituições como a *Oporto British School*, também extrapolaram esta última caracterização, acabando por se tornar provisoriamente dispensáveis. A escola inglesa foi um dos “pontos-zero” na introdução do escotismo em Portugal em 1910, e pretendeu-se detetar documentação que evidenciasse os antecedentes deste movimento social na cidade do Porto e a sua relação com a Grã-Bretanha. No entanto, não houve qualquer oportunidade de conciliar agendas profissionais, o que se traduziu numa dificuldade extrema de acesso ao espólio.²⁴

Tendo-se em conta estas dificuldades, optou-se por uma via baseada em arquivos (inicialmente) de interesse secundário, e atribuiu-se o benefício da dúvida quanto à existência de documentação útil em qualquer instância, validando-se todas as informações a recolher nas instituições já previamente identificadas, tanto estatais como civis, e por todo o país. A norte, na cidade de Braga, precisamente onde a associação católica fora fundada em 1923, consultou-se o Arquivo Municipal. Surpreendentemente confirmou-se a inexistência de quaisquer fundos válidos para a investigação, e de momento ainda não se conhecem quaisquer índices de correspondência entre a Câmara Municipal, Administração do Concelho e o Corpo de Scouts Católicos Portugueses. Algo também semelhante nos arquivos distritais de Braga, Viana do Castelo e Vila Real. Acrescente-se ainda que o Arquivo Arquidiocesano de Braga, cuja consulta permitiria conhecer a génese do escotismo católico em Portugal durante a Primeira República, e o interesse do clero episcopal neste movimento social, colocou restrições ao acesso *sine die*. Somente a Junta Regional de Braga e a Junta de Núcleo de Póvoa de Varzim (ambas do Corpo Nacional de Escutas) permitiram uma consulta livre, mas o escasso espólio arquivístico não tinha qualquer relevância para o período cronológico em questão.

Na cidade do Porto, no arquivo municipal localizaram-se cinco missivas da União dos Adueros de Portugal, e a atualização dos índices no arquivo distrital emergiu os registos de oficialização de duas micro-associações locais (apesar das portarias do Governo Civil de legalização de associações nacionais estarem extraviadas). Também nesta cidade, os responsáveis da Sinagoga *Kaadorie* mostraram-se interessados na investigação, sobretudo no percurso biográfico de Artur Barros Basto, fundador dos Adueros de Portugal e promotor da comunidade judaica portuense, mas a indisponibilidade física de alguns descendentes diretos já

²³ Entrevista informal com Ana Araújo (Sinagoga Shaaré Tikvá, Lisboa; janeiro 2017). Por e-mail contactou-se o jornalista Henrique Cymerman (descendente de Paltiel Cymerman, associado do AEP Gr. 124), que confirmou a filiação do seu tio à Associação J. I. Hehaver (estabelecida na Sinagoga Ohel Jacob, Lisboa). Por razões de disponibilidade não se pôde aprofundar a relação entre esta última entidade e as associações escotistas.

²⁴ Entrevistas informais com o diretor escolar Robin Silk (novembro, 2017).

idosos impossibilitou qualquer incursão no arquivo familiar.²⁵ Em alternativa, contataram-se outras instituições, muitas delas sem qualquer resposta, como a Escola Secundária Alexandre Herculano, cujo objetivo visava completar os dados acerca do grupo nº 5 da União dos Adueros de Portugal (adiante UAP), instalado nesta escola a partir de 1918. A Junta de Freguesia de Bonfim, cujo edifício albergou vários grupos de escoteiros no período estudado, comunicou a inacessibilidade ao seu acervo arquivístico devido à escassez de administrativos que pudessem auxiliar na investigação. E do outro lado do rio Douro, o Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, ao não dispor de qualquer índice de correspondência entre a edilidade e as associações locais, anulou também as expectativas.

A impossibilidade de consulta nalguns casos, e a escassez de informação noutros, obrigou mais uma vez a uma alteração súbita de planeamento. A categorização binária dos arquivos como “principais e secundários” teve de ser obrigatoriamente substituída por “acessível e inacessível”. Assim, procuraram-se soluções noutras instâncias, como a Escola Profissional Raul Dória na cidade *Invicta*, onde se detetou alguma documentação interessante nos Anuários Escolares referente ao grupo 7 da UAP, aí sediado na década de 1920.²⁶ A Biblioteca Pública Municipal do Porto acabou por se categorizar como um dos principais pontos de consulta, em virtude dos seus fundos periódicos associativos e generalistas. A informação reunida a partir da imprensa (inexistente na Biblioteca Nacional de Portugal) permitiu completar o mapeamento dos núcleos associativos em todas as geografias. E o mesmo se poderá dizer para a Póvoa de Varzim, onde na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto existem coleções completas de alguma imprensa local do Minho, o que facilitou a averiguação do primeiro núcleo de escotismo católico marítimo em Portugal.²⁷ No arquipélago dos Açores, o Arquivo Municipal de Angra do Heroísmo, que concentra também a Biblioteca Regional, localizaram-se alguns periódicos associativos locais, úteis para a lista de unidades insulares. Contudo, as dispendiosas deslocações ao grupo central impossibilitaram uma investigação consistente, e que certamente seriam um manancial de informação sobre as redes transatlânticas e triangulares entre Europa, América e África.

²⁵ Entrevista informal com Hugo Vaz (Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, Porto; novembro, 2017). Por e-mail contactou-se os historiadores Inácio Steinhardt e Elvira Mea [biógrafos de Artur Carlos Basto (Mea e Steinhardt 1997)]. Todos os entrevistados reiteraram as informações recolhidas na Comunidade Judaica de Lisboa e o extraviado de documentos da Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados (*Commassis*), ou por via oficiosa, ou por herança familiar (alguns em localização incerta). Para mais informações sobre a *Commassis*, recomenda-se: (Milgram 2010, 153–70).

²⁶ Entrevista informal com a professora Laura Rocha, Presidente do Conselho Diretivo.

²⁷ O diretor da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, dr. Manuel Costa, conhecedor do impacto social do escotismo marítimo na Póvoa de Varzim, encetou o convite para a publicação de um artigo introdutório no Boletim Municipal (Graça 2017a).

Em Lisboa premiou-se o Arquivo Municipal e Hemeroteca Municipal de Lisboa, Sociedade Geografia de Lisboa, entre outros. Confirmou-se a existência de grupos de escoteiros em várias escolas secundárias, Sociedade de Geografia e Liga dos Combatentes. Os antigos liceus Gil Vicente²⁸, Luís de Camões²⁹ e Pedro Nunes³⁰ dispõem de alguma documentação avulsa por terem sido instituições hospedeiras de grupos com o outorgamento da gestão da Instrução Militar Preparatória aos escoteiros (Joaquim Pintassilgo 2014). Na Sociedade Geografia de Lisboa, onde em 1933 se fundou o AEP Gr. 13, os livros de atas mostram o interesse da *intelligentsia* da época, e confirmam-se os debates acerca do movimento e da sua finalidade, se belicista ou se pacifista. A acrescentar, o arquivo da Liga dos Combatentes, com especial destaque para o fundo “Cruzada das Mulheres Portuguesas”, que contém registos de financiamento e periódicos do grupo nº 2 da AEP, e onde Ana de Castro Osório surge como mecenas em 1921³¹. E ainda em Lisboa, procurou-se colmatar estes espaços em branco com o espólio dos grupos 7, 9 e 94 da AEP. Nestas três unidades localizaram-se bastantes exemplares de imprensa associativa, inexistentes na generalidade das bibliotecas públicas.³²

A direção central da Associação de Guias de Portugal (adiante AGP) empenhou-se em cooperar na construção da tese e disponibilizou toda a documentação histórica disponível que detêm³³. Apesar dos poucos documentos produzidos até 1939, recolheu-se informação bastante válida para uma abordagem sociológica nos espaços perimetropolitano e colonial. Esta informação foi complementada com o arquivo privado da Companhia do Funchal da mesma associação.³⁴ Noutros arquivos, nomeadamente o Arquivo Histórico-Militar, Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, Arquivo da Marinha, Arquivo Histórico-Ultramarino, Arquivo Histórico-Diplomático encontrou-se alguma documentação avulsa, dispersa por vários fundos, mas não menos importante. Em todos registou-se alguma correspondência entre grupos de escoteiros e organizações estatais, muitas vezes facilitada pela

²⁸ Agradece-se à prof^a Dora Oliveira o interesse e dedicação ativa a esta tese. Durante um ano dedicou parte do seu tempo livre à procura de documentação no Arquivo “morto” da Escola Secundária Gil Vicente (setembro, 2016).

²⁹ Entrevista informal com o prof. Francisco Mata, responsável pela Exposição “Os alunos da diáspora judaica no Lyceu de Camões (1933-1945)” na Escola Secundária Luís de Camões (março, 2017).

³⁰ Entrevista informal com a prof^a Elsa Ferreira.

³¹ Para mais informações sobre a transferência do património da Cruzada das Mulheres Portuguesas para a Liga dos Combatentes da Grande Guerra e o papel que Ana de Castro Osório teve na dinamização da mesma, recomenda-se o recente trabalho de Natividade Monteiro (Monteiro 2022).

³² Agradecemos a disponibilidade e benevolência dos escoteiros-chefes destes grupos, que abdicaram das suas atividades escotistas para auxiliarem na procura e digitalização de documentação: Paulo Franco (Gr. 7-Lisboa), Fernando Cordeiro (Gr. 9-Olival Basto) e Diana Oliveira (Gr. 94-Restelo).

³³ Entrevista informal com Sara Nobre, presidente da Associação das Guias de Portugal (maio, 2018).

³⁴ Agradecemos a Karoline Baras, Comissária da Companhia do Funchal, a benevolência no acesso ao arquivo privado. A qualidade da informação obtida obrigou a repensar a integralidade da tese.

versatilidade de funções dos seus subscritores (militares, escolares, ministeriais), o que mostra a articulação entre poderes.

A Biblioteca Municipal da Lousã possui o espólio pessoal do professor Álvaro Viana de Lemos, fundador do escotismo em Coimbra e membro da cúpula diretiva da AEP na década de 1920. A quantidade exorbitante de informação sobre o estabelecimento do movimento na Lusa Atenas merecia um estudo por separado, pelo que nos limitámos aos periódicos associativos.

Fora de Portugal investigámos o Arquivo Histórico de Moçambique, a *State Central Library of Goa* e os acervos privados das *Jamatkhanas* de Damão e Silvassá (Nagar-Aveli) na Índia. No primeiro caso identificou-se alguma documentação local interessante para o estudo de introdução do escotismo laico em Lourenço Marques, mas nenhuma para as restantes associações, o que reforça a apologia ao estudo das políticas arquivísticas do Estado Novo. No caso sul-asiático, na *State Central Library of Goa*, obtiveram-se alguns dados interessantes em periódicos locais, inexistentes em Portugal. Em Damão e Silvassá, algumas entrevistas a antigos escoteiros ismailis proporcionaram novos dados sobre o extravio dos respetivos acervos associativos. Numa delas pudemos observar um diploma de honra atribuído à banda de música dos escoteiros *khojas* (ismaelitas) em pleno período de interdição estatal.³⁵ E em Roma, acedeu-se à sede da *AGESCI-Associazione Guide e Scouts Cattolici Italiani* e a *ICCS-International Catholic Conference of Scouting*, para elucidação dos seus fundos. Nesta última o acesso foi negado devido à recente trasladação do arquivo histórico de Genebra para Roma.³⁶

Com este marco de limitações, optou-se por investigar as imprensas associativa, religiosa e generalista, e de forma exaustiva. A leitura dos órgãos de comunicação escotistas evidenciase maioritariamente na revista *Flor de Lis*, fundada em 1925 e ininterrupta até ao presente. Outros periódicos de curta tiragem, balizados entre 1918 e 1942, tais como *O Escoteiro*, *O Scout*, *Adueiro*, *Adueiro do Sul*, *Alvorada*, etc., possuem dados importantes, entrevistas a muitos dos fundadores, *memorabilia*, que complementaram a análise das associações não-católicas, e nem sempre emergentes na imprensa religiosa, em jornais como o *Jovem Luso*, propriedade da Associação Cristã da Mocidade, ou o católico *Novidades*, que apresentavam colunas inteiras de noticiário escotista. Na Hemeroteca Municipal de Lisboa e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, observou-se ainda o jornal *Revolução*, do Movimento Nacional-

³⁵ *Diploma de honra concedido pelo Presidente da Comissão Organizadora dos Festejos de Natal do Concelho de Silvassá à banda de música dos escoteiros khojas* (24-12-1944). Acervo pessoal de Nazim Samsudin.

³⁶ O arquivo da *AGESCI-Associazione Guide e Scouts Cattolici Italiani* contém um relatório de 1922, elaborado em Bruxelas, sobre o *modus operandi* do escotismo católico no espaço europeu. A leitura deste documento ofereceu pistas sobre a natureza da rede católica, na qual se inseriu mais tarde o *Corpo Nacional de Scouts/Escutas* e abre espaço a novas leituras sobre as resistências deste às juventudes estatais.

Sindicalista de Rolão Preto, e que obrigou a abrir espaço ao interesse dos *camisas azuis* no movimento de Baden-Powell.

A consulta da imprensa generalista foi algo que se quis evitar desde o início, sobretudo pela seletividade de informações, muitas vezes imposta pelos gabinetes editoriais em desacordo com grupos/indivíduos de fações políticas divergentes, mas que se tornou imprescindível. Durante a indagação de artigos jornalísticos para a contabilidade do efetivo humano, mapeamento de grupos em determinados topónimos, e informações relevantes para abordagens prosopográficas, surgiu a agradável surpresa de que *O Comércio do Porto* funcionara como órgão oficioso da UAP³⁷, e *O Século* promovera a emancipação de várias associações lisboenses independentes durante a Primeira República. A leitura atenta dos seus números diários, de 1909 a 1939, permitiu caracterizar significativamente a complexa rede escotista em todo o país. Ao todo, foram consultados cerca de setenta jornais religiosos e generalistas (entre diários, semanários, bissemanários e revistas) e trinta e quatro periódicos associativos, contabilizando-se mais de 16.000 exemplares para as três décadas.

Metodologia e Objetivos

O nível de conhecimento qualitativo acerca do peso histórico-institucional do escotismo em Portugal está muito longe de outras congéneres estrangeiras, como referido antes. Talvez no dia em que os principais arquivos associativos sejam organizados, e estejam disponíveis para consulta, poder-se-á então empreender uma abordagem comparativa ou cruzada consistente. De momento, e estando nós limitados a uma grande dispersão e heterogeneidade de fontes documentais, optou-se por uma metodologia híbrida a partir de várias ciências sociais. Desde logo, as aproximações recentes ao associativismo profissional (J. Freire 2006), às memórias associativas, passando pela história religiosa (Fontes 2011; 2013b), história política das juventudes (Culla y Clarà 2005; Queiroz 2008; Ponzio 2015; Neumann 2019), aos parâmetros institucionais da modernidade, sobretudo através da diplomacia paralela (B. C. Reis 2006, 310; Jones 2015). Este hibridismo metodológico surgiu como uma necessidade imperativa de resposta a um objeto de estudo já de si *sui generis*, não só pela sua complexidade trinomial (internacional-supranacional-transnacional), como também pela sua composição sociológica. Ou seja, um associativismo dirigido para jovens, mas quase sempre liderado por adultos oriundos da sua própria produção (ex-jovens escoteiros), uma novidade que se acoplará ao conjunto de análises sobre a história dos movimentos sociais.

³⁷ A União dos Adueros de Portugal foi extinta em 1934 e certamente o seu arquivo oficial foi destruído. Os raros documentos produzidos encontram-se dispersos pelas associações congéneres ou nalguns arquivos municipais.

A leitura da correlação entre associativismo escotista e enquadramento social da juventude em Portugal foi elaborada a partir da obtenção de informações de carácter qualitativo e complementada com quadros quantitativos. O material empírico sondado permitiu destrinçar dois planos de análise. O primeiro, a partir de dados que forneceram índices de informação sociológica (em anexo), tendo como prisma o crescimento das várias associações surgidas nas diversas geografias metropolitanas e imperiais. As variáveis de pesquisa localizaram-se nos vários quadrantes de análise, e pretenderam responder à singular tolerância do Estado Novo em face do escotismo dentro de uma política proibitiva que se distinguiu das diversas ditaduras europeias contemporâneas que liminarmente interditaram qualquer forma associativa fora do quadro estatal. Como tal, foi imprescindível identificar quem era quem, caracterizar o perfil dos dirigentes enquanto agentes da “nova cidadania”, partindo do modelo educativo proposto pelo general Baden-Powell em 1907 na Inglaterra, muito influenciado pelas múltiplas correntes da “Escola Nova” (Baden-Powell 2012). Recorde-se que o *scouting* tinha como finalidade a implementação de uma ideologia sincrética, que visava a formação de novos cidadãos, através do contacto com a natureza, em regime de acampamento, onde se aplicaria a liturgia dos valores patrióticos e/ou religiosos. Um sincretismo elaborado a partir das premissas positivistas dos finais de oitocentos, e muito caracterizado pela conjuntura da manutenção do corpo, com bastantes ecos de uma imagética colonial britânica. A sua institucionalização em Londres, em 1907, cedo conheceu vantagens político-pedagógicas por toda a Europa, e que originaram divergências quanto à sua aplicabilidade (Mills 2013).

A narrativa comum da génese do *scouting* português a partir de Macau pelo comandante Álvaro Melo Machado, e a sua transferência cultural para a metrópole (e restante império, nomeadamente Moçambique e Índia), - sobejamente divulgada nas memórias associativas e reproduzida na generalidade da produção científica - , acaba por ser uma visão redutora do itinerário associativo³⁸. O interesse de Melo Machado pelo escotismo asiático em 1911, na dupla vertente pedagógico-militar e diplomático, é bastante óbvio, e soube-o explorar nos círculos elitistas britânicos de Hong Kong (Kua 2011; A. G. Dias 2013). As fotografias do grupo macaense publicadas na *Ilustração Portuguesa* - e que se abordarão mais adiante - , procuraram fulgentear a imagem pejorativa do quotidiano português na imprensa inglesa asiática, logo no final de 1911.³⁹ Uma suposição que sai ainda mais reforçada com uma

³⁸ O escotismo em Moçambique foi fundado em 1914 pelo comandante Melo Machado. A partir de 1917, sob liderança do capitão Ismael Mário Jorge, dirigente desportivo e professor no Liceu 5 de Outubro em Lourenço Marques, inicia-se um projeto de expansão em várias localidades moçambicanas (Domingos 2012, 69)

³⁹ “Scouts em Macau”, *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 339, 1912-Ago-19, pp. 235-237. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1912/N339/N339_item1/P15.html (consultado a 21-11-2021)

observação atenta ao jornal britânico *The Scout*, na segunda metade de 1912, quando se relatou o socorro a uma embarcação portuguesa em Hastings por escoteiros ingleses. O auxílio prestado por estes jovens ao barco *Oceana* serviu de pretexto a uma troca epistolar entre o Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal e a *Boy Scouts Association* do Reino Unido.⁴⁰

Estes pequenos episódios ofereceram uma oportunidade imperdível a vários atores políticos, e que viram a ambivalência do movimento como um reforço na alicerçagem de uma diplomacia informal com Londres. Mais ainda quando a implementação do escotismo em Portugal surgiu no contexto de uma emergente república (Ramos 2011), e a aproximação ao general inglês Baden-Powell - peça influente nos bastidores da política britânica, herói da guerra anglo-bóer e fundador do escotismo mundial - seria sempre uma mais-valia no quadro internacional. Através desta perspectiva abriu-se um novo quadro interpretativo sobre esse papel oficioso que o movimento escotista português poderia assumir no xadrez político. Recorrendo à metodologia sugerida por Peter Jones, observou-se o *scouting* como um agente dinâmico de diplomacia paralela (B. C. Reis 2006, 310; Jones 2015).

O regresso do comandante Melo Machado à metrópole motivou a criação de um novo grupo em Lisboa, e que coincidiu com a existência prévia de outros na capital e na cidade do Porto. Enquanto a ideologia do ex-governador era especificamente laica e militarista, o outro grupo lisboeta assumia a confissão protestante e uma posição pacifista, sendo duplamente financiado pela Associação Cristã da Mocidade e por alguns diretores ingleses da *Anglo-Portuguese Telegraph Company*. A inclusão, *a posteriori*, de um terceiro grupo no Liceu Pedro Nunes originou a fundação da AEP, com reconhecimento oficial em 1913 (E. Ribeiro 1982, 30). Precisamente, ao longo dos primeiros três capítulos observar-se-á como as lideranças internas dos três grupos concorreram entre si. Cada um dos capítulos aborda um tipo de *scouting* distinto (religioso, laico ou escolar) e como cada uma das fações pugnará por moldar a AEP a nível nacional a partir da sua própria proposta de enquadramento juvenil.

A emergência do escotismo e a sua capacitação como organismo de Instrução Militar Preparatória durante a Primeira República merece alguma atenção, na medida que a relação entre escoteiros e Estado Português, numa perspetiva *bottom-up* (Stoler 2002, 99; Chakrabarty 2007, 97), nem sempre foi pacífica. Este assunto merece uma atenção redobrada, já que existe um grande vazio nos estudos sobre o enquadramento da juventude no período anterior a 1939, seja nas vertentes militarista/pacifista, seja religiosa/laica, entre outras, e a observação destes escoteiros-chefes permite entender o impacto que o associativismo escotista teve nas políticas juvenis entre 1910 e 1939 (March Manresa e Sureda García 2003, 130). Este método permite

⁴⁰ “How Hastings started scouts in Portugal”, *The Scout*, 1912-Out-19, p. 147

aferir como a primeira legislação referente ao método escotista em 1913 obteve grande resistência, com muitos dirigentes a recusarem participar na implementação nacional da educação militar. Esta divergência manteve-se até à Ditadura Militar, com vários atores políticos, desde militares a professores primários, a situarem-se nas barricadas dos “prós” e dos “contras” relativamente a este tipo de educação. Muitos destes dirigentes eram militares. E muitos adeptos do escotismo, mesmo não sendo escoteiros, também eram militares⁴¹. Esta circunstância leva-nos a concordar com Simon Kuin em que a génese bélica das juventudes estatais remonta à Primeira República, sobretudo no que respeita à gestão da Instrução Militar Preparatória, quando surgiram sociedades de iniciativa particular e centros políticos de onde irradiaram promiscuidades e perturbações (Kuin 1993, 576). Com a instauração do Estado Novo, a tutela do *scouting* passou a ser vigiada pela lupa das Mocidades Portuguesas colocando um ponto final na questão.

A decisão da alta hierarquia católica de Braga de avançar com uma associação exclusivamente católica nacional colidiu com as agendas das associações já existentes, nomeadamente a AEP (pluriconfessional) e a União dos Adueros de Portugal (laica), e que mais não era do que a continuação de um debate que se arrastava desde os finais do século XX (Fontes 2013a, 226). A afirmação do Corpo de Scouts Católicos Portugueses será o tema principal do capítulo 4, em que se institucionalizou de vez o *scouting* católico como a terceira organização nacional em Portugal. A novidade aqui reside na observação das organizações concorrentes e como estas explicam a génese da associação bracarense, algo comumente omitido nas memórias do atual Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português. Contudo, os estatutos e linha política dos Scouts Católicos cedo suscitaram dúvidas dentro do Partido Democrático, o que reabriu mais uma vez o debate acerca do “perigo católico” na formação dos futuros cidadãos em 1923. Ao destringir-se o papel político assumido pelos dirigentes católicos, percebe-se o rápido crescimento associativo a partir de 1923. A compreensão da sua heterogeneidade no tecido organizacional juvenil tornou-se essencial, sobretudo na relação com outros agentes sociopolíticos, numa dupla dimensão de serviço ao império e da economia do panegírico *Deus-Pátria-Família*. De forma global, compreende-se a evolução do *ethos* do “Homem Novo” católico, da sua representação social trifaceada entre um

⁴¹ A imprensa escotista durante a Primeira República e Ditadura Militar publicou várias dedicatórias de oficiais militares aos vários grupos (de acordo com a filiação associativa dos dedicantes). Por exemplo, em agosto de 1918 o jornal *O Escoteiro* transcreveu um excerto do texto do coronel Sousa Tavares aquando da sua visita ao AEP Gr. 11-Liceu Camões, em Lisboa: «Oxalá que entre nós criéis fortes e perduráveis raízes, como em Londres, Barcelona e outras grandes cidades onde o “escoteiro” é sempre carinhosamente recebido e festejado, quer ele tenha acabado de arriscar a vida em rasgos de elevação cívica, quer se apresente em simples formaturas, irrepreensivelmente apumado na sua modestíssima *blouse* de obreiro da civilização.» («Do livro de opiniões do Grupo nº 11 », *O Escoteiro. Órgão Oficial da A.E.P.*, Ano II, nº 14, 1918-Ago, p. 2).

supranacionalismo que apenas detém a Santa Sé como centro político fixo, um internacionalismo pacifista emergente, e ainda um transnacionalismo organizacional, com uma plasticidade apta para as associações se estabelecerem em vários países.

Ao longo do capítulo 5 ver-se-á como o associativismo escotista ocupou o espaço mediático e público. Foi necessário consultar os cerca de setenta jornais religiosos e generalistas e os trinta e quatro periódicos associativos para se perceber como os altos dirigentes escotistas, independentemente da associação a que pertenciam, se articulavam com o aparelho de estado. Este procedimento não só permitiu ver a instrumentalização de periódicos como *O Século*, *O Comércio do Porto* ou *Os Sports* a serem utilizados como autênticos órgãos oficiais de comunicação, como ainda se conseguiu construir um listado de grupos e dirigentes humanos disponibilizado em anexo. Acreditamos que estes dados permitirão novas abordagens para outras temáticas, na medida que se conseguiu identificar alguns dirigentes escotistas integrados noutras organizações concorrentes (comunistas, patrióticas e até nacional-sindicalistas).

A presente tese não está imune aos riscos inerentes a qualquer estudo de terceiro ciclo, e carecerá sempre de melhores aprofundamentos analíticos. A possibilidade de ausências ou omissões na identificação de dirigentes e/ou grupos que permitiram quantificar o universo escotista em Portugal e no Império é reduzida, apesar da condicionante de se ter explorado melhor a metrópole em detrimento do segundo, tanto em qualidade como em quantidade. A “gelatinosidade” orgânica do movimento obriga a que se o veja numa perspetiva caleidoscópica, e a divisão temática por capítulos corresponde exatamente ao prisma que se pretende ter. Quantos eram e onde se estabeleceram? A sua quantidade seria assim tão parca ao ponto de os arquivos atuais não possuírem fundos de documentação produzida? A observação das redes sociais transnacionais e o papel de alguns dirigentes ingleses na manutenção e liderança das mesmas, tanto no império como na metrópole, permitiram reler a introdução do escotismo no território português.

Esta complexidade obriga a uma leitura atenta da realidade nacional. E dificilmente se entenderá um segmento da tese sem o seu conjunto, ou seja, dificilmente se compreenderá a implementação do *scouting* em Moçambique (capítulo 6), ou a sua dimensão internacional (capítulo 7) ou ainda as organizações concorrentes (capítulo 8) sem se observar a primeira parte de forma integral. A novidade de se ter cruzado documentação goesa, damanense e moçambicana ajudou a rever a importância da presença ismaili no associativismo escotista colonial, e abre ainda novos enfoques sobre as resistências de algumas minorias religiosas e respetivas redes institucionais interimperiais no Arco Índico (capítulo 9). E essa dimensão imperial em conjunto com o *leitmotiv* “ao serviço do império” acabam por ser dois sub-eixos

de análise imprescindíveis à caracterização da regulação social dos jovens, elementos basilares da modernidade.

O mesmo se poderá dizer sobre a extinção de uma associação católica como a Associação das Guias de Portugal (capítulo 10), incompreensível sem se recorrer primeiro às dinâmicas do católico Corpo Nacional de Scouts. Mais que não seja pela natureza da própria instituição, na medida em que a sua ideologia internacionalista vinco posições divergentes com a amplitude dos diversos sectores conservadores (Alexander 2017). Este percurso empírico e de embates políticos sobre a gestão do corpo das jovens está na origem da vertente unilateral feminina do escotismo português, e que deu origem à Associação das Guias de Portugal, estabelecida em 1934, quando já se projetava a extinção/assimilação das associações de escoteiros (Pimentel 2001). A abordagem à unidade do Funchal cruza a questão de género, referenciando o papel do arquipélago como “elo” das redes transatlânticas que excluía Lisboa de qualquer circuito, e incidirá na “intocabilidade” da Companhia Funchalense em 1936, quando a AGP foi absorvida pela Mocidade Portuguesa Feminina. Questões parcelares, mas suficientemente pertinentes ao ponto de colmatarem falhas na historiografia atual sobre a juventude portuguesa neste período.

Estes procedimentos supracitados aproximam-nos da problemática da tolerância estatal portuguesa na manutenção do escotismo a partir de 1939, e que só será compreensível a partir da quantificação da sua dimensão durante os vinte e oito anos anteriores. Procurando responder ao desafio, conjugaram-se dois tipos de análise distintos e baseados nos modelos historiográficos britânicos para objetos de estudo idênticos (Mills 2013). A informação extraída do material empírico foi inserida em base de dados correntes que permitiram enquadrar e mapear a instalação nos diversos territórios intercontinentais. Ao se compilar e cruzar todos os dados, identificaram-se mais de dois mil dirigentes e cerca de seiscientos núcleos locais, um trabalho realizado a partir de fontes díspares, o que tornou esta tarefa morosa (em anexo). À partida será um objetivo cumprido, pois as próprias associações desconheciam o histórico dos seus efetivos e respetivas diacronias. E por uma questão de economia de texto, na identificação dos grupos utilizar-se-á primeiro o acrónimo associativo seguido da respetiva numeração e toponímia. Por exemplo, o grupo nº 1-Lisboa da Associação dos Escoteiros de Portugal ou o grupo nº 41-Barreiro da União dos Adueros de Portugal serão indicados respetivamente como AEP Gr. 1-Lisboa e UAP Gr. 41-Barreiro.

O escotismo foi mais que um complemento educativo ao sistema escolar, e foi tema de conversação nalgumas aproximações portuguesas aos bastidores do *Foreign Office* logo nos primeiros anos da República, e sê-lo-ia durante todo o período em análise. As várias visitas oficiais e não-oficiais do general Baden-Powell a Portugal (1929: Lisboa; 1931: Funchal; 1934: Lisboa) refletem o peso político desta dinâmica transnacional, estruturada à escala

internacional, e sustentada por obediências supranacionais, ao qual os governos da Primeira República e pós-28 de maio não ficaram imunes. Em 1939, o escotismo oferecia ao governo português a estabilidade funcional que as Mocidades não tinham, fosse no voluntariado, fosse no enquadramento religioso da juventude, fosse ainda numa vertente diplomática, afastando quaisquer pretensões germanófilas dos organismos estatais à *Hitlerjugend* (capítulo 7).⁴² Acreditamos que esta abordagem oferecerá uma nova leitura sobre as políticas de aculturação nacional-socialista na década de 1930 (Ninhos 2017).

A reconstituição da história da implantação e organização do *scouting* nas primeiras décadas do século XX em Portugal constituirá o fio condutor desta tese. O esclarecimento dos objetivos e estratégias dos diversos sectores da sociedade interessados em encontrar respostas novas para enquadrar socialmente a juventude, permitirá clarificar o carácter poliédrico do escotismo e ajudará a esclarecer uma questão central da política educativa do Estado Novo.

De facto, um desses objetivos centrais visa responder à questão da razão da tolerância estatal face ao escotismo, e procura explicar como algumas associações conseguiram coexistir com as Mocidades Portuguesas. De forma necessariamente redutora defendemos que essa tolerância foi fruto de três grandes obstáculos institucionais (e que respeitam cada uma das três partes da tese).⁴³ O primeiro, pelo interesse de vários sectores sociais na problemática do enquadramento da juventude. O segundo, como o rápido crescimento do escotismo permitiu o aparecimento de um enorme número de efetivos e um bom enraizamento local em todo o país. E por fim, ao não extinguir o escotismo, ao contrário do que a Itália ou a Alemanha já tinham feito, o Estado Novo evitava assim abrir uma crise significativa nas relações diplomáticas com a Grã-Bretanha e abrir uma frente de conflito com a Igreja Católica. A conglomeração das várias associações escotistas na Organização Escotista de Portugal em 1932 abriu um precedente de tutela estatal, e que culminaria com a transferência de todas as unidades escotistas para a Organização Nacional das Mocidades Portuguesas no império em 1939. Datas que significativamente coincidem com a elaboração do Acordo Missionário e a Concordata com Santa Sé em 1940 (R. A. de Carvalho 2013; Fontes 2019). Três eixos de análise que, em conjunto, destoam bastante da narrativa construída nas últimas décadas, e alicerçada no exclusivismo do papel protetor do cardeal Cerejeira.

⁴² Para uma introdução à génese e institucionalização das juventudes hitlerianas, recomenda-se: (Kater 2016).

⁴³ Os historiadores neerlandeses Kristian Mennen e Marijn Molema aplicaram um questionário semelhante para a realidade imperial dos Países Baixos a partir da história religiosa do associativo escotista, com uma observação atenta ao conceito de “pillaring country”, em que uma suposta aproximação a qualquer credo automaticamente ameaçava a unidade nacional. Este questionário não é totalmente aplicável ao caso português, tendo em conta que todas as associações neerlandesas unificaram-se na Scouting Nederland em 1973 (Mennen e Molema 2016).

Por último, como antes foi referido, a dissertação carecerá sempre de mais e melhores aprofundamentos analíticos, nomeadamente em função do acesso a novas fontes arquivísticas. A possibilidade de lacunas, ausências ou omissões é plausível, e a sua responsabilidade recai apenas e unicamente no seu autor.

Parte I – O enquadramento social da juventude e o método de Baden-Powell

Capítulo 1) A emergência do escotismo no associativismo protestante português

O advento da modernidade e a progressiva separação de poderes, numa definição de fronteiras entre o universo espiritual e os poderes terrenos, caracterizada por uma consequente desconstrução e mutação de uma sociedade teocêntrica numa sociedade de multipotestades, cedo originaram novas inquietudes sociais acerca de uma idade incrustada entre a infância e a plena maturidade (Fontes 1995, 505). O enquadramento destes seres humanos, simultaneamente demasiado velhos para se posicionarem sob a supervisão de maiores, e demasiado novos para assumirem lideranças e responsabilidades em determinados meios económicos, provocou preocupações sociais imponderadas até à data. Aptos para trabalhar - mas não para dirigir -, a emergência do mundo fabril europeu ao longo do século XIX abriu portas à inclusão das crianças “mais velhas” nas respetivas linhas de produção, subjugadas por um quotidiano fácil na propagação de enfermidades, erosão sanitária e ruturas domésticas, com episódios de violência física nos agregados familiares. Basta recordar a variedade os romances literários referentes a estas convivências, evidenciados pela obra “*Oliver Twist*” de Charles Dickens na década de 1830. O que fazer com estes jovens surgiu assim como uma preocupação social nos alvares da modernidade, e as estratégias de enquadramento poderão ser observadas em quaisquer geografias europeias (Roig Rodríguez 2003; Montero García e Fullana Puigserver 2003, 48), nas quais o território português não foi uma exceção. A conceção de uma nova faixa etária emergente, entre a infância e a idade adulta, foi um tema assinalado em autores como Ribeiro Sanches, com a publicação de “*Educação da Mocidade*” em 1760 (A. C. Araújo 1984, 391)⁴⁴.

Antes de mais, convém incidir sobre o conceito “*mocidade*”, surgido em vários quadrantes ao longo do século XIX, e quase sempre numa perspetiva de preocupação. Basta pensar no caso do portuense Ferreira Borges em 1832, que criou a *Cartilha do Cidadão Constitucional*, dedicada exclusivamente à *mocidade*.⁴⁵ Ou ainda D. António do Santíssimo Sacramento Silva Saldanha, que, em 1849, compilara as diretrizes papais de Pio IX, também relativas à *mocidade*.⁴⁶ O caso mais significativo será o da “*Exortação à Mocidade*”, do

⁴⁴ O tema da educação juvenil na época contemporânea é uma linha de investigação suficientemente lata e pluridisciplinar que dispensa apresentações, pelo que nos remetemos a indicar apenas este exemplo. Para uma breve introdução à temática, recomenda-se o artigo jornalístico «*Movimentos sociales ¿Cuándo nació la idea de la juventud?*», de Abril Phillips (disponível aqui: <https://www.lavanguardia.com/historiayvida/historia-contemporanea/20200823/27078/xxxx.html>; consultado a 14-Set-2022).

⁴⁵ Borges, José Ferreira (1832). *Cartilha do cidadão constitucional dedicada á mocidade portugueza*. Londres: T. C. Hansard.

⁴⁶ Saldanha, António Almeida e Silva (1849). *Pio IX e a missão da mocidade*. Lisboa: Imprensa Nacional. Os exemplos são muitos e extensíveis à primeira metade do século XX: desde a obra literária de Guedes Teixeira

historiador Carlos Malheiro Dias, publicado inicialmente em 1924, fruto de uma conferência na Universidade de Coimbra nesse ano e que merece alguma atenção:

«[...] Não quero admitir que desertareis das fileiras espirituais e passareis com as vossas armas cintilantes para as fileiras torvas e caóticas do inimigo. No estado a que chegámos, o patriotismo tem de ser servido como a religião pelas ordens militares. Fora da fé não pode haver salvamento. Fora da acção não há finalidade. Patriotismo é abnegação, atividade viril, ímpeto, pundonor, grandeza de ânimo. Não se acode à pátria com elegias, com declamações hamleticas, com as abdicações pusilânimes do desalento. Fé e combatividade, eis as virtudes do patriota.» (C. M. Dias 1924, 26).

Um conceito passível de leituras recíprocas, como o vocábulo “juventude”, de que a modernidade lentamente adotaria este último em detrimento da idade dos moços, o tempo dos novos (Fontes 1995, 507; 1997). Quanto à sua aplicabilidade no objeto de estudo, relembro um exemplo fácil e claro como a quantidade de associações de bairro surgidas desde os finais do século XIX, ora apodadas como “juvenis”, ora intituladas oficialmente como tal.⁴⁷ Várias coletividades reforçaram o seu método pedagógico a partir de seis áreas de desenvolvimento específicas bastante evidentes, em muito influenciadas pelos debates contemporâneos trazidos a público pelas ciências do foro psicológico/psiquiátrico: físico, afetivo, carácter, espiritual, intelectual e social (O. Cunha 2008). Recorde-se como alguma literatura anglo-saxónica novecentista (e ainda hoje corrente nos vários currículos educativos internacionais), como Lewis Carroll, Mark Twain, Jules Verne, Herman Melville, Rudyard Kipling, Arthur Conan Doyle ou J. M. Barrie, tinham como objetivo o estímulo de interesse na leitura dos mais novos e por consequência o desenvolvimento dessas cinco áreas. Não será por acaso que a transformação destas obras pela indústria cinematográfica de Hollywood em animação cartoonista visava especificamente o público infantil, o que sugere a emergência de uma nova categoria de leitores. E nessa transmissão de valores os conceitos morais da matriz judaico-cristã enquadrantes não escapam: valorização da disciplina, controlo de emoções, especificação dos papéis sociais, confronto ciência-religião, e, sobretudo, a separação dos campos ideológicos. Se bem que em Portugal o debate historiográfico sobre a “juventude” tem sido remetido sobretudo para os estudos dedicados às ideologias filoditatorias e conservadoras, em

intitulada “Mocidade Perdida” (1895), até à “Feira da Mocidade do Club Estefânia” (Cf. *O Século*, Ano 39, nº 13:504, 1919-Ago-01, p. 2); “Feira dos Moços da Corujeira” (Cf. *O Comércio do Porto*, Ano LXXI, nº 81, 1926-Abr-07, p. 2); “Liga da Mocidade Africana”, *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1910, 1932-Jul-26, p. 3), etc.

⁴⁷ Apenas a título de exemplo, a Sociedade Patriótica Instructiva da Juventude Portuense (fundada em 1823); Associação da Juventude Catholica Lisbonense (1897); Tuna Recreativa Juventude Chelense e Xuventude de Galicia (ambos em 1908); e o Juventude Sport Clube, de Évora (1918). O caso mais mediático será o clube italiano de futebol, Juventus Football Club, da cidade de Turim (fundado em 1897).

que o fascismo se afirmou como a expoente de todas, também é certo que a preocupação com a questão da juventude é transversal a toda a sociedade e extrapolável o suficiente para ser observado a partir de uma perspectiva transnacional (Pinto e Ribeiro 1980, 21; Ponzio 2015, 39; Neumann 2019, 39). A título minimalista, recorro ao papel de Vladimir Lenine que publicou as suas exortações e preocupações pela emancipação da juventude num congresso político e que serviram de inspiração para vários movimentos internacionais (Lenine 1975). Com bastante segurança, poder-se-á afirmar que praticamente todas as instituições concorreram para a sua conquista. A preocupação sobre o futuro, numa lógica da criação do futuro cidadão, transfigurou-se na expressão do *Homem Novo* em detrimento do *Homem Velho* (Tessadori 2014).

1.1 O *scouting* como meio de enquadramento da juventude

A fundição social de dois conceitos dispares como “juventude” e “associativismo” nos finais do século XIX acabou por ser mais uma das marcas da emergência da modernidade e acabará por moldar as malhas urbanas à escala mundial⁴⁸. A resposta ao enquadramento social dos pós-crianças/pré-adultos permitiu a uniformização de entidades extra-estatais propositadas criadas com esse fim, fosse numa perspectiva pré-militarizada como os batalhões infantis, fosse numa perspectiva das organizações da sociedade civil, mas sempre numa linha de crença no progresso liberal (Eisenstadt 1997, 27; Torrebadella-Flix 2015, 35). E para ser o mais preciso possível, socorremo-nos da expressão “peri-estatal” de Mireille Delmas-Marty, aplicada a um sistema estatal emanado de instituições civis, que reciprocamente se controlam e se moldam numa interação permanente (Delmas-Marty 1986, 121). Assim entendo a conceção do microuniverso escotista dentro do macrouniverso associativo.

Imagine-se indivíduos com idades compreendidas entre 10-15 anos em 1915 ou 1916, sócios ativos nessas associações, e contemporâneos em simultâneo da Grande Guerra e das várias crises políticas da Primeira República. Passados vinte anos, muitos ainda continuariam vinculados às respetivas associações em 1935, mas já assumindo cargos de chefia,

⁴⁸ Um claro exemplo da modernidade no que concerne às preocupações sobre o futuro da mocidade/juventude e a necessidade imperativa sobre o enquadramento desta faixa etária através de organismos tutelados pelo Estado poder-se-á observar no jornal *O Bejense*, em que um leitor identificado como João Farinho, numa longa dissertação endereçada ao diretor, desenvolveu o seu pensamento: «[...] A ginástica, deve, pois, acompanhar constantemente o enriquecimento da inteligência. Assim o entendem quase todas as nações modernas, onde os exercícios físicos e educativos e o «sport» se consideram inseparáveis de qualquer estabelecimento escolar, embora seja frequentado somente por meninas. Sabido como é que a maioria das crianças das escolas primárias são de 6 a 8 ou 10 anos, é quase um crime não exigir que efectivamente em todas elas se faça ginástica de qualquer espécie, ou por passeios bem dirigidos, ou jogos ou corridas, etc; pois que nos diz a ciência que o movimento moderado pode combater as doenças» («Educação Física», *O Bejense. Semanário Republicano*. Ano II, nº 59, 1912-Jul-31, p. 1).

compatibilizando a sua vida profissional com o ócio. E alguns até enquadrados no aparelho do Estado Novo, como Marcello Caetano (N. E. Ferreira, Carvalho, e Pinto 2012). Nesse caso, qual seria o seu papel na resistência associativa contra as políticas de absorção estatal? Influenciaria todo um governo em virtude de ser um dos principais dirigentes de um determinado organismo associativo? Se sim, em que medida a associação seria afetada na sua integridade por um dos seus principais elementos estar vinculado a uma facção política? De facto, o Estado Português tem dificuldade em aceitar organizações mundiais (e mais ainda supranacionais). Um exemplo parecido ao caso escotista foi a Cruz Vermelha Portuguesa, que por parte do Estado conheceu algumas tentativas de absorção durante a Primeira República.⁴⁹

A complexidade em torno destes posicionamentos leva-nos a aceitar a definição proposta por Delmas-Marty para caracterizar o associativismo escotista período entre 1911 e 1939 como o mais próximo de uma entidade peri-estatal, com atores a circularem facilmente nos dois campos. Algo bem diferente das restantes associações, fossem elas especificamente culturais, beneméritas, desportivas, religiosas, políticas ou indefinidas. E por assumir assim a caracterização peri-estatal do escotismo português, e tendo em conta a competição de interesses manifestada por distintas entidades na promoção inicial das teorias de Robert Baden-Powell (o que mostra a natureza compósita que este associativismo ainda hoje assume), encaminha-nos a apresentá-lo nesta primeira parte em quatro quadrantes diferentes e diacronicamente ordenados: protestante, laica-militar, escolar e católica. Começemos pelas minorias cristãs.

1.2 Os pioneiros protestantes do escotismo português

A origem do movimento escotista remonta a Inglaterra no ano 1907, quando Robert Baden-Powell decidiu aplicar *in situ* algumas das suas teorias já explícitas em livros de pedagogia militar (Baden-Powell 2012).⁵⁰ Ao reunir um grupo de vinte rapazes na ilha de Brownsea (Dorsetshire, Inglaterra) e o êxito pedagógico do novo método sincrético-

⁴⁹ Neste caso, o peso das relações pessoais e intrainstitucionais entre os membros da Cruz Vermelha, oriundos de vários países, teve bastante relevância durante a Grande Guerra (González Castillejo 2001, 645). A historiadora Maria Lúcia Brito de Moura ressaltou esta particularidade: «Segundo o representante da Cruz Vermelha, tratava-se de pessoas ilustradas, com prática de línguas estrangeiras - realçava-se o domínio da língua inglesa - tendo [Maria António Jervis Atouguia Ferreira Pinto Basto] relações pessoais e amistosas com elementos influentes da Cruz Vermelha em França, Inglaterra e Estados Unidos da América, que teriam importância para o êxito da missão.» (Moura 2006, 57).

⁵⁰ Existe um número significativo de biografias sobre o fundador Robert Baden-Powell, em diversos idiomas e dirigidas a públicos bastante heterogêneos. A título de curiosidade, numa estação de serviço em França, numa das estantes da “literatura para viagens” encontrámos o livro de Philippe Maxence, jornalista do *Le Figaro* (Maxence 2016), o que de certa maneira reflete o interesse generalizado sobre o papel do pedagogo inglês. Recentemente um grupo de escoteiros empreendeu uma coleção bibliográfica especializada, com vários números destinados à vida e obra de Baden-Powell e que podem servir de ponto de partida para um público menos introduzido nesta temática (Lontro e Monteiro 2018).

educacional conseguiu a atenção de inúmeras entidades (e até concorrentes entre si), que, a partir desta pequena experiência, objetivaram a que se introduzisse o *scouting* nas respetivas localidades (Alexander 2017, 25; Cruz Orozco 2019, 39). A ubicação da juventude era efetivamente uma preocupação constante no quadro mental da época vitoriana, e através das redes eclesiais anglicana e protestante que contavam com uma fácil circulação de imprensa religiosa, as informações sobre o progresso deste novo método atingiram os lugares mais distantes, cujas elites locais se interessaram por mimetizar a experiência londrina.⁵¹

A rapidez da propagação deste método pedagógico pode ser facilmente observada pela rápida tradução do livro *Scouting for Boys* de Robert Baden-Powell em 1909 em cinco idiomas (Sorrentino 1997, 24–25). E se se observar a cronologia da fundação das principais associações escotistas existentes por todo o mundo - Irlanda, 1908; Estados Unidos da América, 1909; Alemanha, 1909; Hong Kong, 1909; Itália, 1910; Brasil, 1910; Bélgica, 1910; França, 1911; Espanha, 1912; Rússia, 1915; etc. -, é perceptível que, no espaço de cinco anos, o movimento dos *boys-scouts* era já uma realidade institucionalizada à escala global. É precisamente neste espaço temporal que deveremos situar a introdução do escotismo em Portugal. A transmissão cultural do novo modelo pedagógico suscitou o interesse de vários atores no espaço nacional e coincidentemente todos no biénio 1910-1911: na *Oporto British School*, na periferia de Coimbra, e na ilha de São Vicente no arquipélago cabo-verdiano.⁵²

Embora as memórias históricas da Associação dos Escoteiros de Portugal atribuam um papel primordial ao comandante Álvaro de Melo Machado em 1912 (à época governador-geral de Macau e fundador *de jure* do escotismo português), será necessário olhar à imprensa religiosa protestante para se perceber como o *scouting* foi assimilado e aceite em todo o país. Indivíduos como Joaquim Leite Júnior, Eduardo Moreira, Robert Moreton ou até mesmo Diogo

⁵¹ A questão religiosa dentro do universo escotista tem tido uma observação menor. O general inglês era seguidor da Igreja Anglicana e observa-se que houve um grande número de adesões de outras confissões cristãs minoritárias, como fora o caso português. O caso católico caracteriza-se por uma certa complexidade analítica que será tratado num capítulo por separado (ver capítulo 4). Para leituras introdutórias académicas à temática sugiro alguns trabalhos: (Sorrentino 1997; Marquès 2004; A. C. Vicente 2004b; A. de O. Nascimento 2009).

⁵² A existência de *boy-scouts* ingleses na cidade do Porto é mencionada no órgão oficial da igreja anglicana de St. James em 1933, que atribuiu a iniciativa a Miss Ada Dagge, intermediária com a equipa do general Baden-Powell para criar um grupo na cidade em 1910 («The origin of the Boy-scouts Movement in Oporto, Portugal», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. II; nº 16, 1933-March; p. 53). Ada Dagge possivelmente era familiar de Arthur e George Dagge, dois britânicos sediados na cidade, conectados com Associação Comercial do Porto e impulsionadores de várias modalidades desportivas (Ferraria 2000, 204). Contudo, é a única referência detetada. No caso da ilha de São Vicente, a novidade é dada a conhecer pela *Ilustração Portuguesa* («Os Boy-scouts de Cabo Verde», *Ilustração Portuguesa*, nº 406, 1913-Dez-01, p. 630). Embora não exista qualquer data oficial de início de atividades no arquipélago cabo-verdiano, é plausível aceitar o ano 1912 como marco inicial, tendo em conta o tempo de viagem entre São Vicente e Lisboa e a uniformidade completa dos associados. O caso coimbrão é deveras interessante e responde parcialmente à introdução do escotismo nos círculos protestantes de Porto e Lisboa, que estão na génese do primeiro grupo da Associação dos Escoteiros de Portugal, pelo que se analisa aqui por separado.

Cassels, entre outros, tiveram um papel bastante relevante na incorporação da nova organização supranacional num Portugal prosaicamente visto como um país “atrasado” (Peixoto 2018, 82–83). Curiosamente a análise política-religiosa de alguns tem tido alguns avanços consideráveis em detrimento da implementação associativa-juvenil (R. M. Leite 2008; 2009; 2012).

1.2.1 Joaquim Leite Júnior (c. 1882 - ????)

Nos últimos anos do período monárquico decorreu o Terceiro Congresso das Uniões Cristãs da Mocidade, repartido por vários edifícios de Lisboa, desde a Sociedade de Geografia, ao Convento dos Marianos nas Janelas Verdes, entre outros, com vários colportores estrangeiros a deslocarem-se a Portugal para discutir as novas agendas institucionais (Moreno Afonso 2009, 237; Cavaco 2011, 610). A realização deste evento debateu algumas das preocupações sociais que se aproximavam bastante aos moldes do *scouting*, desde logo o debate sobre o enquadramento funcional da mocidade numa ótica proselitista protestante.⁵³ Foi precisamente neste congresso que o professor Joaquim Leite Júnior contactou com as mais recentes novidades associativas dos meios britânicos, entre os quais o escotismo.

Ainda antes das ideias de Robert Baden-Powell se materializarem no livro *Scouting for Boys*, já o ex-anarquista convertido ao cristianismo-protestante Leite Júnior manifestava as suas preocupações com a juventude portuguesa, o que o levou a empreender uma campanha de evangelização na aldeia de Paço, freguesia de Botão, Coimbra, em 1905.⁵⁴ Num imóvel improvisado conseguia cumprir os rituais e cerimónias religiosas sem grandes ostentações, mas o suficiente para captar a atenção de vultos religiosos como Henrique Wright, Robert Moreton ou Alfredo da Silva, nomes ligados tanto aos meios cristãos evangélicos como ao próprio escotismo portugueses.⁵⁵

Paralelo à administração religiosa da comunidade de Paço de Botão, Joaquim Leite Júnior apostou também na constituição de um Batalhão Infantil nos finais de 1907, num modelo pedagógico já em desuso na comunidade docente internacional (Almeida Aguiar 1999; Joaquim

⁵³ «Uniões Cristãs», *O Século*, Ano 29, nº 9852, 1909-Mai-22, p. 4.

⁵⁴ O passado anarquista de Joaquim Leite Júnior foi referido pelo historiador Belisário Pimenta nas suas memórias em 1909: «[...] A outra novidade é que comprei o nº 1 da revista evangélica *O Semeador* da qual um dos proprietários e directores é o Leite Júnior, hoje no 5º ano de direito e no meu tempo o feroz e intransigente Leite Júnior anarquista!... O anarquista libertário Leite Júnior, de há anos, é hoje o evangélico e bíblico Leite Júnior! Informou-me mesmo um vizinho do prédio onde mora que na casa dele se ouvem cantos religiosos, cantados pelos filhos e ensaiados por um inglês que lá vai muito. O Leite Júnior!» (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: Pimenta, Belisário. *Memórias: diário ao correr da pena*, Vol. 3, 1909-Fev, p. 46).

⁵⁵ «Notícias. Dr. F. Clark», *Egreja Lusitana Catholica Apostolica e Evangelica*, Ano XIV, nº 205, 1907-Ago-01, p. 4; «Paço (Botão)», *O Mensageiro. Folha Instructiva e Noticiosa de Revivificação Espiritual*, Ano II, nº 18, 1906-Out, p. 4; «Leite Júnior», *Notícias de Coimbra. Folha independente*. Ano I, nº 61, 1908-Abr-08, p. 3.

Pintassilgo 2014; Torreadella-Flix 2015; Fontaine 2016; Salinas e Zavala Arnal 2017; Meza Huacuja 2018). A institucionalização dos batalhões escolares (ou infantis) nos continentes europeu e americano projetava antecipar a instrução militar, poupando tempo e dinheiro ao estado, numa lógica de emancipação fácil dos jovens (masculinos) e sua transformação em plenos cidadãos.⁵⁶ Como instrumento de regulação dos papéis de género, o batalhão destinava-se unicamente aos rapazes da povoação e assumiu algumas características semelhantes às promovidas dentro do movimento escotista: ordem unida, saídas ao campo, ensino e prática de instrumentos de musicais, entre outras (González Castillejo 2001, 631; Hansen 2012, 242). A presença no espaço público ocasionava-se a partir das principais festividades, como as natalícias, que serviam de momento simbólico, «um soldadito de 6 anos percorreu as ruas de Paço, cantando os hinos 137 e 370, seguindo-os muita gente que alegremente acolhera as criancitas na sua passagem», seguida de culto, na presença de 120 pessoas provenientes de várias localidades.⁵⁷ Contudo, esta experiência pré-militar em Paço abriu espaço a outras estruturas religiosas, como um núcleo da Liga do Esforço Cristão, um tipo de organização que esteve na génese de vários grupos *scouts* nos Estados Unidos da América, o que já por si indica o interesse entre os promotores protestantes e o desenvolvimento do escotismo (Setran 2010, 173; Christen 2014, 33; Vidal, Afonso, e Silva 2023).⁵⁸

Apesar da (plausível) curta existência do batalhão infantil do Paço, Joaquim de Leite Júnior incentivou vários órgãos de informação protestante a facultar artigos de opinião sobre o modelo correto de juventude que pretendia conseguir:

«[...] Precisa-se jovens de caracter; jovens que tenham um alto ideal de vida e que desprezem tudo quanto é vil; jovens de confiança, cuja palavra é ouro e cuja

⁵⁶ Por comparação, no Chile, em 1925, a polémica em torno dos batalhões escolares ainda era debatida nos principais congressos pedagógicos [Cabezas, Joaquin (1925). *Batallón escolar y el Scoutismo*. Santiago de Chile: Talleres gráficos de las Maestranzas del Ejército]. A historiografia portuguesa tem secundarizado esta temática, o que dificulta uma abordagem mais sólida. Neste quadro, saliente-se a exceção aos trabalhos de Joaquim Pintassilgo (Joaquim Pintassilgo 2014).

⁵⁷ «Paço do Botão (Coimbra)», *O Mensageiro. Folha Instructiva e Noticiosa de Revivificação Espiritual*, Ano III, nº 21, 1907-Jan, p. 4; «Um grupo do Batalhão Infantil de Paço do Botão», *O Mensageiro. Folha Instructiva e Noticiosa de Revivificação Espiritual*, Ano III, nº 23, 1907-Mar, p. 1. A fotografia deste grupo será republicada e utilizada como fonte principal na monografia de Eduardo Ribeiro sobre a história da AEP, que o descreveu como “O Batalhão Infantil Voluntário da Paz, de Paço de Botão teria sido uma tentativa de fazer Escotismo? (apesar de pouco nítida, publicamos esta gravura pela sua curiosidade)”. Em julho de 1937 os escoteiros católicos da Região de Coimbra do CNE realizaram várias atividades regionais nas aldeias do Botão, precisamente para “recatolicizar” o entorno («Notícias desgarradas», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 4, 1937-Mar-31, p. 32). A referência ao Batalhão Infantil como órgão genético da AEP só seria referida apenas pelo reverendo Eduardo Moreira a partir de abril de 1973 num artigo publicado no jornal *Sempre Pronto* (E. Ribeiro 1982, 23–24).

⁵⁸ É possível que o Batalhão Infantil de Paço tivesse uma duração inferior a sete meses («Paço do Botão», *O Mensageiro. Folha Instructiva e Noticiosa de Revivificação Espiritual*, Ano III, nº 24, 1907-Jun, p. 4). E talvez devido à emergência de outras entidades associativas que respondiam melhor às dinâmicas sociais como a Liga do Esforço Cristão, que promoveu uma campanha de expansão na região de Coimbra («Coimbra», *O Mensageiro. Folha Instructiva e Noticiosa de Revivificação Espiritual*, Ano III, nº 25, 1907-Jul, p. 3).

vida íntima pode ser conhecida sem ficarem envergonhados. Precisa-se jovens de coragem, resolvidos a seguir o bem, custe o que custar; que não vacilem perante a troça dos companheiros levianos ou a perseguição dos maus: que tenham coragem para ficar a sós, se for preciso, com as suas convicções e com Deus. Precisa-se jovens de estudo, de um zelo incansável em procurar a verdade e que não se deixem iludir coim as negações populares que entregam os homens a um negro desespero, cuja resolução muitas vezes é o suicídio [...].⁵⁹

A queda da Monarquia e a implantação da República faria com que as Uniões Cristãs da Mocidade assumissem uma fronteira bem definida e quase maniqueísta para com a Igreja Católica (Henriques 2005; R. M. Leite 2008). Ao se posicionarem publicamente como um «movimento religioso conhecido por protestantismo ou religião evangélica é basilarmente democrático e anti-jesuíto», contribuíram para que o novo regime político as olhasse como inofensivas⁶⁰. A juntar a isto, a própria natureza umbilical com a Grã-Bretanha, aproveitada em diversas situações como mais uma salvaguarda diplomática. A ligação das congregações protestantes a famílias estrangeiras resultou numa dependência financeira, logística e humana das sociedades missionárias sediadas noutras países (R. M. Leite 2008, 94). Por exemplo, nas cidades de Coimbra e Aveiro, um dos principais líderes religiosos de cristãos anorgânicos era o inglês John Opie, professor na Universidade de Coimbra (M. A. Rodrigues 1992, 77). Ou ainda o cidadão luso-inglês Henrique Wright (missionário anglicano em vários territórios do império português e fundador da União Cristã da Mocidade do Porto em 1894), realizasse uma conferência intitulada “Os heróis do mar”, referindo-se à funcionalidade de instituições de socorros a náufragos. Ao mostrar o altruísmo inerente às mesmas, com a dissertação sobre episódios de heroísmo realizados nos mares de Inglaterra e Portugal, simultaneamente aplicava uma lógica oficiosa de diplomacia paralela numa República instável.⁶¹

A experiência do Batalhão Infantil de Paço acabou por ser uma das portas de entrada para as novas ideias de enquadramento juvenil, e serão os mesmos atores que circundaram o trabalho de Joaquim de Leite Júnior na periferia de Coimbra que mais tarde procuraram introduzir o movimento escotista nas respetivas localidades. A novidade levou a que o jornal republicano portuense *A Montanha* o entrevistasse em maio de 1912, intitulando-o como o

⁵⁹ «Precisa-se jovens», *O Semeador*, Vol. I, 1909-nº 7, pp. 51-52. Um mês após a instauração da República, Joaquim Leite Júnior voltaria a criar uma associação semelhante, mas vinculada ao novo regime estatal, os *Voluntários da Paz*, e apresentados publicamente na receção ao ministro da Guerra, Alberto da Silveira, em Coimbra, com cânticos dos hinos da Maria da Fonte e A Portuguesa («Voluntários da Paz», *Notícias de Coimbra. Folha independente*. Ano IV, nº 330, 1910-Nov-19, p. 2»).

⁶⁰ «União Cristã da Mocidade. Esta sociedade protestante declara-se basilarmente democrática e anti-jesuíta», *O Século*, Ano 30, nº 10360, 1910-Out-15, p. 4.

⁶¹ «Conferências. União Cristã da Mocidade», *O Século*, Ano 31, nº 10:751, 1911-Nov-15, p. 2. Para mais informações sobre Henrique Maxwell Wright, veja-se: (Henriques 2005, 100).

fundador dos “Scouts Portugueses”, e colocando a sua fotografia logo na primeira página.⁶² Mas nem a experiência do Batalhão Infantil do Paço nem a criação dos “Scouts Portugueses” em Coimbra surtiram qualquer efeito mediático em Lisboa, apesar de ser notícia de abertura num jornal como *A Montanha*.

É possível que a memória dos batalhões infantis tenha pesado de forma negativa na generalidade da população letrada. Em 1932 o jornal *O Comércio da Ajuda* publicava uma carta de António Lopes Marques, presidente do UAP Gr. 10-Lisboa a explicar a funcionalidade do Aduarismo, como se organizava, entre outros assuntos. A meio do artigo surge a frase:

«[...] é uma coisa muito diferente do que toda a gente julga, ao ver passar pelas ruas esses grupos de Adueiros batendo tambor. Esses grupos que só dão a ideia de rapazes fardados marchando corretamente, e que te inspiram desprezo porque julgas que são batalhões infantis desorganizados, são a base fundamental para a vida futura da nossa pátria. Acompanha-os, pois, num domingo ao campo, e espero que depois de comprovar como passam esse tempo ao ar livre, terás de te convencer, como bom português que és, que o seu voluntarioso trabalho é digno de aplausos de todos; comparaí depois o que fazem á mesma hora outros jovens em bailes, teatros, cafés, etc.»⁶³

Foi preciso chegar a 1973 para que Eduardo Moreira recordasse a experiência do Paço de Botão no jornal *Sempre Pronto* (E. Ribeiro 1982, 23–24). Até essa data Joaquim Leite Júnior fora remetido ao esquecimento. A última referência ao seu trabalho remete para uma pugna que empreendeu contra *O Século*, ainda nesse ano de 1912, para que o jornal retificasse o mito de que a Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 2 em Lisboa seria a segunda instituição a adotar o *scouting* em Portugal.⁶⁴

⁶² «[...] - Em Portugal já houve algumas iniciativas de *Scouting*? – Já eu fiz duas em Coimbra há anos. Não deram o resultado que eu esperava. Agora está organizado ali o 1º Batalhão de “*Scouts*”, fundado no Colégio do Mondego, de que é diretor o sr. Diamantino Ferreira. Conta cerca de 100 membros. A sua divisa é “Desperta, Portugal!”. A propósito: numa reunião há dias realizada foi resolvido enviar uma mensagem de condolências aos *scouts* de Inglaterra e dos Estados Unidos pela catástrofe do *Titanic*. Também em Lisboa se está tratando de organizar um batalhão, mas não é recrutado só entre estudantes. À frente dos trabalhos estão dois ingleses, antigos *scouts*.» («Desperta, Portugal!», *A Montanha. Diário do Partido Republicano Português*, 2º Ano, nº 363, 1912-Mai-03, p.1). Para além de Diamantino Dinis Ferreira (Diretor do Colégio do Mondego), Joaquim Leite Júnior contou com a colaboração do Tenente-Coronel José da Silva Bandeira (comandante do Reg. Infantaria 23), tenente Ribeiro, e Virgílio Mota (decano do Colégio Moderno) («*Scouts Portugueses*», *Gazeta de Coimbra*, Ano I, nº 85, 1912-Abr-24, p. 2).

⁶³ «Do presidente do Grupo nº 10», *O Comercio da Ajuda*, Ano 1, nº 21, 1932-Jul-09, p. 6.

⁶⁴ A Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 2 estava sediada na Rua da Esperança, 204, 2º, em Lisboa («Educação Nova – Os mandamentos da “Lei Scout”», *O Século*, Ano 32, nº 11:017, 1912-Ago-12, p. 2). A falta de investigações ao papel de Joaquim Leite Júnior impede-nos de avançar com mais dados e a partir de 1913 não detetámos qualquer vínculo ao escotismo.

1.1.2. Robert Moreton (1875-1936)

Embora nunca tivesse assumido um papel direto na pedagogia escotista, Robert Moreton acabou por se envolver na gestão associativa logo ao início. Ligado à Associação Cristã da Mocidade de Lisboa (Cavaco 2011, 611), assumiu desde cedo o papel de ligar o universo escotista português com os congéneres anglo-saxónicos.⁶⁵ Este factor será relevante, quando, em 1914, a própria direção central da AEP convidara-o para realizar várias conferências de propaganda por todo o país. E o objetivo era bastante óbvio: um crescimento rápido na Grande Lisboa e sul do país.⁶⁶ Da sua autoria é também a instalação do AEP Gr. 1 na Rua das Gaivotas nº6 em Lisboa, palco para a receção a várias entidades escotistas nacionais e estrangeiras em todo o período analisado. Neste espaço, Robert Moreton permitiu a realização de várias sessões cinematográficas, eventos culturais, recitação de poesia, canto coral ou concertos musicais, conferências, etc.⁶⁷

A partir do segundo semestre de 1916 a sua gestão no AEP Gr. 1-Lisboa tornou-se efetivamente maior quando assumiu a presidência do mesmo, sendo coadjuvado por Eduardo Moreira na secretaria.⁶⁸ A particularidade de ter um neto como Eric Moreton, cujo avô materno era nada menos que Jules Mange (cônsul da Suíça em Portugal) permitiu-lhe tecer vários laços institucionais com vários diplomatas da capital.⁶⁹ Moreton sabia que a diplomacia era indispensável à manutenção da AEP como entidade periestatal e a associação enfrentava as várias interferências das Sociedades de Instrução Militar Preparatória. Momentos como a receção oficial a contingentes militares estrangeiros, nomeadamente britânicos, com os jovens

⁶⁵ Já em maio de 1914, na ocasião do 16º aniversário da ACM, Robert Moreton aproveitara a presença do coronel Thomas Birch, ministro dos Estados Unidos da América em Portugal, para lhe apresentar o desenvolvimento do AEP Gr.1-Lisboa («União Cristã da Mocidade. Realizou ontem a sessão comemorativa do seu XVI aniversário», *O Século*, Ano 34, nº 11:653, 1914-Mai-20, p. 2). A União Cristã da Mocidade alterou a sua nomenclatura oficial nos inícios do século XX para Associação Cristã da Mocidade, nome que mantém até hoje (R. M. Leite 2012, 118).

⁶⁶ A AEP em agosto de 1914 projetou a abertura de grupos em Faro (AEP Gr. 8, sediado no Liceu João de Deus), Torres Vedras, Seixal e Alcochete, com o apoio logístico do tenente Jaime do Inso («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:729, 1914-Ago-04, p. 5).

⁶⁷ As conferências de Robert Moreton são bastante numerosas e versáteis, desde temáticas ligadas à juventude, à botânica ou biologia: «Escoteiros de Portugal – Grupo nº 1», *O Século*, Ano 35, nº 11:968, 1915-Abr-05, p. 3; «Escoteiros», *O Século*, Ano 35, nº 12:123, 1915-Set-07, p. 4; «Escoteiros», *O Século*, Ano 35, nº 12:125, 1915-Set-09, p. 3; «Escoteiro», *O Século*, Ano 35, nº 12:126, 1915-Set-10, p. 3; «Conferências», *O Século*, Ano 35, nº 12:168, 1915-Out-23, p. 3; «Conferências», *O Século*, Ano 35, nº 12:182, 1915-Nov-06, p. 2; «Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:581, 1933-Dez-04, p. 8.

⁶⁸ «Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:488, 1916-Set-11, p. 3.

⁶⁹ Robert Moreton aproveitará o papel simbólico de Jules Manges para promover uma série de conferências do diplomata suíço no AEP Gr. 1 («Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:563, 1916-Nov-26, p. 4). Eric Moreton teve um percurso curto no AEP Gr. 1, já que em 1921 fora para Inglaterra e desconhece-se o seu paradeiro («Escotismo», *O Século*, Ano 41, nº 14208, 1921-Ago-30, p. 3).

escoteiros na guarda de honra, ajudava a reforçar essa muralha defensiva. Não foi por acaso que, em plena Grande Guerra, Moreton aproveitou a presença de vários oficiais militares ingleses em Lisboa para que lhes dar assistência espiritual, num plano de tolerância religiosa promulgada pelo presidente Sidónio Pais (C. Reis 2007, 59; R. M. Leite 2012, 121). E em simultâneo, os mesmos militares (ex-escoteiros) participariam nas iniciativas escotistas da Associação Cristã da Mocidade.⁷⁰

A liderança bicéfala de Robert Moreton e Eduardo Moreira permitiu também responder aos embates intra-associativos na AEP no pós-guerra, um período caracterizado pela ascensão do capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos à presidência nacional. Este militar projetava uma alteração substancial da pedagogia interna para que a associação se laicizasse na íntegra, à imagem do AEP Gr. 2-Lisboa (ver Capítulo 2). E para reforçar a primazia pluriconfessional dentro da AEP, Moreton contou com apoios de alguns vultos do republicanismo, como Sebastião de Magalhães Lima, director de *O Século*, que nunca abdicou de dar cobertura às atividades do AEP Gr. 1-Lisboa no seu jornal. Numa lógica laica de não se querer imiscuir em problemas internos associativos, e numa linha pragmática de internacionalizar sempre e ao máximo a República Portuguesa, todas as notícias que envolvessem individualidades do mundo anglo-saxónico eram sempre publicitadas.⁷¹

Robert Moreton manteve-se na presidência do AEP Gr. 1 até à década de 1930 e conseguiu que esta unidade assumisse um papel preponderante nas várias crises internas da associação, sobrevivendo aos múltiplos momentos secessionistas (em 1916 e 1918), ou ao impacto da institucionalização do escotismo católico em maio de 1923, em Braga. Até mesmo quando Lord Baden-Powell visitou Lisboa pela primeira vez, a 04 de março de 1929, o que obrigou o aparelho estatal a dar uma resposta oficial à presença do inglês, já que a Ditadura Militar de José Vicente de Freitas mimetizava lentamente o modelo fascista italiano (J. M. Ferreira 1996, 145). Na receção, é possível observar um Robert Moreton já bastante idoso.⁷²

⁷⁰ Nos inícios de 1917, em simultâneo à notícia do falecimento de Frank Giles, um dos primeiros escoteiros do AEP Gr. 1 na frente francesa, Robert Moreton promoveu uma série de conferências sobre as conexões com a Grã-Bretanha, ao qual convidou várias individualidades portuguesas e estrangeiras: General Barnardiston, Luís Martinho de Almeida, León Jackowski Kersivet, Carneiro de Moura, entre outros. («Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:694, 1917-Abr-10, p. 2).

⁷¹ O caso do explorador Ernest Shackleton, que se dirigia ao Polo Sul em 1921 e com paragem em Lisboa é bem exemplar. Ao ser apresentado pelo ministro de Inglaterra ao ministro dos Negócios Estrangeiros, e em que a Sociedade de Geografia de Lisboa cedeu-lhe as instalações e biblioteca para usufruto, o explorador acabaria por almoçar com os escoteiros e efetuar uma visita à cidade, onde seria recebido por uma guarda de honra na doca de Alcântara («Viagem ao Polo Sul. O explorador Shackleton e os escoteiros que o acompanham», *O Século*, Ano 41, nº 142451, 1921-Out-07, p. 4). Este explorador escreveu um livro sobre a sua experiência na Antártida sem qualquer referência à passagem por Lisboa (Shackleton, Ernest, *Sul. Memórias de viagem do Endurance*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2005).

⁷² A lista de representantes na receção a Robert Baden-Powell é significativa quanto ao papel político que se jogava. A bordo do barco: Alfredo Tovar de Lemos (Comissário Nacional da AEP), Albano da Silva (Secretário

Mas ao representar individualmente a ACM no seio de outros tantos dirigentes escotistas, e utilizando a expressão de Pierre Bourdieu, um «instrumento de conservação da ordem simbólica», era o suficiente para manifestar o seu valor (Bourdieu 2001, 7). E para respaldar a sua antiguidade, a AEP decidira atribuir-lhe a Condecoração da Cruz Suástica de Ouro no mês seguinte, a mais alta premiação, precisamente no dia 9 de Abril, quando se evocavam as cerimónias da batalha de La Lys.⁷³ Uma forma de agradecer o trabalho em prol da associação. Até ao ano da sua morte em 1936, Moreton continuou ativo dentro da AEP e fora constantemente convidado para dar palestras sobre o método de Baden-Powell.⁷⁴ De forma exagerada, *O Século* chegou a nomeá-lo como «fundador do escotismo em Portugal».⁷⁵

1.2.3. Frank Eric Giles (1891 – 1916)

Um outro pioneiro protestante do escotismo foi Frank Giles, um dos dois fundadores do AEP Gr. 1-Lisboa⁷⁶. Ainda antes da institucionalização da Associação dos Escoteiros de Portugal, já este cidadão britânico promovia conferências na ACM sobre a sobrevalia social dos *boy-scouts* na Grã-Bretanha.⁷⁷ Ao longo de 1912, Frank Giles desenvolveu uma agenda

Geral da AEP), Sigwald Wiborg (AEP Comissário Internacional da AEP), tenente Rocha Peixoto (UAP representante do Adailato-Mor Geral), Artur Guimarães (UAP secretário do Conselho-Mor), Henrique Weiss de Oliveira (CNS representante do Comissário Geral), dr. Joaquim Francisco da Silva (Comissário do CNS Núcleo de Lisboa). Na receção no Cais da Rocha do Conde de Óbidos: Alberto Lima Basto (AEP Adjunto do Comissário Nacional), major Cruz Viegas (AEP Comissário Regional de Lisboa), António Manuel Ribeiro (AEP Comissário Reg. Adjunto de Lisboa), Franklim de Oliveira (AEP Comissário Reg Porto), tenente Manuel Camacho (AEP Comissário Reg. Santarém), João Figueiredo (AEP Comissário Reg Adjunto do Algarve), tenente Albuquerque (UAP Presidente do Conselho de Administração) e Alexandrino Santos Júnior (UAP Delegado do Conselho de Propaganda), Fernando Pais Ferreira (CNS Chefe de Grupo), Robert Moreton (ACM), coronel Dias Antunes, Andrade Saraiva, Aníbal Pinheiro e vários oficiais do Exército. Após a receção oficial e uma visita a Cascais, Sintra e Estoril, Baden-Powell visitou o Chefe de Estado e a Sociedade de Geografia de Lisboa antes de embarcar para Londres («Chegou ontem, a Lisboa, o General Baden-Powell, Chefe do Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:877, 1929-Mar-05, pp. 1/7).

⁷³ «Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:913, 1929-Abr-10, p. 7.

⁷⁴ Por exemplo, a cerimónia de reorganização do AEP Gr. 3-Lisboa em 1933, em que fora convidado para uma sessão solene com Eduardo Antonino Pestana (diretor geral do Ensino Secundário), António Joaquim Sá Oliveira (reitor do Liceu Pedro Nunes, onde o grupo estava sediado) e José Ayala Botto (na época, professor de Educação Física), entre outros («Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:331, 1933-Mar-26, p. 4). Também no mesmo ano, e para a sessão de tomada de posse da Direção Central, ao lado de Marcello Caetano, Galvão Telles, Comandante Melo Machado e outros («Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:536, 1933-Out-19, p. 4). A direção da AEP caracterizou a notícia do seu obituário como o “Escoteiro das primeiras horas (ainda que não usasse uniforme)” («Robert Moreton», *Escotismo. Órgão oficial dos “Escoteiros de Portugal”*, Ano III, nº 5, 1936-Out, p. 3).

⁷⁵ «A Conferência dos Dirigentes Escotistas», *O Século*, Ano 51, nº 17:887, 1931-Dez-28, p. 2.

⁷⁶ De facto, não existe um único fundador. Frank Giles é comumente apontado como o fundador, contudo omite-se o papel de Robert Moreton («Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:690, 1917-Abr-06, p. 2). Segundo a entrevista a Joaquim Leite Júnior, o primeiro grupo fora fundado por dois ingleses, desconhecendo a nacionalidade de Robert Moreton («Desperta, Portugal!», *A Montanha. Diário do Partido Republicano Portuguez*, 2º Ano, nº 363, 1912-Mai-03, p.1).

⁷⁷ «Conferências – Na União da Mocidade Protestante», *O Século*, Ano 32, nº 10:869, 1912-Mar-17, p. 2.

persistente na sede da Rua das Gaivotas para promover o grupo de *scouts* que aí fundara, escrevendo regularmente para *O Século* a elucidar os leitores sobre as origens e finalidades deste associativismo.⁷⁸ Sobretudo quando este periódico empreendia o objetivo megalómano de conseguir um efetivo de 4000 associados em Lisboa, fundar uma Escola Internacional de Chefes na Rua da Emenda, e contratar um chefe *scout* estrangeiro que assumisse a gestão do grupo estabelecido no Liceu Pedro Nunes. As cartas de Frank Giles ao diretor de *O Século* acabavam por colocar alguma calma na euforia coletiva.⁷⁹

Frank Giles, filho de um capitão da Marinha Mercante britânica e engenheiro civil, conseguia usar a sua nacionalidade como um trunfo internacional, pormenor que não escapara ao AEP Gr. 1-Lisboa desde o início.⁸⁰ Algo facilmente perceptível quando em maio de 1913 decidiram receber um contingente de escoteiros ingleses para que os ajudassem na promoção do *scouting* na cidade.⁸¹ E a razão era simples. Meses antes ocorrera o naufrágio do navio português *Oceana* junto ao porto de Hastings, cuja tripulação fora socorrida por alguns escoteiros locais. No contexto de uma república jovem que se queria afirmar no teatro internacional (P. A. Oliveira 2011, 304), o auxílio prestado pelos *boy-scouts* serviu de mote para uma troca epistolar entre o Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal e a *Boy Scouts Association* do Reino Unido⁸². Haveria que celebrar este elo e haveria também que se institucionalizar o escotismo em Lisboa. E para isso haver-se-ia que convidar os rapazes de Hastings a visitar Lisboa (Graça 2017c, 197).⁸³ Frank Giles surge como o principal responsável no programa de receção, que facilmente cativou a atenção do fotógrafo Joshua Benoliel e

⁷⁸ «Os *Boy-scouts*. Existem já três instituições em Portugal», *O Século*, Ano 32, nº 11:025, 1912-Ago-20, p. 5; «Os *Boy-scouts*», *O Século*, Edição semanal, Ano 14, nº 687, 1912-Ago-27, p. 6.

⁷⁹ Frank Giles fizera questão de escrever a *O Século* para elucidar que, em 1912, só havia quatro escoteiros na capital: ele próprio, Borges de Sousa (*Scoutmaster* no Liceu Pedro Nunes) e outros dois não-identificados («No renascimento da Pátria. Os “*Boy-scouts*” serão depois os melhores cidadãos da República», *O Século*, Ano 32, nº 11:043, 1912-Set-07, p. 1).

⁸⁰ Frank Giles (n. 1891/Fev/13 – f. 1916/Set/16). Nascido no alto-mar, ficou órfão de pai em 1906, vivendo com o tio e respetiva família no noroeste da Inglaterra. Entrou na *Perse School of Cambridge* pouco depois, onde estudou engenharia, e é muito provável que aí tenha conhecido Baden-Powell. Agradecemos estas informações a Jeremy Racher, *Scout Archivist of Cambridge County District*.

⁸¹ O contingente inglês instalou-se num acampamento, no terreno de Alfred Giles, avô de Frank, em Campolide. A Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu várias palestras sobre a utilidade do escotismo na sua vertente desportiva (por Francisco Reis Santos). Através de vários donativos particulares das mais variadas proveniências, desde o Canal do Panamá a Luanda, os jovens conseguiram a visita à Igreja Inglesa da Estrela; conseguiram promover sessões cinematográficas, realizar provas desportivas e excursões pela cidade e ao Alfeite, Sintra e Cascais («Sport & Educação Física. *Boy-scouts* ingleses em Lisboa», *O Século*, Ano 33, nº 11:298, 1913-Mai-25, p. 2).

⁸² «How Hastings started scouts in Portugal». *The Scout. Official organ of the Boy-scouts*, Vol. VIII, 1912-Out-19, p. 147.

⁸³ Os escoteiros de 2nd *Hastings Baden-Powell Boy Scouts Patrol* visitaram as dependências da *Revista Colonial* o que permite identificar alguns membros da comitiva: Walter Alfred Barker, Edgar Watson, William Philips, Sydney Frank Stephens («Visitas», *Revista Colonial*, Ano I, nº 6, 25 de junho de 1913, p. 27)

potenciou notícias de abertura nos principais órgãos informativos da capital.⁸⁴ A presença dos rapazes ingleses em Lisboa fora vista como algo exótico, com jornalistas a acompanhá-los no quotidiano. Simples visitas à Igreja Anglicana de São Jorge em Campo de Ourique ajudaram a dar palco ao pastor suíço Rudolph Horner que aproveitou o momento para palestrar sobre coragem e heroicidade juvenil.⁸⁵ Várias empresas prontificaram-se a patrocinar a chegada dos jovens ingleses, como a Carris, que proporcionou o contingente inglês a visitar Mafra, Sintra, Cascais e Estoril.⁸⁶ Acrescenta-se também a receção oficial na Embaixada de Inglaterra pelo ministro Arthur Harding e cônsul Sommer-Cocks que apadrinharam as delegações escotistas dos dois países com os seus beneplácitos diplomáticos.⁸⁷

O resultado não tardaria a chegar. Três meses depois, a 6 de Setembro, a Associação dos Escoteiros de Portugal seria finalmente oficializada. Quanto a Frank Giles, pouco mais se sabe. Londres notificara-o para se apresentar ao serviço militar em dezembro, e até à sua partida definitiva fora ritualmente despedido por todos os grupos existentes à época.⁸⁸ Mobilizado para a Grande Guerra, acabaria por falecer na frente ocidental a 18 de setembro de 1916.⁸⁹

1.2.4. Eduardo Moreira (1886-1980)

Desconhece-se a data de adesão do vereador municipal de Lisboa Eduardo Moreira ao associativismo escotista, contudo existe uma forte possibilidade de ter ocorrido durante a primeira crise interna (entre o AEP Gr. 1-Lisboa e os órgãos centrais em 1916), o que coincide com a diatribe sobre o recrutamento de tropas portuguesas para a Grande Guerra (Torre Gómez 2002, 149; Meneses 2010, 272; R. M. Leite 2012). O impacto bélico internacional cedo se manifestou nos escoteiros, que, pela onda crescente nacionalista e da pugna por valores patrióticos, em paralelo a uma forte campanha inglesa para que os *boy-scouts* participassem ativamente no esforço de guerra. Mesmo assim, as opiniões sobre a participação portuguesa no

⁸⁴ «Os *Boy-scouts* ingleses de Hastings visitam Lisboa», *Ilustração Portuguesa*, nº 380, 1913-Jun-02, p. 704. Outra fotografia ao mesmo grupo, da autoria de Joshua Benoliel, encontra-se no *Arquivo Histórico Militar* (Cota: PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR/1/685).

⁸⁵ O cônego (“canon”) da Igreja Anglicana em Gibraltar era nada menos que Thomas Godfrey Pembroke Pope, cunhado de Robert Baden-Powell, e pai do coronel William Godfrey Pope, o administrador da *Anglo-Portuguese Telephone Company*. (Rankin 1998, 45).

⁸⁶ «Hóspedes Ingleses. Os “*Boy-scouts*” de Hastings», *O Século*, Ano 33, nº 11:306, 1913-Jun-02, p. 1.

⁸⁷ «Hóspedes de Portugal. Os ‘*Boy-scouts*’ de Hastings», *O Século*, Ano 33, nº 11:308, 1913-Jun-04, p. 2.

⁸⁸ A festa de despedida contou com palestras de Rodolf Horner (Aep Gr. 1), José Francisco Simões (AEP Gr. 2) e Alfredo Barbieri Cardoso (AEP Gr. 3) («*Boy-scouts*. Realizou-se ontem a sessão de despedida», *O Século*, Ano 33, nº 11:495, 1913-Dez-10, p. 3).

⁸⁹ «Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:694, 1917-Abr-10, p. 2.

conflito não foram unânimes e abriram as primeiras brechas na AEP.⁹⁰ Talvez para acalmar os ânimos internos entre a Direção Central e o primeiro grupo, Eduardo Moreira terá sido convidado para acompanhar Robert Moreton na secretaria da unidade local.⁹¹ Não seria de estranhar. A escolha objetivava colmatar o papel do capitão Alfredo Tovar de Lemos, entretanto ausente em França no pós-Grande Guerra.⁹² E o papel político de Eduardo Moreira como membro do Partido Republicano Português e na eminência de ser vereador municipal de Lisboa, e que acabaria por sê-lo, permitia-lhe introduzir-se numa vasta rede de contactos (R. M. Leite 2012, 121). Mas por pouco tempo. Após o assassinato de Sidónio Pais transferiu-se internamente na associação, do AEP Gr. 1-Lisboa para a nova Direção Central em fevereiro de 1919, com uma equipa nova e já em consonância com o poder legislativo. A Grande Guerra fora vencida pelos Aliados, o Partido Democrático voltava ao poder, e a AEP poderia respirar de alívio por contar novamente com o apoio estrutural dos republicanos (Meneses 2010). Facilmente se percebe que a nova equipa constituída por António Curson (presidente), Albano Gomes da Silva (tesoureiro) e Eduardo Moreira (secretário) excluía a incorporação de militares conectados com o sidonismo na sua gestão, aproveitando o ritmo de alterações legislativas após a morte do presidente-rei, entre as quais a abolição da censura prévia (Garcia 2009, 54). A nível de cordialidade institucional, Eduardo Moreira procurou dar também continuidade ao programa já elaborado previamente por Robert Moreton: conferências interdisciplinares nos grupos locais e expansão do movimento (através do contacto com personalidades diretivas de instituições pedagógicas como a Academia de Estudos Livres).⁹³ A mesma estratégia fora adotada no reforço da sua rede de influências com vários diplomatas em vários países. Sob o escudo religioso protestante solidificou laços comerciais e diplomáticos que permitiram aumentar a projeção mediática da AEP fora de Portugal.⁹⁴ Assim se entende a constante pertinência em incluir oficialmente o AEP Gr. 1-Lisboa nas cerimónias na recepção aos navios de guerra

⁹⁰ Em virtude do interesse manifestado por vários dirigentes nacionais da AEP em preparar os escoteiros para a frente de batalha, vários chefes do AEP Gr. 1-Lisboa opuseram-se à medida e decidiram separar-se da associação nacional, pelo menos em dois momentos distintos: 1916 e 1917-1918, já no período sidonista. Outras associações, como a União dos Adueros de Portugal, sempre manteve uma linha bastante belicista coerente e desconhecem-se quaisquer secessões.

⁹¹ «Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:488, 1916-Set-11, p. 3.

⁹² «Associação dos Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 39, nº 13:356, 1919-Fev-13, p. 3.

⁹³ Por exemplo, a conferência na Academia de Estudos Livres, sede do AEP Gr. 2-Lisboa («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 39, nº 13:399, 1919-Abr-02, p. 3).

⁹⁴ «[...] Escreve-nos o sr. Eduardo Moreira, secretário da Associação dos Escoteiros de Portugal, pedindo-nos para manifestarmos a gratidão desta coletividade ao ministro português em Londres, e à casa *Furness, Withy & C. Limited*; àquele pelas facilidades que concedeu aos escoteiros nacionais que tomaram parte na parada, exposição e congresso de escotismo, efetuados em agosto último naquela cidade, e a esta, pela oferta de 300 escudos e vantagens que conseguiu da Mala Real Inglesa a favor dos representantes dos escoteiros portugueses.» («Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:900, 1920-Set-07, p. 2).

estrangeiros aportados no Tejo.⁹⁵ Sabia de antemão como adornar uma imagem associativa junto da imprensa, numa estratégia já utilizada pelos escoteiros de outros países (González Castillejo 2001, 628; Torreadella-Flix 2015, 45).

Eduardo Moreira tinha um certo tato para lidar com tensões internas. Durante os vários episódios de secessionismo na AEP, procurou que os vários grupos dissidentes mantivessem o diálogo com os restantes. A estratégia de construir uma órbita pluri-associativa em função da AEP dava-lhe margem suficiente para concorrer com a principal entidade rival, a União dos Adueros de Portugal, que se encontrava numa fase de forte expansão na capital após a Grande Guerra. O convite dirigido ao UAP Gr. 9 (ex-AEP Gr. 7), sediado no quartel dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, por ocasião do aniversário associativo, além de simbólica, também era pragmática. Por um lado, ter um vereador municipal a discursar ao lado de personalidades como Helena de Aragão, Maria O'Neill, Aníbal Ferreira Breia, permitia apetrechar o UAP Gr. 7 de capital simbólico suficiente para uma emancipação político-social em Lisboa. Por outro, para Eduardo Moreira, era uma clara medida de protagonismo e enfrentamento dentro da própria União dos Adueros de Portugal.⁹⁶

Nos finais da Primeira República Eduardo Moreira decidiu domiciliar-se na cidade do Porto por questões ligadas à promoção da evangelização protestante. Apesar disso, ainda em 1924 prosseguiu com o seu labor escotista em toda área metropolitana (R. M. Leite 2012), promovendo a abertura de vários grupos em Vila Nova de Gaia, e já na qualidade de Comissário de Zona, desenvolvendo as primeiras secções infantis (lobitos) e de escotismo feminino no AEP Gr. 4-Porto.⁹⁷ Abandonaria definitivamente o escotismo após a instauração da Ditadura Militar, mantendo apenas alguma atividade residual e muito restrita em grupos exclusivamente protestantes.⁹⁸

⁹⁵ «Navios de guerra americanos [fotografia]», *O Século*, Ano 7, Edição da noite, nº 2317, 1921-Jul-29; p. 4; «Viagem ao Polo Sul. O explorador Shackleton e os escoteiros», *O Século*, Ano 41, nº 142451, 1921-Out-07, p. 4.

⁹⁶ O 9º aniversário do UAP Gr. 9 (ex-AEP Gr. 7, à data) decorreu nas instalações dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, na Rua Camilo Castelo, com provas desportivas nos terrenos anexos ao Hospital Miguel Bombarda («Adueros de Portugal», *O Século*, Ano 8, Edição da noite, nº 2608, 1922-Mai-22; p. 2).

⁹⁷ «Desportos. Escotismo», *O Século*, Ano 45, nº 15:085, 1924-Fev-13, p. 4.

⁹⁸ Por exemplo, na inauguração do AEP Gr. 53-Lisboa, sediado na Escola Evangélica da Igreja Lusitana de S. Paulo («Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:581, 1933-Dez-04, p. 8).

1.3. Um casamento por conveniência? A Associação Cristã da Mocidade e a Associação dos Escoteiros de Portugal

Após se abordar alguns vultos do protestantismo português conectados com o universo escotista, convém observar também a articulação entre os vários núcleos da Associação Cristã da Mocidade (ACM) e a Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP). O interesse de vários organismos juvenis protestantes em adotar o método de Baden-Powell incluiu-se no rol de uma vasta série de atividades que vão desde a alfabetização direta até a práticas desportivas como o basquetebol ou o *ju-jitsu* (Moreno Afonso 2009, 241).⁹⁹ A institucionalização de grupos *scouts* em Portugal nas ACM era somente mais uma resposta às necessidades de enquadramento da juventude urbana de Lisboa, Coimbra e Porto.¹⁰⁰ Vários voluntários de diferentes sectores económicos ligados a este universo religioso procuraram também incluir-se como membros ativos na pedagogia, acabando por assumir as lideranças.¹⁰¹ A falta de experiência e um fraco domínio da língua inglesa (o que restringia a leitura dos manuais escritos por Robert Baden-Powell) cedo originou divergências quanto ao método, e que causaram alguma preocupação nos dirigentes mais esclarecidos. Frank Giles sabia-o e procurara que a visita do grupo de escoteiros britânicos de Hastings em 1912 servisse para colmatar essas deficiências, com a uniformização internacional de rituais, procedimentos, regulamentos e estatutos, em tudo semelhantes com a realidade britânica.

Apesar da fundação da AEP a 06 de setembro de 1913 ter passado despercebida pelo jornal *O Século*, facilmente se observam vários artigos referentes ao desenvolvimento escotista e internacional da ACM em Lisboa. Desde logo, o 16º aniversário associativo-protestante, celebrado com pompa e circunstância. O coronel e diplomata americano Thomas Birch fora recebido por Robert Moreton que lhe adjudicou uma guarda de honra composta pelos escoteiros entretanto formados.¹⁰² Ou o primeiro aniversário da AEP, quando o escoteiro-chefe Ernesto de

⁹⁹ O interesse pelo escotismo está bem patente num artigo jornalístico da *Gazeta de Coimbra* de 1923, que explicita a manifestação de um grupo de alunos do Liceu Central José Falcão em fundar uma unidade escotista nas instalações escolares. Na liderança deste grupo estava o aluno Celestino da Costa Maia (futuro Professor da Faculdade de Medicina em Coimbra). Para evitar deturpações associativas, a AEP facultou o envio de Carlos de Figueiredo, Comissário da Zona que se deslocou semanalmente ao liceu para iniciar as primeiras formações, “contribuindo assim para o ressurgimento da raça e salvação nacional” («Um grupo de escoteiros no Liceu Central “José Falcão”», *Gazeta de Coimbra*, Ano XIII, nº 1525, 1923-Nov-15, p. 2).

¹⁰⁰ «Os *Boy-scouts*. Existem já três instituições», *O Século*, Ano 32, nº 11:025, 1912-Ago-20, p. 5.

¹⁰¹ O caso de Lino da Silva, comandante de bombeiros, que se voluntariou para a instrução prática. Outros voluntários incógnitos escreveram para *O Século*, com ideias bastante claras sobre a finalidade do *scouting*: “não brincamos infantilmente aos militares, mas preparamo-nos para amanhã nos considerarem bons soldados” («Cuidando do futuro da Pátria. Os liceus de Lisboa formam ‘*Boy-scouts*’», *O Século*, Ano 32, nº 11:055, 1912-Set-19, p. 1).

¹⁰² «União Cristã da Mocidade», *O Século*, Ano 34, nº 11:653, 1914-Mai-20, p. 2.

Sousa do AEP Gr. 1-Lisboa desmentia rumores no jornal *O Século* sobre o fraco desenvolvimento associativo a nível global, elencando as várias ajudas económicas do governo inglês ao escotismo naquele país, um procedimento que deveria ser replicado em Portugal.¹⁰³

A atividade internacional dos *Escoteiros de Portugal*, sobretudo por via do seu primeiro grupo, manifestou-se em pequenos episódios singulares. Várias individualidades dos universos diplomático e militar estiveram sempre presentes, o que reforçou bidireccionalmente ambas as organizações.¹⁰⁴ Durante o conflito militar europeu Eduardo Moreira promoveu uma autêntica campanha de envio de capelães-militares protestantes para a frente de guerra e não sem resistências por parte do governo (R. M. Leite 2012, 122). E para isso aproveitou-se da imagem polida do associativismo escotista dentro das várias facções republicanas. Um pouco à semelhança do que as várias *Young Men's Christian Association* norte-americanas, a ACM, estabeleceu subassociações congêneres como os Triângulos Vermelho e Azul para acompanhamento religioso e práticas de lazer (Moreno Afonso 2009, 254). A seleção de Ernesto de Sousa como escoteiro-chefe do AEP Gr. 1-Lisboa, que já era o responsável pelo círculo comunicacional da ACM com as congêneres brasileiras e americanas, permitia aumentar a conexão internacional. Comungando da mesma linha de pensamento de Eduardo Moreira, esta aproximação acabava por limitar qualquer ameaça institucional ao desenvolvimento de ambas organizações.¹⁰⁵

Com o fim da beligerância mundial, a AEP entrou num processo de implosão marcado por uma interrupção abrupta dos mandatos dos dirigentes nacionais. A saída do escoteiro-chefe Magalhães Domingues em 1919 promoveu a entrada de António Augusto Curson, que se caracterizava por ser alguém convergente com os vários posicionamentos políticos. Embora pouco resistente às pressões políticas e interassociativas, a sua presidência não demorou mais de um ano, e somente em 1921 seria escolhido um militar para solidificar uma associação que competia em várias frentes de extinção, e constantemente ameaçada com a secessão de vários

¹⁰³ Através dos apelos do general Baden-Powell o escotismo inglês empreendeu uma recolha de fundos através de subscrições livres. Ainda há pouco Baden-Powell fez um apelo ao povo inglês, convidando-o a auxiliar o *scouting* na ordem de 250.000 libras, ao qual várias empresas e até o próprio rei Jorge V atenderam ao pedido. A popularidade do método escotista atingiu outras geografias. Nos E.U.A. registam-se a tolerância no horário de trabalho para a participação em atividades («O *Scouting* em Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:762, 1914-Set-06, p. 4). Em Portugal registam-se situações semelhantes que teremos ocasião de evidenciar nos momentos oportunos.

¹⁰⁴ Como já referimos, o caso do Major-General Nathaniel Barnardiston, chefe da Missão Inglesa em Lisboa durante a Grande Guerra, que visitara várias vezes o AEP Gr.1 na companhia do Escoteiro-chefe Ernesto de Sousa e Robert Moreton («Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:690, 1917-Abr-06, p. 2; «Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:694, 1917-Abr-10, p. 2). Para mais informações consultar os trabalhos de António José Telo (Telo 2014). Ou ainda o caso de Henry Brown, instrutor de ginástica na ACM e AEP Gr. 1 («Escoteiros», *O Século*, Ano 47, nº 15:827, 1926-Mar-27, p. 2).

¹⁰⁵ Ernesto de Sousa trabalhou com Myron A. Clark, secretário-geral das ACM brasileiras, na edição da revista *Atlântida*, distribuída nos dois países. «Escoteiros. Triângulo Vermelho Português», *O Século*, Ano 38, nº 12:986, 1918-Fev-06, p. 2.

grupos na cidade de Lisboa. Acrescente-se também o interesse da concorrente portuense União dos Adueros de Portugal (UAP) que procurava o caos interno da AEP para se estender no sul do país.¹⁰⁶

A tomada de posse do capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos em 1921 rompera com a hegemonia do AEP Gr.1 na gestão interna da AEP, e relegara as atividades da Associação Cristã da Mocidade para o âmbito desportivo, inferiorizando as questões de valores religiosos.¹⁰⁷ A política do militar consistia em manter a fronteira da laicização associativa com uma clara evidência, projetando uma AEP ausente no *puzzle* de credos religiosos, mantendo-se apenas os vínculos institucionais sem grandes compromissos. Ao que parece, esta gestão visava agradar às políticas nacionais do governo de António Maria da Silva numa lógica de limpeza de vínculos a assuntos religiosos.¹⁰⁸

O atribulado casamento de conveniência entre a Associação Cristã da Mocidade e os *Escoteiros de Portugal* durou mais de duas décadas e acabou por se transformar num dos baluartes defensivos contra a política de juventude do Estado Novo em 1936. Desde a institucionalização da AEP em 1913 - e praticamente em todo o período histórico aqui analisado -, verifica-se a formação de grupos escotistas em vários centros religiosos protestantes com ligações transnacionais sólidas, fruto da política expansionista de Robert Moreton e Eduardo Moreira.¹⁰⁹ Em todo o período estudado regista-se a existência de vários credos religiosos dentro da AEP, no qual se incluem também alguns católicos, com uma separação clara nos momentos de culto, em que «aos domingos os escoteiros católicos ouviam missa e os que seguem a religião evangélica, assistiam às cerimónias do seu culto. Para outros havia conferências sobre a lei e deveres do escotismo».¹¹⁰ Como referido, várias individualidades do foro religioso sempre mantiveram um papel de dinamização internacional do escotismo (e quase todas ligadas ao AEP Gr.1-Lisboa), o que realça a dinamização da ACM dentro de um quadro que ultrapassa as fronteiras políticas e um reforço da ligação umbilical entre o associativismo escotista e o

¹⁰⁶ «O Escotismo em Portugal. Pinceladas de História (cronologia)», *O Companheiro. Boletim da Fraternal Escotista de Portugal* (Especial comemorativo do Centenário da AEP), 2013-Set, p. 12.

¹⁰⁷ A partir de 1921 observam-se várias demonstrações de exercícios físicos organizados pelo ACM e raramente se descrevem as palestras ou sessões de propaganda («O 6º Congresso do Triângulo Vermelho Português», *O Século*, Ano 43, nº 14:978, 1923-Out-25, p. 2).

¹⁰⁸ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 44, nº 14:989, 1923-Nov-05, p. 2.

¹⁰⁹ É o caso do AEP Gr. 53, instalado na Igreja Lusitana de S. Paulo, em Lisboa («Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:581, 1933-Dez-04, p. 8). Na mesma linha surgiram algumas iniciativas femininas na Igreja Batista de Carcavelos, liderada por Elsa Roder («Escotismo. Os exercícios e mais cerimónias de ontem, em Carcavelos», *O Século*, Ano 54, nº 18:668, 1934-Mar-05, p. 3), ou ainda o AEP Gr. 94-Ajuda, sediado na Igreja Evangélica local em junho de 1934 («O Grupo de Escoteiros de Portugal nº 94», *O Comércio da Ajuda. Órgão de publicação quinzenal*, Ano III, nº 69, 1934-Jun-09, p. 1).

¹¹⁰ «Escoteiros no Estoril», *O Século*, 1935-Set-03, Ano 55, nº 19.207, p. 9.

universo cultural e religioso do Atlântico Norte. Repetiam-se assim os mesmos procedimentos já empreendidos antes pelos diversos credos protestantes noutras geografias, que se refugiavam nessas conexões para a sua própria sobrevivência (Henriques 2005; Christen 2014; E. M. de Oliveira 2019).

Os próprios escoteiros eram conscientes dessa escapatória e houve um aproveitamento das oportunidades de publicidade internacional. Recorda-se o exemplo das várias visitas do fundador Robert Baden-Powell ao território metropolitano em 1929, 1931 e 1934, e todas com uma mediatização evidente dos jovens escoteiros estrangeiros visitantes. Já em 1934, e quando se antevia a criação de um organismo estatal à semelhança do *fascio* italiano, o AEP Gr. 1-Lisboa fora anfitrião de uma delegação de escoteiros ingleses de Gibraltar que visitaram as cidades do Porto e Lisboa aquando da Exposição Colonial Portuguesa (Léonard 1998; Cadavez 2017; Catroga 2019, 309). A ocasião serviu para relembrar aos responsáveis do recente *Estado Novo* quem era quem. Com um programa meticulosamente delineado, os jovens visitaram os principais pontos turísticos da cidade num evidente reposicionamento político no espaço público: pernoita na sede da ACM, mosteiro dos Jerónimos, museus dos Coches e das Janelas Verdes, Aquário Vasco da Gama e as ruínas do Carmo. E tudo bem descrito na imprensa generalista.¹¹¹ E poderiam fazê-lo sem grandes condicionamentos pela censura. A AEP contava com um elemento válido para confrontar as investidas estatais a partir de 1934. William F. Godfrey Pope, militar e administrador da *Anglo-Portuguese Telephone Company*, era nada menos que sobrinho de Lord Baden-Powell (retornaremos a este assunto no capítulo 10). Desde 1929 tinha em curso uma campanha de internacionalização do escotismo português.¹¹² E o seu papel torna-se crucial para entender o embate entre o escotismo e o Estado Português de 1936 a 1939.¹¹³

¹¹¹ As delegações do AEP Gr. 1 e Gibraltar colocaram um ramo de flores no do monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade, que não escapou à ótica da imprensa nacional («Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18.876, 1934-Set-30, p. 3; «A delegação dos Escoteiros Ingleses», *O Século*, Ano 54, nº 18.860, 1934-Set-14, p. 5).

¹¹² Robert Moreton e Godfrey Pope conseguiram o patrocínio da *Royal Male Lines Limited* (também conhecida pela Mala Real Inglesa) para o transporte do contingente português até ao acampamento mundial em de 1919, em Birkenhead, na periferia de Liverpool (E. Ribeiro 1982, 101). Pope viria a desempenhar as funções de secretário internacional dos Escoteiros de Portugal em novembro de 1934 («Escotismo. Várias Notícias», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.657, 1934-Nov-05, p. 4).

¹¹³ No verão de 1936 um grupo de escoteiros de Beja deslocou-se a Lisboa em bicicleta para solicitar a benevolência ao Presidente de Governo na questão escotista. Esta viagem não passou despercebida aos principais periódicos desportivos: «Para sossegar os nossos leitores escoteiros, devemos esclarecer que, como aliás o sr. ministro da Educação Nacional declarou ao receber os escoteiros de Beja, a dissolução da O.E.P. [Organização Escotista de Portugal] em nada afeta a existência das associações escotistas, que está assegurada e legalizada pelos decretos que aprovaram os respetivos estatutos. A portaria agora publicada apenas tira ao Escotismo o seu carácter de instituição oficial; as Associações passam a ser novas instituições particulares, como o foram durante 22 anos, sem qualquer ligação ou apoio material do Estado, que aliás de facto nunca tiveram, nem sequer durante os três anos em que viveram oficializadas» («Escotismo. Várias notícias», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.835, 1936-Jul-20, p. 4).

1.4. Higiene, alimentação, desporto e a construção do corpo

A questão da construção do corpo sempre foi algo inerente aos projectos da ACM que, desde o seu início em maio de 1898, introduziu algumas modalidades desportivas e desenvolveu torneios e campanhas intergrupais em todo o território imperial português, ao qual o escotismo não fora alheio, seguindo a máxima latina *mens sana in corpore sano*.¹¹⁴ Acampamentos, marchas, futebol, ciclismo, atletismo ou até *globetrotters*, que circulavam pelas principais urbes do país (incluindo o império), pernoitando nas principais coletividades locais para explicar o método escotista.¹¹⁵ Estratégias que visavam a expansão do movimento e a construção de corpos perfeitos, um dos símbolos máximos do progresso (Catroga 2019, 284).

As práticas desportivas sempre se incluíram nas agendas associativas, e a lógica da educação física introduzida pela ACM era manifestamente intrínseca aos valores inculcados pelo *scouting*.¹¹⁶ O desporto acabou por ser uma parte da vida grupal, e a própria AEP especializou-se neste domínio, com o capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos a procurar que a secção de motricidade humana se mantivesse ativa¹¹⁷. Para evitar desvios organizacionais,

¹¹⁴ Discordamos da teoria de Danielle Serapiglia que “*In Portogallo, però, inizialmente, la curiosità verso lo scoutismo non era determinata dall’uso dei giochi di squadra in chiave educativa, ma dallo sviluppo delle teorie del campeggio, che tra le due guerre avevano trovato sostenitori, sia tra gli adepti di differenti confessioni religiose, sia tra i sostenitori di diversi movimenti politici.*” [tradução: “Em Portugal, porém, ao início, a curiosidade pelo escutismo não foi determinada pela prática de jogos de equipa numa visão educativa, mas antes pelo desenvolvimento de teorias de campismo, em que encontraram adeptos no período entre guerras, tanto entre os crentes de diferentes confissões religiosas, como entre apoiantes de vários movimentos políticos.”] (Serapiglia 2019a, 258–59). A *Young Christian Men’s Association*, através da sua correspondente portuguesa *Associação Cristã da Mocidade*, quando adotou o método de Baden-Powell, atribuiu-lhe também uma categorização desportiva, inseparável de qualquer conceção de construção corporal dos futuros cidadãos. Facilmente se pode observar a participação de escoteiros em provas ciclistas, jogos de futebol, ou quaisquer outras modalidades, em todo o período analisado, cujas finalidades eram o cumprimento da máxima latina *mens sana in corpore sano*. A título de exemplo, indicamos a dedicatória dos escoteiros ingleses ao professor Luís Monteiro, conhecido como o introdutor da educação física em Portugal, que, em 1934, incumbiram o AEP Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa a colocar um ramo de flores na estátua deste pedagogo, à época situada na Avenida da Liberdade em Lisboa («Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18:721, 1934-Abr-27, p. 7).

¹¹⁵ O sistema *globetrotter* foi transversal às várias associações escotistas e poder-se-á observar a presença de escoteiros de grupos distintos nestas ‘missões de estudo’ («Escoteiros», *Gazeta de Coimbra*, Ano V, nº 448, 1915-Nov-10, p. 2). O jornal *Gazeta de Coimbra* é bastante exemplar quanto à chegada de vários escoteiros de Lisboa e Porto à cidade («Fazendo a Propaganda de Portugal», *Gazeta de Coimbra*, Ano XI, nº 1299, 1922-Mai-09, p. 1; «Volta a Portugal», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVI, nº 1933, 1926-Ago-21, p. 2). Acrescente-se também que qualquer evento associativo incluía sessões desportivas, por exemplo a festa da associação “Escoteiros Portugueses Independentes” de Lisboa, após a celebração de juramento de seis novos escoteiros, partiram “debaixo de forma para as terras de Entremuros a treinarem-se para a festa desportiva que brevemente este grupo realiza num dos campos de jogos da capital («Escoteiros Portugueses Independentes», *Os Sports*. Ano I, nº 48, 1919-Nov-06, p. 2; «Escotismo», *Os Sports*. Ano I, nº 51, 1919-Nov-16, p. 3).

¹¹⁶ As conferências da ACM sobre desporto são difíceis de contabilizar. Detetei uma, da parte de Amadeu Fonseca de Almeida (ministro de Portugal na Dinamarca), que concedeu uma palestra ao AEP Gr. 1 sobre a cultura física no norte da Europa («Associação dos Escoteiros de Portugal», *Os Sports*. Ano VI, nº 597, 1925-Jun-29, p. 3).

¹¹⁷ Nos finais de 1922 a Direção Central da AEP elegeu para a Comissão de Saúde e Educação Física: Dr. Afonso Manaças (Médico de Sanidade Escolar e do Liceu de Pedro Nunes), Pedro José Ferreira (decano dos professores

promoveram-se conferências por todo o país com o objetivo de uniformizar o “fabrico nacional” dos futuros cidadãos, ao que se juntaram as opiniões de alguns militares como o barreirense Henrique Galvão.¹¹⁸ Projetados a partir da adolescência, estes jovens seriam automaticamente reembolsados com qualidade de vida e funcionalidade pátria na idade adulta (Domingos 2010).

Embora a historiografia desportiva mais recente se tenha dedicado maioritariamente ao período ditatorial, haveria que recuar até 1923 para observarmos os primeiros interesses nacionais em torno da educação física não-militar impulsionados por Leonardo Coimbra enquanto ministro da Instrução Pública na época.¹¹⁹ O clima eufórico em torno do desporto motivou a que vários grupos escotistas se especializassem em certas modalidades.¹²⁰ Os melhores exemplos poderão ser o AEP Gr. 8-Lisboa, organizado no Ginásio Club Português em maio de 1925, com inscrições disponíveis apenas a menores de 15 anos, ou o AEP Gr. 115-Lisboa Ginásio Club, categorizando as cinco patrulhas em cavaleiros, ciclistas, sinaleiros-telegrafistas, maqueiros-enfermeiros e bombeiros, todos com a frequência obrigatória nas aulas de ginástica sueca.¹²¹ E poderemos ainda observar a prática de basquetebol em recintos escolares como o Liceu Camões, onde a ACM promoveu desafios entre os escoteiros da AEP Gr. 1 e o AEP Gr. 11, este último aqui sediado. Datas simbólicas como o 9 de abril (simultaneamente aniversários do primeiro grupo de escoteiros fundado em Portugal e efeméride da Batalha de La Lys), eram o momento oportuno para a ritualização da entrega de insígnias e prémios, complementado com partidas desportivas realçadas na imprensa religiosa.¹²²

A seleção dos competidores estava sempre limitada aos mais capacitados. A especialização em torno de desportos de locomoção como o ciclismo levaram a que alguns

portugueses de ginástica e Professor da Escola Normal Superior de Benfica), A. de Campos Júnior (Jornalista desportivo e director do jornal *Os Sports*), Ermelindo Rui Gonçalves dos Santos (Professor de Ginástica e director do *Grupo de Armas e Sport*) («Escotismo. As últimas nomeações», *Os Sports*. Ano IV, nº 355, 1922-Dez-24, p. 2).

¹¹⁸ O texto “Educação Física do Adolescente” de Henrique Galvão é bastante elucidativo quanto às potencialidades corporais oferecidas pelo escotismo («Educação Física do Adolescente», *Os Sports*. Ano IV, nº 368, 1923-Fev-15, p. 1).

¹¹⁹ «Festa Nacional de Educação Física», *O Comércio da Póvoa de Varzim*, 1923-Jun-03, p. 1.

¹²⁰ No atletismo observamos o UAP Gr.31-Porto a organizar uma corrida pedestre entre as Devesas e a Madalena, em Vila Nova de Gaia, com direito a reportagem do jornalista Salazar Carreira («Atletismo. Várias notícias», *Os Sports*. Ano V, nº 414, 1923-Jul-26, p. 1).

¹²¹ Ginásio Club Português («Escotismo», *Os Sports*. Ano VII, nº 582, 1925-Mai-23, p. 3), Lisboa Ginásio Club («Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano II, 1927-Fev-12, p. 2; «Escotismo. A Ginástica para Escoteiros», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.657, 1934-Nov-05, p. 4). O facto de não ter havido grande interesse nos clubes desportivos no Porto em integrar o escotismo nas suas ofertas levou a que jornalistas como Fernando Guimarães incentivassem a AEP a abrir grupos nos jornais locais («Sobre Escotismo», *Os Sports*. Ano XI, nº 1.174, 1930-Mar-07, p. 2).

¹²² «1º Grupo de Escoteiros de Portugal», *Boletim da ACM* [Lisboa]. Ano I, nº 3, 1927-Jun, p. 4.

menos jovens, como o escoteiro-chefe José da Conceição Rodrigues do AEP Gr. 7-Lisboa participasse no Circuito Lisboa-Porto em várias edições anuais.¹²³ O interesse por esta modalidade desportiva permanece no tempo e é observável também nos territórios coloniais onde, em circunstâncias bem diferentes, vários indivíduos tentaram publicitar a transnacionalização do escotismo através de um raid ciclista, já nos primórdios do Estado Novo.¹²⁴

E se é fácil observar quem foi selecionado para participar em determinados eventos desportivos, mais difícil é perceber quais os critérios de exclusão dos restantes (o que levanta a hipótese de conflitos internos, mas as fontes são silenciosas quanto a esses climas de adversidade). Os exemplos aqui ilustrados são claramente suficientes para rebater a afirmação de Daniele Serapiglia (Serapiglia 2019a, 258–59), quando alega que o interesse pelo escotismo em Portugal foi determinado mais pela prática do campismo do que pela utilização dos jogos de equipa numa lógica educativa.¹²⁵ Episódios como a deslocação de um grupo de escoteiros de Beja em marcha pedestre até Lisboa, e com a meta de publicitar os vários grupos ao longo do caminho, reforçam a vertente desportiva do movimento juvenil.¹²⁶ E se se observar as dinâmicas da Associação Cristã da Mocidade (Fischer-Tiné 2019), através do funcionamento do AEP Gr. 1-Lisboa, entende-se a exportação do modelo para outras entidades (não-religiosas) que adotaram o escotismo, em premissas idênticas do enquadramento da juventude na lógica da construção do Homem Novo, como a Associação de Educação Física e Desportiva em Torres Vedras (1927) ou a Escola de Educação Física em Alcobaça (1931), entre outras.¹²⁷

¹²³ «O Festival da U.V.P.», *Os Sports*. Ano IX, nº 952, 1928-Jan-18, p. 5; «Escoteiros de Portugal. Ciclismo e Cross», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.503, 1933-Mai-15, p. 5.

¹²⁴ Como fora o caso de três escoteiros de Lourenço Marques, que, em 1934 partiram da capital de Moçambique com destino a Lisboa, passando por Angola, Congo Belga (hoje República Democrática do Congo), parte do Congo Francês (hoje República Centro-Africana), Sudão, Egípto, Itália, Alemanha, Bélgica, França, Espanha e Portugal («Escotismo. O espírito de aventura», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.577, 1934-Jan-29, p. 3; «Um raid ciclista-escotista», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.669, 1934-Dez-17, pp. 3-4). No ano seguinte, por ocasião da celebração do 9 de abril, seria um grupo de escoteiros-ciclistas dos grupos 7 e 79 da AEP a deslocar-se de Lisboa a Batalha com a finalidade de efetuar uma romagem ao túmulo de Pedro Anes Lobato, num sincretismo histórico que juntava desporto com nacionalismo («O 9 de Abril», *O Século*, Ano 55, nº 19059, 1935-Abr-07, p. 4; «As comemorações do aniversário da Batalha de Aljubarrota», *O Século*, Ano 55, nº 19189, 1935-Ago-16, p. 7).

¹²⁵ No universo católico também se regista a prática desportiva em todo o período analisado (A. de A. Pires 1956), apesar de alguns membros do clero se oporem às destrezas. Tenha-se o exemplo dos desafios de futebol entre núcleos de juventudes católicas de localidades distintas que complementavam os programas religiosos dos encontros regionais («União Católica Diocesana», *Diário do Minho*, Ano II, nº 548, 1921-Jan-26, p. 1).

¹²⁶ «Escotismo. De Beja a Lisboa, a pé, pelos rapazes do Grupo nº 54», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.835, 1936-Jul-20, p. 4.

¹²⁷ «Em Torres Vedras. Uma importante sessão de propaganda», *Os Sports*. Ano IX, nº 881, 1927-Jul-29, p. 3; «Alcobaça. Escola de Educação Física», *Os Sports*. Ano XI, nº 1.266, 1931-Jan-26, p. 3.

1.5. A tese “O Movimento Escotista e o Movimento Desportivo” (1933) e o *III Congresso Nacional de Educação Física* (1934)

A promoção do escotismo nos principais periódicos desportivos portugueses sempre foi constante, sobretudo quando alguns se transformaram no principal órgão de comunicação pluriassociativo, copiando o *modus operandi* de *O Século* em Lisboa, ou o *Comércio do Porto* e o *Sporting*, a norte. O caso torna-se ainda mais exemplar quando o jornal *Os Sports* organizou o Primeiro Congresso de Clubes Desportivos (de 26 de novembro a 3 de dezembro de 1933), no qual vários escoteiros-chefes se apresentaram como palestrantes. Antero Nobre, à época dirigente do AEP Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa, estimulou a criação de grupos nos principais clubes desportivos, em tudo semelhante à Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro, na Rua da Fé (Lisboa).¹²⁸ A tese de Antero Nobre, intitulada «O Movimento Escotista e o Movimento Desportivo», defendia que um «*modus faciendi* mais viável e profícuo desta aliança está incontestavelmente na criação, por parte dos Clubes Desportivos, das suas Secções de Escotismo, com um ou dois grupos de escoteiros a funcionarem regularmente» (Nobre 1933, 15), e constituía assim uma reformulação da expansão escotista a partir da experiência da ACM durante a Primeira República¹²⁹. A publicação da tese concedera uma oportunidade a clubes como o Atlético Campo de Ourique, Grupo Desportivo “Os Combatentes” ou até o Sport Lisboa e Benfica que aproveitaram o momento para se integrarem na AEP.¹³⁰

Apesar da proposta de Antero Nobre no *Primeiro Congresso dos Clubes Desportivos* merecer uma atenção satisfatória na imprensa generalista, a mesma não surtiu o efeito desejado. A transição da Ditadura Militar para o *Estado Novo* implicou uma mudança de fundo ao universo escotista português, obrigando este associativismo a inscrever-se na Organização Escotista de Portugal (OEP) - uma entidade estatal criada *ad hoc*, reguladora -, e que o transformaria de periestatal numa entidade paraestatal, utilizando os conceitos propostos por

¹²⁸ Antero Nobre apresentou-se como «aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, Vice-Secretário da Secção Escutista da Sociedade de Geografia de Lisboa, Chefe-Ajudante de “Escoteiros de Portugal” e delegado da Juventude Sport Clube (Évora) ao Congresso» (Nobre 1933); «Escotismo. Em plena execução», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.564, 1933-Dez-15, p. 6.

¹²⁹ «Escotismo. Notícias do Continente», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.568, 1933-Dez-29, p. 2. A título de exemplo o cricket foi considerado desnacionalizador pelos independentistas norte-irlandeses que o consideravam como uma modalidade demasiada “britânica”. Para mais informações veja-se: (Cronin 2005, 22) .

¹³⁰ Atlético Campo de Ourique («Escotismo. O êxito de uma iniciativa», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.566, 1933-Dez-22, p. 3); Grupo Desportivo “Os Combatentes” («O XXVIII Aniversário do G.D. “Os Combatentes”», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.643, 1934-Set-17, pp. 3/6); Sport Lisboa e Benfica («Escotismo. O Grupo do S.L.B.», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.640, 1934-Set-7, p. 3), respetivamente serão os grupos 73, 99 e 100. Curiosamente seria o segundo grupo de escoteiros promovido pelo *Sport Lisboa e Benfica*, repetindo a curta experiência de 1917-1918, devido à participação de Portugal na Grande Guerra (Arquivo do AEP Gr. 9-Olival Basto, “Recibo de quota mensal do Grupo nº 29-Sport Lisboa e Benfica, de José Maria Freitas Costa”; 1918-Fev/Mar; documento não-indexado).

Mireille Delmas-Marty (Delmas-Marty 1986). Resumidamente, impor-se-ia um limite a práticas desportivas menos consensuais como o boxe ou o rugby, olhadas ainda com alguma desconfiança pelo seu potencial desnacionalizador¹³¹. Como resposta, o chefe-ajudante da AEP Gr. 13 convenceu o jornal *Os Sports* a publicar uma coluna dedicada ao escotismo, reforçando os argumentos com dissertações sobre os objetivos, funcionamento, e algumas entrevistas a vultos do desporto português.¹³² Os temas eram da mais variada índole, e apresentava propostas de novos hábitos de consumo alimentar como meio indispensável na construção dos corpos juvenis. E sempre com o objetivo de procurar a perfeição do *Homem Novo*.¹³³ Apesar disto, registam-se a replicação *in loco* destas teorias em territórios como a Figueira da Foz, onde o advogado Ernesto Tomé, fundador do grupo local da AEP nos inícios de 1924, acabaria por empreender uma série de conferências semelhantes no Ginásio Club Figueirense.¹³⁴ Ideia também partilhada por uma larga franja de pedagogos, desde logo Faria de Vasconcellos, ele próprio colaborador nalguns periódicos associativos da AEP e promotor incansável da

«[...] prática de escotismo, admirável escola não só de cultura física, mas de cultura mental e moral, cujos exercícios respondem às tendências e aos interesses profundos de crianças e de adolescentes» (Vasconcellos 1928, 10).

A questão escotista debatida no *III Congresso Nacional de Educação Física* organizado pelo Ginásio Club Português ainda nesse ano de 1934 é facilmente perceptível a partir destes antecedentes.¹³⁵ As dinâmicas propiciatórias da ACM para uma (extra)especificidade desportiva no escotismo português permitiu a exportação deste modelo para todo o império, por sua vez copiado de outras realidades geográficas, como o Raj Britânico ou países como os

¹³¹ «Escotismo. Um bem e um mal», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.571, 1934-Jan-08, p. 4.

¹³² A subsecção intitulava-se “Escotismo e Educação Física”, e fora publicada ao longo do primeiro semestre de 1934. Os textos de Antero Nobre são bastante úteis para a história do desporto em Portugal, já que recorreu a pensadores ditatoriais como Herbert Spencer ou Giovanni Gentile para explicar a natureza do *scouting* (por exemplo: «O que é o Escotismo III», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.591, 1934-Mar-19, p. 3). Noutros casos apresenta entrevistas simples, em que procura a opinião apologista de individualidades (por exemplo, a entrevista a Júlio dos Santos, professor da Escola Superior de Educação Física: «Escotismo. “O Dia do Escoteiro”», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.592, 1934-Mar-23, p. 2). Convém recordar que também a Escola de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa criou o seu curso de escoteiros-chefes («Escotismo. Curso de Chefes», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.652, 1934-Out-19, p. 4). Antero Nobre tinha um grande conhecimento sobre as experiências escotistas no estrangeiro e procurou adaptar algumas propostas ao território português, nomeadamente a inclusão de deficientes motores nos grupos, de modo a que estes pudessem ter acesso ao método pedagógico («Escotismo. O Escotismo entre os rapazes-doentes», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.717, 1935-Jun-03, p. 3).

¹³³ «Escotismo para os campistas», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.625, 1934-Jul-16, p. 3.

¹³⁴ «A Educação Física pelo Escotismo», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXIV, nº 3317, 1935-Mar-26; p. 2.

¹³⁵ A primeira sessão do Congresso foi destinada ao “Conceito moderno de Educação Física – Fins, meios, métodos e processos”, sendo repartida em seis blocos: a) Finalidade moderna da Educação Física, b) Jogos educativos, c) Ginástica educativa. Método e processos, d) Jogos desportivos e desportos, e) Educação física pré-militar e militar, f) Escotismo («Escotismo. III Congresso Nacional de Educação Física», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.660, 1934-Nov-16, pp. 3-4). Para mais informações sobre os congressos nacionais de educação física, consulte-se: (Brás 2006).

Estados Unidos da América, onde a YMCA introduziu várias modalidades (Miller 2015, 167; Fischer-Tiné 2019). Vários polos do protestantismo português mimetizaram a estrutura, e verifica-se a existência da mesma matriz por toda a malha urbana. Nos casos em que o factor religioso foi um critério secundário na fundação de grupos escotistas, é possível ver como o apuramento da motricidade foi a base principal para a sua institucionalização. A prática desportiva do AEP Gr.1-Lisboa serviu para expandir esses projetos, condicionar a opinião pública sobre a sua validade educativa, e ainda proporcionar a campanha de angariação de novos elementos. As conexões transnacionais dos principais dirigentes deste grupo permitiram um jogo duplo nas diplomacias nacionais e internacionais, e essa versatilidade explica parcialmente que, entre 1936 e 1939, acabasse por se transformar num obstáculo às políticas de absorção associativa pelo Estado Português.

1.6. O associativismo dos *homens novos* não-católicos

A institucionalização do escotismo através do Associação Cristã da Mocidade, como referido antes, respondeu a uma das várias leituras possíveis do método de Baden-Powell, ao qual se somaram outras vertentes, como a laica-republicana ou a escolar, e que, uma vez agregadas, constituíram a AEP em setembro de 1913, numa estratégia similar a outras geografias (March Manresa e Sureda García 2003, 130). A construção social dos seus jovens, futuros cidadãos, e já numa lógica moderna como *Homens Novos* protestantes, veio colmatar um espaço vazio deixado pela matriz religiosa católica, algo que organizações como a ACM procuraram sempre ocupar. Para todos os efeitos, os não-católicos não se sentiam menos patriotas que os católicos e muito menos improdutivos no futuro do país. Indivíduos como Joaquim Leite Júnior sabiam-no e procuraram responder às dinâmicas do século XX com as mesmas ferramentas sociais dos batalhões escolares (ver subcapítulo 1.2.1), fosse na aplicação da mesma metodologia, fosse ainda através do contacto com outros indivíduos que comungavam das mesmas ideias. Os contactos entre agentes transnacionais ligados às redes protestantes mostram como as propostas de enquadramento da juventude circulavam e se aplicavam no tempo e no espaço, inclusive em áreas urbanas menores como Coimbra.¹³⁶ Basta ver organizações como a Liga dos Jovens Cristãos do Monte Pedral no Porto ou jornais como *O Amigo da Infância* que procuraram que os seus petizes e leitores competissem com a esmagadora maioria católica na promoção da cidadania. Ou através da leitura sistemática da

¹³⁶ «Leite Júnior», *Notícias de Coimbra: folha independente*. Ano I, nº 61, 1908-Abr-08, p. 3.

Sagrada Escritura, ou na participação dos rituais semanais que incluíam a catequese na Escola Dominical, «como um bom soldado de Jesus Cristo».¹³⁷

A organização do movimento escotista acabou por se acoplar aos projetos que alguns vultos do protestantismo, como José António Fernandes no Porto, ou Eduardo Moreira em Lisboa, já tinham em mente. Neste campo há que referir a questão do serviço militar obrigatório, caracterizado como um fragmento do quadro nacionalista. Recordo que um protestante não se sentia inferior no concurso de patriotismos e nacionalismos se comparado com um católico, apesar da conotação desnacionalizadora das missões religiosas não-católicas no continente africano (Dores 2015). Poder-se-á ver esta ansiedade na adesão do responsável da ACM do Porto à União dos Adueros de Portugal, logo no segundo semestre de 1914, interessado em promover o escotismo, pois era «o único meio de suprir as deficiências resultantes da curta permanência dos recrutas nas fileiras».¹³⁸ E para convencer os indecisos, vários adueiros faziam «alguns exercícios interessantíssimos, tais como improvisar uma maca para a condução dum ferido, fazer e lançar uma ponte de corda para atravessar um rio, transmissão de mensagens por meio da telegrafia ótica». O resultado foi satisfatório. No ano seguinte seria oficializado o segundo grupo da UAP na Rua José Falcão, precisamente sede da ACM do Porto.¹³⁹

Eduardo Moreira posicionou-se de forma diferente perante o mesmo problema. Com o desenrolar da Grande Guerra e o recrutamento obrigatório de jovens para as frentes bélicas, sabia que a AEP cedo seria procurada pelo governo para impulsionar a pedagogia pré-militar aos seus associados, com um apertado controlo na uniformidade do fardamento, exercícios em ordem unida, ou na vida em campo. Atividades que em tudo permitiriam reduzir o tempo de recruta dos futuros mancebos. Eduardo Moreira sabia-o bem e declarou o seu desagrado para com as propostas do Partido Democrático. Mais que o nacionalismo dos protestantes, estaria em causa o descarrilar de uma entidade como a AEP para um organicismo paraestatal.¹⁴⁰

Apesar de impulsionar o espírito patriótico, este associativismo de *homens novos* não-católicos procurou enquadrar os jovens em moldes de uma pluralidade religiosa com valores adaptáveis aos vários credos. E para se ser um cidadão haveria que assumir direitos e deveres comuns, como a obediência aos pais e às autoridades, a idoneidade, honra, o cumprimento de preceitos naturais como a manutenção ecológica, o ser prudente na gestão orçamental pessoal,

¹³⁷ «Uma Liga de Jovens Cristãos», *O Amigo da Infância*, Vol. XL, nº 9, 1914-Set, p. 1; «Dia Feliz para um Aduero», *O Amigo da Infância*, 1920-Novembro, Vol. XLVI, nº 11, p. 1.

¹³⁸ «Aduarismo», *Boletim da União Cristã Central da Mocidade Portuguesa*, Ano VII, nº 69, 1915-Mar, pp. 6-8.

¹³⁹ «Sedes», *O Aduero. Boletim da União dos Adueros de Portugal*, Ano I, nº 1, 1914-Set-25; p. 4, Ano I, nº 4. O UAP Gr. 2-Porto esteve em funcionamento entre 1914 e 1922.

¹⁴⁰ «O espírito internacional», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade*. Ano I, Nº 2, 1917-Fev; p. 1.

e acima de tudo cumprir os mandamentos divinos.¹⁴¹ Uma questão de masculinidade hegemónica que, à luz da época, se procuravam reduzir práticas *contra natura* como o onanismo, a homossexualidade, a preguiça, etc. numa perspetiva de alteridade através das práticas discursivas (Mosse 1996, 81; Buerman 2010; Setran 2010; Mckinney 2017, 44). E para isso o escoteiro-chefe desempenhava um papel fundamental na gestão da varonilidade escotista¹⁴². O modelo exemplar seria o cristão protestante, baseado nas premissas nacionalistas republicanas (Leal 2010), onde heróis como Afonso Henriques seriam tidos em conta, armado em cavaleiro com apenas 14 anos de idade.¹⁴³

A preocupação pela construção dos *homens novos* visava também a redução da pobreza, vícios e depauperamento físico, muitas vezes atribuídas ao inevitável quotidiano urbano.¹⁴⁴ As visitas do fundador Robert Baden-Powell em 1929 e 1934 à capital serviram para oficializar a proatividade associativa neste campo. Da mesma maneira como os *boy-scouts* ingleses de Hastings visitaram Lisboa em 1913, com o objetivo de corrigir comportamentos desviantes agora na gestão associativa. A presença do general inglês possibilitaria o encaminhamento na ortodoxia do escotismo português, na virtude de promover os futuros cidadãos um pouco por todo o império.¹⁴⁵ E para selar esse compromisso far-se-ia o convite ao Presidente da República Óscar Carmona que entregaria as insígnias de Cavaleiro da Ordem da Benemerência ao general britânico.¹⁴⁶

¹⁴¹ «A Lei do Escoteiro e o seu significado», *O Amigo da Infância*, Vol. LI, nº 5, 1925-Maio, p. 39.

¹⁴² «Escoteiros do Mirante», *Portugal Evangélico. Mensário*. Ano IV, Nº 43, Porto: 1924-Abr-15; p. 4.

¹⁴³ «À última hora», *Boletim da ACM Órgão mensal*, 2ª Série, Ano XVII, Nº 103, 1925-Jun, P. 4. A idealização de heróis como modelo de enquadramento juvenil moderno é transversal a vários sectores sociais. Uma boa análise ao ideal de cavaleiro medieval transposto para a realidade protestante na transição do século XIX para o XX foi apresentada por David P. Setran. A partir da investigação a vários movimentos norte-americanos pré-escotistas, como os *Knights of King Arthur*, *Knights of the Holy Grail*, ou a *Order of Sir Galahad*, possibilita uma perceção bastante consistente a partir da psicologia e teologia (Setran 2010). Por outro lado, a historiadora Sophie Wittemans vai mais longe alegando que Baden-Powell claramente separou o enquadramento masculino do feminino pelo ideal cavaleiresco, com as *girl-guides* a não terem qualquer modelo de representação que não fosse as virtudes da santidade feminina (Wittemans 2009, 61).

¹⁴⁴ «O Escotismo», *Os Sports*. Ano X, nº 1.071, 1929-Mar-08, pp. 1-4.

¹⁴⁵ «Escotismo. “O dia do Escoteiro”», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.595, 1934-Abr-02, p. 2

¹⁴⁶ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.611, 1934-Mai-28, p. 4.

Capítulo 2) A adoção do escotismo por sectores republicanos

Ao ser um movimento educativo recente, a introdução de militares de patentes intermédias assim como de adeptos de vários sectores republicanos nestas associações permitiu a adulteração do método à realidade política portuguesa. Cedo somou-se o programa da Instrução Militar Preparatória às propostas fundacionais do general inglês Baden-Powell explícitas no *Scouting for Boys*, em que o escotismo acabaria por ser mais um complemento na modelação de cidadãos masculinos exemplares. A propagação deste associativismo por todo o império, muitas vezes com recurso a oficiais militares para os principais órgãos diretivos, originou práticas regulares de instrução e preparação para um súbito panorama bélico, visível ainda nos anos posteriores a 1926. Exercícios marciais tornaram-se em meios profiláticos para uma eventual defesa armada do território, vincando a inculcação de hierarquização, e uma formatação de opinião favorável à República tornaram-se pilares quase dogmáticos nas várias lutas intestinas que os vários governos conheceram entre 1911 e 1939.

2.1 O malogro da educação pré-militar. Os Batalhões Escolares

A preocupação sobre o futuro das crianças, num objetivo de enquadramento em determinados moldes pré-estabelecidos, fora algo erigível com a modernidade, com o delineamento de vários planos materiais vocacionados para esses públicos, e no qual todos os sectores sociais tiveram um papel ativo, incluindo as minorias religiosas (Foucault 2003, 140). A opção de se enveredar por uma mimese dos Batalhões Escolares oitocentistas a partir das várias experiências bélico-pedagógicas franco-germânicas, e já estes inspirados nos *Corps de Cadets* suíços do século XVIII, acabaria por ser mais uma resposta social de resolução da turbulenta fase da adolescência (Fontaine 2016, 120). Por toda a Europa copiou-se este modelo, ao qual se acrescentaram itens disciplinares como a música, canto coral, ordem unida, entre outras, às várias atividades físico-corporais, já em moldes semi-militarizados. Nas últimas décadas de oitocentos é possível ver como vários estabelecimentos escolares na Península Ibérica adotaram e puseram em prática o método de Ling, disciplina de máxima importância, ao ponto de se convidar técnicos especializados como docentes (médicos e enfermeiros, sobretudo) para administrar os exercícios de ginástica sueca e dar resposta às novas necessidades eugénicas na criação da “raça perfeita” (Felgueiras 2013, 316; Salinas e Zavala Arnal 2017, 20).

Esta idealização cedo criou adversários que olharam com desconfiança a educação pré-militar, e que viram nos Batalhões Escolares um desvirtuamento da principal função educativa das escolas e na sua fábrica de cidadãos de livre arbítrio. E se este fenómeno criou adeptos pelos cinco continentes, também a sua aversão não conheceu fronteiras. Na última década do século XIX começaram a extinguir-se de forma progressiva, fosse através de um descrédito generalizado pela sua finalidade, fosse a partir de proibições explícitas emanada por diretores e reitores universitários, que optaram pela ginástica sueca em detrimento da prática de tiro e marchas (Almeida Aguiar 1999, 75–77; Moreno-Luzón 2020, 242; Antas Ramos 2022, 78).

O caso português acompanhou o percurso das congéneres meridionais europeias onde as experiências dos batalhões escolares acabaram por entroncar-se com o universo republicano dos finais do século XIX, muito pela conjuntura política do *Ultimatum* Britânico de 1890, com uma atribuição de culpa de degeneração nacional à Casa Real Portuguesa (Castelo 2010, 34). Segundo as lógicas republicanas, e de modo a enfrentar e colmatar problemas no futuro, várias individualidades ligadas ao mundo da educação procuraram que os mais jovens tivessem a formação necessária para empreender uma nova leitura da sua auto-funcionalidade cívica, nada menos que uma constante preocupação moderna sobre a construção dos cidadãos. E na agenda dos objetivos, na qual se incluem os múltiplos rituais que envolvem o imaginário coletivo, os batalhões escolares teriam um lugar de destaque. Acima de tudo, era uma questão de futuro.

Na vasta lista de eventos republicanos, poder-se-ão elencar as “Festas da Árvore”, realizadas na generalidade dos municípios do sul da Europa e continente americano desde inícios do século XX, um símbolo natural nacionalizado por excelência, uma simbiose ecológica que encerrava o ciclo perfeito entre seres humanos e a floresta autóctone (Motilla Salas 2009, 144; Joaquim Pintassilgo 2012b, 93; Moreno-Luzón 2020, 248; Pérez Navarro 2022). Precisamente nestas festividades surgiram as primeiras manifestações públicas de sacralização religiosa não-católica do “culto da árvore”, com a presença de vários dirigentes protestantes lado a lado com as várias fações republicanas. A *Festa da Árvore* de fevereiro de 1909, na cidade do Porto, foi promovida pelo núcleo local da Liga Nacional de Instrução, e contou com mais de oito mil crianças das várias escolas da cidade. Dentro deste número, quase 15% eram alunos das Escolas Dominicais Evangélicas de Porto e Vila Nova de Gaia, «as únicas que se apresentaram com alfaias agrícolas e que levaram ramos. Distinguiram-se ainda pelos hinos que cantaram, não só no Campo da Regeneração, onde também cantaram, e muito bem, as crianças da Escolas Oficiais, mas também nas ruas do percurso e no local da plantação».¹⁴⁷

¹⁴⁷ «Festa da Árvore», *O Amigo da Infância*, nº 4, Vol. XXXV, 1909-Abr, p. 28. Sobre as Escolas Dominicais de cariz protestante consulte-se: (Setran 2010).

A experiência dos Batalhões Escolares decorrida um pouco por todo o país nas últimas duas décadas do século XIX abriu uma brecha no debate sobre a utilidade da instrução militar na rede escolar. Completamente irresoluta, arrastando-se praticamente até à instauração do regime republicano em 1910, quando se implementou definitivamente o programa nacional da então criada Instrução Militar Preparatória.¹⁴⁸ Mesmo assim, ainda é possível mapear a criação de alguns batalhões escolares depois do 5 de outubro de 1910.¹⁴⁹

A disfunção entre republicanismo e Batalhões Escolares em Portugal acabou por dar espaço suficiente a novas ideias como o *scouting*, que pareciam mais próximas da idealização da construção dos futuros cidadãos, conjugadas ambivalentemente nos opositores à pré-militarização da infância como nos defensores da mesma.¹⁵⁰ No primeiro caso, os adeptos do fim da militarização entendiam que os discentes tinham oportunidade de aplicar em si mesmos o sistema *self-government* em detrimento da disciplina única de comando vertical praticada no regime militar, e mais ainda com o polémico contacto com armas de fogo (Ramos do Ó 2003; Brás e Gonçalves 2009; Fraga 2012; Joaquim Pintassilgo 2014). A pequena experiência em Paço do Botão, no concelho de Coimbra, considerada a primeira unidade protoescotista a nível nacional parece confirmar esta opção (E. Ribeiro 1982, 27; A. C. Vicente 2004a, 220). E tendo em conta o papel do seu responsável, Joaquim Leite Júnior, um dos pioneiros do *scouting* em Portugal como referi no capítulo anterior, é possível observar algumas semelhanças entre o projeto dos batalhões infantis e o programa cívico republicano, com o incentivo da prática de cânticos patrióticos, como os hinos nacionais, a aprendizagem pela ordem unida, com guardas de honra a individualidades ministeriais, etc.¹⁵¹

¹⁴⁸ Carlos Manique da Silva recorda que «O que estava em agenda, na verdade, era a familiarização da juventude com o serviço militar, algo que, entre outros aspetos, pressupunha uma importante componente de exibição dos chamados “soldados-alunos”, particularmente associada a momentos solenes e a festividades. A este respeito, atente-se na forma como é descrita uma das primeiras aparições públicas dos batalhões escolares do município de Lisboa» (C. M. da Silva 2021, 54).

¹⁴⁹ Indicamos aqui dois casos: Lagos e Caria, no concelho de Belmonte, onde o professor João dos Reis Tavares «lembrou-se de organizar na sua escola o régimen militar, com o intuito patriótico de fazer desabrochar no espírito dos seus discípulos o amor da Pátria [...] com o dinheiro das subscrições conseguiu o fardamento e armas [...] e Esperamos que este exemplo sirva de incitamento aos que se dedicam ao ensino infantil e anima-nos a esperança de que, no futuro, o povo português despertará do letargo e da ignorância em que a incúria do régimen transacto o mergulhou.». A fotografia deste último batalhão é bastante elucidativa, com 45 alunos, uniformizados ao estilo de marinheiro. Dois alunos em pose de formatura: um na bandeira, outro com clarim, atrás de tripés de espingardas, sob a tutela do professor («Um Batalhão Escolar é organizado em Lagos», *O Século*, Ano 30, nº 10495, 1911-Mar-03, p. 1; «Nas Escolas Primárias. O Batalhão Escolar de Caria», *O Século*, Ano 32, nº 10:916, 1912-Mai-03, p. 1).

¹⁵⁰ Situação análoga ao ocorrido na Austrália, com algumas organizações de enquadramento juvenil instaladas no território a partir de 1870, com o objetivo de extrair os rapazes de famílias disfuncionais ou de uma possível vida nas ruas. Segundo Martin Crotty, algumas entidades entraram em declínio e acabaram por abrir espaço à introdução do *scouting* na colónia, tanto pelas inadaptabilidade ao mundo moderno (com a interculturalidade dos imigrantes), assim como pela fama de Baden-Powell (Crotty 2009, 82).

¹⁵¹ «Voluntários da Paz», *Notícias de Coimbra: folha independente*, Ano IV, nº 330, 1910-Nov-19, p. 2.

Do lado oposto, onde a opção militarista era considerada como uma prioridade, o *scouting* surgia assim como a oportunidade imperdível para se poder aplicar um sistema disciplinar numa juventude já “perdida”. O seu mentor era um militar de alta patente, e o currículo bélico no império britânico era um factor a ter em conta. A fama do método de Baden-Powell em toda a Europa acabava por chegar a Portugal e é observável no jornal *O Século*, quando a implementação da Instrução Militar Preparatória começava a ser tema de conversa na substituição definitiva dos batalhões escolares. Das muitas propostas que surgiram em torno da constituição dos programas, a do tenente J. Moreira Salles, do regimento de Infantaria 1, é bastante elucidativa quanto à recepção das ideias de Baden-Powell em Portugal, sobretudo quando indicava que o livro ‘*Scouting for Boys*’ «encerra os mais belos princípios patrióticos e é destinado a preparar defensores do vasto império britânico por meio de exercícios militares, pela educação física e cívica»¹⁵². A segunda vertente escotista - a militarizada -, começava a dar os primeiros passos. E contará com o apoio de várias facções republicanas. Vejamos como.

2.2 Os batalhões voluntários da República e a Instrução Militar Preparatória

Seguindo a mesma lógica dos vários projetos republicanos do *Homem Novo*, como os Batalhões Escolares ou as várias festividades em torno do culto da árvore, também os batalhões de voluntários da República, emergidos no pós-05 de outubro de 1910, entram neste campo, e muito moldados pela polarização do debate em torno do militarismo.¹⁵³ A constituição informal de batalhões de voluntários da República nos primeiros seis meses visava a proteção do novo sistema político (J. B. Serra 2011, 96). E constituídos numa estrutura hierárquica debilitada, partilhando apenas objetivos de confronto, acabaram por proporcionar episódios arbitrários de vinganças pessoais camuflados por práticas ideológicas. Acrescente-se também um acesso a armas de fogo relativamente fácil, factor aliciante que provocou um surgimento desenfreado de batalhões de jovens voluntários descontrolado.¹⁵⁴

¹⁵² «Instrução Militar Preparatória», *O Século*, Ano 30, nº 10151, 1910-Mar-19; p. 5.

¹⁵³ Convém recordar que a Associação de Lojistas de Lisboa promoveu uma série de conferências ligadas ao pensamento darwinista e aplicações políticas sobre a militarização da sociedade portuguesa, assim como em Lourenço Marques patrocinariam a fundação do UAP Gr. 4 em 1932 («Conferências. Palestras filosóficas», *O Século*, Ano 31, nº 10:681, 1911-Set-05, p. 3; «Adueros marítimos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1.819, 1932-Abr-12, p. 4). Não será de estranhar que um ano após a instauração da República, o Congresso Anarquista aprovasse as prerrogativas antimilitaristas («Congresso Anarquista», *O Século*, Ano 31, nº 10:750, 1911-Nov-14, p. 4). Para mais informações sobre aquela associação recomendamos o trabalho de Daniel Alves (D. R. Alves 2012).

¹⁵⁴ Por exemplo, o Batalhão da Sé de Lisboa. «Voluntários da República. Vão reunir-se em associação, *O Século*, Ano 32, nº 10:950, 1912-Jun-06, p. 1. De forma ilustrativa indicamos aqui alguns exemplos de batalhões de voluntários armados na cidade de Lisboa entre outubro de 1910 e março do ano seguinte [Sé; Arroios (Centro Latino Coelho); Pena; Benfica; Centro 4 de Outubro; Central de Lisboa; S. Vicente (Centro 1º Dezembro); Centro Elias Garcia; Centro Rodrigues de Freitas; 31 de Janeiro; Almirante Reis; Comércio e Indústria; Dr. Miguel

Apesar de ser um assunto pouco explorado, acredito que os batalhões de voluntários tiveram um percurso idêntico aos dos batalhões escolares. Enquanto estes últimos acabaram por ser extintos e transformados em unidades escotistas (Almeida Aguiar 1999, 83–84), os batalhões de voluntários da República acabaram por ser absorvidos pelas políticas estatais e incorporados nas Sociedades de Instrução Militar Preparatória (adiante SIMP).¹⁵⁵ Isto abre o debate sobre transformação de unidades informais em organismos paraestatais. Curiosamente, e veremos como, algumas SIMP adotaram o escotismo com o objetivo de enquadrar a juventude.

A materialização das propostas pedagógicas de Baden-Powell nos cinco continentes ocorreram sobretudo em dois grandes grupos sociais. Como expetável, primeiro nos meios académicos, e só *a posteriori* nos militares (Crotty 2009, 86; Honeck 2013, 105). O caso português acompanhou este ritmo, e não fora por acaso que, em agosto de 1912, quando a SIMP nº 2-Lisboa se aventurou nas primeiras explicações públicas sobre o *scouting*. Algo que desencadeara a indignação do professor Joaquim Leite Júnior, que prontamente escrevera para *O Século* para relembrar as entrevistas publicadas em *A Montanha* ou no *Primeiro de Janeiro*.¹⁵⁶ A intenção era óbvia: nem os dirigentes da SIMP nº 2 eram os primeiros ou os segundos a introduzir o *scouting* em Portugal, nem sequer o modelo que propunham era o mais ortodoxo. Era um lembrete memorial ao presidente João Teixeira Simões, que queria fundar um grupo escotista dentro das suas instalações, conjugando o estilo de batalhão de voluntários da

Bombarda; Grupo “Pátria” (1889-1901); Grupo Civil “A República” (Centro António José de Almeida); Heliodoro Salgado; Lapa; Mouraria (Centro 28 de Janeiro); Operários da Câmara; Pena; S. Cristóvão; Santos; Socorro; Santa Isabel; S. Mamede]. Fora da cidade de Lisboa também se observava unidades paramilitares em Algés; Almada (Centro Capitão Leitão); Coimbra; Lourinhã; Sacavém (A República, nº 10); Santarém; Porto e outras localidades. O periódico *O Século* é uma fonte indispensável para o mapeamento dos batalhões de voluntários da República.

¹⁵⁵ Falta um estudo exaustivo aos batalhões de voluntários da República, respetivamente à sua estrutura social, classe etária, critérios de captação, estratégias de organização, mobilidades e práticas quotidianas. Tenha-se em conta este exemplo: «[...] O patriótico Grupo de Defesa da República desta vila [Póvoa de Varzim] esteve de prevenção na noite de segunda para terça-feira, por constar no Porto que no distrito haveria noite alteração da ordem pública. Os briosos rapazes que compõem o Grupo têm demonstrado o maior patriotismo, comparecendo sempre que a autoridade requisita os seus valiosos serviços.» («Grupo Defesa da República», *O Comércio da Póvoa de Varzim*, Ano VIII, nº51, 1911-Set-29, p. 1). É de crer que a institucionalização do associativismo republicano condicionou e moldou os batalhões de voluntários, de modo a evitar o acesso fácil a armas de fogo ou ao estímulo de práticas violentas. As várias Ligas das Mocidades Republicanas tiveram um papel interessante nesse enquadramento e que ao realizar várias sessões propagandísticas a partir de modelos previamente desenhados por todo o país acabassem por evitar episódios de violência («Liga Nacional da Mocidade Republicana», *O Bejense. Semanário Republicano*, Ano VII, nº368, 1918-Set-05, p. 1). Mesmo após o golpe de 28 de maio de 1926 houve tentativas de recuperar este tipo de associativismo, em muito inspirados nos vários episódios do “Revirralho” («Mocidade Republicana», *O Bejense. Semanário Republicano*, Ano XVII, nº 800, 1928-Jun-02, p. 2).

¹⁵⁶ «“Desperta, Portugal”. Uma bela iniciativa», *A Montanha. Diário do Partido Republicano Portuguez*, Ano II, nº 363, 1912-Mai-03, p. 1; «Educação Nova. Os mandamentos da “Lei Scout”», *O Século*, Ano 32, nº 11:017, 1912-Ago-12, p. 2.

República com as premissas de Baden-Powell, numa apologia patriótica, e com vista à regeneração da raça e formação de futuros cidadãos.¹⁵⁷

A notificação da abertura de inscrições na SIMP nº 2 animou a que uma série de militares apoiasse esse projeto. Mas não só. Também alguns professores como o inglês H. J. Shepherd se voluntariaram para ensinar gratuitamente o idioma nativo de Baden-Powell aos futuros *scouts*.¹⁵⁸ E em menos de um mês, quando se preparava a receção ao grupo de escoteiros de Hastings promovida pelo AEP Gr. 1-Lisboa, surgiram os primeiros militares voluntários à para o cargo de instrutores.¹⁵⁹ Ou o comandante Lino da Silva, dos Bombeiros Lisbonenses, autoproposto para a instrução de tiro de guerra e exercícios físicos, que dizia claramente que «não brincamos infantilmente aos militares, mas preparamo-nos para amanhã nos considerarem bons soldados».¹⁶⁰

Fora de Lisboa a caracterização das SIMP não difere muito das descrições anteriores e a sua extensão municipal visava um claro controlo estatal sobre as associações informais de voluntários que se batiam pela República, fosse por via militar, fosse por via cívica.¹⁶¹ E precisamente para evitar o extravio de armas de fogo e impor alguns limites à mobilidade de novos combatentes, a fundação das SIMP por todo o país tinha o objetivo de regular as iniciativas civis. Claro exemplo encontra-se em Coimbra, ainda em 1913, quando na assembleia de sócios da SIMP nº 10, se decidiu saldar as dívidas do extinto batalhão voluntário local, incorporando também todos os antigos alistados como novos membros, e «com as modificações nos fardamentos como determina a lei, gola preta com o n.º 2 e a cobertura da cabeça capacete ou *bonnet* com as letras I. M. P., entrelaçadas».¹⁶² Noutros casos, como o de Santarém, a própria SIMP local apoiou diretamente a abertura de um grupo de escoteiros, enviando vários oficiais do exército para administrar a instrução prática semanal. Limitada financeiramente, recorreram ao apoio de Luís Cordeiro, «pessoa de destaque naquela cidade», e ligado aos meios

¹⁵⁷ «Pela República. Batalhões de Voluntários», *O Século*, Ano 32, nº 11:019, 1912-Ago-14, p. 6; «*Boy-Scouts*», *O Século*, Ano 32, nº 11:021, 1912-Ago-16, p. 2.

¹⁵⁸ «Os *Boy-Scouts*», *O Século*, Ano 32, nº 11:034, 1912-Ago-29, p. 2; «Os *Boy-Scouts*», *O Século*, Ano 32, nº 11:035, 1912-Ago-30, p. 3; «A melhor escola para os “*Boy-Scouts*”», *O Século*, Ano 32, nº 11:076, 1912-Out-11, p. 3.

¹⁵⁹ Como o alferes Raul Emídio de Carvalho, de Infantaria nº 1 («Crianças hoje, homens amanhã», *O Século*, Ano 32, nº 11:042, 1912-Set-06, p. 1).

¹⁶⁰ «Cuidando do futuro da Pátria», *O Século*, Ano 32, nº 11:055, 1912-Set-19, p. 1.

¹⁶¹ Um artigo de opinião da autoria de Victor Mendes, publicado em *O Bejense*, é ilustrativo quanto à preocupação sobre o futuro das novas gerações, quando o mesmo propunha «tentar em Beja uma rasgada campanha nesse sentido, consagrando assim a favor da criança, da sua cultura física e educação moral um pouco do nosso sentimento e da nossa vontade, mais beneficentemente aproveitada em tais lutas, que nas esterilizantes pugnas políticas em que tanto vibra por vezes o interesse próprio em detrimento da utilidade colectiva?» («Pelas crianças», *O Bejense. Semanário Republicano*. Ano II, nº 74, 1912-11-13, p. 1).

¹⁶² «Sociedade Militar», *Gazeta de Coimbra*, Ano II, nº 173, 1913-Mar-01, p. 2.

empresariais, o que reflete a necessidade de responder ao desequilíbrio orçamental existente em muitas unidades.¹⁶³

O decurso da Grande Guerra obrigou a um abrandamento das atividades internas das SIMP, que, pouco a pouco, acabaram por enviar muitos dos seus alistados para as duas frentes. Condiicionados pela falta de efetivos, articularam-se com alguns grupos de escoteiros locais que surgiam por todo o país, de modo a dar continuidade ao programa bélico-pedagógico da pré-militarização.¹⁶⁴

O aumento do esforço de guerra levou à falta de recursos financeiros dentro das SIMP, que detinham um programa educativo pouco atraente, quando nunca gozaram de um consenso público favorável desde a sua fundação.¹⁶⁵ E cedo se desgastaram. Primeiro, pela absorção dos vários batalhões de voluntários existentes pelo país, o que certamente provocou tensões hierárquicas entre militares e paramilitares pró-República. Segundo, pela questão da militarização da infância, um debate que se arrastava desde a década de 1880. Nem quarenta anos depois conhecia-se qualquer projeção de se conceber um final.

O espoletar da Grande Guerra acelerara também a visão negativa que pairava sobre estas instituições pedagógico-militares. E para lhes dar algum sentido cívico e utilidade pública, vultos promotores das SIMP como o tenente-coronel Desidério Beça interessaram-se pela geminação de atividades destas sociedades com grupos escotistas (Beça 1917c; 1917a). Desidério Beça assumiria um papel decisivo na greve dos Correios, em setembro de 1917, quando obrigou vários grupos de escoteiros a colaborarem com a SIMP nº 5 (e da qual era o responsável), com o objetivo de filtrar/censurar a correspondência destinada à frente europeia, copiando a mesma estratégia aplicada já noutros países (Alexander 2017, 32). Orgulhoso da iniciativa, apresentaria os resultados da conjunção de esforços associativos no 1º Congresso de Educação Física, realizado no Ginásio Club Português em Lisboa, e no qual obteve apoios.¹⁶⁶ O modelo seria aplicado na Amadora, com o AEP Gr. 13 a funcionar na SIMP nº 35.¹⁶⁷

Após o término da Primeira Guerra Mundial as SIMP entraram em declínio acentuado, muito impulsionado pelo crescimento de movimentos educativos como a *Escola Nova*, o que

¹⁶³ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:583, 1914-Mar-11, p. 4.

¹⁶⁴ Por exemplo a SIMP 9-Lisboa, sediada na Rua de Santa Marta, que, limitada pelas condições financeiras impostas pelo decurso da Grande Guerra, empreendeu uma série de atividades com o AEP Gr. 9-Lisboa («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12.061, 1915-Jul-07, p. 5).

¹⁶⁵ Em 1931 UAP Gr. 30-Cedofeita (Porto), por ocasião do seu aniversário, reuniu-se na antiga sede do SIMP nº 22 («Adueros de Portugal», *O Comercio do Porto*, Ed. Manhã, Ano LXXVII, nº 280, 1931-Nov-27, p. 2).

¹⁶⁶ «1º Congresso de Educação Física», *Noticias de Évora. Diário da Manhã*, Ano XVIII, nº 5.058, 1917-Nov-14, p. 1. Mais informações sobre o 1º Congresso de Educação Física consulte-se: (Beça 1917a, 86; Brás 2006, 524–25).

¹⁶⁷ «Endereços dos grupos da Associação», *O Escoteiro. Órgão Oficial da A.E.P.*, Ano II, nº 14, 1918-Ago, p. 4.

levou à exclusão dos grupos escotistas aí sediados (ver capítulo 3). Somente a imposição da Ditadura Militar reavivara algumas iniciativas de recuperação, mas já em moldes algo revivalistas¹⁶⁸. O país deparava-se com uma metamorfose política bastante maleada pela exportação do fascismo italiano que entretanto suspendera a *Associazione Scouts Cattolici Italiani* a partir de 1926 (Ponzio 2015, 39; La Rovere 2018, 24).

2.3 A experiência macaense de Álvaro Melo Machado

Ao que se sabe, a constituição de batalhões de voluntários da República fora uma ação exclusiva do território metropolitano, apesar de se observar o surgimento informal de algumas unidades similares um pouco por todo o império. De todos os territórios ultramarinos, o caso macaense merece alguma atenção singular devido a ser comumente conotado como o berço do escotismo português, uma ideia difundida pelo jornal *O Século* e que acabou por moldar a construção das memórias associativas da AEP até hoje (E. Ribeiro 1982). Se é certo que o comandante Álvaro de Melo Machado teve um papel primordial na constituição de um grupo de *boy-scouts* e *girl-guides* na pequena península asiática, convém recuar às dinâmicas sócio-militares em regime de voluntariado preexistentes no território e que tinham como objetivo a manutenção da soberania portuguesa. O Corpo de Voluntários Portugueses de Xangai entra nesta categoria; constituído em 1854, foi vigente até à solidificação do *Estado Novo* em 1933.¹⁶⁹ De forma resumida, o *Shanghai Volunteer Corps* era um amálgama de contingentes de europeus e asiáticos (no caso português, com recrutas provenientes de Macau), financiado pelo próprio município, e hierarquicamente liderado por um militar britânico, com o objetivo de salvaguardar os interesses económico-coloniais do Velho Mundo naquele espaço.¹⁷⁰

¹⁶⁸ O artigo “Escutismo” publicado no jornal portuense *Sporting* é deveras ilustrativo quanto a esta problemática: «Em Portugal, o nosso entender, houve no início do movimento escoteiro um erro que, até certo ponto, motivou a indiferença e hostilidade de uma parte do país. Foi o ter-se consignado na “Promessa” o “defender da República”. Com efeito, o escoteiro não tem que defender ou atacar a República ou a Monarquia, mas “unicamente” que defender a Pátria, por tudo e através de tudo. O escoteiro, republicano ou monárquico, como cidadão, mas unicamente português como escoteiro, aceita o governo da Nação sem olhar à sua fórmula política, respeita e cumpre as suas leis, não lhe competindo oficiá-las ou discuti-las. Mais: o escoteiro tem o dever de concorrer para que essas leis se cumpram, prestando o seu concurso, quando elas não vão de encontro à sua “lei”, visto que o escoteiro é irmão e amigo de todos os escoteiros e “respeita as convicções de ontem”» («Escutismo. Escoteiros liberais», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano IX, nº 615, 1929-Set-17, p. 15).

¹⁶⁹ O que coincide com as incursões coloniais japonesas na Manchúria e os ataques a várias cidades da China (Sugarman 2007).

¹⁷⁰ O Corpo de Voluntários Portugueses de Xangai ainda está por estudar. Em 1932, por exemplo, a colónia de Macau organizou o envio de três companhias: uma portuguesa (250 homens, incluindo oficiais militares), uma chinesa e outra mista («De Shanghai a Macau», *O Século*, Ano 29, nº 9781, 1909-Mar-11, p. 5; «Os portugueses voluntários em Shanghai», *O Século*, 1927-Jun-06, p. 7; «Portugueses em Changai», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, 1932-Fev-03, p. 1). Seria interessante conhecer as políticas diplomáticas de Álvaro de Melo Machado enquanto governador-geral da colónia e promotor do envio do corpo de voluntários para o império britânico.

Apesar da historiografia macaense ser omissa quanto a este assunto (A. G. Dias 2013), é de supor que este regime de voluntariado para a proteção das soberanias europeias na Ásia Oriental abrisse espaço à materialização de alguns programas educativos mais recentes na época como o *scouting* do general inglês Baden-Powell.¹⁷¹ A lógica da construção dos futuros cidadãos, de estar ao “serviço do império”, enquadra-se no rol de preocupações sociais do pensamento moderno. A referência à génese macaense do escotismo português das memórias associativas da AEP (E. Ribeiro 1982, 24–27), sublinhando sempre o papel do comandante Álvaro Melo Machado neste território asiático acaba por não ser assim tão estranha. É certo que o comandante fora o fundador de um grupo de escoteiros em Macau.¹⁷² A *Ilustração Portuguesa* deu grande destaque a esta inovação, apresentando-a a partir de uma dupla perspetiva de género, não só pelos *boy-scouts*, como ainda a de Melo Machado ter organizado um grupo de *girl-guides*, algo inusual para a época.¹⁷³ No caldo internacional deste movimento juvenil internacional, a aproximação de Álvaro de Melo Machado à associação escotista de Hong Kong, e precisamente no primeiro ano da instauração republicana na metrópole, coloca dúvidas quanto à promoção do *scouting* na colónia portuguesa. O busílis da questão, se fora uma iniciativa do próprio comandante ou se uma promoção extracolonial dos dirigentes britânicos, permanece em aberto, sendo que ambas as possibilidades são válidas. E para todos os efeitos, Melo Machado contou com a presença de Mr. Nightingale e Miss Campbell em Macau, dois docentes de língua inglesa que o coadjuvaram no estabelecimento de uma unidade neste território.¹⁷⁴

De volta a Lisboa em 1912, Melo Machado procurou retomar o projeto iniciado na Ásia, precisamente quando o jornal *O Século* publicava uma série de cartas dos leitores com vista à promoção do escotismo numa hipotética substituição/adaptação à polémica Instrução Militar

¹⁷¹ A título de exemplo, em 1916 a *Girl-Guide Commissioner* Miss Smolett-Campbell, da *Girl-Guide Company of Shanghai*, fundou uma companhia de escoteiras em Macau, destinada a raparigas britânicas e portuguesas. Esta unidade teve uma vida quase efémera pelas circunstâncias da Grande Guerra («Shanghai», *Girl Guide's Gazette*, Vol. III, no. 31, 1916-July, p. 108).

¹⁷² A experiência macaense carece ainda de um aprofundamento a partir da consulta dos arquivos locais. É provável que o Centro Recreio Sport Fraternidade Militar fosse o berço do grupo macaense de *boy-scouts*, uma associação composta só por sargentos e oficiais de rango inferior sediada no *chalet* Flora. Além disso, o comandante contava com o apoio do sargento José António Henriques na promoção do escotismo («Aniversário da República», *O Século*, Ano 31, nº 10:760, 1911-Nov-24, p. 4).

¹⁷³ «Scouts em Macau», *Ilustração Portuguesa*, nº 339, 1912-Ago-19, pp. 235-236.

¹⁷⁴ George Franklin Nightingale após fundar o primeiro grupo de *boy-scouts* e *girl-guides* acabou por ser admitido como professor na Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (Arquivo do Centro Científico e Cultural de Macau: “Processo 4984: Contrato de prestação de serviço celebrado entre a Comissão Directora da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses e George Franklin Nightingale, para o cargo de professor da escola comercial, 1915 Setembro 4 a Outubro 21”; MCAHM/AC/218/883/B.G3); «Macao Notes. Girl Scouts», *Hong Kong Daily Press*, 1912-Abr-13, p. 2; «Fortificando a Mocidade», *O Século*, Ano 32, nº 11:054, 1912-Set-18, p. 1).

Preparatória. Recorde-se que uma das ideias mais contestadas era a de que «o *Scouting* se destina a fazer homens e não a fazer soldados, embora um homem bom dê sempre um bom soldado». Seja como for, a experiência macaense permitiu-lhe reunir a experiência e contactos suficientes para exportar este modelo associativo para a capital. E uma vez em Lisboa procurou dar continuidade à promoção do *scouting* já iniciada por João Teixeira Simões na SIMP nº 2, onde acabou por fundar um grupo de escoteiros, em alternativa ao modelo oferecido pela Associação Cristã da Mocidade que objetivava um tipo de cidadão bastante díspar do ideal republicano. A fundação de um segundo grupo em Lisboa visava um centro alternativo de formação de futuros cidadãos, agora laicos (e não exclusivamente protestantes) e correspondentes aos novos desafios da conjuntura política.

A experiência asiática de Melo Machado, ao saber trabalhar com elementos de vários credos protestantes, permitiu-lhe um diálogo fácil e heterogéneo entre o seu próprio grupo com uma minoria religiosa (AEP Gr. 1) e um núcleo do Liceu Pedro Nunes (AEP Gr. 3), assumindo a liderança e modelando uma associação escotista com três eixos distintos: religioso, laico e educativo¹⁷⁵. Acabaria por ter um papel importante na fundação da futura Associação dos Escoteiros de Portugal, assumindo a função de Escoteiro-Chefe Geral em setembro de 1913.

2.4 O escotismo e os republicanos

A primeira notícia sobre o *scouting* na metrópole portuguesa foi publicada pelo jornal portuense *A Montanha. Diário do Partido Republicano Português*, o que mostra (parcialmente) o interesse inicial dos leitores republicanos neste modelo pedagógico. Em maio de 1912 *A Montanha* destacava o *scouting* logo na primeira página, onde se pode ver a figura polissémica e consensual de um Robert Baden-Powell agradável a vários sectores, com uma aura de heroicidade nas campanhas do Transval e da Índia assinalada como símbolo credível de referência para a juventude portuguesa.¹⁷⁶ Seria o primeiro das muitas publicações que se seguiram em diversos jornais e onde se apelava à solidariedade das coletividades republicanas para adotarem o movimento escotista.

A partir de maio de 1912 vários periódicos filorrepublicanos de Lisboa e Porto publicitaram as múltiplas possibilidades educativas que o *scouting* oferecia, com indicação das

¹⁷⁵ O modelo triangular inicial da AEP (religioso-laico-educativo) permanece como uma questão pertinente e de discórdia na identidade associativa.

¹⁷⁶ «“Desperta, Portugal”», *A Montanha. Diário do Partido Republicano Português*, Ano II, nº 363, 1912-Mai-03, p. 1; «Baden-Powell», *A Montanha. Diário do Partido Republicano Português*, Ano II, nº 364, 1912-Mai-04, p. 1.

agregações que se disponibilizaram a albergar grupos de escoteiros nas respetivas sedes.¹⁷⁷ Em Lisboa, por exemplo, as primeiras iniciativas partiram da Academia de Estudos Livres (e acabaria por ser a sede do AEP Gr. 2, onde formaram uma Liga dos Melhoramentos e Propaganda do Escotismo, em tudo semelhante a uma cooperativa), ou o Grémio Republicano de Alcântara (sede do AEP Gr. 5).¹⁷⁸ Até mesmo a associação secessionista União dos Escoteiros Lusos, que no biénio 1914-1915 manteve uma parceria direta tanto com o Grémio Juventude Republicana de Lisboa como com o Centro Republicano Leote do Rego, pondo à disposição vários escoteiros para a constituição de guardas de honra em várias sessões solenes então organizados.¹⁷⁹

A articulação amena entre escotismo e republicanismo materializou-se de forma gradual, em muito devido ao apadrinhamento direto da Presidência da República e alguns elementos do Partido Democrático à Associação dos Escoteiros de Portugal, a partir da entrada de Portugal na Grande Guerra.¹⁸⁰ O debate interno sobre a cooperação com as SIMP originou uma série de tensões e cisões dos principais grupos da AEP o que polarizou a política associativa em favor/contra a pré-militarização (Graça 2017c). Apenas alguns exemplos. Jornais como *O Século* publicaram várias entrevistas individuais a explicar como os grupos de escoteiros deveriam aplicar a Instrução Militar Preparatória nas suas dependências.¹⁸¹ Numa

¹⁷⁷ Como o caso do engenheiro florestal Carlos de Oliveira Carvalho, que se prontificou a receber o AEP Gr. 2-Lisboa durante um raid entre Lisboa, Cascais e Sintra («*Boy-Scouts*», *O Século*, Ano 33, nº 11:231, 1913-Mar-19, p. 3).

¹⁷⁸ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:611, 1914-Abr-08, p. 5; «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:620, 1914-Abr-17, p. 5. O AEP Gr. 2-Lisboa encontra-se actualmente na Calçada da Ajuda, 228, Lisboa. A 20 de Setembro de 2016 tivemos oportunidade de visitar as instalações e conversar com o Escoteiro-Chefe João Madeira. Devido a uma rotura de água na sala da secretaria ocorrida meses antes, o arquivo histórico do grupo teve de ser salvaguardado com urgência e arrumado de forma aleatória em caixas plásticas, o que dificultaria qualquer consulta. Por questões económicas de tempo optámos por consultar outros acervos escotistas.

¹⁷⁹ «União dos Escoteiros Lusos», *O Século*, Ano 34, nº 11:854, 1914-Dez-09, p. 5; «Escoteiros de Portugal», *O Século*, 1915-Jul-16, p. 3. A festividade no Centro Republicano Leote do Rego contou com a presença do Gr. 2 da União dos Escoteiros Lusos, sediados no Grémio Juventude Republicana, e que, entre as várias demonstrações de exercícios, como o homógrafo, concursos de armação de tendas de campanha, exercícios de condução de feridos, etc., puderam contar com a presença de vários vultos do republicanismo: Leote do Rego, Bernardino Machado, Alexandre Braga, António Macieira, Artur Leitão, Carlos Olavo, Ramada Curto, Barbosa de Magalhães, Albino Vieira da Rocha, Estêvão de Vasconcelos, Augusto Cid, Visconde da Ribeira Brava, Faustino da Fonseca, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, general Correia Barreto, Alfredo Ladeira, Armando Óscar Assunção, Júlio Berto Ferreira, entre outros («Centro Leote do Rego», *O Século*, Ano 35, nº 12:072, 1915-Jul-18, p. 3). Também a *União dos Adueros de Portugal* contou com o apoio de várias facções republicanas, e mesmo após-1926, como o *Centro Escolar Republicano da Ajuda*, que cedeu as instalações ao UAP Gr. 10-Lisboa ou a *Escola Republicana 27 de Abril*, que serviu de sede ao UAP Gr. 25 (Lisboa) («Adueros», *O Século*, Ano 49, nº 16:951, 1929-Mai-19, p. 7; «Escoteiros», *O Século*, Ano 52, nº 18:190, 1932-Out-31, p. 3).

¹⁸⁰ O “apadrinhamento” do Partido Democrático à sociedade civil estende-se para além do escotismo. A título de exemplo, a Cruzada das Mulheres Portuguesas teve um crescimento acentuado no biénio 1916-1917 pela razão que a generalidade da direção era composta pelas esposas e familiares de vários elementos do aparelho de estado (Moura 2006, 53).

¹⁸¹ «O Ensino em Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:575, 1914-Mar-03, p. 5.

simples conferência promovida pelo *O Século Agrícola* em fevereiro de 1916, com vista à promoção da Festa da Árvore, e em que o tenente-coronel Desidério Beça se apresentara em representação do chefe de Estado, este declarou que havia uma necessidade urgente de expansão da AEP por todo o país. Ia até mais longe, com

«[...] todas as unidades e estabelecimentos militares, núcleos e sociedades da I.M.P. e a Associação da Fraternidade Militar para que todos cooperem na Festa e no culto da árvore; como também se dignou vir aqui, para verificar a correta apresentação dos futuros soldados, o início duma federação talvez, e a conjugação de esforços com a *Associação dos Escoteiros de Portugal*.» (Beça 1917b, 9).

Interrompido apenas pelo período sidonista, o mesmo discurso voltaria anos depois por intermédio do capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos, quando se estabeleceu um convénio informal entre o AEP Gr. 2 e a Cruzada das Mulheres Portuguesas, uma associação feminina fundada em 1916 e que pretendia empoderar a condição feminina no contexto da época. Liderada por Ana de Castro Osório, e parafraseando a historiadora Maria Lúcia Brito de Moura, era «o lado feminino da elite política que governava o país» (Moura 2006, 46). Isso explica a pertinência do presidente do ministério Bernardino Machado ao querer selar o acordo com o simbolismo da sua presença.¹⁸² Ou ainda, a festa do 12º aniversário do AEP Gr. 7-Lisboa. À partida um evento banal, celebrado na Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, não fosse a com a lista de convidados integrar o chefe de Estado, alguns membros do Governo, o próprio capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos, entre outros. Na festa a escritora Maria O'Neill oferecera uma bandeira ao grupo «como reconhecimento pelos escoteiros que ajudaram no combate à epidemia broncopneumónica».¹⁸³ Mesmo assim, a articulação entre escotismo e republicanismo teria de ser bem escrutinada e sem equívocos. Poucos meses depois do golpe político de 28 de maio de 1926, jornais como a *Gazeta de Coimbra* insistiam no esclarecimento público sobre a laicidade dentro do escotismo europeu. A distinção intra e extra-associativa era uma marca a manter, nomeadamente o AEP Gr.2-Lisboa que desde a sua fundação excluía quaisquer menções à fé individual substituindo as fórmulas religiosas de promessa por expressões como «Prometo: Ser fiel á Pátria e à Republica».¹⁸⁴ Fórmula laica, mutável apenas

¹⁸² Arquivo da Liga dos Combatentes, *Fundo Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Caixa Expediente Diverso, «[Discurso de entrega de insígnias da CMP aos escoteiros do 2º Grupo] 2 de Abril de [19]20» e Caixa 3- Assembleia Geral. Actas, «Acta da reunião extraordinária da *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, de 19 de Dezembro de 1920»; «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 41, nº 14080, 1921-Abr-23; p. 1.

¹⁸³ «Escotismo. Uma festa comemorativa», *O Século*, Ano 45, nº 15:360, 1924-Nov-17, p. 2.

¹⁸⁴ «Escotismo», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVI, nº 1963, 1926-Nov-02, p. 1.

na aceção política, mas intransigente na referência a qualquer evocação religiosa e permanente até à atualidade (A. Santos 2014, 24).

Fora das grandes urbes, na Figueira da Foz ou em Trás-os-Montes, o escotismo também conheceu o apoio de vários sectores republicanos. Entusiastas deste movimento juvenil como Henrique Queiroz de Barros (filho do pedagogo João de Barros e escoteiro em Lisboa), fora o fundador da AEP na cidade do Mondego, com a cooperação da direção da Associação Escolar dos Alunos da Escola Comercial, onde se destacaram os professores Ernesto Gomes Tomé e Francisco Águas de Oliveira.¹⁸⁵ Henrique Barros dispunha dos mais recentes filmes cinematográficos produzidos pela *Boy-Scouts Association* de Inglaterra, que eram exibidos gratuitamente nos teatros locais, conseguindo atrair a atenção dos mais jovens.¹⁸⁶ Em Trás-os-Montes, a expansão escotista a partir dos canais de propaganda republicana deveu-se sobretudo à União dos Adueros de Portugal, entidade escotista concorrente da AEP. A fundação da unidade UAP Gr. 22-Chaves em 1922 teve um efeito dinamizador na expansão associativa pela região. Foram as próprias edilidades microurbanas que convidaram a associação para se instalarem no território, e procuraram que as empresas de transporte ferroviário facultassem títulos gratuitos aos escoteiros visitantes nas várias cerimónias anuais. Em troca, o UAP Gr. 22-Chaves teria de adornar as festividades com a banda filarmónica, oferecer concertos pelas principais artérias e coretos da cidade, encerrando uma teatralidade de rituais públicos republicanos.¹⁸⁷

2.5 Violência Política (1915-1921)

A presença de escoteiros em vários episódios de violência política em Portugal é detetável praticamente desde a sua implantação no território, e essas ações transformar-se-iam em argumento reivindicativo da sua funcionalidade, sempre que os governos da época

¹⁸⁵ Ernesto Gomes Tomé, advogado, desportista e impulsionador do movimento escotista na região de Coimbra, assim como palestrante de várias conferências no Ginásio Club Figueirense, assim como na I Conferência Nacional do Escotismo em Portugal («A educação física pelo escotismo», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXIV, nº 3317, 1935-Mar-26; p. 2); «I Congresso Nacional de Scouting», *Os Sports*, Ano VI, nº 518, 1924-Out-27, p. 1.

¹⁸⁶ «Escotismo. Vai formar-se um grupo de “Juniors” nesta cidade», *A Voz da Justiça*. Ano 22, n.º 2169, 1924-Jan-08, p. [1]. Sobre a publicitação da fita escotista «Be Prepared», de 3.000 metros e dividida em oito partes: «No Teatro Peninsular. O espectáculo do Grupo de escoteiros», *A Voz da Justiça*. Ano 23, nº 2262, 1924-Nov-28, p. [1].

¹⁸⁷ Por exemplo, a Câmara Municipal de Vila Real («Adueros de Chaves», *O Povo do Norte. Semanário do Partido Republicano Liberal*. Ano 35, nº 2, 1925-Jun-07, p. 2); «Adueros de Chaves», *O Povo do Norte. Semanário do Partido Republicano Liberal*. Ano 35, nº 4, 1925-Jun-21, p. 3. Também no Império Português houve envolvimento entre o associativismo republicano e o escotismo. O caso de Moçâmedes em Angola é bastante exemplar nesta matéria, em que a imprensa local apoiou as várias associações escotistas existentes no território («A guerra e o escotismo», *Mossamedes*, Ano IV, 2ª Série – Nº 7, 1935-Mai-16, p. 4).

promulgaram medidas contra a sua existência. Já existem estudos suficientes para cada um dos conflitos aqui indicados, pelo que abster-nos-emos de reanalizá-los, e recomendamos a bibliografia especializada para as respetivas temáticas nos momentos oportunos. No entanto, convém reforçar um olhar sobre estas participações escotistas, que apesar de se situarem nos campos dos primeiros socorros às vítimas, não deixam de involucrar este associativismo num significado mais lato. Tendo em conta o elevado número de conflitos políticos existentes entre 1911 e 1936, com registos de feridos e mortos por armas de fogo, escolhemos a revolta contra o general Pimenta de Castro (1915-maio-14), a Monarquia do Norte (1919-janeiro) e a Noite Sangrenta (1921-outubro), que nos pareceram suficientemente elucidativos quanto a esta problemática.¹⁸⁸

2.5.1. A revolta contra o governo de Pimenta de Castro

O dia 14 de maio de 1915 caracteriza-se por ser o primeiro episódio emblemático em que um grupo de escoteiros da AEP se apresentou diretamente num posto de primeiros socorros da Cruz Vermelha Portuguesa a oferecer os seus serviços humanitários.¹⁸⁹ A revolta contra a ditadura do presidente Pimenta de Castro, e o consequente assalto à Escola de Guerra desencadeara um elevado número de feridos e surgira uma necessidade súbita de recursos humanos na prestação de socorro (Henriques 2005, 104; Meneses 2010, 273; Rosas 2010, 60; J. B. Serra 2011, 116). Como já era expetável, a participação dos escoteiros fora meritória dos melhores elogios por parte da imprensa generalista da época. *O Século* abonava agora a favor da funcionalidade antibelicista do *scouting* (ao contrário do que fizera anos antes através da sua revista *Ilustração Portuguesa*), evocando os valores humanitários em prol de uma educação pré-militarizada. E ao gosto da época, com uma narrativa que ultrapassava as fronteiras políticas (Crotty 2009, 82; Graça 2017c, 198; Moreno-Luzón 2020, 240), o autor do artigo jornalístico descreveu detalhadamente a ação dos escoteiros do AEP Gr. 7-Lisboa no transporte de feridos para o hospital de Santa Marta, em afirmações que incubem o leitor numa fabulação quase heroica¹⁹⁰. Havendo falta de profissionais de saúde disponíveis para o socorro aos necessitados, tiveram as autoridades urbanas que recorrer aos serviços dos jovens para colmatar o imprevisto.

¹⁸⁸ Um outro episódio que merecia ser destacado foi a Revolta da Madeira em abril de 1931, já no contexto dos confrontos políticos contra a Ditadura Militar, e em que as duas associações existentes na ilha (AEP e CNS) tiveram um papel primordial na assistência aos feridos. Por limitações financeiras e de disponibilidade temporal na presente investigação, optou-se por excluir este caso.

¹⁸⁹ Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha (Ed.). *Relatórios apresentados á Comissão Central sobre os serviços prestados nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 1915 em Lisboa e Porto*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1915, p. 40.

¹⁹⁰ «Na escola de Guerra», *O Século*, 35º Ano, nº 12009, 1915-Mai-16, p. 2.

E o risco de se sujeitarem ao perigo salienta-se na crónica, quando um escoteiro ficou ferido no contra-ataque proveniente da Escola de Guerra, ou entradas repentinas nas instalações militares debaixo de rajadas de tiros, ao posterior transporte de feridos para os postos da Cruz Vermelha.¹⁹¹

No exemplar de 17 de Maio, o mesmo jornal deu um enorme destaque aos escoteiros atribuindo-lhes o título “A ação dos “boy-scouts” Um ato de heroicidade”. Uma mitificação do “soldado desconhecido”, mas na versão do jovem escoteiro exemplar, numa espécie de «politização do capital simbólico» dos valores republicanos (Leal 2010, 122).¹⁹² Um pequeno exemplo: na noite dos combates, um oficial do navio Vasco da Gama pretendeu que alguém entregasse uma carta do comandante Leote do Rego à respetiva família. Insolitamente, não havendo vontade nem disponibilidade dos presentes, surgiu um escoteiro de 10/12 anos, que aceitou a missão de entregar pessoalmente a epístola à esposa de Leote do Rego. A prosa é detalhada em pormenores anedóticos que transportam os leitores a um teatro de emoções: a valorização da coragem do rapaz; a hesitação do militar ao confiar a tarefa ao jovem; e um cenário de tiroteios que soavam por toda a cidade, com grupos de revoltosos a surgirem em todos os quadrantes. Tudo descrições que ornamentam de uma forma romântica este episódio heróico. Para cúmulo desta aventura do “pequeno soldado desconhecido”, o petiz recusou identificar-se ao jornalista, abdicando de qualquer remuneração pelo serviço prestado. Apenas desejava subir a bordo do navio para «abraçar o sr. Leote do Rego».¹⁹³

¹⁹¹ O exemplar de 21 de Maio de *O Século* reflete exemplarmente a polémica da funcionalidade das SIMP e a tentativa de subjugação dos escoteiros a estas. Acima de tudo, o artigo pretende encerrar o debate em torno da utilidade do escotismo na educação da juventude, e mais uma vez recorreu aos exemplos no transporte de feridos. A particularidade reside no acréscimo de participação de outros grupos escotistas desconhecidos até esse momento, num momento de maior tensão, em que conduziram feridos da rua Garrett para o quartel dos Bombeiros Voluntários da Ajuda, estendendo a ação de socorro a outras entidades conjuntas à Cruz Vermelha («Os trabalhos de um escoteiro», *O Século*, 1915-Mai-21, pp. 2/4).

¹⁹² A título comparativo, também na cidade de Chicago, nos Estados Unidos da América, um jornal local relatou a viagem do livreiro William D. Boyce a Londres, e onde se perdeu devido a um extenso nevoeiro, sendo conduzido por um jovem escoteiro, evitando ser assaltado ou injuriado. Uma vez chegado ao destino, o livreiro doou uma gratificação ao qual o rapaz se recusou a receber, dizendo apenas que estaria a praticar a “boa-ação”. Desconhecendo-se a identidade do escoteiro, Boyce imortalizaria o episódio na imprensa, criando o mito do “Unknown Scout” (Block 2009, 5).

¹⁹³ «A ação dos “boy-scouts” Um ato de heroicidade», *O Século*, 35º Ano, nº 12010, 1915-Mai-17 p. 3. A heroicidade dos jovens escoteiros como capital simbólico será observado atentamente pela imprensa generalista em todo o território português. Por exemplo, em novembro de 1925, o jornal *O Povo do Norte*, de Vila Real descrevia ao pormenor o ato, previamente faseado com a exposição ao perigo, o procedimento, o elogio público e a recompensa estatal: «Foi assinado o decreto concedendo a medalha de prata de mérito, filantropia e generosidade, criada por decreto de 3 de Novembro de 1852, e vulgarmente conhecida por medalha de Salvação, instituída por D. Maria II, ao menor de 14 anos, Estanislau Fernandes, adueiro nº 26, do grupo nº 24, desta cidade, filho do falecido industrial Macário Gabriel. Este adueiro atirou-se ao rio Corgo no dia 4 de Julho passado, no sítio conhecido por «Fontouro», salvando de morte certa o também adueiro Francisco Izidoro que tendo sido acometido de um princípio de congestão debatia-se na água para alcançar a margem. Logo que seja recebido o diploma, por intermedio do sr. Governador Civil, terá lugar uma cerimónia pública para imposição da medalha ao valente adueiro condecorado. Este grupo vai no próximo domingo a Parada de Cunhos, em visita à madrinha da bandeira,

A atuação dos escoteiros nos momentos de revolta contra o governo de Pimenta de Castro ampliou o polémico e inconclusivo debate sobre a pedagogia escotista.¹⁹⁴ Apesar da direção central da AEP ser omissa quanto a um posicionamento pré-militarizado, é certo que os fins a atingir não eram de todo coerentes a nível interno. E não será por acaso que vários grupos se dissociaram da direção central em virtude de uma postura versátil, mais uma vez organizando-se em associações independentes, tanto em contra como a favor da pedagogia belicista. Uma brochura de 1915 dos secessionistas da Associação dos Escoteiros de Centro de Portugal, em Coimbra, é bem elucidativa quanto a esta polémica. Partidária de uma pré-militarização, o escoteiro-chefe João Corrêa Cabral não se coibia a explicar para que servia este movimento, perguntando retoricamente ao leitor:

«[...] Pois não será bom e útil saber toda a escola do soldado sem arma e a divisão militar do nosso país? Não será um acto patriótico ir preparando os futuros soldados de Portugal? E preparando como? Desta maneira simples: pequenos, mas repetidos exercícios, que, além de ensinamentos que trazem a quem os pratica, lhes desenvolve as forças e os vai tornando, pouco a pouco, capazes de resistir a uma acção intensa, se for preciso».¹⁹⁵

A revolta contra o governo de Pimenta de Castro abriu uma brecha associativa significativa, reforçando os adversários internos que se impunham contra as parcerias com as Sociedades de Instrução Militar Preparatória (SIMP). Ainda nesse ano, numa sessão na Sociedade de Estudos Pedagógicos em Lisboa, e à qual convidaram o presidente do Ministério José de Castro (e simultaneamente ministro da Guerra) sendo substituído à última hora por Sebastião de Magalhães Lima (ministro da Instrução), o sócio e pedagogo Braga Paixão salientou publicamente o papel dos escoteiros nos primeiros socorros durante revolta de 14 de Maio, encerrando o assunto:

«[...] foi justamente por dúvidas que então se levantaram acerca da proficuidade e possibilidade da adopção deste processo educativo que um dos

mademoiselle Olinda Botelho, filha do nosso amigo sr. Manoel José Botelho.» («União dos Adueros de Portugal», *O Povo do Norte. Folha Semanal*. Ano 35; nº 27; 1925-Nov-29, p. 2).

¹⁹⁴ No final de 1919, um jornalista de *Os Sports* descreveu a festa de homenagem aos escoteiros participantes numa maneira bastante elucidativa quanto ao protocolo cerimonial: «A festa pública dada pela A.E.P. foi em homenagem aos escoteiros que andaram no 14 de maio de 1915 e realizou-se nas salas da Academia de Estudos Livres, em 11 de julho de 1915, onde pela primeira vez se apresentaram em Lisboa 2 escoteiros fardados do Grupo nº 4 de Torres Vedras. Contei presentes 136 escoteiros, 14 escoteiros-chefes e 19 ajudantes. Não causou boa impressão, pois a maioria dos escoteiros ficou mal impressionada com a insipidez dos elogios. – Após a dita revolução tomou o escotismo maior incremento, pois em Lisboa chegou a haver 25 grupos com o efectivo de 400 escoteiros aproximadamente.» («Escotismo. Subsídios para a história do escotismo em Portugal», *Os Sports*. Ano I, nº 63, 1919-Dez-28, p. 3).

¹⁹⁵ *Escoteiros do Centro de Portugal. Esclarecendo. O que é o escotismo*. Coimbra: Tipografia Popular, 1915, p. 7.

nossos consócios interessados no movimento partiu a iniciativa de ser tratado o assunto [...] Não pode a Sociedade de Estudos Pedagógicos, em minha opinião, ser estranha a este importante movimento e à atmosfera de simpatia que em volta dele se criou depois dos factos aludidos».¹⁹⁶

2.5.2. As greves dos Correios no governo de Afonso Costa

O XIV Governo da Primeira República (liderado por Afonso Costa, e interinamente por Norton de Matos) ficou marcado por vários episódios fraturantes da vida escotista. Desde logo, e talvez o mais emblemático, destaco a greve dos serviços postais em setembro de 1917 (J. D. Pereira 2020, 149). Importante ao ponto que o próprio Norton de Matos, na qualidade de ministro da Guerra, incumbiu o escoteiro-chefe Nuno Magalhães Domingos da AEP a organizar um grupo misto com a SIMP nº 5-Lisboa para ocupar os serviços de correios na gestão da correspondência a enviar para a frente na Grande Guerra, em moldes idênticos ao que estava a experimentar em Espanha com as *guardias cívicas* (González Calleja e Rey Reguillo 1995, 26).

O avanço da greve e o avolumar das malas postais obrigou a que outros grupos escotistas fossem também requeridos para proceder à divisão das missivas com destino às ilhas, colónias e estrangeiro¹⁹⁷. O caso da AEP Gr. 1-Lisboa é particularmente interessante porque Eduardo Moreira aproveitou-se deste momento da imposição governamental para valorizar a imagem pública do escotismo português na imprensa generalista.¹⁹⁸ Havia que limpar a conotação

¹⁹⁶ Braga Paixão, «Escotismo. Comunicação à Sociedade em sessão de 14 de Julho de 1915». *Revista de Educação Geral e Técnica (Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos)*; série IV, nº 2; 1915/Out, pp. 106-111). Mais informações sobre a revolta contra o governo de Pimenta de Castro, consultar: (Rosas 2010; Navarro 2011; J. B. Serra 2011, 118).

¹⁹⁷ «O serviço telégrafo-postal», *O Século*, Ano 37, nº 12:839, 1917-Set-03, p. 1. O fotógrafo Joshua Benoliel captou algumas imagens dos jovens escoteiros em funções e foram publicadas na *Ilustração Portuguesa* («Escoteiros dividindo a correspondência», *Ilustração Portuguesa*, nº 603, 1917-Set-10, p. 216); «Os escoteiros e a greve dos correios», *Noticias de Évora. Diário da Manhã*, Ano XVIII, nº 5.027, 1917-Out-09, p. 1.

¹⁹⁸ Por ordem de Norton de Matos, os escoteiros da Associação Cristã da Mocidade ficaram adscritos à 4ª Secção dos Serviços Postais. De modo a legitimar o seu papel nestas instalações, Lino de Sousa, responsável da 4ª Secção Postal de Lisboa, publicara uma advertência no órgão oficial da ACM para respaldar o grupo. Reproduzimos aqui o texto integral: «Il.mo e Ex.mo Sr. Chefe do 1º Grupo de Escoteiros da União Cristã da Mocidade – Afim de esclarecer a forma como se conduziram os escoteiros, nos serviços do correio, durante o período da greve, apraz-me fazer as seguintes declarações: Os únicos escoteiros que trabalharam na 4ª secção postal de Lisboa, foi o constituído pelo 1º Grupo da União Cristã da Mocidade. O seu porte foi irrepreensível; pois havendo na secção valores importantíssimos, cujo desaparecimento traria à Administração Geral dos Correios e Telégrafos o pagamento de indemnização, nada faltou. Além de praticarem nas divisões geográficas das correspondências internacionais, que seriam aproveitadas pelo pessoal quando retomasse o trabalho, conseguiram, com fins bem humanitários, enviar para os nossos oficiais e praças que estão combatendo em França, alguns sacos, com correspondências a eles dirigidas. Fizeram os esforços possíveis para conservar o material, e aspecto geral da secção, em ordem, e de forma a quase apresentar um contraste agradável, comparado com o verdadeiro estado tumultuoso das outras secções. Mostraram uma verdadeira dedicação para com tudo e para com todos. São finalmente dignos do meu agradecimento pessoal. Peço, pois, a V. Ex.ª, para transmitir o meu agradecimento ao grupo de que é tão digno chefe. 4ª Secção Postal de Lisboa – Em 22 de Setembro de 1917. – Pelo Chefe – (a) Lino de Sousa – (Carimbo da Secção)» [«Escotismo. A jornada dos Correios», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade*, Ano I, Nº 8-9, 1917-Setembro/Outubro; pp. 4-5].

negativa que os escoteiros deixavam com uma participação (obrigatória) como “fura-greves”, sendo alvos tanto de violência física por parte de alguns grevistas que virão os seus postos de trabalho em risco, como com um putativo despedimento de escoteiros por se terem ausentado dos seus próprios empregos por vários dias. Todo o trabalho que tiveram no polimento imagético-social estava na iminência de cair por terra, levando Eduardo Moreira como representante da direção central da AEP a escrever para *O Século* intercedendo «às coletividades comerciais e industriais da capital, pedindo-lhes a sua amistosa interferência junto dos patrões que despediram os escoteiros, confiando em que estas coletividades se empenharão em remover as dificuldades que assoberbam as vítimas de uma situação que não criaram»¹⁹⁹. Apesar disto, a participação dos escoteiros na greve de 1917 foi apenas mais uma responsabilidade atribuída aos jovens rapazes que, um mês depois, seriam participantes noutra episódio não menos violento: a instauração do governo de Sidónio Pais, silenciada por uma censura acérrima durante onze meses e que dificulta um aprofundamento analítico.²⁰⁰

2.5.3. Monarquia do Norte

Outro dos episódios da difícil estabilidade política que caracteriza a Primeira República Portuguesa ocorreu nos inícios de 1919, logo após a queda do aparelho sidonista, e que ficou conhecido para a posterioridade como a Monarquia do Norte (Farinha 2009, 466). Nesta contenda que decorreu durante várias semanas, regista-se o apoio público de vários vultos ligados ao escotismo português nos dois lados da contenda. Do lado monárquico os nomes mais sonantes são D. Manuel Vieira de Matos (futuro arcebispo de Braga e fundador do Corpo de Scouts Católicos Portugueses em 1923) e José de Lencastre (deputado do Centro Católico Português e segundo Comissário Nacional dos escoteiros católicos), que, segundo Luís Salgado de Matos, é algo pouco mencionado na historiografia (M. F. da Silva 1987, 77; L. S. de Matos 2011, 503). Menos conhecido ainda é a participação direta de alguns jovens escoteiros no decurso dos acontecimentos bélicos, e que remetem para uma ideia de ritual de passagem para a fase adulta, como ocorrera anos antes na Itália durante a Grande Guerra (Ponzio 2015, 21).

Este assunto merece alguma atenção e há que observá-lo numa lógica de continuidade com os vários episódios de violência política ocorridos desde 1908-1910 (J. B. Serra 2009). Agora em 1919 haveria que evitar a repetição de alguns casos anteriores com os batalhões de voluntários da República, onde, um pouco por todo o país, se registaram agressões físicas

¹⁹⁹ «O conflito dos correios e telégrafos», *O Século*, Ano 37, nº 12:851, 1917-Set-19, p. 1.

²⁰⁰ «Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:937, 1917-Dez-16, p. 2; «Os bombeiros e os escoteiros durante o movimento», *O Século*, Ano 37, nº 12:938, 1917-Dez-17, p. 3.

gratuitas e campanhas de vingança pessoal. E para se evitar essa onda de casos problemáticos, o ministro da Guerra José Silva Basto nomeou o coronel António Alves Mineiro de Almeida como responsável pelos voluntários civis que se alistaram para combater contra as hostes de Paiva Couceiro e colocar algumas regras na sua cooptação. Contrastando alguma informação publicada na imprensa com as listas existentes no Arquivo Histórico Militar, é possível ver a participação de escoteiros alistados voluntariamente para a defesa da República.

Logo no dia 17 de janeiro em Lisboa, quando várias forças estimulavam à inscrição de jovens para reposição de forças na frente do Porto, pelo menos três escoteiros da associação independente União dos Escoteiros Lusitanos se voluntariaram para ingressar no contingente.²⁰¹ Três dias mais tarde apresentar-se-iam outros quinze para integrar a 5ª Divisão do Exército.²⁰² E ao longo do conflito animar-se-iam outros mais, juntando-se aos vários batalhões de voluntários que as Sociedades de Instrução Militar Preparatória organizados de forma informal e que se reuniram no Entroncamento com o mesmo destino.²⁰³

Ao contrário do expetável, esta afluência súbita de jovens para o conflito acabou por ser mais um entrave à sua utilização, do que um preenchimento efetivo de reforços. A inexperiência e o livre acesso a armas de fogo potenciavam uma repetição do que ocorrera em 1911 e 1912, assim que a maioria dos voluntários acabou por ser desviada para o Quartel de Mafra, onde assumiram funções de reforço nos bastidores, quando as ameaças de sabotagem na circulação ferroviária obrigavam a uma vigilância apertada às linhas.²⁰⁴ O facto não passou despercebido a Raul Tamagnini Barbosa, ele próprio um dos principais líderes da contrarrevolução e que nas suas memórias evocou a presença de um grupo de escoteiros de Lisboa que integravam o desfile de tropas da coluna do sul em conjunto com vários pelotões de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, Guarda Nacional Republicana (Tamagnini Barbosa 1921, 238). Em Lisboa também se registaram intervenções de jovens escoteiros na revolta, mas com um cariz muito distinto. Enquanto no Norte se concentraram os predispostos para uma participação ativa no conflito, na capital e arredores regista-se unicamente o envolvimento em ações de primeiros socorros, com o estabelecimento de pontos de apoio aos feridos e respetivo transporte para os hospitais.²⁰⁵ Esta particularidade suscitou interesse no instável governo de José Relvas, que, logo no dia seguinte

²⁰¹ «O movimento revolucionário», *O Século*, Ano 39, nº 13:326, 1919-Jan-18, p. 2.

²⁰² «Às armas cidadãos! Convocação», *O Século*, Ano 39, nº 13:330, 1919-Jan-22, pp. 1-2.

²⁰³ Arquivo Histórico Militar, «Listas de voluntários da Associação de Escoteiros de Portugal e de voluntários civis a oferecerem-se para a defesa da República em janeiro/fevereiro de 1919» (Cota: PT/AHM/DIV/1/37/24/1); «Outras notícias», *Gazeta de Coimbra*, Ano VIII, nº 814, 1919-Jan-23, p. 1.

²⁰⁴ «Continuam as deserções de couceiristas. A I.M.P. e os Escoteiros», *O Século*, Ano 39, nº 13:345, 1919-Fev-07, p. 1.

²⁰⁵ «A revolta de Monsanto. Os escoteiros nestes últimos dias», *O Século*, Ano 39, nº 13:335, 1919-Jan-27, p. 2.

à sua constituição, procedeu à entrega de louvores à AEP pela participação dos grupos 1 e 7 de Lisboa, omitindo o papel dos escoteiros voluntários deslocados no norte do país.²⁰⁶

As experiências escotistas em episódios de violência política durante a Primeira República acabou por imunizar o associativismo contra outras investidas governamentais durante alguns anos. E até mesmo depois do golpe de 28 de maio de 1926, quando surgiram vários focos contra-ditatoriais mais conhecidos como “Revirvalho” (Farinha 1998). Também durante a Ditadura Militar se regista a participação de patrulhas e grupos de escoteiros em situações armadas, com mais ou menos invólucro.²⁰⁷ O mais significativo de todos talvez seja a Revolta da Madeira em abril de 1931 (C. Reis 1990; Janes 1997, 137) e que será analisado noutro momento.

A revolta de 26 de Agosto desse mesmo ano, a última do Revirvalho, também teve o seu peso. Ocorrida em Lisboa quando o Regimento de Caçadores nº 7 e um grupo de aviadores da Base de Alverca tentaram ocupar as várias instalações militares da cidade, de modo a criar um *putsch* político, e que acabou com um saldo superior a quarenta mortos e o desterro dos revoltosos para Timor e outros territórios imperiais (Farinha 1998, 127). Embora a censura já começasse a manifestar-se de forma abrupta, e em que é manifestamente mais complicado de acompanhar o procedimento e participação destes jovens no teatro revoltoso, poder-se-á perceber pelos louvores internos atribuídos que ainda permaneciam as mesmas atitudes e comportamentos considerados altruístas, sobretudo com o apoio e transporte de feridos e a colaboração com corporações de bombeiros ou outras instituições beneméritas.²⁰⁸ Poderá parecer insignificante, mas estas pequenas participações entrarão mais tarde no currículo associativo oficioso, quando em 1936 o Estado Novo ameaçou com a absorção direta do associativismo escotista na Organização Nacional das Mocidades Portuguesas.

²⁰⁶ «A insurreição de Monsanto. Os Escoteiros», *O Século*, Ano 39, nº 13:336, 1919-Jan-28, p. 2.

²⁰⁷ A memória da participação de escoteiros em revoltas políticas alcançou as memórias associativas por todo o império. Em Lourenço Marques, em 1935, numa vulgar atividade grupal da AEP com conferências internas promovidas por jovens escoteiros, evocou-se o heroísmo de Manuel de Bettencourt na revolta de fevereiro de 1927 em Lisboa («Escotismo. A conferência do escoteiro Cardoso Pimenta», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXI, 1935-Fev-04, p. 2). Também a União dos Adueros de Portugal registou um caso curioso, com vários grupos de Lisboa a concentrarem-se no santuário da Senhora da Rocha, em Carnaxide, para a prática de exercícios e simulacros em virtude da Revolta do Castelo, em julho de 1928 («Adueros», *O Século*, Ano 49, nº 16:663, 1928-Jul-28, p. 3).

²⁰⁸ Vários escoteiros (de várias associações) foram galardoados. No caso católico ver: MCNE/CDE, «Dossier Junta Regional de Lisboa (1927-1939)», 1931-Jul-31. Lisboa. *Ofício de Francisco de Almeida, Comandante dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, ao Chefe do Grupo Católico nº 10*. (documento não-indexado). No caso da AEP foram os Bombeiros de Campo de Ourique a atribuir o louvor («Escotismo», *O Século*, Ano 51, nº 17:802, 1931-Out-01, p. 3).

2.5.4. 19 de outubro de 1921, a “Noite sangrenta”

Um outro episódio marcante da Iª República Portuguesa foi o homicídio premeditado de António Granjo, Machado Santos e José Carlos da Maia e que ficou conhecido como “Noite Sangrenta” (Rosas 2010, 72). O enredo político que deu origem a esta revolta é dissociável do jogo de tensões entre as SIMP e o escotismo. Contudo, um pormenor demarca-se no acontecimento: a introdução do escotismo (masculino) dentro de uma organização feminista como a Cruzada das Mulheres Portuguesas (adiante CMP), algo que tem escapado na historiografia dedicada a esta coletividade (Lousada 2011; C. P. Ribeiro 2014). A insistência de amadrinhar organizações como os *boy-scouts* enquadra-se nas lógicas humanitárias da *Cruzada*, tendo em conta que um dos objetivos iniciais se baseava em donativos, confecção e distribuição de bens e agasalhos aos antigos combatentes da Grande Guerra, assim como proporcionar cursos de enfermagem para as jovens deslocadas na frente da Flandres. Com o término da Primeira Guerra Mundial, a CMP decidiu continuar com o mesmo projeto, mas para um público bem distinto.²⁰⁹ Em muito contribuiu o capitão-médico Tovar de Lemos, diretor dos serviços de venereologia no hospital militar de Belém e vinculado à Cruzada (C. P. Ribeiro 2014, 73). Acrescente-se ainda a sua filiação ao AEP Gr. 2-Lisboa, facto suficiente forte que responde ao porquê de em julho de 1921 nascer o Corpo de Escoteiros da CMP, «no seu propósito de dar protecção e auxílio a todos quanto sejam a dentro do país uma força progressiva e moralisadora».²¹⁰

A fatídica “Noite Sangrenta” de 19 de outubro de 1921 transformou a cidade de Lisboa mais uma vez num teatro de mortos e feridos, bastante semelhante ao que foi descrito na revolta contra o governo de Pimenta de Castro (Rosas 2010, 72; L. S. de Matos 2011, 562). No dia seguinte à revolta militar empreendida por alguns soldados da GNR e Marinha, mais uma vez o jornal *O Século* publicitava o heroísmo escotista interassociativo dos escoteiros da CMP com a Associação dos Escoteiros Municipais.²¹¹ Ambas se responsabilizaram pelo socorro imediato aos feridos nos postos da Cruz Branca e Cruz Verde estabelecidos na rotunda e baixa da

²⁰⁹ A Cruzada das Mulheres Portuguesas promoveu várias campanhas de financiamento do AEP Gr. 2-Lisboa, o que possivelmente deu origem à criação da associação “autónoma” Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas. A receita de vários saraus permitiu que o escoteiro-chefe Franklim de Oliveira participasse no primeiro contingente português ao Acampamento Mundial de Escoteiros (*World Scout Jamboree*), em Olympia Park, Londres, em 1920 (Arquivo da Liga dos Combatentes, *Fundo Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Caixa 3- Assembleia Geral, «Acta da reunião extraordinária da Cruzada das Mulheres Portuguesas, de 19 de Dezembro de 1920»).

²¹⁰ «Grupo de Escoteiros da C.M.P.», *Boletim Mensal. Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Nº 2, 1921-Julho, p. 40.

²¹¹ A Associação dos Escoteiros Municipais de Lisboa era liderada por Henrique Tenreiro, o futuro “patrão das pescas” durante o Estado Novo e líder da Brigada Naval da Legião Portuguesa (Garrido 2009, 29–30).

cidade.²¹² E com o avolumar da violência, também outras associações se juntariam ao conflito armado. Na listagem de feridos publicada pelo periódico *lisboa*, é possível observar a participação do adueiro Manuel Augusto de Vasconcelos, do UAP Gr. 10-Alcântara, apresentado por sua própria iniciativa no posto da Cruz Branca com fraturas no nariz e braço, sendo transferido *a posteriori* para o Hospital de S. José, o que leva a crer que fora um dos participantes ativos.²¹³ Já no dia seguinte, e quando a revolta se estendia à zona norte da cidade, seis grupos da AEP criaram um novo posto de socorros na rua da Artilharia 1, em virtude de o quartel ser palco de confrontos.²¹⁴

A parceria entre escoteiros e algumas coletividades de bombeiros em casos de violência política, como os acabados de referir, tendo influído na continuidade do escotismo português a partir de 1936 e na tolerância que o Estado Novo proporcionou a algumas associações, sobretudo pelo peso político da Presidência da República. Pequenos episódios que anos depois serão utilizados como elementos justificativos de uma robustez institucional. Para além das várias revoltas políticas já analisadas, também os incêndios foram motivos justificatórios da solidez institucional do movimento.²¹⁵

²¹² «Preparando socorros», *O Século*, Ano 41, nº 142458, 1921-Out-20, p. 3. A associação humanitária *Cruz Branca* tinha algumas parecenças com a Cruz Vermelha Portuguesa. Enquanto a primeira tinha uma estrutura unicamente nacional, com sede em Coimbra e criada em abril de 1916 pelo general Tamagnini de Abreu (que delegou a presidência na esposa Maria Isabel de Oliveira Pinto da França), a segunda integrava uma estrutura supranacional (Moura 2006, 45).

²¹³ «Na sucursal do Rocio», *O Século*, Ano 41, nº 14259, 1921-Out-21, p. 2.

²¹⁴ A equipa de socorros no Bairro de Campolide era liderada pelos escoteiros-chefe Rolando Taveira Garcia e Augusto Lobo, que se apresentaram acompanhados pelas respetivas esposas. Ao todo, cinquenta escoteiros exerceram as funções de enfermeiros improvisados («A acção dos escoteiros», *O Século*, Ano 41, nº 142460, 1921-Out-22, p. 4).

²¹⁵ A colaboração entre instituições humanitárias como os Bombeiros, Cruz Vermelha ou Cruz Verde e as várias associações escotistas possibilitaram a abertura de grupos nas dependências dos primeiros. No decurso da Grande Guerra, em que o debate sobre a militarização do escotismo criou várias cisões, observou-se a emersão de associações dissidentes da AEP, como os “Escoteiros Maqueiros Lusitanos”, “Escoteiros Maqueiros Portugueses” ou os “Escoteiros Maqueiros Portugueses Independentes”, todas elas com uma média de durabilidade de dois anos. O apadrinhamento do AEP Gr. 7-Lisboa pelos Bombeiros Voluntários Lisbonenses em 1918 (com o empréstimo de sede até 2017) permitiu que outras corporações também mimetizassem este protocolo: Gr. 26-Porto (1920, Bombeiros Guilherme Gomes Fernandes), Gr. 49-Faro (1926, Associação de Bombeiros “Cruz Lusa”), Gr. 40-Setúbal (1930), Gr. 64-Lagos (1945). A União dos Adueros de Portugal também obteve a benesse de ver o seu Gr. 14-Viana do Castelo instalado no quartel local (1930). Curiosamente, outras associações humanitárias como a “Cruz de Malta” chegaram a fundar a sua própria unidade escotista (como os Adueros Particulares da Cruz de Malta, em 1924) e ainda apadrinharam, pelo menos em três momentos distintos, vários grupos da AEP: Gr. 37-Lisboa (1925, Associação Humanitária “Cruz de Malta”), Gr 5-Lisboa (1928, Associação Humanitária “Cruz de Malta”), Gr. 55-Lisboa (1930, Associação Humanitária «Cruz de Malta»).

2.6 Bombeiros e Escoteiros. A caminho da Ordem de Mérito

A *Ordem da Instrução e da Benemerência* foi criada no período da Ditadura Militar (sendo institucionalizada em abril de 1927), quase em simultâneo com a *Ordem do Mérito*, partilhando objetivos que recaiam na premiação dos serviços prestados por entidades nacionais ou estrangeiras em prol do país. Os episódios de socorro a mortos e feridos antes referidos foram considerados suficientemente de alto valor social para que a imprensa generalista, muito ao gosto da época, acabasse por descrevê-los com alguns contornos romanceados. No entanto, as referências a esses mesmos episódios possibilitavam influenciar a maleabilidade da opinião pública acerca da funcionalidade e utilidade do escotismo português. A sua análise permitirá compreender como este associativismo (e mais precisamente a AEP) percorreu um longo percurso até alcançar a outorga da *Ordem de Mérito* a 20 de fevereiro de 1932 por parte da Presidência da República.²¹⁶

O abundante número de episódios de valor educativo, pedagógico, social, ambiental ou altruísta promovidos pelo método de Baden-Powell, e por sua vez publicitados pela imprensa, justificaram os critérios para a atribuição da condecoração. E por questões económicas de texto, limitar-se-á a analisar os casos de incêndios, já que ilustram como algumas individualidades políticas apreciaram o labor das várias associações. Mais do que realçar os procedimentos corretos na extinção dos focos de combustão, convém observar como a gestão imagética da ação dos escoteiros moldou perceções e abriu caminho para contra-atacar as tentativas políticas de absorção por parte do estado.

A proposta pedagógica de Baden-Powell para que os jovens soubessem extinguir incêndios está explícita no manual “Escotismo para Rapazes” e ainda faz parte do programa educativo do movimento (Baden-Powell 2005, 255; Luoto 2022, 553), pelo qual os simulacros integram a lista de exercícios dos grupos desde a sua institucionalização em Portugal. Comumente estes exercícios eram aproveitados como práticas propagandísticas em ocasiões protocolares, como em março de 1914, aquando da receção à Comissão Americana do Canal do Panamá em Caxias (Oeiras), e em que se convidou o AEP Gr. 1-Lisboa para estar presente num passeio em Caxias. Nesta situação os escoteiros facultaram a guarda de honra e ainda um exercício de simulação de extinção de incêndio.²¹⁷

Da ficção à realidade foi apenas uma questão de pouco tempo, em virtude da escassez de recursos humanos, dada a entrada de Portugal no palco africano da Grande Guerra, com dois

²¹⁶ Para mais informações, consulte-se: <https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=154&list=1>.

²¹⁷ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:583, 1914-Mar-11, p. 4; «Escoteiros de Portugal. 7º Grupo Estefânia», *O Século*, Ano 35, nº 11:945, 1915-Mar-13, p. 4.

episódios em 1916 e que marcaram as memórias associativas até ao presente (Beça 1917a, 86; E. Ribeiro 1982, 54–57). Em janeiro, um incêndio no Depósito de Fardamentos do Exército em Lisboa, em que vários grupos de *boy-scouts* se juntaram às várias corporações de bombeiros e pessoal da Cruz Vermelha e Cruz Verde para a extinção do fogo.²¹⁸ Três meses depois, novo episódio no Arsenal da Marinha.²¹⁹ O presidente da Associação Cristã da Mocidade chegou a comparar estes dois incêndios como «a alma do movimento, como que o reconhecimento oficial de bons portugueses por este prestante movimento, na unanimidade de louvores reconhecidos, [considerando que] tudo isso nos é grato recordar».²²⁰ O impacto violento do primeiro caso não passou despercebido na Câmara dos Deputados, onde o general Norton de Matos, à época ministro da Guerra, lembrou que na estratégia de extinção «andava também um grupo de escoteiros carregando fardos de algodão, procurando servir com uma abnegação extraordinária. [Para concluir:] A todos eles, Sr. Presidente, se estende o meu louvor».²²¹ A magnitude destes dois casos levou a que em maio vários grupos visitassem o presidente Bernardino Machado no Palácio de Belém para uma receção oficial e um agradecimento público. Importante referir que era uma cerimónia em que «que os escoteiros podiam contar com o apoio e proteção do governo».²²²

O processo de extinção de combustão descontrolada e a colaboração esporádica com corporações de bombeiros fortaleceram a panóplia de argumentos que a facção antibelicista da AEP utilizou contra os adversários internos. Se bem que o impacto destas participações fora menor (se comparado com as situações extremas referidas antes), facilmente também se observa o reconhecimento de uma certa dose de heroicidade na imprensa.²²³ Foi o que aconteceu no incêndio no Arsenal da Marinha de 1916, quando o *Diário de Notícias* dedicou uma coluna inteira ao desaparecimento da Sala do Risco, numa narrativa composta por atos de coragem,

²¹⁸ «Um incêndio formidável», *O Século*, Ano 36, nº 12:248, 1916-Jan-14, p. 1.

²¹⁹ «Associação dos Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIII, nº 146, 1916-Jun-20, p. 2.

²²⁰ «Escotismo», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade*, Ano I, Nº 3, 1917-Abr, p. 3. A relação entre as igrejas protestantes portuguesas e a Cruz Vermelha ainda carece de aprofundamento, apesar de já existirem algumas incursões ao tema (Cavaco 2011, 611).

²²¹ *Diário da Câmara dos Deputados* (II Legislatura, Sessão Legislativa 01, nº 21), de 14 de janeiro de 1916, p. 11.

²²² «Os escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:376, 1916-Mai-22, p. 3.

²²³ A questão da “heroicidade” será constantemente espelhada na imprensa generalista e é transversal às várias associações. Por exemplo, três semanas após a institucionalização do escotismo católico em Braga, um dos recém-chefes, Álvaro Benjamim Coutinho, foi elogiado pelo auxílio a uma rapariga de 12 anos que caíra dentro de um poço («Semana noticiosa», *A Cruzada. Boletim paroquial da Arquidiocese de Braga*, Ano I, nº 9, 1923-Jun-24, p. 4).

sofrimento e cansaço.²²⁴ No ano seguinte, a revista *Ilustração Portuguesa* – um dos órgãos “oficiosos” da AEP -, publicou dois artigos opostos àquilo que defendia cinco anos antes. Em fevereiro e outubro de 1916 saíram a público notícias sobre o funcionamento dos escoteiros em Itália (em contexto de auxílio e socorro a feridos de guerra) e outra referente à colónia de férias do AEP Gr. 3-Lisboa em Sesimbra. A apologia belicista de outrora, do jovem-cidadão soldado, era agora ornamentada pela funcionalidade cidadã do escoteiro exemplar. Não obstante, a resposta da facção pré-militarizada da AEP às projeções mediáticas destes últimos casos não se fez esperar e desembocaram num claro *lobby* no gabinete presidencial de Bernardino Machado, ao ponto de este e Norton de Matos, na qualidade de ministro da Guerra, legislarem pela primeira vez sobre a finalidade do escotismo.²²⁵

O decreto nº 3120-B, de 10 de maio de 1917 acabaria por despertar sentimentos agrídoces dentro da associação. Por um lado, oficializou a AEP. Por outro, agravou a controversa questão militar²²⁶. E o que inicialmente seria algo quase exclusivo do Gr. 2-Lisboa desde 1913, acabaria agora por se aplicar a toda a associação, transformando-a numa entidade cogestora da SIMP. Para agravar, dois anos depois, publicar-se-ia o decreto nº 5314 de 18 de março de 1919, com o seu art. 49º que esclarecia que «o 1º grau da Instrução Militar Preparatória do Soldado será ministrado por meio de escotismo, tal como foi instituído pelo general inglês, Baden-Powell, seguindo-se o que a tal respeito estabelece este decreto e o mais que for preceituado no Manual» (Brás 2006, 524).

A participação dos escoteiros em vários incêndios na capital acabou por ser a solução imediata que contrabalançava a imposição governamental que insistia em instrumentalizar o associativismo escotista. E todos os pequenos fogos controlados, ou mitigados, com o auxílio de escoteiros - e nos quais a imprensa lhes tecia as melhores loas replicando o decreto nº 3120-B, de 10 de maio de 1917 -, serviriam de argumento reivindicativo contra a Instrução Militar

²²⁴ “O grande incêndio na Escola Naval. O Serviço dos Escoteiros”, *Diário de Notícias*, Ano 52, nº 18.120, 1916-Abr-19, p. 2.

²²⁵ O general Norton de Matos foi várias vezes acusado na imprensa pelo auxílio financeiro (ilegal) a várias entidades patrióticas da sua confiança e sempre com recurso ao erário público. Um bom exemplo reside no Instituto de Mutilados da Guerra em Arroios, cedido à Cruzada das Mulheres Portuguesas em 1918, quando esta associação era presidida pela esposa Ester Norton de Matos, e que tinha na direção a secretária Rita Norton de Matos (filha), e a vogal Elzira Dantas Machado (mulher do então Presidente da República, Bernardino Machado) (Moura 2006, 53; C. P. Ribeiro 2014, 72).

²²⁶ «[...] Atendendo aos resultados que a Associação dos Escoteiros de Portugal tem conseguido alcançar e as provas concludentes que esta instituição tem dado sobre a sua capacidade para estabelecer e difundir o Escotismo pelo País, como bem o demonstram os actos de abnegação, coragem e patriotismo praticados pelos seus escoteiros, principalmente por ocasião da revolução do 14 de Maio e nos incêndios do Depósito de Fardamentos e da Escola Naval, actos que tem merecido por parte do Governo e outras entidades oficiais as mais elogiosas referencias [...] Considerando ainda que, embora não sendo uma instituição de carácter militar, o Escotismo é um dos processos de preparar a mocidade para o desempenho dos seus deveres militares, contribuindo assim dum modo muito proveitoso para a realização do programa militar que a República estabeleceu [...]» (Decreto nº 3120-B, de 10 de maio de 1917).

Preparatória. O caminho para ser uma entidade benemerita de participação cívica estava aberto. Durante o mandato de José Relvas vários grupos da AEP deslocaram-se ao bairro da Ajuda para o transporte de feridos e colaboração com os bombeiros locais no posto da Cruz Verde.²²⁷ Ou ainda um socorro em Queluz, em que os escoteiros Miguel de Sousa Almeida (de 17 anos, de Benfica) e Armando José Marques (22 anos, da Amadora), acabaram por sofrer um acidente de viação quando se deslocavam para o local.²²⁸ Ou também o incêndio num armazém de adubos em Alcântara, em junho de 1921, em que a fotografia publicada pelo *O Século* propositadamente incluiu alguns escoteiros.²²⁹ Pouco tempo depois, do outro lado da cidade, em Xabregas, onde o bairro operário da Vila Dias sofreu também um incêndio volumoso, com os escoteiros a organizarem-se na promoção de um bando precatório a favor das vítimas²³⁰. Salienta-se ainda o socorro prestado no Teatro do Ginásio, na rua do Mundo (atualmente Rua da Misericórdia, em Lisboa). A imponente do espaço e o auxílio prestado pelos jovens não passou despercebida à lente de *O Século*, que uma vez mais procurou que a sua edição da noite mostrasse um escoteiro em plena boa-ação.²³¹ Nos dias seguintes descreveu-se o acidente com alguma minúcia, explicitando os intervenientes dos grupos 1, 4, 5 e 13 da AEP e alguns adueiros.²³² Seria fastidioso mencionar aqui todos os episódios de prestação de auxílios a corporações de bombeiros, contudo convém observar que estas participações abriram um precedente na gestão de conflitos interinstitucionais, tanto civis como estatais. Os convites para que os escoteiros pudessem participar em festas de inauguração de estandartes ou outros símbolos eram o pretexto ideal para fechar protocolos.²³³ Até mesmo para além do período aqui estudado, ainda é possível observar-se as mesmas lógicas, com cartas de recomendação de comandantes de bombeiros a chefes de escoteiros para atribuição de louvores por auxílios

²²⁷ «Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:738, 1917-Mai-24, p. 2.

²²⁸ «Escoteiros feridos», *O Século*, Ano 40, nº 13:899, 1920-Set-06, p. 3.

²²⁹ «Incêndio em Alcântara», *O Século*, Ano 41, nº 14141, 1921-Jun-24; p. 2; «[Fotografia: Incêndio em Alcântara]», *O Século* (Edição da noite), Ano 7, nº 2292, 1921-Jul-04; p. 4.

²³⁰ «O incêndio na “Vila” Dias», *O Século*, Ano 41, nº 14200, 1921-Ago-22; p. 2. A participação escotista nestes bandos precatórios alcançou níveis além-fronteiras. Já em 1916 as *girl-guides* do Porto participaram numa campanha de angariação de fundos para um hospital em Malta («Portugal. Oporto», *Girl Guide's Gazette*, Vol. III, no. 27, 1916-March, p. 48).

²³¹ «[Fotografia: Os escoteiros e os bombeiros no incêndio do Teatro do Ginásio]», *O Século* (Edição da noite) Ano 7, nº 2416, 1921-Nov-06; p. 4.

²³² «O incêndio do Ginásio», *O Século*, Ano 41, nº 14277, 1921-Nov-08, p. 4.

²³³ «O Escuta e o Bombeiro», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 5, 1936-Abr-15, pp. 52-53; MCNE/CDE, «Dossier Junta Regional de Lisboa (1927-1939)», 1932-Mai-05. Lisboa. *Cartão de visita e panfleto de Abel Gomes Pólvora, Presidente da Direcção da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Lisbonenses*. (documento não-indexado).

prestados em estabelecimentos comerciais danificados pelo fogo, e que lhes valiam também boas oportunidades de emprego.²³⁴

A experiência lisboeta acabou por ser mimetizada noutras localidades do país, o que abriu portas para que se replicassem os mesmos modelos de parcerias aos praticados na capital.²³⁵ Três claros exemplos metropolitanos: Porto, Coimbra e Funchal. No caso da cidade do Douro, registam-se dois episódios antagónicos. O primeiro, em julho de 1924, quando a Junta Regional do Norte da UAP apresentou uma queixa ao Comissário Geral da Polícia pela proibição das autoridades ao não deixar os adueiros colaborar num incêndio no mercado do Bolhão.²³⁶ O segundo, já depois do golpe de 28 de maio, observa-se um comportamento já muito distinto, em que foram atribuídos louvores a três adueiros pela extinção de um incêndio em Paranhos, ainda antes da chegada dos bombeiros.²³⁷ No caso coimbrão, a relação entre escoteiros e corporações de pronto-socorro assumem características mais consistentes. Um incêndio numa padaria possibilitou um novo olhar ao

«[...] sr. ministro da Agricultura [e] os Bombeiros Voluntários [para que comesçassem] a prestar os seus valiosos serviços. O sr. ministro ao ver os inteligentes serviços dos rapazes, os incitava, chamando-lhes bombeiros. [...] Na condução do primeiro bombeiro ferido virmos um escoteiro e um policia».²³⁸

A *Gazeta de Coimbra* foi até mais longe e incluiu os nomes dos participantes na ocasião, e em que

«uma entidade há que passou despercebida entre as demais. Trata-se dos Escoteiros da Associação dos Escoteiros de Portugal. [...] Podíamos citar também casos por onde se pudesse avaliar os seus trabalhos de beneméritos auxiliares. Não o fazemos porque as leis mundiais de escotismo mandam praticar as boas acções sem intensão de as tomar publicas.»²³⁹

E no arquipélago madeirense, fora o tenente-coronel A. Vasco Silva, por sua vez Comissário Regional na ilha, a publicitar os atos de abnegação de vários escoteiros do AEP Gr.

²³⁴ MCNE/CDE, «Dossier Gr. 48-Santo António de Lisboa», 1949-Jul-27. Lisboa. *Missiva de Américo Diniz ao Chefe Regional de Lisboa* (documento não-indexado).

²³⁵ «Aduarismo», *Sporting. Semanário Desportivo Ilustrado*, Ano I, nº 4, 1921-Abr-15, p. 7.

²³⁶ «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXX, nº 170, 1924-Jul-22, p. 1.

²³⁷ «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXII, nº 159, 1926-Jul-08, p. 2.

²³⁸ «Um grande incêndio», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVIII, nº 2323, 1929-Abr-02, p. 2.

²³⁹ «O incêndio de Domingo de Páscoa», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVIII, nº 2324, 1929-Abr-04, p. 1.

23-Funchal no combate ao incêndio no estabelecimento de bordados *Madeira Embroidery Co.*, mais conhecido como “Casa Americana”.²⁴⁰

Muitos mais exemplos poderiam ser aqui mencionados, tanto na metrópole como no império, como o caso do AEP Gr. 36-Luanda, publicamente elogiado pela imprensa desportiva metropolitana.²⁴¹ Certo é que todos reunidos deram azo a um reforço da sua imagem em face do exterior, e continuaram para lá do período aqui analisado. Também por isto, e durante uma conferência de dirigentes da AEP em 1931 realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em que estiveram presentes António de Sá Oliveira (reitor do Liceu Pedro Nunes), Alfredo Tovar de Lemos (capitão-médico) e Reis Santos (professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), todos decidiram informar

«[...] o Governo, tendo em atenção os altos serviços prestados pela Associação, [que] a agraciou com a *Ordem de Benemerência*. Dificuldades insuperáveis não permitiram que o decreto fosse publicado ontem, pelo que não se pode fazer a aposição das insígnias na bandeira».²⁴²

Definitivamente a AEP seria agraciada com a *Ordem de Mérito* a 20 de fevereiro de 1932, mas a entrega das insígnias só ocorreria em maio de 1934.²⁴³

2.7. Mecenato Industrial e Político

A questão do mecenato ao escotismo é tão antiga quanto a promoção do mesmo em Inglaterra em 1907. Desde cedo que as unidades escotistas em Portugal contaram com apoios financeiros externos, fossem de entidades religiosas como a Associação Cristã da Mocidade no caso do AEP Gr. 1-Lisboa, fosse no caso da Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 2, Academia de Estudos Livres ou a Cruzada das Mulheres Portuguesas no caso do AEP Gr. 2-Lisboa. Todos os grupos, e de todas as associações, procuraram membros das elites locais que os pudessem auxiliar a suportar as suas iniciativas, nomeadamente com a aquisição de material de campismo, nem sempre ao alcance dos mais novos, devido aos altos custos implicados. Já em 1915 o industrial Albert Beauvalet, representante de várias marcas automóveis em Lisboa,

²⁴⁰ «Escoteiros de Portugal e o incêndio da “Casa Americana”», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1493, 1937-Jun-19, p. 4.

²⁴¹ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.681, 1935-Jan-28, p. 3.

²⁴² «Escotismo», *O Século*, Ano 51, nº 17:886, 1931-Dez-27, p. 6.

²⁴³ «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18:755, 1934-Jun-01, p. 4.

propiciou aulas de condução a vários escoteiros do AEP Gr. 6-Academia de Estudos Livres.²⁴⁴ Outros, como o industrial portuense Manuel Pinto de Azevedo, ofereceu tecido suficiente para o fardamento do todo o UAP Gr. 1-Porto.²⁴⁵ E outras entidades, como a Câmara Municipal de Lisboa, que concedeu um subsídio direto de 100\$00 à AEP para participação no primeiro *World Scout Jamboree*, em Londres, em 1920.²⁴⁶ Os exemplos são extensos e facilmente detetáveis em qualquer periódico analisado. Em troca, as associações escotistas punham à disposição os seus «instrumentos de conservação da ordem simbólica» (Bourdieu 2001, 7), nomeadamente com a entrega de medalhas em cerimónias bastante ritualizadas e protocolares, em que a mais comum era a entrega da Cruz Suástica (cobre, prata ou ouro), consoante o grau de proximidade entre os beneméritos e as associações.²⁴⁷

A questão do mecenato escotista é complexa ao ponto de ser imprescindível observar-se os interesses manifestados a partir de vários prismas. Se por um lado havia uma evidente necessidade económica (em que o apoio de mecenas locais aos grupos tornava-se quase indispensável), já da parte dos órgãos centrais associativos procuravam-se apoios políticos nas altas instâncias (González Castillejo 2001, 639). Por exemplo, a interconexão do associativismo escotista com a Presidência da República entra nesta categoria. A primeira aproximação ao Palácio de Belém ocorrera em 1914, quando o regime político já estava minimamente consolidado, e o papel de alguns vultos do republicanismo ligados ao movimento juvenil como António Sá Oliveira, simultaneamente reitor do Liceu Pedro Nunes em Lisboa e presidente do AEP Gr. 3 aí sediado, teve uma importância de peso. As guardas de honra às visitas de Manuel de Arriaga, enquanto visitava instituições de assistência infantil, permitiam que os escoteiros se inserissem no protocolo presidencial.²⁴⁸ E estar ao lado do Presidente da República era estar num lugar privilegiado.

Os vários episódios de violência política em que se observa uma interferência escotista não desvaneceram a ligação deste associativismo com o republicanismo. Logo após a revolta contra a ditadura de Pimenta de Castro alguns membros da AEP (re)procuraram o apoio do presidente Bernardino Machado, e no mês seguinte este era homologado como Presidente

²⁴⁴ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 11:934, 1915-Mar-02, p. 3.

²⁴⁵ «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXX, nº 234, 1924-Out-04, p. 4.

²⁴⁶ «Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:847, 1920-Jul-16, p. 2.

²⁴⁷ Como exemplo, em 1928 a AEP concedeu a Cruz Suástica de Prata a: Maria Adelaide de Barros Garcia (cedência de uma casa para sede provisória do Gr. 53-Porto); Luísa Cardoso de Oliveira (manufatura da bandeira regional do Porto); Judite de Lima (organização do sarau musical na receção ao Escoteiro-Chefe Nacional); Jorge de Abreu (redator do jornal *O Primeiro de Janeiro*) e a Ángel Fuentes (diretor da Academia Mozart, no Porto, onde se realizou um sarau musical a favor dos escoteiros locais) («Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:671, 1928-Ago-05, p. 4).

²⁴⁸ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:583, 1914-Mar-11, p. 4.

Honorário associativo.²⁴⁹ Algo relativamente trivial, não fosse o facto de nessa cerimónia se apresentarem no Palácio de Belém as primeiras escoteiras e 56 rapazes com o fim simbólico de o cumprimentarem. Na liderança do contingente estava o escoteiro-chefe nacional e tenente da marinha Álvaro de Melo Machado e Maria Luísa de Magalhães, num protocolo que obrigou o general Norton de Matos (na qualidade de Ministro da Guerra) a estar também presente para a revista obrigatória aos escoteiros.²⁵⁰

Esta outorga de associado benemérito à mais alta figura de estado repetir-se-ia por vários períodos, tanto anteriores como posteriores ao golpe de 28 de maio, e foi uma estratégia clara de aproximação associativa ao aparelho estatal. A ligação do presidente Manuel Teixeira Gomes ao Partido Democrático permitia fechar alguns elos na teia de influências, ou seja, a AEP aproximava-se ao Presidente da República, que por sua vez intercedia junto dos membros do Partido Democrático para que legislassem a favor da expansão do escotismo (via AEP). E para finalizar, entregar-se-ia publicamente o diploma de presidente honorário para colmatar o ciclo de intercâmbios. Escrevia *O Século* que o Presidente, «tendo conhecido e visto de perto o movimento em Inglaterra e constatado os seus benéficos resultados, reconheceu de toda a necessidade o seu incremento em Portugal».²⁵¹ Ao contrário das outras associações escotistas, como a União dos Adueros de Portugal (UAP) que tinha a sede nacional no Porto, a AEP aproveitava-se da sua centralidade geográfica ser em Lisboa para usufruir de algumas facilidades em Belém. Os adueiros queixavam-se sistematicamente nos principais jornais generalistas de algum esquecimento, e repetidamente evocavam o decreto nº 6:277, de 13 de dezembro de 1919, que os institucionalizara.²⁵² E talvez para mitigar desconfortos, Manuel Teixeira Gomes aceitara reunir-se com eles na cidade Invicta. Seria o momento ideal para também lhe ser atribuído a honorabilidade de associado, duas semanas depois de o ter recebido

²⁴⁹ «O seu acto representa, por isso, mais alguma cousa do que uma simples deferência protocolar: representa o apoio dum homem que sabe avaliar o escotismo. Nas palavras que nos dirigiu, quando da recepção dos grupos, mostrou o nosso Presidente toda a sua alma de patriota e toda a esperança de que – num futuro próximo – seríamos cidadãos completos, prontos a derramar o sangue pela Pátria, prontos a todos os sacrifícios... E como havemos de ser verdadeiros cidadãos, não possuindo um carácter íntegro?» («O nosso Presidente», *O Escoteiro. Órgão oficial da “Associação dos Escoteiros de Portugal”*, Ano I, nº 7, 1916-Jun, p. 1).

²⁵⁰ Maria Luísa Correia de Magalhães era presidente do AEP Gr. 14, sediado no Liceu Gil Vicente [Arquivo da Escola Secundária Gil Vicente, Lisboa: «Escoteiros de Portugal, Gr. 14», 1915-Nov-28 (documento não-indexado); «Os Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:376, 1916-Mai-22, p. 3]. O estímulo associativo para a fundação de um grupo de escoteiras insere-se num período em que espoletaram várias associações exclusivamente femininas, como a Assistência Portuguesa às Vítimas da Guerra, fundada por várias aristocratas católicas de Lisboa em março de 1916, e que partilhavam o objetivo de auxiliar os principais impactados com a Grande Guerra. Pouco tempo depois surgiria a adversária (e laica) Cruzada das Mulheres Portuguesas (Moura 2006).

²⁵¹ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 45, nº 15:233, 1924-Jul-12, p. 3.

²⁵² «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIX, nº 34, 1924-Fev-10, p. 2.

pela parte da AEP e simbolicamente deixar menos espaço de manobra à associação adversária.²⁵³

O advento ditatorial e a construção do Estado Novo originaram alguns câmbios pontuais nestas lógicas de relacionamento oficioso entre escoteiros e Presidência da República, mas sem nunca abalar a robustez pública institucional. Passados quatro meses de ser eleito por sufrágio seletivo, Óscar Carmona aceitou o convite para estar presente na inauguração do AEP Gr 63-Torres Novas, onde pode assistir a alguma propaganda cinematográfica associativa no Teatro Virgínia na companhia dos escoteiros do AEP Gr. 1-Lisboa que aí se tinham também deslocado.²⁵⁴ Apesar de haver uma maior distância, a conexão entre associativismo escotista e a casa presidencial manteve-se, e a visita do fundador Robert Baden-Powell a Lisboa em 1929 seguiu a mesma lógica. Nos dias 05 e 06 de março desse ano o general inglês fora recebido pelo presidente Carmona tanto no palácio de Belém como na Cidadela em Cascais, o que obrigou a responder a duas reivindicações bastante precisas. Primeiro, marcara-se uma rutura com as lógicas da Primeira República, com as várias associações a concorrer entre si para obter o apoio direto da governação presidencial. Agora havia um intermediário inglês “de carne e osso” em representação do associativismo português. Segundo, a presença do general Baden-Powell servia como marco de referência internacional às tentações fascizantes da Ditadura Militar portuguesa. Caso o Estado optasse por absorver o escotismo em idênticos moldes como o governo de Benito Mussolini fizera na Itália (Ponzio 2015; Calabria 2018; La Rovere 2018), teria agora de contar com um bloco internacional pela frente. Baden-Powell sabia-o e o general Óscar Carmona também. Alguns dias depois, quando o fundador do *scouting* anunciava *urbe et orbi* na BBC a escolha de Birkenhead (Liverpool, Inglaterra) como local do 3rd World Scout Jamboree entre julho e agosto de 1929, em paralelo enviara uma missiva de agradecimento ao Presidente da República pela receção tida em Lisboa. Nada de especial, não fosse o caso de ser a carta de um comendador da Ordem de Cristo, que nas entrelinhas acrescentava um cordial pedido de autorização para que um contingente português pudesse participar nesse acampamento mundial.²⁵⁵

²⁵³ «Adueros de Portugal», *O Século*, Ano 45, nº 15:245, 1924-Jul-24, p. 6.

²⁵⁴ «Escoteiros», *O Século*, Ano 48, nº 16:174, 1927-Mar-19, p. 3. Observa-se a presença do presidente Óscar Carmona em vários rituais cívicos ao lado de escoteiros em todo o período analisado, sobretudo a partir de março de 1929, aquando da visita do general Baden-Powell a Lisboa. Na comemoração do feriado de 1º de dezembro era comum ter uma guarda de honra com escoteiros quando visitava o monumento aos Restauradores de 1640 («Nos Restauradores», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2614, 1930-Dez-03, p. 2).

²⁵⁵ Após a realização do 3rd World Scout Jamboree o presidente Óscar Carmona foi agraciado com uma carta de Robert Baden-Powell traduzida e reproduzida integralmente pelo *O Século*: «“Excelência: - Ao concluir o “Jamboree” Mundial de Escoteiros, em Inglaterra, devo manifestar a V. Ex^a quanto foi altamente apreciada a presença, no nosso meio, de tão distinto contingente de escoteiros de Portugal. Eles distinguiram-se durante a sua estada no campo, pela sua inteligência, disciplina e eficiência, e, sobretudo, pela sua amabilidade e encantador espírito de amizade para com os seus irmãos escoteiros e para com as pessoas com quem estiveram em contato.

Com a implementação do Estado Novo a partir de 1930, o fundador Baden-Powell voltaria a repetir o procedimento, e desta vez com mais pompa e circunstância. Segundo dados fornecidos pela imprensa da época, o número de escoteiros de todo o país que rumaram a Lisboa em março do ano seguinte, só para ver o general inglês, rondaria os dois milhares, o que não parece andar longe da realidade. E a logística de ter dois mil rapazes a circular pelas ruas de Lisboa certamente criou algum embaraço às autoridades. Situação mitigada com a enfermidade súbita de Baden-Powell que por aconselhamento médico acabou por não sair do barco, obrigando a uma mudança de protocolo, com a subida a bordo apenas dos representantes escotistas portugueses para manifestar os devidos cumprimentos. Em paralelo, nas ruas da cidade de Lisboa realizavam-se cortejos e paradas desde o Rossio até ao Cais da Rocha do Conde de Óbidos (C. Rosa 2009).

Oliveira Salazar não manifestou grande interesse com a visita do general inglês, o que indica as primeiras repulsas do ditador para com este movimento juvenil, num ano fatídico para o xadrez político-associativo (a visita de Baden-Powell a Lisboa em 1929 fora apenas o primeiro episódio público de embate entre escoteiros e o Estado Novo). No que respeita ao Presidente da República a questão situava-se noutro campo: a cordialidade militar. Para além da patente de general, Baden-Powell fora também agraciado pelo Estado Português como Comendador da Ordem de Cristo a 27 de junho de 1919, e esse ónus condicionava diplomaticamente a Presidência da República. Dois meses após a visita de Baden-Powell a Lisboa, Óscar Carmona entregava definitivamente as insígnias da *Ordem de Mérito* à AEP, na emblemática sala “Portugal” da Sociedade de Geografia de Lisboa, com o ligeiro atraso de dois anos.²⁵⁶

No ano seguinte, em 1935, a Sociedade de Geografia de Lisboa seria novamente o palco escolhido para uma festa dos escoteiros da AEP de Lisboa. E numa época em que circulavam os rumores de um projeto estatal para as mocidades - algo que retomasse a discordante Instrução Militar Preparatória -, tiveram de tomar outras precauções amenizantes. E de modo a que não suscitassem alaridos, puseram à disposição os seus «instrumentos de conservação da ordem

Estou certo de que, se este espírito de camaradagem e amizade, entre os homens de futuro dos diferentes países, for mantido e expendido, valiosos resultados se obterão, no sentido de uma internacional boa vontade e paz. Temos já dois milhões de rapazes trabalhando para este fim, em quarenta e dois diferentes países, o que nos leva a esperar melhores resultados nos anos próximos futuros. O estímulo prestado por V. Ex^a no seu País, contribuirá, valiosamente, para este fim. Tenho a honra de subscrever-me, de V. Ex^a obediente e criado, (a) Robert Baden-Powell”» («Baden-Powell testemunha o Chefe de Estado...», *O Século*, Ano 49, nº 17:067, 1929-Set-12, p. 2; «Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:892, 1929-Mar-20, p. 5; «Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 17:021, 1929-Jul-28, p. 9).

²⁵⁶ Como referido antes, a Associação dos Escoteiros de Portugal fora agraciada com a Ordem de Mérito a 20 de fevereiro de 1932. A entrega das insígnias só ocorreria em maio de 1934 («Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18:755, 1934-Jun-01, p. 4).

simbólica», utilizando a expressão de Pierre Bourdieu. Nada menos que a presença bicéfala do cardeal Cerejeira e do Presidente da República.²⁵⁷

²⁵⁷ «Escotismo. “Festa dos escoteiros”», *O Século*, Ano, 55, nº 19010, 1935-Fev-16, p. 7.

Capítulo 3) “Quereis ter bons alunos, promovei o Escotismo”. Apologias e aplicabilidades do método de Baden-Powell na rede escolar²⁵⁸

O presente capítulo aborda a terceira vertente genética da Associação dos Escoteiros de Portugal, e que corresponde, *grosso modo*, ao impacto da experiência educativa de António Sá Oliveira com a fundação de um grupo de *boy-scouts* no Liceu Pedro Nunes em Lisboa, em setembro de 1912. A fundação do AEP Gr. 3 neste estabelecimento escolar acabou por abrir um precedente quanto às finalidades já delineadas por este associativismo, fosse pela via religiosa (AEP Gr. 1-Associação Cristã da Mocidade, Lisboa), fosse pela via laica-militar (AEP Gr. 2-Sociedade de Instrução Militar Preparatória/Academia de Estudos Livres, Lisboa).

A alternativa do escotismo via-escola reabriu o debate em torno dos meios que justificavam os objetivos a cumprir. Desde logo emergiu como suplemento ao enquadramento da juventude no horário extraescolar, e tornou-se o cerne de uma problemática e câmbio argumentativo de alguns pensadores da pedagogia moderna (Vasconcellos 1915; Alexander 2012, 141; Martin 2013, 9). Aliás, a inclusão do título epitetical deste capítulo foi bastante propositada. A frase “Quereis ter bons alunos, promovei o Escotismo”. Apologias e aplicabilidades do método de Baden-Powell na rede escolar” extraiu-se da obra de Álvaro Viana de Lemos, um dos grandes impulsionadores do movimento da *Escola Nova* em Portugal, e também escoteiro e ideólogo desta vertente na rede escolar (Lemos 1926a, Para os Professores e Educadores:6). Ao longo das próximas linhas observaremos como a experiência deste estabelecimento escolar abriu um precedente para que a Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) fundasse outras unidades semelhantes por todo o país. O binómio escotismo-escola já conta com algum currículo na historiografia portuguesa de Ciências de Educação, e resume-se sobretudo a estudos complementários dentro de determinados espaços físicos, desconhecendo-se quaisquer abordagens exclusivas a estes grupos de escoteiros radicados na rede escolar.²⁵⁹

²⁵⁸ As ideias apresentadas no presente capítulo foram parcialmente apresentadas no *III Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação* (Universidade do Minho, Braga, 8-10 Fevereiro 2018). As atas deste encontro foram recentemente publicadas e estão disponíveis *online* (Graça 2022a). Aproveitamos para agradecer a disponibilidade das professoras Elsa Ferreira (Escola Secundária Pedro Nunes, Lisboa), Dora Oliveira (Escola Secundária Gil Vicente, Lisboa) e Laura Rocha (Escola Profissional Raul Dória, Porto) na concessão de acesso à documentação histórica dos respetivos estabelecimentos e que sustenta alguns argumentos aqui defendidos.

²⁵⁹ No entanto, convém ressaltar alguns trabalhos pioneiros neste campo. O primeiro de todos ocorreu em 1998 pela iniciativa de Joaquim Pintassilgo que salientou o impacto do *scouting* na aplicação e coadministração da Instrução Militar Preparatória (Joaquim Pintassilgo 1998). Dois anos depois, acresceu o trabalho de Fernando Costa no âmbito das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (F. Costa 2000), e em 2003, Jorge Ramos do Ó dedicou algumas páginas à problemática da militarização da juventude escolar e a sua relação com o Grupo dos Escoteiros de Portugal no Liceu Pedro Nunes (Ramos do Ó 2003). Influenciados pela laboração das comunidades científicas espanhola e brasileira de História de Educação, alguns destes investigadores continuaram com as investigações à temática escotista (Joaquim Pintassilgo e Nery 2007).

Desconhecemos a existência de qualquer macroanálise às apologias e aplicabilidades do método de Baden-Powell na rede escolar portuguesa e é exactamente o que pretendemos apresentar, tendo em conta o período cronológico entre 1912 e 1939.

3.1 Depois dos Batalhões Escolares. As primeiras experiências de *Scouting*

Como mostrado nos dois capítulos anteriores, o insucesso dos batalhões escolares abriu espaço a novas reformas educativas que permitiram a entrada de novos métodos, do qual o escotismo foi apenas mais um. As metamorfoses educativas na rede escolar portuguesa já se empreendiam desde os finais do século XIX, e sempre com a visão moderna de olhar para a criança/jovem como um futuro cidadão, íntegro, completo, e útil à sociedade (Joaquim Pintassilgo 2012b, 93; Fontaine 2016, 130; C. M. da Silva 2021). A escola acabaria por ser apenas um dos vários instrumentos de enquadramento temporal e intermediário entre o pré-cidadão (gerado pela família) e o futuro adulto. E para esse efeito espoletaram iniciativas um pouco por todo o país que visavam esses fins educativos, em tudo adaptados às realidades locais.²⁶⁰ A novidade residia em atividades fora do espaço urbano, que rompia com a estrutura educativa “entre paredes” e visada sobretudo para o ensino académico (J. C. do Nascimento 2008, 107; Comas Rubí, March Manresa, e Sureda García 2010, 211; Herold Júnior 2015, 211). Esta nova visão experimentalista correspondia aos desafios científicos oitocentistas, e muito publicitados pelas teorias positivistas de que a juventude deveria ter um contacto permanente com a Natureza, quase como o único meio possível para alcançar o corpo e alma perfeitos. As chamadas “Escolas ao Ar Livre” francesas surgiram neste plano de proporcionar alternativas a crianças e jovens vítimas de doenças várias, e que aos poucos foram copiadas por todo o país.²⁶¹ E o mesmo se poderá aplicar à inclusão da educação física. Tudo sempre na perspectiva de alcançar o *leitmotiv* “*mens sana in corpore sano*”.

A abertura do AEP Gr. 3 no Liceu Pedro Nunes teve como génese a experiência de Paço de Botão e Coimbra. Recordo que as primeiras tentativas de implementação de *scouting* sucederam aos infrutíferos batalhões escolares (Leandro e Costa 2022, 23). Não será fruto do acaso que, em 1912, o próprio Joaquim de Leite Júnior fundara os “Scouts Portugueses” em

²⁶⁰ Na Póvoa de Varzim, ainda no período monárquico, empreendeu-se uma “Escola Marítima”, tendo em conta a geografia e a economia local. Esta lógica educativa ultrapassa as balizas cronológico-políticas delineadas. Contudo, durante a Primeira República foram várias as associações a abrirem as suas “escolas de marinheiros”, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida à juventude, com o apoio financeiro da associação comercial, junta de defesa da República, partidos políticos, corporação de bombeiros, entre outras entidades («Escolas Marítimas», *O Comércio da Póvoa de Varzim*, Ano 6, 1909-Fev-19, p. 1; «Club Naval», *O Comércio da Póvoa de Varzim. Jornal Republicano e Defensor dos interesses locais*, Ano 9; 1912-Fev-24, p. 2).

²⁶¹ «As Escolas ao Ar Livre», *O Século*, Ano 29, nº 9751, 1909-Fev-08; p. 2.

Coimbra, precisamente num estabelecimento escolar – o célebre *Colégio Mondego* –, no pátio da Inquisição, «*formado com rapazes de 13 a 10 anos que servem de grande auxiliar em vedetas, ambulâncias, etc., em tempo de guerra, como se tem passado em Inglaterra, E.U. da América, Índia, França e outros países, e que no tempo de paz são já educados integralmente, tornando-os em cidadãos prestáveis e diligentes*».²⁶² Numa cerimónia de inauguração presidida pelo tenente-coronel José da Silva Bandeira (comandante de infantaria 23), ladeado do tenente Ribeiro, o decano Virgílio da Mota, e Diamantino Diniz Ferreira (diretor). Tendo em conta a esta pequena experiência no Colégio Mondego, facilmente se entende a materialização da nova vertente do escotismo escolar em Lisboa.

Apesar da educação física nas escolas ser um assunto minimamente consensual no pensamento moderno, e sem qualquer exclusividade de fronteiras políticas (Scharagrodsky 2021, 26), a grande questão que se impunha na época era se esse modelo pedagógico deveria ou não incluir uma série de exercícios militarizados (ordem unida, prática de tiro, pugilismo, entre outras modalidades desportivas de combate pessoal). E a dúvida foi colocada e abordada sistematicamente nos congressos pedagógicos em Portugal nos inícios do século XX.²⁶³

A fundação da Sociedade Promotora de Educação Física tentaria ocupar esse espaço em branco e responder às grandes questões do melhoramento da “raça portuguesa”.²⁶⁴ Bento Carqueja, diretor do jornal *O Comércio do Porto* e um dos grandes impulsionadores do movimento escotista na cidade do norte, foi um dos primeiros a propor a motricidade humana como mais um meio de alfabetização no Segundo Congresso Pedagógico em abril de 1909, na Sociedade de Geografia de Lisboa. Esse era o objetivo principal a atingir. Dificilmente se conseguiria implementar uma República em Portugal com cidadãos analfabetos, e muito menos com analfabetos débeis.

A novidade da metodologia de Baden-Powell circulava por várias instituições europeias e coincidia com estas datas. Além de Joaquim Leite Júnior (em Coimbra) ou Álvaro de Melo Machado (em Macau), também em Lisboa se conhecia a obra do general inglês. Ainda nos últimos meses do reinado de Manuel II, e quando se projetava a Instrução Militar Preparatória, foi pela mão do tenente J. Moreira Salles que surgiu a primeira notícia no jornal *O Século* sobre a potencialidade do livro *Scouting for Boys* (Baden-Powell 2005), que «*encerra os mais belos*

²⁶² «Scouts Portugueses», *Gazeta de Coimbra*, Ano 1, nº 94, 1912-Abr-20, p. 2; «Scouts Portugueses», *Gazeta de Coimbra*, Ano 1, nº 95, 1912-Abr-24, p. 2.

²⁶³ «Conferência», *O Século*, Ano 30, nº 10009, 1910-Jan-25; p. 5. Também no Japão se registam as mesmas preocupações. Segundo o jornal *O Século*, já em 1890 se fundou a escola de educação física “Hitaka”, em Tóquio («Educação física», *O Século*, Ano 30, nº 10117, 1910-Fev-13; p. 2).

²⁶⁴ Esta agremiação contou com alguns vultos como Costa Sacadura, Dória Nazaré, Cassiano Neves e Jorge Cid («Sociedade Promotora de Educação Física Nacional», *O Século*, Ano 30, nº 10100, 1910-Jan-26; p. 2).

*princípios patrióticos e é destinado a preparar defensores do vasto império britânico por meio de exercícios militares, pela educação física e cívica».*²⁶⁵ E como apresentado no capítulo anterior, o interesse manifestado por oficiais militares foi significativo, assim como também o fora por professores. A proposta de educação integral de Baden-Powell rapidamente alcançou o público docente filo-republicano em vários países (Antas Ramos 2022, 77). Em Portugal a receção foi idêntica e a classe profissional procurou participar nesta campanha de promoção de uma juventude melhor para um império socialmente já decadente, consequente de uma Monarquia politicamente pecadora que culminou com a sujeição ao *Ultimatum* Britânico de 1890, e no qual só a implementação do regime republicano corrigiria os erros do passado (Léonard 1998; Leal 1999; R. M. Leite 2008, 113; Castelo 2010, 34; Pimenta 2010, 23; Rosas 2012, 323).

Um ano e meio depois do golpe do 5 de outubro começaram a surgir os primeiros voluntários dispostos a integrar as fileiras de escoteiros-chefes. No jornal *O Século* apareceram casos caricatos, como autênticas candidaturas institucionais prontas a adotar o escotismo nas suas escolas. Como a do professor Belmiro Nogueira da Escola Central de Penafiel que em setembro de 1912 propôs-se a liderar o projeto. Ou em Lisboa, o professor H.J. Shepherd que se oferecia a ensinar inglês aos futuros *boy-scouts* num sistema de três horas semanais.²⁶⁶ Ainda o ano escolar de 1912-1913 estava nos primeiros dias e já vários estabelecimentos escolares se prontificaram a criar grupos de *scouting* nas respetivas dependências.²⁶⁷ E muito se deve à promoção que o jornal *O Século* cedeu à temática, com a disponibilização de colunas inteiras para reproduzir os debates por correspondência. O último quadrimestre de 1912 caracteriza-se por sucessivos pedidos de resposta ao editor, muitos deles por professores liceais de ginástica, que defendiam um papel mais ativo na formação dos jovens.²⁶⁸ A estas reivindicações juntou-

²⁶⁵ «A Instrução Militar Preparatória», *O Século*, Ano 30, nº 10151, 1910-Mar-19; p. 5.

²⁶⁶ Registamos um número elevado de voluntários para instrutores de *Scouting*, desde professores a médicos, militares ou bombeiros, o que seria improdutivo mencionar uma lista, pelo que nos limitamos a exemplificar somente os que consideramos mais relevantes à narrativa em curso («Os *Boy-scouts*», *O Século*, Ano 32, nº 11:028, 1912-Ago-23, p. 2; «Fortificando a Mocidade», *O Século*, Ano 32, nº 11:054, 1912-Set-18, p. 1; «Uma iniciativa patriótica», *O Século*, Ano 32, nº 11:057, 1912-Set-21, p. 1).

²⁶⁷ Um pouco por todo o país regista-se o interesse de várias entidades escolares ou promotoras de ensino escolar. A título de exemplo limitamo-nos ao caso lisboeta em setembro de 1912: Liceu Pedro Nunes; Liceu Camões; Escola Internacional (Rua da Emenda); Escola Académica; Ginásio Club Português; Casa Pia; Clubmen de Carcavelos e Lisboa; Escola Portuguesa (Palácio Rebelo da Silva); Escola Internacional; Liceu da Lapa; Associação de Caixeiros de Lisboa; Ateneu Comercial de Lisboa; Sport Club Progresso, Sociedade Promotora de Educação Popular (Alcântara) [«Crianças na idade, homens na educação», *O Século*, Ano 32, nº 11:050, 1912-Set-14, p. 1; «Preparando homens do futuro», *O Século*, Ano 32, nº 11:052, 1912-Set-16, pp. 1-2); «Uma iniciativa patriótica», *O Século*, Ano 32, nº 11:057, 1912-Set-21, p. 1; «Exércitos do futuro», *O Século*, Ano 32, nº 11:061, 1912-Set-25, p. 1].

²⁶⁸ «Uma obra de utilidade educativa», *O Século*, Ano 32, nº 11:053, 1912-Set-17, p. 1; «Fortificando a Mocidade», *O Século*, Ano 32, nº 11:054, 1912-Set-18, p. 10.

se a Sociedade Vegetariana de Portugal, que encarava o método de Baden-Powell como um meio necessário para alterar o paradigma do país. Em 1912 abriram o quadro de exigências para um melhoramento obrigatório das condições higiénicas de modo a corrigir a incorreta noção de regime alimentar da comunidade estudantil e população em geral.²⁶⁹

Durante os dois primeiros anos da República Portuguesa, o fascínio pelo *scouting* solidificou-se dentro da comunidade de intelectuais e pedagogos, cientes do crescimento deste associativismo pela Europa. Logo em outubro de 1913, J. Cardoso Gonçalves afirmava no Congresso do Livre Pensamento que no escotismo encontramos uma escola de bondade e que «a Escola laica deve adoptar o scoutismo, expungindo-o de toda e qualquer preocupação sectária».²⁷⁰ Para este professor as valências que o método de Baden-Powell oferecia para a plena execução da trilogia Natureza-Progresso-Solidariedade eram indispensáveis na formação de qualquer cidadão, exatamente o que escola republicana à data ainda não tinha. J. Cardoso Gonçalves abordou ainda a moral dos jovens, dos estudantes, das futuras gerações, condenando qualquer aproximação belicista em voga na época (Joaquim Pintassilgo 2007, 146).

A debate interno que existia na Sociedade de Estudos Pedagógicos (SEP) ficou transcrito na *Revista de Educação Geral e Técnica*, e possibilita uma reflexão sobre como o escotismo agregou uma tensão já prévia entre as várias correntes do republicanismo. Joaquim Pintassilgo analisou as questões em torno à natureza pedagógica do movimento escotista em concorrência à Instrução Militar Preparatória, em que o primeiro entrara num debate mais amplo, elevado às sessões da Sociedade de Estudos Pedagógicos desde 1912 (Joaquim Pintassilgo 2007, 150–51). É nesta agremiação que alguns vultos promotores do escotismo vão tomar contacto com o método de Baden-Powell. Nomes sonantes da *Escola Nova* como João de Barros, Faria de Vasconcelos, Álvaro Viana de Lemos e Adolfo Lima, todos eles sócios da SEP. (A. F. de Araújo e Araújo 2004; Joaquim Pintassilgo 2011; Felgueiras 2013, 310–12; Mogarro 2013, 164; N. M. Ferreira 2018, 26). E todos terão um peso simbólico na AEP.

Em 1915, António Faria de Vasconcelos, um dos principais vultos da *Escola Nova* em Portugal referia no seu célebre livro *Une École Nouvelle en Belgique* que

«[...] se considerarmos o papel, a importância e o carácter que atribuímos aos jogos, aos desportos e aos trabalhos manuais, podemos dizer que a nossa ação supera em extensão e profundidade a do escutismo tal como Baden-Powell a definiu

²⁶⁹ «Uma obra educativa», *O Século*, Ano 32, nº 11:066, 1912-Set-30, p. 3. A questão político-alimentar dentro do universo escotista já foi publicamente exposta por nós numa comunicação no 5º Fórum-Estudante em *Histórias e Culturas da Alimentação*, realizado na Universidade de Coimbra, a 21 de maio de 2018. Apesar desta temática não se enquadrar na presente tese, consideramos ser suficientemente pertinente para uma futura investigação.

²⁷⁰ Anais da Academia de Estudos Livres – Universidade Popular. N.os 7/8, Lisboa: Lamas & Franklin, 1913; pp. 204-209

com mão de mestre. Foi o que reconheceu um dos chefes escuteiros belgas que veio à escola para nos fazer entrar na associação dos Boys-Scouts de Belgique» (Vasconcellos 1915, 38–39).

No ano seguinte, João de Barros, na obra “Educação Republicana” fez questão de caracterizar o *scoutismo*, escola de energia e de solidariedade (Barros 1916, 53). Outros exemplos poderiam ser acrescentados, mas que redundariam numa argumentação simples. A articulação entre as propostas da *Escola Nova* e a metodologia de Baden-Powell já têm sido amplamente estudada na área da história da educação, pelo que se recomenda a produção bibliográfica de Joaquim Pintassilgo que tem assinalado com grande persistência essa importância (Joaquim Pintassilgo 1998; Joaquim Pintassilgo e Nery 2007; Joaquim Pintassilgo 2007; 2010; 2011; 2012a; 2012b; 2013; J. Pintassilgo e Silva 2015).

3.2 António Sá Oliveira e os escoteiros do Liceu Pedro Nunes - Lisboa

É nesta conjuntura que se entende o interesse de António Sá de Oliveira, reitor do Liceu Pedro Nunes em Lisboa, ao fomentar a abertura de um pequeno grupo de *boy-scouts* nas dependências escolares em agosto de 1912. Uma pequena experiência, mas que acabaria por ser a terceira unidade na capital e uma das fundadoras da Associação dos Escoteiros de Portugal no ano seguinte. Como referido, para além da vertentes protestante e laica-militarista, havia agora uma vertente pedagógica alternativa dentro da AEP: a escolar. A data quanto à fundação do grupo do Liceu Pedro Nunes é imprecisa, mas poder-se-á apontar para os finais de agosto de 1912²⁷¹. Tendo em conta que as primeiras notícias sobre as atividades surgiram no mês seguinte, a data inclui-se no ano escolar apontado por Jorge Ramos do Ó (Ramos do Ó 2003, 584). A data coincide com a estratégia planeada pelo jornal *O Século* em promover a adesão de novos jovens com o objetivo de alcançar 4.000 *boy-scouts* só na cidade de Lisboa. Dentro de esse plano, António Sá de Oliveira respondeu com o seu próprio sub-objetivo de juntar um pequeno número de rapazes que se auto-organizasse e iniciasse um grupo nas instalações escolares.

Alguns apelidos mediáticos da política portuguesa surgem entre os primeiros candidatos: Alexandre Borges, os irmãos Alberto e Avelino Barbieri de Figueiredo Cardoso, Eurico de Aguiar Cruz, Henrique Moira, Jorge Oom e Luís Gonçalves Rebordão. Menos

²⁷¹ «Crianças hoje, homens amanhã. O “boy-Scouting” é uma virtude», *O Século*, Ano 32, nº 11:042, 1912-Set-06, p. 1.

conhecidos são os instrutores: Pedro Cymbron Borges de Sousa²⁷², Ricardo Borges de Sousa (desportista), António Borges (militar) e João Nolasco (empresário em Xangai).²⁷³ Um leque variado de personalidades, dispostos a ocupar o seu tempo livre na formação dos futuros cidadãos, e provenientes de diversas áreas profissionais. Uma concepção pedagógica moderna, flexível, em que se procurava uma amplitude de conhecimentos que a escola por si só não oferecia, e vários atores participam no concurso da melhor educação (Eisenstadt 2007, 132).

Sá de Oliveira foi bastante explícito quanto ao projeto educativo que tinha em mente. Excluía uma Sociedade de Instrução Militar Preparatória (SIMP) dentro do Liceu Pedro Nunes, mas tolerava um programa de pré-militarização dos jovens e limitado aos contornos de qualquer disciplina como as restantes, apenas com tiro de guerra e alguns exercícios físicos, já que «*não brincamos infantilmente aos militares, mas preparamo-nos para amanhã nos considerarem bons soldados*».²⁷⁴

A aplicabilidade metodológica da *Escola Nova* e a apologia ao *self-government*, tão pugnadas na época, foram uma preocupação constante, sobretudo quando as críticas ao tipo de educação praticado no mundo moderno resultavam de uma estereótipo atribuído à interferência da religião em todas as áreas do conhecimento (Zuquim e Cytrynowicz 2002, 52; Kössler 2009, 21; Scharagrodsky 2021, 43; Luoto 2022). E esse tipo de críticas extrapolava para o quotidiano por várias vias, sobretudo na imprensa generalista filorrepública que expunha a educação livresca e de tradição jesuítica como um empecilho na construção cívica²⁷⁵. Tendo todas as possibilidades educativas em aberto, António Sá de Oliveira procurou que o terceiro grupo fosse uma alternativa sólida aos outros dois grupos, e para isso precisava de uma “bênção” internacional. A visita dos escoteiros ingleses de Hastings em maio de 1913 foi o momento-chave para esse efeito. Ao percorrerem os principais pontos turísticos de Lisboa, conseguiu que o Liceu Pedro Nunes e a Escola Académica fossem incluídas no itinerário²⁷⁶. O terceiro grupo de scouts da capital estava internacionalmente consolidado.

²⁷² «No renascimento da Pátria. Os “Boy-scouts” serão depois os melhores cidadãos da República», *O Século*, Ano 32, nº 11:043, 1912-Set-07, p. 1.

²⁷³ Cardoso, Alfredo Barbieri, «Relatório do Grupo de Escoteiros do Liceu de Pedro Nunes», *Anuário do Liceu Central de Pedro Nunes. Ano Escolar de 1912-1913*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1914; pp. 142-147

²⁷⁴ «Cuidando do futuro da Pátria», *O Século*, Ano 32, nº 11:055, 1912-Set-19, p. 1; «A melhor escola para os “Boy-scouts” é a da vida na floresta», *O Século*, Ano 32, nº 11:076, 1912-Out-11, p. 3.

²⁷⁵ O jornal *O Século* também participava nessas discussões com alguma assiduidade («O português, bacharel ou doutor, se tivesse praticado “Boy-Scouting” não teria hesitações ao iniciar a sua carreira profissional», *O Século*, Ano 32, nº 11:064, 1912-Set-28, p. 2).

²⁷⁶ A Escola Académica inicialmente interessou-se pelo movimento escotista. A debilidade de doença e falecimento do diretor Jaime Mauperrin Santos no ano seguinte acabou por não dar continuidade ao projeto («Hóspedes de Portugueses», *O Século*, Ano 33, nº 11:304, 1913-Mai-31, p. 2; «Hóspedes ingleses», *O Século*, Ano 33, nº 11:305, 1913-Jun-01, p. 3; «Necrologia», *O Occidente. Revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, Ano 36, Vol. XXXVI, 1913-Dez-30, p. 411).

A oficialização da AEP em setembro de 1913 acabou por condicionar a política interna do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, já que a unidade teve de nivelar-se com os dois outros grupos. Sá de Oliveira desde cedo entendeu que uma das opções válidas era a conquista do espaço público, e um mês depois, aquando da visita oficial do embaixador da Argentina ao Liceu Pedro Nunes, procurou que a festa de receção fosse «preservada pela guarda dos escoteiros que fiscalizavam rigorosamente as entradas».²⁷⁷ Algo que lhe mereceu os maiores elogios. Em março do ano os mesmos jovens fariam a guarda de honra ao presidente Manuel de Arriaga durante uma visita ao centro de Assistência Infantil de Santa Isabel na Lapa.²⁷⁸ As atividades do AEP Gr. 3 eram em tudo semelhantes às dos restantes, pelo que seria fastidioso qualquer descrição sucinta ou uma contabilização detalhada. Contudo, uma pequena notícia publicada em *O Século* caracteriza algumas particularidades: em novembro de 1914 o grupo conseguiu a celebração de um contrato com a Associação Escolar do Liceu Pedro Nunes, o que permitiu aos escoteiros a frequência em todas as modalidades extraescolares mediante uma quotização mensal de 10\$00. Algo bastante vantajoso para as duas partes, pois o grupo contava com um efetivo de 28 associados.²⁷⁹

A adopção do método escotista na rede escolar nacional a partir da experiência do AEP Gr. 3-Liceu Pedro Nunes coincide também com as primeiras manifestações públicas de interesse pelo *scouting* por parte de alguns dos principais membros do Partido Democrático. Ainda em agosto de 1914, o AEP Gr. 2-Lisboa pôde instalar-se na Academia de Estudos Livres graças ao intermédio de Sá de Oliveira, José Pinheiro de Melo e António Ladislau Piçarra, todos eles integrados nas várias fileiras republicanas.²⁸⁰ Outros grupos seguiriam o mesmo rumo. No

²⁷⁷ *Anais da Academia de Estudos Livres – Universidade Popular*. N.ºs 9/10, Lisboa: 1913/Nov-1914/Mar; pp. 257-269.

²⁷⁸ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, n.º 11:583, 1914-Mar-11, p. 4.

²⁷⁹ «Escoteiros de Portugal. Grupo n.º 3», *O Século*, Ano 34, n.º 11:828, 1914-Nov-12, p. 4.

²⁸⁰ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, n.º 11:742, 1914-Ago-17, p. 4. O AEP Gr. 2-Lisboa manteve-se intermitentemente na Academia de Estudos Livres entre maio de 1914 e setembro de 1919 [Arquivo do Ministério da Educação, *Fundo Escola Comercial Rodrigues Sampaio*: Correspondência Recebida (1916-1920) ECRS/EDCMI, Cx. 5, 1919-Set, Ofício n.º 125; Correspondência Expedida (1918-1921) ECRS/EDCMI, Cx. 8, 1919-Set-20. Ofício n.º 162 (Cópia)]. Contudo, a Academia albergou também o AEP Gr. 6-Lisboa entre 1914-1915. As aulas tiveram várias planificações e seriam adaptadas às circunstâncias. Por exemplo: segunda-feira (oficina de carpintaria e biblioteca); terça-feira (instrução de 2ª Classe e língua francesa); quarta-feira (especialidades de cozinheiro e empregado do comércio); quinta-feira (revista geral à uniformização dos escoteiros); sexta-feira (exame da especialidade enfermeiro); sábado (aula de taquigrafia) [«Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, n.º 11:900, 1915-Jan-26, p. 2]. Meses depois, incluíram também o ensino de automobilismo e fotografia, o que obrigou à reformulação de um novo horário («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, n.º 11:944, 1915-Mar-12, p. 4). A inclusão de novas matérias pedagógicas do mundo moderno alcançara também disciplinas como a eletricidade, como ocorrera no Montijo, em que o instrutor Aniceto Gil se deslocava semanalmente à sede do AEP Gr. 20 com esse propósito, ou o francês técnico ligado à indústria automóvel. O próprio secretário-geral do Automóvel Club de Portugal, Francisco de Magalhães Domínguez, voluntariou-se para administrar um curso na sede do AEP Gr. 17-Lisboa («Escoteiros», *O Século*, Ano 35, n.º 12:172, 1915-Out-27, p. 39; «Escoteiros», *O Século*, Ano 36, n.º 12:274, 1916-Fev-10, p. 3).

ano seguinte, a Escola Normal (no Largo do Calvário), abriria o Gr. 5; o Liceu Luís de Camões apadrinharia os Grupos 11 e 15; e tanto o Liceu Passos Manuel como a Escola D. Maria Pia promoveram a abertura dos Grupos nº 12 e nº 15, respectivamente. O AEP Gr. 14, instalado inicialmente numa sede provisória na Rua das Pedras Negras, transferira-se em 1916 para o Liceu Gil Vicente²⁸¹. E já em 1918, a recém-criada Associação Académica da Escola Pátria com sede na Rua Gomes Freire, também criou o seu grupo de escoteiros, também filiados na AEP com o nº 22.

O clima abonatório para a abertura de novos grupos em recintos escolares fora apenas interrompido com a ditadura de Pimenta de Castro, o que obrigou a um abrandamento do *status quo* associativo. A consequente revolta e reposição governamental do Partido Democrático (Meneses 2010, 273–74) deu azo a que o tema da conjugação da Instrução Militar Preparatória com o Escotismo fosse novamente retomado, e com o major Desidério Beça à cabeça (ver capítulo 2). Temendo a transformação do AEP Gr. 3 numa SIMP, Sá de Oliveira procurou garantias do ministro da instrução João Lopes Martins, sucessor de Sebastião de Magalhães Lima nessa pasta, nada menos pelo diretor de *O Século*. O reitor sabia que podia jogar com o carta-trunfo da ajuda humanitária exercida durante a revolta do 15 de maio, mas agora em julho seria necessário remarcar fronteiras educativas para com o novo governo de Sá Cardoso. Desde logo estabelecer até onde poderia ir o projeto das SIMP do general Desidério Beça. E haveria que mostrá-lo ao novo ministro João Lopes Martins, talvez desconhecedor das novas realidades associativo-juvenis.²⁸² Mesmo que outros escoteiros-chefes ou diretores como Tomás da Fonseca promovessem uma educação pré-militarista nas suas sedes, não significava que toda a AEP o fizesse.²⁸³ E assim foi. Sá de Oliveira conseguiu colocar um travão na expansão das SIMP na rede de escotismo escolar. Dois meses depois da inauguração do novo grupo da Escola Normal, seria a vez da fundação do AEP Gr. 21 na Associação de Beneficência da Freguesia da Encarnação em Lisboa, e este já nada tinha de instrução bélica.²⁸⁴ E com o avanço dos anos, a fação antimilitarista ganhou algum terreno. A mimetização do AEP Gr. 3 originou a abertura

²⁸¹ Arquivo - Escola Secundária de Gil Vicente. 1915-Nov-26. *Ofício de Maria Luísa Magalhães, presidente do Grupo nº 14, ao Reitor do Liceu Gil Vicente* (documento não indexado).

²⁸² «Escoteiros de Portugal», *O Século*, 1915-Jul-05, p. 4; «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:063, 1915-Jul-09, p. 2.

²⁸³ Pouco tempo antes da entrada de Portugal na frente europeia da Grande Guerra, e quando militares republicanos começaram a olhar para o escotismo com alguma atenção, registam-se várias cerimónias em recintos escolares que evidenciavam a preocupação pela construção do cidadão útil. Na Escola Normal (no bairro do Calvário), o diretor José Tomás da Fonseca também procurou que o escotismo fosse estabelecido naquelas dependências, momento apadrinhado pelo próprio Sá de Oliveira (já na qualidade de presidente da Direção Central da AEP), acompanhado do tenente Álvaro de Melo Machado (Escoteiro-Chefe Geral da AEP) e pelo Major Desidério Beça («Escotismo. Uma festa na Escola Normal», *O Século*, Ano 36, nº 12:244, 1916-Jan-10, p. 2).

²⁸⁴ «Sport. Escotismo», *O Século*, Ano 36, nº 12:305, 1916-Mar-12, p. 5.

de unidades em todo o Portugal metropolitano e imperial e acabou por preencher uma boa parte do mapa associativo.²⁸⁵

Como qualquer outra unidade orgânica, o AEP Gr. 3-Liceu Pedro Nunes conheceu várias fases, chegando a encerrar e reabrir pelo menos em três momentos distintos entre 1912 e 1939, e dificilmente explicados por falta de informação disponível.²⁸⁶ Apesar disso, Sá de Oliveira continuou ligado à direção central da AEP e manteve a sua influência na gestão escotista do Ministério da Instrução. Aquando da oficialização da supra-associação estatal Organização Escotista de Portugal com o decreto nº 21.434 de 29 de junho de 1932, ele próprio fez questão de representar a AEP perante o governo português, juntamente com o comandante Melo Machado, Raul Valentim Lourenço, Fausto Salazar Leite e o escoteiro-chefe Albano da Silva. Uma demonstração política meticulosamente premeditada, sabendo de antemão que um reitor, um oficial da marinha e um delegado do Ministério do Comércio conseguiram fazer a pressão necessária nas instâncias governamentais.²⁸⁷ A estratégia funcionou, pelo menos por mais algum tempo. A partir desse encontro a fundação dos grupos da AEP obedeceu a critérios delineados com muito mais cuidado do que até à data tinha sido feito, com uma seleção de novas chefias politicamente compatíveis com o Estado Novo e ainda acordos com outras instituições educativas extra-escotistas.²⁸⁸ Sá de Oliveira sabia-o, Álvário de Melo Machado e Braga Paixão, também.²⁸⁹

²⁸⁵ Por exemplo, o diretor José Antunes Coimbra, do Liceu Passos Manuel em Lisboa, promoveu a instalação de vários grupos escoteiros no estabelecimento escolar, tanto independentes como da AEP («Escoteiros Portugueses Independentes», *Os Sports*. Ano I, nº 66, 1920-Jan-08, p. 1; «Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:961, 1920-Nov-13, p. 3).

²⁸⁶ Três subperíodos em funcionamento: 1912-1916; 1930-1931; e 1933-1937. Por exemplo, na segunda fase, em janeiro de 1931 o AEP Gr. 3 seria reorganizado pelos alunos Gonçalo de Freitas, Mário Benítez e António Gomes, sob a liderança do professor e escoteiro-chefe Carlos Vilar («Escotismo», *O Século*, Ano 50, nº 17:533, 1931-Jan-01, p. 10). Em 1933, numa sessão dedicada ao público feminino e ao qual convidaram alunas dos Liceus Maria Amália e D. Filipa de Lencastre, o professor Braga Paixão apresentou Miss Pope, presidente das *Girl-Guides Association* para fomentar a formação de um novo grupo, mas os tempos eram outros e caminhava-se para uma nova juventude escolar, estatal, e com contornos políticos distintos, fortemente influenciada pelas políticas central-europeias [«Escotismo Feminino», *Boletim do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes)*, Ano II, 1933, nº 5. Lisboa: Escola Tipográfica/Oficinas de São José, 1933, p. 313].

²⁸⁷ «Escotismo», *O Século*, Ano 52, nº 17:952, 1932-Mar-05, p. 6.

²⁸⁸ Por exemplo, o AEP Gr. 8-Santa Isabel, no bairro do Rato (Lisboa), foi o promotor do 1º Grupo Infantil do Núcleo de Propaganda Educativa, em Carnide («Novo ano lectivo», *O Século*, Ano 53, nº 18:534, 1933-Out-17, p. 4).

²⁸⁹ A estratégia de se aplicar o escotismo à realidade escolar será motivo de uma entrevista do *Diário de Lisboa* a Braga Paixão, na qualidade de diretor-geral do Ensino Primário. A conversa fora reproduzida noutros períodos de todo o país e ilustra bem a defesa do associativismo escotista face às já projetadas juventudes estatais: «Tenho seguido sempre com o maior entusiasmo o progresso do escotismo, e se o não pratiquei pessoalmente, foi apenas porque quando ele surgiu já eu não era criança. Acho que o escotismo, pelas suas excursões, pelos seus estágios no campo, pelas doutrinas que ensina, por tudo, é um óptimo elemento de educação física, moral e intelectual. A ele, como a outras organizações semelhantes, cabe um grande papel educativo, que a Escola não pode só por si dar, visto que apenas pode fornecer às crianças um aspecto da educação: a instrução» («Escoteiros», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:640, 1935-Jan-09, p. 1).

No Império a situação era distinta. Efetivamente houve uma conjugação de esforços entre escoteiros e a rede escolar copiada a partir do modelo do AEP Gr. 3 (à exceção dos católicos do Corpo Nacional de Scouts (CNS) cujas obediências eclesiásticas obedeciam a outras lógicas).²⁹⁰ Enquanto a AEP se incrementou nas principais áreas urbanas de todo o império, o CNS desenvolveu-se unicamente em África e principalmente no interior, com grupos dirigidos aos “indígenas”, numa evidente estratégia que Maria Conceição Neto apelidou de “Igreja de missões” (M. C. Neto 2019, 317). E para ilustrar os conflitos institucionais entre colónias e metrópole apresento dois pequenos casos. Em Moçambique, foi o próprio governo colonial a assumir o papel promotor de introduzir o *scouting* nas escolas do território ultramarino em 1934, sob alçada do artº 93 do Ensino Primário Elementar da legislação metropolitana, e aplicando-o à realidade africana-oriental.²⁹¹ E do lado atlântico do continente, quatro anos depois, a direção do Liceu Salvador Correia de Luanda criou uma unidade de escotismo feminino, a Associação das Guias de Portugal (AGP), lideradas pela professora Olívia de Oliveira. Ambos os casos apresentam resistências ao governo de Lisboa, se bem que no primeiro caso observa-se um reaproveitamento legislativo. No que respeita à experiência angolana, evidencia-se um enfrentamento direto, já que em 1938 a AGP estava completamente suspensa (quase em vias de extinção).²⁹² Analisar-se-á estes dois casos com mais detalhe mais adiante.

3.3 A propaganda do *Scouting* na rede escolar

A estratégia de expansão do escotismo na rede escolar foi adotada pela generalidade das associações logo nos primeiros anos. Havia uma certa facilidade em convencer a comunidade docente sobre o potencial do método de Baden-Powell, que o já o conhecia a partir das revistas de classe profissional ou dos vários congressos pedagógicos entretanto realizados. Vários estabelecimentos escolares adotaram-no durante a Primeira República: Liceu João de Deus em Faro (1914), Liceu Sá da Miranda, em Braga (1915) ou no Liceu Jaime Moniz, no Funchal (1917), ou inclusive na Escola Primária de Estiramantens, uma aldeia nas serras de Tavira, que

²⁹⁰ As lógicas de implementação do escotismo no Império acabaram por ser idênticas às metropolitanas, tendo em conta que alguns atores são os mesmos. Para além do conhecido Álvaro de Melo Machado, registo ainda o comandante Pedro de Castro Peters (fundador do AEP Gr. 8-Faro e inspetor associativo em Angola e Moçambique nas décadas de 1920 e 1930), ou o alferes José Bernardo (Secretário-Adjunto do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas em 1920 e quatorze anos depois seria o Secretário do CNS Gr. 91-Lourenço Marques).

²⁹¹ «As escolas e o escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:560, 1934-Out-04, p. 1.

²⁹² «Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano III, nº 144, 1938-Jul-23, p. 3.

aí sediou o AEP Gr. 44 (1924), entre outros tantos estabelecimentos.²⁹³ Muito se deveu às campanhas de escoteiros voluntários que percorriam o país num sistema de *globetrotters*, sendo recebidos pelas coletividades locais para palestrar sobre os fins e objetivos do movimento. O caso da “Missão Scouting” fundada pelos adueiros Delfim Teixeira e Asdrúbal Brandão Machado é particularmente exemplar neste campo, em que o duo percorreu o país de norte a sul com o apoio financeiro de *O Século* procurando convencer os docentes a experimentar a novidade pedagógica.²⁹⁴ O modelo da “Missão Scouting” acabou por ser mimetizado um pouco por todo o lado. Em Trás-os-Montes o UAP Gr. 24-Vila Real abriu uma aula noturna para os seus alistados analfabetos, estendendo-a a outros indivíduos externos ao grupo, com o requisito mínimo de ter uma idade superior a 14 anos. Mesmo com o apoio financeiro da Câmara Municipal que cedeu a energia elétrica para as aulas noturnas, e com os professores Albano Botelho Aires e Manuel Pereira Santos a voluntariarem-se no projeto, só passado um ano é que os adueiros puderam facultar o nível mínimo educacional aos seus membros devido à falta de inscrições.²⁹⁵

Outros casos limitavam-se apenas a uma questão de mecenato. Hélène de Fontenilliat, Condessa de Kergariou, numa visita ao Asilo D. Maria Pia de Lisboa com o embaixador da França e do diretor Elias da Costa em novembro de 1921, fez questão de passar revista ao grupo de escoteiros desta instituição, ao qual concedeu um subsídio de 200 francos como obséquio natalício²⁹⁶. Ou a Sociedade Promotora de Educação Popular, que no ano seguinte promoveu uma campanha de angariação de fundos para aquisição de material de campismo revertida a favor do UAP Gr. 10-Lisboa, e que contou com algumas preleções do jornalista Arnaldo da Mota Tristão sobre o Aduarismo.²⁹⁷

O valor social atribuído ao escotismo e como algumas elites locais olharam para este movimento explica as resoluções de algumas direções de coletividades onde se ministravam

²⁹³ A participação feminina no professorado primário já tem sido abordado em vários prismas (M. C. T. T. da Rocha e Ferreira 2006, 87–89), contudo até agora nenhum estudo considerou o escotismo como sub-objeto de análise, precisamente quando o AEP Gr. 44-Estiramantens fora liderado pela professora primária Hercília das Dolores Lopes («Subscrição para um monumento a João de Deus», *O Algarve. Semanário Independente*, Ano 13, nº 642, p. 2; «Ordem da Direcção Central nº 18, 30-07-924», *O Escoteiro. Órgão oficial da Associação dos Escoteiros de Portugal*, nº 8, 1924-jun/jul, p. 12). Para mais informações sobre o método de João de Deus, ver: (Hansen 2012, 237).

²⁹⁴ «Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:285, 1916-Fev-21, p. 2. No Barreiro foram recebidos na Escola Conde de Ferreira («Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:335, 1916-Abr-11, p. 2). O objetivo de fundação de um grupo de adueiros só seria realizado em 1930 (Graça 2013).

²⁹⁵ «União dos Adueros de Portugal», *O Povo do Norte. Folha Semanal*. Ano 39; nº 27; 1926-Fev-21, p. 2; «Grupo de Adueros nº 24», *O Povo do Norte*. Ano 36; nº 35; 1927-Jan-30, p. 2.

²⁹⁶ «Asilo D. Maria Pia», *O Século*, Ano 41, nº 14:295, 1921-Nov-26; p. 2.

²⁹⁷ «Adueros», *O Século*, Ano 42, nº 14:506, 1922-Jun-30; p. 5; «Aduarismo», *O Século*, Ano 43, nº 14:520, 1922-Jul-14; p. 3.

curso extralaborais em promover o escotismo dentro das sedes. E mesmo não tendo qualquer interesse em integrarem associações como a AEP ou a UAP, acabaram por adotar internamente as mesmas ideias. Este desinteresse justifica-se pela crise interna que a AEP vivia durante o biénio 1917-1918, condicionada pelo debate sobre a pré-militarização da juventude impulsionado pela Grande Guerra e pela presidência de Sidónio Pais com a secessão sequencial de grupos e a abertura de microassociações independentes. Apenas três exemplos: a *Sociedade Naturista Portuguesa*, que numa lógica de complementar as aulas de instrução primária, e onde já exercia cursos de francês, inglês, eletricidade e telegrafia, promoveu a abertura de um grupo escotista independente. A Escola Industrial Marquês de Pombal, também em Lisboa, que fundou a Sociedade Portuguesa de Escotismo, cuja nomenclatura já de si é bastante elucidativa.²⁹⁸ Ou a Associação dos Escoteiros Municipais, institucionalizada pela edilidade em dezembro de 1917, inicialmente com o título “Associação dos Escoteiros das Escolas Primárias Municipais de Lisboa”, o que dispensa apresentações.²⁹⁹ Talvez a novidade resida no logotipo associativo decalcado a partir do escudo municipal e ao qual Henrique Tenreiro, o “patrão das pescas” do Estado Novo, estava ligado (Garrido 2001, 844; 2008).

Vejamos agora como a AEP superou a sua crise interna, reforçando a sua umbilicalidade ao mundo docente. E nada menos do que através da Escola Normal Superior de Benfica.

3.4 Escola de Chefes da AEP – Escola Normal Superior de Benfica (1922-1927)

Os primeiros cursos para chefes escoteiros foram implementados progressivamente em Inglaterra durante a década de 1910 para dar resposta a uma uniformização pedagógica cada vez mais internacional. Somente depois da Grande Guerra é que a *Boy Scouts Association* implementou um programa específico formativo a partir de Gilwell Park, uma propriedade perto da vila de Chingford, na periferia de Londres. Em 1919 o industrial William de Bois Maclaren, amigo pessoal de Robert Baden-Powell, cederá essa propriedade aos escoteiros para ser o local central para a formação das futuras chefias. Após a finalização do curso, cada participante poderia ostentar um lenço cor de salmão com o tartã dos Maclaren, símbolo suficientemente marcante não só pela tonalidade do tecido, como ainda pelo reconhecimento

²⁹⁸ «Escoteiros», *O Século*, Ano 39, nº 13:342, 1919-Fev-04, p. 2; «Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:851, 1920-Jul-20, p. 2.

²⁹⁹ «Escotismo. Associação dos Escoteiros Municipais», *O Século*, Ano 39, nº 13:420, 1919-Abr-23, p. 3. Em 1920, os professores Luciano Silva e Armando Lizardo, da Escola de Instrução Comercial, no bairro da Graça, em Lisboa, fundaram a União Nacional dos Escoteiros neste estabelecimento («Escotismo», *Os Sports*. Ano II, nº 103, 1920-Jun-13, p. 1), ou, dois anos depois, a AEP tentaria abrir uma unidade na Escola Agrícola de Paiã («Entre escoteiros», *Os Sports*. Ano IV, nº 350, 1922-Dez-07, p. 3).

mundial a que era votado (J. C. do Nascimento 2008, 158). Uma deslocação a Gilwell Park não estava ao alcance financeiro do escoteiro comum. Basta recordar que o primeiro contingente português ao Acampamento Mundial de Londres em 1921 só foi possível graças ao apoio da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Contudo, havia uma clara ausência de uniformidade pedagógica dentro da AEP e bastante agudizada pelas sucessivas crises internas ocorridas desde 1917.

A abertura de Gilwell Park em 1919 e a ida ao *World Scout Jamboree* em 1921 acabaram por responder às prerrogativas da AEP em julho de 1922, que nesse mesmo ano fora convidada pelos britânicos da *Boy Scouts Association* para integrar a *First International Conference* em Paris, e dar início imediato ao *Boy Scouts International Bureau* (futuro *World Organization of the Scout Movement* a partir de 1961). Era o momento ideal para aliviar a instabilidade interna que a própria vivia e para o qual enviou uma comitiva de sete dirigentes para estudar e compreender os vários modelos institucionais existentes por toda a Europa. O impacto deste encontro foi estrutural que, uma vez regressados a Lisboa, a mesma equipa preparou-se para uma remodelação interna e externa, a começar por uma mimese na formação de futuros dirigentes.³⁰⁰ Fausto Salazar Leite, simultaneamente membro da direcção central e professor na Escola Normal Superior, empreendeu esforços com Luís Passos, diretor deste estabelecimento, para ser o espaço ideal para albergar o primeiro curso durante sete semanas.³⁰¹

A primeira “Escola de Chefes da AEP” decorreu ao longo do segundo semestre de 1922 com um número aproximado de trinta inscrições, constituída por vários módulos, por sua vez divididos entre teoria e prática, e para os quais convidaram-se palestrantes especialistas. A organização da Escola coube a uma direcção bicéfala de um professor (Fausto Salazar Leite, para a componente teórica) e um militar (tenente Joaquim Duarte Borrego, para as questões práticas) que se mostrou disponível para receber um público não-escoteiro, extensível unicamente à comunidade escolar da Escola Normal Superior de Benfica (professores, alunos e alunas poderiam assistir às conferências). Acampamentos e restantes partes práticas eram exclusivos dos escoteiros.³⁰²

A reestruturação empreendida pela AEP após o Congresso Internacional de Paris originou também uma série de novas nomeações para a cúpula diretiva da Escola de Chefes,

³⁰⁰ «Escotismo. Representações portuguesas no estrangeiro», *Os Sports*. Ano IV, nº 302, 1922-Jun-18, p. 1. A nível local surgiram grupos em vários estabelecimentos escolares, como o AEP Gr. 22-Escola Pátria, nas imediações da Escola de Guerra («Grupos existentes e seus endereços», *Alerta. Órgão do 14º grupo de escoteiros da AEP*, Ano 1, nº 1, 1922-Mar-14, p. 5).

³⁰¹ «Vida desportiva. O Escotismo entre nós», *O Século*, Ed. noite, Ano 8, nº 2770, 1922-Nov-02; p. 3.

³⁰² «Escotismo», *O Século*, Ano 42, nº 14:648, 1922-Nov-21; p. 4; «O Escotismo em Portugal», *O Século*, Ano 42, nº 14:660, 1922-Dez-04; p. 2; «Uma lição no campo para treino de escoteiros chefes [fotografia]», *O Século*, Ed. noite, Ano 8, nº 2801, 1922-Dez-04; p. 4.

com vários docentes dos mais variados níveis a serem convidados como responsáveis dos módulos. A ligação ao mundo docente não poderia ser mais óbvia.³⁰³ Ao fim de sete semanas o resultado foi impactante. Pelo menos quarenta e seis candidatos conseguiram o diploma de escoteiro-chefe, e outros quatorze na qualidade de chefes de administração. Todos já nos moldes internacionais de Gilwell Park, e todos a exercerem funções pelos vários grupos da cidade de Lisboa. O êxito da Escola de Chefes chamou a atenção dos pedagogos mais conhecidos do universo português e que fizeram questão de integrar também a direção central da AEP: João Camoesas e Faria de Vasconcelos integraram a Comissão Pedagógica, enquanto Salazar Carreira assumiu o cargo de diretor desportivo da associação.³⁰⁴

A Escola Normal Superior de Benfica albergou o curso de Chefes da AEP pelo menos até 1927, o que coincide com a implementação da Ditadura Militar, e sem que a direção escolar se mostrasse indisponível para continuar a apoiar o escotismo. O caso do professor Aníbal Martins, chefe-adjunto na União dos Adueros de Portugal, mostra a abertura da cúpula da Escola Normal Superior face a este associativismo que, em maio de 1930, e por sua própria iniciativa, apresentou a tese “O Aduarismo ou a mais eficaz acção de profilaxia social”. O objetivo do professor era idêntico ao do projetado pela AEP anos antes, insistindo na tarefa árdua de convencer a classe docente sobre as qualidades educativas do método de Baden-Powell. Resultado inglório, tendo em conta que em 1930 os escoteiros católicos tinham pesos-pesados como o médico Henrique Weiss de Oliveira, um convidado frequente das universidades para apresentar as suas conferências sobre os novos planos de motricidade humana.³⁰⁵

A temática da formação de dirigentes tem sido algo pouco abordado na historiografia dedicada ao escotismo. Até mesmo o caso de Gilwell Park tem sido algo secundarizado, sendo apenas analisado por Sarah Mills, e unicamente numa perspetiva de preservação dos arquivos

³⁰³ . Na Comissão de Saúde e Educação Física: Afonso Manaças (médico de Saúde Escolar e professor no Liceu Pedro Nunes). Na Comissão Desportiva: Pedro José Ferreira (decano dos professores de ginástica e professor na Escola Normal Superior de Benfica), António de Campos Júnior (jornalista desportivo e diretor de Os Sports), e Ermelindo Rui Gonçalves dos Santos (professor de ginástica e diretor do Grupo de Armas e Sport). Na Comissão Jurídica: Andrade Saraiva (Administrador do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral). E por último, na Comissão Pedagógica: João de Barros (Secretário Geral do Ministério de Instrução Pública e Director Geral da Instrução Primária); Luís Passos (Director da Escola Normal Superior de Benfica, Professor do Liceu de Pedro Nunes e Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa); Alberto Pimentel (Publicista e Professor de Pedagogia da Escola Normal Superior de Benfica («Escotismo. As últimas nomeações», *Os Sports*. Ano IV, nº 355, 1922-Dez-24, p. 2).

³⁰⁴ «Escoteiros», *O Século*, Ano 43, nº 14:699, 1923-Jan-14; p. 3; «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 43, nº 14:832, 1923-Mai-31; p. 3.

³⁰⁵ «Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 687, 1930-Mai-23, p. 13. A publicação do “Curso elementar de Educação Física” pelo médico Henrique Weiss de Oliveira (H. W. de Oliveira 1929) recebeu a adversidade de vários instrutores desportivos, bastante críticos na aplicação do seu método, “demasiado católico”, e facilmente inaplicável na construção dos corpos juvenis (Miranda 1930; Guedes 1931). A contrarresposta de Weiss de Oliveira viria a sair do prelo dois anos depois, reiterando os mesmos argumentos (H. W. de Oliveira 1933). Para uma introdução a este debate veja-se: (L. M. Carvalho e Correia 2015).

associativos (Mills 2013). Algumas investigações em Espanha, concretamente à geografia malaguenha ou ao arquipélago balear, poderão ser um bom ponto de partida já que mostram uma realidade parecida à portuguesa, com os *Escoltas Mallorquís* a formarem os seus "Camps Escola d'Informació" e Camps Escola de Preparació" e que na década de 1960 entraram em rutura com as políticas juvenis da ditadura franquista (González Castillejo 2001, 635; Comas Rubí, March Manresa, e Sureda García 2010, 210). Creio que as informações aqui disponibilizadas mostram o suficiente para realçar o interessante em aprofundar esta linha em Portugal, em que o problema da formação dos responsáveis foi algo transversal às várias associações e durante décadas.

3.5 A AEP e o esquecido Regulamento do Ensino Primário e Normal de 1919

A AEP conseguiu não só estabilizar-se com a experiência da Escola Normal Superior de Lisboa, como ainda conhecer algum crescimento. Em 1922 terminara o ano com dezoito grupos em funcionamento. Em 1923 conseguira ascender a vinte e cinco, e em 1924 já tinha trinta. Contudo, uma nova associação concorrente fora fundada em Braga em maio de 1923, precisamente pela mão de Franklim de Oliveira, antigo escoteiro-chefe no AEP Gr. 2-Lisboa e do Corpo dos Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

A institucionalização nacional do Corpo de Scouts Católicos Portugueses (CSCP) ameaçava as restantes associações escotistas no campeonato de enquadramento da juventude. Contava com o evidente trunfo de ter um rápido crescimento pelas redes paroquiais do norte do país, onde a arquidiocese de Braga englobava a maioria do território a norte do rio Douro. A criação do CSCP em maio de 1923 cedo originou tensões com as elites republicanas locais que temiam vários perigos, desde uma maior influência clerical nos jovens, a uma fonte de recursos humanos para as possíveis incursões monárquicas semelhantes às 1919, entre tantas outras ameaças (analisaremos este assunto com maior detalhe no capítulo seguinte). Talvez isso explique o atraso na aprovação dos estatutos do CSCP com a portaria nº 3824, de 26 de novembro de 1923, emanada pelo Ministério do Interior, e que só seriam definitivamente ratificados a 26 de maio do ano seguinte com o decreto nº 9729.

Logo um mês após a institucionalização do CSCP, o governo do Partido Democrático liderado por António Maria da Silva beneficiava a AEP na sua primeira represália que estabelecia que só se consideram escoteiros:

«[...] apenas aqueles que pertençam a essa Associação, isto para todos os efeitos legais, chegando a estabelecer-se as penalidades [...] para todas as pessoas

que sendo estranhas a Associação use distintivos sob qualquer forma ou imitação» (decreto nº 9791, de 12 de junho de 1924).

Isto limitava qualquer demonstração pública do CSCP enquanto associação. Contudo, os *scouts* católicos responderam com as mesmas posturas e comportamentos institucionais utilizadas pela AEP e UAP. Um dos primeiros passos foi convencer a comunidade católica docente do distrito de Braga - que se manifestara um pouco confusa com a nova amálgama associativa -, sobre a validade do método de Baden-Powell. O inspetor escolar Pedro Veiga fizera questão de saber sobre as qualidades desse tal novo meio «de fazer a regeneração e saneamento da moralidade de costumes, da dedicação patriótica e todas virtudes cívicas, da disciplina e das piedosas crenças de nossos maiores». E para responder a essas dúvidas o CSCP enviou nada menos que o capitão Graciliano Marques, alguém suficientemente credível e que dificilmente seria politicamente vitimizado.³⁰⁶

Apesar de legalmente constituídos e de haver uma aceitação social geral entre Douro e Minho sobre a sua existência, o governador civil de Braga considerou o CSCP como inconstitucional por ser um elemento ativo de manifestação pública de credo religioso no verão de 1924. Por ordem oficiosa o CSCP foi banido *sine die*, substituindo-se a conflituosa nomenclatura de “católicos” por “Liga Portuguesa de Scouts”.³⁰⁷ Uma situação que despertou a atenção de alguns deputados do Centro Católico, como José Maria de Queiroz e Lencastre, já protagonista em vários episódios de afrontamento com a Comissão Geral da Lei da Separação do Estado das Igrejas em Braga.³⁰⁸ Nos finais de 1924 Lencastre acabaria por ser nomeado pelo Arcebispo de Braga para liderar a associação. Uma das primeiras medidas foi alterar o nome da “Liga” para Corpo Nacional de Scouts (M. F. da Silva 1987, 6).

A AEP vira o crescimento do escotismo católico nas dioceses de Braga e Porto com alguma apreensão e delineou uma contraofensiva articulada com os Ministérios da Instrução e Comércio e Comunicações (respetivamente liderados por António Sérgio e Henrique Pires

³⁰⁶ «Escotismo», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1319, 1924-Abr-16, p. 2; «Conferência sobre Escotismo», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1320, 1924-Abr-17, p. 2.

³⁰⁷ «1º Aprovação dos Estatutos - Que tendo sido anulados o Decreto nº 9720 de 26-5-924 e a portaria nº 3824 de 23 de Novº de 1923 que reconhecia os Estatutos do C.S.C.P. se comunica para todos os efeitos que em 17-4-924 foi aprovado no GOVERNO CIVIL de BRAGA o novo estatuto da nossa Associação que oficialmente para denominar-se ‘LIGA PORTUGUESA DE SCOUTS’» [MCNE/CDE, «Dossier Junta Central», *Ordem Diocesana* nº 9 (1924-Jul-03; documento não-indexado)].

³⁰⁸ Como exemplo, a portaria nº 4295, de 05 de dezembro de 1924 referente a escritura entre o Ministério da Justiça e Cultos e José Maria Queiroz de Lencastre. Queiroz de Lencastre acabaria por assumir a liderança dos escoteiros católicos nesse mesmo mês, sendo o segundo Comissário Nacional, com um mandato que se prolongou até março de 1974.

Monteiro, ambos com proximidades ao Partido Democrático).³⁰⁹ Apesar de não se ter detetado quaisquer informações referentes a esta conexão no Arquivo do Ministério da Educação, é possível acompanhar a conexão entre a AEP e António Sérgio pelo jornal *O Século* de forma diacrónica. Logo nos inícios de 1924 o capitão-médico Tovar de Lemos elogiou publicamente o Governo por ter “sugerido” a implementação do método de Baden-Powell nas escolas, com os professores a participar em várias conferências e demonstrações teóricas em seis sessões diversificadas, em tudo semelhante ao programa da Escola de Chefes.³¹⁰

Da “sugestão” à obrigação foi um passo. O ministro do Comércio e Comunicações Henrique Pires Monteiro deliberou um acordo de ajuste direto entre a AEP e a rede escolar dependente do seu Ministério.³¹¹ Os dois primeiros artigos excluem qualquer outra entidade concorrente, «tendo em atenção o meio social em que são recrutados os alunos, a sua preparação profissional e vida escolar» (decreto nº 10.289, de 12 de novembro de 1924). Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro, para além de ministro era também tenente-coronel e membro do Conselho Nacional da AEP, o que possibilitou uma fácil propaganda à medida legislativa a partir dos principais periódicos republicanos por todo o país.³¹²

O impacto do decreto nº 10.289 na expansão nacional da AEP na rede escolar em Lisboa ainda continua por averiguar. Até ao presente momento sabe-se que as consequências expansionistas surtiram efeito não em Lisboa, mas na Figueira da Foz. Nesse mesmo ano o escoteiro Henrique Queiroz de Barros (filho do pedagogo João de Barros) dirigiu-se a esta vila costeira para lançar as bases de fundação dum grupo de escoteiros, contando já com a cooperação do professorado e direcção da Associação Escolar dos Alunos da Escola Comercial.³¹³

³⁰⁹ A primeira ameaça interna à expansão da AEP na rede escolar surgiu no pós-Grande Guerra e sem grandes consequências. A associação Escoteiros Lusitanos Independentes constituiu um grupo na Escola Veiga Beirão de Lisboa com uma durabilidade de meses («Escotismo. Mais um novo grupo», *Os Sports*. Ano I, nº 86, 1920-Mar-18, p. 3).

³¹⁰ O programa dirigido aos docentes dividia-se em: 1) “O escotismo em geral” (lecionado pelo Comissário Nacional Tovar de Lemos); 2) “O escotismo sob o ponto de vista internacional” (por Dinis Curson, Comissário Internacional); 3) e 4) “O escotismo na 1ª divisão (cadetes, 7 aos 12 anos; dirigido por Lima Basto) 5) cinema escotista; 6) demonstração prática em acampamento. («Escotismo», *O Século*, Ano 45, nº 15:048, 1924-Jan-07, p. 4; «Escotismo», *O Século*, Ano 45, nº 15:061, 1924-Jan-19, p. 3.

³¹¹ O esboço do futuro decreto pode ser consultado no Arquivo do Ministério da Educação (*Fundo Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial*, Ano 1924, Livro 15, Processo 54).

³¹² O jornal *A Voz da Justiça* da Figueira da Foz é bastante exemplar quanto à importância do decreto na expansão da AEP: «O escotismo nestas escolas de ensino técnico será orientado pela Associação dos Escoteiros de Portugal, tendo em atenção o meio social em que são recrutados os alunos, a sua preparação profissional e vida escolar. Devemos notar que na Escola Comercial da Figueira existe já um grupo de escoteiros – o nº 31 da Associação dos Escoteiros de Portugal.» («O Escotismo nas Escolas do Ensino Técnico», *A Voz da Justiça*, Ano 23, nº 2259, 1924-Nov-18, p. [1]).

³¹³ «[...] Em breve deve ficar constituído nesta cidade, com alunos da nossa Escola Comercial, um grupo de escoteiros da classe “Juniors” para o que vão iniciar trabalhos os professores srs. Dr. Ernesto Gomes Tomé e dr.

Se por um lado se envidaram esforços para que a legislação de Pires Monteiro favorecesse a AEP, por outro a própria associação também procurou convencer as potencialidades deste método noutras instâncias. A escolha da Universidade Livre para palco dos Conselhos Nacionais da AEP não foi fruto do acaso. Nesses encontros convidava-se toda a classe docente a comparecer, e anunciava-se que o pedagogo António Sérgio seria um dos convidados de honra. E para justificar a escolha do espaço, a AEP inaugurou uma série de textos dirigidos unicamente aos Professores Primários.³¹⁴ A Universidade Livre acabou ainda por alargar a sua programação a uma série de debates sobre a implementação escotista em espaços escolares. Ainda em março de 1923 o capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos conseguiu juntar vários oficiais militares e representantes do Ministério da Guerra que denunciaram a inutilidade das SIMP defendendo a extinção do programa pedagógico da *criança-soldado*, com vista à sua substituição pelo escotismo³¹⁵. Para todos os efeitos estava-se a cumprir o esquecido artigo 109º do Regulamento do Ensino Primário e Normal de 1919.³¹⁶ Em março de 1924 o escoteiro-chefe Alberto Lima Basto daria aí uma palestra, sendo imediatamente convidado logo para discursar na Sociedade de Propaganda de Portugal.³¹⁷

A estratégia de persuasão da AEP foi bastante heterogénea e aplicada *ad hoc* nos recintos escolares e imprensa. No caso das escolas, e para se aproximar do público mais jovem, a associação exibia o filme “Sempre Pronto” produzido pela *Boy Scouts Association* da Grã-Bretanha como instrumento de propaganda.³¹⁸ Para os periódicos generalistas e associativos, a estratégia tem de ser observada com uma maior cautela. As palavras de um escoteiro incógnito

Francisco Águas de Oliveira e a direcção da Associação Escolar» («Escotismo», *A Voz da Justiça*, Ano 22, n.º 2169, 1924-Jan-08, p. [1]).

³¹⁴ «[...] Inaugurar-se-á, com esta sessão, a serie dedicada ao professorado primário da capital que para dar cumprimento ao disposto no artigo 109º do Regulamento do Ensino Primário e Normal, se inscreveu em grande número. À sessão que é pública, devem comparecer, além dos membros do Conselho Nacional, os professores e professoras primarias de Lisboa.» («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 45, n.º 15:093, 1924-Fev-21, p. 1; «Escoteiros Portugueses», *O Século*, Ano 45, n.º 15:095, 1924-Fev-23, p. 5).

³¹⁵ Numa conferência do capitão-médico Tovar de Lemos, onde se leram alguns livros de Baden-Powell, e na presença de Fernando Freiria, ministro da Guerra, e alguns altos oficiais com o general Roberto Batista, coronel Miguel Garcia, e Carlos Viana (director da SIMP nº1), o ponto alto do debate recaiu na crítica à ineficácia das SIMP («Sobre escotismo. A Conferência do Sr. Dr. Tovar de Lemos», *Os Sports*. Ano IV, n.º 372, 1923-Mar-01, p. 1).

³¹⁶ “Art. 109º. Os professores deverão promover entre os seus alunos a organização do escotismo, no que esta instituição tem de intensamente proveitoso ao avigoramento físico e educação moral e patriótica da criança” (Decreto nº 6137, de 29 de setembro de 1919, sobre o Regulamento do Ensino Primário e Normal). A Universidade Livre acabou por fomentar vários encontros e colóquios sobre escotismo, convidando vultos do republicanismo como Maria O'Neill, que em 1927 palestrou sobre ciências naturais («Conferências. “O escotismo e as leis da natureza”», *O Século*, Ano 48, n.º 16:355, 1927-Set-17, p. 7).

³¹⁷ «Conferências», *O Século*, Ano 45, n.º 15:115, 1924-Mar-15, p. 5.

³¹⁸ Como ocorrera ao longo de 1924 no Liceu Camões («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 45, n.º 15:122, 1924-Mar-22, p. 5).

(sob o pseudónimo de “Cavaleiro Errante”) servem de ponto de reflexão sobre a desorganização interna da AEP. Num espírito de *mea culpa* recordaria no jornal *O Scout de Portugal* de 1924 o procedimento a efetuar pelos professores primários.³¹⁹ Tenha-se em conta que a imprensa escotista nacional e estrangeira circulava entre estes profissionais (Renk 2014, 229), pelo que o artigo seria certamente lido e comentado. Através deste “Cavaleiro Errante” poder-se-á perceber a vulnerabilidade organizativa que associação ainda vivia (apesar de conhecer algum crescimento organizacional) com a necessidade de recorrer à (re)aplicação do artigo 109º do Regulamento do Ensino Primário e Normal de 1919. Estratégia que manterá até mesmo após o golpe militar de 28 de maio de 1926.³²⁰

Os convites ao Ministério da Instrução para assistir aos acampamentos e demonstrações práticas serviam para convalidar e reforçar a estrutura associativa em torno a uma prática de *mens sana in corpore sano*, em tudo idêntico ao que ocorria noutros países europeus (Cruz Orozco 2019, 43).³²¹ E no caso de qualquer impossibilidade governamental, convidavam-se os principais elementos das elites locais para procederem à mesma idiosincrasia. O estabelecimento do *scouting* na Figueira da Foz é particularmente elucidativo quanto a este método, com os professores Rodrigo Galvão e Ernesto Tomé da escola comercial local a empreenderem uma campanha de sensibilização sobre as finalidades da proposta de Baden-Powell, explicada através de exercícios práticos de ordem unida, orientação pelo sol, cálculo de distâncias em regime de acampamento, entre outros, e sempre na presença de patrocinadores.³²²

A recente leitura de Joana Dias Pereira para a restrição de liberdades associativas no pós-28 de maio de 1926 a nível nacional acaba por ser redutora (J. D. Pereira 2020, 287). É certo que a imposição ditatorial de um novo governo abrandou o ritmo de abertura de grupos da AEP em recintos escolares, mas seria mais correto afirmar que foi o próprio impacto da crise política e as consequentes incertezas quanto ao que viria. Mas nunca o restringiu, de todo. O general Sinel de Cordes na qualidade de ministro das Finanças promoveu até a contratação de

³¹⁹ «O Scouting e os Professores Primários», *O Scout de Portugal. Órgão de Propaganda do Scouting Português*, Ano 1, nº 1, 1924-ago, p. 3.

³²⁰ «Uma cerimónia no acampamento de escoteiros em Queluz», *O Século*, Ano 48, nº 16:329, 1927-Ago-22, p. 1.

³²¹ A associação União dos Adueros de Portugal procederá no mesmo sentido, convidando o Ministro da Instrução Pública a estar presente na “Festa das Mães Portuguesas”, a realizar na Tapada da Ajuda, com uma alocução do professor Agostinho Fortes da Faculdade de Letras de Lisboa (Arquivo Regional dos Açores, Fundo «António Joaquim de Sousa Júnior», “Correspondência”, *Junta Regional do Sul da União dos Adueros de Portugal*, 1924-Nov-29; Cód. PT/BPARLSR/PSS/AJSJR/DFP/001-021).

³²² «Grupo de Escoteiros», *A Voz da Justiça*. Ano 22, n.º 2172, 1924-Jan-18, p. [1]; «Grupo de escoteiros da Escola Comercial», *A Voz da Justiça*. Ano 23, n.º 2255, 1924-Nov-04, p. [2].

um professor de escotismo para o Asilo D. Maria Pia em 1927, com direito a salário igual aos restantes docentes.³²³

A partir das tabelas em anexo poder-se-á observar a fundação de outros grupos escolares um pouco por todo o país.³²⁴ De todas, singularizo a Escola Comercial Veiga Beirão na capital (à época localizada na Calçada do Marquês de Tancos, na Costa do Castelo), fundada em 1919, e que tinha Raul Valentim Lourenço como diretor (e que em 1936 será uma figura sonante na defesa do escotismo contra o Estado Novo). Logo no primeiro ano de funcionamento esta instituição albergou um grupo dos Escoteiros Lusitanos Independentes, que seriam transformados pouco depois no AEP Gr. 6-Costa do Castelo, o que mostra a insistência na metodologia de Baden-Powell.³²⁵ Apesar desta unidade ter durado apenas dois anos, em 1927 a própria direção escolar decidiu abrir novamente um grupo, desta vez o AEP Gr. 25, e em atividade até 1936³²⁶. A Escola Comercial Veiga Beirão acaba por ser um espaço *sui generis*, sendo sede de pelo menos três grupos de duas associações diferentes. Algo semelhante ocorreu no Liceu Passos Manuel de Lisboa, que conheceu duas fases de implementação escotista, e com dois grupos distintos filiados na AEP (Gr. 12, entre 1915-1924; e o Gr. 75 entre 1934-1936). Ou ainda a Casa Pia, que no biénio 1921-1922 fundara a sua própria associação escotista, e em 1934 integraria a AEP através de Júlio dos Santos, simultaneamente professor da instituição e escoteiro-chefe.³²⁷

Fora da capital existe uma panóplia de casos semelhantes. Desde logo o AEP Gr. 27-Escola Masculina de S. Pedro de Sintra, fruto de uma iniciativa dos docentes internos Manuel Domingues Rosa, Brazão Gamboa, Oliveira Marques e Medina Júnior. Mesmo com uma curta duração de alguns meses, conseguiu a estabilidade suficiente para estar na génese do AEP Gr. 93-Sintra em 1934, e ainda hoje em funcionamento.³²⁸ Em Coimbra, e quase um ano após o

³²³ Decreto 13.086, de 26 de Janeiro de 1927.

³²⁴ O papel do professor Álvaro Viana de Lemos na expansão da AEP no centro de Portugal é notório. No Verão de 1926 ajudaria a fundar o AEP Gr. 62 na Escola Livre de Oliveira de Azeméis («Noticiário do País e do Estrangeiro», *O Escoteiro. Órgão oficial da Associação dos Escoteiros de Portugal*, 1926-Out, p. 4).

³²⁵ «Escotismo. Mais um novo grupo», *Os Sports*. Ano I, nº 86, 1920-Mar-18, p. 3; «Grupos existentes e seus endereços», *Alerta, órgão do 14º grupo de escoteiros da AEP*, Ano 1, nº 1, 1922-Mar-14, p. 5.

³²⁶ O AEP Gr. 25-Escola Comercial Veiga Beirão teve duas fases de funcionamento (1927; 1928-1936) («Escotismo», *O Século*, Ano 48, nº 16:219, 1927-Mai-04, p. 3; «Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:882, 1929-Mar-10, p. 4). Em março de 1931, durante a celebração do 4º aniversário, o próprio Valentim Lourenço fez questão de condecorar publicamente o grupo, com a imposição de distintivos no uniforme dos jovens escoteiros («Escotismo», *O Século*, Ano 51, nº 17:597, 1931-Mar-09, p. 4).

³²⁷ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.570, 1934-Jan-05, p. 3. As instalações da Casa Pia em Xabregas foram emprestadas à Cruzada das Mulheres Portuguesas como dispensário para mães e crianças desfavorecidas durante a Grande Guerra (Moura 2006, 61). É provável que o grupo independente aí estabelecido fosse fruto de uma cisão política com a direção central da AEP.

³²⁸ «Escotismo», *O Século*, Ano 51, nº 17:675, 1931-Mai-27, p. 3.

golpe de Gomes da Costa, fundou-se o AEP Gr. 66 na Escola Primária de Santa Clara.³²⁹ E nas ilhas açorianas, já implementado o Estado Novo, regista-se a abertura do AEP Gr. 45- Escola Primária "Coronel Silva Leal" na Horta, Faial, numa cerimónia que contou com presença do governador do arquipélago.³³⁰

No império a situação seria análoga. Na Índia com a fundação do AEP Gr. 56-Colégio "Mater Dei", em Saligão, Goa (1924-1936), ou em Angola com a abertura do AEP Gr. 87-Liceu Nacional Diogo Cão, na cidade de Sá da Bandeira (hoje Lubango) e em funcionamento entre 1927 e 1937³³¹. Este grupo angolano chegou a publicar um pequeno periódico associativo em 1936 por ordem do diretor da escola, capitão Mateus Moreno, já nos limites da tolerância da projetada Mocidade Portuguesa.³³² Seria fastidioso dar mais exemplos. Esta pequena listagem consegue ilustrar o impacto da aplicação *in stricto sensu* do (esquecido) Regulamento do Ensino Primário e Normal de 1919 na expansão da Associação dos Escoteiros de Portugal como resposta à sua nova e principal concorrente, o católico Corpo Nacional de Scouts.

3.6 António Dória e os adueiros da Escola Comercial – Porto

Outra associação escotista, a União dos Adueros de Portugal (UAP), fundada na cidade do Porto em setembro de 1914 pelo capitão Barros Basto, e com um forte cariz republicano-laicista, também interferiu na gestão escolar portuguesa, e de uma forma bastante peculiar. A pertinência da rivalidade interassociativa origina uma série de interrogações em que a expansão dos adueiros coincide com o abrandamento do ritmo de crescimento de novos grupos de escoteiros da Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) na rede escolar portuguesa. De facto, o processo de crise interna da AEP até 1920/1921 poderá também ser observado a partir deste prisma, o que abre a possibilidade de haver uma correlação com alguns momentos de desprestígio do Partido Democrático. E se assim for, seria bastante interessante verificar se as várias direções escolares introduziram os grupos de adueiros nas respetivas dependências como uma alternativa politizada no enquadramento da juventude.

³²⁹ «Escoteiros», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVI, nº 2021, 1927-Abr-05, p. 2.

³³⁰ «Escotismo. Notícias das Ilhas», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.568, 1933-Dez-29, p. 2.

³³¹ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.583, 1934-Fev-19, p. 2; «O escoteiro da Huíla», *Mossâmedes*, Ano VI, nº 72, 1937-Mar-13, p. 3.

³³² *O Escoteiro da Huíla. Boletim do Grupo 87 da A.E.P. (Liceu Nacional "Diogo Cão", Sá da Bandeira-Angola)*, Ano I, nº 1, 1936-ago.

Na lista dos primeiros grupos fundados é possível observar que o terceiro exclusivo de estudantes que se reuniam numa sede provisória na Rua do Almada.³³³ No dezembro, apenas três meses depois, também o Liceu Alexandre Herculano adotaria o método de Baden-Powell oferecendo-se a sediar o UAP Gr. 5 nas suas instalações.³³⁴ E em março e julho do ano seguinte seria o Liceu Alves Martins em Viseu, e da Escola Comercial Raul Dória no Porto respetivamente a mimetizarem a ação.³³⁵ O caso deste último é particularmente interessante.

Raul Dória, fundador do instituto escolar homónimo, e numa lógica da concepção do cidadão ideal, procurou que a comunidade estudantil integrasse o movimento escotista na associação que à época detinha o maior número de grupos na cidade do Douro: a União dos Adueros de Portugal.³³⁶ Em julho de 1915 as instalações da Escola Comercial Raul Dória serviram de palco para a prática de instrução de ginástica aplicada, bordão, entre outras (Felgueiras 2013, 312). A responsabilidade pedagógica recaía em M. Jorge de Azevedo, professor no Liceu Feminino do Porto (hoje Escola Secundária Carolina Michaëlis), que aí se deslocava com a finalidade de dar início ao programa nacional da Instrução Militar Preparatória.³³⁷ Adepto de uma educação pré-marcial dos seus alunos, que considerava útil para a construção dos futuros responsáveis da sociedade portuguesa, o próprio Raul Dória garantiu-lhes um espaço exclusivo para as reuniões associativas e ainda subsidiou a iluminação e gastos inerentes caso as atividades se estendessem ao horário noturno. O apoio do benemérito manteve-se sempre presente até ao seu falecimento em setembro de 1922.³³⁸ O UAP Gr. 7-Escola Raul Dória contou também com a exposição mediática do jornal *O Comércio do Porto* que quinzenalmente reportava as suas ações, dando-lhe visibilidade suficiente, transformando-o num «instrumento de conservação da ordem simbólica» (Bourdieu 2001, 7).

De idêntica forma ao que acontecera com a AEP, a ditadura de Sidónio Pais acabou também por silenciar o quotidiano da generalidade dos grupos da UAP, caracterizando esse

³³³ «Sedes», *O Aduero. Boletim da União dos Adueros de Portugal*, 2ª Ed., Ano I, nº 1, 1914-Set-25, p. 4.

³³⁴ «Sedes», *O Aduero. Boletim da União do Aduarismo do Norte de Portugal*, Ano I, nº 3, 1914-Dez-02, p. 12.

³³⁵ «Sedes», *O Aduero. Boletim da União do Aduarismo do Norte de Portugal*, Ano I, nº 5, 1915-Mar-06, p. 20; «Sedes», *idem*, Ano I, nº 6, 1915-Jul-01, p. 24.

³³⁶ Os critérios básicos para o ingresso na UAP consistiam em: idade superior a 10 anos; autorização expressa do pai ou tutor; e certificado médico como prova de aptidão física («União dos Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 107, 1921-Mai-07, p. 1).

³³⁷ «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIV, nº 172, 1917-Jul-21, p. 1; «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIV, nº 178, 1917-Jul-28, p. 1.

³³⁸ A utilização da Escola Comercial Raul Dória excedeu as atividades regulares da UAP. Em dezembro de 1920, aquando do falecimento de Alberto Edmundo Gomes da Silva, adail-mor adjunto e um dos principais promotores da UAP no norte de Portugal, o diretor decidiu colocar o féretro no salão nobre da escola («Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIV, nº 199, 1917-Ago-22, p. 1; «Falecimentos», *O Comércio do Porto*, Ano LXVII, nº 286, 1920-Dez-03, p. 1; «Adueros Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 221, 1922-Set-19, p. 2).

período por ausências informativas intermitentes. O debate sobre a pré-militarização da juventude existente na Associação dos Escoteiros de Portugal acabou por se estender também aos adueiros e, a partir de março de 1920, quando o Partido Democrático assumiu o poder sob liderança de António Maria Baptista, o diretor da Escola Raul Dória procurou que todos os grupos da UAP da cidade do Porto retomassem as respetivas campanhas de promoção da Instrução Militar Preparatória. Haveria que voltar às grandes caminhadas de resistência num raio de vinte quilómetros, tática elementar de infantaria, ginástica sueca, confecção de nós, macas de corda, pontes, pioneirismo, telegrafia, entre outras.³³⁹ Mas os tempos eram outros. A Grande Guerra tinha acabado e as incursões monárquicas do ano anterior tinham suscitado uma *décalage* geracional que abria espaço a novas interrogações sobre a preparação marcial dos futuros cidadãos.

O espaço temporal entre outubro de 1920 e dezembro de 1921 caracteriza-se por ser um período de metamorfose associativa, com a substituição de Raul Dória pelo seu filho António durante uma grave crise de convalescença. Para todos os efeitos António Dória não partilhava das mesmas convicções políticas e religiosas que o pai, apesar de ser nomeado pela Junta Diretora da UAP para liderar o Gr. 7 e ser um dos principais redatores do órgão de comunicação.³⁴⁰ Neste período de tempo observa-se uma clara aproximação aos programas educativos praticados pela facção antimilitarista da AEP nos recintos escolares. A sugestão para que os jovens participassem no curso de “Aduero Perfeito” corresponde a uma rutura no sistema de progresso individual da UAP, acabando por ser uma evidente alternativa ao programa educativo das SIMP. Duas vezes por semanas (terças e sextas-feiras à noite) os associados participavam na formação de topografia, astronomia, história e corografia. Disciplinas que ocuparam o lugar vazio da prática de tiro e da ordem unida.³⁴¹

³³⁹ «Adueros de Portugal, *O Comércio do Porto*, Ano LXVII, nº108, 1920-Mai-01, p. 1; «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVII, nº114, 1920-Mai-15, p. 1; «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVII, nº 127, 1920-Mai-29, p. 2; «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVII, nº 132, 1920-Jun-05, p. 2.

³⁴⁰ A primeira experiência de liderança de António Dória foi posta em prática num acampamento em Leça do Balio, em conjunto com os católicos do UAP Gr. 15-Associação Nuno Álvares, do Porto, em outubro de 1920 («Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVII, nº 239, 1920-Out-09, p. 2). Um ano depois, António Dória integraria a lista de redatores do jornal “O Aduero” («Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano I, nº 73, Edição da Tarde, 1921-Nov-25, p. 2).

³⁴¹ O curso de “Aduero Perfeito” era administrado pelo capitão Barros Basto (Aduarismo complementar), professor Otto Machado Falcão (topografia), professor Marques de Carvalho (astronomia, história e corografia). O professor Lobão de Carvalho, de educação física, era um dos convidados frequentes para as palestras patrióticas [«Adueros de Portugal, *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 48, 1921-Fev-26, p. 2; «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 54, 1921-Mar-05, p. 1; «União dos Adueros de Portugal, *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 89, 1921-Abr-16, p. 1]. Para mais informações sobre Lobão de Carvalho, recomenda-se (Mimoso e Cavadas 2013, 66–75).

As dúvidas sobre a desmilitarização do UAP Gr. 7-Escola Raul Dória dissiparam-se nos últimos meses da enfermidade de Raul Dória, quando o filho António Álvaro Dória decidiu transferir a unidade da UAP para a concorrente Associação dos Escoteiros de Portugal. Algo bastante comum na capital, mas uma novidade na cidade do Porto, passando a ser o AEP Gr. 3-Escola Raul Dória nos finais de 1922.³⁴² Esta medida recebeu as boas-vindas de Eduardo Moreira, que não escondera a felicidade de ver o crescimento da AEP, como ainda um certo ajuste de contas pela anterior política de laicização interna da UAP e que originara o abandono dos protestantes do UAP Gr. 2-União Cristã da Mocidade do Porto.³⁴³ Apesar do seu afastamento da UAP, António Dória permitiu que a Escola Comercial continuasse a apoiar a agenda dos adueiros. E já numa conjuntura bem diferente, e quando as fronteiras entre associações estavam bem delineadas, o diretor José Campos Vaz cedeu o salão escolar para uma reunião de adais que se preparavam para a recepção oficial a Baden-Powell em 1929.³⁴⁴ E como eram necessários fundos para a deslocação do Porto para Lisboa, cedeu-se o salão para umas sessões de teatro, artes circenses e cinema onde pudessem angariar os fundos necessários. Noutros casos a cedência servia para simples festas grupais, demonstrações de teatro amador e que se mantiveram até 1934, ano da extinção da UAP.³⁴⁵

Durante a pesquisa nos vários arquivos estatais (incluindo o arquivo da atual Secretaria-Geral de Educação e Ciência) não se detetou documentação produzida ou dirigida à UAP em quantidade suficiente para uma abordagem sólida.³⁴⁶ Somente nos arquivos associativos existem algumas missivas avulsas que caracterizam o quotidiano das unidades. Um panfleto existente no Centro de Documentação Escutista/Museu do CNE em Lisboa mostra que a

³⁴² Algumas das primeiras medidas empreendidas por António Álvaro Dória assim que integrou a AEP: criação da zona Porto-Gaia, de modo a obter alguma autonomia face à Direção Central; celebração do “Dia do Esforço da Raça” (9 de abril, por ocasião da Batalha de La Lys), em que as famílias, chefias e antigos escoteiros eram convidados a estar presentes. Esta efeméride contava com um ritual bastante delineado, com dois minutos de silêncio em continência, palestra, cerimónias de compromisso (imposição do lenço), e desfile público pela cidade («Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 163, 1922-Jul-12, p. 2; «Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIX, nº 81, 1924-Abr-06, p. 2).

³⁴³ «Grupo nº 7 de Escoteiros», *Boletim da ACM. Órgão mensal e propriedade da Associação Cristã da Mocidade*, 2ª Série, Ano XVII, nº 93, 1923-Out, p. 3.

³⁴⁴ Curiosamente, a visita de Baden-Powell a Lisboa contou uma paragem na Escola Nacional, na Rua Eugénio Santos, onde estava sediado o AEP Gr. 4. Aqui o general inglês pode assistir ao desfile dos vários grupos a partir de uma janela («A visita do general Baden-Powell», *O Século*, Ano 49, nº 16:879, 1929-Mar-07, p. 2).

³⁴⁵ «União dos Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIV, nº 41, 1929-Fev-20, p. 3; «Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIV, nº 44, 1929-Fev-23, p. 3; «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 107, 1933-Mai-06, pp. 3/5; «Aduarismo», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 112, 1933-Mai-12, p. 4; «Aduarismo», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 113, 1933-Mai-13, pp. 3/5.

³⁴⁶ O Arquivo Histórico Militar possui uma fotografia com um grupo de adueiros junto da Administração Escolar de Lisboa, talvez da década de 1920 [Arquivo Histórico do Exército, Fundos Especiais, Coleção Joshua Benoliel (1903/1921), «Grupo de escuteiros-1914», (Cota: PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0686) Disponível em: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/viewer?id=156791&FileID=1110319&recordType=Description> (Consultado a 2023-Jan-17)].

realidade local distava bastante das premissas da Junta Diretora. A presença da UAP na capital era significativamente inferior, se comparada com a realidade do norte do país. Apesar dessa característica, a pouca documentação conhecida revela alguns dados interessantes onde ocorreria exatamente o contrário. Ao contrário do grupo da Escola Raul Dória, o AEP Gr. 40-Costa do Castelo (com sede na Escola Primária nº 10, e financiado pela Associação Popular de Beneficência de S. Cristóvão e S. Lourenço), transferiu-se em 1929 para os adueiros sendo filiado com o número UAP Gr. 20.³⁴⁷

A partir do caso de estudo do modelo educacional de geminação entre UAP/AEP com a rede escolar poder-se-ão analisar outros projetos menores que, apesar da escassez de documentação, mostram o desfasamento educacional em que a própria associação caía quando optara por continuar com a Instrução Militar Preparatória, em detrimento das novas circunstâncias do pós-Grande Guerra. O preenchimento desse vazio poderá ser colmatado a partir da análise aos grupos de Lisboa e no qual é possível observar como vários ramos do republicanismo apoiaram os adueiros, transformando-os (involuntariamente) no principal adversário à AEP, pelo menos até ao aparecimento do escotismo católico.³⁴⁸

A pouca documentação existente remete para um debate pertinaz dentro da UAP. Apesar dos silêncios, é de crer que a desfiliação do grupo da Escola Raul Dória reabriria o debate sobre a questão da pré-militarização nos meses imediatos. Afinal, para que serviriam os adueiros se não conseguiam ser uma alternativa aos escoteiros da AEP? Essa possibilidade surge com a organização da *Festa Nacional de Educação Física* em janeiro de 1923 e em que os vários liceus do país deveriam disputar seis provas (canto coral, ginástica, jogos escolares de “barra e bandeira”, atletismo, *lawn-tennis* e futebol)³⁴⁹. O próprio estado português abdicara de qualquer pretensão pré-militarista, mantendo o ideal republicano com a disputa das taças “Descoberta da Índia”, “Descoberta do Brasil”, “Restauração de Portugal”, “Pátria” e “República”, seguindo a lógica das sessões solenes já em marcha nos estabelecimentos escolares (S. C. Matos 2001; Catroga 2019, 307). E para a realização do evento o ministro da Instrução Leonardo Coimbra decidiu repartir as verbas orçamentais pelas respetivas regiões escolares.

³⁴⁷ O AEP Gr. 40 foi fundado em abril de 1927, e manteve-se nesta associação até 1929, ano que se transferiu para a UAP. Inicialmente era liderado pelos professores Eduardo de Oliveira Marques, Guilhermino da Fonseca e Fernando Guilherme, e tinha 26 elementos, todos provenientes do estabelecimento escolar [«Escotismo», *O Século*, Ano 48, nº 16:211, 1927-Abr-25, p. 5; CDE/MCNE, *Panfleto da União dos Adueros de Portugal – Grupo nº 20* (documento não-indexado)].

³⁴⁸ Após o golpe de 28 de maio de 1926, as várias facções republicanas (re)fomentaram várias formas de associativismo juvenil das quais se inclui o escotismo como consequência dos fracassos das revoltas reviralthistas (Farinha 1998, 118).

³⁴⁹ Decretos nº 8.559 e nº 8.560, ambos de 3 de janeiro de 1923.

A ausência de qualquer referência às associações na seleção do júri do evento camufla o cumprimento indireto do Regulamento do Ensino Primário e Normal de 1919. Contudo a realidade era outra. Alguns dirigentes da AEP já tinham o duplo papel de escoteiro-chefe e professor, o que diluía as atenções mediáticas sobre um possível conflito de interesses. Mesmo assim, a resposta dos adueiros foi habilmente publicada em *O Comércio do Porto*, recordando ao ministro que a existência de vários grupos da UAP na rede escolar justificava a concessão de uma verba suplementar. E sem qualquer referência ao direito de exclusividade atribuído à AEP com o Regulamento do Ensino Primário e Normal de 1919 afirmavam que

«[...] a União dos Adueros de Portugal é a única associação de escoteiros do país, que têm organizados e em completo funcionamento cinco grupos escolares, num efectivo de 120 adueiros, tendo recebido até donativos camarários para o seu expresso desenvolvimento».³⁵⁰

Claramente houve uma luta interassociativa pela proximidade a Leonardo Coimbra, e a resolução deste conflito é por enquanto desconhecida. E não será por acaso que, quando o Ministério da Instrução criou a entidade supra-associativa *Organização Escotista de Portugal* em 1932, excluindo automaticamente a UAP pela sua não-inscrição no *Bureau Internacional de Escotismo* em Londres, a queixa dos adueiros baseou-se no seu currículo pedagógico, na sua relação umbilical com o mundo escolar.³⁵¹ Em vão.

Neste quadro observo que o livro *Manual do Escoteiro Escolar*, da autoria do professor António Augusto Martins, ex-líder regional dos Adueros do Porto, e publicado dois anos depois, em 1925 enquadra-se na mesma problemática³⁵². Num pequeno opúsculo o docente defendia a instauração do escotismo nas redes escolares, sob a condição de que o aluno discernisse *a posteriori* a integração na UAP ou AEP. Discordante da legislação exclusivista promovida por João de Barros, ao atribuir a primazia da gestão escotista do Ensino Primário à Associação dos Escoteiros de Portugal, António Augusto Martins acabaria por idealizar um novo movimento escotista (ou até pré-escotista), os denominados “escoteiros escolares” (Graça 2017c, 202). A novidade nesta idealização é um dos meios-terminos inventados a partir da discussão sobre a identidade do escotismo, se ser ou não um instrumento militar, «*não cabendo*

³⁵⁰ «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIX, nº 280, 1923-Nov-29, p. 3.

³⁵¹ A promulgação do Decreto nº 21.434, de 29 de junho de 1932 que institucionalizava a Organização Escotista de Portugal foi o primeiro golpe governamental contra a UAP. Nessa mesma semana, a Junta Diretora publicava a cópia do ofício enviado ao Ministério da Instrução, “lamentado o facto de se haver esquecido uma instituição que à Pátria e à Humanidade vem prestando os mais assinalados serviços, como é a União dos Adueros de Portugal, reconhecida oficialmente pelo decreto nº 627, de 13 de dezembro de 1919” («Adueros de Portugal», *O Comercio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 158, 1932-Jul-06, p. 3).

³⁵² Martins, António Augusto. *Manual do Escoteiro Escolar*. Porto : Livraria Escolar Progrédior, 1925.

na índole deste trabalho a sua explanação, aconselho os livros de especialidade, principalmente o “Regulamento Oficial de Educação Física” aprovado pelos Ministros da Instrução, Guerra e Marinha». A lógica iniciada em 1915 na Escola Comercial Raul Dória seria agora reivindicada em moldes mais sólidos. A ideia em si não colheu muita atenção da comunidade docente. Afastado de qualquer associação, limitou-se a opinar sobre a funcionalidade educativa do escotismo em jornais como *Os Sports* em Lisboa.³⁵³ Anos depois Franklim de Oliveira, um dos fundadores do Corpo de Scouts Católicos Portugueses, recuperaria a proposta e ainda tentou a institucionalização do “Corpo de Escoteiros Escolares”³⁵⁴. Também este sem qualquer resultado prático.

3.7 Dois escoteiros-chefes: Vítor Braga Paixão e Marcello Caetano

O peso institucional de dois vultos como Vítor Braga e Marcello Caetano dentro do movimento escotista merece por si só uma análise por separado. Para o presente estudo, a generalidade dos estudos biográficos de ambos tende a caracterizar os seus passados no Ministério da Educação Nacional (no caso do primeiro), ou no papel de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa como substituto de Nobre Guedes (caso de Marcello Caetano, simbolicamente nomeado no Dia do Santo Condestável em 1940 e que se manteve no cargo até setembro de 1944). No entanto, existe um grande vazio sobre os seus papéis na administração do escotismo, já que ambos integraram este associativismo durante a juventude. Para o presente capítulo incidiremos apenas nas suas decisões e critérios político-associativos.

Revejamos como o movimento escotista se tornou um problema educativo para o Estado Novo. Nas páginas anteriores abordou-se uma individualidade indissociável de toda esta problemática - Álvaro Viana de Lemos -, pedagogo da «Educação Nova», fundador da Liga de Instrução de Viana do Castelo em 1907, dinamizador das atividades da Universidade Livre de Coimbra entre 1925 e 1932 e empreendedor do escotismo em Coimbra, entre 1925 e 1928 (Nóvoa 1990; Joaquim Pintassilgo 2007, 144; N. M. Ferreira 2018, 26). Para este docente, o objetivo do método de Baden-Powell era colmatar as deficiências da instrução escolar, através de atividades físicas e morais nas horas vagas, e vocacionadas sobretudo aos elementos do sexo masculino, na faixa etária dos 12 aos 16 anos. Era a resposta mínima e necessária aos principais defeitos da juventude: tendências mórbidas, a tradicional boémia, leviana e extensível à maioria dos estudantes (Lemos 1926a; 1926b). E para combater estas tendências inatas, os rapazes

³⁵³ «A União dos Aduelros de Portugal», *Os Sports*. Ano XI, nº 1.176, 1930-Mar-14, p. 2.

³⁵⁴ «Breve relato da acção do N.P.E. », *Novos de Portugal: boletim do "Núcleo de Propaganda Educativa"*, 1933, nº 2, p. 47.

deveriam procurar nos espaços naturais a prática do *self-government*, o sentido da responsabilidade e a disciplina inerente à dinâmica de grupo. Só assim se combateria a separação feroz das classes e o excesso de individualismo interesseiro (Vaquinhas 1992; Brás 2006, 524; Joaquim Pintassilgo 2007, 141). Esta tese impôs-se às lógicas internacionais da pré-militarização da juventude, postas em prática tanto pelas Sociedades de Instrução Militar Preparatória, como pelos grupos de escoteiros que aderiram às iniciativas estatais, alguns deles com escapatória financeira, tendo em conta os subsídios concedidos para o efeito.³⁵⁵

Num período em que a AEP conhecia a nova concorrência associativa dos *scouts* católicos, Viana de Lemos tomou a iniciativa de apresentar uma comunicação na Iª Conferência Nacional de Escotismo logo nos inícios de 1925, onde defendeu a necessária colaboração entre escoteiros e autoridades civis e militares.³⁵⁶ Talvez isso explique a eleição do médico Tovar de Lemos na AEP como Comissário-Nacional. A AEP teria de responder às constantes lacunas higiénicas da sociedade que, de acordo com a opinião da época, eram já costumes enraizados na cultura meridional europeia (Ortega Aparicio 2006, 266; N. M. Ferreira 2018, 22). Os escoteiros seriam os instrumentos necessários na transmissão de conhecimentos sobre a sua utilidade, na profilaxia contra as epidemias de tuberculose, raiva ou sífilis. As suas excursões às periferias urbanas, o contacto com a natureza, o despertar de emoções patrióticas e a aplicação direta dos conhecimentos apreendidos no meio escolar, dotariam não só os jovens de uma saúde esplendida, como ainda a comunicação com as populações rurais incutiria a simplicidade e generosidade lacunares próprias da puerilidade (Cruz Orozco 2019; Antas Ramos 2022, 77). Para tal era necessário o auxílio dos professores, em conjunto com os pais e encarregados de educação, mais que os militares.³⁵⁷

Embora na tese apresentada durante na Iª Conferência Nacional de Escotismo não conste um ataque direto aos temas belicistas, o autor remeteu para um vasto rol de oportunidades desvinculadas de qualquer programa de pré-militarização da juventude. Dois anos depois, em

³⁵⁵ A historiografia brasileira tem debatido esta questão com alguma atenção. Nilson Thomé e Adalson Nascimento atribuem uma grande importância ao papel dos militares como factor condicionante do associativismo escotista (Thomé 2006, 180; A. de O. Nascimento 2009, 46). Por sua vez, Alexandre Vaz e Carlos Herold Júnior demarcam-se destas posições e assumem os programas de pré-militarização no contexto escolar como estruturantes no crescimento associativo (Herold Júnior e Vaz 2015).

³⁵⁶ “Deve-se, primeiro que tudo, fazer assimilar o espírito do Escotismo pelo professorado, pelos pais de família e por todos aqueles que porventura tenham uma parcela educativa ou simplesmente diretiva dos jovens; Deve estender-se aos dois sexos, o Escotismo, no que de útil e racional se possa aplicar a cada sexo” [Tese «Da viabilidade e eficácia do Escotismo em Portugal», in Arquivo Histórico-Social (ICS-UL), *Fundo Pinto Quartin*, Conferência Nacional de Escotismo, 1925 (Cota: PT-AHS-ICS-PQ-P-342)].

³⁵⁷ “É preciso obter dos governos e das leis apoio decidido à acção escotista, sempre que ela se mantenha num campo humano, neutro, e racional e se não afaste dos princípios basilares” [Tese «Da viabilidade e eficácia do Escotismo em Portugal», in Arquivo Histórico-Social (ICS-UL), *Fundo Pinto Quartin*, Conferência Nacional de Escotismo, 1925 (Cota: PT-AHS-ICS-PQ-P-342)].

1927, Álvaro Viana de Lemos seria o editor de um pequeno periódico escotista em Coimbra, mas a conjuntura era totalmente diferente e os limites ditatoriais à liberdade de opinião são bem conhecidos. Com o golpe de 28 de maio de 1926, o debate sobre a Instrução Militar Preparatória seria novamente retomado (apesar de cada vez mais surgirem grupos de escoteiros em dependências escolares ou até em espaços universitários, como o Instituto Superior Técnico ou na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).³⁵⁸ Precisamente quando o tema da educação era um conceito caro à Primeira República, que inicialmente o colocara como uma prioridade, mas com uma concretização bastante secundária.

De todos os quadrantes geográficos surgiam críticas ao escotismo, ora contra as políticas associativas em geral, ora contra personalidades específicas como Agostinho de Campos, por exemplo.³⁵⁹ O centro da polémica era a educação, e que tipo de educação se queria aplicar no novo regime ditatorial. Professores universitários como Cabral Moncada aproveitaram o momento para criticar o súbito interesse escotista de António Sérgio, quando este defendia o método de Baden-Powell através do sistema de patrulhas, onde todos os rapazes poderiam viver em pequenos grupos e cada um assumir as suas responsabilidades.³⁶⁰ Algo bastante compatível com os preceitos da *Escola Nova*, mas desenquadrado com qualquer regime autoritário.

A estratégia do Estado Novo de criar uma entidade supra-associativa entre o universo escotista e o governo, numa lógica de depuração comportamental e controlo das mobilidades juvenis não era nova. Já em 1928 projetara-se a Federação Escotista de Portugal, apresentado por elementos do CNS e AEP com convite dirigido aos adueiros, num encontro realizado durante três dias, e repartido pela biblioteca da Imprensa Nacional e Sociedade de Propaganda de Portugal.³⁶¹ O histórico de reticências quanto a uma supra-associação escotista pesaram o

³⁵⁸ «Conferências», *O Século*, Ano 49, nº 16:602, 1928-Mai-28, pp. 7/9.

³⁵⁹ A *Gazeta de Coimbra* publicou um artigo de opinião do leitor “P.R.” que manifestou uma crítica direcionada a Agostinho de Campos pela morosidade de colocar em prática um sistema pedagógico eficaz, quando a obra de Baden-Powell era “universalmente como [a] melhor escola de educação” («Coimbra em face do maior problema nacional», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVII, nº 2211, 1928-Jul-10, p. 2). Curiosamente, Agostinho de Campos sempre teve um papel ativo na expansão associativa, participando em vários encontros e apresentando alocações em vários eventos cívicos («A sessão na Camara Municipal», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2614, 1930-Dez-03, p. 1). Para mais informações sobre a obra literária de Agostinho de Campos, veja-se (Trindade 2008, 25).

³⁶⁰ Henrique de Barros comentou a polémica entre António Sérgio e Luís Cabral Moncada, e numa atitude bastante diplomática para não comprometer a AEP apenas referiu que “O tema estritamente político à volta do qual gira a polémica, não interessa para aqui – repetimo-lo. Mas poderia admitir-se que nós todos que, embora modestamente, pugnamos pela Educação Nova, deixássemos passar sem comentário afirmação tão oposta aos princípios fundamentais do “Scouting”? Creio que não e tanto mais que ela partiu de alguém que ocupa, na hierarquia da nossa pedagogia oficial, um lugar proeminente.” («Nota à margem de uma polémica», *Escotismo*, Ano I, nº1, 1930-Jan, p. 2).

³⁶¹ A reunião na Imprensa Nacional contou com elementos das três associações e guarda de honra dos grupos 1, 2, 5, 7, 9, 11, 25 e 40 da AEP. A delegação do CNS foi composta por: padre Avelino Gonçalves, José Francisco dos Santos, Gabriel Ribeiro, Weiss de Oliveira, José de Lencastre, major Pereira Reis e capitães Graciliano Marques e Carlos Alberto Godinho. Da parte da AEP: capitão Tovar de Lemos, comandante Pedro Peters, coronel Dias Antunes, Albano da Silva, professor Aníbal Pinheiro, João Trigueiros, Dinis Curson, tenente Duarte Borrego e

suficiente para que a UAP não aceitasse o projeto da F.E.P., apesar de que o periódico católico-escotista *A Flor de Lis* afirmasse o contrário com a «União dos Adueros de Portugal que, no entanto, comunicou concordar com a ideia da federação».³⁶²

A consolidação da Organização Escotista de Portugal ocorreu na semana seguinte à homologação dos estatutos da AEP com o decreto nº 21.397 de 23 de junho de 1932. E a escolha de Vítor Braga Paixão para liderá-la pretendia levar a cabo a tarefa de retificar os atritos internos no universo interinstitucional, ou entre associações escotistas, ou entre estas e as novas concorrências paraestatais (Delmas-Marty 1986), como a Cruzada Nacional Nun'Álvares, Acção Escolar Vanguarda ou o Corpo dos Escoteiros do Movimento Nacional-Sindicalista. Pretendia-se uma conglomeração das várias associações juvenis, desde a Acção Escolar Vanguarda até aos escoteiros, incluindo o novo projeto do Corpo de Escutas de Portugal, do Movimento Nacional-Sindicalista.³⁶³ E como desde cedo entrara no mundo escotista, o seu currículo justificava essa aptidão. Em 1915 já era o secretário e presidente do AEP Gr. 3-Liceu Pedro Nunes. Isso explica a proximidade com Sá de Oliveira, e como acabou a dirigir o periódico escolar *Os Novos. Folha Quinzenal Académica*, atribuindo regularmente uma coluna ao método de Baden-Powell. Ao substituir o reitor Sá de Oliveira na direção do grupo ainda nesse ano, continuou com a mesma estratégia de selecionar docentes e antigos alunos da escola para a equipa diretiva do AEP Gr. 3-Liceu Pedro Nunes.³⁶⁴ Com o final da Grande Guerra rumaria aos Açores e seria colocado como professor de português no Liceu de Angra do Heroísmo. Regressaria ao continente e em 1927 voltaria à AEP, encontrando a associação num novo momento crítico e numa espiral de conflitos internos pautados pela súbita demissão do capitão-médico Tovar de Lemos, no duplo papel de Escoteiro-Chefe Nacional e Presidente e que não se revia nas premissas antibelicistas associativas em grande desajuste com a Ditadura Militar. O papel de Braga Paixão dentro da Associação dos Escoteiros de Portugal ainda está por analisar. Uma medida consistiu na homologação da alteração estatutária da AEP, votada na I Conferência Nacional de Dirigentes em 1925 e que em 1932 ainda não tinha sido aprovada

Sigwald Salazar Wiborg («Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:523, 1928-Mar-09, p. 4; «Escotismo. Foram lançadas as bases para a Federação Escotista de Portugal», *O Século*, Ano 49, nº 16:524, 1928-Mar-10, p. 8; «Porto», «Porto», *A Flor de Lis*, Ano 4, nº 4, 1928-Mar-31, p. 4).

³⁶² «Federação Escotista de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 4, nº 3, 1928-Mar-15, p. 1. O projeto de uma federação escotista portuguesa manter-se-á durante vários anos e foi defendido por vários indivíduos, como Nuno Magalhães Domingues, presidente do Automóvel Club de Portugal e antigo escoteiro do AEP Gr. 3-Lisboa («Sobre escotismo», *Os Sports*. Ano XI, nº 1.161, 1930-Jan-17, p. 2).

³⁶³ «Página Escotista», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 103, 1932-Jul-11, p. 3.

³⁶⁴ A equipa de Vítor Braga Paixão era constituída pelo próprio como presidente; professor João Correia secretário; Celestino Manso Soares, antigo aluno, que assumiu as funções de tesoureiro; e os escoteiros-chefes Henrique Moura, Alexandre Borges e A. Neves, todos eles também antigos alunos («Escoteiros de Portugal», *Os Novos. Revista Mensal da Associação Escolar do Liceu de Pedro Nunes*, Ano IX, 1915-outubro, p. 1).

pelo governo. O atraso de sete anos complicava o crescimento associativo «não só no território de Portugal e ilhas adjacentes como no Império Colonial Português, onde há muitos anos estão funcionando grupos da mesma Associação».³⁶⁵ A possibilidade de ter conseguido algum equilíbrio entre a direção central e os grupos locais parece ser alta, o que lhe valeu alguma confiança por parte de Gustavo Cordeiro Ramos que se mantinha à frente do Ministério da Instrução Pública desde janeiro de 1930. E sobretudo por alguém que conhecia esta realidade a partir de dentro.

A presidência de Braga Paixão na OEP é bastante complexa, caracteriza-se por alguns critérios pessoais nem sempre coerentes com a *praxis* política ditatorial, e nalguns casos até com alguma adversidade para com o movimento escotista. A institucionalização da OEP através do decreto nº 21.434 automaticamente excluiu a União dos Adueros de Portugal, a segunda mais antiga associação do país (e por sua vez a terceira maior em efetivo), em virtude de não se encontrar registada no Bureau Mundial de Escotismo. A medida acabou por materializar os objetivos da fracassada Federação Escotista de Portugal de 1928, e agora havia uma exclusão consolidada, com alguns adueiros a transferirem-se para as restantes associações ou para clubes desportivos (haverá oportunidade de abordar este caso noutro capítulo). Por outro, acabou por empoderar a Associação dos Escoteiros de Portugal e o Corpo Nacional de Scouts face ao Estado Novo. A OEP abriu espaço suficiente para que estas duas entidades dispusessem de um representante do Bureau Mundial de Escotismo em qualquer negociação, o que em termos efetivos de diálogo com o governo português obrigava a que qualquer delegado internacional enviado por Londres tivesse direito a ser o máximo representante das associações portuguesas. Essa pequena particularidade não escapou aos olhos do representante escotista do Movimento Nacional-Sindicalista que no seu periódico *Revolução* insistia numa revisão estatutária da OEP. Para todos os efeitos o filofascista Corpo de Escutas de Portugal estava numa situação idêntica.³⁶⁶

Braga Paixão conhecia bem o funcionamento das estratégias de pressão política do escotismo português. Ele próprio já as tinha posto em prática durante a Primeira República, e utilizá-las-ia novamente no Estado Novo, algo que tem escapado à historiografia. A criação do Núcleo de Propaganda Educativa “Novos de Portugal” entra neste rol, sendo uma novidade impulsionada com a conivência do professor universitário Marcello Caetano. Durante dez anos, mais concretamente entre 1932 e 1942, os “Novos de Portugal” funcionaram como uma micro-

³⁶⁵ Decreto nº 21.397, de 23 de junho de 1932.

³⁶⁶ Franklim de Oliveira, Comissário dos escoteiros nacional-sindicalistas, afirmava perentoriamente: “Basta de mascarada. Estamos certos que o ministério da Instrução Pública, por intermédio do Sr. Dr. Braga Paixão, digno chefe do Escotismo Português, meterá estas criancolas [da AEP] na ordem ou os dissolverá.” («Página Escotista», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 239, 1932-Dez-19, p. 3).

associação da elite docente que pretendia homogeneizar os vários programas educativos existentes no império. A particularidade que importa analisar aqui é precisamente o interesse escotista que os “Novos de Portugal” manifestaram desde o início, incluindo a constituição de uma liderança bicéfala repartida pelo reitor do Liceu Pedro Nunes (Sá de Oliveira) e por Manuel Gomes dos Santos (simultaneamente secretário dos “Novos de Portugal” e presidente da Comissão Executiva da AEP). Ambos procuraram introduzir o *scouting* nas escolas, antecipando-se às associações concorrentes, o que acabou por aumentar o número de grupos e associados da AEP em toda a metrópole e império.³⁶⁷

E dentro deste quadro, a criação do “Núcleo de Propaganda Educativa”, em que se projetava a confederação de todo o associativismo juvenil português numa só entidade, surtiu um efeito adverso ao próprio Estado Novo. As instâncias estatais delinearão o envio de um Cruzeiro de Férias às Colónias, destinado a mostrar a realidade imperial a um grupo de jovens previamente selecionado, e sob a responsabilidade de um grupo de professores não menos escrutinado, dos quais se encontravam o tenente Manuel Gomes dos Santos, o engenheiro Marques Miranda e Marcello Caetano.³⁶⁸ Curiosamente, o impacto deste cruzeiro foi bastante benéfico para os grupos localizados no império, que reforçaram as suas redes sociais num ritmo ascendente.

Na metrópole, a inauguração do AEP Gr. 93-Sintra em junho de 1934 foi também um desses casos, em que o presidente da OEP solicitara a presença do tenente-coronel João Luís de Moura (governador civil de Lisboa, presidente do Clube de Futebol “Os Belenenses”, e o mesmo que oficiosamente ordenou a extinção da UAP) para solenizar estatalmente o ato. E para que não surgissem dúvidas, em simultâneo, em Lisboa, outros escoteiros

«[...] no Estádio do Lumiar, com a assistência do sr. Presidente da República, dos srs. Ministros do Interior e das mais altas individualidades portuguesas, fazem solenemente o seu Compromisso de Honra os primeiros escoteiros da Assistência Pública».³⁶⁹

E o mesmo durante a Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, nas imediações do Palácio de Cristal, no qual a AEP montara o seu terceiro acampamento nacional. Evento que

³⁶⁷ Arquivo do Ministério da Educação, *Fundo Escola Comercial Rodrigues Sampaio*, Correspondência Recebida (1931) ECRS/EDCMI, «Ofício Circular do Núcleo de Propaganda Educativa ao Director da Escola Comercial Rodrigues Sampaio (Lisboa, 1931-Nov-26)»; «Grupo Alcaide de Faria, de Mossâmedes», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 6, 1936-Abr-30, p. 67.

³⁶⁸ «Um aspecto do “Fogo de Conselho”», *Novos de Portugal: boletim do “Núcleo de Propaganda Educativa”*, 1934/1935, nº 3-4.

³⁶⁹ Pouco tempo depois, o Tenente-coronel João Luís de Moura seria condecorado pelo CNS com a Cruz de Agradecimento 1ª Classe (ouro) “pelos importantes serviços e donativos concedidos nos três últimos anos à Junta Regional de Lisboa”. («Actos Oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 10, nº 13, 1934-Ago, p. 53).

contou com a visita de vários contingentes estrangeiros, de Manuel Rodrigues (já como ministro da Instrução interino), do governador civil do Porto, entre outras individualidades, e do próprio Braga Paixão. E tudo meticulosamente publicitado nos jornais nacionais.³⁷⁰

A estratégia de Braga Paixão desagradou a cúpula estatal que facilmente percebeu o jogo clientelar montado *ad hoc*. O término da OEP através do decreto nº 23.760 de 11 de abril de 1934 colocou uma fronteira legal nessa estratégia de resistência associativa. Mesmo assim o docente continuou com a sua agenda mediática de promoção do escotismo. Uma entrevista ao *Diário de Lisboa* nesse ano (e republicada em vários jornais do império em inícios de 1935) seria o seu final como intermediário entre Estado e Escoteiros.³⁷¹ Castigado, em maio de 1939 foi enviado para Moçambique, já na qualidade de Comissário Provincial da Mocidade Portuguesa.³⁷²

Marcello Aires Caetano foi outro elemento importante no jogo de apologias e aplicabilidades do escotismo na rede escolar portuguesa. Aos dezasseis anos, e como aluno do Liceu Camões em Lisboa, entrou no AEP Gr. 11 aí estabelecido, mantendo-se filiado pelo menos duas décadas. Nos últimos anos da Primeira República, e já como escoteiro-chefe, desenvolveu trabalho na reorganização e propaganda da Direção Central, no qual entraria no órgão jurídico da AEP (“Tribunal de Honra”), com o objetivo de fiscalizar a parte contabilística e financeira associativa, assim como deliberar sobre as contraordenações dos elementos.³⁷³ Um cargo que manteria até outubro de 1933. Fora fundador também de uma associação paralela composta unicamente por ex-associados, a Fraternal dos Antigos Escoteiros (1930), e seria um dos principais interessados em conjugar ações com os católicos do Corpo Nacional de Scouts.³⁷⁴

A inauguração da sede regional do CNS em Lisboa a 10 de abril de 1932 foi um momento único em que, na presença do cardeal Gonçalves Cerejeira, Marcello Caetano apresentaria o seu novo livro “O Escotismo e a sua importância na reconstrução nacional”.³⁷⁵ Um autêntico tratado contra a educação livresca e pouco prática do sistema educacional em

³⁷⁰ «Escotismo. A lição dos factos», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.620, 1934-Jun-29, p. 3; «O acampamento geral da Associação dos Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 216, 1934-Set-12, p. 5; «Acampamento Geral dos Escoteiros», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 223, 1934-Set-20, p. 3.

³⁷¹ «Escoteiros», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:640, 1935-Jan-09, pp. 1/9.

³⁷² «Braga Paixão», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano nº, 1939-05-11.

³⁷³ Marcello Caetano apresentou a tese «Influência social do Escotismo» na Iª Conferência Nacional de Escotismo, em 1925, onde defendia que «[...] Ministrando ao rapaz uma sólida educação moral e o gosto dos prazeres simples; o Escotismo corrige os defeitos duma educação utilitarista e meramente intelectual, que desprezando o lado moral, deixa uma geração afundar-se no prazer – gerador da tristeza, do desânimo, da derrota» [Arquivo Histórico-Social (ICS-UL), *Fundo Pinto Martin*, Conferência Nacional de Escotismo, 1925 (Cota: PT-AHS-ICS-PQ-P-342)].

³⁷⁴ «Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 250, 1933-Out-21, p. 3.

³⁷⁵ («O Corpo Nacional de Scouts», *O Século*, Ano 52, nº 17:989, 1932-Abr-11, p. 3).

voga. Além das apologias comuns ao método escotista, saliente-se um parágrafo bastante elucidativo do seu posicionamento pedagógico:

«[...] Penso, por exemplo, nas nossas escolas e no nosso ensino. Que enormes, que eruditos programas! Por eles estaríamos em crer que a instrução primária em Portugal é modelar e que o liceu produz gerações de sábios. Mas pelo contrário, verificamos que se o primeiro ensino é quasi inútil, limitando-se a fornecer à criança os instrumentos da leitura e da escrita sem lhe indicar o uso que deles deve fazer, o curso secundário, esse, acumula no espírito do rapaz series de noções as mais das vezes sem beleza e sem interesse sobrecarregando-o com um peso excessivo que devendo ser bagagem para a vida, não passa geralmente embaraço e tropeço».³⁷⁶

Para além do público católico, o livro conseguiu ainda a atenção dos nacional-sindicalistas que o encaravam como o meio necessário para dotar a mocidade portuguesa de um novo instinto.³⁷⁷ A constitucionalização do Estado Novo em 1933 abrandou-lhe a atividade escotista. Quando o comandante Álvaro de Melo Machado reassumiu a presidência da AEP nesse mesmo ano, Caetano integraria novamente o Tribunal de Honra, ao lado de figuras como o advogado José Maria Galvão Teles, Robert Moreton e Francisco Reis dos Santos (professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e diretor da Escola de Educação Física de Lisboa)³⁷⁸. Mas já em detrimento dos “Novos de Portugal”, o que manifestamente mostra a resistência do associativismo escotista às primeiras notícias sobre o planeamento de uma organização juvenil estatal ao mais puro estilo mussoliniano (Grossegessse 1996, 188; Torgal 2009, 1:212; Pimentel 2015, 266).

³⁷⁶ Caetano, Marcello. *O Escotismo e a sua importância na reconstrução nacional*. Lisboa: Junta Regional de Lisboa/Corpo Nacional de Scouts, 1932, p. 6.

³⁷⁷ «Página escotista», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 272, 1933-Jan-26, p. 3.

³⁷⁸ «Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:536, 1933-Out-19, p. 4.

Capítulo 4) Da aversão à conversão. A receção do *scouting* no universo católico³⁷⁹

Da aversão à conversão. O título atribuído a este capítulo já por si é bastante esclarecedor quanto à relação entre a estrutura eclesiástica e o associativismo escotista. De facto, houve uma aversão e uma conversão ao método de Baden-Powell em circunstâncias e momentos distintos. E para se compreender essa transferência opcional, de uma fase a outra, há que recuar até às lógicas dos finais do século XIX em que a Igreja Católica debatia a correta aplicação das premissas da encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII (Leão XIII 1891).³⁸⁰ *Grosso modo*, era a manifestação de uma preocupação pela precariedade social dos bairros operários nas periferias urbanas, com receio à emergência de uma nova classe produzida nos complexos habitacionais - os proletários -, seres escravizados numa máquina capitalista e vulneráveis à manipulação por organizações de inspiração marxista que questionavam a existência de qualquer autoridade eclesiástica (Sardica 2004). Na prática, a *Rerum Novarum* obrigava a clero a sair de um círculo fechado e a encontrar-se com o mundo “real”, concedendo poderes aos leigos para atuar na catequização de novas gentes, não numa estratégia de substituição do papel mediador entre o sagrado e o profano exercido unicamente pelos sacerdotes, mas antes numa educação religiosa para fins de crença. A constituição de estruturas laicais a nível local rompia com as entidades permanentes do Antigo Regime, no qual se destacam as Misericórdias ou as Confrarias, e aproximava-se ao modelo moderno das associações e sindicatos católicos, espelhando já a estrutura social em si, através de uma assembleia geral (o povo, que apresenta/debate/vota propostas emanadas pelos seus elementos), uma comissão executiva eleita pela assembleia (presidência/governo) e um poder judicial (cujas funções recaiam na observação da correta gestão orçamental da comissão executiva ou de comportamentos menos idóneos dos sócios). E para um funcionamento ortodoxo, os três órgãos de poder reger-se-iam por uns Estatutos e um Regulamento Interno (equivalente hoje à Constituição Portuguesa e Código Legislativo) (J. Freire 2006, 17; G. Caetano 2006, 100).

O estudo pioneiro de Jan Tolleneer sobre o movimento desportivo belga no período entre guerras possibilitou um novo olhar sobre a domesticação da motricidade humana dentro da eclesiosfera. Ao observar a emergência e concorrência de várias associações concorrentes ao universo protestante, acabou por mostrar como estas entidades se formaram e como foram

³⁷⁹ O presente capítulo foi parcialmente apresentado e debatido no Colóquio *online* RELIMM “Religião e Múltiplas Modernidades”, a 5 de fevereiro de 2021, com a comunicação «Da aversão à conversão: a receção do método de Baden-Powell no universo católico».

³⁸⁰ A aplicação e impacto da *Rerum Novarum* já foi amplamente abordada, pelo que recomendo a consulta de alguns trabalhos meritórios (Braga da Cruz 1992, 557; Janes 1997, 68; V. Neto 1998, 419; Sardica 2004; Casanova 2005, 25; Moura 2010, 16; Motta 2019, 28).

motivadas por outras propostas internacionais (como o movimento olímpico ou o próprio escotismo, entre outras). O melhor exemplo recai na demonstração de vários jovens *sportsmen* belgas e francêss na Praça de São Pedro por ocasião do 5º aniversário da eleição de Pio X como papa (Tolleneer 1998, 172).

A emergência das “uniões pias”, “associações católicas” e/ou “juventudes católicas”, nas mais variadas formas organizacionais, surgiu neste contexto e um pouco por todo o mundo. A preocupação pelo enquadramento dos seres humanos entre a “idade da mocidade e a idade da maturidade” era algo transversal a todos os sectores sociais. (Leal 1999, 69; March Manresa e Sureda García 2003; Montero García e Fullana Puigserver 2003; L. S. de Matos 2011, 173; Rodríguez Lago 2012, 171; Mennen e Molema 2016, 646; Álvarez-Pimentel 2017). Apesar do vasto manancial sobre juventudes organizadas não-políticas, é difícil encontrar trabalhos para o período entre guerras. Apesar da generalidade das obras de história religiosa ser um bom ponto de partida para a observação das dinâmicas dessas “juventudes católicas” portuguesas, limitadas até ao momento pela caracterização de alguns dirigentes, e quase sempre no quadro da *Lei da Separação do Estado das Igrejas* de 1911 (V. Neto 1998; Moura 2010; L. S. de Matos 2011), certo é que faltam mais estudos. Saliente-se o trabalho do historiador Thomas E. Bergler, num artigo bem explorado, e que revelou a necessidade de se rever o papel político-social que as juventudes religiosas tiveram nos Estados Unidos da América após o Crash de Wall Street em 1928 (Bergler 2014). Precisamente a partir destes trabalhos internacionais poder-se-ão extrair algumas questões metodológicas à realidade portuguesa, em especial às várias associações que espoletaram por todo o território nacional, e os resultados acabam por revelar dados bastante interessantes.

4.1 De um modelo fragmentário a um modelo nacional ao estilo italiano

As associações religiosas católicas serviram de charneira às ideias de Baden-Powell entre os jovens católicos, um pouco à semelhança do que ocorrera com as Associações Cristãs da Mocidade, no caso do protestantismo. Veja-se o caso do coronel Zuzarte de Mendonça (1877-1967) como representante leigo da Igreja Católica contra os vários projetos de laicização produzidos durante a Primeira República (Leal 1999, 69; L. S. de Matos 2011, 288). Contudo, o seu papel enquanto fundador e presidente da Juventude Católica de Lisboa ainda aguarda por uma abordagem consistente. Figuras como Zuzarte de Mendonça podem ser observadas como um “filtro”, já que qualquer proposta comum sobre a receção às novas ideias de uma “nova-cristandade”, e a apresentar posteriormente na assembleia de sócios, teria de passar sempre pela

sua aprovação.³⁸¹ A consideração que Zuzarte de Mendonça manifestou para com o método de Baden-Powell passou por três fases, desde a sua recusa monolítica, passando pela indiferença, até à aceitação e assimilação. Esta metamorfose posicional explica como o *scouting* entrou na vida dos inúmeros jovens católicos, precisamente organizados nas Juventudes Católicas locais.

O regicídio do rei D. Carlos I e do príncipe real D. Luís Filipe a 1 de fevereiro de 1908, paralelo ao desenvolvimento científico, novas ideologias como o ateísmo e/ou marxismo, a concorrência dos credos protestantes, ou até o descrédito nas respostas eclesiásticas aos sinais dos novos tempos, foram apenas uma parte de um clima de insegurança que os leigos católicos viviam no final da monarquia portuguesa (Fontes 2019, 163). Mais agravado ainda quando uma parte considerável dos professores primários se posicionaram a favor da laicização dos espaços escolares, como ocorrera em várias sessões do Congresso Pedagógico de 28 de maio de 1909. Fatores sociais que impulsionariam a mediatização de personalidades como Zuzarte de Mendonça em jornais de grande tiragem como *O Século*, em pugna pela defesa dos valores cristãos.³⁸² A implantação da República no ano seguinte dar-lhe-ia um maior espaço de manobra justificado para continuar com o seu trabalho de “testa-de-ferro” eclesial contra tudo e contra todos. Com várias frentes de batalha, a introdução do escotismo em Portugal acabou por ser apenas mais uma peça no *puzzle* de inimigos de Zuzarte de Mendonça, que entendia que a implementação das ideias de Baden-Powell era apenas um fragmento da política de laicização posta em prática pelo governo republicano, como um baluarte “contra a educação fradesca das escolas em Portugal”.³⁸³

De forma redutora, Zuzarte entendia que o *scouting* não servia os interesses da Igreja Católica, além de que era potencialmente desnacionalizador e apóstata. As várias fações republicanas utilizaram-no como um instrumento de laicização, e fora das fronteiras nacionais o panorama também não era muito melhor. O próprio fundador Robert Baden-Powell era anglicano, e logo em 1907/1908 procurou introduzir o seu método pedagógico nas associações juvenis ligadas à Igreja de Inglaterra (Parsons 2004, 52; R. M. Leite 2008, 97). Mais ainda, e como agravante, outros associativismos de credos não-católicos (sobretudo protestantes e judeus) também se associaram ao projeto. Não surpreendia de todo que a hierarquia católica

³⁸¹ A ideia de uma “nova-cristandade” baseada na *Rerum Novarum* foi aplicada na generalidade do mundo católico. No caso brasileiro (onde seria mais conhecida por “neo-cristandade”) foi impulsionada pelo Arcebispo de Rio de Janeiro na década de 1920 para reforçar a evangelização da população (contra o positivismo, maçonaria, liberalismo, entre outras ameaças) (Motta 2019, 41). Em Portugal, a ideia de uma “nova-cristandade” seria materializada sobretudo com a criação da Acção Católica Portuguesa em 1938 (Fontes 1994; 2011; 2019).

³⁸² À época Zuzarte de Mendonça era o máximo responsável da Juventude Católica de Lisboa, fundada apenas dois meses antes («Conferências», *O Século*, Ano 29, nº 9859, 1909-Mai-29, p. 2).

³⁸³ «Exércitos do futuro», *O Século*, Ano 32, nº 11:061, 1912-Set-25, p. 1.

inglesa manifestasse desconfiança. O próprio cardeal inglês Francis Bourne não lhe reconhecia qualquer utilidade (Trepanier 2015, 73).

No terreno a realidade era outra. Havia um evidente distanciamento entre o que afirmava o Arcebispo de Westminster e a reação dos paroquianos locais. Alguns jovens católicos das cinturas industriais de Sussex, Brighton e Liverpool adotaram as propostas de Baden-Powell e organizaram-se em pequenos grupos, na sua maioria masculinos, e financiados por outras associações como a *Catholic Women League* (Martin 2013, 7). Esta discrepância não foi exclusiva de Inglaterra. Em Espanha, mais concretamente na Galiza, o pedagogo Adolfo Revuelta decidiu criar o *Comité Local de Exploradores Composteláns*. E para cúmulo, as saídas ao campo terminavam com uma eucaristia dominical na paróquia mais próxima. A adoção das ideias de Baden-Powell efetivamente estavam cada vez mais presentes, e em 1917 o próprio arcebispo de Santiago de Compostela mostrara o seu apoio ao pequeno grupo de *scouts* galegos (Antas Ramos 2022, 78).

A experimentação do *scouting* nestes pequenos “tubos-de-ensaio” atraiu a atenção de algum clero regular, como o jesuíta francês Jacques Sevin (1882-1951), que cedo pensou em “desprotestantizá-lo” e readaptá-lo aos objetivos da *Rerum Novarum*. Com trinta e poucos anos e alguma experiência de vida (viveu doze anos exilado na Bélgica), Sevin ofereceu-se como voluntário em 1913 para as missões de catequização suburbana na Inglaterra. Aí pode aproximar-se de Baden-Powell e aprender *in situ* as propostas do fundador. (J. V. Reis 2007, 539; Sevin 2011). O espoletar da Grande Guerra, a mediatização do papel dos escoteiros durante o conflito, e a obrigação de regressar a França para servir de capelão militar na frente de guerra acabaram por impulsioná-lo a publicar o *Le Scoutisme, Études et Applications* em 1919 (Sevin 2011).

A inexistência de estudos sólidos sobre o papel deste jesuíta na promoção das redes transnacionais de escotismo católico dificulta uma maior aproximação aos contornos de disseminação de ideias entre associações distintas e de diferentes países.³⁸⁴ Tanto *de jure* como *de facto*, Jacques Sevin acabou por ser o fundador do *scouting* católico a nível global ao

³⁸⁴ A Sociedade de Jesus observou com atenção os sinais dos tempos e as diretrizes da *Rerum Novarum*, aplicando-as desde cedo ao universo estudantil com a inclusão de metodologias extraídas da *Escola Nova* (Kössler 2009, 14). Logo em seguida avançou para uma política de catequização através de movimentos juvenis, como a fundação da *Asociación Católica de la Juventud Mexicana* em 1913 pelo jesuíta francês Bernardo Bergöend, que por sua vez se inspirou na *Association Catholique de la Jeunesse Française*. Bergöend acabaria por assumir um papel decisivo na resistência eclesial contra a laicização no México e que culminou com a *Guerra Cristera* em 1926 (Espinosa 2003, 455). Tendo em conta este pano de fundo, percebe-se que a aposta de Jacques Sevin em 1913 era bastante consistente ao querer conjugar o *scouting* com a lógica inaciana de adaptação da teoria ao contexto. A partir de Sevin outros membros da Companhia de Jesus assumiram posições de liderança escotista internacional. Na Bélgica, o Cardeal Mercier foi um dos impulsionadores da *Scouts en Gidsen Vlaanderen* (Tilman 1998, 365). E nos finais da década de 1940, o francês Alban Cheyne (dirigente no Bureau Mundial de Londres e capelão da embaixada francesa em Madrid) oficializou a união de várias associações catalãs e valencianas na *Federación Ibérica de Escultismo* (Cruz Orozco 2002, 257).

promover a sua institucionalização em diversos países. A circulação e adoção do seu livro como manual prático elevou-o a um patamar bourdiano de «instrumento de valor simbólico» (Bourdieu 2001, 44) e que outros interessados o procurassem no mesmo sentido. Ao estilo de um triunvirato juntou-se com Jean Corbisier (professor e fundador da associação católica belga) e com Mario di Carpegna (guarda nobre do Papa e fundador da associação católica italiana) para fundar a *Conférence internationale catholique du scoutisme*.³⁸⁵ Esse ano de 1920 transformou-se num *annus nobilis* em que, a nível supranacional e sob alçada do Vaticano, havia oficialmente uma organização de estímulo e patrocínio para as futuras associações escotistas da orbe católica (Pranzini e Pranzini 2007, 58; Cammarota e Ramacciotti 2017, 788).

A opinião de Robert Baden-Powell sobre as dinâmicas empreendidas pelo jesuíta no que respeita à sinergia entre catolicismo e *scouting* indicam um grau de confiança evidente entre os dois. O melhor exemplo reside na frase mítica *He made the best realisation of my own thoughts*, vulgarmente repetida nos meios literários escotistas e colmatada com a publicação do livro *Le Scoutisme* em 1922 (Sevin 2011). Ao longo dos dez anos seguintes, Jacques Sevin conseguiria os apoios financeiros suficientes para centralizar a formação para dirigentes católicos de vários países no Campo-Escola de Chamarande (Essonne, França).³⁸⁶

A ascensão de Sevin dentro do Bureau Mundial de Escotismo rapidamente originou tensões com as várias fações laicas que ameaçaram com a secessão. O receio de que isso acontecesse levou a que o jesuíta tomasse a iniciativa de articular um “cordão higiénico” entre associações exclusivamente católicas de vários países e as restantes (Fuchs 2003, 32). No seguimento do Primeiro Congresso Internacional de Escotismo, realizado em Paris entre 23-30 de julho de 1922, e no qual Portugal se representara com uma delegação da AEP, a proposta para que o *Boy Scouts International Bureau* excluísse qualquer referência religiosa nos estatutos ganhou bastantes adeptos.³⁸⁷ Insatisfeito, o jesuíta criou um subgrupo autointitulado *Office International des Scouts Catholiques*, da mesma maneira que os judeus criaram o *World Union of Jewish Scouts* (Riemann 2023, 2). E caso a moção laicista fosse aprovada, as fações religiosas separar-se-iam e fundariam cada uma a sua organização mundial de escotismo.³⁸⁸

³⁸⁵ A federação de várias associações católicas por discordância com as cúpulas protestantes na Bélgica não era novidade. Já em 1911 vários desportistas tinham fundado a *UIOCEP - Union Internationale des Oeuvres Catholiques d'Education Physique*, com uma estrutura piramidal (nacional, regional e local), muito semelhante a outras federações católicas (Tolleneer 1998, 174). É provável que este tipo de organizações estivesse na mente do padre Jacques Sevin.

³⁸⁶ “Pelo Mundo Scout. Em França”, *A Flor de Lis*, Ano 2, nº 20, 1926-Dez-15, p. 3. A generalidade das associações europeias possui os seus próprios campos-escola para a formação de dirigentes (Pranzini e Pranzini 2007, 53; Gauthé 2010; Lontro e Monteiro 2014, 39).

³⁸⁷ «Primo Congresso Internazionale di Scautismo. Parigi», *Rivista Lo Scout Italiano*, 1922, pp. 141-143.

³⁸⁸ Nessa reunião apresentaram-se as delegações de escoteiros católicos: Argentina, Áustria, Bélgica (Scouts de Baden-Powell), Equador, Espanha, França, Itália, Luxemburgo e Polónia. O objetivo estava explicado na circular enviada às delegações: «[...] suivant un rapport fait par le P. Jacobs concernant le Scouting neutre, on décide que

Entretanto veja-se o caso português. Uma das principais ambiguidades de Baden-Powell e que tem suscitado uma forte argumentação entre historiadores resume-se à pedagogia belicista. O desenrolar da Grande Guerra polarizou facções contra e a favor dentro do universo escotista internacional, com cisões internas constantes, em que o único ponto em comum era o objetivo da construção o ideal nacionalista do *Homem Novo*.³⁸⁹ Em Portugal o debate na AEP sobre a instrução pré-militar no escotismo foi constante, mas nunca conciliador. Esta particularidade também marcou o desinteresse pelo escotismo por parte de alguns leigos católicos mais introduzidos nos meios desportivos. E aqui afastamo-nos parcialmente da recente teoria de Danielle Serapiglia, que remete o interesse desportivo da Igreja Católica portuguesa para a segunda década do século XX, a partir do VI Congresso da Juventude Católica Portuguesa, e organizado pelo Centro Académico de Democracia Cristã na cidade de Coimbra em 1922 (Serapiglia 2019b). A particularidade de ter secundarizado o papel do escotismo dentro do universo eclesial - mais precisamente o papel que os leigos tiveram na materialização da catequese dos jovens - , acaba por atribuir uma importância excessiva às instituições estatais nos primeiros anos do Estado Novo.

As Juventudes Católicas tiveram bastantes dificuldades internas em aplicar estratégias de consolidação da encíclica *Rerum Novarum* desde a sua fundação nas últimas décadas do período monárquico. A alta hierarquia eclesial manifestou, desde cedo, algumas dificuldades na interpretação moderna da emergência de uma nova classe etária, estabelecida entre a infância e a idade adulta, simultaneamente pueril para a plena cidadania e excessivamente tardia para a dependência familiar. A chave de um êxito em potência, e numa lógica simples de formar jovens com vista ao futuro, parece não ter sido a prioridade dos vários núcleos de juventudes católicas, que supostamente deveriam funcionar como ferramentas de combate ao enquadramento laico e laicista dos rapazes e raparigas. O ritmo de crescimento diacrónico das inúmeras associações juvenis católicas surgidas por todo o país caracteriza-se por um pequeno atraso de mais de uma década para com as concorrências: Associação "Juventude Católica de Lisboa" (1909), Junta Nacional Portuguesa da Associação Católica Internacional para Obras de Proteção às Raparigas (1911); Juventudes Católicas de Braga (1912); Funchal e Guimarães

les groupes catholiques ne peuvent participer à une organisation antireligieuse. [...] Il serait évité au possible de créer des divergences, mais si la question de neutralité était posée, les groupes catholiques voteraient en faveur d'un mouvement exclusivement religieuse» (Arquivo da AGESCI, Associazione Guide e Scouts Cattolici Italiani, Roma: «Congres de Paris 22 juillet 1922»; documento não-indexado).

³⁸⁹ A historiografia escotista das décadas de 1970 e 1980 desenvolveu um debate sobre a educação militar do associativismo. Contudo, observou-se a questão de uma forma monolítica, descuidando o impacto da Grande Guerra na sociedade. Simplificando a questão, existe uma apologia belicista anterior a 1914 e uma apologia pacifista posterior a 1918. Para mais informações recomenda-se a consulta: (J. C. do Nascimento 2008, 29; Bar-Yosef 2009, 44; Crotty 2009, 76–80; Honeck 2013, 105).

(1913); Faro (1914); Setúbal (1918); entre outras.³⁹⁰ E comparativamente com as congéneres protestantes, não havia um consenso entre as católicas quanto à aplicabilidade de inovações como o desporto, leitura, música, entre outras atividades de lazer com o objetivo de melhorar a “raça portuguesa” dos católicos (Vaquinhas 1992, 371; Leal 1999, 307; Serapiglia 2019b). Recorde-se que a União Cristã da Mocidade emergiu em Lisboa em 1898 (mais tarde denominada como Associação Cristã da Mocidade), sendo financiada internacionalmente pela YMCA - *Young Men's Christian Association* (Peixoto 2018, 94–95). Uma organização responsável pela promoção urbana de várias modalidades em Portugal, como o basquetebol, o voleibol, ténis de mesa ou o *ju-jitsu*, repetindo o mesmo *modus operandi* já utilizado noutros países (Henriques 2005, 100; J. C. do Nascimento 2008, 104–5; Anderson 2017, 162–63; Fischer-Tiné 2019).

A aversão inicial da Igreja Católica em Portugal ao escotismo terá de ser vista a partir destas encruzilhadas laicizadoras do Estado Português no período pós-1911. A principal era a outorga da inculcação de valores aos mais jovens a partir da “instrumentalizada” AEP pelo Partido Democrático. E de forma redutora, enquanto as elites republicanas locais promoviam o crescimento da AEP numa lógica de enquadramento cívico dos jovens, as elites católicas mostravam bastantes dificuldades em desenvolver as suas redes associativas juvenis. As razões que explicam esse atraso poderão ser extraídas a partir do clima de insegurança que se vivia após a promulgação da *Lei de Separação do Estado das Igrejas*, presente na generalidade da historiografia com a expulsão e exílio de sacerdotes para o estrangeiro, ocupação de residências paroquiais até a episódios de coação física, entre outros (Moura 2010; L. S. de Matos 2011). Menos conhecido são os registos de violência para com os jovens leigos, com exceção do que aconteceu com o Centro Académico de Democracia Cristã em Coimbra.

O primeiro esboço de uma supraentidade interdiocesana de juventudes e que enfrentasse instituições como o Partido Democrático só começou a dar os primeiros passos em 1913³⁹¹. O escritor e jornalista Zuzarte de Mendonça - entretanto elevado a presidente da Juventude Católica de Lisboa -, acabou por criar a Federação da Juventude Católica Portuguesa, seccionou-a por áreas geográficas, e assumiu a liderança da região sul.³⁹² A agenda federativa era exaustiva e perspetivava dotar os jovens com as vulgares palestras semanais de inculcação

³⁹⁰ O arquivo da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna dispõe os requerimentos de oficialização e aprovação dos estatutos de algumas associações mencionadas, de acordo com os respetivos governos civis. Outros casos são depreendidos a partir da imprensa local, como a Juventude Católica do Funchal, por exemplo («Seminário do Funchal», *A Voz da Juventude*, Ano I, nº 18 (II Série), 1913-Jun-22, pp. 4/5). Para mais informações sobre os vários movimentos eclesiais, veja-se: (Fontes 2000a; 2000d).

³⁹¹ «União Popular Católica e Federação das Juventudes Católicas», *A Voz da Juventude*, Ano I, nº 12 (II Série), 1913-Mai-06, pp. 4-6.

³⁹² «Federação da Juventude Catholica Portuguesa», *A Voz da Juventude*, Ano I, nº 17 (II S.), 1913-Jun-15, p. 4.

de valores religiosos e patrióticos cristãos (Fontes 1997, 20–21). No fim dos eventos realizavam-se algumas atividades de lazer e ócio. E para uma maior atenção, incentivou-se a prática de futebol e basquetebol com o objetivo de levar os jovens católicos a entrar em torneios desportivos interconfessionais.³⁹³

A possibilidade de participação de Portugal na Grande Guerra obrigou à alteração da agenda política de Zuzarte de Mendonça, o que ditou a inação da Federação. A generalidade das associações de jovens católicos na época não tinha qualquer convivência interinstitucional, e muito menos uma cadeia de comando que se estendesse para além da diocese. Na prática mantinham uma obediência à estrutura episcopal respetiva, o que dificultava o contacto entre núcleos, e impedia uma conjugação de esforços em determinadas circunstâncias. A difícil correspondência *in stricto sensu* com outras associações juvenis eclesiais originava situações de isolamento caracterizados por episódios de violência física entre jovens católicos e radicais, e que facilmente poderiam ser evitados com uma presença maior de crentes.³⁹⁴ Dois meses antes do ultimato da Áustria-Hungria à Sérvia, as várias juventudes católicas de Portugal reuniram-se no Porto para reorganizar as bases estatutárias e elaborar um estudo aprofundado das «questões que mais interessam no desenvolvimento e á defeza da causa catholica». Nesse encontro apareceu o jovem professor Oliveira Salazar em representação do Centro Académico de Democracia Cristã, e que manifestou algumas reservas a algumas propostas apresentadas, nomeadamente a permanência do vínculo à causa monárquica. O tema era delicado e suscitaria medo de represálias físicas por parte da oposição republicana, e que se confirmaram à saída do congresso com vários apedrejamentos aos congressistas.³⁹⁵

Alguns introdutores dos métodos mais modernos de educação física nos inícios do século XX em Portugal foram também os principais críticos do *scouting*. O médico católico Henrique Weiss de Oliveira estava bastante a par do que ocorria um pouco por toda a Europa e conhecia a instabilidade interna da AEP desde os inícios da Grande Guerra. As dúvidas sobre a aplicabilidade do método de Baden-Powell não se baseavam tanto na sua aplicabilidade físico-higiénica, mas antes num possível proselitismo motivado pela crença anglicana do inglês.³⁹⁶ O

³⁹³ «Região Sul», *A Voz da Juventude*, Ano I, nº 33 (II Série), 1913-Out-05, p. 6.

³⁹⁴ A utilização do conceito “radical” é propositado e aplicado num sentido etimológico. Nos finais do século XVIII a palavra era sinónimo de partidário de um sector religioso mais extremo (V. S. Ferreira 2011, 107). Várias sessões de enfrentamento foram denunciadas em Beja entre a Juventude Católica e a “Juventude Radical” durante a presidência de Sidónio Pais, e mesmo num período em que a Igreja Católica conheceu alguma tranquilidade política («Juventude Radical», *O Bejense. Semanário Republicano*. Ano VII, nº 350, 1918-Mai-02, p. 2).

³⁹⁵ «Congresso das Juventudes Católicas», *O Comércio do Porto*, Ano LXI, nº 103, 1914-Mai-02, p. 2.

³⁹⁶ Danielle Serapiglia apresenta uma questão muito interessante sobre o “Muscular Catholicism” e como a Igreja Católica também competiu com as restantes instituições cristãs pela construção dos corpos: «But what differentiated Muscular Christianity from Muscular Catholicism? On that question there are no rigorous studies. Apparently between the two conceptions there were no methodological differences. What was different was above

receio de uma possível deserção das juventudes católicas para o lado adversário através do universo escotista (protestante e republicano) foi o tópico de entrada num pequeno artigo publicado no jornal *O Século* em junho de 1914, escrito pelo colega e jornalista Zuzarte de Mendonça. E nada menos que o órgão mais mediático e filoescotista de todos. Nesse artigo recordava-se a repulsa de vários bispos gauleses contra esses novos modelos de enquadramento de juventude que circulavam do outro lado do canal da Mancha.³⁹⁷

Henrique Weiss de Oliveira tomara conhecimento do novo movimento juvenil em França, durante o Congresso Nacional de Educação Física de Lyon, poucos meses antes do artigo publicado em *O Século*. Para o médico o novo associativismo tinha um mediatismo exagerado e o convite que a organização do Congresso fizera aos *boy-scouts* para que efetuassem a guarda de honra no evento era bastante desnecessária. E num encontro onde se debatiam questões sérias como a construção dos corpos e o futuro das raças, nada justificava a presença desses jovens.³⁹⁸ Zuzarte de Mendonça fora ainda mais longe. Sendo diretor do jornal *A Voz da Juventude* enveredou logo por uma campanha aguerrida nos meses seguintes contra o movimento escotista e escudada nas queixas de vários prelados franceses. Dizia o jornalista que,

«[...] muito em breve iniciaremos uma série de artigos acerca dos scouts – fazendo a sua história, indicando os seus fins e mostrando as suas deficiências ou desvantagens. Não deixaremos, porém, de transcrever hoje para estas colunas, de um dos mais importantes jornais católicos do Brasil, *A Gazeta do Povo*, de S. Paulo, o artigo que segue [“O perigo dos Boy-Scouts”], e que diz, em síntese, o que importa saber sobre o caos».³⁹⁹

Zuzarte de Mendonça encabeçava a desconfiança generalizada das elites católicas em face da iniciativa do anglicano Baden-Powell, desde a alegada pseudoneutralidade religiosa, à

all the religious realm: a different Church. In this sense we can hazard the guess that the early forms of Muscular Catholicism imposed themselves to offset the Anglican proselytism, which was also being affirmed through the idea of Muscular Christianity.» (Serapiglia 2019b).

³⁹⁷ «A Igreja Romana condena os “Boy-Scouts”», *O Século*, Ano 34, nº 11:673, 1914-Jun-09, p. 1.

³⁹⁸ Oliveira, Henrique Weiss de. *Le Congrès National de L'Éducation Physique de Lyon: 27 a 29 Juillet 1914: compte rendue*. Lisboa: Corrêa & Rapozo, 1915, p. 6.

³⁹⁹ «Os Boy-Scouts», *A Voz da Juventude*, Ano II, nº 69, 1914-Nov-22, p. 3. Há que acrescentar ainda outro prisma de análise, e que recai no outro lado do Atlântico. A realidade escotista brasileira diferiu em muito da portuguesa, devido às circunstâncias políticas de ambos os países, e respetivas redes escotistas intracontinentais. Convém ressaltar que, qualquer abordagem ao escotismo português, pelo menos até 1939, deverá ter em conta o diálogo entre Brasil e Portugal, em que dirigentes portugueses como David de Barros (para o caso do Porto como espaço macrourbano) ou o padre Abílio Mendes (para o caso do Barreiro como espaço microurbano) estão na génese de unidades escotistas nos dois países (E. Ribeiro 1982, 65; Graça 2013). A troca de informações, oferta de manuais escotistas, discussão de problemáticas, são temas muito presentes na imprensa associativa. Existe uma comunicação epistolar permanente entre grupos de adueiros/escoteiros com as congéneres brasileiras, e certamente estes casos motivaram o espoletar de uma associação exclusivamente católica em moldes idênticos às que se registavam no continente americano, a Associação do Escoteiros Católicos do Brasil (Joaquim Pintassilgo e Nery 2007).

rapidez com que fora adotado pelos restantes ramos do protestantismo, e mais ainda o interesse de algumas lojas maçónicas. A campanha durou pouco. Dificilmente conseguiria superar as campanhas mediáticas de jornais como *O Século* ou *O Comércio do Porto*, com uma tiragem bastante superior e diária, para além de que alguns grupos da AEP contavam com uma clara simpatia do Partido Democrático. As dúvidas só começaram a dissipar-se com a constituição de dois grupos exclusivamente católicos dentro da Associação dos Escoteiros de Portugal em 1916: um em Lisboa (inesperadamente na sede da Juventude Católica, na Rua das Pedras Negras) e outro em Braga (Colégio dos Órfãos de S. Caetano). Ambos certamente motivados pela entrada de Portugal no conflito europeu, o que terá influído para uma nova concepção existencial sobre o potencial do escotismo⁴⁰⁰. E mesmo com bastantes reservas, Zuzarte de Mendonça decidiu dar o benefício da dúvida à unidade olissiponense, ajudando-a com uma campanha de angariação de sócios no jornal *A Ordem*, e apelando «a todas as famílias catholicas de Lisboa o seu auxílio para esta obra, não só patriótica, mas também educadora», autênticos *leitmotive* do projeto.⁴⁰¹ E mesmo desconfiado, ainda publicou o livro “Os Escoteiros” (Mendonça 1918), que incluía vários artigos traduzidos de autores estrangeiros de cariz conservador, como Paul Copin-Albancelli (“La question des boys-scouts ou éclaireurs en France”; 1913) ou até do “*Catholic Scout's Prayer Book*” (publicado em Londres pela *Catholic Truth Society* em 1912) e utilizou o jornal *A Ordem* como rampa publicitária.⁴⁰² Zuzarte de Mendonça assumia-se agora como o bastião moral em defesa de um possível proselitismo de famílias católicas através do escotismo trinominal: estrangeiro, irreligioso, e maçónico (Mendonça 1918, 10). Não se enganara, já que a aproximação entre pedreiros-livres e alguns dirigentes da AEP era manifestamente pública.⁴⁰³

Ao realçar as vantagens do *scouting* católico empreendido nas duas margens do canal da Mancha em “Os Escoteiros”, Zuzarte de Mendonça simultaneamente reconhecia publicamente a relativa ineficácia das várias organizações juvenis católicas para com a política religiosa durante a Primeira República.⁴⁰⁴ Isto não significa que o resto do país se revesse nesta

⁴⁰⁰ Importante assinalar que do lado das cúpulas dirigentes das duas maiores associações estabelecidas, AEP e UAP, havia uma tolerância relativa para com as minorias religiosas (neste caso os católicos), desde que os seus membros dirigentes se sujeitassem aos estatutos associativos que definiam essas organizações como pluriconfessionais. De facto, não encontrámos quaisquer registos de episódios de violências físicas ou atentados contra as liberdades religiosas entre escoteiros durante a Primeira República.

⁴⁰¹ «Juventude Catholica de Lisboa. Grupo de Escoteiros», *A Ordem. Diario Catholico da manhã*. Ano II, nº 517, 1917-Out-27, p. 1

⁴⁰² «Leiam. “Os Escoteiros”», *A Ordem. Diario Catholico da manhã*. Ano III, nº 677, 1918-Mai-18, p. 2

⁴⁰³ O maçom e deputado do Partido Democrático Aníbal Lúcio de Azevedo por várias vezes cedeu a sua quinta em Barcarena, Oeiras, para as atividades do AEP Gr. 1-Lisboa («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:063, 1915-Jul-09, p. 2).

⁴⁰⁴ «Os Escoteiros», *A Ordem. Diario Catholico da manhã*. Ano III, nº 811, 1918-Out-11, p. 2

linha de pensamento. Na diocese do Porto, por exemplo, D. António Barroso conhecia o *scouting* bem de perto e até o fomentava dentro da sua jurisdição, algo que passou despercebido aos restantes membros do episcopado. Já nos inícios de 1916 o bispo apoiara a criação de um grupo da União dos Adueros de Portugal na Associação Nuno Álvares, sob liderança de Alberto Pinto Saraiva, que a manteve em funcionamento sempre com uma marca identitária bastante vincada, e da qual fazia questão de ver refletida na imprensa associativa.⁴⁰⁵ Saraiva procurou que o UAP Gr. 15-Associação Nuno Álvares promovesse algumas campanhas de propaganda face ao exterior. Já em maio de 1922 cedeu as instalações da sede para a receção oficial a três adueiros que circularam pelo país para a divulgação associativa, num sistema de *globetrotters*. E através da visita destes três jovens é possível acompanhar o percurso institucional, que inclui a visita ao Presidente da República, a presidentes de câmara, governadores civis, professores universitários, deputados, e alguns bispos, desde logo os de Leiria e Coimbra, e até D. António Mendes Belo, cardeal patriarca de Lisboa.⁴⁰⁶

A tese de que o *scouting* era uma novidade para a Igreja Católica em 1922, repetidamente evocada nas memórias associativas (J. V. Reis 2007, 81), acaba por ser bastante incorreta. Pelo caminho há que contabilizar o Congresso das Juventudes Católicas do Norte, entre 07 e 08 de maio de 1921 (J. P. Gomes 1984); a organização da Cruzada Nacional Nuno Álvares também nesse mesmo mês (Leal 1998; 1999; 2000); a criação do *Comité Local de Exploradores Composteláns* em 1913 na vizinha Galiza (Antas Ramos 2022, 78), assim como vários *scouts* galegos que marcaram uma regular presença em Braga e noutras localidades fronteiriças (na generalidade dos casos eram acompanhados pelos congéneres portugueses que os recebiam com o sentimento identitário da fraternidade escotista).⁴⁰⁷ Mais ainda quando jornais filocatólicos como o *Diário do Minho* sempre notificaram as atividades dos escoteiros, tanto em Portugal como no estrangeiro, e sempre (ou quase sempre) num espírito apologético.⁴⁰⁸

Em 1922 D. Manuel Vieira de Matos e o padre Avelino Gonçalves conheciam as iniciativas do jesuíta Jacques Sevin em Paris de querer consolidar todas as associações católicas numa única entidade supranacional, a *Conférence Internationale Catholique du Scoutisme*. E da mesma maneira que a notícia chegou a Braga, também chegou a Lisboa. Em dezembro desse ano vários vultos ligados ao Centro Católico Português - como Marcello Caetano, Zuzarte de Mendonça e Weiss de Oliveira - , e que tentaram criar uma associação de escoteiros católicos

⁴⁰⁵ A Associação Nuno Álvares tinha a sua sede na Rua Passos Manuel, uma das artérias mais centrais da cidade («Grupos Novos», *O Aduero. Boletim da União dos Adueros de Portugal*, Ano II, nº 8, 1916-Fev-10, p. 32; «Notícias do Norte», *O Aduero do Sul. Órgão de propaganda "aduarista"*, Ano I, nº 2, 1922-Fev, p. 3).

⁴⁰⁶ «Em propaganda do adueirismo», *O Século*, Ano 42, nº 14:471, 1922-Mai-26; pp. 1-3.

⁴⁰⁷ «Escoteiros espanhóis», *Diário do Minho*, Ano IV, nº 1027, 1922-Ago-27, p. 4.

⁴⁰⁸ «Escoteiros catholicos nos Estados Unidos», *Diário do Minho*, Ano II, nº 565, 1921-Fev-16, p. 1.

na capital.⁴⁰⁹ Episódios singulares que validam um interesse eclesial na fundação de uma associação a nível nacional como ultrapassagem definitiva ao modelo fragmentário existente até à data, para uma organização ao estilo da *ASCI – Associazione di Scouts Cattolici Italiani* (fundada em 1916 e desaparecida em 1922 com a ascensão de Mussolini ao poder) (Ponzio 2015, 34).

A realização do I Congresso Arquidiocesano das Juventudes Católicas Portuguesas realizado em abril de 1922 em Braga colmatou a oficialização do escotismo exclusivamente católico à escala nacional, quando o arcebispo primaz deu os primeiros passos para um modelo organizacional semelhante ao já implementado noutros países europeus.⁴¹⁰ Este encontro seria o culminar de uma reunião prévia de representantes das juventudes católicas realizada quatro meses antes, e onde participaram dois deputados do Centro Católico Português, o médico Weiss de Oliveira e o advogado Lino Neto, que, como foi referido, o primeiro acabaria por assumir um papel importante na implementação do escotismo católico na capital.⁴¹¹ Este encontro arquidiocesano juvenil conseguiu juntar os vários núcleos do Minho, Douro e Trás-os-Montes, onde se debateram várias propostas para o correto enquadramento social da juventude no seguimento da reorganização do movimento católico em Portugal (Fontes 2000a, 37; 2000d). Um dos pontos principais de atuação residia na expansão catequética nos meios operários, académicos, militares, marítimos e agrícolas, seguido da confederação das próprias associações de juventude, criação de estatutos e regulamento interno, e ainda a proteção ao emprego. Coincidentemente, e dentro do número de assistências, poder-se-á contabilizar a presença de um pequeno grupo de adueiros católicos do Porto que aí se deslocou para assistir ao debate sobre cultura física.⁴¹² Estes casos mostram que o futuro Corpo de Scouts Católicos de Portugueses criado em maio de 1923 se dotou de elementos com experiência anterior noutras organizações, e ainda aproveitou a rede de património imóvel e respetivas estruturas humanas

⁴⁰⁹ «Escoteiros católicos», *A União. Órgão do Centro Católico Português*, Ano III, nº 118, 1922-Dez-02, p. 2.

⁴¹⁰ «A juventude catholica portuguesa e os seus camaradas de França e Itália», *Diário do Minho*, Ano III, nº 907, 1922-Mar-31, p. 2.

⁴¹¹ «Congresso Católico Arquidiocesano», *Diário do Minho*, Ano III, nº 811, 1921-Dez-03, p. 1; «Centro Católico Português», *Diário do Minho*, Ano III, nº 846, 1922-Jan-18, p. 1. Partidos como o Centro Católico Português acompanharam os congressos de juventudes com alguma atenção, sobretudo pelas várias propostas sobre liberdade de associação religiosa, obras de caridade, assistência hospitalar, educação infantil e acção missionária nas colónias («As reivindicações do Centro Católico Português», *Diário do Minho*, Ano III, nº 626, 1921-Jun-29, p. 1).

⁴¹² «O próximo Congresso das Juventudes Catholicas Archidiocesanas», *Diário do Minho*, Ano III, nº 916, 1922-Abr-12, p. 1; «O 1º Congresso das Juventudes Catholicas Archidiocesanas de Braga», *Diário do Minho*, Ano IV, nº 926, 1922-Abr-23, p. 2.

locais que explicam a fácil resistência às investidas republicanas e um rápido crescimento quantitativo nos dez primeiros anos de existência.⁴¹³

Ao realizar o I Congresso Arquidiocesano das Juventudes, o interesse do arcebispo Vieira de Matos era bastante óbvio, tencionando consolidar as várias associações juvenis já existentes, uma das quais a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira (Leal 1999; Faustino 2007, 68). Fica apenas a dúvida se este congresso de 1922 foi o local onde se selecionaram os futuros dirigentes nacionais do Corpo de Scouts Católicos Portugueses não-adueiros.

4.2 O impacto do *Congresso Eucaristico Internazionale di Roma* (1922)

A deslocação do arcebispo D. Manuel Vieira de Matos e do padre Avelino Gonçalves a Roma para participação no *Congresso Eucaristico Internazionale* entre 24 e 29 maio de 1922 surge como mais um mito fundador do atual Corpo Nacional de Escutas (J. V. Reis 2007, 79). As memórias associativas da entidade católica omitem o congresso de Braga realizado um mês antes, e ainda apontam para o momento italiano como uma espécie de epifania, com ambos os sacerdotes a terem a ideia conjunta de uma associação portuguesa após observarem um desfile de 20.000 escuteiros italianos.⁴¹⁴ O número é exagerado, tendo em conta as políticas de violência urbana empreendidas pelas milícias fascistas e que impediam deslocações de escoteiros de outros pontos da península italiana até à capital (Ponzio 2015, 39). Admitindo a hipótese de que o número aproximado foi propositadamente duplicado ou triplicado, acaba por ser sempre um aglomerado populacional bastante relevante e com um significativo impacto público.

A nível internacional, e como referido nas páginas anteriores, até aos anos 1920-1922 o escotismo católico na Europa limitou-se às geografias nacionais. Apenas alguns países meridionais detinham associações exclusivamente católicas, e no resto do continente a maioria das unidades eclesiais inseria-se em associações plurirreligiosas/neutras.⁴¹⁵ Esta particularidade obrigava a uma tabulação estrita dentro do campo da laicidade escotista, com as cúpulas

⁴¹³ As memórias do padre Benjamim Salgado referem a existência de um protocolo informal entre a União dos Adueros de Portugal e o futuro CSCP, idealizado numa Liga do Scouting Católico Português (Salgado 1948, 13). Uma informação relevante fora do âmbito da presente tese, mas que carece de análise.

⁴¹⁴ O Congresso Eucarístico Internacional de Roma teve um grande impacto por ser o primeiro no pós-Grande Guerra («O Congresso Eucarístico», *O Século*, Ed. Noite, Ano 8, nº 2640, 1922-Jul-02; p. 4).

⁴¹⁵ A questão da laicidade dentro do universo escotista à escala mundial sempre foi um tema fraturante, na medida que sempre se procurou a equitabilidade de todos os credos. Por exemplo, em Inglaterra o cardeal Bourne teve de se articular com a Casa Real (anglicana) e uma população bastante heterogénea. A visita dos vários membros da família real britânica quando visitavam os acampamentos obrigava a um reescalonamento das atividades, com as celebrações católicas, protestantes e/ou anglicanas a serem celebradas em simultâneo («Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 17:020, 1929-Jul-27, p. 2).

diretivas católicas a partilharem espaços de poder equitativos com todos os credos. Um bom exemplo reside nos *Scouts de Baden-Powell* na Bélgica, que na encruzilhada do nacionalismo flamengo, do expansionismo cultural alemão, e do confronto interno com os protestantes, decidiram desintegrar-se da associação nacional (Tilman 1998, 365; Tolleneer 1998, 174; Baffi 2013, 43–44; Mennen e Molema 2016, 636).

O jesuíta Jacques Sevin tinha conhecimento pleno desta realidade e procurou dar início a uma estruturação supranacional de todas as entidades católicas do Velho Continente, numa única entidade, e autorizada pelo Vaticano e simultaneamente obediente ao Boy Scouts International Bureau com sede em Londres desde 1919.⁴¹⁶ Em Braga, a imprensa minhota teve em conta o *Congresso Eucarístico Internazionale di Roma* e fez a apologia de uma organização juvenil escotista católica, já que na capital italiana

«[...] eram 600 rapazes, marchando a passo ginástico e a seis de fundo, com garbo militar e espírito militante. É uma juventude assim a de que carecemos, esforçada, característica, ilustrada e dócil, obediente, disciplinador. As nossas Juventudes Católicas não são ainda um exército; parecem mais guerrilhas irregulares. Seguimos muitos os padrões franceses, fantasiosos; menos os modelos italianos de severo enquadramento. Ora é o espírito legionário que havemos de animar».⁴¹⁷

Mas era pouco. E neste panorama, o deputado centrista António Lino Neto apresentou uma moção em agosto de 1922 com vista à remodelação geral dos serviços públicos, a redução do efetivo do exército, e a reformulação das sociedades de instrução pré-militar (o que terminaria com o vínculo legislativo que a AEP mantinha com estas).⁴¹⁸ Na prática era um aviso para o que estava em preparação em Braga, e o mote estava lançado. Faltava apenas o respaldo papal e que a agenda internacional acabou por brindar. A realização do *Congresso Eucarístico Internazionale di Roma* de julho de 1922 permitiu que o arcebispo de Braga e o seu secretário diocesano Avelino Gonçalves se deslocassem aí como delegados.⁴¹⁹ A presença de seiscentos escoteiros católicos italianos, em ordem unida e garbo militar, desfilando nas imediações de

⁴¹⁶ «Le P. Sevin communique, que le mouvement scout catholique au Portugal et au Brésil est déjà très important, mais n'est pas reconnu par le Bureau de Londres» (Arquivo da AGESCI, *Associazione Guide e Scouts Cattolici Italiani*, Roma: «Congres de Paris 22 juillet 1922»; documento não-indexado). O art. 31º dos estatutos do CSCP menciona a vinculação ao *Bureau* Internacional de Scouts Católicos (Corpo de Scouts Católicos Portugueses 1923, 10).

⁴¹⁷ «União Católica. A expansão e organização das juventudes», *Diário do Minho*, Ano IV, nº 1005, 1922-Jul-30, p. 1.

⁴¹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão Instrução (noturna), a 1 de agosto de 1922, Base nº 21, p. 14

⁴¹⁹ «União Católica. A expansão e organização das juventudes», *Diário do Minho*, Ano IV, nº 1005, 1922-Jul-30, p. 1.

Roma atrai o interesse nos jornalistas portugueses. E de uma forma bastante redutora, ainda hoje se mantem como o ponto zero associativo (Salgado 1948, 11; J. V. Reis 2013, 18).

4.3 Dois modelos em disputa: Arquidiocese de Braga e Diocese do Porto

As relações da República Portuguesa com a Santa Sé em 1922 pautavam-se mais por um compromisso de tréguas do que pelo cumprimento unilateral da *Lei de Separação do Estado das Igrejas*. Após as efêmeras campanhas monárquicas de 1919 no norte do país e uma certa tolerância religiosa manifestada pelo governo de António Maria da Silva, a Santa Sé abandonava qualquer pretensão de apoiar a Casa de Bragança, o que se traduzia numa margem mínima de negociações entre o Estado Português e a Igreja Católica (B. C. Reis 2011, 159; L. S. de Matos 2011, 501). Nesses “espaços vazios” encontra-se o projeto de institucionalização de uma associação escotista exclusivamente católica por D. Manuel Vieira de Matos após o I Congresso Arquidiocesano das Juventudes Católicas Portuguesas em abril de 1922 (seguido do *Congresso Eucarístico Internacional di Roma* um mês depois), o que abalou os principais responsáveis protestantes da AEP. Mais ainda quando as tensões no Congresso de Paris com as propostas do jesuíta Jacques Sevin ainda estavam por sarar.

O estado atual dos arquivos dificulta uma formulação integrada sobre os contornos da implementação do *scouting* exclusivamente católico na Arquidiocese de Braga. Nem D. Manuel Vieira de Matos nem o padre Avelino Gonçalves tinham qualquer experiência nesse campo e recusaram selecionar um líder nos adueiros do Porto que se apresentaram no I Congresso de Juventudes em Braga. Misteriosamente convidaram Franklim António de Oliveira, ex-escoteiro-chefe do AEP Gr. 2-Lisboa, para ser o Comissário Nacional e dar início ao Corpo de Scouts Católicos Portugueses no primeiro quadrimestre de 1923.⁴²⁰

⁴²⁰ A vida do chefe Franklim de Oliveira é ainda um mistério. A partir de testemunhos da época podemos observar que muitos o consideravam uma pessoa complexa. Seria verdadeiramente assim? Talvez e vejamos porquê. Franklim de Oliveira conheceu o escutismo na AEP. Em 1916 fundou o Grupo 27 da AEP em Évora. Também parece que ajudara a constituir os grupos 32 em Almeirim (talvez em 1916) e 34 na Ribeira de Santarém (1917), mas estas unidades tiveram uma vida efêmera. Vivia-se a Primeira Guerra Mundial e muitos dos dirigentes foram recrutados para as trincheiras na Bélgica. Um pouco mais tarde, Alfredo Tovar de Lemos, Presidente da Comissão Executiva da AEP, soube da sua presença em Lisboa, quando Franklim entrou no Instituto Superior de Comércio como estudante, e convidou-o para liderar o AEP Gr. 2-Lisboa (1919). A entrada neste grupo abriu-lhe uma série de oportunidades sem precedentes, sobretudo quando a AEP vivia um período conturbado, com vários grupos a desmembrarem-se, e outros a assumirem quase uma certa independência face à estrutura central. Nesse tempo o AEP Gr. 2 decidiu integrar a Cruzada das Mulheres Portuguesas, uma instituição republicana feminista surgida no contexto da Grande Guerra. E esta opção valeu-lhe a oportunidade de integrar o primeiro contingente português ao Jamboree Mundial, em Olympia Park, Londres, em 1920. A Cruzada patrocinou a sua deslocação à Grã-Bretanha. No ano seguinte, Franklim de Oliveira fora escolhido para Comissário Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas, uma associação escutista anexa à AEP, com cinco grupos abertos em simultâneo, desde o Palácio das Necessidades ao Intendente, e um deles exclusivamente feminino.

Os porquês desta escolha deverão ser observados a partir da história religiosa da Associação dos Escoteiros de Portugal, mais concretamente com o papel interventivo do capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos que, em 1921, tinha conseguido que o Partido Democrático legisse várias medidas contra alguns adversários internos. A promulgação do decreto nº 8132, de 08 de maio cuja alínea 3 definia que a AEP era uma entidade «neutra em matéria religiosa, significa que a Associação dos Escoteiros de Portugal não protege nem contraria qualquer crença religiosa». Algo que dava pouca margem de manobra aos líderes protestantes do AEP Gr. 1-Lisboa, instalados na Associação Cristã da Mocidade.

Alfredo Tovar de Lemos aproveitou as convulsões internas da AEP ao longo de 1922 para concentrar em si os poderes de presidente (em janeiro), e o de Escoteiro-Chefe Nacional (poucos meses depois), o que na prática se traduzia como um instrumento suficiente para anular qualquer proposta aprovada em conselho nacional. Talvez isso explique o resultado de um encontro em dezembro entre representantes da AEP e o Patriarcado de Lisboa com vista à criação de uma associação escotista católica e que ficou conhecida como a “reunião da discórdia”.⁴²¹ Pela parte da AEP apareceram Franklim de Oliveira (na qualidade de Comissário do AEP Gr. 2-Lisboa) e Marcello Caetano, como escoteiro-chefe do Gr. 11-Liceu Camões. A comitiva do Patriarcado de Lisboa compunha-se pelo médico Henrique Weiss de Oliveira, padre Gabriel Ribeiro, Pereira dos Reis e monsenhor Francisco Esteves. A reunião teve um resultado nulo, possivelmente pela não aceitação de Tovar de Lemos das condições propostas pelos católicos. Contudo, o Patriarcado mostrou sempre interesse em prosseguir com o delineado. Quatro anos mais tarde, Henrique Weiss de Oliveira e Gabriel Ribeiro acabariam por liderar o Corpo Nacional de Scouts na Região de Lisboa. Já Franklim de Oliveira, insatisfeito com o resultado, acabaria por se demitir da AEP.

A autobiografia do antigo adueiro e escoteiro Alberto Pinto Saraiva compõe-se de uma série de fotografias a documentos administrativos (Saraiva 1977). Precisamente um deles reporta a uma ordem da associação Legionários Católicos de Portugal de 1923 assinada pelo chefe Franklim.⁴²² Ao ser oficial das alfândegas, é provável que se tivesse instalado na cidade do Porto entre os finais de 1922 e inícios de 1923, período que coincide com o convite que D.

⁴²¹ A reunião realizou-se na sede da Juventude Católica de Lisboa («Escoteiros católicos», A União. Órgão do Centro Católico Português, Ano III, nº 118, 1922-Dez-02, p. 2). Mais tarde, o jornalista e escoteiro-chefe Alberto Pinto Saraiva indicia que o resultado improdutivo da mesma se deveu às ambições pessoais de Franklim de Oliveira («Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 692, 1930-Jun-10, p. 11).

⁴²² A pesquisa no acervo histórico da Diocese do Porto referente aos Legionários Católicos de Portugal foi nula e impediu uma abordagem consistente ao tema. No entanto, esta associação existiu durante alguns anos. A partir da imprensa generalista do Porto é possível acompanhar as suas atividades dirigidas pelo reverendo Adriano Moreira Martins, simultaneamente assistente dos Legionários e da Juventude Católica do Porto, e na qual estariam leigos como o professor de música Afonso Valentim, ou o próprio Alberto Pinto Saraiva («Juventude Católica do Porto», *O Comércio do Porto*, Ano LXX, nº 12, 1925-Jan-15, p. 2).

Manuel Vieira de Matos e o padre Avelino Gonçalves lhe endereçaram para dirigir a futura associação escotista católica. Agora, porquê Franklim de Oliveira? O passado dubio do escolhido, que ostentava um percurso pelo AEP Gr. 2-Lisboa (grupo com fortes ligações ao universo republicano vinculado às SIMP, e ao qual não faltavam as conotações maçónicas), originaram mais dúvidas que certezas, e suscitou os mais variados rumores durante décadas⁴²³.

O período estudantil de Franklim de Oliveira no Instituto Superior de Comércio entre 1918-1920 corresponde ao tempo de docência do deputado António Lino Neto do Centro Católico Português nesse estabelecimento.⁴²⁴ É provável que a proximidade entre aluno e professor possibilitasse a ser apresentado a outros vultos católicos. Acaba por ser bastante perceptível que, quando Franklim assumiu o mandato como Comissário-Geral do AEP Gr. 2-Lisboa pouco depois, mais precisamente quando esta unidade se vinculou à Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920-1921), se tenha inscrito na Ordem de Santa Maria do Castelo, onde já se encontravam algumas individualidades do universo católico como Zuzarte de Mendonça ou António Cabreira (Leal 1999, 96; J. Rodrigues e Oliveira 2013, 57).⁴²⁵ Estranhamente, ao apresentarem-se no jornal *O Século* com a lista de sócios e respetivas profissões, aí surge o nome de Franklim António de Oliveira como Comissário Geral de Escoteiros.⁴²⁶ O interesse de pertencer a uma associação promotora do património histórico português e de índole patriota percebe-se na assunção de reabilitar a rede castreja medieval do país.⁴²⁷ Menos perceptível foi a inserção numa entidade politicamente nos antípodas da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Aceitando a possibilidade de que esta admissão acabou por lhe dar a oportunidade para se aproximar à alta hierarquia do Patriarcado de Lisboa, entende-se o encetamento de negociações para a implementação de um novo projeto que tinha em mente: a liderança nacional dos futuros *escoteiros católicos*. Se assim for, isso explica o interesse de

⁴²³ O rumor de que teria sido suscitado diretamente pela alta hierarquia do Patriarcado de Lisboa foi o mais repetido («Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 692, 1930-Jun-10, p. 11).

⁴²⁴ Associação Nuno Álvares, Santarém. *Memorandum das homenagens ao Santo Condestável: em Santarém, nos dias 28, 29 e 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 1919*. Lisboa: Typographia Adolpho Mendonça, 1919, p. 8.

⁴²⁵ A Ordem de Santa Maria do Castelo foi inaugurada em Tavira, no primeiro semestre de 1920, por Álvaro Zuzarte de Mendonça, general Alberto da Silveira, António Cabreira, Clemente de Moraes Sarmiento (médico), Elmano Alves (médico), Vítor Marques de Oliveira (presidente da Juventude Católica), António Júdice de Magalhães Barros (vogal no Conselho de Turismo e diretor da Sociedade de Propaganda de Portugal), Carlos Soeiro da Costa (subinspetor de Finanças), José Pereira Sabrosa (capitalista e proprietário), Pedro Lourdes Lapa (farmacêutico), entre outros (Ordem de Santa Maria do Castelo, *Estatuto da Ordem de Santa Maria do Castelo, precedido dos diplomas que o aprovam*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1920; «Congresso Arqueológico Nacional», *O Século*, Ano 40, nº 14:006, 1920-Dez-24, p. 1).

⁴²⁶ «A Festa da Pátria», *O Século*, Ano 41, nº 14202, 1921-Ago-24; p. 4.

⁴²⁷ O fascínio por indivíduos medievais e personificados em heróis exemplares foi transversal ao mundo moderno e observável nas mais variadas geografias políticas. Várias organizações católicas dos Estados Unidos da América, e bastante conectadas com o movimento scout, autointilaram-se como os “Knights of Columbus” ou a “Holy Name Society” («Organização católica», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1535, 1925-Jan-03, p. 1). Para mais informações sobre o universo heroico neomedieval no período entre guerras consulte-se: (Setran 2010).

representar a AEP na “reunião da discórdia” em novembro de 1922.⁴²⁸ Para mais quando a questão do catolicismo na AEP não era nem algo inédito, e muito menos algo desejado. O clima religioso na associação manteve-se tenso durante todo o mandato do capitão-médico Tovar de Lemos e parecia sem solução. Um facto que não passou despercebido ao jornal lisboeta *Os Sports*, que chegou a publicar uma circular a distribuir pelo país reforçando que o «afastamento da religião» era algo necessário em nome de uma neutralidade religiosa medular.⁴²⁹

Do lado dos fundadores dos *scouts* católicos em Braga há que estender a análise até à diocese vizinha. Uma vez que Franklim de Oliveira se tinha inscrito nos Legionários no Porto, certamente aí conheceu o jovem padre Avelino Gonçalves e o arcebispo de Braga quando estes preparavam um projeto para Portugal a partir do que já tinham visto em dois congressos. Ambos necessitavam de um comissário geral, e Franklim de Oliveira reunia as condições necessárias: fundador de vários grupos; participara no *Jamboree* de Olympia Park em Londres; e meses antes tinha tentado avançar com os escoteiros católicos da AEP em Lisboa. Assim que, a 27 de maio de 1923, e na abertura do Primeiro Congresso Eucarístico da Arquidiocese de Braga, os três assinaram os compromissos organizacionais. Nascia o Corpo de Scouts Católicos Portugueses (CSCP), com a primeira Junta Central a ser constituída pelo próprio Franklim António de Oliveira (Comissário Nacional), D. Manuel Vieira de Matos (Capelão-Mor geral), padre António Avelino Gonçalves (Inspector-Mor geral), Manuel Soares da Silva (Secretário Geral), Álvaro Benjamim Coutinho (Tesoureiro-geral). Simultaneamente constituiu-se a Junta Arquidiocesana de Braga com o padre Luís Maciel dos Santos Portela, abade de Maximinos (capelão diocesano), e o capitão Graciliano Marques (Comissário Diocesano de Braga)⁴³⁰. Como logotipo adotaram a Flor de Lis incrustada na Cruz de Cristo e com uma cópia do listel “Sempre Pronto” da AEP, com um nó subposto, símbolo de compromisso. De toda a equipa, somente Franklim de Oliveira tinha experiência escotista, o que explica a mimese icónica com a associação adversária.

O Congresso Eucarístico de Braga de 1923, o primeiro realizado em Portugal, ocorrera na última semana de maio e marca a apresentação pública do CSCP numa eucaristia na Igreja

⁴²⁸ «Escoteiros católicos», *A União. Órgão do Centro Católico Português*, Ano III, nº 118, 1922-Dez-02, p. 2.

⁴²⁹ «Pelo Escotismo», *Os Sports*. Ano IV, nº 369, 1923-Fev-18, p. 2.

⁴³⁰ Talvez por receio político, a imprensa bracarense não atribuiu grande importância à pré-oficialização, mencionando apenas a sua presença do pelotão dos escoteiros católicos, na terceira posição da procissão a realizar no dia 31 de maio, num total de 26 organizações («Congresso Eucarístico em Braga», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1212, 1923-Mai-27, pp. 1-2). Seria necessário esperar até ao dia 29 de maio para que surgissem as primeiras notícias, já com descrição do desfile pelas ruas de Braga, “uma primavera de beleza que começa a sorrir cheia de encantos e esperanças no nosso país” («Corpo de Scouts Católicos Portugueses», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1213, 1923-Mai-29, p. 2). No dia seguinte, os *scouts* católicos voltariam a circular pelas artérias urbanas da cidade com motivo da celebração do Dia de São Jorge, padroeiro do escotismo mundial, apesar da festividade se realizar a 23 de abril («Escoteiros», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1214, 1923-Mai-30, p. 2).

dos Terceiros no dia 27. Quatro dias depois, na procissão de encerramento, entre vinte e seis organizações presentes no cortejo, o pelotão dos escoteiros católicos situava-se já em terceiro lugar, levando à cabeceira a figura de São Jorge, patrono do *Scouting* Católico Internacional e a respetiva guarda de honra, seguido da banda musical da Oficina de São José.⁴³¹ Pouco tempo depois, o próprio D. Manuel Vieira de Matos sabendo da importância simbólica da presença destes jovens organizados, fez questão de realizar uma excursão ao Santuário do Sameiro, terminando com uma celebração eucarística em que o CSCP teve um lugar de destaque na animação coral.⁴³² A presença dos escoteiros católicos nas manifestações religiosas e missas celebradas pelo prelado garantiam alguma proteção física aos ministros do rito. O simbolismo dos uniformes e posturas corporais, ainda muito vinculadas à ordem unida e à instrução militar, diluíam as ameaças de coação, e esse facto não passou despercebido ao prelado e organismos locais.⁴³³

E a partir de aqui o CSCP rapidamente ocuparia o espaço público da capital do Minho com várias presenças em cerimónias religiosas e numa clara afirmação de poder. Logo no dia 31, no dia do Corpo de Deus, uma multidão assistiu à procissão pública iniciada no Sameiro e ao qual concorreram mais de 50.000 fiéis, «não havendo memória de procissão tão concorrida nesta cidade e, com tanta fé e amor, presenciada».⁴³⁴ Apesar do número ser exagerado, mostra a importância do evento. Mais uma vez os *scouts* assumiram um papel primordial na ordem do cortejo, juntamente com as confrarias locais e visitantes, catequese, colégios, escolas primárias e outras instituições, e acabariam por integrar-se na hierarquia simbólica dos lugares (B. C. C. Santos 2015). Alguma imprensa local eclesiástica bracarense como o *Diário do Minho* ajudou a promover estas campanhas de propaganda, e é partir deste periódico que se poderá colmatar alguns hiatos existentes no arquivo do Museu do Corpo Nacional de Escutas.⁴³⁵

O rápido crescimento do CSCP despertou paixões e ódios com os principais periódicos católicos do norte do país a destacarem-no, e alguns jornais republicanos filoescotistas de maior tiragem a fornecerem descrições bastante ambíguas. *O Comércio do Porto* só se referiu à criação do Corpo de Scouts Católicos Portugueses já em 1924. E em Vila Real, Adelino

⁴³¹ «Congresso Eucarístico em Braga», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1212, 1923-Mai-27, p. 1; «Escoteiros», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1214, 1923-Mai-30, p. 2.

⁴³² «O Corpo de Scouts Católicos no Sameiro», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1218, 1923-Jun-05, p. 1.

⁴³³ «Semana noticiosa», *A Cruzada. Boletim paroquial da Arquidiocese de Braga*, Ano I, nº 7, 1923-Jun-10, p. 4.

⁴³⁴ «O primeiro Congresso Eucarístico de Portugal», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1216, 1923-Jun-02, p. 1.

⁴³⁵ A atual nomenclatura “Corpo Nacional de Escutas” (aportuguesada) foi sugerida dentro da própria associação pelo escoteiro “Lobo da Penha” em nos finais de 1928 («Vocabulário Escutista», *A Flor de Lis*, Ano 4, nº 22, 1928-Dez-31, p. 2). Acabaria por ser imposta pelo Estado Novo em alternativa ao Corpo Nacional de Scouts (estrangeirada), que por sua vez substituíra o Corpo de Scouts Católicos Portugueses em 1925 (Lontro e Monteiro 2014, 58).

Samardã, diretor de *O Povo do Norte*, republicano e simpatizante do UAP Gr. 22 da localidade, preferiu enfocar a suposta ilegalidade dos *scouts* católicos, recorrendo à alínea única do nº 9º do artigo 252º do Código Administrativo de 1896. Caso o CSCP se instalasse em Trás-os-Montes, Samardã demandaria o indeferimento dos estatutos da nova associação pelo governador civil de Vila Real.⁴³⁶ Estas ameaças explicam a escolha do advogado e deputado do Centro Católico Português como conselheiro jurídico na cúpula diretiva do CSCP.⁴³⁷

A ineficácia política dos vários núcleos de juventudes católicas na Primeira República deu azo a que os escoteiros ocupassem o espaço vazio deixado pelas mesmas. A criação do CSCP levou o prelado de Braga a endereçar uma campanha de colaboração e promoção do *scouting* no seio dos núcleos, remetendo as Juventudes Católicas para um mero papel auxiliar. Uma medida que não passou despercebida ao Comissário Nacional Franklim de Oliveira e que a aproveitaria para concentrar em si todo o poder associativo. Consciente das dificuldades que poderia encontrar (a questão religiosa, adversidade galopante dos ex-adueiros, etc.), Franklim de Oliveira decidiu utilizar as suas visitas institucionais como Comissário Nacional do CSCP para cultivar o culto da sua personalidade.⁴³⁸ E como à época a Arquidiocese de Braga englobava as atuais dioceses de Vila Real e Viana do Castelo, foi precisamente na primeira que, nos dois meses seguintes, se fundaram quase em simultâneo o Grupo de Legionários Nuno Álvares de Vila Real, a União Diocesana e os grupos de escoteiros.⁴³⁹ No Alto Minho, a Juventude Católica Vianense subsidiou uma excursão ao CSCP e que incluía uma parada desportiva e exercícios nas instalações do Sporting Club Vianense.⁴⁴⁰

O curto mandato de Franklim de Oliveira caracteriza-se ainda pela pertinência em retomar as negociações de 1922 que visavam a implementação do escotismo católico em Lisboa. E mais uma vez na sede da Juventude Católica, na qual conseguiu reunir o cônego

⁴³⁶ «Grupo de Scouts Católicos», *O Povo do Norte. Semanário do Partido Republicano Liberal*. 1923-Dez-02, Ano 33, nº 26, p. 2.

⁴³⁷ Arquivo António Lino Neto (CEHR-UCP). *Estatutos do Corpo de Scouts Católicos Portugueses* (Código PT-UCP/CEHR/AALN/D/B/06/02). José Braga da Cruz teve um papel decisivo na constituição do escotismo católico desde o início, sendo nomeado por Franklim de Oliveira como Conselheiro Jurídico ainda em novembro de 1923 (MCNE/CDE, Dossier Junta Central, *Ordem de Serviço [Nacional]* nº 3, 1923-Nov-27; documento não-classificado).

⁴³⁸ «Escotismo», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1352, 1924-Mai-27, p. 3; «Scouts Católicos», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1353, 1924-Mai-28, p. 2.

⁴³⁹ «Em Vila Real», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1217, 1923-Jun-03, p. 3; «Juventudes Católicas», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1254, 1923-Jul-19, p. 2. Franklim de Oliveira regressaria a Vila Real em julho de 1924, ainda antes da partição do espaço arquidiocesano. Aproveitando a realização do Congresso Eucarístico Nacional nesta cidade, apresentou a tese “Escoteiro católico e Eucaristia”, onde dissertou sobre os valores patrióticos e religiosos dos jovens escoteiros, captando as atenções do clero transmontano que enfrentavam as adversidades dos republicanos locais («Congressos», *O Século*, Ano 45, nº 15:230, 1924-Jul-09, p. 4).

⁴⁴⁰ «O 2º Congresso das J.C. da Arquidiocese», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1217, 1923-Jun-03, p. 3; «Corpo de Scouts Católicos Portugueses», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1243, 1923-Jul-06, p. 3.

Anaquim (como futuro responsável na capital) e o tenente José Maria Ribeiro da Silva (como Comissário Diocesano de Braga), mas sem qualquer resultado.⁴⁴¹ Na prática, e utilizando as propostas de Edward Shils sobre centros e periferias (Shils 1992), Franklim de Oliveira ao personificar em si a expansão do CSCP acabava por limitar a expansão dos futuros grupos.

No que respeita ao ex-UAP Gr. 15-Porto, e cujos elementos se incorporaram no CSCP, a ausência de documentação impede um maior aprofundamento sobre este processo.⁴⁴² A história desta unidade na construção do escotismo católico foi omitida propositadamente tanto por Franklim de Oliveira como pelos sucessores numa lógica de potestade memorial bracarense. Nem mesmo quando a associação decidiu escrever a sua versão oficial por ocasião da comemoração das bodas de prata (Salgado 1948). A explicação desta omissão poderá (e deverá) ser encontrada nas funções do jovem jornalista Alberto Pinto Saraiva, ex-ádil do UAP Gr. 15, e que a partir de 1923 seria o fundador do CNS Gr. 7-Porto e o primeiro Chefe Regional do escotismo católico nesta cidade. Saraiva e Franklim de Oliveira entraram em rota de colisão logo na fundação do CSCP e, simplificando o problema, os dois ambicionavam a expansão associativa, mas por vias distintas. O primeiro visava uma evidente autonomia de expansão para as restantes dioceses e o segundo pretendia centralizar a associação num único centro (não especificamente em Braga). Enquanto Alberto Saraiva defendia-se com a seu papel nos adueiros, Franklim de Oliveira alegava uma vasta experiência na AEP.⁴⁴³ Razões suficientes para que, ao longo das suas vidas, ambos conservassem uma significativa malquerença.⁴⁴⁴

4.4 Segundo Congresso das Associações de Juventude da Arquidiocese de Braga – Viana do Castelo (1924)

A realização do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional em Braga, entre 2 a 6 de julho de 1924, abriu as portas para que D. António Mendes Belo fosse nomeado como cardeal

⁴⁴¹ Outras associações simpatizantes (e concorrentes), como a Cruzada Nacional Nuno Álvares, também manifestaram desejos de geminação com o CSCP («Conferências. “O Escotismo Católico”», *O Século*, Ano 45, nº 15:171, 1924-Mai-11, p. 4; «“Scouts” Católicos», *O Século*, Ano 45, nº 15:178, 1924-Mai-16, p. 4).

⁴⁴² Por razões desconhecidas os responsáveis arquivísticos da Arquidiocese de Braga não autorizaram o acesso aos acervos inviabilizando uma perceção detalhada sobre os critérios de captação de elementos para o CSCP.

⁴⁴³ Apenas o afastamento de Franklim de Oliveira e a sua substituição por D. José de Lencastre em 1924 ditou que a estratégia de Saraiva conseguisse sair vencedora.

⁴⁴⁴ Na qualidade de jornalista de *O Sporting*, Alberto Pinto Saraiva dispunha de uma coluna exclusiva e dedicada às novidades escotistas da região. Precisamente nesse espaço aproveitava os episódios mais polémicos do chefe Franklim, e a partir desses relatos é possível acompanhar as discórdias dos projetos. Por exemplo, na polémica contra os adueiros do Porto, é possível ainda saber que o mesmo fora expulso da cada do abade de Maximinos (um dos promotores do CSCP na diocese), quando lhe apresentou uma proposta da exclusão dos elementos da UAP na nova associação, o que claramente visava a ação de Alberto Pinto Saraiva no Porto («Comentários», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 726, 1930-Out-10, p. 13).

delegado (J. P. Gomes 1984, 58). Um evento que contara com a presença do jovem católico António de Oliveira Salazar, que aí apresentou uma moção sobre a paz de Cristo entre os operários, e onde o CSCP tivera um momento de exibição pública bastante orquestrado. Os rituais de exibição pública foram preenchidos com marchas

«[...] em passo de cadência as alcateias de lobitos, e os vários grupos e patrulhas, após as três insígnias: a Bandeira Nacional, a flâmula do Corpo, e a insígnia do Grupo. Seguiam em linha os comissários, instrutores e capelães, com a farda própria, e os especializados ciclistas, e arvorando nos lugares respectivos as flâmulas de “S. Jorge” e “Nuno Álvares”».⁴⁴⁵

Apenas duas semanas depois realizava-se em Viana do Castelo o II Congresso das Associações de Juventude da Arquidiocese de Braga, um pouco despercebido entre os investigadores, e que definiria limites e responsabilidades para cada uma das entidades presentes, pois o surgimento do CSCP abria brechas no pluriassociativismo católico.⁴⁴⁶

No que respeita ao escotismo, o *Diário do Minho* indiretamente descreveu a situação em que

«o Congresso de Viana vai estudar problemas importantes entre os quais figuram: - a expansão regional dos movimentos na região norte da arquidiocese; os métodos de ação profissional e paroquial; o “scoutismo” católico nas juventudes como meio de educação, visto que o Corpo de Scouts está dentro da Federação Nacional e vive com os seus grupos dentro das associações locais, das quais é como que um arcabouço externo e disciplinador; e a necessidade prática dos Círculos de Estudo [...]».⁴⁴⁷

Era muito mais que isso. A reunião em Viana do Castelo permitiu concentrar ali várias individualidades do mundo juvenil católico, e seria a oportunidade perfeita para o CSCP se apresentar como o *primus inter pares*. Franklim de Oliveira sabia-o e a experiência trazida de Lisboa fora novamente aqui replicada, no qual expôs uma pequena alocução dedicada ao *scouting* como meio educacional e ainda convidou alguns vultos locais como Américo Lima (delegado dos Legionários Nuno Álvares de Santo Tirso) e Francisco Pinto da Rocha (presidente da Juventude Católica de Viana do Castelo). Para além das características principais do movimento, Franklim de Oliveira conseguiu convencer o público pela novidade, não tanto

⁴⁴⁵ «Congresso Eucarístico Nacional», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1383, 1924-Jul-05, p. 1; «Congresso Eucarístico Nacional», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1384, 1924-Jul-08, p. 1.

⁴⁴⁶ Josué Pinharanda Gomes não refere a existência deste encontro (J. P. Gomes 1984, 58–59).

⁴⁴⁷ «O 2º Congresso das associações de juventude católica da Arquidiocese», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1232, 1923-Jun-21, p. 2.

pela sua organicidade juvenil, mas antes pela sua estrutura transnacional, começando a elencar a naturalidade britânica do fundador, a experiência militar em África, as apologias da imprensa inglesa e, por fim, as capacidades do padre Jacques Sevin em França, porque «depois da Igreja, o “scout” só tem amor à Pátria».⁴⁴⁸

Utilizaria também uma estratégia que enclausuraria quaisquer adversários dentro da instituição. Aliás, para além do seu passado republicano, também a sua excentricidade e proselitismo ao catolicismo originou desconfianças e desagradados que serão constantemente revividos até ao seu falecimento em 1955.⁴⁴⁹ Uma das acusações residia na redação dos estatutos associativos, com a alínea única do Art. 22º em que se designa que «O Comissário Nacional será um prático no Scouting, diplomado por qualquer Escola de Scouting, reconhecida Scoutmaster» (Corpo de Scouts Católicos Portugueses 1923, 9). Pormenor que reduziria a concorrência a cerca de dez indivíduos habilitados em todo o país, e todos eles integrantes da Associação dos Escoteiros de Portugal.

A estratégia de consolidar laços interassociativos manter-se-ia e permitiria minimizar os riscos de ameaça governamental, tornando a visita a Viana do Castelo em mais do que uns simples *fait divers*. Acrescente-se uma particularidade inesperada. A visita do Presidente da República, que se encontrava em tratamentos médicos no Gerês, e que se deslocou propositadamente à cidade do Lima para observação *in loco* da nova associação. Um autêntico selo de confiança entre as duas instituições e em tudo semelhante à AEP. Nesse mesmo mês o CSCP também nomeara António José de Almeida e Fernando Freiria, ministro da Guerra, respetivamente como presidente de honra e membro honorário da associação. Esta atribuição honorífica acabaria por fortalecer os argumentos da oposição (maioritariamente pelo Partido Democrático), como o deputado Pereira Osório que utilizou a visita presidencial como um ponto crítico⁴⁵⁰. E chegaram a apodar o CSCP como «organização civil com feição militar e fins um pouco tenebrosos», organizados em «paradas e guardas de honra se não ao «cidadão António José de Almeida, presidente de honra da sua comissão diretora», segundo o diploma de nomeação e ao sr. Ministro da Guerra [Fernando Freiria]».⁴⁵¹ E se dúvidas houvesse na

⁴⁴⁸ «Em Viana do Castelo», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1249, 1923-Jul-13, pp. 1-2.

⁴⁴⁹ Um dos seus principais adversários foi Alberto Pinto Saraiva, que o acusará publicamente e constantemente de incompetência e incumprimento dos objetivos nas várias associações que integrou («Intolerância», *Sporting. Bimensário-Pela Raça*, Ano X, nº 692, 1930-Jun-10, p. 11).

⁴⁵⁰ «Scouting católico», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1250, 1923-Jul-14, p. 1; «Notas e impressões», *Gazeta de Coimbra*, Ano XIII, nº 1479, 1923-Jul-28, p. 1

⁴⁵¹ O *Diário do Minho* reproduziu parte do debate parlamentar e os critérios de seleção são bastante elucidativos quanto à problemática da institucionalização. Para além da questão religiosa, com a formação de uma associação católica de jovens, passível de militarização, há também o problema das relações internacionais: «porque são “católicos” os boy-scouts de Braga? Porque eram católicos antes de formar o Scouting e essa associação, exactamente torna mais franca e desassombrada a opinião e critério. Pergunte-o o sr. Pereira Osório a Baden-

simpatia de António José de Almeida pelo recém-criado CSCP, as mesmas dissiparam-se com a outorga de uma avença presidencial de 250\$00, o que provocou a ira de Pereira Osório em Lisboa e que se apressou a denunciá-la na Câmara dos Deputados.⁴⁵² Para o deputado era todo um conjunto de incumprimentos legais e éticos: o inequívoco catolicismo associativo; a pessoa de D. Manuel Vieira de Matos, alvo de querelas judiciais aquando da aplicação da Lei da Separação; e ainda o facto de qualquer institucionalização do CSCP ser uma concorrência às associações já existentes.⁴⁵³

O problema residiu na expansão do CSCP para fora da Arquidiocese de Braga, mais precisamente para as dioceses de Lisboa, Viseu e Porto, e que acabou por ser o ponto fulcral numa série de atritos. Em Lisboa, é ainda possível acompanhar os passos de Franklim de Oliveira a partir de *O Século*, jornal onde já era conhecido pelo seu papel na gestão do AEP Gr. 2, e que acabou por dar a conhecer também as suas estratégias de centralização para o CSCP. Quando a associação sofreu os primeiros embates judiciais com o Governo Civil de Braga, logo em maio de 1924, Franklim de Oliveira correu o risco de tentar abrir uma unidade em Lisboa com o cônego Anaquim e o tenente José Maria Ribeiro da Silva⁴⁵⁴. Um resultado improdutivo. Na cidade beirã, Franklim de Oliveira procurou evidenciar ao máximo a natureza episcopal da nova associação escotista, procurando que a Diocese de Viseu o apoiasse na constituição de uma Junta Diocesana, justificado com a implantação de quatro grupos na cidade que teriam de se subordinar às diretrizes de Braga, algo que gerara algumas tensões. Por último, o escotismo católico também acabou por não vingar em Viana do Castelo e muito devido às pressões do Partido Democrático. Nem o governador civil vianense nem o executivo municipal concordavam com a tolerância que o homólogo de Braga concedera ao arcebispado desde o

Powell. Provavelmente nem esse nome conhece.... Pois o general Baden-Powell, protestante inglês e que em 1902 criou a associação hoje estendida por todo o mundo, é de opinião (insuspeitíssima!) que só os católicos poderiam, e de facto tem podido organizar verdadeiros Scouts.» («Scouting Católico», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1250, 1923-Jul-14, p. 1).

⁴⁵² «Escoteiros católicos», *Gazeta de Coimbra*, 1923-Ago-20, p. 1; «O escotismo católico», *A União. Órgão Oficial do Centro Católico Português*, Ano V, nº 163, 1924-jan, p. 13; «Scouts Católicos. Um donativo do sr. Presidente da República», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1278, 1923-Ago-26, p. 1.

⁴⁵³ A presença física do Presidente República observar-se-á em vários eventos nacionais do CNS até 1939, dando continuidade ao estipulado pelos estatutos de 1923 e à prática decorrente do Segundo Congresso das Juventudes Católicas em Viana do Castelo no ano seguinte. Os acampamentos nacionais eram um momento ideal para a afirmação simbólica simultânea de duas instituições potencialmente conjugadas. Tenha-se o exemplo da deslocação do general Carmona ao Acampamento Nacional de Granja (Vila Nova de Gaia, 1930), sendo recebido pelo Governador Civil e Bispo do Porto, numa triangulação Estado-Igreja-Sociedade Civil («O Acampamento dos Scouts», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2553, 1930-Ago-20, p. 1).

⁴⁵⁴ «Conferências. “O Escotismo Católico”, pelo sr. Franklin de Oliveira», *O Século*, Ano 45, nº 15:171, 1924-Mai-11, p. 4; «“Scouts Católicos”», *O Século*, Ano 45, nº 15:178, 1924-Mai-16, p. 4.

primeiro momento.⁴⁵⁵ Rodeado de críticas, em março de 1924 o governador civil do Baixo Minho decretou oficiosamente o fim das atividades externas do CSCP, o que incluía acampamentos, paradas, exercícios públicos, saídas ao campo, etc. As suspeitas de interferência monárquica dentro do escotismo católico e as memórias da Monarquia do Norte de 1919 ainda estavam bem presentes a norte do Douro.⁴⁵⁶ E havia interferências. Através da listagem de subsídios para “a causa” é possível ver quem deu e quanto. Nomes como a Viscondessa da Torre, esposa de João Espregueira da Rocha Páris, membro do Integralismo Lusitano e amigo pessoal de Paiva Couceiro, foi uma das principais promotoras do CSCP logo em maio de 1924, quando a associação já se preparava para celebrar o primeiro aniversário.⁴⁵⁷

A resposta mediática viria dias mais tarde nas páginas do *Diário do Minho* com um artigo em defesa dos escoteiros católicos contra as posições de Pereira Osório e do ministro Sá Cardoso, acusando-os de utilizarem o Presidente da República como um mero títere, e de desconhecerem o que assinavam. De facto, os estatutos do CSCP foram legalmente (e tardiamente) aprovados com o decreto nº 9729 de 26 de maio de 1924 pela mão do ministro do Interior Alfredo de Sá Cardoso. Duas semanas depois o mesmo político contradizia-se e outorgava plenos poderes à AEP como única instituição escotista em Portugal, «cuja orientação e fins não podem nem devem ser desvirtuados» (decreto nº 9791, de 12 de junho de 1924). O imbróglio não escapou à mirada sarcástica de um jornalista do *Diário do Minho* que evocou uma série de questões a Sá Cardoso, conotando-o como irresponsável por ter aprovado um decreto sem ter lido o conteúdo:

«[...] O pretexto para esta desaprovação, depois da aprovação, duns estatutos, é a profissão de fé que neles fazem os escoteiros católicos. Mas se essa profissão lá estava e os estatutos foram lidos, para que se aprovaram? E se não foram lidos, onde está a seriedade das autoridades que aprovam estatutos sem os

⁴⁵⁵ O Governador-Civil de Viana do Castelo recusou receber a comitiva oficial do CSCP («Em Viana do Castelo», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1251, 1923-Jul-15, p. 2).

⁴⁵⁶ O mito de conexão entre monarquia e escotismo católico manter-se-ia durante alguns anos. Durante a realização do II Acampamento Nacional do CNS em Cacia, Aveiro, vários jornais publicaram um boato que o Comissário Nacional D. José de Lencastre tinha dito que “só a bandeira azul e branca podia salvar o país”, o que valeu um desmentido oficial no órgão oficial contra os periódicos *Democrata*, *Debate*, *O Raio*, entre outros («Processos que desonram», *A Flor de Lis*, Ano 4, nº 18, 1928-Out-31, pp. 1-3).

⁴⁵⁷ Por questões de tempo não nos foi possível analisar as redes sociais e patrocinadoras das várias associações escotistas. Seria interessante conhecer os critérios de financiamento e estratégias de promoção aos níveis local, regional e nacional. Para além do donativo de 150\$00 da Viscondessa da Torre, outros beneméritos como Guilherme Afonso Pereira ou Quitéria Pereira, atribuíram a importância de 50\$00 («Scouts Católicos Portugueses», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1320, 1924-Mai-09, p. 2).

lerem? Se se aprovaram depois de lidos e nessa ocasião mereceram aprovação, em que o desmereceram depois?»⁴⁵⁸

E durante vários dias este periódico encetou uma campanha cerrada contra os elementos do Partido Democrático. Na sessão do Senado de 4 de junho, Pereira Osório relembrou a promíscua visita do mais alto representante da nação a Viana do Castelo no ano anterior, e denunciava o perigo da aprovação dos estatutos do CSCP, com a possibilidade de se criar «em todo o país um exército de fanáticos que será um perigo para as liberdades públicas e até para a segurança do Estado. É um fenómeno da divisão da mocidade portuguesa por causa da religião, de efeitos perniciosos para o progresso e civilização de Portugal».⁴⁵⁹ A acusação de Pereira Osório destinava-se em especial ao major Sá Cardoso, que aceitara legalizar o CSCP. Após uma troca acesa de palavras, com acusações de desleixe e incompetência, Sá Cardoso anunciava a futura anulação dos mesmos, alegando que «*realmente nestes estatutos há cousas que ofendem a Lei de Separação*». Desconformado, Pereira Osório foi até mais longe. Na semana seguinte convenceu o Presidente Manuel Teixeira Gomes e o ministro do Interior a ratificar o decreto nº 9.791 como compensação e fazendo valer as acusações primárias da AEP contra o CSCP, em que «a criação dum novo núcleo associativo desta natureza, quando funcionando desarticuladamente a respeito desta colectividade, traria uma descoordenação de esforços».⁴⁶⁰

A notícia chegou a Braga no mesmo dia através do *Diário do Minho* que não perdeu tempo a publicá-la na primeira página⁴⁶¹. A dúvida entre uma conformação com a legislação republicana ou a possibilidade de formar uma nova associação acabou por ser a prova de fogo à proatividade de Franklim de Oliveira como líder máximo. E ao qual não sobreviveu, abandonando definitivamente o *scouting* católico.

Os restantes membros da cúpula do CSCP rapidamente criaram a Liga Portuguesa de Scouts quando já corriam rumores sobre as confusões burocráticas de Sá Cardoso com o tema escotista. O pedido de inscrição da Liga Portuguesa de Scouts no Governo Civil de Braga reflete o interesse de continuar com o trabalho feito até à data e fora assinado por José Maria Braga da Cruz (deputado do Centro Católico Português), padre António Avelino Gonçalves, Álvaro

⁴⁵⁸ «Um decreto iníquo. A questão dos Scouts», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1370, 1924-Jun-18, p. 1; «Os Escoteiros de Portugal e os Escoteiros Católicos», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1368, 1924-Jun-15, p. 1; «Ainda os Escoteiros», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1377, 1924-Jun-28, p. 1.

⁴⁵⁹ *Diário do Senado*, Sessão nº 67 em 4 de junho de 1924, pp. 11-13

⁴⁶⁰ *Diário do Governo*, Iª Série, nº 130, 12 de junho de 1924, Decreto nº 9.791

⁴⁶¹ («Scouts Católicos», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1365, 1924-Jun-12, p. 1).

Benjamim Coutinho e mais dezassete elementos, sem qualquer alusão religiosa nos estatutos.⁴⁶² A trapalhada de Sá Cardoso não seria esquecida e o cónego Dias Andrade (do Centro Católico e vice-presidente da Cruzada Nacional Nuno Álvares) alegaria a inconstitucionalidade da última decisão governamental ao ignorar por completo a existência de outras associações escotistas em Portugal. Mas já era tarde. O ministro do Interior seria substituído no cargo por António Ginestal Machado e que não mostrou qualquer interesse em reverter o decreto.⁴⁶³

A primeira medida da Liga Portuguesa de Scouts foi evitar a repetição do erro do CSCP ao criar ambiguidades quanto aos territórios de ação fora do distrito de Braga. E para isso projetou um acampamento nacional onde pudesse reunir os vários interessados pelo país. Uma cidade de lona erguida em paralelo ao Congresso Eucarístico entre 04 e 06 de julho de 1924, e que nunca chegou a realizar-se.⁴⁶⁴ Procuraram também que o médico Weiss de Oliveira, um regular colaborador do jornal *Novidades* de Lisboa, voltasse a dissertar sobre as vantagens higiénicas do método de Baden-Powell nos meios juvenis.⁴⁶⁵ E para garantir uma segurança eficaz, contou ainda com a colaboração de algumas altas patentes militares católicas. As deslocações a outras urbes implicavam receções oficiais, com música e aparato. Na deslocação a Guimarães, em maio de 1924, encontrava-se o comandante de Infantaria 20 e o capitão Joaquim António de Moraes a receber o prelado.⁴⁶⁶ Por último, estabeleceram-se limites morais e éticos, com «diversas resoluções e medidas de carácter disciplinar e administrativo de grande importância para a vida do C.S.C.P.». ⁴⁶⁷ Algo que visava especificamente a pessoa de Franklim de Oliveira.

A camuflagem do CSCP pela nova Liga Portuguesa de Scouts foi inesperado e mais uma vez alterou o paradigma interassociativo⁴⁶⁸. O enleio era tanto que a direção nacional da União dos Adueros de Portugal teve de emitir uma declaração pública no jornal *O Comércio do Porto* para esclarecer as diferenças entre as duas e manter uma fronteira ideológica para com

⁴⁶² Arquivo da SG-MAI, *Estatutos da Liga Portuguesa de Scouts* (Braga, 1924-Jun-11; Código de referência: PT/SGMAI/GCBRG/H-B/001/04111).

⁴⁶³ Diário do Senado, Sessão nº 70 em 17 de junho de 1924, pp. 4-7

⁴⁶⁴ MCNE/CDE, «Dossier Junta Central», *Ordem Diocesana* nº7 (Braga, 1924-Mar-20; documento não-classificado); «Escotismo», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1309, 1924-Abr-04, p. 2.

⁴⁶⁵ As diversas atividades do escotismo católico pelo país funcionarão como momentos oportunos para distribuição e venda do jornal *Novidades*, em que os jovens recebiam uma comissão pelo número de exemplares vendidos. Na perspetiva do leitor, também era uma oportunidade de ter acesso ao periódico tendo em conta as distâncias geográficas («Escotismo. O acampamento da Granja», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 718, 1930-Set-09, p. 13).

⁴⁶⁶ «Escoteiros Católicos de Braga», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1348, 1924-Mai-22, p. 3.

⁴⁶⁷ «Scouts Católicos Portugueses», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1320, 1924-Mai-09, p. 2.

⁴⁶⁸ Arquivo da SG-MAI, *Estatutos da Liga Portuguesa de Scouts* (Braga, 1924-Jun-11; Código de referência: PT/SGMAI/GCBRG/H-B/001/04111).

os católicos, reproduzindo excertos do programa educativo adueiro, relembrando «que a obra de ressurreição nacional é uma obra essencialmente educativa, pretendem legar a seus filhos o mais indispensável de todos os patrimónios: o bem-estar social».⁴⁶⁹ Apesar destas pressões da UAP, assim como de alguns deputados do Partido Democrático, o CSCP/Liga Portuguesa de Scouts rapidamente voltou à normalidade. Alguns párocos da diocese de Braga simpatizaram com o projeto de D. Manuel Vieira de Matos e procuraram introduzi-lo nos respetivos grupos de jovens.⁴⁷⁰

Na diocese do Porto a reação foi distinta por três razões. A proposta do CSCP/Liga Portuguesa de Scouts para a criação de uma escola de chefes na cidade (o futuro campo-escola São Tomás de Aquino), com o objetivo da standardização de uma instrução interdiocesana colheu algumas desconfianças.⁴⁷¹ Era uma proposta que permitiria uniformizar a instrução, o que incrementava o combate a qualquer política estatal de extermínio associativo, e ainda reforçava as redes de contactos entre Braga e Porto. Na prática traduzia-se por uma intromissão direta do arcebispado de Braga na gestão juvenil da diocese vizinha. Acrescente-se ainda os impactos da aplicação da lei da liberdade de associação de 14 de fevereiro de 1907 e que permitia a constituição sem qualquer autorização prévia, apenas o aval obrigatório do respetivo Governo Civil local.⁴⁷² E tendo em conta as idiossincrasias do governador civil de Viana do Castelo nos meses anteriores, seria plausível que o seu homólogo portuense tivesse um comportamento semelhante. Por último, a obrigatoriedade de que qualquer associação de dimensão extradistrital teria de ser sempre aprovada na Câmara de Deputados em Lisboa, o que verdadeiramente não tinha acontecido. A direção central do CSCP escudou-se sempre num alvará do Governo Civil de Braga e na portaria nº 3.824 de 26 de novembro de 1923, mas nunca especificaram qualquer interesse de implementação a nível nacional.

⁴⁶⁹ «Adueiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXX, nº 169, 1924-Jul-20, p. 2.

⁴⁷⁰ O CSCP/Liga Portuguesa de Scouts passou de sete unidades em 1923 para dez em 1924. Em 1925 contava vinte e quatro grupos, e no final de 1926 somava quarenta e um. Ou seja, em quatro anos cresceu mais de 500% no efetivo, e há razões para essa subida. Este crescimento exponencial tem de ser visto a partir das conjunturas políticas que marcaram os ritmos da vida associativa, tanto na metrópole como no império.

⁴⁷¹ «Escotismo», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1285, 1924-Mar-07, p. 3.

⁴⁷² Apesar de não existir qualquer registo documental no Arquivo Distrital de Braga que consiga atestar a ordem de encerramento do CSCP, é possível conhecer a medida através do jornal *O Século* que, em outubro de 1924, acusava os escoteiros católicos de incompatibilidade com a AEP, tendo em conta a aplicação do Decreto nº 9.791, de 12 de junho de 1924, por apropriação de logotipo e imagem de patente associativa: “O sr. Governador civil oficiou aos delegados nos concelhos do distrito, comunicando-lhes que, tendo chegado ao seu conhecimento que existem ainda organizadas associações de “Scouts Católicos”, apesar do decreto nº 9:791, de 12 de junho último, ter considerado sem efeito igual diploma com o nº 9: 729, de 26 de maio do ano corrente, lhes lembra que só pode usar de tal designação e distintivos e uniformes, prescritos na Associação dos Escoteiros de Portugal, pelo que deverão providenciar, a fim de não poder haver reclamações.” («Associação de “Scouts” Católicos», *O Século*, Ano 45, nº 15:331, 1924-Out-19, p. 1).

A nível de convivência religiosa, a expansão do CSCP/Liga Portuguesa de Scouts para a diocese do Porto acabou por colidir com algumas lógicas locais de emancipação simbólica provenientes da Idade Média, com a manifesta rivalidade entre os dois episcopados, e em que os portuenses recusavam o desprestígio de uma obediência à cidade do Minho (M. C. Cunha 2017). A pugna permaneceu até ao século XX e seria herdada pelos sectores leigos de ambas. Enquanto em Braga o deputado José Maria Braga da Cruz aliou-se aos ex-membros do extinto CSCP para a criação da Liga Portuguesa de Scouts, no Porto os antigos adueiros do UAP Gr. 15 acabaram por transformar o CSCP nos Legionários Católicos do Porto, uma entidade geminada com a Juventude Católica da cidade invicta, e assumir a reorganização do escotismo católico na cidade⁴⁷³. Pormenor que as memórias associativas têm omitido até ao momento com alguma regularidade (Pedrosa 1998, 26–28; J. V. Reis 2007, 82).

A complexidade e turbulência (intra)associativa destes meses acabou por sair agravada quando se evidenciaram as teias de influências de alguns dirigentes escotistas com a política (sobretudo do Partido Evolucionista com a UAP e do Partido Democrático com a AEP), que se traduziram numa forte pressão unidirecional ao escotismo católico na Diocese do Porto. E o jornalista e chefe escoteiro Alberto Pinto Saraiva sabia-o. Qualquer manifestação de interesse de expansão por parte do CSCP/Liga Portuguesa de Scouts na região duriense automaticamente teria uma mediatização negativa, bem diferente do que ocorria com as apologias dos periódicos locais à AEP ou UAP. Nada comparado com o que se passava em Braga, cuja eclesiofilia do *Diário do Minho* silenciava os restantes jornais adversários.⁴⁷⁴

As equipas de redação dos periódicos portuenses *O Sporting* e o *Comércio do Porto* preferiram não se envolver com o escotismo católico desde cedo, omitindo a generalidade das atividades ou qualquer referência a uma possível expansão. Aliás, o *Comércio* limitou-se a uma nota de esclarecimento emitida pela UAP com uma explicação sobre quem era quem e o que fazia, e que «não será desvirtuando o “Scouting”, precisamente na sua essência, que se poderá esperar d’elle, entre nós, os benefícios imensos que lá fora tem prestado».⁴⁷⁵ Com este panorama

⁴⁷³ Os arquivos distrital e diocesano do Porto não dispõem de qualquer subfundo ou unidade referente aos Legionários Católicos do Porto. No Museu do Corpo Nacional de Escutas existem algumas fotocópias de um livro improvisado, elaborado por Alberto Pinto Saraiva, com o título “Loucuras?!... Breves e soltos subsídios do Movimento Scouting em Portugal”, datado de 1980. A página 9 contem dois documentos dos Legionários, de 29 de setembro (ofício de aquisição de uniformes) e 06 de novembro de 1924 [MCNE/CDE, «Espólio de Alberto Pinto Saraiva». Livro “Loucuras?!... Breves e soltos subsídios do Movimento Scouting em Portugal” (1980), p. 9. Documento não-indexado]. Alberto Pinto Saraiva para além de ter um papel decisivo na expansão do escotismo na região do Porto, também liderou uma associação cisionista da década de 1930 intitulada “Grupo de Escoteiros do jornal Sporting”. [AHM, *Fundos Orgânicos*, «Escoteiros» (Cx. 909), Cód. PT/AHM/FO/006/L/54].

⁴⁷⁴ “O Senhor Ministro do Interior assinou na segunda-feira passada o decreto aprovando os estatutos do Corpo de Scouts Católicos Portugueses, criado em Braga, onde tem a sede, contando já secções diocesanas noutras cidades episcopais.” («Corpo de Scouts Católicos Portugueses», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1314, 1924-Abr-10, p. 1).

⁴⁷⁵ «Adueiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXX, nº 169, 1924-Jul-20, p. 2.

Alberto Pinto Saraiva procurou o silêncio e optou por não aderir à Liga Portuguesa de Scouts. A existência dos Legionários Católicos do Porto garantia-lhe a autarcia necessária para prosseguir com as atividades escotistas na diocese, e na qual se manteve como líder até 1925.⁴⁷⁶ As iniciativas eram meticulosamente isoladas nos pequenos periódicos locais da região, o que evitava grandes alaridos nos principais jornais urbanos controlados pelas elites republicanas.

4.5 A institucionalização do *Corpo Nacional de Scouts* (1925-1934)

As divergências escotistas entre as hierarquias católicas de Braga e Porto só seriam gradualmente solucionadas em dezembro desse ano com a criação de uma nova entidade supradiocesana: o Corpo Nacional de Scouts. Construída de raiz com a junção de elementos externos ao movimento, como o monárquico José de Lencastre⁴⁷⁷, nomeado sucessor de Franklim de Oliveira no cargo de Comissário Nacional, e que detinha suficiente poder simbólico e currículo político suficiente para as ofensivas estatais: presidente do Centro Académico de Democracia Cristã de 1908 a 1910; presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião durante a presidência de Sidónio Pais; e ainda deputado pelo Centro Católico Português em 1923, o que permitia algumas influências nos mecanismos para a legalização efetiva. Contudo, o seu passado miguelista causou mais dúvidas que certezas quanto a uma possível vinculação do CNS à causa do regresso dos Braganças. Mais ainda quando em 1919 fora um acérrimo defensor da Monarquia do Norte (M. F. da Silva 1987, 30; L. S. de Matos 2011, 624).

Lencastre desde logo entendeu que a imagem pública teria de ser neutral, uma condição *sine qua non* para a retirada do “católico” na nomenclatura oficial, adjetivo que despertava ódios no Partido Democrático. Num curto espaço de dois meses, aceitou o convite do cónego Avelino Gonçalves para se juntar a António Lino Neto e José Maria Braga da Cruz na análise minuciosa aos estatutos. Tudo isso foi feito. O peso do Centro Católico Português na (re)oficialização do escotismo católico do ex-CSCP/Liga Portuguesa de Scouts transformado agora em Corpo Nacional de Scouts seria efetivado de vez com a promulgação do decreto nº 10.589, de 14 de fevereiro de 1925. E para que não houvessem dúvidas, em caso súbito de dissolução, o artigo 16º especificava que os fundos reverteriam a favor da assistência pública.⁴⁷⁸

⁴⁷⁶ «Juventude Católica do Porto», *O Comércio do Porto*, Ano LXX, nº 12, 1925-Jan-15, p. 2.

⁴⁷⁷ D. José de Lencastre ocuparia o cargo até 1975. Quanto a Franklim António de Oliveira, após a saída do CSCP, esteve num período de interregno, e somente em 1927 regressou à AEP, sendo nomeado Adjunto do Comissário da Zona de Gaia (Graça 2022b).

⁴⁷⁸ *Diário do Governo*, 28 de fevereiro de 1925, Decreto nº 10.589

O Partido Democrático ainda retaliou no mês seguinte com a promulgação de poderes de expansão da AEP nas escolas dependentes do Ministério do Comércio e Comunicações, muito ao estilo de *juventudinem clausorum*, o que colocava limites ao CNS nessa rede escolar, mas o efeito foi nulo⁴⁷⁹. O peso político do triunvirato José de Lencastre-António Lino Neto-José Maria Braga da Cruz era evidente e transmitia uma mensagem clara ao parlamento: o Corpo Nacional de Scouts seria agora o bastião juvenil do Centro Católico. Dificilmente o governador civil de Braga conseguiria a subserviência destes três deputados.

O rápido crescimento do CNS na rede paroquial cedo suscitou interesse em vários militares católicos desagradados com o desenrolar político da Primeira República, sobretudo a partir da morte do presidente Sidónio Pais (Pinto 2015, 58). E, se até 1923 observa-se o interesse de algumas altas patentes pelo associativismo escotista como um instrumento pedagógico-bélico de âmbito republicano, agora com o *scouting* católico é possível vê-lo como a terceira alternativa associativa em Portugal⁴⁸⁰. E através dos registos de inscrição de grupos paroquiais, solicitados pelos grupos à Junta Central em Braga, ou seja, das periferias para o centro, poder-se-á observar quantos militares se apresentaram como candidatos putativos na liderança das unidades locais.⁴⁸¹

A institucionalização do CSCP em maio de 1923 coincidiu com o acre debate para uma extinção definitiva das Sociedades de Instrução Militar Preparatória, e no qual a UAP, a segunda associação adversária a nível nacional, se opunha de forma perentória a qualquer disposição pacifista. Do lado dos adueiros, a saída de Artur Barros Basto como líder máximo em 1922 para se dedicar à causa judaica (Mea e Steinhardt 1997; Cohen 2018), ceder espaço para uma cúpula mais aguerrida e que rapidamente empreendeu uma séria campanha de (re)inculcação de valores patrióticos republicanos através da prática armada baseada no modelo das SIMP. Novos chefes como o capitão Manuel Ferreira da Silva Couto avançaram com a publicação de diversas brochuras temáticas insistindo na reedição dos estatutos associativos, nos quais se especificava a prioridade na seleção de oficiais do exército para a classe de instrutores na UAP (Couto 1925, 4:7). Não foram os únicos. Algumas vozes dentro da AEP

⁴⁷⁹ *Diário do Governo*, 26 de março de 1925, Decreto nº 10.647

⁴⁸⁰ Ao analisar comparativamente as realidades italiana fascista e alemã nacional-socialista, Alessio Ponzio afirma que não existiu um padrão comportamental para os veteranos de Guerra. Uns divergiram para a direita, outros para a esquerda. Uns para o pacifismo, outros para o militarismo. Uns abandonaram a política, outros seguiram-na. No entanto, os movimentos políticos reforçaram-se (Ponzio 2015, 24). O caso escotista português parece corresponder a esta caracterização com vários militares (possivelmente veteranos da Grande Guerra) a colocarem-se a favor e contra a pré-militarização da juventude.

⁴⁸¹ De acordo com o questionário do boletim de inscrição no CNS (Regulamento Geral nº 14), cada grupo teria de ter obrigatoriamente um chefe, um chefe de administração (secretário), e um diretor (sacerdote católico), assim como um padroeiro (santo ou herói nacional) para interceção divina. Para mais informações: (Graça 2018, 402).

como o tenente-coronel Henriques Pires Monteiro também se insurgiram contra essa possibilidade alegando que

« [...] o sistema do general Baden Powell, que a pratica demonstra ser adaptável a todas as raças e a todos os temperamentos [...] A chamada viciosamente instrução militar preparatória não deve ter o objectivo restrito de formar soldados, mas o fim de criar valores sociais, verdadeiros cidadãos, o que só o Escotismo poderá conseguir».⁴⁸²

O projeto de José de Lencastre acabaria por abrir um brecha político-pedagógica dentro do universo castrense. Vários oficiais ligados ao escotismo católico acabaram por rever o seu posicionamento político-bélico acerca deste tema, colocando-se ao lado do sector pacifista republicano-laico da AEP que também indeferia qualquer vínculo com as SIMP. Episódios como a “Noite Sangrenta” dois anos antes, com escoteiros a socorrer os feridos, ainda estavam bem presentes na memória de alguns. A revista *A Flor de Lis* oferece trocas de argumentos muito interessantes que adornam as tensões dentro da cúpula militar sobre a possibilidade de anulação da componente pedagógica-belicista no método do general Baden-Powell (Graça 2017c, 201). O debate entre o católico capitão Graciliano Reis Marques (Infantaria 8) e o republicano capitão Manuel Couto Júnior (Metralhadoras 3), ambos ex-combatentes na Grande Guerra, é particularmente interessante porque ilustra as dicotomias sobre o enquadramento da juventude e que tipo de cidadão se planeava a partir de cada uma das associações. Enquanto o católico alegava que

«[...] nos mantivemos só na defensiva, porque não somos homens de guerra, mas obreiros da paz», respondia o adueiro que “o adversário que se lança na defensiva não combate, não é homem de guerra? Combate, sim, senhor, e é homem da guerra. A defensiva adapta-se quer para ganhar tempo, quer para se obter superioridade sobre o adversário».⁴⁸³

Um debate sem conclusão e que se prolongaria até à instauração da Organização Nacional das Mocidades Portuguesas. O tema da aculturação belicista dos escoteiros subiu de tom e acabou por chegar a Roma, que dois anos antes respondera com agrado à institucionalização do CSCP.⁴⁸⁴ Para todos os efeitos, o Papa Pio XI via no *scouting* uma arma contra as tentações totalizantes já postas em marcha na Itália pelo fascismo e dava a bênção aos

⁴⁸² «O Escotismo. Condição de Valorização Social», *O Escoteiro. Órgão oficial da Associação dos Escoteiros de Portugal*, nº 8, 1924-Jun/Jul, p. 2.

⁴⁸³ «Acusando a recepção», *O Aduero de Portugal. Órgão de propaganda e instrução adueira*, n.ºs 5-6, 1925-Nov/Dez, p. 34.

⁴⁸⁴ «Pio XI e o Scouting Católico», *Diário do Minho*, Ano V, nº 1239, 1923-Jun-29, p. 2.

portugueses. Numa afronta clara às iniciativas de Mussolini, promoveu um mega-acampamento das várias associações escotistas católicas da Europa nas margens do lago Bolsena, a cem quilómetros de Roma e convidou o CNS a estar presente.⁴⁸⁵ Ao contrário das ditaduras centro-europeias, o golpe militar de 28 de maio de 1926 não só dotou o escotismo com vários apoios institucionais, e a instauração da ditadura permitiu a expansão do CNS por todo o território, como também permitiu o panegírico duplo sobre as finalidades pré-militares.⁴⁸⁶ Simultaneamente, registam-se textos defensores da extinção da pedagogia militarista, como marchas e ações de formação em carreiras de tiro efetuadas por oficiais do exército adeptos das correntes ditatoriais. Contudo, são realidades que terão de ser sempre observadas a partir das lógicas locais.⁴⁸⁷

Ao contrário do que Joana Dias Pereira sugere, a instauração da Ditadura Militar com o golpe de 28 de maio de 1926 acabou por não fraturar as dinâmicas associativas escotistas a nível nacional (J. D. Pereira 2020, 287). Pelo contrário. O apoio da estrutura católica ao Corpo Nacional de Scouts era conciliável com uma ditadura militar de cariz conservador.⁴⁸⁸ E mesmo assim, a realidade local poderá ser distinta, o que se traduz em lógicas que nem sempre mimetizam as diretrizes do centro.⁴⁸⁹ A imaturidade do escotismo enquanto objeto de estudo dificulta qualquer avanço conclusivo.

Outros fatores menores também explicam o rápido crescimento do CNS logo nos primeiros anos. Desde logo, a consolidação da formação uniforme dos candidatos a dirigente a partir do campo-escola São Tomás de Aquino no Porto, com um programa pedagógico bastante semelhante a outros centros escotistas europeus⁴⁹⁰; depois, a publicação de um órgão oficial

⁴⁸⁵ «O Papa abençoa-nos», *A Flor de Lis*, Ano 1, nº 4, 1925-maio, p. 2; «A reunião internacional de scouts em Roma», *A Flor de Lis*, Ano 1, nº 9, 1925-out/nov, pp. 1-8.

⁴⁸⁶ Uma situação parecida com a realidade italiana. Segundo Alessio Ponzio, entre 1923 e 1925 as juventudes fascistas ainda não detinham qualquer poder efetivo. Temendo uma reversão na política de captação de jovens para os *Balilla*, o ditador Mussolini concedeu um subsídio aos escoteiros católicos para participarem no Jamboree Mundial de 1924 em Copenhaga (Ponzio 2015, 34).

⁴⁸⁷ «Organização católica de Escoteiros», *Gazeta de Coimbra*, Ano XIII, nº 1475, 1923-Jul-17, p. 1.

⁴⁸⁸ No período anterior ao Estado Novo é possível acompanhar a presença de vários sacerdotes em cerimónias públicas escotistas, sempre com a presença de individualidades da Ditadura, como a cerimónia de concessão subsidiária aos escoteiros do Orfanato-Escola de Santa Isabel, em que o diretor-padre Agostinho da Mota se dirigiu ao Ministério do Interior para “agradecer ao sr. coronel Lopes Mateus a sua interferência na concessão dum subsídio proveniente da verba de multas aplicadas pela Intendência da Segurança Pública” («Escotismo», *O Século*, Ano 50, nº 17:418, 1930-Set-05, p. 6).

⁴⁸⁹ É o caso de Mértola, em que o grupo local (AEP Gr. 14) tinha o apoio de Pedro Palma (notário), José Palma (solicitador) sargento Caeiro da G.N.R. e do padre Manuel Camacho («Escotismo», *O Século*, Ano 50, nº 17:341, 1930-Jun-20, p. 9. Até mesmo a AEP num dos seus acampamentos no Estoril, “aos domingos os escoteiros católicos ouviam missa e os que seguem a religião evangélica, assistiam às cerimónias do seu culto. Para outros havia conferências sobre a lei e deveres do escotismo.” («Escoteiros no Estoril», *O Século*, 1935-Set-03, Ano 55, nº 19.207, p. 9).

⁴⁹⁰ «Corpo Nacional de Scouts Católicos. Junta Diocesana do Porto», *A Voz do Pastor. Semanário da Diocese*, Ano IV, nº 17, 1924-Maio-31, p. 3.

único, a revista *A Flor de Lis* (Castro 2008); por último, um controlo central bastante meticoloso no que respeitou a liberdades de expressão. A expulsão de Alberto Pinto Saraiva em março de 1927, justificada pela publicação desautorizada do jornal *O Scout* como órgão “oficial” da Junta Regional do Porto, reflete a pouca autonomia de crítica dada aos associados.⁴⁹¹

Os três factores menores anteriores enquadram-se na estratégia de expansão para fora da diocese de Braga e que se materializou com a projeção do primeiro acampamento nacional. E nesta idealização há um distanciamento claro relativamente com as propostas da ex-Liga Portuguesa de Scouts que deliberou a organização de um acampamento nacional na região minhota. José de Lencastre cortou com este pensamento e optou por uma proximidade a um lugar sacralizado na esfera religiosa-política portuguesa – Aljubarrota – transportando a associação ao culto de Nuno Álvares Pereira e, por acréscimo, às devoções recentes do fenómeno de Fátima (Graça 2018).

O território de Aljubarrota funcionou como um centro de peregrinações desde os finais do século XIX com vários núcleos de Juventudes Católicas e Alas do Condestável a promoverem campanhas patrióticas e visitas periódicas para presenciar a sacralidade do lugar⁴⁹². O interesse de José de Lencastre em realizar o primeiro Acampamento Nacional de 1926 nas imediações de Leiria visava a expansão associativa na linha urbana entre Braga e Lisboa e a solidificação do culto condestabriano dentro do CNS, através de atos de uniformidade institucional, traduzidos em imagens positivas para os transeuntes oriundos de meios rurais e desconhecedores de nova organização. Como já referido noutro espaço, os resultados do reforço da religiosidade escotista em torno ao Herói e Santo Nuno Álvares Pereira foram muito aquém do expetável (Graça 2018). Recorde-se a implementação do regime republicano dezasseis anos antes, as campanhas de secularização que acompanharam as novas políticas, e ainda o impacto de uma guerra europeia e que acabaram por ser alguns dos ingredientes necessários para a substituição progressiva do culto condestabriano pelo fatímida a partir de 1917. A Cova da Iria era cada vez mais um novo centro de peregrinações à escala nacional, e paulatinamente internacional, do que um mero ermo da região de Leiria (Ramos 2017).

A Junta Central do CNS ao aplicar a sua estratégia expansionista para fora da arquidiocese de Braga e projetar a organização do seu primeiro acampamento nacional em Aljubarrota, acabaria por entrar neste processo de substituição de credos. Muitos escoteiros

⁴⁹¹ O jornal foi publicado entre 1926 e 1927, e suspenso após sete números. Toda a equipa editorial foi demitida do CNS, sob a acusação de dissidência («Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 3, nº 4, 1927-Mar-31, p. 1).

⁴⁹² «A Juventude Catholica de Lisboa e Nun’Alvares», *A Ordem. Diario Catholico da Manhã*, Ano I, nº 3, 1916-Fev-02, p. 3

católicos não ficaram imunes ao fenómeno religioso. A relativa proximidade com a linha ferroviária e uma centralidade geográfica a nível nacional do santuário possibilitava uma maior presença de *scouts* em toda a logística do novo espaço sagrado ao longo do ano.⁴⁹³ A deslocação da importância simbólico-religiosa da Arquidiocese de Braga para a nova Diocese de Leiria acabou por atribuir uma maior relevância nas regiões a sul (e que culminaria com a transferência da sede central para a cidade de Lisboa, em 1951). Seis meses depois do primeiro acampamento nacional, o Bispo-Conde de Coimbra providenciou a organização de uma unidade com pompa e circunstância durante uma eucaristia na Sé Catedral, e a respetiva bênção da bandeira oficial, sob o olhar atento de alguns membros do Centro Académico de Democracia Cristã que, entretanto, cedera o espaço desportivo para a realização de formações de dirigentes.⁴⁹⁴ A importância simbólica da cidade dos estudantes justificou a transferência de algumas atividades previstas no Porto e Braga.⁴⁹⁵ Mais ainda quando havia uma certa mitificação em torno da disciplina de Oliveira Salazar enquanto estudante na Universidade e um fácil acesso por via ferroviária para qualquer interessado de outras partes do país.⁴⁹⁶ As restantes dioceses a sul conheceram um processo similar, cada uma com o seu ritmo de desenvolvimento e muito condicionadas pelas lógicas locais, com realidades sociais distintas. As tabelas em anexo mostram o período vital dessas unidades.

No que respeita às dioceses ultramarinas, a política expansionista associativa terá de ser observada com um maior cuidado, tendo em conta que herdaram as disputas políticas metropolitanas em torno da Lei de Separação e do regime de Padroado Português na Ásia. Qualquer generalização colonial é inevitavelmente errada, e parafraseando Maria da Conceição Neto, há que ter em conta que as colónias portuguesas apenas comungavam de uma metrópole em comum (M. C. Neto 2019, 314). De forma breve, a introdução do escotismo católico em Angola diferiu em muito do processo de institucionalização em Moçambique. A título de exemplo, o Bispo de Luanda e Congo foi o principal mentor da fundação do escotismo e Guidismo no território numa lógica descendente, enquanto em Lourenço Marques e Inhambane este movimento pedagógico ficou praticamente confinado às Missões Franciscanas periurbanas.⁴⁹⁷ Já na Ásia não existiu qualquer interesse por parte do clero local numa filiação

⁴⁹³ Um claro exemplo foi o serviço de fiscalização de entradas e acondicionamento dos enfermos no templo («Os servitas e os escoteiros», *Voz de Fátima*, Ano IV, nº38, 1925-Nov-13, p. 2).

⁴⁹⁴ «Escotismo», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVI, nº 1992, 1927-Jan-13, p. 1

⁴⁹⁵ «O incêndio do domingo de Páscoa», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVIII, nº 2324, 1929-Abr-04, p. 1.

⁴⁹⁶ «Congresso dos Scouts», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVIII, nº 2325, 1929-Abr-06, p. 1.

⁴⁹⁷ «Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano II, nº 94, 1937-Ago-07, p. 3

ao CNS, optando antes por aderir aos *Escoteiros de Portugal*. Em 1933, havia vários grupos de escoteiros católicos na Pangim e Bardez, nomeadamente o AEP Gr. 108, cujas atividades eram comumente publicitadas nos principais periódicos arquidiocesanos.⁴⁹⁸ Por razões de disponibilidade não foi possível incluir estes órgãos de informação no rol de fontes primárias.

As dicotomias de jurisdição católica entre o Padroado Português da Ásia e os territórios da *Propaganda Fide* sempre causaram desconfortos em todos os regimes políticos da primeira metade do século XX (B. C. Reis 2006, 45; C. Reis 2007; A. L. Neto 2009, 153). Talvez isso explique parcialmente o desinteresse do CNS em se estender aos territórios orientais do império português. Sendo um espaço vazio de qualquer concorrência, a Associação dos Escoteiros de Portugal procurou fundar alguns grupos em Macau e Índia. Algumas elites locais descontentes a Lei de Separação do Estado das Igrejas acabaram por financiar e fomentar a vida associativa católica, não importando o tipo de obediência. A injeção de capitais ou a promoção de campanhas de beneficência para esses grupos da AEP acabava por aliviar financeiramente a execução de atividades mais dispendiosas, em práticas de mecenato que permanecem ainda hoje. A cerimónia de iniciação do católico AEP Gr. 122-Margão (Goa) em março de 1936 fora planeada pelo reverendo Aleixo Quadros. Um desfile pela vila ao som de caixa e clarins, e encabeçado pelo tenente e escoteiro-chefe Aníbal Alves Moreira, enquanto na igreja matriz, «numerosas damas e cavalheiros de distinção» aguardavam a chegada dos jovens escoteiros para confirmar o respetivo juramento, por Deus, pela Pátria e pelo próximo. E os próximos também estavam presentes, sendo representados pela direção do vizinho AEP Gr. 108-Pangim (professor Alberto Martins; capitão Santos Costa; tenente Eduardo Pereira).⁴⁹⁹ Estes rituais públicos de iniciação escotista (juramento/promessa) permitiam uma dupla capitalização do grupo pelas vias financeira e simbólica, complementada com discursos de abertura e encerramento pelos convidados, exercícios físicos e desportivos, concertos musicais, e cântico do hino nacional, mimetizando outras realidades geográficas a nível mundial (Vongsathorn 2015, 68; Leandro e Costa 2022, 5).⁵⁰⁰ Havia um interesse evidente na manutenção deste associativismo que funcionava como instrumento de enquadramento juvenil.

O general inglês Baden-Powell conhecia o panorama português e as três visitas à metrópole justificavam mais que simples estadias de cortesia. Primeiro em Lisboa (1929),

⁴⁹⁸ «Cortejo alegórico e exercícios de Escotismo», *A Voz de São Francisco Xavier*, Ano III, nº 13, 1933-Dez-06, p. 162.

⁴⁹⁹ «Escoteiros do Grupo 122 de Margão», *A Voz de São Francisco Xavier*, Ano V, Nº 29, 1936-Mar-25, p. 319.

⁵⁰⁰ No continente africano, em Moçâmedes (hoje Namibe, Angola), os escoteiros católicos do CNS contaram com o auxílio financeiro da Comissão de Beneficência do Lubango, associação dirigida pelas esposas dos colonos e patrocinada por algumas empresas locais, em que se convidavam alguns militares a integrar a direção («Grupo Alcaide de Faria», *Jornal Mossamedes*, Ano VI, Nº 68, 1937-Fev-13, p. 3). Situação bastante análoga com o ocorrido em vários países europeus (González Castillejo 2001, 647).

depois ao Funchal (1931), e novamente em Lisboa (1934). Sobretudo porque eram um meio simbólico para apoiar as resistências associativas em face das tentativas de absorção estatal. As visitas conseguiam juntar centenas de escoteiros, e aparecer nos principais jornais era mais uma prova bem sólida de que o escotismo estava de “pedra e cal”, algo que escapou às investigações de Simon Kuin e que acabaram explícitas no seu artigo sobre a Mocidade Portuguesa (Kuin 1993). A atribuição da responsabilidade exclusiva pela manutenção do Corpo Nacional de Escutas por parte do cardeal Cerejeira acaba por ser pouco consistente, na medida que a própria história do escotismo católico em Portugal é transversal a várias associações. É certo que o eclesiástico conhecia a realidade escotista portuguesa, e sabia que uma quebra na umbilicalidade associativa à Presidência da República se traduziria em ruturas estatais, por muito singulares que o fossem.⁵⁰¹ Mais ainda quando crescia o número de prelados no estrangeiro que se manifestavam publicamente a favor do método de Baden-Powell, e que conjugavam esforços conjuntos com as Juventudes Operárias Católicas (Tolleneer 1998; Fuchs 2003, 31).⁵⁰²

A troca epistolar entre o cardeal Cerejeira e o ministro da Educação Carneiro Pacheco em maio de 1938, analisada por Simon Kuin e em que concluiu que o patriarca conseguiu exercer «uma forte pressão da Igreja contra os contactos com a *Hitlerjugend*, contra tentativas de dissolver o Corpo Nacional de Escutas» deverá ser revista (Kuin 1993, 584–85). Seria assim tão simples dissolver o escotismo católico? Depois do que foi demonstrado, entendemos que «essa forte pressão» estava muito bem fundamentada e advertia os potenciais perigos em caso de extinção. E não era apenas o perigo da interferência cultural da *Hitlerjugend*. A dissolução dos *scouts* obrigaria também ao fim de um instrumento de enquadramento social e uma previsível rutura diplomática com a Grã-Bretanha. Cerejeira sabia-o e estava a par do que ocorrera em Itália com Mussolini.⁵⁰³ Vejamos agora como o escotismo católico abarcou outros sectores sociais e como o laicado procurou adaptar-se às novas realidades.

⁵⁰¹ Como por exemplo, o encontro na Sociedade Geografia de Lisboa, organizado pela AEP, e em que fora convidado a estar presente com o presidente Óscar Carmona («Escotismo. “Festa dos escoteiros”», *O Século*, Ano, 55, nº 19010, 1935-Fev-16, p. 7).

⁵⁰² O matutino funchalense refere a outorga dos escoteiros católicos do Brasil à Ação Católica daquele país, por decisão do Cardeal Leme, Arcebispo de Rio de Janeiro («O Escutismo no Brasil», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1811, 1938-Jul-02, p. 3).

⁵⁰³ A posição do cardeal Cerejeira baseou-se na encíclica *Divini illius magistri*, de dezembro de 1929 (Pio XI 1929). O impacto da encíclica para o universo católico tem sido analisado de forma fragmentada, embora se note uma desconfiança comum dos vários prelados às emergências das juventudes políticas. No México, e mesmo sob uma pressão constante de investidas secularizadoras, a estrutura episcopal mostrou alguma antipatia para com a *Juventud Nacionalista Mexicana* durante a década de 1930 (Espinosa 2003, 472).

4.6 Escotismo marítimo na Póvoa de Varzim⁵⁰⁴

Em 2016 a associação Corpo Nacional de Escutas-Escutismo Católico Português celebrou o centenário do escotismo marítimo em Portugal e, um pouco por todo o país, foram vários os agrupamentos marítimos a comemorar a efeméride. Para o presente caso interessa abordar o CNS Gr. Marítimo nº 1, criado na Póvoa de Varzim em 1926, e extinto no ano seguinte. Um grupo com uma vida efémera, mas com grande significado na versão alternativa nas duas associações escotistas nacionais ainda existentes. Semelhante ao “terrestre”, o ramo marítimo também teve a sua génese na Grã-Bretanha, um pouco mais tarde, em 1909, com a particularidade de que Robert Baden-Powell foi coadjuvado no projeto pelo seu irmão Warrington. A finalidade de incutir uma ideologia sincrética que visava a formação de novos cidadãos, os chamados “Homens Novos”, através de práticas desportivas, do estudo do mar, das ciências náuticas, dos valores patrióticos e/ou religiosos, educaria e enquadraria a juventude numa lógica de virtude viril (Mills 2013). As diferenças entre terrestres e marítimos manifestaram-se nos manuais técnicos especializados e nos uniformes dos jovens – os escoteiros marítimos adotaram uma indumentária azul e branca semelhante aos trajes da Armada. A expansão do escotismo marítimo pelo continente europeu foi imediata, e muitos grupos sediados na costa aplicaram esta nova metodologia com o apoio financeiro das elites locais. A título de exemplo, em 1914 a Liga Marítima Espanhola incentivou a abertura de um grupo de “scouts marinos” em Santander e que seria implementado no ano seguinte sob apadrinhamento do rei Alfonso XIII. Outras cidades peninsulares, como Cartagena ou Gibraltar, também foram palco de novas unidades marítimas nos anos imediatos (Graça 2017a).

O caso português caracteriza-se por um percurso distinto, apesar de já existir um certo ritmo de atividades marítimas de lazer, como os banhos de mar ou as idas à praia desde o século XIX (P. A. G. Martins 2015). As primeiras tentativas de organização da vertente do *sea scouting* surgiram por iniciativa da pequena associação União dos Escoteiros Lusos em 1915, que tentou implementar a sua patrulha nauta em Lisboa. Também no mesmo ano surgiria o projeto União dos Escoteiros Terra e Mar na mesma cidade.⁵⁰⁵ Mais tarde os adueiros também tentaram implementar algumas unidades no Porto e Matosinhos, mas ambas resultaram infrutíferas, muito possivelmente devido à falta de recursos humanos especializados, agravado por um

⁵⁰⁴ O presente subcapítulo foi parcialmente debatido no Congresso “O mar como património cultural e natural”, a 8 de outubro 2015, em Almada, organizado pelo Instituto de História Contemporânea, com o apoio da Câmara Municipal de Almada e com o título “A introdução do escutismo marítimo em Portugal (1911-1938)”. Posteriormente deu origem ao artigo “Corpo Nacional de Scouts - Grupo Marítimo Nº 1, São Pedro o Pescador” (Graça 2017a).

⁵⁰⁵ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 11:896, 1915-Jan-22, p. 3; «União dos Escoteiros Terra e Mar», *O Século*, Ano 35, nº 12:144, 1915-Set-28, p. 4.

elevado custo de aquisição e manutenção de embarcações. Estes factores marcam a diferença com a experiência do CNS na Póvoa de Varzim. Enquanto os adueiros no Porto e Matosinhos avançaram de forma unilateral, na Póvoa de Varzim (uma localidade canonicamente vinculada à arquidiocese de Braga, mas estatalmente dependente do distrito do Porto), o padre Aurélio Faria, que se mostrou apologista da nova modalidade, e contou com o apoio financeiro da elite local desde o primeiro momento.

No xadrez social imediato à criação do CNS em 1925, o sacerdote convidaria alguns jovens da sua confiança para a implementação do novo projeto: Manuel Marques Pinheiro, o padre Jorge Maria Machado e Matias Amorim Sampaio. Os três encabeçariam a equipa dirigente da unidade marítima. Apesar de se desconhecer o cadastro escotista de cada um, existe a possibilidade de todos terem pertencido ao ramo terrestre, pois o escutismo não era uma novidade na Póvoa. Já em 1924 o padre Aurélio organizara uma Alcateia (para crianças dos 7-10 anos) e ainda o Grupo nº 4 (11-16 anos) na localidade, possibilitando um enquadramento numa organização católica dividida entre terrestres e marítimos a pelo menos cinquenta crianças e jovens (Graça 2017a, 60).

A vivência do grupo marítimo obedecia aos preceitos estabelecidos pelos estatutos da Junta Central em Braga e as suas ações estavam condicionadas às diretrizes nacionais. Semelhante ao que ocorria por todo o país, também na Póvoa de Varzim vários atores políticos locais observaram este tipo de escotismo como uma extensão pedagógica complementar na inculcação de valores nacionalistas de inspiração italiana e que cedo provocaram algumas inquietações. A ameaça da extensão da revolução bolchevique ao ocidente europeu era uma das preocupações quotidianas e várias organizações juvenis a nível global tiveram de se saber colocar entre os campos adversários dos “estados-nação” e das novas teorias internacionalistas (Miller 2015, 159). A pequena localidade poveira não fora uma exceção, e talvez devido a isso, o comissário nacional José de Lencastre deslocava-se de Braga à Póvoa especificamente para visitar os escoteiros locais de modo a garantir a autoridade, uniformização e cumprimento estatutário por parte dos jovens. A primeira demonstração pública do CNS Gr. Marítimo ocorreu a 1 de Dezembro de 1926 e a nível público a presença de Lencastre foi celebrada com requinte: demonstrações de exercícios, ginástica, jogos, canto orfeónico, seguidos de uma alocução dedicada à História de Portugal. A nível privado, o comissário nacional conseguia manter uma linha de fronteira ideológica com os militares da Marinha aí estacionados (Graça 2017a, 61), o elo mínimo para a sobrevivência política do grupo. Havia que garantir a melhor articulação possível entre o Estado e a Igreja.

A inauguração do CNS Gr. Marítimo nº1 realizou-se no mês seguinte na Igreja da Misericórdia, e permitiu fechar um triângulo de interesses: Igreja-Leigos-Militares, num

esquema social parecido ao que Álvaro Garrido detetou para as Casas de Pescadores, e que caracterizou como «estrutural e ostensivo» (Garrido 2008, 104). A Junta Central de Braga enviara o padre Avelino Gonçalves para oficializar a celebração eucarística e consequente bênção do galhardete de grupo. E o compromisso público das “promessas” decorreu de acordo com a normativa: as madrinhas da elite poveira a colocar as boinas aos novos *scouts* e as atividades realizadas no salão nobre dos Bombeiros Voluntários. O evento contou com a presença de José de Lencastre, sempre acompanhado pelo comandante Alberto Jacques (capitão do porto), do benemérito local Manuel João Gomes de Amorim e de Alberto Pinto Saraiva (curiosamente Comissário Regional do Porto e que ultrapassava aqui a sua jurisdição). No final, o médico e comissário local Garcia de Carvalho discursou sobre as potencialidades do movimento, proclamando José de Lencastre e o jornalista Vicente da Cunha Areias como sócios beneméritos do CNS Gr. Marítimo N° 1 (Graça 2017a, 61).

Outra das atividades mais elucidativas do impacto do escotismo na Póvoa de Varzim, em que se procurou reafirmar o potencial associativo e realçar a sua vinculação aos poderes locais, ocorrera a 25 de Abril de 1926. A *Grande Festa Scout* (também conhecida como *Jamboree da Póvoa*) foi um acampamento que juntou 250 escoteiros (terrestres) oriundos do Porto, Braga, Vila Real, Guimarães, Vila do Conde, Paços de Ferreira, Espinho e Barcelos, no estádio do Sporting Club da Póvoa, e onde o grupo anfitrião assumiu a primazia do programa. Ao longo do dia decorreram várias provas de navegação e remo, natação, sinalização morse do mar para terra. E para encerrar o evento, o Presidente da Câmara e o padre Avelino Gonçalves fixaram uma palma de bronze no pedestal no monumento do Cego do Maio, ainda hoje presente, selando fisicamente o acordo institucional.⁵⁰⁶ E para fechar o ritual, nas ruas da vila houve um desfile com as bandas filarmónicas de outras associações locais.

A extinção do CNS Gr. Marítimo n° 1 merece também alguma atenção. Os dados extraídos sobre o encerramento das atividades não são claros, mas a primeira hipótese aponta ao falecimento do chefe Matias Amorim Sampaio, a 7 de Junho de 1926, o que indica alguma inércia ou desmotivação na continuidade. Embora as atividades náuticas e os acampamentos fora do concelho não cessassem, o vigor associativo declinou, e pouco a pouco o grupo entrou em colapso. Os dirigentes dos outros grupos do CNS na Póvoa de Varzim promoveram agendas conjuntas com os grupos do Porto (Graça 2017a, 63). Mas em vão.

O extravasar jurisdicional de Alberto Pinto Saraiva enquanto Comissário Regional do Porto para a Póvoa de Varzim em novembro de 1926, complementada ainda com a edição de *O Scout*, um órgão de comunicação regional (e desautorizado pela Junta Central em Braga),

⁵⁰⁶ O procedimento de encerramento institucional entre grupos escotistas e órgãos estatais é observável em vários países (Antas Ramos 2022, 78).

originou a sua expulsão do CNS. Acabou substituído pelo capitão José Oliveira Pombeiro, que se manifestou com uma política associativa de afastamento dos dirigentes adversários. Independentemente de haver várias hipóteses sobre os porquês de Saraiva ter-se imiscuído no desenvolvimento do escotismo marítimo na Póvoa de Varzim, os métodos pedagógicos e especificidades normativas elaboradas pelo CNS Gr. Marítimo nº 1 culminaram na génese do escotismo marítimo interassociativo. As suas atividades e indumentária foram inseridas no Estatuto e Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas de 1934. E é a partir de Póvoa de Varzim que se observa a tentativa de organização de outras unidades náuticas em várias localidades: Vila do Conde (1926), Porto (1926), Algés (1933), Lourenço Marques (1933) e Barreiro (1936). Mais ainda quando foram fomentadas com o beneplácito governamental do Estado Novo em 1933, em que o ministro da Marinha Aníbal de Mesquita Guimarães outorgou os mesmos direitos praticados nas coletividades náuticas aos futuros grupos de escoteiros marítimos.⁵⁰⁷ Um pormenor que certamente ajudará a explicar a rapidez com que Henrique Tenreiro pôs em prática a sua “obra social das pescas”, sobretudo através das escolas das Casas dos Pescadores, com o objetivo da “formação de caracteres fortes, de trabalhadores activos, bons profissionais e bons portugueses” (Garrido 2008, 108).

4.7 A “marianização” do escotismo católico e a deslocação geográfica para sul⁵⁰⁸

O impacto social do fenómeno mariano de Fátima acabou por se transformar numa das muitas razões que justificaram a transferência dos órgãos centrais do CNS de Braga para Lisboa, num processo interno bastante tenso ocorrido entre 1939 e 1951. Apesar de se utilizar aqui o neologismo “marianização”, inexistente em qualquer dicionário de língua portuguesa, mas com algum uso corrente no Brasil, acredita-se que esta palavra se adequa ao contexto analisado.⁵⁰⁹ A “marianização” do universo católico moderno esteve presente em todos os sectores do laicado, incluindo o escotismo, e a observação desta metamorfose religiosa

⁵⁰⁷ «[...] Concedido à Associação dos Escoteiros de Portugal iguais regalias às que gozam os clubs náuticos, 18 de março de 1933. Comunicado ao Departamento Marítimo do Centro, em nota nº 451, Pº 15/33 – F.^{as} 1.065, da 3ª secção da 1ª Repartição da Direção da Marinha Mercante» («Núcleo do Porto», *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação*, n.ºs 3-4, 1933-Mar/Abr, p. 4-5).

⁵⁰⁸ O presente subcapítulo foi apresentado no Congresso Internacional “Em busca da Terra Prometida: Mitos de Salvação”, realizado na Universidade de Aveiro a 20 de setembro de 2017 e deu origem ao artigo «Ascensão e queda do culto a Nuno Álvares Pereira no escotismo português (1923-1936)» (Graça 2018). Para a tese de doutoramento fizemos as devidas atualizações e reelaborámos algumas conclusões.

⁵⁰⁹ Em 2009 o historiador Till Kössler salientou a importância da “marianização” dentro dos estabelecimentos escolares, recuando o fenómeno aos finais do século XIX, com a criação de congregações marianas nos colégios jesuítas no sul da Europa (Kössler 2009, 19).

explicará o reforço institucional que o CNS conseguiu ter contra as investidas estatais das *Mocidades Portuguesas*. E neste contexto haverá que recuar ao culto (nacionalista) ao padroeiro do escotismo católico português, Nuno Álvares Pereira, na duplicidade qualitativa de santo e herói, e observar como este foi substituído pelo culto da Senhora de Fátima.⁵¹⁰

O preito a Nuno Álvares dentro do universo escotista foi largamente promovido até ao primeiro acampamento nacional dos escoteiros católicos realizado em Aljubarrota, no Verão de 1926. Ao acampar num *hinterland* proto-sagrado, o CNS proporcionava aos seus associados uma aproximação *in loco* de valores simbólicos emanados pelo seu centro administrativo na Arquidiocese de Braga às respetivas periferias. Poder-se-á até utilizar o conceito de *sociabilização política*, já proposto por Simon Kuin, na medida que o escotismo também pode ser observado como um sistema de transmissão cultural com vista a um correto comportamento da juventude em marcos politicamente aceitáveis (Kuin 1993, 555). Tendo como finalidade a articulação do método escotista com a ideologia católica (na perspetiva da construção dos futuros cidadãos, os “Homens Novos”), a escolha de Aljubarrota satisfazia a generalidade dos critérios de promoção do método: estudo da Natureza, ciências, valores patrióticos e religiosos, entre outros.

A pertinência desta temática acaba por envolver leituras binárias que poder-se-ão ser analisadas a partir das teorias de Edward Shils, com especial enfoque na conexão entre as dinâmicas culturais de dois espaços, um institucional (Braga como centro) e outro demandado (Aljubarrota, como periferia sagrada) (Shils 1992). A seleção do local do primeiro acampamento nacional ser propositadamente o mesmo espaço da célebre batalha de 1385 já correspondia em si a uma apropriação de memória histórica, e ainda oferecia a oportunidade para palco de um ritual de iniciação religiosa aos recém-associados mais jovens. Algo que outras associações de cariz nacionalista e conservador, como a *Cruzada Nacional Nun’Álvares* por exemplo, tiveram imensas dificuldades em responder, devido a manterem uma estrutura orgânica que visava sobretudo a militância de adultos.⁵¹¹

O primeiro acampamento nacional do CNS decorreu entre 9 e 18 de agosto de 1926, o que coincidiu com a comemoração da “Festa da Pátria” no dia 14, elevado a feriado desde 1920. A revista *A Flor de Lis* rapidamente informou os jovens leitores que

⁵¹⁰ A generalidade das produções científicas e monografias em torno do Santo Condestável é vasta e dispensa descrições sumárias. No que respeita ao culto condestabrianos dentro do escotismo português veja-se os mais recentes trabalhos (Graça 2018).

⁵¹¹ A Cruzada Nacional Nun’Álvares tinha uma secção juvenil e procurava doutrinar as novas gerações no ideal do Santo Condestável. A relação da Cruzada com o CNS será analisada noutro capítulo.

«[...] já que o nosso Corpo deve ser uma escola de intenso patriotismo, já que o Santo Condestável Nuno Álvares Pereira vai sendo escolhido como modelo de virtude e de amor pátrio por grande parte dos nossos grupos e ainda porque nesse sentido recebemos um amável convite do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José Correia da Silva, Bispo de Leiria, será nos campos de Aljubarrota onde se feriu a mais notável batalha pela independência de Portugal, que nós ergueremos as nossas tendas».⁵¹²

A escolha do acampamento neste território visava dois grandes objetivos. O primeiro seria a realização de um ritual simbólico num terreno sacralizado em dinâmicas compatíveis com as várias fações políticas. O fomento propagandístico para a participação decorreu logo no mês de maio no órgão oficial, com recurso a uma linguagem clara, e onde é possível observar-se a transmissão cultural e ética da importância da sagrada Aljubarrota como herança do medievo. As referências aos códigos de cavalaria, ao espírito de serviço ao próximo, aos modelos do perfeito combatente são constantes e sempre explicadas por um dirigente (adulto) a um grupo de rapazes. Expressões como «sendo o escutismo a Cavalaria do nosso tempo, nós somos cavaleiros» ou «a mais linda figura de Cavaleiro que jamais viram nascer terras portuguesas foi a figura do Beato Nun'Álvares – a sublime concretização da lealdade, do patriotismo, da santidade» mostram a necessidade de toda a associação se dirigir a um espaço periférico, quase sagrado, de acordo com a ideologia nacionalista da época.⁵¹³ A publicação dos argumentos de alguém mais velho e experiente (o chefe) sobre a necessidade de ligação ao passado com um acampamento em Aljubarrota permitiria manter a posição do poder legitimador do CNS, ou mais precisamente da Junta Central em Braga (Graça 2018, 406).

O segundo objetivo incidiu na projeção periférica da Junta Central e o consequente crescimento na metade meridional do país, que acompanhou as tendências da Igreja Católica ao transferir os principais centros de poder para o mais próximo de Lisboa, e muito alavancados pelo fenómeno das aparições marianas de maio de 1917 e da restauração da diocese de Leiria em 1918 (Ramos 2017). E para justificar a escolha do local, a revista *Flor de Lis* publicou um pequeno diálogo entre dois dirigentes fictícios sobre a discordante localização, que entra no domínio da fabulação com uma troca acesa de argumentos prós e contras.⁵¹⁴

Independentemente das características do Acampamento Nacional em 1926, o evento conseguiu reunir grupos de vários pontos do país e que puderam comungar das diretrizes ideológicas da estrutura hierárquica superior. A exaltação de Nuno Álvares Pereira no dia 14

⁵¹² «Primeiro Acampamento Nacional do CNS», *A Flor de Lis*, Ano 2, nº 2, 1926-Mar-15, p. 1.

⁵¹³ Este modelo comunicacional confirma os argumentos de Edward Shils no estudo sobre as características das sociedades “juventocêntricas” que funcionam numa lógica de mecânica dual, com as crenças e práticas tradicionais a serem não só recomendadas por aqueles que as receberam (“mais velhos”), como também recebidas e (re)transmitidas pelos “mais novos” (Shils 1992, 306–7).

⁵¹⁴ «Em Aljubarrota, porquê?», *A Flor de Lis*, Ano II, nº 6, 1926-Mai-15, pp. 1-2.

de agosto conseguiu reativar um consenso já espetável com o regime ditatorial do 28 de maio, e a celebração das cerimónias religiosas ficou a cargo do prelado de Leiria. Na eucaristia compareceram o governador civil de Leiria, o arcebispo primaz de Braga, o comandante militar de Infantaria 7, algumas edilidades locais, e uma multidão superior a 10.000 pessoas (um número exagerado) fechava o círculo.⁵¹⁵ E para vincular materialmente essa presença, o CNS ofereceu uma imagem de Nuno Álvares Pereira à capela de São Jorge, ainda hoje exposta no campo sagrado de Aljubarrota, «em que a nossa festa patriótica foi certamente a comemoração mais imponente que no presente ano se fez da batalha de Aljubarrota».⁵¹⁶ À partida, este acampamento nacional de 1926 abria caminho para o culto ao herói e santo se desenvolver por todo o território nacional, mas o objetivo não fora alcançado, observando-se um crescimento apenas entre Tejo e Minho, e no qual se destaca o triângulo Covilhã-Guarda-Castelo Branco (Graça 2018, 408). Na Covilhã, o grupo local conseguiu publicar um pequeno periódico intitulado *O Scout Lusitano* de tiragem única em 1927. A primeira página é elucidativa quanto ao impacto que o Acampamento Nacional teve nesta região: uma fotografia à estátua oferecida à capela de São Jorge e a letra de um hino ao beato carmelita.⁵¹⁷

Nos anos seguintes o próprio Corpo Nacional de Scouts teve um discurso humilde acerca desta atividade e já não incluiu Nuno Álvares Pereira no seu conjunto de festividades nacionalistas. É certo que conseguiu conjugar-se com o quadro político-institucional da Ditadura Militar, mas por outro, o objetivo de emparelhar os valores patrióticos com a valentia religiosa-condestabariana foi um fracasso. O fenómeno das aparições de Fátima acabou por deslocar paulatinamente o centro gravitacional da religiosidade escotista portuguesa, de norte para o centro-sul do país, e as diretrizes de Braga seriam substituídas pelas agendas do eixo interdiocesano Leiria-Lisboa.⁵¹⁸ O culto a Nuno Álvares Pereira acabaria secundarizado, e poder-se-á ver que as escolhas dos novos patronos locais já incidiram em temas de santidade, sobretudo a partir de 1930, com vários rasgos de um «processo de relegitimação da religiosidade popular» (Vilaça e Oliveira 2019, 109). As “Nossas Senhoras” e as “Santas” posicionaram-se ao lado dos heróis e santos da nação nas preferências dos jovens escoteiros

⁵¹⁵ Grupos de Braga, Póvoa de Varzim, Rio Tinto, Cete, Vilar do Paraíso, Porto, Espinho, Bragança, Vila Pouca de Aguiar, Godim, Vila Real, Coimbra, Covilhã e Leiria («Depois do primeiro acampamento nacional», *A Flor de Lis*, Ano II, n.ºs 12-13, 1926-Ago-15/31, p. 1).

⁵¹⁶ «Campo Nacional de 1926», *A Flor de Lis*, Ano II, n.º 3, 1926-Mar-31, p. 1.

⁵¹⁷ Por razões de espaço limitamo-nos a transcrever as duas últimas estrofes: “Foste herói, foste Santo, és a gloria/ A mais pura que a Pátria nos deu./ Quem não chora contando a história/ De teus feitos, prodígio do Ceu?/ Para nós o teu nome inefável/ Hoje e sempre é brilhante fanal./ Salvé, salvé, leal Condestável,/ Gloria a ti, ó feliz Portugal” («Hino do Beato Nun’ Álvares», *Scout Lusitano*, N.º único, 1927-Jun-29, p. 1).

⁵¹⁸ O que significa que nem sempre o sistema central de valores foi estável e imune às ideologias da periferia. O presente caso do acampamento nacional em Aljubarrota originou mais ruturas que permanências («Fátima. Uma longa viagem matinal», *A Flor de Lis*, Ano II, n.ºs 12-13, 1926-Ago-15/31, p. 4).

portugueses, “marianizando” o *ethos*, com o surgimento de orações como “Nossa Senhora, Mãe dos Escutas, rogai por nós” (Graça 2018, 410). Um facto que não passou despercebido ao deputado António Lino Neto, do Centro Católico Português, e que referira essa novidade como uma adaptação aos tempos modernos, como a *Nossa Senhora da Fé*, *Nossa Senhora de África* ou a *Nossa Senhora do Ar* (A. L. Neto 2011, 329).

A adaptação do escotismo católico às metamorfoses modernas da *ecclesia*, e em marcha desde finais do século XIX, englobava-se na estratégia de aproximação entre os sectores leigo e sacerdotal. Várias organizações desportivas no estrangeiro já o tinham posto em prática, pelo menos com uma celebração eucarística na finalização dos eventos, símbolo de encerramento dos mundos sagrado e profano (Tolleneer 1998, 179). No caso escotista português, além da aceitação de novas expressões de devoção mariana como a oração «Nossa Senhora, Mãe dos Escutas» impulsionada em Portugal pelo fenómeno da Cova da Iria, também a estrutura eclesiástica papal teve de validar algumas práticas ordinárias até então marginais, como a realização de eucaristias em acampamentos. O próprio Papa Pio XI estipulou, em 1930, a autorização aos assistentes escotistas para que celebrassem missas fora dos templos e com direito a confissão *in loco* a todos os presentes. Três anos depois dera ainda a bênção ao casal (anglicano) Baden-Powell para que prosseguisse com o desenvolvimento do escotismo católico.⁵¹⁹

4.8 “Empunhando a bandeira sagrada da Pátria, e com os olhos e o coração em Deus”. O Escotismo nos seminários portugueses⁵²⁰

A realidade escotista católica portuguesa também se caracteriza por uma singularidade diligente que se distingue das congéneres europeias, e que recai na adoção do método de Baden-Powell na rede de seminários da Igreja Católica como bivalência curricular e associativa. Este tema tem sido secundarizado no universo historiográfico religioso e escotista internacional,

⁵¹⁹ «Actos oficiais», *A Flor de Lis. Órgão oficial do CNS*, Ano 6, nº 20, 1930-Nov-30, p. 77; «O Papa recebe Lord Baden-Powell», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 58, 1933-Mar-11, pp. 2/5. Para mais informações sobre a autorização de Pio XII para celebrar a eucaristia nos acampamentos consulte-se: (Comas Rubí, March Manresa, e Sureda García 2010, 219–20).

⁵²⁰ O presente subcapítulo foi parcialmente debatido no *Seminário de História Religiosa Contemporânea* na Universidade Católica Portuguesa, a 15 de fevereiro 2018, com uma comunicação intitulada “Um golpe profundo em velhos sistemas educativos”. O escotismo nos seminários portugueses (1928-1942)”.

traduzindo-se numa parca bibliografia, resumido basicamente às geografias canadiana ou catalã, e periodizado a partir da Segunda Guerra Mundial (Thériault 2001; Marquès 2004).

A introdução da pedagogia escotista nos seminários portugueses é bastante precoce e periodiza-se pelo menos em duas fases. A primeira, logo em 1926, marca-se pelo impacto do projeto escotista do padre Abel Varzim no seminário de Serpa, e que coincide com o ritmo de crescimento galopante que o CNS conheceu no período pós-28 de maio (D. Rodrigues 1990, 22; Varzim 2000, 27). A unidade serpense difere das restantes a nível nacional e caracteriza-se como um *case study* a sul do rio Tejo. A segunda, já na continuidade da Guerra Civil Espanha e consequente Segunda Guerra Mundial, quando o Seminário dos Olivais empreendeu uma nova versão de escotismo “seminarístico”. Estes dois projetos partilhavam a visão da construção do padre-cidadão, um dos muitos *inputs* que a Igreja Católica abraçou com o advento da modernidade⁵²¹. Não era uma novidade, de todo. Basta recordar o papel científico do sacerdote Manuel António Gomes, também conhecido por “padre Himalaia” devido à sua alta estatura. Um presbítero que proporcionou vários inventos explosivos como a “Himalaíte” e a construção do pirelióforo, e do qual ganhou *Grand Prize of the Louisiana Purchase Exposition* em 1904 (J. Rodrigues e Oliveira 2013). Ou numa realidade mais próxima para o presente estudo, o padre Abílio da Silva Mendes, exilado no Brasil durante a Primeira República e onde acabaria por fundar vários grupos de escoteiros no Brasil (Rio de Janeiro e Juiz de Fora, sobretudo). Devido a um posicionamento político e crítico para com a ditadura de Getúlio Vargas, Abílio Mendes acabou por regressar a Portugal e criou vários grupos do CNS no Barreiro (Graça 2013). Um terceiro exemplo é o padre Abel Varzim, mais conhecido das lides do sindicalismo católico do que pelo papel dentro do movimento escotista (Rezola 1999; Fontes 2000a, 39). Estes pequenos três exemplos mostram como o clero católico entrosou a modernidade cívica a partir da adoção de novos papéis mundanos.

Em 2017 a historiadora canadiana Kristine Alexander abordou a conquista da cidadania a partir do prisma do associativismo escotista feminino distanciando-se da estereotipada inexistência de qualquer vontade das jovens para uma participação na vida pública (Alexander 2017, 42). Neste trabalho, e ao longo da dissertação sobre cidadania e masculinidade, e quem poderia ou estaria apto a transmitir os valores cidadãos aos mais jovens nos inícios do século XX, a autora apresentou uma frase de Baden-Powell bastante ilustrativa quanto à problemática:

⁵²¹ A historiadora Sophie Wittemans abordou esta temática de forma superficial, alertando para a particularidade que na transição do século XIX para o XX, crianças, criados domésticos, clérigos, doentes mentais e mulheres não poderiam ter qualquer acesso à categoria de “cidadão” (Wittemans 2009, 58). Erika Kuhlman coloca a mesma questão do acesso à cidadania norte-americana a partir de outro segmento populacional - os negros - , na medida que a entrada no exército foi lenta e com bastantes resistências por parte da elite branca. Redutoramente, e para além da etnicidade, os negros estavam impedidos de ser cidadãos porque não usavam armas, o que se traduzia na indefesa do país e família (Kuhlman 2017, 30).

«*Manliness can only be taught by men, and not by those who are half men, half old women*» retirada da obra *Scouting for Boys* (Baden-Powell 2005, 301). O tema da masculinidade, sobretudo no que respeita ao significado do conceito de “masculinidade hegemónica” está sobejamente explorado. E dentro desta subcategoria, a construção cidadã dos corpos juvenis tem conhecido alguns avanços significativos nos últimos anos (Parsons 2004; Honeck 2013; Wu 2014; Miralles 2016; Aresti Esteban 2017; Proctor 2017; Alexander 2017).

Menos explorado tem sido a “masculinidade sacerdotal”, conceito desenvolvido por Raúl Mínguez Blasco a partir de alguma historiografia hispanófona (Scharagrodsky 2009; Romeo Mateo 2021; Mínguez Blasco 2022), o mais próximo à realidade aqui exposta. Uma rápida observação à afirmação de Baden-Powell sobre a masculinidade (íntegra) ser um critério *sine qua non* para a transmissão de valores viris impedia que, qualquer ser «metade homem, metade mulher velha», integrasse essa função. E tendo em consta esta caracterização, qualquer sacerdote estaria vedado a elevar-se como um instrumento de cidadania devido às idiossincrasias canónicas: celibato obrigatório (não-reprodução sexual); indumentária (similar às saias femininas); vida em templos (por oposição ao exercício profissional masculino e exercido no exterior), e sobretudo, a incapacidade de domesticar a violência através de armas de fogo (serviço militar). Condições mínimas que colocavam o clero em paralelo a outros grupos da “improdutividade social”, uma categoria prosaicamente atribuída aos homossexuais e onanistas (Scharagrodsky 2009, 67).

A construção do padre-cidadão deverá ser observada a partir da adaptação moderna de vários movimentos eclesiais, com a introdução de componentes desportivas nos respetivos programas educativos e com o objetivo de fabricar o “homem novo católico” numa lógica de *mens sana in corpore sano*. Desde as escolas jesuítas, colégios salesianos, aos seminários diocesanos, algumas modalidades desportivas como o futebol, ciclismo ou o *lawn-tenis* foram cada vez mais praticadas pelos jovens e sacerdotes internos (Watanabe 1995, 136; Cronin 2005, 26; Scharagrodsky 2009, 60; Mínguez Blasco 2022, 171). A motricidade humana acabava por ser uma das muitas respostas plurais de combate aos impulsos sexuais provocados pelo celibato obrigatório causado pelo cansaço físico inerente. Por outro lado, a obrigação de uma roupa adequada a um movimento fácil dos membros superiores e inferiores (o oposto da sotaina), permitia que os jovens estudantes e seminaristas ocupassem os espaços comuns profanos, e se equiparassem de igual para igual durante os jogos, numa partilha de direitos e deveres comuns com as equipas adversárias.⁵²² Mesmo assim não deixava de ser uma incursão incompleta aos

⁵²² Da mesma maneira que a indumentária feminina na Grã-Bretanha teve de ser adaptada ao contexto fabril durante a Grande Guerra, com muitas mulheres a adotar roupas mais ligeiras, o que inevitavelmente provocou reações de repulsa por agentes mais conservadores (Kuhlman 2017, 42).

tempos modernos porque não conseguia responder à totalidade de *items* exigidos para se ser um cidadão de plenos direitos. A isenção de participar no serviço militar obrigatório, impossibilitando o serviço a uma pátria comum e de qualquer incapacidade de proteger os concidadãos “contra o inimigo”, acabava por remeter os sacerdotes para um plano secundário.⁵²³

A emersão do movimento escotista em 1907, a passagem da aversão à conversão por parte da Igreja Católica ao método de Baden-Powell nos quinze anos seguintes, e uma posição contrária na diátribe sobre a funcionalidade das Sociedades de Instrução Militar Preparatória acabaram por colocar um ponto final nos critérios de uma idealização quase utópica na transformação dos jovens leigos em futuros cidadãos católicos. Este pensamento automaticamente excluía a componente sacerdotal do processo educativo escotista. É certo que nenhum sacerdote necessitaria de ser recruta num quartel militar para se sentir português de plenos direitos e muito menos punha em causa os valores patrióticos de cada um, contudo colocava a classe sacerdotal numa situação bastante dúbia. Isso explica o interesse do padre Abel Varzim em querer introduzir o *scouting* no Seminário de Serpa, local para o qual fora enviado em 1927 e explicado em o *Eco Pacense*, órgão oficial da Diocese de Beja.⁵²⁴ Tendo em consideração que o conceito de “padre-cidadão” carece ainda de mais e de melhores aprofundamentos devido a uma imaturidade científica adjacente, acredito que um dos pontos de partida para essa análise à conquista da cidadania por parte do clero possa ser exercido a partir do movimento escotista.⁵²⁵

⁵²³ Uma situação que se aplicava aos objetores de consciência durante a Grande Guerra, com grande adesão dentro de alguns credos protestantes, e considerados como “anticidadãos” (Kuhlman 2017, 37; Jensen 2017, 19–22). No entanto, o estereótipo é rebatido pela presença de sacerdotes em conflitos bélicos, como membros ativos nos campos de batalha, manifestamente vasta, sobretudo durante as guerras liberais do século XIX na generalidade dos países europeus (Romeo Mateo 2021, 541). Durante as Guerras Carlistas de Espanha vários sacerdotes absolutistas lideraram as suas próprias milícias, do qual ficaram conhecidos para a posterioridade como “*los curas trabucaires*”. Este conceito acabou por se vulgarizar e durante a Guerra Civil de 1936-39 era comum ver algum clero católico a participar nas contendas, tanto pelo lado nacionalista, como do lado adversário, sobretudo no País Basco (Calero Delso 2002; Cruz Orozco 2003, 422; Ruiz 2012, 36–40).

⁵²⁴ «[...] Dois objetivos presidiram à criação dos escoteiros: o primeiro para tornar mais vivo nas crianças que chegam ao Seminário o espírito de disciplina, tornando-o colectivo e mútuo; o segundo para dar a essas mesmas crianças um maior desenvolvimento físico, criando-lhes um ar marcial, prepará-los adequadamente fortes e vigorosos para mais tarde serem sacerdotes aptos para a sua gloriosa missão religiosa e social.» («Seminário. Caminhando sempre», *Eco Pacense. Órgão oficial da Diocese de Beja*. Ano V, 1928, 1º Sem; pp. 14/16).

⁵²⁵ Apesar das análises aos instrumentos de cidadania serem algo recente, já existem alguns trabalhos exploratórios. A historiadora Susan A. Miller ao analisar a conquista da cidadania a partir da organização filoescotista norte-americana *American Legion* na década de 1930 concluiu que um dos principais sustentáculos do sentimento de pertença dentro desta se deveu à emotividade produzida pela inculcação de valores entre jovens (filhos de imigrantes europeus) e os respetivos líderes (norte-americanos). Ao autoidentificarem-se como instrumentos de cidadania, os líderes da *American Legion* enfatizaram a importância de uma conexão emocional entre os jovens associados (futuros cidadãos) e o governo federal (Miller 2015, 162). Kimberly Jensen, numa outra perspetiva, sugere que só uma análise ao conceito de “anticidadão”, tendo como ponto de partida a Grande Guerra, poderá dar respostas alternativas (Jensen 2017).

A introdução do método de Baden-Powell nos seminários portugueses acabou por ser a materialização do *leitmotiv* “Empunhando a bandeira sagrada da Pátria, e com os olhos e o coração em Deus”.⁵²⁶ Uma novidade em toda a Europa, senão mundial, já que até 1927 os periódicos associativos não refletem quaisquer iniciativas similares no universo católico.⁵²⁷ Os casos mais próximos reportam apenas ao funcionamento de algumas unidades intramuros em Portugal, como a CNS Alcateia 7-Leiria, em que os lobitos (escoteiros entre 7-11 anos de idade) eram alunos em regime de externato e usufruíam desse espaço para as suas atividades semanais.⁵²⁸

A proposta do padre Abel Varzim baseou-se na simbiose dos livros de Jacques Sevin, sobretudo no que respeita à introdução do escotismo no sistema escolar católico (Sevin 2011, 167–73), com a experiência anterior da AEP no Colégio dos Órfãos de São Caetano de Braga em 1916. Varzim conhecia o desenvolvimento da pedagogia de Baden-Powell desde dentro, pois tivera como professor de teologia nada menos que o padre Avelino Gonçalves, um dos fundadores do CSCP em 1923. As cerimónias do Jubileu do Arcebispo Primaz em novembro do ano seguinte, conseguiram juntar o ainda estudante Abel Varzim e D. José do Patrocínio Dias, Bispo de Beja, onde ambos apresentaram cada um a sua conferência.⁵²⁹ É bastante aceitável que durante este evento o epíscopo pacense o convidasse para dirigir o vacante Seminário de Serpa, onde dez anos antes já tinha ocorrido uma situação de violência física entre católicos e não-católicos por ocasião de uma procissão pascal (L. S. de Matos 2011, 370).

No final de 1927 o arcebispo primaz D. Manuel Vieira de Matos organizou o Primeiro Congresso Nacional de Assistentes do escotismo católico, onde um dos temas de destaque foi precisamente a regulação da instrução religiosa dentro da associação. A partir da revista *A Flor de Lis* admite-se que a possibilidade da introdução do método de Baden-Powell dentro do seminário de Serpa fosse um dos temas de conversa entre os presentes. A data do evento coincide com a experiência varziniana e pelo menos duas conferências assim o sugerem: “A

⁵²⁶ «O Carácter», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 5, 1938-Abr-15, p. 219.

⁵²⁷ Logo em 1909, alguns militares republicanos franceses - como o general Peigné, acérrimo defensor do *ralliement* -, procuraram a criação de associações análogas ao escotismo nos espaços conventuais, o que provocou a ira de algum clero regular representado pelo abade Billecoq (Mendonça 1918, 50). Em Portugal, a revista *A Flor de Lis* em 1932 repassou a genealogia do *scouting* nos seminários europeus. Tendo em conta a validade desta informação, confirma-se a primazia do padre Abel Varzim com a experiência no Seminário de Serpa («A luz dos documentos. O Sacerdote no movimento Scout», *A Flor de Lis*, Ano 7, nº 23, 1932-Jan-15, p. 82).

⁵²⁸ «Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano II, nº 3, 1926-Mar-31, p. 2.

⁵²⁹ «Semana noticiosa», *A Cruzada. Boletim paroquial da Arquidiocese de Braga*, Ano I, nº 31, 1923-Nov-25, p. 4; «Jubileu do Arcebispo Primaz. Os Escoteiros», *Diário do Minho*, Ano VI, nº 1497, 1924-Nov-18, p. 2.

função dos directores [sacerdotes] junto dos dirigentes”; e a “Modos práticos de atrair os rapazes à instrução religiosa”.⁵³⁰

Abel Varzim contava já três anos em Serpa e, uma vez aí, avançara com os padres António Rebelo dos Anjos e Joaquim Lourenço para a criação de um grupo exclusivamente composto por seminaristas e que acabou por se transformar num protótipo. Nascia o CNS Gr. 38-Seminário de Serpa, um projeto que cedo conheceu os primeiros adversários e apologistas.⁵³¹ A presença impactante no espaço público com seminaristas uniformizados de escoteiros rompera com alguns dogmas comportamentais, do qual se esperava uma austeridade na indumentária contrastante com os ideais masculinos liberais oitocentistas (Vieira e Gonçalves 2010; Romeo Mateo 2021, 551). Seminaristas e padres de bordão na mão, chapéu da guarda montada canadiana, blazer militar, lenço ao pescoço e em calções certamente agitaram mentalidades mais conservadoras. Mais ainda quando participavam em exercícios físicos conjuntos, desde a ginástica sueca, às várias modalidades desportivas, paradas em ordem unida, ou desfiles com cânticos patrióticos, incluindo o hino nacional.⁵³² A conquista da cidadania conseguia-se através da exaltação e manifestação de amor pela pátria, de forma idêntica aos empreendimentos de outros grupos periféricos um pouco por todo o mundo, como as escoteiras e guias, que utilizaram as mesmas práticas (Alexander 2017, 106). Para além da abdicação da roupa negra, uma permanência centenária a representar a máxima autoridade moral na sociedade (Mckinney 2017, 59), havia agora uma necessidade de ostentar um uniforme como símbolo corporativo e identitário.⁵³³ A adoção do método de Baden-Powell pelos seminaristas permitiria ser um instrumento de cidadania para que os futuros padres fossem observados como elementos produtivos na sociedade moderna. O enquadramento destes jovens, com recursos pedagógicos em tudo ligado ao paradigma da masculinidade - com acampamentos, formaturas em ordem unida e presença nas ruas com sonoridade bélica - , contrastavam com os modelos

⁵³⁰ «O Congresso dos Directores», *A Flor de Lis*, Ano III, nº 20, 1927-Nov-30, p. 1.

⁵³¹ «Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano IV, nº 4, 1928-Mar-31, p. 1.

⁵³² A partir de uma notícia publicada pelo *Gazeta de Coimbra* de 1929 é possível observar-se a importância simbólica da ocupação do espaço público: «[...] Deveriam além disso convidar-se outras irmandades do distrito a incorporar-se no cortejo religioso de domingo. É também de estranhar que não se incorporem nas procissões pessoas de certa categoria social. Esta falta tem sido muito notada nos últimos anos. Chega a haver dificuldade em arranjar pessoas que peguem às bailas dos pendões e guiões e às varas do pálido. Em nosso entender também os escoteiros católicos devem comparecer nas procissões, fazendo a respectiva guarda de honra e a cauda dos cortejos deverá ser seguida de um forte núcleo de polícia, ou guarda republicana, para evitar o choque da multidão e a desordem que sempre se nota no final dos cortejos.» («Festas da Rainha Santa», *Gazeta de Coimbra*, Ano 18, nº 2356, 1929-Jun-18, p. 1).

⁵³³ A Junta Central de Braga permitiu o “uso do calção chantilly aos scouts seminaristas” de forma paritária com os escoteiros seniores em maio de 1930 («Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano VI, nº 8, 1930-Mai-31, p. 29).

de representação tradicionalmente atribuídos ao clero secular, contribuindo para a presença da Igreja Católica no espaço público.⁵³⁴

As ruturas culturais ocorreriam apenas três meses após ser filiado durante as festividades dos santos populares em que o grupo sofrera uma represália por parte do Administrador de Concelho. Os jovens seminaristas desfilavam na via pública, uniformizados, com galhardete e bandeira erguidos e ao som de clarins e caixa de percussão. Incomodado, o administrador concelhio proibiu a presença pública alegando que o governador civil de Beja não autorizara qualquer cortejo devido à ilegalidade dos estatutos associativos. O desacordo entre as duas partes escalou para a violência verbal com recurso a insultos e acabou quando o padre Abel Varzim fora ameaçado com pena de detenção policial.

Este episódio mostra que as lógicas locais muitas vezes ultrapassam as normativas legislativas dos centros de poder e nem a solidificação da ditadura militar em 1927 alterou o *status quo* das relações entre Estado e Igreja no Baixo Alentejo. Do Seminário de Serpa saiu uma queixa para a Junta Central em Braga ao cuidado do inspetor padre Avelino Gonçalves. Este acabou por recorrer à rede social do aparelho associativo para solucionar o problema e transmitira o desagrado a Tomás Gabriel Ribeiro, Comissário Regional do CNS de Lisboa, que por sua vez informara o deputado Lino Neto.⁵³⁵ A queixa surtiu efeito na medida em que o CNS Gr. 38-Seminário de Serpa se manteve em funcionamento até 1930, data que marca a transferência do padre Abel Varzim para a Universidade de Lovaina. Encerraria definitivamente em 1935.⁵³⁶

Os apologistas de Abel Varzim encararam esta empresa como um ato patriótico ao qual se tinha de empunhar «a bandeira sagrada da Pátria, e [estar] com os olhos e o coração em Deus».⁵³⁷ A génese serpense estender-se ao Fundão, onde o impulso do escotismo dentro do seminário foi significativo e promovido pela Associação da Juventude Católica, com o auxílio

⁵³⁴ «Seminário. Caminhando sempre», *Eco Pacense. Órgão oficial da Diocese de Beja*. Ano V, 1928- 1º Sem; pp. 14/16; MCNE/CDE, “Dossier Junta Regional de Lisboa 1927-1939”, 1930-V-22. Lisboa. *Correspondência de José Augusto Pais Ferreira ao Padre Abel Varzim (Gr. 38-Seminário de Serpa). Encomenda de artigos de uniforme*. (documento não-indexado).

⁵³⁵ MCNE/CDE, Dossier “Junta Regional de Lisboa 1927-1939”. 1928-VII. Lisboa. *Rascunho sobre possível queixa apresentada por Gabriel Ribeiro contra o administrador de Serpa por ofensas contra o bom-nome devido a desfile escutista na vila*. (documento não-indexado); Arquivo António Lino Neto (CEHR-UCP). Carta de Avelino Gonçalves para António Lino Neto [com carta anexada de Abel Varzim] (Código: PT-UCP/CEHR/AALN/D/B/03/13). Um estudo mais aprofundado poderia explicar as razões admoestativas, se tiveram uma origem cultural, baseada ainda nas repercussões da Lei de Separação, ou se política, com certa aversão local à Ditadura Militar, ou ainda se por razões pessoais, o que ultrapassaria uma compreensão heurística fácil.

⁵³⁶ MCNE/CDE, Dossier “Junta Regional de Lisboa 1927-1939”. 1935-II-04. Serpa. *Ofício de António Rebelo dos Anjos, Cónego e Director do Grupo 38-Núcleo de Serpa, à Junta Regional* (documento não-indexado).

⁵³⁷ «O Carácter», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 5, 1938-Abr-15, p. 219.

de alguns professores do ensino primário.⁵³⁸ Contudo foi o único. As resistências à inovação pesaram sobretudo a partir de 1930, em que os seminários de Guarda e Évora se limitaram a apadrinhar algumas unidades escotistas com autorização para instalarem as suas sedes no espaço intramuros sem adotar o modelo pedagógico proposto por Varzim. Já os seminários de Coimbra, Vila Real e Covilhã somente autorizaram a realização de algumas atividades dentro dos seus recintos e casos muito excepcionais.⁵³⁹

O desinteresse da maioria das direções dos seminários portugueses pelo projeto varziniano de Serpa suscitou a reação de algum prelado mais isolado que não entendia como os reitores desdenhavam o *scouting* como um instrumento de combate à ideia de improdutividade social. Outros, mesmo na impossibilidade de organizarem qualquer grupo escotista exclusivamente com jovens seminaristas dentro das instalações à sua responsabilidade, nunca deixaram de se aproximar do movimento.⁵⁴⁰ Essas aproximações tinham significado e fomentavam a captação de crianças e jovens para uma carreira sacerdotal, como acontecera com a alcateia da Covilhã, que em 1927 quase se extinguiu devido à transferência de elementos para o Seminário do Fundão.⁵⁴¹

A consolidação do Estado Novo obrigou a que algumas reitorias optassem por estratégias alternativas, como a cedência dos espaços para atividades de diversa índole que favorecessem as agendas dos grupos, e mais ainda quando a ameaça da organização das Mocidades Portuguesas estava cada vez mais presente.⁵⁴² A escolha do Seminário de Coimbra para a realização do Conselho Nacional de Representantes do CNS em maio de 1935 foi propositadamente deliberada nesse sentido, com a particularidade que o CNS Gr. 120-Seminário de Coimbra tinha sido filiado no mês anterior.⁵⁴³ A Junta Central decidiu aglomerar os cinquenta e cinco delegados de todo o país (incluindo algumas mulheres), e aproveitou o

⁵³⁸ «Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano VII, nº 4, 1929-Mar-31, p. 1.

⁵³⁹ «Ordem de Serviço Nacional nº 3», *A Flor de Lis*, Ano XII, nº 6, 1936-Abr-30, p. 68; «Leiria», *A Flor de Lis*, Ano III, nº 10, 1927-Jun-30, p. 4; «Covilhã», *A Flor de Lis*, Ano III, nº 17, 1927-Out-15, p. 4; «Corpo Nacional de Escutas», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXV, nº 3421, 1935-Nov-30, p. 10.

⁵⁴⁰ O caso da visita de D. José da Cruz Moreira Pinto, Vice-Reitor do Seminário de Évora à sua família em Tortosendo, em 1927, é bastante elucidativo. Uma vez na vila, fora convidado pelos escoteiros locais a visitar um acampamento («Tortosendo», *A Flor de Lis*, Ano III, n.ºs 15/16, 1927-Set-15/30, p. 8).

⁵⁴¹ «Covilhã», *A Flor de Lis*, Ano III, nº 17, 1927-Out-15, p. 4.

⁵⁴² Com a implementação do Estado Novo, vários grupos de Coimbra concentraram em si alguma atenção mediática e ao longo dos anos caracterizam-se pelo robustecimento simbólico das cerimónias, que, para além do bispo, era comum contar com a presença de várias individualidades políticas. Por exemplo, na cerimónia do 01 de dezembro de 1935, a sessão solene foi presidida pelo bispo D. António Antunes, secretariado por Sanches de Moraes (governador civil substituto), revº António Nunes Afonso, o historiador Sebastião Antunes Rodrigues, Helena José Maria e Pinto (benemérita) e vários dirigentes locais. («Corpo Nacional de Escutas», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXV, nº 3422, 1935-12-03; p. 8).

⁵⁴³ «Ordem de Serviço Nacional nº 3», *A Flor de Lis*, Ano XII, nº 6, 1936-Abr-30, p. 68.

destaque da presença de vultos sonantes como o capitão Godinho ou o médico Weiss de Oliveira, e que inevitavelmente despertavam o interesse de alguns periódicos de maior tiragem. A aprovação de orçamentos e relatórios internos pouco significava, se comparada com a mediatização que os escoteiros católicos procuravam a todo o custo junto do governo. E para mostrar que os seus filiados ascendiam já a 3.867 elementos em todo o país, a Junta Central enviou telegramas de saudações ao Presidente da República, Cardeal Patriarca, Ministro da Educação Nacional, Arcebispo de Braga e às restantes associações escotistas.⁵⁴⁴

O ressurgimento de modelos de enquadramento escotista na *eclesiosfera* formativa semelhantes ao projeto varziniano só ocorreriam com a deflagração da Segunda Guerra Mundial. A chegada do sacerdote neerlandês Gregório Verdonk ao Seminário dos Olivais abre um novo ciclo. Além de padre, Verdonk fora também dirigente nos Países Baixos durante quatro anos, e rapidamente estabeleceu uma relação intrínseca com a equipa regional do CNE-Lisboa⁵⁴⁵. A localização geográfica do Seminário dos Olivais junto ao eixo rodoviário Lisboa-Coimbra-Porto facilitava a presença de grupos a sul do Tejo que aproveitavam o espaço para descansar durante as deslocações ao santuário de Fátima. Esta particularidade potenciou-lhe um conhecimento generalizado da sociedade portuguesa residente na periferia da capital, onde participou na diversidade de eventos regionais escotistas, como ainda acabou por involucrar-se em campanhas de evangelização nos meios fabris seguindo as premissas da doutrina social da Igreja (Graça 2013, 136).

Gregório Verdonk acabou por estabelecer um segundo modelo de construção de padre-cidadão e distinto ao projeto inicial do padre Abel Varzim. Enquanto o português mantinha o ideal de formação escotista dos seminaristas dentro das instalações, e apenas com uma presença circunstancial no espaço público muito específica sobretudo através de desfiles pelas ruas de Serpa, o padre neerlandês empreendera objetivos de uma expansão extramuros. Para Gregório Verdonk não bastava ser-se seminarista. Os tempos eram outros, e sabia de antemão a divisão da Europa entre anglófilos e germanófilos, e que culminou com uma rivalidade muito acentuada dentro da elite do Estado Novo (Fontes 2011, 239; Krijger 2021). Seminaristas e sacerdotes dos Olivais teriam de sobreviver a esta bipolarização e continuar com o objetivo pessoal de alcançar

⁵⁴⁴ «Corpo Nacional de Escoteiros», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXV, nº 3485, 1936-Mai-05, p. 5.

⁵⁴⁵ Os estudos sobre a circulação e intrusão de sacerdotes católicos neerlandeses nas estruturas eclesiais dos países meridionais europeus são recentes e praticamente limitam-se aos trabalhos de Tom-Eric Krijger (Krijger 2021). Mesmo assim, o tema é ainda mais complexo do que aparenta, com as redes de solidariedade entre escoteiros a abarcarem a inclusão de alguns estrangeiros e a atribuírem-lhes funções na alta hierarquia associativa. O sacerdote inglês Joseph Crowley assumiu vários cargos de chefia dentro do CNS na década de 1930, desde assistente espiritual regional de Lisboa, até Diretor da Escola de Instrutores Chefes. Já em plena guerra mundial, o Seminário de Coimbra recebeu um refugiado belga, também escoteiro («Notícias desgarradas», *A Flor de Lis*, Ano XVI, nº 15, 1940-Ago-01, p. 134).

a plena cidadania e proceder à plena aplicação da Doutrina Social da Igreja. E para isso seria necessário deslocar-se às periferias com alguma regularidade e participar nas campanhas de cristianização com os leigos locais (evangelização, retiros espirituais, sessões de pregação, etc.). A estratégia de Gregório Verdonk dentro do CNS Gr. 146-Seminário dos Olivais acabou por vingar e a sua vida ativa ultrapassa a periodização proposta. Só assim se entende a aposta de chegar às camadas mais novas com a filiação da Alcateia 83 “São Nuno” (7-11 anos) em março de 1942.⁵⁴⁶ E mesmo sob uma observação atenta da Mocidade Portuguesa.

⁵⁴⁶ «Ordem de Serviço Nacional nº 78», *A Flor de Lis*, Ano XVIII, nº 5, 1936-Abr-30, p. 20.

Parte II - Institucionalização do Escotismo em Portugal e no Império

Capítulo 5) O associativismo escotista no espaço mediático

Na primeira parte da tese referimos com alguma pontualidade o peso da imprensa generalista na promoção do escotismo em Portugal, e da qual se destacaram *O Comércio do Porto* na capital do Norte, a *Gazeta de Coimbra* na região centro e os jornais *O Século* em Lisboa. Fora do continente, *O Jornal* assumiu-se como o porta-voz no arquipélago da Madeira, e nos espaços coloniais cada associação também teve o seu principal órgão de comunicação predileto. Por exemplo, em Moçambique, a Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) local utilizou *O Notícias. Diário da Manhã* nesse sentido. E se há algo que se possa afirmar numa forma muito resumida é que o escotismo português dificilmente se afirmaria em qualquer parte do império sem o apoio consistente de alguns editores da imprensa.

A magnitude deste estreitamento entre associações de *scouting* e órgãos de informação seria um tema bastante interessante para uma análise *per se*. Limitado pelo tempo disponível, optamos por selecionar apenas os mais representativos, secundarizando outros jornais como o *Diário de Notícias* ou *O Primeiro de Janeiro*, não menos importantes na divulgação do método de Baden-Powell nas duas maiores urbes do país. Nas restantes capitais de distrito limitou-se a observação apenas aos espaços onde já havia indícios que existia um apoio direto de antemão. Cidades como Angra do Heroísmo, Aveiro, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Santarém, ou Viseu ficaram por explorar, e onde muito certamente a imprensa local teve também um papel relevante. Situação idêntica para os territórios coloniais, onde a gigante amplitude geográfica pendeu para a seleção de Lourenço Marques (hoje Maputo).

Como referido antes no capítulo 2, *O Século* foi o primeiro periódico a introduzir a temática em Portugal pelo Alferes J. Moreira Salles em março de 1910. E somente no último trimestre desse mesmo ano o jornal portuense *A Montanha* publicaria a novidade de se ter constituído um grupo de “Scouts Portugueses” em Coimbra. Apesar de tudo, seriam dois casos isolados sem qualquer impacto significativo na institucionalização do escotismo em Portugal. Ter-se-ia de esperar pouco mais de um ano para aparecerem os primeiros artigos substanciais do jornalista Paulo Osório de *O Século*, obsequiando os leitores com a novidade do movimento juvenil em Paris.⁵⁴⁷

⁵⁴⁷ «Trabalhando pela Pátria. Os “Boy-Scouts”», *O Século*, Ano 32, nº 10:840, 1912-Fev-17, p. 2.

5.1. Um lugar na imprensa

Ao longo do primeiro semestre de 1912 publicaram-se pelo menos quatro artigos que incentivavam à introdução do escotismo em Portugal, com breves explicações sobre o método, e ao qual não faltaram interpelações por parte de alguns leitores que nos dias seguintes questionavam a redação sobre a novidade.⁵⁴⁸ A oficialização da Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 2 em Lisboa no Verão de 1912, e a rápida filiação do *scouting* como completo pedagógico (dando origem ao AEP Gr. 2), acabou por alternar o conteúdo do noticiário associativo que até aí era dominado pelo grupo da Associação Cristã da Mocidade.⁵⁴⁹ Este vínculo transformou a redação de *O Século* como a plataforma de divulgação por excelência das mais variadas propostas de institucionalização, com algumas presidências de vários clubes desportivos em diversas cidades a oferecerem as instalações para albergar os futuros grupos⁵⁵⁰. O objetivo de alcançar a plena cidadania evocava a necessidade não só o interesse de enquadrar a juventude, é certo, mas efetivamente de enquadrá-la de acordo com as premissas republicanas. A 07 de setembro de 1912 o próprio *O Século* incitou os leitores para que em janeiro do ano seguinte se formassem 4.000 escoteiros em Lisboa. Imediatamente responderam vários candidatos a chefes, desde militares, professores, chefes de bombeiros a advogados.⁵⁵¹ A entusiasmo era tanto, que o jornal no espaço de uma semana atualizou a meta para os 10.000 escoteiros.⁵⁵²

O Século empreendeu também uma recolha de opiniões sobre a melhor e correta tradução do vocábulo inglês *Boy-Scout* para a língua portuguesa. As respostas dos leitores foram várias e refletem bastante bem o discernimento nacionalista que tinham do movimento: “neo-lusos”, “viriatos”, “apóstolos do bem”, “benfeitores”, “obreiros do bem”, “Juventude Lusitana”, “Jovem Lusitano”, “Jovens Lusitanos”, entre outros tantos.⁵⁵³ A discordância quanto

⁵⁴⁸ «Os “Boy-Scouts”. É indispensável a sua criação», *O Século*, Ano 32, nº 10:846, 1912-Fev-23, p. 5; «Educação Nova. A origem dos “Boy-Scouts”», *O Século*, Ano 32, nº 11:014, 1912-Ago-09, p. 1; «Educação Nova. A origem dos “Boy-Scouts”», *O Século*, Ano 32, nº 11:016, 1912-Ago-11, p. 1.

⁵⁴⁹ «Educação Nova. Os mandamentos da “Lei Scout”», *O Século*, Ano 32, nº 11:017, 1912-Ago-12, p. 2; «Preparando homens do futuro. Precisamos de criar grupos de boy-scouts», *O Século*, Ano 32, nº 11:040, 1912-Set-04, p. 1.

⁵⁵⁰ «Trabalhando pela Pátria», *O Século*, Ano 32, nº 11:041, 1912-Set-05, pp. 1-2.

⁵⁵¹ «No renascimento da Pátria. Os “Boy-Scouts” serão depois os melhores cidadãos da República», *O Século*, Ano 32, nº 11:043, 1912-Set-07, p. 1; «Uma campanha de grande utilidade», *O Século*, Ano 32, nº 11:044, 1912-Set-08, p. 1.

⁵⁵² «Melhorando a raça», *O Século*, Ano 32, nº 11:048, 1912-Set-12, p. 1; «O “Scouting” ainda não é compreendido em Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:526, 1914-Jan-12, p. 2.

⁵⁵³ «Processo educativo», *O Século*, Ano 32, nº 11:063, 1912-Set-27, p. 1; «Uma obra educativa», *O Século*, Ano 32, nº 11:066, 1912-Set-30, p. 3.

a uma tradução correta do adjetivo manter-se-ia até à década de 1930, e observa-se a sua reutilização nas mais variadas traduções livres, como o filme *western* americano “*The Pioneer Scout*” de 1928, realizado por Lloyd Ingraham e Alfred L. Werker, e com Fred Thomson no papel principal de *cowboy* fronteiro, traduzido pelo Salão Tivoli em Coimbra como “O primeiro escoteiro”.⁵⁵⁴

A campanha de divulgação do método de Baden-Powell em Portugal empreendida pelo periódico lisbonense permite acompanhar como alguns autores de artigos de opinião sobre a sua potencialidade, acabaram por ser escoteiros-chefes da AEP (como o tenente Joaquim de Sousa Borrego, um dos fundadores do AEP Gr. 9-Lisboa).⁵⁵⁵ O espoletar da Grande Guerra e as sucessivas “estatizações” deste movimento pedagógico levou a que o *scouting* também entrasse no rol de instituições utilizadas para a desinformação, funcionando como objeto de propaganda para a causa aliada, com o correspondente Paulo Osório de *O Século* em Paris a informar os leitores portugueses sobre as sevícias do império alemão aos escoteiros dos Países Baixos.⁵⁵⁶ Noutros casos, o jornal servia apenas como garantia simbólica de algumas associações minoritárias que, ao se desfiliarem na Associação dos Escoteiros de Portugal, teriam de ostentar um crédito público da sua funcionalidade.⁵⁵⁷

⁵⁵⁴ «Hoje Tivoli Hoje», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2619, 1930-Nov-05, p. 2.

⁵⁵⁵ «[...] Para que o escotismo não continue n’esta apatia, que bastante se aproxima do enfraquecimento, esta propaganda tem novamente de se fazer, como digo, e por todas as formas: pelo livro, pela conferencia e pela Imprensa, que é hoje o melhor meio de propaganda. Hoje, como aqui em Lisboa, é vulgaríssimo perguntar-se o que são escoteiros, o que é escotismo, etc. A que atribuir isto? Evidentemente, á nossa ignorância em todos os assuntos de importância. Como sempre analisamos as coisas muito superficialmente, acontece que tudo supomos saber e afinal não sabemos nada. Contando com o apoio do seu jornal, desejaria, com alguns amigos com quem tenho já trocado impressões, pôr em prática esta iniciativa e, assim, lembro a todos que se interessem pelo escotismo para se porem em relação com a Associação Central ou com qualquer dos grupos existentes, a fim de, em conjunto, vermos a melhor forma de por este meio fazer progredir entre nós a educação física e moral da sociedade portuguesa.» («Sport. O “Scouting” em Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 11:885, 1915-Jan-11, p. 2).

⁵⁵⁶ «[...] Ora anteontem o *Daily Express* publicava um telegrama de Amsterdão dizendo isto: «Informam de Bruxelas que 300 rapazes de quatorze a dezassete anos ali presos, na semana passada, por terem vendido nas ruas jornais ingleses e franceses. Todos foram condenados á deportação e á prisão na Alemanha. As autoridades alemãs prometeram um prémio de cem francos por cada prisão operada por factos d’essa ordem. Eles empregam como espões os «boy-scouts» alemães.» Aí têm os senhores a monstruosa coisa! Os alemães atacam, espoliam, martirizam um povo, cujo único crime foi o de querer a todo o transe ser fiel aos seus compromissos, correndo embora os maiores riscos, mas salvando integra a sua honra. Para esmagar de vez esse povo heroico, os súbditos de um imperador, cujo primeiro-ministro considera os tratados como farrapos de papel, recorrem a todos os meios. Precisam de gente que, com a mira n’uma nota de cem francos, os ajude a praticar uma infâmia. Precisam de espões, não já para orientar os movimentos das suas tropas, mas para esmagar de vez os cidadãos de uma nação livre que se recusem a ser seus escravos. E para essas missões tristes, que nenhuma lei, mesmo da guerra, autoriza nem perdoa, eles empregam os seus filhos que envergam um uniforme respeitado em toda a parte e em toda parte considerado como um símbolo de abnegação, de lealdade e de bravura! Emporcalham tudo!». («Processos de educação», *O Século*, Ano 35, nº 11:894, 1915-Jan-20, p. 1).

⁵⁵⁷ Por exemplo, a Associação dos Escoteiros Lusitanos, que, em 1915, apresentou uma nota de esclarecimento ao jornal *O Século* sobre inexistência de qualquer relação com a União dos Escoteiros Lusitanos («Grupo 16», *O Século*, Ano 35, nº 12:132, 1915-Set-16, p. 6).

É certo que *O Século* serviu como instrumento apologético para a divulgação do escotismo em Portugal. Mais ainda quando alguns vultos do republicanismo português como João de Barros exprimiram essa conceção nas primeiras páginas deste periódico⁵⁵⁸. E mais ainda, quando vários grupos de escoteiros visitavam frequentemente a redação em cortesia e que logo seriam mediatizadas na tiragem seguinte.⁵⁵⁹

O Século necessitava dos escoteiros, e os escoteiros necessitavam de *O Século*. Precisamente quando o periódico servia de principal “fiel da balança” na desmontagem de mitos e boatos sobre determinados indivíduos que se aproveitavam da generosidade cidadã, como um episódio ocorrido em 1924 em que um impostor se fez passar por membro da UAP em troca de uma ajuda económica dos mais incautos. Ou em 1928, em que um evadido do estabelecimento prisional de Pedrógão Grande se disfarçara de escoteiro para obter dinheiro e refeições gratuitas durante a fuga.⁵⁶⁰ Outros jornais, como o *Diário de Notícias* ou o *Sports*, também pertenceram à principal categoria de órgãos de comunicação patrocinadores do movimento escotista em Portugal, e cujas equipas editoriais foram condecoradas com o título de “sócios honorários”.⁵⁶¹ Numa aproximação mais precisa às realidades locais, mais ainda se constataria a existência de subvenções ou patrocínios diretos para determinados eventos ou atividades grupais.⁵⁶² Um óptimo exemplo incide em Domingos Barreto, diretor dos Correios e Telégrafos de Lourenço Marques, que, em 1927, se voluntariou para ensinar aos escoteiros do AEP Gr. 68 algumas técnicas de fotografia (o que incluía o processo químico de revelação), de modo a serem utilizadas na imprensa.⁵⁶³ A gestão da *imagos* era uma preocupação constante, que, por mimese

⁵⁵⁸ «O Escotismo, disciplina patriótica», *O Século*, Ano 44, nº 15:008, 1923-Nov-24, p. 1.

⁵⁵⁹ Por exemplo, a visita ao *O Século* dos escoteiros-chefes Eduardo Tudela de Castro, Aníbal Torres dos Santos, Aquiles Seixas Melquíades, João Santana Pinais e António de Azevedo, membros da delegação portuguesa do Centro Escotista de Cappy, na região francesa de Somme («O Escotismo em Portugal», *O Século*, Ano 46, nº 15:624, 1925-Ago-30, p. 1). Após esta visita, outros seguir-se-iam outros grupos e de outras associações («Adueros de Portugal», *O Século*, Ano 52, nº 18:149, 1932-Set-19, p. 3).

⁵⁶⁰ «Adueros de Portugal», *O Século*, Ano 45, nº 15:071, 1924-Jan-29, p. 4; «Um falso escoteiro sobre o qual caem graves suspeitas», *O Século*, Ano 49, nº 16:727, 1928-Set-30, p. 2; «Falso escoteiro», *O Século*, Ano 49, nº 16:731, 1928-Out-04, p. 9; «Adueros de Portugal. Uma resolução contestada», *O Século*, Ano 45, nº 15:081, 1924-Fev-09, p. 4; «Adueros de Portugal», *O Século*, Ano 45, nº 15:084, 1924-Fev-12, p. 3. Em Coimbra, passados dois anos, também a *Gazeta* publicitou uma queixa apresentada na Polícia de Investigação Criminal de Lisboa contra o escoteiro Augusto da Silva Gama, por alegadamente ter raptado a namorada Ilda Ferreira, e terem fugido para Braga “em passeio” («Últimas notícias. Um rapto», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2659, 1930-Dez-24, p. 2).

⁵⁶¹ «Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 18.981, 1935-Jan-17, p. 4. O jornal *Os Sports* acabaria por abrir uma coluna dedicada unicamente assuntos escotistas, onde se convidavam vários intervenientes a comentarem a atualidade associativa do império português e Brasil («Escotismo. Várias notícias», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.572, 1934-Jan-12, p. 3.

⁵⁶² Como o AEP Gr. 49-Montijo, que em 1934 era patrocinado pelo semanário “Vida Social” («Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18.878, 1934-Out-02, p. 4), ou o jornal “A Província de Angola” que subsidiava o AEP Gr. 36-Luanda («Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 19.066, 1935-Abr-14, p. 4).

⁵⁶³ «Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, 1927-Nov-14, Ano II, nº 487, p. 2.

de Londres, condicionava os escoteiros a cuidarem da sua projeção pública.⁵⁶⁴ Não seria por acaso que durante o funeral do Rei Jorge V de Inglaterra, o sucessor Eduardo VIII fosse apresentado pelo *O Século* com o epíteto «sempre um entusiasta do escotismo», e ao lado do general Baden-Powell, precisamente numa fotografia tirada durante um acampamento.⁵⁶⁵

Ao longo da investigação tivemos oportunidade de quantificar as notícias relacionadas com o movimento escotista disponibilizadas pelos jornais *O Comércio do Porto*, *Sporting* (Porto), *O Século* (Lisboa), *Sports* (Lisboa), *O Jornal* (Funchal) e o *Notícias* (Lourenço Marques), entre 1909 e 1936.⁵⁶⁶ O critério seletivo baseou-se na consulta de pelo menos um periódico generalista para as cidades que concentravam um maior número de grupos, independentemente da filiação associativa. A partir desta lista acrescentou-se ainda dois jornais desportivos para as cidades de Porto e Lisboa, também com o objetivo de observar em que medida a imprensa especializada condicionou quantitativamente a informação aos leitores.

A metodologia aplicada neste caso incluiu a diferenciação entre periódicos, tendo em conta as discrepâncias de existência para cada ano analisado. Enquanto *O Século* ocupou todo o período, já o funchalense *O Jornal* somente fora inaugurado em 1933, por exemplo. A partir da amostra discriminou-se cada uma das notícias em seis distintas categorias, por vezes ambíguas, de modo a caracterizar o tema: Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP); União dos Adueros de Portugal (UAP); Corpo Nacional de Scouts/Escutas (CNS/CNE); Minorias; Mundial e Miscelânea. Este mapeamento permite especificar a aproximação ideológica de cada periódico a uma determinada associação (sobretudo às minoritárias ou secessionistas). E uma surpresa incidiu nalguma informação proveniente do estrangeiro que conseguiu colmatar a censura às notícias portuguesas, ou seja, na prática os leitores conseguiriam ter sempre acesso ao que se passava no mundo escotista. A criação de uma categoria como a “Miscelânea” surgiu com a dificuldade em discernir qual era precisamente o tema principal do artigo jornalístico, sobretudo após 1934 quando a pressão da censura política era cada vez mais óbvia. No meio de notícias de acampamentos e vulgares saídas ao campo eram também dadas algumas informações sobre a abertura de um grupo em determinada localidade ou a alguma afirmação política do general Baden-Powell.

⁵⁶⁴ Um pequeno trecho publicado na imprensa inglesa da cidade do Porto, aquando da visita da Comissária Internacional das *Girl-Guides* Rose Kerr é bastante elucidativo quanto à preocupação pela imagem associativa: «[...] and as the Press both here and in Lisbon have reported and photographed the various incidents connected with this lady's visit to Oporto and Lisbon, we think that our hope ought not to be in vain but we shall have to put in a great deal of work to make it the success it deserves. » («Girl-Guides», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. II; Nº 16, 1933-March; p. 47).

⁵⁶⁵ «Os funerais do Rei Jorge V», *O Século*, Ano 55, nº 19350, 1936-Jan-28, p. 8.

⁵⁶⁶ A consulta de periódicos generalistas, desportivos e religiosos publicados entre 1909-1939 (entre diários, semanários, bissemanários e revistas) ronda os 16.000 exemplares. Agradecemos a Filipe Amaral o auxílio no tratamento estatístico aqui apresentado (em anexo).

As tabelas em anexo apresentam os números em bruto. A partir delas facilmente se observa que um jornal como *O Século* teve uma grande campanha apologista em 1912, decrescendo no ano seguinte, e quase duplicando em 1914 (comparativamente com dois anos antes). A partir de 1914 haveria que esperar pelo menos até ao ano 1929 para voltar a ver este periódico a retomar os níveis iniciais de publicitação. Este tipo de análise permite facilmente desmontar o mito que a campanha de *O Século* para a promoção do escotismo foi constante, quando, de facto, se observam bastantes oscilações. O oposto constata-se em jornais como *O Comércio do Porto*, que quase triplicaram o número de artigos publicados pelo *O Século*, e mais ainda pela persistência ano após ano (justificado sobretudo pela utilização de *O Comércio do Porto* como órgão oficioso dos Aduieiros de Portugal).⁵⁶⁷ Outros, como *O Jornal* (Funchal) claramente optaram por dedicar uma atenção ambivalente à AEP e CNS na ilha da Madeira em 1936, passando a partir desse ano a pender para o escotismo católico. O oposto encontra-se no *Notícias* (de Lourenço Marques) que omitiu a presença do CNS na colónia da África Oriental num claro favorecimento publicitário à AEP.

A apresentação do número de notícias recolhidas em valores percentuais seria bastante incorreta, na medida que alguns exemplares contêm mais que um artigo por dia. Por exemplo, *O Século* no dia 10 de maio de 1929 publicou três notícias referentes à AEP: uma dedicada ao AEP Gr. 67-Seixal; uma fotografia do AEP Gr. 59-Tavira; e ainda um texto de opinião de António Duarte dos Santos Lopes sobre uma possível visita do grupo tavirense à Exposição Ibero-Americana de Sevilha.⁵⁶⁸ Ou o jornal *O Sporting* do Porto, que manteve uma linha editorial ainda mais compacta, com um maior número de artigos por exemplar. Estas particularidades inflacionariam qualquer média de artigos por ano.⁵⁶⁹ Contudo, o exercício em si demonstra o peso que estes órgãos de comunicação tiveram na divulgação da nova forma de associativismo juvenil.

A visita do general Baden-Powell em 1934 praticamente justifica a quantidade de artigos dedicados ao escotismo mundial nesse ano, e o lisbonense *Os Sports* claramente ultrapassou *O Século* ou *O Comércio do Porto*. A inclusão dos jornais desportivos na amostra visou precisamente este dado. Facto que seria alterado no ano seguinte, quando a organização

⁵⁶⁷ Esta caracterização mostra como o peso do pensamento olissipocêntrico pode condicionar qualquer análise histórica ao *scouting* português. A adoção de metodologias de análise transnacional à realidade portuguesa tem por vezes esta desvantagem, sobretudo quando se considera a parcialidade da cidade de Lisboa como uma representação por excelência de todo o território nacional. Para resolver a questão, seria interessante aplicar o mesmo método dentro das fronteiras políticas atuais e efetivar uma leitura transregional do associativismo.

⁵⁶⁸ *O Século*, Ano 49, nº 16:942, 1929-Mai-10, pp. 3/7/8.

⁵⁶⁹ O cálculo percentual das tiragens bissemanais com o número de artigos publicado em alguns jornais seria completamente errado. Por exemplo, o número de publicações relacionadas com o escotismo no portuense *O Sporting* em 1930 seria 217%.

das Mocidades Portuguesas estava em curso, e a censura política procurou silenciar quaisquer referências ao general inglês. Talvez por isso a generalidade dos jornais selecionados optasse por camuflar a informação no meio de uma “miscelânea” de temas, em que é difícil definir o tema central. Jornais como o *Notícias* de Lourenço Marques optaram claramente por esta posição quando a pressão governamental começara a refletir-se nos critérios editoriais.

5.2. “...a verdade é que já hoje existe em nosso país alguns milhares”

Em 1930, o jornalista e escoteiro Alberto Pinto Saraiva escrevera uma frase bastante elucidativa que caracteriza suficientemente a realidade escotista portuguesa no período entre guerras: «É que é triste vermos uma estatística dos escoteiros de todo o mundo, como ainda há algum tempo aconteceu, e irmos encontrar Portugal representado por um número irrisório de escoteiros quando a verdade é que já hoje existe em nosso país alguns milhares».⁵⁷⁰ A complexidade de analisar dados quantitativos a partir dos arquivos associativos tornou-se bastante evidente quando, ao longo dos últimos cem anos, as próprias associações mencionadas mantiveram uma política de preservação de “memórias” estruturada em regime de voluntariado, o que originou o extravio de imensa documentação. Já em 1934 as queixas de Alberto Pinto Saraiva faziam todo o sentido.

Durante a recolha de dados qualitativos para a presente investigação, conseguimos também “arrumar” suficiente informação quantitativa para uma aproximação ao número de associados, grupos existentes, e mapeamento geográfico das respetivas unidades. Um trabalho moroso, é certo, que implicou uma observação atenta às notícias publicadas na imprensa e, na esmagadora maioria dos casos, em pequenas notícias escondidas nas terceiras e quartas páginas.

Cada uma das associações procurou destacar a filiação oficial de grupos na imprensa respetiva, oficial e oficiosa. Facilmente a partir daí conseguir-se-ia acompanhar o surgimento de novos grupos em cada ano. Contudo, esta leitura seria tendencialmente parcial ou até errada. A inexistência de vários números em vários órgãos de comunicação associativos originaria a omissão de grupos ativos durante vários anos, mas sem qualquer indicação da data de filiação. Para evitar estas lacunas, optou-se por observar que grupos estavam em funcionamento em cada um dos trinta anos analisados, o que deu uma imagem bastante distinta da lista de grupos aderentes facultada pelas associações nacionais. Um grupo que estivesse em funcionamento em fevereiro de 1915, por exemplo, e cuja primeira notificação jornalística só ocorresse dez anos depois, à partida foi um grupo operacional entre 1915 e 1925. Este tipo de ordenação de

⁵⁷⁰ «Escotismo. Uma estatística», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 699, 1930-Jul-04, p. 14.

informação permitiu preencher as ausências arquivísticas das duas maiores associações. À exceção do escotismo católico, que herdou um sistema burocrático eclesial minuciosamente elaborado e que permite facilmente mapear as unidades no tempo e espaço, as restantes associações não detinham um grande controlo administrativo sob as unidades mais periféricas. Existe um contraste evidente entre o censo oficial da AEP e os vários grupos em funcionamento que optaram por divulgar as suas atividades na imprensa. Isto levanta pelo menos duas questões: ou os grupos (locais) da AEP não se reviam nas políticas da direção central e não comunicavam propositadamente quaisquer dados; ou a própria direção central da AEP recebia estas informações, mas optava por omiti-las por receios políticos. Em todo o caso, esta metodologia permitiu ainda perceber um número sobre o efetivo humano em todas as entidades analisadas, adotando uma média de vinte e cinco elementos por grupo (20 jovens divididos em três patrulhas, mais três chefes e dois elementos agregados, como o presidente ou o ajudante), mesmo assim uma equação pouco adaptada à realidade colonial, com grupos a ostentarem mais de noventa inscritos, como o AEP Gr. 123-Mapuçã, em Goa (em anexo).

O gráfico e tabelas em anexo oferecem uma imagem visual suficientemente perceptível que acompanham a análise e desmontam alguns mitos elaborados pelas memórias associativas de algumas associações como a AEP, por exemplo. Se é certo que a Primeira República impulsionou a abertura de grupos por todo o país, o mesmo se poderá afirmar para a Ditadura Militar. Em 1913 a AEP detinha apenas quatro grupos, e três anos depois contava já com vinte e nove, abrandando este número apenas com o impacto da Grande Guerra. No entanto, contabiliza-se uma ascensão bastante acentuada a partir do golpe militar de 28 de maio: 37 grupos em 1927; 47 em 1928; e 64 em 1929. E em 1934 a AEP contava com 101 grupos em funcionamento, número que abrandará a partir de 1937 com a plena instauração das Mocidades Portuguesas.

A análise à União dos Adueros de Portugal é mais complicada pela inexistência de qualquer arquivo associativo, e cuja informação histórica está maioritariamente na imprensa generalista, sobretudo em *O Comércio do Porto*, periódico que servia de órgão de comunicação oficioso entre o *adailato* (direção central) e os filiados. Mesmo assim, o processo de evolução acompanhou as mesmas dinâmicas da AEP, com a particularidade de que o período da Primeira República ficou marcado pelo crescimento associativo: em 1914 a UAP tinha cinco grupos em funcionamento, dois anos depois já tinha 16 grupos, reduzindo-se a onze em 1919 com o

impacto da Primeira Guerra Mundial. A partir de 1922 retomou o crescimento, ascendendo a vinte e duas unidades, número que rapidamente decresce até à Ditadura Militar.⁵⁷¹

As cisões dentro da AEP e UAP explicam a emergência de associações minoritárias em vários períodos. O ano 1915 caracterizou-se pela diátribe em torno à mobilização da juventude para a Grande Guerra, precisamente quando os vários governos republicanos debatiam uma eventual participação portuguesa no conflito bélico. A manifestação em favor e contra de vários dirigentes escotistas originou ruturas internas que se distanciaram da direção central da AEP, marcadamente apologista de uma intervenção direta na frente europeia, o que explica que em 1914 houvesse apenas uma entidade minoritária (a União dos Escoteiros Lusos, em Lisboa). No ano seguinte já surgiram pelo menos dezanove associações secessionistas. Uma situação semelhante após o término da Grande Guerra. Apesar da vitória aliada, o desacordo interno na AEP irresoluto provocara dezassete associações minoritárias em 1918. No ano seguinte passariam a vinte e seis.

Convém recordar que os grupos fundadores da AEP, os três primeiros, abandonaram-na em 1916, um *annus horribilis* para a associação. O AEP Gr. 3-Liceu Pedro Nunes encerrou em 1916, o que deu origem a que o Gr. 1-Associação Cristã da Mocidade se desfiliasse, regressando apenas no ano seguinte. Em 1918, o Gr. 1 voltaria a desfiliar-se, e contaria com a solidariedade do Gr. 2-Academia de Estudos Livres que também abandonou a sua filiação, regressando ambos somente em 1919.⁵⁷² O AEP Gr. 3 só seria reativado em 1930. Mais ainda se se elaborar uma comparação interassociativa. Em 1919 a AEP tinha menos grupos em funcionamento que os Adueros de Portugal, e menos de metade das associações minoritárias (AEP: 10; UAP: 11; Minorias: 26). A estabilidade interna da AEP só seria retomada a partir de 1922 quando conseguiu a aprovação dos novos estatutos pelos Ministérios da Guerra e Negócios Estrangeiros (dois anos após a realização do Jamboree de Olympia Park, onde a *Boy Scouts Association* decidira uniformizar as associações à escala mundial).⁵⁷³ A AEP acabou por se afirmar como a única entidade escotista a nível nacional e a direção central acabaria por utilizar a legislação como um cordão defensivo em face das potenciais ameaças secessionistas dos dirigentes mais descontentes. E conseguiu. A partir de 1922 o número de associações minoritárias decresceu até 1934.

⁵⁷¹ Em 1930 os adueiros contavam 35 grupos em funcionamento, um número rapidamente entrou em decréscimo com o impacto do estado português, através da exclusão imposta pela Organização Escotista de Portugal, terminando com o aniquilamento associativo em 1934, como explicaremos no capítulo 9.

⁵⁷² O regresso do Gr. 2 à AEP em 1919 coincide com a transferência de *amadrinamento* institucional da Academia de Estudos Livres para a Cruzada das Mulheres Portuguesas.

⁵⁷³ «Escotismo. A alteração dos estatutos», *O Século*, Ano 42, nº 14:414, 1922-Mar-29; p. 3.

O caso da Associação das Guias de Portugal (ou melhor, a aglomeração das várias associações escotistas femininas) apresenta duas dificuldades. Se por um lado há um vazio quanto à sua existência, se comparado com as congéneres masculinas, observei também que existe uma continuidade pequena, mas estável desde 1911 até 1939. Ou seja, sempre houve pelo menos um grupo de *girl-guides* em Portugal, com um pequeno aumento de cinco unidades em 1921, o que corresponde ao pós-Grande Guerra imediato no universo associativo, mas algo esporádico. Somente em 1932, quando já se projetava a exclusividade de uma entidade dedicada a raparigas, o número sobe, passando de sete nesse ano, para doze em 1935, e vinte e cinco em 1936. A queda abrupta surgiria no ano seguinte e corresponde ao impacto político da instauração da Mocidade Portuguesa Feminina (como se mostrará no capítulo 10).

O oposto regista-se no crescimento do Corpo Nacional de Escutas (CNS/CNE) desde 1923 até 1942, ultrapassando as barreiras cronológicas inicialmente delineadas. Facilmente poder-se-á dizer que a Ditadura Militar apadrinhou a expansão do escotismo católico por todo o país, passando de vinte e quatro unidades em 1924, para 105 em 1932. E nem a implementação do Estado Novo abrandou este crescimento. Em 1937 o CNE contava com 154 grupos, abrandando apenas entre 1939-1940 com a impactante Mocidade Portuguesa nos grupos africanos, mas logo retomou o crescimento alcançando as 155 unidades no ano seguinte.⁵⁷⁴

Para se entender de uma forma resumida a quantidade aproximada de escoteiros de todas as associações e em todo o território nacional, contabilizámos cerca de 1.500 em 1915, decrescendo este volume quantitativo para 1.300 em 1919. A institucionalização do escotismo católico em 1923 permitiu um aumento para 1.700 no ano seguinte. Até mesmo com a instauração da Ditadura Militar e Estado Novo o número acabaria por ascender a 2.800 em 1927, e a 6.000 em 1934. Números bastante subestimados, já que no império alguns grupos detinham quase uma centena de elementos.⁵⁷⁵ No entanto, são números que questionam a política de absorção juvenil implementada pelas Mocidades Portuguesas. Teria o Estado Português capacidades logísticas para enquadrar 6000 jovens nas novas organizações?

⁵⁷⁴ A contabilização do efetivo humano no império, e para qualquer uma das associações, obriga a um cruzamento de dados bastante moroso. A imprensa associativa publicou algumas notícias referentes a esta categorização, mas que acabam por ser casos isolados, como por exemplo: «Na Província de Moçambique há nada menos que trezentos escutas do C.N.E. Só os dois grupos da cidade da Beira têm um efetivo de sessenta rapazes. São já uma consoladora realidade que não só uma fagueira esperança. O povo e as autoridades interessam-se a valor por eles.» («Ensinando a Metrópole», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 4, 1936-Mar-31, p. 32).

⁵⁷⁵ O AEP Gr. 123-Mapuçá, em Goa, em 1935, tinha 91 jovens inscritos [Arquivo da Associação dos Escoteiros de Portugal, *Caixa 0.250 «Identificação - Boletins de Registo»* (década de 1930; documento não-classificado)].

5.3. A modernidade comunicacional: a rádio e o cinema

O patrocínio de várias entidades ao movimento escotista é facilmente detetável desde os primórdios, ainda antes da institucionalização da Associação dos Escoteiros de Portugal em setembro de 1913. As primeiras demonstrações públicas da funcionalidade cidadã do método escotista para enquadrar a juventude foram efetuadas nas principais sedes das associações profissionais da cidade de Lisboa, como o Ateneu Comercial, Associação dos Caixeiros, Sociedade Vegetariana de Portugal, ou a Sociedade Promotora de Educação Popular, nas quais se convidaram vários palestrantes de vários sectores, tendo um leque bastante heterogéneo que ia desde jornalistas como José Pontes, de *O Século*, a médicos e militares como Morais Manchego.⁵⁷⁶ Outras organizações, como a Sociedade Protetora dos Animais, também procurou obter o auxílio escotista contra a tauromaquia, em que nas várias conferências públicas convidavam alguns dirigentes (sobretudo militares) para exporem os argumentos contra a morte dos bovinos.⁵⁷⁷ A partir do momento que existiu um consenso - ou utilizando a expressão de Pierre Bourdieu, um *omnibus* -, em que o movimento escotista passou a ser um assunto de interesse transversal a vários sectores sociais, logo também surgiram interesses em uniformizar a sua pedagogia, com as redes diplomáticas britânicas a financiarem uma produção cinematográfica circulante pelos vários grupos. Sob recomendações da *Boy Scouts Association* em Londres, a direção central da AEP incentivou os grupos mais isolados para que não deixassem de transmitir o filme inglês “Sempre Pronto”.⁵⁷⁸ Noutros casos, como o Corpo dos Escoteiros do Sporting da cidade do Porto, com os jovens a realizar o filme “Águia de Ouro” com o objetivo de ser divulgado no Clube Fenianos Portuenses. Ou ainda o da ilha da Madeira, em que os próprios fotógrafos patrocinaram o registo cinematográfico dos mais variados eventos, como a Casa Foto Figueiras que filmou o 1º Acampamento Regional do CNE no

⁵⁷⁶ «Exércitos do Futuro. Os “Boy-Scouts” e outras organizações semelhantes», *O Século*, Ano 32, nº 11:061, 1912-Set-25, p. 1; «Uma obra educativa», *O Século*, Ano 32, nº 11:066, 1912-Set-30, p. 3.

⁵⁷⁷ «[...] Os dirigentes dos grupos de escoteiros da Associação dos Escoteiros de Portugal, Zona de Coimbra, que na sua acção junto das crianças se têm sempre esforçado por lhes educar o sentimento sentido de serem sempre generosas e compassivas para com os animais, comovem expresso na própria «Lei do Escoteiros», não podiam ver sem repugnância que se tentasse mais uma vez implantar em Portugal o bárbaro costume dos Toiros de Morte. Associam-se portanto ao protesto que neste momento a benemérita Sociedade Protectora dos Animais levanta contra um pedido que vai ser dirigido ao Governo da Republica no sentido de ser concedido o exclusive dos Toiros de Morte para Vila Franca, considerando uma afronta para os sentimentos altruístas do povo português, que, para angariar fundos para a beneficência ou assistência a tuberculosos, seja preciso lançar mão de barbaridades e de espetáculos imorais que nos degradam aos olhos do mundo civilizado.» («Zona de Coimbra», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2620, 1930-Nov-06, p. 3).

⁵⁷⁸ «Em Torres Vedras. Uma importante sessão de propaganda», *Os Sports*. Ano IX, nº 881, 1927-Jul-29, p. 3. A localização destes acervos cinematográficos é incerta. Nos últimos anos tanto a *Boy-Scout Association* como alguns aficionados à temática têm colocado excertos, sobretudo retirados da *British Pathé*, e disponibilizados em plataformas *online* gratuitas como o *Youtube*. Até ao momento não foi possível localizar o filme “Sempre Pronto”.

Monte, no Verão de 1938 sob o filtro do padre Carlos Assunção Dantas⁵⁷⁹. Ou até a visita dos *Scouts of South Africa* que visitaram Lourenço Marques em 1933, a propósito da qual, e por ordens do presidente da Câmara, foi elaborado um filme da cerimónia na praia da Polana.⁵⁸⁰

O impacto da produção cinematográfica escotista nas políticas de controlo cultural do Secretariado de Propaganda Nacional liderado por António Ferro ainda está por apurar (Ramos do Ó 1999), mais ainda quando a circulação de bobines estrangeiras entre grupos de escoteiros escapava às instâncias estatais. Sabe-se hoje que o modernismo se interessava pelos movimentos de juventude.⁵⁸¹ A utilização do cinema e rádio num âmbito da modernidade comunicacional também pode ser vista no modo como este movimento pedagógico recorreu a estes dois instrumentos uniformizadores do próprio efetivo, o que explica como o *scouting* conseguiu atrair a atenção das várias elites em vários territórios, tendo em conta que o fácil acesso ao rádio e cinema no período entre guerras só estava ao alcance de uma minoria (Arceneaux 2009). A primeira referência à utilização das estações de rádio como meios de propaganda escotista remonta ao ano 1930, quando o Corpo de Escoteiros do Sporting ofereceu discos de música e uma coletânea de hinos escotistas para serem retransmitidos na Sonora Rádio da cidade do Porto⁵⁸². Com a abertura de várias estações radiofónicas pelo país, também as várias associações aproveitar-se-iam do meio para exercer a respetiva captação de novos filiados. Algo que acabou por ser posto em prática em todas as partes dos espaços metropolitanos e imperiais, e de uma maneira bastante similar à imprensa. No Porto, por exemplo, a União dos Adueros de Portugal detinha algum tempo de antena nalgumas estações radiofónicas para as suas palestras cívicas semanais, contudo, nunca chegou a convencer a

⁵⁷⁹ As bobines cinematográficas atualmente encontram-se extraviadas. Segundo a imprensa local da Madeira, o documentário foi exibido na Igreja do Colégio dos Jesuítas três meses depois («Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 733, 1930-Nov-04, p. 11; «Escutismo. Um filme sobre o 1º Campo Regional», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1865, 1938-Set-03, p. 3; «O 10º Aniversário do CNE na Madeira», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1945, 1938-Dez-08, p. 1; «Uma reportagem cinematográfica do 1º campo regional», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1947, 1938-Dez-10, p. 3).

⁵⁸⁰ «Confraternização escotista», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano VIII, nº 2:203, 1933-Jul-11, p. 1.

⁵⁸¹ Irene Pimentel ressaltou esta questão na clássica entrevista de Ferro a António Salazar de 1932 em que o ditador mostrou uma grande apreensão em adotar o sistema dos *Balilla* italianos (Pimentel 2007, 14). O mesmo não se poderá dizer do *spin doctor* do Estado Novo, em que assumiu um papel diretivo na construção da *Acção Escolar Vanguarda* em 1934 (Zorro 1973, 34). Dois anos depois compareceria como convidado de honra no segundo aniversário do AEP Gr. 103-Liceu Francês de Lisboa ao lado da poetisa Fernanda de Castro («Escotismo. O aniversário do 103», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.824, 1936-Jun-12, p. 4). É difícil crer que o ministro da educação Carneiro Pacheco não estivesse informado sobre o desenvolvimento do movimento escotista em Portugal quando o seu colega de governo António Ferro detinha uma informação bastante privilegiada. E mesmo aceitando-se essa possibilidade, haverá que rever a resposta dada pelo cardeal Cerejeira ao primeiro em 1938 como algo mais do que uma advertência. Em 1993 Simon Kuin entendeu a frase que “não deixava lugar para dúvidas: enquanto a Mocidade Portuguesa não desse aos seus filiados uma formação católica, o CNE não seria dissolvido” numa lógica de combate às influências nacional-socialistas dentro das organizações estatais (Kuin 1993, 584). Com o novo estado dos conhecimentos, poder-se-á atualizar que a frase em questão era apenas o referente mínimo, apenas o avanço de um peão num tabuleiro de xadrez social bastante complexo.

⁵⁸² «Escotismo. Do meu covil...», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 733, 1930-Nov-04, p. 11.

Sociedade Comercial Lusitana que preferiu a concorrência do Corpo dos Escoteiros do Sporting.⁵⁸³

A estratégia implementada na capital do norte pronto se estendeu a sul, com o jornalista e escoteiro da AEP Antero Nobre a ocupar um pequeno tempo de antena na Rádio Condes em Lisboa. Certamente com alguma audiência, já que durante o primeiro semestre de 1934 utilizou este meio para oferecer aos ouvintes algumas explicações sobre «a base colonial no movimento escotista».⁵⁸⁴ Também o promotor de aeronáutica em Lisboa e escoteiro da AEP Fernando Vale aproveitou a emissão do Rádio Club Português para expor a sua conferência “Em defesa da aviação nova” em abril de 1935, dois anos antes da Mocidade Portuguesa implementar a sua secção de voo sem motor.⁵⁸⁵ E no que respeita ao CNE, foram tomadas as mesmas opções, mas em rádios concorrentes, obedecendo às lógicas de validade de todos os processos de evangelização (P. Rocha 2010, 153). José Joaquim Coelho de Almeida, Secretário Nacional da Propaganda do CNE, conseguiu um espaço de duas horas para palestrar na Rádio Graça de Lisboa. Um caso singular decorreu durante o décimo aniversário do escotismo católico em Lisboa, no final de 1936 em que a Emissora Nacional convidou a chefe Corália do Nascimento Ferreira, da Alcateia 46 de Lisboa do CNS, para dissertar sobre “o papel da mulher no Lobitismo”. Precisamente num período que a implementação da Mocidade Portuguesa Feminina ameaçava a participação das jovens no associativismo escotista.⁵⁸⁶ A criação da Rádio Renascença em 1934 acabaria por auxiliar também na propaganda do CNE, com o convite aos principais dirigentes regionais para dissertar sobre o estado da associação. A condição de ser capitão do exército permitia que o Chefe Regional Carlos Alberto Godinho gozasse de alguma liberdade de expressão dentro dos meios radiofónicos, onde a Renascença disponibilizou um espaço exclusivo para palestras de vários dirigentes escotistas do Patriarcado de Lisboa.⁵⁸⁷

A ocorrência da Guerra Civil Espanhola fez soar os alarmes sobre uma eventual ameaça comunista em Portugal (Rosas 2012, 14; Ninhos 2017, 108). E se nos casos atrás citados se

⁵⁸³ «Escotismo e Rádio», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano XII, nº 989, 1933-Mar-24, p. 8; «Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano XIII, nº 1061, 1934-Jan-08, p. 15.

⁵⁸⁴ «Escotismo. Várias notícias», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.572, 1934-Jan-12, p. 3; «Escotismo. Várias notícias», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.628, 1934-Jul-27, p. 2.

⁵⁸⁵ «Conferência “Em defesa da aviação nova”», *O Século*, Ano 55, nº 19.071, 1935-Abr-19, p. 2.

⁵⁸⁶ «O que há hoje. Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 19:647, 1936-Nov-24, p. 6; «O que o Escutismo tem feito...», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1337, 1936-Dez-12, p. 3.

⁵⁸⁷ «Escutismo. O método escutista», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1487, 1937-Jun-12, p. 4; «Comemoração do aniversário da fundação do CNE em Lisboa», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1499, 1937-Jun-26, p. 4. Segundo o historiador Leandro Pereira Gonçalves, na década de 1930 todas as transmissões na Rádio Renascença eram realizadas em direto, o que aumenta a dificuldade de se obter mais informações sobre estas palestras, e com a agravante que só em 1994 a estação radiofónica criou o Centro de Documentação da Rádio Renascença (Gonçalves 2017, 183).

observou que as rádios foram utilizadas como meios expansionistas associativos, já na ilha da Madeira as transmissões escotistas foram ocupadas com temas politizados. Logo em julho de 1936, apenas um mês após o início do conflito, a Rádio Eddystone, propriedade da Marconi, convidou o CNE Gr. 88 Funchal para dissertar sobre as dinâmicas associativas na ilha⁵⁸⁸. Com o avançar da guerra vários vultos do escotismo madeirense seriam solicitados para transmitir os seus pensamentos noutras rádios da ilha, como a CT 3, também da rede Marconi (Queiroz 2015), um espaço onde chefes como Santa Clara Gomes acabariam por defender as causas anticomunistas.⁵⁸⁹

No império português, o primeiro contacto dos escoteiros com os meios radiofónicos terá ocorrido nos inícios de 1934, quando o contingente de Lourenço Marques participou no acampamento internacional de Springs, na periferia de Joanesburgo. A edilidade sul-africana patrocinou a montagem de um posto emissor no recinto do acampamento para que todos os contingentes pudessem participar nas transmissões radiofónicas que seriam retransmitidas pela África Meridional⁵⁹⁰. Essa pequena experiência foi o suficiente para que, no ano seguinte, e quando a capital de Moçambique recebeu dois contingentes de escoteiros sul-africanos, o grémio local de radiófilos convidara os chefes W.E. Barber (*Scouts of South Africa*) e A.S. Nel (*Die Voortrekkers*) a participar numa emissão dedicada às famílias dos escoteiros acampados, que seria por sua vez retransmitido pela Estação Emissora de Joanesburgo.⁵⁹¹ Certamente estas pequenas experiências estarão na génese da pedagogia comunicacional de inculcação de valores patrióticos que a Mocidade Portuguesa empreenderia em África na década de 1940 (João 2002, 271).

5.4. Cerimónias públicas

A integração das várias associações escotistas em cerimónias públicas remonta aos primeiros anos, e introduz-se no rol de festividades da época, como a *Festa da Flor* ou a *Festa*

⁵⁸⁸ «Escutismo. Visitando os grupos do Funchal», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1203, 1936-Jul-04, p. 3. No ano seguinte, a Rádio Eddystone voltaria a convidar o mesmo grupo para nova palestra («Escutismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1463, 1937-Mai-15, pp. 3-4).

⁵⁸⁹ «Escutismo. Documento», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1469, 1937-Mai-22, pp. 3-4; «Escutismo. 28 de Maio», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1475, 1937-Mai-29, p. 3.

⁵⁹⁰ «O acampamento escotista em Springs», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano VIII, nº 2:342, 1934-Jan-04, p. 3.

⁵⁹¹ «Escotismo. Os Escoteiros Sul-Africanos vão falar ao microfone», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXI, 1935-Jul-11, p. 2.

da *Árvore*, e vinculadas ao universo republicano (Leal 1999, 75).⁵⁹² À partida, a participação parecia ser algo simbólico, mimetizado a partir de outras organizações também convidadas, e em que os escoteiros seriam apenas mais um elemento no elenco. No entanto, a gestão pública da sua notoriedade fora algo meticulosamente pensado desde sempre e haverá que recuar aos finais do período monárquico para se perceber como as associações escotistas adotaram o mesmo procedimento a partir do associativismo protestante (Cavaco 2011, 613).

A generalidade dos políticos republicanos entendia que as igrejas cristãs protestantes poderiam usufruir do direito de ocupação do espaço público em moldes idênticos à Igreja Católica. Cerimónias como a *Festa da Árvore* de 1909, por exemplo, promovidas pelo Partido Republicano Português e Liga Nacional de Instrução, permitiram que as Escolas Evangélicas do Porto e Gaia se apresentassem no cortejo nas imediações do Campo da Regeneração (atual Praça da República), com os respetivos estandartes, bandeiras e galhardetes e cerca de 1200 alunos em conjunto.⁵⁹³ Configurações que se adequam ao quadro de celebrações cívicas assinaladas por Fernando Catroga, não com origem nos poderes do Estado, mas antes em intelectuais, grupos profissionais, associações, etc. (Catroga 2019, 289). Este pequeno exemplo abriu um precedente para os vários núcleos da Associação Cristã da Mocidade dispersos pelo país que, nos primeiros anos da Primeira República, conseguiram conciliar o programa político-religioso com a agenda comum de várias fações republicanas (R. M. Leite 2008, 104–7). E como referido no primeiro capítulo, o AEP Gr. 1-Lisboa acabou por herdar este pequeno legado de cordialidade interinstitucional entre política e religião.⁵⁹⁴

A consolidação da República Portuguesa possibilitou a presença dos escoteiros em cerimónias público-políticas desde cedo, especialmente com as guardas de honra ao Presidente da República. A guarda de honra consistia numa formação de duas filas, com os jovens perfeitamente uniformizados e ordenados hierarquicamente, ostentando os seus bastões, numa imagem metafórica de “muralha humana” à entrada e saída dos edifícios. Na prática, quem quisesse aproximar-se do Presidente da República, teria obrigatoriamente de romper a composição. A imposição imagética de jovens em uniforme e estabelecidos em “ordem unida”

⁵⁹² Em 1916, o coronel Desidério Beça entendia a *Festa da Árvore* como o momento oportuno para encetar esforços para a federação de todas as coletividades nacionais dedicadas ao enquadramento juvenil, e que «a prestimosa Associação dos Escoteiros de Portugal espalhe os seus grupos por todo o paiz» (Beça 1917b, 9).

⁵⁹³ Um número bastante elevado. Nenhuma das duas escolas teria uma média de 600 alunos («Festa da Árvore no Porto», *O Amigo da Infância*, nº 4, Vol. XXXV, 1909-Abr, p. 28).

⁵⁹⁴ Tal como ocorrera com a entrada de Portugal na Grande Guerra e o consequente flagelo de desestruturação familiar com o falecimento dos soldados, a estrutura festiva foi aproveitada para a angariação de fundos cujas receitas revertiam a favor das vítimas e respetivas famílias (Moura 2006, 51; Mogarro 2013, 162). Também aqui os escoteiros integraram procedimentos prévios sem qualquer manifestação de rutura comportamental.

era um sinónimo de estabilidade social. Vários periódicos publicaram cartas dos leitores para que se procedesse à aplicação do escotismo como uma panaceia juvenil.⁵⁹⁵

O convite para a participação dos escoteiros nas guardas de honra presidenciais era uma mais-valia recíproca a todos os envolvidos, e que acabava por equiparar este associativismo às autoridades e forças de segurança. A deslocação do presidente Bernardino Machado a Famalicão em 1915, por exemplo, teve uma paragem obrigatória em Coimbra. Uma vez aí, o Chefe de estado foi «aguardado na estação do caminho de ferro por todas as autoridades civis e militares, Universidade, Camara Municipal, representantes de Associações, Liceu, pessoal das repartições publicas, corporação de bombeiros voluntários, grupo de escoteiros, e grande quantidade de povo».⁵⁹⁶ A aproximação à Casa da Presidência permitiu um jogo duplo e arriscado para a AEP, que concedeu o título de presidente honorário a Bernardino Machado em 1916. Em troca o general Baden-Powell seria condecorado com a Ordem de Cristo em 1919.⁵⁹⁷

A presença de escoteiros nas cerimónias públicas teve um dos pontos altos durante o protocolo fúnebre do presidente Sidónio Pais em dezembro de 1918, com os atos normativos inerentes à morte a serem estipulados *ad hoc* (Graça e Fontes 2020, 117). A elaboração de regras, algumas até consuetudinárias, outras extraídas do mundo militar, aglomeraram-se ao longo dos anos e materializaram-se neste evento funerário. Várias associações escotistas, incluindo as minoritárias, concorreram entre si para uma das primeiras posições no cortejo fúnebre oficial, ao qual foi concedido o terceiro lugar à AEP, depois da Guarda Nacional Republicana e da Liga de Vigilância Social.⁵⁹⁸ Não seria a única vez.

⁵⁹⁵ «[...] Esses rapazes uniformizados e a marchar com um destino, não são uma fantochada. O seu fardamento representa uma coisa muito mais elevada e sublime, que uma simples mascarada carnavalesca. O seu destino não é exibirem-se na Rotunda para disputarem prémios de mascarados, oferecidos pela camara ou por importantes colectividades, que se recusam, às vezes, contribuir para coisas úteis. Quem se não convencer com palavras ou com artigos, que siga os rapazes na sua marcha e vá ver o que eles vão fazer.» («Escotismo», *Gazeta de Coimbra*, Ano V, nº 450, 1915-Nov-17, p. 2). Outro exemplo ocorreu no ano seguinte, já no contexto da participação de Portugal na frente europeia da Grande Guerra: «Republicanos e monárquicos, socialistas e anarquistas, todos comungando na mesma hóstia, invólucro da mesma fé, se confundem num maior Amor. Agora é a bandeira da Terra Portuguesa que surge, empunhada e rodeada por escoteiros. As aclamações abraçam-se no ar, ficam a tremer, como labareda que tudo incendeia. E a multidão, de pé, cabeça descoberta, grita aclamações a Portugal.» («Pela Pátria! Portugal na Guerra», *Gazeta de Coimbra*, Ano V, nº 485, 1916-Mar-22, p. 3).

⁵⁹⁶ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:104, 1915-Ago-19, p. 4; «Presidente da República», *Gazeta de Coimbra*, Ano V, nº 440, 1915-Out-13, p. 1.

⁵⁹⁷ «Os Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:376, 1916-Mai-22, p. 3; «Sobre escotismo», *Os Sports*. Ano IV, nº 372, 1923-Mar-01, p. 1; «Baden-Powell e a Ordem Militar de Cristo», *Sempre Pronto. Mensário Escotista*, Ano XXI, nº 239, 1965-Mar, pp. 1/5. A promulgação do decreto nº 8132, de 08 de maio de 1921 pelo ministro da Guerra António Xavier Correia Barreto oficializaria de vez esta questão, com o célebre artigo 34º: «Nos termos do artigo 27º o Chefe do Estado e o fundador do escotismo serão respectivamente o presidente honorário e escoteiro chefe honorário da Associação dos Escoteiros de Portugal, considerando-se vice-presidentes honorários os Chefes de Estado após o seu mandado».

⁵⁹⁸ A composição escotista do cortejo fúnebre continha cerca de duzentos elementos e foi seccionada com a seguinte ordem: AEP (125 elementos); Associação de Escoteiros Voluntários (três elementos); Escoteiros Maqueiros Portugueses (onze); Escoteiros Maqueiros Portugueses Independentes (catorze); Scouts de Portugal (doze); Escoteiros Lusitanos (oito); Escoteiros Humanitários Portugueses (dois); União dos Escoteiros Franceses

No seguimento da revolta da “Noite Sangrenta” de 21 de outubro de 1921, e em que a Câmara Municipal de Lisboa incentivou à participação cidadã nalgumas demonstrações de repúdio logo na semana seguinte na Praça do Comércio, a organização colocou os escoteiros da AEP na terceira e quarta posição respetivamente, sucedendo à corpo de cavalaria da Guarda Nacional Republicana e a uma corporação de bombeiros. E na quinta posição estavam os escoteiros do Asilo D. Maria Pia.⁵⁹⁹ Ou o transporte do féretro do aviador Sacadura Cabral ou do poeta Guerra Junqueiro também foram palcos para uma presença oficial (Joaquim Pintassilgo e Costa 2018, 210). E para que não surgissem dúvidas, AEP e a UAP escreveram ao *O Século* a indicar quem participaria e em que moldes: Mário Morais Afonso, representaria os Adueros de Portugal, enquanto a guarda de honra ao caixão seria exercida unicamente pelo AEP Gr. 13-Lisboa, entre as 21 e 22 horas.⁶⁰⁰ Ou, por ocasião do centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, que ocorreu a 16 de março de 1925, na cidade do Porto, onde UAP, CNS e AEP desfilaram cada uma com os seus elementos e bandeiras pelas ruas da cidade.⁶⁰¹

Estes pequenos exemplos mostram que o associativismo escotista começava a delinear algum protocolo na gestão de atos fúnebres, já com uma presença ritualizada e alguns procedimentos normativos (Graça e Fontes 2020, 117). No entanto, o perfil protocolar só surgiria em 1927 pela mão dos escoteiros católicos, e publicado na segunda edição do seu regulamento, sendo tal omissivo nas restantes associações.⁶⁰² Até essa data o Corpo Nacional de Scouts compilou e centralizou progressivamente algumas experiências a partir das realidades locais, como a postura em funeral, em que «Flete-se o braço direito de forma que a parte inferior da vara vá encontrar junto da axila. Desfaz-se o movimento à voz de sentido», nitidamente extraída dos meios militares, para ser executada por uma patrulha de escoteiros diante do féretro.⁶⁰³

Fora das principais áreas metropolitanas portuguesas há um caso que merece alguma atenção. A cidade de Chaves, onde o UAP Gr. 22 teve um papel bastante dinamizador na implementação associativa de cariz republicano a partir de 1925. Num espaço bastante marcado

(dois); União dos Adueros de Portugal – Porto (seis); entre outros («Escotismo. Subsídios», *Os Sports*. Ano I, nº 63, 1919-Dez-28, p. 3); «A morte do Sr. Dr. Sidónio Pais», *O Século*, Ano 38, nº 13:297, 1918-Dez-18, p. 1; «O cortejo fúnebre», *O Século*, Ano 38, nº 13:301, 1918-Dez-22, p. 1.

⁵⁹⁹ «A manifestação nacional de hoje», *O Século*, Ano 41, nº 142468, 1921-Out-30, p. 2; «A grandiosa manifestação de ontem», *O Século*, Ano 41, nº 142469, 1921-Out-31, p. 2.

⁶⁰⁰ «Guerra Junqueiro. A soldagem do caixão», *O Século*, Ano 43, nº avulso, 1923-Jul-09, p. 1.

⁶⁰¹ Carqueja, Bento. *O Comercio do Porto ao completar oitenta anos. Notas para a sua história*. Porto: Comercio do Porto, 1934; p. 256.

⁶⁰² Corpo Nacional de Scouts. *Estatutos e Regulamento Geral - Corpo Nacional de Scouts*. Braga: Tipografia Universal, 1927, pp. 166-167.

⁶⁰³ «Exercícios e evoluções dos scouts», *A Flor de Lis*, Ano I, nº 7, 1925-Ago, p. 3.

pelo impacto das várias incursões monárquicas a partir da Galiza, a urbe transmontana era entendida como uma encruzilhada entre várias forças maiores (J. B. Serra 2011, 110). Em 1925 as festas urbanas tiveram um brilhar superior e serviram de inculcação e fidelização política. O ministro Nuno Simões, ele próprio ex-governador civil de Vila Real e à época com a pasta do Comércio e das Comunicações, dirigiu-se à cidade flaviense para respaldar o evento, com a já tradicional receção oficial na estação ferroviária, onde era aguardado pelos adueiros locais que lhe fariam uma guarda de honra durante toda a festividade. A novidade ocorreu quando Chaves se tornou um local de peregrinação para as juventudes republicanas, com vários grupos de adueiros de Lisboa a rumarem a Trás-os-Montes com o propósito de participar nos eventos cívicos organizados pelo município.⁶⁰⁴ Esta experiência na antiga *Aquae Flaviae* incitou a Junta Diretora da União dos Adueros de Portugal a implementar uma nova estratégia mais a sul e que visava a máxima rentabilidade mediática da presença institucional em eventos municipais. Por exemplo, a celebração do aniversário da República em Vila Real (cerimónia na qual o ministro da Guerra Ernesto Vieira da Rocha estivera presente), e em que os rituais iniciáticos de juramento e compromisso de honra dos jovens aprendizes foram efetuados na praça pública perante os munícipes. Duas bandas filarmónicas circularam em cortejo pela cidade (a municipal e a banda do UAP Gr. 24-Vila Real), terminando ambas com a saudação oficial ao ministro. E para finalizar, a Guarda Nacional Republicana içou a bandeira nacional na sede do Governo Civil. A teatralidade deste evento é já de si suficientemente exemplar para se compreender como as fronteiras entre público e privado eram bastante ténues.⁶⁰⁵

A participação ritual de alguns grupos em efemérides nacionais como o *Dia da Implantação da República* acabava por abrir precedentes noutras unidades locais que só sabiam desses protocolos através da imprensa. E se alguns membros da elite política participassem em determinado evento e fossem recebidos pelos escoteiros da localidade (o que na generalidade dos casos era noticiado pela imprensa), por mimese outros grupos de outras localidades também queriam ter as mesmas benesses mediáticas. Dos vários exemplos passíveis de apresentação, a inauguração do AEP Gr. 78-Covilhã em dezembro de 1928 enquadra-se bastante bem neste contexto, com os chefes João Claudino da Cruz e Manuel Cardoso a afixarem cartazes informativos pela cidade, anunciando uma festa no orfeão. Nada de extraordinário, não fosse a resposta sociopolítica às prerrogativas da Ditadura Militar. O juramento dos novos escoteiros fora confirmado presencialmente pela elite local: o administrador do concelho (tenente João

⁶⁰⁴ «A parada de escoteiros e adueiros despertou grande entusiasmo», *O Século*, Ano 46, nº 15:622, 1925-Ago-28, pp. 1-2; «As festas de Chaves», *O Século*, Ano 46, nº 15:623, 1925-Ago-29, p. 1; «A viagem ministerial ao norte do país», *O Século*, Ano 46, nº 15:627, 1925-Set-02, p. 6.

⁶⁰⁵ «Grupo de Adueros nº 24», *O Povo do Norte. Folha Semanal*. Ano 35; nº 19; 1925-Out-04, p. 2; «Grupo de Adueros nº 24», *O Povo do Norte*. Ano 36; nº 18; 1926-Set-26, p. 3.

José Amaro), o editor do jornal “O Trabalho” (José Caetano Júnior), o capitão Carlos Godinho (represente do CNS-Região da Guarda), José Vicente Barata (antigo deputado e professor da Escola Industrial) e António da Cruz e Silva (advogado da comarca). Mais ainda quando os últimos dois palestraram sobre os valores sociais do movimento escotista.⁶⁰⁶ Esta simples inauguração do grupo beirão abriria espaço para que a cerimónia seguinte, decorrida apenas dois meses depois e que mais não era do que o simples juramento de vinte novos escoteiros, fosse ainda mais elaborada. A inauguração da bandeira de grupo, confeccionada por Maria Freira e Miguel, justificou um controlo apertado ao mais ínfimo pormenor: hastear da bandeira logo pela manhã; filas de cadeiras para a receção aos representantes das várias coletividades locais; palco para o comandante militar coronel Gustavo Piçarra, e que seria ladeado pelo tenente João José Amaro (delegado da comissão administrativa municipal) e pelo capitão-médico Tovar de Lemos. No final, ainda uma visita à Empresa Transformadora de Lãs Lda., com direito a jantar no Hotel Covilhanense. E tudo sob o olhar atento de José Ramalho, diretor do Jornal “O Raio”.⁶⁰⁷

Após esta apresentação observa-se que a primeira visita de Baden-Powell a Lisboa em março de 1929 acabou por não criar uma rutura mediática. Apesar de jornais como *O Século* lhe atribuírem um destaque de duas páginas e com várias fotografias incluídas, não significa que se iniciasse uma nova gestão cerimonial da imagem pública.⁶⁰⁸ Pelo contrário. Tanto antes como depois, algumas cerimónias mais impactantes na vida pessoal dos escoteiros, e no reconhecimento público desta forma de associativismo, contaram constantemente com a presença de governadores civis ou membros da edilidade (com a posterior publicação na imprensa).⁶⁰⁹ A procura da mediatização justificava uma permanência associativa quase irrefutável. Assim se entende a inauguração do AEP Gr. 93-Sintra, em que o presidente da AEP declarou o tenente-coronel João Luís de Moura como sócio honorário, à época governador civil de Lisboa.⁶¹⁰

A segunda visita de Baden-Powell à capital portuguesa realizada em abril de 1934, essa sim, abriu uma precedente mediático. Todo o processo da receção oficial demorou vários meses,

⁶⁰⁶ «Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:815, 1928-Dez-30, p. 9.

⁶⁰⁷ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 49, nº 16:865, 1929-Fev-21, p. 5.

⁶⁰⁸ «Na segunda-feira chega a Lisboa o General Baden-Powell», *O Século*, Ano 49, nº 16:874, 1929-Mar-02, pp. 1-2.

⁶⁰⁹ Por exemplo, o quarto aniversário do AEP Gr. 67-Seixal ou a homenagem ao comandante naval Carvalho Araújo em Vila Real, ambas decorridas em 1931, em que as máximas autoridades distritais concederam subsídios para as cerimónias («Escotismo», *O Século*, Ano 51, nº 17:657, 1931-Mai-09, p. 5; «As homenagens à memória de Carvalho Araújo», *O Povo do Norte*. Ano 41; nº 20; 1931-Out-25, p. 1).

⁶¹⁰ «Escotismo. Uma concentração de escoteiros», *O Século*, Ano 54, nº 18772, 1934-Jun-18, p. 8; «Escotismo. A lição dos factos», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.620, 1934-Jun-29, p. 3.

e mesmo sob a pressão fantasmagórica de uma possível absorção estatal do escotismo, tanto a AEP como o CNS alteraram o *modus operandi* expositivo. Não será por acaso que o escoteiro e jornalista Antero Nobre sugerisse no jornal *Os Sports* uma participação tenaz nas guardas de honra ao Presidente da República.⁶¹¹ Nobre jogava duas cartas de trunfo em simultâneo: a primeira, que evocava a condecoração da Ordem de Cristo outorgada ao general Baden-Powell em 1919; a segunda, que recordava a concessão de título de presidente honorário inicialmente dado a Bernardino Machado em 1916. Jogada arriscada, mas que efetivamente fez efeito. Três meses depois realizou-se a inauguração oficial do AEP Gr. 97-Direção de Assistência Pública de Lisboa, com jovens filiados em formatura no Estádio do Lumiar a dirigirem-se para a eucaristia de estreia celebrada pelo capelão interno. Na fila da frente encontrava-se o presidente Óscar Carmona e que seria testemunha do compromisso de honra coletivo.⁶¹²

5.5 Cerimónias públicas no império

O panorama da participação escotista nas cerimónias públicas na metrópole pouco difere dos vários espaços imperiais. Desde a experiência de Álvaro de Melo Machado em Macau que todo o território português manteve uma certa coerência na imagem pública como foi referido nas páginas anteriores. Estes procedimentos eram baseados em modelos transnacionais, ou seja, o grupo macaense copiou o protocolo de Hong Kong, que por sua vez era idêntico ao do Raj, Quénia, Canadá, ou Polónia.⁶¹³ Em Macau, por exemplo, em junho de 1933, a cerimónia de juramento de cento e cinquenta escoteiros chineses da AEP, todos alunos da escola católica Yuet Wah (também conhecida por Colégio D. João Bosco), foi presenciada por todas as autoridades do território. Um detalhe apenas distingue esse evento dos restantes, em que o discurso de abertura do escoteiro-chefe Artur Borges foi «lido em chinês pelo letrado da Repartição Técnica do Expediente Sínico, sr. Ho Shu, para que os rapazes o compreendessem melhor».⁶¹⁴

No Estado da Índia, Goa é a província onde melhor se obtém informações sobre as cerimónias públicas, um quadro bastante espectável, tendo em conta a capitalidade

⁶¹¹ «Escotismo. As Exibições em Público», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.577, 1934-Jan-29, p. 3.

⁶¹² «Escotismo. De Portugal», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.610, 1934-Mai-25, p. 2.

⁶¹³ O caso de Goa é particularmente interessante: «[...] O grupo nº 108 da Associação dos Escoteiros de Portugal, de Nova Goa, que tem como chefe o sr. tenente Aníbal Moreira, foi, há pouco, recebido, com grandes honras, em Bombaim. O governador, Lord Brabourn, ao passar-lhe revista, afirmou que “não existe na Índia um grupo que rivalize com o nº 108, em garbo e correcção.” Os escoteiros ingleses pediram instrutores ao grupo de Nova Goa, estando assente a ida de elementos seus a Pangim, onde receberão instrução técnica, ministrada por escoteiros portugueses.» («Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18.806, 1934-Jul-22, p. 12).

⁶¹⁴ «Os “Escoteiros de Portugal” no Extremo Oriente», *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação*, n. 8-9, 1933-Ago/Set, pp. 1/11.

administrativa que construiu durante séculos (Rossa 2020). Dentro desta, mais concretamente nas Velhas Conquistas, é possível observar como os grupos de escoteiros de Pangim, Saligão e Aldoná, incorporaram os cortejos cívicos promovidos pelas altas instituições coloniais (comissões municipais, Escola Médico-Cirúrgica, Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, Escola Normal Luís de Camões e coletividades desportivas).⁶¹⁵ A particularidade reside na utilização dos escoteiros nos eventos católicos, onde acabavam por ser elementos essenciais na demonstração da arquitetura social-colonial como complementos profanos do ritual sagrado. Pormenores modernos de distinção previamente delineados e ensaiados, com demonstrações de jogos, formaturas e exercícios. A bênção da bandeira do AEP Gr. 108-Pangim em janeiro de 1932, por exemplo, foi programada com todos os detalhes. Oitenta escoteiros em formatura diante do Paço Patriarcal e no centro uma mesa composta por vários oficiais do exército, com o escoteiro-chefe tenente Aníbal Moreira num lugar primacial. As respetivas famílias dos militares encontravam-se na plateia, ao redor do governador-geral Craveiro Lopes e de vários empresários locais. Por fim, o momento religioso como auge, com uma missa campal celebrada pelo Patriarca das Índias.⁶¹⁶

No extremo ocidental do Oceano Índico também se regista uma certa proximidade entre as estâncias coloniais e o movimento escotista. E logo nos primeiros anos. Uma simples visita dos escoteiros sul-africanos a Lourenço Marques em 1915 quando o grupo laurentino contava apenas alguns meses de existência, foi o próprio Governador que recebeu a delegação vizinha com uma *soirée*.⁶¹⁷ É aceitável que este momento seja o ponto zero da troca de influências entre o governo colonial e a Associação de Escoteiros de Portugal, e a partir desta data constata-se uma presença contínua dos governadores-gerais nos mais elementares eventos. Fosse numa simples festa no campo do Grupo Desportivo de Lourenço Marques, um bando precatório a favor das vítimas de um naufrágio, ou a receção oficial aos escoteiros sul-africanos que anualmente se dirigiam à praia da Polana para os seus acampamentos estivais.⁶¹⁸

⁶¹⁵ «Festa cívica», *A voz de São Francisco Xavier*, Ano I, Nº 12, 1931-Nov-24, p. 111; «O 28 de maio em Goa», *A voz de São Francisco Xavier*, Ano VII, Nº 37, 1938-Mai-25, p. 314.

⁶¹⁶ «Escoteiros», *A voz de São Francisco Xavier*; Ano I, nº 24, 1932-Fev-16, p. 240. Só a saída do general Craveiro Lopes em julho de 1938 acabará com esta conjugação de esforços, muito devida ao fim do financiamento estatal à AEP no Estado da Índia (em paralelo à instauração das Mocidades Portuguesas no território), o que sugere uma reorganização entre os grupos “sobreviventes” e as autoridades locais.

⁶¹⁷ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:092, 1915-Ago-07, p. 4.

⁶¹⁸ «A festa dos escoteiros», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano I, nº 197, 1926-Dez-03, p. 2; «O naufrágio da barca dos poveiros», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano VII, nº 2065, 1933-Jan-28, p. 3; «O naufrágio da “África Oriental”», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano VII, nº 2070, 1933-Fev-04, p. 9; «Confraternização escotista», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano VIII, nº 2:203, 1933-07-11, 1933-Jul-11, p. 1. As angariações de fundos por escoteiros e com destino a populações fragilizadas fazem parte do programa pedagógico escotista, no sentido de “ajuda ao próximo em todas as circunstâncias”. Tomando como analogia a realidade ugandesa, e durante a Segunda

A desconformidade entre a capital moçambicana e os restantes territórios imperiais caracteriza-se pelos escoteiros locais a assumirem-se como um polo de notabilidade a nível internacional (talvez com a exceção das cidades de Lisboa e Funchal). E como se mostrará mais adiante, o fundador Baden-Powell visitou pelo menos cinco vezes o território português: Funchal em 1930 e 1931; Lisboa em 1929 e 1934; e ainda Lourenço Marques em 1935. A capital de Moçambique, ao ser visitada pelo máximo dirigente mundial do escotismo, assumiu uma certa sacralidade e um capital simbólico que outras cidades do império português nunca conseguiram alcançar. As formaturas na sede do AEP Gr. 10 (inicialmente estabelecido no Palácio do Governador na Ponta Vermelha, e só em 1924 seria transferida para a Praça Mac-Mahon, atualmente Praça dos Trabalhadores), já de si revela a importância institucional outorgada pelas autoridades aos escoteiros.⁶¹⁹ Mais ainda quando a sede da Praça Mac-Mahon estava a poucos metros da principal estação ferroviária. Cada vez que os *boy-scouts* sul-africanos iam a Lourenço Marques, seriam recebidos pelos congéneres locais com uma grande parada nas imediações, seguida dos discursos de boas-vindas em português e inglês, demonstração de exercícios, cânticos, etc. E aí estava o

«[...] sr. Presidente da Câmara e os escoteiros de Lourenço Marques, que se haviam formado para cumprimentar os seus irmãos Sul-Africanos, tendo-os saudado com uma grande continência. Depois do desembarque dos escoteiros visitantes, o contingente dessa cidade desfilou em frente daqueles, prestando-lhes a primeira manifestação de cortesia escotista”, seguindo-se “o desfile para a Praça Mac Mahon, onde dois eléctricos, cedidos pela Câmara aguardavam os escoteiros para os conduzir à pátria, onde os escoteiros sul-africanos encontraram o seu acampamento já montado, sendo-lhes servido chá, que os seus camaradas desta cidade haviam preparado».⁶²⁰

Por último, o caso angolano, e bem distinto dos congéneres asiáticos e moçambicano. Ao não ser palco de qualquer visita de Baden-Powell, e muito menos um local de eleição para acampamentos dos vizinhos congolenses ou namibianos comparativamente com os sul-africanos e/ou rodesianos que visitavam regularmente as cidades de Lourenço Marques e Beira. As cerimónias públicas em Angola são bastante heterogéneas e poderão ser vistas a partir de

Guerra Mundial, vários grupos decidiram recolher fundos para as vítimas dos ataques nacional-socialistas à Grã-Bretanha (Vongsathorn 2015, 65).

⁶¹⁹ Uma caracterização bastante parecida com outros pontos do globo. Maria Jesús González Castillejo observou o mesmo comportamento na cidade espanhola de Málaga e categorizou-a como uma necessidade de autoreconhecimento e autoafirmação por parte das autoridades, na medida que, sem recorrer a quaisquer símbolos de identificação e pertença, acabavam por realçar a sua missão potestativa a partir de uma posição de superioridade (González Castillejo 2001, 648).

⁶²⁰ «Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano VIII, nº 2:259, 1933-Set-12, p. 2; «A visita dos escoteiros sul-africanos», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano IX, nº 2:490, 1934-Jul-04, p. 1; «Escotismo. A parada de domingo», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano IX, nº 2:495, 1934-Jul-10, p. 3.

três prismas diferentes. No sul, a máxima projeção pública que o pequeno CNE Gr. 11-Moçâmedes conseguiu em 1936 resume-se a um acampamento em plena Avenida da República, conjugando-se um cerimonial associativo com práticas de evangelização, com doze jovens a realizarem a sua promessa escotista e primeira comunhão. E para confirmar publicamente o vínculo, foi servido um “Porto de Honra” a duzentas pessoas na sede da Associação dos Empregados de Comércio.⁶²¹

Mais a norte, na capital Luanda, o AEP Gr. 36-Liceu Salvador Correia, contrapunha-se ao vizinho do sul e adotou uma estratégia já aplicada por outras unidades. A direção procurou que as sessões solenes fossem repletas de exuberância institucional, como o que já era aplicado pelo AEP Gr. 108-Pangim (Goa) ou AEP Gr. 78-Covilhã. Havia que dar nas vistas. Num pequeno evento no primeiro trimestre de 1935 convidaram: o comandante Faria Pereira (representante da AEP em Angola); tenente-coronel Gomes de Lencastre (governador do distrito de Luanda); Pedro de Melo e Adolfo Pina (respetivamente jornalista e diretor de “A Província de Angola”); entregaram vários diplomas de honra a escoteiros; e ainda condecoraram a título póstumo o escoteiro Fiel Vital Baptista, falecido três anos antes. Para culminar apoteótico, todos os convidados usaram da palavra para evocar as virtudes associativas e qualidades de emancipação racial, processo civilizacional que a AEP tinha em curso. Não satisfeitos, a festa continuou no Estádio Municipal, com vários aspirantes a declararem a sua fidelidade e cumprimento do código legislativo escotista, e «pela primeira vez, foi apresentada em público a patrulha “Manuel Coutinho”, criada em homenagem ao escoteiro do mesmo nome, que veio de Angola a Lisboa, em bicicleta».⁶²²

O associativismo feminino em Angola evidencia algo menos conhecido no território ultramarino. E também pouco difere das congêneres masculinas, muito devido ao impacto pessoal da Comissária Regional Eugénia Brandão de Mello. Desde a sua chegada à colónia em 1935 que pôs em curso uma presença contínua nos órgãos de comunicação social, com indicação explícita dos lugares de passeio e atividades.⁶²³ A festa de 6 de julho de 1937 merece alguma atenção, quando a ameaça de absorção da AGP pela Mocidade Portuguesa Feminina já estava em marcha. Nesse evento as próprias jovens encarregaram-se de lhe dar uma despedida ao estilo de “canto de cisne”, muito disfarçada por uma festa de homenagem à Comissária Regional. A estruturação da sessão de homenagem, pensada ao milímetro, já de si foi algo que

⁶²¹ «Moçâmedes», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano I, nº 25, 1936-Abr-11, p. 2.

⁶²² «Escotismo. Grupo 36 “Diogo Cão”, Luanda», *O Século*, Ano 55, nº 19.066, 1935-Abr-14, p. 4.

⁶²³ «Pela cidade. Às Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano I, nº 28, 1936-Mai-02, p. 3. Para uma síntese biográfica escotista de Eugénia Brandão de Mello consulte-se: (Lontro e Monteiro 2014, 123).

incomodou o Estado Novo.⁶²⁴ Facilmente uma notícia como esta seria publicada em jornais como *O Século*, *Os Sports*, ou o *Sporting*, ou em último caso na imprensa escotista. Contudo, nenhuma das possibilidades se concretizou. A sessão de homenagem foi presidida pela própria Eugénia de Sousa Holstein Brandão de Mello, ladeada pelo comandante Vasco Lopes Alves, e pelo padre Manuel Alves da Cunha, com várias leituras de saudação por jovens guias, e outra por Manuel Moutinho de Carvalho, escoteiro-chefe do AEP Gr. 36-Luanda, e terminando com a ritual entrega de um ramo de flores. A particularidade deste evento, para além de ser presidido por uma mulher, e numa situação pública diminuta e comparativamente com as congéneres masculinas, caracteriza-se pelo papel social das guias. Dirigidas pelo primeiro-sargento José Vicente Lopes (regente da Banda de Música da 1ª Companhia Indígena de Infantaria), as jovens cantaram publicamente o hino associativo da AGP. Esta caracterização colocava o aparelho do Estado Novo numa situação delicada, mostrando as fragilidades dos órgãos do estado colonial que colaboravam com um tipo de associativismo que se pretendia extinguir. A ausência de qualquer menção ao evento na metrópole só se explica pela eficácia da censura política.

Os exemplos aqui apresentados são suficientemente elucidativos para mostrar a importância social deste movimento educativo. Alguns órgãos de comunicação não só procuraram retratá-los, como ainda se propuseram a ser os principais instrumentos oficiosos. E numa leitura economicista poder-se-ia dizer que, se era publicável, é porque havia público interessado. É certo, mas não deixa de ser também redutor. O associativismo escotista enquanto ferramenta de enquadramento da juventude tinha um propósito moderno, um valor social bastante apetezido e partilhado nas principais redações do país, uma preocupação constante para elevar o sentido da pátria (João 2002, 326). Isso explica o porquê de os escoteiros estarem constantemente a serem projetados no espaço mediático. E essa característica acabará por ser um dos principais entraves às políticas de absorção por parte do Estado Novo.

⁶²⁴ Os convites dirigidos à família de Eugénia Brandão de Mello, a todas as Guias de Portugal de Luanda, aos escoteiros do AEP Gr. 36, à alta hierarquia eclesial, Governador Provincial de Luanda, ao médico Waldemar Gomes Teixeira, Irmãos de São José de Cluny, e um incontável número de membros da elite local, permitiu que a imprensa local mostrasse o impacto da rede de influências que a Companhia de Guias de Luanda tinha naquele território («A festa das Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano II, nº 91, 1937-Jul-17, p. 3).

Capítulo 6) A institucionalização do associativismo escotista no Império Português. O caso de Moçambique (1914-1939)⁶²⁵

(...) *One is greatly impressed to see still more wonderful sights and places of beauty in one's wanderings round Lourenço Marques. The lightning of the town has been much improved and more facilities are provided. One is also struck by the orderliness and behaviour of the Native population. It must strike all who come from the Transvaal as strange – and it is a pleasant reflection – that here, where there is no colour bar, there is far less stealing and rude behaviour, and one seldom hears of any Native giving offence to White people (...)*⁶²⁶

Capitão W.E. Barber, Comissário Scout de Benoni (União Sul-Africana), 1936-Jul-25

Basta prestar um pouco de atenção a algumas bases de dados académicas *online* que indexam estudos sobre as juventudes na África meridional, pelo menos no período entre guerras mundiais, e torna-se bastante perceptível que o caso das ex-colónias portuguesas está muito menos abordado que as restantes áreas imperiais vizinhas. Apesar de que algumas análises a episódios de violência militar contra civis, como o massacre de Wiriamu e o consequente caso político dos “padres brancos” de 1972 em Moçambique, registem o papel do escotismo em determinados momentos de apoteose ao sistema colonial (Souto 2007, 403–4). E se se estender o critério seletivo ao movimento escotista e/ou guidista (escotismo exclusivamente feminino), e comparando-o com a África do Sul, Tanzânia ou Quênia (Proctor 2000; 2002; Parsons 2004), a ausência de informação acresce em larga escala. A inexistência de investigações incisivas aos atuais territórios africanos de língua oficial portuguesa impede um melhor conhecimento sobre a dimensão de associações juvenis transnacionais (muitas delas conectadas com entidades religiosas e atualmente presentes na generalidade urbana do continente, suportam ainda a herança pesada da instrumentalização política).

A geografia do território colonial português entre 1911 e 1939 é demasiado vasta para ser analisada num só capítulo e, por razões de economia textual, optou-se pela colónia de

⁶²⁵ O presente capítulo foi parcialmente apresentado e discutido em três colóquios distintos, de acordo com a natureza de cada um dos eventos: *RELIMM - A Religião nas múltiplas modernidades. Rede de Investigadores*, realizado no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, a 21 de junho de 2018 (com a apresentação da comunicação «“Olhos em Deus. Coração na pátria”. O papel do escotismo nas missões católicas africanas»); *Missionação e Poder Colonial em Angola e Moçambique no Século XX*, realizado na FCSH-Universidade Nova de Lisboa, a 06 de dezembro de 2018 [comunicação “O que é bom para uma colónia pode ser mau para outra”. O projecto escotista de Álvaro de Fontoura para Angola e Moçambique (1935)]; e nas *Jornadas Doctorales de Historia Contemporánea*, realizadas na *Universidad de Cantabria* (Santander, Espanha), a 02 de dezembro de 2021 [comunicação “La institucionalización del asociacionismo escultista en el imperio portugués. El caso de Mozambique (1909-1939)”].

⁶²⁶ Tradução: «Qualquer um fica bastante impressionado ao ver as paisagens maravilhosas e bonitos lugares durante os passeios ao redor de Lourenço Marques. A iluminação da cidade foi muito melhorada e outras facilidades acabam por se conseguir. Fica-se também impressionado com a ordem e o comportamento da população nativa. Deve parecer estranho a todos os que vêm do Transval – e é uma reflexão agradável – que aqui, onde não há barreira de cores, há muito menos roubos e comportamentos rudes, e raramente se ouve falar de um nativo que ofendeu os brancos.» («The Polana Beach Camps. A tribute from Capt. Barber», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXII, 1936-Jul-25, pp. 2/7)

Moçambique. A opção de uma aproximação à história associativa na África Oriental em detrimento das restantes áreas resume-se unicamente à documentação disponível. Ao longo do texto comparar-se-á a realidade moçambicana com outras congéneres imperiais no que foi possível, e estas inclusões poderão servir de ponto de partida para outros trabalhos mais profundos.

O escotismo (oficial) colonial português pautou-se por dois períodos distintos, um introdutório e extensível até 1939, e o segundo a balizar-se entre 1951 e 1974, separados por um interregno obscuro de doze anos, data que coincide a transformação do Ministério das Colónias em Ministério do Ultramar (Perez 2012, 37). De forma a entender as razões governamentais do Estado Novo ao aniquilar o movimento escotista no império (e não na metrópole), ou rebater o peso político do cardeal Cerejeira na continuidade do mesmo (Kuin 1993), focámo-nos unicamente no primeiro período. Parte-se da premissa que, se o papel político da eminência eclesiástica tivesse sido um êxito na sua plenitude, também teria sido nas colónias, o que de facto não aconteceu. E para isso analisámos todo o itinerário associativo anterior a 1939, momento de charneira no processo histórico do *scouting* português. Sobre tudo na emanção governamental do fim de todas as atividades escotistas no Império, transferindo os dirigentes para as Mocidades Portuguesas.⁶²⁷ Ao se avançar para o estudo da introdução do escotismo neste território, desde logo assumiu-se a necessidade futura de novas abordagens, o que paradoxalmente acabou por ser desafiante e difícil, muito devido à escassez de recursos arquivísticos. E a acrescentar ao rol de dificuldades, advertimos também que os acervos associativos coloniais foram destruídos ou extraviados durante o processo de independência no biénio de 1974/1975.⁶²⁸ Neste panorama, limitámo-nos ao que foi possível e recorreremos à exploração dos periódicos locais como o *Lourenço Marques Guardian* e o *Notícias. Diário da Manhã*, que acabaram por ser as principais fontes documentais.⁶²⁹

⁶²⁷ Decreto nº 29.453, de 17 de fevereiro de 1939, referente à Organização Nacional da Mocidade Portuguesa no espaço colonial, em vigor até 1951.

⁶²⁸ Esta situação não é exclusiva de Portugal. A historiadora Jialin Christina Wu deparou-se com uma realidade parecida, com a inexistência de quaisquer censos oficiais para os *Malayan Scout Troops* no *British Scout Archives* (Wu 2014, 598).

⁶²⁹ Em 2019 tivemos oportunidade de entrevistar informalmente Leonardo Adamowicz (1945-Jun-24 Kėdainiai, Lituânia - 2020-Mai-18, Maputo, Moçambique), fundador e Chefe Nacional da LEMO - Liga dos Escoteiros de Moçambique, que alertou para o extravio da documentação escotista produzida neste território durante vários episódios políticos no processo de independência. Contudo, é muito provável que a destruição esporádica dos acervos dos grupos também tivesse ocorrido antes, tanto de forma intencional (sobretudo em momentos de fragilidade financeira em que se recorria à venda de papel) como por desleixe, um pouco à semelhança do que acontecera na metrópole.

6.1. Os inícios do *scouting* em Moçambique

Quatro anos após a instauração da República Portuguesa em Moçambique, o oficial da marinha de guerra Álvaro de Melo Machado fora transferido de Macau para a cidade de Lourenço Marques e fundaria aí um grupo de escoteiros. Melo Machado contava já com as experiências escotistas do Corpo de Voluntários de Macau (1911) e do Grupo da Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 2 - Lisboa (1912), e, nesse ano de 1914, quisera estender a associação ao continente africano com a instalação da AEP Gr. 10 em Lourenço Marques (E. Ribeiro 1982, 151). Os primeiros anos da vida associativa do grupo permanecem ainda por explorar, mas poder-se-ão apontar alguns dinamismos⁶³⁰. Pelo menos um dos critérios de admissão de associados assentava no género e etnia dos jovens, fator que se tornou decisivo e aplicável noutros grupos laurentinos criados *a posteriori* até 1939. O protocolo seletivo na *colour bar* não era algo novo na África Portuguesa. Já antes se havia constituído um grupo inglês na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, em 1913, onde chegaram a atingir um efetivo de 49 elementos e ter uma direção de seis dirigentes, dos quais um era português. E tudo com o beneplácito do cônsul Mr. Taylor e do professor Augusto Miranda.⁶³¹ Apenas o desenrolar da Grande Guerra acabaria por colocar um término na dinâmica grupal.

Ao contrário de outras colónias e países vizinhos, como a União Sul-Africana, Quênia ou Rodésia do Norte, e dentro do mesmo período de 1911-1939, nenhum espaço colonial afro-português regista a existência de qualquer associação escotista exclusivamente composta (ou idealizada) por africanos negros. Nem os relatos jornalísticos das diversas viagens do fundador Robert Baden-Powell ao continente - e constantemente divulgados na imprensa portuguesa -, onde as apreciações pessoais do fundador sobre as populações nativas eram sempre enfatizadas para reforçar o valor do artigo jornalístico fazem qualquer menção a essa possibilidade. Na visita a Serra Leoa em 1929, por exemplo, dizia o general inglês que os escoteiros locais «eram pretos como tinta, mas “sempre prontos”, disciplinados, correctos. De resto, são esses os traços salientes desta organização mundial, pacífica e útil».⁶³² Ou a passagem pelo Funchal de um contingente de escoteiros negros da Costa do Ouro que se dirigia às festas da coroação real em

⁶³⁰ Segundo *O Século*, em agosto de 1915 vários escoteiros ingleses da União Sul-Africana visitaram Lourenço Marques com o objetivo de conhecerem os congéneres portugueses («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:092, 1915-Ago-07, p. 4). Possivelmente foi a primeira atividade internacional na colónia.

⁶³¹ *Troopleader* A. R. Tood; *Scoutmasters* G. King e C.V. Cane; *Sub-scoutmasters* J. Walmon, A. Oliveira e C.V. Eueleigh: «Sport. Boy-Scouts em Cabo Verde», *O Século*, Ano 33, nº 11:201, 1913-Fev-04, p. 5. O estudo dos movimentos pedagógicos neste arquipélago está por empreender. Encontrámos várias referências a tentativas de institucionalização de movimentos desportivo-ditatoriais e que suscitam bastante interesse, como os “Falcões de Cabo Verde” («Mocidade Portuguesa», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.773, 1935-Dez-16, p. 2).

⁶³² «Baden-Powell», *O Século*, Ano 49, nº 16:877, 1929-Mar-05, p. 7

Inglaterra.⁶³³ As referências portuguesas aos jovens africanos dos impérios vizinhos limitam-se a evidenciar a subalternidade dos mesmos face à “civilização” europeia, como membros de um corpo social funcional devido à sua integração numa instituição internacional-supranacional-transnacional.

A possibilidade de ter existido escotismo informal na África Portuguesa carece de investigação, o que se abre espaço a uma necessidade de descodificação dos silêncios das populações colonizadas (Chakrabarty 2007, 98). O estabelecimento de algumas missões protestantes fora da cintura urbana de Lourenço Marques, ligadas ao movimento da *Young Men's Christian Association*, poderá ter funcionado como agentes de implementação de *scouting*⁶³⁴. Num pequeno artigo de 1928 publicado no jornal laurentino *Notícias. Diário da Manhã* transpareceu o interesse de algumas missões estrangeiras e escoteiros ingleses constituírem grupos oficiais em Lourenço Marques, estando a autorização dependente do Governo-Geral e do Ministério das Colónias.⁶³⁵ Algo que dificilmente terá sido aceite, fosse pela suposta ameaça desnacionalizadora dos protestantes estrangeiros (Dores 2015), fosse pela deturpação da ordem pública, com novas entrosagens raciais e de género.⁶³⁶ A primeira evidência (fotográfica) de unidades etnicamente mistas em territórios portugueses, de que temos conhecimento, só se observa a partir de 1933. No que respeita ao caso feminino, a existência de unidades exclusivas data apenas de 1932, quando o governo-geral da Colónia empreendeu esforços para formar um grupo na cidade de Lourenço Marques (tema que será abordado mais adiante). No entanto, a visita do político e pastor evangélico Eduardo Moreira a Moçambique em 1934 indicia uma experiência protoescotista nas missões suíças a cargo do dr. André Clerk, que, segundo o português «*has given excellent results*» (Moreira 1936, 51).⁶³⁷

⁶³³ «Escoteiros da Costa do Ouro», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1495, 1937-Jun-22, p. 1

⁶³⁴ No penúltimo ano do período monárquico contabilizam-se algumas missões da *Associação Cristã da Mocidade* em Lourenço Marques em que, num grupo de 42 jovens, três eram de origem europeia. A reportagem de *O Amigo da Infância* é elucidativa quanto ao labor de proselitismo empreendido pela ACM: «[...] a gravura desta página representa a União Cristã da Mocidade, fundada por inspiração da primeira União portuguesa, fundada no Porto em 1894. A União de Lourenço Marques, como se vê, é quase toda formada por pretos. Mas que importa a cor da cara na religião de Jesus? O que é importa é ter o coração branco.» («A União Cristã da Mocidade de Lourenço Marques», *O Amigo da Infância*, nº 9, Vol. XXXV, 1909-Set, p. 69). Recorde-se que o jornal *O Amigo da Infância* serviu como meio de promoção do escotismo no Porto e Vila Nova de Gaia.

⁶³⁵ «Os Escoteiros e os Aviadores», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano III, nº 798, 1928-Nov-14, p. 3.

⁶³⁶ O debate sobre as ameaças desnacionalizadoras protestantes foi analisado por Mike Cronin a partir do exemplo da Irlanda do Norte. Ao se debruçar sobre o futebol nesse território, o investigador concluiu que a modalidade, de facto, funcionou como uma ferramenta de enquadramento recreativo protestante contra os papistas, na medida que a Igreja Católica local tinha dúvidas teológicas sobre a prática desportiva aos domingos. Contudo, a modalidade acabou por ser adaptada e utilizada como complemento evangelizador, agregando grupos de jovens das várias paróquias católicas em torneios internos (Cronin 2005).

⁶³⁷ As análises às missões protestantes nas colónias portuguesas têm tido algum desenvolvimento nos últimos anos. Apesar de não conter nenhuma referência à experiência protoescotista mencionada por Eduardo Moreira, o

Todavia ainda falta explorar o enquadramento juvenil destas associações cristãs congregacionistas nos territórios ultramarinos portugueses.

Para compreender o universo escotista em Moçambique também é necessário observar o panorama religioso metropolitano da década anterior. A implantação da República em Lisboa, a 5 de outubro de 1910, impulsou um clima de conflituosidade entre Portugal e a Santa Sé com oscilações de proximidade e repulsa. As tensões políticas entre a Igreja Católica e algumas fações republicanas (essencialmente o Partido Democrático) no que respeitava à influência religiosa nas escolas, em paralelo ao apoio de alguns padres monárquicos nas várias revoltas realistas na fronteira com a Galiza, iniciaram um conflito institucional durante duas décadas, suavizado apenas com a ascensão do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926 (Moura 2010, 218; R. A. de Carvalho 2013, 23–88). Entretanto, a Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP), criada em 1913 em Lisboa por Álvaro de Melo Machado, e sendo respaldada por vários sectores republicanos desde o início, logo recebera uma conotação filo-maçónica, filo-protestante e pró-republicana (ver capítulo 1). É certo que uma grande parte dos fundadores eram crentes cristãos-protestantes e próximos a algumas individualidades do universo dos pedreiros-livres, conectados com vários partidos políticos que objetivavam limitar o poder eclesial-católico. Assim, a AEP aproveitou este respaldo republicano para aumentar o seu efetivo na malha urbana e introduzir o seu método educativo na rede de escolas públicas. Paralelamente, a imprensa filo-republicana apoiava-a e publicitava as suas atividades com alguma regularidade de forma a colmatar o espaço de atividades juvenis em vazio, outrora ocupado pela agenda das associações católicas.

Estas estratégias anti-eclésiásticas acabaram por ser exportadas da geografia metropolitana para as periferias coloniais e o AEP Gr. 10-Lourenço Marques poderá ser entendido como uma amostra qualitativa deste tipo de tensões. Sendo uma unidade multirreligiosa onde se contabilizam alguns jovens católicos, até 1939 foi sempre liderado pelo capitão Ismael Mário Jorge (Domingos 2012, 69), um republicano que promovia diversas atividades conjuntas com grupos sul-africanos protestantes em desfavor das unidades católicas moçambicanas.

6.2. O escotismo como instrumento civilizacional

Uma leitura atenta à produção bibliográfica de Robert Baden-Powell permite extrair as finalidades deste movimento social moderno e como objetivava aplicá-las às realidades

trabalho pioneiro de Teresa Cruz e Silva para o caso moçambicano continua a ser uma referência essencial (T. C. e Silva 2001).

coloniais britânicas (Mills 2011a, 432), o que por mimese deu azo a intencionalidades semelhantes por parte das associações portuguesas. Em suma, os escoteiros teriam de estar ao “serviço do império”, embora o ideal humano de Prometeu não ser passível de se aplicar à realidade.⁶³⁸ O objetivo de entregar o “fogo do conhecimento” às populações africanas provocava embates com o poder colonial, em tudo semelhante ao que ocorrera com os projetos escotistas vizinhos rodesianos ou quenianos (Parsons 2009, 144). A dúvida pertinente de se saber se este associativismo se dirigia apenas a europeus, ou se servia para integrar a população subordinada numa rede social à escala mundial, sempre suscitava as desconfianças dos governos. E mais precisamente quando as potências europeias procuravam que os nativos desses territórios integrassem escolas agrícolas tendo em vista o futuro ingresso nas fazendas e machambas como operários.⁶³⁹

É neste contexto que se poderá observar o escotismo como uma ferramenta civilizacional⁶⁴⁰. A inclusão de técnicas agrícolas e fabris nos programas pedagógicos dos escoteiros (em paralelo ao ensino e prática do português enquanto língua corrente), acabava por facilitar a disciplina e a ortopraxia física e mental.⁶⁴¹ O melhor exemplo desta conexão entre o movimento escotista e a missão civilizadora talvez resida no CNS Gr. 50, estabelecido na

⁶³⁸ Os artigos de opinião do jornalista e professor Agostinho de Campos são bastante elucidativos quanto à finalidade do escotismo: «Não é fácil crer que em qualquer país do mundo a genial invenção de Baden-Powell tenha tido menos êxito a menos irradiação que em Portugal. Criada por um colonial, com intuito colonial, a benefício do maior império colonial do nosso tempo, a instituição dos boy-scouts conquistou a terra toda, como era de esperar do certíssimo tino pedagógico revelado na sua criação.» [«Uma carta mensal de Portugal para as Colónias», *Novos de Portugal: boletim do "Núcleo de Propaganda Educativa"* (Dir. M. Gomes dos Santos), nº 1, 1932, pp. 41-42].

⁶³⁹ Se tivermos em conta o caso inglês, ainda em 1912 o governo britânico decidiu implementar uma escola agrícola no Canadá, ao estilo de Escola de Aplicação, com o ensino telúrico aos nativos: «Educar para a vida futura», *O Século*, Ano 32, nº 11:082, 1912-Out-17, p. 3

⁶⁴⁰ Aproveitando a reformulação do *Regulamento do Ensino Primário Elementar* de 1934 o Superior da Missão Franciscana da Munhuana organizou uma patrulha de escoteiros com alunos da escola da Missão (Cf. «As Escolas e o Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, 04 outubro 1934, p. 1; *Boletim Oficial da Colónia* de 03 de outubro de 1934; 2ª série (*Direcção dos Serviços de Instrução*), art.º 93 *Ensino Primário Elementar*, p. 27, que promove a introdução do escotismo em contexto escolar pela *Organização Escotista de Portugal*). A experiência desencadeou o interesse do Bispo de Lourenço Marques (hoje Maputo) que se deslocou à missão para solenizar a promessa dos jovens africanos, incumbidos com a tarefa da guarda de honra na festa de Cristo-Rei. Cf. «Patrulha Escotista», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXX, 1934-Out-27, p. 2. A implementação do escotismo em contexto escolar no Império Português é bastante díspar em relação à metrópole, e comparando as colónias, teve um impacto superior em Angola [total: sete. AEP: cinco unidades (Liceu Central Salvador Correia – Luanda; Liceu Nacional Diogo Cão – Huíla; Escola Primária nº 50 – Chinguar; Escola Primária nº 30 – Benguela; Escola Primária nº 32 – Nova Lisboa); CNS: uma (Escola Missionária de Nª Sª do Carmo – Luanda); AGP: uma (Liceu Salvador Correia, Luanda)] relativamente a Moçambique (total: quatro. AEP: duas unidades (Escola Eduardo Vilaça, Beira e Colégio Luso-Africano, Inhambane); CNS: duas (Escola de Artes e Ofícios e Instituto Pio XI, Beira); AGP: zero]. Contudo, a oficialidade da portaria foi evidenciada pela imprensa de Lourenço Marques, em que o escotismo servia «[...] como complemento da educação da escola e da família, destinando-se a dar uma boa formação moral aos adolescentes e torná-los pessoas práticas, capazes de prover por si às suas necessidades. Criando nos estabelecimentos de ensino grupos de escoteiros, facilmente se pode prever o rápido desenvolvimento que este movimento virá a ter» («O Escotismo nas Escolas», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXX, 1934-Out-13, p. 2).

⁶⁴¹ «Missões religiosas», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IV, 1929-Ago-07, p. 1

Escola de Artes e Ofícios da cidade da Beira. Unidade composta «*unicamente por mulatos e pretos [tinha] também uma alcateia formada unicamente por brancos à excepção de dois índios, estando em organização um novo grupo formado por europeus*». As atividades aos sábados realizavam-se sempre em regime de acampamento, e, em tudo, eram semelhantes aos grupos congéneres da Europa (Comas Rubí, March Manresa, e Sureda García 2010, 211). O contacto com a natureza permitia que cada indivíduo aplicasse *in situ* a teoria aprendida na sede, e cada escoteiro assumia a função respetiva na vivência do sistema de patrulhas (guia, sub-guia, cozinheiro, socorrista, guarda-material, cozinheiro, tesoureiro). Uma pequena exceção à banda de música, que era a «única existente em todo o território da Companhia de Moçambique e que toca nos jardins públicos da cidade da Beira». Do outro lado da cidade existia um grupo da AEP [maioritariamente brancos] «sendo boas as relações existentes entre os dois agrupamentos».⁶⁴²

Qualquer atividade escotista que integrasse não-europeus acabava por ultrapassar os objetivos da agenda civilizadora.⁶⁴³ A celebração de efemérides ou festividades contava quase sempre com a presença dos escoteiros e, dependendo dos eventos - se sagrados ou profanos-, havia sempre uma exibição de exercícios físicos, tanto nas cidades como nas missões, e regularmente anunciados na imprensa local.⁶⁴⁴ As demonstrações públicas dos escoteiros reforçavam os rituais simbólicos deste associativismo transnacional e do Portugal Imperial de forma recíproca⁶⁴⁵. Neste teatro jornalístico, em que o aparelho estatal ocupava um lugar central nos rituais públicos bifaciados entre Estado e associativismo, os escoteiros beneficiavam da oferta de publicidade e mediatismo. No caso dos escoteiros católicos, a generalidade das atividades de campo do CNS em África implica ainda a regulação sacerdotal dos preceitos religiosos. Um exemplo desse enquadramento poder-se-á observar a partir dos escoteiros angolanos de Nova Lisboa (hoje Huambo). Acampados a oitenta quilómetros a norte, na Missão da Vila de Teixeira da Silva (hoje Bailundo), o dia abriu com a missa matutina do sacerdote-escoteiro e presença de alguma população local. Pela tarde, o Comandante da 10ª Companhia

⁶⁴² «Escutismo. Do meu Covil», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*, Ano IX, nº 649, 1930-Jan-14, p. 13

⁶⁴³ As “agendas civilizadoras” deverão ser observadas de forma transnacional e para além dos contextos coloniais. Um recente artigo de Susan A. Miller sobre as estratégias de “americanização” empreendidas na década de 1930 aos filhos dos emigrantes europeus recém-chegados aos Estados Unidos, nomeadamente com a criação de organizações protoescotistas como a *American Legion*, poderá reabrir o debate sobre esta temática (Miller 2015).

⁶⁴⁴ Exemplo do 400º aniversário da Diocese de Goa. «Convite», *A Voz de São Francisco Xavier*, Ano III, Nº 11, 1933-Nov-22, p. 106; «Acampamento de Escutas», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano I, nº 1, 1935-Out-26, p. 5

⁶⁴⁵ Kathleen Vongsathorn defende que as coreografias e a prática de exercício físico conjunto nas colónias africanas reforçavam a disciplinar os corpos, assim como ajudavam os jovens a mostrar a sua devoção ao império britânico (Vongsathorn 2015, 69). Apesar de não ser o tema principal desta tese, o tópico é suficientemente pertinente para ser analisado de forma comparativa com a realidade portuguesa.

Indígena visitou o acampamento e revistou a uniformidade, seguindo-se o discurso do Administrador Provincial, e um desafio de futebol entre o grupo de Nova Lisboa e os candidatos a escoteiros de Vila Teixeira da Silva. E para êxtase terminal do evento, os alunos da Missão foram presenteados com a imposição do uniforme e lenço ao pescoço, símbolo da fraternidade mundial.⁶⁴⁶

O interesse metropolitano no associativismo escotista como instrumento civilizacional no império português foi sobejamente manifestado após dois momentos-chave em 1934. Recordemos a segunda visita de Baden-Powell a Lisboa em abril, com a presença de mais de setecentos escoteiros oriundos de várias partes dos territórios britânicos a desfilar entre o Cais da Rocha de Conde de Óbidos e a Praça do Município (talvez o número seja exagerado). Tanto a Sociedade de Geografia de Lisboa, como a Escola Superior Colonial (através do presidente Conde de Penha Garcia) e a Agência Geral das Colónias (pela voz do tenente-coronel Garcez de Lencastre) procuraram que as várias associações portuguesas congêneres se juntassem ao préstito. O momento era único e a presença do general Baden-Powell em Lisboa nesse *annus horribilis* do escotismo português serviria de travão às políticas de enquadramento juvenil já postas à prova pelo Estado Novo (ver capítulo 9). Esta pequena ação na capital teve impacto no Império Português, e a notícia da amálgama juvenil pluricontinental chegou à generalidade das urbes ultramarinas⁶⁴⁷. Por outro, corriam os rumores de um alegado interesse do *Bureau* Mundial em querer assegurar uma representação portuguesa na primeira Conferência Colonial Internacional de Escotismo, a realizar em maio de 1934, na cidade de Paris. Um evento que não escapou aos jornais *O Século*, *Os Sports* e *O Comércio do Porto*, e, se assim fosse, Portugal teria de estar preparado para enviar uma delegação.⁶⁴⁸ Algo que nunca chegou a acontecer.

⁶⁴⁶ «Do Bailundo. Escotismo», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano II, nº 72, 1937-Mar-06, p. 2

⁶⁴⁷ «Baden-Powell», *A Voz de São Francisco Xavier*, Ano III, Nº 35, 1934-Mai-16, p. 416

⁶⁴⁸ «Conferência Colonial Internacional de Escotismo», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 88, 1934-Abr-14, p. 7; «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18:721, 1934-Abr-27, p. 7. O jornal *Os Sports* destaca o valor da Conferência e reproduz a interesse oficial da AEP a enviar uma delegação. A quantidade e qualidade de informação relativa à mesma induz-nos a reproduzir aqui o texto original: «Conforme há tempos anunciámos, deve realizar-se em Maio próximo, em Paris, uma Conferência Internacional para estudo de todos os problemas inerentes à aplicação do Escotismo aos indígenas das colónias. A Associação dos Escoteiros de Portugal acaba de receber o programa dessa Conferência, cujos problemas serão tratados sob o duplo ponto de vista das diferentes raças e religiões dos indígenas e dos diferentes ramos do Escotismo (masculino, feminino, cadetes, juniores e seniores) e que é do seguinte teor: A- Situação actual do Escotismo nas Colónias. Relações com as Administrações. Dificuldades e obstáculos encontrados. Como se tem triunfado? ; B- Vantagens e inconvenientes da introdução do Escotismo entre os indígenas. Consequências sociais e políticas ; C- Recrutamento dos Escoteiros indígenas. Como atraí-los? ; D- Pode o Escotismo ser útil ao desenvolvimento da juventude indígena? ; E- A lei do Escoteiro pode ser aplicável tanto no texto como no espírito? ; F- O Escotismo colonial pode ser neutro sob o ponto de vista religioso? ; G- Que programa se deve conceber para o Escotismo colonial? ; H- Vida dos grupos coloniais ; I- Uniforme escotista dos indígenas ; J- Podem reunir-se no mesmo grupo escoteiros indígenas e escoteiros brancos? ; K- A direcção deve ser confiada a escoteiros brancos, dizemos, escoteiros-chefes brancos? ; L- Recrutamento

As suspeitas sobre uma possível absorção e unificação numa única entidade estatal pareciam ser bastante consistentes, e o associativismo escotista procurou adaptar-se ao novo quadro ditatorial. Já o tinham feito em 1931, com a aprovação dos novos estatutos da AEP, discutidos previamente na 1ª Conferência Nacional de Dirigentes em dezembro, o que lhes valeu serem aprovados com o decreto nº 21.397 do Ministério de Instrução Pública no ano seguinte.⁶⁴⁹ Depois, com a aceitação da nova entidade supra-associativa, a Organização Escotista de Portugal, nitidamente um filtro estatal e institucionalizada a partir do decreto nº 21.434 (que instava as associações «*a promover a educação da mocidade portuguesa segundo o método de Baden Powell e de harmonia com as condições nacionais*»). Ambos os diplomas foram replicados em África através dos respectivos boletins das Colónias, e se havia receio na metrópole, também o havia no Império⁶⁵⁰. Com esta nova legislação, os rumores de aniquilação do movimento escotista em Portugal e no Império Português pareciam bastante óbvios, e qualquer participação portuguesa em encontros mundiais em desarmonia «com as condições nacionais», como a primeira Conferência Colonial Internacional de Escotismo em Paris, seria algo bastante improvável.

6.3. A projeção do Escotismo Colonial na Metrópole

Os limites impostos ao *scouting* pelo recém-nascido Estado Novo não ficaram sem resposta. Os Serviços Centrais da AEP apresentaram uma série de resistências com a inversão do ónus. A partir da mediatização da sua importância no quotidiano colonial deram a conhecer ao público metropolitano o que se fazia em África e Ásia, quando, e com quem. Tanto a imprensa associativa como os periódicos *Os Sports* ou *O Século*, bastante lidos em Lisboa,

dos chefes indígenas. Foram convidadas a tomar parte nos trabalhos todas as potências coloniais, que enviarão à Conferência não só delegações de técnicos escotistas, mas também alguns dos seus colonialistas mais célebres, que poderão intervir, auxiliando e facilitando o estudo dos vários assuntos. A AEP já enviou cópias do programa aos srs. Presidente do Conselho, ministros da Instrução e das Colónias, agente geral das colónias e Sociedade de Geografia de Lisboa, solicitando a sua atenção para o assunto, de forma que Portugal não deixe de ir tomar nessa Conferência o lugar a que tem incontestável jus como grande potência colonial, como nação colonialista, por excelência entre todas as outras. E nós, como a AEP, esperamos que todas essas entidades assim o façam, neste momento em que o prestígio de Portugal se afirma e aplica lá fora, para glória da nossa querida Pátria. Portugal grande potência colonial e país dos fundadores do grande movimento escotista, não pode de forma alguma faltar à Conferência de Paris.» («Escotismo. Conferência do Escotismo Colonial», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.593, 1934-Mar-26, p. 2).

⁶⁴⁹ A 1ª Conferência Nacional de Dirigentes da AEP decorreu durante a Colónia de Férias Escotista de Carcavelos, e foi dividida em oito secções: “Características ideológicas da AEP”, “Organização geral e características externas da AEP”, “Os vários ramos do Escotismo e a sua organização na AEP”, “Escotismo colonial, sua orientação e organização”, “Os meios pedagógicos do Escotismo e a sua aplicação na AEP”, “As grandes atividades colectivas, sua orientação e organização”, “Recrutamento e preparação dos dirigentes”, “Propaganda geral, sua orientação e organização” («Escotismo. Conferência de Dirigentes», *Os Sports*, Ano XVI, nº 1.669, 1934-Dez-17, p. 4).

⁶⁵⁰ «Escotismo», *Comércio da Beira*, Ano III, Nº 54, 1933-Mar-03, p. 6

camuflaram estas limitações em acontecimentos de júbilo.⁶⁵¹ Dois exemplos práticos da sua funcionalidade: a estrutura internacional do movimento escotista, demonstrada através das atividades conjuntas com os congéneres sul-africanos (pelo menos até 1939) e o alcance na atribuição de funções civilizacionais às populações africanas⁶⁵². Mais nenhuma associação tinha absorvido a cultura africana, reutilizando-a na construção de jovens modernos.

A promoção do escotismo colonial na metrópole era variada e não seguiu um modelo estandardizado. Por vezes em trâmites informais, com a venda de fotografias dos grupos ultramarinos no comércio local, e muito ao gosto da época.⁶⁵³ A divulgação fotográfica implicava a padronização dos comportamentos e oferecia uma imagem apelativa a um público desconhecedor. Embora não se conheçam estas fotografias transacionadas, certamente

⁶⁵¹ Vários exemplos poderão ser aqui aportados. A cerimónia de juramento de cento e cinquenta escoteiros chineses na Escola Ut-Wa, em Macau: «Os “Escoteiros de Portugal” no Extremo Oriente», *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação dos Escoteiros de Portugal*, nº 8-9, 1933-Ago/Set, p. 1. E a notificação jornalística de ofícios associativos entre os Serviços Centrais da AEP e a Região de Moçambique que servia para reforçar esse posicionamento. A felicitação pública ao escoteiro-chefe Ismael Mário Jorge, pelo êxito do contingente moçambicano no Acampamento Internacional de Springs (África do Sul) em janeiro de 1934 fora ressalvada com a afirmação de «[...] aquela carta que a Comissão Executiva da AEP havia resolvido comunicar a Sua Exa. O Ministro das Colónias e Secretariado da Propaganda Nacional, o êxito obtido pelos escoteiros de Moçambique naquela excursão, a fim de enaltecer que o escotismo, além de ser uma excelente escola para formação do carácter da mocidade, é também um esplendido meio de propaganda do País.» («Escotismo – O Acampamento de Springs», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXX, 1934-Ago-11, p. 2). A condecoração de escoteiros, normalmente com a medalha de Abnegação também servia este propósito. Nalguns casos eram escoteiros incógnitos onde é apenas mencionada a proveniência (Pangim, Goa: «Escotismo-Várias Notícias», *Sports*. Ano XVI, nº 1.672, 1934-Dez-28, p. 3); noutros, evidenciava-se a mobilidade de cargos, como por exemplo a demissão do Coronel Júlio Garcez de Lencastre, delegado dos Serviços Centrais da AEP em Luanda (1936/Abr-Set), que, chamado à metrópole, fora substituído no cargo pelo tenente E. Dore. Outros casos apenas a atribuição de méritos como a Cruz Suástica de Dedicção e Bons Serviços de 1ª Classe ao tenente Aníbal Moreira, do AEP Gr. 108-Pangim, Goa («Escotismo», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.859, 1936-Out-12, p. 6).

⁶⁵² A frequência de apologias ao império e à natureza “africana” do *scouting* nas colunas de opinião e divulgação da AEP é bastante visível. A título de exemplo, apresentamos aqui um excerto da opinião de Antero Nobre: «[...] Depois dos escoteiros dos exércitos, diz ele [Baden-Powell], existem os escoteiros dos tempos de paz, isto é, aqueles que durante a paz trabalham em obras que exigem o mesmo género de faculdades e capacidades. São os fronteiristas de todas as partes do nosso Império. Batedores da América do Norte, caçadores da África Central, pioneiros, exploradores, missionários, domesticadores de cavalos da Austrália, soldados da polícia montada do Canadá e da África do Sul, todos são escoteiros pacíficos, verdadeiros homens na acepção plena da palavra, para que a ciência do Escotismo não tem segredos.” Não há, portanto, Escotismo sem reprodução da vida colonial. O modelo do escoteiro não é, todavia, o homem zulu – como por aí se julga e diz frequentemente ainda, utilizando até essa presunção como cavalo de batalha para combater o Escotismo – e sim, o homem europeu vivendo em país zulu. Prática colonial, eis o que assegurará a vida do Escotismo Português, depurando-o de todos esses erros que o deturpam e impedindo que eles se agravem cada vez mais. [...] Conhecem por ventura os nossos rapazes até, mesmo, em que terras longínquas têm eles irmãos escoteiros portugueses? De que raças são esses componentes dos grupos de Macau, e se haverá comissários regionais escotistas na Índia Portuguesa? Saberão os nossos rapazes responder a estas perguntas, meus bons irmãos escoteiros-chefes? Há, pois, bastante que fazer neste campo. É toda a nossa já magnífica, embora incipiente literatura colonial, narrativas de expedições, biografias de missionários, de mártires da causa da civilização e da Pátria, que é preciso explorar quanto antes, senti-las de todo o coração e fazê-las sentir e admirar pelos nossos escoteiros. Que novas riquezas aí encontraremos para o Escotismo Português! Que bela aplicação aí encontraremos para este princípio que deve ser o de todo o escoteiro português: O Escoteiro é filho de Portugal... de “todo” o Portugal!» («Escotismo e Colonialismo I», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.627, 1934-Jul-23, p. 5).

⁶⁵³ Exemplo da Camisaria Telles, do Porto, que promoveu a venda de fotografias da AEP («Escoteiros de Portugal», *O Comercio do Porto*, Ano LXIII, nº 155, 1916-Jun-30, p. 2).

mostravam jovens uniformizados em poses hirtas, meticulosamente dispostos e retratados por um fotógrafo profissional. Ingredientes indispensáveis a qualquer receita de disciplina e ordem social (Comas Rubí, March Manresa, e Sureda García 2010; Varsafig 2014).

Outro tipo de promoção recorrente ocorria nas mais diversas festividades. De norte a sul do país era vulgar convidarem-se os escoteiros para apresentarem demonstrações de exercícios físicos, e a *intelligentzia* local normalmente culminava estes encontros com conferências de garbo sobre a potencialidade (colonizadora) do escotismo.⁶⁵⁴ E alguém com experiência no terreno era sempre uma mais-valia. A título de exemplo, na sede da Junta Regional de Lisboa, em junho de 1932, o padre missionário António Ribeiro (diretor da missão católica na Beira, Moçambique), promovera uma sessão intitulada “O Escotismo nas missões africanas”, enaltecendo as obras realizadas e o valor da “raça portuguesa”.⁶⁵⁵

As informações sobre a alteridade e quotidiano das unidades ultramarinas eram sempre um tema que suscitavam interesse periodístico, com as fronteiras entre realidade e ficção a pautarem-se pela amovibilidade. No Funchal, o padre José Miguel Vieira, escoteiro e missionário, fora entrevistado pelo *O Jornal. Diário da Manhã*, o que permite traçar alguns circuitos de captação de novos membros. Fundador do CNS Gr. 91 e Alc. 63 em Braga, fora enviado em missão para Moçambique. Uma vez aí, procurou recrutar os primeiros candidatos a escoteiros nas reuniões semanais da Juventude Antoniana da Missão.⁶⁵⁶ Com o apoio logístico de alguns benfeitores locais, dotou os interessados com o fardamento, e aos domingos *todos assistiam à missa*, uniformizados. O remate da entrevista é elaborado com uma frase propagandística e que não escapou ao jornalista. Dizia o sacerdote que «*Entre os meus escoteiros há pretos, mulatos e brancos, mas nenhum se atreve a fazer alusão a cores. A fraternidade é absoluta*». ⁶⁵⁷ Se por um lado, a omissão do impacto da *colour bar* é bastante

⁶⁵⁴ Caso do Centro Comercial do Porto que, em todos os feriados 1 de dezembro, convidava os grupos de escoteiros para assistirem à conferência de notável. No ano 1930 convidou Francisco Pereira, que discursou sobre a “Obra de Colonização e Reconquista no Portugal Restaurado (1640-1668)” («Do Porto», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2640, 1930-Nov-30, p. 3).

⁶⁵⁵ «Conferências», *O Século*, Ano 52, nº 18:064, 1932-Jun-26, p. 4. A temática do racismo dentro do universo escotista português merece um aprofundamento exclusivo. A complexidade analítica em torno das alteridades africanas e asiáticas é suficientemente grande para uma tese de doutoramento. Se as qualidades dos jovens africanos eram menosprezadas, já a dos asiáticos parece ter outros contornos: «[...] *Um destes Grupos chineses, o da Escola «Ut-Vá», dirigido pela Professora Miss Lio Fong-Qui (o nº 28 da AEP) ainda hoje existe e em plena e eficiente atividade. Inaugurado em 10 de Junho de 1933, com uma festa memorável efectuada na Gruta de Camões, tendo um efectivo de algumas centenas de rapazes, constituiu um dos mais fortes baluartes morais do domínio português em Macau*» («Escotismo. Morreu um escoteiro!», *Os Sports*. Ano XIX, nº 1.980, 1937-Dez-10, p. 3).

⁶⁵⁶ As conexões entre o movimento escotista e outras associações eclesiásticas como a Juventude Antoniana estão ainda por explorar. Durante a ditadura franquista nas Baleares (Espanha), os “antoninos” serviram de disfarce para grupos de escoteiros que estavam legalmente interditos de exercerem qualquer atividade (Comas Rubí, March Manresa, e Sureda García 2010, 202).

⁶⁵⁷ «O Escotismo no Ultramar», *Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 936, 1935-Ago-01, pp. 1/3.

perceptível (em que dificilmente os cargos de liderança, como guia e sub-guia de patrulha, estariam disponíveis a integrantes não-europeus), por outro podemos observar que, de facto, a existência de grupos mistos abriu um precedente na realidade escotista moçambicana. Contudo, o extravio da documentação produzida impede um aprofundamento sobre a convivência nesta unidade pluriétnica.

Este periódico madeirense regista também artigos de opinião enviados a partir da cidade de Moçâmedes (hoje Namibe, Angola), onde residia um significativo número de população insular, o que se traduz em informação relevante quanto ao quotidiano dos escoteiros no sul da colónia atlântica. Como o caso do chefe Manuel Joaquim Magalhães, fundador do escotismo católico em várias localidades, que, em 1937, escreveu para o jornal funchalense a agradecer a qualidade profissional do mesmo. A meio do texto surgem as lamentações, muito elucidativas sobre a vivência num

«[...] meio hostil, onde as coisas e a causa de Deus estão colocadas quase de parte, num meio em que ser-se católico é quase um acto escandaloso [e que o] abandono da paróquia durante vinte anos concorreu muito para os males que hoje sofremos. Os professores concorreram também muito para este estado de descrença, e se o governo não saneia isto... nada se faz! Obras católicas, além doutras de fraco desenvolvimento, temos o Escutismo».⁶⁵⁸

O artigo reflete ainda sobre as complexidades de gestão de um grupo de escoteiros, as adversidades da maçonaria local (sem qualquer individualização dos oponentes), ou as resistências de alguns membros da elite europeia, que, ou por razões políticas, ou por questões de género, impediam a participação das esposas em qualquer campanha de divulgação⁶⁵⁹. Curiosamente, o autor encerrou o manifesto com a decisão irrevogável de deixar Moçâmedes e fixar-se na cidade de Sá da Bandeira (hoje Lubango) de modo a desenvolver algumas atividades.⁶⁶⁰ O que durou pouco. A oposição pública do professor Manuel Joaquim Magalhães à implementação da Mocidade Portuguesa nesta cidade valeu-lhe o castigo de ser transferido

⁶⁵⁸ MCNE/CDE, «Dossier Província de Angola», 1934-Jul-25. Moçâmedes (Namibe). *Correspondência de Manuel Joaquim de Magalhães com o Inspector Mor do CNS* (Documentos não-indexados).

⁶⁵⁹ A Maçonaria angolana era conotada em vários documentos associativos como “Kuribeka” [MCNE/CDE, «Dossier Província de Angola», 1933-Mai-30. Luanda. *Ofício nº 2 de Amílcar de Sousa Ferreira, Comissário Regional, ao Inspector-Mor do CNS*;]. As críticas à atuação desta na colónia são frequentemente referidas pelo chefe Magalhães [MCNE/CDE, «Dossier Província de Angola», 1934-Set-18. Mossâmedes (hoje Namibe). *Correspondência de Manuel Joaquim de Magalhães com o Inspector Mor do CNS*. MCNE/CDE, «Dossier Província de Angola», 1934-Dez-12. Mossâmedes (Namibe). *Correspondência de Manuel Joaquim de Magalhães com o Inspector Mor do CNS*. (documentos não indexados)]. Mais informações sobre o papel da Maçonaria em Angola, consulte-se: (Pimenta 2004).

⁶⁶⁰ «Carta de Mossâmedes», *Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1471, 1937-Mai-25, p. 4

para Nova Lisboa (hoje Huambo).⁶⁶¹ Uma vez aqui voltaria a causar incómodos e seria novamente admoestado para parte incerta.⁶⁶² As lamentações de M. J. Magalhães à Junta Central do CNS em Braga tiveram poucos resultados, que se limitou a publicar algumas notícias apologéticas à natureza “civilizadora” do *scouting* português em África, lembrando a todos os escoteiros que «os portugueses não escravizam os povos que lhes estão sujeitos. Fazem-nos assimilar a nossa cultura e costumes: aportuguesam-nos».⁶⁶³ No ano seguinte, o Estado Novo apropriar-se-ia das sedes das associações escotistas e entregá-las-ia à Mocidade Portuguesa em Angola e Moçambique.⁶⁶⁴

A maior promoção do escotismo colonial na metrópole ocorreu entre 1932 e 1934. Primeiro, com a visita do Núcleo de Propaganda Educativa às colónias africanas, e com Marcello Caetano a integrar a equipa. O segundo, com a Exposição Colonial do Porto de 1934, palco simultâneo do Acampamento Nacional da AEP.⁶⁶⁵ Distanciados por apenas dois anos, estes eventos reportam uma diferença substancial dos objetivos associativos, com o último a ser sinónimo de uma batalha pela sobrevivência face às juventudes estatais (abordaremos este assunto na terceira parte). No que respeita ao cruzeiro de férias do Núcleo de Propaganda Educativa a África, a principal meta era reforçar o escotismo português em África, com especial destaque à expansão da AEP em Angola, onde esta entidade já detinha alguma organização, pelo menos em quatro cidades. Num ano politicamente volúvel quanto às relações institucionais entre Governo Central e associações escotistas, o apoio de Lisboa (através de Braga Paixão,

⁶⁶¹ Embora M.J. Magalhães fosse Inspetor de Núcleo (cargo superior de gestão associativa a nível educativo dentro de uma determinada área geográfica), e mesmo rodeado de alguns dirigentes escotistas oriundos dos meios militares, como o tenente Alberto Vieira, ou o padre P.J. Correia, de nada lhe valeu esta rede social («Grupo “Alcaide de Faria”», *Jornal Mossâmedes*, Ano V, 2ª Série – Nº 37, 1936-Mar-05, p. 2).

⁶⁶² MCNE/CDE, «Dossier Província de Angola», 1939-Mai-17. Vila da Ponte (Cubango). *Correspondência de Manuel Joaquim de Magalhães com o P.º Arlindo Ribeiro da Cunha*; MCNE/CDE, «Dossier Província de Angola», 1939-Mai-22. Sá da Bandeira (Lubango). *Correspondência de Francisco P. com Manuel Joaquim de Magalhães* (documentos não-indexados).

⁶⁶³ «Anotando. Escutismo e colonização», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 6, 1939-Mar-16, p. 48.

⁶⁶⁴ MCNE/CDE, «Dossier Província de Angola», 1937-Jul-15. Sá da Bandeira (Lubango). *Correspondência de Manuel Joaquim de Magalhães com P.º Arlindo da Cunha*. MCNE/CDE, «Dossier Província de Angola», 1940-Jan-24. Vila da Ponte (hoje Cubango). *Correspondência de Manuel Joaquim de Magalhães com o P.º Arlindo Ribeiro da Cunha*. (documentos não-indexados).

⁶⁶⁵ “[...] Queridos irmãos chefes-escoteiros: Está neste momento a realizar-se no Porto o maior certame colonial até hoje levado a efeito em terras portuguesas, no qual mesmo, terão lugar algumas manifestações escotistas. Por isso me pareceu não só oportuno, mas útil, iniciar agora estas minhas projectadas e até prometidas mensagens e iniciá-las pelas considerações que aí ficam. Em face da I Exposição Colonial Portuguesa, meditei bem este tema, e que da vossa meditação algo resulte de útil para o Escotismo Português, que o mesmo é dizer para a Mocidade Portuguesa A.N. [Antero Nobre].” («Escotismo e Colonialismo I», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.627, 1934-Jul-23, p. 5).

presidente da OEP) é manifestamente visível. O objetivo consistia em criar vinte grupos novos em toda a colónia.⁶⁶⁶

A mimetização do *modus operandi* do AEP Gr. 36-Luanda para o restante território foi tida em conta, com os jornalistas atentos à presença assídua do Governador-Geral em todas as manifestações públicas dos escoteiros. De resto, a imprensa complementava as descrições da acção dos jovens com alguns episódios, como o socorro a vítimas de um desabamento de um telhado de uma igreja em Luanda e sequente transporte de feridos para o Hospital Central, ou a salvação de indígena em risco de afogamento no Lubango.⁶⁶⁷ Esta categorização e ornamentação qualitativa da funcionalidade escotista pode-se observar nos cinco continentes e foi cognominado pelos geógrafos Sarah Mills e James Robinson como a construção dos “super-cidadãos” (Adey 2010, 41–45; Mills e Robinson 2012, 414).

Estas conexões umbilicais intra-associativas e a projeção do escotismo colonial também possibilitou uma variedade de estruturas de apoio aos escoteiros ultramarinos que se fixavam na metrópole para completar os ciclos escolares. Por exemplo, o AEP Gr. 19-Sport Algés e Dafundo, que procurou receber alguns desses deslocados e integrá-los numa unidade anexa, exclusiva a indivíduos de Angola ou que tivessem integrado o AEP Gr. 36-Luanda.⁶⁶⁸ Noutros casos limitavam-se a ofertar estadias de curta duração, como aconteceu com a manobra de resistência às políticas estatais disfarçada de viagem de propaganda em bicicleta entre Lourenço Marques e Lisboa em 1934.⁶⁶⁹ Um ano depois seria a vez dos angolanos. De Moçâmedes à capital do Império em duas rodas e com a expectativa de internacionalizar a problemática proposta do Estado Novo. Pelo menos três elementos do CNE Gr. 11-Moçâmedes deslocaram-se até ao Bulawayo (Zimbabwe), com destino a Joanesburgo (África do Sul) e depois ir de navio até ao Canal do Suez, Itália, França e por fim Portugal.⁶⁷⁰ Em ambos casos, os escoteiros coloniais foram apoiados logisticamente pelas congéneres das localidades onde pernoitavam.⁶⁷¹

⁶⁶⁶ A AEP em Angola, em 1932, dispunha de cinco grupos em Luanda (Liceu Central de Salvador Correia), Sá da Bandeira (Liceu Nacional da Huíla; hoje Lubango), Nova Lisboa (hoje Huambo), Chingar e Benguela. Houve ainda algumas tentativas de organização em N’Dalatando, Malange, Novo Redondo (hoje Sumbe), e Moçâmedes (hoje Namibe).

⁶⁶⁷ «O Escotismo em Angola», *Novos de Portugal: boletim do "Núcleo de Propaganda Educativa"* (director, proprietário e editor M. Gomes dos Santos), 1932, nº 1, p. 38; «Escotismo. Várias notícias», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.681, 1935-Jan-28, p. 3.

⁶⁶⁸ «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18.898, 1934-Out-23, p. 6. Este apadrinhamento metropolitano do Sport Algés e Dafundo a escoteiros angolanos durou menos de um mês: «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18.927, 1934-Nov-21, p. 4.

⁶⁶⁹ «Um raid ciclista-escotista. Uma aventura desportiva através de África», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.669, 1934-Dez-17, p. 3.

⁶⁷⁰ «Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 18.991, 1935-Jan-27, p. 14.

⁶⁷¹ A mesma estratégia será utilizada em 1954, aquando da invasão de Dadrá e Nagar-Aveli pela Índia, e já adaptados à inovação tecnológica do automóvel. (Ribeiro, Eduardo, «Uma arrojada viagem de três escoteiros de

6.4. Contactos intercoloniais e interimperiais. A Região Escotista de Moçambique e as suas conexões com a União Sul-Africana

A imagem que os metropolitanos portugueses tinham dos escoteiros brancos em África provinham por duas vias: uma, oferecida pelo General Baden-Powell no livro *Scouting for Boys* em 1908, como o escoteiro protótipo, o *frontierman*, o cidadão exemplar ao “serviço do Império”. Outra, menos efabulada e real, baseada no papel de Frank Giles, um dos primeiros escoteiros do AEP Gr. 1-Lisboa, e que já antes o tinha sido na Cidade do Cabo. Após se fixar em Lisboa com o tio Alfred Giles, fundara o primeiro grupo de scouts na cidade com Robert Moreton e Rodolfo Horner, em abril de 1912. A posterioridade atribuiu-lhe a qualidade de ser um dos introdutores do escotismo em Portugal.⁶⁷² Contudo, as dinâmicas associativas em África dissociavam-se da realidade europeia. Desde uma perspectiva continental, Moçambique era como um enclave num território onde o movimento escotista estava bem implementado (Proctor 2002; Parsons 2004), e do lado atlântico, a geografia angolana não permitia um grau de proximidade com as capitais das colónias vizinhas como Lourenço Marques tinha com cidades como Durban ou Joanesburgo (Tilman 1998). Vejamos como.

O movimento escotista em Moçambique conheceu um processo complexo de crescimento, e dentro do qual poder-se-ão destacar várias etapas. Numa primeira fase, praticamente desde a primeira unidade escotista fundada em Lourenço Marques em 1914 e extensível até 1936, a aproximação aos territórios vizinhos servia o propósito de aumentar o efetivo humano dentro da elite colonial. Já numa segunda fase, entre 1936 e 1939, o objetivo residia na resistência à metrópole quando se projetava a absorção do associativismo escotista em prol do projeto estatal Organização Nacional da Mocidade Portuguesa. Em ambos os casos os contactos intercoloniais e interimperiais tornaram-se indispensáveis à manutenção dos grupos. O escoteiro-chefe Eduardo Maia do grupo da AEP anexo ao Sporting Clube da Beira entendeu isso ao convidar um contingente de cem escoteiros rodesianos a visitarem as praias da cidade em 1933.⁶⁷³ E ao perceber a importância de internacionalizar o grupo, conseguiu que

Luanda à Metrópole para entregar ao Presidente do Conselho uma mensagem de protesto contra o atentado da União Indiana ao território da Índia Portuguesa», *Sempre Pronto. Mensário Escotista*, Ano X, nº 116, 1954-Dez, p. 4). Para mais informações sobre a ocupação dos enclaves de Nagar-Aveli e Dadrá consulte-se (P. A. Oliveira 2007, 79–102).

⁶⁷² «Sempre Pronto. Secção de Escotismo», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade* (Dir. Eduardo Moreira). Ano I, Nº 1, Lisboa: 1917-Jan; p. 3

⁶⁷³ Os escoteiros da cidade da Beira tinham um pavilhão na praia («Visita dos escoteiros da Rodésia», *Comércio da Beira*, Ano IV, Nº 59, 1933-Mai-18, P. 3; Comissão de Administração Urbana, *A cidade da Beira na 1ª Exposição Colonial do Porto*, [S.l. : s.n.], 1934, p. 66).

o Governo-Geral da colónia subsidiasse uma nova visita no ano seguinte.⁶⁷⁴ Algo semelhante mais a sul, em Lourenço Marques, com um contingente de escoteiros africânderes a cumprir o mesmo propósito. Recebidos por Silva Pereira, Presidente da Câmara Municipal, e com a benesse dos cumprimentos e agradecimentos públicos, ficar-lhes-ia garantida a delimitação de um espaço na praia da Polana para instalação do acampamento, e o transporte em elétricos com a garantia de ausência de inspeção às bagagens por parte das autoridades aduaneiras.⁶⁷⁵

Os contactos intercoloniais e interimperiais com a África Oriental Portuguesa ocorreram de forma física e repetida. A proximidade com a União Sul-Africana facilitou uma presença constante de escoteiros sul-africanos na cidade de Lourenço Marques, logo após o término da Grande Guerra, e essas idas e vindas ultrapassaram as barreiras das atividades lúdico-educativas. Aproveitando a aliança entre Portugal e a União Sul-Africana, estes contatos eram fomentados (na maioria dos casos) por oficiais militares, simultaneamente nomeados como dirigentes máximos nas respetivas associações escotistas nacionais. Em novembro de 1926 o capitão Ismael Jorge, escoteiro-chefe da AEP em Lourenço Marques, reuniu-se com o tenente-coronel José Cabral, governador-geral de Moçambique para solicitar um pequeno desconto no transporte de *scouts* sul-africanos em todos os comboios provinciais em itinerários superiores a cem quilómetros, desde a fronteira de Ressano Garcia até à capital. Um episódio banal e regular entre dois militares num caso de tráfico de favores.⁶⁷⁶

O dinamismo oficioso destas parcerias escotistas internacionais no âmbito de manobras políticas e diplomáticas condicionou a política da AEP em Lisboa ao criar a região moçambicana em 1927, em que lhe atribuiu a autonomia na eleição dos dirigentes e liberdade nas atividades internacionais sem qualquer solicitação prévia.⁶⁷⁷ A descentralização de poderes significava grandes vantagens para os grupos locais, que poderiam mimetizar os mesmos projetos já desenvolvidos nas cidades metropolitanas como Lisboa ou Porto. Precisamente na cidade da Beira, a 1.200 km ao norte de Lourenço Marques, o clube desportivo Sport Lisboa e Beira, uma filial do Sport Lisboa e Benfica (Domingos 2012, 73) decidiu criar o seu próprio

⁶⁷⁴ «Escotismo. Várias Notícias», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.622, 1934-Jul-06, p. 4

⁶⁷⁵ «Reparos Escoteiros Afrikanders», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:492, 1934-Jul-06, P. 1

⁶⁷⁶ «Educação Física. Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano I, nº 187, 1926-Nov-20, p. 2

⁶⁷⁷ «Vida Desportiva. Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano II, nº 544, 1928-Jan-19, p. 2

grupo de escoteiros.⁶⁷⁸ Em moldes idênticos ao apadrinhamento do clube homónimo na capital ao AEP Gr. 29-Sport Lisboa e Benfica entre 1914 e 1916.⁶⁷⁹

A criação da autónoma Região de Moçambique acabou por ostentar-lhe poder simbólico. A particularidade de cidades como Lourenço Marques e Beira serem portos de escala obrigatórios nas rotas intercontinentais, serviu de justificação para receber Arthur Gaddun com pompa e circunstância. O Comissário Mundial foi a primeira individualidade a pisar solo de ambas cidades em janeiro de 1929 e essa pequena visita colocou Moçambique no mapa mundial do escotismo.⁶⁸⁰ As notícias sobre a sua presença e contato com os escoteiros locais cruzaram fronteiras e abriram novas perspetivas aos *scouts* do Transval, que logo programaram algumas atividades veraneias nas praias moçambicanas. Aproveitando o desconto nos ferro-carris desde a fronteira até à capital, foi uma oportunidade para muitos jovens verem o oceano pela primeira vez.

A reciprocidade e troca de convites veio depois. Em 1930, o reverendo W. H. Kinsey, Comissário *Scout* em Kimberley visitou Lourenço Marques e convidou os escoteiros moçambicanos a participar em 1932 no acampamento internacional em East London⁶⁸¹, e, em 1931, E.H. Scheenan, Secretário *Scout* de Far East Rand, visitou a cidade pelo menos duas vezes, convidando-os também a integrar o acampamento de Brakpan.⁶⁸² Este jogo de contactos entre escoteiros de dois países permitiu a que diplomatas como o Cônsul-Geral de Portugal em Joanesburgo aproveitassem a circunstância para desenvolver um papel de aproveitamento político, dando espaço à diplomacia paralela. Os telegramas enviados para Lourenço Marques são bastante elucidativos quanto à presença constante de figuras políticas nestes encontros, como o mayor de Brakpan, ou até Reginald Blankenberg, deputado nacional e ex-Comissário Nacional *Scout* da União Sul-Africana. E quase para sacralizar estes encontros oficiais com altos cargos do Estado Sul-Africano, os jovens escoteiros encerravam os acampamentos com os hinos oficiais de *A Portuguesa* e o *God save the King*.

⁶⁷⁸ «Os Escoteiros e os Aviadores», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano III, nº 798, 1928-Nov-14, p. 3; O AEP Gr.82-Sport Lisboa e Beira integraria a itinerário de visitas institucionais de Arthur Gaddun, Comissário Internacional de Escotismo, em 1929 que, no regresso da África do Sul e Lourenço Marques, se deslocou à cidade da Beira com o propósito de observar o desenvolvimento do movimento na localidade: «De passagem por esta cidade», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano III, 1929-Jan-08, p. 3

⁶⁷⁹ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 36, nº 12:430, 1916-Jul-15, p. 3; Acervo histórico do AEP Gr. 9-Olival Basto, recibo de quota “Escoteiros de Portugal. Grupo 29 – Sport Lisboa e Benfica” (1918-Fev) (documento não-indexado).

⁶⁸⁰ «De passagem por esta cidade», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano III, 1929-Jan-08, p. 3

⁶⁸¹ «Um “Jamboree” Africano», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano V, 1930-Abr-12, p. 3

⁶⁸² Os convites para atividades na União Sul-Africana contabilizam-se a partir da década de 1920, justificados pela presença do General Baden-Powell e/ou outros altos dirigentes do Bureau Central em Londres («Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano I, 1926-Jul-24, p. 2; «Escoteiros de Moçambique», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1709, 1931-Dez-03, p. 5).

As visitas destes altos dirigentes mantiveram a sinergia entre escoteiros portugueses e transvalianos, com atribuição de méritos e distinções de uma parte a outra, e publicamente outorgados nos acampamentos duais em ambos os territórios, pelo menos até 1938.⁶⁸³ Estas atividades internacionais ocorriam em janeiro, junho ou julho, e mostram como funcionava o elevador político juvenil neste universo. Por exemplo, em julho de 1931, a área de Witbank-Coalfields da associação sul-africana atribuiu a Cruz Suástica de Ouro, a distinção escotista mais elevada na época, aos líderes Ismael Mário Jorge e Álvaro Camacho da Cruz durante o “*First African Jamboree*” em Brakpan, e validado pela presença de Reginald Blankenberg e do Cônsul Geral de Portugal em Joanesburgo.⁶⁸⁴ Em troca, a AEP premiou W.E. Barber e C.E. Shennan, respetivamente comissários *scouts* em Benoni e East Rand, com a Cruz Suástica de Ouro.⁶⁸⁵ Uma espécie de carimbo simbólico que os *scouts* sul-africanos necessitavam para acreditar as facilidades acedidas em Lourenço Marques.⁶⁸⁶

Reginald Blankenberg assumiu um papel importante nas relações entre Moçambique e a União, e mostra como a influência política se podia exercer a partir das organizações juvenis. No contexto das oscilações políticas metropolitanas de 1933, o diplomata aproveitou a ida do capitão Ismael Jorge às sedes escotistas do Transval para o receber de forma oficial e nada foi ao acaso. Blankenberg conhecia as capacidades influenciáveis de Ismael Jorge nas políticas coloniais. Numa lógica de *quid pro quo*, se o governo de Moçambique conseguisse respaldar um acampamento de mais de cem *scouts* sul-africanos em Moçambique, em troca os portugueses poderiam ir a Springs em moldes idênticos.⁶⁸⁷ Essa era a garantia.

A manutenção destas informalidades ocupou um bom tempo na sede provincial de Lourenço Marques porque o governo colonial não cobria todos os gastos. Preparar um acampamento em Springs obrigava a uma panóplia de acções constantes de recolha de fundos

⁶⁸³ «Confraternização de Escoteiros Portugueses e Transvaalianos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, 1931-Jul-13, p. 2: «[...] Os escoteiros portugueses e os que do Transvaal estão de visita nesta cidade, realizaram ontem de manhã uma parada na Praça 7 de Março, afim de serem condecorados com a medalha de agradecimento pelas atenções dispensadas aos escoteiros visitantes, o comissário regional, capitão Ismael Jorge, e o chefe de grupo, sr. Mário Cruz. Foi uma cerimónia muito interessante e tocante pela amizade demonstrada entre os dois grupos, sendo, a fechar, cantada pelos portugueses a Portuguesa e pelos transvaalianos o *God save the King*.» Algo que se repetiria no ano seguinte («Os nossos escoteiros em Brakpan», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1741, 1932-Jan-12, p. 1).

⁶⁸⁴ Confraternização de Escoteiros Portugueses e Transvalianos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, 1931-Jul-13, p. 2.

⁶⁸⁵ «Os nossos escoteiros em Brakpan», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1741, 1932-Jan-12, p. 1.

⁶⁸⁶ A atribuição de louvores a personalidades não-escotistas tivera repercussão noutras partes do Império Português. Em 1935 a Comissão Executiva da AEP em Lisboa decidiu conceder a Cruz Suástica de Ouro e o diploma de sócio honorário ao general Craveiro Lopes, governador-geral do Estado da Índia, como agradecimento pelo apoio institucional aos grupos locais («Escotismo. Várias Notícias», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.687, 1935-Fev-18, p. 3).

⁶⁸⁷ «Escotismo. Visita de um grupo sul africano», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXIX, 1933-Mar-09, p. 2.

durante meses, desde vender entradas em praças de touros, cinemas, teatros, campos de futebol, etc. Do outro lado da fronteira, o município de Springs subsidiou a viagem com cinquenta libras para mobilidades dentro da União.⁶⁸⁸ Este acampamento de 1934 acabou por ser a primeira atividade internacional do Gr. 10, e contou com a visita do Cônsul de Portugal no Transval, Rosa de Oliveira. As típicas atividades escotistas foram complementadas com visitas às minas de New Modder, ao lago de Boksburg e a Joanesburgo.⁶⁸⁹ O objetivo resumia-se a que os escoteiros portugueses regressassem a Moçambique com uma imagem moderna da União Sul-Africana.

Do lado português, na capital do Império, a AEP aproveitou este dinamismo colonial para promover o capitão Ismael Mário Jorge a delegado colonial de Moçambique, com poderes plenos, o que outorgaria ainda mais liberdade autonómica à região, e poderá explicar a selecção de informação publicável sobre a vida escotista na colónia.⁶⁹⁰ A presença dos *scouts* sul-roposianos de Umtali (hoje Mutate, Zimbábue) que anualmente se dirigiam à cidade da Beira, foi constantemente secundarizada, sem qualquer referência ao número de participantes ou quanto ao programa de atividades.⁶⁹¹ Pelo contrário, na generalidade dos casos, as receções aos contingentes sul-africanos na capital são anunciadas na primeira página, incluindo os horários das mesmas.⁶⁹² Assim é possível extrair que os discursos do capitão W.E. Barber suscitavam interesse público, sendo frequentemente traduzidos e publicados na imprensa laurentina. Se se excluir as laudatórias e cumprimentos às hierarquias escotistas portuguesas, é interessante observar como a diplomacia paralela funcionava nestes eventos, às boas relações de amizade entre os dois países, nomeadamente com recurso à história de Portugal e Inglaterra.⁶⁹³

Estes encontros e rituais públicos em Lourenço Marques eram também uma oportunidade para os agentes económicos locais, tendo em conta a subida espontânea do consumo cultural (sessões cinematográficas, museus ou viagens de barco na baía, eram muitas vezes financiados pela municipalidade) ou do turismo de sol e mar. A maioria destes jovens nunca tinha visto o oceano e passear na baía ou nadar em água salgada era uma oportunidade imperdível, ao qual os clubes desportivos locais ofereciam viagens de barco e matinés

⁶⁸⁸ «Escotismo. Notícias Diversas», *Lourenço Marques Guardian*, Ano VIII, nº 2137, Vol. XXIX, 1933-Abr-22, p. 2.

⁶⁸⁹ «A partida dos escoteiros para Springs», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VIII, 1934-Jan-03, p. 3.

⁶⁹⁰ «Escotismo. Notícias Diversas», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXIX, 1933-Mai-13, p. 2.

⁶⁹¹ «Escotismo». *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, 1934-Ago-15, p. 4.

⁶⁹² «Escotismo. Núcleo de Lourenço Marques», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXIX, 1933-Mai-25, p. 2.

⁶⁹³ «Escotismo. A próxima visita dos Escoteiros Sul-Africanos», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXIX, 1933-Jun-01, p. 2.

dançantes.⁶⁹⁴ Todas estas atividades criaram um impacto de *marketing* e eram uma oportunidade para promover e concorrer com a economia sul-africana, já que muitos *scouts* transvalianos eram filhos de grandes empresários.⁶⁹⁵

Estas atividades conjuntas também permitiam a mobilidade social dos dirigentes escotistas, manifestadas publicamente nos *garden-parties* na casa do capitão Ismael Mário Jorge, como *locus* de capital simbólico que reuniam gente das mais variadas esferas económicas (Monteiro 2022, 167). Um ponto de encontro para a troca de novidades do mundo anglo-saxónico que se caracterizava pelas suas finas fronteiras entre escotismo, economia e política, e para os colonos portugueses era uma oportunidade de contacto direto com empresários de Springs, Brakpan, Benoni, Boksburg ou Germiston.⁶⁹⁶ Num desses encontros informais de negócios conheceu-se o método pedagógico do escotismo feminino, um conceito novo e de difícil absorção cultural em África (Parsons 2009), apresentado directamente pela Comissária das Guias de Central East Rand, Mrs. McIntyre.⁶⁹⁷

É fácil entender a importância de Ismael Mário Jorge. O capitão tinha uma relação muito próxima com o Chefe Mundial de Escotismo, que confiava na sua metodologia, e a imprensa local procurava publicar algumas cartas intercambiadas entre os dois.⁶⁹⁸ Vários jornais de Lourenço Marques reproduziram-nas integralmente, com todos os pormenores de quando, onde, e com quem, se reuniria Baden-Powell quando estivesse na cidade. O general inglês tinha um certo fascínio pelos grupos escotistas de Moçambique, lisonjeados pela disciplina, boa apresentação, rigor na uniformidade e «*símbolos autênticos de amizade entre os dois países*».⁶⁹⁹

⁶⁹⁴ O Desportivo Football Club, por exemplo, cedeu o seu campo de futebol para algumas demonstrações de ginástica sueca e jogos entre portugueses e forâneos: «Escotismo. Diversões em honra dos sul-africanos», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXIX, 1933-Jul-13, p. 2).

⁶⁹⁵ O Grémio de Radialistas de Lourenço Marques convidou os *scouts* sul-africanos a enviar mensagens pessoais às famílias e difundidas via Rádio de Joanesburgo: «Escotismo. O programa em honra dos escoteiros sul-africanos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, 1935-Jul-11, p. 2.

⁶⁹⁶ «Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, 1934-Jun-02, p. 5.

⁶⁹⁷ É plausível que Mrs. McIntyre seja a introdutora do *girl-guiding* em Moçambique («Escotismo. Um baile em honra dos visitantes», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXIX, 1933-Jul-18, p. 2).

⁶⁹⁸ «Escotismo. O acampamento dos sul-africanos», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXIX, 1933-Ago-19, p. 2

⁶⁹⁹ «Lord Baden-Powell em Lourenço Marques», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, 1936-Mai-05, p. 9. Seria interessante aprofundar o impacto desta visita nesse preciso ano de 1936, e em que medida as instituições políticas e religiosas coloniais interpretaram a presença de Baden-Powell em Lourenço Marques, se apologética ou ameaçadora, face ao projecto de implementação da Organização Nacional das Mocidades Portuguesas.

6.5. Um *puzzle* escotista: católicos, negros, ismailis, *voortrekkers* e guias

Como antes referido, as tensões políticas entre a Igreja Católica e alguns partidos republicanos a propósito do movimento escotista integram o rol de lutas exportadas desde a metrópole para as colónias, agravada a partir de 1923, quando os eclesiásticos criaram a sua própria associação escotista em Portugal, hoje denominada como Corpo Nacional de Escutas (adiante CNS/CNE).

O escotismo católico em Moçambique foi desenvolvido em diversos tempos e cruza diversos constrangimentos organizacionais e territoriais. Os principais periódicos de Lourenço Marques dedicaram pouca atenção às atividades do CNS/CNE em todo o período estudado.⁷⁰⁰ A primeira abordagem a um grupo católico somente apareceu em julho de 1932 e limitou-se a indicar o papel do padre António Alves Martins como organizador do escotismo masculino e feminino na missão franciscana de Munhuana, na periferia de Lourenço Marques⁷⁰¹. Contudo, não era uma novidade e havia constância de escoteiros católicos na colónia, pelo menos desde 1927, um grupo funcionava nas imediações da cidade da Beira.⁷⁰²

A introdução do método escotista nas missões religiosas abriu uma questão identitária: se aplicável unicamente à juventude europeia⁷⁰³, ou se poderia também estender-se aos negros, numa estratégia dupla de “missão civilizadora” e travão às missões protestantes (Dores 2015, 140–55). Esta segunda perspetiva assume mais solidez a partir de algumas fotografias publicadas nos boletins das missões franciscanas angolanas - sob o olhar atento do Padre Alves Correia -, e que as exibiam como prova de enquadramento civilizacional (Correia 1934). É perceptível a importância da obediência e lealdade ao governo imperial, uniformes, formaturas, bandeiras e hierarquias, como tópicos evocativos modernos da utilidade da Cristandade, higiene, masculinidade/feminidade, entre outros evocativos da missão civilizacional (Varsaftig 2014; Vongsathorn 2015, 66). Este posicionamento poderá complexificar ainda mais o debate

⁷⁰⁰ Apesar da escassa mediatização dos grupos católicos na imprensa genérica de Moçambique, as restantes associações estavam a par das suas atividades. Apenas fica por averiguar se esta omissão foi, ou não, promovida pela AEP como uma forma de resistência à expansão do CNS no território.

⁷⁰¹ «Corpo Nacional de “Scouts”», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1886, 1932-Jul-01, p. 1.

⁷⁰² «Notícias Scouts». *A Flor de Lis*, Ano III, nº 21, 1927-Dez-15, p. 2.

⁷⁰³ «[...] O Governo da Colónia sabe, por sua vez, apreciar o trabalho da AEP e assim é que dispensa à organização uma assistência muito valiosa traduzindo-se por actos de vária ordem em benefício da educação da mocidade portuguesa ali residente, a qual tem pela sua integração na AEP mais um elo a ligar todos os portugueses, vivam eles onde viverem.» («De Moçambique», *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação dos Escoteiros de Portugal*, nº 5, 1933-Mai, p. 3). Seria interessante estudar a implementação da Associação dos Escoteiros de Portugal em todo o Império e analisar os diferentes critérios de captação de novos elementos. O caso moçambicano não é transponível para outras geografias coloniais.

sobre a génese da oposição católica ao Estado Novo, e do qual o Padre Alves Correia foi um dos principais rostos (J. M. Almeida 2008, 25).

Uma interseccionalidade de conceitos como etnia, género e império, e suportada pelo escotismo, deu azo a que na gestão civilizacional, os *scouts* católicos da Beira rodassem um filme para apresentar no Congresso Missionário de 1931, em Barcelos⁷⁰⁴, o que marcou um ponto de charneira na expansão do escotismo católico no império português. Nos meses seguintes a sede central do CNS/CNE em Braga recebeu várias candidaturas para filiação de grupos, tanto de Angola como Moçambique. Só em dezembro de 1932 oficializaram-se dois grupos em Angola (Luanda e Huíla) e, no último trimestre de 1933, mais outros três: dois em Luanda (J. V. Reis 2007, 335; Graça 2019) e um em Inhambane (Moçambique).⁷⁰⁵

Outro caso omitido na imprensa genérica incide em Atanásio Binda, primeiro escoteiro negro da AEP, membro do Gr. 82-Beira, e o único escoteiro não-europeu em todo o império português com a insígnia de *Escoteiro da Pátria*.⁷⁰⁶ O seu nome foi apenas mencionado uma vez na imprensa moçambicana em 1933, e na metrópole não existe qualquer referência à sua identificação na revista associativa oficial.⁷⁰⁷ A *praxis* da *colour bar* estendeu-se às instituições escotistas, e seria necessário abordar a sua aplicação com mais afinco. Paradoxalmente, a premiação de Atanásio Binda pelas capacidades demonstradas mostra uma abertura gradual a diferentes setores humanos até à data vetados (católicos, raparigas, negros e ismailis) e parece relacionar-se com o posicionamento polinomial do universo escotista (internacional-transnacional-supranacional).

O Bureau Mundial na década de 1930 debatia-se com o afastamento dos modelos ditatoriais europeus, e uma prova pública desse posicionamento evidenciava-se nos *Jamborees*, acampamentos de milhares de jovens provenientes dos cinco continentes num determinado lugar, sob o mesmo regulamento, sem qualquer diferencia étnica, económica ou religiosa.⁷⁰⁸ Um precedente impactante nalguns países. As notícias sobre o *Jamboree* de 1934 na cidade de Gödöllő (Hungria), com jovens de todo o mundo a conviver entre si sem qualquer segregação

⁷⁰⁴ «Várias Notícias», *A Flor de Lis*, Ano VII, nº12, 1931-Jul-31, p. 1

⁷⁰⁵ «Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano VIII, nº 22, 1932-Dez-31, p. 1; «Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano IX, n.ºs 15-18, 1933-Set/Out, p. 65

⁷⁰⁶ *Escoteiro da Pátria* é a distinção mais elevada atribuída aos seniores (escoteiros com idade 18-22 anos) (F. Costa 2000, 140; Lontro e Monteiro 2014, 70).

⁷⁰⁷ «Escotismo. Notícias Diversas», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXIX, 1933-Mai-13, p. 2

⁷⁰⁸ Os acampamentos interassociativos denominam-se *Jamborees*, um neologismo de inícios do século XX baseado na junção hipocorística dos substantivos “jam” (compota; em inglês) e “boree” (jovem; em zulu). Os *Jamborees* Mundiais até à Segunda Guerra Mundial realizaram-se em quatro países: Olympia Park, Londres (1920); Ermelunden, Dinamarca (1924); Birkenhead, Liverpool (1929); Gödöllő, Hungria (1933) e Vogelenzang, Países Baixos (1937). Devido à convulsão política, a AEP não conseguiu representar Portugal no *Jamboree* de 1924 na Dinamarca.

ao estilo *apartheid*, foram visivelmente refletidos na imprensa.⁷⁰⁹ Pode, inclusive, dizer-se que a quarta Lei do Escoteiro, em que «O Escoteiro é amigo de todos, e irmão dos demais Escoteiros»⁷¹⁰, foi um *leitmotiv* frequentemente repetido nos jornais como símbolo figurativo de um internacionalismo associativo emergente que trespassa hemisférios. A carta do capitão W.E. Barber ao público anglófono leitor do *Lourenço Marques Guardian* ilustra a importância dessa máxima.⁷¹¹

A metamorfose ideológica de passagem de uma organização pró-nacionalismos a uma entidade transnacional encetou as condições para que o escotismo moçambicano abrisse também espaço aos *Voortrekkers* sul-africanos, uma associação escotista não-oficial criada em 1931, e composta por falantes africâneres (Kua 2011, 144). Entre 1934 a 1937 os *Voortrekkers* realizaram um acampamento anual de duas semanas, sempre na praia da Polana em Lourenço Marques, o que permitia a convivência de escoteiros em atividades internacionais e plurilinguísticas, algumas vezes com mais de trezentos jovens em campo.⁷¹²

O primeiro acampamento tomou características singulares com os *boy-scouts* sul-africanos a serem também convidados. O número elevado de participantes obrigou à procura de alternativas para as atividades lúdicas, em que o Desportivo Ferroviário teve de ceder os seus campos para um torneio entre os três contingentes, e os consulados da Grã-Bretanha e União Sul-Africana com o município de Lourenço Marques patrocinaram as mobilidades de e para Joanesburgo.⁷¹³ O êxito deste encontro proporcionou a que no ano seguinte, tanto *voortrekkers* como *boy-scouts* sul-africanos voltassem a apresentar-se com 320 rapazes e 100 raparigas.⁷¹⁴ Uma novidade.

⁷⁰⁹ O historiador Richard Fogarty tem salientado uma questão muito interessante a partir da Grande Guerra e que poderá ser aplicada a vários contextos. Apesar da generalidade dos negros na Europa terem de lidar com o estereótipo de “sexualmente perigosos”, por outro lado conseguiam também uma maior aproximação às populações locais devido a uma confusa “colour line”, bastante distinta à que estava imposta nas colónias, o que se traduzia em contatos mais pessoais entre africanos e europeias (Fogarty 2017, 74–75). Este pormenor explica as tensões raciais que associações como a *Boy-Scouts of South Africa* tiveram após o *Jamboree*, quando vários negros se recusaram a abdicar dos direitos conseguidos na Hungria (Proctor 2000, 621).

⁷¹⁰ A Lei do Escoteiro difere em todas associações, mantendo apenas a semântica. Por exemplo, no CNS/CNE a quarta lei é “O Escuta é amigo de todos e irmão de todos os outros Escutas”.

⁷¹¹ «[...] *Relations between the Portuguese Scouts and the British Scouts is in keeping with the ideals of scouting. The Transvaal Scouts have found the Portuguese Scouts worthy members of the great brotherhood, carrying out the fourth Scout Law not only in word but indeed – they are true friends and brothers to all who wear the Scout emblem [...]* » («The Polana Beach Camps», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXII, 1936-Jul-25, p. 7).

⁷¹² «Reparos Escoteiros “Afrikanders”», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, 1934-Jul-06, p. 1; «Pioneiros Sul-Africanos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, 1936-Jul-06, p. 2.

⁷¹³ «Grande Festival Escotista», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, 1934-Jul-16, p. 4

⁷¹⁴ «Escotismo. A homenagem ao Comandante Álvaro Machado», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, 1935-Jul-02, p. 2

A presença feminina no acampamento de 1935 foi bastante impactante e criou alguma expectativa nos jornalistas locais, que se focaram no seu dia-a-dia como algo inédito. O *Notícias. Diário da Manhã* chegou a reservar duas páginas inteiras à reportagem do acampamento africâner, com fotografias das *Voortrekkers* a revelar as diferenças culturais nos papéis sociais. Atividades como acampar, cozinhar em campo, a ordem unida (formaturas) ou até relaxar fora dos espaços domésticos, suscitou interesse. Em simultâneo, a coluna de comentários dos jornalistas Fernando Baldaque e Arnaldo Silva dista dessas imagens acopladas. A entrevista à líder das raparigas *Voortrekkers*, Mrs. Geyser, inicia-se com uma contextualização da associação, enfatizando a sua extra-oficialidade, comparando-a com a União dos Adueros de Portugal (UAP), a associação metropolitana extinta por ordem governamental oficiosa no ano anterior.⁷¹⁵ Tópicos como o individualismo, superioridade étnica, beleza (pelos seus cabelos louros e autoconstrução dos corpos), uma disciplina quase inata, ou separatismo político são conceitos embutidos numa mescla de apologia e exclusividade.⁷¹⁶

Este acampamento de 1935 foi, muito provavelmente, o segundo palco promotor para a formação de grupos exclusivamente femininos na capital. Por duas razões: a apresentação de Mrs. McIntyre na residência do capitão Ismael Mário Jorge terá sido o primeiro momento; e a experiência feminina das Missões Católicas não serve de exemplo para o caso, já que se destinava unicamente às jovens negras como parte da sua “missão civilizadora”.⁷¹⁷ Só a partir de 1936 surgiram algumas referências e fotografias a unidades etnicamente mistas, e fora do contexto urbano, como a aldeia de Namaacha a 80 km da capital, na fronteira com a Suazilândia.⁷¹⁸ Até ao momento, os dados reunidos são insuficientes para analisar os níveis de convivência nas unidades mistas portuguesas, ou até entre associações distintas, com as suas congéneres *Girl-Guides* ou *Voortrekkers* da União Sul-Africana, ao ponto de caracterizar-se as tensões raciais internas.⁷¹⁹ Acrescente-se ainda outro problema quanto ao aprofundamento sobre

⁷¹⁵ MCNE/CDE, «Dossier AEP», 1934-Abr-26. Lisboa. *Ofício de Eugénio Ribeiro Nunes, Secretário do Núcleo, a José Joaquim Coelho de Almeida, Inspector Regional do CNS* (documento não-indexado). Abordaremos a União dos Adueros de Portugal no capítulo 11.

⁷¹⁶ «O Acampamento feminino dos Voortrekkers», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, nº 2801, 1935-Jul-20, p. 3/11

⁷¹⁷ A questão da “missão civilizadora” vista a partir dos elementos africanos que integraram o escotismo merecia uma análise por separado e que por razões de disponibilidade não pude empreender. A análise da historiadora Kathleen Vongsathorn para a Leprosaria Juvenil de Kumi, no protetorado inglês do Uganda, revelou a persistência das autoridades imperiais em obrigarem os jovens a participar nos desfiles com a “*Union Jack*” na dianteira, vestidos sempre com o uniforme escotista, e com uma banda a trocar o hino ‘*God Save the King*’ em inglês, apesar de que a esmagadora maioria não falasse esse idioma (Vongsathorn 2015, 68).

⁷¹⁸ «Uma festa na Namaacha em honra das “Guias de Portugal”», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, 1936-Jul-22, p. 8

⁷¹⁹ Associação das Guias de Portugal: *Relatório do Comissariado Regional de Angola*, Luanda, 1935-Jun-15 (documento não-indexado). Este documento indica o descontentamento das jovens europeias em integrar africanas na Companhia.

o universo associativo feminino. Desconhece-se a existência de qualquer fotografia ou um simples documento produzido referente à formação de um grupo de *Escoteiras* da AEP em Lourenço Marques em Maio de 1935, filiado sob o número 26 em Dezembro do ano seguinte.⁷²⁰

A visita de Baden-Powell e respetiva família a Lourenço Marques em dezembro de 1935 permite conhecer um pouco sobre as setenta Guias de Portugal formadas pela Missão de Munhuana.⁷²¹ O periódico *Notícias. Diário da Manhã* reportou a vinda do Chefe Mundial e publicou uma carta sua (traduzida) destinada aos grupos da capital. À parte de desculpar-se por uma doença súbita, Baden-Powell recordava às guias moçambicanas a posição mundial da esposa como líder máxima do Guidismo, e que ela gostaria que as jovens portuguesas (africanas) sorrissem mais, enquanto que, com os rapazes (europeus), as suas palavras são valorativas, pela sua uniformidade, obediência e pelo simples facto de saberem sorrir.⁷²² A expressão comparativa do general quanto ao sorriso é pouco elucidativa no que respeita a uma suposta inferioridade de género das primeiras, e abre espaço a novas leituras sobre a cosmovisão racial da família Baden-Powell, que deverá ser analisada com o devido cuidado heurístico e por separado.

A visita do fundador do escotismo ocorreu durante o *Jamboree* Sul-Africano de East London em janeiro de 1936, no qual o contingente moçambicano se apresentou com trinta escoteiros e dirigentes.⁷²³ A importância do momento levou a que O *Notícias. Diário da Manhã* lhe atribuísse a primeira página com a inclusão de uma carta do Chefe Mundial ao capitão Ismael Jorge e que merece alguma atenção:

«[...] como não tive, todavia, a oportunidade de vê-lo antes da sua saída de East London, desejo endereçar-lhe as minhas mais cordiais felicitações pelo esplendido aspecto dos seus escoteiros e pela excelente impressão que eles deixaram, quer entre o público, quer entre os seus irmãos escoteiros, durante a permanência no campo. A exibição da sua classe de ginástica constituiu uma lição que eu espero será seguida por muitos grupos da União Sul-Africana. Esperando que os seus escoteiros tenham ficado satisfeitos com a sua permanência aqui, posso assegurar-lhe que a sua presença foi altamente apreciada pelos irmãos escoteiros e

⁷²⁰ «Escotismo. Escoteiras», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, nº 2:742, 1935-Mai-11, p. 7; «Escotismo. Grupo 26-Feminino», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, 1936-Dez-14, p. 2

⁷²¹ «Lord Baden-Powell em Lourenço Marques», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, 1935-Dez-27, pp. 2/9

⁷²² «Lord Baden-Powell em Lourenço Marques», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, 1935-Dez-28, pp. 1/2

⁷²³ «Escotismo. O “Jamboree” de East-London», *Notícias. Diário da Manhã*, 1936-Jan-04, p. 5; «[...] A sua visita á África do Sul tinha do duplo fim em vista, de verificar o progresso do Escutismo, e igualmente de tomar parte no 1º Jamboree Nacional sul-africano, em East London, onde se agruparam escutas, tanto ingleses como holandeses, assim como da Rodésia do Sul e de Moçambique. No entanto, a sua viagem teve ainda uma tríplice finalidade: a de ver realizada finalmente uma das suas maiores aspirações – a de extensão do escutismo aos nativos e às raças negras da África do Sul [...]» («A viagem do Chefe Escuta Mundial», *Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1250, 1936-Ago-29, pp. 3-4).

terá material efeito, contribuindo para o entendimento internacional que é a base da paz e prosperidade no mundo. [...]»⁷²⁴

Centrando-nos nestas palavras de Baden-Powell, de “entendimento internacional”, é possível cruzar conceitos como diplomacia paralela e escotismo nos dois lados da fronteira. Antes, vimos que a presença de escoteiros e *voortrekkers* em Lourenço Marques já tinha aberto uma nova perspectiva sobre o género (e, numa via distinta, também sobre a etnicidade). Com esta carta, pudemos observar as inquietações e admirações do general inglês quanto às redes de conhecimento escotista e quais os conceitos modernos de enquadramento da juventude que circulavam nos espaços transnacionais, tanto na sua preocupação pelo bem-estar dos convidados como na fascinação com a aula de ginástica.

Este “entendimento internacional” (sob canais diplomáticos não-oficiais) entre os *Boy-Scouts* sul-africanos/rodesianos e Escoteiros portugueses constituiu um cerco higiénico a instituições adversárias. O aparecimento súbito de unidades sul-africanas da *Hitlerjugend* sul-africanas na praia de Catembe, em julho de 1937, ameaçou o *status quo* intra e intercolonial.⁷²⁵ A lógica de ver o oceano pela primeira vez parecia ocultar uma agenda política mais séria, em tudo semelhante à expansão cultural na metrópole (Ninhos 2017, 122). Não foi ao acaso que, na margem oposta ao acampamento da Juventude Hitleriana em Catembe, cento e cinquenta *boy-scouts* de Benoni e Bloemfontein montavam o seu acampamento anual nas mesmas datas.⁷²⁶

6.6. A experiência totalizante

Com o ascenso da ditadura militar em 1926 e a constitucionalização do Estado Novo em 1933, vários níveis de violência política emergiram por todo o império. Como antes foi referido, durante o ano de 1934 a associação escotista União dos Adueros de Portugal teve que encerrar os seus grupos e sedes centrais por ordem governamental. O projeto de fusionar o escotismo com as milícias estatais em quase todos os países ditatoriais foi ponderado também em Portugal, e rapidamente as associações empreenderam uma reforma interna das suas próprias lideranças, excluindo os dirigentes mais adversos à ditadura ou adotando algumas metodologias educativas propostas pelo governo. No entanto, e pelo menos em Moçambique, o Governo-Geral colonial confrontou diretamente os Ministérios de Educação e Colónias, com

⁷²⁴ «Escoteiros de Lourenço Marques», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, 1936-Jan-21, p. 1

⁷²⁵ As unidades da *Hitlerjugend* que visitaram Lourenço Marques provinham das cidades de Pretória e Joanesburgo, sob liderança de Herr Müller («Escoteiros Alemães», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, 1936-Jul-02, p. 3).

⁷²⁶ «Escotismo. A chegada dos escoteiros do Transval», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XII, 1937-Jul-06, p. 3. As políticas juvenis do Terceiro Reich no Império Português são ainda um tema por explorar.

a oficialização da introdução do método de Baden-Powell em todas as escolas estatais em 1934 e o peso sociopolítico do movimento juvenil fazia-se sentir.⁷²⁷

Uma carta pública do Chefe Mundial ao capitão Ismael Mário Jorge dois anos depois explicita ainda mais as resistências da colónia face às investidas de Lisboa:

«[...] Tive uma conversa com S. Ex^a o Governador Geral que se mostrou muito interessado pelo nosso Movimento, e eu estou certo de que S. Ex^a fará o possível para o impulsionar. Esperando poder vê-lo, e a alguns dos seus escoteiros, no «jamboree», do próximo agosto, subscrevo-me com sincera amizade. Baden Powell of Gilwell.»⁷²⁸

É perceptível que as redes sociais de alguns líderes escotistas da AEP como Ismael Jorge incluíam elementos de influência considerável nas políticas coloniais e seria interessante comparar/confirmar se a hierarquia *scout* católica também teve um papel semelhante em todo este processo político.

A partir do Verão de 1936 os paradigmas alteraram-se com a criação das milícias juvenis estatais em Portugal. A Associação de Guias de Portugal (maioritariamente católica) foi completamente desmembrada e absorvida pela Mocidade Portuguesa Feminina (com a pequena exceção da Companhia do Funchal, no arquipélago da Madeira; abordamos este assunto no Capítulo 10), enquanto que as associações masculinas persistiram na sua continuidade. Os agentes políticos coloniais, que simultaneamente integravam este associativismo, foram gradualmente substituídos⁷²⁹, o que provocou ruturas quanto às lógicas de funcionamento associativo colonial, como por exemplo os descontos no transporte ferroviário entre Ressano Garcia e Lourenço Marques.⁷³⁰ Financeiramente limitados, os escoteiros estavam condicionados nas mobilidades internas e na execução dos seus programas educativos.⁷³¹

⁷²⁷ «As Escolas e o Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, 1934-Out-04, p. 1; *Boletim Oficial da Colónia*, de 03 de outubro de 1934; 2ª série (*Direcção dos Serviços de Instrução*), art.º 93 *Ensino Primário Elementar*, p. 27

⁷²⁸ «De Desporto. Lord Baden-Powell em Lourenço Marques», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, 1936-Mai-05, p. 9

⁷²⁹ Em Angola, o Coronel Júlio Garcez de Lencastre (delegado dos Serviços Centrais da AEP em Luanda entre Abril e Setembro de 1936), recebera ordem de regresso à metrópole, sendo substituído pelo tenente E. Dóres em outubro de 1936 («Escotismo. Pequenas notícias», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.813, 1936-Mai-04, p. 3; «Escotismo – Notícias Diversas», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.859, 1936-Out-12, p. 6).

⁷³⁰ Em abril de 1937, José Cardoso foi intitulado Governador Provincial de Lourenço Marques, e em agosto, Nunes de Oliveira substituiu o Tenente-Coronel Soares Zilhão como Governador Regional de Sul do Save. A nova equipa governamental não tinha qualquer vínculo com o universo escotista («Educação Física. Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano I, nº 187, 1926-Nov-20, p. 2).

⁷³¹ Até 1936, a imprensa escotista refere esporadicamente alguns apoios das edilidades coloniais aos grupos, como por exemplo, «[...] O Governo da Colónia [de Moçambique] concedeu-lhes uma sede gratuita e um subsídio anual. Os Serviços de Saúde fornecem-lhes os medicamentos, as Autoridades Aduaneiras favorecem-nos o mais possível, e a Câmara Municipal de Lourenço Marques inscreveu no orçamento uma verba de auxílio à associação»

Em 1939, a ditadura do Estado Novo suprimiu as associações escotistas em todos os territórios africanos e asiáticos, e incluiu-os definitivamente na Organização Nacional da Mocidade Portuguesa até 1951, através do Decreto nº 29.453 de 17 de Fevereiro (Pimentel 2001; Pinto 2015, 328).⁷³² As Mocidades ostentavam semelhanças óbvias com o modelo fascista italiano *Balilla*, já experimentado na Abissínia (Ponzio 2015, 101; Pinto 2015, 167; La Rovere 2018, 29), em concreto com a obrigatoriedade de todos os jovens europeus e negros assimilados, paralelo a um meio de novo enquadramento social.⁷³³ Uma ideia de instrução “sagrada” europeia, que construísse os corpos dos futuros cidadãos (Tilman 1998; Alexandre 2000; Watt 2009; Domingos 2010). Mesmo assim, o Estado Novo não conseguiu totalizar toda a sociedade colonial. Tanto em Lourenço Marques como em Damão (Índia) os escoteiros muçulmanos ismailis continuaram a existir, contornando a legislação (desenvolveremos esta temática no capítulo 11).

Apesar das excepções já assinaladas, sugerimos que o Estado Português absorveu o associativismo escotista no Império por três razões. A primeira, o enquadramento da juventude. A responsabilidade modelar juvenil, tanto branca como nativa-assimilada, seria sempre um encargo estatal como único detentor do instrumento civilizacional de africanos, sempre num modelo católico e nunca republicano-laico ou protestante. Os futuros (e hipotéticos) cidadãos estariam ao serviço de uma macroestrutura imperial, e nunca dentro de um marco internacionalista (Jerónimo 2010, 191). A segunda, o género. A livre formação de Companhias de Guias confrontava os modelos de regulação feminina impostos por Lisboa, e ainda mais quando a possível coexistência entre guias negras e brancas nas Missões confrontava as políticas de segregação étnica. A última, a internacionalização. Ao limitar a mobilidade das associações escotistas que sobreviviam a partir do financiamento estatal, a medida evitava uma influência (in)directa da União Sul-Africana no território moçambicano e qualquer contacto com uma rede transnacional. Mesmo que as próprias associações alegassem estar «ao serviço

(«Ensinando a Metrópole», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 4, 1936-Mar-31, p. 32). Com a institucionalização da Mocidade Portuguesa na metrópole esta situação altera-se. Nos escassos documentos referentes a este associacionismo e disponíveis no Arquivo Nacional de Moçambique, observou-se o término desta isenção fiscal a partir de 1937, o que colocou a região escotista da África Oriental Portuguesa numa delicada situação financeira em 1939, quando contraíram uma dívida de 5.002\$00 escudos com o Departamento de Transportes Públicos [Arquivo Histórico de Moçambique: *Fundo Câmara Municipal de Lourenço Marques*, Subfundo ‘Correspondência Recebida de Entidades Particulares’ (Sala 8, Estante Ef3, Caixa 108, Pasta ‘Associação dos Escoteiros de Portugal): «Ofício de Ismael Mário Jorge para Presidente da C.M.L.M (1939-Jan-06)»].

⁷³² Seria importante explorar como estas organizações juvenis, tanto estatais como escotistas, funcionaram no espaço ultramarino até às independências em 1975.

⁷³³ Anos antes, o jornal da Acção Escolar Vanguarda publicou alguns textos do historiador João Ameal sobre a finalidade de organizações juvenis como instrumentos “civilizacionais”. As fotografias que complementam o artigo são reveladoras da imagética ditatorial, com a apresentação de jovens africanos, em ordem unida, uniformizados, e exibindo a saudação romana («Sentido do Império», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano I, nº 1 (2ª Série), 1934-Set-30, p. 1).

do Império». A totalização da sociedade colonial poderia ser uma quarta justificação. A criação da milícia Mocidade Portuguesa mostra como o Estado Português objetivou uma nova regulação juvenil nas colónias, limitando as ações associativas ao máximo, enquadrando-as num projeto moderno e previamente concebido a partir de Lisboa. Dentro deste quadro da Ordem Nova (Catroga 2019, 296), a exceção de sobrevivência dos escoteiros ismailis abre espaço interrogativo suficiente quanto ao impacto político de algumas minorias religiosas na gestão da diplomacia internacional, o que põe em causa o projeto totalizador estatal.

Capítulo 7) A dimensão transnacional do associativismo escotista e guidista

A dimensão transnacional do escotismo português evidenciou-se logo na sua génese, e ao longo do presente capítulo abordar-se-á os principais aspetos que marcaram a sua estruturação e implementação a nível imperial. A título de exemplo, a observação de dois grupos escotistas exilados em Portugal durante a década de 1930 (um espanhol, proveniente do Colégio Jesuíta de Valhadolid durante a Segunda República Espanhola e estabelecido na Curia; e outro alemão/polaco judeu, criado possivelmente numa sinagoga de Lisboa e exclusivamente constituído por jovens fugidos da repressão nacional-socialista). Em ambos casos o associativismo escotista possibilitou os jovens estrangeiros de integrarem uma rede juvenil estendida aos cinco continentes, organizada por sua vez numa estrutura internacional, de cariz transnacional, e com obediência supranacional à Santa Sé (no caso do católico Corpo Nacional de Scouts). A partir da imprensa associativa observou-se como o movimento escotista português utilizou a sua inserção em redes institucionais e se articulou às novas realidades europeias, passando de ser unicamente um meio educativo-juvenil, para ser também um meio de acolhimento a (escoteiros) estrangeiros. O cruzamento de dados entre as duas unidades de jovens exilados permitiu ainda completar o quadro transnacional deste associativismo, possibilita ainda mais informação aos trabalhos dedicados aos exilados judeus em Portugal (Milgram 2010; Shaefer 2014; Pimentel 2015), e reabre o debate sobre a implementação do Colégio Espanhol da Curia (Burrieza Sánchez 2016). No entanto, a institucionalização destes dois grupos exilados trouxe consequências políticas na relação entre escoteiros e Estado Novo, e que obrigaram a novas estratégias de resistência. Ao longo do presente capítulo explorar-se-ão outros episódios exemplares e que respondem ambivalentemente às questões do interesse social em torno a este movimento pedagógico e como resistiram às políticas de absorção do Estado Novo.

7.1. Uma diplomacia oficiosa (1909-1923)

O peso da diplomacia oficiosa em processos de paz foi manifestamente enfatizado pelo politólogo canadiano Peter Jones em vários contextos internacionais (Jones 2015) . Em certos casos problemáticos, e ao contrário do “*track one*” (diplomacia oficial), algumas instituições não-governamentais são muitas vezes convidadas a assumir um papel responsável, mas

oficioso, ao qual a ciência política anglo-saxónica alcunhou como “*track two*”.⁷³⁴ Como foi referido nos capítulos anteriores, a ligação umbilical das associações portuguesas à realidade britânica foi constante desde as primeiras tentativas de fundação de unidades (proto)escotistas no território nacional. Recorde-se o papel do pedagogo Joaquim Leite Júnior em Paço de Botão, nas imediações de Souselas, com a microexperiência de criar um batalhão juvenil com alguns professores ingleses radicados em Coimbra. Ou o papel internacional da *Young Men’s Christian Association*, movimento associativo internacional introduzido nas cidades de Lisboa e Porto através da Associação Cristã da Mocidade (Cavaco 2011, 610; Peixoto 2018, 54). As conexões associativo-religiosas entre Portugal e a Grã-Bretanha (ou até entre Portugal e o universo anglófono) permitiram que a institucionalização do escotismo no império português obtivesse um cunho bastante sólido e em permanente contato com a sede da *Boy Scouts Association* em Londres.⁷³⁵ Aliás, a própria chefia escotista promovia essa conexão, fosse através de um mimetismo organizacional, fosse na mística promocional dos heróis de guerra britânicos como modelos juvenis de virtude patriótica, com a apropriação cultural dos vários episódios das guerras anglo-bóeres de finais do século XIX, onde o fundador Robert Baden-Powell tinha sido considerado como o “herói de Mafeking” (F. Costa 2000, 138).⁷³⁶

A conjunção de agendas comuns tomou proporções significativas a partir de maio de 1913, quando os três grupos da Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) de Lisboa serviram de anfitriões um grupo de Hastings para uma estadia de oito dias na capital. Vários ingleses do AEP Gr. 1-Lisboa, e em que se incluía o escoteiro-chefe Frank Giles (um dos fundadores desta unidade), imediatamente providenciaram uma maior proximidade interassociativa.⁷³⁷ Durante várias semanas *O Século* promoveu uma campanha permanente para a angariação de fundos e géneros alimentares mínimos que permitissem amortizar o

⁷³⁴ Peter Jones oferece o caso dos leigos católicos da Comunidade de Sant’Egídio em Moçambique como exemplo em que, durante a Guerra Civil na década de 1980, se assumiram como intermediários nos vários processos de paz (Jones 2015, 36–37). Em 2016, Rufino Gujamo abordou precisamente o papel desta comunidade na sua tese de doutoramento (Gujamo 2016).

⁷³⁵ Tenha-se em conta a existência de grupos exclusivamente britânicos na Linha de Cascais e que se mantiveram à margem de qualquer censo escotista. A imprensa associativa olissiponense refere superficialmente algumas atividades esporádicas em Carcavelos, onde se registam casos como o de Miss Chancellor, fundadora do AEP Gr. 81-Carcavelos em 1929, e presente nalgumas atividades internacionais («Cadetes de Carcavelos», *Escotismo*, Ano1, nº 5, 1930-Mai, p. 2).

⁷³⁶ Logo nos primeiros meses após a sua implementação em Lisboa, o advogado, cofundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes em Lisboa procurou divulgar as atividades dos *boy-scouts* ingleses na Liga Naval Portuguesa, com breve explicação sobre a sua história desde a guerra na África do Sul. Numa das sessões esteve presente a poetiza Branca Colaço, na qual os jovens puderam assistir a um filme cedido por um britânico residente na cidade («*Boy-Scouts*», in *O Século*, Ano 32, nº 11:117, 1912-Nov-21, p. 6; «*Boy-Scouts*», in *O Século*, Ano 32, nº 11:118, 1912-Nov-22, p. 3).

⁷³⁷ «Sport & Educação Física. *Boy-Scouts* Ingleses em Lisboa», in *O Século*, Ano 33, nº 11:289, 1913-Mai-16, p. 2; “«Sempre Pronto-Secção de Escotismo», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade* (Dir. Eduardo Moreira). Ano I, Nº 1, Lisboa: 1917-janeiro; p. 3.

orçamento da deslocação.⁷³⁸ No fim, os escoteiros ingleses acamparam em Campolide, na propriedade de Alfred Giles (tio de Frank Giles), local que permitia a facilidade de se movimentarem pela cidade, desde logo para o cumprimento dos preceitos religiosos na Igreja Inglesa da Estrela, e ainda visitar as localidades de Sintra, Cascais e Alfeite.⁷³⁹ A complementar, contam-se também as visitas institucionais e da praxe aos Paços de Concelho, Associação Cristã da Mocidade, Sociedade de Geografia de Lisboa, Museu dos Coches, Casa Pia, entre outras.

A presença do contingente inglês ecoou na imprensa generalista da cidade, e à qual não faltou a devida publicidade fotográfica da lente de *O Século* no Cais das Colunas. E a novidade foi tão enfatizada que a Sociedade de Geografia de Lisboa e o Consulado Britânico colocaram bilhetes à venda que possibilitavam a participação de qualquer interessado na noite oficial de receção. Mais ainda quando o contingente tinha também uma *lady scoutmaster*, Madame Polley, e num papel triplo social de género, chefia, e familiar de Robert Baden-Powell.⁷⁴⁰

A visita dos *boy-scouts* ingleses acabou por aproximar oportunisticamente as elites políticas ao movimento escotista. Na sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa, por exemplo, o pedagogo Francisco Reis Santos palestrou sobre a utilidade do scouting à Liga de Educação Nacional, como um travão à degradação social impulsionada pela indolência da Casa Real Portuguesa durante séculos.⁷⁴¹ Apenas três dias depois, e num vulgar jogo amistoso entre locais e visitantes no Club Internacional de Football nas Laranjeiras, o ministro da Grã-Bretanha em Portugal Arthur Harding seria sondado pelas instâncias oficiais portuguesas que aí se dirigiram com o propósito de abordar o diplomata britânico sobre a conjugação destas atividades associativas entre os dois países.⁷⁴² E por outro lado ainda, a presença do contingente de

⁷³⁸ «Sport & Educação Física. *Boy-Scouts* Ingleses em Lisboa», in *O Século*, Ano 33, nº 11:291, 1913-Mai-18, p. 3. Contribuições financeiras de Mrs. Rawes (10\$000), mr. Maclean (2\$500), mr. A. W. Paterson (5\$000), miss Durand (3\$000), Alfredo da Silva (5\$000), sr. Waits (2\$000), sr. Stanley Rawes (5\$000), sr. John Harker (5\$000), sr. Albert George (500 réis), John P. Brazier (1\$300), Padaria Inglesa (20\$000), sr. Augusto da Silva (2,5 kg de sal); sr. J. W. Chester (batatas); mrs. Prior (café); N. Marsden (chá); Horácio W. Henriques, de Setúbal (50 latas de sardinha). «Sport & Educação Física – *Boy-Scouts* Ingleses em Lisboa», in *O Século*, Ano 33, nº 11:298, 1913-Mai-25, p. 2: Mrs. Manuela Ferreira Pinto (1\$500), mrs. Augustus Shaw (1\$500), Conferência sobre o Canal do Panamá (25\$800); srs. Remus (2\$000), J.J. Brasier (1\$250), António Ramos (1\$000), Francisco dos Santos, de Luanda (1\$000), W. Clark (\$500), Edwin Pereira dos Santos (20\$000), md. Jaime (6\$500), miss Ada Lithgow (3\$500).

⁷³⁹ «Sport & Educação Física. *Boy-Scouts* Ingleses em Lisboa», *O Século*, Ano 33, nº 11:298, 1913-Mai-25, p. 2.

⁷⁴⁰ «Hóspedes Ingleses. A visita dos “*Boy-Scouts*” de Hastings», *O Século*, Ano 33, nº 11:300, 1913-Mai-27, p. 2

⁷⁴¹ «“*Boy-Scouts*” Ingleses em Lisboa», *O Século*, Ano 33, nº 11:301, 1913-Mai-28, p. 5

⁷⁴² A estadia do contingente inglês em Lisboa foi encarada como um momento oportuno para uma aproximação portuguesa aos oficiais da Embaixada de Inglaterra (sobretudo Arthur Harding e o cônsul Sommer-Cocks) que se tornaram um autêntico centro das atenções. Sabendo-se que estariam presentes nas sessões de chá na Associação Cristã da Mocidade, aí se dirigiram várias individualidades políticas («Hóspedes Ingleses. Os “*Boy-Scouts*” Ingleses em Lisboa, *O Século*, Ano 33, nº 11:302, 1913-Mai-29, p. 1; «Hóspedes de Portugal. Os “*Boy-Scouts*” de Hastings em Lisboa, *O Século*, Ano 33, nº 11:303, 1913-Mai-30, p. 1; «Hóspedes de Portugal. Os “*Boy-Scouts*” de Hastings, *O Século*, Ano 33, nº 11:308, 1913-Jun-04, p. 2).

Hastings conseguiu também captar a atenção da comunidade britânica residente na periferia de Lisboa e que rapidamente se disponibilizaram para receber os jovens.⁷⁴³

Uma novidade em Portugal, mas não tanto na Grã-Bretanha. Em Londres, tanto a *Boy-Scouts Association* como a congénere feminina *Girl-Guides Association* sempre acompanharam o desenvolvimento associativo no resto do mundo desde as suas gèneses. no Brasil, por exemplo, a Federação das Bandeirantes do Brasil (guias), tivera pelo menos duas representantes da homóloga britânica nos conselhos central e executivo desde a década de 1920.⁷⁴⁴ A receção portuguesa aos escoteiros ingleses de Hastings suscitou algum interesse à *Boy Scouts Association* em Londres que, em março do ano seguinte, pediu à AEP algumas fotografias destas atividades para divulgação na imprensa associativa britânica.⁷⁴⁵ Era mais uma forma de reforçar as estratégias culturais e diplomáticas do Império Britânico perante todo o mundo. E para reforçar o agradecimento, poucos dias depois o AEP Gr. 1-Lisboa seria convidado para uma visita recíproca, sendo-lhe garantido alguns descontos nas viagens marítimas até ao porto de Plymouth, e ao qual o jornal *O Século* prontamente aderiu com o patrocínio de uma angariação de fundos.⁷⁴⁶ Se por um lado havia todo em interesse em que os jovens portugueses fossem a Londres, também é certo que imediatamente surgiram vozes contrárias a esta aproximação com o *Imperial Headquarters*.⁷⁴⁷

O espoletar da Grande Guerra acabou por abrandar os contactos institucionais da AEP com outras entidades congéneres.⁷⁴⁸ E mesmo numa situação de dificuldades de entrega postal

⁷⁴³ O contingente de Hastings seria recebido em Almada (Quinta de Mrs. Wilson), após uma visita ao Alfeite. Em Mafra e Sintra, o professor de língua inglesa e *scoutmaster* Percy Batemanir levou toda a comitiva a uma sessão de chá no *Lawrence Hotel* para celebrar o aniversário do rei Jorge V («Hóspedes Ingleses. Os “Boy-Scouts” de Hastings, *O Século*, Ano 33, nº 11:305, 1913-Jun-01, p. 3; «Hóspedes de Portugal. Os “Boy-Scouts” de Hastings, *O Século*, Ano 33, nº 11:307, 1913-Jun-03, p. 5).

⁷⁴⁴ CDE/MCNE: Livrete «Federação das Bandeirantes do Brasil. Relatório agosto 1930-agosto 1931» (documento não-classificado).

⁷⁴⁵ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:590, 1914-Mar-18, p. 4.

⁷⁴⁶ «Escoteiros de Lisboa. O 1º Grupo vai a Inglaterra em agosto», *O Século*, Ano 34, nº 11:648, 1914-Mai-15, p. 5.

⁷⁴⁷ O escoteiro-chefe Ernesto de Sousa publicou um artigo em *O Século*, nos termos atuais de um “direito de resposta”, e no qual é possível acompanhar o interesse que a Casa de Windsor tinha na promoção do movimento escotista fora dos seus domínios: «[...] países, como a América, a Inglaterra, a França, a Espanha, etc., os governos são os primeiros a coadjuvar tão benéfica e necessária instituição. O alto comércio e a indústria contribuem largamente para a sua manutenção [...] todos os ingleses contribuirão para um fundo especial de 250:000 libras, que carecia para a referida instituição. Só uma casa industrial concorreu com 10:000 libras, ou sejam, aproximadamente, 50 a 55 contos da nossa moeda. O próprio rei Jorge V ofereceu 5:000 libras. Devemos, pois atender às dificuldades sociais com que aqui se luta. Na América e na Inglaterra, as casas comerciais, oficinas, etc., ao sábado, fecham à tarde, e daí os rapazes terem essa tarde livre para os seus trabalhos especiais, exercícios, acampamentos, etc. Ali, geralmente, as lojas fecham das 19 às 20 horas. Aqui [em Portugal] é mais tarde» («O Scouting em Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:762, 1914-Set-06, p. 4).

⁷⁴⁸ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:590, 1914-Mar-18, p. 4.

e censura política, os escoteiros portugueses continuaram a comunicar-se com outras associações estrangeiras, e na qual trocavam revistas, ideias, sugestões, as mais variadas informações sobre o desenvolvimento do escotismo nos respetivos países, ou relatos de heroicidade juvenil.⁷⁴⁹ Destes episódios à glorificação da morte de Frank Giles, um escoteiro falecido na frente francesa em 1916, foi apenas um passo.⁷⁵⁰

A conexão do AEP Gr. 1 com a vasta rede plurirreligiosa anglófona permitiu que várias individualidades políticas procurassem a sua agenda, o que resulta ser bastante interessante para analisar as teias comunicacionais. Apenas alguns exemplos. A dois meses do início da beligerância internacional, o presidente da Comissão Americana do Canal do Panamá, e de visita a Lisboa, foi acompanhado por uma guarda de honra de dezassete escoteiros do AEP Gr. 1-Lisboa.⁷⁵¹ Como referido, este tipo de escolta facilmente se observa em todo o universo escotista europeu, o que acaba por simbolizar e evidenciar a importância simbólica do grupo. A seleção de escoteiros para a constituição das comitivas de receção oficial viabilizava a instrumentalização mediática nos principais jornais de maior tiragem, sobretudo quando os implicados estavam conectados com a Associação Cristã da Mocidade (ACM), à época presidida por Robert Moreton, indivíduo já de si mediático e com fortes ligações ao *O Século* (Peixoto 2018, 82–83).⁷⁵² Um outro ótimo exemplo da inevitável cobertura internacional ocorreu também durante a Grande Guerra, mais especificamente no quinto aniversário do AEP

⁷⁴⁸ «Escoteiros de Lisboa. O 1º Grupo vai a Inglaterra em agosto», *O Século*, Ano 34, nº 11:648, 1914-Mai-15, p. 5; «Sempre Pronto. Secção de Escotismo», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade* (Dir. Eduardo Moreira). Ano I, Nº 2, Lisboa: 1917-fev; p. 3

⁷⁴⁸ Foi o caso do Gr. 1-Lisboa, impedido de viajar a Londres em agosto de 1914 («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 34, nº 11:730, 1914-Ago-05, p. 2).

⁷⁴⁹ Como notícias sobre o fuzilamento de *Scouts* franceses pelas tropas alemãs, normalmente acusados por espionagem. Estas informações acabavam por ser publicadas na imprensa generalista («*Boy-Scouts* fuzilados», *O Século*, Ano 34, nº 11:801, 1914-Out-16, p. 2). Nas décadas de 1920-1930 ainda corria o mito que heroína romena Ecaterina Teodoroiu, falecida na frente de combate durante a Grande Guerra, tinha sido *girl-guide* («Escutismo. Uma heroína que era guia», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1169, 1936-Mai-16, pp. 3-4).

⁷⁵⁰ Frank Giles antes de se fixar em Lisboa e fundar o AEP Gr-1, já tinha sido na Cidade do Cabo (União Sul-Africana), o que mediatizou internacionalmente o seu falecimento [«Sempre Pronto. Secção de Escotismo», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade* (Dir. Eduardo Moreira). Ano I, Nº 1, Lisboa: 1917-Jan; p. 3]. Outros escoteiros como o coronel Godfrey Pope também participaram na frente europeia, tanto pelo lado britânico como pelo português (Rankin 1998, 49).

⁷⁵¹ «Escoteiros de Portugal, *O Século*, Ano 34, nº 11:583, 1914-Mar-11, p. 4

⁷⁵² O mandato do presidente da ACM caracteriza-se pela concentraram de esforços em atrair personalidades políticas dos mais variados países. Outros exemplos: coronel Thomas Birch, ministro dos E.U.A. em Lisboa, convidado especial no XVI aniversário da Associação Cristã da Mocidade. A guarda de honra à sua presença foi efetuada por duas patrulhas do AEP Gr. 1-Lisboa («União Cristã da Mocidade. Realizou ontem a sessão comemorativa», *O Século*, Ano 34, nº 11:653, 1914-Mai-20, p. 2); Émile Daeschner, ministro da França em Lisboa, que inaugurou o curso de francês noturno nas instalações da ACM («União Cristã da Mocidade», *O Século*, Ano 37, nº 12:625, 1917-Jan-30, p. 2), ou o general Barnardinston, chefe da missão inglesa, convidado de honra no 5º aniversário do AEP Gr. 1-Lisboa juntamente com Carneiro de Moura, Luís Martinho de Almeida e León de Kerssivet («Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:690, 1917-Abr-06, p. 2; «Escoteiros», *O Século*, Ano 37, nº 12:694, 1917-Abr-10, p. 2)

Gr. 1-Lisboa em maio de 1917, e marcado pela presença do general Barnardiston e do alferes Robinson, ambos representantes da expedição militar inglesa (num evento em que o presidente Bernardino Machado e António José de Almeida foram convidados e não puderam comparecer).⁷⁵³

Estas incidências mostram que a Associação Cristã da Mocidade funcionava como uma plataforma giratória de informações mundiais, e que, por acréscimo, a direção do AEP Gr. 1-Lisboa conseguia aceder e comunicar com as mais altas hierarquias políticas.⁷⁵⁴ Alguns membros executivos da ACM estavam familiarmente ligados a funcionários diplomáticos das mais variadas proveniências: Eric Moreton (filho de Robert Moreton e escoteiro no grupo desde 1916), era também neto de Jules Mange, que, além de cônsul da Suíça em Portugal, assumia-se como um forte apoiante do movimento juvenil.⁷⁵⁵ Em todo o período estudado a imprensa generalista e associativa repetidamente evidenciou estas presenças como um estatuto de ostentação.⁷⁵⁶ Por consequência, esta teia internacional capacitava simbolicamente (e politicamente) tanto o AEP Gr. 1-Lisboa como a Associação Cristã da Mocidade como duas entidades resistentes às políticas estatais.

7.2 O Primeiro Acampamento Mundial – *Jamboree* de Olympia Park, Londres (1920)

O envolvimento de instrumentalização política dos jovens escoteiros em prol de uma aproximação à Grã-Bretanha assumiu o máximo esplendor quando a presidência da República em 1918 estabeleceu um cerco diplomático a Baden-Powell. Num primeiro passo, e imediatamente logo após o término da Grande Guerra, quando o jornal *O Século* noticiou a possibilidade de uma visita do general inglês a Lisboa.⁷⁵⁷ E um ano depois, em junho, quando

⁷⁵³ Após a visita do general Barnardiston às instalações e a respetiva revista aos jovens uniformizados, o alferes Robinson palestrou sobre os valores do escotismo na construção integral do Homem e rezou pela alma de Frank Giles, entretanto falecido, seguindo-se as alocuções de Luís Moitinho de Almeida (representante nacional da AEP), do professor León de Kersivet, e do deputado Carneiro de Moura sobre educação física [«Escotismo – Festa do 5º aniversário do Grupo», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade* (Dir. Eduardo Moreira). Ano I, Nº 4, Lisboa: 1917-mai; p. 3].

⁷⁵⁴ Baden-Powell escreveu directamente ao AEP Gr. 1-Lisboa em plena Grande Guerra: «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:114, 1915-Ago-29, p. 5

⁷⁵⁵ «Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:563, 1916-Nov-26, p. 4. Esta aproximação permitiu que as várias associações portuguesas contatassem as congéneres suíças durante o período aqui analisado. Até a *Associação das Guias de Portugal* manteve uma correspondência estreita com o *Gruppe Phylax* de Zurique («Guias de Portugal», *Joaninha: jornal das raparigas*, Ano I, nº 5, 1936-mar-30, p. 9).

⁷⁵⁶ Por exemplo, a visita do escoteiro-chefe inglês Edgar Garrett ao AEP Gr. 1-Lisboa: «Escotismo», *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade* (Dir. Eduardo Moreira). Ano I, Nº 13, Lisboa: 1919-MAR; p. 4

⁷⁵⁷ «O Escotismo em Portugal», *O Século*, Ano 38, nº 13:262, 1918-Nov-10, p. 2

se lhe entregou a insígnia de Cavaleiro da Ordem de Cristo. A direção da AEP em simultâneo também não se imiscuia de entrar nestes jogos de poder, e durante todo o período estudado facilmente se observaram convites e ligações às mais variadas personalidades estrangeiras dos meios diplomáticos. E para evitar fastios, apresento apenas três pequenos exemplos consequentes da imposição da ordem honorífica ao general inglês. Um ainda em 1920, ano já de si associativamente irregular, quando a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP) e o AEP Gr. 2-Lisboa inauguraram um retrato de Baden-Powell no estatal Instituto dos Mutilados da Guerra. E com pompa e circunstância, a banda da Guarda Nacional Republicana abriu as festividades. Nada especial, não fosse a presença de António Maria Baptista (na qualidade de presidente do Ministério), João Estêvão Águas (com a pasta da Guerra) e José Ramos Preto (ministro da Justiça) que convidaram o embaixador John Hugh Canell e outros membros da colónia inglesa para o ato solene.⁷⁵⁸ Um mês depois, quando o escoteiro-chefe Dinis Curson fora diretamente autorizado pelo ministro das Finanças Francisco Pina Lopes a deslocar-se a Londres - numa missão financiada em exclusivo pelo governo português, e com o objetivo de representar a AEP no Congresso Internacional de Escotismo -, em troca, apenas era solicitada a simples promessa de entrega de um relatório ao governo.⁷⁵⁹ Ambos os casos são ambivalentes e mostram o interesse simbólico que o movimento escotista despertava nos vários sectores republicanos, e de certa forma colmatam a lista de interferências que o Partido Democrático exercera sempre na Associação dos Escoteiros de Portugal.

O terceiro, e talvez o mais evidente, ocorreu a dois meses do primeiro *World Scout Jamboree*, acampamento mundial de escoteiros, realizado nas imediações de Kensington, em Londres. O governo português enviou dois oficiais militares para a ocasião, o comandante Fernando Branco (marinha) e o coronel Artur Ferraz (exército), para integrarem uma comitiva liderada pelos ministros plenipotenciários na capital britânica Manuel Teixeira Gomes e João António de Bianchi, que aí entregariam o colar da Ordem de Cristo a Robert Baden-Powell. O momento escolhido para a cerimónia decorreu em Pound Lane, onde 1.400 escoteiros londrinos se encontravam para preparar a futura receção aos congéneres internacionais. Um encontro marcado por várias palestras e uma quase inevitável ressalva ao entrosamento da história da expansão portuguesa com a glorificação do império britânico, e com especial enfoque aos navegadores que «tanto honraram a Inglaterra da antiguidade, aprenderam a arte de navegar

⁷⁵⁸ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 40, nº 13:770, 1920-Abr-29, p. 4

⁷⁵⁹ «Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:799, 1920-Mai-29, p. 3

com os portugueses, que deram ao mundo alguns dos melhores marinheiros de todos os tempos e de todas as épocas».⁷⁶⁰

Se o aproveitamento do escotismo para fins diplomáticos ficou evidente com a condecoração honorífica, a celebração do primeiro *World Jamboree* nas imediações de Londres em agosto de 1920 é axiomática. Destacado pela sua ambivalência, fosse pela primeira participação de um contingente português num evento mundial, fosse pelas condições recetivas da *Boy Scouts Association* aos visitantes, com oportunidade de viagens marítimas pela ilha oferecidas pelo estado britânico.⁷⁶¹ Algumas individualidades do mundo político português procuraram cofinanciar o projeto e aliviar o ónus financeiro da deslocação. O vereador Joaquim Domingues da Câmara Municipal de Lisboa apresentou uma moção em reunião de assembleia municipal para a concessão de uma verba de 100\$00.⁷⁶² E o ministro Teixeira Gomes contactou pessoalmente algumas empresas inglesas estabelecidas nas principais urbes à procura de um patrocínio direto.⁷⁶³

A participação dos doze jovens portugueses no primeiro acampamento mundial acabou por abrir um precedente nas relações com o *Imperial Headquarters* da *Boy Scouts Association*. Além das atividades típicas do movimento escotista em pleno contato com a natureza em regime de acampamento, efetivamente o país marcou uma posição na rede mundial de escotismo e o próprio fundador Baden-Powell era o primeiro em promover o intercâmbio associativo ao considerar a irmandade escotista quase como um estádio superior da natureza humana.⁷⁶⁴ Pequenos episódios que abriram espaço para outras individualidades britânicas a procurarem o a notabilidade no território português (e que seriam aproveitadas também a nível político). A passagem do explorador Ernest Shackleton por Lisboa em outubro de 1921, quando se dirigia para a Antártida, foi um desses casos. Ao aportar no Cais da Rocha do Conde de Óbidos para

⁷⁶⁰ «Escotismo. Uma festa em Londres», *O Século*, Ano 40, nº 13:817, 1920-Jun-16, p. 2; «Escotismo. Uma Festa», *Os Sports*. Ano II, nº 109, 1920-Jul-04, p. 2

⁷⁶¹ «Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:828, 1920-Jun-27, p. 2; «Escotismo – Um apelo», *Os Sports*. Ano II, nº 108, 1920-Jul-01, p. 1.

⁷⁶² «Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:847, 1920-Jul-16, p. 2.

⁷⁶³ Um pedido público de Eduardo Moreira ao jornal *O Século* indica que houve contactos triangulares entre a AEP, Teixeira Gomes e a Casa *Furness, Withy & C. Limited*, pelas facilidades “que concedeu aos escoteiros nacionais que tomaram parte na parada, exposição e congresso de escotismo, efetuados em agosto último naquela cidade, e a esta, pela oferta de 300 escudos e vantagens que conseguiu da Mala Real Inglesa a favor dos representantes dos escoteiros portugueses” («Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:900, 1920-Set-07, p. 2).

⁷⁶⁴ «Mas o nosso grande “Rally” internacional, que terá lugar na semana seguinte na Dinamarca, será como a Universidade, um degrau acima desta escola. Será como que uma escola para a aplicação do mesmo princípio numa maior escala, em que os patriotas das diversas nações, preparando seus rapazes para deles fazerem os melhores cidadãos dos diferentes países, lhes mostrarão um caminho mais vasto e uma ambição mais elevada: serem dignos de fazer parte da fraternidade universal, pela sua boa-vontade e pelo seu trabalho em comum com os seus vizinhos. (Baden-Powell, «O patriotismo mundial» [1923], *Escotismo. Órgão de educação, informação e propaganda*, n.ºs 17-18, 1934-Mai/Jun, p. 5).

uma paragem técnica e abastecimento da sua frota, o explorador foi recebido em Alcântara por uma guarda-de-honra constituída unicamente por escoteiros da AEP. E durante esses dias de estadia na capital sempre esteve acompanhado por Robert Moreton e Eduardo Moreira. O exercício da diplomacia oficiosa entre Portugal e Inglaterra por via do escotismo foi denunciada pelo *O Século* quando assumia que,

«[...] Por ocasião da audiência diplomática de ontem, o sr. ministro da Inglaterra apresentou ao sr. ministro dos Negócios Estrangeiros o explorador Ernest Shackleton, e a Sociedade de Geografia mandou cumprimentá-lo, pondo-se à sua disposição e oferecendo-lhe as suas instalações e biblioteca durante os dias que aqui estiver».⁷⁶⁵

Uma ilustração que acaba por ser transversal aos dois géneros, com algumas personalidades femininas a demonstrarem também o seu peso institucional. Como Lizzie Clarke, Viscondessa de Kergariou, que, em novembro de 1921, visitou as instalações do Asilo D. Maria Pia e o respetivo grupo independente de escoteiros. E nada menos que acompanhada pelo embaixador de França e do diretor Elias da Costa.⁷⁶⁶

A imprensa filoescotista promovia a internacionalização. Como em 1931 no Porto, quando o Corpo dos Escoteiros do Sporting realizou uma sessão do Club de Fenianos em homenagem à bandeira brasileira. O *Gazeta de Coimbra* descreveu com precisão a presença de Luís Vilares Fragoso, cônsul geral do Brasil na cidade e presidente honorário dos escoteiros brasileiros.⁷⁶⁷ Ou o jornal *Os Sports* de Lisboa que evocou a atribuição do título de sócio honorário da AEP em 1934 a Benjamim Sodré, um dos fundadores da União dos Escoteiros do Brasil⁷⁶⁸. Posições editoriais que o matutino de Lourenço Marques resumiu ao objetivo principal de «desenvolver os laços de amizade entre a grande família escotista».⁷⁶⁹ Esta parceria culminaria com a implicação evidente do Corpo Nacional de Scouts (CNS) em autorizar os seus

⁷⁶⁵ Os convites a Ernest Shackleton foram bastante heterogéneos e variavam desde simples visitas a coletividades, até a refeições em casas particulares («Viagem ao Polo Sul. O explorador Shackleton e os escoteiros», *O Século*, Ano 41, nº 142451, 1921-Out-07, p. 4). Ao não poder corresponder a todos, enviava alguns dos tripulantes como representantes. O caso da Sociedade de Geografia de Lisboa é particularmente interessante para o nosso estudo em que o operador de camara Bee Manson apresentou uma sessão foto-cinematográfica e uma conferência sobre a beneficência do escotismo na Escócia («A viagem ao Polo Sul. O sr. Bee Masson», *O Século*, Ano 41, nº 142446, 1921-Out-08, p. 4).

⁷⁶⁶ Para além do peso simbólico, a viscondessa de Kergariou ainda doou duzentos francos para a aquisição de brinquedos às crianças («Asilo D. Maria Pia», *O Século*, Ano 41, nº 14:295, 1921-Nov-26; p. 2).

⁷⁶⁷ «O 1º de Dezembro», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2637, 1930-Nov-27, p. 1; «No Porto», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2614, 1930-Dez-03, p. 2.

⁷⁶⁸ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.610, 1934-Mai-25, p. 2.

⁷⁶⁹ «Escoteiros de Moçambique», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1729, 1931-Dez-28, p. 2.

grupos de todo o país em juntarem-se à Colónia do Brasil em Portugal na “Grande Subscrição Nacional para a compra do Palácio da Independência” em Lisboa nos inícios de 1936.⁷⁷⁰

A ilustração da instrumentalização política dos jovens escoteiros em prol de uma aproximação transnacional pelas organizações políticas portuguesas fica bem patente a partir dos exemplos apresentados. No entanto, nunca deixou de ser um posicionamento bidirecional conjuntural, aproveitado durante a Primeira República com o objetivo do Partido Democrático de se reaproximar a Londres. Com a emergência da Ditadura Militar e Estado Novo a estrutura internacional do escotismo acabou por se metamorfosear quando anunciaram as primeiras intenções de homogeneizar o associativismo juvenil numa única entidade.

7.3 O Escotismo Global

A partir do Congresso Internacional de Paris de 1922 - e no qual a AEP representara o país - , o panorama escotista português alterou-se com alguma substancialidade, em que efetivamente passara de uma realidade geográfica periférica para um lugar de passagem⁷⁷¹. O desenvolvimento do associativismo escotista no centro e leste da Europa era tema de conversa frequente nos meios periodísticos portugueses, e as notícias eram fornecidas pelas próprias testemunhas que circulavam por toda a Europa ao estilo de *globetrotter*.⁷⁷² A informação percorria todos os espaços públicos, escotistas ou não, e qualquer ocasião celebrativa em qualquer país europeu, fosse na Dinamarca ou Itália, servia sempre de convite para a fraternização do associativismo escotista.⁷⁷³ Antes explicou-se que a visita do cônego Avelino

⁷⁷⁰ «Autorização: É autorizado o grupo nº 58 (Porto) a colaborar com a Junta de Freguesia de Ramalde (Porto) no peditório por listas a favor da "Grande Subscrição Nacional para a compra do Palácio da Independência", conforme nos é solicitado. Esta autorização é extensível a todas as unidades que queiram participar desta iniciativa patriótica.» («Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 23, 1936-Jan-15, p. 109).

⁷⁷¹ Portugal fora representado por Tovar de Lemos (Presidente da Comissão Executiva), Luís Passos (Director da Escola de Chefes), Amâncio Salgueiro Júnior (Chefe Geral dos Serviços Administrativos), Eduardo Moreira (Secretário da Comissão Executiva), Joaquim Borrego (Comissário da Zona de Lisboa), Dinis Curson (Comissário Internacional) e Lima Basto (Comissário dos Lobitos). («Primo Congresso Internazionale di Scautismo. Parigi», *Rivista Lo Scout Italiano*, 1922, pp. 141-143).

⁷⁷² Exemplo da visita dos escoteiros checoslovacos Charles Teytz e Milowsav Brebta à redacção de *O Século*: «Pedestrianismo», *O Século*, Ano 43, nº 14:745, 1923-Mar-03, p. 4. O sistema de *globetrotter* estava presente na lista de dinâmicas expansionistas das várias associações portuguesas, em que a visita à sede de *O Século* era quase um ponto de paragem indispensável. Já nos finais de 1915, João Pereira Ribeiro, de 18 anos, na dupla qualidade de “escoteiro” e sócio da Cruz Vermelha Portuguesa e Sociedade de Propaganda de Portugal empreendeu uma caminhada pelo Alentejo, sendo recebido na cidade de Portalegre, pela Academia Portalegrense e Sindicato dos Empregados do Comércio e Indústria, onde o Governo Civil lhe atribuiu a certificação de livre trânsito no Governo Civil para poder prosseguir até ao distrito de Beja («Escoteiros», *O Século*, Ano 35, nº 12:219, 1915-Dez-14, p. 4). Outro bom exemplo foi o percurso de 700 km por todo o país dos adueiros do UAP Gr. 14-Viana do Castelo José Fonseca, Eduardo Freitas e Manuel Cerqueira («Adueros», *O Século*, Ano 52, nº 18:147, 1932-Set-17, p. 3).

⁷⁷³ Convite da associação dinamarquesa “Det Danske Spejderkorps” à AEP para representação de uma patrulha marítima portuguesa por ocasião do 15º aniversário: «Escotismo», *O Século*, Ano 48, nº 16:200, 1927-Abr-14, p. 5

Gonçalves e do arcebispo D. Manuel Vieira de Matos a Roma, também no mesmo ano, potenciara a criação de uma associação escotista exclusivamente católica. No caso do Congresso de Paris, o convite à AEP era uma clara demonstração de paridade internacional, o que permitia colocá-la numa rede interassociativa e ser ainda convidada para outros eventos a decorrer nos meses seguintes, como o *Jamboree* Nacional em Praga, ou a exposição internacional de escotismo em Bruxelas. E dos vários convites internacionais endereçados à AEP, a direção nacional decidiu responder positivamente apenas aos congéneres brasileiros garantindo que marcariam presença na Exposição Mundial do Rio de Janeiro, com uma comitiva de quatro elementos composta por João de Barros (delegado do Gr. 11-Liceu Camões), Marcello Alves Caetano (Secretário do Serviço de Organização e Propaganda), Henrique de Barros (Secretário do Serviço Internacional), e Manuel Jacinto Pacheco de Medeiros (adido à Secretaria Geral).⁷⁷⁴ O ano de 1922 foi particularmente prolífero na projeção internacional do escotismo português.

Do lado britânico a Casa Real Inglesa acompanhava estes desenvolvimentos com algum interesse e promovia a standardização mundial do movimento a partir do *Imperial Headquarters* em Londres, financiando a retransmissão radiofónica dos discursos oficiais de Baden-Powell como linhas orientadoras para a sua expansão.⁷⁷⁵ Aliás, a associação britânica procurou até exportar o seu modelo pedagógico às restantes associações estrangeiras em dois níveis etários. Um especialmente dirigido aos dirigentes, enviando os próprios chefes-formadores às “escolas internacionais de chefes” estabelecidas em vários países europeus.⁷⁷⁶

A formação de chefias em Portugal estava bastante condicionada pela ausência de formadores. A standardização da formação de dirigentes só começara a dar os primeiros passos na década de 1920, e os primeiros escoteiros a candidatarem-se ao *Centre de formation des Eclaireurs de France et des Éclaireurs unionistes* de Cappy, na região francesa de Somme. Estas escolas de dirigentes funcionavam como cursos de formação, frequentemente dados em

⁷⁷⁴ «Escotismo. Representações portuguesas no estrangeiro», *Os Sports*. Ano IV, nº 302, 1922-Jun-18, p. 1.

⁷⁷⁵ Em outubro de 1922, o príncipe de Gales apresentou-se num encontro de 60.000 *Boy-Scouts* em Alexandra Park, nas imediações de Tottenham, Londres. O panegírico foi difundido via-rádio («O Príncipe de Gales saudado por 60.000 “Boy-Scouts”», *O Século*, Ano 8, Ed. noite, nº 2746, 1922-Out-09; p. 1). A partir desta data, em todos os acampamentos internacionais decorridos na Grã-Bretanha, os membros da Casa Real seriam convidados de honra, e os discursos eram transmitidos por via radiofónica para o mundo inteiro («O “Jamboree” Internacional de “Boy-Scouts” em Birkenhead, *O Século*, Ano 49, nº 17:023, 1929-Jul-30, p. 2; «O “Jamboree” Internacional de “Boy-Scouts” em Birkenhead, *O Século*, Ano 49, nº 17:024, 1929-Jul-31, p. 1).

⁷⁷⁶ A formação internacional do Escotismo standardizou-se a partir de 1919, concentrando a formação de formadores dos dirigentes em cursos no Campo de Gilwell, em Chingford, Londres. Cada chefe formado em Gilwell recebia um lenço cor de salão, com o tartan do clã MacLaren, como elemento simbólico de distinção («Nas Regiões. Funchal», *A Flor de Lis*. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts, Ano XI, nº 16, 1935-Set-30, pp. 74/76). Nos anos seguintes abrir-se-iam outros campos de formação como o de Chamarande, a sul de Paris, por iniciativa do jesuíta Jacques Sevin em 1921 (Gauthé 2010).

espaços florestais e em regime de acampamento, onde os participantes pudessem obter conhecimentos práticos em contacto direto com a Natureza (Gauthé 2010). Uma vez aí, os participantes portugueses aproveitavam a proximidade geográfica para visitar as sedes das associações espanhola, francesa e inglesa.⁷⁷⁷ Embora fundadas sob as orientações de Robert Baden-Powell, todas as associações nacionais assumiam características singulares na classificação das suas fórmulas de promessa/juramento para com o movimento. Os escoteiros suíços, por exemplo, acrescentaram duas novas leis ao rol existente, com destaque para a coragem ou a produtividade laboral. Já a *Fédération française des éclaireuses*, singularizava-se pela inclusão do binómio conceptual Pátria-Deus, e que serviu de mote mimético para o escotismo católico em Portugal.⁷⁷⁸

A estruturação de uma rede escotista à escala global permitiu que, para além dos chefes, também os jovens portugueses fossem recebidos no estrangeiro pelos seus congéneres, e vice-versa. O caso de Alexandre Guedes, de 17 anos, que se apresentou no consulado português da cidade francesa de Le Havre em 1924, ao estilo de *globetrotter*, é notório. O facto de ter marcado presença para cumprimentar o cônsul permite acompanhar o seu percurso por vários países europeus, manifestando o interesse de prosseguir até aos Estados Unidos da América⁷⁷⁹. Ou a interessante visita de dois *pfadfinder globetrotters* a Lisboa, Coimbra e Porto em 1926, um alemão e outro austríaco, e que incluíram Portugal no rol de países a visitar até alcançarem o Egipto.⁷⁸⁰ Outros casos reportam também à inclusão de cidadãos estrangeiros em pequenos grupos portugueses, como o UAP Gr. 34-Escola Infante D. Henrique no Porto, com o alemão Herbert Leichsenring a jurar o seu compromisso associativo em fevereiro de 1929. Também o CNS no Funchal incorporara um alemão nas suas unidades, Herr Heningsen, e que tivera um papel bastante ativo durante a Revolta de abril de 1931.⁷⁸¹ Algo idêntico, mas inverso se observa com os portugueses David Mesquita Barros (dirigente na União dos Escoteiros do Brasil),

⁷⁷⁷ O primeiro contingente português a frequentar a Escola de Chefes de Cappy foi constituído por cinco escoteiros da AEP, todos de Lisboa: Eduardo Tudela de Castro (Gr. 54), Aníbal Tomás dos Santos e João Pissarra (Gr. 7), Aquiles Oeiras Melquíades (Gr. 5) e António Azedo (Gr. 9). «Escoteiros», *O Século*, Ano 46, nº 15:620, 1925-Ago-26, p. 4. Também Dorothea Pheysey, da *Oporto Girl-Guide Association*, participou num encontro internacional de guidismo nos Estados Unidos da América, como única dirigente de Portugal («Girl-Guides», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. II; Nº 16, 1933-March, pp. 47-49).

⁷⁷⁸ «Escotismo», *Gazeta de Coimbra*, Ano XVI, nº 1693, 1926-Nov-02, p. 1

⁷⁷⁹ «Um escoteiro português que anda dando a volta ao mundo», *O Século*, Ano 45, nº 15:327, 1924-Out-15, p. 1

⁷⁸⁰ Emil Eberle (*scoutmaster* alemão do *Pfadfindergruppe* 9 de Hamburgo) e outro anónimo austríaco, ambos estudantes na cidade hanseática («Viajantes escoteiros», *Gazeta de Coimbra*, Ano VI, nº 1918, 1926-Jul-17, p. 2). Em 1936 chegariam os irmãos suíços Frik e Ferdinand Pfister, recebidos pelo CNE Gr. 89-Lisboa («Um nosso irmão na Suíça», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 7, 1936-Mai-15, p. 72).

⁷⁸¹ «Adeiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ed. Manhã, Ano LXXIV, nº 33, 1929-Fev-09, p. 3; «Nas Regiões. Funchal», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano VII, nº 8, 1931-Mai-31, pp. 30-31.

Ernesto de Sousa (ex-AEP Gr. 1-Lisboa e *scoutmaster* na *Boy-Scouts of America*), ou o escoteiro João Nóbrega de Santos Pontes, do CNS Gr. 5-Funchal, nomeado como delegado dos britânicos “*Deep sea scouts*” na Madeira, uma associação de escotismo marítimo com sede internacional em Londres.⁷⁸² Um caso curioso recai no casamento do chefe portuense José Nunes Pinto com a *cheftaine* francesa Patty Rousseau em 1934 em Bordéus, e com a presença do cônsul local.⁷⁸³

Em caso de impossibilidade de qualquer deslocação dos contingentes estrangeiros aos centros escotistas ingleses, era bastante corrente que a *Boy-Scouts Association* enviasse fitas cinematográficas pedagógicas para serem exibidas nas sedes locais. E uma vez que essas bobines chegassem a Portugal, acabariam a circular pelos vários grupos estabelecidos um pouco por todo o país.⁷⁸⁴ Mas não era o único caso indireto. O III Concurso Inter-Patrolhas de Lisboa em 1925 e realizado no Parque das Necessidades, contara com uma taça oferecida pelo grupo de *Wolverhampton 7nd Boy-Scout Group* como prémio principal.⁷⁸⁵

A uniformização do movimento escotista à escala global, e que se traduz numa transnacionalização intrínseca, assumiu o seu esplendor com as visitas oficiais do general Baden-Powell a vários países, incluindo Portugal.⁷⁸⁶ E convém não ser inocente ao ver aqui uma simples presença institucional do chefe escoteiro mundial, ao gastar recursos económicos em deslocações às principais cidades dos cinco continentes para apenas verificar *in loco* o

⁷⁸² «Escutismo. Delegado dos “*Deep Sea Scouts*” na Madeira», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1794, 1938-Jun-11, p. 3

⁷⁸³ «Escoteiros», *O Século*, Ano 49, nº 16:760, 1928-Nov-03, p. 3; «Porto», *A Flor de Lis*, Ano 10, nº 13, 1934-Ago-15, p. 56. Peter Jones caracterizou este tipo de indivíduos como “subgrupos identitários”, e automaticamente elementos potenciais para a resolução de conflitos internacionais. O politólogo exemplifica a proximidade cultural entre profissionais de distintos países (sobretudo militares, ferroviários, jogadores de futebol), em que o sentimento de pertença identitária é por vezes superior ao sentimento nacionalista (Jones 2015, 73).

⁷⁸⁴ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 43, nº 14:867, 1923-Jul-05; p. 6; «Escoteiros de Portugal», *Sporting. Semanário Desportivo Ilustrado*. Ano III, nº 121, 1923-Jul-11, p. 14; «Escotismo», *O Século*, Ano 50, nº 17:240, 1930-Mar-10, p. 4. E nalguns casos a passagem de testemunho permaneceu durante anos. Um filme que fora exibido em Lisboa em 1913 só chegou a Coimbra em 1927. E mesmo assim com bastantes resistências. A comemoração da *Semana da Criança* fora integralmente preenchida com várias festividades dedicadas ao primeiro aniversário do golpe militar de 28 de Maio. Ao não haver disponibilidade nos teatros locais, os escoteiros locais conseguiram incluir uma matiné de cinema na própria sede, em que a receita gerada pela projeção se destinava à aquisição de material e impressão de panfletos de expansão e propaganda do escotismo na localidade («Film de Escoteiros», *Gazeta de Coimbra*, 1927-06-09, p. 2).

⁷⁸⁵ «Escotismo. Disputada de uma taça oferecida pelos escoteiros ingleses de Wolverhampton», *O Século*, Ano 46, nº 15:513, 1925-Mai-11, p. 6; «Escotismo», *O Século*, Ano 46, nº 15:527, 1925-Mai-25, p. 6

⁷⁸⁶ A visita de abril de 1934 é particularmente interessante pela demonstração de adeptos do movimento escotista dentro da cúpula do Estado Novo: «[...] Seguidamente a banda esteve executando *A Portuguesa*, enquanto cerca de 2000 escuteiros e algumas dezenas de estandartes desfilavam, fazendo continência em direção à varanda da Câmara [de Lisboa], onde se encontravam lady Baden-Powell, major Murry, chanceler da embaixada britânica e esposa, o sr. Ministro da Instrução, dr. Braga Paixão, tenente coronel Linhares de Lima, vereadores Peres Durão, Pastor de Macedo, coronel Lopes Mateus, major Santos Pedroso, dr. Caetano de Oliveira, Machado Pinto, rev. Joseph Crowley, Carvalho da Costa, etc.» («Na Câmara Municipal», *A Flor de Lis*, Ano 10, n.os 5-6, 1934-Abr-30, p. 20).

desenvolvimento do escotismo nos respetivos países. Pelo menos no caso português, isso não é plausível. As datas selecionadas para a visita a Lisboa integravam objetivos políticos bastante precisos, assim como as várias visitas que promoveu ao território caracterizaram-se por instrumentos de resistência face às investidas estatais. Como comendador da Ordem de Cristo e general, o escoteiro-chefe mundial era consciente que a sua presença solidificava o associativismo escotista português.

A visita de Baden-Powell a Lisboa em 1929 era esperada havia dez anos no resultado da concessão do colar honorífico pelo presidente Canto e Castro. E como foi referido antes, apenas a emergência da Ditadura Militar e as tentações fascizantes de uma mimese italiana impulsionaram uma inevitável ida à capital portuguesa. Mais ainda, quando aí vivia o seu sobrinho, nada menos que o coronel William F. Godfrey Pope, director da *Anglo-Portuguese Telegraph Company* (ver capítulo 1).

A preparação para a receção oficial começou nos finais de 1928 por iniciativa da direção central da AEP, que logo se reuniu com alguns delegados do Ministério das Finanças, as Regiões Militares de Lisboa, Porto e Angola. Havia muito em jogo e Portugal estaria agora no foco da principal imprensa estrangeira.⁷⁸⁷ Em março de 1929, e provindo de Cádiz e Sevilha, o líder da organização internacional chegava a Lisboa no dia 4 com o objetivo de cumprimentar os escoteiros presentes. De forma oficiosa pretendia delimitar uma fronteira de poderes entre a Ditadura Militar e a rede escotista mundial. O estado dos arquivos limita o aprofundamento sobre o teor das conversações entre Baden-Powell e elementos da governação, e é pela imprensa (generalista e associativa) que se extrai alguns pontos de debate diplomático.⁷⁸⁸ Facilmente se percebe que a incorporação definitiva dos católicos do CNS no *Boy Scouts International Bureau* foi uma delas (e que ocorreria um mês depois), o que acabou por encerrar um capítulo na pugna

⁷⁸⁷ A noção da estrutura internacional do escotismo estava bem patente nalguns consulados portugueses, que conheciam a potencialidade diplomática do movimento. Em maio de 1928 J. o cônsul português na Letónia, escreveu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros informando que participaria em nome do país numa “grande parada internacional de escoteiros, nas margens do Mar de Riga” (ANTT, Fundo «Arquivo Oliveira Salazar», Subfundo Ministério do Interior, *Correspondência de J. Sousa, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Secretário Geral do Ministério do Interior*. 1928-Mai-10, Lisboa).

⁷⁸⁸ Transcrevemos um excerto do jornal *O Século* que nos parece bastante pertinente quando à complexidade da questão: «[...] Cerca das 16 horas, o general Baden-Powell, acompanhado pelo sr. embaixador de Inglaterra, dirigiu-se para a cidadela de Cascais, a fim de apresentar os seus cumprimentos ao Chefe do Estado. Aí juntaram-se-lhe os dirigentes dos Escoteiros de Portugal. O sr. general Fragozo Carmona recebeu, muito cordialmente, o chefe do Escotismo Internacional, que acentuou a utilidade dessa instituição e solicitou o patrocínio do Presidente da República Portuguesa, para a ida de escoteiros portugueses a Inglaterra, por ocasião do Congresso do Escotismo, que se realiza em Birkenhead, em agosto deste ano. O Chefe de Estado, depois de ter tido algumas palavras de elogio para o ilustre visitante, disse-lhe que, junto do Governo, procuraria todas as facilidades para a representação do nosso País no referido Congresso.» («As homenagens ao general Sir Robert Baden-Powell, prestigioso chefe mundial da organização dos escoteiros», *O Século*, Ano 49, nº 16:878, 1929-Mar-06, pp. 1/6).

por um lugar na cimeira mundial.⁷⁸⁹ Apesar de os principais periódicos nacionais relevarem a presença do general inglês em Lisboa, quase nada se poderá extrair das reuniões com a edilidade olissiponense, representantes do governo ou presidência da República, muito talvez devido à eficácia da censura prévia.

O acompanhamento sequencial das multiactividades escotistas permite entender os impactos políticos destas visitas institucionais em todo o período analisado. Logo em Agosto, cinco meses depois da estadia em Lisboa, Baden-Powell participava no *Jamboree* de Birkenhead, na periferia de Liverpool em Inglaterra, onde acamparam cerca de 50.000 jovens. Por Lisboa e Porto passaram algumas delegações estrangeiras, como a União dos Escoteiros do Brasil, que rumavam ao evento. O momento fora aproveitado pelos portugueses para convidar os escoteiros brasileiros para assistir ao cumprimento dos rituais no espaço público, como a colocação de flores no pedestal do futuro monumento ao Soldado da Grande Guerra na Avenida da Liberdade, exposições em ordem unida pela cidade, saudação sincrónica à estátua de Camões, e sempre na presença do embaixador do Brasil, numa lógica que se enquadra na proposta de Fernando Catroga - o “ciclo nacional-imperialista” – e que inclui essa série de festividades (Catroga 2019, 288).⁷⁹⁰ Estes pequenos gestos protocolares obrigavam a uma resposta oficial pelas instâncias da República Portuguesa a um associativismo que se sentia ameaçado.⁷⁹¹

A imprensa desportiva do Porto destacou também uma crítica escotista à actuação dos órgãos estatais portugueses na recepção ao contingente brasileiro, e que certamente escapou à censura política. Segundo o colunista e escoteiro-chefe Alberto Pinto Saraiva, de todos os países europeus que o contingente brasileiro iria visitar, apenas Portugal exigiu o pagamento de todos os emolumentos. Dizia este que,

«[...] não protestamos, tanto mais que nos informam, não sabemos com que fundamento, que o Ilustre Ministro dos Estrangeiros, embora já tardiamente reparou um tal procedimento, mas não podemos, no entanto, deixar de registar este facto

⁷⁸⁹ A presença do médico Henrique Weiss de Oliveira nas fotografias oficiais durante a recepção é facilmente perceptível a partir deste prisma (J. V. Reis 2007, 122–23). Mais ainda quando a partir da visita de Baden-Powell a Lisboa em 1929, AEP e CNS passaram a ser as únicas representantes autorizadas pelo Estado Português perante o universo escotista mundial (o que deixava a UAP numa situação bastante desconfortável).

⁷⁹⁰ «Congresso Internacional de Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 17:013, 1929-Jul-20, p. 8

⁷⁹¹ Numa entrevista facultada pelo *O Século* a Inácio Azevedo Amaral, escoteiro-chefe brasileiro, durante a visita ao Palácio de Belém, afirmou que o «[...] sr. general Carmona acentuou que o convidara e aos seus camaradas a ir ao Palácio, desejoso de afirmar o especial carinho da nação portuguesa pelo Brasil, e, ao mesmo tempo, visto que se oferecera ocasião para isso, de pessoalmente testemunhar a sua grande simpatia e admiração pela notável actuação do actual ministro das Relações Exteriores, do governo brasileiro, que se fez credor da estima de todos quantos falam a língua portuguesa, pela justa reivindicação dos foros de mesmo idioma no concerto das nações. O Chefe do Estado Português – disse o dr. Inácio Amaral – alongou-se muito sobre o assunto, exaltando com entusiasmo e acerto da política exterior seguida pelo dr. Octávio Mangabeira e encarregado de transmitir ao chanceler brasileiro os seus vibrantes aplausos e os da Nação Portuguesa» («A passagem por Lisboa, da delegação brasileira ao “Jamboree” de Escoteiros», *O Século*, Ano 50, nº 17:196, 1930-Jan-23, p. 2).

com um sintoma de febre [...] de descrédito de Portugal. Espantoso, simplesmente espantoso».⁷⁹²

Mais ainda quando o governo do Rio de Janeiro notificara que o embaixador Regis de Oliveira e um representante do Instituto do Café do Brasil (um dos principais patrocinadores da viagem), participariam no acampamento com o objetivo de instalar aí um *stand* para um serviço gratuito de cafés.⁷⁹³ A ida dos escoteiros brasileiros a Birkenhead, mais do um assunto escotista, acabara por se transformar num instrumento de *marketing* diplomático. Cinquenta escoteiros portugueses juntar-se-iam ao contingente brasileiro no navio *Andes* com destino a Liverpool. E em Birkenhead, seriam recebidos por representantes do governo inglês que aguardavam os 25 elementos da AEP e 25 do CNS com uma agenda bastante precisa em termos de hierarquia estatutária e crenças religiosas⁷⁹⁴. Mas nunca partiriam sem bênção da Ditadura Militar, e antes da partida realizou-se uma parada no Palácio de Belém seguida do discurso de despedida do Presidente da República.⁷⁹⁵

Para sossegar as instituições Baden-Powell fez questão de enviar um telegrama à Casa Presidencial *a posteriori*, agradecendo a presença do contingente português, e relembrando à principal figura do Estado que

«temos já 2 milhões de rapazes, trabalhando para esse fim, em 42 diferentes países, os quais nos levam a esperar maiores resultados nos anos próximos futuros. O estímulo prestado por v. ex^a no seu país, contribuirá valiosamente para esse fim».⁷⁹⁶

As fronteiras estabelecidas anteriormente em março estavam bem definidas e as participações portuguesas nos *Jamborees* acabavam sempre por solidificar a rede mundial.⁷⁹⁷

⁷⁹² «Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário. Pela Raça*. Ano IX, nº 601, 1929-Jul-30, p. 13.

⁷⁹³ «O “Jamboree” dos “Boy-Scouts”», *O Século*, Ano 49, nº 17:037, 1929-Ago-13, p. 2.

⁷⁹⁴ «[...] um banquete a todos os chefes estrangeiros. A Associação inglesa oferece-lhes também um jantar. Um dos dias mais solenes do Jamboree vai ser aquele em que o príncipe de Gales visitará o acampamento. De manhã passa revista à secção portuguesa. Por questões de convivência, o serviço religioso teve de ser dividido de acordo com as crenças. Enquanto os protestantes se entregam aos seus serviços religiosos, os católicos terão missa celebrada pelo cardeal Bourne, que fará uma alocução. Seguir-se-á um Te-Deum cantado por todos» («Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 17:020, 1929-Jul-27, p. 2).

⁷⁹⁵ «Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 17:021, 1929-Jul-28, p. 9.

⁷⁹⁶ A carta foi publicada na imprensa generalista de Lisboa, Porto e Lourenço Marques: «Escotismo», *O Comércio do Porto*, Ed. Manhã, Ano LXXV, nº 215, 1929-Set-12, p. 5; «Baden-Powell testemunha o apreço em que teve a delegação portuguesa ao “Jamboree”», *O Século*, Ano 49, nº 17:067, 1929-Set-12, p. 2; «O Jamboree Mundial dos Escoteiros», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1072, 1929-Out-09, p. 1.

⁷⁹⁷ Até 1939 houve cinco *World Scout Jamborees* (1920: Kensington, Londres; 1924: Ermelunden, Dinamarca; 1929: Birkenhead, Reino Unido; 1933: Gödöllő, Hungria; 1937: Vogelenzang, Países Baixos). Somente no Jamboree de 1924 não houve qualquer participação portuguesa.

Era a concretização de uma das muitas recomendações da Sociedade das Nações desde janeiro de 1925, para que os governos nacionais protegessem e auxiliassem o desenvolvimento do associativismo juvenil como fórmula de Fraternidade e Paz (Associação dos Escoteiros de Portugal 1925, 8–9). A experiência portuguesa em Birkenhead seria repetida nos *Jamborees* seguintes e uma investigação mais detalhada a todos os eventos mundiais de escotismo merecia outro espaço. Por falta de disponibilidade optámos por nos limitar à dimensão transnacional do escotismo e ao seu impacto na diplomacia portuguesa.⁷⁹⁸

Agora o *Jamboree* Mundial de Vogelenzang em 1937, nas proximidades de Bloemendaal, Países Baixos, e onde a participação madeirense teve uma presença mais impactante que as restantes continentais portuguesas.⁷⁹⁹ Ao contrário do que fizera o governo brasileiro, o cônsul J.A Borges Santos tomou a iniciativa pessoal de visitar o acampamento de Vogelenzang e que acabou por se transformar em muito mais do que uma simples visita de cortesia.⁸⁰⁰ O *Jamboree* de 1937 foi uma autêntica prova de resistência institucional de um associativismo transnacional num período em que se evidenciavam algumas personalidades internacionais patrocinadoras destes megaencontros. E numa zona de geoestratégica como os Países Baixos, onde os blocos norte-atlântico e nacional-socialista concorriam pela área de influência. Os convites do *Boy Scouts International Bureau* ao príncipe Gustavo Adolfo da Suécia, ao conde Gelky (escoteiro-chefe da Hungria), ou ao almirante Rambonet (escoteiro-chefe do contingente francês) para a abertura oficial não foram ocasionais. De todo.⁸⁰¹ O objectivo era paradoxalmente simples e complexo. E se por um lado mediatizava quem era quem no escotismo, já por outro, caracterizava-o como uma instituição mundial. Assim se deve entender a visita do cônsul português ao acampamento.

Até ao momento abordou-se essencialmente a vertente masculina, e convém observar agora como a congénere feminina teve um percurso semelhante. Na sequência dos acampamentos mundiais (e mais especificamente no de Birkenhead em 1929), o escotismo

⁷⁹⁸ Por exemplo, a AEP só conseguiu a aprovação dos seus estatutos associativos pelos Ministérios da Guerra e Negócios Estrangeiros em 1922, dois anos após a realização do *Jamboree* de Olympia Park, onde se decidira uniformizar as associações à escala mundial («Escotismo. A alteração dos estatutos», *O Século*, Ano 42, nº 14:414, 1922-Mar-29; p. 3).

⁷⁹⁹ A partir da coluna *Diário de um Jamboreano*, exclusivamente dedicada ao acampamento no *O Jornal. Diário da Manhã*, poder-se-á extrair informação muito útil na análise das manobras políticas em torno do escotismo. Segundo o autor «[...] as visitas [às cidades] de Volendam, Marken, Zuiderzee, Amesterdão, Roterdão, Haia e Jen Helder, tampouco suscitavam uma tranquilidade automática», o que reflete a animosidade política do momento («Diário de um Jamboreano», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1551, 1937-Ago-26, p. 4).

⁸⁰⁰ A visita institucional do cônsul efectuou-se aos campos húngaro, americano, belga, francês, arménio, lituano, dinamarquês e suíço («Diário de um Jamboreano», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1549, 1937-Ago-24, pp. 1/2).

⁸⁰¹ «Diário de um Jamboreano», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1553, 1937-Ago-28, pp. 1/4

feminino português contou com um apoio singular. Também as *girl-guides* receberam a visita de Rose Kerr, nomeada como Comissária Internacional na *Seventh World Guiding Conference* em Bucze (Polónia) em 1932, e que se deslocou a Lisboa em fevereiro de 1933 por recomendação *World Guide Chief* Olave Baden-Powell (Alex Liddell 1960, 76; Kerr 1984, 215; Lontro e Monteiro 2014, 108). Uma demonstração público-política em moldes idênticos à de Robert Baden-Powell quatro anos antes, mas com um peso institucional bem distinto (o efetivo das guias correspondia apenas a 8% do universo escotista português).

A visita de Rose Kerr em fevereiro de 1933 iniciou-se com uma conferência de boas-vindas na sede Automóvel Club de Portugal.⁸⁰² E colocada ao lado de Eileen Pope (simultaneamente esposa do coronel Pope e embaixatriz de Inglaterra) e de Vítor Braga Paixão (representante do Ministério de Instrução), marcava uma presença muito nítida num espaço em branco.⁸⁰³ Ao contrário da visita do Robert Baden-Powell em 1929, Kerr fora incumbida de reunir o apoio feminino dentro da comunidade inglesa e encetar protocolos cooperativos com a embaixada de Inglaterra e o Ministério da Instrução. O guidismo até à data limitava-se às localidades de Funchal, Porto, Lisboa e Carcavelos (Alex Liddell 1960, 96–97), e o *World Guiding Bureau* objetivava o crescimento em Portugal e no Império, com a criação de uma associação exclusivamente portuguesa.⁸⁰⁴ A resposta governamental concretizou-se com os vários Governos Cívicos a pressionarem as respetivas unidades locais mais vulneráveis. O grupo misto inglês do Porto foi um deles. Uma vez que se encontrava sem a *commissioner* d'Authreau por se encontrar em Inglaterra (e o encerramento temporário estava fora de questão), o Governo Civil da cidade invicta fez um *ultimatum* ao grupo: ou nomeariam imediatamente uma líder ou as autoridades portuguesas encargar-se-iam de escolher alguém.⁸⁰⁵

Apesar do pouco impacto mediático, a visita de Kerr ainda conseguiu alcançar algumas metas. A AEP criou o Gr. 51 na Foz do Douro, destinado apenas a jovens ingleses, e escolhera a escoteira-chefe Rosalie Lucy Adela Cassels para líder.⁸⁰⁶ Mais a sul, o major J. T.

⁸⁰² A sede do Automóvel Club de Portugal era um local privilegiado para a promoção turística do Estado Novo, sendo um palco comum para reuniões internacionais. Para mais informações veja-se (Cadavez 2017, 175–76).

⁸⁰³ «Escotismo Feminino», *Escotismo*, nº 2, 1933-Fev, p. 4

⁸⁰⁴ «A Sr^a Mark Kerr que é directora da Associação Mundial das Escoteiras...», *O Século*, Ano 53, nº 18:301, 1933-Fev-23, p. 1; «Escotismo Feminino», *O Século*, Ano 53, nº 18:302, 1933-Fev-24, p. 10

⁸⁰⁵ «[...] A serious position has arisen with regard to the Scouts. Since the departure of Mr. d'Authreau there has been no Scoutmaster and efforts to obtain a scoutmaster have all failed. It was then reluctantly decided to disband the troop and representations to this effect were made to the Portuguese authorities. They state that the troop cannot be disbanded and say that if we cannot provide a scoutmaster ourselves then they will provide one for us. They have given us two months to continue our search for someone who would be willing to undertake the duties and we again appeal to some public-spirited young man to come forward and take on this work [...]» («Scouts», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. III; Nº 30, 1934-May; pp. 69-71/80-81).

⁸⁰⁶ «Informações Oficiais», *Escotismo. Órgão de propaganda, informação e educação dos escoteiros de Portugal*, nº 6, 1933-Jun, p. 3.

Montgomery, director da *Eastern Telegraph C.*, cedia os terrenos empresariais na Quinta do Cabo Submarino em Carcavelos para o *Primeiro Campo de Férias* da AEP logo em agosto de 1933 (a partir daí o espaço seria correntemente utilizado como palco para atividades escotistas).⁸⁰⁷ Como recompensa pelos serviços prestados, Montgomery seria condecorado no ano seguinte com a Cruz Suástica de Ouro, a mais alta distinção outorgada a não-escoteiros (González Castillejo 2001, 650; Lontro e Monteiro 2014, 168), numa sessão bastante concorrida ao qual se juntaram as famílias dos jovens, a direcção do Corpo Nacional de Scouts e a União das Escoteiras de Portugal.⁸⁰⁸

A atribuição da Cruz Suástica de Ouro a altas individualidades observa-se em todos espaços metropolitanos e imperiais portugueses.⁸⁰⁹ A cerimónia de atribuição da Cruz Suástica de Ouro ao major J. T. Montgomery serviu como um ensaio para a recepção oficial a uma nova visita de Baden-Powell a Lisboa no mês seguinte. Trezentos escoteiros na plateia. E na tribuna: Sá Oliveira e família; Reis Santos; a escoteira-chefe Elsa Roder (do grupo feminino da Igreja Batista), vários patrocinadores de grupos locais, famílias inglesas e ainda o comandante Melo Machado (fundador do escotismo em Macau em 1911).⁸¹⁰ Embora a visita de Baden-Powell a Lisboa em 1934 tivesse um impacto político ainda maior do que em 1929, o mesmo não se poderá dizer da censura política na imprensa metropolitana. Observou-se que uma das cartas de Baden-Powell aos escoteiros portugueses somente fora publicada em Lourenço Marques, e na qual o fundador mundial do escotismo relembra a sua

«[...] ligação com Portugal, quer por intermedio da nossa irmandade escotista, quer também pelo facto de ser eu condecorado com a «Ordem de Cristo Portuguesa» e ser membro honorário da bem mundialmente conhecida «Sociedade de Geografia de Portugal». Faço os meus melhores votos para que continueis fazendo bom “Escotismo” e, conseqüentemente, formando bons cidadãos para o vosso país e bons amigos dos escoteiros de outras nações».⁸¹¹

⁸⁰⁷ «Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:476, 1933-Ago-19, p. 3; «O nosso Campo de Carcavelos», *Escotismo*, nº 10, 1933-Out, p. 8

⁸⁰⁸ «Escotismo em Carcavelos», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.584, 1934-Fev-23, p. 3; «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18:659, 1934-Fev-24, p. 3; «Escotismo. Carcavelos», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.586, 1934-Mar-02, p. 3; «Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 19:176, 1935-Ago-03, p. 3

⁸⁰⁹ A título de curiosidade, enquanto o príncipe Jorge de Gales visitava a cidade sul-africana de Benoni, e passava revista corrente ao exército nesse mesmo ano de 1934, ostentava a sua Cruz Suástica de Ouro atribuída pela AEP de Moçambique no ano anterior. A atribuição da condecoração foi justificada pela sua qualidade de Comissário Geral dos Escoteiros Marítimos de Inglaterra («Escotismo. A próxima visita dos escoteiros transvalianos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:465, 1934-Jun-05, pp. 3-4).

⁸¹⁰ «Escotismo. Os exercícios e mais cerimónias», *O Século*, Ano 54, nº 18:668, 1934-Mar-05, p. 3

⁸¹¹ «Escotismo. A próxima visita dos escoteiros transvalianos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:465, 1934-Jun-05, pp. 3/4

A realização da Exposição Colonial do Porto de 1934 acabou por complementar as resistências do associativismo escotista português.⁸¹² Ao ser palco simultâneo do IV Acampamento Nacional da AEP acabou por frenar algumas hostilidades aos grupos escotistas do norte do país, e que transformaram as sedes em hospedarias para as centenas de escoteiros que rumariam à Invicta em setembro. Os desfiles já ensaiados em abril para a visita de Baden-Powell a Lisboa seriam agora repetidos, e era de máxima importância repeti-los com qualidade, tendo em conta o impacto mediático internacional da Exposição Colonial nas imediações do Palácio de Cristal.⁸¹³ Sessões cinematográficas no Jardim Cinema permitiriam gerar algumas receitas que destinar-se-iam a financiar os elementos economicamente mais vulneráveis e impedidos de viajar. Este pequeno procedimento facilitou a receção a grupos de todo o país (arquipélagos e império incluídos), ao que se acrescentaram alguns contingentes gibraltarinóis e espanhóis. O aproveitamento da oportunidade era bastante óbvio quando se pretendia atrair a atenção dos *boy-scouts* britânicos do estreito, um tema bastante caro a certos sectores mais conservadores da política espanhola.⁸¹⁴ A delegação de Gibraltar liderada pelos *scoutmasters* Griffin e Luasis Mayer fora duplamente convidada pela AEP e Associação Cristã da Mocidade de Lisboa, podendo pernoitar na capital e visitar o mosteiro dos Jerónimos, museus dos Coches e Janelas Verdes, Aquário Vasco da Gama e ruínas do Carmo.⁸¹⁵ Após o Acampamento Nacional da AEP, e já no regresso a Lisboa, cumpriram ainda o ritual da praxe, com uma visita à Batalha e a colocação de um ramo de flores no monumento aos Mortos da Grande Guerra na Avenida da Liberdade, terminando com um jantar de despedida na sede do AEP Gr. 1, na Rua de S. Bento.⁸¹⁶

Uma caracterização inextensível a todo o território português. Na ilha da Madeira, por exemplo, o clima persecutório era praticamente inexistente, justificado pelo facto de que muitos

⁸¹² Dos seis acampamentos nacionais da AEP decorridos no período analisado, apenas o de 1934 foi estabelecido fora da área metropolitana de Lisboa: 1916 (Paiã-Porto Brandão), 1927 (Queluz), 1933 (Carcavelos), 1934 (Exposição Colonial do Porto), 1935 (Estoril), 1938 (Benfica) e 1940 (Belém).

⁸¹³ «Escotismo», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 214, 1934-Set-09, p. 6

⁸¹⁴ A jurisdição britânica em Gibraltar sempre foi um tema bastante indigerido nalguns sectores mais conservadores da política espanhola (Torre Gómez 2002, 155; P. A. Oliveira 2011, 306). Os rumores de possibilidade de uma intervenção alemã no rochedo, em troca de uma legítima ocupação do território português por parte de Espanha, decorridos sobretudo durante a Grande Guerra, ainda não tinham sido dissipados em 1934. E as direções escotistas estavam a par desta realidade. O convite ao contingente gibraltarinol para visitar a Exposição Colonial do Porto servia dois propósitos, e tanto a AEP como os *Boy-Scouts* de Gibraltar conseguiam internacionalizar as suas posições.

⁸¹⁵ «Exposição Colonial Portuguesa», *O Século*, Ano 54, nº 18.860, 1934-Set-14, p. 5

⁸¹⁶ A deposição de flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra era uma prática comum nas várias associações («Uma homenagem dos adueiros aos mortos da Guerra», *O Século*, Ano 49, nº 16:581, 1928-Mai-07, p. 2; «Escotismo. A delegação inglesa», *O Século*, Ano 54, nº 18.875, 1934-Set-29, p. 4; «Escotismo. A delegação inglesa», *O Século*, Ano 54, nº 18.876, 1934-Set-30, p. 3).

dos dirigentes escotistas estarem ligados aos meios militares. A convivência com representantes de outras associações estrangeiras era frequente, e de todos os continentes. Em junho desse ano, o navio da marinha sueca “Óscar II” aportou no Funchal, sendo o comandante Von Arbin recebido com pompa e circunstância pelo CNS e AEP, na qualidade de chefe da *Sveriges Scoutförbundet*.⁸¹⁷ Ou o caso da passagem de príncipe Edward VIII pelo Funchal, recebido na ilha pelo Comissário Regional do CNE «com quem se demorou a falar sobre o progresso do movimento escutista insular».⁸¹⁸ Ou ainda outras figuras importantes no escotismo mundial, como o coronel Granville Walton, Comissário Mundial dos *Rovers* (Caminheiros), que também visitaram a ilha macaronésica. Sendo um espaço de conexão na travessia dos dois hemisférios, Walton aportou ao Funchal após o regresso do *Jamboree* Sul-Africano de 1936. Mais uma vez a revista pública aos escoteiros madeirenses e uma troca de lembranças oferecidas por Dermot Bolger (proprietário do Palácio Torre Bela no Funchal) e seguida dos hinos nacionais. Ações que permitiam que os grupos insulares mantivessem um contacto quase direto com o *World Scout Bureau* em Londres e sem qualquer interferência das respectivas direções nacionais em Lisboa e Braga.⁸¹⁹ A marginalidade potestativa do escotismo madeirense é bastante visível em *O Jornal. Diário da Manhã* e contrasta com a imprensa generalista nacional. Aquando da passagem do contingente sul-africano no Funchal com destino ao *Jamboree* de seniores de 1935 na Suécia, surgiram críticas à disfuncionalidade da Organização Escotista de Portugal, principalmente quando

«[...] todas as nações do mundo ali enviarão representantes, sendo algumas delegações subsidiadas pelos governos dos respectivos países – prova evidente de que reconhecem o valor formidável desta organização. As associações escutistas portuguesas que têm uma organização adjunta ao Ministério de Instrução, não enviarão a Estocolmo um único representante! Vem a talhe de foice perguntar para que servirá uma O.E.P., se dela não parte um único estímulo para o escutismo português?»⁸²⁰

A censura política no continente não permitia o mesmo nível discricional que havia nos territórios insulares. Os periódicos de Lisboa limitavam-se a uma informação objetiva que não pusesse em causa o *status quo* institucional (e racial, por acréscimo). A presença de setenta e cinco escoteiros javaneses no cais da Rocha do Conde de Óbidos dois anos depois foi bastante

⁸¹⁷ «Visita de escoteiros ao “Óscar II”», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano II, nº 605; 1934-Jun-12, p. 1

⁸¹⁸ «Escutismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1090, 1936-Fev-07 pp. 3/4

⁸¹⁹ «Escutismo. Coronel Granville Walton», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1130, 1936-Mar-28, p. 3

⁸²⁰ «A caminho do Jamburi», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 932, 1935-Jul-27, p. 6

secundarizada e mencionada apenas no jornal *Os Sports*.⁸²¹ Em nada comparável com as descrições exercidas pelo *O Jornal. Diário da Manhã* quando reportava a presença de várias delegações estrangeiras, muitas delas de proveniência tropical. Através dessas linhas é possível acompanhar o regresso de algumas às respectivas terras-natais antes após o *Jamboree* de 1937. Como os doze *scoutmasters* da Rodésia a bordo do «Dunnottar Castle», chefiados por J. Knapnean, com destino à festa de coroação do Rei Jorge VI, e recebidos pelo capitão Eduardo A. Santos Pereira (Comissário Regional do CNE-Madeira), que os levou a conhecer a ilha. Uma receção proporcionalmente inversa dada aos escoteiros africanos da Costa do Ouro, que também aportaram ao Funchal com destino ao mesmo evento⁸²². Ou ainda alguns contingentes das Antilhas que só visitaram a sede do CNS Gr. 88.⁸²³

Outros exemplos poderão ser extraídos a partir das prosaicas cerimónias públicas no Império e que caracterizam a dimensão transnacional do movimento. As cerimónias oficiais de recepção ao contingente sul-africano em Lourenço Marques pautavam-se quase sempre pela presença do Presidente da Câmara Municipal. E logo na estação ferroviária. E se coincidisse com algumas festividades de grande dimensão, como o dia 04 de Julho (dia da independência dos Estados Unidos da América) por exemplo, era sugerida uma visita ao consulado americano, e sempre sob a supervisão dos cônsules da Grã-Bretanha e União Sul-Africana.⁸²⁴ O objectivo era simples:

«[...] Estimular, pois, a amizade e boas relações entre os jovens que, unidos hoje, pelo espírito do corpo, serão os homens de amanhã, a quem hão de ser confiados os destinos dos respectivos países, é boa orientação que deve seguir-se e manter-se».⁸²⁵

Na Ásia, mais concretamente em Goa, observa-se algo idêntico, o que mostra que a procura pelo respaldo inglês foi algo transversal a todos os territórios ultramarinos. Até mesmo em Bombaim, onde o tenente Aníbal Moreira e o AEP Gr. 108-Pangim foram recebidos pessoalmente pelo governador Lord Brabourn. As cerimónias públicas de uma revista aos escoteiros seguida do discurso oficial, e nalguns casos, com a publicação do mesmo na imprensa

⁸²¹ «Escotismo. A caminho da Holanda», *Os Sports*. Ano XIX, nº 1.939, 1937-Jul-19, p. 2

⁸²² «Escutas da Rodésia», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1440, 1937-Abr-17, p. 3; «Escoteiros da Costa do Ouro», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1495, 1937-Jun-22, p. 1

⁸²³ Delegações de Curaçau, Barbados, Trinidad e Tobago, Dominica e Sabá: «Escutismo. Escutas holandeses», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1612, 1937-Nov-06, p. 4

⁸²⁴ «Escotismo. A próxima visita dos escoteiros transvalianos». *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:465, 1934-Jun-05, pp. 3-4.

⁸²⁵ «Grande Festival Escotista», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:500, 1934-Jul-16, p. 4

local, mostra as interações internacionais deste movimento.⁸²⁶ Um jornalista do *The Anglo-Lusitano* reportou essa visita do grupo de Pangim aos congéneres de Bombaim com a emblemática frase «*They will return to Goa with their minds broadened and with their views upon many subjects considerably revised*».⁸²⁷

7.4 Escotismo no exílio: os *Exploradores de España* na Curia e os judeus do AEP Gr. 124-Lisboa (1934-1937)⁸²⁸

A institucionalização do movimento escotista em Portugal deveu muito à sua dimensão transnacional e nomeadamente à sua capacidade de organização. Inerente desde a génese, este associativismo adaptou-se às várias realidades políticas iniciadas com a queda da Monarquia, passando pelos vários subperíodos da Primeira República e Ditadura Militar, estendendo-se às propostas absorcionistas do Estado Novo. Este *cursus continuus* dotou-o da capacidade se moldar a circunstâncias conturbadas e, de certa forma, a conseguir articular-se num curto espaço de tempo aos vários imprevistos sociais que pudessem surgir. Assim se entende a estruturação de acolhimento a escoteiros estrangeiros que procuraram Portugal como porto de exílio, e em quase todo o período cronológico abordado, detetaram-se pelo menos duas situações que merecem alguma atenção.

Difícilmente se poderia falar da dimensão transnacional do escotismo português sem uma alusão às duas unidades que se constituíram entre 1934 e 1937 como “escoteiros exilados”. Tanto os *Exploradores de España* que se estabeleceram na vila da Curia (Anadia), como os judeus alemães que integraram AEP Gr. 124-Lisboa, complementam o quadro das várias formas de resistência associativa às políticas do Estado Novo. Ambos os casos são pouco conhecidos, apesar dos primeiros já terem sido observados de forma superficial por Till Kössler e Javier Burrieza dentro de uma perspetiva macroanalítica ao colégio jesuíta de Valladolid que se fora transferido de Espanha diretamente para a estância termal portuguesa (Kössler 2009, 21; Burrieza Sánchez 2016, 242–61). Começamos por aqui.

⁸²⁶ «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18.806, 1934-Jul-22, p. 12

⁸²⁷ «Goan Scouts in Bombay», *The Anglo-Lusitano. The oldest anglo-portuguese weekly*, Vol. 49, Nr. 42, 1934-May, 05th, p.1. Agradecemos a Sandra Ataíde Lobo a gentileza de nos enviar esta informação.

⁸²⁸ Este subcapítulo foi parcialmente apresentado e debatido no Congresso Internacional “Sin Fronteras. Relixións e redes transnacionais no mundo contemporáneo”, realizado em Tui (Espanha), a 30 de setembro de 2021, com a comunicação «*Boy-Scouts en el exilio portugués. Los católicos “Exploradores de España” en Curia y los judíos “Pfadfinder” en Lisboa (1932-1939)*». Agradecemos ao prof. José Ramón Rodríguez Lago o convite e oportunidade.

O *escultismo* em Espanha iniciou-se em 1912 (Cruz Orozco 2002, 250) e o seu percurso acompanhou o ritmo do homólogo português.⁸²⁹ A mediatização do desenvolvimento do *scouting* no país vizinho é tão antigo quanto a institucionalização da imprensa escotista em Portugal, e com a primeira notícia a surgir logo em outubro de 1915 a publicitar o convite dos *Exploradores de España* à direção da UAP.⁸³⁰ Mais que a proximidade geográfica de dos dois países, foi sobretudo a proximidade cultural entre o norte e a Galiza que marcou efetivamente a maior relação interassociativa, e que permitia uma presença constante de *exploradores* galegos no Porto em conjunto com a UAP e AEP.⁸³¹ O surgimento dos escoteiros católicos do CNS em 1925 acrescentou mais uma associação à lista de associações com que interagir.⁸³²

O Acampamento Internacional de Vigo de 1930 caracteriza-se como um dos marcos mais emblemáticos nas relações escotistas ibéricas (Salgado 1948, 57–58), e periódicos como *O Sporting* acabaram por ser um dos porta-vozes mais apologistas para uma participação portuguesa massiva. Tendo em conta a solidificação da Ditadura Militar, a UAP fora impedida de se registar e do lado da AEP apenas dois escoteiros responderam a título individual⁸³³. Já do lado do CNS houve um maior impacto, com o escoteiro-chefe galego católico Alfonso García Hermida a receber nove congéneres de Braga, entre os quais o padre Avelino Gonçalves. E uma vez em Vigo, a comitiva portuguesa foi recebida com uma missa conjunta na praça de Compostela, com a bandeira portuguesa protocolarmente a ser hastada pelo próprio comandante naval viguês, e hino tocado pela banda filarmónica dos *exploradores* andaluzes de Minas de Riotinto.⁸³⁴

⁸²⁹ A instabilidade política da I República limitou as relações interassociativas dos dois países. Contudo, a instauração da Ditadura Militar em 1926 e a implementação do Estado Novo agravariam ainda mais as dificuldades para qualquer participação em eventos internacionais na Península Ibérica.

⁸³⁰ Os portugueses convidados acabaram por não comparecer devido ao agravamento dos conflitos políticos devido à revolta contra o governo de Pimenta de Castro («Adueros e Exploradores», in *O Aduero*, nº 7, 1915-Out-20, p. 28). A partir desta as referências ao escotismo espanhol são cada vez mais abundantes, e nas várias categorias de imprensa, por exemplo: a abertura da Secção Desportiva dos *Exploradores de España* («Escotismo», *Os Sports*, Ano II, nº 148, 1920-Dez-02, p. 1), ou a presença de um batalhão infantil de Ayamonte na cerimónia do juramento do Grupo de Vila Real de Santo António («Escoteiros», *O Século*, Ano 47, nº 15:838, 1926-Abr-07, p. 3).

⁸³¹ «Adueros e Exploradores», *O Aduero*, nº 7, 1915-Out-20, p. 28. Em outubro de 1922, pelo menos 44 escoteiros galegos visitaram a cidade do Porto, e a 7 de novembro 24 adueiros portuenses visitariam Vigo como agradecimento («Adueros Hespanhoes», *O Aduero do Sul*, Ano I, nº 4, 1922-Out, p. 2).

⁸³² «Pelo mundo Scout», *A Flor de Lis*, Ano 2, nº 6, 1926-Out-15, p. 2.

⁸³³ O convite dos *scouts* de Vigo fora divulgado em março de 1930 («Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano IX, nº 671, 1930-Mar-28, p. 12). Quatro meses depois, o dirigente Alfonso García Hermida agradecia a presença dos representantes portugueses («Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 703, 1930-Jul-18, p. 14; «Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 710, 1930-Ago-12, p. 13)

⁸³⁴ «Informações», *Escotismo. Mensário de Educação, Estudo e Propaganda*, Ano1, nº 3, 1930-Mar, p. 7; «Invitación de nuestros hermanos», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 3, 1930-Mar-15, p. 4; «Vigo», *Escotismo. Mensário de Educação, Estudo e Propaganda*, Ano 1, nº 6, 1930-Jun, p. 4; «Acampamento em Vigo», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 10, 1930-Jun-30, p. 38; «Actos Oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 11, 1930-Jul-15, p. 1; «Acampamento de Vigo», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 13, 1930-Ago-15 pp. 49/50.

O acampamento de 1930 em Vigo abriu o precedente de uma afinidade institucional cada vez mais vinculada entre os *Exploradores de España* e o Corpo Nacional de Scouts (em detrimento da UAP e AEP), e muito impulsionada pela conjugação de esforços por Alfonso García Hermida e Avelino Gonçalves. Logo no mês seguinte o CNS organizaria o seu III Acampamento Nacional na praia da Granja, em Espinho, e no qual o grupo viguês também participou. Um acampamento de escoteiros com atividades similares aos restantes, com visitas às cidades de Porto e Braga, e apenas com a particularidade do remate institucional pelo chefe Alfonso Garcia Hermida (na qualidade de representante municipal de Vigo) que condecorou a associação anfitriã com a *corbata de honra*. Como resposta, os escoteiros católicos entregaram-lhe com a Cruz de Agradecimento de 1º Classe.⁸³⁵ Importa também salientar aqui a deslocação do jornalista Rey Allar do jornal *El Pueblo Gallego* à praia da Granja animou à pomposidade política do evento do outro lado da raia. Num período conturbado pelo pós-ditadura de Primo de Rivera logo no início do ano e a constituição do Pacto de San Sebastián (Preston 2006, 48–49), com as várias fações republicanas a prepararem-se para a constituição da Segunda República nas mesmas datas do acampamento da Granja, seria um pouco espetável que os exploradores de Vigo sofressem algumas investidas. Mais ainda quando o apadrinhamento da Casa Real de Alfonso XIII ao escotismo espanhol era manifesto, assim como algumas interferências estatais por Primo de Rivera acabaram por transformar o *escultismo* como instrumento paraestatal (González Castillejo 2001; Souto Kustrín 2005, 99–100). E a deslocação dos *exploradores* galegos a Portugal para um acampamento conjunto acabava por lhes impor ainda mais suspeitas de ser uma organização filofascista. Cedo surgiram as primeiras reações do mundo literário, como Miguel de Unamuno, que criticou a participação juvenil no *scouting* como um projeto desvirtuador da juventude.⁸³⁶

A partir de maio de 1932 vários vultos do republicanismo espanhol declararam a sua adversidade ao método escotista, o que se traduziu na possibilidade de extinção pela sua vinculação ao mundo militar e adversidade pública ao comunismo. Os próprios *Exploradores de España* de adaptar-se às pressões políticas e alterar o seu logotipo oficial, retirando a flor-de-lis (símbolo mundial e erroneamente associado à Casa Real Borbónica), e substituindo-a por uma estrela de cinco pontas (González Castillejo 2001, 632). Como era de esperar, do lado português surgiram críticas.

⁸³⁵ «3º Acampamento Nacional. Nuestros hermanos», *A Flor de Lis*, Ano 6, n.º 16/17, 1930-Set-30, p. 62; «Nuestros hermanos agradecem», *A Flor de Lis*, Ano 6, n.º 16/17, 1930-Set-30, p. 66; «Actos Oficiais», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 6, nº 19, 1930-Out-30, p. 73.

⁸³⁶ «Várias Notícias», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 6, no 20, 1930-Nov-30, p. 80.

As apertadas restrições à livre-circulação associativa da Segunda República Espanhola não significaram um aniquilamento organizacional total. Os escoteiros portugueses continuariam a exercer algumas atividades em Espanha durante todo o período da Segunda República, muitas delas em Vigo, onde prosseguiram os contatos entre as associações portuguesas e os grupos locais.⁸³⁷ Da mesma maneira que alguns grupos galegos nunca pararam de visitar Portugal, e registam-se algumas presenças na Exposição Colonial do Porto de 1934⁸³⁸. E até mesmo o *Colegio jesuíta de San José* aqui analisado, pôde acampar no Verão de 1935 nas vilas de Llanes e Comillas na orla cantábrica, nas mesmas datas que um grupo de Ferrol visitava Porto e Braga.⁸³⁹ Mas recuemos um pouco.

A vitória de uma maioria republicana nas eleições municipais de 12 de abril de 1931 culminou com a abdicação do rei Alfonso XIII dois dias depois, exilando-se em Paris e dando espaço de manobra para a constituição da Segunda República (Payne 2020, 44–62). De forma introdutória e sem necessidade de grandes descrições deste conturbado período político no país vizinho, interessa aqui analisar o impacto que o mesmo teve no associativismo escotista, e mais precisamente nos grupos de escoteiros católicos espanhóis que se exilaram em Portugal devido às primeiras perseguições políticas contra instituições da Companhia de Jesus, como foi o caso do colégio de San José de Valladolid, que se instalou na vila beirã da Curia após o decreto de inabilitação em dezembro de 1931, de modo a possibilitar o prosseguimento dos estudos secundários aos seus alunos.

A instalação de um colégio espanhol jesuíta na Curia, e inicialmente idealizado para albergar mil e quinhentas pessoas, entre alunos e professores, obedecia a vários propósitos: uma localização de fácil acesso ferroviário tanto a Coimbra como a Valladolid, com a possibilidade de um aluguer integral das estâncias termais durante a época baixa.⁸⁴⁰ A residência fixa na vila

⁸³⁷ «A Situação do Escutismo em Espanha», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 8, n.º 7/8, 1932-Mai-15, p. 26; «Não lhes é permitido o uso da Flor-de-Lis, visto ser agora considerada em Espanha com emblema fascista.» («Escoteiros Portugueses em Vigo», *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação*, n.º 5, 1933-Mai, p. 2).

⁸³⁸ «Fraternidade Escotista. Os “Exploradores de España” visitam Portugal – Vigo», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 10, n.º 9/10, 1934-Jun-15, p. 35; «Nas Regiões, nos núcleos e nos grupos», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 10, n.º 13, 1934-Ago-15, p. 56; MCNE/CDE, «Dossier “Junta Regional do Porto (1925-61)”», Porto. *Ordem de Serviço* n.º 68 [1935-Jul-27; documento não-classificado].

⁸³⁹ «¡Exploradores! ¡Siempre Alerta!», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año I, n. 14, 1935-Jul-15, p. 1; «¡A Comillas!», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año I, n. 16, 1935-Ago-15, p. 3; «Exploradores de España», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano 11, n.º 14, 1935-Ago-31, pp. 65-68; «Tuy. Una agradable visita», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano 12, n.º 3, 1936-Mar-15, pp. 19-20.

⁸⁴⁰ Apesar de Javier Burrieza afirmar que o critério foi essencialmente geográfico e que permitia uma fácil mobilidade, não é de todo fácil aceitar este argumento. Se assim fosse, a cidade da Guarda por exemplo, reuniria muito melhores condições. Contudo, acreditamos que o isolamento curiense, por si só, já evitava grandes atenções

portuguesa pretendia ser o tubo de ensaio necessário para sondar a instalação de outras instâncias jesuítas espanholas para Portugal, o que verdadeiramente ocorreu, como o Colégio de Villafranca de los Barros que acabou transferido para o Palácio Reynolds em Estremoz, ou a adaptação de um pequeno espaço de estudos finais no Santuário do Bom Jesus em Braga intitulado como a *Tercera Probación*, entre outros (Burrieza Sánchez 2016). A experiência curiense, mais precisamente no que respeita à estrutura social de estudantes e professores, foi heterogénea e pretendia-se que funcionasse como um novo megacentro agregador de todos os discentes de colégios jesuítas em Espanha, o que acabou por incluir também alguns alunos latino-americanos e filipinos (inclusive um sacerdote cubano, como o Padre Daniel Baldor).⁸⁴¹ E uma vez instalados, registam-se algumas ruturas no *modus vivendi* da vila veranega, sobretudo com a incorporação de novas práticas desportivas desconhecidas até à data, como o jogo basco de “la pelota”, onde se chegou a construir uma parede *frontón* exclusiva para o efeito (Burrieza Sánchez 2016, 206).

A estratégia de abertura de uma unidade escotista constituída exclusivamente por alunos da Curia visava a adaptação moderna que as instituições pedagógicas católicas cada vez mais aplicavam no quotidiano.⁸⁴² Mais ainda quando o próprio *Office Internationale du Scoutisme Catholique* (liderado pelo jesuíta Jacques Sevin em Paris) incentivava à uniformização pluriassociativa católica em todo o continente europeu. Entre 1932 e 1936, os autointitulados *Exploradores Hispanos* da Curia constituíram o seu próprio grupo subdividido em diversas patrulhas, e com um quotidiano em tudo similar aos congéneres portugueses. Para todos os

mediáticas e questionamentos às políticas do Estado Novo. Recordo que, poucos anos depois, a Curia seria novamente palco para refugiados (judeus), pormenor diplomático que a política de Salazar procurou silenciar.

⁸⁴¹ A proveniência geográfica dos alunos era ainda mais heterogénea. O *Colegio de San Jose de Valladolid*, para além dos alunos castelhanos, reunia ainda asturianos, santanderinos, salmantinos, galegos, entre outros («Escoteiros Espanhóis», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXIII, nº 3192, 1934-Mai-29, p. 4; «El día de la Inmaculada», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año I, N.º 3, 1935-Ene-15, p. 7).

⁸⁴² O investigador Burrieza Sánchez é o único investigador que até ao momento analisou a constituição deste grupo de escoteiros exilados em Portugal (Burrieza Sánchez 2016). As pequenas descrições do quotidiano (para além dos vulgares acampamentos, saídas ao campo, formaturas e outras atividades bastante conectadas com o universo escotista), potenciam estudos sobre práticas religiosas leigas, como a guarda ao Santíssimo na noite de Quinta-Feira Santa. Os registos fotográficos com os escoteiros espanhóis a apresentarem peças de uniformes portugueses, fórmulas rituais, e testemunhos orais sobre as atividades realizadas durante o Estado Novo levantam uma série de interrogações interessantes. Curiosamente, nem os jornais *O Século* ou a *Gazeta de Coimbra*, autênticos baluartes de propaganda escotista, publicitaram mediatizaram esta presença. O primeiro apenas registou uma pequena notícia e o segundo duas, o que supõe as estratégias estatais de silenciamento foram bastante musculadas («Escotismo. Escoteiros Espanhóis em Fermentelos», *O Século*, Ano 54, nº 18:741, 1934-Mai-18, p. 7; «A visita dos escoteiros espanhóis a Coimbra», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXIV, nº 3294, 1935-Jan-29; p. 5; «Escoteiros espanhóis acampados», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXIII, nº 3192, 1934-Mai-29; p. 4). Neste contexto resta duas únicas fontes de investigação possíveis: a revista *A Flor de Lis* (órgão do CNS/CNE) e o pequeno jornal *Nuevos Jóvenes* (de produção própria, e editado entre novembro de 1934 e setembro de 1936). O cruzamento de dados entre estes dois órgãos de comunicação permitiu acompanhar tanto o desenvolvimento do próprio grupo, como também a secundarização gradual que a revista portuguesa lhes dedicou com o avanço da Guerra Civil Espanhola, muito provavelmente devido à ação da censura política.

efeitos, os *Exploradores Hispanos* da Curia (ou *Scouts Hispanos*, nalguns casos) foram criados em outubro de 1933 e oficialmente integrados no Corpo Nacional de Scouts em junho do ano seguinte, com uma constituição repartida por dois grupos de *exploradores* (10-14 anos) e uma alcateia de *lobatos* (6-10 anos). A responsabilidade pedagógica caberia ao padre Adrián Sánchez, a chefia geral do 1º Grupo a Juan Antonio Guerra y Bosch (e coadjuvado por Xavier Marquina Doussinague) enquanto o 2º Grupo corresponderia a Francisco Lonaes Morales, mantendo-se uma estrutura muito similar à portuguesa, com uma distribuição equitativa de cargos de chefia por sacerdotes e leigos.⁸⁴³

As atividades dos *exploradores hispanos* foram incluídas no plano anual de algumas regiões do CNS, o que significa que não só participavam em conjunto com os *escutas*, como também usufruíam de alguma proteção oficial e partilha do mesmo estatuto simbólico-social⁸⁴⁴. Através dessas pequenas saídas ao campo também é possível observar como as três unidades de Valladolid se organizaram, como se nomearam novos dirigentes (como Felipe García Carrandi, por exemplo), ou ainda como alteravam os ritmos de convivência local. Só a possibilidade de um jogo de futebol entre locais e os visitantes espanhóis acabava por dar uma certa elegância nas aldeias ao redor.⁸⁴⁵ No que respeita ao sincretismo religioso-associativo é curioso observar que certas festividades como o dia da Imaculada Conceição era vivido. A imagética escotista sobrepunha-se à ideologia nacionalista nos mais pequenos pormenores.⁸⁴⁶

⁸⁴³ «Actos Oficiais», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 10, n.º 9/10, 1934-Jun-15, p. 33; «O Escutismo avança», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 10, n.º 9/10, 1934-Jun-15, p. 35.

⁸⁴⁴ Por exemplo, em agosto de 1934, quando o CNE-Região do Porto organizou um acampamento conjunto com a vizinha região de Braga e no qual participaram os *exploradores hispanos* [«Nas Regiões. Porto», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 10, n.º 13, 1934-Ago-15, p. 56; «Los exploradores en Coimbra», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año I, N.º 6, 1935-Feb-15, pp. 4-5; «El R.P. Daniel Baldor aregando en Braga», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año II, n. 30, 1936-Ago-15, N.º 30, p. 2; «Secção escutista», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano III, n.º 807, 1935-Fev-16, p. 4; «Exploradores hispanos», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano 12, n. 8, 1936-Mai-31, pp. 79-83]. Apesar da censura, a *Gazeta de Coimbra* fornece detalhes sobre uma visita aos principais pontos turísticos da Lusa Atenas (Sé Catedral, Estrada da Beira, Ladeia do Seminário, Museu de História Natural, Monumento aos Mortos na Grande Guerra, entre outros), com recepção oficial na Câmara Municipal, Governo Civil, Cúria Diocesana e respectivo desfile pela cidade com término na sede do Centro Académico da Democracia Cristã («A visita dos escoteiros espanhóis a Coimbra», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXIV, n.º 3294, 1935-Jan-29; p. 5).

⁸⁴⁵ Foi o caso de uma excursão a Fermentelos e Oiã, no concelho de Águeda. O contingente da Curia foi recebido pelo presidente da Junta da Ação Católica local, que providenciou um sacerdote para a celebração eucarística, um jogo de futebol com alguns rapazes de Fermentelos e um desfile pelas aldeias com as bandeiras dos dois países («Exploradores Hispanos», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año I, N.º 2, 1934-Dic, p. 7).

⁸⁴⁶ «Al alzar de la Misa de campaña la patrulla verde tocó la marcha de los fusileros con clarines, cornetas y tambores. Los 120 exploradores doblaron la rodilla y la bandera se inclinó ante la Hostia consagrada» [«El Día de la Inmaculada», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año I, N.º 3, 1935-Ene-15, p. 7].

A celebração religiosa no salão principal do Grande Hotel da Curia fora ornamentada com bandeirolas brancas com as cruzes das ordens militares de Santiago, Calatrava e Montesa a vermelho, num evidente simulacro de “cavaleiros da nova era” (F. Costa 2000, 138), e um grande manto sobre a Virgem Maria com o *leitmotiv* “Salve Reina de los Exploradores”, elemento facilmente comparável com a portuguesa “Nossa Senhora, Mãe dos Escutas, rogai por nós”, fruto da progressiva marianização fatímda do CNE em detrimento do culto a Nuno Álvares Pereira (Graça 2018).⁸⁴⁷

A diferença substancial entre a unidade escotista da Curia e a esmagadora maioria dos grupos portugueses residia no estrato socioeconómico dos elementos. Javier Burrieza salienta correntemente esse facto, e a partir de um pequeno obituário é possível corroborar esta categorização. O falecimento súbito do jovem Antonio Flores Pereira Baquero (filho do vice-cônsul de Espanha em Portugal, Alejandro Flores Baquero) de certa forma responde à composição social dos alunos e escoteiros exilados na estância termal.⁸⁴⁸ Alguns jornais como *O Século*, a *Gazeta de Coimbra* ou *O Comércio do Porto*, como referido antes, e que facilmente mediatizavam as mais comuns atividades escotistas, remeteram-se a um grande silêncio sobre a presença do grupo espanhol em todo o período analisado, e muito possivelmente devido à impacto da censura. Este facto é particularmente notório quando o grupo da Curia foi visitado pelo ministro da Educação Nacional Carneiro Pacheco três meses antes da eclosão da Guerra Civil no país vizinho, e sem qualquer referência nos jornais mencionados.⁸⁴⁹ Desta forma, o grupo de *exploradores hispanos* seria transferido para a Galiza com o eclodir bélico, e por ordens do padre Baldor o colégio seria instalado definitivamente em Vigo (Burrieza Sánchez 2016, 287).

As páginas do último número da *Nuevos Jóvenes* denunciam a fascização dos jovens escoteiros, com a substituição imagética dos escoteiros por figuras de milicianos e *balillas*

⁸⁴⁷ A inexistência de qualquer estudo sobre a religiosidade no escotismo ibérico impulsiona-nos a levantar a possibilidade que o fenómeno “Fátima” fosse transversal aos dois países. A presença dos *exploradores hispanos* no santuário ribatejano em vários momentos solidifica o argumento («Los exploradores en Fátima», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año I, N. 5, 1935-Ene-31, p. 1; «Primer campamento de los Exploradores Hispanos. Fátima-Batalha», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año II, n. 24, 1936-Feb-01, pp. 10-11).

⁸⁴⁸ «Eterno Acampamento», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano 10, n.º 21/22, 1934-Dez-15, p. 92. Além de vice-cônsul, Alejandro Flores Baquero foi o fundador da Casa Espanhola na Póvoa de Varzim em 1919 (mais informações aqui: <https://www.cm-pvarzim.pt/comunicacao/noticias/municipio-reconhecido-pelo-centenario-da-casa-espanhola/>; consultado a 2023-Jul-21).

⁸⁴⁹ «La visita del Excmo. Sr. Dr. Carneiro Pacheco, ministro de Educación Nacional de Portugal», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año II, n. 26, 1936-Abr-30, N.º 26, pp. 15-17. Este pormenor incide no silenciamento propositado e imposto à presença do grupo espanhol na vila beirã.

italianos.⁸⁵⁰ A aproximação à realidade política galega talvez explique esta metamorfose editorial, onde a maioria dos municípios apoiou o golpe militar (Payne 2020, 80). A partir dessa data, o noticiário da realidade escotista espanhola seria embutido unicamente à participação de alguns escoteiros nas forças nacionalistas.⁸⁵¹

O caso dos jovens judeus do AEP Gr. 124-Lisboa (simultaneamente mais complexo e complicado devido ao número de fontes disponíveis) aporta ao grupo de exilados centro-europeus, oriundos da extinta Prússia em 1933, e que, após a implantação do Nacional-Socialismo na Alemanha, se fixaram em Lisboa. O conhecimento sobre a existência desta unidade exclusiva foi fruto do mero acaso, já que nas memórias associativas de Eduardo Ribeiro (E. Ribeiro 1982) não existe qualquer menção.⁸⁵² Em conversas informais com alguns escoteiros mais antigos pudemos constatar que existe um desconhecimento generalizado sobre estes elementos. E por acréscimo existe também uma correlação quase inevitável e bastante errónea entre a União dos Adueros de Portugal e o judaísmo, muito devido à religiosidade do capitão Artur Barros Basto, fundador da associação e um devoto proselitista da reconversão das famílias criptojudais ao judaísmo ortodoxo (Mea e Steinhardt 1997; J. C. Martins 2005; Pignatelli 2008; Cohen 2018).⁸⁵³

A existência de unidades exclusivamente judias na Europa não era uma novidade de todo.⁸⁵⁴ Em França os *Eclaireurs Israélites* foram institucionalizados em 1928 na cidade de

⁸⁵⁰ «De izquierda a derecha», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia (Anadia), Año II, n. 31, 1936-Set-15, N.º 31, pp. 3/5.

⁸⁵¹ «Os Exploradores Ferrolanos e o movimento nacionalista da Espanha Nova», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano 12, n. 20, 1936-Nov-30, pp. 177-178; «Escutismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, n.º 1399, 1937-Fev-27, pp. 3-4; «[fotografia] Alguns escutas espanhóis que auxiliam os nacionalistas», *A Flor de Lis. Órgão Oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano 13, n. 3, 1937-Mar-15, p. 17; (Salgado 1948, 95).

⁸⁵² Como compensação pela negação de acesso ao arquivo histórico, a direção da Associação dos Escoteiros de Portugal autorizou a consulta de uma pequena caixa onde constavam os registos individuais da década de 1930. Cada ficha continha a filiação do elemento em determinado grupo, parentesco, local de residência, local de nascimento, e, nalguns casos, um breve currículo escotista. Foi a partir do mapeamento dos grupos que se detetou a existência de dois elementos com nomes e apelidos estrangeiros, provenientes de várias cidades ex-prussianas, e filiados no Gr. 124-Lisboa. Alguns destes apelidos (comumente associados a judeus asquenazes), levou-nos a entrevistar informalmente Ana Araújo, representante da Sinagoga Shaaré Tikvá, em Lisboa, em janeiro de 1937, e que garantiu a pertença religiosa de todos os visados. Por correio eletrónico contactámos também o jornalista Henrique Cymerman (descendente do escoteiro Paltiel Cymerman), que confirmou a filiação do seu tio à Associação J. I. Hehaver (estabelecida na Sinagoga Ohel Jacob, Lisboa). É plausível que a sede do AEP Gr. 124-Lisboa funcionasse neste espaço.

⁸⁵³ Relembramos que não dispomos de qualquer elemento que corrobore o envolvimento da UAP em nenhuma atividade religiosa israelita, e ainda salientamos que o maior envolvimento de Barros Basto na comunidade judaica portuguesa coincide com o seu período de ausência nas atividades escotistas, e do qual fora nomeado como Adail-Mor Honorário. O mito do envolvimento da União dos Adueros de Portugal no projeto internacional sionista teve várias ramificações. Ainda em 1930, quando surgiu o Corpo dos Escoteiros do Sporting na cidade do Porto, fruto de várias cisões associativas e no qual agregou elementos oriundos da UAP, cedo surgiram rumores sobre a religiosidade e etnicidade dos seus elementos, o qual provocou desmentidos no órgão oficial («Escotismo. Judeus», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano XI, n.º 798, 1931-Jun-12, p. 13).

⁸⁵⁴ Os trabalhos de Julien Fuchs para a Alsácia alertam para essa existência e mostram bem a dificuldade de analisar-se as organizações da minoria judaica durante a primeira metade do século XX. A maioria dos arquivos

Mulhouse, perto da fronteira suíça, logo no ano seguinte em Estrasburgo (Fuchs 2003, 31). Integrava-se em lógicas maiores que ascendiam à modernidade, e basta um pequeno olhar ao mapeamento das micro-organizações deste credo, e nas mais diversas estruturas de voluntariado, para se perceber que Portugal não era uma exceção.⁸⁵⁵ Recorde-se o papel dos voluntários judeus no *Shangai Volunteer Corps* já abordado no capítulo 2, ou o rápido pedido de adesão de vários jovens aos dois lados da contenda em Ceuta e Melilla durante a Guerra Civil Espanhola (Sugarman 2007; González 2011). No que respeita especificamente ao universo escotista, nos últimos anos saíram algumas produções académicas e que merecem alguma atenção, nomeadamente para questões de convivência inter-religiosa no pós-Segunda Guerra Mundial (Watenpaugh 2009; Mills 2015; 2016; Ferziger e Spielman 2017). Muito recentemente, Jasper Riemann defendeu a sua tese de mestrado e que acaba por colmatar algumas dúvidas sobre a existência de um grupo escotista judeu em Lisboa. Ao investigar um acampamento de duzentos escoteiros israelitas em França no Verão de 1931, com jovens provenientes tanto da Europa como do norte de África, Riemann refletiu sobre a *World Union of Jewish Scouts*, um projeto impulsionado pelos *Éclaireurs Israélites de France* desde 1923 com a intenção de unir as várias associações escotistas judaicas por todo o mundo. Apesar de se debruçar sobretudo à geografia oriental europeia, o trabalho do jovem francês permite também perceber como o movimento escotista acabou por se embrenhar nas orientações sionistas com vista a marcar uma fronteira definitiva da identidade judaica no Velho Mundo (Riemann 2023, 25–31).

A existência de filiados judaicos no associativismo escotista português não era uma novidade de todo.⁸⁵⁶ Dentro da AEP, o escoteiro-chefe Moisés de Brito Abrantes, líder dos grupos 20, 21 e 22 em Abrantes, era judeu e foi um dos principais responsáveis na construção da sinagoga Kadoorie na cidade do Porto.⁸⁵⁷ A novidade, essa sim, foi a constituição de um grupo exclusivamente deste credo em Portugal. O AEP Gr. 124-Lisboa funcionou pelo menos dois anos, no biénio 1935-1936, e foi liderado pelo médico Augusto d’Esaguy, mais conhecido pelo seu papel no apoio aos refugiados judeus centro-europeus durante a Segunda Guerra Mundial, com a fundação da “Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados em

associativos judaicos acabaram destruídos após a invasão nacional-socialista durante a Segunda Guerra Mundial (Fuchs 2003, 30).

⁸⁵⁵ «Les Éclaireurs Israélites de France (E.I.F.)», *A Flor de Lis*, Ano 23, n.º 8-9, 1947-Ago/Set, p. 13.

⁸⁵⁶ Numa reunião de várias dirigentes para a formação da Associação das Guias de Portugal em 1933, foi sugerido que se convidasse “uma senhora protestante e uma senhora israelita, estando indicadas Mme. Pope e a Srª D. Sofia Abecassis” (Arquivo da AGP, *Acta da reunião realizada a 16 de outubro de 1933 na Rua de S. Domingos à Lapa nº 60*; documento não-classificado).

⁸⁵⁷ «Movimento escotista», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 123, 1934-Mai-26, p. 5.

Portugal” (vulgarmente conhecida como *Comassis*) (Macieira 2001, 132; Mühlen 2012, 185; Shaefer 2014, 162–63; Pimentel 2015). Os poucos dados detetados evidenciam a existência de apenas seis elementos, o que contrastava com a normativa estatutária da AEP.⁸⁵⁸ No entanto, o censo interno de 1936 mostra que o grupo estava constituído por treze elementos: seis juniores (idades 10-14 anos); cinco aspirantes (idades desconhecidas) e dois chefes (um dos quais o próprio Augusto de Esaguy). Não sendo possível identificar cada um dos elementos, sabe-se que os seis juniores correspondiam a Max Benjamin Korn, Paltiel Cymerman, Joshua Levy, Salomão Amram, Isaac Levy, e Abraão Amram, com uma média de idades a rondar os 13 anos, e todos confirmados na associação com o ritual do juramento escotista a 26 de maio de 1935.⁸⁵⁹ Precisamente a naturalidade dos dois primeiros denunciou o credo religioso praticado nesta unidade escotista, sendo que Max Korn nasceu em Breslau (atualmente Alemanha) e Paltiel Cymerman em Luch (aportuguesamento da atual cidade ucraniana Lutsck), enquanto os restantes eram naturais de Lisboa.⁸⁶⁰ A partir do censo escotista de 1937 é possível saber que esta unidade existiu até ao ano anterior e a partir daqui entra-se num interregno heurístico bastante difícil de ultrapassar.⁸⁶¹

A confirmação oferecida por Henrique Cymerman de que o tio Paltiel estava filiado à Associação Juventude Israelita Hehaver, com sede na Sinagoga Ohel Jacob, Lisboa, abre espaço suficiente para uma forte plausibilidade de que o AEP Gr. 124 funcionasse nessas instalações.⁸⁶² A fundação da associação juvenil sionista *Hehaver* em 1925 visava a acomodação dos refugiados centro-europeus e acompanhava internacionalmente as diretrizes dos *Éclaireurs Israélites de France*.⁸⁶³ Artur Barros Basto participou na edição da revista *Israel* na qualidade

⁸⁵⁸ Os primeiros estatutos da AEP elaborados em 1916 especificavam na alínea 3 do Artigo 1º que a associação era “neutra em matéria religiosa, significa que a A.E.P. não protege nem contraria qualquer crença religiosa” (Associação dos Escoteiros de Portugal 1916, 4).

⁸⁵⁹ Arquivo da Associação dos Escoteiros de Portugal, *Caixa 0.250 «Identificação - Boletins de Registo»* [década de 1930; documento não-classificado].

⁸⁶⁰ Max Benjamin Korn (nasc. 1922-Dez-04; pai: Abraham Korn; mãe: Hannah Korn); Paltiel Cymerman (nasc. 1921-Dez-21; pai: Samuel Cymerman; mãe: Raquel Cymerman); irmãos Joshua e Isaac Levy (nasc. 1920-Nov-01 e 1923-Jan-11; pai: Haim Levy; mãe: Judith S. Levy); irmãos Abraão e Salomão Amram (nasc. 1921-Fev-13 e 1923-Set-18; pai: Joshua S. Amram; mãe: Luísa S. Amram). Para mais informações sobre o papel de Max Korn na receção aos refugiados na década de 1940, veja-se: (Pimentel 2015, 294).

⁸⁶¹ «A.E.P. Secretariado Geral. Número de sócios existentes em 31 de dezembro de 1936», *Escotismo. Órgão oficial dos Escoteiros de Portugal*, Ano IV, n.ºs 1-2, 1937-Mar, p. 13.

⁸⁶² Existe também uma leve possibilidade de o AEP Gr. 124 ter funcionado no Liceu Luís Camões (que nas mesmas datas albergava o AEP Gr. 11). Em março de 2017 a direção da atual Escola Secundária de Camões empreendeu a exposição “Os alunos da diáspora judaica do Lyceu de Camões (1933-1945)”, sob responsabilidade do prof. Francisco Mata, e na qual se evidenciou um número significativo de alunos judeus centro-europeus exilados naquele estabelecimento. Embora a direção da escola tenha manifestado todo o interesse em se aprofundar a investigação e disponibilizar o arquivo histórico, tivemos de claudicar o convite por limites de tempo.

⁸⁶³ Durante o período aqui analisado, a Associação Juventude Israelita Hehaver esteve sediada em dois locais distintos: primeiro na Avenida Elias Garcia, nº 110, e mais tarde na Rua Rosa Araújo (Pignatelli 2008, 142; Pimentel 2015, 202). Atualmente encontra-se na Rua Filipe da Mata, 103. Em março de 2019 contatei a direção

de diretor do órgão oficial associativo em 1927 (Basto e Esaguy 1927), e poderá ter sido o segundo ponto de partida para a fundação de um grupo de escoteiros (se bem que não exista qualquer referência ao escotismo no único número disponível).⁸⁶⁴ Se considerarmos a possibilidade que a Associação J. I. Hehaver albergou o AEP Gr. 124, facilmente se entende um dos porquês da adaptação do espaço para as celebrações do rito asquenaze a partir de 1934, o que proporcionava conforto espiritual aos exilados (Macieira 2001, 131; Pignatelli 2008, 137; J. Martins 2010, 30). A possibilidade aumenta ainda mais quando o próprio Augusto de Esaguy aceitou liderar a Hehaver, antes de ser presidente da *Comassis* em 1941 (J. C. Martins 2005, 656; Pimentel 2015, 202).

Para finalizar, acredito que a experiência dos *exploradores hispanos* na Curia abriu um precedente na receção a outras populações exiladas em Portugal. Os escoteiros católicos do CNS tiveram de integrar as unidades curienses na sua própria agenda e assumir a responsabilidade internacional da estadia dos escoteiros espanhóis perante o *Estado Novo*. Pouco tempo depois, observa-se algo parecido, mas bastante mais sólido, com a AEP a incluir alguns elementos politicamente adversários ao *status quo* internacional dentro das suas fileiras.

A experiência escotista ainda poderá também ser vista a partir de um outro prisma. Curiosamente em 1943 o Estado Novo iniciou um processo de instalação de várias famílias judaicas na estância termal da Curia, como a família Benveniste, por exemplo. E no ano seguinte, voltaria a repetir o mesmo procedimento, desta vez com exilados nacional-socialistas provenientes da América Latina (Schwarz 2006, 157; Milgram 2010, 201–3; Pimentel 2015, 329; 351). A complexidade de resposta é bastante elevada e ultrapassa os propósitos da presente investigação. Vejamos antes como o impacto da Guerra Civil Espanhola acabou por fortalecer o internacionalismo do associativismo escotista português.⁸⁶⁵

da Hehaver por correio eletrónico para sondar a possibilidade de uma consulta do arquivo histórico. Segundo Eduardo Oliveira, membro da direção, não havia qualquer documento referente a assuntos escotistas, mas confirmou que Augusto de Esaguy fora o titular dos contratos de água e eletricidade da associação (quando esta estava sediada na Avenida Elias Garcia), assim como [Max] Benjamin Korn fora um dos membros quotizantes nesses anos. Agradecemos a generosa informação.

⁸⁶⁴ O artigo mais próximo com o método de Baden-Powell remete o leitor para uma excursão dos jovens judeus lisboetas à Serra da Arrábida (Castel, Ester: «Excursão à Serra da Arrábida em 9 e 10 de abril de 1927», *Israel*, Ano I, nº 1, 1927-Set, pp. 9-12).

⁸⁶⁵ Três meses antes da Guerra Civil Espanhola já havia enormes divergências dentro do associativismo escotista do país vizinho. O fundador Baden-Powell ao estar corrente da cristação emanou algumas ordens de expulsão: «Segundo notícias há pouco recebidas na nossa Redacção, houve sérias e graves desinteligências no seio dos Exploradores espanhóis. Foi o caso de alguns membros graduados do “Consejo y Agrupación de Madrid” terem desacatado as ordens superiores. Aquilo deu que falar, e o Chefe Scout Mundial viu-se obrigado a intervir, condenando e exautorando os rebeldes do Conselho Local de Madrid e ratificando a sua confiança ao Comissariado Geral e ao Chefe Scout Nacional de Espanha. Portugal tem fama de rebelde à disciplina; mas, se por cá temos, de vez em quando, algumas questiunculazinhas insignificantes, Deus louvado, casos como o apontado acima, não se notam em terras de Santa Maria.» («Indisciplina», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 4, 1936-Mar-31, p. 32)].

7.5 Uma resposta ao comunismo

As resistências políticas ao projeto bolchevique conheceram diversas dimensões e têm um amplo espaço na historiografia recente do qual se tem observado como os vários movimentos dentro da Igreja Católica se estruturam a nível internacional (Rodríguez Lago 2017, 228). Menos conhecido são as relações entre os projectos comunistas e o movimento escotista, sempre tensas desde o início, e manifestamente públicas desde que Baden-Powell publicou o *Rovering to success* em 1922. Um livro dirigido para os *seniores* (escoteiros com idade superior a 16 anos), já no rescaldo da revolução bolchevique, e cirúrgico no combate a uma extensão ideológica ao arquipélago britânico (Baden-Powell 2000, 152–56).

O movimento bolchevique também se inspirou em modelos juvenis similares às premissas de Baden-Powell, muito em especial o *Konsomol* (traduzidos à língua portuguesa como *pioneiros*), numa clara tentativa de enquadramento político da juventude (A. de O. Nascimento 2004b; J. C. do Nascimento 2008; Souto Kustrín 2013; Bergler 2014; Ninhos 2017; Serapiglia 2019a; Neumann 2019; Almeida Aguiar 2022).

O impacto da *Komsomol* nas várias organizações de *scouting* de vários países já tem algum currículo, sendo Portugal um dos casos ainda por explorar (F. Costa 2000, 158).⁸⁶⁶ A dificuldade de estudo aumenta quando a censura política à imprensa portuguesa proibiu a publicação de artigos sobre a realidade juvenil no Leste Europeu. O pouco que foi publicado limitou-se apenas a um veredicto soviético aos pioneiros como «defensores contra a ordem capitalista», um epíteto repetido em qualquer evocação patriótica nos territórios da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.⁸⁶⁷ Outro caso, desta vez no extremo-oriental da Ásia, e que mencionou a mobilização forçada de 500.000 escoteiros chineses para a guerra sino-japonesa em 1937.⁸⁶⁸ Apesar das purgas jornalísticas, estes dois casos exemplificam a qualidade informativa disponível na imprensa.

A consulta de correspondência interassociativa internacional do CNS permite observar que as várias associações portuguesas estavam a par das perseguições políticas que o estado soviético empreendia às congéneres escotistas em países como a Ucrânia. Uma vez instalados

⁸⁶⁶ O impacto da ideologia comunista nas várias organizações nacionais escotistas à escala mundial é manifestamente referenciado. A título exemplar recomendamos alguma bibliografia referente aos três países “escotisticamente” mais similares com a realidade portuguesa entre 1911 e 1939: Espanha (González Calleja e Rey Reguillo 1995, 47), Brasil (A. de O. Nascimento 2004b, 92) e Inglaterra (Mills 2011a).

⁸⁶⁷ «Viagem na Rússia. A festa dos “Pioners”», *Gazeta de Coimbra*, 1930-Jan-23, p. 1; «Os Sovietes e o Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:518, 1933-Set-30, p. 2

⁸⁶⁸ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XIX, nº 1.945, 1937-Ago-09, p. 2

nas grandes cidades do Ocidente europeu, os vários grupos de escoteiros exilados promoviam autênticas campanhas de sensibilização para que as associações nacionais de toda a Europa pressionassem os respetivos governos com vista a uma manifestação internacional de interesses para a sobrevivência do escotismo nos países ocupados. Portugal não foi exceção.⁸⁶⁹ E se bem que não existissem interferências significativas do *Konsomol* dentro do escotismo português, mesmo assim a AEP como o CNS optaram por estabelecer uma estratégia de controlo ideológico.⁸⁷⁰ A oposição ao bolchevismo (e de certa forma ao sistema capitalista) prematuramente denunciado por Baden-Powell (Baden-Powell 2000) facilmente surtia pontos de convergência com o Estado Novo. E de forma redutora, poder-se-á afirmar que, neste campo, qualquer associação estava longe de ser o principal inimigo da ditadura portuguesa. As sessões de propaganda escotista monolítica correntes na ilha da Madeira mostram como o movimento escotista se posicionou face às ideologias revolucionárias do Leste Europeu. Periódicos como *O Jornal. Diário da Manhã*, e que eram correntemente utilizados como instrumento de apoio ao associativismo escotista, permitiram que algumas notícias simples saíssem por vezes adornadas com frases do chefe-mundial extraídas da revista britânica *The Scouter*. Qualquer opinião de qualquer dirigente local sobre a posição da III Internacional Comunista ao projecto de Baden-Powell seria comumente complementada com frases premeditadas.⁸⁷¹

O caso mais complexo ocorreu em Lisboa quando o engenheiro Firmino Cansado Gonçalves, um histórico dirigente do AEP de vários grupos em Lisboa, se vinculou progressivamente ao Partido Comunista Português (Neves 2009, 10), acabando por ser demitido da associação em 1930 por razões alegadamente relacionadas com a publicação do jornal “Escotismo” à revelia da direção central.⁸⁷² Apesar da própria AEP temer casos como este (e

⁸⁶⁹ MCNE/CDE, Dossier «Junta Regional de Lisboa (1927-39)», *Direction des Boy Scouts Ukrainiens émigrés en Prague - Appel aux éclaireurs de tous les pays* [1930-Out; documento não-classificado]. O reconhecimento destes escoteiros exilados pelo Bureau Internacional de Escotismo só foi possível após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em 1948, quando se organizaram os primeiros “Displaced Persons Scouts”, composto essencialmente por refratários alemães e austríacos que se exilaram noutros países europeus. Por acréscimo, reconheceu-se também a associação escotista ucraniana («Escutas das populações deslocadas», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano XXIV, nº 4, 1948-Abr, p. 79).

⁸⁷⁰ O caso mais próximo talvez seja o dos anarquistas, mencionado por José Nuno Matos de forma bastante breve. No jornal *A Batalha* incentivou-se ao método de Baden-Powell, «embora esta atividade fosse encarada como uma “escola de vaidade, de exibicionismo”, em que a “disciplina, a obediência cega a uma ordem superior, são divisas intangíveis”, não se deveria secundarizar o seu pendur pedagógico “esse sim, que é digno de elogios e encorajantes. As excursões ao campo, e a permanência no campo durante dias, os exercícios ao ar livre são práticas salutaras aconselháveis a toda a gente. Se o escotismo se limitasse à prática destes exercícios e ao desenvolvimento físico dos seus adeptos e se eliminasse toda a feição militarista da sua organização, então ter-nos-ia a seu lado para a sua defesa e encorajamento”» (J. N. Matos 2012, 30).

⁸⁷¹ «O Escutismo foi um dos movimentos...», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1594, 1937-Out-16, p. 4; Arnoya, A. «O Escutismo perante o Comunismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1268, 1936-Set-19, p. 3.

⁸⁷² «Suplemento a Escotismo», *Escotismo. Mensário de Educação, Estudo e Propaganda*, Ano I, nº 4, 1930-Abr, p. 6.

receando uma aniquilação semelhante à União dos Adueros de Portugal em 1934), levou a cúpula interna a empreender uma grande campanha de sensibilização na cintura industrial de Lisboa, sobretudo em territórios onde havia grandes conexões com o republicanismo espanhol.⁸⁷³ O espoletar da Guerra Civil Espanhola levou a AEP a ter uma voz em uníssono com o CNE e apoiar de forma disfarçada a sublevação militar do general Francisco Franco contra o movimento poliédrico republicano. E no espaço de semanas os escoteiros portugueses aproximaram-se circunstancialmente do sector nacionalista contra as fações apoiadas pela União Soviética.⁸⁷⁴ Desde logo com alguns grupos do CNE em Lisboa a proporem à respetiva Junta Central em Braga a criação de bandos precatórios a favor dos feridos (nacionalistas). Uma ideia rapidamente recusada pelo secretário nacional que, por receio de politizar ainda mais a associação católica, a deixou cair no vazio, assegurando-se de uma margem de segurança mínima para com as tentações totalizantes.⁸⁷⁵

A aproximação (camuflada) das duas associações escotistas à fação nacionalista espanhola originou tensões internas, como a saída do escoteiro-chefe Firmino Cansado Gonçalves da AEP. Apesar de se ter tornado membro do Partido Comunista Português, adotando o pseudónimo de Pedro Aguiar Nogueira, acabou por levar a experiência associativa para dentro da organização política. Em 1930 fora um dos editores principais do jornal *Escotismo. Mensário de Educação, Estudo e Propaganda*, e seis anos depois assumiria a edição do jornal *O Diabo*, um dos órgãos de informação clandestinos do partido (Neves 2009, 10). A publicação de artigos como “Vamos para o Campo! Escotismo e Campismo” eram autênticas adaptações escotistas às propostas da *Konsomol*.⁸⁷⁶

⁸⁷³ Precisamente o caso da vila do Barreiro, com a fundação do AEP Gr. 62 em 1935 («O Escotismo nos meios operários», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.809, 1936-Abr-20, p. 5). Mais informações sobre o AEP Gr. 62-Barreiro ver: (Graça 2013).

⁸⁷⁴ A direção nacional da AEP decidiu publicar uma nota de esclarecimento acompanhada por alguns discursos do Papa Pio XI e do Bispo de Marselha, D. Dubois, contra “o perigo vermelho”: «A lição de Espanha evidencia o valor do Escotismo que apenas procura educar os novos num espírito cristão e nacionalista que os torne a todos os momentos agentes construtivos e cidadãos úteis da Nação, sem ódios ou explosões de força. Os Escoteiros de Portugal conscientes da sua missão, afirmam bem alto que nos seus grupos Deus e Pátria são o lema que orienta toda a acção educativa, para que no amanhã, já próximo, a nossa Pátria, não se transforme num campo de lutas fratricidas como a Espanha.» («O Escotismo e a crise espanhola», *Escotismo. Órgão oficial dos Escoteiros de Portugal*, Ano III, nº 05, 1936-Out, p. 5). Os escoteiros católicos juntar-se-iam nas manifestações de repúdio. A mais exemplar nota foi publicada um ano depois pelo madeirense Alberto Figueira Gomes com o pseudónimo D. Alfio: «O Escutismo foi, pois, um dos movimentos que primeiro se insurgiram contra a infiltração comunista na vida dos países. E hoje, como ontem, e ainda com mais vigor, façamos guerra aberta a essa avassaladora e cruel, lutando pela integridade da nossa terra, e mostrando ao mundo que somos verdadeiros Escutas e bons portugueses». («Escutismo e Comunismo», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 18, 1937-Out-31, p. 130).

⁸⁷⁵ MCNE/CDE, Dossier «Junta Regional de Lisboa (1927-39)», *Ofício de Carlos Alberto Godinho, Comissário Regional, ao Secretário Nacional* [1937-abr-18; documento não-classificado].

⁸⁷⁶ «[...] Apesar das suas características nacionais, pois Baden-Powell só pensava na Inglaterra quando o fundou, breve esse movimento se alargou por todo o mundo, o que testemunha que ele ia de encontro a uma necessidade juvenil.» (Nogueira, Pedro Aguiar [Cansado Gonçalves]. “Vamos para o Campo! Escotismo e Campismo”, *O Diabo*, n.º 246, 1939-Jun-10, p.7).

O caso de Cansado Gonçalves não ficaria por aqui e serviria de motivo condutor para a forte campanha que o mentor dos escoteiros nacional-sindicalistas empreendeu contra a natureza *contra natura* da AEP (e deturpando propositadamente as características internacionalistas do escotismo em virtude de uma suposta conexão ao mundo soviético). No próximo capítulo mostraremos como o escoteiro-chefe Franklim de Oliveira aproveitou este episódio como uma das principais bandeiras pessoais contra os Escoteiros de Portugal.

7.6 “La cheftaine Marie Huille”. Instrutora Geral do Lobitismo em Lisboa.

Ao longo da investigação deparámo-nos com uma fotografia de uma jovem *girl-guide* na primeira página da revista *A Flor de Lis*, órgão oficial dos escoteiros católicos.⁸⁷⁷ Esse pequeno pormenor suscitou o interesse de saber quem era a jovem com um uniforme de uma associação estrangeira, e que justificou a seleção imagética dos editores de uma revista destinada essencialmente a um público masculino. Algo que efetivamente escapou aos memorialistas associativos (J. V. Reis 2007; 2013).

Marie Huille, jovem radicada em Lisboa nos finais da década de 1930, seria apresentada na imprensa associativa como uma jovem diplomada pela escola de chefes “Sainte Marie” de Paris como “cheftaine” dos *Scouts de France*, onde fundaria a alcateia 17, e, mais tarde, transferir-se-ia para Lille e criaria aí a Alcateia 34. Em 1936 decidiu rumar a Lisboa com o objetivo de se fixar por alguns anos para ser professora no Instituto de Serviço Social de Lisboa, na disciplina “Ensino Familiar e Doméstico” (M. I. R. dos Santos 2022, 269–87).⁸⁷⁸ Como apresentado nas páginas anteriores, não era uma novidade um estrangeiro ingressar no Corpo Nacional de Escutas. Os *Exploradores Hispanos* da Curia foram a maior referência, ou o escoteiro e padre neerlandês Gregório Verdonk que se radicou em Portugal e que impulsionou a abertura de vários grupos do Corpo Nacional de Escutas (CNE) no Seminário dos Olivais-Moscavide (Graça 2013, 58). A novidade, essa sim, fora a rapidez com que uma jovem mulher fora convidada pela Junta Regional de Lisboa para assumir cargos dirigentes. E em duas semanas seria Instrutora Geral do Lobitismo no Patriarcado e ainda a guia do primeiro grupo de chefes (mulheres) como uma unidade de autoformação “Patrulha de Estudo Abelha”.⁸⁷⁹

⁸⁷⁷ «[fotografia] Mme. Marie Huille, Guia da Patrulha Abelha», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 13, 1938-Ago-16, p. 281.

⁸⁷⁸ «Mademoiselle Marie Huille», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 7, 1936-Mai-15, p. 72.

⁸⁷⁹ «Nas lusas selvas», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 4, 1936-Mar-31, p. 32; «Mademoiselle Huille», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 5, 1936-Abr-15, p. 34; «Notícias desgarradas», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 4, 1937-Mar-31, p. 32; «Ordem de Serviço Nacional nº 30», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 22, 1937-Dez-31, p. 168; «11º aniversário do C.N.E. em Lisboa», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 23, 1938-Jan-15, p. 175; «Patrulha de Estudos “Abelha”», *A Flor de Lis*, Ano

A escolha de Marie Huille para um dos principais órgãos do país enquadrava-se nos critérios diplomáticos que refletiam a dimensão transnacional do associativismo escotista. É certo que o currículo da *cheftaine* também tivera algum peso na decisão, mas a conjuntura política de 1936 falava mais alto. A jovem passaria rapidamente de ser uma figura incógnita em França para alguém mediaticamente notável em Portugal através de *A Flor de Lis*. Uma maneira fácil do escotismo católico internacionalizar o problema das investidas estatais contra si e ainda presumir de ter uma líder francesa na liderança. Quanto ao percurso escotista de Marie Huille em Portugal, a jovem acabou por aceder a um patamar pouco alcançável para as poucas mulheres dentro da associação. Desde logo a usufruir do direito de um voto consultivo nos Conselhos Nacionais, limitado apenas a um grupo restrito e politicamente polido de representantes. Seria ainda convidada para vários eventos como elemento de honra, e até fora condecorada com a Cruz de Agradecimento 2ª Classe (prata) pelos serviços demonstrados na formação das futuras dirigentes portuguesas.⁸⁸⁰ E pouco mais se sabe sobre a *cheftaine* Marie Huille em Portugal. Durante a Segunda Guerra Mundial acabaria por ser exonerada por ter abandonado o país e acabaria remetida ao silêncio.⁸⁸¹

A presença de Maria Huille em Portugal merecia ser estudada por separado. Apesar de tudo, é axiomático que a sua nomeação para um cargo de alta importância, e nada menos que na principal diocese do país, não foi uma escolha inocente. Uma estratégia simples: caso o estado português decidisse atentar contra o CNE, alguém teria de dar uma justificação bastante convincente a Londres para não parecer conectado com o modelo hitleriano. E para reforçar essa desintimidação os escoteiros católicos reproduziram-se várias palestras radiofónicas dos *Scouts de France* nas principais rádios portuguesas para explicar a dimensão transnacional do associativismo escotista e guidista.⁸⁸²

13, nº 24, 1938-Jan-31, p. 181. Para mais informações sobre o funcionamento das patrulhas de estudo recomenda-se a consulta: (Lontro e Monteiro 2014, 140).

⁸⁸⁰ «Reunião Anual do Conselho Nacional do C.N.E.», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 8, 1938-Jun-01, p. 245; «Festa das Patrulhas de Estudo», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 11, 1938-Jul-16, p. 271; «Ordem de Serviço Nacional nº 41», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 17, 1938-Nov-01, p. 320; «Notícias», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 19, 1938-Dez-01, p. 336.

⁸⁸¹ «Ordem de Serviço Nacional nº 82», *A Flor de Lis*, Ano 18, nº 16, 1942-Ago-16, p. 64.

⁸⁸² «Escutismo. De toda a parte», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1594, 1937-Out-16, p. 4.

Parte III – O Escotismo e o Estado Novo

Capítulo 8) A concorrência ao Escotismo na metrópole

A institucionalização do associativismo escotista em Portugal abriu um novo período de enquadramento social da juventude. E como antes foi referido, este projeto foi apoiado desde o início por várias facções republicanas logo depois da queda da monarquia em 1910, já que objetivava a um novo e moderno arquétipo europeu de cidadania, pátria e civilização. Precisamente por objetivar estas características, as várias associações escotistas conheceram várias entidades concorrentes no enquadramento social da juventude portuguesa. Este conflito acabará por abrir espaço suficiente para que entidades como a *Hitlerjugend* interferissem na evolução de alguns grupos de escoteiros. Ao longo do presente capítulo apresentaremos a importância destas concorrências na metrópole, e como a presença destas influenciou algumas dinâmicas internacionais nos inícios do Estado Novo.

8.1. Pagens de Nuno Álvares. A secção escotista da *Cruzada Nacional Nuno Álvares* ⁸⁸³

No plano da concorrência ao escotismo cedo surgiram várias organizações patrióticas e/ou católico-conservadoras que se animaram a entrar no concurso. Entre o processo de aversão e conversão da estrutura eclesial católica ao *scouting* (referido no capítulo 4), surgiram micro-associações um por todo o país evocando a mística de Nuno Álvares de Pereira como pendão de luta a favor/contra a República e que se manterão para além do período cronológico estudado (F. Costa 2000, 143). Ainda nos finais de 1916, o Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte realizou uma sessão de angariação de fundos no Palácio da Bolsa no Porto, com destino aos descendentes dos soldados deslocados na Flandres. Um evento publicitado pela *Ilustração Portuguesa*, com vários grupos de crianças a representar os trajes típicos de Portugal, e numa delas é apresentado o rapaz Eduardo A.V. de Oliveira, disfarçado de pajem de Nuno Álvares.⁸⁸⁴ Curiosamente esta designação seria utilizada anos mais tarde para institucionalizar a associação aqui explorada.

Se a imagem bélica do nobre medieval fora reivindicada pelas facções republicanas, a áurea de santidade do herói português saiu ainda mais reforçada com a beatificação pelo Papa Bento XV a 23 de janeiro de 1918, e do qual as várias dioceses instituíram imediatamente as

⁸⁸³ O termo correto seria “pajem/pajens”. Contudo, respeitamos a grafia da época e utilizaremos (erroneamente) a nomenclatura “pagem/pagens”.

⁸⁸⁴ «Junta Patriótica do Norte», *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 569, 15 de janeiro de 1917, p. 59. Para mais informações sobre o Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte, consulte-se (Monteiro 2022, 154–58).

regras de culto.⁸⁸⁵ A legislação canónica portuguesa contribuiu para a emergência de um universo associativo juvenil em torno desta mística (Leal 1999, 307). A decisão papal contribuiu para que o culto condestabriano fosse adotado tanto por republicanos como por monárquicos, como por católicos e protestantes, o que aumenta a dificuldade de quantificar um número aproximado das associações evocativas ao Herói e Santo instituídas entre as décadas de 1910 e 1930, tanto na Metrópole como no Império. Acresce ainda o problema de se observar os mesmos atores em diversas associações e geografias distintas. O caso de Álvaro Zuzarte de Mendonça, por exemplo, é particularmente interessante.⁸⁸⁶ Em março de 1918 fundou os Cadetes de Nuno Álvares em Santarém (secção juvenil da Associação Nuno Álvares), com Francisco de Paula Lobo de Ávila, o que confirma a sua desvinculação ao grupo da AEP que presidia.⁸⁸⁷ A Associação Nuno Álvares manter-se-ia em funções até à década de 1930.⁸⁸⁸ Outras associações católicas, e todas ligadas ao culto condestabriano, surgiriam nos mesmos anos, e nas quais o papel de Zuzarte de Mendonça é bastante relevante, sobretudo para a criação do Museu Nuno Álvares Pereira com a contribuição da Ala do Santo Condestável, Ordem do Santo Condestável, Liga do Coração Português de Nuno Álvares, entre outras entidades, num projeto que nunca se concretizara.⁸⁸⁹ A generalidade destas entidades desapareceu ao longo das duas décadas seguintes.

⁸⁸⁵ «Decreto. Lisboa. Confirmação do culto imemorial prestado ao servo de Deus Nuno Álvares Pereira», *Acção Catholica. Boletim Archidiocesano*, Ano II, nº 4, 1918-Abr, p. 1.

⁸⁸⁶ Recorde-se a biografia associativa de Álvaro Zuzarte de Mendonça (referida no Capítulo 4): presidente da Juventude Católica de Lisboa. Inicialmente adversário do método de Baden-Powell, acabou por apadrinhar o escotismo e em 1916 fundaria um grupo exclusivamente católico na Rua das Pedras Negras, em Lisboa, integrado na pluriconfessional Associação dos Escoteiros de Portugal.

⁸⁸⁷ «Cadetes de Nuno Álvares», *A Ordem. Diario Catholico da manhã*. Ano III, nº 630, 1918-Mar-22, p. 1. Os Cadetes de Nuno Álvares utilizariam uma estratégia semelhante à AEP e UAP na reivindicação de atenção governamental, evocando um currículo assistencial durante a epidemia de 1918 ou no funeral de Sidónio Pais (Associação Nuno Álvares - Santarém. *Memorandum das homenagens ao Santo Condestável: em Santarém, nos dias 28, 29 e 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 1919*. Lisboa: Typographia Adolpho Mendonça, 1919, pp. 15-16).

⁸⁸⁸ De acordo com o P.^e Arnaldo Cardoso, a Associação Nuno Álvares fora fundada pelo P.^e Manuel Nunes Formigão em 1918, na cidade de Santarém, onde assumiu as funções de professor no Liceu Sá da Bandeira, entre 1917 e 1929. O objetivo consistia na catequese dos estudantes paralela à inculcação de valores patrióticos baseados na figura do Santo Condestável (Cardoso 2019, 39–45). Esta associação conseguiu atrair um número significativo de patrocinadores, que, a partir de 1926, responsabilizaram-se pela institucionalização do Corpo Nacional de Scouts na Diocese de Lisboa: Henrique Weiss d'Oliveira (médico e membro da Academia de Literatos Católicos), Câmara Reis (professor no Liceu Gil Vicente), Nemo (José Fernando de Sousa); António Lino Neto (advogado e deputado); Ginestal Machado (Reitor do Liceu de Santarém) e Alberto Diniz da Fonseca (advogado e presidente da Juventude Católica de Torres Novas). Para mais informações consulte-se: (Associação Nuno Álvares de Santarém 1918).

⁸⁸⁹ «Ala do Santo Condestável», *O Século*, Ano 49, nº 16.760, 1928-Nov-03, p. 8; «Museu Nuno Álvares Pereira», *O Século*, Ano 55, nº 19:632, 1936-Nov-09, p. 6. Neste artigo, Zuzarte de Mendonça é apresentado como vice-presidente da Ordem do Santo Condestável, ao lado de Hermínio Sarmento (presidente), António Moreira de Azevedo (Núcleo da Freguesia de Santa Engrácia da Ala do Santo Condestável) e do P.^e Moreira das Neves. Álvaro Zuzarte de Mendonça continuou a colaborar com o CNS de forma pontual, através de pequenas conferências, e um pouco por todo o país («Várias notícias», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano VII, nº 14, 1931-Ago-31, p. 54). Ou ainda da já mencionada Ordem de Santa Maria do Castelo de Lisboa, fundada em

Neste *puzzle* associativo, a fundação da Cruzada Nacional Nuno Álvares no pós-Grande Guerra visava objetivos políticos mais específicos, com o entendimento das elites políticas e culturais em torno de uma figura consensual entre os diversos sectores concorrenciais: monárquicos, republicanos, católicos, protestantes, integralistas, entre outros (Leal 1999). A data coincidiu com a série de conflitos sociais em torno do fenómeno religioso da Cova da Iria, em que as aparições de Fátima contribuíram para a reconfiguração de uma nova centralidade das devoções católicas portuguesas, de Braga para sul, triangulando o eixo Aljubarrota-Batalha com o acréscimo de um novo topónimo. A criação de uma associação condestabriana a nível nacional reforçaria ainda mais esta centralização a pouco mais de 50 quilómetros do centro geodésico de Portugal (Leal 2000; Ramos 2017). Outras entidades, nomeadamente as escotistas, mantiveram sempre um papel alternativo neste campo, especialmente em vocacionarem o culto condestabriano às gerações mais novas. Um pouco por todo o país os escoteiros organizavam as suas celebrações, e até o capitão Barros Basto (futuro representante da comunidade judaica do Porto), evocou as qualidades do fundador da Casa de Bragança em junho de 1920 nas festas da União dos Aduieiros de Portugal (UAP).⁸⁹⁰ No Verão do ano seguinte, a Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) organizaria uma parada em Lisboa em honra do cavaleiro, com vários jovens uniformizados em parada, e que não escapou à lente do jornal *O Século*⁸⁹¹. A AEP manteve sempre um vínculo à figura de Nuno Álvares Pereira, e mantê-lo-á para além do período aqui analisado.

O surgimento de microassociações católicas condestabrianas como o Grémio Regional Nuno Álvares em São Miguel das Aves, em Santo Tirso, nos finais de 1920 também contribuiu para a colmatção do culto ao Herói e Santo e serviu de tubo de ensaio para outras associações maiores que se aglomerariam na Cruzada Nacional Nun'Álvares em maio de 1921 ou no Corpo de Scouts Católicos Portugueses em 1923.⁸⁹² Mais ainda com a particularidade da adesão de vários vultos da *intelligentsia* portuguesa à Cruzada, como o poeta Guerra Junqueiro, que, entretanto, se convertera ao catolicismo, deu azo a que esta associação conseguisse uma mediatização transversal a todo o país (Joaquim Pintassilgo e Costa 2018). Outras, como a Associação Patriótica Nun'Álvares de Viana do Castelo, também teriam um papel relevante na

1921. («Festa da Pátria», *O Século*, Ano 41, nº 14194, 1921-Ago-16, p. 4). Para mais informações veja-se o Capítulo 4.

⁸⁹⁰ No âmbito das “Festas Lusitanas”, o Gr. 1-Porto da União dos Aduieiros de Portugal colmatou o programa com uma palestra de Barros Basto sobre a figura do Condestável, com a presença obrigatória dos restantes grupos da cidade («Aduieiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVII, nº 147, 1920-Jun-23, p. 1).

⁸⁹¹ «Festas em honra de Nuno Álvares Pereira», *O Século*, Ano 7, Ed. Noite, nº 2334, 1921-Ago-15, p. 4.

⁸⁹² «União Católica Diocesana», *Diário do Minho*, Ano II, nº 550, 1921-Jan-28, p. 1; «Estatutos do Grémio Regional “Nun'Álvares”», *Diário do Minho*, Ano III, nº 711, 1921-Set-14, p. 3.

expansão do escotismo católico no Alto Minho. A participação do líder João Pereira Vasco no I Congresso da União Arquidiocesana em 1922 e onde apresentaria uma comunicação premonitória sobre a participação dos jovens católicos no serviço militar obrigatório, precisamente quando alguns elementos do grupo católico da União dos Adueros de Portugal (UAP) também estavam presentes.⁸⁹³

O clima de fervor nacionalista em trono a Nuno Álvares deu azo a que a Cruzada Nacional procurasse alcançar outros públicos mais jovens, e com os quais já colaboravam em circunstâncias bastante restritas.⁸⁹⁴ A constituição da filiada associação Pagens do Santo Condestável em 1921 (e destinados a um público entre os 7-12 anos de idade, e sob a direção do cónego Carlos Alberto Martins do Rego) almejando a ser a principal concorrência ao universo escotista. Algo pouco sólido, na medida que desapareceria por volta de 1926. Três anos depois surgiriam os Pagens de Nuno Álvares, criados no âmbito das comemorações do V Centenário da Morte do cavaleiro medieval.⁸⁹⁵ Seriam institucionalizados extemporaneamente, quando o Corpo Nacional de Scouts (CNS) encontrava-se numa clara fase de expansão tanto na metrópole como no império (Graça 2018). No currículo constavam seis anos de existência, um primeiro acampamento à escala nacional em Aljubarrota em 1926, e vários grupos com Nuno Álvares como padroeiro.⁸⁹⁶

⁸⁹³ «[...] O Sr. João Pimenta de Castro Pereira Vasco, da Associação Patriótica Nun'Álvares, de Viana do Castelo, apresenta uma interessante moção sobre a acção dos jovens católicos quando chegarem ao serviço militar. Faz interessantes considerações acerca do apostolado dos católicos nos quartéis militares, pois as grandes épocas de glória de Portugal mostraram sempre unidos os ideais Deus e Pátria.» «O 1º Congresso da União Arquidiocesana», *Diário do Minho*, Ano IV, nº 929, 1922-Abr-27, p. 1). O caso de Vila Real de Trás-os-Montes é ainda mais exemplar. Em 1923 a delegação local dos Legionários de Nuno Álvares deslocou-se diretamente a Viana do Castelo para participar no Congresso das Juventudes Católicas da Arquidiocese de Braga, para contactar diretamente com a hierarquia dos scouts católicos. Em virtude deste encontro fundaram um grupo na cidade («Nas Regiões. Vila Real», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano I, nº 2, 1925-Mar, p. 4).

⁸⁹⁴ «[...] Na festa do Santo Condestável, realizada em 6 de novembro na Igreja de S. Clara por iniciativa das senhoras da Cruzada Nun'Álvares, o nosso Grupo contribuiu com a sua quota parte para o brilho da festa: de véspera, confissões; no dia 6, de manhã, comunhão geral; depois ao meio-dia, missa solene, em que o Grupo, com o seu galhardete, faz a guarda de honra ao altar onde está a Imagem do Padroeiro.» («Nas Regiões – Bragança», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano IV, nº 2, 1928-Fev-29, p. 4). A parceria entre as Senhoras da Cruzada e o CNS em Bragança continuaria até à extinção da Cruzada («Nas Regiões. Bragança», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano XII, nº 1, 1936-Fev-15, p. 6).

⁸⁹⁵ A data coincide com um momento de forte expansão do CNS, em que por todo o país se promoveram várias ações patrióticas em torno do Santo e Herói («Nun'Álvares Pereira - Modelo e Patrono dos escoteiros portugueses», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano III, nº 2, 1927-Fev-28, p. 1). Em 1927-Nov-05 os scouts católicos de Portalegre celebraram a trasladação das cinzas de D. Álvaro Gonçalves Pereira (pai de Nuno Álvares), com acampamento nas imediações do Convento Flor da Rosa e Missa celebrada pelo Bispo («Nas Regiões – Portalegre», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano III, nº 19, 1927-Nov-15, p. 4). Em 1932 O CNS oferecia uma estátua de Nuno Álvares ao Convento («A imagem do Beato Nuno», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano VIII, nº 21, 1932-Dez-15, p. 81).

⁸⁹⁶ Entre 1923 e 1939, os escoteiros católicos instituíram pelo menos 34 unidades sob a proteção de Nuno Álvares. Há também que acrescentar prémios falerísticos, como os “Cavaleiros do Santo Condestável”, atribuído pelo CNS a D. Manuel Vieira de Matos (Arcebispo de Braga), D. José Correia da Silva (Bispo de Leiria) e António Lino Neto (deputado) pelos seus serviços em prol da instituição («Actos Oficiais», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano II, nº 16, 1926-Out-15, p. 2). Outros casos, como a Academia Nuno Álvares na

O extravio da documentação produzida pelos Pagens de Nuno Álvares limita parcialmente o conhecimento sobre o seu quotidiano, solucionado com o cruzamento de fontes primárias, e do qual se poderá caracterizar superficialmente a associação, com uma direção tripartida pelo Prof. Francisco Miranda da Costa Lobo, cônego Dr. Bernardo António e o capitão João Afonso de Miranda.⁸⁹⁷ A chefia dos Pagens caberia a Samuel Gonçalves e Alves dos Santos e que procuraram manter os mesmos rituais públicos instituídos pelos escoteiros: peregrinações a Fátima, Batalha e Aljubarrota; guardas de honra na Câmara Municipal de Lisboa; solenidade eucarística do cardeal-patriarca D. António Mendes Belo; comemorações do V Centenário da morte de Nuno Álvares, entre outras (Leal 1999, 307; 2000). Alguns artigos publicados pelo *O Século*, incluindo algumas imagens fotográficas nas instalações da redação, oferecem detalhes interessantes sobre a uniformidade.⁸⁹⁸ As semelhanças na uniformização dos elementos (chapéus, lenços, fardas e bandeirolas de patrulha) mimetizam em quase tudo a generalidade dos escoteiros. O uso de insígnias e distintivos parece ser a grande diferença, já que o chefe Samuel Gonçalves é o único a ostentar uma divisa com a Cruz da Ordem de Avis.⁸⁹⁹ No que respeita ao seu programa educativo, é bastante provável que estivesse fundamentado no método de Baden-Powell.⁹⁰⁰

A vida ativa dos Pagens de Nuno Álvares decorreu entre 1929 e 1932 e algumas secessões internas originaram o seu fim. Em Jovim, concelho de Gondomar, existiu neste mesmo período a Ala dos Legionários de Nuno Álvares, dirigido a elementos com idade superior a 11 anos.⁹⁰¹ Assim como no Porto, em 1930, onde se fundaria um núcleo da Ala de

Covilhã, que tinha “por fim acostumar os scouts a falar em público, tarefa que parece difícil, mas que a prática torna fácil” («Nas Regiões. Covilhã», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano IV, nº 1, 1928-Fev-15, p. 4).

⁸⁹⁷ O capitão João Afonso de Miranda fora um dos subscritores da Associação Nuno Álvares, em Santarém (Associação Nuno Álvares de Santarém 1918, 38).

⁸⁹⁸ As visitas às redações dos jornais eram bastante comuns na época. Por exemplo, em julho de 1933, cento e cinquenta escoteiros visitaram Sesimbra, sendo recebidos por José Joaquim da Luz Rumina, presidente da câmara nos paços de concelho e ainda visitaram as instalações de *O Sesimbrense* («Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:442, 1933-Jul-16, p. 15).

⁸⁹⁹ «Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 17:050, 1929-Ago-26, p. 7; ANTT, Fundo Empresa Pública *Jornal O Século 1880/1979*, “Os Pajens de Nuno Álvares, na sua visita ao *O Século*” [1929-Ago-25-1929-Set-01], Álbuns Gerais nº 14, docs.: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1225D; PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1226D; PT/TT/EPJS/SF/001-001/0014/1196D)

⁹⁰⁰ O jornal nacional-sindicalista *A Revolução* integrou-a no inventário de associações escotistas: «Página Escotista – Para a História do Escotismo», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 91, 1932-Jun-27, p. 3.

⁹⁰¹ Os Legionários de Nuno Álvares de Gondomar tiveram um papel importante na dinamização do escotismo católico em Oliveira de Azeméis («Nas Regiões. Oliveira de Azeméis», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano IV, nº 1, 1928-Fev-15, p. 4; «Associações da Vila de Gondomar», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 5, 1936-Abr-15, p. 50). Os estatutos desta associação são bastante claros quanto à sua finalidade [Arquivo Distrital do Porto, Fundo AC/GCPRT Governo Civil do Porto; Subfundo “Processos de aquisição, alteração ou extinção de personalidade jurídica de associações”; «Estatutos da Associação Ala dos Legionários de Nuno Álvares de Jovim» [Código de referência: PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/00280], 1928-Set-17. As bases fundamentais desta associação são bastante percetíveis: «A “Ala dos legionários de Nuno Álvares de Jovim” (A.L.N.A.J.) é um

Legionários, mas já subdividida para dois tipos de públicos distintos: infantil (*Pagens*; 9-15 anos) e juvenil (*Legionários*, com idade superior a 15 anos).⁹⁰² A inconstância orgânica interna dos Pagens de Nuno Álvares de certa maneira explica a rota de colisão com as duas principais associações escotistas, e que nem um jornal como *O Século* conseguiu apaziguar. Entre 1929 e 1930 há registo de várias ações de violência física entre membros das três associações e acusações mútuas. A sede dos Pagens, na Quinta de Botto Machado, no bairro Penha de França em Lisboa, fora palco de vários apedrejamentos devido a rumores de atividades ilícitas.⁹⁰³ *O Século* prontificou-se a omitir os responsáveis, desmentir as vexações, e ainda polir uma imagem positiva à instituição em causa, mediatizando a visita dos Pagens à redação logo dois dias depois.⁹⁰⁴ Mas o clima era tenso. Ou para evitar a escalada de violência, ou talvez para não danificar mais as relações institucionais com as associações escotistas, certo é que *O Século* optou pelo silêncio.

O desenvolvimento da contenda pode ser acompanhado a partir da imprensa escotista que indicam a participação de alguns elementos do AEP Gr. 5-Associação Cruz de Malta de Lisboa nos apedrejamentos da sede dos Pagens em 1930, o que insinua um clima violento entre escoteiros das duas entidades.⁹⁰⁵ Mais ainda quando, dois anos depois, a direção nacional da AEP convenceria a Região de Lisboa do CNS a juntar-se num pedido conjunto ao Governador Civil da capital, com vista à dissolução definitiva da secção juvenil da Cruzada Nacional Nuno Álvares.⁹⁰⁶ O que efetivamente foi conseguido. Quatro meses depois, *O Século* informava os leitores que a Legião dos Pagens transferir-se-ia para a UAP, filiando-se como UAP Gr. 29-Lisboa e com sede na Rua Marques da Silva.⁹⁰⁷

grupo de católicos que tem por fim especial a formação cristã da juventude, levando-a ao reconhecimento perfeito e à prática integral do catolicismo, pela piedade, pelo estudo e pela acção religiosa e católico-social de harmonia com a sua tradição.»].

⁹⁰² Arquivo Distrital do Porto, *Fundo AC/GCPRT Governo Civil do Porto*; Subfundo “Processos de aquisição, alteração ou extinção de personalidade jurídica de associações”; «Estatutos da Associação Ala dos Legionários de Nun’ Álvares» [Código de referência: PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/00284], 1930-Mar-10.

⁹⁰³ *O Século* foi o único periódico a insinuar tais práticas («Desde sexta-feira última que pedradas misteriosas alarmam uma villa na rua Heróis de Kionga», *O Século*, Ano 49, nº 17:052, 1929-Ago-28, p. 2.). A imprensa escotista confirma a sessão de violência, mas aborda a questão por outro ângulo, nomeadamente o analfabetismo do chefe interino da agremiação, com a qual vários grupos da AEP Lisboa recusavam qualquer contacto. («O conflito com a Comissão Administrativa», *O Escotismo. Mensário de Educação, Estudo e Propaganda*, Ano I, nº 7, 1930-Jul, p. 4).

⁹⁰⁴ «Legião dos Pagens de Nuno Álvares», *O Século*, Ano 49, nº 17:057, 1929-Set-02, p. 3.

⁹⁰⁵ «O Conflito com a Comissão Administrativa», *Escotismo*, Ano 1, Nº 5, 1930-Mai, p. 4; «O Conflito com a Comissão Administrativa. Continuação», *Escotismo*, Ano 1, Nº 8, 1930-Ago, p. 1

⁹⁰⁶ MCNE, Dossier “Lisboa”, 1932-IV-15. (documento não-indexado). *Ofício de F. Salazar Leite, Secretário Adjunto, ao Comissário Regional de Lisboa (CNS)*. [Envio de cópia de ofício dirigido ao Governador Civil de Lisboa sobre pedido de dissolução dos “Pagens de Nun’ Álvares”].

⁹⁰⁷ «Escoteiros», *O Século*, Ano 52, nº 18:116, 1932-Ago-17, p. 4.

A transferência dos Pagens para uma associação de inspiração republicana como os Adueros em 1933 reabre o debate sobre o término definitivo da Cruzada.⁹⁰⁸ Ernesto Castro Leal clarifica que o fim da Cruzada em 1936 deveu-se à absorção estatal, de forma progressiva, e muito devido às opções paramilitares do capitão Afonso de Miranda que colidiam com o projeto do Estado Novo. As ramificações acabaram integradas tanto na Mocidade Portuguesa (secção juvenil), como na Legião Portuguesa em 1938 (no caso da Vanguarda Nacional), como órgão de combate anticomunista (Leal 1999, 273–74). De forma um pouco distinta, Fernando Costa abre a possibilidade de o fim da Cruzada se dever à ausência de qualquer compreensão geracional para com a juventude, muito devido ao seu elitismo intrínseco (F. Costa 2000, 150).

O processo contra um órgão específico da Cruzada Nacional Nuno Álvares a partir de 1932, impulsionado por duas entidades civis, de âmbito interassociativo (e inter-religioso também), acabou por dar espaço de manobra aos braços do Estado Português para atuar de forma oficiosa. Este procedimento não era novo e os escoteiros conheciam-no. Já em 1923, o então Corpo de Scouts Católicos Portugueses fora vítima do arbítrio não-oficial do governador civil de Braga que decretara a extinção da entidade alegando a proibição de manifestações religiosas em espaços públicos (ver Capítulo 4). Aceitando a teoria de Fernando Costa de que a Cruzada Nacional nunca se preocupou muito com a juventude, acaba por ser bastante perceptível a fragilidade institucional dos Pagens. A entrada na UAP foi uma medida de sobrevivência institucional, muito mais do que uma estratégia de reposicionamento ou reforço ideológico.⁹⁰⁹ Contudo, seria por pouco tempo. Os Adueros de Portugal também seriam incluídos na lista de associações a extinguir e, dois anos mais tarde, em 1934, também desapareceriam. Mais uma vez de forma oficiosa, ditada pelo governador civil de Lisboa, na qual existiu uma estratégia de aproveitamento político a partir dos litígios entre entidades para uma posterior absorção estatal. Alguns elementos optaram ainda por outras vias, como a inscrição individual no CNS, mas que não passou de casos bastante singulares.⁹¹⁰

Apesar das investidas estatais, as restantes associações escotistas continuaram com o seu programa de rituais condestabrianos. Ou em parceria com outras entidades, ou procurando

⁹⁰⁸ A dissolução dos Pagens ocorreu entre janeiro e fevereiro de 1933. O Gr. 1 ingressaria nos Adueros de Portugal, enquanto o Gr. 2 integraria a AEP, constituindo o Gr-5, com sede na Rua Carvalho Araújo («Página Escotista. Ainda os Pagens...», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano II, nº 289, 1933-Fev-16, p. 3).

⁹⁰⁹ A União dos Adueros de Portugal era a principal concorrência à A.E.P. e mantinha o ideal patriótico de Nuno Álvares Pereira como um dos princípios basilares da associação, através da celebração do aniversário do cavaleiro medieval, com alocações e palestras em todos os grupos existentes («Aduarismo», *O Comércio do Porto*, Ed. Manhã, Ano LXXVIII, nº 271, 1932-Nov-16, p. 2).

⁹¹⁰ Como o sénior Alfredo Santos do CNS Gr. 68-Mercês, nas proximidades do Bairro Alto, em Lisboa, autorizado a «usar sobre a farda escuta a Medalha de "Bons Serviços" com que foi agraciado pela extinta Associação - Pagens de Nun' Álvares» («Ordem de Serviço Nacional nº 13», *Flor de Lis*, Ano 12, nº 21, 1936-Dez-15, p. 192).

alternativas dentro de um culto que lentamente se foi “marianizando”.⁹¹¹ As peregrinações à Cova de Iria suplantariam as visitas ao Mosteiro da Batalha e campo de Aljubarrota, que acabariam por ficar remetidas a um plano secundário (Graça 2018). A polarização Braga-Batalha no campo devocional escotista português seria substituída definitivamente pelo culto fatímida, provido pela construção do Santuário a partir de 1928, e rematado com a absorção estatal da Cruzada Nacional Nuno Álvares em 1938 (Leal 2000, 175), o que acabou por reforçar o primado do Patriarcado de Lisboa face às restantes dioceses nacionais (Fontes 2000d; Ramos 2017). Esta deslocação para sul na década de 1930 reconfigurou a estrutura hierárquica dos *scouts* católicos, que transferiram a sede central de Braga para Lisboa em 1951, sob fortes contestações internas dos representantes das regiões a norte do Douro, e justificada pela proximidade com os principais órgãos políticos e religiosos da capital. Uma decisão que permitiu contestar as medidas governamentais com alguma rapidez e eficácia (ver capítulo 4). Mesmo assim o culto condestabrianiano não desaparecera, e várias pequenas associações condestabrianas continuaram os seus rituais em colaboração com os escoteiros (alguns núcleos da Cruzada Nacional ou a Associação Nuno Álvares).⁹¹² Pelo menos até 1938, data que coincide com a Guerra Civil Espanhola, e que, segundo Fernando Catroga, se regista uma perda de importância política do eixo Aljubarrota-Batalha com a assinatura do Tratado de Amizade e Não-Agressão, a 17 de março do ano seguinte (Catroga 2019, 308). Outras associações, de forma mais ou menos isolada, prosseguiram por mais alguns anos, desaparecendo apenas com o eclodir da Guerra Colonial quando o ideal patriótico do Herói e Santo já não se enquadrava na cosmovisão do fim dos impérios.⁹¹³ Neste campo apenas o CNE procurou prolongar o culto, rebatizando a União dos Antigos Escutas (criada em 1939) em Fraternidade Nuno Álvares em 1955, e em atividade até hoje.⁹¹⁴

⁹¹¹ Ainda em 1935 a AEP organizou uma romaria ao túmulo de Pedro Anes Lobato, companheiro de Armas de Nuno Álvares Pereira, às ruínas da igreja de Cheira-Ventos, Amora, Seixal («As comemorações do aniversário da Batalha de Aljubarrota», *O Século*, 1935-Ago-16, p. 7).

⁹¹² «Região do Porto», *Alerta. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts na Madeira*, Ano I, nº 8, 1933-Jan, p. 5; «Movimento Escotista», *O Comércio do Porto*, Ano LXXXI, nº 152, 1935-Jun-29, p. 2; «Corpo Nacional de Escutas», *Ressurgir. Boletim Mensal Oficioso da Associação Nuno Álvares da Campanhã*, nº 10, 1936-Out, p. 3.

⁹¹³ A título de exemplo: Ala dos Cruzados Académicos, Lisboa (c. 1931- c. 1951); Ala do Santo Condestável, Lisboa (c. 1944 – c. 1961); Ala do Infante e Condestável, Porto (c. 1961).

⁹¹⁴ «Ordem de Serviço Nacional nº 44», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 4, 1939-Fev-16, p. 27; «Ordem de Serviço Nacional nº 49», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 12, 1939-Jun-16, p. 96. Em 1960, uma data que ultrapassa o período cronológico abordado, o CNE promoveu anacronicamente a “Semana Condestabrianiana” já não em Aljubarrota, mas sim na nova igreja paroquial do Santo Condestável em Lisboa («Semana Condestabrianiana promovida pelo Corpo Nacional de Escutas», *Flama*, Ano XVII, nº 661, 1960-Nov-04, p. 21).

8.2. O Movimento Nacional-Sindicalista e o Corpo de Escutas de Portugal

O movimento nacional-sindicalista procurou aproximar-se ao escotismo, e um pouco à semelhança da Cruzada Nacional Nuno Álvares, também tentou criar a sua própria associação. Este acercamento enquadra-se no concurso geral da emergência de milícias de direita um pouco por todo o país, como por exemplo a Liga 28 de Maio, que estabeleceu alguns protocolos com outras associações juvenis (Farinha 1998, 124). Desde 1931 que a Ditadura Militar ponderava a fundação de uma milícia juvenil inspirada dualmente no método de Baden-Powell e nos *balilla* italianos que respondesse às necessidades de um enquadramento juvenil.⁹¹⁵ A única documentação produzida pelos escoteiros nacional-sindicalistas portugueses limita-se às publicações semanais no jornal *A Revolução*, o que dificulta uma aproximação simples ao funcionamento do Corpo de Escutas de Portugal (CEP). Ao longo da investigação não encontramos qualquer documento não-periodístico produzido pelo escoteiros nacional-sindicalistas, o que impede uma aproximação credível ao número de filiados ou localização das unidades, por exemplo.

O líder máximo do CEP foi Franklim António de Oliveira e a sua filiação nos Camisas Azuis foi apenas uma das muitas polémicas em que o próprio se inseriu. Assim, é importante recordar alguns elementos biográficos antes de se indagar sobre a natureza do CEP.⁹¹⁶ Em maio de 1930 Franklim de Oliveira pertencia à AEP e fora o responsável pela organização do I Congresso Nacional de Antigos Escoteiros. Por razões estritamente pessoais decidiu excluir os elementos que tivessem qualquer cadastro de expulsão ou irradiação temporal, o que visava a interdição direta de fundadores de associações dissidentes como Alberto Pinto Saraiva, o que

⁹¹⁵ «[...] a Ditadura pretende em harmonia com a sua proclamação de 31 de Julho de 1930, dar-lhe o primeiro impulso, julgando que a sua denominação deve ser Ordem Lusa donde naturalmente derivaria o nome de Lusos para os seus membros, tudo em clara consagração da ideia nacionalista (ANTT, Fundo «Arquivo Oliveira Salazar», Subfundo Educação, “*Ordem Lusa*”: *Projecto de estabelecimento da Ordem Lusa (futura Mocidade Portuguesa)*, S/D; cota: AOS/CO/ED-1C, 13ª SD, p. 1».

⁹¹⁶ As crónicas de Alberto Pinto Saraiva no jornal *Sporting* são um bom ponto de partida para acompanhar o percurso de Franklim António de Oliveira, ao qual o jornalista não poupou críticas constantes. Da longa lista de acusações poder-se-á salientar: a expulsão aleatória de delegados das três associações para uma tentativa de unificação associativa; a tentativa de absorver o CSCP pela AEP, o que lhe valeu uma polémica com o abade de Maximinos, Braga; entre outros («Comentários», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 726, 1930-Out-10, p. 13). Contudo, as críticas mais severas residem na revolta de fevereiro de 1927, quando Franklim de Oliveira se prontificou a responder ao apelo das autoridades da Ditadura Militar, para a instalação de um Hospital de Sangue em Espinho, sob a direção do tenente-coronel Paredes e do médico Dr. Raposo. Ao que parece, Franklim de Oliveira nunca esteve presente, mas exigiu uma condecoração, o que originou um pedido de desculpas institucional pelo comportamento («Escotismo – Entrevistando Hilário Fernandes», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 727, 1930-Out-14, p. 11). No mês seguinte, Alberto Pinto Saraiva chegou a apodá-lo de falta de idoneidade, sendo simultaneamente católico, protestante, progressista, conservador e integralista («Escotismo – Duas cartas aos acólitos do Triunvirato», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 737, 1930-Nov-18, p. 14).

condicionou o agendamento do evento *sine die*.⁹¹⁷ As críticas galopantes à sua gestão levaram-no a demitir-se como Secretário-Nacional Adjunto da AEP logo em setembro, e coincidiu também com a demissão do médico militar Alfredo Tovar de Lemos como Presidente da Direção Central.⁹¹⁸ A partir desta data não há qualquer registo associativo, e só voltaria a evidenciar-se em maio de 1932 com o projeto de unificação de todos os escoteiros em torno do projeto nacional-sindicalista, numa entidade supra-associativa e em que «ao Estado compete impor nesse caso a unidade».⁹¹⁹

Franklim de Oliveira desmentiu constantemente as acusações contra si na “Página Escotista” do jornal *Revolução. Diário Nacionalista*, o que acabou por transformar a coluna do periódico num espaço de comentário pessoal, mais do que um órgão oficial de comunicação. O início das publicações escotistas no jornal nacional-sindicalista começaram a 30 de maio de 1932, precisamente um mês antes da promulgação do Decreto nº 21.434 (de 29 de junho), em que o ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos instituía a Organização Escotista de Portugal, sob presidência de Vítor Braga Paixão.⁹²⁰ Franklim de Oliveira aproveitou a coincidência temporal para pôr em marcha um plano já previamente concebido quando se demitira da A.E.P. por não concordar com a política interna associativa.

Ao longo de onze meses, precisamente entre maio de 1932 e abril do ano seguinte, o ex-AEP escreveu semanalmente no jornal nacional-sindicalista e no qual expôs uma luta pessoal contra antigos adversários escoteiros, escudado sempre no “Interesse Nacional”. Ao longo desse período poder-se-ão observar pelo menos quatro grandes eixos de confronto: Associação dos Escoteiros de Portugal, União dos Adueros de Portugal, Pagens de Nuno Álvares, e por fim a associação que projetara, o Corpo de Escutas de Portugal do Movimento Nacional-Sindicalista. Nos números mais polémicos é possível ver também como o seu argumento de defesa se reforça a partir dos critérios instituídos pela Organização Escotista de Portugal, e que limitava o universo escotista à AEP e CNS (excluindo os adueiros), assim como o artigo 8º era bem explícito quanto à «admissão, numa instituição, de qualquer indivíduo irradiado, eliminado ou suspenso por outra depende do assentimento expressa desta». Ao projetar o CEP, Franklim

⁹¹⁷ «Escotismo. Protestemos», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 689, 1930-Mai-30, p. 13. A expulsão de elementos “indesejados” implicava uma difícil admissão noutra associação. O CNS em 1927 impusera uma consulta prévia à comissão executiva para a entrada de qualquer elemento externo, sob pena de nunca ser concedida qualquer autorização por anteriores “motivos de indisciplina ou faltas contra qualquer artigo da lei scout” («Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 3, nº 10, 1927-Jun-30, p. 1).

⁹¹⁸ «Escotismo. Um acólito», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 718, 1930-Set-09, p. 13.

⁹¹⁹ «Página Escotista. União Nacional Escotista», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 67, 1932-Mai-30, p. 3

⁹²⁰ «Ministério da Instrução Pública – Secretaria Geral». Decreto nº 21.434», *Diário do Governo*, n.º 152/1932, Série I de 1932-jul-01, p. 1361. O decreto omite a indicação de Braga Paixão como presidente.

de Oliveira conseguia contornar esta interdição na medida que ele próprio era o líder máximo, e como tal não dependia de nenhum critério. Não surpreende assim tanto que fosse um dos primeiros a congratular a OEP por considerá-la um meio de combate à infiltração do comunismo dentro do movimento escotista.⁹²¹ Vejamos como.

A acrimónia entre Franklim de Oliveira e a AEP decorreu em julho de 1931, meses antes da sua entrada nos Camisas Azuis, e que coincidiu com a demissão forçada do médico militar Alfredo Tovar de Lemos como Presidente da Direção Central (ver capítulo 2). Precisamente quando o conselho nacional da AEP aprovou o novo regulamento e estatutos por via de sufrágio direto, numa estrutura eleitoral de um voto por dirigente presente em conferência bianual, e com mandatos de dois anos⁹²². É possível ver o tom acusatório contra esta assembleia. No espaço de três meses caracterizou-a inicialmente como democrática (o que permitia o aburguesamento associativo com entrada dos “Chapéus de Coco”, ou uma desestabilização diretiva pela existência de mandatos), passando a ser um espaço de “perigo vermelho” (pela sua adesão aos ideais internacionalistas).⁹²³ A resposta foi bastante óbvia, com a direção nacional da AEP a queixar-se diretamente a Braga Paixão para que proibisse qualquer atividade do projetado Corpo de Escutas de Portugal.⁹²⁴ A contrarresposta foi ainda mais elucidativa: «Basta de mascarada. Estamos certos que o ministério da Instrução Pública, por intermédio do Sr. Dr.

⁹²¹ «Página Escotista. Organização Escotista de Portugal», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 103, 1932-Jul-11, p. 3.

⁹²² «Página Escotista. O que foi o ano escotista 1931-1932», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 169, 1932-Set-26, p. 3. Franklim de Oliveira criticou a Conferência de Dirigentes da AEP por democratizar-se e transformar-se numa organização “paralítica”. A introdução do adjetivo “internacionalista” nos Estatutos foi um dos principais pontos de discórdia, e foi utilizado correntemente ao longo dos onze meses de publicações no jornal *Revolução. Diário Nacionalista*, com acusações de permeabilização de ideias comunistas e maçónicas. Através das críticas dirigidas à AEP é possível conhecer que durante a Conferência de Dirigentes de 1931-Jul-08, a Moção apresentada por Diniz Augusto Curson, Henrique de Barros, Albano da Silva e António Manuel Ribeiro afirmava: «[a Direcção Central] Manifesta a sua discordância contra toda a modificação associativa capaz de afectar o espírito de perfeita democracia que constitui um dos princípios básicos da instituição; preconiza, querendo se modificar o actual aspecto do movimento, a constituição de um organismo, abertamente federativo, alheio a todas as crenças ou ideias políticas administrando-se por si próprio, embora sujeito à fiscalização do Estado («Página Escotista – Escotismo Nacional, *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 198, 1932-Out-31, p. 3). Este trecho é bastante elucidativo quanto às resistências associativas face às investidas ditatoriais. Por sua parte, Franklim de Oliveira acusa-os ainda de não respeitarem o próprio regulamento aprovado (através do Decreto 11.199 de 2 de outubro de 1925), com exclusão dos delegados regionais da Índia, Angola, Moçambique, Açores, Macau, Beira Litoral e Beira Baixa, ou qualquer representante dos Ministérios da Marinha, Guerra, Comércio e Instrução («A Página Escotista e o Liberal», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 254, 1933-Jan-05, p. 3).

⁹²³ Nos finais de 1931, a AEP alterou os estatutos, em que o Art. 2º especificava que “A A.E.P. é uma organização patriótica, internacionalista, civil, respeita todas as confissões que não briguem com os ideais do escotismo” («Escotismo», *O Século*, Ano 51, nº 17:888, 1931-Dez-29, p. 6).

⁹²⁴ «Página Escotista. Um comunicado», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 216, 1932-Nov-21, p. 3.

Braga Paixão, digno chefe do Escotismo Português, meterá estas criancolas na ordem ou os dissolverá.»⁹²⁵

A polémica entre a AEP e Franklim de Oliveira ultrapassou a redação da *Revolução* e nos finais de 1932 o jornal *Diário liberal. Jornal republicano da manhã* juntou-se à AEP para criticá-lo, chegando a chamá-lo de “estúpido”, sobretudo quando o projetado CEP seria uma cópia fiel dos *Balilla* italianos.⁹²⁶ Paradoxalmente, a mimese de uma milícia estatal escotista baseada no modelo fascista italiano é algo impercetível nas ideias de Franklim de Oliveira. Se por um lado era um apologista de uma entidade supra-associativa única a nível nacional, e sob alçada do estado, já o seu modelo pedagógico parece distar-se do modelo fascista.⁹²⁷ Franklim de Oliveira aceitava a inclusão do associativismo português numa estrutura mundial e com sede em Londres (*Boy Scout International Bureau*), pondo em prática o método desenhado pelo general Baden-Powell. Contudo, sublinhava sempre a ausência obrigatória de quaisquer influências de outros movimentos juvenis como os *Wandervogel*, *Balilla* ou *Sokols*, considerados como *contra natura* de uma nova portugalidade, símbolo máximo da trilogia “Deus, Pátria, Trabalho”.⁹²⁸ Para todos os efeitos, afirmava que «ao Estado compete impor nesse caso a unidade», em que a existência de várias associações escotistas independentes no passado provava por si só a decadência social dentro do universo escotista. Primeiro haveria que eliminar as características laicistas de algumas entidades, depois solidificar todas as associações numa única organização.⁹²⁹ A adoção destes dois procedimentos seriam a salvação possível dentro um desastre associativo iminente, e que serviu de argumento basilar contra a continuidade dos Adueros de Portugal na capital por desrespeito aos dogmas embrionários do Estado Novo. Se as principais críticas à AEP residiam na sua desestruturação interna, internacionalismo exacerbado ou ainda à democratização do seu método eletivo, já a crítica à cúpula da Região Sul da UAP subiu para o patamar da esfera privada. Franklim de Oliveira não se coibiu de acusá-los por práticas contra a moral pública (homossexualidade) e mendicidade. A atribuição de vocábulos como “rabichos” à direção do UAP Gr. 29-Lisboa, em que

⁹²⁵ «Página Escotista. Escotismo Nacional», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 239, 1932-Dez-19, p. 3.

⁹²⁶ «A Página Escotista e o Liberal», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 254, 1933-Jan-05, p. 3.

⁹²⁷ «Página Escotista. Escotismo Nacional», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 186, 1932-Out-17, p. 3.

⁹²⁸ «Página Escotista. Escotismo Nacional», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano II, nº 307, 1933-Mar-16, p. 3. A divisa do CEP é bastante volátil dentro do enquadramento nacionalista. Franklim de Oliveira inicialmente adota o “Deus, Pátria e Família” (1932-novembro), para o “Sempre Alerta” (divisa do CNS; 1933-janeiro), e mais tarde “Deus, Pátria, Trabalho” (1933-março).

⁹²⁹ «Página Escotista. União Escotista Nacional», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 67, 1932-Mai-30, p. 3.

supostamente um dos principais dirigentes exercia a sua homossexualidade em espaços tanto privados (residência pessoal) como públicos (Café Chave de Ouro em Lisboa). Rumor que originou a abertura de um processo criminal no Tribunal da Boa-Hora.⁹³⁰ O UAP Gr. 29 teve origem na Legião dos Pagens de Nuno Álvares, e convém lembrar que, após a dissolução desta, se transferiu diretamente para a UAP em agosto de 1932. Quanto às práticas de mendicidade, o objetivo visava principalmente cortar com a principal, ou talvez única, fonte de financiamento dos grupos e muito em prática na época: sessões de baile e concertos de fados e jazz.

A publicidade negativa exposta no jornal *Revolução* contra a Junta Regional do Sul da UAP tinha uma precisão cirúrgica na estrutura central, na medida que era uma organização centralizada na cidade do Porto, mas que contava com diversos grupos na capital (abordar-se-á este assunto mais adiante). Franklim de Oliveira sabia que podia manipular a opinião política nacional contra os adueiros ao denunciar as práticas imorais da UAP em Lisboa.⁹³¹ E planeou previamente a acusação, com uma primeira notificação ao major Zeferino Sequeira, dirigente máximo a nível nacional, e do qual não obteve qualquer resposta satisfatória.⁹³² Mais tarde, ao não se contentar com os indeferimentos do Adailato, procurou que o presidente da OEP Braga Paixão também os dissolvesse.⁹³³

A emergência institucional do Corpo de Escutas de Portugal no biénio 1932-1933 efetivou-se neste contexto de crise interna do associativismo escotista nacional, e haverá que observá-la mais como um projeto associativo escotista alternativo de cariz pessoal do que um

⁹³⁰ «Página Escotista. Os Adueros de Lisboa. Rabichos, Piqueniques, Dançarinos», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 283, 1933-Fev-09, p. 3.

⁹³¹ É provável que a publicitação a práticas imorais dentro da UAP provocasse momentos tensos. O próprio Franklim de Oliveira denunciou a existência de ameaças contra a sua integridade física por parte de um adail (incógnito), funcionário das Oficinas do Parque Automóvel Militar. No entanto, esta situação acabou por ser aproveitada a favor do jornalista que recordou a obrigatoriedade do cumprimento da Lei Aduera ao agressor («Página Escotista. Adueros de Lisboa», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano II, nº 343, 1933-Abr-27, p. 3).

⁹³² Franklim de Oliveira era bastante preciso nos seus objetivos referentes à UAP: «É preciso que a sua acção em Lisboa, seja imediatamente impedida porquanto a sua atividade é absolutamente prejudicial. Não vamos apelar para as autoridades, porque estamos certos de que o sr. Major Zeferino Sequeira que ocupa o cargo de Adail-Mor Geral saberá impor a disciplina nos seus subordinados. Não basta já o que no Verão passado ocorreu com o célebre “Passeio náutico e respectivo fungagá” organizado pela Junta Regional do Sul, para se tornar necessária à sua dissolução em Lisboa.» («Página Escotista. Os Adueros em Lisboa, *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 272, 1933-Jan-26, p. 3).

⁹³³ Os cabeçalhos das notícias são particularmente exemplares («Página Escotista - Os Adueros de Lisboa – Torna-se necessária à sua dissolução», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano II, nº 331, 1933-Abr-13, p. 3). Outro exemplo: «Sem características oficiais, sem, portanto, existência legal, apelamos ao sr. Dr. Braga Paixão, como chefe do Escotismo Português, promover a dissolução dos Adueros de Lisboa, que, pelas confusões que criam, constituem o maior e mais perigoso desprestígio para o Escotismo Português [...] É necessário, pois, dissolver a U.A.P. em Lisboa.» («Página Escotista - Os Adueros de Lisboa – Rabichos, Piqueniques, Dançarinos», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 283, 1933-Fev-09, p. 3).

protótipo nacional-sindicalista. As dinâmicas imputadas para que o CEP fosse uma associação antidemocrática (não sujeita a eleições e liderada por um único corpo diretivo), interconfessional, nacionalista (e paradoxalmente internacional, desde que os interesses nacionais estivessem salvaguardados) mostram as incoerências estruturais com as propostas do movimento dos Camisas Azuis.⁹³⁴ Para todos os efeitos, o CEP vinha ocupar o lugar vazio deixado pelas restantes associações, as quais eram acusadas de abandonarem o método de Baden-Powell (sobretudo a AEP e UAP), ou por serem unicamente católicas, o que impedia a entrada de elementos de qualquer outra minoria religiosa (caso do CNS).⁹³⁵

Neste xadrez político-associativo, a extinção da Legião dos Pagens de Nuno Álvares em 1932 precedeu a exclusão da UAP no quadro da Organização Escotista de Portugal em 1934, obedecendo a uma lógica seletiva paraestatal. Embora não existam documentos que o confirmem, é bastante provável que a sua aniquilação tenha decorrido na Primavera de 1933. A partir de 02 de maio não há qualquer outro registo de Franklim de Oliveira no jornal *Revolução*, e este periódico acabaria por ser interdito em setembro desse ano (Pinto 2015, 256). Contudo, através da coluna escotista do jornal *Sporting*, confirma-se o desenrolar do Corpo de Escutas de Portugal, com o jornalista Alberto Pinto Saraiva (um dos principais adversários de Franklim de Oliveira) a recomendar a Braga Paixão a inviabilização de qualquer proposta nacional-sindicalista.⁹³⁶ Ainda em julho de 1933, o jornalista portuense congratulava-se pelo fim de apadrinhamento do *Revolução* ao CEP, substituído agora pelo *Diário da Manhã* com apoio da Liga 28 de Maio, o que de facto confirma a desvinculação.⁹³⁷

⁹³⁴ A nomenclatura *Corpo de Escutas de Portugal* foi inspirada na obra de Agostinho de Campos (Campos 1918). Os artigos de opinião deste pedagogo seriam também reproduzidos no jornal oficial da *Acção Escolar Vanguarda*, sobretudo quando criticava a falta de valores conservadores na teatralização da época natalícia pelo “gosto burguês” («Natal, Poesia e Arte», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano I, nº 14 (2ª Série), 1935-Jan-20, p. 4).

⁹³⁵ No que respeita à conceção “internacionalista” do *scouting*, Franklim de Oliveira adotou uma postura bastante mais versátil em 1933 e que acabaria por ser denunciado, o que contrastava com as posições extremas defendidas meses antes («Página Escotista. Escotismo Nacional», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano II, nº 336, 1933-Abr-20, p. 3).

⁹³⁶ «Escotismo. Escutas de Portugal», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano XIII, nº 1002, 1933-Mai-01, p. 15. Franklim de Oliveira continuaria ligado ao universo escotista, e no ano seguinte ocuparia uma coluna no jornal *A Voz*, em moldes idênticos, mas sem qualquer vinculação associativa. Aproveitou a realização do Acampamento Nacional do CNS em Benfica (Lisboa) para lhe dedicar algumas páginas neste periódico, o que transparece a ideia de querer ingressar nos escoteiros católicos. Talvez devido a quezílias anteriores, a proposta não terá sido aceite, e que o levou a escrever uma notícia bastante pessoal contra o CNS, com recurso à frase «O escutismo vencerá quando o seu uniforme tomar chá no Chiado». Possivelmente esta terá sido a última notícia neste jornal («V Acampamento Nacional dos Escutas Católicos», *A voz: o diário de maior assinatura em Portugal*, 1934-Ago-30, p. 6)

⁹³⁷ Alberto Pinto Saraiva acrescentou ainda a novidade de que o Movimento Nacional-Sindicalista tentou reorganizar uma nova associação escotista interna, os “Vigias de Portugal”, com sede em Leiria e dirigida pelo capitão Mariano Ferreira e tenente José Virgolino («Escotismo. Nova organização?», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano XIII, nº 1023, 1933-Jul-17, p. 15).

O fim do Corpo de Escutas de Portugal não significou uma assimilação automática pelo Estado Português, muito mais quando as juventudes estatais só teriam início três anos depois. A partir do CEP é possível observar que os resquícios de conflitos interassociativos eram sempre solucionados pelos órgãos estatais, e que aproveitam o momento certo para aniquilar as entidades dissidentes (ou obrigá-las a transferir-se para outras concorrentes, como ocorrera com os Pagens de Nuno Álvares ou com a União dos Adueiros de Portugal). Isto denuncia já um certo *modus operandi*. Apesar da extinção do CEP, as propostas de Franklim de Oliveira foram aproveitadas pelo Ministério da Educação Nacional, sobretudo as educativas, que projetavam a institucionalização do escotismo em todos os estabelecimentos de ensino.⁹³⁸ Mesmo assim não era uma novidade. De todo. Como foi referido no capítulo 3, o *scouting* estava implementado desde 1913 em vários liceus, tanto na Metrópole como no Império. A novidade, essa sim, residia na articulação entre a obrigatoriedade dos *Balilla* italianos e o modelo de Baden-Powell, com atividades físicas e contacto com a Natureza, algo que só seria transfigurado a partir de 1936 pelas Mocidades Portuguesas.⁹³⁹

A possibilidade do projeto Corpo de Escutas de Portugal estar na génese da Acção Escolar Vanguarda em 1934 não é de todo descabida, precisamente quando a mística, estrutura, método pedagógico e programa de expansão correspondia, e muito, às premissas delineadas por Franklim de Oliveira.⁹⁴⁰ A Acção Escolar Vanguarda também procurou a atenção das associações escotistas. A casualidade de partilharem algumas sedes, precisamente em liceus onde também funcionavam alguns grupos de escoteiros como a Escola Comercial Veiga Beirão, em Lisboa (onde coexistiram o Núcleo Vanguardista e o AEP Gr- 5), deu dado azo à ponderação

⁹³⁸ «Em todas as Escolas Italianas existem núcleos *Balillas*, onde os pequenos italianos aprendem a servir a Itália Renovada; e nós... no nosso país precisamos de criar os nossos Núcleos Escotistas Escolares, para que os rapazes aprendam a bem servir o Império Português, pois essa é a missão do Escotismo Escolar.» («Página Escotista. A acção escolar do Escotismo», *Revolução. Diário Nacionalista da tarde*. Ano I, nº 277, 1933-Fev-02, p. 3).

⁹³⁹ Desde 1926 até à institucionalização das Mocidades Portuguesas em 1936 registam-se várias experiências escolares totalizantes, e que marcam a génese das juventudes estatais. Por exemplo, em Carnide (Lisboa), o Núcleo de Propaganda Educativa fundou o 1º Grupo Infantil, com uniforme composto por camisa branca com a insígnia institucional no braço esquerdo, *beret* e calção negro [«1º Grupo Infantil do Núcleo de Propaganda Educativa de Carnide (fotografia)», *Novos de Portugal: boletim do "Núcleo de Propaganda Educativa"*, nº 2, 1933-Out-15, p. 46].

⁹⁴⁰ A gestão da violência física por parte dos associados da Acção Escolar Vanguarda foi um tema quente e do desagrado de Oliveira Salazar, que temia um crescendo e descontrolado dos jovens. Um ofício de António Ferro é bastante exemplar quanto à problemática: «Estando informado de que a organização dos serviços administrativos da Acção Escolar Vanguarda não corresponde ao que seria para desejar, levo ao conhecimento de V. Ex^a, que pedi nesta data ao Sr. Tenente António Victor Condeça, pessoa da minha inteira confiança, para proceder a um inquérito rigoroso destinado a esclarecer-me por completo acerca dos actos de administração da direcção daquele movimento académico [...].» (ANTT, Fundo «Arquivo Oliveira Salazar», *Ofício [Confidencial] de António Ferro, Director do Secretariado de Propaganda Nacional, ao Presidente do Conselho*; 1934-Fevereiro-20; Pasta 6, 2º Subdivisão; cota: AOS/CO/ED-1D). No primeiro semestre de 1934 surgiram outras queixas sobre episódios de agressões (ANTT, Fundo «Arquivo de Oliveira Salazar», *Carta de Manuel das Dores, sargento de Batalhão de Metralhadoras nº 1 e aluno da Escola Industrial Machado de Castro, sobre agressões de vanguardistas à sua pessoa nas imediações da Escola*; 1934-Maio-14; AOS/CO/ED-1D, Pasta 6, 1º Subdivisão).

de uma aproximação entre duas instituições antagónicas.⁹⁴¹ Pouco mais. A tentativa de atrair para a si a entidade estatal Organização Escotista de Portugal em abril de 1934, aquando da visita de Baden-Powell a Lisboa, não teve qualquer impacto. O jornal *Avante* ainda apresentou uma página dedicada exclusivamente à presença do general inglês na capital do império e com um grande texto biográfico sobre as campanhas bélicas em África e Ásia. Sob o pseudónimo “Arcanjo”, o autor do artigo jornalístico elucidava: «É possível que haja na mocidade leitora da A.E.V. quem não conheça a biografia em leves pinceladas, deste grande pedagogo [...] Honrar-nos-emos, vanguardistas, em prestar ao grande chefe do escotismo as nossas homenagens e em seguir com fé viva e ardente, a sua doutrina».⁹⁴² E seria a única vez.

8.3. *Hitlerjugend* e Escoteiros do Ar. A génese da Escola de Aviação sem Motor da Mocidade Portuguesa⁹⁴³

A imprensa escotista refere constantemente a institucionalização dos *Balilla* como símbolo paradoxal de entidade disciplinada e antitética de modelo a seguir, mas é bastante fácil observar que existiram dois pesos e duas medidas face à diversidade de modelos de juventudes estatais europeus, nomeadamente o Nacional-Socialista alemão e o Fascista italiano.⁹⁴⁴ As políticas empreendidas por Benito Mussolini para com os *Exploratori Italiani* não recolheu a melhor opinião pública nos círculos associativos (Ponzio 2015, 36), mais ainda quando o ditador utilizava a estrutura escotista para preencher as organizações juvenis do estado.⁹⁴⁵ Enquanto a imprensa generalista metropolitana e imperial preferia destacar as atividades dos *Balilla* fora da Itália, nomeadamente a visita e desfile de 1200 jovens nas ruas de Lisboa em 1929, a imprensa associativa preferia ter uma atitude mais assertiva acrescentando também

⁹⁴¹ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.770, 1935-Dez-06, p. 5. Também no Funchal, a Assistência Escolar “28 de maio” (ligada à Acção Escolar Vanguarda), procurou competir com o CNS, solicitando ao bispo um apoio idêntico no ensino religioso («Acção Escolar Vanguarda», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1054, 1935-Dez-20, p. 1).

⁹⁴² «Escotismo. Baden-Powell com 700 escoteiros ingleses, visitou as secções», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano I, nº 11, 1934-Abr-14, p. 6.

⁹⁴³ O presente subcapítulo foi parcialmente apresentado e debatido no LPAZ Fórum 2017 “Aviação: O impacto sobre o tempo e o espaço, realizado em Vila do Porto, Santa Maria, Açores, a 7 de setembro de 2017 com a comunicação «A génese do escotismo aéreo em Portugal».

⁹⁴⁴ «Fascismo e Escutismo», *A Flor de Lis*, Ano 5, nº 17, 1929-Out-15, pp. 1-2.

⁹⁴⁵ Nos finais de 1935, a cerimónia de reorganização do CNS Gr. 30-Coimbra, que contou com a presença do bispo auxiliar D. António Antunes, Sanches de Moraes (governador civil substituto) e de vários sacerdotes, foi encerrada com uma preleção do eclesiástico superior “que se referiu em termos muito carinhosos ao escotismo, manifestando o seu contentamento de, pela terceira vez no nosso país, se encontrar em contacto com os escoteiros, mostrando-se conhecedor das organizações congéneres de Londres e da Itália.” («Corpo Nacional de Escutas», *Gazeta de Coimbra*, Ano XXV, nº 3422, 1935-12-03; p. 8).

alguns argumentos contrários.⁹⁴⁶ As apologias às juventudes estatais italianas foram vulgarmente repetidas em eventos associativos, festividades e solenidades, quase sempre numa forma mítica, com os oradores a ornamentarem a áurea imagética como um modelo a seguir. Do lado oposto surgiram fortes críticas às influências destes mesmos movimentos dentro do universo escotista. O caso do pedagogo Rafael Ávila de Azevedo em Luanda, no ano 1937, no seguimento da Segunda Guerra ítalo-etíope, é particularmente elucidativo quanto aos transtornos que havia. Numa palestra intitulada “Ideias Contemporâneas na Educação da Juventude”, a convite da Associação das Guias de Portugal local, Ávila de Azevedo não poupou críticas ao método pedagógico aplicado quanto à inculcação forçada dos ideais nacionalistas.⁹⁴⁷

O caso alemão em Portugal assume comparativamente alguma complexidade na medida que se registam diferenças significativas entre o discurso e a prática. No campo do discurso não há grandes distâncias para com os *Balillas* ou com qualquer outra organização estatal. À excepção de algumas afirmações contraditórias expostas pelo nacional-sindicalista Corpo de Escutas de Portugal, no geral existiu um pleno consenso negativo sobre a política juvenil alemã.⁹⁴⁸ Apesar deste desprimor, a relação entre a *Hitlerjugend* e os escoteiros portugueses na metrópole teve um impacto material na organização interna dos últimos, sobretudo no ramo aéreo, e que mais tarde seriam aproveitados para dar início ao programa formativo aeronáutico na Mocidade Portuguesa (Graça 2017b; 2019). No Império, pelo menos em Moçambique, as relações entre as juventudes estatais alemãs e o associativismo escotista obedeceram a lógicas locais e limitaram-se a acampamentos conjuntos na praia da Polana (ver capítulo 6).

⁹⁴⁶ «Carta de Lisboa. A visita de 1.200 fascistas em Lisboa», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1069, 1929-Out-04, p. 1; «Escotismo. O triunfo pelo espírito», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.905, 1937-Mar-22, p. 4.

⁹⁴⁷ «[...] A educação influi tão profundamente na psicologia dos rapazes, que nós vemos actualmente uma geração fascista ao serviço do estatismo mussoliniano, batendo-se corajosamente na Espanha, treinando-se no duro sacrifício da conquista etíópica. E que dizer desses rapazes alemães com as suas organizações pré-militares, iguados nos campos de trabalho, enquadrados nas milícias hitlerianas? Como se vê, senhores, uma Nação pode dentro de poucos anos, vincular nos seus futuros cidadãos, tanto os princípios do bem, como as mais nefastas ideias imperialistas. [...]. Nós, não podemos aceitar esta ideia sem ideal, que é a base dum corpo de doutrina. Evidentemente, que por um lado, temos de aproveitar para a escola todas as conquistas científicas, que melhoram o conhecimento da criança e do adolescente, e os métodos didáticos mais perfeitos de aprendizagem. Mas uma mocidade sem ideal é o mesmo que um corpo sem alma.» («A Festa das Guias de Portugal. Palestra pelo sr. Dr. Ávila de Azevedo», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano III, nº 110, 1937-Nov-27, pp. 1/4).

⁹⁴⁸ Como exemplo, a palestra do tenente Manuel Gomes dos Santos (Presidente da Comissão Executiva da AEP a partir de 1934), promovida pelos escoteiros no Centro Cultural do Porto. Sob presidência de Adriano Rodrigues (professor da Faculdade de Engenharia), e respaldado pelo P.^e António Joaquim Pereira (representante da Diocese), e capitão Nogueira Soares (representante da 1ª Região Militar), entre outros, é possível observar o posicionamento político de Gomes dos Santos face às políticas de absorção: «Salienta, depois, pormenorizadamente, a atividade escotista em Itália e na Checoslováquia, países que percorreu em propaganda escotista, não esquecendo a Suíça e a Alemanha, que está totalmente desorganizada no que respeita a escotismo, visto os antigos scouts se acharem agora incorporados nas milícias de Hitler.» («Escoteiros de Portugal. Sessão Solene», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 4, 1935-Jan-05, p. 2).

O associativismo escotista português não ficou imune à modernidade e adaptou as várias vertentes pedagógicas a diversos ramos inferiores. Já no capítulo 4 referimos a inovação dos escoteiros marítimos católicos na Póvoa de Varzim a partir de 1927. Também nesse mesmo ano vários militares tentaram criar um grupo de escoteiros equestres republicanos no Lisboa Ginásio Clube, um pouco à imagem da heroicidade de Nuno Álvares Pereira, o qual teve um resultado efémero.⁹⁴⁹ Em 1934 seria a vez do ramo aéreo, já aplicado noutros países (Pranzini e Pranzini 2007, 11; Graça 2019) e que seria desenvolvido em Lisboa pelo aficionado Fernando do Vale. Este pedagogo aeronáutico introduziu várias atividades lúdicas na agenda, como o fabrico e lançamento papagaios de papel no Parque Eduardo VII e ainda um “Curso de Divulgação de Assuntos de Aeronáutica” (dividido entre noções básicas e história da aviação), delineado para as várias secções etárias dos vários grupos da cidade.⁹⁵⁰ Esta pequena experiência deu origem a que meses depois se elaborasse o primeiro *Manual do Escoteiro do Ar*, uma novidade bastante restrita na rede mundial de escoteiros.⁹⁵¹

O ano de 1935 surge como o ponto alto do escotismo aéreo em Portugal. A construção de dois planadores (uma aeronave sem motor, ao estilo “Pou-du-ciel”, patenteada pelo aviador Henri Mignet na década de 1920) levou à fundação do AEP Gr. 18-Lisboa, grupo exclusivamente aéreo, com o auxílio económico do engenheiro Manuel Brandão⁹⁵². Rapidamente o jornalista Antero Nobre anunciou a novidade em *Os Sports*⁹⁵³. A data coincide com a metamorfose presidencial da AEP, com o escoteiro-chefe do AEP-Núcleo de Lisboa Rui Gomes dos Santos a ser nomeado como secretário-geral, e que procurara uma modernização célere da associação. Ainda em junho desse ano apresentou uma intensa campanha na Conferência Nacional de Dirigentes para do novo grupo de “Escoteiros do Ar”.⁹⁵⁴ E a notícia rapidamente chegou às instâncias estatais que, pelo menos a Junta da Educação Nacional, as

⁹⁴⁹ «Escoteiros. Está em constituição um grupo a cavalo», *O Século*, Ano 48, nº 16:116, 1927-Jan-16, p. 4. A notícia assume um título pretensioso e ao longo do texto é possível observar que as restantes especialidades escotistas são genéricas (cavaleiros, ciclistas, sinaleiros-telegrafistas, maqueiros, enfermeiros e bombeiros).

⁹⁵⁰ «Escotismo. Notícias», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.585, 1934-Fev-26, pp. 2/4

⁹⁵¹ «Escotismo. Um Livro», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.605, 1934-Mai-07, p. 2.

⁹⁵² «Escotismo. Aviação», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.709, 1935-Mai-06, p. 3. O grupo ficou constituído por Dário Gonçalves (Escoteiro-Chefe), Eduardo Gonçalves, Teófilo Ramos, Renato Fiúza, Francisco Paula, José Abecassis e Herculano de Almeida («Os “escoteiros do ar” estão a construir uma avioneta», *O Século*, Ano 55, nº 19.173, 1935-Jul-31, p. 8).

⁹⁵³ Antero Nobre era à data também escoteiro-chefe do AEP Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa («Aviação Nova. Os aeroclubes e a criação, em Portugal, de um espírito de aviação», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.711, 1935-Mai-13, p. 4).

⁹⁵⁴ «Escotismo. Notícias diversas», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.727, 1935-Jul-08, pp. 3/6. A campanha “Pró-Escoteiros do Ar” consistiu numa lista de subscrição para aquisição de um motor para o “Pou-du-ciel”, e foi endereçada a todos os grupos do Império Português, sem grandes resultados financeiros. No final de 1935 o AEP Gr. 16 conseguiu angariar apenas 3.000 escudos, dos quais um terço proveio do grupo macaense («Escotismo. Pequenas notas», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.773, 1935-Dez-16, p. 3).

Oficinas de Material Aeronáutico de Alverca e a Escola de Aviação Militar em Sintra procuraram financiá-los e ainda compartilhar um curso de aeronáutica.⁹⁵⁵

A consulta do arquivo histórico do Instituto Camões em Lisboa, o qual alberga o fundo “Instituto da Alta Cultura”, órgão dependente do Ministério da Instrução Pública nas décadas de 1930-1940, permitiu constatar a existência do subfundo “Associação dos Escoteiros de Portugal”, composto por vários documentos de ofícios e cópias, listas de faturas referentes à compra de géneros de aeronáutica (soldadura, mão-de-obra, peças, etc.) e outros materiais indispensáveis para a construção de um avião sem motor, datadas entre junho de 1935 e fevereiro de 1937.⁹⁵⁶ Esta documentação permite acompanhar o progresso da construção do planador “Pou-du-Ciel”, que, segundo os jovens participantes, acabou por ser impraticável devido a erros de cálculo (Graça 2019). Mais do que a pedagogia aplicada, importa conhecer o fim dos “Escoteiros do Ar” em Lisboa e observar como a institucionalização definitiva da Mocidade Portuguesa em 1936 alterou este paradigma associativo, e durante os três anos seguintes questionou-se sobre a sua progressiva absorção.

A razão era simples. Nos finais de 1935 a delegação conjunta da AEP e CNS fora impedida de participar na *Eighth International Scout Conference* em Estocolmo, e sem qualquer justificação pública por parte da OEP. Várias vozes críticas se insurgiram contra esta restrição, nomeadamente Antero Nobre que no jornal *Os Sports* apelou diretamente à intervenção do Presidente do Conselho.⁹⁵⁷ Sem qualquer resposta. O Estado Novo começava a limitar as mobilidades associativas no exterior, e mais ainda quando desde 1920 o *Boy Scouts International Bureau* era liderado pelo diplomata inglês Hubert Stanley Martin, o que axiomáticamente contrastava com o posicionamento da Acção Escolar Vanguarda, cujo representante António Almodôvar se deslocara em agosto de 1935 à Alemanha nazi com o propósito de observar as organizações juvenis estatais (Grossegessse 1996, 187).⁹⁵⁸ E mais ainda quando no ano seguinte a Mocidade Portuguesa ficaria entregue ao germanófilo de Nobre Guedes (Grossegessse 1996, 188; Torgal 2009, 1:216; Pimentel 2015, 266; Ninhos 2017, 158).

⁹⁵⁵ «Os “escoteiros do ar” estão a construir uma avioneta”, *O Século*, Ano 55, nº 19.173, 1935-Jul-31, p. 8

⁹⁵⁶ Arquivo do Instituto Camões, fundo “Instituto da Alta Cultura” [Ministério da Instrução Pública], subfundo *Associação dos Escuteiros de Portugal* (Código de referência: PT/MNE/CICL/IC-1/01211/09).

⁹⁵⁷ Nos finais de 1935 Antero Nobre culpou o Estado Português porque «não deu resultados satisfatórios, e que temos tido grande dificuldade em nos manter em contacto com uma das duas associações» («Escotismo – Uma triste, mas verdadeira referência ao nosso país, para o qual se chama a atenção do sr. Presidente do Ministério», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.775, 1935-Dez-23, p. 4).

⁹⁵⁸ Em 1934 o regime nacional-socialista tentara aproximar-se da Acção Escolar Vanguarda. O Grémio Luso-Alemão facilitara alguns cursos de língua e cultura germânica aos associados, assim como, no ano seguinte, a *Deutsch Arbeitsfront* patrocinou a viagem de cruzeiro à Madeira ao jovem Mourão, embarcado em Lisboa («Grémio Luso-Alemão», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano I, nº 14 (2ª Série), 1935-Jan-20, p. 2; «A caminho da Madeira com a “Deutsch Arbeits-Front”», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano II, nº 23 (2ª Série), 1935-Mar-29, p. 4).

O interesse de extensão propagandística do nacional-socialismo através das relações entre *Hitlerjugend* e as associações escotistas nacionais não era nem uma novidade (Kater 2016, 72), e muito menos se restringia apenas à Europa. No Brasil os núcleos da Juventude Alemã financiaram a deslocação de vários chefes da União dos Escoteiros do Brasil aos campos de formação da *Hitlerjugend* na Alemanha e com o objetivo de fomentar a cultura nazi na América do Sul (Thomé 2006, 180). O término dos apoios financeiros estatais à continuidade do AEP Gr. 18-Escoteiros do Ar de Lisboa terá de ser visto a partir das várias restrições que o Estado Novo tinha em curso contra o associativismo escotista em geral desde 1932. E isso explica o súbito interesse alemão no *Pou-du-Ciel* do AEP Gr. 18, logo nos primeiros meses após a institucionalização da Mocidade Portuguesa em 1936. Recorde-se que a França impusera ao país vizinho algumas restrições à livre comercialização de material aeronáutico desde a Grande Guerra (medida que seria simultaneamente adotada pelo Conselho Nacional do Ar em Portugal, justificada pelas circunstâncias da Guerra Civil Espanhola). Na prática, a *Hitlerjugend* venderia qualquer material aeronáutico inexistente em Lisboa aos Escoteiros do Ar a um preço acessível e aproveitaria esse acordo comercial para colocar em prática um ensaio político.⁹⁵⁹

A compra de várias peças diretamente à Alemanha em janeiro de 1937 abre novas interrogações sobre a influência nazi nas juventudes estatais, claramente evidenciada com a visita do barão Von Hoyningen-Huene, ministro alemão, à Escola de Aviação sem motor na Amadora em novembro do mesmo ano (Zorro 1973, 134; Arriaga 1976, 37–39). Acrescente-se ainda que, tanto o secretário-geral da AEP Rui Gomes dos Santos (que antes promovera uma grande campanha de subscrição para a compra dos aparelhos, como alguns elementos do AEP Gr-18), como José Duarte Krus Abecassis, ambos integrados diretamente na lista de formadores de aeronáutica da Mocidade Portuguesa (Graça 2019, 281). Este abandono escotista originou uma grave crise interna na AEP que até 1939 pugnou pela sua manutenção.

8.3. O contingente madeirense ao *Jamboree* de Vogelenzang, Holanda (1937)

As idiossincrasias escotistas fora de Lisboa eram bastante díspares, com as lógicas locais a precederem as normativas emanadas pelo centro de poder. O caso funchalense é exemplar nesta categorização, quando a própria *Hitlerjugend* tentou atrair diretamente a atenção associativa insular à margem do Estado Novo. As atividades nacional-socialistas juvenis em Portugal foram uma pequena parte na pauta da política externa do III Reich; ainda assim a influência alemã nos escoteiros madeirenses potencializa novos olhares sobre as estratégias de

⁹⁵⁹ «Escotismo. Escoteiros do Ar», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.883, 1937-Jan-04, p. 5.

propaganda em Portugal⁹⁶⁰. A inclusão de estrangeiros no escotismo madeirense é observável desde a sua implementação na ilha em 1918, o que significa que existe uma grande probabilidade de haver alemães inscritos nalguns grupos locais durante todo o período estudado.⁹⁶¹ E em 1932 a inglesa Denise Lester, Comissária da Companhia Funchalense da *Girl-Guide Association*, manifestou um grande desinteresse em participar no *World Scout Jamboree* na cidade húngara de Gödöllő, mesmo dispondo de recursos financeiros suficientes para enviar aí um contingente. A ameaça totalitária na Alemanha e as tensões sociais adjacentes aos países vizinhos, nos quais se incluía a Hungria, foram motivo para a ausência.⁹⁶²

A subida de Adolf Hitler ao poder em 1933 colmatou alguns protocolos que a *Hitlerjugend* tinha em aberto com o universo escotista estrangeiro desde 1922 (Souto Kustrín 2004, 183). A geografia física da ilha da Madeira e o facto de ser um porto turístico nas rotas atlânticas foram fatores decisivos na seleção de destinos que a *Hitlerjugend* delineasse para os seus acampamentos veranis. Para tal, o cônsul Emil Gesche cederia os jardins da Quinta Olavo, no Monte, nos arredores do Funchal, para a instalação de tendas de campanha, cozinhas e outros espaços de convívio, e onde os jovens alemães pudessem exercer as suas atividades lúdicas em contacto com a natureza. Até ao desenrolar da Segunda Guerra Mundial, esta propriedade seria o centro de operações político-juvenis empreendido pelas instâncias diplomáticas germânicas (Perneta 2014, 41–45).

Os dois primeiros acampamentos da *Hitlerjugend* na Madeira, em 1935 e 1936, foram aproveitados para estabelecer contacto com as associações autóctones. No primeiro, coincidentemente, vários grupos de escoteiros católicos acampavam na Quinta Gordon, também no Monte, os quais, ao estabelecer contato com os alemães, repararam que «alguns, antigos escuteiros, com o curso de Gilwell Park, e pertencentes às organizações hitlerianas»⁹⁶³. No segundo, em agosto do ano seguinte, as visitas recíprocas aos acampamentos deram azo a que dezasseis jovens alemães fossem convidados pelo CNS Gr. 88-Funchal a visitar a sede

⁹⁶⁰ O estudo da influência política nacional-socialista em Portugal e no Império Português, por via das *Hitlerjugend*, ainda está por realizar. O nosso desconhecimento idiomático circunscreveu a presente investigação apenas a documentação em língua portuguesa. Seria interessante ver como as organizações alemãs observavam o escotismo português.

⁹⁶¹ Como exemplo, o dirigente Herr Henningsen, de nacionalidade alemã, e agregado ao CNS no Funchal. Durante a Revolta de 1931, foi um dos responsáveis pela segurança, policiamento e serviço de saúde na Quinta Magnólia, reservada para refúgio de estrangeiros. («Nas Regiões. Funchal», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano VII, nº 8, 1931-Mai-31, pp. 30-31).

⁹⁶² Arquivo da AGP-Funchal, "*World Jamboree, Jamboree Mondial, Godollo (Hongrie)*"; 1932-Out-27; (documento não-classificado).

⁹⁶³ «Nas Regiões. Funchal», *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts*, Ano XI, nº 16, 1935-Set-30, pp. 74/76. O campo de Gilwell Park localiza-se em Chingford, Londres, e funciona como centro de formação escotista internacional desde 1919.

regional e a participar num desafio de futebol entre as duas seleções, sempre na presença do cônsul alemão e de Wilhelm Hoffmann, representante da colónia germânica local, a que se juntavam vários dirigentes de outros grupos. Ao estilo da época, as atividades encerravam com os cânticos de *A Portuguesa* e do *Deutschland ubber alles*⁹⁶⁴. Este acampamento serviu de ignição para que o consulado alemão na Madeira investisse capitais para promover a visita ao Reich, o que mostra que as interações entre escoteiros e as instâncias estatais alemãs são passíveis de influências, e a novidade publicada no órgão oficial dos escoteiros católicos não deixa margem para dúvidas⁹⁶⁵. No Verão do ano seguinte, em 1937, um ano após a realização dos Jogos Olímpicos em Berlim e onde um pequeno contingente da Mocidade Portuguesa fora recebido pelos congéneres alemães (Zorro 1973, 46), a *Hitlerjugend* empreendeu esforços para que um grupo de escoteiros da Madeira visitasse as várias bases no país.

A realização do *World Scout Jamboree* em Vogelenzang, Bloemendaal, nos Países Baixos, foi o momento certo para uma deslocação dos madeirenses à Alemanha. A presença de ter mais de 28.000 escoteiros ali acampados, oriundos de 54 países distintos, serviria de teatro ideal para propagandear uma imagem politicamente construída. Do Funchal partiram para Lisboa, Boulogne-sur-Mer e Hamburgo. Uma vez na cidade costeira alemã, realizaram um passeio pelo rio Elba até Cuxhaven, onde foram recebidos pela *Hitlerjugend* local. Só no dia seguinte se deslocaram por via ferroviária até Noord-Holland para a participação no acampamento mundial de escoteiros.⁹⁶⁶ E Adelino Rodrigues, jovem participante no *World Scout Jamboree*, não se coibia de publicitar a comparticipação do consulado alemão no Funchal através da imprensa local.⁹⁶⁷

O regresso à Alemanha foi estipulado para a participação de 27 escoteiros católicos num programa de oito dias previamente estipulado, dividido entre três cidades (Hamburgo, Lubeca e Berlim) e tudo realizado sempre na presença dos jovens alemães que acamparam no ano

⁹⁶⁴ «Confraternização Luso-alemã na Madeira», *A Flor de Lis, Órgão oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano XII, nº 14, 1936-Ago-31, p. 135.

⁹⁶⁵ «[...] Os nazis foram recebidos na sede do Gr. 88 pelo sr. Secretário Regional [do CNS] e pelos dirigentes dos grupos 5, 72, 76 e 88 [...]. No Livro de Honra, o sr. Cônsul escreveu “Cumprimento este grupo sinceramente, e peço votos para que chegue o dia em que um grupo de rapazes da Madeira possa ir à Alemanha fazer uma visita aos camaradas alemães». («Nas Regiões. Madeira – Estudantes alemães», *A Flor de Lis, Órgão oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano XII, nº 16, 1936-Set-30, p. 151). Também nos Açores o vice-cônsul alemão Hans Walter tinha um papel direto na gestão escotista na ilha Terceira, e no qual inscrevera os dois filhos («As grandes manifestações em Angra no dia de S. Jorge», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 10, 1935-Jun-30, pp. 49-51).

⁹⁶⁶ «Escutismo. O contingente da Madeira», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1505, 1937-Jul-03, p. 4.; «Escotismo. O Jamboree Mundial», *Os Sports*. Ano XIX, nº 1.942, 1937-Jul-30, p. 4.

⁹⁶⁷ «[...] Ao Ex.^{mo} Sr. Emil Gesche, Cônsul Alemão na nossa Ilha ficamos a dever favores importantes para o bom êxito da nossa viagem, favores que começaram a refletir-se desde que pusemos o pé a bordo daquele barco» («Diário de um Jamboreano», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1528, 1937-Jul-30, pp. 1/4).

anterior na ilha da Madeira⁹⁶⁸. Em Hamburgo visitaram os principais pontos turísticos, a escola de aviação sem motor, Jardim Zoológico de Hagenbeck, Museu Etnográfico e Universidade (onde foram recebidos pelo professor Furtado de Melo, da ilha do Pico, o qual lhes possibilitou uma visita à secção portuguesa na biblioteca universitária), os campos juvenis de trabalho obrigatório, a inauguração de uma autoestrada, e claro, as várias unidades da *Hitlerjugend*. Em Lubeca visitaram uma Igreja Evangélica, participaram numa sessão anticomunista, com especial destaque para uma preleção sobre o impacto judaico no aparelho soviético⁹⁶⁹. No final, ainda puderam passar uma tarde em Berlim⁹⁷⁰.

A publicação de um diário de bordo na imprensa funchalense (da autoria de jovem Adelino Rodrigues), oferece detalhes importantes quanto aos sentimentos vividos ou ao simples quotidiano durante o período de convivência entre as duas organizações. Por outro lado, a sua escrita responde a um padrão de fascínio sobre a cultura alemã bastante definido, nomeadamente a música⁹⁷¹. A assistência a um concerto na viagem de barco, com um conjunto musical a entoar canções populares da Renânia, permitiu-lhe também contrastar a participação do público que, em coro, acompanharam a banda, o que serve de mote para a crítica à realidade portuguesa, onde a escassez de professores de canto coral era uma realidade⁹⁷². No entanto, outros entrevistados, como o P.^e Carlos Dantas, assistente eclesiástico do contingente madeirense a Vogelenzang e Alemanha, distam da posição descrita pelo escoteiro sénior, o que transparece algum desconforto com as questões do jornalista. Embora o sacerdote reconheça o valor da recepção da *Hitlerjugend*, das visitas realizadas, das qualidades alemãs de ao ser «um país de ordem e disciplina, o que se reflete até nos mínimos pormenores», fica sempre a dúvida no ar quando rematou com a frase «Muito mais teria a dizer sobre esta embaixada escutista à Holanda e Alemanha, mas o tempo escasseia. O que lhe posso mais uma vez afirmar é que os escutas do C.N.E. representaram com todo o brio e entusiasmo lusitano na Holanda...»⁹⁷³.

⁹⁶⁸ A *Hitlerjugend* de Hamburgo disponibilizou ainda um serviço postal para correspondência direta com a Madeira. «Pelo vapor *Carnavon Castle*, a 12 de agosto, poderão escrever-lhes para a Alemanha, com a seguinte direcção: F..... Von Madeira, Hitlerjugend Nagelsweg-10, Hamburg 1 Germany» (Escutismo. O programa de visitas na Alemanha», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1517, 1937-Jul-17, p. 4); «Escutismo. Jamboree Mundial», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1547, 1937-Ago-21, p. 4.

⁹⁶⁹ As conferências e palestras eram traduzidas por um guia-intérprete, contratado pelo Departamento Norte da *Hitlerjugend*, sob orientação de Herr Einfeldt (chefe das Relações Internacionais da *Hitlerjugend* em Hamburgo), Wilhelm Hoffmann (Vice-cônsul da Alemanha na Madeira) e ainda Karl Suppiau. O corte de relações entre Portugal e a Checoslováquia e a figura de Salazar foram ponto constante.

⁹⁷⁰ «Diário de um Jamboreano», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1556, 1937-Set-01, p. 4.

⁹⁷¹ O fascínio dos jovens meridionais pela cultura nacional-socialista foi salientado por Ulrike Pfeifer, que destacou a ausência de qualquer experiência bélica como uma das características principais (Pfeifer 2012, 105).

⁹⁷² «Diário de um Jamboreano», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1538, 1937-Ago-10, pp. 1-4.

⁹⁷³ «O 5º Jamboree Mundial. Entrevistando o digno assistente da Delegação Madeirense», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1555, 1937-Ago-31, p. 1.

Enquanto no porto do Funchal o cônsul Emil Gesche aguardava a chegada do contingente ao Jamboree, fazendo votos públicos para que no ano seguinte se repetissem as visitas dos escoteiros católicos ao Reich, nos arredores da cidade acampava mais uma delegação da *Hitlerjugend*⁹⁷⁴. Desde os finais de julho que quinze estudantes, sob orientação do professor Paul Otto Busch, se instalaram na Quinta Olavo, com o objetivo de efetuar várias excursões ao interior da ilha (Perneta 2014, 105–6). Aqui, uma vez mais, seriam recebidos oficialmente na sede do CNS Gr. 88, pelo capitão Eduardo Santos Pereira, chefe regional do CNS⁹⁷⁵. Acrescente-se ainda a participação de provas desportivas entre as duas entidades, exposições públicas de canto coral, visitas às principais igrejas da ilha, e «acompanhados pelos ilustre Cônsul da Alemanha nesta ilha, sr. Emil Gesche, que se confessa um grande admirador do movimento escuta do C.N.E.»⁹⁷⁶.

Os acordos interinstitucionais entre as duas entidades terminaram em outubro desse ano, possivelmente frenadas com o desenvolvimento da Guerra Civil Espanhola (sobretudo com as ameaças à navegação atlântica) e a chegada súbita de refugiados gibraltarrinos à ilha. Isso explica o financiamento do consulado alemão para a exibição de um filme da autoria do Padre Carlos Assunção Dantas que gravou a presença do contingente durante todo o itinerário, com a visita às cidades, alguns aspetos do acampamento mundial e cerimónias religiosas⁹⁷⁷. Mesmo assim, Herr Einfelt, chefe da Secção Estrangeira da Juventude Hitleriana presente na recepção ao contingente madeirense em Hamburgo, deslocou-se diretamente à ilha a convite de António de Santa Clara Gomes, Secretário Regional do CNE (Perneta 2014, 106). Nas várias excursões ao Monte, Pico dos Barcelos, São Vicente e Serra de Água, o dirigente alemão seria sempre acompanhado por escoteiros e por Wilhelm Hoffmann (vice-cônsul da Alemanha na Madeira), com as já clássicas recepções oficiais com Madeiras de Honra, lanches na Quinta do Pilar (propriedade do Secretário Regional do CNE), ou almoços nas residências paroquiais⁹⁷⁸. Seria a última.

O fim das relações entre escoteiros e *Hitlerjugend* remete para o papel que a Mocidade Portuguesa teve na ilha, mas a inexistência de estudos dedicados a esta temática limita uma análise mais exaustiva. A data coincide tanto com o acordo comercial entre a Alemanha e AEP Gr. 18-Escoteiros do Ar de Lisboa, assim como com o súbito interesse manifestado pelos

⁹⁷⁴ «Escutismo. A chegada do contingente da Madeira», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1559, 1937-Set-04, p. 4.

⁹⁷⁵ «Escutismo. Juventude Hitleriana», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1529, 1937-Jul-31, p. 4.

⁹⁷⁶ «Escotismo. Juventude Hitleriana», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1541, 1937-Ago-14, p. 4.

⁹⁷⁷ «Escutismo. No Grupo 88», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1600, 1937-Out-23, p. 4.

⁹⁷⁸ «Escutismo. Um dos chefes da “Hitlerjugend” visita a Madeira», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1607, 1937-Out-31, p. 4.

alemães com aos cursos de aeronáutica promovidos pela Mocidade Portuguesa na Amadora. As relações entre escoteiros e *Hitlerjugend* serviram de ensaio à influência nacional-socialista no território nacional, e da qual aproveitaram-se das fragilidades económicas associativas, assim como de alguns litígios internos (note-se que, no caso funchalense, o convite foi apenas dirigido aos escoteiros católicos). A Mocidade Portuguesa ao ser implementada no país obrigou a que as juventudes estatais alemãs reorientassem as suas estratégias propagandísticas, substituindo os escoteiros pelas juventudes estatais portuguesas como a nova prioridade.

Os níveis interpretativos aqui expostos problematizam o plano da concorrência ao escotismo em Portugal, e acompanham os processos absorcionistas que o Estado Português aplicou com as várias associações, como a Legião dos Pagens de Nuno Álvares ou o Corpo de Escutas de Portugal do Movimento Nacional-Sindicalista, e nenhuma integrava qualquer rede transnacional ou supranacional. Os primeiros porque provinham de uma organização nacionalista, sincrética, que concentrava vários ramos políticos em torno de um modelo corporativo (Leal 1998). Já os Escutas de Portugal nunca atingiram o plano de conceção associativa, imprescindível para serem admitidos no *Boy Scout International Bureau* em Londres. Não obstante, o caso da Juventude Hitleriana destaca-se não tanto pela concorrência ao escotismo em si, mas antes pela demonstração de um plano de influência que visou sobretudo a sociedade civil como ensaio, tanto em Lisboa como no Funchal, e mostra como uma organização estrangeira procurou influenciar a sua política ideológica num sistema *bottom-up*, mas sem um êxito substancial. Apesar da *Hitlerjugend* se aproveitar das fragilidades circunstanciais do associativismo escotista português em 1937, a sua estratégia acabou por não ser profícua contra a vasta rede transnacional que resguardava as duas principais associações do país (apesar dos vários intentos de custear as despesas de deslocação à Alemanha sob disfarce do 5th *World Scout Jamboree* na Holanda), ou da concessão de créditos para a compra de aeronaves.

A organização nacional-socialista confrontou uma forte entidade supranacional como o *Boy Scout International Bureau*, e nada mais que liderada pelo militar inglês Hubert Martin. Ao observar a continuidade do escotismo em Portugal, certamente terão optado por vias alternativas, e talvez isso explique o forte empenho em procurar apoios na congénere Mocidade Portuguesa e no engenheiro Nobre Guedes.

Capítulo 9) Uma absorção estatal falhada (1932-39)?

A Organização Escotista de Portugal (OEP) foi instituída no segundo ano do Estado Novo a partir do Decreto nº 21.434 de 29 de junho 1932 e, em poucas palavras, poder-se-á dizer que foi a primeira prova de tolerância relativamente ao escotismo português, marcando uma fronteira ética às associações que poderiam (ou não) ser consideradas como escotistas. Como referido nos capítulos anteriores, a União dos Adueros de Portugal (UAP) foi apenas uma das excluídas, com a particularidade de, em termos de antiguidade, ser a segunda a nível nacional, e em números de efetivos humanos ser certamente a terceira. As razões que explicam os contornos dessa extinção deverão ser observadas desde a sua génese, passando pelo próprio percurso histórico-associativo, e estendendo o olhar até ao ano 1934. Só assim se obterá uma perspetiva ampla que reabre o debate sobre os critérios de seletividade do Estado Novo ao interditar as atividades escotistas nas colónias, mas tolerar a continuidade do escotismo na metrópole a partir de 1939. É difícil aceitar a tese de que o cardeal Cerejeira teve um papel primordial na manutenção do escotismo português, porque, se assim fosse, nem a Legião dos Pagens de Nuno Álvares nem a UAP teriam sido extintas, assim como também teriam sobrevivido os católicos do Corpo Nacional de Scouts nos espaços coloniais.

9.1. A Organização Escotista de Portugal e a dissolução da União dos Adueros de Portugal⁹⁷⁹

A inexistência de qualquer arquivo próprio da União dos Adueros de Portugal acrescenta algumas dificuldades heurísticas, o que abre espaço suficiente para duas leituras inesperadas. A primeira, que obriga a aprofundar as alternativas já anunciadas nos capítulos anteriores, como as imprensas generalista e associativa e alguns documentos soltos erroneamente classificados como pertencentes às associações concorrentes. A segunda convida a questionar o porquê de não existir qualquer fundo nos vários arquivos visitados ao longo da investigação. Quando se inicia a discorrer sobre a história da União dos Adueros de Portugal através da imprensa, e com alguma minuciosidade, facilmente se entende a sua dimensão e como o seu programa educativo facilmente colidia com as premissas do Estado Novo. Vejamos. A UAP foi criada em 1914 por iniciativa do capitão Artur Barros Basto na cidade do Porto, e

⁹⁷⁹ O presente subcapítulo foi parcialmente apresentado e debatido no *IV Congresso de História Local* em Almada, organizado pelo *Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa* a 16 de outubro de 2020, com a comunicação «“...agora transformados em grupos desportivos”. Estado Novo e a extinção da União dos Adueros de Portugal (1934)».

inicialmente tinha como nomenclatura oficial “União dos Adueros do Norte de Portugal”. As ruturas internas na Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) em Lisboa e a consequente cisão e transformação de vários grupos em associações independentes acabou por ser a porta de entrada para que Asdrúbal Machado, ex-escoteiro da AEP e representante de Barros Basto no sul do país, pudesse ter alguma atenção na capital. Machado acabaria por fundar a geminada “União dos Adueros do Sul de Portugal” em fevereiro de 1915.⁹⁸⁰ A trânsfuga criou um clima de instabilidade e desconfiança, e apenas dois meses depois, a AEP sentar-se-ia à mesa com os Adueros do Porto para se federarem numa única associação, em termos algo impositivos, e que resultaram num projeto morto logo à nascença.⁹⁸¹ Mesmo assim, em agosto desse ano seria a vez dos lisboetas da União dos Exploradores Lusos de contatarem a União dos Adueros do Norte de Portugal para se fundirem numa só associação. Criava-se de vez a União dos Adueros de Portugal (UAP).⁹⁸²

O ritmo de crescimento só foi abrandado com a entrada de Portugal na Grande Guerra, o que obrigou alguns membros da hierarquia a serem recrutados para a frente europeia, como o próprio adail-mor Barros Basto. A mobilização originou uma quebra de grupos: dezasseis em 1916; onze em 1917. Somente em 1921 a UAP recuperaria deste embate, retomando novamente para dezasseis, e em 1922 não só conseguiria mantê-los, como ainda fundar outros dez. O capitão de infantaria abandonaria a liderança da associação nesses anos para se dedicar exclusivamente à causa proselitista judaica, sendo então nomeado como Adail-Mor Geral Honorário de 1920 até ao desaparecimento da UAP em 1934 (Mea e Steinhardt 1997; Joaquim Pintassilgo e Nery 2007; Pignatelli 2008, 158–60; Cohen 2018, 73). Tal como a AEP, também os adueiros não foram imunes a crises internas desestruturantes ao ponto de se registarem várias secessões, com a mais significativa a ocorrer em 1922, quando o UAP Gr. 15-Porto, de inspiração católica, se desvinculou para dar início ao Corpo de Scouts Católicos Portugueses no ano seguinte (ver capítulo 4). Se bem que o líder do grupo Alberto Pinto Saraiva procurou sempre manter uma relação cordial interassociativa através das suas crónicas no jornal *Sporting*.

⁹⁸⁰ «União dos Adueros do Sul de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 11:930, 1915-Fev-26, p. 2.

⁹⁸¹ «Discutiu-se o acordo entre os escoteiros e adueiros do Norte de Portugal, tendo usado da palavra vários delegados, dissertando largamente sobre este assunto, que foi posto à votação, sendo reprovado.» («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 11:979, 1915-Abr-16, p. 2).

⁹⁸² A partir da fusão constituiu-se um novo executivo, com a inclusão de um elemento feminino. Asdrúbal Brandão Machado (adail-mor), Alfredo Souto (relator), Vitória Nayr B. Machado (1º secretária) e Carlos Lopes (2º secretário), com duas sedes principais, uma a sul, em Lisboa (rua do Olival, 238, perto do Cais da Rocha do Conde de Óbidos), e outra, a norte, no Porto (rua do Almada, 59), e com os seguintes grupos: Gr. 1-Porto (rua do Almada, 59); Gr. 2-Porto (rua José Falcão, 95); Gr. 3-Porto (Liceu Rodrigues de Freitas); Gr. 4-Porto (rua da Boavista, 260); Gr. 5-Porto (Liceu Alexandre Herculano); Gr. 6-Viseu (Liceu Alves Martins); Gr. 7-Porto (Escola Prática do Comércio Raul Dória); Gr. 8-Coimbra; Gr. 9 (rua do Olival, 238, r/c Esq.); Gr.10-Lisboa (Travessa do Forno, 14, 3º) («União dos Adueros», *O Século*, Ano 35, nº 12:092, 1915-Ago-07, p. 4).

O mesmo não se poderá dizer da cúpula nacional da UAP que criticou sempre, e de forma perentória, a disposição pacifista do scouts católicos do pós-Grande Guerra.

O desaparecimento dos Adueros de Portugal em 1934 deveu-se basicamente a quatro factores e que obrigatoriamente remetem para o seu passado. O primeiro de todos recua à substituição do capitão Barros Basto pelo tenente Alfredo da Costa Pereira em 1922, o que originou mudanças estruturais no modelo pedagógico da UAP, empreendendo uma campanha consistente de (re)inculcação de valores patrióticos republicanos. A entrada de Costa Pereira na associação vinculou também um reforço da instrução armada, publicando vários manuais de tiro editados por outros militares, como o capitão Manuel Ferreira da Silva Couto (Graça 2017c). Este autor insistia na reedição dos estatutos associativos onde a escolha dos instrutores na UAP deveria recair em oficiais do exército, o que significava que toda a metodologia revertia a favor das Sociedades de Instrução Militar Preparatória (SIMP).⁹⁸³ Como referido no capítulo 4, alguns militares da cúpula da UAP entraram em rota de colisão com alguns militares da direção do Corpo Nacional de Scouts (CNS) logo nos primeiros anos da constituição do escotismo católico nacional, e pela condição *sine qua non* de se ser militar para assumir um cargo dirigente.⁹⁸⁴

A questão religiosa foi o segundo argumento que explica o seu desaparecimento, e certamente o mais colidente com a política de Oliveira Salazar. Se durante o mandato de Barros Basto registou-se uma heterogeneidade de credos nos vários grupos, a partir de 1922 observa-se uma laicização forçada a nível interno, o que originou o abandono de pelo menos dois grupos, um católico e outro protestante, integrados cada um nas duas principais associações concorrentes. A estratégia de afastamento de qualquer vínculo religioso manteve-se como um dos principais pilares da UAP até à sua extinção em 1934. Basta ver a adoção de liturgias associativas enxertadas em vários cultos cívicos republicanos como a festa da árvore. Práticas transversais a vários países e com uma presença conjunta de escoteiros e escolas (Pérez Navarro 2022, 290), no culto das mães, ou na festa da Pátria em substituição de qualquer efeméride de

⁹⁸³ Couto, Manuel Ferreira da Silva. *A tática aplicada do Aduero*. Biblioteca do Aduero, nº 4. Porto: Ed. Mário Antunes Leitão, 1925, p. 7.

⁹⁸⁴ O estudo sobre a participação dos militares nas estratégias de enquadramento da juventude no período entre guerras ainda está por realizar. Os órgãos oficiais associativos são boas fontes de informação quanto ao currículo que alguns dirigentes ostentavam, como por exemplo, o tenente Amílcar de Sousa Ferreira, comissário regional dos escoteiros católicos em Coimbra em 1927: «É autorizado o Comissário Regional de Coimbra a usar sobre o uniforme scout as seguintes condecorações: medalha de prata comemorativa das campanhas do Exército Português com a legenda “Moçambique 1914-1918”; “medalha de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis”; medalha de prata, militar, de comportamento exemplar; medalha de bronze “Interaliada da Vitória” com a estrela de prata; medalha de cobre de Filantropia e Caridade do Instituto do Socorro a Náufragos; medalha de cobre de Agradecimento da Cruz Vermelha Portuguesa.» («Actos oficiais», A Flor de Lis, Ano 3, n.os 15-16, 1927-Set-30, p.1). Ou ainda a festa de aniversário da AEP na Madeira em 1937, quando convidaram António Eduardo Henriques, combatente em La Lys para uma apresentação do quadro de operações bélicas aos jovens («Dia jubilar da AEP», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1435, 1937-Abr-11, pp. 2/4).

cariz judaico-cristão (Graça 2013, 38–39). Mais ainda quando o médico Joaquim Dá Mesquita Paul, tradutor da obra “A origem das espécies” de Charles Darwin, foi nomeado para o Adailato-Mor.⁹⁸⁵ Tratava-se de um tema bastante sensível nalguns sectores católicos (Darwin 1900; V. Neto 1998, 502).

A terceira explicação reside no projeto de criação da Federação Escotista de Portugal (FEP) em 1928, elaborado por CNS e AEP e com convite aos Adueiros, num encontro realizado durante três dias na biblioteca da Imprensa Nacional e Sociedade de Propaganda de Portugal⁹⁸⁶. O histórico de reticências quanto a aglomerações interassociativas desde 1915 pesaram o suficiente para que a UAP não aceitasse o projeto da FEP, apesar de que *A Flor de Lis* disfarçasse o desinteresse com a afirmação taxativa que «representantes da União dos Adueiros de Portugal que, no entanto, [comunicaram] concordar com a ideia da federação».⁹⁸⁷ De todo. Mais ainda quando os principais dirigentes da UAP tinham na memória a experiência de maio de 1920, quando a AEP conseguiu que o governo do Partido Democrático dissolvesse todas as associações independentes de forma oficiosa.⁹⁸⁸ Nem os Adueiros tinham qualquer interesse em federar-se nos moldes ofertados com os *Escoteiros de Portugal*, nem AEP e CNS insistiram com o objetivo inicial, precisamente pelas duas questões expostas anteriormente: militarização juvenil e a laicidade escotista.

Por fim, o último factor remete para a ligação ao universo transnacional da UAP, limitado unicamente a grupos galegos. Tanto AEP como CNS procuraram, desde cedo, encetar e fortalecer laços com associações congéneres além-Pirenéus e na América Latina, e ainda participar em várias atividades internacionais. Basta pensar na presença de vários contingentes nos portos portugueses, no envio de delegações aos acampamentos mundiais, ou a permanente

⁹⁸⁵ «Adueiros de Portugal. Junta Directora do Aduarismo», *O Comércio do Porto*, Ano I, nº 73, Edição da Tarde, 1921-Nov-25, p. 2.

⁹⁸⁶ A reunião na Imprensa Nacional contou com elementos das três associações e guarda de honra dos grupos 1, 2, 5, 7, 9, 11, 25 e 40 da AEP. A delegação do CNS foi composta por: padre Avelino Gonçalves, José Francisco dos Santos, Gabriel Ribeiro, Weiss de Oliveira, José de Lencastre, major Pereira Reis e capitães Graciliano Marques e Carlos Alberto Godinho. Da parte da AEP: capitão Tovar de Lemos, comandante Pedro Peters, coronel Dias Antunes, Albano da Silva, professor Aníbal Pinheiro, João Trigueiros, Dinis Curson, tenente Duarte Borrego e Sigwald Salazar Wiborg («Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:523, 1928-Mar-09, p. 4; «Escotismo. Foram lançadas as bases para a Federação Escotista de Portugal», *O Século*, Ano 49, nº 16:524, 1928-Mar-10, p. 8; «Porto», «Porto», *A Flor de Lis*, Ano 4, nº 4, 1928-Mar-31, p. 4).

⁹⁸⁷ «Federação Escotista de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 4, nº 3, 1928-Mar-15, p. 1. O projeto de uma federação escotista portuguesa manter-se-á durante vários anos e foi defendido por vários indivíduos, como Nuno Magalhães Domingues, presidente do *Automóvel Club de Portugal* e antigo escoteiro do AEP Gr. 3-Lisboa («Sobre escotismo», *Os Sports*. Ano XI, nº 1.161, 1930-Jan-17, p. 2).

⁹⁸⁸ Em maio de 1920 vários grupos independentes apresentaram uma queixa formal ao Presidente da República contra a AEP, com uma marcha desde a Rotunda, passando pelo Palácio das Necessidades, e término no Palácio de Belém, com uma parada em frente à residência particular de António José de Almeida portão. Apesar da não-interferência do presidente da República, as associações minoritárias ressentiram a falta de apoio governamental («Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:799, 1920-Mai-29, p. 3; «Escoteiros Independentes», *O Século*, Ano 40, nº 13:801, 1920-Mai-31, p. 3; «Escotismo», *O Século*, Ano 40, nº 13:802, 1920-Jun-01, p. 2).

comunicação com os escritórios escotistas de Londres, Paris ou Roma. Nesse campo a UAP optou por um isolamento institucional.⁹⁸⁹ Estes quatro factores terão pesado, e muito, para que o Estado Novo decidisse inutilizar qualquer ação pedagógica da UAP.

Atenta às pressões ditatoriais, a direção nacional da AEP entendeu que só uma reforma dos estatutos associativos garantiria alguma tolerância estatal, episódio que originou a saída do capitão Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira em dezembro de 1931, e na sequência da qual o último aderiria ao Movimento Nacional-Sindicalista (ver capítulo anterior). A proposta do professor Francisco dos Reis Santos para que se incluísse a palavra “internacionalista” e se retirasse o adjetivo “neutro” do polémico artigo 2º referente às vivências religiosas internas, acabou aprovada. De facto, Reis Santos conseguiu que o artigo explicitasse que «A A.E.P. é uma organização patriótica, internacionalista, civil, respeita todas as confissões que não briguem com os ideais do escotismo». E fez toda a diferença⁹⁹⁰. E assim que a Conferência de Dirigentes da AEP aprovou os novos estatutos já com a luz do *Estado Novo* ao fundo, a direção central decidiu enviar alguns “pesos pesados” ao Ministério da Instrução, onde os aguardava Braga Paixão para dar o aval do deferimento.⁹⁹¹

A oficialização dos estatutos da Organização Escotista de Portugal saíria à luz pouco tempo depois, mais concretamente a 29 de junho, com a publicação do decreto nº 21.434 e em que se marcaram as fronteiras ideológicas entre o estado português e as três maiores associações. E com a natureza religiosa-internacional bem saliente. Se o artigo 3º delimitava as práticas escotistas apenas à AEP e CNS, o remate ficaria ainda mais explícito com a alínea 2ª do artigo 5º:

«Junto da Comissão Central funcionam, para a execução das suas deliberações e sem nelas intervirem, dois secretários, um dos quais terá a seu cargo

⁹⁸⁹ Em abril de 1930 um contingente de escoteiros brasileiros visitou o Porto, sendo recebidos pela AEP e CNS. A UAP demarcou-se de qualquer intenção de receção, o que suscitou as críticas do jornal *Sporting*: «Mentiríamos a nós mesmos, se não disséssemos que, um tal facto, nos entristece e, essa tristeza, é tanto maior quanto é certo que, os adueiros, podiam e deviam estar em condições de relações internacionais, paralela aos escoteiros e aos scouts. Porque não estão? Simplesmente porque a “Federação” tentada não se fez e, como se não fez, era inevitável o que se irá dar, como foi inevitável a impossibilidade de irem ao último Jamboree e, como inevitável será, a comparecência e cooperação em outras realizações de carácter internacional. É claro que não me refiro às vantagens que de tal Federação adviriam para o movimento nacional.» («Escotismo. Inevitável», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 673, 1930-Abr-04, p. 11).

⁹⁹⁰ «Escotismo. A conferência dos seus dirigentes», *O Século*, Ano 51, nº 17:888, 1931-Dez-29, p. 6.

⁹⁹¹ A delegação da AEP que se apresentou no Ministério da Instrução era constituída pelo comandante Melo Machado (Marinha), Sá Oliveira (reitor do Liceu Pedro Nunes), Raul Valentim Lourenço (delegado do Ministério do Comércio), Fausto Salazar Leite (professor) e Albano da Silva («Escotismo», *O Século*, Ano 52, nº 17:952, 1932-Mar-05, p. 6).

as relações nacionais e o outro as relações com a Repartição Internacional (Boy-Scouts International Bureau) e as instituições escotistas estrangeiras».⁹⁹²

E qualquer alteração a esta seleção dependia unicamente do «*Ministro da Instrução Pública, mediante a aprovação dos respectivos estatutos e parecer favorável da Comissão Central* (artigo 7º)». Estas duas alíneas colocavam a União dos Adueros de Portugal clara e duplamente fora do espectro escotista português. Mais ainda quando, nas semanas seguintes, as duas associações começaram logo a delinear um plano conjunto de atividades sob orientação de Braga Paixão (na qualidade de Diretor-Geral do Ensino Primário e como representante do Ministério da Instrução)⁹⁹³. Facto que não escapou à lente de *O Século*, mas que a censura política não autorizou publicar.⁹⁹⁴

A partir da institucionalização da OEP poder-se-á observar um clima de apaziguamento entre AEP e CNS nos aspetos mais corriqueiros. Como evidencia o panegírico do jovem e escoteiro da AEP Marcello Caetano, proclamado na cerimónia de inauguração da sede regional do CNE em Lisboa. Com apenas 26 anos dizia o futuro presidente do governo que

«[...] os progressos do Corpo Nacional de Scouts são o penhor preciso da regeneração moral e cívica da mocidade portuguesa. Inspirados pelos princípios genialmente descobertos e aplicados pelo General Baden Powell; e possuído do alto sentido que lhe empresta o ser uma obra católica – o C.N.S. tem o direito a toda a nossa simpatia, ao nosso mais caloroso apoio e auxílio, para que possa desenvolver-se, multiplicar os seus grupos, ver crescer o número dos seus escoteiros, e colher cada vês mais abundantes e amadurecidos frutos» (M. Caetano 1932, 15).

As palavras do então jovem professor universitário ilustram o debate em torno do enquadramento e regulação social da juventude em 1932. Para Marcello Caetano a seleção associativa era apenas o cumprimento das premissas estabelecidas pelo Estado Novo através da OEP. Assim se entende, apesar de ser numa perspetiva teleológica, o que ocorrera a 29 de Junho

⁹⁹² *Diário do Governo*, Decreto nº 21.434, de 29 de junho de 1932; «Organização Escotista de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 8, n.os 9-10, 1932-Jun-30, pp. 33-34; «Organização Escotista de Portugal», *Alerta. Órgão oficial do CNS na Madeira*, Ano 1, nº 3, 1932-Ago-01, p. 3.

⁹⁹³ A primeira comissão da OEP foi constituída por Braga Paixão (como representante governamental), Dinis Curson e Fausto Salazar Leite (pela AEP), Silva Passos e o padre Avelino Gonçalves (pelo CNS) («Escotismo», *O Século*, Ano 52, nº 18:088, 1932-Jul-20, p. 3; «Escotismo», *O Século*, Ano 52, nº 18:071, 1932-Jul-03, p. 9; «Escotismo», *O Século*, Ano 52, nº 18:089, 1932-Jul-21, p. 5; «A posse da Comissão Central da Organização Escutista de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 8, nº 11-12, 1932-Jul-31, pp. 41-42; «Escotismo», *O Século*, Ano 52, nº 18:180, 1932-Out-21, p. 4).

⁹⁹⁴ A queixa da UAP apresentada ao Ministério da Instrução sobre o tratamento desigual foi cortado pela Comissão de Censura na edição de 17 de agosto de 1932: «Escotismo. A direcção da Associação dos Adueros de Portugal esteve ontem, no Ministério da Instrução, solicitando igual tratamento ao que foi concedido á Associação dos Escoteiros de Portugal e ao Corpo Nacional de Scouts, pelo recente decreto que criou a Organização Escotista de Portugal.» (ANTT, Fundo «Empresa Pública Jornal», Subfundo *Cortes de Censura de 'O Século'*, Cx. 51, mc. 74, bloco nº 19, pág. 1).

do mesmo ano. E se o CNS tinha «*o direito a toda a nossa simpatia*», significava que a institucionalização da Organização Escotista de Portugal não pretendia qualquer aproximação aos Aduelros. E tendo em conta as afirmações de Marcello Caetano, o decreto nº 21.434 favorecia o crescimento das duas associações supracitadas, o que de facto aconteceu.

A simpatia interassociativa materializou-se com a projeção de programas educativos conjuntos, elaboração de manuais instrutivos, e seleção de critérios para a admissão de candidatos a dirigentes, o que acabava por solucionar divergências internas, sobretudo dentro da AEP.⁹⁹⁵ Mais ainda, quando no império surgiam sempre as dificuldades acrescentes da distância geográfica e a morosidade da comunicação entre os grupos coloniais e serviços centrais em Lisboa. Assim que a institucionalização da OEP foi notificada na imprensa, logo colheu simpatias nos territórios imperiais. Para todos os efeitos era o veículo governamental necessário para o financiamento de várias unidades no império.⁹⁹⁶

Onze meses depois surgiria uma nova proposta que fez correr tinta nos principais periódicos portugueses e que alguma historiografia tem realçado, apesar de pouca atenção prestada ao impacto no movimento escotista (Kuin 1993, 562; Pinto 1994, 290; Pimentel 2007, 14; Ninhos 2017, 113–14; L. N. Rodrigues 2019, 52). A ideia de se criar uma Liga da Mocidade Portuguesa visava sobretudo uma substituição conjunta da Acção Escolar Vanguarda e da OEP, já com Francisco Nobre Guedes à frente do organismo, e com o objetivo de garantir que

«[...] Ficam compreendidas na *Liga da “Mocidade Portuguesa”*, as organizações escotistas aprovadas pelo ministro da Instrução Pública, à data da publicação deste decreto. Os agrupamentos escotistas só poderão ter existência

⁹⁹⁵ «O.E.P.», *Escotismo. Órgão de propaganda, informação e educação*, nº 7, 1933-Jul, p. 2; «Escotismo», *Comércio da Beira*, Ano III, nº 54, 1933-Mar-03, p. 6; «Escoteiros de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do “Boletim da Diocese de Angola e Congo”*, Ano I, nº 39, 1936-Jul-18, p. 4.

⁹⁹⁶ Em Moçambique, o editor do *Notícias. Diário da Manhã* publicou um extenso artigo abonatório da medida com um comentário que consideramos útil a transcrição integral: «É, pois, com o maior prazer que vimos o Governo chamar a si a direcção suprema do *Scouting*, exercendo dentro dele uma rigorosa fiscalização, e acabando assim, com associações imitadoras do “*scouting*” de Baden Powell que, por vezes tão mal o têm colocado na opinião pública, para quem tudo são escoteiros. O desenvolvimento escotista na Colónia, tem nestes últimos tempos tomado um grande incremento sendo de esperar que o nosso Governo á semelhança do que foi feito na Metrópole, tome para si uma parcela do desenvolvimento escotista, com o seu auxílio aos núcleos de escoteiros da Colónia, filiados no novo organismo, criado pelo citado decreto. Seria, pois, interessante que o senhor director da Instrução Pública da Colónia, chamasse também a si uma outra parcela determinando que todos directores das escolas primárias procurem incutir nos seus educandos as doutrinas de Baden Powell, criando até, se possível for, grupos escolares escotistas. Não seria nada novo se isto fosse conseguido, mas sim, o seguimento do que se está fazendo em Angola onde o sr. dr. Simeão Victória, ilustre director da Instrução Pública, chamou a si a direcção superior dos escoteiros daquela colónia, e criou em todos os distritos núcleos, á frente dos quais se encontram professores primários; e, seria ainda o exemplo do que fez S. Ex^a o Governador Geral de Macau que fundou recentemente nas dez escolas daquela Colónia dez grupos de escoteiros chefiados também pelos respectivos professores.» («Escotismo. O Estado vai dirigir o *scouting*», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1917, 1932-Ago-06, p. 3).

legal desde que declarem considerar-se compreendidas na *Liga da “Mocidade Portuguesa”*, para os efeitos deste decreto.»⁹⁹⁷

Um projeto nunca concretizado (Kuin 1993, 562). Não obstante, o recém-formado Estado Novo não se cansaria de tentar subordinar o associativismo escotista ao projeto de Francisco Nobre Guedes, diga-se a AEP, o CNS e as Guias de Portugal, o que originou uma grande desconfiança nestas associações, tendo em conta o que se tinha passado na Itália, em que os *Balilla* mimetizaram integralmente a estrutura e agenda escotista até ao mais ínfimo pormenor (La Rovere 2018, 24–26). A direção da Liga da “Mocidade Portuguesa” ainda tentou uma segunda medida plausível, a de limitar o raio de ação a qualquer

«[...] associação ou sociedade constituída para a educação física e cultura dos associados inclusivamente estabelecimentos escolares poderá existir e funcionar sem estatutos aprovados pelo ministério da instrução, mediante parecer do Conselho da Mocidade Portuguesa».⁹⁹⁸

Esta segunda alternativa visava não propriamente a AEP nem o CNS, mas antes os Adueros de Portugal, que, desde a exclusão da Organização Escotista de Portugal, e temendo uma fuga do efetivo para a concorrência, respondeu com a “desportização” das suas atividades, abrindo modalidades alternativas ao escotismo como o atletismo, ciclismo e basquetebol, e elegendo novos corpos gerentes nalgumas unidades para dar uma nova imagem perante a sociedade. Atividades como o serviço de primeiros socorros ou a vigilância do trânsito em provas de ciclismo eram cada vez mais comuns no quotidiano.⁹⁹⁹ Mesmo assim, e apesar da marginalização legislativa imposta com a criação da OEP, os Adueros de Portugal conseguiram fundar alguns grupos na cintura da cidade do Porto, como o UAP Gr. 28-Paranhos (reorganizado em outubro de 1933), e programado para abrir também com uma banda de música, enquanto os restantes mantinham as atividades com normalidade.¹⁰⁰⁰

A pressão governamental teve efeitos imediatos, e passados três dias a Junta Diretora e o Adail-Mor Geral da UAP teve de pedir a demissão, convocando eleições para as várias

⁹⁹⁷ «Vai aparecer um decreto que cria uma organização denominada “Liga da Mocidade Portuguesa”», *O Século*, Ano 53, nº 18:447, 1933-Jul-21, pp. 1/5.

⁹⁹⁸ «Liga da Mocidade Portuguesa», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 173, 1933-Jul-22, p. 3.

⁹⁹⁹ «Adueros de Portugal, *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 58, 1933-Mar-11, p. 5; «Aduarismo», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 208, 1933-Set-01, p. 4; «União dos Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 218, 1933-Set-13, p. 4; «Movimento escotista», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 303, 1933-Dez-22, p. 5.

¹⁰⁰⁰ «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 251, 1933-Out-22, p. 4.

estruturas.¹⁰⁰¹ Apesar de nunca ter passado do papel, o projeto Liga da “Mocidade Portuguesa” impactou e especulou-se bastante sobre a emergência de uma nova supra-associação que englobasse clubes desportivos e grupos escotistas com moldes federativos semelhantes à OEP. Temia-se a criação de filtros comunicacionais por ordem governamental que condicionassem as atividades entre as associações portuguesas e as estrangeiras.¹⁰⁰² Mais ainda quando se avizinhavam dois eventos importantes: a Conferência Internacional de Escotismo Colonial em Paris e a receção ao casal Baden-Powell no ano seguinte.¹⁰⁰³ E como referido antes, a visita a Lisboa em 1934 visava, sobretudo, colocar um travão nas políticas estatais de enquadramento juvenil. Assim que a notícia que o casal Baden-Powell iria a Lisboa em abril, AEP, CNS e Guias de Portugal iniciaram os preparativos, com ensaios de paradas na receção oficial ao fundador, governantes e chefe de estado, itinerários a percorrer, etc. De forma anedótica, três escoteiros da AEP de Lourenço Marques disponibilizaram-se a viajar até à capital do império em bicicleta para assistir ao evento. Uma notícia imperdível pelos principais periódicos desportivos.¹⁰⁰⁴

A exclusão de qualquer participação adueira na receção oficial ao casal Baden-Powell passou bastante despercebida aos vários jornalistas presentes no evento. Os órgãos de comunicação onde o movimento escotista dispunha de algum espaço continuaram com o *modus operandi* de publicar o estado progressivo das associações, mas sem qualquer alusão à UAP. O jornal *Os Sports*, por exemplo, fez questão de salientar que

«[...] algumas centenas os rapazes que se têm filiado no Escotismo depois do dia 12 de abril. E é interessante constatar que entre eles se contam os filhos de algumas altas individualidades portuguesas, como o de sua Ex.^a o sr. Ministro das Colónias [Armando Monteiro], que ingressou no Grupo nº 3 da A.E.P.»¹⁰⁰⁵

Até *O Século*, que sempre atribuiu algum protagonismo aos adueiros, logo em maio explicaria laconicamente aos leitores que «*Por não estarem integrados na Organização Escotista de Portugal, dependente do Ministério de Instrução foram encerrados pelas autoridades, os grupos adueiros de Lisboa*».¹⁰⁰⁶

¹⁰⁰¹ «Adueiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 253, 1933-Out-25, p. 2.

¹⁰⁰² «Escotismo. Um bem e um mal», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.571, 1934-Jan-08, p. 4; «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.573, 1934-Jan-15, p. 3; «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.576, 1934-Jan-26, p. 3.

¹⁰⁰³ «Conferência colonial internacional de escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.597, 1934-Abr-09, p. 3.

¹⁰⁰⁴ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.580, 1934-Fev-09, p. 3.

¹⁰⁰⁵ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.605, 1934-Mai-07, p. 2.

¹⁰⁰⁶ «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18:752, 1934-Mai-29, p. 9. As dúvidas dissiparam-se quando *Os Sports* complementaram a informação dada pelo *O Século* sobre a proibição de qualquer atividade adueira. Num título bastante elucidativo como “Até que enfim!” este jornal desportivo elucidou os leitores sobre a ilegalidade da

O desmembramento das unidades locais da UAP teve várias consequências, com alguns grupos a seguirem o exemplo do UAP Gr. 11 instalado no Palácio das Necessidades em Lisboa, que em 1928 se transformaria no AEP Gr. 79. Ou o UAP Gr. 41-Barreiro cuja direção transitou para o AEP Gr. 62 em 1932 (Graça 2013, 38–42).¹⁰⁰⁷ Na cidade do Porto o processo de extinção demorou um pouco mais de tempo, muito devido a lógicas locais que ultrapassavam as medidas estatais. O *Comércio do Porto* foi bastante mais assertivo que os congéneres lisboetas ao explicar que «os antigos adueiros e graduados, agora transformados em grupos desportivos» continuavam a reunir nas respetivas sedes.¹⁰⁰⁸ Um dos momentos mais confrontantes com as diretrizes estatais decorreu numa parada de ex-adueiros no cemitério de Agramonte em dezembro de 1934, meses depois de sair o decreto (oficioso) da extinção. E para celebrarem o 14º aniversário do falecimento do antigo adail Edmundo Gomes da Silva, foram autorizados a desfilar unicamente entre a Praça Mouzinho de Albuquerque e o espaço fúnebre, pouco menos de 500 metros de distância.¹⁰⁰⁹

Alguns membros da direção nacional da extinta UAP não se resignaram com as medidas governamentais e procuraram continuar com algumas atividades que dificilmente seriam desautorizadas pelo Governo Civil do Porto, como a angariação de fundos “Escudo dos Adueros” e dedicado aos Bombeiros do Porto precisamente no dia de Viriato, patrono da UAP.¹⁰¹⁰ Ou a criação da “Taça Aduera” para ser entregue na prova de ciclismo do Giro do Minho e angariada pelos antigos adueiros autointitulados “Os Restauradores”, um grupo que manteve algum dinamismo e procurou mediatizar a sua continuidade.¹⁰¹¹ Dois anos depois,

existência da UAP: «Até que enfim foi cumprida a legislação escotista portuguesa no que diz respeito às imitações fraudulentas e usos indevidos de uniformes e distintivos próprios dos escoteiros! E já não era sem tempo, porquanto o decreto-lei que regula tais assuntos foi publicado em 1932... As sedes dos grupos de adueiros da área de Lisboa acabam de ser encerradas e lacradas, por ordem do sr. governador civil, a solicitação do qual o sr. comandante da Polícia deu também aos seus subordinados, ordens terminantes para a supressão do uso de uniforme que se possam confundir com os escotistas. Congratulamo-nos sinceramente com esta enérgica resolução do sr. tenente-coronel João Luís de Moura, grande amigo do Escotismo Português, do verdadeiro, do único, que assim lhe fica devendo mais um inestimável serviço. É que, se por um lado a lei se fez para ser acatada, por outro, a organização adueira punha constantemente em perigo a boa marcha do Escotismo Português e a sua grande reputação. O grande público, que não sabia distinguir à primeira vista, os adueiros dos escoteiros, confundia-os sempre, medindo os actos destes pela baixa bitola que a toda a hora lhes era fornecida, pela acção, nem sempre moral, honesta, patriótica e educativa daqueles.» («Escotismo. Até que enfim!», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.608, 1934-Mai-18, p. 3). O esclarecimento final seria dado três semanas depois («Escotismo. O caso dos adueiros», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.614, 1934-Jun-08, p. 3).

¹⁰⁰⁷ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.743, 1935-Set-02, p. 3; CIDE/ME, Livro “Ordens de serviço dos adueiros de Portugal Grupo nº 11, do nº 84 de 05/01/1922 a 301 de 31 de dezembro de 1925” [documento não-classificado].

¹⁰⁰⁸ «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 194, 1934-Ago-17, p. 3.

¹⁰⁰⁹ «Movimento escotista», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 284, 1934-Dez-01, p. 2.

¹⁰¹⁰ «Vida Aduera», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 88, 1935-Abr-14, p. 3.

¹⁰¹¹ «Confraternização de antigos adueiros», *O Comércio do Porto*, Ano LXXXII, nº 187, 1936-Jul-23, p. 3; «Vida Aduera. “Os Restauradores”», *O Comércio do Porto*, Ano LXXXII, nº 292, 1936-Nov-06, p. 2.

repetiriam pela última vez a romagem ao Cemitério de Agramonte, agora disfarçada com o festejo atrasado do dia da Restauração, «e não tendo feito na data própria por motivo de dificuldades várias», com direito a «visita oficial dos antigos adueiros ao Centro de Jogadores de Pau do Norte, sendo por aqueles prestada homenagem à sua bandeira, condecorando-lha».¹⁰¹² Seria definitivamente a última aparição pública da União dos Adueros de Portugal.

A partir daqui as memórias associativas da concorrência encarregaram-se de selecionar, manipular e omitir a sua presença no universo escotista português. Acrescente-se também que as sedes, ao serem encerradas por ordem policial e transformadas em clubes desportivos, possibilitaram o extravio da documentação produzida.¹⁰¹³ E através de um artigo publicado em *Os Sports*, muito provavelmente da autoria de Antero Nobre, confirma-se o «*o facto do sr. governador civil haver mandado encerrar e lacrar as sedes dos grupos de adueiros*», muito devido à

«[...] conduta dos chefes de grupos. Dois estão presos, condenados judicialmente por... pederastas; um outro está preso por roubo; um quarto, analfabeto, passa a vida embebedando-se pelas tabernas, etc., etc., etc. E parece-nos que não é preciso dizer mais, porque a triste figura que aí pelas ruas fazem de quando em quando, pelo seu porte, dizem tudo».¹⁰¹⁴

De todos os modos, mesmo com a escassa informação recolhida, pudemos constatar que a sua imobilização serviu como um tubo de ensaio para o megaprojeto de estatização do enquadramento da juventude. Sem qualquer vínculo internacional que a sustentasse, e mantendo-se fiel aos princípios da laicidade *in extremis* dentro das suas estruturas geográficas, facilmente seriam um dos primeiros alvos do Estado Novo. E assim foram. Vejamos agora como se debateram as restantes associações.

8.2. A Fraternal dos Antigos Escoteiros e a União dos Antigos Escutas

A fundação de sub-associações de antigos escoteiros tem sido um objeto de estudo pouco abordado a nível mundial, e só nos últimos anos se registam alguns avanços providos

¹⁰¹² «A data histórica do 1º de dezembro», *O Comércio do Porto*, Ano LXXXII, nº 318, 1936-Dez-03, p. 6.

¹⁰¹³ Um ano depois, no Verão de 1935, o general David Rodrigues (Presidente da Comissão Superior de Educação Física do Exército) sondaria as várias repartições do Ministério do Interior para que lhe enviassem nota do número, localização, e população associativa de todas as associações ginásticas ou desportivas, escoteiros, adueiros ou outras de carácter patriótico, existentes nos distritos (ANTT, Fundo «Arquivo Oliveira Salazar», Subfundo Processos de correspondência recebida do Distrito de Lisboa, Ofício nº 93, 0-1/130. 1935-Jul-04. *Ofício de Mário Caes Esteves, Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, aos vários Governadores Civis*, de 1935-Jul-04).

¹⁰¹⁴ «Escotismo. O caso dos adueiros», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.614, 1934-Jun-08, p. 3.

de investigadores das áreas da sociologia religiosa e educacional como Young-Il Kim, Sung Joon Jang e Byron R. Johnson. O trabalho destes académicos visou, sobretudo, a observação de ex-reclusos e como estes conseguiam melhores resultados de inserção social a partir da recuperação das suas memórias de aprendizagem juvenil. Ex-reclusos adultos que tinham sido escoteiros na *Boy-Scouts of America* quando eram jovens e que, de certa forma, ainda mantinham algum elo afetivo com a instituição (Kim, Jang, e Johnson 2016). Panorama bastante distinto do que se observou para o estudo do universo associativo português e que reflete algumas particularidades que não se manifestam nos congéneres estrangeiros.¹⁰¹⁵

Ao longo da investigação surgiram várias questões sobre os contornos do interesse institucional na década de 1930 em criar-se uma associação paralela que mantivesse os antigos filiados conectados com a associação principal, fosse ela a AEP, fosse o CNS. Tanto a Fraternal dos Antigos Escoteiros de Portugal (ligada à AEP, e fundada em 11 de Março de 1950) como a Fraternidade Nuno Álvares (conectada com o Corpo Nacional de Escutas, a partir da União dos Antigos Escutas, em 1939) tiveram as suas gèneses ainda na década de 1920, e a sua consolidação assumiu-se como algo essencial para entender como a AEP e CNE se reforçaram a partir dos seus antigos elementos para resistir às políticas de absorção por parte do Estado Novo. Recuemos um pouco.

A Grande Guerra obrigou à mobilização dos principais dirigentes escotistas para as duas frentes bélicas, o que na prática significava que os respetivos grupos ficariam a cargo de elementos mais novos. O regresso dos antigos chefes aos grupos provocou tensões com as novas direções instaladas que, numa rutura geracional, resultaram num processo nem sempre pacífico nos primeiros anos do pós-guerra. Em 2005 Sandra Souto Kustrín alertou para esta realidade, precisamente quando nesses anos os jovens deixaram de ser o objeto de proteção em face do futuro, para passar a ser agentes transformadores da sociedade, rivais de organizações de adultos, e até com uma maior participação política nos partidos (Souto Kustrín 2005, 99). Um bom exemplo desta categorização foi Artur Barros Basto, fundador da UAP em 1914, e remetido a Adail-Mor Honorário a partir de 1922.

As próprias associações debatiam-se agora não com o enquadramento juvenil, mas sim com o enquadramento adulto¹⁰¹⁶. O desafio visava a inclusão dos elementos jubilados, atribuir-lhes também um papel ativo nas várias reestruturações hierárquicas, e preencher os espaços intergeracionais com as suas experiências de vida e estabilidade profissional-económica (em

¹⁰¹⁵ Este assunto por sua vez acaba por ser algo que também tem escapado às narrativas memorialistas associativas. A maioria das evocações à fundação de sub-associações de antigos escoteiros é remetida para o campo da jubilação (J. V. Reis 2007, 486–88).

¹⁰¹⁶ Da mesma maneira que havia também um debate interno sobre o enquadramento associativo de jovens expatriados, sobretudo brasileiros, e presentes nalguns grupos de Lisboa e Porto.

complemento aos jovens que ainda não tinham alcançado quando se encontravam à frente das respetivas unidades)¹⁰¹⁷. Associações como a UAP foram até mais longe. Em 1929 alguns antigos adueiros fundaram o Grupo Recreativo “Os amigos do Scouting” no Alto da Fontinha, na cidade do Porto, para reagrupar os elementos dispersos dos outros grupos e juntá-los numa espécie de “conselho de sábios”.¹⁰¹⁸

AEP e CNS decidiram avançar por caminhos alternativos. A primeira debateu no Congresso de Dirigentes, em março de 1930, a criação de uma “Liga Nacional de Antigos Escoteiros”, para reforço do escotismo «entre a elite da mocidade lusitana». ¹⁰¹⁹ Ideia que não escapou a Franklim de Oliveira que, apenas dois meses, organizaria o 1º Congresso de Antigos Escoteiros no Grémio Escolar Republicano de Alcântara, inicialmente sem qualquer exclusividade de credos ou currículos associativos, no qual se pretendia apenas atrair a experiência dos antigos fundadores dos grupos para melhor respaldar o universo escotista em face da Ditadura Militar.¹⁰²⁰ Como demonstrado nos capítulos anteriores, Franklim de Oliveira manteve algumas idiossincrasias e aproveitou-se do seu lugar de poder para limitar o acesso a vários adversários neste encontro, em especial a elementos que tivessem sido irradiados de outras associações análogas à AEP (paradoxalmente, Franklim de Oliveira era um deles).¹⁰²¹ A crítica a esta emenda foi denunciada por Alberto Pinto de Saraiva, entretanto irradiado dos escoteiros católicos em 1925, e um dos principais críticos dentro da AEP no norte do país, que não poupou argumentos contra a política exclusivista de Franklim de Oliveira.¹⁰²² As dúvidas do jornalista de *O Sporting* originaram um descrédito generalizado quanto à idoneidade de Franklim de Oliveira em encabeçar a nova associação de veteranos.

¹⁰¹⁷ «Scouts Lusitanos», *O Comércio do Porto*, Ano LXIX, nº 189, 1923-Ago-14, p. 2; «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ed. Manhã, Ano LXXV, nº 215, 1929-Set-12, p. 2.

¹⁰¹⁸ «Pelo escotismo», *O Comércio do Porto*, Ed. Manhã, Ano LXXV, nº 245, 1929-Out-17, p. 2.

¹⁰¹⁹ «Congresso de Escoteiros», *O Comércio do Porto*, Ed. Manhã, Ano LXXV, nº 57, 1930-Mar-11, p. 7.

¹⁰²⁰ Organizado por Franklim de Oliveira, com a coadjuvação de Júlio Augusto Rodrigues (União dos Escoteiros Lusos), Rolando Taveira Garcia (Escoteiros Portugueses Independentes), João Bernardo Ramos (União dos Adueros de Portugal), Luís Eduardo Raposo (AEP), Carlos dos Santos Lopes (AEP) e João Pereira Ribeiro Nobre (União dos Escoteiros Lusos) («Escotismo. Do meu covil», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 685, 1930-Mai-16, p. 14; «Escotismo. Do meu covil», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 687, 1930-Mai-23, p. 13; «Congresso Nacional dos Antigos Escoteiros», *O Século*, Ano 50, nº 17:316, 1930-Mai-26, p. 11; «Escotismo», *O Século*, Ano 50, nº 17:341, 1930-Jun-20, p. 9).

¹⁰²¹ «Escotismo. Protestemos», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 689, 1930-Mai-30, p. 13.

¹⁰²² «[...] Só podemos explicar esta proposta infeliz como sendo filha duma intenção reservada e, portanto, criminosa. Mas, repetimos, se a Comissão Executiva quis olhar à irradiação, porque não olhou também ao porte moral? É que nesse caso teria de começar por não admitir nela Franklim António de Oliveira, apesar de ali estar como representante duma associação. Já só este facto era motivo mais que suficiente para discordarmos. Não está bem. E pela nossa parte, apesar da simpatia que nos mereceu a ideia deste Congresso, a Comissão tal qual está constituída não pode merecer confiança nem carinho dos antigos ou actuais escoteiros portugueses» («Escotismo. Protestamos», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 691, 1930-Jun-06, p. 13).

A solução para o impasse proveio de Londres, quando o fundador Baden-Powell recomendou diretamente às associações nacionais do mundo inteiro para que promovessem a captação dos seus primeiros membros. Rapidamente a direção central da AEP decidiu criar unilateralmente uma associação geminada e exclusiva aos seus antigos associados.¹⁰²³ Em novembro de 1933, e já coincidindo com as prerrogativas da Organização Escotista de Portugal, a AEP apresentaria em vários periódicos a Fraternal dos Antigos Escoteiros de Portugal, num evento a realizar semanas depois no Liceu Pedro Nunes em Lisboa, e organizado nada menos pelo reitor António Sá de Oliveira.¹⁰²⁴

O caso dos escoteiros católicos do CNS é bastante distinto. Se bem que se registam alguns interesses pontuais (e insólitos) em aglomerar “antigos” associados, como a Liga dos Antigos Scouts de Guimarães em 1929 (tendo em conta que o CNS nessa cidade contava apenas seis anos de existência), o percurso foi muito menos atribulado.¹⁰²⁵ No Conselho Nacional realizado no Funchal, em 1939, deliberar-se-ia a fundação da UAE - União dos Antigos Escutas, uma entidade dependente do Comissário Geral da 3ª Secção, regulamentada em junho desse ano, inclusive o uso de uniforme para os associados e na senda das recomendações de Baden-Powell seis anos antes.¹⁰²⁶

A institucionalização da Fraternal dos Antigos Escoteiros de Portugal em 1933 (no caso da AEP) e da União dos Antigos Escutas em 1939 (no caso do CNE) acabaria por responder às necessidades de enquadramento adulto com que as associações escotistas se debatiam desde a década anterior. Ambivalentemente acrescentaria ainda mais dois pilares na muralha defensiva relativamente às políticas do Estado Novo, acabando por contrariar a mecânica estatal em curso desde a revogação da Organização Escotista de Portugal através da portaria nº 8488, de 13 de julho de 1936. Apesar do efetivo veterano ser bastante diminuto, talvez não ultrapassando as dezenas nas duas entidades, o poder simbólico era claramente evidente. E a médio prazo seriam

¹⁰²³ Segundo o jornal *Os Sports*, a carta de Baden-Powell fora endereçada a Dinis Curson («Escotismo. Baden-Powell e os antigos escoteiros», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.566, 1933-Dez-22, p. 3).

¹⁰²⁴ «Mais dois passos em frente», *Escotismo. Órgão de propaganda, informação e educação*, n.ºs 11-12, 1933-Nov/Dez, p. 5; «Escotismo», *O Século*, Ano 51, nº 17:846, 1931-Nov-15, p. 7; «Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 270, 1933-Nov-14, p. 2; «Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:565, 1933-Nov-17, p. 4; «Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:599, 1933-Dez-22, p. 7; «Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:610, 1934-Jan-04, p. 9; «Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:617, 1934-Jan-11, p. 4; «Escotismo. Almoço de confraternização», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.572, 1934-Jan-12, p. 3; «Escotismo. No Liceu Normal», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.574, 1934-Jan-19, p. 3; «Escotismo», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 189, 1934-Ago-11, p. 4.

¹⁰²⁵ «Escotismo», *O Século*, Ano 49, nº 16:947, 1929-Mai-15, p. 5.

¹⁰²⁶ «Uma carta de apoio», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 4, 1939-Fev-16, p. 29; «Ordem de Serviço Nacional nº 44», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 4, 1939-Fev-16, p. 27; «Ordem de Serviço Nacional nº 49», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 12, 1939-Jun-16, p. 96;

estes antigos escoteiros que manteriam a notabilidade escotista portuguesa no espaço público.¹⁰²⁷

9.3. A Exposição Colonial do Porto e o Acampamento Nacional do CNE em Lisboa

Se houve um ano complicado para o Estado Novo no que respeita à questão escotista, certamente 1934 foi um deles. Como referido nos capítulos anteriores, a visita de Baden-Powell em abril alterou definitivamente o paradigma transnacional do escotismo português. Em poucas palavras: um general inglês a visitar Lisboa, comendador da Ordem de Cristo desde junho de 1919, acompanhado da respetiva família e mais de setecentos escoteiros de várias nacionalidades num barco, sendo recebido por outros tantos portugueses nas ruas da capital. E a aguardá-lo no cais, a equipa do consulado britânico com vários empresários. E quando o Presidente do Conselho recusou recebê-lo, o Presidente da República organizou uma receção oficial com direito a visita à Cidadela de Cascais para disfarçar o incómodo. Efetivamente a diplomacia falava mais alto e a presença do casal Baden-Powell em Lisboa era claramente uma garantia potestativa das associações. E todos os intervenientes sabiam-no.

Na sequência da presença de Baden-Powell na capital, AEP, CNS e Guias de Portugal - as únicas associações autorizadas pela Organização Escotista de Portugal -, procuraram prosseguir com o périplo de atividades mediáticas no espaço público com a organização estratégica dos respetivos acampamentos nacionais nas duas maiores cidades do país. O CNS, cuja sede central era em Braga, escolhera os terrenos de Benfica para construir a sua cidade de lona. Por sua vez a AEP, que mantinha os serviços centrais na capital, procurou a mesma lógica nos terrenos contíguos ao Palácio de Cristal, onde decorria a Exposição Colonial do Porto¹⁰²⁸.

Esta estratégia não era nova. Já em 1924 a AEP agendara a I Conferência Nacional de Escotismo a coincidir com as Festas Comemorativas dos 400 anos da morte de Vasco da Gama em Lisboa, e que nunca se chegou a realizar.¹⁰²⁹ Seis anos depois a direção nacional aproveitaria a II Exposição Nacional do Milho no Palácio de Cristal para colocar vários grupos portuenses

¹⁰²⁷ Em 1952, num período que claramente ultrapassa o balizamento cronológico proposto, o deputado filoescotista Jacinto Ferreira, contrariara as prerrogativas absorcionistas da Mocidade Portuguesa em todo o império. A direção da MP respondeu com a publicação de um “Esclarecimento” público alegando a pouca disponibilidade para “transigir com o regresso a velhos e condenáveis métodos de política partidária, prefere que sejam os próprios adversários a reconhecerem o erro da posição assumida e a repararem, por uma sincera colaboração, os males causados pela inicial hostilidade” (J. Ferreira 1952, 10).

¹⁰²⁸ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.594, 1934-Mar-30, p. 3. Para uma introdução à Exposição Colonial do Porto recomenda-se a obra de Cândida Cadavez, que ilustra exemplarmente o interesse do Estado Novo neste evento com a frase “Na verdade, até os párocos eram convidados a aliciar os fiéis a visitarem a Exposição Colonial” (Cadavez 2017, 296).

¹⁰²⁹ «Educação Nacional», *Os Sports*. Ano VI, nº 534, 1924-Dez-22, p. 3.

a exerceram serviço de auxílio aos visitantes.¹⁰³⁰ Agora, em setembro de 1934, a questão não era tanto a mediatização para evolução, senão uma mediatização pela sobrevivência com ocupação do espaço público. E com tudo pensado ao pormenor, desde a inauguração oficial, a comunicação oficial à imprensa, e vultos como Antero Nobre a escreverem para um dos principais jornais desportivos de Lisboa a apelar para a participação em massa no evento.¹⁰³¹ O estabelecimento do acampamento nacional junto ao Palácio de Cristal fora previamente planeado para ser exibido, desde a colocação das tendas nas imediações, algumas atividades abertas aos visitantes juvenis, como as paradas, hastear e arrear da bandeira nacional com respetivo canto do hino nacional, exercícios de ginástica sueca, jogos, entre outras.

A escolha propositada de realizar o Acampamento Nacional lado a lado com a Exposição Colonial do Porto procurava também retirar dividendos nacionais da sua internacionalização associativa, com a inauguração oficial a coincidir com a data de aniversário da AEP a 9 de setembro, e na presença de várias delegações nacionais, incluindo Gibraltar e Espanha. Através da imprensa da época, tanto generalista como desportiva, é possível mapear grupos açorianos, madeirenses, algarvios, bejenses, que, ao se deslocarem ao Porto, conseguiram que a imprensa local mediatizasse essa mobilidade.¹⁰³² O mesmo para os contingentes estrangeiros que certamente foram reportados pela imprensa dos respetivos países.

A presença dos escoteiros gibraltarinos na Invicta obrigou a uma logística interurbana. Sendo todos ingleses, tal facto suscitou a atenção do jornal *O Século* que lhes dedicou alguns artigos e fotografias, com indicação do itinerário e comitivas de receção. Antes de irem para o norte, pernотaram em Lisboa para uma visita ao mosteiro dos Jerónimos, museus dos Coches e Janelas Verdes, Aquário Vasco da Gama e as ruínas do Carmo, percorrendo a baixa lisboeta, num *tour* organizado por Alfredo Luasis Mayer da Associação Cristã da Mocidade. E para marcar publicamente essa presença, colocaram um ramo de flores no monumento aos mortos da Grande Guerra na Avenida da Liberdade, antes de prosseguirem com as visitas ao Mosteiro

¹⁰³⁰ «A II Exposição Nacional de milho», *Gazeta de Coimbra*, Ano XX, nº 2615, 1930-Dez-04, p. 3.

¹⁰³¹ «[...] Queridos irmãos chefes-escoteiros: Está neste momento a realizar-se no Porto o maior certame colonial até hoje levado a efeito em terras portuguesas, no qual mesmo, terão lugar algumas manifestações escotistas. Por isso me pareceu não só oportuno, mas útil, iniciar agora estas minhas projectadas e até prometidas mensagens e iniciá-las pelas considerações que aí ficam. Em face da I Exposição Colonial Portuguesa, meditai bem este tema, e que da vossa meditação algo resulte de útil para o Escotismo Português, que o mesmo é dizer para a Mocidade Portuguesa A.N. [Antero Nobre].» («Escotismo e Colonialismo I», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.627, 1934-Jul-23, p. 5).

¹⁰³² «Escotismo. A grande excursão à Exposição Colonial do Porto», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.633, 1934-Ago-13, pp. 2-5; «Os “Escoteiros de Portugal no Porto”», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.644, 1934-Set-21, p. 4; «Escotismo. As duas atividades da época», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.637, 1934-Ago-27, p. 3.

da Batalha¹⁰³³. Uma vez no Porto, os gibraltarinos seriam recebidos oficialmente por Manuel Rodrigues (ministro da Instrução interino), Vítor Braga Paixão (inspetor geral do Ensino Primário) e pelo governador civil do Porto. A tríade teve ainda que cumprir o obrigatório protocolo na abertura e encerramento, confirmando a legalidade estatal da Associação dos Escoteiros de Portugal¹⁰³⁴.

Em Lisboa, o 5º Acampamento Nacional dos escoteiros católicos na Quinta do Magistério Primário em Benfica teve exatamente o mesmo propósito que o da AEP no Porto. Algumas semanas antes do evento vários chefes foram entrevistados pelas rádios locais para explicar aos ouvintes a natureza do movimento e desconstruir algumas ideias, entretanto surgidas em torno de uma possível extinção¹⁰³⁵. A inscrição de cerca de setecentos jovens para este acampamento às portas de Lisboa obrigou a que o CNS articulasse algumas influências ao estilo de *lobby* - nomeadamente com o empréstimo da Quinta do Magistério a custo zero ou ainda a cedência de funcionários da Câmara Municipal de Lisboa -, e só possível pelo alto cargo hierárquico de Braga Paixão dentro do Ministério da Instrução. De resto, houve toda uma campanha de angariação de fundos estendida às principais empresas operantes no território nacional: Companhia dos Telefones e Companhia do Gás e Eletricidade que garantiram a eletricidade, iluminação e um telefone em campo para usufruto associativo. E para a propaganda do programa educativo contaram ainda com o apoio da Rádio Club Português e Rádio Luso, que, para além de algum espaço de antena com as saudações enviadas a todos os escoteiros do império português, ainda financiaram o deslocamento dos jovens ao Estoril, Cascais e Sintra.¹⁰³⁶

A presença destes dois acampamentos nacionais nas principais urbes portuguesas, e em paralelo à visita dos setecentos escoteiros estrangeiros que acompanhavam Baden-Powell, inevitavelmente complicaram os projetos políticos de absorção do associativismo juvenil por parte do Estado Novo.¹⁰³⁷ O mote estava lançado e bastante mediatizado. Mais ainda quando

¹⁰³³ «Exposição Colonial Portuguesa», *O Século*, Ano 54, nº 18.860, 1934-Set-14, pp. 5/7; «Escotismo. A delegação inglesa», *O Século*, Ano 54, nº 18.875, 1934-Set-29, p. 4; «Escotismo. A delegação inglesa», *O Século*, Ano 54, nº 18.876, 1934-Set-30, p. 3.

¹⁰³⁴ «O acampamento geral da Associação dos Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 216, 1934-Set-12, p. 5; «Acampamento geral dos Escoteiros», *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 223, 1934-Set-20, p. 3.

¹⁰³⁵ Na Rádio Condes, Antero Nobre apresentara um texto intitulado “A base colonial do movimento escotista e os acampamentos da AEP e CNS” («Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.628, 1934-Jul-27, p. 2).

¹⁰³⁶ Para além das ofertas supracitadas, o Arcebispo Primaz de Braga, D. António Bento Martins Júnior, doou mil e quinhentos escudos para despesas gerais do acampamento («Agradecimento», *A Flor de Lis*, Ano 10, nº 18-20, 1934-Nov-30, p. 76).

¹⁰³⁷ O CNS autorizou o porte da medalha da Exposição Colonial do Porto aos elementos participantes, e que se traduzia uma vez mais na conquista do espaço público através da uniformidade («Autorização - São autorizados a usar a Medalha com que foram condecorados por ocasião da visita oficial à Exposição Colonial do Porto os seguintes dirigentes: Ilídio Barros Feliz, Instrutor-Chefe; Amílcar Seabra, chefe do grupo 74; Serafim Lemos,

Braga Paixão intercedera pelo empréstimo da Quinta do Magistério Primário ao CNS. Algo que certamente terá pesado na Presidência do Governo. Mais ainda quando no acampamento nacional em Benfica já se ponderava realizar algo idêntico na Madeira¹⁰³⁸. Haveria, portanto, que tentar por acabar com o “mal pela raiz”, começando com a revogação da Organização Escotista de Portugal dois anos depois. Mas, já era tarde.

9.4. A presença dos escoteiros ismailis em Damão e Lourenço Marques¹⁰³⁹

A institucionalização do *scouting* português no arco índico resumiu-se basicamente aos topónimos indianos de Damão e Goa e às principais cidades moçambicanas, como foi referido no capítulo 6. Seria improdutivo analisar aqui a totalidade do associativismo escotista em toda a dimensão geográfica-imperial, quer por uma questão de disponibilidade temporal, quer pela exigência de conhecimento inerente à mesma. Dentro deste espaço restrito, importa analisar o microuniverso muçulmano *Shi’a Imami Ismaili*.¹⁰⁴⁰ A inclusão de um olhar aos escoteiros ismaelitas abre espaço a novas interrogações sobre a natureza totalizante do Estado Português entre 1926 e 1974, não só pela categoria de subalternos periféricos, como também a própria proveniência dos mesmos, quer pelas dificuldades do próprio estado em administrar a pluralidade religiosa (Machaqueiro 2014, 267), quer por serem territórios semiesquecidos pela imposição cultural da metrópole, quer ainda, no caso de Damão, pela centralidade de Goa em todo o Estado da Índia Portuguesa (Perez 2012, 36). Isto porque durante a investigação surgiu a surpresa que, após 1936 – precisamente quando surgiram os primeiros rumores sobre uma

Chefe do Grupo 8; Manuel Cardoso, Chefe do Grupo 7; Aristides Rodrigo e José Augusto Ferreira de Sousa, respetivamente, Secretário e Comissário Regional Adjunto do Porto; João Cândido da Silva Lopes, Chefe do Clã de Seniores Nuno Álvares; António de Magalhães, Chefe do Grupo 3; Gustavo Neves, Chefe da Alcateia nº 1.» «Actos Oficiais», A Flor de Lis, Órgão Oficial do Corpo Nacional de Scouts, Ano 10, nº 24, 1935-Jan, p. 99).

¹⁰³⁸ «Escotismo. Várias notícias», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.652, 1934-Out-19, p. 4.

¹⁰³⁹ Este subcapítulo foi parcialmente apresentado e debatido em dois eventos científicos distintos. Primeiro, a 11 de maio de 2018, no Colóquio "Pensando Goa", realizado na Aix-Marseille Université, com a comunicação «Entre o Índico e o Atlântico. A introdução do escotismo ismaelita no império português (1930-1942)». Posteriormente, a 22 de janeiro de 2019, no *International Seminar on Estado da Índia: Colonial Periodical Press and Politics*, no Instituto Camões de Goa, com a comunicação «Boy-Scouting Movement and social framework of youth in Portuguese India (1920-1939)».

¹⁰⁴⁰ A bibliografia dedicada ao universo ismaelita mundial é suficientemente abrangente. Para uma leitura introdutória à história da minoria muçulmana e como esta se entronca em Portugal e no império português recomenda-se: (Malheiros 2000; Bernardo 2010; Vellani 2020). Quanto a Moçambique, alguns autores têm trabalhado o impacto social e económico dos ismailis no contexto moçambicano a partir de várias perspetivas. Para mais informações, veja-se: (Macagno 2006; Vakil, Monteiro, e Machaqueiro 2011; J. P. Leite e Khouri 2012, 17). Para o subcontinente indiano, Paulo Teodoro Matos realçou a dificuldade de quantificar alguns credos no Estado da Índia tendo em conta a amostra demográfica de Goa, em que a categoria “moura” englobava todos os subgéneros muçulmanos, o que certamente também incluía os ismailis (P. T. de Matos 2012, 184). A complexidade analítica do quadro racial colonial foi manifestada por Jialin Christina Wu, que se deparou com esta dificuldade quando se debruçou sobre a introdução do *scouting* na Malásia britânica (Wu 2014, 597).

absorção inevitável das associações escotistas por parte do Estado novo -, havia um certo silêncio nos grupos de escoteiros muçulmanos ismailis em Moçambique. Este posicionamento enquadra-se nas informações memorialistas disponíveis no livro “Os Ismailis em Moçambique” de Aziz Merali, e que ilustram o leitor com algumas fotografias tiradas em Lourenço Marques na década de 1940 (Merali 2015, 109–15). Essas imagens registaram escoteiros e guias ismailis na receção oficial ao príncipe Aga Khan, precisamente quando o *scouting* estava interdito no império, sendo apenas reativado em 1952. Uma simples pesquisa *online* à possível existência de outros grupos ismaelitas no território português confirmou a existência de um grupo na Índia, com indicação fotográfica de um diploma de honra de 1944 aos escoteiros *khodjas* (ismaelitas) damanenses pela sua participação nas festividades natalícias em Nagar-Aveli.¹⁰⁴¹

Estas duas visualizações acabaram por ser tema de uma conversa informal em 2018 com o escoteiro-chefe Safik Cassamo do AEP Gr. 36-Centro Ismaili de Lisboa, que confirmou a existência de uma entidade escotista supranacional já extinta, e exclusiva a esta comunidade religiosa. Uma informação transmitida por via oral, entre gerações, e que até ao momento não foi alvo de qualquer abordagem científica. A particularidade de haver uma continuidade associativa-escotista em Moçambique e Damão entre 1939 e 1952 já de si questiona a eficácia da política estatal nestes territórios. E se o decreto nº 29.453 de 17 de fevereiro de 1939 transferiu todas as associações escotistas nos territórios ultramarinos para as Mocidades Portuguesas, qual a razão para que a associação ismaili sobrevivesse à imposição legal do Estado Novo?

A inexistência de qualquer documentação histórica disponível no Centro Ismaili de Lisboa obrigou a uma abordagem mais personalizada. Primeiro sobre o contexto da presença escotista dentro destas duas microcomunidades seguidoras do príncipe Aga Khan, um líder que na década de 1920 pôs em curso a modernização de toda a estrutura eclesiástica, desde uma maior participação na resolução de conflitos coloniais, nomeadamente entre a Turquia e o Império Britânico, até à inclusão das minorias islâmicas no Raj. Um currículo que ajudaria à sua nomeação para o Prémio Nobel da Paz em 1924, ou a ser apontado para Presidente da Liga das Nações em 1937 (Paroo 2019, 535–37). A adoção do método de Baden-Powell dentro das organizações sociais existentes em torno dos templos locais, as *Jamatkhanas*, seriam assim mais uma estirpe da modernidade islâmica que a minoria *Shia Imami Ismaili* aproveitou para o enquadramento da sua própria juventude.¹⁰⁴²

¹⁰⁴¹ Blog “Simerg – Insights from Around the World”, artigo de Toral Pradhan «A Brief History of the Khoja Ismaili Community in Daman, India, from the Portuguese Period to the Present» (Pradhan 2013)..

¹⁰⁴² Para mais informações sobre o funcionamento litúrgico das *Jamatkhanas*/*Khojakhanas* consulte-se os trabalhos sintéticos de Iqbal Akhtar ou Rizwan Mawani (Akhtar 2014; Mawani 2019, 83–88). A modernidade islâmica tem conhecido imensas abordagens que dispensa apresentações. No que respeita ao tema específico do escotismo, há

A mimetização de uma regulação social juvenil em tudo idêntica às potências coloniais, pelo menos em Moçambique, acabaria por ser também mais um reforço contra as várias manifestações de repulsa contra a “raça indiana” pela elite europeia, precisamente utilizando as mesmas ferramentas sociais¹⁰⁴³. Não era nada de novo. O historiador Keith Watenpaugh observou o mesmo fenómeno na Síria pós-otomana, com vários jovens muçulmanos a organizarem-se e a aceitarem o método de Baden-Powell, e, paradoxalmente, a adotarem um instrumento educacional do novo colonizador britânico como alternativa ao anterior modelo cultural turco (Watenpaugh 2009, 92).

Alia Paroo tem uma leitura bastante mais acutilante quando observou a introdução do *scouting* na colónia britânica de Tanganica (hoje Tanzânia). Para a historiadora, a absorção de uma filosofia educacional vitoriana por parte do príncipe Aga Khan e respetiva comunidade ismaili, assim como a aceitação do método escotista, e tudo na década de 1920, mais não era do que uma negociação entre súbditos e colonos. Esta cumplicidade acabava por atribuir direitos simbólicos aos “indianos” xiitas, colocando-os no centro da pirâmide racial entre a elite europeia e os negros, elemento de sobrevivência explorado recentemente por Alia Paroo, e que acompanha o conceito de *minorias de mediação* desenvolvido por Jorge Macaísta Calheiros para os goeses católicos estabelecidos na África Oriental (Malheiros 2000, 384; Paroo 2019, 538). Tendo em conta esta linha de pensamento, isso explica a criação de uma unidade muçulmana em Lourenço Marques anos depois, já que encaixava nessas mudanças culturais, no qual admitiriam apenas jovens provenientes da *Jamatkhana*, criando assim um grupo «privativo da raça indiana», indexado por necessidade à AEP, e da qual recebeu o número 46 em abril de 1933.¹⁰⁴⁴

A inexistência de documentação associativa dificulta uma leitura mais consistente sobre o quotidiano desta unidade, na medida que a sua durabilidade enquanto grupo da AEP limitou-se apenas a um ano.¹⁰⁴⁵ A partir de 1934 o grupo passaria a integrar uma associação supranacional independente e fora da órbita institucional portuguesa. Uma fotografia de grupo

que observá-la dentro deste quadro ideológico e na qual se situam também outras correntes modernas, como o nacionalismo ou o fascismo, também implementadas nalguns territórios colonizados. Os historiadores Keith Watenpaugh e Yannick Lengkeek abordaram esta questão nos últimos anos nas geografias síria e indonésia, com a particularidade de destacar o passado escotista de alguns principais dirigentes dos partidos filofascistas locais (Watenpaugh 2009; Lengkeek 2019).

¹⁰⁴³ «Pela África Oriental. A raça indiana em Moçambique», *O Século*, Ano 34, nº 11:521, 1914-Jan-07, p. 5.

¹⁰⁴⁴ «Notícias Escotistas», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VIII, nº 2137, 1933-Abr-22, p. 3.

¹⁰⁴⁵ «A comissão de núcleo aprovou na sua última reunião o projecto do regulamento do núcleo que vai ser submetido ao comissário regional, para aprovação. Como não tem tido atividade o grupo nº 46 (privativo da Associação Maometana da Raça Ismaili), é proposta nos termos do Regulamento Geral da A.E.P. a sua dissolução, aproveitando-se o se número para o novo grupo cadete que vai ser organizado.» («Escotismo. Organização de novos grupos de Lourenço Marques», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano VIII, nº 2:405, 1934-Mar-24, p. 10).

datada nos finais da década de 1930, e atualmente fixada como adorno histórico tanto no templo de Maputo como no de Lisboa, comprova a secessão e transferência para os *Aly Khan Boy Scouts* (Merali 2015, 109–15). Alguns testemunhos de membros mais idosos nas duas comunidades confirmam a inscrição do grupo em duas associações distintas, primeiro na AEP, durante um ano.¹⁰⁴⁶ Mais tarde, possivelmente nos *Aly Khan Boy Scouts*, uma associação supranacional *ismaili* e com sede móvel justificada pela localização física do monarca.¹⁰⁴⁷

No outro extremo do arco índico, as províncias de Damão e Nagar-Aveli também teriam um processo similar com a constituição de pelo menos um grupo do mesmo credo muçulmano, inseparável de todas as políticas raciais praticadas em Goa e no Raj Britânico e que condicionavam as dinâmicas de implementação do método de Baden-Powell. Recorde-se que a admissão de jovens sul-asiáticos na estrutura mundial da *Boy-Scouts Association* só foi possível a partir de 1917, e muito devido à participação de vários contingentes indianos nas campanhas exitosas dos aliados durante a Grande Guerra. Novos papéis que colocavam em causa o mito da improdutividade bélica dos habitantes do subcontinente asiático (Raj 1918, 4–5; Alexander 2017, 44). Algo que personalidades como Annie Besant, ligadas às sociedades teosóficas e num espírito de cordialidade mundial, já tinham evidenciado com a mítica frase que os jovens indianos «podem ser tão bons escoteiros como os das outras partes do mundo»¹⁰⁴⁸.

O primeiro registo de adoção do método pedagógico de Baden-Powell na Índia Portuguesa surgiu nos inícios de 1924 na vila de Saligão, no distrito de Goa Norte, concretamente no católico Colégio *Mater Dei*, e dirigido aos públicos masculino e feminino¹⁰⁴⁹. Tal como em Moçambique, o grupo filiou-se na AEP com o número 56 nos meses seguintes. A possibilidade de ostentar um uniforme semelhante aos jovens europeus foi um fator cativante na admissão de novos membros. No curto espaço de dois anos, o AEP Gr. 56-Saligão assumia-se por ser já um dos maiores de todo o império português, com um efetivo de 230 escoteiros (111 cadetes, 69 juniores e 50 seniores).¹⁰⁵⁰ Este crescimento potenciou a abertura de outras unidades da AEP em toda a província de Goa: Gr. 108-Pangim (fundado em março de 1930);

¹⁰⁴⁶ Este tipo de informação coincide com a ausência de qualquer notícia do grupo na imprensa generalista local, e encerra-se em dezembro de 1934, quando o número 46 passa para outro grupo, estabelecido também na capital, mas exclusivo de jovens europeus («Desporto. Escotismo Grupo nº 46 (Cadetes)», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:619, 1934-Dez-14, p. 2).

¹⁰⁴⁷ O CDE/MCNE dispõe um periódico de 1971 referente à A.E.C.I. - Associação dos Escoteiros da Comunidade *Ismaelita*. Provavelmente a *Aly Khan Boy Scouts* está na génese da AECL.

¹⁰⁴⁸ «No Estrangeiro», *O Escoteiro. Órgão oficial da Associação dos Escoteiros de Portugal*, nº 8, 1924 (Junho-Julho), p. 10. Mais informações sobre a participação de Annie Besant no universo escotista, veja-se: (Pearce 1918, 9; Parsons 2004, 65; F. L. Vicente 2012, 496).

¹⁰⁴⁹ «Saligão», *A Província. Jornal do Partido Republicano Português*, Ano X, Nº 326, 1924-Jul-14, p. 3.

¹⁰⁵⁰ «Noticiário do país e do estrangeiro», *O Escoteiro. Órgão oficial da A.E.P.*, 1926-Out, p. 4.

Gr. 122-Margão e Gr. 123-Mapuçá (ambos em março de 1934). E da mesma forma que os grupos de Lourenço Marques mantinham uma comunicação regular com grupos sul-africanos, também as unidades goesas partilhavam agendas com alguns grupos britânicos de Bombaim.¹⁰⁵¹

A incorporação dos tenentes Aníbal Moreira e Macedo Pinto na gestão associativa do AEP Gr. 108-Pangim permitiu aos jovens escoteiros sul-asiáticos terem acesso a regalias estatais geralmente interditas à maioria da população colonizada, desde a prática de algumas modalidades desportivas, acampamentos, acesso a uma escolaridade técnica moderna (sobretudo a eletricidade, em expansão na época), ou ao simples transporte gratuito nas corvetas da marinha.¹⁰⁵² Como foi mostrado noutros capítulos, estes contatos permitiam ainda uma certa uniformização internacional e estimulavam a abertura de novos grupos nos territórios vizinhos. Precisamente no seguimento de uma dessas viagens a Bombaim regista-se um desvio até Damão, com cinquenta escoteiros do AEP Gr. 108-Pangim a preparem terreno para a abertura de uma nova unidade. O objetivo da visita ao golfo da Cambaia poder-se-á extrair a partir do jornal *The Anglo-Lusitano*, com uma frase suficientemente elucidativa: «*They will return to Goa with their minds broadened and with their views upon many subjects considerably revised*».¹⁰⁵³

A fundação de pelo menos dois grupos nas províncias do norte decorreram também neste âmbito, mas, ao contrário das congéneres do sul - cuja maioria dos escoteiros eram cristãos e hindus - , em Damão e Nagar-Aveli eram muçulmanos da estirpe ismaili. Desde a implantação da República a Grã-Bretanha exigiu um pedido de autorização para a circulação de bens e pessoas entre a província damanense e os enclaves interiores de Dadrá e Nagar-Aveli, o que dificultou o contato entre os dois territórios.¹⁰⁵⁴ A implementação da AEP nas cidades de Damão e Silvassá visava também agilizar este processo diplomático, já que a comunidade muçulmana mantinha um circuito comercial sólido entre o mar e o enclave, em paralelo à necessidade de uma automodernização como sugestão do próprio príncipe Aga Khan (Malheiros 2000, 386; Karim 2011, 213–14). A criação do AEP Gr. 110-Silvassá em 1931 acabou por ser mais um esforço inglório para salientar as praças do norte no mapa associativo mundial.¹⁰⁵⁵ O curto percurso histórico desta unidade em Nagar-Aveli mostra a perda

¹⁰⁵¹ A.M.D.G., *Colégio-liceu. High School of the Sacred Heart of Jesus. Parrá-Bardez-Goa*. Bastorá: Tipografia Rangel, 1935, p.3.

¹⁰⁵² «Notícias ilustradas do Oriente», *Escotismo. Órgão de Propaganda, Informação e Educação*, nº 5, 1933-Mai, p. 5.

¹⁰⁵³ «Goan Scouts in Bombay», *The Anglo-Lusitano. The oldest anglo-portuguese weekly*, Vol. 49, Nr. 42, 1934-May, 05th, p. 1. Agradecemos a Sandra Ataíde Lobo a partilha deste artigo jornalístico.

¹⁰⁵⁴ «Governos de Damão e Diu. Proposta a sua extinção», *O Século*, Ano 31, nº 10:704, 1911-Set-28, p. 1.

¹⁰⁵⁵ «Escotismo», *O Século*, Ano 51, nº 17:600, 1931-Mar-12, p. 4.

progressiva de importância económica do enclave interior face a Damão, justificada parcialmente pelos limites à mobilidade impostos pelo Raj Britânico. A emigração de várias famílias ismailis da vila de Silvassá à procura de melhores condições de vida na cidade costeira originou o fim do AEP Gr. 110 em Silvassá. Pouco depois seriam os mesmos jovens ismailis a fundar o AEP Gr. 111 na *Jamatkahana* de Damão em 1936.¹⁰⁵⁶

A inexistência de qualquer arquivo histórico em Damão, numa lógica de preservação documental semelhante ao que existe hoje na Europa, ou até um acervo memorial da comunidade ismaelita local, dificultou a aproximação ao passado damanense. A opção aqui foi tomar em consideração as sugestões de Maria Lurdes Rosa e Luís Cabral de Oliveira para o uso de arquivos familiares em Goa, muitas vezes como único complemento substituinte possível (M. de L. Rosa et al. 2012). Esta particularidade foi o ponto de partida para o contato informal com a associação local de antigos escoteiros - a *Indian Scout & Guide Fellowship of Daman* -, na qual o membro Abdulhamid Hassanali integrava também a comunidade ismaili, fazendo a ponte entre todas as partes envolvidas. Desta forma, em janeiro de 2019 contactou-se pessoalmente o casal Nazim Samsudin e Toral Pradhan em Damão - marido e mulher, ambos descendentes de líderes locais da *khojakhana* -, o que permitiu corroborar o êxodo de muitos comerciantes de Silvassá para Damão para uma maior proximidade com as autoridades administrativas¹⁰⁵⁷. Um pequeno passo para se ganhar a confiança de outros ismailis locais (e quase todos ligados ao movimento escotista), damanenses de segunda geração, que confirmaram as suas origens familiares radicadas nos enclaves e antepassados estabelecidos definitivamente na costa através de matrimónios concertados com famílias locais.

Importante referir que a própria comunidade ismaili de Damão mantinha fortes laços económicos com as congéneres de Goa e Bombaim, muitas vezes em trajetos semiperiféricos ao controlo administrativo estatal. Esta particularidade explica a existência de um diploma de honra concedido pelo município de Silvassá ao grupo de escoteiros *khodja* damanenses pela participação nas festividades natalícias em Nagar-Aveli em 1944 (atualmente na posse da família Samsudin)¹⁰⁵⁸. Convém reforçar que este grupo nunca teve necessidade de realizar qualquer atividade em circunstâncias ilegais. Mais ainda quando a generalidade dos membros

¹⁰⁵⁶ «Informações oficiais», *O escoteiro da Huila. Boletim do Grupo 87 da AEP (Liceu Nacional de Diogo Cão), Sá da Bandeira-Angola*, Ano I, nº 1, 1936-Agosto, p. 11.

¹⁰⁵⁷ O termo *khojakhana* - utilizando uma grafia aportuguesada - , refere-se à mesquita da minoria *shi'ia ismaili* no subcontinente indiano. Um termo etimologicamente proveniente da palavra "Khoja", atribuído aos lohanas hindus convertidos ao Islão xiita durante o século XIV. Na África oriental, e por acréscimo em Portugal e Grã-Bretanha, utiliza-se correntemente o sinónimo *jamatkhana*. Para mais informações veja-se: (Malheiros 2000, 380; Vellani 2020).

¹⁰⁵⁸ Segundo Toral Pradhan este diploma de honra foi encontrado insolitamente atrás de um armário fixado numa parede na mesquita ismaili de Damão após obras no interior nos inícios do século XXI. Para mais informações sobre o quotidiano da comunidade ismaili damanense no período entre guerras, veja-se: (Pradhan 2013).

participava nas cerimónias públicas anuais de “Salgirah” (aniversário do príncipe Aga Khan), com um ritual previamente delineado, e que incluía um percurso com a banda de música dos escoteiros pelos principais bairros das duas margens do rio Damanganga. Segundo os testemunhos de Nizar Samsudin e Toral Pradhan, os escoteiros *khojas* apareciam uniformizados em todas as cerimónias, onde a presença do administrador provincial e respetiva família - assim como da cúpula militar estacionada no território -, era constante, o que evidencia a tolerância do aparelho estatal. Esta descrição corresponde a uma fotografia disponibilizada por este matrimónio, datada de finais da década de 1960 e já num período pós-colonial, e no qual é possível observar instrumentos musicais como bombos, caixas de percussão e gaita-de-foles, transversais a qualquer geografia global. Um quadro que dista um pouco com as observações de Ana Almeida nos casamentos católicos neste território, e nos quais imperam alguns membranofones e idiofones comuns do subcontinente indiano (A. C. de O. Almeida 2012, 369).

A desfiliação da AEP dos grupos ismailis de Nagar-Aveli e Damão ainda durante o ano de 1936/1937 implicou uma transferência direta para a supranacional *Aly Khan Boy Scouts* (associação em atividade até à extensão dos *Bharat Scouts & Guides* a estes dois territórios após a agregação dos territórios ao estado indiano em 1961). No entanto, a questão sobre a tolerância do Estado Novo a esta minoria religiosa terá também de ser vista a partir de outros prismas. A explicação mais simples resume-se ao número pequeno de efetivos, na medida que as direções dos grupos impunham bastantes restrições à admissão de quaisquer elementos prosélitos de outra religião. Redutoramente poder-se-á afirmar que, se eram poucos e não ameaçavam o catolicismo, à partida não seriam um entrave. Contudo, o argumento invalida-se por si só, precisamente se aplicado ao universo hindu de Goa. Apesar de se caracterizarem por grupos bastantes maiores, acabavam por não suscitar um entrave religioso. E a partir de 1939 o resultado terminou com os vários grupos da AEP na província do sul a encerrarem as atividades para dar lugar à instalação das Mocidades Portuguesas.

As razões que explicam a continuidade da AEP e CNE na metrópole acabam por ser as mesmas que responderam à tolerância estatal relativamente aos grupos ismaelitas.¹⁰⁵⁹ O equilíbrio entre a dimensão nacionalista do império e a dimensão transnacional do movimento escotista e a sua organização supranacional, também aqui se manteve como ponto principal, em que se observa como esta minoria muçulmana usufruiu de características diplomáticas pouco extensíveis a outras populações nos mesmos territórios coloniais portugueses. Desde finais de 1935 que o príncipe Aga Khan III mantinha um poder bastante periférico entre os impérios

¹⁰⁵⁹ Recorde-se que a AEP para disfarçar a pressão governamental nos finais de 1936, “decidira” dissolver alguns grupos e limitar a cem o número total de unidades na metrópole e império («Escotismo. Notícias», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.884, 1937-Jan-08, p. 2).

britânico e português, solicitando ao governo de Stanley Baldwin alguns direitos jurisdicionais no Raj ocidental (hoje Paquistão) de modo a albergar os seus súbditos em diáspora.¹⁰⁶⁰ E também assim o faria para Moçambique, anunciado ao edil de Lourenço Marques a intenção de gastar cinco a seis mil libras num terreno entre a Avenida 24 de julho e a rua Luciano Cordeiro no centro de Lourenço Marques, e construir aí uma *jamatkhana* em tudo semelhante à da congénere de Pretória na União Sul-Africana.¹⁰⁶¹ Havia dinheiro e isso interessava às elites locais. Mais que nada porque no ano seguinte seria nomeado presidente da Liga das Nações numa clara tentativa de atrair os súbditos ismaelitas para a esfera de influência britânica contra as pretensões nacionalistas na Índia e Médio Oriente (Paroo 2019, 535).

A linha diacrónica de êxitos diplomáticos do monarca xiita culmina com o espoletar da guerra mundial para poder ter mais alguns direitos garantidos. A inconfundível aceitação de suserania ao rei inglês Jorge VI a partir de 1939, com a ordem expressa para que todos os súbditos ismailis cooperassem com as forças britânicas, certamente deixou o estado português numa situação de impasse¹⁰⁶². Acabar com o *scouting* nas *Jamatkhanas* abriria quezílias internacionais que em nada interessavam ao Estado Novo, precisamente quando a Europa se debatia pela polarização contra ou favor dos países do eixo. A tolerância aos grupos de escoteiros *khojas* era uma necessidade e aqui entra-se no campo da diplomacia paralela, já abordado por Peter Jones (Jones 2015). E percebe-se bem o peso político que esta comunidade religiosa tinha, quando, em 1953, Gulamhussen Ismail Jina, presidente do Conselho Ismaili de Moçambique, escreveu a Oliveira Salazar para que o estado português outorgasse de vez a nacionalidade a todos os ismailis residentes naquele território.¹⁰⁶³

¹⁰⁶⁰ «A Inglaterra contesta os direitos de soberania de Aga Khan», *O Comércio do Porto*, Ano LXXXI, nº 3, 1936-Jan-04, p. 1. Para uma informação introdutória sobre a diáspora dos muçulmanos ismailis pelos cinco continentes, veja-se: (Karim 2011).

¹⁰⁶¹ AHM, «Fundo Câmara Municipal de Lourenço Marques», *Sub-fundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”* (Cap. 6; Proc. 58; Caixa 1), *Ofício da Shia Imami Ismailia Council ao Presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques* (1936-Nov-02).

¹⁰⁶² «The Aga Khan’s Message. Appeal to Muslims to serve Britain». *Lourenço Marques Guardian*, 30 setembro 1939, p. 8

¹⁰⁶³ ANTT, «Fundo AOS Arquivo Oliveira Salazar (1908/1974)», *Pedido de autorização de Gulamhussen Ismail Jina, Presidente do Conselho Ismailia de Sua Alteza Agakhan, ao Dr. Oliveira Salazar, para a obtenção da naturalidade portuguesa para a comunidade ismaelita portuguesa residente em Moçambique* (1953-Set-10; Cód. referência: PT/TT/AOS/D-G/007/0008/00004).

Capítulo 10) *Girl-guiding e a companhia funchalense da Associação das Guias de Portugal*¹⁰⁶⁴

A implementação da vertente feminina do *scouting* em Portugal tem sido o assunto menos abordado até agora, e foi remetido para o último capítulo precisamente para ressaltar a particularidade da resistência das jovens associadas relativamente à prática do Estado Novo. A questão do sufrágio universal tem sido quase o único foco da construção da cidadania feminina, omitindo-se as estratégias alternativas à proibição do mesmo. Partindo da sugestão da historiadora Erika Kulhman, com uma leitura transnacional aos movimentos associativos, pretende-se ver como que as mulheres se organizaram fora dos âmbitos políticos (Kuhlman 2017). As primeiras experiências de *girl-guiding* em Lisboa e Porto mostram como a conceção moderna do “Homem Novo” também se aplicou às raparigas, procurando que estas se transformassem em futuras construtoras de uma cidadania salutar. Algo tanto contestado como apropriado pelos vários sectores sociais e religiosos, num quadro trasladado da metrópole para o império e não menos problemático em todos os espaços.

No anterior capítulo abordou-se a institucionalização da Organização Escotista de Portugal (OEP) em 1932 e como acabou por ter um papel contraditório no que respeita à transformação das associações escotistas (periestatais) em unidades paraestatais, utilizando os conceitos de Mireille Delmas-Marty (Delmas-Marty 1986). Se por um lado a OEP ditou o fim da União dos Adueros de Portugal (UAP), por outro colocou a Associação das Guias de Portugal (AGP) numa situação de impasse quanto à sua continuidade, acabando por determinar a transferência a nível nacional, de todas as jovens para a Mocidade Portuguesa Feminina. Todas, exceto a unidade do Funchal. E haverá que observar que poderes de resistência teve esta companhia madeirense para que o Estado Novo permitisse a sua existência durante todo o período ditatorial.

10.1 O guidismo inglês em Portugal

A *Ilustração Portuguesa* de 1913 publicou as primeiras imagens do escotismo português, com um grupo de jovens em uniforme, dispostos numa arquitetura social bastante

¹⁰⁶⁴ O presente capítulo foi parcialmente apresentado e discutido em dois colóquios distintos: *Missionação e Poder Colonial em Angola e Moçambique no Século XX*, realizado na FCSH-Universidade Nova de Lisboa, a 06 de dezembro de 2018 [com a apresentação da comunicação “O que é bom para uma colónia pode ser mau para outra”. O projecto escotista de Álvaro de Fontoura para Angola e Moçambique (1935)] e no *Gender and Family representations from the Nineteenth Century to Present Time - International Interdisciplinary Conference*, realizado na Universidade de Évora, a 11 de outubro de 2019 [com a apresentação da comunicação “Escoteiras ou Guias? Futuras mães ou futuras cidadãs? Contrariedades no método de Baden-Powell em Portugal (1909-1939)].

premeditada e numa quási-equabilidade de género, a representar um arquétipo de pedagogia igualitária. Nessas fotografias é possível observar algumas raparigas em plenas sessões de ginástica sueca, e rapazes em poses belicistas de prática de tiro em Macau, que facilmente transportavam o leitor para uma ficção ascética. Esta imagética propagandeou um método pedagógico que, uma vez analisado, permitirá reabrir o debate sobre o papel de género no associativismo em Portugal no período entre guerras.¹⁰⁶⁵

A aplicabilidade das ideias de Baden-Powell ao universo feminino não foi consensual, nem em Portugal, nem noutros países¹⁰⁶⁶. Recue-se então um pouco. A primeira aparição pública de *girl-guides* em Inglaterra, com as jovens em uniforme durante uma cerimónia escotista intergrupar no Crystal Palace em 1909 e como rapidamente se tornou um mito, já foi analisado por Kristine Alexander. Se bem que a estreia no espaço público é certa, o mesmo não se poderá dizer da novidade. Efetivamente entre as balizas históricas do início do escotismo mundial em 1907 e a presença das *girl-guides* no parque londrino constituíram-se vários grupos escotistas femininos (Alexander 2017, 26). Este fenómeno é perceptível a partir de uma linha diacrónica extensível até ao século XIX onde poder-se-á ver como outras organizações femininas também recorreram à mesma estratégia ostensiva do uso de uniformes como signo identitário, concorrendo no mesmo espaço público, e em moldes idênticos, ao associativismo masculino. Uma das muitas leituras possíveis para a génese dessa competição pode ser observada nas propostas de Michelle Moyd que, ao analisar a guerra Franco-Prussiana e a imposição de uma violência estrutural à população civil ocupada, demonstrou como vários grupos de mulheres se organizavam e se autodefendiam contra as potências ocupantes (Moyd 2017, 190). A partir desta experiência dar-se-ia um passo para que a indumentária militar se introduzisse no associativismo feminino escotista para favorecer a sua estratificação orgânica, da mesma maneira que o faziam nas associações masculinas, em que alguns muitos dirigentes militares acabaram por assumir cargos diretivos nas duas partes. Também aqui não era nada de

¹⁰⁶⁵ Recentemente foi publicado o livro “Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974”, fruto de uma investigação bastante abrangente, e publicado pela editorial do ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Cova et al. 2022). A organização decidiu não incluir qualquer estudo sobre o papel do associativismo escotista feminino como “rampa de lançamento político” de algumas jovens nas décadas de 1920-1930 para outras associações maiores durante o Estado Novo. Incompreensível, na nossa opinião, quando a presente tese de doutoramento estava integrada na 8ª edição do *PIUDHist-Programa Interuniversitário de Doutoramento em História*, e que tinha o ICS – Instituto de Ciências Sociais como “casa-mãe” (o que proporcionou a oportunidade de assistir à apresentação pública do projeto a 8 de Março de 2019, e informar as organizadoras sobre este potencial). Desejamos que o presente capítulo reabra o debate sobre o associativismo feminino e possibilite ainda novas subáreas de investigação no futuro.

¹⁰⁶⁶ Apesar de tudo, as *Girl-Scouts* acabaram por ser uma das maiores organizações juvenis nos Estados Unidos da América, integrando uma vasta série de associações exclusivamente femininas e sem qualquer equivalência para o resto do mundo. Ainda assim, segundo a historiadora Susan A. Miller, existem particularidades mais incipientes quando a esmagadora maioria de organizações femininas *mainstream* americanas optaram por vínculos internacionais, enquanto as congéneres masculinas decidiram isolar-se, justificando uma possível quebra de virilidade por influências externas (Miller 2015, 164–65).

novo e correspondia à ingerência dos mesmos em diversos organismos. Basta ver como alguns sargentos e oficiais de média patente engrossaram os batalhões escolares, batalhões infantis e mais tarde os escoteiros (González Castillejo 2001, 629; Torrebadella-Flix 2015, 39; Antas Ramos 2022, 78). No que respeita à utilização de uniformes por organizações femininas antes da Grande Guerra – exceção feita às enfermeiras de primeira linha idealizadas por Florence Nightingale (Kuhlman 2017, 40) -, dificilmente encontrar-se-á este tipo de indumentária noutros movimentos sociais emergentes com a modernidade.

As *girl-guides* possivelmente foram uma das poucas associações não-profissionais juvenis britânicas, e exclusivamente femininas, a usar uniforme. Se bem que nos finais do reinado vitoriano surgissem algumas associações religiosas e filantrópicas como a *Girls' Friendly Society* (1874), *Primrose League* (1883), *British Women's Emigration Association* (1884), ou a *Victorian League* (1901), acaba por ser um pormenor bastante olvidado pela maioria dos estudos de género (Smith 2011, 8). Lucy Noakes, num bom artigo sobre a uniformização das mulheres inglesas durante a Grande Guerra, argumenta ainda que a utilização do fardamento militar punha em causa o conceito de feminidade, partindo do princípio que a visualização de mulheres vestidas de cor caqui, tonalidade sobejamente ligada ao universo masculino-bélico, automaticamente criava tensões de género. Ao envergar um uniforme militar (mas sem serem militares), uma mulher cairia na iminência de perder o seu estatuto social da “decência” pessoal (Noakes 2008). Esta possibilidade pode ser parcialmente inválida, já que a historiadora não teve em conta a realidade anterior das *girl-guides*, em muitos casos lideradas por militares, e oficialmente criadas cinco anos antes da Primeira Guerra Mundial.

A introdução do *girl-guiding* no território português acompanhou o ritmo de desenvolvimento do associativismo feminino em geral, facilmente observável nos vários países da Europa ocidental (e por extensão nas várias geografias coloniais). E há aqui várias possibilidades de leitura. A substituição dos homens pelas mulheres no mundo fabril, quando os primeiros eram mobilizados para as guerras, reúne um amplo consenso historiográfico. No entanto, tem havido muito menos atenção às segundas gerações, sobretudo à sociabilidade das filhas (e não filhos) dessas mulheres trabalhadoras, precisamente quando o “homem da casa” se encontrava na frente de guerra. A historiadora norte-americana Tammy Proctor alega que o regresso a casa dos maridos mobilizados provocou ruturas automáticas nos lares, já que impediu a independência laboral das esposas, e dificilmente conseguiu recuperar a plena autoridade paternal anterior, o que por si originou uma consequente perda de masculinidade (Proctor 2017, 128). A emergência social de uma nova geração de raparigas, bastante mais autónomas que as suas progenitoras, e envolvidas diretamente em organizações da sociedade civil, suscitou

preocupações institucionais e governamentais, que cedo procuraram enquadrá-las nos mesmos modelos juvenis aplicados já ao contexto masculino.¹⁰⁶⁷ Kristine Alexander vai até mais longe. Ao analisar as realidades canadiana, britânica e indiana, a historiadora canadiana afirma que o associativismo guidista não só funcionou como uma autêntica resposta a essas tensões sociais da feminidade, mas também à própria manutenção do império britânico e da emergência do internacionalismo como alternativa aos nacionalismos (Alexander 2017). O surgimento do *girl-guiding* em Portugal acaba por se enquadrar nas propostas que as duas historiadoras anteriores elaboraram para os respetivos países. Em 1911, por exemplo, a *Ilustração Portuguesa* publicou umas imagens que corroboravam bem essas caracterizações: jovens mulheres de uniforme, a praticar tiro, formadas em ordem unida, e a acampar. Seria à partida um quadro que contrastava bastante com os ideais românticos da boa filha, futura esposa, mãe, sogra e viúva, uma estética propagada na generalidade periodística de todo o país.¹⁰⁶⁸

A institucionalização do guidismo inglês em Portugal distingue-se com um percurso de embates políticos sobre a gestão do corpo das jovens e que desembocou na atual Associação das Guias de Portugal, estabelecida em 1934 e extinta três anos depois, para voltar a reabrir atividade somente em 1954. A omissão do papel do *guiding* na construção histórico-associativa das entidades atuais condiciona a perceção sobre o percurso institucional de alguns jovens neste meio. A omissão do papel da britânica Ada Dagge em 1910 é um bom exemplo, e aqui corrobora-se a teoria apresentada anteriormente no capítulo 4, quando a emergência do escotismo católico em Braga anulou o relevo histórico da diocese vizinha. A pedido do *lieutenant-general* Edmond Roches Elles, um dos adjuntos do fundador Baden-Powell nas campanhas bélicas da Índia e África do Sul na transição centenária, a professora fundou um grupo de *boy-scouts* e *girl-guides* na cidade do Porto nos dias seguintes à revolução republicana de 5 de outubro. A sede para as atividades seria na própria *Oporto British School*, onde a generalidade das crianças e jovens da comunidade britânica era instruída de acordo com os

¹⁰⁶⁷ Um artigo publicado no jornal funchalense “Alerta” em 1932 elucida o suficiente sobre esta problemática que se arrastou por todo o período entre guerras: «Fá-la modernizar-se não no sentido erróneo de emancipação feminina, nem no de ideias frívolas, mas educação modernizada no sentido puro e prático de espiritualização, de formação moral e equilibradas.» («Guidismo. O elemento feminino e o escutismo», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 1, 1932-Jun-01, pp. 2-3).

¹⁰⁶⁸ «[...] A mulher é a causa de todas as glórias do género humano. O homem para agradar e nunca desmerecer no conceito da mulher que adora, e bom grado lhe sacrifica, saúde, inteligência, e vida, e tudo! O *cherchez la femme* dos franceses, sempre que algum caso sensacional excita a curiosidade publica, é uma boa verdade, cheia daquela finura de espírito, que os caracteriza. O angélico sorriso d’uma pequenina e graciosa boca, tem sido, bastas vezes, origem de grandes factos na história da humanidade! É de admirar-nos? [...] É como mãe, que a mulher, intuitivamente, desconhecendo os processos pedagógicos, incute no espírito dos filhos, tudo o que é útil, digno e bom, para os elevar no conceito público; é no desempenho d’esse sacratíssimo dever que ela faz brotar nos pequeninos peitos o sentimento nobre do amor da Pátria!» (Vargas, F., «A mulher e o exército», *O Bejense. Semanário Republicano*, Ano I, nº 12, 1911-Set-06, p. 2).

cânones educativos de Londres.¹⁰⁶⁹ A novidade primordial de introduzir o *boy-scouting* e *girl-guiding* no território português levou a que, pouco depois, fosse convidada a representar a comunidade expatriada no *Royal Review of the Scouts*, em Windsor, Inglaterra, onde o fundador Baden-Powell e alguns elementos da monarquia britânica assistiriam a uma demonstração pública de exercícios da *Boy Scouts Association*.¹⁰⁷⁰ Esta particularidade legitimou a inscrição do grupo português nos *Imperial Headquarters* como o “First Peninsular Company of Girl Guides & Boy Scouts” a 28 de novembro de 1913. O tempo acabaria por remeter o papel de Ada Dagge ao silêncio, sendo somente recordada na imprensa generalista por algumas dirigentes guidistas britânicas como Eileen Pope. Nem mesmo nomeando Mrs. Hay Newton como delegada do *1st Peninsular Company of Oporto* ao que veio a ser a Associação Mundial de Guias e Bandeirantes, com sede em Londres, colocando Portugal como um dos catorze primeiros países fundadores do organismo.¹⁰⁷¹ A censura jornalística encarregar-se-ia de fazer o resto.¹⁰⁷² Seja como for, a professora Ada Dagge foi, de facto, a introdutora do escotismo e guidismo em Portugal.

10.2 As primeiras experiências de escotismo feminino português

A construção do *Homem Novo* tem sido um objeto de estudo bastante comum na historiografia política, na sua maioria dedicada aos nacionalismos e regimes ditatoriais. Nerea Aresti analisou o arquétipo da masculinidade basca e como alguns escritores oitocentistas importaram e idealizaram a adoção de valores de virilidade a partir dos modelos anglo-saxões. A autora teve a proeza de romper com alguns modelos premeditados pela academia, e oferece ainda uma nova visão sobre a evolução da masculinidade (neste caso por via do nacionalismo basco, mas também aplicável ao contexto português). Para Aresti, o *euskaldun* “idealizado”

¹⁰⁶⁹ «Guides in other countries», *Girl Guide's Gazette*, Vol. VI, no. 62, 1919-February, pag. 20.

¹⁰⁷⁰ A utilização do escotismo como mecanismo de lealdade à monarquia tem sido um dos pontos de reflexão historiográfica. Timothy Parsons defende que a aceitação nacionalista da figura do rei superaria qualquer outro valor, até a própria fraternidade escotista mundial por exemplo, independentemente da etnia, credo ou nacionalidade (Parsons 2004). Eduard Vallory distancia-se desta leitura e limita-a aos contextos coloniais (Vallory 2009, 214).

¹⁰⁷¹ Os países fundadores foram a Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Bélgica, Brasil, China, França, Grécia, Países Baixos, Itália, Portugal, Roménia, Sérvia, Suécia e Espanha («The Girl Guide International Council», *Girl Guide's Gazette*, Vol. VI, no. 64, 1919-April, pag. 20).

¹⁰⁷² Com o eclodir da Grande Guerra, Ada Dagge regressou a Inglaterra como voluntária para o “esforço de guerra”, o que levou ao abrandamento das atividades escotistas e guidistas na cidade do Porto. Somente em 1918/19 retomariam a normalidade, já sob a liderança de Mrs. H. D'Albertanson (esposa do capelão anglicano), que se manteve no grupo até 1924 («Girl-Guides», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. II; N° 16, 1933-March; p. 53; «Girl-Guides», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. II; N° 17, 1933-April; pp. 65-67; «Escotismo. A vida do escotismo português», *Os Sports*, Ano XV, n° 1.587, 1934-Mar-05, pp. 3-4).

aspirava ao modelo do *gentleman* inglês, um homem educado desde novo para ser participativo no associativismo, respeitador das liberdades individuais e normas legislativas. Exatamente o símbolo alternativo ao cariz quixotesco, mulherengo, incivilizado, e que se materializariam no comum “homem espanhol” (Aresti Esteban 2017, 91). Aceitando-se esta proposta, poder-se-á observar que o modelo de *Mulher Nova* portuguesa também se enquadra na proposta social britânica, e no qual o movimento escotista/guidista teve uma capacidade produtiva de emancipação para as futuras cidadãs (Smith 2011, 4).¹⁰⁷³ Apesar das instâncias estatais inglesas negarem a igualdade de direitos no acesso ao sufrágio, o mesmo não significa que as jovens *girl-guides* não procurassem uma maior participação na vida pública.¹⁰⁷⁴

O episódio da tentativa de voto por Carolina Beatriz Ângelo está amplamente estudado e caracteriza-se por ser uma das primeiras ruturas de participação política de género (M. C. T. T. da Rocha e Ferreira 2006, 156). Menos conhecidas são as propostas da médica para que serviço militar obrigatório fosse extensível às mulheres.¹⁰⁷⁵ Este pormenor tem todo o interesse. Em 1911 surgiram as primeiras incursões monárquicas de Paiva Couceiro no norte do país, e nesse âmbito a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas empreendeu uma campanha de captação de voluntárias para serviço de enfermagem na fronteira com a Galiza.¹⁰⁷⁶ E quase em simultâneo com a publicação de propostas miméticas por parte de algumas leitoras do jornal *O Século*.¹⁰⁷⁷ Estas propostas civis de incluir mulheres no mundo castrense enquadram-se nas

¹⁰⁷³ A questão da conquista da cidadania feminina ainda carece de um amplo debate. A historiografia recente tem-se limitado a observar monoliticamente este conceito a partir do direito ao sufrágio universal e, de forma redutora, apresentam a interdição do voto como o único acesso a ser-se cidadã. Ao longo da investigação viu-se como algumas organizações contornavam a problemática, como por exemplo a Cruz Vermelha Portuguesa, que, ao longo da sua história sempre teve um conjunto de mulheres (voluntárias) com um papel determinante na administração interna. Nalguns casos em conjunto com algumas unidades escotistas, tanto na metrópole como no império («Escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:400, 1916-Jun-15, p. 3; «As Guias de Portugal vão montar um posto da Cruz Vermelha», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano III, nº 132, 1938-Abr-30, p. 2). Durante a investigação para a presente tese encontrámos várias referências a essa produtividade, e que frequentemente têm escapado à lente das investigações de género.

¹⁰⁷⁴ O desinteresse e fraca participação de jovens e mulheres na vida pública foi uma questão levantada na década de 1990 por algumas investigadoras do movimento guidista como Carey Watt, que, por oposição ao universo masculino, justificaram a sua inferioridade numérica (Watt 1999). Recentemente esse argumento foi rebatido por Kristine Alexander ao analisar o movimento guidista a partir das geografias coloniais e numa perspectiva periferia-centro (Alexander 2017, 42).

¹⁰⁷⁵ «Mulheres na tropa», *A Montanha. Diário republicano da tarde*, Ano I, nº 74, 1911-Mai-26, p. 1. O tema da possibilidade de integração de mulheres nas Forças Armadas durante a Primeira República não tem tido grande atenção historiográfica, contrariando a tendência para períodos posteriores (M. C. T. T. da Rocha e Ferreira 2006, 99).

¹⁰⁷⁶ «Pela República. Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», *O Século*, Ano 30, nº 10:625, 1911-Jul-11, p. 1.

¹⁰⁷⁷ «Sr. Redator - Felicitando v. pela campanha iniciada pelo *O Século* a favor do boy-scouting, julgo que interessará talvez aos seus leitores ou leitoras saber que em Inglaterra as *girl-guides*, sociedades femininas para desenvolver a coragem física e moral nas raparigas e ensinar-lhes os seus deveres cívicos, tem como secretária honorária Miss Baden-Powell, que por certo é filha do general a quem se deve a fundação das sociedades de boy-

teorias de Tammy Proctor e Kristine Alexander e mostram como as elites portuguesas acompanharam algumas linhas de pensamento a nível internacional (Proctor 2017; Alexander 2017).

Apesar da primeira experiência escotista em Portugal ter ocorrido na cidade do Porto com Ada Dagge em 1910, e limitada unicamente à colónia inglesa da cidade, haveria que esperar dois anos para que a população portuguesa tivesse acesso ao método. Como foi referido no capítulo 2, o governador Álvaro de Melo Machado procurou que a associação escotista de Hong Kong fomentasse a abertura de grupo em Macau (E. Ribeiro 1982; Kua 2011). Apoiado pelo professor George Franklin Nightingale e Miss Campbell, os três fundariam o primeiro grupo de *boy-scouts* e *girl-guides* no território asiático.¹⁰⁷⁸ A transferência de Melo Machado para a metrópole nesse mesmo ano não impediu a continuidade do grupo.¹⁰⁷⁹

O contexto da participação na Grande Guerra acabaria por impulsionar o aparecimento do primeiro grupo de escoteiras portuguesas na metrópole, e baseado já nos modelos de exportação cultural britânica (Proctor 2017, 125). No início de 1916, apenas três meses antes da declaração de guerra ao Império Alemão, seria fundado o AEP Gr. 28-Lisboa nas instalações da Academia de Estudos Livres, na Rua da Emenda.¹⁰⁸⁰ O objetivo era respeitar «o culto da crença», empreender esforços para «*minorar a sorte dos órfãos dos soldados portugueses que porventura tenham de morrer em campanha*» e «*fazer todo o possível para se tornarem úteis ao seu paiz*».¹⁰⁸¹ Quanto ao seu quotidiano, pouco se distinguiam dos congéneres masculinos. Em maio desse mesmo ano cinco escoteiras do AEP Gr. 28 lideradas por Maria Luísa de Magalhães visitaram o presidente Bernardino Machado, aquando da sua nomeação para presidente honorário da associação, e por louvor pela prestação contra o incêndio no Depósito de Fardamentos da Escola Naval.¹⁰⁸² E pouco mais se sabe. A partir daqui surgiriam várias experiências um pouco por todo o país, como o Núcleo Feminino de Assistência Infantil da

scouts. Como a educação física do sexo feminino é ainda descurada em Portugal, prestaria v. ex.^a valiosa cooperação no ressurgimento da Pátria, advogando a organização das *girl-guides*, como se fez em Macau. Uma leitora» («Educar para a vida futura», *O Século*, Ano 32, nº 11:082, 1912-Out-17, p. 3).

¹⁰⁷⁸ Arquivo do Centro Científico e Cultural de Macau: “Processo 4984: *Contrato de prestação de serviço celebrado entre a Comissão Directora da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses e George Franklin*” Nightingale, para o cargo de professor da escola comercial, 1915 Setembro 4 a Outubro 21 (MCAHM/AC/218/883/B.G3); «Macao Notes. Girl Scouts», *Hong Kong Daily Press*, 1912-Abr-13, p. 2; «Fortificando a Mocidade», *O Século*, Ano 32, nº 11:054, 1912-Set-18, p. 1. Agradecemos a Paul Kua a benevolência de partilhar a notícia do *Hong Kong Daily Press*.

¹⁰⁷⁹ «Shangai», *Girl Guide's Gazette*, Vol. III, no. 31, 1916-July, p. 108.

¹⁰⁸⁰ «Comissão Executiva», *O Século*, Ano 36, nº 12:264, 1916-Jan-30, p. 2.

¹⁰⁸¹ «Associação dos Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIII, nº 70, 1916-Mar-23, p. 2.

¹⁰⁸² «Os escoteiros», *O Século*, Ano 36, nº 12:376, 1916-Mai-22, p. 3. Maria Luísa de Magalhães foi também presidente do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa, entre 1915 e 1917 [Arquivo da Escola Secundária Gil Vicente, Lisboa: «Escoteiros de Portugal, Gr. 14», 1915-Nov-28 (documento não-indexado)].

Junta Patriótica do Norte, no centro da cidade do Porto e conectado com o Gr. 4 da União dos Adueros de Portugal. Também aqui o objetivo compunha-se pela organização de eventos culturais que ocupassem alguns tempos livres e minimizassem o impacto do dolo pela morte de familiares deslocados para as duas frentes da Grande Guerra ou implicados na contenção das revoltas monárquicas na fronteira. A criação do parque da “Casa dos Filhos dos Soldados Portuguezes” seria o espaço ideal para os familiares dos militares mobilizados aí se deslocarem para assistir aos programas de lazer, o que muitas vezes resultava em tensões e episódios de violência física com familiares de militares de altas patentes, facilmente acusados de responsáveis pela entrada no conflito internacional. Os adueiros tinham aqui a responsabilidade de policiar e efetuar as guardas de honra no recinto, e é muito provável que a crescente participação no Núcleo Feminino de Assistência esteja na base dos futuros grupos de adueiras que abrirão tanto em Gaia como no Porto logo nos anos seguintes. Mais ainda quando o adueiro e instrutor de tática militar M. Jorge de Azevedo era simultaneamente professor de ginástica no Liceu Feminino da cidade.¹⁰⁸³

O atual estado do arquivo histórico da Associação dos Escoteiros de Portugal dificulta qualquer avanço analítico, já que seria muito interessante aprofundar a participação feminina nas várias ações bélicas contra a Monarquia do Norte em janeiro de 1919, por exemplo, em contornos muito semelhantes ao que ocorria no resto da Europa (Jensen 2017, 12). Aquando da mobilização de vários regimentos do exército rumo ao Porto, juntaram-se várias jovens para servir nas respetivas enfermarias.¹⁰⁸⁴ E das quatro que se alistaram, duas eram escoteiras: Maria de Lourdes (enfermeira militar), Alice Pereira de Santa Rosa (enfermeira no AEP Gr. 9-Lisboa), Amália Silveira (aluna do curso militar de enfermagem) e Vitória Brandão Machado (primeira-secretária da Junta Regional do Sul da UAP).¹⁰⁸⁵ Já no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, fundar-se-iam vários grupos femininos nas duas margens do rio Douro: UAP Gr. 17-Gaia (1921-Ago), UAP Gr. 26-Porto (1921-Fev) e UAP Gr. 29-Porto (1922-Jun), este último sediado

¹⁰⁸³ «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIV, nº 154, 1917-Jun-30, p. 2; «Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIV, nº 158, 1917-Jul-05, p. 1.

¹⁰⁸⁴ A participação destas quatro enfermeiras talvez se devesse ao atraso na atualização do decreto nº 3307, de 21 de agosto de 1917 (que outorgava a possibilidade de exercerem enfermagem fora do âmbito do Corpo Expedicionário Português). Segundo Maria Lúcia de Brito Moura, “As enfermeiras que não pertencessem à instituição teriam de praticar com aproveitamento durante um mês num hospital militar. Uma vez admitidas, tinham direito a transporte, alojamento e alimentação correspondentes a oficiais do exército e a vencimento, subvenções e reformas iguais aos alferes do quadro auxiliar de saúde. Não poderiam prestar serviço em hospitais de campanha situados a menos de dez quilómetros da linha de batalha” (Moura 2006, 59).

¹⁰⁸⁵ AHM, *Listas de voluntários da Associação de Escoteiros de Portugal e de voluntários civis a oferecerem-se para a defesa da República em janeiro/fevereiro de 1919* [Cota: PT/AHM/DIV/1/37/24/1]. A instrução de enfermagem nas *girl-guides* remonta praticamente à sua génese e em todo o período analisado encontrámos várias referências a esta competência («O que uma enfermeira deve saber», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 8, 1933-Jan, p. 3).

na Escola Primária nº 118, na Boavista, e com um efetivo de vinte raparigas.¹⁰⁸⁶ A AEP da cidade do Douro também enveredaria por aceitar as primeiras escoteiras num dos seus grupos – o AEP Gr. 26, sediado no Colégio de S. Carlos, na rua Fernandes Tomás -, e com a particularidade de ser o único que detinha “escoteiras-enfermeiras”.¹⁰⁸⁷

A participação feminina em corpos de enfermagem militar já tem sido abordado a partir de vários prismas e existem trabalhos introdutórios que condensam bastante bem esta questão (M. C. T. T. da Rocha e Ferreira 2006, 90–91; Jensen 2017, 15).¹⁰⁸⁸ Contudo, até agora nenhum estudo considerou o escotismo como subobjecto de análise.¹⁰⁸⁹ Este estímulo associativo para a fundação de uma secção de escoteiras-enfermeiras insere-se numa linha de pensamento que recua à participação portuguesa na Grande Guerra, em que espoletaram várias entidades - e exclusivamente femininas -, com o fim de estimular a adesão das jovens ao serviço em hospitais de campanha. Na cidade do Porto, as *girl-guides* empreenderam uma campanha formativa de primeiros socorros em conjunto com algumas enfermeiras da Cruz Vermelha que já tinham trabalhado na frente francesa.¹⁰⁹⁰ E dentro destas há que observar também como a questão religiosa implicou a fundação de organismos distintos, como a “Assistência Portuguesa às vítimas da guerra”, por parte de várias aristocratas católicas de Lisboa em março de 1916. Pouco tempo depois surgiria a concorrente laica, a Cruzada das Mulheres Portuguesas (Moura 2006).

A remodelação da Cruzada das Mulheres Portuguesas (adiante CMP) em 1920-1921 originou um corte de orientação pedagógica com a política interna de Adelaide Cabete praticada até ao momento (Leal 1998, 841; Moura 2006, 43; E. D. M. Rosa 2013, 214; C. P. Ribeiro

¹⁰⁸⁶ O UAP Gr. 17-Gaia funcionou entre 1921 e 1922 na Escola Primária Ferreira de Macedo, em V.N. de Gaia, atual edifício-sede da Junta de Freguesia de Santa Marinha. Em fevereiro de 2017 efetuei algumas pesquisas no Arquivo Municipal de V.N. Gaia e na Junta de Freguesia de Santa Marinha e os únicos documentos referentes ao assunto em epígrafe correspondem à década de 1950, com a visita de um contingente inglês às caves de vinho do Porto. Um pequeno artigo de Gonçalves Guimarães alerta para a falta de estudos sobre a UAP nesta escola (Guimarães 2017, 110). Contudo, a única documentação referente aos grupos de adueiras foi detetada nas imprensas generalista e associativa («Aduarismo», *A Voz da Razão*, Ano I, nº 3, 1921-Ago-15, p. 2; «Adueiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 39, 1921-Fev-16, p. 1; «União dos Adueiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 148, 1922-Jun-22, p. 3; «Grupos de adueiros que actualmente existem ou estão em organização», *O Adueiro do Sul. Órgão de propaganda “aduarista”*, Ano I, nº 3, 1922-Mar, p. 3).

¹⁰⁸⁷ «Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXVIII, nº 25, 1921-Jan-29, p. 1.

¹⁰⁸⁸ A dúvida sobre a finalidade do serviço de enfermagem em contexto bélico, se seria para um auxílio humanitário ou para recuperar o estado de saúde dos feridos e reenvia-los de volta para a frente acabou por ser um dilema de Florence Nightingale durante a Guerra da Crimeia em 1853-1856 (Kuhlman 2017, 40).

¹⁰⁸⁹ A temática foi abordada por Margaret Mih Tillman com o *case study* da escoteira Yang Huimin que, durante a Guerra Civil Chinesa (1927–1937), obrigou o Kuomitang a tomar uma posição sobre o papel das mulheres nas frentes de batalha. De modo a dissuadir a participação armada das *girl-scouts*, a direção política ofereceu-lhes o serviço voluntário nas enfermarias como alternativa (Tillman 2015).

¹⁰⁹⁰ «[...] Another well-wisher kindly offered to give Stretcher Drill and Ambulance, and a Red Cross Nurse, who has been working in France, gave the Guides a very interesting lecture on First Aid Nursing at the Captain's house. Local Headquarters, 747, Camp Alegre-Porto. Three Ambulance and three Interpreters' Badges have been gained recently, and three former Guides and two new ones have joined the Company. » («Guides in other countries», *Girl Guide's Gazette*, Vol. VI, no. 62, 1919-February, p. 20).

2014, 72). Para todos os efeitos, a guerra havia terminado três anos antes e a nova direção tinha outros objetivos em mente, sem fugir aos basilares valores da pátria e do melhoramento da “raça portuguesa”. Os contactos da CMP com alguns grupos de escoteiros até à data limitavam-se a eventos isolados e com uma participação superficial.¹⁰⁹¹ Agora em 1920 a ideia seria outra e com objetivos bem definidos como o *amadrinamento* de um grupo de escoteiros da AEP a 01 de dezembro desse mesmo ano, proposto por Ana de Castro Osório ao capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos - presidente da AEP e agora diretor do Instituto dos Mutilados da Guerra, em Arroios -, e que lhe sugeriu o AEP Gr. 2-Lisboa.¹⁰⁹² Seria previsível. Desde 1918 que o hospital passara das mãos da CMP para o Ministério da Guerra através do decreto nº 3732, de 2 de janeiro de 1918, e que provocara uma dissensão entre as duas entidades. Somente dois anos depois, a lei 959 de 7 de março de 1920 dava à Cruzada o direito de recuperar o edifício de novo (onde a maioria das enfermeiras residentes eram fruto da escola da CMP), e combinava o peso político desta classe profissional com reconhecimento público concedido pela Assembleia de Deputados, o que já de si é revelador da influência que a medicina positiva exercia na construção dos corpos dos futuros cidadãos (Moura 2006, 71; J. B. Serra 2011, 101).

A escassez de documentação dificulta a caracterização o modelo autonómico do AEP Gr. 2 face à CMP, como foi referido no capítulo 2. A abertura dúbia de três subunidades em Lisboa (Instituto dos Mutilados de Arroios¹⁰⁹³, Liceu Passos Manuel e Liceu Rodrigues Sampaio e a tentativa de uma quarta no Palácio das Necessidades), e mais uma em Alcobaça, complexifica bastante qualquer olhar à cisão do grupo com a hierarquia nacional. De tal forma que é difícil avaliar se o Corpo dos Escoteiros da CMP foi de facto uma associação independente. Certo é que aproveitou as benesses governamentais, e poder-se-ão observá-las a partir da cerimónia de geminação protocolar em Arroios. Num simples ato de inauguração de um retrato de Baden-Powell, a direção hospitalar entregou protocolarmente os distintivos de

¹⁰⁹¹ Quando Portugal se encontrava na Grande Guerra, a CMP convidou o UAP Gr. 4-Porto para a guarda de honra a vários oficiais da marinha numa entrega de bandeira realizada no Palácio de Cristal («Adueros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXIII, nº 251, 1916-Out-21, p. 2).

¹⁰⁹² O Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas foi criado a 01 de dezembro de 1920. Composição: Conselho Geral: Alfredo Tovar de Lemos (presidente); Isabel Rau Tovar de Lemos (vice-presidente); capitão de fragata João Manuel Carvalho (vice-presidente); Franklim António de Oliveira (comissário-geral); Ana de Castro Osório (secretária-geral); alferes José Bernardo (secretário-adjunto); Manuel José Garcia (tesoureiro-geral); Branca Nunes Garcia (tesoureira-adjunta); Júlia Azevedo Leal da Câmara (delegada da CMP); Maria Felizarda Coelho (delegada da CMP); Isabel da Conceição (delegada das damas protetoras); Dr. Alberto Machado (primeiro vogal); José Joaquim de Oliveira (segundo vogal); Jorge Fernandes (terceiro vogal). Comissão de Patrocínio: Robert Baden Powell (presidente honorário); Presidente Geral da CMP (vice-presidente honorário); Membros natos: ministros da Instrução, Guerra e Marinha; Generais: Abel Hipólito, Correia Barreto e Gomes da Costa; Leal da Câmara e Antunes Coimbra. («Escotismo», *Os Sports*. Ano II, nº 153, 1920-Dez-19, p. 3).

¹⁰⁹³ A experiência escotista do Instituto dos Mutilados de Arroios acaba por ser bastante precoce, tendo em conta que a criação de grupos de *scouts* em complexos hospitalares só se desenvolveria na década de 1930. Algo observável em vários países, como o *Kumi Children's Leper Home* no protetorado britânico do Uganda, por exemplo (Vongsathorn 2015, 66).

filiação aos escoteiros, seguindo-se um sarau dramático e desportivo da banda da Guarda Nacional Republicana. Nada de especial, não fosse a presença pomposa dos ministros António Maria Batista (Interior), João Estêvão Águas (Guerra) e José Ramos Preto (Justiça), ao que não podia faltar a chancela britânica dada pelo cônsul John Hugh Canell.¹⁰⁹⁴

O cruzamento de dados entre imprensa geral, imprensa associativa-escotista e os vários números do órgão oficial oferece uma potencial releitura bastante interessante sobre a gestão interna da CMP¹⁰⁹⁵. Curiosamente as primeiras medidas referentes ao *scouting* visavam unicamente o fomento da vertente masculina. As várias “festas das damas protetoras” no Instituto dos Mutilados da Guerra destinavam-se em exclusivo à recolha de fundos para AEP Gr. 2-Lisboa.¹⁰⁹⁶ O culminar deste apoio recaiu numa série de saraus, cujas receitas se destinavam à comparticipação das despesas de deslocação do escoteiro-chefe Franklim de Oliveira ao primeiro acampamento mundial de escotista em Olympia Park, Londres, no verão de 1920¹⁰⁹⁷. No que respeita a escotismo feminino haveria que esperar mais dois anos, quando o Corpo de Escoteiros da CMP abriu um único grupo na rua do Benfornoso, nas imediações do atual bairro do Intendente. As restantes seis unidades eram exclusivamente masculinas, e todas conheceram o término no primeiro semestre de 1922, quando o escoteiro-chefe Franklim de Oliveira sondou o Arcebispado de Braga para avançar com a institucionalização do escotismo católico.¹⁰⁹⁸ Apesar da extinção, a semente do escotismo feminino ainda teve alguns afloramentos no AEP Gr. 2-Lisboa, e que, entretanto, “regressara” definitivamente à AEP. Em

¹⁰⁹⁴ «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 40, nº 13:770, 1920-Abr-29, p. 4.

¹⁰⁹⁵ «[...] Como traço simpático da nossa vida associativa dir-lhe-ei, por fim, que um lindo grupo de jovens escoteiros de Portugal, o segundo que é escrupulosamente recrutado formando uma “élite” de grande relevo moral, adoptou como divisa o nome da Cruzada e se considera como a sua.» [excerto da transcrição da entrevista de A.F. Cardoni a Ana de Castro Osório, no Rio de Janeiro] («Como se revela o patriotismo das senhoras portuguesas», *Boletim Mensal. Cruzada das Mulheres Portuguesas*, nº 2; 1921-Jul, p. 36).

¹⁰⁹⁶ «Cruzada das Mulheres Portuguesas», *O Século*, Ano 40, nº 13:778, 1920-Mai-08, p. 2; «Instituto dos Mutilados da Guerra», *O Século*, Ano 40, nº 13:779, 1920-Mai-09, p. 2; «Cruzada das Mulheres Portuguesas», *O Século*, Ano 40, nº 13:784, 1920-Mai-14, p. 2; «Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 41, nº 14080, 1921-Abr-23; p. 1; «Grupo de escoteiros da C.M.P.», *Boletim Mensal. Cruzada das Mulheres Portuguesas*, nº 2; 1921-Jul, p. 40; «9 de abril», *Boletim Mensal. Cruzada das Mulheres Portuguesas*, nº 1, 1921-Jun, p. 10.

¹⁰⁹⁷ Arquivo da Liga dos Combatentes, «Fundo Cruzada das Mulheres Portuguesas», Caixa 3-Assembleia Geral, *Acta da reunião extraordinária da Cruzada das Mulheres Portuguesas, de 19 de Dezembro de 1920*.

¹⁰⁹⁸ «Sedes em Lisboa», *A Patrulha. Órgão do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Ano I, nº 3, 1921-Jul-24, p. 1; «[...] Também este princípio não é novo no escotismo; a organização britânica concede igualmente autonomia aos grupos privativos de umas oito instituições nas quais se incluem a Associação Cristã da Mocidade e a Cruz Vermelha. Estamos certos de que se a formação de corpos for fomentada, bastante temos a esperar deste sistema para o desenvolvimento do escotismo em Portugal. O corpo da Cruzada das Mulheres Portuguesas, que foi extinto, supomos por razões de política escotista interna, deu-nos a impressão de ter conseguido avultado número de núcleos e de possuir bastantes meios de acção.» (Curson, Dinis. «Descentralização», *O Escotismo. Órgão do Grupo nº 22 da Associação dos Escoteiros de Portugal*, Ano I, nº 1, 1922-Jun, p. 1.

1924, a chefia da alcateia (subgrupo destinado a crianças entre os 07-12 anos) abriu a exceção de admitir algumas meninas, como a filha do vereador de Lisboa, Eduardo Moreira.¹⁰⁹⁹

A adoção do escotismo por parte da CMP reabre o debate sobre a sua finalidade enquanto organização emancipadora do feminismo, ou até mesmo sobre o modelo social elitista que algumas dirigentes promoveram a partir do *amadrinhamento* aos escoteiros. A complexidade do assunto dificulta uma questão tão simples como o porquê de terem financiado seis grupos de escoteiros e somente um de escoteiras? Os principais estudos à CMP infelizmente nunca abordaram a particularidade juvenil (Lousada 2011; E. D. M. Rosa 2013) e como qualquer incursão mais específica acabaria por não responder à proposta inicial da presente tese, deixar-se-á essa questão em aberto.

10.2 Um projeto silencioso: a União das Escoteiras de Portugal

Organizações como a *Young Women's Christian Association* (em português, Associação Cristã de Mulheres Jovens) também tiveram um papel primordial na institucionalização das associações guidistas em Portugal. Desde a década de 1920 que funcionavam em paralelo com as congéneres masculinas, o que de certa forma explica a sombra silenciadora. Vários vultos do protestantismo internacional pugnaram pela organização do guidismo/escotismo feminino e circularam por vários países europeus com esse objetivo, num *modus operandi* conjunto e premeditado com os *Imperial Headquarters* da *Girl Guides Association* em Londres. A baronesa Olga Meyendorff foi um desses casos, com uma deslocação de França a Portugal em 1921, mais precisamente a Gaia, Porto e Lisboa, para fomentar a abertura de algumas unidades.¹¹⁰⁰ O primeiro passo consistia sempre numa sessão prévia de esclarecimento *in situ* por uma autóctone de renome, minimamente convincente e conhecida da elite socioeconómica. Somente depois seriam enviadas algumas representantes estrangeiras diretamente às sedes das *Associações Cristãs* para dar início à formação das primeiras interessadas. A estratégia nem

¹⁰⁹⁹ «Desportos. Escotismo», *O Século*, Ano 45, nº 15:085, 1924-Fev-13, p. 4.

¹¹⁰⁰ O primeiro curso foi efetivado logo após a visita da baronesa Olga Meyendorff a Lisboa. Durante vários meses entre 1921 e 1922 a secretária internacional da *Girl-Guides Association*, Gladys Bretherton, deslocou-se a Porto, Gaia e Lisboa para acompanhar os trabalhos em curso, destinados unicamente a adolescentes e jovens entre os de dez e dezoito anos de idade. O curso consistia em preparação das futuras líderes e estrutura do método guidista. No Porto conseguiram formar dezasseis dirigentes, enquanto em Lisboa graduaram onze, contabilizando-se quatro grupos no eixo Porto-Gaia e dois em Lisboa («O Triângulo Azul», *Triangulo vermelho. Revista mensal ilustrada*, Ano II, nº 13, 1922-Mai, p. 11). Para mais informações sobre a baronesa Olga Meyendorff, veja-se: (Moreno Afonso 2009, 246; Colpus 2018, 152).

sempre resultava, como a infrutífera presença de Gladys Bretherton em Portugal em 1924, ao ponto de um leitor lamentar-se ao *O Comércio do Porto* pelo seu fraco desenvolvimento.¹¹⁰¹

O desinteresse generalizado das jovens portuguesas pelo *girl-guiding* justificou o atraso de quase dez anos para que os *Imperial Headquarters* enviassem uma nova representante a Lisboa para fomentar a abertura de algumas unidades nacionais externas ao associativismo britânico. Rose Kerr, esposa do almirante Mark Kerr e enviada especial de Londres, chegaria a Lisboa em fevereiro de 1933. Mais uma vez com o objetivo de reunir o consenso de conjugação das várias unidades guidistas inglesas em Portugal e, sobretudo, não repetir o mesmo erro que Gladys Bretherton cometera na década anterior. Rose Kerr incluía agora o embaixador da Inglaterra e o ministro da Instrução Gustavo Cordeiro Ramos na ordem de trabalhos. A coincidência da apresentação oficial da *Girl-Guides Association* com o Dia Internacional do Pensamento Escotista (hoje, Dia do Fundador, a 22 de fevereiro) não fora mera obra do acaso, escolhendo-se a sede do Automóvel Club de Portugal como o local oportuno para atrair a atenção dos principais empresários cofinanciar um modelo pedagógico algo caro ao projetado estado corporativista em curso.¹¹⁰² Na abertura da sessão, Vítor Braga Paixão - na qualidade de representante do Ministério de Instrução Pública -, abriria as apresentações, estrategicamente ladeado por duas inglesas - lady Russell (embaixatriz de Inglaterra) e Eileen Pope, líder das escoteiras inglesas de Lisboa -, e dois portugueses, o conde de Penha Garcia (representante da Sociedade de Geografia de Lisboa) e o engenheiro Carlos Santos (pelo Automóvel Club de Portugal).¹¹⁰³ A incursão de Rose Kerr abriu um precedente na implementação do escotismo feminino em Portugal, e que só seria aniquilado pela imposição legislativa da Mocidade

¹¹⁰¹ «[...] O escotismo feminino também está bastante desenvolvido no estrangeiro. É idêntico ao dos rapazes, mas, porventura, mais aperfeiçoado e mais interessante, porque vai até ao lar. No nosso país, fez-se, há anos, em Lisboa, uma tentativa sob a direcção do antigo escoteiro, chefe geral, 1º tenente da armada Mello Machado, que não deu o resultado desejado. No Porto, segundo ouvimos, há ainda hoje, um pequeno grupo dirigido por uma senhora inglesa. Mas não temos nada fortemente organizado. E, no entanto, afigura-se-nos que as mesmas vantagens que o escotismo oferece, particularmente, para os rapazes até 12 anos, deveriam existir para as meninas da mesma idade. Porque se não há-de tentar fazer alguma cousa nesse sentido?» («Mulheres e crianças. O Escotismo», *O Comércio do Porto*, Ano LXIX, nº 81, 1924-Abr-06, pp. 1-2).

¹¹⁰² O “Dia do Pensamento Escotista” corresponde ao aniversário de Robert Baden-Powell, a 22 de fevereiro. As associações nacionais eram convidadas a celebrá-lo com jogos e atividades: «[...] On Sunday, February 21st, the annual Remembrance Day Service for Cubs, Guides and Brownies took place in St. James’ Church. Special significance attached to the service this year as the Chief Scout, Lord Baden Powell, reached his eightieth birthday on February 22nd. There was a good muster of Guides, Brownies and Cubs under their officers, and the Chaplain preached an appropriate sermon to the children, in which he pointed out the essential greatness of the founder of the Scout movement and wherein that greatness lay.» («Oporto news from our Oporto correspondent», *The Anglo-Portuguese News*, Ano I, nº 2, 1937-Mar-06, p. 8).

¹¹⁰³ O presidente do Automóvel Club de Portugal era, à época, Nuno Magalhães Domingues, antigo escoteiro do AEP Gr. 3-Lisboa («Sobre escotismo», *Os Sports*. Ano XI, nº 1.161, 1930-Jan-17, p. 2). Sobre a visita de Rose Kerr: «A Srª Mark Kerr que é directora da Associação Mundial de Escoteiras», *O Século*, Ano 53, nº 18:301, 1933-Fev-23, p. 1; «Escotismo feminino», *O Século*, Ano 53, nº 18:302, 1933-Fev-24, p. 10; «Escotismo feminino», *Escotismo. Órgão de propaganda, informação e educação*, nº 2, 1933-Fev, p. 4.

Portuguesa Feminina quatro anos depois (Pimentel 2013). Para a britânica não havia nada de novo na política portuguesa. E uma carta sua à comissária funchalense Carolina Rocha Machado em agosto do ano seguinte confirmava a estratégia, quando se queixava que uma boa parte da Europa aderira à “moda” de ter uma organização nacional de juventudes, «*including Greece, where the situation is almost the same as in Portugal*».¹¹⁰⁴

A seleção dos convidados por parte de Kerr foi suficientemente cuidadosa e oportunista ao ponto de colocar algumas peças bastante importantes no xadrez político (Alex Liddell 1960, 98). E é muito provável que o discurso da delegada internacional tivesse sido alvo de censura nos jornais principais, já que os pormenores sobre a conferência são manifestamente repetidos e parcos. Apenas o órgão oficial do CNS na Madeira oferece detalhes bastante interessantes que escaparam aos análogos continentais, desde o pormenor do esforço em falar em francês para que o público estivesse mais cómodo, como ainda a consideração que

«[...] Portugal, como os países onde o movimento não se estende a toda a parte, pertence ainda à primeira categoria. Não têm o movimento a Alemanha, onde só existem organizações políticas, o que é o oposto ao escotismo de natureza apolítica; a Itália fascista e a Espanha. A filiação internacional traz benefícios que a conferencista enunciou [...]»¹¹⁰⁵

Acrescente-se ainda a ideia que Robert Baden-Powell estava consciente da fragilidade diplomática do estado português em face da Grã-Bretanha logo em 1929, e por isso decidiu arriscar em duas frentes em 1933. Por um lado, enviava a delegada Rose Kerr a Lisboa. Por outro, ele próprio e a esposa Olave foram ao Vaticano para oferecer garantias ao Papa Pio XI que o escotismo católico à escala mundial estaria em pé de igualdade com o restante associativismo.¹¹⁰⁶ Uma jogada simples e produtiva. Baden-Powell sabia perfeitamente que a notícia da sua visita a Roma correria mundo e seria mais um peso no prato da balança contra os regimes ditatoriais.

Kerr conhecia a estratégia e veio também pô-la em prática.¹¹⁰⁷ E de Lisboa partiria para o Porto com a finalidade de sanar algumas adversidades diplomáticas. Aí seria recebida na

¹¹⁰⁴ Arquivo da AGP-Funchal, *Correspondência de Rose Kerr, Secretária Internacional da Girl Guides Association, para Carolina Rocha Machado* [Londres, 1934-Ago-22; documento não-classificado].

¹¹⁰⁵ «Página das Guides», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 9, 1933-Fev, p. 4.

¹¹⁰⁶ «O Papa recebe Lord Baden-Powell», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 58, 1933-Mar-11, pp. 2/5; «Uma entrevista histórica», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 8, 1939-Abr-16, p. 63.

¹¹⁰⁷ «Por iniciativa da União das Escoteiras de Portugal [...] Acorreu a ouvir a palavra autorizada da sr^a Mark Kerr um grupo de Escoteiras de Portugal que – seja isto dito em louvor da verdade – se apresentou em pequeno número e, na sua maioria, constituído por meninas inglesas; o que demonstra que, infelizmente na nossa terra, onde todas as ideias que andam pelo mundo são, sempre, bem recebidas, o Escotismo feminino – por ignorado, talvez, ou mal interpretado – não conseguiu ainda criar raízes [...] O que se torna necessário, como auxiliar precioso para a constituição duma sociedade nova, mais bela e mais perfeita, é que todas as nossas raparigas, desde as meninas

Associação Britânica, para se reunir com a direção do núcleo local da AEP e Dorothea Pheysey, *Girl-Guide Commissioner* na *Oporto British School*.¹¹⁰⁸ De acordo com a queixa de algumas portuguesas integradas em unidades britânicas, havia ainda a dúvida administrativa da correta cerimónia do juramento guidista efetuada sob a bandeira da *Union Jack*, o que facilmente despertava rumores de desnacionalização e visitas das forças de autoridade do Estado Novo, quando na prática podê-lo-iam fazer com a bandeira nacional. Consciente destes pequenos percalços, Rose Kerr ponderou uma solução a partir da união de todos os grupos guidistas do país (Lisboa, Carcavelos, Porto, Funchal, e outros ainda desconhecidos).¹¹⁰⁹ Só no Porto havia pelo menos dois grupos, um exclusivamente inglês (filiado no *Imperial Headquarters*) e outro de maioria portuguesa (não-filiado), situação suficientemente incómoda para a organização, quando já corriam boatos sobre um projeto juvenil estatal à semelhança do modelo mussoliniano.¹¹¹⁰

A visita de Rose Kerr ao Porto criou algum impacto imediato. O AEP Gr. 70-Porto tentou aproximar-se das propostas das *Girl-Guides* e procurou aumentar a sua ala feminina.¹¹¹¹ No resto do país houve alterações *in crescendo* e com vista à criação de uma definitiva “Associação das Escoteiras de Portugal”. Agostinho de Campos, um vulto da literatura e intimamente ligado ao universo escotista apressou-se a escrever no *O Comércio do Porto* para esclarecer as utilidades pedagógicas do *guiding* na construção das “Mulheres Novas”,

ricas até às mais modestas filhas do povo, recebam a educação escotista; a qual, como já dissemos, tem por especial missão, completar os conhecimentos adquiridos na escola e na família, e procurar desenvolver, no individuo, todos os predicados bons e destruir os maus. Eis porque pomos, na realização prática de tão generosa ideia, todas as nossas melhores esperanças.» («Mulheres e crianças», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 55, 1933-Mar-08, p. 1).

¹¹⁰⁸ Aparte da consolidada *Oporto Girl-Guides Association*, com Dorothea Pheysey a liderar as guias desde abril de 1924, também o *Corpo dos Escoteiros do Sporting* já tinha tentado a constituição de uma unidade feminina nos finais de 1930, mas sem qualquer êxito («Os nossos escoteiros em festa», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano X, nº 743, 1930-Dez-05, p. 15; («Girl-Guides», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. II; Nº 16, 1933-March, pp. 47-49).

¹¹⁰⁹ A Companhia de Carcavelos fora fundada em 1919 por iniciativa de Eileen Pope e Mrs. H. D'Albertanson («Girl-Guides», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. II; Nº 16, 1933-March, pp. 47-49). Em 1935 há referência a uma Companhia de Guias na ilha Terceira, Açores («A marcha deslumbrante e as visitas oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 10, 1935-Jun-30, pp. 49-51).

¹¹¹⁰ Saraiva, Alberto. «Do Porto», *Escotismo. Órgão de propaganda, informação e educação*, n.ºs 3-4, 1933-Mar/Abr, p. 1; «Escotismo», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 55, 1933-Mar-08, p. 2; «Escotismo», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano XII, nº 984, 1933-Mar-13, p. 8; «Escotismo. Escoteiras», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano XII, nº 985, 1933-Mar-15, p. 12; «O dia da boa-vontade», *O Comercio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 118, 1933-Mai-19, p. 1.

¹¹¹¹ «Escoteiros de Portugal», *O Comercio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 117, 1933-Mai-18, p. 2; «[...] A Divisão Feminina do Grupo nº 70 de Escoteiros de Portugal, acampou pela primeira vez no passado sábado e domingo, sob a direcção do escoteiro-chefe sr. João Pinto, sendo coadjuvado pelo ajudante sr. A. Pinto Basto, que dirigia mais especialmente a Alcateia de Lobitos que também acampara na mesma Quinta de Currais, gentilmente cedida pelo seu proprietário sr. Manuel da Cunha Júnior. A este acampamento assistiram passando a noite no campo, algumas pessoas de família das escoteiras e lobitos o que provou bem o interesse e gosto que tinham e têm pelo movimento em que integraram suas filhas e filhos» («Escotismo», *O Comercio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 136, 1933-Jun-09, p. 3).

indispensáveis na solidificação de uma sociedade portuguesa perfeita.¹¹¹² E um dos jornalistas do *Os Sports* de Lisboa rapidamente informou os leitores sobre o desenvolvimento das “bandeirantes” no estado brasileiro do Espírito Santo (escotismo feminino no país) e como estas eram o caminho a seguir. Questionava-se o próprio que, «quando liamos este relatório, fomos involuntariamente levados a pensar nas alunas das nossas Escolas do Magistério Primário. Seriam capazes de seguir o exemplo das suas colegas brasileiras?».¹¹¹³ Aproveitando o clima incentivador, as escoteiras rapidamente programaram várias palestras de esclarecimento nos principais liceus de Lisboa para captar novas filiadas. Incentivaram as visitas públicas aos acampamentos para que outras jovens pudessem ver *in loco* a vida em campo. Algumas propriedades privadas da elite económica de Lisboa, como a Quinta das Águas Férreas, em Belas, ou a Quinta do Cabo Submarino, em Carcavelos, acabaram por se transformar em espaços prediletos para acampar e realizar exercícios físicos, sempre numa lógica para que os progenitores pudessem comprovar a viabilidade educativa de inscrever as filhas nas unidades.¹¹¹⁴ E aí estariam membros da *intelligentsia*, como Sá Oliveira (reitor do Liceu Pedro Nunes), ou o professor Francisco Reis Santos da Faculdade de Letras, para responder às questões dos mais céticos. Ou ainda Elsa Roder, escoteira-chefe do grupo feminino da Igreja Batista, para evitar mal-entendidos litúrgicos com a comunidade inglesa.¹¹¹⁵

Rose Kerr incumbiu a britânica Eileen Pope para dar seguimento aos objetivos, e esta conseguiu de facto aglomerar algumas unidades isoladas de *girl-guides* inglesas e portuguesas protestantes em Portugal e fundar a União das Escoteiras de Portugal (adiante UEP), logo ainda

¹¹¹² «Parece-nos que o escotismo feminino vem muito a propósito para restabelecer o equilíbrio perdido ou ameaçado. O princípio educativo a que obedece esta instituição pedagógica é admirável, por isto mesmo: porque ela pretende (e consegue) fundir o natural com o moral.» (Campos, Agostinho de. «Escotismo feminino», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 93, 1933-Abr-20, p. 1).

¹¹¹³ «[...] Duvidamos, pois, a maioria pertence aquela, infelizmente ainda grande, falange de mulheres portuguesas que julga o escotismo feminino uma coisa imprópria e atentatória da sua própria dignidade, não o cultivando como não cultivam nenhum dos desportos femininos, que, aliás, lhe são tão necessários!» («Escoteiras e professoras», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.584, 1934-Fev-23, p. 3). Apesar do jornalista admirar-se com a estrutura escotista brasileira, a mesma era conhecida (e dada a conhecer) em Portugal pela imprensa associativa [«Bandeirantes do Brasil (*girl-guides*)», *A Flor de Lis*, Ano, nº, 1928-Ago-31, p. 1-2; «Guias de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 9, 1936-Jun-15, p. 91].

¹¹¹⁴ O jornal *Alerta* reportou um excerto bastante ilustrativo da palestra de Rose Kerr, delegada internacional da *Girl-Guide Association*, em 1933 na sede do Automóvel Clube de Portugal em Lisboa, e que reflete as preocupações da época: «[...] Algumas mães acharão no guidismo mais um pretexto para afastar as meninas do lar. Sim, talvez tivessem razão se as pudessem deter sempre dentro de casa, mas com têm que as deixar sair é preferível fazerem-no em companhias de confiança e com bons fins educativos.» («Página das Guides», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 9, 1933-Fev, p. 4).

¹¹¹⁵ Como por exemplo, aluna da 7ª classe Margarida Furtado Carreira, aluna da 7ª classe, que no Liceu Pedro Nunes apresentou a comunicação “Baden-Powell e o escotismo”, visando a história do movimento e a importância para a educação de ambos géneros («Conferências», *O Século*, Ano 53, nº 18:587, 1933-Dez-10, p. 10; «Campos de Férias», *Escotismo. Órgão de propaganda, informação e educação*, n.º 10, 1933-Out, p. 4; «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18:668, 1934-Mar-05, p. 3).

no primeiro trimestre de 1933. E com o beneplácito dual de Braga Paixão, presidente da Organização Escotista de Portugal, e do ministro Cordeiro Ramos, colocado num impasse pelos apoios diretos à comunidade inglesa com este projeto¹¹¹⁶. Numa sessão dedicada ao público feminino do Liceu Pedro Nunes, com convite estendido aos Liceus Maria Amália e D. Filipa de Lencastre, o professor Braga Paixão apresentou Eileen Pope como presidente das *Girl-Guides Association* e que iria dar início à formação da nova associação.¹¹¹⁷ Contudo o anúncio não gerou frutos. Qualquer subordinação das jovens católicas portuguesas a uma líder protestante seria sempre um requisito repulsivo. Eileen Pope era nada menos que a esposa do coronel Pope, administrador da *Anglo-Portuguese Telephone Company* e sobrinho de Robert Baden-Powell.¹¹¹⁸ Essa particularidade explica a proximidade que a britânica tinha com alguns membros do Estado Novo e a insistência de pôr em prática as propostas de Rose Kerr, desde a unificação de todos os grupos, ao aumento do efetivo, ou até com a especificação de sediar a futura direção central em Lisboa.¹¹¹⁹ E para isso contava ainda com um propício ambiente político-associativo, já que se preparava a receção ao tio Robert Baden-Powell no ano seguinte.¹¹²⁰

Eileen Pope subestimou a concorrência da recém-criada Associação Escotista das Guias de Portugal (AEGP), um satélite do católico Corpo Nacional de Scouts (CNS), algo despercebido pelas narrativas memorialistas (J. V. Reis 2007, 168–71). Desde logo a mesma arquitetura associativa, o seu sentido piramidal com ramificações regionais, e subdividas a nível local por companhias. Um acompanhamento espiritual específico e em que a máxima autoridade eclesiástica a nível nacional estava a cargo do padre Carneiro de Moura, pároco da Igreja do Sacramento, em Lisboa. Apesar da cerimónia de apresentação ter sido secundarizada na imprensa generalista (ou até censurada), o órgão oficial do CNS ofereceu uma micro-

¹¹¹⁶ Durante a visita de Rose Kerr ao Porto, em março de 1933, a imprensa anglófona relatou que “[Rose Kerr] who visited Portugal for the specific purpose of giving the organization in Lisbon and Oporto the benefit of her advice in bringing about the practical solution of any of the difficulties arising out of the foundation of what is now termed the *União das Escoteiras de Portugal*, an organization which is under the patronage of the Minister of Instruction, or in other words of the Portuguese Government itself.” («Girl-Guides», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. II; Nº 16, 1933-March, pp. 47-49). Segundo o jornal *Os Sports*, a União das Escoteiras de Portugal foi fundada em 1918. Contudo, esta informação parece não ser correta («Escotismo. A vida do escotismo português», *Os Sports*, Ano XV, nº 1.587, 1934-Mar-05, pp. 3-4).

¹¹¹⁷ «Escotismo Feminino», *Boletim do Liceu Normal de Lisboa* [Pedro Nunes], Ano II, 1933, nº 5. Lisboa: Escola Tipográfica/Oficinas de São José, 1933, p. 313.

¹¹¹⁸ «Escotismo. A vida do escotismo português», *Os Sports*, Ano XV, nº 1.587, 1934-Mar-05, pp. 3-4. Para mais informações sobre este matrimónio e relação familiar veja-se: (Rankin 1998).

¹¹¹⁹ Arquivo da AGP, *The Girl Guides Association* [Carta de Dorothea Pheysey a Eileen Pope]; Porto, 1933-Mar-05; documento não-classificado.

¹¹²⁰ Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.580, 1934-Fev-09, p. 3; «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.587, 1934-Mar-05, pp. 3-4.

reportagem sobre a festa de inauguração, com indicação das primeiras filiadas (as filhas de dois principais dirigentes do CNS em Lisboa). E logo no dia seguinte à cerimónia da bênção, as Guias de Portugal participaram num encontro com a Juventude Católica Feminina, presidido por D. João Campos Neves (bispo de Vatarba), e realizaram ainda uma guarda de honra ao cardeal Cerejeira.¹¹²¹ Esta particularidade pesaria na consciência de Eileen Pope, que rapidamente percebeu a dimensão do peso do CNS em todo o processo, e progressivamente abandonou o projeto.

Uma ata existente no arquivo da atual Associação das Guias de Portugal traz alguma luz sobre a existência destas duas entidades concorrentes, e como Braga Paixão substituiu Eileen Pope na fusão associativa em outubro de 1933. Três dirigentes responsáveis da AEGP e simultaneamente ligadas ao escotismo católico (Maria Adosinda Moreno, Filomena Barata e Maria da Anunciação Cortez), procuraram chegar a um acordo com as responsáveis da UEP (Josefina Mendonça, Doris Rawes, Maria Inês Stillwell e Isabel de Mello Ulrich) para a criação de uma única associação a nível nacional. Nessa ata é possível ver como algumas propostas bastante interessantes ilustram a gravidade do conflito religioso existente entre as duas fações. A católica Adosinda Moreno, por exemplo, propôs dividir a futura associação em duas secções religiosamente exclusivas, uma para portuguesas (católicas), outra para inglesas (protestantes), sendo rapidamente contestada devido à difícil inclusão das protestantes portuguesas e das católicas inglesas em qualquer uma das partes.¹¹²² Apesar de tudo, ambas partes aceitaram avançar com a sugestão de Braga Paixão para a criação de uma só entidade, enviando o projeto estatutário ao novo ministro da Instrução, Alexandre Sousa Pinto, para que este o aprovasse. Para todos os efeitos era a concretização da sugestão de Rose Kerr meses antes, para que se fundissem todas as associações de guias a nível nacional em plena sintonia com a ditadura.

A partir desta reunião as dirigentes da futura Associação das Guias de Portugal procuraram o apoio da estrutura diocesana de Lisboa, mas a complexidade de ser uma associação com vários credos justificou a recusa de alguns párocos que acabaram por delegar todas as responsabilidades no cardeal Cerejeira. O Patriarcado de Lisboa ainda colocou a hipótese de haver companhias locais exclusivas a uma determinada religião, sem qualquer composição pluriconfessional interna, o que rapidamente suscitou a rejeição de Eileen Pope. O prelado recusava-se a assumir a direção espiritual de uma associação já de si religiosamente heterogénea, e em tudo contrário à *pax scout* estabelecida entre AEP e CNS anos antes. Mesmo assim, aceitou a exceção religiosa das companhias de Porto, Lisboa e Funchal. Tanto a

¹¹²¹ «Nas Regiões», *A Flor de Lis*, Ano 9, nº 10, 1933-Jun-30, p. 40.

¹¹²² Arquivo da AGP, *Acta da reunião realizada a 16 de outubro de 1933 na Rua de S. Domingos à Lapa nº 60*; documento não-classificado.

direção nacional como as restantes companhias teriam a condição *sine qua non* de serem lideradas por elementos indicados pelo clero paroquial.¹¹²³

A frase de Eileen Pope para a *Chief Commissioner* Dorothea Pheysey a 12 de janeiro de 1934 é bastante explícita quando afirmava «*clearly speaking, it is not the real spirit of Guiding, which is supposed to be interdenominational*».¹¹²⁴ Passadas duas semanas, Eileen Pope abandonaria a liderança da UEP. Pouco tempo depois, uma circular dirigida a todas as companhias e assinada pela então desconhecida Fernanda d'Orey apresentava agora a nova realidade, em que «...existindo já há bastante tempo uma organização escotista feminina cujas finalidades explica a circular inclusa, e pretendendo as suas iniciadoras em Portugal reorganizar a associação para lhe dar maior desenvolvimento e carácter nacional, fui por estas convidada a aceitar o cargo de Comissária Nacional».¹¹²⁵ Era o fim officioso da União das Escoteiras de Portugal.

10.4 A Associação das Guias de Portugal (1934-1937)

A chegada de Fernanda d'Orey ao universo guidista acabou por ser uma novidade (A. C. Vicente 2004b, 236), na medida que era alguém sem qualquer experiência associativa, mas com uma evidente maior proximidade do que Eileen Pope aos principais membros da elite do Estado Novo. A escolha de Fernanda d'Orey acabou por responder a um critério meramente político como garantia da catolicidade dentro do universo guidista português, e mais ainda quando instituições como a Acção Escolar Vanguarda - que já tinham posto em marcha uma milícia juvenil feminina -, cada vez mais se mimetizavam com os organismos fascistas italianos (Pimentel 2007, 14). No entanto, a política associativa de Fernanda d'Orey pautou-se pela separação das companhias inglesas e portuguesas, e por nomear mulheres influentes como Luísa Vanzeller para fazer a ponte entre protestantes e católicas dentro da futura Associação das Guias de Portugal (adiante AGP).¹¹²⁶

¹¹²³ «[...] I had Mrs. Vanzeller and three Portuguese girls here who seemed quite au fait corte the Church Party and anxious to start the Guide movement up here. I answered all the helps I could give to Mrs. Hankin.» [Arquivo da AGP, *Correspondência de Dorothea Pheysey para Eileen Pope* (Porto, 1934-Jan-30; documento não-classificado)].

¹¹²⁴ Arquivo da AGP, *Chief Commissioner Report* [Carta de Eileen Pope para Dorothea Pheysey] Lisboa, 1934-Jan-12; documento não-classificado.

¹¹²⁵ Arquivo da AGP-Funchal, *Convite aberto de Fernanda d'Orey para comparecência em reunião de apresentação da nova associação* [1934; documento não-classificado]

¹¹²⁶ A dirigente Dorothea Pheysey ao felicitar Fernanda d'Orey pela nomeação, colocou-a também numa situação delicada, ao recordar-lhe os limites jurisdicionais das companhias inglesas: «[...] *I have put the matter before Headquarters in London and they inform me that there is nothing to prevent the English Guides and Brownies forming themselves into English Companies under the jurisdiction of the Oporto British School, but subject to the rules and regulations of the Portuguese Organisation providing your permission is obtained*» (Arquivo da AGP,

O atraso na transferência de pastas ministeriais entre Gustavo de Cordeiro Ramos e Alexandre Sousa Pinto criou algum desassossego na nova associação, que levava quatro meses à espera da aprovação definitiva dos estatutos. Era tudo muito recente, e no espaço de dois meses o Ministério da Instrução Pública viu-se confrontado com a criação da secção feminina da Organização Escotista de Portugal e as próprias guias fundiram-se numa única associação.¹¹²⁷ O impasse só foi ultrapassado com a chegada do fundador Baden-Powell a Lisboa, numa ocasião em que a recente AGP aproveitou para receber a bênção institucional de Olave Baden-Powell e encerrar o assunto de uma vez.¹¹²⁸ Assim se entende que, no singular dia 28 de maio, o novo ministro Alexandre Sousa Pinto, cedesse às pressões e assinasse a Portaria nº 7.831 que oficializava a Associação das Guias de Portugal (AGP).

A presença da AGP no espaço mediático, para além de bastante limitada, era também repetitiva. As notícias sobre as suas atividades reportavam apenas atividades conjuntas com o CNS, e sempre num plano secundário. Até mesmo durante a visita de Baden-Powell a Lisboa em março de 1934 - que juntou mais de 2.000 escuteiros de todo o país nas ruas da capital, e onde também esteve Rose Kerr -, o papel de Fernanda d'Orey foi remitido a simples pontualidades.¹¹²⁹ As revistas *Modas & Bordados* e *Joaninha* seguiram a mesma orientação, e é certo que ambas deram continuidade a alguns artigos que vinham publicando desde 1930, com destaque para a vida ao livre, acampamentos e lazer em meio natural, sobretudo a primeira.¹¹³⁰ Mas o eco da presença do casal Baden-Powell em Lisboa no magazine limitou-se apenas ao título sugestivo “Escoteiras inglesas em Lisboa” e a algumas fotografias. O propósito de mostrar Olave Baden-Powell a passar revista às raparigas uniformizadas, mostrando uma outra versão do tradicional escotismo (masculino), acabava por ser apenas um polimento imagético¹¹³¹. E para suavizar a leitura, os editores incluíram o apreço súbito das *girl-guides* inglesas pelos bordados portugueses.¹¹³²

The Girl Guides – North Portugal [Correspondência de Dorothea Pheysey para Fernanda d'Orey] Porto, 1934-Jan-30; documento não-classificado).

¹¹²⁷ Decreto nº 23.760 de 11 de abril de 1934; Portaria nº 7831 de 28 de maio de 1934.

¹¹²⁸ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.594, 1934-Mar-30, p. 3; «Escotismo», *Os Sports*. Ano XV, nº 1.595, 1934-Abr-02, p. 2.

¹¹²⁹ «Alcateia 50», *A Flor de Lis*, Ano 9, n.ºs 23-24, 1934-Jan-31, p. 95; «O fundador do Escutismo em Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 10, n.ºs 5-6, 1934-Abr-30, pp. 19-21; «Lisboa», *A Flor de Lis*, Ano 10, nº 12, 1934-Jul-31, p. 52.

¹¹³⁰ «Em pleno campo», *Modas & Bordados. Vida Feminina*. XIX Ano, nº 918, 1930-Set-24, p. 4. Para mais informações sobre a utilização da *Joaninha* como órgão oficioso da AGP, veja-se: (A. C. Vicente 2004b, 236).

¹¹³¹ Collin McKinney classificou estas ruturas na indumentária como um novo jogo de poderes entre géneros (McKinney 2017, 41). A particularidade de as raparigas ostentarem uniformes como os rapazes acabou por diluir essas regras semióticas.

¹¹³² «Escoteiras inglesas em Lisboa», *Modas & Bordados. Vida Feminina*. XX Ano, Nº 1160, 1934-Mai-02, p. 6.

A aprovação dos estatutos da AGP despertou o interesse dos comuns propagandistas do método escotista. *O Século* imediatamente dissertou sobre a natureza associativa com os expectadíssimos argumentos sobre as valências morais, educacionais, intelectuais, físicas para a juventude feminina portuguesa. Curiosamente o jornalista salientou a particularidade de que a associação obrigava a uma convivência plurirreligiosa, uma questão bastante cara ao recém-criado Estado Novo, em que a laicidade pré-Concordata era um tema ainda bastante cru.¹¹³³ Nem mesmo o disfarce da adopção de um logotipo com a Cruz de Santiago incrustada num trevo trilobado serviria para aliviar o peso do ameaçante protestantismo nas jovens.¹¹³⁴ E tal como fizera antes com as várias associações escotistas, o jornal *O Século* empreendera agora também uma campanha de divulgação das atividades guidistas ao mais mínimo pormenor. Este órgão (oficioso) acaba por ser uma das poucas fontes de informação disponíveis que conseguem substituir o vazio deixado pela destruição de documentação após a suspensão de atividades associativas a partir de 1937. Basta pensar que um vulgar passeio a Sintra seria quase sempre publicitado, com a inclusão até dos participantes.¹¹³⁵ Ao *O Século* juntou-se *O Comércio do Porto* que optou por internacionalizar a questão, publicando uma foto de uma parada de 10.000 *girl-guides* na Inglaterra.¹¹³⁶ O público era bastante distinto do de Lisboa. E mais ainda quando a comunidade inglesa da cidade aceitara integrar a nova organização, mantendo a questão religiosa como um assunto secundário. Três delegadas da AGP de Lisboa dirigiram-se ao Porto para se reunirem com Mrs. Hankin e a Sr^a Barros e encetar as primeiras geminações, com o objetivo de abrir uma nova companhia na cidade ainda nesse ano, e preparavam já um acampamento de todas as unidades a nível nacional.¹¹³⁷

¹¹³³ Em março de 1936 a revista *Joaninha* especificava aos leitores que, durante um acampamento nas imediações de Lisboa, «[...] Para as católicas, missa celebrada pelo Senhor Cardeal Patriarca na igreja de S. Domingos, às 9 horas da manhã; para as "Guias" que professam outras religiões houve cerimónias religiosas nos respetivos templos.» («Guias de Portugal», *Joaninha: jornal das raparigas*, Ano I, nº 3, 1936-mar-02, p. 12).

¹¹³⁴ «Escotismo. "Guias de Portugal"», *O Século*, Ano 54, nº 18:755, 1934-Jun-01, p. 4. Também o mensário anglicano da cidade do Porto dedicou um pequeno espaço à notícia: «[...] Portuguese, were present and took a keen interest in the proceedings. The Guides made many friends among themselves and hope to meet again shortly. The uniform of the Guias de Portugal is identical with ours on every detail, with the exception of the badge, a smooth brass trefoil with the Cruz de Santiago in red enamel in the centre. F. H.» («Guias de Portugal», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. IV; Nº 41, 1935-April; pp. 71/73).

¹¹³⁵ Um passeio a Sintra em junho de 1934 foi descrito ao pormenor, o que potencia alguns estudos prosopográficos. A visita a várias coletividades por sugestão de Sá Oliveira denuncia a presença de Maria de Vasconcelos (secretária-geral da AGP) e Nally Stilwell (chefe da 3^a Companhia), e Conceição Castro (ajudante) («Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18773, 1934-Jun-19, p. 2).

¹¹³⁶ «O movimento feminista na Inglaterra. Uma parada de 10.000 escoteiras», *O Comercio do Porto*, Ano LXXX, nº 161, 1934-Jul-10, p. 2.

¹¹³⁷ «Guide notes for June», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. III; Nº 31, 1934-June; pp. 91-92; «Escotismo. Guias de Portugal», *Os Sports*, Ano XVI, nº 1.649, 1934-Out-08, p. 4; «Escotismo. Retalhos», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.671, 1934-Dez-24, p. 4.

O impacto da liderança de Fernanda d'Orey foi dúbio e não convenceu em pleno a AEP, uma associação que contava com vários grupos mistos na cidade do Porto e que nunca manifestou um grande interesse em fomentar a abertura de unidades exclusivamente femininas.¹¹³⁸ É certo que a oficialização da AGP passara o crivo institucional e vários membros da elite económica apoiavam voluntariamente as suas atividades. E para acréscimo, os jornais do costume mediatizavam o quotidiano, com a localização dos novos grupos por todo o império¹¹³⁹. Como referido antes, cada vez que iam acampar, em São Pedro de Sintra por exemplo, o jornal *O Século* fazia questão de sublinhar a participação das chefes Rawes, Stilwell, Summers e Ulrich.¹¹⁴⁰ De resto, o planeamento do acampamento pouco diferia das associações masculinas, com a disciplina normativa desde o início ao fim do dia, refeições previamente delineadas com os devidos preceitos higiénicos, e tudo controlado até à hora do silêncio noturno. Estava em causa a formação do carácter das futuras donas de casa. Durante dez dias, a secção feminina da Organização Escotista de Portugal pode realizar toda uma série de exercícios próprios indisponíveis na maioria das coletividades da época.¹¹⁴¹ Só o facto de poder acampar e sair de casa já rompia com algumas mentalidades mais conservadoras.

O momento de maior submissão ao Estado Novo no mandato de Fernanda d'Orey ocorreu ao longo de 1935 quando o próprio CNS e as esposas de alguns membros governamentais decidiram involucrar-se internamente na AGP e “re-catolizá-la”.¹¹⁴² A escolha da sede do Automóvel Club de Portugal como local para o segundo conselho nacional da AGP, exatamente o mesmo onde decorrera a célebre apresentação de Rose Kerr, simbolizava uma correção histórica. A sessão fora presidida por Lúcia Infante de la Cerda Monteiro, nada menos que a esposa do ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro (P. A. Oliveira 2000, 54), ladeada por Fernanda de Almeida d'Orey (como Comissária Nacional da AGP), e Eileen Pope, que entregou uns retratos autografados do casal Baden-Powell para a futura exposição na sede central. Os relatórios de desenvolvimento sobre o estado das unidades da Madeira, Lourenço Marques, Beira e Luanda foram apresentados por Maria de Menezes Vasconcelos,

¹¹³⁸ «Movimento escotista», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 57, 1934-Mar-09, p. 4.

¹¹³⁹ «Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho», *Modas & Bordados. Vida Feminina*. XXIII Ano, Nº 1243, 1935-Dez-04, pp. 17/21.

¹¹⁴⁰ O sobrinho de Baden-Powell, coronel William Pope, residia com a esposa Eileen em São Pedro de Sintra, tendo recebido o fundador aquando da visita oficial a Portugal em 1929 (Rankin 1998, 52). É bastante provável que este espaço servisse como local para acampamentos.

¹¹⁴¹ «Numa quinta de Sintra», *O Século*, Ano 55, nº 19.175, 1935-Ago-02, p. 4; «Guias de Portugal», *O Século*, Ano 55, nº 19.184, 1935-Ago-11, p. 3.

¹¹⁴² «Guias de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 5, 1935-Abr-15, p. 22. A revista *A Flor de Lis* a partir de junho de 1936 dedicou uma coluna exclusiva à AGP («Guias de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 9, 1936-Jun-15, p. 91; «Guias de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 14, 1936-Ago-31, p. 131).

Eugénia de Almeida (marquesa de Lavradio) e Eugénia Brandão de Mello.¹¹⁴³ Um pouco de atenção a esta composição diretiva facilmente mostra o papel secundário atribuído às principais líderes inglesas. A estratégia de colocar portuguesas à frente da AGP foi algo subtil e sem grandes mediatizações.¹¹⁴⁴ Tudo bastante discrepante com a projeção mediática da associação na revista *Modas & Bordados*, onde esporadicamente se publicavam artigos sobre determinadas adolescentes e jovens guias no conforto do seu lar, a pôr em prática o método de Baden-Powell aprendido nas respetivas companhias.¹¹⁴⁵

A questão da exclusividade católica dentro das Guias de Portugal agravou-se quando o próprio cardeal Cerejeira apoiou o seu desenvolvimento em 1936 «sem desfalecimentos, na obra humanitária a que se dedicaram», o que era um autêntico travão a qualquer emancipação protestante disfarçada por uma simples sugestão episcopal.¹¹⁴⁶ O receio de entregar a AGP a inglesas não-católicas era algo a ser evitado a todo o custo, sobretudo se a companhia inglesa da Igreja Anglicana de Santiago no Porto conseguisse algum lugar diretivo. O protestantismo dentro da AGP estava a crescer e em agosto desse ano sete guias seniores embarcaram diretamente de Lisboa com rumo a Inglaterra para um acampamento internacional de onze dias.¹¹⁴⁷ A unidade do Porto mantinha um posicionamento religioso inflexível quanto ao seu legado dentro do *guiding* português. E evidenciava-o a partir do seu órgão de comunicação que, apesar de ser emitido na língua inglesa, facilmente circulava por vários meios urbanos a nível nacional. A celebração de festividades associativas como o Dia do Pensamento Escotista, que correspondia ao dia de aniversário de Baden-Powell a 22 de fevereiro, era um momento oportuno para evidenciar publicamente a sua estrutura internacional, com uma parada nas imediações do templo, em que as *girl-guides* ostentavam na dianteira as bandeiras inglesas e associativas, com término comum na Praça Carlos Alberto, onde colocavam uma coroa de

¹¹⁴³ «Guias de Portugal», *O Século*, Ano 55, nº 19.307, 1935-Dez-14, p. 8; «Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano I, nº 9, 1935-Dez-21, p. 6; «De Portugal. Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano I, nº 11, 1936-Jan-04, p. 3.

¹¹⁴⁴ No Porto, a minoria católica conseguiu que Ilda Correia de Barros, comissária da Companhia do Colégio Brotero, fosse eleita como Comissária Regional («Interessante festa escolar», *O Comercio do Porto*, Ano LXXXI, nº 136, 1935-Jun-11, p. 3; «Escutismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 920, 1935-Jul-13, p. 3; «Uma festa escutista das “Guias de Portugal”», *O Comercio do Porto*, Ano LXXXII, nº 168, 1936-Jul-04, p. 3; «Foz do Douro», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 13, 1936-Ago-15, p. 125). Várias unidades estavam cientes desta realidade e decidiram cooperar com outras organizações escotistas e não-escotistas (como os Cruzados de Fátima) nas celebrações marianas de maio, de modo a amenizar o conflito («A peregrinação a Fátima teve extraordinária concorrência», *Notícias. Diário da Manhã*. Ano X, nº 2:761, 1935-Jun-03, p. 11).

¹¹⁴⁵ Um texto de Judith Maggioly sobre a filha de Ana Rey Colaço ficciona essas tensões internas («As grandes artistas na intimidade do seu lar», *Modas & Bordados. Vida Feminina*. XXIII Ano, Nº 1252, 1936-Jan-05, pp. 12/13/20).

¹¹⁴⁶ «Vida católica», *O Século*, Ano 55, nº 19:369, 1936-Fev-17, p. 10.

¹¹⁴⁷ «Guias de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 14, 1936-Ago-31, p. 130.

flores junto ao monumento aos mortos da Grande Guerra e cantavam o *God save the King*.¹¹⁴⁸ A entoação pública do hino inglês, para além dos preceitos legais e patrióticos, tinha também um poder simbólico bastante forte, já que as princesas inglesas eram ambas *girl-guides* no respetivo império.¹¹⁴⁹ Mas não havia muito mais a fazer.

A implementação da Mocidade Portuguesa (masculina) em abril de 1936 fora a primeira ameaça à sobrevivência da própria AGP, e mais ainda quando a questão religiosa era um tema insanável.¹¹⁵⁰ Numa estratégia de sobrevivência, o Comissariado do Núcleo de Lisboa optou por mediatizar o seu potencial e captar a atenção da elite empresarial da capital. E nada menos do que propor uma megafesta no Teatro Nacional com as próprias jovens, e convidar vários notáveis das artes para a encenação de cada uma das peças: Amélia Rey Colaço, Maria Paula de Azevedo, Ruy Coelho, Cármen de Brito (Madame Britton), Marina Dewander Gabriel e Branca de Gonta Colaço. Todos juntaram-se para que as Guias de Portugal pudessem mostrar *urbi et orbi* a sua funcionalidade.¹¹⁵¹ Seria o canto do cisne. A revogação da OEP com a portaria nº 8488 de 13 de julho ditaria o segundo passo para o seu fim. O terceiro seria com a institucionalização da OMEN-Obra das Mães pela Educação Nacional (Pimentel 2007, 14), uma nomenclatura suficientemente esclarecedora dos objetivos a cumprir.¹¹⁵²

Em abril de 1937 a AGP realizou o seu último Conselho Nacional e elegeu a provisória Comissão Executiva até receber novas ordens do Estado Novo. Fernanda d'Orey continuaria como Comissária Nacional, Gina Bau assumiria as questões internacionais, enquanto Maria José de Ayala Monteiro e a Marquesa do Lavradio encarregar-se-iam respetivamente da secretaria e tesouraria.¹¹⁵³ Uma rutura evidente com o passado e sem qualquer margem para elementos protestantes como Eileen Pope que idealizavam uma estrutura guidista nos cânones recomendados pelo *Imperial Headquarters*. Um olhar atento a esta direção mostra ainda a

¹¹⁴⁸ «Church parade. Thinking day», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. IV; Nº 52, 1936-March; p. 57.

¹¹⁴⁹ «Notícias», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 7, 1939-Abr-01, p. 56.

¹¹⁵⁰ A Comissária Distrital de Lisboa da AGP, Dorys Rawes, encetou uma estratégia de aproximação ao CNE e AEP, sem grande concordância por parte da Comissária Nacional Fernanda d'Orey. («Escotismo», *O Século*, 1936-Mar-06, p. 5).

¹¹⁵¹ «Guias de Portugal», *O Século*, Ano 55, nº 19:481, 1936-Jun-10, p. 5; «Guias de Portugal», *O Século*, Ano 55, nº 19:482, 1936-Jun-11, p. 3; «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.825, 1936-Jun-15, p. 4; «Guias de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 9, 1936-Jun-15, p. 91.

¹¹⁵² O artigo 10º do Decreto nº 26.893, de 15 de Agosto de 1936, que instituiu a *Obra das Mães para a Educação Nacional* era bastante evidente: «10º Organizar a secção feminina da Mocidade Portuguesa». Na Primeira Semana Portuguesa 'Z' organizada pelo AEP Gr. 16-Carcavelos é possível observar a participação da Comissária May Norton, da 1ª Companhia local, nos exercícios antiaéreos («Comemorações do Jubileu. A primeira semana portuguesa "Z"», *Escotismo. Órgão oficial dos "Escoteiros e Portugal"*, Ano IV, n.ºs 3-4, 1937-Jun, p. 8). Assim como a Ala feminina da Legião Portuguesa, assunto menos abordado na historiografia (L. N. Rodrigues 1996), mas com peso suficiente para metamorfosear os planos anuais das Guias de Portugal.

¹¹⁵³ «Guias de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 7, 1937-Mai-15, p. 56.

origem das primeiras dirigentes do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina. Todas acompanhariam a católica líder Maria Guardiola nas estratégias de enquadramento político-juvenil das jovens portuguesas num «Portugal [que] foi sempre cristão» (Pimentel 2007, 16).

10.5 O Guidismo no Império

A implementação do movimento guidista no império português obedeceu a lógicas bem distintas do congénere masculino, começando muito mais tarde, e enfrentando resistências maiores por alguns sectores conservadores no que respeita à questão de género. Na Ásia e África também assumiu diferenças internas a partir das diversas geografias coloniais, e seria bastante erróneo afirmar que seguiu um padrão monolítico, quando as primeiras fotografias das *girl-guides* em Macau na *Ilustração Portuguesa* de 1912 em nada se assemelhavam às caracterizações das guias de Goa, Moçambique ou Angola. Mais ainda quando em 1916, uma notícia do *Girl-Guides Gazette* reportava que Miss Smolett-Campbell, filha de Miss D'Arcy Graham de Xangai, fundara uma companhia anglo-portuguesa em Macau, e que a Grande Guerra obrigara a deslocação das principais líderes para a Grã-Bretanha.¹¹⁵⁴

A adoção do *girl-guiding* no império ecoou brandamente em vários periódicos metropolitanos e quase sempre num quadro de respostas básicas para a criação de uma raça perfeita de futuras cidadãs, numa clara vertente polivalente de boa filha/esposa/mãe/sogra. Escritores como Agostinho de Campos não se coibiram de escrever para *O Comércio do Porto* com o argumento oneroso da atribuição de uma responsabilidade eugénica na população juvenil feminina portuguesa e salientar a importância do escotismo como um dos instrumentos por excelência para as colónias, que o país recebera quase como herança divina¹¹⁵⁵. E para complementar este tipo de argumentação os jornais generalistas comumente adornavam os textos com fotografias de *girl-guides* de outros impérios como símbolos máximos de colonização produtiva.¹¹⁵⁶

¹¹⁵⁴ «Shangai», *Girl Guide's Gazette*, Vol. III, no. 31, 1916-July, p. 108.

¹¹⁵⁵ «[...] Precisamos não só de homens, mas também de mulheres preparadas para a vida colonial, mulheres que acompanhem os maridos e lhes sirvam de auxílio e não de tropeço, por forma que a nação se prolongue lá longe, sem cruzamentos que estão nos nossos maus hábitos e não nos servem a causa colectiva. [...] —Muitas dessas mães poderão, talvez, ter perguntado algum dia a si próprias se, feito o inventário de tantos cuidados com o corpo, a pobre alma não ficará roubada nas partilhas. Parece-nos que o escotismo feminino vem muito a propósito para restabelecer o equilíbrio perdido ou ameaçado» («Escotismo feminino», *O Comércio do Porto*, Ano LXXVIII, nº 93, 1933-Abr-20, p. 1).

¹¹⁵⁶ Os exemplos são vários, e reportamos apenas um. Em 1937 o funchalense *Jornal. Diário da Manhã* publicou uma fotografia com duas guias, uma chinesa e outra japonesa, que, à revelia do conflito bélico, participaram num encontro nos EUA (*Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1553, 1937-Ago-28, p. 3).

De forma sintética o movimento guidista no império português só se concretizou em Macau, Angola, Moçambique e Goa, e cada um destes territórios caracteriza-se por diferentes etapas de desenvolvimento institucional. Se o caso macaense é o mais conhecido quanto à sua projeção mediática (A. C. Vicente 2004b, 234–35), menos o é quanto à sua manutenção. Como se referiu antes no capítulo 2, a saída do comandante Álvaro de Melo Machado para a metrópole originou algumas ruturas organizacionais na foz do rio das Pérolas, o que certamente foi a causa da extinção do grupo. As restantes três colónias, muito menos referidas nas memórias associativas (E. Ribeiro 1982, 151–62), merecem alguma atenção tendo em conta a problemática gestão racial. Começemos por Goa. As referências ao universo feminino no Estado da Índia na metrópole são bastante escassas, mas revelam algumas características miméticas com o resto do mundo.

A primeira menção às *girl-guides* nesta província do subcontinente asiático surgiu em julho de 1924 no jornal *A Província*. Basicamente uma fotografia de cinco raparigas dentro de uma tenda de campismo e integrantes do AEP Gr. 56-Saligão, uma vila a norte da foz do rio Mandovi e a pequena frase «um acampamento de meninas escoteiras, na hora de descanso»¹¹⁵⁷. Contudo, há pormenores que se poderão analisar a partir deste pequeno exemplo. Primeiro, a singularidade da propriedade do periódico estar a cargo do núcleo local de Partido Republicano Português e que mantinha as mesmas lógicas metropolitanas empreendidas pelo Partido Democrático com alguns grupos da AEP em Lisboa, Figueira da Foz, entre outros. Depois, o mesmo critério de enviar informações do quotidiano para a capital metropolitana, com o realce das redes sociopolíticas do grupo. A oferta de uma taça ao AEP Gr. 56 por parte de Júlia Craveiro Lopes, esposa do então governador da Índia Portuguesa, fora algo noticiável ao ponto de um jornal como *O Século* dedicar algumas linhas para a alusão a algo comum.¹¹⁵⁸ A imprensa associativa também se colocou numa posição bastante parecida com a generalista, em que a publicitação da realidade indiana era bastante limitada. Uma única fotografia publicada em *O Escoteiro* em novembro de 1930 mostra o AEP Gr. 56-Saligão num exercício público conjunto de escoteiros e *girl-guides* sob observação atenta de três membros da elite colonial. A imagem acaba por transparecer mais informação do que inicialmente o fotógrafo queria mostrar. Apesar do grande número de rapazes uniformizados havia também quase a mesma quantidade de raparigas - cerca de sessenta escoteiras e respetivas dirigentes -, numa evidente demonstração de força coletiva feminina.¹¹⁵⁹

¹¹⁵⁷ «Saligão», *A Província. Jornal do Partido Republicano Portugalês*, Ano X, nº 330, 1924-Jul-14, p. 3.

¹¹⁵⁸ «Escotismo», *O Século*, Ano 50, nº 17:185, 1930-Jan-12, p. 7.

¹¹⁵⁹ «[Fotografia] Escoteiros e “girl-guides” do Grupo nº 56, de Saligão (Índia Portuguesa), *O Escoteiro. Órgão Oficial da AEP*, Serie IV, nº 36, 1930-Nov, p. 4.

A emergência de outras secções femininas na estrutura local da AEP na Índia Portuguesa desenvolveu-se também no AEP Gr. 123-*High School of the Sacred Heart of Jesus* de Mapuçá, na parte norte da província de Goa. A partir de 1935 a direção do grupo avançou com a constituição de duas secções etárias distintas sob a liderança conjunta de Sophie Cordeiro e Martha de Souza. A secção infantil (*Bluebirds*) conseguiu captar pelo menos dezoito meninas, enquanto as *Girl-Guides* eram dezoito ao todo, e divididas por três patrulhas.¹¹⁶⁰ Os dados extraídos são parcos e merecem uma maior reflexão, no propósito de que, muito provavelmente, tenha havido mais secções femininas noutros grupos da AEP neste território. Ao contrário das colónias africanas - onde a Associação das Guias de Portugal se implementou em diversas cidades -, na Índia não se regista qualquer interesse por parte das comunidades locais em pertencer à AGP, e nem exatamente o oposto.

O caso atlântico diverge muito da realidade indiana, o que mostra a organização caleidoscópica dos movimentos escotista e guidista por todo o império. As elites europeias de Angola adotaram o *girl-guiding* logo após a institucionalização nacional da AGP e, no biénio 1934-1935, aproveitaram uma sala no edifício da Misericórdia de Luanda para albergar aí duas subunidades etárias distintas: um bando de avezinhas (infantil) e uma companhia (juvenil).¹¹⁶¹ A chegada de Eugénia Sousa Brandão de Melo a Angola em dezembro de 1935 daria um novo impulso associativo, que logo fora nomeada como Comissária Regional de Angola, sendo coadjuvada por Maria de Lourdes Gomes da Silva, o que permitiu um rápido crescimento e uma maior articulação com a generalidade da rede paroquial. Eugénia Melo aplicaria a mesma lógica de implantação já posta em prática na metrópole, com sessões introdutórias a possíveis interessadas após os rituais católicos e algumas demonstrações práticas de exercícios.¹¹⁶² As atividades no contexto angolano pouco diferiam das promovidas no universo masculino, em que as pautas litúrgicas, na generalidade dos casos, marcavam a agenda.¹¹⁶³ Certamente teve alguns êxitos, já que, dois anos depois, juntar-se-ia também Ema Noronha, uma das primeiras guias formadas na companhia de Luanda. As três convenceram o pároco de N^a S^a da Conceição a formar uma nova unidade, sendo esta última nomeada como a primeira dirigente da 2^a

¹¹⁶⁰ «Guides and Bluebirds», *Magazine of the High School of the Sacred Heart of Jesus*. Bastora: Tipografia Rangel, 1934, pp. 22-23.

¹¹⁶¹ A divisão etária das guias nesta época assemelhava-se à do congénere masculino, repartida por três níveis: “Avezinhas” a integrar raparigas entre os 6-10 anos; as “Guias” (10-16 anos) e as “Guias Seniores” (16-22 anos).

¹¹⁶² Maria de Lourdes Gomes da Silva abandonou Luanda em 1938 para se fixar em Malanje («As Guias de Portugal homenagearam a Chefe D. Maria de Lourdes Gomes da Silva», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano III, nº 160, 1938-Nov-12, p. 2).

¹¹⁶³ «Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano III, nº 154, 1938-Out-01, p. 2.

Companhia da AGP na cidade, coadjuvada espiritualmente pelo padre Abílio Reis Lima.¹¹⁶⁴ Fora de Luanda a exceção encontrar-se-ia apenas na infrutífera tentativa de criação de uma companhia a sul em Moçâmedes em 1935, por iniciativa de Maria Lopes Torres e Maria do Céu Corte Real, com apoio do CNS Gr. 11 também da mesma localidade.¹¹⁶⁵

A questão racial e consequentemente social era realmente um obstáculo na captação e convivência juvenil. No estudo sobre a relação entre a Igreja Católica e o Estado Novo em Angola, Maria Conceição Neto realçou o facto de que as missões religiosas acabaram por auxiliar o sistema colonial na inculcação de valores como a autoridade, língua e submissão social, apesar de todas os dilemas éticos quando à sua execução (M. C. Neto 2019, 309). A problemática torna-se ainda mais complexa, na medida que se poderá estender a mesma instrumentalização sociopolítica à AGP, e que resultou em vários episódios de tensões internas. Num relatório elaborado por Eugénia Brandão de Melo e enviado para a Comissão Nacional em Lisboa, especificava-se que

«[...] enquanto a dificuldade que ao princípio tanto receava, da mistura de cores, devo dizer que tudo se tem passado muito melhor do que eu julguei, quasi sem atritos, e até ultimamente, têm sido sobre tudo meninas brancas que têm pedido admissão sem fazerem reparo de ter por companheiras, outras mais escurinhas.»¹¹⁶⁶

O programa pedagógico, para além da vida em campo, ainda incluía aulas de canto, a colaboração com a Cruz Vermelha ou simples demonstrações públicas a favor da *intelligentsia* local, e tudo com jovens negras e brancas. O simples convite ao professor Ávila de Azevedo do Liceu Salvador Correia para palestrar sobre “Os Ideais Contemporâneos na educação da juventude” em novembro de 1937 acabou por uma estratégia que visava o reforço associativo contra a proposta governamental metropolitana de absorção da AGP.¹¹⁶⁷ Eugénia Brandão de

¹¹⁶⁴ A segunda companhia de Luanda tinha como filiadas: Maria Emília Teixeira Pinto, Maria Carolina Teixeira Pinto, Claudina Teixeira Pinto e Maria da Conceição Godinho («Pela cidade. Vida escutista», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano I, nº 16, 1936-Fev-08, p. 3); «Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano II, nº 89, 1937-Jul-03, p. 3;

¹¹⁶⁵ «Guias de Portugal», *Mossamedes. Semanário defensor dos interesses do distrito*, Ano IV, 2ª Série, nº 18, 1935-Ago-22, p. 5.

¹¹⁶⁶ Associação das Guias de Portugal: *Relatório da Comissão Regional em Angola das Guias de Portugal*, Luanda, c.1935 (documento não-classificado).

¹¹⁶⁷ «Pela cidade. Às guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano I, nº 58, 1936-Nov-28, p. 3; «Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano II, nº 101, 1937-Set-25, p. 4. A palestra do professor Ávila de Azevedo (Liceu Salvador Correia) foi precedida de várias atividades: Hastear da Bandeira e Hino Nacional; Canto coral “Zé Maria”; declamação poética relativa à “Festa da Criança”; coro “O Cravo e a Rosa”; demonstração pública de um acampamento de Guias; discurso da avezinha Clara Helena Dias; canto do hino “Fim do Dia”; palestra pelo Sr. Dr. Rafael Ávila de Azevedo, sobre “Os Ideais Contemporâneos na educação

Melo ao estar consciente da que a extinção associativa em Angola se aproximava, optou por uma mediatização das atividades através de saraus musicais que coincidiam com as festividades religiosas. Dois factores permitiam esse “à vontade”. Um, era o casamento de Eugénia Brandão de Melo com o coronel homónimo, militar de alta patente e com algum poder na estrutura política colonial. Depois, a escolha propositada de colocar as adolescentes em evidência acabaria por servir como prova válida ao público assistente, «na sua maioria, pertencentes ao escol da sociedade de Luanda».¹¹⁶⁸ A estratégia não era uma novidade e fora antes aplicada noutras geografias. Três anos antes, na Madeira, a Comissária Regional Carolina da Rocha da Machado organizara um evento bastante semelhante no Teatro Arriaga (hoje Teatro Municipal Baltazar Dias), mas com dimensões distintas e aplicadas ao contexto insular, já que no Funchal várias individualidades do mundo artístico internacional contribuíram voluntariamente com alguns números no espetáculo.¹¹⁶⁹

Apesar das prerrogativas estatais da implementação da Obra das Mães pela Educação (OMEN) na metrópole em agosto de 1936 (Pimentel 2001), e do anúncio de se estender às colónias, Eugénia de Brandão de Mello arriscou a abertura de mais uma unidade no Liceu Salvador Correia em julho de 1938.¹¹⁷⁰ Entende-se a ousadia se comparada com o ritmo de crescimento da AEP e CNE na colónia, que também abriram alguns grupos a sul. E mais ainda quando a própria Comissária Regional procurava acordos de geminação com outras entidades

da juventude” («Guias de Portugal», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do “Boletim da Diocese de Angola e Congo”*, Ano III, nº 109, 1937-Nov-20, p. 4).

¹¹⁶⁸ «[...] Às 8 horas foi rezada na Igreja de N^a S^a da Conceição uma missa em acção de graças, sendo celebrante o assistente eclesiástico das “Guias” Rev. Padre Abílio Reis Lima. Durante a Missa, que teve uma distinta assistência, entoaram trechos de música sacra as senhorinhas: Maria Carlota Borges de Sousa, Maria de Lourdes Gomes da Silva, Maria Eugénia Gil, Graciete Barros, Maria Fernanda Mena, Maria Adelaide Gil e Maria Helena Gil. Tocaram algumas músicas religiosas o organista sr. Marques da Silva e os violonistas sr. Vaz Osório e sr. José de Oliveira.» («D. Eugénia de Brandão de Mello», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do “Boletim da Diocese de Angola e Congo”*, Ano III, nº 139, 1938-Jun-18, p. 2). Na gestão logística Eugénia Brandão de Melo contava ainda com o apoio mecenático da gigante Companhia de Diamantes de Angola, a *Diamang*, disponível para a provisão de transportes e todo o material necessário para campismo [Associação das Guias de Portugal: *Relatório da Comissária Regional em Angola das Guias de Portugal*, Luanda, c.1935 (documento não-classificado)]. Esta estratégia de aproximação às elites locais não era nova e fora utilizada pela totalidade das associações à mínima pressão governamental («Lisboa», *A Flor de Lis*, Ano, nº, 1930-Fev-15, p. 4).

¹¹⁶⁹ «[...] O mesmo se pode dizer de “Trindades”. Outro quadro não menos expressivo, na sua tocante simplicidade, foi a “Berceuse” (Dors mon gars) na segunda parte do programa. Um verdadeiro poema de doçura que não se descreve: vê-se e compreende-se. Infelizmente, falece-nos o tempo para uma apreciação mais detalhada – porque o programa é vasto – mas não encerramos estas notas sem uma referência especial, por ser justa, a M.lle Zulaika Adida, sem desdouro para com as suas companheiras. M.lle Zulaika esteve a caracter em todos os números de maior transcendência que interpretou: “Fado”, “Slow Fox” e “Berceuse”. A sua natural graciosidade e suave expressão emprestaram às cenas a atmosfera de delicadeza e ingenuidade de que foram revestidas, dando-lhe o enleio de maravilha que tanto sensibilizou a assistência e enriqueceu a festa. Antes do espectáculo, o ilustre director do “Diário de Notícias”, sr. dr. Alberto de Araújo, com a sua palavra fluente e brilhante, fez a apresentação e o elogio das *girls* sendo muito e justamente aplaudido. * A parte musical esteve a cargo do grupo “Almeida Cruz”.» («A festa das “guides” no Teatro Arriaga», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano III, nº 861, 1935-Abr-26, pp. 1-2).

¹¹⁷⁰ «Guias de Portugal. Mais uma companhia em Luanda», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do “Boletim da Diocese de Angola e Congo”*, Ano III, nº 144, 1938-Jul-23, p. 3.

politicamente bastante neutrais como a Cruz Vermelha.¹¹⁷¹ Mas em vão. A aplicação legislativa das Mocidades Portuguesas ao contexto colonial estava em marcha e efetivamente se materializou com a publicação do decreto nº 29.453 de 17 de fevereiro de 1939, extinguindo todas as unidades a partir do verão desse ano. O próprio jornal *O Apostolado* da diocese de Angola e Congo acabaria por ceder à pressão da censura e a publicação do artigo “Mocidade Portuguesa” a 22 de julho marcaria o primeiro passo para um silêncio associativo obrigatório na imprensa local.¹¹⁷²

O caso moçambicano acaba por se destacar dos anteriores de Goa e Angola em muitos aspetos. E como foi referido no capítulo 6, os dados reunidos até ao momento são qualitativamente parcimoniosos para uma análise detalhada sobre a radicalização do movimento feminino em Moçambique. Ao não existir qualquer fotografia ou um simples documento produzido pelas próprias, torna-se difícil conhecer as sociabilidades juvenis. Ao contrário de Angola - em que o *guiding* concentra-se unicamente na AGP - , em Moçambique registam-se várias incursões e de distintas proveniências, e com cronologias diferentes. No rescaldo da Ditadura Militar os editores do *Notícias. Diário da Manhã* tomaram a iniciativa de incentivar a implementação das *girl-guides* evocando a passagem da sul-africana Mrs. McNeille, promotora do escotismo no território vizinho, como um exemplo válido para a colónia portuguesa. Dizia um dos jornalistas que só com o escotismo, «essa calma de espírito se pode obter a paz mundial, que tantos cabelos brancos vem criando à gente da Sociedade das Nações».¹¹⁷³ Quatro anos depois, em 1932, seria o próprio cônsul português em Joanesburgo a escrever a Ismael Mário Jorge para que criasse em Moçambique algo parecido às *girl-guides* de Brakpan, um modelo por excelência de enquadramento social das jovens dos subúrbios.¹¹⁷⁴ Apesar das reticências do escoteiro-chefe, o avisou surtiu efeito na colónia portuguesa. Não propriamente dentro da AEP, mas antes junto do padre franciscano António Alves Martins que, poucos meses depois, observou o movimento como mais um instrumento civilizacional e criaria uma companhia de *girl-guides* negras dentro da Missão da Munhuana, na periferia de Lourenço Marques.¹¹⁷⁵ Condicionado pelo que se passava ao redor, e mais ainda com a pressão dos jovens escoteiros participantes nos acampamentos internacionais da África do Sul, Ismael Mário Jorge

¹¹⁷¹ «As Guias de Portugal vão montar um posto da Cruz Vermelha», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano III, nº 132, 1938-Abr-30, p. 2.

¹¹⁷² Apesar da proibição de atividades escotistas/guidistas nas colónias, a revista do CNE “A Flor de Lis” arriscou a publicação de uma fotografia das chefes Antonieta e irmã, residentes em Luanda em junho de 1939 («Uma ideia» [fotografia], *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Escutas*, Ano XV, nº 11, 1939-Jun-01, p. 1).

¹¹⁷³ «A acção dos escoteiros e “girl-guides”», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano II, nº 613, 1928-Abr-11, p. 1.

¹¹⁷⁴ «Os nossos escoteiros em Brakpan», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1741, 1932-Jan-12, p. 1.

¹¹⁷⁵ «Corpo Nacional de “Scouts”», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1886, 1932-Jul-01, p. 1.

deu o aval para uma secção de *Escoteiras* (brancas) em Lourenço Marques em março de 1935.¹¹⁷⁶ E para isso contou com o apoio presencial do capitão W.E. Barber, comissário dos escoteiros do Transval, um dos principais patrocinadores do método de Baden-Powell na baía de *Delagoa*, com algumas sessões de um esclarecimento a «todas as senhoras interessadas no movimento de escoteiras».¹¹⁷⁷

Ismael Mário Jorge tinha razões para estar reticente. A publicação da portaria nº 7831, de 28 de maio de 1934 determinava a constituição oficial da Associação das Guias de Portugal na metrópole, o que era apenas uma questão de tempo para se estender ao contexto colonial (o que viria a concretizar-se no ano seguinte com a portaria nº 8087 de 26 de abril). A emergência da AGP deixava as secções femininas da AEP numa situação incómoda e Ismael Mário Jorge procurou que a imprensa local apresentasse aos leitores a nova associação como apenas mais uma extensão de género.¹¹⁷⁸ A portaria nº 8087 originou um problema ideológico à AEP na colónia que mantinha uma parceria bastante próxima com os *Scouts of South Africa*. A gestão da laicidade associativa sempre foi um aspeto gerido com minuciosidade pela Região de Moçambique da AEP, sendo bastante apoiado pela congénere vizinha onde a maioria dos filiados eram crentes protestantes.

A partir de momento em que esta medida legislativa foi publicada, a AEP-Moçambique inevitavelmente ficaria refém da sua aplicação. Os primeiros contactos entre AEP e a AGP objetivaram a formação mínima para a organização da primeira companhia na capital moçambicana com vinte e uma inscrições.¹¹⁷⁹ Nenhum dos representantes das duas associações mostrou grande interesse nesta articulação, mais ainda quando a questão da Missão da Munhuana era um não-assunto, já que as destinatárias eram as jovens africanas a assimilar, e não as europeias. E tendo em conta os conflitos religiosos na metrópole, facilmente se entende que a parceria não colheria muitos apoios dentro da AEP. O movimento guidista em Moçambique dividiu-se logo na génese e cada associação seguiu o seu caminho. A AGP

¹¹⁷⁶ «[...] Visitámos ainda um internato para raparigas, onde simultaneamente com a educação profissional, é ministrada a educação escotista, sendo interessante ver se essa escola cheia de raparigas saudáveis, enérgicas, trajadas com o uniforme escotista e enchendo de alegria a atmosfera interna das salas de aulas e outras dependências. » («Escotismo. Vai organizar-se um grupo de escoteiras?», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano IX, nº 2:690, 1935-Mar-11, p. 5; «Escotismo. Organização de um grupo de “Guias de Portugal”», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXI, 1935-Mai-14, p. 2; «Escotismo. Escoteiras», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, nº 2:742, 1935-Mai-11, p. 7; «Escotismo. Grupo 26-Feminino», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, nº 3:231, 1936-Dez-14, p. 2)

¹¹⁷⁷ «Escotismo. O próximo acampamento dos sul-africanos», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXI, 1935-Jun-01, p. 2.

¹¹⁷⁸ «Escotismo. O movimento feminino. A sua expansão na colónia», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXI, 1935-Jun-06, p. 2.

¹¹⁷⁹ «Escotismo. O movimento escotista feminino», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXI, 1935-Mai-30, p. 2.

conseguiu replicar a experiência de Munhuana na cidade da Beira, mais concretamente no Instituto Pio X, nos finais de 1935. A validez de ser um instrumento “civilizacional” que permitia as jovens alcançar a categoria de assimiladas potenciou a abertura de mais duas companhias na Munhuana no ano seguinte.

A inexistência de documentação produzida pelas próprias intervenientes neste processo impede uma sólida observação da violência racial. O pouco conhecido acaba por ser remetido sempre para o campo da alteridade a partir dos registos da minoria europeia. O episódio da visita de Baden-Powell e respetiva família a Lourenço Marques em dezembro de 1935 é um bom exemplo, e que permite saber um pouco mais sobre as setenta guias de Portugal negras formadas na Missão de Munhuana.¹¹⁸⁰ Ao reportar a visita do Chefe Mundial a *Delagoa Bay* o periódico *Notícias. Diário da Manhã* publicou a tradução de uma missiva destinada aos grupos laurentinos com as devidas desculpas por uma doença súbita. Essa mesma carta denuncia duas particularidades. Por um lado, o número elevado de jovens guias na missão franciscana, pormenor bastante omissa na generalidade da imprensa colonial. Por outro, uma queixa do general Baden-Powell em relação às guias moçambicanas sobre o desprezo votado à esposa, e mais ainda quando esta assumia o máximo cargo dentro da estrutura mundial. Este detalhe denota o desconhecimento da disciplina hierárquica associativa, com as jovens a viverem no dilema das obediências, se ao padre António Alves Martins, se a Olave Baden-Powell. Mais ainda, quando Baden-Powell teve de reforçar o desejo pessoal da sua esposa, em que esta gostaria que as jovens portuguesas (africanas) sorrissem mais, como uma prova irrefutável de uniformidade e obediência.¹¹⁸¹

A gestão do quotidiano associativo da AGP acabou por receber a herança da política racial colonial, com a aplicação do filtro a qualquer menção nativa nos órgãos oficiais. A revista *A Flor de Lis*, por exemplo, nunca refere a existência de jovens africanas.¹¹⁸² Não obstante, as atividades eram variadas, com excursões às localidades mais emblemáticas a sul do rio Save, e sempre promovidas pelo padre Alves Martins. Facto que já de si abria um precedente, na medida que era algo que muitas vezes não estava ao alcance dos europeus mais precários. Como a visita ao Instituto de Assistência na Namaacha, aldeia a cerca de 80 km da Missão da Munhuana, já na proximidade da fronteira sul-africana. Por esses dias encontrava-se na

¹¹⁸⁰ «Lord Baden-Powell em Lourenço Marques», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, nº 2938, 1935-Dez-27, pp. 2/9

¹¹⁸¹ «Lord Baden-Powell em Lourenço Marques», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, nº 2939, 1935-Dez-28, pp. 1-2.

¹¹⁸² O efetivo da AGP em 1936 era bastante considerável (88 raparigas com idades entre 12-18 anos; 33 com idades entre 07-11 anos) («Guias de Portugal no Oriente», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 18, 1936-Out-30, p. 1).

Namaacha o franciscano Rafael Maria da Assunção, bispo de Cabo Verde.¹¹⁸³ E uma vez recebidas pelas freiras locais, as jovens da AGP teriam oportunidade de participar numa série de atividades civilizadoras, desde a assistência a uma missa campal no campo de jogos, a participar numa demonstração pública de ginástica sueca, visitar a localidade, ou ainda usufruir de um almoço de confraternização com toda a elite local.¹¹⁸⁴ Curiosamente durante o regresso a Lourenço Marques, as Guias de Portugal encontraram-se com um contingente da *Hitlerjugend*, entretanto acampado na praia da Polana. O *Notícias. Diário da Manhã* conseguiu embaciar a tensão racial entre as duas instituições, com a lacónica descrição que, depois de uma «troca de cumprimentos foram feitos pelos escoteiros alemães vários exercícios de educação física e jogos que muito agradaram às nossas “guias”». ¹¹⁸⁵ Seria a última notícia.

A AEP - apesar de cedo se desligar da AGP - , também abraçou a ideia do escotismo feminino, e constituiu o AEP Gr. 26-Lourenço Marques em dezembro de 1936, liderado por Maria Manuela Sousa Costa, em moldes idênticos a outros grupos metropolitanos.¹¹⁸⁶ A desconfiança relativamente à portaria nº 8087 e o legado sul-africano pesaram na decisão de Ismael Mário Jorge em continuar a trabalhar lado-a-lado com os *Scouts of South Africa*. Se por uma parte a questão religiosa ficava definitivamente remetida às missões católicas através da AGP, por outro a secção feminina da AEP conseguia ser o elemento mediador na problemática independentista dentro dos *Scouts of South Africa*, com Moçambique a passar a ser o palco neutral para acampamentos entre sul-africanos de origem bóer e inglesa.

Alguns dirigentes moçambicanos conhecerem o movimento guidista do país vizinho numa dos muitos acampamentos sul-africanos na praia da Polana em Lourenço Marques. A presença da associação “Die Voortrekkers” - pedagogicamente muito similar aos *boy-scouts*, mas ideologicamente vincada ao nacionalismo bóer -, foi um desses momentos que despertou as potencialidades da coeducação escotista. A cidade de Lourenço Marques acabou por ser um dos locais de excelência para as reuniões tripartidas da AEP com os *Scouts of South Africa* e

¹¹⁸³ D. Rafael Maria da Assunção conhecia bem a realidade colonial moçambicana. Em 1938 seria protagonista de uma proposta de criação de vicariatos apostólicos por toda a colónia, de modo a quebrar as interferências de outros movimentos católicos não-portugueses e concorrentes como a Propaganda Fide. Para mais informações, veja-se: (Simpson 2014, 103; Dore 2019, 292).

¹¹⁸⁴ «Namaacha. Guias de Portugal», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, nº 3:101, 1936-Jul-11, pp. 3/12; «Uma festa na Namaacha em honra das “Guias de Portugal”», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, nº 3:110, 1936-Jul-22, p. 8; «Uma festa na Namaacha», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXII, 1936-Jul-23, p. 2; «As Guias de Portugal visitam os Institutos da Namaacha», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, nº 3:113, 1936-Jul-27, pp. 11/12; «Da Namaacha. A visita das “Guias de Portugal”», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXII, 1936-Jul-28, p. 2; «Guias de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 18, 1936-Out-30, p. 168.

¹¹⁸⁵ «Guias de Portugal», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, nº 3:102, 1936-Jul-13, pp. 2/5.

¹¹⁸⁶ «Escotismo», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, nº 3:229, 1936-Dez-11, p. 13; «Escotismo. Grupo 26-feminino», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, nº 3:231, 1936-Dez-14, p. 2. «Festa dos escoteiros», *A voz: o diário de maior assinatura em Portugal*, Ano VIII, nº 2673, 1934-Jul-27, p. 6.

Die Voortrekkers, o que proporcionou a apresentação de Maria Manuela Sousa e Costa às dirigentes sul-africanas para uma formação conjunta em Joanesburgo. Numa dessas reuniões decidiu-se também que Lourenço Marques acolheria um contingente de 200 rapazes e 100 raparigas *voortrekkers* para o seu acampamento de férias na praia da Polana em julho de 1935. O que de facto aconteceu, e no ano seguinte repetir-se-ia novamente a experiência. A última.¹¹⁸⁷

A aplicação legislativa das Mocidades Portuguesas ao contexto moçambicano fora legislativamente igual a Angola, mas na prática foi muito mais silenciada. Enquanto no espaço atlântico regista-se algumas resistências e um certo vagar em transformar as companhias da AGP em unidades da Mocidade Portuguesa Feminina, em Moçambique observa-se um súbito apagão na imprensa generalista a partir de 1936. Após a visita à Namaacha, onde se encontrava o Bispo de Cabo Verde, não se publicou qualquer outra notícia sobre as *girl-guides* da Missão da Munhuana. Assim como também não existe qualquer registo do regresso das *Voortrekkers* a Lourenço Marques a partir de 1937. Conclui-se que o peso da “ferramenta civilizacional” (no caso da AGP) ou o peso do “internacionalismo” (no caso da AEP) fossem incompatíveis com a política colonial do Estado Novo. Tal como na metrópole os Pagens de Nuno Álvares em 1932, ou a União dos Adueros de Portugal em 1934, acabariam por ser um estorvo estatal e encerrariam definitivamente as sedes. O caso imperial acaba por ser bastante distinto, onde o problema maior era sobretudo o religioso. E mais uma vez aproveitando um desacordo associativo, a ditadura acabaria por interferir no diferendo e dar uma resposta. E ao contrário do que ocorrera anos antes com a extinção dos Pagens e Adueros, agora havia a alternativa obrigatória de transferir as unidades escotistas/guidistas para as alas da Mocidade Portuguesa Feminina¹¹⁸⁸. O Estado Novo controlava agora quaisquer interferências sul-africanas no território, limitava o acesso dos vários continentes juvenis à praia da Polana através da anulação de isenção de taxas no transporte ferroviário (ver capítulo 6), e ainda assumia a gestão plena da assimilação dos nativos colocando um travão no papel das missões católicas periféricas.

As experiências angola e moçambicana permitiram que os grupos na metrópole se reorganizassem, adaptando os estatutos às prerrogativas estatais e pondo em prática algumas purgas políticas. A AEP prosseguiu com o *modus operandi* de inclusão de alguns elementos

¹¹⁸⁷ «Escotismo. O acampamento dos sul-africanos», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXI, 1935-Jul-11, p. 2; «Escotismo. Escoteiras», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, nº 2:742, 1935-Mai-11, p. 7; «Escotismo. A chegada dos escoteiros sul-africanos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, nº 2:786, 1935-Jul-03, p. 2; «Escotismo. O programa em honra dos escoteiros sul-africanos», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano X, nº 2:793, 1935-Jul-11, p. 2; «Cinzas do meu cigarro. Voortrekkers», *Notícias. Diário da Manhã*, Ano XI, nº 3:099, 1936-Jul-09, p. 3.

¹¹⁸⁸ Em moldes idênticos à absorção da Secção Feminina da *Acção Escolar Vanguarda*, liderada por Guerda Lukuski da Costa, e que mulheres como Egídia dos Santos Ruivo e Maria Dolores, tiveram um papel bastante enquadrador na questão de género dentro do aparelho periférico-fascista português («A primeira concentração dos vanguardistas», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano I, nº 12, 1934-Abr-20, p. 5; «Raparigas de uniforme», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano I, nº 17, 1934-Jun-09, p. 1).

femininos em grupos maioritariamente masculinos. Já o CNE continuou com a sua promoção de novas dirigentes para a secção infantil “lobitos” em todo o país, e aproveitou a oportunidade da revogação da AGP, captando algumas ex-Guias de Portugal e incorporando-as nas suas fileiras. Consolidava-se de vez o almejado projeto “Senhoras das Alcateias”.

10. 6. As “Senhoras das Alcateias” do Corpo Nacional de Escutas

A presença de mulheres no Corpo Nacional de Scouts/Escutas foi um fenómeno que demorou alguns anos a consolidar-se e nem sempre isento de resistências internas. Na primeira década de existência a presença feminina no escotismo católico limitou-se basicamente ao mecenato de algumas benfeitoras às unidades locais, na categoria de “madrinhas”, o que na prática se traduzia por mulheres com prestígio social e poder económico, e que observavam o escotismo como um meio de enquadramento ético da juventude. Se o grupo tivesse um efetivo superior às possibilidades de *amadrinhamento* de uma só pessoa, procurava-se a constituição de um “Conselho Protetor de Madrinhas”¹¹⁸⁹. Porém, poderia haver ainda outros casos singulares, com o convite expresso a determinadas senhoras externas ao movimento para exercerem funções bastante pontuais na formação dos próprios escuteiros (como catequese, coro, música, artes, etc.)¹¹⁹⁰. O melhor exemplo de todos foi o de Alice Maria Bicudo Pimentel, principal patrocinadora e impulsionadora do escotismo católico no arquipélago açoriano.¹¹⁹¹

A novidade de incluir mulheres no sistema pedagógico do CNS só ocorreria em maio de 1930, quando o chefe Francisco Lopes Moreno colocou a sua esposa Adosinda à frente da Alcateia 21-Lisboa para ensinar canto coral aos petizes, singularidade que despertou a atenção dos editores da revista *A Flor de Lis*, que descreveram a raridade com uma frase bastante elucidativa: «A acção que esta Senhora vem exercendo na nossa Alcateia prova as grandes vantagens que adviriam para o C.N.S. da admissão de senhoras como instrutoras de especialidades e insígnias de capacidade».¹¹⁹² A partir desta pequena demonstração de

¹¹⁸⁹ Em Vila Real, Antónia Adelaide Ferreira de Lima cedeu um prédio para a sede do CNS («Vila Real», *A Flor de Lis*, Ano 2, nº 4, 1926-Abr-15, p. 4); «O Escutismo e as Senhoras. Conselhos Protectores de Madrinhas», *A Flor de Lis*, Ano 3, nº 12, 1927-Jul-31, p. 2; «Régua», *A Flor de Lis*, Ano 3, nº 20, 1927-Nov-30, p. 2/4; «Madrinhas», *A Flor de Lis*, Ano 5, n.ºs 23-24, 1930-Jan-31, p. 4; «Porto», *A Flor de Lis*, Ano 9, nº 13, 1933-Ago-15, p. 50; «Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 21, 1935-Dez-15, p. 99; «A inauguração do movimento escuta, nos Arcos de Valdevez», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 23, 1936-Jan-15, p. 110.

¹¹⁹⁰ Como aconteceu na Região de Coimbra, que condecorou várias madrinhas pela sua dedicação à instrução e educação moral («Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 4, nº 23, 1929-Jan-15, p. 1).

¹¹⁹¹ «D. Alice Maria Bicudo Pimentel», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 8, 1933-Jan, p. 2.

¹¹⁹² «Alcateia nº 21 (Luís de Camões)», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 7, 1930-Mai-30, p. 28. Adosinda Lopes Moreno seria condecorada com a Cruz de Agradecimento 3ª Classe pelos serviços formativos («Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 13, 1930-Ago-15, p. 1). Em dezembro desse ano acabaria por ser nomeada como Instrutora de especialidades durante quinze dias, passando a Instrutora-Ajudante («Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 21,

capacidades, várias unidades romperam com a estrutura homogeneamente masculina ao inscreverem também algumas jovens como instrutoras, com a Alc. 12-Coimbra a encabeçar os pedidos à Junta Central em Braga.¹¹⁹³ O incremento da rama infantil dentro do CNS impulsionou de certa forma a que houvesse uma grande necessidade de instrutoras. Até à data, a presença feminina dentro das unidades escotistas limitava-se unicamente à função de madrinhas. A partir de 1931 o escotismo católico reorganizaria todo o seu programa pedagógico, com uma pontual revisão estatutária e uma provisão regulamentar que permitira a participação das mulheres como ajudantes nas alcateias.¹¹⁹⁴

O 1º Acampamento da Escola de Instrutores foi o momento indicado para pôr a ideia em prática. A chefia nacional escolheu escrupulosamente apenas a jovem Maria Adosinda Lopes Moreno, esposa do chefe Francisco Lopes Moreno da Alc. 21-Lisboa, e que garantia alguma autarcia institucional, ao ter uma mulher casada em campo na presença de outros homens. A experiência parece ter passado o crivo da moralidade, porque, em 1932, as alcateias 21 e 22 de Lisboa apresentaram as primeiras ajudantes, chefes de administração e instrutoras

1930-Dez-15, p. 1; «Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 22, 1930-Dez-31, p. 1). O matrimónio de Adosinda Lopes Moreno não era um caso isolado no escotismo católico, veja-se outros exemplos: («Casamentos», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 21, 1935-Dez-15, p. 101; «Um matrimónio... raro», *A Flor de Lis*, Ano 10, nº 24, 1935-Jan-31, p. 101; «Gente da casa», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 11, 1939-Jun-01, p. 84).

¹¹⁹³ «Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 6, nº 12, 1930-Jul-31, p. 1; A revista *A Flor de Lis* menciona o envolvimento, e em diferentes níveis, de várias jovens no CNS/CNE. Após a localização de trinta e duas dirigentes, por questões práticas e para uma economia de espaço, indica-se somente o nome, cargo, data de nomeação e página correspondente no órgão oficial: Conceição Lemos, autora da letra do hino da Alc. 12-Coimbra (1930-Out-30, p. 72). Maria Augusta Mendonça, professora de trabalhos manuais em na Alc. 1-Braga (1930-Nov-15, p. 76); Olga Violante, instrutora da Alcateia de Arroios (1931-Mai-15, p. 27); Maria da Natividade Gens, Chefe de Administração da Alc. 38-Olival, Ourém (1931-Jun-30, p. 37); Helena Pinto, chefe da Alc. 12-Coimbra (1933-Jan-15, p. 91); Maria Corália do Nascimento Ferreira, instrutora de especialidades na Alc. 21-Lisboa (1933-Jul-31, p. 1); Filomena Marques Antunes de Almeida, instrutora de especialidades na Alc. 22-Lisboa (1933-Nov-15, p. 73/74); Maria da Anunciação Cortez, chefe da Alc. 22-Lisboa (1933-Nov-15, pp. 73/74); Olímpia Moraes de Carvalho, instrutora de especialidades na Alc. 47-Lisboa (1934-Jan-31, p. 1); Irene Matos Pereira, instrutora de especialidades na Alc. 22-Lisboa (1934-Jan-31, p. 1); Adelina Dias da Silva, chefe de administração da Alc. 47-Lisboa (1933-Dez-31, p. 1); Aurora Rodrigues Teixeira, instrutora de especialidades da Alc. 20-Lisboa (1934-Fev-28, p. 7); Adelina Dias da Silva, secretária da Alc. 47-Lisboa (1934-Out-15, p. 70); Eliza Diodora de Gouveia, chefe e secretária da Alc. 26-Funchal (1935-Mar-15, p. 1); Maria das Dores Tavares de Sousa, Chefe da Alc. 67-Murtosa (1935-Ago-15, p. 71); Adosinda Cândida Valente, secretária da Alc. 67-Murtosa (1935-Ago-15, p. 71); Maria Vaz Calado, ajudante da Alc. 67-Murtosa (1935-Ago-15, p. 71); Lucília Valente Rocha, ajudante de secretária da Alc. 67-Murtosa (1935-Ago-15, p. 71); Maria Pereira Franco Simões, Chefe da Alc. 64-Amadora (1935-Out-31, pp. 81/82); Maria do Monte de Freitas, chefe da Alc. 25-Funchal (1937-Abr-15, p. 40); Maria Eugénia de Matos, ajudante da Alc. 64-Amadora (1937-Fev-15, p. 5); Margarida Gonçalves Duarte Pacheco, secretária da Alc. 18-Coimbra (1937-Fev-28, p. 16); Maria Teresa Dias Pereira Soares, ajudante da Alc. 18-Coimbra (1937-Jun-30, p. 80); Elvira de Sampaio e Melo, chefe da Alc. 86-Mogofores (1937-Jul-31, p. 96); Camila de Sampaio e Melo, secretária da Alc. 86-Mogofores (1937-Jul-31, p. 96); Emília da Conceição Costa, instrutora da Alc. 21-Lisboa (1937-Dez-31, p. 165); Maria Teresa Furtado Coelho, ajudante da Alc. 22-Lisboa (1938-Jun-16, p. 256); Joana Maria Gaio, ajudante da Alc. 22-Lisboa (1938-Jun-16, p. 256); Maria Sofia Cancela, chefe da Alc. 89-Setúbal (1938-Ago-16, p. 288); Georgina de Jesus Resende, secretária da Alc. 89-Setúbal (1938-Ago-16, p. 288); Clarisse Vilar Graça, chefe da Alc. 20-Lisboa (1938-Jan-31, p. 184); Adecilinda Martins Coelho, chefe da Alc. 62-Benfica (1939-Jan-31, p. 16).

¹¹⁹⁴ «Ovar», *A Flor de Lis*, Ano 7, nº 21, 1931-Dez-15, p. 76.

de especialidades no IV Acampamento Nacional no Parque da Ponte, em Braga.¹¹⁹⁵ Estas duas pequenas experiências certamente originaram tensões e resistências nos elementos mais conservadores que viam a intromissão das mulheres no *scouting* como um entrave ao correto enquadramento de uma juventude que se queria varonil, máscula e útil. É certo que a participação da jovem Maria Adosinda Moreno veio a ser uma novidade a nível local, mas também não se registam quaisquer mutações nas estruturas centrais e regionais do CNS. Apesar de várias alcateias recrutarem raparigas para funções muito específicas, dificilmente se poderá afirmar que houve uma rutura nos papéis de género. Sobretudo quando as referências às interferências femininas no quotidiano escotista acabam por ser repetitivas e limitadas quase sempre às funções de canto coral, catequese, alguma culinária, e pouco mais.¹¹⁹⁶

A polarização de posições ficou notória em 1933 durante o Congresso Técnico, realizado em paralelo com o I Acampamento Nacional de Dirigentes em Cacia, Aveiro. O elevado número de inscrições femininas para as secções infantis transformou-se num ónus para a Junta Central, e vários dirigentes de Lisboa – que já contavam com a experiência de terem nas suas alcateias algumas jovens - , apresentaram a moção de se criar um novo plano educativo.¹¹⁹⁷ O encontro de Cacia efetivamente originou a criação das “Senhoras das Alcateias”, com um regulamento publicado no ano seguinte. À partida pouco diferente da restante estrutura do CNS, com critérios de admissão específicos, desde a idoneidade religioso-católica das candidatas, uma carta de recomendação do pároco, e disponibilidade para a participação em acampamentos e saídas ao campo. Um pouco de atenção ao regulamento possibilita a observação de obstáculos bastante filtrantes e referentes à instrução escolar das mesmas. O apartado das “condições materiais” limitava logo à partida a intenção de qualquer jovem analfabeta por não ter «um grau de cultura suficiente para compreender e saber ministrar com acerto o ensino escutista com o método de Baden-Powell». Noutros casos havia também uma condição explícita de mobilidade, de poder sair do entorno familiar para conviver com homens/estranhos, particularidade indispensável para a prática escotista em acampamentos regionais ou nacionais. Estas objeções colocavam algumas jovens em situações constrangedoras, quando muitas delas encontravam-se numa faixa etária apropriada para contrair matrimónio. E mais ainda numa época em que a conservação da “pureza” e virgindade

¹¹⁹⁵ «1º Acampamento dos alunos da Escola de Instrutores», *A Flor de Lis*, Ano 7, nº 22, 1931-Dez-31, p. 1; «Relação dos scouts que participaram no 4º Acampamento Nacional», *A Flor de Lis*, Ano 8, nº 19, 1932-Nov-15, p. 74.

¹¹⁹⁶ «Lisboa», *A Flor de Lis*, Ano 9, nº 2, 1933-Fev-28, p. 8;

¹¹⁹⁷ A existência de *girl-guides* no CNS é confirmada pelo *Alerta* durante a visita de Rose Kerr a Lisboa, a 22 de fevereiro de 1933. Segundo o periódico funchalense, o CNS é “única associação portuguesa que presente faz o escutismo feminino”, e que Kerr apostava claramente num guidismo religioso e não laico («Página das Guides», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 9, 1933-Fev, p. 4).

sexual recaia na responsabilidade das filhas, perpétuas preservadoras da honra familiar, condicionadas por uma forte plausibilidade de abominação ou vexação.¹¹⁹⁸ O melhor exemplo do receio poder-se-á facilmente encontrar a partir da participação no V Acampamento Nacional do CNS em Benfica, Lisboa, em agosto de 1934. Dos 415 elementos acampados, apenas sete eram mulheres, e todas de Lisboa, o que significa 1,6% do efetivo em campo¹¹⁹⁹. Esta particularidade poderá ser observada a partir de questões culturais meridionais da Europa que dificultavam uma presença generalizada de raparigas em quaisquer atividades fora de casa. A título de exemplo, na Itália mussoliniana na década de 1930 regista-se quase um vazio de elementos femininos do sul da península nas ações da *Opera Nazionale Balilla* (La Rovere 2018, 27).

O estímulo para a participação feminina nas atividades nacionais do CNS teve de ser lançado a partir da Junta Central em Braga que, consciente da realidade ditatorial europeia e com uma ameaça de extinção bastante previsível, optou por procurar o apoio eclesial definitivo. O fracasso de inclusão manifestado no V Acampamento Nacional levou a revista *A Flor de Lis* a empreender uma campanha de captação de “senhoras de Alcateia”, com o realce das suas virtudes face aos homens.¹²⁰⁰ É notório a persistência mediática das polivalências femininas dentro das unidades infantis, com vários dirigentes nacionais a apresentarem enormes dissertações sobre a gestão ideal das alcateias, recomendando o novo regulamento de

¹¹⁹⁸ «O covil dos lobitos», *A Flor de Lis*, Ano 9, nº 20, 1933-Nov-30, p. 78. O regulamento das “Senhoras das Alcateias” é extenso e apresentamos apenas o excerto referente aos critérios morais e materiais de admissão: «Condições morais: a) Ser católica, portuguesa, ter 20 anos de idade para chefe, e o mínimo de 18 para ajudante; b) Ter uma posição social e uma reputação que garantam a sua ascendência moral no seio da Alcateia e uma regular influência educativa nos lobitos; c) Ter espírito de sacrifício e força de vontade necessária para a continuação da obra com energia e perseverança; d) Apresentar um certificado do Pároco ou doutra pessoa idónea que garanta as qualidades exigidas para a boa direção da Alcateia; e) Ter feito um estágio pelo menos de 3 meses numa Alcateia. Condições materiais: a) Ter um grau de cultura suficiente para compreender e saber ministrar com acerto o ensino escutista com o método de Baden-Powell; b) Poder dedicar à Alcateia, pelo menos, duas horas por semana, às tardes ou manhãs do Domingo, dar passeios ao campo, fazer visitas de estudo e acampamentos; c) Não possuir doenças contagiosas ou incompatíveis com a vida ao ar livre; d) Ter adquirido o uniforme regulamentar que é obrigatório em todas as saídas com a Alcateia, salvo instruções especiais; e) Possuir e conhecer os principais livros que são necessários para ministrar uma boa formação scout aos lobitos.» («Actos oficiais», *A Flor de Lis*, Ano 10, nº 4, 1934-Mar-31, pp. 1/15)

¹¹⁹⁹ As participantes no V Acampamento Nacional do CNS em Benfica: Adelina Silva, secretária da Alc. 47-Lisboa; Olímpia Carvalho, instrutora da Alc. 22-Lisboa; Irene Pereira, instrutora da Alc. 22-Lisboa; Aurora Teixeira, instrutora da Alc. 20-Lisboa; Maria Cortez, chefe da Alc. 22-Lisboa; Filomena Barata, secretária da Alc. 22-Lisboa; e Maria Corália Ferreira, chefe da Alc. 46-Lisboa («Relação dos escutas que participaram do 5º Acampamento Nacional», *A Flor de Lis*, Ano 10, n.ºs 18-20, 1934-Nov-30, pp. 78-80).

¹²⁰⁰ «Um dia a Divina Providência colocou à frente das nossas Alcateias algumas Senhoras dedicadas que, abnegadamente, se deram à grande obra do amparo e da formação dos pequeninos. A experiência mostra depressa que as Senhoras conseguem resultados muito mais interessantes que os homens, sempre que se trata da formação do carácter das crianças.» («Lobitismo. As Senhoras ao serviço do C.N.E.», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 1, 1935-Fev-15, p. 4; «Lobitismo», *A Flor de Lis*, Ano 11, n.ºs 3-4, 1935-Mar-15, pp. 16-17; «Secção escutista», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano III, nº 857, 1935-Abr-19, p. 4).

cerimónias e rituais para os mais novos.¹²⁰¹ Mesmo assim, a inclusão de mulheres na gestão associativa a nível nacional caracteriza-se por um desequilíbrio bastante acentuado, e praticamente restringido à Região de Lisboa. No final de 1936, o escotismo católico contava apenas com catorze mulheres em todo o país: seis chefes, quatro instrutoras e quatro secretárias.¹²⁰²

O impacto da ameaçante Organização Nacional da Mocidade Portuguesa surtira os primeiros efeitos com a desconfiança célere e generalizada de que a associação se iria extinguir. Para tal, o legado histórico do CNE teve bastante importância na sua capacidade de reinvenção e resistência face ao panorama político. As experiências de inclusão e as campanhas de mediatização através de *A Flor de Lis* para motivar os associados tiveram efeitos práticos imediatos. A constituição de “patrulhas de estudo” foi a primeira medida a manifestar-se útil (Lontro e Monteiro 2014, 140), o suficiente para homogeneizar a rede escotista em vários pontos do país. Um pouco à semelhança das patrulhas de escoteiros (adolescentes), os vários chefes de diferentes grupos juntavam-se em pequenos grupos de 6-8 elementos, e cada um assumia um cargo distinto (guia, subguia, cozinheiro, secretário, tesoureiro, etc.), cumprindo um calendário análogo ao dos subordinados. As “patrulhas de estudo” serviam para a autoformação dos dirigentes, trocas de conhecimentos intergrupais, contactos com “outras patrulhas de estudo”, no que hoje se poderia intitular como estratégias de *team-building*. A segunda novidade em si resulta que, logo em 1937, começaram a constituir-se as primeiras “patrulhas de estudo femininas” como resposta às mesmas dificuldades nalgumas unidades locais. Caso uma alcateia tivesse dificuldades de autogestão e entrasse numa onda fraturante de efetivo, facilmente uma “patrulha de estudos” de outra localidade conseguiria assegurar a sua presença durante algum tempo e garantir a conclusão dos objetivos delineados pelas visitas.¹²⁰³

A terceira medida contra o impacto das Mocidades Portuguesas situa-se na repetição de outras prevenções anteriores em circunstâncias de pressão governamental. O resultado primário observa-se na promoção da teoria da inglesa Vera Barclay, uma chefe católica e do círculo de

¹²⁰¹ «Actos oficiais» e «Covil dos Lobitos», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 18, 1935-Out-31, pp. 81-84; «Covil dos lobitos», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 3, 1936-Mar-15, p. 19; «Covil dos Lobitos», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 6, 1936-Abr-30, pp. 61-63.

¹²⁰² A chefia do campo dos lobitos no V Acampamento Regional de Lisboa foi confiada a Maria José Simões («Lisboa», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 19, 1936-Nov-15, p. 172); «Covil dos Lobitos. Estatística», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 1, 1937-Fev-15, p. 3. Em 1937 o número de “senhoras das alcateias” contabilizava-se em onze e apenas para a região olissiponense. Desconhecem-se os números para o resto do país («Censo de 1937», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 5, 1938-Abr-15, p. 220).

¹²⁰³ «Patrulha de Estudos “Abelha”», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 24, 1938-Jan-31, p. 181; «Notícias», *A Flor de Lis*, Ano 16, nº 5, 1939-Mar-01, p. 35;

confiança de Baden-Powell.¹²⁰⁴ A sua obra acabou por ser inicialmente divulgada na revista *A Flor de Lis*, publicada integralmente em 1935 sob aprovação dos serviços de censura política (Barclay 1935). Mais tarde, com a participação no *First International Wolf Cub Conference* em Gilwell Park, Londres, em julho de 1938, o que colocaria o escotismo português mais uma vez na órbita dos *Imperial Headquarters*. Mesmo à distância, a *Boy Scouts Association* continuava a emanar as diretrizes necessárias para que as organizações nacionais como o CNE e AEP se moldassem de acordo com os padrões estabelecidos pelo fundador.

A quarta readaptação contra as medidas repressivas, e talvez a mais inesperada de acordo com a época, incidiu na nomeação de Filomena Coelho de Almeida como adjunta do Secretário-Geral de Propaganda do CNE em 1939, precisamente quando a associação se debatia com a transferência da sede central de Braga para Lisboa. Um mandato marcado pela redução súbita da idade mínima de admissão para as “Senhoras das Alcateias”. Com apenas 16 anos qualquer jovem poderia ser ajudante após um estágio de doze meses.¹²⁰⁵ Essa pequena particularidade abriu as portas às filiadas da extinta Associação das Guias de Portugal.

10.7 A resistente Companhia Funchalense da AGP

O estudo da Companhia Funchalense da AGP é particularmente interessante, pois foi a única unidade feminina em toda a metrópole e império a sobreviver à política de absorção juvenil da Mocidade Portuguesa Feminina, mantendo-se ativa até aos dias de hoje. A sua existência coloca em causa a infalibilidade do Estado Novo e, de certa forma, onde se observa explica os contornos da convivência estranha entre a Mocidade Portuguesa e o CNE e AEP a partir de 1939. Se por um lado a perifericidade da ilha da Madeira acabou por dotar as várias unidades escotistas locais com alguma autonomia, por outro, muitas das ações praticadas obedeceram mais às lógicas insulares do que às prerrogativas do Estado Novo, traduzido em escapatórias ao crivo da censura ou até a pressões governamentais.

As primeiras tentativas de se criar uma companhia da *Girl-Guide Association* na capital da Madeira remontam, pelo menos, ao Verão de 1930 quando o *Boy-Scouts International Commissioner* Hubert Martin determinou numa circular as condições exatas para o estabelecimento de qualquer unidade expatriada em território não-britânico.¹²⁰⁶ A conservação

¹²⁰⁴ «Bibliografia», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 12, 1939-Jun-16, p. 95.

¹²⁰⁵ «Ordem de Serviço Nacional nº 44», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 4, 1939-Fev-16, p. 27; «Ordem de Serviço Nacional nº 49», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 12, 1939-Jun-16, p. 96.

¹²⁰⁶ Arquivo da AGP-Funchal, *Circular de Hubert Martin para a abertura de grupos estrangeiros em países terceiros* [1930/Ago; documento não-classificado]: «The authorities of the National Scout Association of the country of domicile shall have the right to keep in touch with such groups and shall endeavor to secure for them, as far as possible, any advantages enjoyed by their own groups. Such foreign groups shall keep the National Scout

deste documento histórico na atual Companhia do Funchal mostra o interesse que algumas jovens inglesas manifestaram em querer fundar algo semelhante na cidade. A data acaba por coincidir com o ambiente violento decorrente nos meses antecedentes à revolta da Madeira em abril de 1931 (Lester 1985, 37–38; C. Reis 1990; Janes 1997, 137; Farinha 1998, 149; Carita e Mello 2003, 111–12; L. S. de Matos 2011, 169), dando a conhecer a existência de um grupo de *girl-guides* na ilha que se voluntariaram para a enfermaria do hospital de campanha da Cruz Vermelha no Funchal.¹²⁰⁷

Pouco tempo depois, e aquando Baden-Powell aportou à ilha por dois dias após regressar da África do Sul, novamente surgiu uma referência às *girl-guides*. Desta vez com a *nuance* de haver duas jovens de apelido português a ostentarem a bandeira inglesa, lideradas pela proprietária local Carolina Rocha Machado, e Denise Lester, uma jovem britânica de 22 anos que se fixara no arquipélago como professora de línguas e que, anos mais tarde, fundaria a *Queen Elizabeth's School* em Lisboa.¹²⁰⁸ Nos últimos anos da sua vida, Denise Lester elaborou uma autobiografia com alguns erros cronológicos devido ao seu debilitado estado de saúde mental (Lester 1985). Contudo, alguns pormenores e episódios narrados correspondem com os dados extraídos da imprensa associativa e generalista.

As atividades das *girl-guides* madeirenses pouco diferiam do CNS/CNE e AEP, e em muitas circunstâncias acabavam por ser conjuntas. Contavam também com um espaço exclusivo no órgão oficial dos escoteiros católicos insulares desde 1932, que de uma simples coluna passou rapidamente para uma página completa.¹²⁰⁹ O modelo pedagógico da AGP na Madeira acabou por ser noticiado em vários pontos do país, precisamente quando as críticas à

Association of the country of domicile informed as to their numbers and may be required to pay a proportionate subscription in the same way as the native groups.» [Tradução: A direção central das associações nacionais do país que albergue unidades estrangeiras terá o direito de manter contato com as mesmas, e deverá assegurar-lhes, na medida do possível, as mesmas vantagens atribuídas aos seus próprios grupos. Os grupos estrangeiros deverão informar a respetiva Associação Nacional do país onde se encontrem sobre o seu número de afiliados, e poderão ainda ser obrigados a pagar uma quota proporcional, em moldes idênticos aos grupos nativos.]

¹²⁰⁷ «Nas Regiões. Funchal», *A Flor de Lis*, Ano 7, nº 8, 1931-Mai-31, p. 31; «Scouts da Madeira», *A Flor de Lis*, Ano 7, nº 9, 1931-Jun-15, p. 33; «[...] Some Municipal buildings were taken over as hospitals, the Scouts whitewashed the walls and the Guides made the beds, but we saw no patients. The opposing forces had run into one another by mistake during a thick fog on Santa Serra and, army uniforms being the same, separation wasn't easy. A bridge and a house were shot down by mistake. It was only much later that I realized the tragedy of that Revolution. The retaliation and punishment of the conquered rebels was indeed hard, leaving broken homes, separated families and such-like misfortunes.» (Lester 1985, 37–38).

¹²⁰⁸ «O General Baden-Powell», *A Flor de Lis*, Ano 7, nº 11, 1931-Jul-15, p. 41; «Funchal», *A Flor de Lis*, Ano 7, nº 12, 1931-Jul-31, p. 47/48; «Funchal», *A Flor de Lis*, Ano 11, nº 16, 1935-Set-30, p. 74. A Quinta Rocha Machado (hoje Quinta do Pico da Pedra) seria utilizada anualmente como espaço para atividades escotistas e guidistas («Guias de Portugal. Festa no Monte», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1869, 1938-Set-08, p. 1; «Escutismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1877, 1938-Set-17, p. 3; «Notícias», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 15, 1938-Out-01, p. 304).

¹²⁰⁹ «Funchal», *A Flor de Lis*, Ano 7, nº 24, 1932-Jan-31, p. 88.

estagnação do movimento guidista em Portugal subiam de tom.¹²¹⁰ Jornalistas como Alberto Pinto Saraiva de *O Sporting* não se coíbiavam de acusar as próprias pelo atraso na expansão e acabam por ser uma fonte indispensável de informação pertinente. Desde cedo que Carolina Rocha Machado e Denise Lester procuraram internacionalizar ao máximo a unidade. Logo no primeiro ano conseguiram o apoio logístico da dirigente irlandesa Mrs. Malloy, assim como a ajuda financeira das consulesas Mrs. Hundeston (E.U.A) e M.me Labordère Cunha (França), e de outras personalidades ligadas aos mercados financeiros do norte atlântico, como Mrs. A. R. Cossart. Rapidamente o capitão Eduardo Pereira e Humberto Gomes de Freitas, máximos dirigentes do CNE e AEP respetivamente, concederam todas as facilidades possíveis às duas dirigentes. A rapidez com que conseguiram apoios mecénáticos permitiu ainda a abertura de três companhias ainda em 1932: duas no Funchal e uma no Monte.¹²¹¹

A sedimentação das normativas institucionais internacionais, com o restrito cumprimento litúrgico associativo, rituais de cerimónia de promessa, protocolo de hasteio e arreo de bandeiras nacionais (*Union Jack* e Portuguesa), até ao uso de uniforme oficial no espaço público (incluindo funerais de elementos do consulado britânico), dotou a Companhia do Funchal do suficiente capital simbólico - utilizando as palavras de Pierre Bourdieu - , para se poder afirmar como instituição de alto valor social (Bourdieu 2001, 44).¹²¹² E até a questão religiosa foi definida através de meios burocráticos, apesar da catolicidade de Denise Lester e da esmagadora maioria das jovens portuguesas, enquanto muitas jovens britânicas eram crentes protestantes. Nesses casos, os pais das interessadas deveriam autorizar por escrito a participação das menores em cerimónias religiosas distintas.¹²¹³ Esta particularidade incomodou alguns grupos locais da AEP, que se escudavam na aplicação do Decreto nº 3.120-B de 10 de maio de 1917 e que possibilitava o mínimo de tolerância religiosa aos grupos, pleno uso de uniformes portugueses e britânicos no espaço público, assim como a respetiva ritualização das cerimónias grupais.¹²¹⁴ A ausência de quaisquer conflitos religiosos a partir desta gestão de laicidade prática acabaria por ser a resposta quanto à não filiação das *girl-guides* nas fileiras dos escoteiros.

¹²¹⁰ «Guidismo. O elemento feminino e o escutismo», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 1, 1932-Jun-01, pp. 2-3.

¹²¹¹ «Escoteiras», *Sporting. Bi-Semanário – Pela Raça*. Ano XI, nº 859, 1932-Mar-08, p. 13; «Escutismo feminino. O que é o guidismo?», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 2, 1932-Jul-01, p. 2-4.

¹²¹² Arquivo da AGP-Funchal, *Missiva de Denise Lester "Suggested rules for Madeira Guides as a substitute for those of the Regulation Book of Rules"* [1932/Mar; documento não-classificado].

¹²¹³ Como por exemplo, Helen da Cunha, protestante, que autorizou a filha Norma a participar numa cerimónia católica [Arquivo da AGP-Funchal, *Correspondência de Helen da Cunha para Denise Lester* (Ribeirinho, Funchal, 1932-Mai-21; documento não-classificado)].

¹²¹⁴ Arquivo da AGP-Funchal, *Correspondência de Sigwald Salazar Wiborg, Comissário Internacional da AEP, para Denise Lester e Carolina Rocha Machado* [Lisboa, 1932-Mai-10; documento não-classificado].

O papel dual de Lester e Machado na constituição das várias unidades na cintura urbana do Funchal contou também com o apoio de vários executivos britânicos e empresários instalados na ilha.¹²¹⁵ E este tipo de sociabilidade deverá ser visto com alguma minuciosidade, na medida que a portuguesa mantinha contatos regulares com outras dirigentes estrangeiras e de várias partes do mundo, e muitas delas integradas nos meios diplomáticos. O caso de Becky Southorne, da *Government House* da Gâmbia, na África Ocidental, é suficientemente ilustrativo quanto à sua passagem pela ilha em março de 1932, um momento em que fora oficialmente recebida pelas guias locais na qualidade de *Girl-Guide Commissioner*.¹²¹⁶ Também a procura de mecenas passíveis de financiar o quotidiano da Companhia ultrapassou as fronteiras nacionais, quando duas madrinhas inglesas - Mrs. Arthur Cossart e Mrs. Edmundo Leacock -, manifestaram interesse em ajudar as mais de cem jovens inscritas. Ou até o próprio cônsul dos Estados Unidos da América no Funchal, que ponderou em família o apoio financeiro e moral ao crescimento da unidade.¹²¹⁷

Denise Lester sabia que só com uma formação sólida das dirigentes subordinadas conseguiria que a Companhia sobrevivesse às investidas estatais, esforçando-se por adquirir bibliografia recente e proveniente diretamente de Inglaterra, e sem qualquer interferência dos filtros políticos de Lisboa. E quando não conseguia reunir os livros didáticos produzidos em Portugal, socorria-se da homóloga Federação de Bandeirantes do Brasil.¹²¹⁸ Um bom exemplo da ineficácia da censura política nos primeiros anos do Estado Novo poder-se-á observar a partir dos jornais continentais e os insulares, mais precisamente no comentário e descrição da recepção a Rose Kerr, Secretária Internacional da *Girl-Guides Association*, na sede do Automóvel Club

¹²¹⁵ Entre os vários membros do Comité Executivo da Companhia das Guias do Funchal podem-se contabilizar o o Cônsul Britânico, Mrs. J. R. Browns; Mrs. J.A. da Câmara; Mrs. J.E. Flandy; Mr. e Mrs. H. Hintom; Mrs. E.E. Leacock; Mrs. F. Cunha; Viscondessa de Valparaíso; Mrs. P.G. Blandy; Mr. e Mrs. Demet Belgien; Mr. e Mrs. L. Rocha Machado; Mrs. A. Vieira de Castro; Mrs. G. Power; Mr. T.F. Walton; Mrs. Alberto Araújo; Mr. G. Farra; Dr. Tavares da Silva; Dr. e Mrs. F.A. de Freitas; Mrs. A. Pires de Freitas.» [Arquivo da AGP-Funchal, *List of members - Executive Commitee* (década de 1930; documento não-classificado)].

¹²¹⁶ «*I must tell you before we leave how much I enjoyed the slumming party from guides this afternoon. It was really delightful to be in a Guide atmosphere.*» [Arquivo da AGP-Funchal, *Correspondência de Becky Southorne, da Government House-Gambia, para Carolina Rocha Machado* (1932-Mar-20; documento não-classificado)].

¹²¹⁷ Arquivo da AGP-Funchal: *Correspondência de Mrs. Arthur Cossart e Mrs. Edmund Leacock* [1932-Mai-20; documento não-classificado]; *Missiva de Alexander Pendleton Cruger, Cônsul dos E.U.A. no Funchal, para Miss Margaret H. Davies* [Funchal, 1934-Jun-22; documento não-classificado].

¹²¹⁸ Arquivo da AGP-Funchal, *Correspondência de Gertrude da Fonseca Dodd, Correspondente Internacional da Federação das Bandeirantes do Brasil para Denise Lester* [Rio de Janeiro, 1932-Out-15; documento não-classificado].

de Portugal. Enquanto os primeiros limitam-se a indicar a presença e o local, o jornal madeirense *Alerta* preenche o texto com descrições e afirmações detalhadas.¹²¹⁹

A geografia insular da Madeira, porto obrigatório de paragem nas rotas norte-sul intercontinentais (Perneta 2014, 34; Cadavez 2017, 200), também beneficiava a manutenção da Companhia. A necessidade dos vários navios de longo curso terem de aportar à ilha para o abastecimento de matérias-primas, permitindo aos visitantes a participação nalgumas promoções turísticas num curto espaço de tempo, ocasionalmente originava o encontro das locais com altos dirigentes do escotismo internacional, que visitam Portugal sem pisar Lisboa. A visita de Hubert Martin, diretor do Bureau Internacional de Escotismo em Londres, foi um destes casos, o que se traduz numa troca direta de informações privilegiadas com o *Imperial Headquarters* sobre a realidade portuguesa e vice-versa, como os rumores de um possível abandono de cargo de Comissária Mundial por parte de Olave Baden-Powell, por exemplo.¹²²⁰

Após a visita de Hubert Martin, o funchalense *Jornal. Diário da Manhã* começou a acompanhar de perto o trabalho das Guias de Portugal nos aspetos mais mundanos, como a festa anual no Casino da Madeira durante o mês de abril, um evento cuja receita se destinava à Escola de Artes e Ofícios local. Festividade que juntava no mesmo espaço as performances de vários vultos artísticos do arquipélago, a própria banda da Escola de Artes e Ofícios, animação sociocultural, o próprio Torres Marques (diretor da Orquestra Nacional), entre outros números.¹²²¹ Dizia *O Jornal. Diário da Manhã* que

«[...] com o fim verdadeiramente altruísta [vão] distribuir o produto líquido pela pobreza envergonhada da nossa cidade. É natural, pois, que a próxima festa

¹²¹⁹ «Página das Guides», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 8, 1933-Jan, p. 3; «Olave Baden-Powell», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 9, 1933-Fev, pp. 2/4. A “semiliberdade” da imprensa associativa terminou logo no ano seguinte, com o último número a sair em fevereiro de 1934.

¹²²⁰ «Figuras Scouts», *A Flor de Lis*, Ano 9, nº 10, 1933-Jun-30, p. 1; «On Wednesday, Oct. 17th, the Company was inspected by the Commissioner, Mrs. Pheysey, who brought a special message of encouragement from Lady Baden Powell. She also announced that she felt that she could not continue much longer to be the Commissioner but that she would never lose interest in the movement.» («Guide notes», *The British Church of St. James - Oporto. Monthly Magazine*, Vol. III; Nº 37, 1934-December; pp. 183-184).

¹²²¹ «A festa das “Guides”», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano III, nº 862, 1935-Abr-27, pp. 1-4; «A festa anual das Guias de Portugal», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1134, 1936-Abr-02, p. 2; «Guias de Portugal. A sua festa anual», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1135, 1936-Abr-03, p. 1; «A festa das Guias de Portugal», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1136, 1936-Abr-04, pp. 1/3; «Festa das “Guias de Portugal”», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1147, 1936-Abr-19, p. 1; «A festa das “Guides” no Casino da Madeira», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1148, 1936-Abr-21, p. 1; «Guias de Portugal», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1156, 1936-Abr-30, p. 1; «Escutismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1174, 1936-Mai-23, pp. 3-4; «Guias de Portugal. Festa», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1440, 1937-Abr-17, pp. 1-4; «A festa das “Guias de Portugal”», *Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1444, 1937-Abr-22, p. 1; «A festa das “Guides”», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1455, 1937-Mai-06, p. 1; «No Teatro Arriaga», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1685, 1938-Fev-03, p. 1; «A festa das Guias de Portugal», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1688, 1938-Fev-06, p. 1; «No Teatro Arriaga», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1695, 1938-Fev-15, pp. 1-4; «Guias de Portugal», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1701, 1938-Fev-22, p. 1;

das Guias de Portugal seja carinhosamente acolhida pelos funchalenses, pois bem o merece quem se preocupa com a situação aflitiva dos pobres».¹²²²

A realização da festa anual da AGP do Funchal prosseguiu durante vários anos alternando o palco por outras salas como o Teatro Arriaga, por exemplo. Um dos pontos altos deste espetáculo ocorreu em 1938 quando a Elizabeth Elphinstone, tia materna da futura rainha Isabel II de Inglaterra, aceitou gentilmente ao convite colocado pelas jovens madeirenses, o que mais uma vez mostra as facilidades de contato entre esta unidade e pessoas do círculo diplomático da Grã-Bretanha¹²²³. E mais ainda quando a própria Olave Baden-Powell, três semanas depois, passaria novamente pelo Funchal para proceder à revista das Guias antes de prosseguir para uma nova visita às *Girl-Guides* da União Sul-Africana.¹²²⁴

Como referido, estas pequenas visitas tiveram peso político-diplomático. E muito. A implementação da Mocidade Portuguesa Feminina e da ala feminina da Legião Portuguesa no Funchal contribuiu para a sua fragmentação, mas não para a sua extinção.¹²²⁵ Das três companhias existentes, apenas uma desapareceria, justificada pela transferência de Denise Lester para o continente. As companhias do Funchal e Monte manter-se-iam e mostram como a ditadura do Estado Novo não conseguiu impedir a sua continuidade. Nem a Companhia de Angra do Heroísmo, também dirigida por Carolina Rocha Machado conseguiu sobreviver à política de absorção estatal. Em março de 1937 queixava-se o pároco açoriano a esta para que «não deixemos isto ir-se facilmente» aludindo a várias possibilidades inocentes para uma coexistência pacífica.¹²²⁶ A umbicalidade ao mundo anglo-saxão falava mais alto e era algo que a companhia açoriana não dispunha. E para premiar essa resistência às pressões legislativas, o CNE retribuiu o apreço em dois momentos. Um primeiro, com a entrega da Cruz de

¹²²² «Guias de Portugal. Festa em benefício da pobreza envergonhada», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 1154, 1936-Abr-28, p. 1.

¹²²³ «A festa das Guias de Portugal repete-se hoje no “Arriaga”», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1696, 1938-Fev-16, p. 1.

¹²²⁴ «Lady Baden-Powell de passagem pela Madeira», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1714, 1938-Mar-09, p. 1.

¹²²⁵ «“Legião Portuguesa”. Bases das Organizações Legionárias Femininas», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, Série II, nº 153, 1937-Ago-10, p. 1.

¹²²⁶ «[...] Contando com uma orientação e fiscalização do Governo nas associações educativas, porque as divergências e liberdade neste ponto, não podem fazer bem, nem concorrer para o engrandecimento dum país. Por isso o meu alvitre é este: O ingresso das Guias na "Mocidade Portuguesa" colocando sobre o uniforme o distintivo desta, ou então adoptando o uniforme da Mocidade com o distintivo das Guias, por exemplo a folha do trevo sobre o peito. Desta forma, a M.P. teria os seus grupos de Guias, sobre as quais o governo poderia exercer toda a fiscalização sem as raparigas deixarem a vida do campo e o exercício de amor a Deus e ao próximo conforme o escutismo recomenda. Senhora D. Carolina: não deixemos isto ir-se facilmente. As Guias de Angra não conhecendo V. Ex.^a estimam-na já muito e não querem ouvir dizer que as deixa. peço muita desculpa de falar com esta liberdade, mas creia V. Ex.^a que é com muita imiscuidade e consideração.» [Arquivo da AGP-Funchal, *Correspondência do P.^e José, pároco de São Pedro (Angra do Heroísmo)*, para Carolina Rocha Machado (Angra do Heroísmo, 1937-Mar-03; documento não-classificado)].

Agradecimento 1ª Classe (a mais alta condecoração a elementos externos à associação) a Carolina Rocha Machado pelas «muitas benemerências que tem prestado» em outubro de 1938¹²²⁷. E pouco tempo depois realizaria o seu Congresso Nacional de Dirigentes na ilha, em que dois dos temas a debater eram precisamente “O CNE e as organizações oficiais” e “O CNE, a AEP e as Guias de Portugal”.¹²²⁸ Num evidente tom irónico, o jornalista Alberto Figueira Gomes, sob o pseudónimo “D. Alfígo”, republicava na revista *A Flor de Lis* a entrevista do casal Baden-Powell com o papa Pio XI seis anos antes, uma data marcada pela bênção papal ao movimento guidista.¹²²⁹

A estratégia de absorção da AGP pela Mocidade Portuguesa Feminina foi lenta e premeditada, num primeiro passo com a imposição de um limite de atividades (biénio de 1936-1937), seguida de uma suspensão temporária até “novas ordens”. Aproveitar-se-iam as faculdades de algumas mentoras como Maria de Castro Henriques Osswald, colaboradora de *Joaninha. Jornal das Raparigas* em 1936, e no qual apresentava as atividades das guias. Anos depois seria a autora dos principais manuais da juventude estatal.¹²³⁰ Curiosamente uma simples carta da Secretária Geral da AGP a Carolina Rocha Machado de abril de 1938 mostra como na cidade do Funchal pouco se sabia da proibição governamental. A resposta acaba por ser hilariante com Maria José de Ayala Monteiro a recusar-se a enviar quaisquer peças de uniforme à unidade madeirense por desconhecer os procedimentos burocráticos *ad hoc*.¹²³¹

Em 1939 a Associação das Guias de Portugal desapareceria quase por completo, sobrevivendo apenas as três companhias com ligação direta aos *Imperial Headquarters* em todo o país: as duas da Madeira e a do Porto. Esta última ainda registou alguns impropérios, com Mrs. Pheysey a queixar-se no *Anglo-Portuguese News* que «*It is good news that the Oporto Girl Guides, after a temporary eclipse, lasting for two years, owing principally to schooling in*

¹²²⁷ «Ordem de Serviço Nacional nº 39», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 15, 1938-Out-01, p. 304; «A homenagem do CNE à Comissão das “Guias de Portugal” na Madeira», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, Série II, nº 1906, 1938-Out-22, p. 5.

¹²²⁸ «Congresso de Dirigentes», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 6, 1939-Mar-16, p. 42.

¹²²⁹ «Uma entrevista histórica», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 8, 1939-Abr-16, p. 63.

¹²³⁰ «Guias de Portugal», *Joaninha: jornal das raparigas*, Ano I, nº 5, 1936-mar-30, p. 8.

¹²³¹ «[...] Como V. Exa. me diz nada saber sobre o que se passa em Lisboa sobre o movimento, receio que não tenha recebido uma carta circular que mandei no princípio do ano em que dizia que em Lisboa continuaram absolutamente suspenso todo o nosso movimento assim como no Porto, sendo mesmo proibido o uso da farda para evitar complicações, visto estar em plena organização da M.P.F. Algumas das nossas dirigentes foram chamadas a ocupar cargos de responsabilidade na nova organização. A Sra. D. Fernanda d'Orey continua a ser Comissão Nacional até que a nossa Associação seja dissolvida o que até hoje não aconteceu. Estamos suspensas porque as forças das circunstâncias nos obrigaram a isso, mas faz-nos o maior prazer saber que ainda algumas das nossas Irmãs trabalham em plena atividade fazendo tanto bem.» [Arquivo da AGP-Funchal, *Correspondência de Maria José de Ayala Monteiro, Secretária Geral da AGP, para Carolina Rocha Machado* (Lisboa; 1938-Abr-07; documento não-classificado)].

*England, have now been re-constituted».*¹²³² O decurso da Segunda Guerra Mundial alteraria o *modus operandi* praticado até então, e as que resistiram na cidade invicta tiveram de trabalhar em conjunto com a Cruz Vermelha no apoio aos refugiados.¹²³³

¹²³² «Oporto News. Girl-Guides and Brownies», *The Anglo-Portuguese News*, Ano 3, nº 53, 1939-Dec-23, p. 11. Existe a possibilidade de a Companhia de Carcavelos ter continuado em funcionamento. O arquivo da St. Julians School contem um ofício da *Girl-Guide Captain* C.F. Wright ao diretor escolar a indagar sobre uma possível admissão de sete jovens portuguesas na companhia inglesa em 1949. Agradecemos a Craig Monaghan e Tânia Serras de Sá, respetivamente diretor e chefe de secretaria da *St. Julians School*, a amabilidade de partilharem uma cópia do documento [Arquivo da St. Julians School, Correspondência de C.F.Wright, Carcavelos, 1949-Fev-08 (documento não-indexado)].

¹²³³ «Oporto News. Guides in Oporto», *The Anglo-Portuguese News*, Ano 4, nº 65, 1940-Jun-08, p. 10. Seria interessante conhecer as redes de apoio aos refugiados aliados em todo o país. Até ao momento as análises empreendidas limitaram-se às cidades de Lisboa e Porto (Telo 1990, 168; A. Vicente 2013).

Conclusão

O *Diário de Notícias online*, a 28 de agosto de 2021, publicou uma notícia referente ao movimento escotista em Portugal.¹²³⁴ Uma como qualquer outra, não fosse o magnífico título “Portugal vai organizar em 2025 o maior evento escutista mundial”, o que por si já mostra a amplitude geográfica que este associativismo alberga na atualidade. A escolha de Portugal como país-anfitrião correspondeu a vários critérios logísticos e minimamente aceitáveis para acolher um elevado aglomerado de jovens à escala global em apenas sete dias. Se é certo que o resultado final para a organização do acampamento beneficiou do efetivo humano que as duas maiores associações escotistas portuguesas reúnem hoje - mais de setenta mil escoteiros no ativo¹²³⁵ -, por outro lado existiam também critérios históricos que explicam a solidez organizacional deste associativismo. A título de exemplo, recorde-se um episódio anedótico ocorrido em 2008, com a campanha publicitária da empresa *Mediamarket* intitulada “Eu é que não sou parvo”, com a utilização de várias personagens fictícias e claramente estereotipadas provenientes de uma inventada “Parvónia”. Uma delas era um jovem escoteiro, estupefacto com a qualidade e preços dos materiais disponíveis em loja, apresentado a defecar numa máquina de lavar roupa. Rapidamente o Corpo Nacional de Escutas e a Associação dos Escoteiros de Portugal apresentaram uma queixa pública, e da qual a empresa rapidamente se retratou, acabando por retirar o vídeo.¹²³⁶ Observa-se aqui um evidente efeito *lobby*, com a dúvida irresoluta se o acatamento da querela se deveu apenas a simples questões legais ou a uma potencial perda de clientes por parte da empresa. Em todo o caso, qualquer uma das possibilidades mostra bem o peso social que o escotismo conquistou e consolidou no país.

Este “peso social” acaba por ser o busílis da questão colocada logo no início desta dissertação, e a qual se visou responder ao longo de dez capítulos. Uma resposta procurada, sobretudo, no período entre as duas guerras mundiais, e onde se observou que, a tolerância do Estado Novo à permissão da continuidade do movimento escotista na metrópole, acabou por

¹²³⁴ «Portugal vai organizar em 2025 maior evento escutista mundial», *Diário de Notícias* [online], 2021-Ago-28. Disponível aqui: <https://www.dn.pt/sociedade/portugal-vai-organizar-em-2025-maior-evento-escutista-mundial-14070017.html> (consultado a 2023-ago-15).

¹²³⁵ A título de exemplo, em dezembro de 2022 o *Corpo Nacional de Escutas-Escutismo Católico Português* tinha um total de 64706 associados, dos quais 54% eram do género feminino (Mais informações aqui: https://escutismo.pt/dirigentes/recursos/oficiais/pag:recursos_oficiais/37bd987f-edc4-4b5d-b4d2-9208b2a2ee51; consultado a 2023-ago-15). A *Associação dos Escoteiros de Portugal* dispõe de um efetivo que ronda os 10.000 inscritos.

¹²³⁶ Para mais informações veja-se esta reportagem (https://www.rtp.pt/noticias/economia/escuteiros-ameacam-processar-media-markt-por-campanha-ofensiva_n91683; consultado a 2023-ago-15).

ser uma exceção nas geografias ditatoriais europeias.¹²³⁷ De facto, o governo de Oliveira Salazar tentou absorver e aniquilar todas as associações escotistas, logrando-o efetivamente com algumas entidades, como os Pajens de Nuno Álvares, a União dos Adueros de Portugal, ou o Corpo de Escutas de Portugal do Movimento Nacional-Sindicalista. De forma necessariamente redutora poder-se-á ainda afirmar que a estrutura organizativa trinominal do escotismo (internacional-transnacional-supranacional) e o próprio legado histórico da sua resistência a vários modelos de governação respondem já de si aos porquês da continuidade da AEP e CNE.¹²³⁸

A particularidade do *scouting* ter sido introduzido em Portugal por quatro vias distintas, como foi explicado ao longo da primeira parte (anglicano-protestante; republicano-maçónico; movimento da *Escola Nova*; e Igreja Católica), mostra que havia um amplo consenso entre vários sectores sociais que se interessaram pela pedagogia de Baden-Powell.¹²³⁹ O ideal de um enquadramento moderno para os futuros *Homens Novos* passava facilmente pelo crivo das primeiras três categorias assinaladas: ou pela minoria protestante (por oposição à Igreja Católica); ou pelo sector republicano-maçónico; ou ainda através da Escola Nova (como polo adversário a uma educação jesuíta). Mais ainda quando os principais dirigentes associativos eram simultaneamente agentes oficiosos no canal diplomático com a Grã-Bretanha, utilizando a caracterização proposta por Peter Jones (Jones 2015). Dependendo sempre da conjuntura política, a comunicação governamental com algumas individualidades militares inglesas em trânsito por Portugal era facilitada por (escoteiros) representantes da Associação Cristã da Mocidade¹²⁴⁰, ou por escoteiros estabelecidos no Palácio das Necessidades.¹²⁴¹ Ainda assim,

¹²³⁷ Exceção aos restritos grupos catalães protegidos pelo Arcebispado de Barcelona durante o regime franquista (Cruz Orozco 2002; Comas Rubí, March Manresa, e Sureda García 2010, 202).

¹²³⁸ A própria estrutura do Estado Português condicionava as relações institucionais com as organizações supranacionais. Um exemplo parecido ao caso escotista foi a *Cruz Vermelha Portuguesa*, que durante a Primeira República, também conheceu algumas tentativas de absorção. Neste caso, o peso das relações pessoais e intrainstitucionais entre os membros da Cruz Vermelha de vários países serviu de defesa política (Moura 2006, 57; Antas Ramos 2022, 80).

¹²³⁹ Recorde-se a inauguração do AEP Gr. 97-Sintra em junho de 1934, com a presença dos vários grupos da área metropolitana de Lisboa a chegarem a estação ferroviária, sendo “aguardados pelos srs. Dr. Álvaro de Vasconcelos, presidente da Câmara; dr. Pereira Ferraz, presidente da Associação de Caridade; José Soares e Etelvino Cunha da Comissão de Turismo; Frutuoso Pais e António Triste, da Assembleia de Sintra; drs. Jacinto Carreira e António Soares, da Comissão Organizadora do grupo de escoteiros de Sintra; prof. Domingos Rosas, chefe dos escoteiros locais, juntas de freguesia, povo e banda da Sociedade União Sintrense. Os visitantes superiormente dirigidos pelos srs. Rui Santos e Magalhães Ferraz, desfilaram em frente dos Paços de Concelho, depois do que, ante a curiosidade de muitas pessoas, que se postaram às janelas, se encaminharam para a Praça da República.” («Escoteiros de Portugal, *O Comércio do Porto*, Ano LXXX, nº 150, 1934-Jun-27, p. 7).

¹²⁴⁰ Em 1935 a Casa de Portugal em Antuérpia solicitou a cooperação da AEP na organização de um acampamento da *Young Women Christian Association* a realizar em Lisboa («Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.687, 1935-Fev-18, p. 3).

¹²⁴¹ O Palácio das Necessidades albergou durante vários anos um grupo de escoteiros, inicialmente o UAP Gr. 11 (de 1919 a 1928), e mais tarde o AEP Gr. 79 (de 1928 a 1942).

também alguns sectores eclesiásticos aproximar-se-iam lentamente das propostas do general inglês, o que acabou por consolidar o aparecimento de uma associação exclusivamente católica a partir do biénio 1922-1923, também ela vinculada a uma estrutura internacional como o *Bureau International de Scouts Catholiques*, com sede em França.

Todas as associações concorreram para a conquista de espaços mediáticos e públicos, aspecto fundamental para a afirmação do movimento escotista como um todo. Como referido no capítulo 5, a principal imprensa generalista e desportiva da época – desde logo jornais como *O Século*, *O Comércio do Porto* ou *Os Sports* –, propuseram-se a ser os baluartes informativos e promocionais para a abertura de novas unidades em todo o território português. Cedo se transformaram em autênticos órgãos de comunicação interassociativa, e nos quais a informação ia da mais elementar notícia quotidiana até a dissertações pedagógicas sobre a natureza institucional do *scouting*.¹²⁴² As descrições sobre o alcance geográfico e o trabalho em rede deste associativismo facilmente elucidavam os leitores menos familiarizados com a temática. E no que respeita à ocupação do espaço público basta ver como a segunda visita do casal Baden-Powell a Lisboa em abril de 1934 acabou por se transformar mais numa expressão política do movimento escotista-guidista, do que num simples passeio de um casal inglês por terras portuguesas. Recorde-se que foi uma visita dos Baden-Powell. Mas, com eles estavam outros setecentos dirigentes escotistas, provenientes de várias partes do império britânico, e um milhar de jovens portugueses nas ruas de Lisboa.¹²⁴³ Era o culminar de um itinerário meticulosamente delineado, no qual a imprensa portuguesa condimentou as notícias ao gosto dos leitores, com o recordatório de um general inglês galardoado com a Ordem de Cristo a pisar novamente o país.¹²⁴⁴

E ter o casal Baden-Powell na capital, significava também ter outros convidados como o conde Henry Marty, comissário dos *Eclaireurs de France*, um dos membros da comitiva internacional que Salazar anteriormente recusara a receber.¹²⁴⁵ A censura política complementava o quadro purgatório na imprensa principal e ainda dava o toque final vetando o *scouting* ao esquecimento. Mas era difícil. A limpeza ideológica aos periódicos era bastante irregular e, por vezes, deixava escapar publicações como o agradecimento público do fundador

¹²⁴² A prática de utilização de jornais de grande tiragem como órgão oficiosos associativos era comum em vários países europeus. Na Galiza, por exemplo, os *Exploradores* recorriam à *Gaceta de Galicia* e ao *Vida Gallega* (Antas Ramos 2022, 79).

¹²⁴³ «Escotismo», *O Século*, Ano 53, nº 18:565, 1933-Nov-17, p. 4.

¹²⁴⁴ «Escoteiros», *Gazeta de Coimbra*, Ano 18, nº 2311, 1929-Mar-02, p. 2; «Baden-Powell e a Ordem Militar de Cristo», *Sempre Pronto. Mensário Escotista*, Ano XXI, nº 239, 1965-Mar, pp. 1/5.

¹²⁴⁵ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.599, 1934-Abr-16, pp. 5-6; «Escotismo. A visita do chefe», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.601, 1934-Abr-23, p. 2.

aos escoteiros de Coimbra.¹²⁴⁶ A censura poderia ser eficaz nas principais cidades, mas acabava comumente por ceder nas periferias onde as lógicas locais se impunham.

A institucionalização do associativismo escotista no Império colocou entraves inesperados ao Estado Novo, desejoso de se afirmar a nível internacional. E se o enquadramento da juventude nas colónias a partir das várias instituições se destinava unicamente à elite branca e a alguns jovens nativos assimilados, agora, com a abertura de vários grupos escotistas, contrariava-se a funcionalidade da organização estatal como único e legal instrumento civilizacional. Mais ainda quando no continente africano crescia a facilidade dada aos nativos para contactar com uma rede social internacional que comungava direitos e deveres, e dificilmente alcançável a partir de outras organizações (Parsons 2004). Esta particularidade despertou a atenção de várias altas patentes militares e colonialistas, como o major Álvaro de Fontoura, que em 1935 alertava:

«[...] O que é bom para uma colónia pode ser mau para outra. Convirá que algumas das secções de escuteiros, constituídas por rapazes indígenas das colónias sejam comandadas por escuteiros europeus, desde que sejam cuidadosamente escolhidos, de forma que as suas qualidades se imponham aos que lhe devem obedecer».¹²⁴⁷

¹²⁴⁶ «[...] No mar, 5 de Março de 1929 - Meus caros irmãos escoteiros de Coimbra. - Recebi hoje com grande prazer a vossa amabilíssima oferta dum álbum de fotografias que me veio trazer a todos vós até junto de mim. Muito me alegro em poder assim constatar a união em que viveis. Eu só desejava se me tivesse sido possível visitar a vossa antiga e interessante cidade, para vos ver pessoalmente, mas o meu tempo para Portugal foi infelizmente limitado apoucas horas. Levo comigo uma saudosa recordação deste curto tempo, e dos esplendidos escoteiros que na recepção tive ocasião da ver. Per isso o vosso álbum será guardado como uma encantadora lembrança desta visita ao vosso país. Permitam que lhes venha reforçar o pedido de atenção para os pontos que sugeri aos escoteiros quando os vi em Lisboa, e que são: 1º - Praticai a Lei Scout - Pondo-a em prática na vossa vida quotidiana, principalmente auxiliando o vosso semelhante. 2º - Dizei para vós mesmo - O meu país é moralmente grande e eu farei tudo quando puder para o tornar ainda maior». 3º - Considerai como verdadeiros irmãos todos os escoteiros dos outros países, escrevendo-lhes ou visitando os. Se um dia os homens de todos os países fossem irmãos e não estranhos, então acabariam as guerras e a paz reinaria no mundo. Espero que no primeiro «Scout International Jamboree at Birkenhead» em Agosto próximo nós passamos ver um contingente de escoteiros de Coimbra. Podeis estar seguros de uma calorosa recepção nos braços dos vossos irmãos ingleses. Entretanto aceitai os meus cordiais agradecimentos e os melhores votos de prosperidades. Vosso verdadeiro - a) Robert Baden Powell» («Uma carta de Baden-Powell», *Gazeta de Coimbra*, Ano 18, nº 2321, 1929-Mar-26, p. 1).

¹²⁴⁷ «Secção Escutista. O Escutismo colonial», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano III, nº 785, 1935-Jan-19, p. 4; «Secção Escutista. O escutismo colonial como meio de colonização e nacionalização», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano III, nº 791, 1935-Jan-26, p. 4. O major Álvaro de Fontoura dissertou ainda sobre a necessidade de ampliar o método de Baden-Powell às colónias, tendo em conta que «[...] o problema apresenta outros aspectos, também interessantes para serem estudados na sua aplicação às colónias, em que uma grande parte dos indígenas sigam uma religião diferente da católica, por exemplo, a maometana. Desde que se organize e fiscalize convenientemente, julgo que, mesmo nestes casos, o escutismo poderá ser empregado como poderoso meio de educação e de civilização. Os indígenas encontram um encanto e interesse especiais nos jogos e concursos desportivos, que assim poderão ser empregados como poderoso meio educativo. Será um estímulo para os indígenas o poderem usar o distintivo escutista, da especialidade onde se tenham destacado, agrícola, oficinal, etc. O escutismo pode criar nas suas almas simples o interesse de serem uteis ao semelhante, distinguindo aqueles que melhor se adestraram em provas de natação e socorros marítimos ou provas de enfermagem. Podem dar-se-lhes noções de higiene no vestuário e na habitação e meios de defesa contra as doenças contagiosas e infecciosas. O escoteiro encontra prazer em práticas os princípios de educação cívica, e o indígena habituar-se-á à saudação, às atenções especiais para com as pessoas idosas, crianças e senhoras, e por esta forma poderá transformar rapidamente o seu aspecto exterior de selvagem substituindo-o por um aspecto civilizado, e habituando a sua alma a compreender e praticar os

A preocupação de Fontoura era óbvia. Caso não houvesse o mínimo de organização, o escotismo elevaria os africanos a um outro estado social inaceitável no quadro político do Estado Novo. E no caso das raparigas era ainda mais grave, porque o processo já estava em curso. Precisamente com as várias companhias da Associação das Guias de Portugal estabelecidas nas periferias urbanas, que acabavam por confrontar os modelos de regulação feminina impostos a partir de Lisboa, com uma coexistência entre guias negras e brancas nas missões religiosas que confrontava as estratégias consuetudinárias de segregação étnica.

A internacionalização do associativismo escotista acabaria por ser o último escolho na relação com o Estado Novo, que via nos escoteiros uma relativa flexibilidade na mobilidade interimperial, sobretudo no caso moçambicano, onde a influência (in)direta da União Sul-Africana se manifestava claramente com a presença constante dos *Scouts of South Africa* em Lourenço Marques. A institucionalização das Mocidades Portuguesas acabou por servir de barreira de acesso às liberdades associativas, filtradas através de imprescindíveis autorizações prévias, e objetivadas para uma nova e apressada regulação juvenil politizada nas colónias. Ao condicionar as ações da AEP, CNE e AGP ao máximo, as Mocidades Portuguesas visavam simultaneamente enquadrar as juventudes colonizadoras e colonizadas num projeto único de obediência metropolitana. Dentro deste quadro da *Ordem Nova*, a exceção à sobrevivência dos escoteiros ismailis abre um espaço interrogativo quanto ao papel político de algumas minorias religiosas dentro da máquina diplomática portuguesa, o que inevitavelmente põe em causa o projeto totalizador estatal. Assim, retoma-se aqui a pergunta inicial: se o Estado Novo conseguiu aniquilar o associativismo escotista no império (à exceção dos ismaelitas), e mesmo sob vários focos de resistência, qual a razão para não o efetivar na metrópole?¹²⁴⁸

A resposta poderá ser extraída a partir da dimensão transnacional do associativismo escotista-guidista e da sua organização internacional, que contou com o respaldo inglês em muitos aspetos, desde o mais trivial episódio quotidiano até ao envolvimento de vários políticos e militares de altas patentes dos dois países.¹²⁴⁹ Desde logo, os membros fundadores de grupos em Macau, Lisboa e Cabo Verde, na sua maioria ingleses estabelecidos no Império Português, e que mantinham posições socioeconómicas e uma significativa influência política para interpelarem diretamente as autoridades locais e/ou nacionais. Recorde-se como as visitas

sentimentos nobres e altruístas da civilização cristã» («Secção Escutista. O Escutismo colonial», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano III, nº 796, 1935-Fev-02, p. 4).

¹²⁴⁸ «Para que serve a organização», *Mossâmedes*, Ano V, 2ª Série, nº 32, 1936-Jan-23, pp. 3-4; «O Escotismo morreu em Portugal», *Mossâmedes*, Ano V, 2ª Série, nº 49, 1936-Jul-30, p. 3.

¹²⁴⁹ No final de 1934 a Casa de Portugal de Londres escreveu à AEP a solicitar apoio para a receção a um grupo de escoteiros ingleses que passariam por Lisboa («Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.681, 1935-Jan-28, p. 3.

“pedagógicas” dos enviados dos *Imperial Headquarters* a Portugal acabaram por se transformar sempre em visitas diplomáticas. Em fevereiro de 1933, Rose Kerr, esposa do almirante Mark Kerr e diretora da *Girl-Guide Association*, visitou Lisboa e Porto, e seria recebida pessoalmente pelo embaixador de Inglaterra e por Vítor Braga Paixão, este último na qualidade de representante do ministro da Instrução. E para explicar a natureza do *girl-guiding*, Rose Kerr teve direito a uma palestra na sede do Automóvel Club de Portugal.¹²⁵⁰ Invertendo agora a questão: qual a razão inteligível para alguém do ministério da Instrução, ou alguém da embaixada da Inglaterra, envidasse tamanhos esforços para receber uma simples chefe de escoteiras? Uma das respostas consistentes reside no combate cultural empreendido pelo próprio movimento, nomeadamente contra as ameaças de formações fascistas mimetizadas a partir da experiência italiana, e que no caso português se materializaram sobretudo com o Corpo de Escutas de Portugal do Movimento Nacional-Sindicalista. Ou até com as interferências da *Hitlerjugend* com alguns grupos madeirenses a partir de 1935, camuflando a aculturação nacional-socialista dos jovens insulares com o financiamento da deslocação aos Países Baixos por ocasião do *International Jamboree*. Mesmo assim, não deixa de ser uma resposta incompleta.

A natureza trinominal do movimento escotista e a sua organização internacional, dimensão transnacional e obediência supranacional (no caso dos católicos e ismaelitas), permitiu que, tanto a AEP como o CNE, incluíssem vários refugiados espanhóis e judeus alemães nas suas fileiras. Os primeiros durante o período da Segunda República Espanhola, quando o Colégio Jesuíta de Valladolid se instalou na estância balnear da Curia, no concelho da Anadia. A visita de D. Ángel, presidente da Junta Central da *Acción Católica* espanhola, à aldeia é particularmente interessante para se perceber a natureza compósita do *scouting*, sincronicamente nacionalista e internacionalista, quando o próprio afirmava:

«[...] Sólo entonces puede existir el patriotismo verdadero que será la corriente eléctrica que salga del recuerdo del pasado y pase por nosotros para hacernos luchar por el porvenir de nuestra patria. Ahora bien: España tiene una tradición católica representada en la Cruz de Santiago; vosotros, exploradores, sois los llamados a continuarla. Vuestra disciplina exterior no es más que la señal de esa otra disciplina interna que todos poseéis...» Y al fin dio tres vivas, a las tres cosas que más tenemos en el corazón (así dijo él): «Exploradores, ¡Viva el Papa!; Exploradores, ¡Viva España!; Exploradores, ¡Viva la Compañía de Jesús!».¹²⁵¹

¹²⁵⁰ «A Sr^a Mark Kerr que é directora da Associação Mundial de Escoteiras», *O Século*, Ano 53, nº 18:301, 1933-Fev-23, p. 1; «Escotismo Feminino», *O Século*, Ano 53, nº 18:302, 1933-Fev-24, p. 10.

¹²⁵¹ «El presidente de la Junta», *Nuevos Jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid*, Curia, Anadia, Año I, 1934-Dic, Nº 2, pp. 2/7.

A institucionalização da Organização Escotista de Portugal (OEP) seria assim a primeira medida para que o Estado Novo transformasse um movimento periestatal como o escotismo, numa organização paraestatal, utilizando a terminologia de Mireille Delmas-Marty (Delmas-Marty 1986, 121–26), transferindo internamente alguns dos seus vultos para as lideranças locais, regionais e nacionais do novo filtro político. O melhor exemplo incide em Victor Braga Paixão, professor e representante do Ministério da Instrução em várias instâncias. Uma vez selecionado *ad hoc* para presidente da OEP, Braga Paixão aproveitou o momento para sanar algumas fraturas internas no universo escotista, instrumentalizando a legislação a favor das duas maiores associações. O primeiro passo resultou no condicionamento de certas organizações, com a extinção dos Pagens de Nuno Álvares logo em 1932, seguindo-se depois a proibição oficiosa de qualquer atividade da União dos Adueros de Portugal. Esta última, de facto, foi sugerida pela Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) e Corpo Nacional de Scouts (CNS) ao governador-civil de Lisboa, por alegadamente não terem qualquer vínculo internacional à *Boy-Scouts Association* em Londres.¹²⁵² A extinção dos Pagens e dos Adueros deu início a um processo lento de extermínio associativo, começando com a própria OEP (revogada através da portaria nº 8488, de 13 de julho de 1936). Seguiu-se depois a proibição de qualquer atividade escotista no império por determinação da implementação da Mocidade Portuguesa nos vários territórios asiáticos e africanos, obrigando a que os escoteiros se submetessem e convivessem lado a lado com a organização paraestatal. Exceção às comunidades ismailis de Damão e Lourenço Marques, que conseguiram manter a sua estrutura supranacional escotista sob alegação de se identificarem como súbditos apátridas da Casa Real Britânica.¹²⁵³

Retome-se a questão inicial. Tendo em conta as políticas de absorção associativa aplicadas pelos vários poderes ditatoriais europeus, o que explicará a tolerância portuguesa à continuidade da AEP e CNS a partir de 1936? A instituição da Organização Escotista de

¹²⁵² «[...] Até que enfim foi cumprida a legislação escotista portuguesa no que diz respeito às imitações fraudulentas e usos indevidos de uniformes e distintivos próprios dos escoteiros! E já não era sem tempo, porquanto o decreto-lei que regula tais assuntos foi publicado em 1932... As sedes dos grupos de adueiros da área de Lisboa acabam de ser encerradas e lacradas, por ordem do sr. governador civil, a solicitação do qual o sr. comandante da Polícia deu também aos seus subordinados, ordens terminantes para a supressão do uso de uniforme que se possam confundir com os escotistas. Congratulamo-nos sinceramente com esta enérgica resolução do sr. tenente-coronel João Luís de Moura, grande amigo do Escotismo Português, do verdadeiro, do único, que assim lhe fica devendo mais um inestimável serviço. É que, se por um lado a lei se fez para ser acatada, por outro, a organização adueira punha constantemente em perigo a boa marcha do Escotismo Português e a sua grande reputação. O grande público, que não sabia distinguir à primeira vista, os adueiros dos escoteiros, confundia-os sempre, medindo os actos destes pela baixa bitola que a toda a hora lhes era fornecida, pela acção, nem sempre moral, honesta, patriótica e educativa daqueles.» («Escotismo. Até que enfim!», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.608, 1934-Mai-18, p. 3).

¹²⁵³ «[...] *The Aga Khan has issued a message of India and other British Dominions asking them to realize that "our best way of serving Moslem interests is by completely loyal co-operation with His Majesty's Government". The Aga Khan mentions that both his sons and himself have placed all their personal services at the Viceroy's disposal.* – *Reuter*» («The Aga Khan Message. Appeal to Muslims to serve Britain», *Lourenço Marques Guardian*, Vol. XXXV, 1939-Set-30, p. 8).

Portugal pelo decreto nº 21.434, de 29 de junho de 1932, e a nomeação do professor Braga Paixão como mediador entre o associativismo escotista e Estado Novo, acabou por servir de tubo de ensaio numa estratégia infrutífera. Se por um lado serviu para aniquilar os Pagens de Nuno Álvares e a União dos Adueros de Portugal, paradoxalmente ampliou o número de grupos das duas maiores associações. Mais ainda, quando o associativismo escotista português conseguia produzir lideranças, com os principais dirigentes a terem um evidente ascendente na Presidência da República e em parte do aparelho governativo. Basta ver como uma simples cerimónia dos novos escoteiros do grupo da Assistência Pública no Verão de 1934 contou com a presença simultânea do Presidente da República, de Braga Paixão (como representante do Ministério da Instrução através da OEP), do Ministro do Interior e do tenente-coronel João Luís de Moura.¹²⁵⁴

A OEP permitiu também que o movimento escotista se consolidasse dentro das fronteiras nacionais, na medida que funcionava como um órgão do Ministério de Instrução, possibilitando uma fácil propaganda a partir da rede docente. Como referido no capítulo 3, a criação do Núcleo de Propaganda Educativa por iniciativa de Manuel Gomes dos Santos em 1932 - e que pouco anos depois assumiria a liderança da AEP - , permitiu a homogeneização íntegra desta, tanto na metrópole como no império. A partir do Núcleo de Propaganda Educativa poder-se-á observar como o projetado Corpo de Escoteiros Escolares acabaria por ser uma das bases organizacionais na génese da Mocidade Portuguesa.¹²⁵⁵ E em proporções maiores, e até mais coerentes do que organizações filofascistas como a Acção Escolar Vanguarda, que não projetavam uma extensão imediata à escala intercontinental.¹²⁵⁶ Recorde-se que um dos principais dirigentes do Núcleo de Propaganda Educativa era o professor e escoteiro-chefe Marcello Caetano, membro ativo na direção central da AEP e um dos membros do seu Conselho Jurisdicional.¹²⁵⁷ Enquanto dirigentes do Núcleo, Marcello Caetano e Manuel Gomes dos Santos promoveram o “Cruzeiro de Férias às Colónias”, sendo oficialmente recebidos em Angola pelos grupos escotistas locais.¹²⁵⁸

¹²⁵⁴ «Escotismo. A lição dos factos», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.620, 1934-Jun-29, p. 3.

¹²⁵⁵ Santos, Manuel Gomes dos. «Palavras de agradecimento e de exortação à Mocidade Portuguesa», *Novos de Portugal: boletim do "Núcleo de Propaganda Educativa"*, nº 1, 1932, pp. 21-28.

¹²⁵⁶ Apesar de o jornal da Acção Escolar Vanguarda publicar alguns textos do historiador João Ameal sobre a finalidade de organizações juvenis como instrumentos “civilizacionais”, com fotografias de jovens africanos - em ordem unida, uniformizados, e exibindo a saudação romana -, não se observou uma estratégia clara de implementação nos espaços coloniais («Sentido do Império», *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda*, Ano I, nº 1 (2ª Série), 1934-Set-30, p. 1).

¹²⁵⁷ «Escoteiros de Portugal», *O Comércio do Porto*, Ano LXXIX, nº 250, 1933-Out-21, p. 3.

¹²⁵⁸ «O 1º Cruzeiro de Férias às Colónias Portuguesas. Comemoração da Batalha de Aljubarrota», *Novos de Portugal: boletim do "Núcleo de Propaganda Educativa"*, nº 3-4, 1934/1935, pp. 149-151.

Braga Paixão conseguiu, afinal, transformar a OEP num instrumento estatal ao serviço do escotismo, algo manifestamente confirmado pela sua condecoração como oficial da Ordem de Cristo pelo Presidente da República em 1933, ironicamente pelos seus serviços à instrução nacional.¹²⁵⁹ É bastante aceitável que esta outorga honorífica tenha gerado algum desconforto ao Presidente do Governo, que, seis meses depois lançaria uma farpa contra o *scouting* português através da Liga Nacional da Mocidade Portuguesa, que, segundo Luís Nuno Rodrigues, não teria tido qualquer expressão (L. N. Rodrigues 2019, 52).¹²⁶⁰ Mas teve. Alguns dos principais dirigentes escotistas conectados com o Estado Novo, como Antero Nobre ou Marcello Caetano, conheciam os riscos de uma possível agremiação estatal ao estilo fascista e procuraram precaver-se perante essa eminente absorção.¹²⁶¹ Por seu turno, a OEP prosseguiu com a sua agenda de atividades expansionistas, agora com a receção oficial a Baden-Powell em abril de 1934, um tema abordado transversalmente em vários capítulos. O impacto político da deslocação e presença do fundador em Lisboa foi suficientemente grande para que o envio de uma delegação à Conferência Colonial Internacional de Escotismo, a realizar em Paris, em maio desse ano, e financiada dualmente pela Escola Superior Colonial e pela Agência Geral das Colónias, fosse impedida pelo governo português.¹²⁶² Seria a primeira proibição. A segunda decorreria aquando do Acampamento Internacional de Escoteiros Seniores, em Estocolmo, em julho do ano seguinte. O madeirense *O Jornal. Diário da Manhã*, sobrevivente ao crivo da censura, torna-se numa fonte imprescindível nas suas transparências ao informar que

«[...] Todas as nações do mundo ali enviarão representantes, sendo algumas delegações subsidiadas pelos governos dos respectivos países – prova evidente de que reconhecem o valor formidável desta organização. As associações escutistas portuguesas que têm uma organização adjunta ao Ministério de Instrução, não enviarão a Estocolmo um único representante! Vem a talhe de foice perguntar

¹²⁵⁹ «Braga Paixão», *Alerta. Órgão oficial do C.N.S. na Madeira*, Ano 1, nº 9, 1933-Fev, p. 5.

¹²⁶⁰ “Art. 24º Mantêm-se a organização escotista de Portugal, criada pelo decreto nº 21:434, de 29 de junho de 1932, devendo desempenhar as funções de representante do Governo, a que se refere o § 1º do artigo 5º do referido decreto o Secretário Geral da Liga da “Mocidade Portuguesa”. § único. Ficam compreendidas na Liga da Mocidade Portuguesa, as organizações escotistas aprovadas pelo ministro da Instrução Pública, à data da publicação deste decreto. Os agrupamentos escotistas só poderão ter existência legal desde que declarem considerar-se compreendidas na Liga da “Mocidade Portuguesa”, para os efeitos deste decreto.» («Vai aparecer um decreto que cria uma organização denominada “Liga da Mocidade Portuguesa”», *O Século*, Ano 53, nº 18:447, 1933-Jul-21, pp. 1/5).

¹²⁶¹ «Escotismo. Um problema», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.679, 1935-Jan-21, p. 3. Algo parecido com o que aconteceria em Espanha anos depois, já durante a Segunda Guerra Mundial, quando vários católicos da confiança de Francisco Franco (por exemplo, o ministro de assuntos exteriores Francisco Gómez-Jordana, ou o ex-ministro Juan Beigbeder) manifestamente contrários à ideologia nacional-socialista, conseguiram articular-se com o Vaticano e com os católicos norte-americanos (Rodríguez Lago 2017, 231).

¹²⁶² «Escotismo», *O Século*, Ano 54, nº 18:721, 1934-Abr-27, p. 7.

para que servirá uma O.E.P., se dela não parte um único estímulo para o escutismo português?»¹²⁶³

Não obstante as restrições governamentais, a OEP procurou contornar o problema político a partir de dentro, convencendo o Presidente da República a entregar as insígnias da Ordem de Benemerência à AEP, simbolicamente nada menos do que na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1934.¹²⁶⁴ Recorde-se também que, nesse mesmo ano, decorreram os acampamentos nacionais da AEP (ao lado da Exposição Colonial do Porto) e do CNS (na Quinta do Magistério Primário, em Benfica, Lisboa), reunindo milhares de jovens, portugueses e estrangeiros, nas periferias das duas maiores cidades. De forma preventiva, em novembro a AEP nomeou o coronel William F. Godfrey Pope como secretário internacional, o intocável administrador da *Anglo-Portuguese Telephone Company* e sobrinho de Baden-Powell.¹²⁶⁵ E por último, integrou também Armindo Monteiro e Pedro Teotónio Pereira, dois altos dirigentes do aparelho estatal, como membros da sua direção central.¹²⁶⁶

A entrada de membros do arco governativo na estrutura escotista colocava uma grande dificuldade ao Estado Novo. Afinal, eram demasiadas organizações de enquadramento da juventude para um governo que se queria ditatorial: escoteiros protestantes; escoteiros conectados com a Maçonaria; escoteiros ligados ao professorado; escoteiros católicos; escoteiros sem qualquer filiação internacional; estrangeiros; espanhóis; judeus alemães; Acção Escolar Vanguarda; Movimento Nacional-Sindicalista; Pagens de Nuno Álvares; *Hitlerjugend*; e ainda escoteiras (umas católicas, outras protestantes, e algumas judias).¹²⁶⁷ E para cúmulo, uma dependência paraestatal como a OEP que funcionava com relativa autonomia no interior do próprio Estado Novo, e que recrutava publicamente alguns dos seus fiéis para o seu seio.

A institucionalização musculada da Mocidade Portuguesa com o decreto nº 26.611 de 19 de maio de 1936, com o específico artigo 40º, e que abrangia «toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar», ameaçava claramente as associações escotistas, mas deixava algumas dúvidas quanto

¹²⁶³ «Escutismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano IV, nº 932, 1935-Jul-27, pp. 3/6. Para mais informações, ver também: «Escotismo. A VII Conferência Mundial», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.775, 1935-Dez-23, p. 4.

¹²⁶⁴ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.611, 1934-Mai-28, pp. 4/6; «Livros Novos», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.623, 1934-Jul-09, pp. 3-4.

¹²⁶⁵ «Escotismo e educação física», *Os Sports*. Ano XVI, nº 1.657, 1934-Nov-05, p. 4.

¹²⁶⁶ «Os escoteiros-chefes da A.E.P. resolveram dar uma nova orientação ao escotismo», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.735, 1935-Ago-05, p. 4.

¹²⁶⁷ Um tema pouco explorado e que merece alguma atenção, já que as redes protestantes internacionais na Península Ibérica acabaram por ser prejudicadas com a consolidação do nacional-catolicismo da ditadura de Francisco Franco a partir de 1939 (Rodríguez Lago 2017, 235).

aos limites de ação. A reação surgiu de imediato por parte do católico Corpo Nacional de Scouts rebatizado como Corpo Nacional de Escutas (CNE), e que, ainda nesse mesmo mês, ponderou a possibilidade de se federar com a AEP (proposta nada consensual e que acabou rejeitada). Mais ainda quando, dois anos antes, as Guias de Portugal optaram por efetivar algo semelhante, juntando as associações católica e protestante-britânica numa só, e o resultado foi bastante danoso para as segundas.¹²⁶⁸

Sob a pressão dos filogermanistas que procuravam institucionalizar a Mocidade Portuguesa ao estilo nacional-socialista, o *Estado Novo* teve de revogar a Organização Escotista de Portugal, com a portaria nº 8488, de 13 de julho de 1936, para que se estabelecessem as primeiras demarcações institucionais (Ninhos 2017, 113–14). E a partir daqui observam-se dois tipos de argumentação contra o governo português, um oficial e outro oficioso, com uma evidente estratégia de jogos de bastidores. A AEP expôs imediatamente os danos a Oliveira Salazar pelo seu porta-voz Franklim de Oliveira e que lhe elencou uma série de mais-valias do movimento escotista (astutamente retiradas do manual *Scouting for Boys* de Baden-Powell).¹²⁶⁹ Em seguida, procurou o apoio de António Ferro, o influente diretor do Secretariado de Propaganda e Informação, convidando-o a assistir ao aniversário do AEP Gr. 103-Liceu Francês, de modo a que este observasse *in loco* as valências do método pedagógico¹²⁷⁰. Em troca, a direção central da AEP garantia-lhe um controlo mais cerrado sobre os grupos para evitar qualquer influência soviética, como foi referido no capítulo 7. Mesmo assim, alguns grupos procuraram por iniciativa própria erguer a voz contra a medida governamental. Quatro jovens do AEP Gr. 54-Beja deslocaram-se em bicicleta a partir da cidade do Baixo Alentejo até Lisboa, com o objetivo de se verem publicitados na imprensa, o que de facto conseguiram. As equipas editoriais de jornais como *O Século* e o *Diário do Alentejo* mantinham um posicionamento ideológico bastante antonímico ao Estado Novo, e procuraram registar a atividade diária dos rapazes por todas as localidades percorridas, o que terminou com uma receção oficial na Presidência da República.¹²⁷¹ Por outro lado, o escotismo católico teve um procedimento muito mais recatado, indicando expressamente aos seus associados através da

¹²⁶⁸ «Escutismo. Conselho Nacional do C.N.E.», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano V, nº 1174, 1936-maio-23, pp. 3-4.

¹²⁶⁹ ANTT, «Fundo Presidência do Conselho de Ministros», *Exposição relativa à situação do escutismo português feita por Franklim de Oliveira, Comissário técnico da Associação dos Escoteiros de Portugal* (c. 1936; Código de referência: PT/TT/SGPCM-GPC/0300/00003).

¹²⁷⁰ «Escotismo. O aniversário do 103», *Os Sports*. Ano XVII, nº 1.824, 1936-Jun-12, p. 4.

¹²⁷¹ «Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 19511, 1936-Jul-10, p. 2; «Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 19511, 1936-Jul-13, p. 8; «Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 19515, 1936-Jul-14, p. 2; «Grupo de escoteiros de Aljustrel», *Diário do Alentejo. Jornal da tarde*, Ano V, nº 1251, 1936-Jun-20, p. 4; «Escoteiros de Portugal», *Diário do Alentejo. Jornal da tarde*; Ano V; nº 1261; 1936-Jul-02, p. 1; «Vida Escotista», *Diário do Alentejo. Jornal da tarde*; Ano V; nº 1272 1936-Jul-15, p. 4.

revista oficial *A Flor de Lis* que «as diversas unidades não devem, no entanto, usar papel timbrado em que figurem o Escudo Nacional ou os indicativos S.R., Ministério da Educação Nacional, Organização Escotista de Portugal ou outros equivalentes. Enquanto não se substituírem estes dizeres, deve-se-lhes passar um traço por cima».¹²⁷²

A promulgação legislativa de duas medidas cruciais para o *scouting* português em menos de dois meses - o decreto nº 26611 de 19 de maio de 1936 (e que instituía a Mocidade Portuguesa), assim como a portaria nº 8488 de 13 de julho (e que revogava a OEP) -, acabou por ser o ponto de transformação do movimento escotista de um organismo periestatal para paraestatal. De forma redutora poder-se-á afirmar que, a partir do verão de 1936, tudo mudou. Em poucos meses instaurar-se-iam as primeiras unidades da Mocidade Portuguesa nas principais urbes de Portugal. No império, mais concretamente em Angola, os escoteiros foram impelidos a partilhar as suas sedes e a organizar atividades conjuntas com as novas organizações estatais.¹²⁷³ A partir daqui observa-se uma sobreposição de agendas na generalidade dos espaços urbanos, com os programas estatais a substituírem lentamente as autonomias escotistas. A aplicação do decreto nº 27.453 de 17 de fevereiro de 1939, e que oficializava a instauração da Mocidade Portuguesa nas colónias, apenas confirmava algo que já estava em curso. No final desse ano queixava-se um ex-elemento do CNE Gr. 11-Moçâmedes que «a nossa decadência, nestes últimos dois anos, deve-se simplesmente ao facto de um mal entendido»¹²⁷⁴. Nas missões religiosas registam-se outros ritmos, em que o entorpecimento do escotismo foi bastante mais lento; ainda em 1940 alguns missionários arriscaram-se a confrontar as determinações estatais ao fundar unidades escotistas. O padre Afonso Krummenacker criaria o Núcleo do Bailundo do CNE com os leigos Serafim Dias de Oliveira Molar e Bartolomeu Canguia.¹²⁷⁵ Mas seria por pouco tempo.

A extinção do movimento escotista nas colónias a partir de 1936 reconfigurou a respetiva estrutura metropolitana. Desde logo, a transferência direta de alguns altos chefes para as lideranças da Mocidade Portuguesa, como Pedro Teotónio Pereira, que abandonou o cargo de Presidente da Comissão Executiva da AEP; ou o coronel Namorado de Aguiar na cidade do Porto (simultaneamente dirigente na AEP e comandante da polícia); ou ainda o capitão Afonso dos Santos (presidente da Comissão Executiva da AEP) para a chefia do gabinete do Ministério

¹²⁷² «Extinção da Organização Escotista de Portugal», *A Flor de Lis*, Ano 12, nº 13, 1936-Ago-15, p. 121.

¹²⁷³ «Escutismo», *Mossamedes*, Ano V, 2ª Série, Nº 59, 1936-Dez-15, p. 3; «De Moçâmedes. Escotismo», *O Apostolado: Pela Fé, pela Pátria: Secção Popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"*, Ano I, nº 60, 1936-Dez-12, p. 2.

¹²⁷⁴ «Nas Regiões, nos Núcleos e nos Grupos», *A Flor de Lis*, Ano XVI, nº 1, 1940-Jan-01, p. 2.

¹²⁷⁵ «Ordem de Serviço Nacional nº 61 », *A Flor de Lis*, Ano XVI, nº 9, 1940-Mai-01, p. 68; «Notícias Desgarradas», *A Flor de Lis*, Ano XVI, nº 14, 1940-Jul-16, p. 125.

dos Negócios Estrangeiros. Na Madeira, os capitães Eduardo dos Santos Pereira e António de Santa Clara Gomes - ambos dirigentes regionais do CNE -, assumiram as lideranças respetivas da Legião e Mocidade Portuguesa, fornecendo a estas duas entidades a articulação com as associações estabelecidas na ilha através da pedagogia militar já posta em prática nalguns grupos locais.¹²⁷⁶ A transferência dos dirigentes escotistas para as juventudes estatais decorreu em moldes inconstantes, e com vários focos de resistência manifestados em diversos meios. Um dos quais a própria imprensa associativa, com artigos polidos de qualquer prurido político e dificilmente denunciáveis à censura. Na primeira página do órgão oficial da AEP de dezembro de 1936, por exemplo, o capitão Afonso dos Santos entre loas e elogios à implementação da Mocidade Portuguesa, conseguiu rematar a problemática de uma possível extinção utilizando o reconhecimento internacional do escotismo português num único parágrafo intermédio.¹²⁷⁷ A publicação não escapou aos meios diplomáticos e que rapidamente responderam à direção da AEP. Aproveitando o jubileu dos 25 anos da associação, Charles Wingfred, embaixador britânico em Lisboa, felicitou a associação pelo aniversário, recordando publicamente «*a common membership of this worldwide movement is bond of union between the Scouts of Portugal and their brethren in all parts of the British Empire*».¹²⁷⁸

A estratégia de resistência escotista iria até mais longe. Confrontando o Estado Novo, a *Anglo-Portuguese Telephone Company* criaria um grupo interno – o AEP Gr. 66-Lisboa -, dentro das suas instalações em novembro de 1936, e com o auxílio do vizinho AEP Gr. 99-Lisboa. Nada especial, não fosse o caso do coronel William Pope contestar diretamente as prerrogativas limitadoras das liberdades associativas. Mais ainda quando as inscrições para o AEP Gr. 66 se limitavam aos filhos dos empregados da empresa. Pope exceder-se-ia ainda mais, visitando regularmente outros grupos lisboetas, e notificando a imprensa generalista sobre as suas presenças e como era recebido nos bairros, salientando sempre os rituais de receção já referidos em vários capítulos.¹²⁷⁹

¹²⁷⁶ «Escoteiros de Portugal. Um jantar de homenagem», *Diário do Alentejo. Jornal da tarde*; Ano V; nº 1247; 1936-Jun-16, pp. 1-4; «As comemorações da Batalha de Aljubarrota», *O Comércio do Porto*, Ano LXXXII, nº 209, 1936-Ago-14, p. 3; «Movimento Escotista», *Diário do Alentejo. Jornal da tarde*; Ano IV; 1936-Jun-13, p. 4; «Escutismo», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1499, 1937-Jun-26, p. 4; «Na Associação de Escoteiros», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VI, nº 1634, 1937-Dez-03 p. 4.

¹²⁷⁷ «[...] Já outro país, berço dos métodos escotistas, e ao qual nos liga uma multiseccular amizade – a Inglaterra – pôde apreciar, na hora crítica do desencadear da Grande Guerra, os incalculáveis serviços que a sua organização escotista lhe prestou. Foram honrosíssimos. Com eles o escotismo britânico teceu um formoso florilégio de altruísmos, dedicações e sacrifícios sem par, em benefício da sua Pátria em luta contra o estrangeiro. A mobilização dos escoteiros portugueses ao serviço da Causa Nacional não será menos valiosa, nem menos exemplarmente servida» («O Escotismo na “Mocidade Portuguesa”, *Escotismo*, Ano III, n.ºs 7-8, 1936-Dez, p. 1).

¹²⁷⁸ «A propósito do Jubileu», *Escotismo*, Ano IV, n.ºs 3-4, 1937-Jun, p. 2.

¹²⁷⁹ «Escotismo», *O Século*, Ano 55, nº 19.590, 1936-Set-28, p. 7; «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.865, 1936-Nov-02, pp. 4/6; «William G. Pope», *O Século*, Ano 55, nº 19:640, 1936-Nov-17, p. 2.

O CNE, por outro lado, continuaria com a estratégia de consolidação e reforços periféricos, postos em prática desde o primeiro acampamento nacional em Aljubarrota em 1926. A título de exemplo, o III Acampamento Regional de Coimbra, em julho de 1937, é especialmente revelador da influência do prelado local. Num simples evento escotista contou-se com a presença do deputado Joaquim Moura Relvas e a ele não faltaram os governadores civis de Coimbra e Aveiro, os comandantes da Polícia, Legião e Mocidade Portuguesa distritais ou até o comandante da II Região Militar.¹²⁸⁰ Ou o I Acampamento Regional da Madeira, realizado no Monte, em agosto do ano seguinte. Em tudo semelhante ao de Coimbra, com as presenças dos vários representantes das autoridades estatais, e sob a alçada do bispo do Funchal. Apenas a particularidade de que a imprensa insular caracterizasse o evento com o epílogo: «e têm de ser estes princípios da verdade que são tradição da nossa vida portuguesa, do nosso passado, que hão de conduzir os homens de amanhã a bem do Império que surge já imponente e forte!».¹²⁸¹ Por aqui se poderá observar que, quanto mais longe do centro, a imposição governamental assumia contornos distintos. E para colmatar a polémica, logo ao abrir o ano de 1938, a revista *Flor de Lis* transcrevia um artigo do engenheiro Alberto da Silveira Ramos intitulado “Mocidade Portuguesa e Escutismo”, defendendo a sua posição exatamente com as mesmas palavras de um dos principais pedagogos da juventude estatal, onde este afirmava que

«[...] Em resumo, podemos dizer que, reconhecida a necessidade de educar a mocidade, fazendo-a amar o elevado ideal do Bem Comum, que é feito de trabalho, do sacrifício e do aperfeiçoamento moral de todos nós, dispomos de dois meios de acção que, convenientemente orientados, muito podem interessar a juventude na sua própria educação: o Escotismo e Mocidade Portuguesa».¹²⁸²

A estranha convivência entre Mocidade Portuguesa e associativismo escotista ficou marcada também pela pressão de algum clero local ao cardeal Cerejeira, sugerindo-lhe que os escoteiros católicos funcionassem como uma espécie de bóia de salvação à irreligiosidade cada vez mais manifesta dentro da entidade estatal. A realização do II Acampamento Nacional da Mocidade Portuguesa em Palhavã, nas proximidades da atual Praça de Espanha, em Lisboa, em junho de 1938, foi um dos principais pontos de rutura entre os sacerdotes presentes e os dirigentes estatais. Queixava-se o padre Manuel Rocha ao Cardeal sobre os comportamentos imorais dos jovens em campo, desde a deslocação de vários elementos a lupanares no Bairro

¹²⁸⁰ «Corpo Nacional de Escutas», *Gazeta de Coimbra*, Ano 27, nº 3669, 1937-Jul-24; p. 5.

¹²⁸¹ «1º Acampamento Regional do CNE no Monte», *O Jornal. Diário da Manhã*, Ano VII, nº 1849, 1938-Ago-16, pp. 1-2.

¹²⁸² «Mocidade Portuguesa e Escutismo», *A Flor de Lis*, Ano 13, nº 23, 1938-Jan-15, pp. 169-170.

Alto e Rua da Palma, assim como às entradas incontroladas de várias prostitutas no recinto. E, para resolver esse problema pedagógico na MP, sugeriu o afastamento de alguns dirigentes menos conformes, oferecendo a solução a partir da entrada imediata de dirigentes do CNE, «perante uma causa tão urgente, de parte a parte devem esquecer-se quaisquer ressentimentos, e, na mais sincera caridade, unir as duas forças, fazendo delas uma só força».¹²⁸³

Estes desagradados institucionais com o II Acampamento Nacional da MP ainda estão por analisar, mas tudo indica que impactaram na estrutura dirigente estatal. Passados apenas dez meses, a Mocidade Portuguesa deu início ao seu I Congresso Nacional em maio de 1939, precisamente para solucionar alguns pontos bastante polêmicos.¹²⁸⁴ Mas já era tarde. Por exemplo, em janeiro o núcleo de escoteiros católicos de Setúbal já tinha sido convidado a visitar a esquadra inglesa estacionada no porto da cidade. O comandante Harkness, ele próprio um *boy-scout*, fizera questão que os jovens setubalenses subissem a bordo para contatarem outros marinheiros (também escoteiros), o que facilitou a troca de ideias, objetos e jornais.¹²⁸⁵ E para terminar, encerrou a visita com a protocolar revista, cântico de hinos nacionais e saudações a Baden-Powell.¹²⁸⁶ Para cúmulo, pouco tempo depois, o embaixador de Inglaterra ofereceria um veleiro de 12 metros à Mocidade Portuguesa. Um barco oferecido diretamente às instâncias estatais, ironicamente camuflado com o objetivo de promover os desportos náuticos no contexto do aniversário da Associação Naval de Lisboa, uma entidade criada por portugueses e britânicos em 1852. E para o batismo da embarcação não poderia faltar o dirigente nacional e germanófilo Nobre Guedes, agora diplomaticamente encurralado pelos adversários da margem norte do canal da Mancha.¹²⁸⁷

A efetivação da Mocidade Portuguesa na metrópole contaria ainda com mais resistências diplomáticas, e muito distintas das que conhecera no império. Se por um lado a AEP escudou-se na sua rede internacional a partir de elementos ligados ao mundo castrense

¹²⁸³ Arquivo do Patriarcado de Lisboa, *Fundo D. Manuel Cerejeira*, «Projecto de regulamento de Organização da Mocidade Portuguesa» [Cota: PT/AHPL/PAT14-SP/C-03-01/01/001; (1937-Out-22 – 1944-Set-23)].

¹²⁸⁴ Duncan Simpson afirma que “os regulamentos da Mocidade Portuguesa deram à Igreja garantias razoáveis” (Simpson 2014, 95). Como temos demonstrado, essas garantias só foram possíveis após a resolução das tensões entre o Estado Novo e o movimento escotista.

¹²⁸⁵ A presença de oficiais da marinha inglesa (e simultaneamente escoteiros) no território português não era uma novidade. Já em 1932 a revista açoriana *Insula* dedicou uma reportagem a Cyrill A. Lund como um dos fundadores da AEP na ilha de São Miguel («O Escotismo em S. Miguel», *Insula. Revista Mensal Ilustrada*, Ano I, nº 4, 1932-Abr, pp. 8-9).

¹²⁸⁶ «Nas Regiões, nos Núcleos e nos grupos», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 16, 1939-Ago-16, p. 127. Um oficial da Marinha Britânica tentou repetir o procedimento ao visitar o CNS Gr. 139-Quelimane, Moçambique, poucas semanas depois, mas já sem qualquer resultado («Anotando. Escutismo e colonização», *A Flor de Lis*, Ano 15, nº 6, 1939-Mar-16, p. 48).

¹²⁸⁷ «British gift to Mocidade. The link of the sea», *The Anglo-Portuguese News*, Ano 3, nº 49, 1939-May-20, p. 5.

britânico, como o já citado coronel William Pope, o CNE conjugou vários esforços de forma muito conjuntural, e que dotaram a associação de capacidade de defesa em diversas frentes. A recuperação contínua de antigos filiados, o fortalecimento dos contactos internacionais com outras associações escotistas católicas, ou já numa última fase, a captação das antigas dirigentes da Associação das Guias de Portugal, são apenas alguns exemplos da estratégia seguida.¹²⁸⁸ Falta ainda um estudo substancial sobre toda a complexa transferência destes dirigentes para as juventudes estatais, na mesma linha do que ultimamente tem sido estudado com a transição dos ex-membros da *Hitlerjugend* para os *Freie Deutsche Jugend* soviéticos nos primeiros anos da República Democrática Alemã (Sahrakorpi 2020, 89). Saber como o passado escotista dos dirigentes das Mocidades Portuguesas influenciou na organização acaba por ser um imperativo.

Mesmo assim há ainda outras questões. Se a Associação das Guias de Portugal - liderada por católicas a partir de 1936 - , não resistiu à absorção estatal, com a institucionalização da Mocidade Portuguesa Feminina, qual a razão para que a Companhia do Funchal sobrevivesse à repressão? Ou melhor, se o papel do cardeal Cerejeira foi determinante na sobrevivência do escotismo português, o que justifica o aniquilamento associativo feminino? Como se viu ao longo do capítulo 10, a saída de Eileen Pope (esposa do coronel Godfrey Pope, administrador da *Anglo-Portuguese Telephone Company* e sobrinho de Robert Baden-Powell) abriu o precedente da substituição. As primeiras líderes da AGP mantinham um contacto direto com a esfera político-religiosa britânica, mas acabaram por ser substituídas por portuguesas católicas com o beneplácito nacionalista do Estado Novo. A escolha da católica Fernanda d'Orey para a liderança da AGP cortou os últimos elos na relação de proximidade das várias companhias portuguesas e britânicas existentes em Portugal com os *Imperial Headquarters* em Londres, fragilizando ainda mais qualquer resistência razoável às políticas ditatoriais. O que não surpreende de todo, já que alguns dos principais dirigentes do associativismo católico (como Zuzarte de Mendonça ou António Moreira de Azevedo), logo em 1936 exaltaram loas à funcionalidade das novas milícias estatais para o enquadramento da juventude feminina portuguesa¹²⁸⁹. Assim, Fernanda d'Orey acabava por ser apenas mais uma soprano nesse coro laudatório de leigos católicos. Exceção à Companhia do Funchal, elevada a única sobrevivente dentro de uma AGP aniquilada. Uma unidade umbilicalmente ligada aos cônsules britânico e norte-americano na ilha, elementos imprescindíveis nos jogos diplomáticos dos finais da década de 1930.

¹²⁸⁸ «Escotismo», *Os Sports*. Ano XVIII, nº 1.908, 1937-Abr-02, p. 2; «Ao iniciar o novo ano escutista», *A Flor de Lis*, Ano 14, nº 20, 1938-Dez-16, p. 340.

¹²⁸⁹ «No museu Nuno Álvares Pereira», *O Século*, Ano 55, nº 19:632, 1936-Nov-09, p. 6.

A erupção da Segunda Guerra Mundial confirmaria o que já se esperava, com a balança diplomática portuguesa a dividir-se ou para um lado, ou para outro. No campo do enquadramento da juventude, Nobre Guedes pendeu a Mocidade Portuguesa para o Eixo (Ninhos 2017, 158), enquanto no prato oposto alguns dos líderes inamovíveis e ligados ao movimento escotista garantiam um certo contrapeso, permitindo alguma estabilidade internacional ao Estado Novo. E caso se retirassem, a balança acabaria automaticamente desequilibrada. Um peso bastante relevante e que deu comodidade suficiente ao cardeal Cerejeira para acreditar durante anos, e numa visão redutora, «que foi devido à atitude intransigente do Patriarcado que não foi dissolvido o Corpo dos Escutas» (J. G. Freire 1976, 205).

ANEXOS

CRONOLOGIA GERAL DO ESCOTISMO EM PORTUGAL E NO IMPÉRIO (1909-1939)

PORTUGAL

IMPÉRIO

MUNDO

- 1909** **Fev:** Escolas ao Ar Livre [sobre o tratamento de crianças com tuberculose e a preocupação com a natureza; conferência em França do Dr. Mery]
- Abr:** II Congresso Pedagógico
- Mai:** III Congresso das Uniões Cristãs da Mocidade
- 1910** **Mar:** PRIMEIRA NOTÍCIA SOBRE O SCOUTING, do Alferes J. Moreira Salles
- Nov:** Joaquim Leite Júnior forma um batalhão infantil, em Coimbra
- Dez:** Formação dos Batalhões Voluntários da República
- 1911** **Mai:** Instauração da Instrução Militar Preparatória a nível nacional
- Jul:** Liga Republicana das Mulheres Portuguesas [voluntárias para serviço de enfermagem na fronteira, contra as incursões de Paiva Couceiro]
- 1912** **Fev:** Jornal *O Século* inicia uma série de artigos propagandísticos sobre o Scouting em Inglaterra e França
- Mar:** Frank Giles e John Brown iniciam conferências sobre Scouting na ACM-Lisboa
- Abr:** Conferência sobre Scouting, no Colégio Mondego, Coimbra.
- Mai:** o jornal portuense “A Montanha” concede uma entrevista a Joaquim Leite Júnior para explicar o Scouting
- Ago:** A Sociedade IMP nº 2, Lisboa, adopta o método escotista
- Set:** início de atividades escotistas no Liceu Pedro Nunes (Lisboa), Coimbra e Santarém. Comandante Melo Machado propõe a unificação dos grupos e critica os Batalhões de Voluntários; Campanha de *O Século* para tradução portuguesa de “Boy-Scouts”; primeira sugestão de “escoteiros lusitanos”
- Out:** Oficialização da Instrução Militar Preparatória no Porto
- 1913** **Mai/Jun:** Visita dos Boy-Scouts de Hastings a Lisboa
- Ago:** Em Macau, o Comandante Melo Machado funda um grupo de Boy-Scouts e Girl-Guides
- Out:** plano de proteção aos *boy-scouts* do Canadá para instalação de escola de agricultura indígena e colonial
- Abr:** Escoteiros de Hastings (UK) organizam campanha para visita a Lisboa. Visita de Mme. Polley

Set: Fundação da Associação dos Escoteiros de Portugal

(Lady Scoutmaster) e prima de Baden-Powell

Out: Fundação da *União dos Adueros do Norte de Portugal*, Porto, pelo Capitão Barros Basto (com adueiros provenientes da SIMP nº 17)

1914 Mar: IV Congresso Pedagógico, com presença do major Desidério Beça, capitão Pires Monteiro e tenente Virgílio Simões

Abr: Fundação da *Liga dos Melhoramentos e Propaganda do Escotismo*, pela AEP Gr. 2-Lisboa

Mai: Segundo Congresso da Federação da Juventude Católica Portuguesa (Porto)

Out: Primeira conferência de Barros Basto na União Cristã da Mocidade do Porto sobre “Aduarismo”

Nov: **Primeira cisão da AEP - Fundação da União dos Escoteiros Lusos (Lisboa)**

Jul: Filiação do Gr. 10 da AEP em Lourenço Marques pelo Com. Melo Machado

Mar: Boy-Scouts Association (UK) pede fotografias à AEP para divulgação mundial do escotismo português

Abr: Escoteiros de Hastings (UK) convidam a AEP para visita a Inglaterra em Agosto (adiado devido à Grande Guerra)

Jul: **Início da Grande Guerra**

1915 Fev: Fundação da União dos Adueros do Sul de Portugal (Lisboa)

Jul: Escoteiros ingleses visitam o AEP Gr. 10-Lourenço Marques

Abr: Publicação do jornal “O Escoteiro” da AEP; tentativa de federação entre Escoteiros e Adueros

isenção dos carros dos escoteiros pela CML em 1915

Mai: Revolta de 14 de Maio (Pimenta de Castro). Participação conjunta de Escoteiros e Cruz Vermelha no socorro a feridos

Jul: A *União dos Adueros do Norte de Portugal* passa a denominar-se *União dos Adueros de Portugal*

Ago: A **União dos Adueros do Sul de Portugal**, a **União dos Adueros do Norte de Portugal** e a **União dos Exploradores Lusos** formam a **União dos Adueros de Portugal**. Equipas da U.A.P. e da *União de Escoteiros Lusos* empreendem campanhas pedestres por todo o país (*globetrotters*)

Nov: A U.A.P. cria a Junta Regional de Lisboa, com vista ao sul, ilhas e colónias

1916 Jan: Primeiro grupo feminino da AEP (Gr. 28-Lisboa)

Mar: Constituição do AEP Gr. 28-Lisboa, exclusivamente feminino, em Lisboa

Jun: Presidente da República, Bernardino Machado, aceita o cargo de Presidente Honorário da AEP

Jul: Miss Smolett-Campbell (filha da Comissária Mrs. D’Arcy Graham, de Xangai,

- Out:** Barros Basto é substituído como Adail-Mor da UAP pelo Alferes Manuel Inácio da Encarnação
- Congresso de Educação Física, Ginásio Club Português
- 1917 Jan:** divergências entre AEP e UAP no Porto
- Abr:** Ministro da Guerra solicita ao Gr. 1-Lisboa que acompanhe as tropas até França
- Mai:** Protesto da UAP em telegrama ao Ministro da Guerra para anular decreto de exclusividade da AEP sobre o uso do uniforme; durante a Revolta da Batata em Lisboa, vários grupos da AEP colaboram no socorro às vítimas
- Set:** Greve dos Correios de Lisboa
- 1918 Nov:** **Baden-Powell manifesta o desejo de visitar aos grupos de Lisboa**
- 1919 Abr:** Substituição da IMP pela Instrução Preparatória do Soldado (Abr-Ago)
- Dez:** O Estado oficializou a União dos Adueros de Portugal pelo decreto nº 6:277, mencionado na Ordem do Exército, de 22-12-919
- 1920 Mai:** A AEP exige ao Presidente António José de Almeida a ilegalidade das associações escotistas concorrentes
- Jun:** Comissão Portuguesa para a reforma do Escotismo (Lisboa). Tentativa de federação de todas as associações; **Baden-Powell recebe a comenda da Ordem de Cristo pelo P.R.**
- Jul:** Ingresso das associações independentes de Lisboa na UAP
- Dez:** Congresso Arqueológico Nacional. Criação da Ordem de Santa Maria do Castelo, em Tavira
- Jun:** A *Boy Scouts Association* (UK) convida a AEP para participação no Jamboree Mundial
- Jul:** cerimónia de aposição da Ordem de Cristo a Baden-Powell, em Londres, pelo ministro Teixeira Gomes, J.A. de Bianchi (secretário), comandante Fernando Branco e coronel Artur Ferraz.
- Ago:** Primeiro Jamboree Mundial, em Olympia Park (Londres). Participação de doze escoteiros da AEP.
- 1921 Jan:** Criação da Junta Regional Aduera do Norte de Portugal (Porto)
- Mai:** Decreto nº 7662, Festa Nacional da Educação Física
- Congresso das Juventudes Católicas do Norte – 7/8 - maio - 1921
- Organização da Cruzada Nacional Nun'Álvares Pereira – 31- maio - 1921
- Jun:** 1921-Jun-29, p. 1: «As reivindicações do Centro Católico Português [...] 4ª Liberdade de associação religiosa, ao menos nas
- Jan:** Índia (1921-jan-11; Dec. Nº 7:151), tornando extensivas aos indígenas que adoptem os usos e costumes públicos dos europeus, e se submetam às leis e regulamentos impostos
- Fundação do Bureau Mundial de Escotismo – Londres**
- Congresso Mundial de Guidismo (Oxford, UK), com representação portuguesa**

seguintes aplicações: associações destinadas a obras de caridade, assistência hospitalar, educação infantil e acção missionária nas colónias.»

Set: Chefe J.E.T. Weaver, do 1st Wednesfield Scout Group, Birmingham (UK) visita o Grupo 1 da AEP

1922 Jan: A UAP pretende expandir-se a sul de Portugal;

Abr: 1º Congresso das Juventudes Católicas Arquidiocesanas de Braga (presença dos Adueros Católicos)

Ago: Quarenta e quatro escoteiros de Pontevedra visitam Porto, Leça da Palmeira e Braga

Out: Adueros do Porto visitam Pontevedra com apoio da Câmara Municipal; Conflito entre AEP e UAP acerca da recepção a Gago Coutinho e Sacadura Cabral

Nov: A AEP cria o Campo-Escola de Escoteiros-Chefes (Escola Normal Superior, Benfica);

1923 Mai: Congresso Eucarístico de Braga. Oficialização do Corpo de Scouts Católicos Portugueses.

1924 Abr: Tentativa de organização do primeiro acampamento nacional do CSCP (julho) durante o Congresso Eucarístico da Póvoa de Varzim; idealização do Campo-Escola S. Tomás de Aquino do CSCP, no Porto; aprovação dos estatutos do CSCP pelo Ministério do Interior

Mai: Constituição da Junta Diocesana de Viseu do CSCP; Franklim de Oliveira apresenta as bases do CSCP na Juventude Católica de Lisboa

Jun: Ministério do Interior delimita o uso de uniformes escotistas à AEP (decreto nº 9791, de 12 de junho)

Jul: Constituição do Corpo de Legionários Católicos da Sé (em substituição do CSCP) no Congresso Eucarístico Nacional. Oliveira Salazar apresenta uma tese.

Nov: Jubileu do Arcebispo Primaz, em Braga. Abel Varzim e o Bispo de Beja apresentam teses; tentativa de realização de Congresso Nacional de Aduarismo (nunca realizado)

Jan: Falecimento do Papa Pio X

Mai: Congresso Eucarístico de Roma - 24 a 29 maio 1922

Jun: Conferência Mundial de Escotismo em Paris. Representação da AEP

Ago: II Conferência Internacional de Escotismo – Ermelunden (Dinamarca), com representação de cinco dirigentes da AEP

Nov: Inauguração do Campo-Escola das Guias Inglesas, em Roodeport, Joanesburgo, África do Sul

Dez: Capitão Emílio Couto, Adail-Mor Geral da UAP altera a hierarquia associativa

1925 Fev: Exposição de trabalhos manuais da AEP na Câmara Municipal de Lisboa; Primeira Conferência Nacional da AEP (Lisboa)

Mar: Liga de Acção Educativa (ver)

Jun: III Congresso Nacional de Educação Física. A AEP apresenta a tese “A influência do escotismo na educação física da mocidade”

Out: Ministro da Guerra visita a UAP Gr. 24-Vila Real para comemoração da Instauração da República

1926 Mar: Presidente António Maria da Silva e Eduardo Santos Silva (Min. Instrução) visitam o UAP Gr. 24-Vila Real e condecoram vários adueiros.

Jul: Emil Eberle, dirigente do Gr. 9 de Hamburgo, e um Chefe austríaco percorrem a Europa, visitando Coimbra

Ago: I Acampamento Nacional do CNS (Aljubarrota)

Mar: Fundação do AEP Gr. 56-Goa, no Colégio Mater Dei, Pangim

Jan: Possibilidade de fundação de grupo da UAP em Moçambique

Jul/03: Capitão Ismael Mário Jorge (AEP) é louvado pelo Governador-Geral de Moçambique no Boletim Oficial

Jul/24: A AEP-Moçambique é convidada pela *Scout Association* da África do Sul para presença na recepção a Baden-Powell em Witbank em dezembro. A visita nunca chegou a realizar-se devido a doença de Baden-Powell.

Sociedade das Nações recomenda o escotismo

Ago: Escola Internacional de Chefes, em Cappy, França. A AEP envia cinco participantes.

Set/30: Baden-Powell visita a Cidade do Cabo e Witbank. Telegrama enviado de Lourenço Marques.

Out: Governo brasileiro cede o “Pavilhão Mourisco” da Exposição Universal do Rio de Janeiro à União dos Escoteiros do Brasil.

1927 Mar: projecto de José Nosolini para a criação de uma Milícia Nacional

Abr: Eleições na UAP com criação da mesa do Senado, Conselho-Mor e Conselhos de Administração, Propaganda e Disciplina

Jul: Missão de Estudo e Propaganda Adueira, no total de 600 km

Jun/30: A A.E.P. cria a Região de Moçambique (Ordem de Serviço Nacional nº 3, 30-junho-1927)

Jul/24: Fundação do Gr. 68 AEP em Lourenço Marques

Set/21: A Associação Sueca de Escoteiros propõe Baden-Powell para o Nobel da Paz em 1928

1928 Mar: tentativa de criação da Federação Escotista de Portugal (CNS/AEP), na Sociedade de Propaganda, Imprensa Nacional e Escola Rodrigues Sampaio. A UAP não aceitou o convite. Sem consenso.

Ago: II Acampamento Nacional do CNS (Cacia)

Out: Ministérios das Finanças e Guerra recortam os subsídios à A.E.P. Crítica do professor Caldeira, de Torres Vedras, aos recortes

Nov: Possibilidade de formação de grupos ingleses nas cidades e missões religiosas. Decisão pendente do Ministério das Colónias. Fundação de Grupo no Sport Lisboa e Beira

1929 Mar: Visita de Baden-Powell a Lisboa

Abr: Jornal *Sporting*, do Porto, abre uma coluna semanal dedicada ao Escotismo; Primeiro Congresso Nacional de Dirigentes do C. N. S. (ginásio do C. A. D. C.)

Mai: fundação da *Liga dos Antigos Scouts* em Guimarães

Dez (?): Boletim Oficial da Colónia de Angola; aplicação do Decreto nº 3120-B; AEP Gr. 36 instala-se no Liceu Central Salvador Correia (Luanda); filiação dos grupos da AEP em Lubango (Escola Primária Superior Artur de Paiva) e Chinguar (Escola Primária nº 50); Nomeação de tenente Simeão Vitória (director dos serviços de Instrução Pública em Angola) como Comissário Regional da AEP em Angola

Mar: Benito Mussolini convida escoteiros turcos a visitar Itália

Abr: Corpo Nacional de Escutas é reconhecido pelo Bureau Internacional de Escotismo

Mai: Acampamento Internacional de Barcelona

Ago: III Jamboree Mundial – Arrowe Park, Birkenhead (GB). A monarquia inglesa outorga o título de Lord a Baden-

Jun: Paul Seblean e Agustin Anastacio - Falsos Escoteiros em Portugal

Jul: Contingente brasileiro visita Lisboa e Porto com destino ao Jamboree de Birkenhead (Uk). David de Barros prossegue as visitas a Lisboa e interior do país

Ago: Possibilidade de fundação de grupos de escoteiros brasileiros em Lisboa e Porto

Set: Contingente chileno visita Porto e Leixões

Out: fundação do Grupo Recreativo Os Amigos do Scouting, pela UAP (Fontinha, Porto); “Lord Baden Powell declarou mais que o movimento “scout” deve ser reconhecido como um movimento cívico e nunca como militarista”

Nov: Contingente Sul-Africano visita o Funchal

Dez: A AEP prepara novo regulamento

1930 Fev: Baden-Powell visita a Madeira

Mar: projecto da Liga Nacional de Antigos Escoteiros, (Fraternal) para promoção do escotismo entre a elite da mocidade lusitana

Mai: I Congresso Nacional de Antigos Escoteiros (Grémio Escolar Republicano de Alcântara)

Ago: III Acampamento Nacional do CNS (Granja, V.N. Gaia)

Jul: Eleições Nacionais na UAP

1931 Jan: Esquadra Inglesa dos *Deep-Sea Scouts* aporta em Lisboa

Abr: Príncipe de Gales aporta em Lisboa com uma chefe escoteira. Legalização do *Corpo dos Escoteiros do Sporting* pelo Ministério da Guerra (Porto)

Mai: Em Lisboa é criada a Escola de Instrutores Chefes, no Paço Patriarcal; as reuniões nacionais do CNS iniciam-se em Fátima

Jul: Baden-Powell visita o Funchal

Dez: Conferência Nacional de Dirigentes da AEP, Lisboa. Polémica sobre o Centralismo Associativo; fundação da Fraternal dos Antigos Escoteiros (AEP). Diminuição dos delegados do Governo na AEP e aprovação da bianualidade das Conferências Nacionais (contra vontade de João de Barros)

Powell (*Barony of Baden-Powell*). Aprovada tese para a constituição dos Escoteiros Escolares; possibilidade de Federação Portuguesa; proposta de unificação de insígnias a nível mundial **V Conferência Internacional de Escotismo (fundação dos Deep-Sea Scouts)**

Out: No Brasil criam-se as primeiras associações escotistas judaicas

Dez: Casamento de Aga Khan III com Andrée Joséphine Carron; **peregrinação a Roma em 1929 de 10.000 escoteiros**

Jan: General Craveiro Lopes ordena a organização da AEP em todas as escolas oficiais do Estado da Índia.

Abr: Filiação da AEP em Macau (Gr. 12 “Nuno Álvares”, Liceu Central)

Jul: visita dos *Boy-Scouts of Hong Kong* a Macau; escoteiros de Witbank (África do Sul) visitam Lourenço Marques

Mar: A AEP cria a Região de Macau; filiação do AEP Gr. 110-Silvassá (Nagar-Aveli, Índia).

Ago: Acampamento Internacional de Vigo. Convite à AEP (Espanha)

Set: Jamboree (Luso-)Brasileiro

Acampamento Internacional de Seniores em Kandersteg (Suíça) destinado a CNS e AEP por estarem filiadas no Bureau

Mar: Federação Escotista de França apresenta proposta ao Ministério de Educação para ensino do escotismo nas escolas públicas

Jul: VI Conferência Internacional de Escotismo – Viena, Áustria; Exposição Colonial de Paris recebe campo escotista nas imediações

- 1932** **Jun:** Convite da AEP ao Corpo de Escoteiros do Sporting para integração; **aprovação dos novos Estatutos da AEP**
- Ago:** **Organização Escotista de Portugal;** IV Acampamento Nacional do CNS (Braga)
- Out:** Apresentação de Demissão do Adail-Mor Geral, Major José Zeferino Sequeira
- Jan:** Acampamento de escoteiros moçambicanos em Brakpan
- Fev:** Constituição do Comissariado da AEP-Angola
- Jun:** Em Lisboa, o Rev. António Ribeiro, Director da Missão da Beira, apresenta a conferência “O Escotismo nas Missões Africanas”
- Baden-Powell** visita Brakpan e Springs (RAS)
- 1933** **Fev:** Visita de *Sea Scouts* (UK) ao Funchal; **Conferência de Miss Kerr no Automóvel Club de Portugal, Lisboa (Comissária da World Association of Girl Guides) onde se anunciou a criação da União das Escoteiras de Portugal**
- Mar:** Fundação da **União das Escoteiras de Portugal;** Mrs. Kerr, Secretária-Mundial do Guidismo, visita o Porto; Ministro da Marinha (Aníbal Guimarães) concede regalias à AEP semelhantes à dos Clubes Náuticos; Tenente António Correia assume a liderança da UAP sem apoio das bases
- Abr:** Filiação do Gr. 46 da A.E.P. em Lourenço Marques, exclusivo da comunidade Ismaili
- Mai:** Atanásio Binda (AEP Gr. 82-Beira, Moçambique) é nomeado com a condecoração suprema “Escoteiro da Pátria”
- Jun:** Atanásio Binda, escoteiro da Pátria na Beira (Mz), nomeado dirigente
- Jul:** V Acampamento sul-africano no Palmar da Polana (Lourenço Marques), com presença de 120 escoteiros durante três semanas
- Ago:** formação de grupo em Inhambane, Moçambique (futuro Gr. 47 AEP)
- Fev:** «Uma nação cuja juventude é pacifista está condenada a desaparecer da história mundial» (Von Pappen)
- Mar:** Robert e Olave Baden-Powell são recebidos pela Papa Pio XI
- Ago:** Acampamento Mundial de Budapest com quatro mil presenças; imaginário e simulacro do cerco de Mafeking em Gödöllő.
- Participação de contingente madeirense integrado na delegação inglesa;** encontro de Baden-Powell com Pio XI; Escoteiro húngaro Josef Kerestezi parte para a China para resgatar o pai
- Set:** Pio XI recebe em audiência 117 representantes do Guidismo Mundial - peregrinação das “girl-guides” no Ano Santo de 1933.
- Abr:** A Assembleia Geral do Sindicato da Imprensa Portuguesa aprova a moção de divulgação de Movimento Escotista
- Mai:** **Criação do Corpo de Escutas de Portugal (Nacional-Sindicalista)**
- Jun:** Hubert Martin, Director do Bureau Mundial de Escotismo, visita o Funchal.
- Jul:** Contingente dos EUA com destino ao Jamboree de Gödöllő desembarca no Funchal. Visita ao Consulado Americano e unidades escotistas; Diário da Manhã apadrinha o Corpo de Escutas de Portugal (Nac-Sind); Contingente de Escoteiros Dinamarqueses atravessa Portugal em bicicleta, de Valença a Lisboa; **Liga Nacional da Mocidade Portuguesa**
- Ago:** Conferência de Dirigentes da AEP – Aprovação dos Estatutos e eleição do Presidente; **(Pré-Primeiro) Acampamento Nacional da AEP (Quinta Nova, Carcavelos);** Contingente Norte-Americano desembarca em Lisboa
- Set:** Contingente Sul-Africano regressa do Jamboree e desembarca no Funchal; I Acampamento Nacional de Dirigentes do CNS (Cacia)
- Out:** A Junta Directora da UAP pede a demissão em bloco
- Nov:** A AEP inicia a organização da *Fraternal dos Antigos Escoteiros*

Dez: I Congresso de Clubes Desportivos aprova a criação de grupos de escoteiros nos clubes; falecimento de José Queiroz de Magalhães (UAP)

1934 Fev: AEP condecora o major J. Montgomery, director do Cabo Submarino, com a Cruz Suástica de Ouro

Abr: Visita de Baden-Powell a Lisboa. Membro honorário da Sociedade Geografia de Lisboa. Oitocentos escoteiros ingleses desfilam na capital. Apresentação oficial da Associação de Guias de Portugal

Mai: Encerramento oficial das sedes da UAP em Lisboa

Jul: *Jornal. Diário da Manhã* (Funchal) disponibiliza uma coluna semanal intitulada “Secção Escutista”

Ago: V Acampamento Nacional do CNS, em Calhariz (Benfica, Lisboa); AEP cria o ramo de “Zona de Isolados”

Set: I Acampamento Nacional da AEP, na Exposição Colonial do Porto, com contingentes espanhol e inglês (800 escoteiros acampados) em “homenagem ao esforço colonizador português”; visita de *Hitlerjugend* e Escoteiros de Gibraltar

Out: Acampamento Nacional da AGP no norte de Portugal (?); AEP Gr. 19-Sport Algés e Dafundo projecta uma patrulha exclusiva de escoteiros oriundos de Angola (anulado); CNS adota um novo regulamento e muda a nomenclatura para Corpo Nacional de Escutas

Nov: A pedido das associações, o Ministro da Guerra Abílio Passos e Sousa autoriza o uso de uniforme escotista aos oficiais e praças da AEP e CNE durante as atividades; **III Congresso Nacional de Educação Física**, com uma sessão dedicada ao Escotismo; CNS: novos estatutos; entrada das “Senhoras da Alcateia” e alteração da nomenclatura de CNS para CNE

Braga Paixão nomeado pelo Governo como delegado na OEP

Dez: AEP cria Escolas de Repetição para Dirigentes em Lisboa e Porto, em regime de obrigatoriedade

1935 Abr: Amadeu Cândido Braga, correspondente de *O Comércio do Porto*

Jan: Acampamento de 29 Escoteiros Moçambicanos em Springs (East Rand) durante quinze dias, e sob patrocínio do Município de Lourenço Marques

Mar: Dissolução do Gr. 46 da A.E.P. (Comunidade Ismaili) e transferência para a associação Ali Khan Scouts

Abr: projecção de fundação das *Girl-Guides* em Lourenço Marques; visita conjunta de duzentos Escoteiros Rodesianos e Moçambicanos a Massi Kessi, Umtali (Mutare, Zimbábue), e Beira

Jun: Escoteiros da Beira (Moçambique) acampam em Umtali (Mutare, Zimbábue) com escoteiros rodesianos. Em troca, o Governo moçambicano cedeu instalações balneares na Beira.

Jul: VI Acampamento sul-africano (regiões de Springs, Brakpan, Benoni, Boksburg e Germiston, sob responsabilidade do capitão W.E. Barber e mr. Eaton) e Acampamento de Voortrekkers (Escoteiros Africânderes, sob responsabilidade de Roth e Andries S. Nel) ambos na Praia da Polana, e patrocínio dos consulados britânico, sul-africano e Município de Lourenço Marques, em número superior a 300 escoteiros acampados.

Out: artigo 93º do Regulamento do Ensino Primário Elementar, aprovado pela portaria Nº 2.316, regulamenta o ensino do método escotista nas Escolas. A Missão da Munhuana, com base no decreto, inaugura o CNS em Moçambique

Nov: Fundação do AEP Gr. 105 em São Vicente de Cabo Verde

Fev: Príncipe Jorge de Inglaterra visita Benoni (África do Sul) e revista os escoteiros locais em parada como Comissário Geral dos Escoteiros Marítimos Ingleses, ostentando a medalha portuguesa “Suástica de Ouro”

Mai: *International Conference About Scouting and Guiding in the Colonies*, Paris

Ago: VIII Conferência Internacional em Berna (Suíça)

Dez: Recepção a Baden-Powell em Melbourne (Austrália) conta com 11.000 escoteiros presentes

Baden-Powell visita Brakpan e Springs (RAS)

Jan: **Viagem de Propaganda de Moçâmedes a Lisboa em bicicleta** [deslocação de três elementos do Grupo Alcaide de Faria (CNE ou

Mai: Congresso Internacional da Polónia

Mai: Conselho Nacional do CNS no Círculo Católico de Operários do Porto

Jul: Contingente Sul-Africano com destino ao Jamboree de Seniores na Suécia faz escala no Funchal

Ago: Falecimento de Bento Carqueja (*O Comércio do Porto*)

AEP?) por Bulawayo, Joanesburgo até Egito, Itália, França, Portugal]

Mai: projeção de Companhia da Associação das Guias de Portugal em Lourenço Marques

Jun: Visita do comandante Álvaro de Melo Machado, fundador do escotismo em Macau (1911), Lisboa (1912) e Moçambique (1914) aos grupos de Lourenço Marques

Jul: VII Acampamento sul-africano e Acampamento de Verão dos Voortrekkers ambos na Praia da Polana, em número superior a 300 escoteiros e 100 escoteiras acampados. Festa dos três contingentes no campo do Desportivo Ferroviário com presença dos Governadores Geral e do Sul do Save, cônsules da Grã-Bretanha e África do Sul, Chefes do Estado Maior e do Departamento Marítimo, Capitão do Porto, Directores da Instrução e dos Serviços de Administração Civil, Edilidade e Imprensa com presença superior a 600 escoteiros.

Dez: Constituição da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Lourenço Marques, liderada pelo tenente-coronel José Cabral, Governador-Geral da Colónia. **Baden-Powell visita Lourenço Marques**

1936 **Fev:** Eduardo VIII de Inglaterra visita o Funchal na qualidade de chefe escotista e é recebido pelo Chefe Regional do CNE

Mar: Coronel Granville Walton, Comissário Mundial dos Rovers (18-22 anos), visita as unidades do Funchal após regresso da África do Sul

Abr: III Conferência Nacional de Dirigentes da AEP; Substituição de Pedro Teotónio Pereira pelo Cap. Álvaro Afonso dos Santos como Presidente da A.E.P.; Arquitecto Pardal Monteiro projecta a nova sede da AEP (Rua de S. Paulo, Lisboa)

Mai: Abertura de uma unidade dos *Deep Sea Scouts* (UK) no Funchal

Jul: II Campo-Escola Nacional do CNE; viagem dos escoteiros da AEP Gr. 54-Beja a Lisboa por bicicleta Patrulha de Propaganda (AEP Gr. 54), viaja de Beja a Lisboa a pé e são recebidos pelo Presidente da República; revogação do Decreto da OEP.

Publicação do jornal “Escotismo”, órgão oficial da AEP

1937 **Abr:** Doze *scoutmasters* da Rodésia, chefiados por J. Knapnean, visitam as unidades do Funchal, tendo como destino as as festas da Coroação do Rei Jorge VI

Jun: Acampamento das *Hitler Jugend* de Joanesburgo e Pretória na Praia da Catembe (LM), com setenta e um elementos, chefiados por Herr Müller e Jakob Kohl. Acampamento de Voortrekkers e Scouts South Africa na Polana (LM) com 200 voortrekkers (incluídas trinta raparigas) e oitenta escoteiros. O ministro nacionalista bóer Nicolaas Johannes van der Merwe visita o acampamento como Comissário Nacional dos Voortrekkers; Ministério das Colónias autoriza a publicação dos decretos referentes à AEP nos boletins oficiais das colónias

Ago: Os escoteiros do AEP Gr. 68-Lourenço Marques recebem instrução de tiro

Set: Fundação da Legião Portuguesa em Moçambique

Nov: **Instauração da Mocidade Portuguesa em Angola**

Dez: CNS Gr. 11-Moçâmedes partilha sede com a MP

Jul: Jamboree Mundial de Seniores (17-21 anos) em Estocolmo.

Ago: Jamboree Norte-Americano é cancelado devido a epidemia de paralisia infantil

Jan: I Jamboree Africano, em East London (RAS), com 4.000 escoteiros acampados. Convites às associações das Rodésias e A.E.P. Moçambique. Baden-Powell presente.

Mai: Inauguração da Escola de Chefes Escoteiros em Matopos Hills (actual Zimbabwe)

Dez: XXV Aniversário do Escotismo em França (visita de BP e Olave a Versalhes com 25.000 escoteiros presentes)

Jun: Baden-Powell é agraciado com a Ordem de Mérito aquando da coroação de Jorge VI de Inglaterra

Jul: Príncipe Gustavo Adolfo, da Suécia, nomeado como Presidente

Mai: Comandante Melo Machado, fundador da AEP, visita o Funchal

Jun: Contingente africano da Costa do Ouro (Gana) visita o Funchal com destino às celebrações da coroação em Inglaterra.

Jul: Contingente de Java, com 75 elementos, visita Lisboa (destino Holanda). **Falecimento do Tenente-Coronel João Luís de Moura**

Ago: Contingente sul-africano com 48 escoteiros visita o Funchal ao regressar do Jamboree.

Nov: No regresso do 5º Jamboree vários contingentes caribenhos visitam o Funchal (Curaçau, Barbados, Trinidad e Tobago, Dominica e Sabá).

1938 **Jan:** A Secção “Escutismo” do *Jornal. Diário da Manhã* [Funchal] passa a integrar o “Suplemento” [religioso]

Mar: Hubert Martin, director do Bureau Mundial de Escotismo em Londres, visita os grupos do CNE no Funchal

Mai: Convite dos Escoteiros Romenos e Australianos aos Madeirenses para participação nos encontros internacionais de Juventude

Jun: II Acampamento Nacional da MP

Ago: VI Acampamento Nacional do CNE em Benfica (Lisboa)

1939 **Mai: I Congresso Nacional da Mocidade Portuguesa;** A Comunidade Inglesa do Porto oferece um veleiro de 12 metros, construído na Inglaterra, à MP para promoção dos desportos náuticos

Jul: X Acampamento de Verão dos Scouts South Africa, com 150 escoteiros sul-africanos presentes no Palmar da Polana.

Jul: XI Acampamento de Verão Sul-Africano no Palmar da Polana, com 110 escoteiros acampados; Acampamento da *Hitler Jugend* da Cidade do Cabo na Praia da Catembe com 110 elementos presentes. Na Índia, Governador Craveiro Lopes regressa à metrópole.

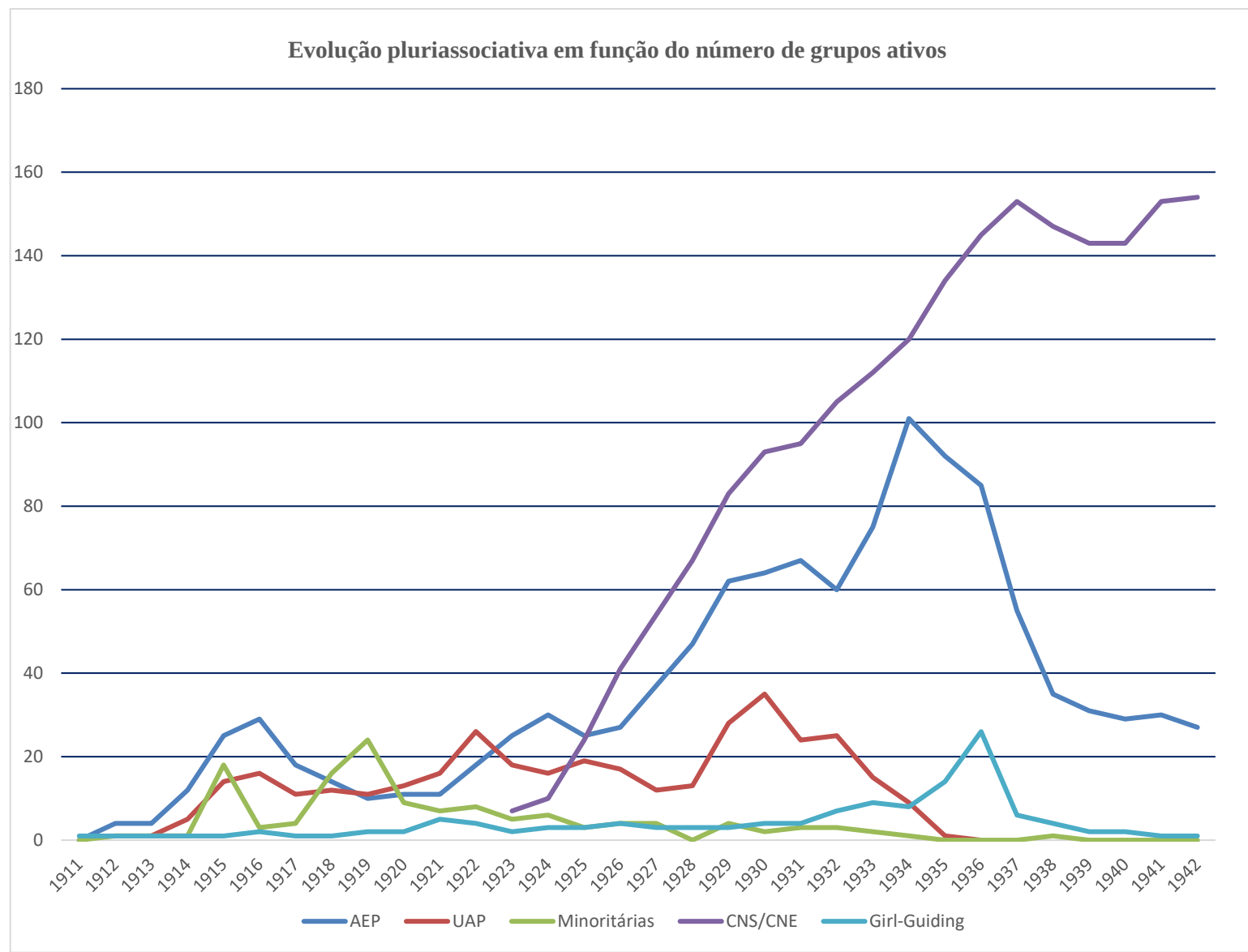
Jul: XII Acampamento de Verão Sul-Africano no Palmar da Polana, com 108 escoteiros acampados;

do Comité Internacional do Escotismo. **5º Jamboree Mundial em Vogelenzang** (Holanda), com presença de contingente português

Ago: Incidente com Baden-Powell na Índia ao afirmar que o atraso do movimento escotista no território se devia à falta de noção do carácter e da honra por parte dos hindus, originando a criação de uma associação nacionalista dissidente da associação imperial britânica.

Mai: Descerramento de placa comemorativa da génese do escotismo em Matopos Hills (actual Zimbabwe)

Fev: Falecimento do Papa Pio XI. Jorge VI de Inglaterra é nomeado Chefe Nacional da Boy Scout Association



Número de notícias anuais por periódico referentes a assuntos escotistas (bruto)¹²⁹⁰

	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Total	0	1	0	44	25	76	162	70	99	61	80	109	106	106	128	163
Com. Porto	0	0	0	0	2	3	21	39	69	49	51	63	76	82	99	118
O Século	0	1	0	44	23	73	141	31	30	12	18	30	24	17	18	40
Notícias LM																
Jornal [Funchal]																
Sports												11	16	2	5	9
Sporting													4	2	2	0

	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	178	215	155	162	320	342	248	227	291	409	409	272	148	83	0
Com. Porto	142	145	111	96	161	149	118	138	164	124	128	67			
O Século	33	22	30	42	95	71	45	29	35	99	66	31			
Notícias LM		48	10	23	9	1	6	18	29	29	81	54	20	8	
Jornal [Funchal]									20	51	63	83	89	71	
Sports	3	0	3	1	2	8	2	1	8	99	49	33	39	4	
Sporting	0	0	1	0	53	113	77	41	35	7	22	4			

Legenda:

Jornal	Título oficial	Local de edição
Com. Porto	<i>O Comércio do Porto</i>	Porto
O Século	<i>O Século</i>	Lisboa
Notícias LM	<i>Notícias. Diário da Manhã</i>	Lourenço Marques (Moçambique)
Jornal [Funchal]	<i>O jornal. Diário da manhã</i>	Funchal (Madeira)
Sports	<i>Os Sports. Bi-semanario de propaganda de educação física</i>	Lisboa
Sporting	<i>Sporting. Semanário desportivo ilustrado</i>	Porto

¹²⁹⁰ Ao longo das próximas páginas apresentar-se-ão algumas tabelas correspondentes ao levantamento de notícias referentes à temática escotista a partir dos seis periódicos indicados na legenda. Tendo em conta a morosidade da consulta, limitou-se essencialmente a análise ao período 1909-1936. Somente os jornais *Notícias* (Lourenço Marques), *O Jornal* (Funchal) e *Os Sports* (Lisboa) foram observados até 1938, e apenas a título ilustrativo, pelo que as quadriculas foram propositadamente escurecidas para indicar a ausência de informação.

**Número de notícias anuais por periódico referentes à
Associação dos Escoteiros de Portugal (bruto)**

AEP	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Total	0	0	0	0	4	64	66	33	32	17	13	18	12	8	20	32
Com. Porto	0	0	0	0	2	0	2	9	3	9	6	4	7	0	2	4
O Século	0	0	0	0	2	64	64	24	29	8	7	11	5	3	12	24
Notícias LM																
Jornal [Funchal]																
Sports																
Sporting																
											0	3	0	5	5	4
													0	0	1	0

AEP	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	27	72	32	57	64	53	50	30	101	178	213	93	37	5	0
Com. Porto	3	10	3	14	26	19	12	12	37	54	62	18			
O Século	21	16	19	24	30	29	29	4	23	42	42	18			
Notícias LM		46	9	19	7	1	6	11	21	22	70	31	11	3	
Jornal [Funchal]									2	11	0	5	11	1	
Sports	3	0	1	0	0	2	2	0	5	48	20	19	15	1	
Sporting	0	0	0	0	1	2	1	3	13	1	19	2			

Legenda:

Jornal	Título oficial	Local de edição
Com. Porto	<i>O Comércio do Porto</i>	Porto
O Século	<i>O Século</i>	Lisboa
Notícias LM	<i>Notícias. Diário da Manhã</i>	Lourenço Marques (Moçambique)
Jornal [Funchal]	<i>O jornal. Diário da manhã</i>	Funchal (Madeira)
Sports	<i>Os Sports. Bi-semanario de propaganda de educação física</i>	Lisboa
Sporting	<i>Sporting. Semanário desportivo ilustrado</i>	Porto

**Número de notícias anuais por periódico referentes à
União dos Adueros de Portugal (bruto)**

UAP	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Total	0	0	0	0	0	3	19	33	65	35	38	56	51	83	102	104
Com. Porto	0	0	0	0	0	3	18	30	65	35	38	52	48	72	96	97
O Século	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	3	1	10	3	7
Notícias LM																
Jornal [Funchal]																
Sports												0	1	0	0	2
Sporting													2	1	1	0

UAP	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	105	76	68	68	78	93	53	80	78	16	4	3	1	0	0
Com. Porto	97	73	63	61	68	71	45	68	74	12	4	3			
O Século	8	3	5	7	10	19	7	8	1	1	0	0			
Notícias LM		0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	1	0	
Jornal [Funchal]									0	0	0	0	0	0	
Sports	0	0	0	0	0	2	0	1	0	2	0	0	0	0	
Sporting	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0			

Legenda:

Jornal	Título oficial	Local de edição
Com. Porto	<i>O Comércio do Porto</i>	Porto
O Século	<i>O Século</i>	Lisboa
Notícias LM	<i>Notícias. Diário da Manhã</i>	Lourenço Marques (Moçambique)
Jornal [Funchal]	<i>O jornal. Diário da manhã</i>	Funchal (Madeira)
Sports	<i>Os Sports. Bi-semanario de propaganda de educação física</i>	Lisboa
Sporting	<i>Sporting. Semanário desportivo ilustrado</i>	Porto

**Número de notícias anuais por periódico referentes ao
Corpo Nacional de Scouts/Escutas (bruto)**

CNS/CNE	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924						
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6						
Com. Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2						
O Século	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4						
Notícias LM																						
Jornal [Funchal]																						
Sports																	0	0	0	0	0	0
Sporting																				0	0	0

CNS/CNE	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	31	46	38	14	25	45	40	48	25	89	85	79	25	39	0
Com. Porto	30	45	37	12	21	31	32	38	15	26	44	37			
O Século	1	1	1	2	4	9	7	7	3	34	14	5			
Notícias LM		0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0	
Jornal [Funchal]									4	25	24	37	25	36	
Sports	0	0	0	0	0	2	0	0	0	4	1	0	0	3	
Sporting	0	0	0	0	0	3	1	2	1	0	1	0			

Legenda:

Jornal	Título oficial	Local de edição
Com. Porto	<i>O Comércio do Porto</i>	Porto
O Século	<i>O Século</i>	Lisboa
Notícias LM	<i>Notícias. Diário da Manhã</i>	Lourenço Marques (Moçambique)
Jornal [Funchal]	<i>O jornal. Diário da manhã</i>	Funchal (Madeira)
Sports	<i>Os Sports. Bi-semanario de propaganda de educação física</i>	Lisboa
Sporting	<i>Sporting. Semanário desportivo ilustrado</i>	Porto

**Número de notícias anuais por periódico referentes a
associações minoritárias (bruto)**

Minorias	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Total	0	0	0	0	0	4	21	0	0	4	18	13	10	5	1	7
Com. Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	6	4	1	5
O Século	0	0	0	0	0	4	21	0	0	3	8	8	3	1	0	2
Notícias LM																
Jornal [Funchal]																
Sports																
Sporting																

Minorias	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	0	2	3	0	3	15	24	3	2	0	0	0	0	1	0
Com. Porto	0	1	3	0	0	9	16	2	0	0	0	0			
O Século	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0			
Notícias LM		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Jornal [Funchal]									0	0	0	0	0	1	
Sports	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sporting	0	0	0	0	0	6	8	1	2	0	0	0			

Legenda:

Jornal	Título oficial	Local de edição
Com. Porto	<i>O Comércio do Porto</i>	Porto
O Século	<i>O Século</i>	Lisboa
Notícias LM	<i>Notícias. Diário da Manhã</i>	Lourenço Marques (Moçambique)
Jornal [Funchal]	<i>O jornal. Diário da manhã</i>	Funchal (Madeira)
Sports	<i>Os Sports. Bi-semanario de propaganda de educação física</i>	Lisboa
Sporting	<i>Sporting. Semanário desportivo ilustrado</i>	Porto

**Número de notícias anuais por periódico referentes às
atividades escotistas mundiais e/ou com a vida de Robert Baden-Powell (bruto)**

Mundial	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Total	0	1	0	6	16	1	2	0	0	1	0	6	2	1	1	1
Com. Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
O Século	0	1	0	6	16	1	2	0	0	1	0	3	2	0	1	0
Notícias LM																
Jornal [Funchal]																
Sports												0	3	0	0	0
Sporting													0	0	0	0

Mundial	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	1	2	5	2	69	11	1	1	25	30	9	9	26	4	0
Com. Porto	1	0	1	0	29	3	0	0	6	6	3	0			
O Século	0	0	3	0	34	5	0	1	6	12	2	2			
Notícias LM		2	1	2	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	
Jornal [Funchal]									11	2	3	7	18	4	
Sports	0	0	0	0	1	0	0	0	0	8	1	0	7	0	
Sporting	0	0	0	0	4	3	1	0	2	1	0	0			

Legenda:

Jornal	Título oficial	Local de edição
Com. Porto	<i>O Comércio do Porto</i>	Porto
O Século	<i>O Século</i>	Lisboa
Notícias LM	<i>Notícias. Diário da Manhã</i>	Lourenço Marques (Moçambique)
Jornal [Funchal]	<i>O jornal. Diário da manhã</i>	Funchal (Madeira)
Sports	<i>Os Sports. Bi-semanario de propaganda de educação física</i>	Lisboa
Sporting	<i>Sporting. Semanário desportivo ilustrado</i>	Porto

**Número de notícias anuais por periódico referentes a
miscelânea de assuntos escotistas (bruto)**

Miscelânea	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Total	0	0	0	38	5	4	54	4	2	4	11	16	31	9	4	13
Com. Porto	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4	4	7	15	5	0	9
O Século	0	0	0	38	5	4	53	4	1	0	3	5	13	3	2	3
Notícias LM																
Jornal [Funchal]																
Sports											4	4	1	0	2	1
Sporting													2	1	0	0

Miscelânea	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	14	17	9	21	81	125	80	65	60	96	94	88	59	34	0
Com. Porto	11	16	4	9	17	16	13	18	32	26	15	9			
O Século	3	1	2	9	14	9	2	9	2	10	8	6			
Notícias LM		0	0	2	1	0	0	3	3	6	10	23	7	5	
Jornal [Funchal]									3	13	32	34	35	29	
Sports	0	0	2	1	1	2	0	0	3	37	27	14	17	0	
Sporting	0	0	1	0	48	98	65	35	17	4	2	2			

Legenda:

Jornal	Título oficial	Local de edição
Com. Porto	<i>O Comércio do Porto</i>	Porto
O Século	<i>O Século</i>	Lisboa
Notícias LM	<i>Notícias. Diário da Manhã</i>	Lourenço Marques (Moçambique)
Jornal [Funchal]	<i>O jornal. Diário da manhã</i>	Funchal (Madeira)
Sports	<i>Os Sports. Bi-semanario de propaganda de educação física</i>	Lisboa
Sporting	<i>Sporting. Semanário desportivo ilustrado</i>	Porto

**Número de notícias anuais por assunto
a partir dos seis periódicos selecionados (bruto)**

	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Total	0	1	0	44	25	76	162	70	99	61	80	109	106	106	128	163
AEP	0	0	0	0	4	64	66	33	32	17	13	18	12	8	20	32
UAP	0	0	0	0	0	3	19	33	65	35	38	56	51	83	102	104
CNS/CNE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Minorias	0	0	0	0	0	4	21	0	0	4	18	13	10	5	1	7
Mundial	0	1	0	6	16	1	2	0	0	1	0	6	2	1	1	1
Generalidades	0	0	0	38	5	4	54	4	2	4	11	16	31	9	4	13

	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	178	215	154	162	320	342	248	227	291	409	405	272	148	83	0
AEP	27	72	32	57	64	53	50	30	101	178	213	93	37	5	
UAP	105	76	68	68	78	93	53	80	78	16	4	3	1	0	
CNS/CNE	31	46	38	14	25	45	40	48	25	89	85	79	25	39	
Minorias	0	2	3	0	3	15	24	3	2	0	0	0	0	1	
Mundial	1	2	5	2	69	11	1	1	25	30	9	9	26	4	
Generalidades	14	17	8	21	81	125	80	65	60	96	94	88	59	34	

Legenda:

Associação	Título oficial	Tipologia
AEP	Associação dos Escoteiros de Portugal	Pluriconfessional
UAP	União dos Adueros de Portugal	Laica
CNS/CNE	Corpo Nacional de Scouts/Escutas	Católica

GRUPOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL (1912-1939)

Identificação	Localidade	Morada	Duração
Gr. 1 - Lisboa	Lisboa	ACM - Rua das Gaivotas, nº 6	1912-1915; 1917; 1919-atualidade;
Gr. 1 - Marítimos (Valbom)	Porto	<i>Desconhecida</i>	1927;
Gr. 2 - Lisboa	Lisboa	Várias ¹²⁹¹	1912-1917; 1919-atualidade;
Gr. 3 - Liceu Pedro Nunes	Lisboa	Liceu Pedro Nunes	1912-1916; 1930-1931; 1933-1937;
Gr. 3 - Porto	Porto	<i>Desconhecida</i>	1924-1925;
Gr. 4 - Torres Vedras	Torres Vedras	Instituto Politécnico	1914-1918;
Gr. 4 - Lisboa (Protestante)	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1923;
Gr. 4 - Porto (Monte Pedral)	Porto	Escola Metodista - Monte Pedral	1924-1925;
Gr. 4 - Lisboa	Lisboa	Escola Nacional, Largo da Anunciada	1929-1930; 1934;
Gr. 4 - Faro	Faro	Liceu João de Deus	1933;
Gr. 4 - Valença do Minho	Valença do Minho	<i>Desconhecida</i>	1934-1935;
Gr. 4 - Paranhos	Porto	Rua da Firmeza	1937-atualidade;
Gr. 5 - Alcântara	Lisboa	Várias ¹²⁹²	1914-1916;

¹²⁹¹ Sedes do AEP Gr. 2-Lisboa: Academia de Estudos Livres, Rua da Paz nº 7 (1914/Abr); Academia de Estudos Livres, Rua da Emenda, 53 (1915/Set-1919/set); Calçada dos Caetanos (CMP; 1922/Mar); Largo do Poço Novo, 8-B (1926/Fev); Escola Comercial Rodrigues Sampaio (1929/Mar); Algés (1930/Jun);

¹²⁹² Sedes do AEP Gr. 5-Alcântara: Grémio Republicano de Alcântara (1914/Set); Rua da Costa, 58, 1º Dt (Alcântara, 1915/Jan, provisório); rua Maria Pia 4, 1º (1915/Jan); rua dos Lusíadas, 72 (1915/Abr); Rua da Costa, 60, 1º Dt (1915/Set); Rua Maria Pia, 4, 1º (1915/Jan/26, definitivo); Rua dos Lusíadas, 72 (1915/Abr, provisório); Escola Normal (1916, Rua Primeiro de Maio ao Calvário); Largo do Calvário);

Gr. 5 – Arroios/Picoas	Lisboa	Várias ¹²⁹³	1921-1937;
Gr. 5 - Lisboa	Lisboa	Gr. Desportivo dos Tabacos, Calç. dos Barbadinhos, nº 49	1941;
Gr. 6 - Lisboa	Lisboa	Várias ¹²⁹⁴	1914-1915;
Gr. 6 – Escola Veiga Beirão	Lisboa	Escola Comercial Veiga Beirão	1922-1923;
Gr. 6 - Lisboa (Bairro Alto)	Lisboa	Assoc. de Beneficência do Bairro Alto (R. do Teixeira, 7)	1924;
Gr. 6 - Olhão	Olhão	<i>Desconhecida</i>	1925-atualidade;
Gr. 7 - Lisboa	Lisboa	Várias ¹²⁹⁵	1914-1917; 1924-atualidade;
Gr. 7 - Porto	Porto	Escola Comercial Raul Dória	1922-1924;
Gr. 8 - Faro	Faro	Liceu João de Deus	1914-1916;
Gr. 8 - Olivais	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1922-1923;
Gr. 8 - Lisboa	Lisboa	Várias ¹²⁹⁶	1923-1930;
Gr. 8 - J. Freguesia de Santa Isabel	Lisboa	Junta de Freguesia de Santa Isabel	1931-1934;
Gr. 8 - Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1934-1937;
Gr. 9 - Lisboa (Olival Basto)	Lisboa	Várias ¹²⁹⁷	1914-atualidade;

¹²⁹³ Sedes do AEP Gr. 5-Arroios: Escola de Reeducação de Mutilados e Estropiados, Arroios (1922/Mar); Associação Cruz de Malta - Av. Duque de Ávila (1928/Jan); Rua 1º de Maio; Colégio Normal, Picoas (1936); Palhavã.

¹²⁹⁴ Sedes do AEP Gr. 6: Academia dos Estudos Livres (rua da Paz, 7 - 1914/Jun); Academia dos Estudos Livres (rua da Emenda, 53; 1914/Nov); Costa do Castelo.

¹²⁹⁵ Sedes do AEP Gr. 7-Lisboa: Rua Angra do Heroísmo, 3 (1914); Rua Renato Batista, 72 cave (1916); Rua da Estefânia 8, 1º (1917); Rua Luciano Cordeiro, nº 3 (Bombeiros Voluntários Lisbonenses).

¹²⁹⁶ Sedes do AEP Gr. 8-Lisboa: Ginásio Club Português; Olivais (1930); Praça da Alegria (1934/Jan); Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro (1934/Mar).

¹²⁹⁷ Sedes do AEP Gr. 9-Olival Basto: Rua Alves Correia 164, hoje Rua de São José (1914/Dez); Travessa do Carmo nº 11, 2º (1915/Fev); rua da Madalena, 91 (1915/Nov); rua de Santa Marta, 204, palácio Conde Redondo - Sport Lisboa e Benfica (1916/Abr-1918/Ago); Rua da Madalena, 91 (depois no Ateneu Comercial de Lisboa); Sociedade João Rodrigues Cordeiro (1935/Abr).

Gr. 10 - Lourenço Marques	Lourenço Marques	Várias ¹²⁹⁸	1914-1938;
Gr. 11 - Lisboa	Lisboa	Liceu Luís de Camões	1915-1934;
Gr. 12 - Lisboa	Lisboa	Liceu Passos Manuel	1915-1923;
Gr. 12 - Esc. Prim. Sup. de Lisboa	Lisboa	Escola Primária Superior de Lisboa, Benfica	1923-1924;
Gr. 12 - Macau	Macau	Escola Yuet Wah; Praça Lobo de Ávila, 8 (1936)	1930-1936;
Gr. 13 - Amadora	Amadora	Várias ¹²⁹⁹	1915-1918;
Gr. 13 - Lisboa	Lisboa	Rua da Fé	1922-1926;
Gr. 13 - Lisboa	Lisboa	Sociedade de Geografia de Lisboa; Rua da Alegria 19, 1º	1930-1937;
Gr. 14 - Lisboa	Lisboa	Várias ¹³⁰⁰	1915-1916; 1921-1922;
Gr. 14 - Mértola	Mértola	<i>Desconhecida</i>	1930-1936;
Gr. 15 - Lisboa	Lisboa	Escadinhas da Saúde, 10, 1º (1915/Set); Bairro do Século, Pta 2 (1916/Jan);	1915-1916;
Gr. 15 - Lisboa	Lisboa	Asilo D. Maria Pia	1923-1930; 1934;
Gr. 15 - Porto	Porto	ACM, Rua José Falcão, 95	1933-1942;
Gr. 16 - Lisboa	Lisboa	Rua da Bela Vista à Lapa, 17	1915-1916;
Gr. 16 - Silves	Silves	<i>Desconhecida</i>	1927-1928;
Gr. 16 - Carcavelos	Cascais	Colégio Português	1931-atualidade;
Gr. 17 - Lisboa	Lisboa	Várias ¹³⁰¹	1915-1916;

¹²⁹⁸ Sedes do AEP Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique: Palácio do Governador; Praça Mac Mahon (1928; hoje Praça dos Trabalhadores); Avenida Elias Garcia, 20 (1936; hoje Av. Lenine).

¹²⁹⁹ Sedes do AEP Gr. 13-Amadora: Vivenda Alvarez, LA (1915); Recreios Desportivos (1916); Chalet Desidéria (Rua Elias Garcia); Sociedade IMP nº 35 (1918).

¹³⁰⁰ Sedes do AEP Gr. 14-Lisboa: Quartel dos Reformados da Armada (1915/Jul); Rua da Junqueira (1915/Nov); Liceu de Gil Vicente (Jan. 1916-1918/Ago).

¹³⁰¹ Sedes do AEP Gr. 17-Lisboa: Palácio Mancelos - Pátio do Tijolo nº 6 (1915/Ago); Rua do Mundo, 33 (hoje Rua da Misericórdia, ao lado do Tavares; 1915/Nov).

Gr. 17 - Corte do Pinto	Mértola	<i>Desconhecida</i>	1923;
Gr. 17 - Carcavelos	Cascais	<i>Desconhecida</i>	1931;
Gr. 17 - Oporto British School	Porto	<i>Oporto British School, Foz</i>	1933-1934;
Gr. 18 - Braga	Braga	Várias ¹³⁰²	1915-1918;
Gr. 18 - Cabrela	Montemor-o-Novo	<i>Desconhecida</i>	1923;
Gr. 18 - Alcobaça	Alcobaça	Escola de Educação Física de Alcobaça	1931-1934;
Gr. 18 - Lisboa (Aéreos)	Lisboa	Rua Eiffel, letra J (1935/Fev); Centro de Aviação Naval de Lisboa (1936)	1934-1937;
Gr. 19 - Santarém	Santarém	Várias ¹³⁰³	1914-1922;
Gr. 19 - Vendas Novas	Vendas Novas	<i>Desconhecida</i>	1923;
Gr. 19 - Algés	Oeiras	R. João Chagas, 26 (1933/Mar); Sport Algés e Dafundo (1933/Ago)	1929-1936;
Gr. 20 - Montijo	Montijo	<i>Desconhecida</i>	1915-1916;
Gr. 20 - Castelo Branco	Castelo Branco	<i>Desconhecida</i>	1922;
Gr. 20 - Belmonte	Belmonte	<i>Desconhecida</i>	1923;
Gr. 20 - Fundão	Fundão	<i>Desconhecida</i>	1931-1933;
Gr. 21 - Lisboa	Lisboa	Várias ¹³⁰⁴	1915-1916;
Gr. 21 - Comenda	Gavião	<i>Desconhecida</i>	1923;
Gr. 21 - Fundão (Juniões)	Fundão	<i>Desconhecida</i>	1931-1933;

¹³⁰² Sedes do AEP Gr. 18-Braga: Colégio do Espírito Santo/Liceu Sá de Miranda (1915/Out); Colégio dos Órfãos de S. Caetano (1915/Nov); Rua São João 10A , 1º (1916/Ago-1918); Liceu Sá de Miranda (1918).

¹³⁰³ Sedes do AEP Gr. 19-Santarém: Rua da Bombarda, 30 (1915-1916/Jan); Travessa de José Paulo (1916/Abr); Convento das Capuchas (1916/Ago-1922/Mar).

¹³⁰⁴ Sedes do AEP Gr. 21-Lisboa: Vila Bastos, 3, 1.º E (possivelmente na Rua Andrade) (1916/Jan); Associação Beneficência da Freguesia da Encarnação, Rua do Teixeira (1916/Mar).

Gr. 22 - Lisboa	Lisboa	Av. Elias Garcia, T – 3.º (1916/Jan); Rua Visconde Valmor, S.A.M. (1916/Abr);	1915-1916;
Gr. 22 - Lisboa	Lisboa	Assoc. Académica da Escola Pátria (Rua Gomes Freire, 189)	1922;
Gr. 22 - Fundão (Seniores)	Fundão	<i>Desconhecida</i>	1931-1932;
Gr. 22 - Lisboa (Seniores)	Lisboa	Largo do Directório, nº 4, 2º	1933-1934;
Gr. 22 - Penafiel	Penafiel	<i>Desconhecida</i>	1935-1936;
Gr. 23 - Alcântara	Lisboa	Clube Republicano Razão e Justiça, Rua Vieira da Silva, 80, 1º Dt (1915);	1915-1916;
Gr. 23 - Mirante	Porto	Igreja Evangélica do Mirante	1923-1932;
Gr. 23 - Funchal (Seniores)	Funchal	Escola Primária - Rua Dr. Chaves 26 (1931); Ateneu Comercial do Funchal	1931-1937;
Gr. 24 - Lisboa	Lisboa	Sociedade IMP nº 5, Rua do Mundo, 81, 3 (1915)	1915-1916;
Gr. 24 - Funchal (Juniões; marítimo)	Funchal	Rua Dr. Chaves, 26 r/c (hoje Rua dos Aranhas)	1931-1939;
Gr. 25 - Lisboa	Lisboa	Rua do Teixeira, 13 a 17 (1916/Jan); Campo de Santa Clara, 32, 2º (1916/Jan-Fev);	1916-1917;
Gr. 25 - Lisboa [Fase 1]	Lisboa	Escola Comercial Veiga Beirão	1924-1927;
Gr. 25 - Lisboa [Fase 2]	Lisboa	Escola Comercial Veiga Beirão	1928-1936;
Gr. 26 - Porto	Porto	Várias ¹³⁰⁵	1916-1921;
Gr. 26 - Porto	Porto	Redação do jornal <i>O Sporting</i>	1929;
Gr. 26 - Beira	Beira, Moçambique	Escola Eduardo Vilaça (1934); Sport Lisboa e Beira (1935)	1931-1935;
Gr. 26 - Lourenço Marques (feminino)	Lourenço Marques	<i>Desconhecida</i>	1935-1936;

¹³⁰⁵ Sedes do AEP Gr. 26-Porto: Rua Sá da Bandeira, 75 (1916/Mar); Rua Trindade Coelho, 1C, 3º (1916/Abr); Rua de Santo Ildefonso (1916/Dez); Rua do Bonjardim (1918/Mai); Rua São Miguel (1918/Jun); Muro dos Bacalhoeiros, 98 (1918/Ago); Rua S. Vítor (1919/Abr); Rua Anselmo Braamcamp (1919/Set); Rua da Constituição - Futebol Clube do Porto (1919/Out); Rua Gonçalo Cristóvão (1920 - Quartel dos Bombeiros Guilherme Gomes Fernandes); Rua Fernandes Tomás - Colégio São Carlos (1921/Jan).

Gr. 27 - Évora	Évora	Várias ¹³⁰⁶	1916-1918;
Gr. 27 - Escola Masculina de S. Pedro de Sintra	Sintra	Escola Masculina de S. Pedro de Sintra	1931;
Gr. 27 - Alto Maé	Lourenço Marques	Várias ¹³⁰⁷	1933-1937;
Gr. 28 - Lisboa (feminino)	Lisboa	Rua da Emenda, 53	1916;
Gr. 28 - Macau	Macau	Escola Ut Wa	1933-1937;
Gr. 29 - Sport Lisboa e Benfica	Lisboa	Rua São Marçal, 21 r/c	1916-1918;
Gr. 30 - Lisboa	Lisboa	Escolas Primárias	1916-1919;
Gr. 31 - Lisboa	Lisboa	Rua da Glória, 73, 1º (1916/Ago); Calçada do Combro, 38-A, porta 1 (Palácio do Correio Velho, 1917/Abr).	1916-1917; 1925;
Gr. 31 - Figueira da Foz	Figueira da Foz	Escola Industrial e Comercial Bernardino Machado	1924-1929;
Gr. 31 - Lisboa	Lisboa	Sociedade de Geografia de Lisboa	1931-1932;
Gr. 31 - Aldeia do Mato, Corval	Reguengos de Monsaraz	<i>Desconhecida</i>	1933-1934;
Gr. 32 - Almeirim	Almeirim	<i>Desconhecida</i>	1917;
Gr. 33 - Leiria	Leiria	<i>Desconhecida</i>	1915;
Gr. 34 - Ribeira de Santarém	Santarém	Club Ribeirense; Rua das Covas 16 (1918/Ago)	1917-1918;
Gr. 35 - Porto	Porto	Rua da Alegria, 879	1918;
Gr. 35 - Serpa (?)	Serpa (?)	<i>Desconhecida</i>	1924;
Gr. 36 - Funchal	Funchal	Liceu Jaime Moniz	1918-1922;
Gr. 36 - Luanda	Luanda	Rua Guilherme Capelo, nº 1-A; Liceu Central Salvador Correia (1932); Caixa Postal 36 (1936)	1923-1938;

¹³⁰⁶ Sedes do AEP Gr. 27-Évora: Rua Miguel Bombarda, 24; Rua Aviz, 78 (1916/Abr); Rua Frei Brás, 9 (1917/Jan-1918/Ago).

¹³⁰⁷ Sedes do AEP Gr. 27-Alto Maé: Alto Maé (1933/Maio); Avenida Elias Garcia, nº 20 (1936; hoje Av. Lenine, Maputo); e depois novamente no Alto Maé.

Gr. 37 - Lisboa	Lisboa	Associação Humanitária "Cruz de Malta"	1925;
Gr. 38 - Desconhecido	<i>Desconhecido</i>	<i>Desconhecido</i>	<i>Desconhecido</i>
Gr. 39 - São João da Madeira?	S. João da Madeira?	<i>Desconhecido</i>	1924
Gr. 39 - Lisboa (?)	Lisboa?	<i>Desconhecido</i>	1930
Gr. 40 - Setúbal [Fase 1]	Setúbal	Bombeiros Voluntários de Setúbal – Largo Teófilo Braga	1924;
Gr. 40 - Lisboa [Fase 2]	Lisboa	Várias ¹³⁰⁸	1927-1929;
Gr. 40 - Setúbal [Fase 3]	Setúbal	Bombeiros Voluntários de Setúbal – Largo Teófilo Braga	1929-1930;
Gr. 40 - Setúbal [Fase 4]	Setúbal	Igreja Lusitana, Rua Carvalho Araújo	1933-1936;
Gr. 41 - Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecido</i>	1925-1927;
Gr. 41 - Porto	Porto	Jornal Sporting	1932-1933
Gr. 41- Club Fluvial Portuense	Porto	Clube Fluvial Portuense (1933/Dez); Rua Fernandes Tomaz, 507 (1935/Jul);	1933-1941;
Gr. 42 - Porto	Porto	Rua da Bandeirinha - Instituto Rilley	1924;
Gr. 42 - Funchal	Funchal	Rua dos Aranhas	1932-1941;
Gr. 43 - Horta	Faial, Açores	Escola Primária "Coronel Silva Leal" - Matriz	1932-1936;
Gr. 44 - Estiramantens	Tavira	Escola Primária de Estiramantens	1924;
Gr. 44 - Devesas (Marítimos)	Vila Nova de Gaia	Várias ¹³⁰⁹	1935-1936;
Gr. 45 - Arcozelo	São Pedro do Sul	Escola Primária de Arcozelo	1924;
Gr. 45 - Angústias	Faial, Açores	Escola Primária "Capelo e Ivens" - Angústias	1933-1942;
Gr. 46 - Matosinhos	Matosinhos	Largo do Ribeirinho	1924;
Gr. 46 - Angra do Heroísmo	Terceira, Açores	<i>Desconhecida</i>	1932;

¹³⁰⁸ Sedes do AEP Gr. 40-Lisboa [Fase 2]: Escola Primária nº 10 (1927/Abr); Rua Heróis de Quionga, 41, 3º E; Rua Marques da Silva, 14 (1929/Jan).

¹³⁰⁹ Sedes do AEP Gr. 44-Devesas: Rua Alexandre Braga, 15, Gr. Cénico «Mocidade das Devesas» (1935/Jul); Calçada da Serra; Rua da Fervença, nº 44.

Gr. 46 - Lourenço Marques (Ismaili)	Lourenço Marques	<i>Jamatkhana</i> de Lourenço Marques	1933;
Gr. 46 - Lourenço Marques (Cadetes)	Lourenço Marques	Avenida Anchieta, 40 (1936; hoje Av. Olof Palme)	1934-1938;
Gr. 46 - Quelimane	Quelimane, Moça.	<i>Desconhecida</i>	1935-1937;
Gr. 47 - Funchal	Funchal	Rua 31 de Janeiro, 37	1924;
Gr. 47 - Inhambane (Cadetes)	Inhambane, Moça.	Colégio Luso Africano	1933-1938;
Gr. 48 - Porto (Nautas)	Porto	Várias ¹³¹⁰	1933-1935;
Gr. 49 - Faro	Faro	Associação de Bombeiros Cruz Lusa	1925-1926;
Gr. 49 - Montijo	Montijo	Rua Joaquim de Almeida	1934-1935;
Gr. 50 - Torres Vedras	Torres Vedras	Associação de Educação Física e Desportiva	1927-1932;
Gr. 50 - Moita	Moita	<i>Desconhecida</i>	1937;
Gr. 51 - Foz do Douro (Ingleses)	Porto	Rua do Molhe, 145	1933-1934;
Gr. 52 - Figueira da Foz	Figueira da Foz	Rua Cândido dos Reis, nº 5, 1º	1925-1928;
Gr. 52 - Aveiro	Aveiro	<i>Desconhecida</i>	1930-1933;
Gr. 52 - Santa Luzia (Angra)	Terceira, Açores	R. de Cima de Santa Luzia 32	1933-atualidade;
Gr. 53 - Porto	Porto	Palácio de Cristal; Rua Pinto Bessa, 659 (1927)	1923-1930;
Gr. 53 - Lisboa	Lisboa	Rua das Janelas Verdes (Igreja Lusitana de São Paulo)	1933-1942;
Gr. 54 - Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1924-1926;
Gr. 54 - Beja	Beja	Rua dos Mercadores, 51	1934-1936;
Gr. 55 - Lisboa (Juniões)	Lisboa	Associação Humanitária «Cruz de Malta»	1930-1931;
Gr. 55 - Aguada de Cima	Águeda	Grémio de Aguada de Cima	1933-1934;
Gr. 56 - Saligão/Bardez	Goa, Índia	Várias ¹³¹¹	1924-1936;

¹³¹⁰ Sedes do AEP Gr. 48-Porto (nautas): Rua de Entreparedes, 39, r/c; Rua de Camões, 676 (1933/Nov); Rua de Entreparedes (1935/Jan).

¹³¹¹ Sedes do AEP Gr. 56-Saligão/Bardez (Goa): Colégio “Mater Dei” (1925); Bardez (1926); Saligão (1930); Colégio “Mater Dei” (1936).

Gr. 57 - Lordelo	Porto	Igreja Evangélica do Campo Pequeno	1933-1941;
Gr. 58 - Valbom (Marítimos)	Gondomar	<i>Desconhecida</i>	1927-1929;
Gr. 58 - Torne	Vila Nova de Gaia	Igreja Lusitana do Torne	1926; 1929;
Gr. 58 - Porto	Porto	Legião do Bem (1933/Out); Colónia Dr. Manuel Laranjeira, 39 (1935/Março);	1933-1936;
Gr. 59 - Tavira	Tavira	<i>Desconhecida</i>	1926-1942;
Gr. 59 - Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	<i>Desconhecida</i>	1935;
Gr. 60 - Vila Real de Santo António	V. R. de St. António	Clube Náutico de Portugal	1926-atualidade;
Gr. 61 - Porto (Marítimo)	Porto	Jornal <i>Sporting</i>	1928-1930;
Gr. 61 - Lisboa	Lisboa	Primeira Igreja Baptista de Lisboa	1934-1936;
Gr. 62 - Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis	Escola Livre de Oliveira de Azeméis	1926-1927;
Gr. 62 - Aveiro	Aveiro	Campo de São Domingos	1929-1933;
Gr. 62 - Barreiro	Barreiro	Praça de Santa Cruz	1935-1936;
Gr. 63 - Torres Novas	Torres Novas	<i>Desconhecida</i>	1927-1931;
Gr. 64 - Portimão	Portimão	<i>Desconhecida</i>	1922; 1927-1942;
Gr. 65 - Portimão	Portimão	<i>Desconhecida</i>	1927-1928;
Gr. 65 - Lagos	Lagos	Quartel dos Bombeiros	1927-1942;
Gr. 66 - Coimbra	Coimbra	Várias ¹³¹²	1920; 1923; 1926-1931;
Gr. 66 - Anglo-Portuguese Telegraph Company	Lisboa	Rua Nova da Trindade	1936;
Gr. 67 - Seixal	Seixal	<i>Desconhecida</i>	1927-1942;
Gr. 68 - Lourenço Marques (Seniores)	Lourenço Marques	Avenida 24 de Julho, 132-B; Caixa Postal nº 2 (1936);	1927-1937;

¹³¹² Sedes do AEP Gr. 66-Coimbra: Liceu Central José Falcão (1923); Escola Primária de Santa Clara (Provisório, 1927); Rua Ferreira Borges, 119, 1º ; ACE - Rua Alexandre Herculano (1928); Associação Cristã da Mocidade (1929-1930); Beco da Carqueja, nº 15 (1930).

Gr. 69 - Valbom (Marítimos)	Gondomar	<i>Desconhecida</i>	1928-1931;
Gr. 70 - Mirante (Masculino/Feminino)	Porto	Várias ¹³¹³	1926-1942;
Gr. 71 - Porto (Católicos)	Porto	Rua do Calvário, 69 (1927); rua Dr. Barbosa de Castro, 69 (1933);	1927-1935;
Gr. 71 - Ribeira Grande	São Miguel, Açores	<i>Desconhecida</i>	1936-1937;
Gr. 72 - Silves	Silves	<i>Desconhecida</i>	1927-1929;
Gr. 72 - Aveiro	Aveiro	<i>Desconhecida</i>	1930-1933;
Gr. 72 - Vila das Velas	São Jorge, Açores	<i>Desconhecida</i>	1934-1937;
Gr. 73 - Coimbra	Coimbra	<i>Desconhecida</i>	1928-1930;
Gr. 73 - Campo de Ourique	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1934-1936;
Gr. 74 - Coimbra	Coimbra	Escola Primária de S. Bartolomeu	1928-1930;
Gr. 74 - Lisboa	Lisboa	Junção Humanitária Amor e Carinho (Rua de São João da Praça, nº 90 1º D)	1934-1937;
Gr. 75 - SAPEC -Setúbal	Setúbal	SAPEC	1929-1931;
Gr. 75 - Lisboa	Lisboa	Liceu Passos Manuel	1934-1936;
Gr. 76 - Porto	Porto	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. 76 - Lisboa	Lisboa	Colégio Elias Garcia	1929-1931;
Gr. 76 - Lisboa (?)	Lisboa (?)	<i>Desconhecida</i>	1934;
Gr. 77 - Faro	Faro	Rua do Pé da Cruz, 27 A; Rua Alexandre Herculano, nº 2;	1928-atualidade;
Gr. 78 - Covilhã	Covilhã	<i>Desconhecida</i>	1928-1931;
Gr. 78 - Figueira da Foz	Figueira da Foz	Igreja Evangélica Figueirense	1935;
Gr. 79 - Lisboa	Lisboa	Palácio das Necessidades	1928-1942;
Gr. 80 - Ponta Delgada	São Miguel, Açores	Mãe de Deus	1928-atualidade;

¹³¹³ Sedes do AEP Gr. 70-Mirante: Escola Evangélica de Mirante; Rua Barão de S. Cosme, 223 (1928); Praça Coronel Pacheco (1935).

Gr. 81 - Carcavelos	Cascais	<i>Desconhecida</i>	1929-1931;
Gr. 81 - Ponta Delgada (juniores)	São Miguel, Açores	Liceu Antero Quental	1931;
Gr. 81 - Chelas	Lisboa	Calçada do Teixeira, nº 3	1936-1942;
Gr. 82 - Beira	Beira, Moçambique	Sede do Sport Lisboa e Beira	1928-1936;
Gr. 83 - Lourenço Marques (Marítimo)	Lourenço Marques	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. 83 - Lisboa	Lisboa	Junta de Freguesia de Santa Isabel, Rua do Patrocínio 1	1929-1930;
Gr. 83 - Ponta Delgada (seniores)	São Miguel, Açores	<i>Desconhecida</i>	1931;
Gr. 84 - Entroncamento	Entroncamento	Gr. Recreativo 1 de Outubro de 1911	1929-atualidade;
Gr. 85 - Lisboa	Lisboa	Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1929); Calçada do Livramento	1929-1937;
Gr. 86 - Carcavelos	Cascais	<i>Desconhecida</i>	1930;
Gr. 86 - Ponta Delgada (marítimos)	São Miguel, Açores	<i>Desconhecida</i>	1931;
Gr. 87 - Sá da Bandeira - Huíla	Lubango, Angola	Liceu Nacional “Diogo Cão”	1927-1937;
Gr. 88 - Chinguar	Bié, Angola	Escola Primária nº 50	1929-1935;
Gr. 89 - Benguela	Benguela, Angola	Escola Primária nº 30	1930-1935;
Gr. 90 - Nova Lisboa	Huambo, Angola	Escola Primária nº 32; Colégio Vasco da Gama (1934-1936)	1930-1936;
Gr. 91 - Porto	Porto	Escola Comercial Oliveira Martins	1935-1936;
Gr. 91 - Candal (marítimos)	Vila Nova de Gaia	Escola Lusitana do Bom Pastor	1942;
Gr. 92 - Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1934-1935;
Gr. 93 - Sintra	Sintra	Palácio Valenças	1934-atualidade;
Gr. 94 - Ajuda	Lisboa	Calçada da Ajuda, 207 (1934)	1934-atualidade;
Gr. 95 - Aljustrel	Aljustrel	Sede do Sindicato Mineiro	1935-1936;
Gr. 96 - Beja	Beja	<i>Desconhecida</i>	1936;
Gr. 97 - Lisboa	Lisboa	Asilo Nun' Álvares (Assistência Pública de Lisboa)	1934-1935;

Gr. 98 – [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 99 - Lisboa	Lisboa	Rua do Possolo, 5 a 9 (Gr. Dramático e Escolar "Os Combatentes")	1934-1941;
Gr. 100 - Porto	Porto	Rua Camões, 676	1933-1935;
Gr. 100 - Sport Lisboa e Benfica	Lisboa	Sport Lisboa e Benfica	1934-1935;
Gr. 100 - Pedrouços (marítimos)	Lisboa	Clube Desportivo de Pedrouços	1936-1937;
Gr. 101 - Porto (aéreos)	Porto	<i>Desconhecida</i>	1936;
Gr. 102 - Porto	Porto	Rua Ferreira Cardoso, 64	1934-1936;
Gr. 103 - Lisboa	Lisboa	<i>École Française</i> de Lisboa (Pátio do Tijolo, 25)	1934-1936;
Gr. 104 - Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1936;
Gr. 104 - Chanca	Desconhecido	<i>Desconhecida</i>	1934;
Gr. 105 - São Vicente de Cabo Verde	Cabo Verde	Av. D. Angelica Serpa Pinto (1936)	1913-1914; 1934-1936;
Gr. 106 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 107 - Parede	Cascais	Vivenda Alice	1929-1930;
Gr. 108 - Pangim	Goa, Índia	<i>Desconhecida</i>	1930-1939;
Gr. 109 - Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	<i>Desconhecida</i>	1929-1931;
Gr. 110 - Silvassá	Nagar-Aveli, Índia	<i>Desconhecida</i>	1931-1935;
Gr. 111 - Damão	Damão, Índia	<i>Jamatkhana</i> (comunidade ismaili)	1935;
Gr. 112 - Lisboa	Lisboa	Gr. Desportivo Operário - Campo Pequeno; Casa do Algarve (1937)	1936-1937;
Gr. 113 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 114 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 115 - Lisboa	Lisboa	Lisboa Ginásio Clube	1927-1937;
Gr. 116 - Porto	Porto	Igreja Batista - Foz	1934;

Gr. 116 - Porto	Porto	Escola Industrial Faria Guimarães, Rua Firmeza 49	1934-1936;
Gr. 117 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 118 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 119 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 120 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 121 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 122 - Margão	Goa, Índia	<i>Desconhecida</i>	1935-1936;
Gr. 123 - Mapuça /Parrá	Goa, Índia	High School of the Sacred Heart of Jesus - Parrá (1936)	1933-1937;
Gr. 124 - Lisboa (exilados judeus)	Lisboa	Associação da Juventude Israelita Hehaver?	1935-1936;

GR.S DA AEP SEM IDENTIFICAÇÃO NÚMÉRICA

Gr. - Chaves	Chaves	<i>Desconhecida</i>	1920;
Gr. - Escola Agrícola de Paiã	Lisboa	Escola Agrícola de Paiã	1922;
Gr. - Vila Real	Vila Real	<i>Desconhecida</i>	1923;
Gr. - Lisboa	Lisboa	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	1928;
Gr. - Lisboa	Lisboa	Instituto Superior Técnico	1928;
Gr. - Loulé	Loulé	<i>Desconhecida</i>	1928;
Gr. - Vizela	Vizela	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. - Cacilhas	Almada	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. - Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Vilanovense Football Club	1929;
Gr. - Viseu	Viseu	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. - Porto	Porto	Clube "Estrela e Vigorosa" Sport	1930;

Gr. – Cascais (marítimo)	Cascais	Club Náutico de Portugal	1930;
Gr. - Aldoná	Goa, Índia	<i>Desconhecida</i>	1931;
Gr. - N'Dalatando / Vila Salazar	Angola	<i>Desconhecida</i>	1932;
Gr. - Novo Redondo	Angola	<i>Desconhecida</i>	1932;
Gr. - Malanje	Angola	<i>Desconhecida</i>	1932;
Gr. - Moçâmedes	Angola	<i>Desconhecida</i>	1932-1938;
Gr. - Ilha do Porto Santo	Porto Santo, Madeira	<i>Desconhecida</i>	1932;
Gr. - Oporto British School (Lobitos)	Porto	<i>Desconhecida</i>	1933;
Gr. - Funchal	Funchal, Madeira	Escola Industrial e Comercial do Funchal	1933;
Gr. - Beira	Beira, Moçambique	Sporting Clube da Beira	1933;
Gr. - Lisboa	Lisboa	Freguesia de Santiago	1934;
Gr. - Cuba	Cuba	<i>Desconhecida</i>	1934-1935;
Gr. - Lisboa	Lisboa	Clube Desportivo "Os 13"	1934;
Gr. - Pombal	Pombal	<i>Desconhecida</i>	1934;
Gr. - Vila Nova de Famalicão	V. N. Famalicão	<i>Desconhecida</i>	1934;
Gr. - Lousã	Lousã	<i>Desconhecida</i>	1934;
Gr. - Leiria	Leiria	<i>Desconhecida</i>	1934;
Gr. - Moncorvo	Torre de Moncorvo	<i>Desconhecida</i>	1934;
Gr. - Loures	Loures	<i>Desconhecida</i>	1934;
Gr. - Porto	Porto	Liceu Rodrigues de Freitas (Porto)	1934;
Gr. - Serpa	Serpa	<i>Desconhecida</i>	1935;
Gr. - Luanda	Luanda, Angola	Missão de S. Paulo	1936;
Gr. - Arrentela	Seixal	<i>Desconhecida</i>	1936;
Gr. - Lobito	Lobito, Angola	<i>Desconhecida</i>	1939;

GRUPOS DA UNIÃO DOS ADUEIROS DE PORTUGAL (1914-1934)

Identificação	Localidade	Morada	Duração
Sede Central	Porto	Rua do Calvário, 72 (hoje Rua Dr. Barbosa de Castro)	1914-1934;
Junta Regional do Sul de Portugal	Lisboa	Palácio do conde da Pampulha (Janelas Verdes; 1916)	
Gr. 1 - Porto (Cerco do Porto)	Porto	Várias ¹³¹⁴	1914-1934;
Gr. 2 - Porto	Porto	Rua José Falcão, 95 (União Cristã da Mocidade)	1914-1922;
Gr. 2 - Lisboa	Lisboa	Escola Veiga Beirão (?)	1929;
Gr. 2 - Matosinhos	Matosinhos	<i>Desconhecida</i>	1930;
Gr. 2 - “Bartolomeu Dias” (Nautas)	Porto	Rua da Reboleira, 28 (1930); Muro dos Bacalhoeiros, 92	1930-1933;
Gr. 3 - Porto	Porto	Liceu Rodrigues de Freitas	1914-1919; 1922-1923;
Gr. 3 - Corujeira	Porto	Praça da Corujeira	1930;
Gr. 4 - Porto	Porto	Várias ¹³¹⁵	1914-1925;
Gr. 4 - Águeda	Águeda	<i>Desconhecida</i>	1927;
Gr. 4 - Sé	Porto	Sé do Porto	1929-1930;

¹³¹⁴ Sedes do UAP Gr. 1-Porto: Rua do Almada, 59 (1914); Rua da Torrinha (1918/Jan); Rua José Falcão - União Cristã da Mocidade (1918/Abr); Rua do Almada, nº 140, 2º (1918/Set); Muro dos Bacalhoeiros, 98 (1918/Dez); Rua S. Vítor (1919/Set); Sé (1930/Mar); rua dos Bacalhoeiros, 114 (1932/Ago); Muro dos Bacalhoeiros nº 92 (1933/Fev).

¹³¹⁵ Sedes do UAP Gr. 4: Rua da Boavista, 269 (1914-1915); Rua do Rosário (1916/Jun); Rua José Falcão (1916/Set); Rua do Calvário, 72, 2º (1918/Jan - hoje Rua Dr. Barbosa de Castro); Rua do Heroísmo, 103 (Escola Primária Oficial; 1922).

Gr. 4 - Lourenço Marques	Lourenço Marques	Associação dos Lojistas (Rua Consiglieri Pedroso)	1932-1933;
Gr. 5- Porto	Porto	Liceu Alexandre Herculano	1914-1923;
Gr. 5 - Oliveira do Douro	Vila Nova de Gaia	R. Dona Maria da Costa Basto	1932-1934;
Gr. 6 - Viseu	Viseu	Liceu Alves Martins	1915;
Gr. 6 - Porto	Porto	Rua da Picaria, 73	1924-1926;
Gr. 6 - “Descoberta do Brasil”	Porto	Várias ¹³¹⁶	1929-1934;
Gr. 7 - Porto ¹³¹⁷	Porto	Escola Comercial Raul Dória (R. Gonçalo Cristóvão)	1915-1922;
Gr. 7 – Lisboa (ex-Gr. 7 AEP) ¹³¹⁸	Lisboa	Rua Luciano Cordeiro, nº 3 (Bombeiros Vol. Lisbonenses)	1923-1924;
Gr. 7 - Valongo	Valongo	<i>Desconhecida</i>	1925-1930;
Gr. 7 - Oliveira do Douro	Vila Nova de Gaia	Associação Oliveirense (?)	1933;
Gr. 8 - Coimbra	Coimbra	<i>Desconhecida</i>	1915;
Gr. 8 - Valbom	Gondomar	Escola Industrial de Gondomar	1924-1926;
Gr. 9 - Lisboa (ex-Gr. 7 AEP)	Lisboa	Rua Luciano Cordeiro, nº 3 (Bombeiros Vol. Lisbonenses)	1915-1916 [Fase 1]
Gr. 9 - Lisboa (ex-Gr. 7 AEP)	Lisboa	Rua Luciano Cordeiro, nº 3 (Bombeiros Vol. Lisbonenses)	1920-1922 [Fase 2]
Gr. 9 - Santos	Lisboa	Rua do Olival, 238, R/C – Esq.	1915; 1927-1932;
Gr. 10 - Ajuda (Fase 1)	Lisboa	Travessa do Forno, 14, 3º (1915/Ago); Rua da Indústria, 16, 1º Dt (1915/Set);	1915-1925;

¹³¹⁶ Sedes do Gr. 6 - “Descoberta do Brasil” (Porto): Rua de Fernandes Tomás 823 (1929/Ago); Centro Federal 15 de Novembro (1929/Nov); Rua do Bonjardim, 541 (provisório, 1930/Set); Jornal Sporting (1931/Fev).

¹³¹⁷ O UAP Gr. 7 – Porto transferiu-se para a Associação dos Escoteiros de Portugal em 1922/1923, assumindo-se como o AEP Gr. 7.

¹³¹⁸ O AEP Gr. 7 – Lisboa teve várias cisões com a respetiva Direção Nacional, e que resultaram em pelo menos três transferências para a UAP (1915/1916; 1920/1922; 1923/1924) e ainda uma de forma independente, autointitulado Scouts de Portugal (1918-1920). Nas cisões de 1915/1916 e 1920/1922 o AEP Gr. 7 assumiu a nomenclatura de UAP Gr. 9, enquanto no último período acabou por ser o UAP Gr. 7-Lisboa.

Gr. 10 - Ajuda (Fase 2)	Lisboa	Liceu Passos Manuel; Calçada da Ajuda, 238 (1928/Maio)	1926-1933;
Gr. 11 - Alcântara	Lisboa	Rua dos Lusíadas, 134, r/c (Sede provisória); Rua da Indústria, 16, 1º Dt (1915/Set)	1915;
Gr. 11 - Porto	Porto	Rua do Calvário, 69, 2º (hoje Rua Dr. Barbosa de Castro)	1918;
Gr. 11 - Lisboa	Lisboa	Palácio das Necessidades	1919-1928;
Gr. 11 - Alto do Pina	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1929-1932;
Gr. 12 - Lisboa	Lisboa	Calçada de St. André	1915-1922;
Gr. 12 - Campo de Ourique	Lisboa	Rua Saraiva Carvalho, 168	1928-1932;
Gr. 13 - Antas (Nautas)	Porto	Muro dos Bacalhoiros (1915); Oficina de São José (1921/Nov);	1915-1922;
Gr. 13 - “Mártires da Liberdade”	Vila Nova de Gaia	Largo dos Aviadores à Areosa	1930-1935 ¹³¹⁹ ;
Gr. 14 - Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	<i>Desconhecida</i>	1916;
Gr. 14 - Viana do Castelo	Viana do Castelo	Associação dos Bombeiros Voluntários	1924-1926; 1930-1932;
Gr. 15 - Porto (católicos)	Porto	Associação Nun'Álvares. Rua Passos Manuel, 54 (1918); Rua do Calvário, 69, 2º (hoje Rua Dr. Barbosa de Castro)	1916-1922;
Gr. 16 - Santarém	Santarém	<i>Desconhecida</i>	1916;
Gr. 17 - Ponta Delgada	São Miguel, Açores	<i>Desconhecida</i>	1916;
Gr. 17 - Gaia (feminino)	Vila Nova de Gaia	Escola Ferreira de Macedo, Rua Cândido dos Reis	1921-1922;
Gr. 17 - São Nicolau	Porto	Escola Oficial de São Nicolau	1929-1930;
Gr. 18 - Beja	Beja	<i>Desconhecida</i>	1916;

¹³¹⁹ Apesar da extinção da UAP em 1934, o Gr. 13 - “Mártires da Liberdade” manteve-se com algumas atividades no ano seguinte.

Gr. 18 – “Polacos da Serra”	Vila Nova de Gaia	Várias ¹³²⁰	1921-1926; 1929-1934;
Gr. 19 - Porto	Porto	Escola Normal do Porto	1917-1918; 1922;
Gr. 20 - Porto	Porto	<i>Desconhecida</i>	1922;
Gr. 20 - Costa do Castelo	Lisboa	Costa do Castelo, 23 (Associação Popular e Beneficência e São Cristóvão e São Lourenço - Cantina Escolar)	1929-1932;
Gr. 21 - Lisboa	Lisboa	Calçada de Santana (Pena), 34, 1º;	1920-1923;
Gr. 21 - Lisboa (?)	Lisboa (?)	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. 22 - Chaves	Chaves	Rua do Correio, 24	1922-1926; 1930;
Gr. 23 - Matosinhos (nautas)	Matosinhos	Rua dos Camachos, 2 (1920/Fev-1921); Rua dos Caminhos de Ferro, 2;	1920-1926; 1930-1934;
Gr. 24 - Vila Real	Vila Real	Avenida Carvalho Araújo, 4	1923; 1925-1932;
Gr. 25 - Vila Pouca de Aguiar (?)	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1925;
Gr. 25 - Lisboa	Lisboa	Escola Republicana 27 de Abril	1929-1933
Gr. 26 - Porto	Porto	Rua Trindade Coelho	1916;
Gr. 26 - Porto (feminino)	Porto	<i>Desconhecida</i>	1921;
Gr. 26 - Madalena	Vila Nova de Gaia	Escola Oficial da Madalena	1923-1928; 1930;
Gr. 27 - Porto (nautas)	Porto	Rua Infante D. Henrique, 31, 2º	1922;
Gr. 27 - Lisboa	Lisboa	Museu da Artilharia	1926-1931;
Gr. 28 - Paranhos	Porto	Rua Álvaro Castelões, 805; Rua Carlos da Maia, 114 (1924); Rua do Monte de S. João, 10 (Provisória, 1933)	1922-1927; 1929-1934;
Gr. 29 - Porto (feminino)	Porto	Rua de Belos Ares (Escola Primária nº 118)	1922;

¹³²⁰ Sedes do UAP Gr. 18 – “Polacos da Serra”: Escola Ferreira de Macedo; Rua Cândido dos Reis, 186; Rua Direita 186 (1931/Jul) Creches de Santa Marinha, Rua da Fervença (1933/Dez).

Gr. 29 - Pedrouços	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1928-1931;
Gr. 29 - Legião dos Pagens de Nuno Álvares	Lisboa	Rua Marques da Silva (Arroios)	1932;
Gr. 30 - Porto	Porto	Várias ¹³²¹	1922-1926;
Gr. 30 - Cedofeita	Porto	Rua da Cedofeita, 747	1930-1934;
Gr. 31 - Devesas	Vila Nova de Gaia	Escola Oficial nº 45, Rua José Mariani	1922-1926;
Gr. 32 - Canidelo	Vila Nova de Gaia	Escola P.G. do Canidelo	1922-1930;
Gr. 33 - Ponta Delgada	São Miguel, Açores	<i>Desconhecida</i>	1922;
Gr. 33 – “Bravos do Mindelo”	Porto	Praça da Alegria, 342	1930-1934;
Gr. 34 - Porto	Porto	Várias ¹³²²	1928-1932;
Gr. 35 – [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 36 - Setúbal	Setúbal	Rua Carlos Testa	1929-1933;
Gr. 37 - Lisboa (?)	Lisboa (?)	<i>Desconhecida</i>	1932;
Gr. 38 - Almada	Almada	<i>Desconhecida</i>	1930;
Gr. 39 - Lisboa	Lisboa	Avenida Duque de Ávila, 86, cave	1930-1932;
Gr. 40 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 41 - Barreiro	Barreiro	Quinta Braamcamp	1930-1932;
Gr. 42 - Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1928-1930;
Gr. 43 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]

¹³²¹ Sedes do UAP Gr. 30-Porto: Escola Oficial, Rua da Carcereira (hoje Rua Pedro Hispano); Rua da Carvalhosa - Escola Oficial (1924); Rua da Carvalhosa (Junta de Freguesia de Cedofeita) (1924/Out); Largo do Priorado, edifício da JF Cedofeita (1931/Jul); rua da Cedofeita, 730 no salão por cima da garagem Ribeirinho (1933).

¹³²² Sedes do UAP Gr. 34-Porto: Escola Industrial Infante D. Henrique; Rua do Correio, 92 (1929/Dez); Rua da Vitória, 154 (provisório; 1930/Ago).

Gr. 44 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 45 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 46 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 47 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 48 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 49 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	[Desconhecido]
Gr. 50 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	<i>Desconhecida</i>	1923;

GRUPOS DA UAP SEM IDENTIFICAÇÃO NÚMÉRICA

Gr. ?? - Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	<i>Desconhecida</i>	1925;
Gr. ?? - Peso da Régua	Peso da Régua	<i>Desconhecida</i>	1927;
Gr. ?? - Bonfim	Porto	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. ?? - Campanhã	Porto	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. ?? - Miragaia	Porto	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. ?? - Vila Meã	Amarante	<i>Desconhecida</i>	1929;
Gr. ?? - Barcelos	Barcelos	<i>Desconhecida</i>	1929-1930;
Gr. ?? - Nine	Vila N. de Famalicão	<i>Desconhecida</i>	1929-1930;
Gr. ?? - Cascais	Cascais	<i>Desconhecida</i>	1931;

ASSOCIAÇÕES ESCOTISTAS MINORITÁRIAS EM PORTUGAL (1912-1939)

Identificação	Localidade	Morada	Duração
Adueiros Particulares da Cruz de Malta ¹³²³	Porto/Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1924
Adueiros Portugueses Independentes	Porto	<i>Desconhecida</i>	1918-1919;
Associação de Scouts Portuenses	Porto	<i>Desconhecida</i>	1927;
Associação dos Bombeiros de Portugal	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1932;
Associação dos Escoteiros da Escola Nacional	Lisboa	Rua Alves Correia, 10 (hoje Rua São José), Palácio da Anunciada	1926;
Associação dos Escoteiros de Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1915;
Associação dos Escoteiros do Centro de Portugal	Coimbra	<i>Desconhecida</i>	1915-1917;
Associação dos Escoteiros Lusitanos ¹³²⁴	Lisboa	Rua Diário de Notícias, 134, 3º	1915;
Associação dos Escoteiros Luzes	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1915;
Associação dos Escoteiros Municipais de Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1917-1926;
Associação dos Escoteiros Portugueses	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1918;
Associação dos Escoteiros Voluntários	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1918-1919;
Associação dos Escoteiros Voluntários Portugueses	Lisboa	Rua de São Marçal, 95, R/C Direito; Calçada da Boa-Hora, 15, 1º Esq.	1918 (?)

¹³²³ O Gr. de Lisboa integrou-se na AEP em 1925 e deu origem ao AEP Gr. 37 («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 46, nº 15:409, 1925-Jan-08, p. 5).

¹³²⁴ Inicialmente denominada "União dos Escoteiros Lusos", uma nomenclatura já apropriada por outra associação. Teve uma curta duração e acabaria filiada na AEP («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:095, 1915-Ago-10, p.4).

Associação dos Pioneiros de Portugal	Porto	<i>Desconhecida</i>	1922-1924;
Associação dos Pioneiros do Scouting	Porto	Rua Sá de Noronha, 133	1922-1924;
Associação dos Scouts Lusitanos	Porto	Rua das Taipas, 115	1921-1923;
Associação dos Scouts Portucalenses	Porto	<i>Desconhecida</i>	1918;
Associação dos Scouts Portugueses	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1922;
Associação Portuguesa de Escoteiros / Associação dos Escoteiros Lusitanos	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1918-1919;
Boy Scouts of Portugal	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
Boy Scouts Lisbonenses	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1919;
Brigada de Escotismo	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1934;
Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas	Lisboa	Calçada dos Caetanos, 48, R/C	1920-1922;
Corpo dos Escoteiros do “Sporting”	Porto	<i>Desconhecida</i>	1930-1932;
Corpo dos Escutas de Portugal [Nacional-Sindicalista]	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1933;
Deep Sea Scouts - Madeira	Funchal	<i>Desconhecida</i>	1936;
Escoteiros da Pátria	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1915;
Escoteiros da Terra e Mar	Lisboa	Rua da Procissão, 61, 2º (hoje Rua Cecílio de Sousa, Príncipe Real); rua Diário de Notícias, 102, 1º D (provisório)	1915;
Escoteiros de Guimarães	Guimarães	<i>Desconhecida</i>	1915;
Escoteiros Humanitários	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
Escoteiros Humanitários de Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1918;

Escoteiros Humanitários Portugueses ¹³²⁵	Lisboa	Beco das Olarias, 9, 2º Dt	1915;
Escoteiros Lusitanos Independentes	Lisboa	Escola Comercial Veiga Beirão	1920;
Escoteiros Macaenses	Macau	<i>Desconhecida</i>	1919;
Escoteiros Maqueiros Lusitanos	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1918;
Escoteiros Maqueiros Portugueses	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1918-1920;
Escoteiros Maqueiros Portugueses Independentes / Escoteiros Portugueses Independentes ¹³²⁶	Lisboa	Várias ¹³²⁷	1918-1920;
Escoteiros Nacionais	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
Escoteiros Operários Portugueses	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
Escoteiros Portugueses	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
Escoteiros Sapadores Mineiros	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1915;
Escoteiros Viriatinos	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
Exploradores de Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1919;
Federação Nacional de Escoteiros	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
Federação Portuguesa de Escotismo	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
Gr. Boy-Scouts “Diogo Cassels” – Gr. de Escoteiros Cristãos do Torne	Vila Nova de Gaia	Igreja de Torne	1926-1927;
Gr. de Escoteiros – Asilo D. Maria Pia	Lisboa	Palácio Niza, Rua Madre Deus	1921-1922;

¹³²⁵ Os Escoteiros Humanitários Portugueses integraram-se na União dos Adueros de Portugal («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:105, 1915-Ago-20, p. 3).

¹³²⁶ Fruto de uma cisão com os Escoteiros Maqueiros Portugueses, tiveram de alterar a nomenclatura oficial para Escoteiros Portugueses Independentes a 14 de agosto de 1918 («Escotismo. Subsídios para história do Escotismo em Portugal», *Os Sports*. Ano I, nº 60, 1919-Dez-18, p. 2).

¹³²⁷ Sedes dos Escoteiros Portugueses Independentes: Largo do Poço Novo, nº 27 2º; Rua Marcos Portugal, 10 r/c, à Praça das Flores (1919/Fev); Calçada da Penha de França, 2.

Gr. de Escoteiros Cristãos do Monte Pedral	Porto	Rua do Nogueira	1927;
Gr. de Salvação Marítima “Vasco da Gama”	Algés, Oeiras	<i>Desconhecida</i>	1929;
Jovens Exploradores ¹³²⁸	Porto	Liceu Alexandre Herculano	1913
Legião Arauto Lusitana ¹³²⁹	Porto	<i>Desconhecida</i>	1929
Legião dos Pagens de Nun’Álvares	Lisboa	Rua Marques da Silva (Arroios)	1929-1932;
Legionários Católicos Portugueses	Porto	<i>Desconhecida</i>	1918;
Liga Fraternal Portuguesa (Escotismo Colonial)	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1931;
Lisboa Ginásio Club – Secção de Escoteiros (Gr. de Escoteiros D. Nuno Álvares Pereira)	Lisboa	Rua dos Anjos 63	1925;
Núcleo de Scouts Martins Sarmiento	Guimarães	<i>Desconhecida</i>	1927;
Pioneiros de Portugal	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1924;
Pioneiros do Scouting	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1921;
Scouteiros de Portugal	Faro	<i>Desconhecida</i>	1919;
Scouts de Portugal [ex-AEP Gr. 7-Lisboa]	Lisboa	Bombeiros Voluntários Lisbonenses	1918-1920;
Scouts Marítimos	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1917-1919;
Scouts Portugueses	Coimbra	Colégio Mondego	1912;
Sociedade Naturista Portuguesa – Gr. de Escotismo	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1919;
Sociedade Portuguesa de Escotismo	<i>Desconhecida</i>	Escola Industrial Marquês de Pombal	1920;
União dos Escoteiros Alpinos	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1921;

¹³²⁸Os Jovens Exploradores do Liceu Alexandre Herculano integraram-se na União dos Adueros de Portugal, dando origem ao UAP Gr. 5 («Entrevistando», *Sporting. Bissemanário – Pela Raça*. Ano X, nº 726, 1930-Out-10, p. 13).

¹³²⁹Mostraram-se interessados pelo escotismo, mas não adotaram nenhum nem criaram qualquer Gr..

União dos Escoteiros Capitalinos	Lisboa	Rua da Paz, 54, r/c	1915;
União dos Escoteiros da Pátria	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1915;
União dos Escoteiros de Lisboa	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1918;
União dos Escoteiros Franceses	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1918;
União dos Escoteiros Independentes ¹³³⁰	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1915;
União dos Escoteiros Lisbonenses	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1915;
União dos Escoteiros Lusitanos	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1915-1926;
União dos Escoteiros Lusos	Lisboa	Várias ¹³³¹	1914-1916;
União dos Escoteiros Portugueses	Porto	<i>Desconhecida</i>	1915;
União dos Escoteiros Progresso	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919;
União dos Escoteiros Vigilantes	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1915;
União dos Exploradores de Portugal	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	1919
União dos Exploradores Lusos	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	
União Nacional dos Escoteiros	Lisboa	Escola de Instrução Comercial, rua Arco da Graça, 47, 2º	1920;
Vigias de Portugal [Nacional-Sindicalista]	Leiria	<i>Desconhecida</i>	1933;

¹³³⁰ A União dos Escoteiros Independentes inicialmente integrou a UAP por apenas duas semanas, saindo, para integrar a União dos Escoteiros Lisbonenses («Escoteiros de Portugal», *O Século*, Ano 35, nº 12:105, 1915-Ago-20, p. 3; «União dos Escoteiros Lisbonenses», *O Século*, Ano 35, nº 12:119, 1915-Set-03, p. 4).

¹³³¹ Sedes da União dos Escoteiros Lusos: Rua do Marçal, 134, 1º Dt; Rua Visconde de Santo Ambrósio, 67, 2º (hoje Rua D. Dinis); Rua de São Bento, 114, 1º E .

ASSOCIAÇÕES E UNIDADES ESCOTISTAS FEMININAS/GUIDISTAS EM PORTUGAL E IMPÉRIO (1911-1939)

Identificação	Localidade	Morada	Duração
AEP - Gr. 26 - Lourenço Marques	Lourenço Marques	<i>Desconhecida</i>	1935-1936;
AEP - Gr. 28 - Lisboa	Lisboa	Rua da Emenda, 53	1916;
AEP - Gr. 56 - Saligão/Bardez	Goa, Índia	Várias ¹³³²	1924-1936;
AEP - Gr. 70 - Mirante	Porto	Várias ¹³³³	1933-1934;
AEP - Gr. 123 - Mapuça/Parrá	Goa, Índia	High School of the Sacred Heart of Jesus	1935;
AGP - Bando Avezinhas Lisboa (1º)	Lisboa	Rua S. Domingos à Lapa	1936;
AGP - Bando Avezinhas Lisboa (2º)	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1936;
AGP - Bando Avezinhas Lisboa (3º)	Lisboa	Calçada do Marquês de Abrantes	1936;
AGP - Bando Avezinhas Carcavelos	Cascais	Quinta Nova	1936;
AGP - Bando Avezinhas Luanda	Luanda, Angola	Edifício da Misericórdia	1936;
AGP - Companhia Angra do Heroísmo	Terceira, Açores	<i>Desconhecida</i>	1935-1936;
AGP - Companhia Beira	Beira, Moçambique	Instituto Pio X	1935-1936;
AGP - Companhia Carcavelos (1ª)	Cascais	Quinta Nova	1919-1937;
AGP - Companhia Carcavelos (Seniores)	Cascais	Quinta Nova	1936;

¹³³² Sedes do AEP Gr. 56-Saligão/Bardez (Goa): Colégio “Mater Dei” (1925); Bardez (1926); Saligão (1930); Colégio “Mater Dei” (1936).

¹³³³ Sedes do AEP Gr. 70-Mirante: Escola Evangélica de Mirante; Rua Barão de S. Cosme, 223 (1928); Praça Coronel Pacheco (1935).

AGP - Companhia Funchal (1ª)	Funchal, Madeira	<i>Desconhecida</i>	1931-atualidade;
AGP - Companhia Funchal (2ª)	Funchal, Madeira	<i>Desconhecida</i>	1932-1933;
AGP - Companhia Funchal-Monte (3ª)	Funchal, Madeira	<i>Desconhecida</i>	1932-1938;
AGP - Companhia Lisboa (1ª)	Lisboa	Rua S. Domingos à Lapa	1933-1936;
AGP - Companhia Lisboa (2ª)	Lisboa	Rua Saraiva de Carvalho	1936;
AGP - Companhia Lisboa (3ª)	Lisboa	Calçada Marquês de Abrantes	1936;
AGP - Companhia Lisboa (4ª)	Lisboa	Liceu D. Maria Amália Vaz de Carvalho	1936;
AGP - Companhia Lisboa (5ª)	Lisboa	Liceu D. Maria Amália Vaz de Carvalho	1936;
AGP - Companhia Lisboa (Cadetes)	Lisboa	Calçada Marquês de Abrantes	1936;
AGP - Companhia Lisboa (Seniores)	Lisboa	Calçada Marquês de Abrantes	1936;
AGP - Companhia Lourenço Marques (1ª)	Moçambique	Missão de Santana da Munhuana	1932-1936;
AGP - Companhia Lourenço Marques (2ª)	Moçambique	<i>Desconhecida</i>	1936;
AGP - Companhia Lourenço Marques (3ª)	Moçambique	<i>Desconhecida</i>	1936;
AGP - Companhia Luanda (1ª)	Luanda, Angola	Edifício da Misericórdia	1935-1937;
AGP - Companhia Luanda (2ª)	Luanda, Angola	Igreja de Nª Sª da Conceição	1937-1938;
AGP - Companhia Luanda (3ª)	Luanda, Angola	Liceu Salvador Correia	1938;
AGP - Companhia de Moçâmedes	Moçâmedes, Angola	<i>Desconhecida</i>	1935;
AGP - Companhia Porto (1ª)	Porto	Colégio Brotero	1935-1936;
Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas	Lisboa	Rua do Benfornoso, 226, 1º	1921;
Oporto Girl Guides (Oporto British School)	Porto	<i>Desconhecida</i>	1911-1937; 1939-1940;
Corpo de Escoteiros do Sporting - Unidade Feminina	Porto	Jornal Sporting	1930;
UAP - Gr. 17 - Gaia	Vila Nova de Gaia	Escola Ferreira de Macedo, Rua Cândido dos Reis	1921-1922;

UAP - Gr. 26 - Porto	Porto	<i>Desconhecida</i>	1921;
UAP - Gr. 28 - Paranhos	Porto	Rua Carlos da Maia, 114	1926;
UAP - Gr. 29 - Boavista	Porto	Rua de Belos Ares (Escola Primária nº 118)	1922,

UNIDADES DO CORPO NACIONAL DE SCOUTS / ESCUTAS (1923-1942)¹³³⁴

Identificação	Localidade	Morada	Duração
Alc. 1 - Braga	Braga	Praça do Município	1923-1942;
Alc. 2 - Vila Real	Vila Real	<i>Desconhecida</i>	1923-1927;
Alc. 3 - Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Rua Tenente Valadim, nº 72	1923-1942;
Alc. 4 - Guimarães	Guimarães	<i>Desconhecida</i>	1924-1942;
Alc. 5 - Braga?	Braga (?)	<i>Desconhecida</i>	1924;
Alc. 6 - Bragança	Bragança	<i>Desconhecida</i>	1925-1942;
Alc. 7 - Leiria	Leiria	Seminário de Leiria	1926;
Alc. 8 - Porto	Porto	Rua do Calvário, nº 69; Igreja de Miragaia	1926-1934; 1936;
Alc. 9 - Godim	Peso da Régua	Quinta das Nogueiras - Godim	1926-1930; 1932-1934;
Alc. 10 - Covilhã	Covilhã	Rua da Boa Vista	1927-1942;
Alc. 11 - Coimbra (St. Isabel)	Coimbra	Rua da Matemática	1926-1933;
Alc. 12 - Coimbra (St. Clara)	Coimbra	Convento de Santa Clara	1927;
Alc. 12 - Coimbra (Menino Jesus)	Coimbra	Santo António dos Olivais	1930-1933;
Alc. 13 - Peso da Régua	Peso da Régua	Asilo Vasques Osório	1927-1929;
Alc. 14 - Santa Luzia	Viana do Castelo	Associação Patriótica Nun'Álvares	1927;

¹³³⁴ Ao contrário das restantes associações, o Corpo Nacional de Scouts/Escutas utilizou um sistema de filiação tripartido, separando etariamente as “Alcateias” (grupos destinados à faixa 07-11 anos), “Grupos” (12-16 anos) e “Grupos Seniores” (conhecidos também como Clãs, para maiores de 16 anos). Somente a partir de 1955 criar-se-iam os “Agrupamentos”, unificando todas as unidades existentes na mesma paróquia. Para mais informações consulte-se: (Lontro e Monteiro 2014, 10).

Alc. 14 - Monserrate	Viana do Castelo	Monserrate	1932-1942;
Alc. 15 - Tortosendo	Covilhã	Tortosendo	1927-1929;
Alc. 16 - Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis	Rua Bento Carqueja	1927-1933;
Alc. 17 - Viseu	Viseu	Rua Grão Vasco, 17 (Provisória)	1927-1929;
Alc. 18 - Coimbra	Coimbra	Patronato - Ladeira do Carmo	1928-1942;
Alc. 19 - Santo Tirso	Santo Tirso	Santo Tirso	1928-1930;
Alc. 19- São Tomé de Negrelos	Santo Tirso	São Tomé de Negrelos	1934-1935;
Alc. 20 - Lisboa (Luís de Camões)	Lisboa	<i>Desconhecida</i>	1928;
Alc. 20 - Lisboa (Estrela)	Lisboa	Igreja da Estrela; Rua da Paz, 72, 3º	1929-1935;
Alc. 20 - Lisboa (S. Seb. Pedreira)	Lisboa	Igreja de São Sebastião da Pedreira	1937-1942;
Alc. 21 - Lisboa	Lisboa	Igreja Paroquial da Encarnação; Rua Luz Soriano, 83	1929-1938;
Alc. 22 - Lisboa	Lisboa	Rua Almirante Pessanha, 1 (Provisório)	1932-1942;
Alc. 23 - Fundão	Fundão	Seminário do Fundão	1929-1930;
Alc. 24 - Fundão	Fundão	Seminário do Fundão	1929-1930;
Alc. 25 - São Roque/São Pedro	Funchal, Madeira	São Roque; Pavilhão da Assistência às Crianças - Lactário (1937)	1929-1942;
Alc. 26 - São Roque/Sta. Maria	Funchal, Madeira	São Roque/Santa Maria Maior	1929-1942;
Alc. 27 - Serpa	Serpa	Seminário de Serpa	1929;
Alc. 28 - Reguengo do Fetal	Batalha	Reguengo do Fetal	1930-1931;
Alc. 29 - Guarda	Guarda	Largo do Espírito Santo	1930;
Alc. 30 - Castelo Branco	Castelo Branco	Rua do Arco, nº 1	1930-1934;
Alc. 31 - São Miguel de Poiares	Peso da Régua	Sacristia Paroquial - Poiares	1930;
Alc. 32 - Angra do Heroísmo	Terceira, Açores	Angra	1930;

Alc. 33 - Fundão	Fundão	Rua João Pinto	1930-1933;
Alc. 34 - Caminha	Caminha	Rua dos Pescadores (Asilo Silva Torres)	1930-1942;
Alc. 35 - Beira	Beira, Moçambique	Instituto Pio X	1930;
Alc. 36 - Lever	Vila Nova de Gaia	Lever, Gaia	1931-1942;
Alc. 37 - Gualtar	Braga	Residência Paroquial de Gualtar	1931-1942;
Alc. 38 - Olival	Ourém	Aldeia Nova	1931-1933;
Alc. 39 - Vila Nova de Tazem	Gouveia	Vila Nova de Tazem	1931;
Alc. 40 - Porto	Porto	Igreja da Cedofeita	1931-1942;
Alc. 41 - Porto	Porto	Igreja do Bonfim	1931-1942;
Alc. 42 - Beira	Beira, Moçambique	<i>Desconhecida</i>	1932;
Alc. 43 - Viana do Castelo	Viana do Castelo	Largo da Matriz	1932-1942;
Alc. 44 - Porto	Porto	Rua do Falcão, 331	1932-1942;
Alc. 45 - Escalhão	Figueira de Castelo Rodrigo	Barca d'Alva - Escalhão	1933;
Alc. 46 - Lisboa	Lisboa	Calçada de Santana, 212, 2º	1933-1942;
Alc. 47 - Lisboa	Lisboa	Igreja Paroquial de Santa Engrácia	1933-1942;
Alc. 48 - Luanda	Luanda, Angola	Edifício da Sé (Remédios)	1933-1935;
Alc. 49 - Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	Condeixinha (Condeixa-a-Nova)	1934;
Alc. 50 - Lisboa	Lisboa	Rua das Pedras Negras, nº 2	1933-1942;
Alc. 51 - Mercês	Lisboa	Rua Academia das Ciências	1934-1942;
Alc. 52 - Ovar	Ovar	Rua Visconde de Ovar, nº 49	1934-1942;
Alc. 53 - São Miguel das Aves	Santo Tirso	São Miguel das Aves - Negrelos	1934-1942;
Alc. 54 - Luanda	Luanda, Angola	<i>Desconhecida</i>	1934-1935;

Alc. 55 – [Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]
Alc. 56 - São Jorge de Arroios	Lisboa	Colégio Vasco da Gama - Arroios (Travessa das Freiras)	1934-1938;
Alc. 56 - Setúbal	Setúbal	Igreja de Santa Maria	1939-1942;
Alc. 57 - Capareiros	Viana do Castelo	Capareiros (Barroselas)	1934-1942;
Alc. 58 - Trofa	Trofa	São Martinho - Trofa	1934-1942;
Alc. 59 - Santos Reis	Lisboa	Igreja dos Santos Reis - Campo Grande	1934-1942;
Alc. 60 - Valença	Valença do Minho	Santa Maria dos Anjos - Valença	1935-1942;
Alc. 61 - Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Colégio Dom Nuno	1934-1942;
Alc. 62 - Benfica	Lisboa	Estrada de Benfica, nº 703 r/c; Estrada de Benfica, 705, 1º	1935-1942;
Alc. 63 - Munhuana	Lourenço Marques, Moçambique	Escola Católica de Santana da Munhuana	1935-1936;
Alc. 64 - Amadora	Amadora	Rua Elias Garcia (Colégio Pequito); Quinta do Bosque;	1935-1942;
Alc. 65 - Colégio Brotero	Porto	Colégio Brotero	1935-1937;
Alc. 66 - Ronfe	Guimarães	Ronfe	1935-1942;
Alc. 67 - Murtosa	Murtosa	Murtosa	1935-1942;
Alc. 68 - Barreiros	Maia	Barreiros - Maia	1935-1937;
Alc. 69 - Midões da Beira	Tábua	Midões da Beira	1935-1936;
Alc. 70 - Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Sampaio da Vila - Arcos de Valdevez	1936-1942;
Alc. 71 - Lisboa	Lisboa	Rua das Pedras Negras, nº 2	1936-1940;
Alc. 71 - Quinta do Anjo	Palmela	Igreja Paroquial	1941-1942;
Alc. 72 – Évora (?)	Évora (?)	<i>Desconhecida</i>	1941-1942;
Alc. 73 - Perafita	Matosinhos	Perafita - Matosinhos	1936-1942;
Alc. 74 - Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Praça Municipal	1936-1942;

Alc. 75 - Ponte da Barca	Ponte da Barca	Ponte da Barca	1936-1942;
Alc. 76 - Évora	Évora	Travessa da Caraça, nº 18	1936-1942;
Alc. 77 - Braga	Braga	Rua de São Vítor	1936-1942;
Alc. 78 - Avanca	Estarreja	Avanca	1936-1942;
Alc. 79 - Barreiro	Barreiro	Travessa Larga, nº 19	1936-1942;
Alc. 80 - Macieira	Barcelos	Macieira - Barcelos	1937-1942;
Alc. 81 - Guimarães	Guimarães	Rua Elias Garcia, 20 - Oliveira	1937-1942;
Alc. 82 - São Vicente do Penso	Braga	Igreja Paroquial de São Vicente	1937-1942;
Alc. 83 - Moscavide	Lisboa	Seminário dos Olivais	1942;
Alc. 84 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]
Alc. 85 - [Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]
Alc. 86 - Mogofores	Anadia	Mogofores	1937;
Alc. 87 - Setúbal	Setúbal	Igreja Paroquial São Julião	1938-1942;
Alc. 88 - Nisa	Nisa	<i>Desconhecida</i>	1938;
Alc. 89 - Setúbal	Setúbal	<i>Desconhecida</i>	1938-1942;
Alc. 90 - Setúbal	Setúbal	Paróquia da Anunciada	1939-1942;
Alc. 91 - Campelos	Guimarães	São João da Ponte, Campelos	1940-1942;
Alc. 92 - Elvas	Elvas	Rua da Pedra, 1 B	1941-1942;
Alc. 93 - Barreiro	Barreiro	Igreja Matriz	1941-1942;
Alc. 94 - Calendário	Vila Nova de Famalicão	Calendário	1941-1942;
Alc. 95 - Carreira¹³³⁵	Vila Nova de Famalicão	Carreira	1941-1942;

¹³³⁵ A Alc. 95-Carreira seria a última unidade de lobitos do CNS/CNE fundada no período aqui analisado.

Gr. Seniores 1 - Braga	Braga	Praça do Município	1925-1942;
Gr. Seniores 2 - Guimarães	Guimarães	Largo de São Bento	1926-1942;
Gr. Seniores 3 - Covilhã	Covilhã	Bairro da Saudade	1927-1942;
Gr. Seniores 4 - Coimbra	Coimbra	Escadas de São Cristóvão, 6	1927-1942;
Gr. Seniores 5 - Funchal	Funchal, Madeira	Rua do Dr. Vieira , 42, 3º	1928-1942;
Gr. Seniores 6 - Burgães	Santo Tirso	Burgães	1928-1929;
Gr. Seniores 7 - Fundão	Fundão	Seminário do Fundão	1929-1930;
Gr. Seniores 8 - Caldas de Vizela	Vizela	Rua Dr. Abílio Torres	1929-1938;
Gr. Seniores 9 - Vilarinho	Santo Tirso	São Miguel de Vilarinho, Santo Tirso	1930-1942;
Gr. Seniores 10 - Lisboa	Lisboa	Igreja de São Mamede	1930-1942;
Gr. Seniores 11 - Fundão	Fundão	Rua João Pinto	1931;
Gr. Seniores 12 - Luanda	Luanda, Angola	<i>Desconhecida</i>	1934-1935;
Gr. Seniores 13 - Capareiros	Viana do Castelo	Capareiros (Barroselas)	1934-1942;
Gr. Seniores 14 - Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	<i>Desconhecida</i>	1935-1942;
Gr. Seniores 15 - Figueira da Foz	Figueira da Foz	Ladeira da Lomba, 5	1935-1942;
Gr. Seniores 16 - Carvalhal	Barcelos	Carvalhal	1938-1942;
Gr. Seniores 17 - Setúbal	Setúbal	Igreja de Santa Maria	1938-1942;
Gr. Seniores 18 - Barreiro	Barreiro	Travessa Larga	1938-1942;
Gr. Seniores 19 - Ronfe	Guimarães	Ronfe	1940-1942;
Gr. Seniores 20 - Évora	Évora	<i>Desconhecido</i>	1940-1942;
Gr. Seniores 21 - Barreiro	Barreiro	Travessa de Santa Cruz, nº 15	1941-1942;

Gr. Seniores 22 – [Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]
Gr. Seniores 23 -Bailundo¹³³⁶	Bailundo, Angola	<i>Desconhecido</i>	1941;
Gr. Marítimo 1 – Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Rua Tenente Valadim, nº 72	1926-1927;
Gr. Marítimo 2 - Barreiro	Barreiro	Travessa de Santa Cruz, nº 15	1939-1942;
Gr. 1 - Braga	Braga	Praça do Município	1923-1942;
Gr. 2 - Vila Real	Vila Real	Rua D. Margarida Chaves, 39	1923-1927; 1931;
Gr. 3 - Braga	Braga	Rua de Santa Margarida	1923-1942;
Gr. 4 - Póvoa de Varzim	Guimarães	Rua Tenente Valadares, nº 72	1923-1942;
Gr. 5 - Braga	Braga	<i>Desconhecida</i>	1924-1942;
Gr. 6 - Guimarães	Guimarães	Largo de São Bento	1925-1942;
Gr. 7 - Miragaia	Porto	Rua do Calvário, 69	1925-1942;
Gr. 8 - Sé	Porto	Largo da Sé, 4	1925-1942;
Gr. 9 - Vila Real	Vila Real	Rua D. Margarida Chaves, 41, 1º	1925-1934;
Gr. 10 - Bonfim	Porto	Rua do Bonfim, nº 225; Alameda do Bonfim	1925-1942;
Gr. 11 - Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	1925-1933;
Gr. 11 - “Alcaide de Faria”	Moçâmedes, Angola	<i>Desconhecido</i>	1935-1940;
Gr. 12 - Vila Pouca de Aguiar	Vila Pouca de Aguiar	Vila Pouca de Aguiar	1925;
Gr. 13 - Barcelos	Barcelos	Rua Duque de Bragança	1926-1942;
Gr. 14 - Leiria	Leiria	Rua Eça de Queiroz	1925-1930;

¹³³⁶ O Gr. Sénior 23-Bailundo seria a última unidade de seniores do CNS/CNE fundada no período aqui analisado.

Gr. 15 - Cedofeita	Porto	Largo da Carvalhosa, 186; rua do Triunfo, 286	1925-1933;
Gr. 16 - Rio Tinto	Gondomar	Igreja de Rio Tinto	1925-1932;
Gr. 17 - Espinho	Espinho	Rua 18 (provisório)	1925-1933; 1936-1937;
Gr. 18 - Bragança	Bragança	Igreja de Santa Clara	1925-1942;
Gr. 19 - Covilhã	Covilhã	Rua da Boa Vista	1925-1934; 1937-1942;
Gr. 20 - Cete (Paredes)	Paredes	Cete, Paredes	1926;
Gr. 21 - Portalegre	Portalegre	Largo Dr. Alves de Sousa, 12	1926-1935; 1937-1939;
Gr. 22 - Ermesinde	Valongo	Ermesinde	1926-1942;
Gr. 23 - Vila do Conde	Vila do Conde	Praça de São João	1926-1942;
Gr. 24 - Angra do Heroísmo	Terceira, Açores	<i>Desconhecida</i>	1926; 1933-1935;
Gr. 25 - Godim	Régua	Quinta das Nogueiras - Godim	1926-1936;
Gr. 26 - Mouçós	Vila Real	Abambres Gare, Ambulância Corgo	1926-1933;
Gr. 27 - Vilar do Paraíso	Vila Nova de Gaia	Lugar da Calçada, Vilar do Paraíso	1926;
Gr. 27 - Fânzeres	Gondomar	Fânzeres - Gondomar	1927-1934;
Gr. 28 - Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis	Rua António Alegria	1926-1934; 1940-1942;
Gr. 29 - Gondomar	Gondomar	São Cosme de Gondomar	1926-1934;
Gr. 30 - St. António dos Olivais	Coimbra	Teatro Sousa Bastos, Santo António dos Olivais - Coimbra	1926-1942;
Gr. 31 - Coimbra	Coimbra	Rua da Matemática	1927-1933;
Gr. 32 - Marco de Canaveses	Marco de Canaveses	Marco de Canaveses	1927-1934; 1937;
Gr. 33 - Peso da Régua	Peso da Régua	Asilo Vasques Osório	1927-1929;
Gr. 34 - Tortosendo	Covilhã	Tortosendo	1927-1935;
Gr. 35 - Famalicão	Vila Nova de Famalicão	<i>Desconhecida</i>	1927-1942;

Gr. 36 - Aveiro	Aveiro	Travessa do Passeio, 8	1927-1932;
Gr. 37 - Viseu	Viseu	Rua Grão Vasco	1927-1931;
Gr. 38 - Serpa	Serpa	Seminário de Serpa	1928-1935;
Gr. 39 - Lisboa	Lisboa	Rua de Santana à Lapa, 72	1928-1935; 1937-1942;
Gr. 40 - Lisboa	Lisboa	Dependências da Igreja São Sebastião da Pedreira	1928-1942;
Gr. 41 - Calvão-Vagos	Vagos	Calvão (Vagos)	1928-1937;
Gr. 42 - Vista Alegre	Ílhavo	Fábrica da Vista Alegre	1928-1935;
Gr. 43 - Viseu	Viseu	Rua Cónego Martins	1928;
Gr. 44 - Santo Tirso	Santo Tirso	Santo Tirso	1928-1932;
Gr. 45 - Lisboa (Arroios)	Lisboa	Igreja Paroquial de Arroios; Colégio Vasco da Gama	1928-1938;
Gr. 45 - Setúbal	Setúbal	Igreja de Santa Maria da Graça	1939-1942;
Gr. 46 - Ílhavo	Ílhavo	<i>Desconhecida</i>	1928-1942;
Gr. 47 - Rebordões	Santo Tirso	Rebordões	1928-1934; 1936-1942;
Gr. 48 - Lisboa	Lisboa	Rua das Pedras Negras, 2	1928-1942;
Gr. 49 - Lisboa	Lisboa	Capela das Olarias	1928-1942;
Gr. 50 - Beira	Beira, Moçambique	Escola de Artes e Ofícios	1928-1932;
Gr. 51 - Fundão	Fundão	Seminário do Fundão	1929;
Gr. 52 - Lamego	Lamego	Rua do Castelo	1929-1937;
Gr. 53 - Fundão	Fundão	Rua de João Pinto	1929-1933;
Gr. 54 - Murtosa	Murtosa	Murtosa	1929-1942;
Gr. 55 - São Roque	Funchal	São Roque	1929-1942;
Gr. 56 - Cacia	Aveiro	Rua Direita - Sarrazola	1929-1935;

Gr. 57 - Vila Nova de Foz Côa	Vila N. de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	1929;
Gr. 58 - Ramalde	Porto	Ramalde - Porto	1929-1942;
Gr. 59 - Poiares da Régua	Peso da Régua	Sacristia Paroquial de Peso da Régua	1929-1930;
Gr. 60 - Lisboa	Lisboa	Igreja do Coração de Jesus - Pena de Santa Marta; Rua Camilo Castelo Branco 31, r/c	1930-1942;
Gr. 61 - Guarda	Guarda	Largo do Espírito Santo	1930;
Gr. 62 - Castelo Branco	Castelo Branco	Rua do Arco, Castelo Branco	1930-1937;
Gr. 63 - Lisboa	Lisboa	Igreja Paroquial da Encarnação; Rua Luz Soriano, 83	1930-1942;
Gr. 64 - Beira [seniores]	Beira, Moçambique	<i>Desconhecida</i>	1930;
Gr. 65 - Maximinos	Braga	Colégio Dr. Fr. Caetano Brandão (Col. Órfãos Braga)	1930-1942;
Gr. 66 - Ovar	Ovar	Ovar	1930-1942;
Gr. 67 - Campanhã	Porto	Igreja da Campanhã	1931-1942;
Gr. 68 - Mercês	Lisboa	Travessa do Armazém, 15; Igreja Paroquial das Mercês	1931-1942;
Gr. 69 - Polvoreira	Guimarães	Polvoreira - Guimarães	1942;
Gr. 70 - Lever	Vila Nova de Gaia	Lever - Gaia	1931-1942;
Gr. 71 - Lisboa	Lisboa	Rua do Ouro, 165, 1º e 4º (Igreja Nª Sª Conceição)	1931;
Gr. 72 - Funchal	Funchal	Rua do Comércio, 113	1931-1942;
Gr. 73 - Vila Nova de Tazem	Covilhã	Vila Nova de Tazem	1931;
Gr. 74 - Cedofeita	Porto	Igreja da Cedofeita	1931-1942;
Gr. 75 - Monserrate	Viana do Castelo	Monserrate - Viana do Castelo	1932-1942;
Gr. 76 - São Gonçalo	Funchal	11 do Pináculo - São Gonçalo	1932-1942;
Gr. 77 - Faro	Faro	Residência do Chefe de Gr.	1932;
Gr. 77 - Vinhais	Vinhais	Praça dos Combatentes da Grande Guerra	1932-1933;

Gr. 78 - Santa Maria Maior	Viana do Castelo	Largo da Matriz - Viana do Castelo	1932-1942;
Gr. 79 - Areosa/Pedrouços	Porto	Vila Altamira - Circunvalação Areosa - Porto	1932-1936;
Gr. 80 - Socorro	Lisboa	Rua da Palma, 1; Rua da Palma, 164, 1º Dt	1932-1942;
Gr. 81 - Salto	Montalegre	Minas da Borralha - Salto	1932-1936;
Gr. 82 – [Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]
Gr. 83 - São Tomé de Negrelos	Santo Tirso	Igreja de Negrelos	1933-1935;
Gr. 84 - Praia da Vitória	Terceira, Açores	Rua da República	1932;
Gr. 85 - Travassô	Águeda	Travassô - Águeda	1932-1933;
Gr. 86 - Huíla	Huíla, Angola	Missão Católica da Huíla	1932-1939;
Gr. 87 - Abrantes	Abrantes	Abrantes	1933-1942;
Gr. 88 - Funchal	Funchal	Círculo Católico - Sta. Maria Maior	1933-1942;
Gr. 89 - Sta. Engrácia	Lisboa	Igreja Paroquial Sta. Engrácia (Calçada dos Barbadinhos)	1933-1942;
Gr. 90 - São Miguel das Aves	Santo Tirso	São Miguel das Aves - Negrelos	1933-1942;
Gr. 91 - Munhuana	Lourenço Marques	Escola Católica de Santana da Munhuana	1934-1939;
Gr. 92 – [Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]
Gr. 93 - Luanda	Luanda	Escola Missionária de Nª Sª do Carmo	1933-1935; 1937;
Gr. 94 - Inhambane	Inhambane, Moçambique	<i>Desconhecida</i>	1933;
Gr. 95 - Gavião	Gavião	Praça da República	1933-1938;
Gr. 96 - Póvoa de Rio de Moinhos	Castelo Branco	Póvoa de Rio de Moinhos	1934;
Gr. 97 - Condeixa a Nova	Condeixa-a-Nova	Condeixinha (Condeixa-a-Nova)	1934-1936;
Gr. 98 - Beja	Beja	<i>Desconhecida</i>	1934-1937;
Gr. 99 - Santos Reis	Lisboa	Igreja Paroquial Campo Grande	1934-1942;

Gr. 100 - Estoril	Cascais	Villa Sommer - Monte Estoril	1934-1937;
Gr. 100 - Lavradio	Barreiro	Rua Miguel Bombarda, 81, Lavradio	1938-1939;
Gr. 101 - Capareiros	Viana do Castelo	Capareiros (Barroselas)	1934-1942;
Gr. 102 - Trofa	Trofa	São Martinho de Bougado	1934-1942;
Gr. 105 - Oliveira do Douro	Vila Nova de Gaia	Igreja Paroquial de Oliveira do Douro	1934-1942;
Gr. 106 - Valença	Valença	Santa Maria dos Anjos - Valença	1935-1942;
Gr. 107 - Benfica	Lisboa	Estrada de Benfica, 703	1935-1942;
Gr. 108 – S. Miguel de Rio Torto	Abrantes	São Miguel de Rio Torto	1935-1936;
Gr. 109 - Amadora	Amadora	Rua Elias Garcia (Colégio Pequito); Quinta do Bosque (Amadora);	1935-1942;
Gr. 110 - São Sebastião	Setúbal	Igreja Paroquial de São Sebastião	1935-1942;
Gr. 111 - Ronfe	Guimarães	Ronfe	1935-1942;
Gr. 112 - Barreiros	Maia	Picoto - Barreiros	1935-1938;
Gr. 113 - Caria	Belmonte	<i>Desconhecido</i>	1935;
Gr. 114 - São José de Lhanguene	Lourenço Marques	Missão Católica de São José de Lhanguene	1935-1937;
Gr. 115 - Colégio Brotero	Porto	Colégio Brotero, Foz Douro	1935-1937;
Gr. 116 - Guimarães	Guimarães	Rua Elias Garcia	1935-1942;
Gr. 117 - São Paio	Arcos de Valdevez	São Paio da Vila	1936-1942;
Gr. 119 - Perafita	Matosinhos	Igreja Paroquial de Perafita	1936-1942;
Gr. 120 - Seminário de Coimbra	Coimbra	Seminário de Coimbra	1935-1942;
Gr. 121 - Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Praça Municipal	1936-1942;
Gr. 122 - Caminha	Caminha	Rua Direita	1936-1938;
Gr. 123 - Ponta da Barca	Ponte da Barca	Ponte da Barca	1936-1942;

Gr. 124 - Brito	Guimarães	Brito - Guimarães	1936-1942;
Gr. 125 - Évora	Évora	Travessa da Caraça, nº 18	1936-1942;
Gr. 126 - Avanca	Estarreja	Avanca	1936-1942;
Gr. 127 - Fenais de Vera Cruz	Ribeira Grande, Açores	Fenais da Ajuda - São Miguel	1936;
Gr. 128 - Quinta do Anjo	Palmela	Quinta do Anjo - Palmela	1936-1942;
Gr. 129 - Arcos	Anadia	Arcos - Anadia	1936-1937;
Gr. 130 - Barreiro	Barreiro	Travessa Larga, 19	1936-1942;
Gr. 131 - Aguada de Baixo	Águeda	Adro - Aguada de Baixo	[1935]-1937;
Gr. 132 - Campelos	Guimarães	São João da Ponte	1937-1942;
Gr. 133 - Vermil	Guimarães	Vermil	1937-1942;
Gr. 134 - Caria	Belmonte	Caria	1937;
Gr. 135 - Alpalhão	Nisa	Alpalhão	1937;
Gr. 136 - Setúbal	Setúbal	Ordem Terceira - São Francisco	1937-1942;
Gr. 137 - Ponta Delgada	Ponta Delgada, Açores	Rua Carvalho Araújo, 41	1937-1942;
Gr. 138 - Lourenço Marques	Lourenço Marques, Moçambique	<i>Desconhecida</i>	1937;
Gr. 139 - Quelimane	Quelimane, Moçambique	<i>Desconhecida</i>	1937-1939;
Gr. 140 - Avintes	Vila Nova de Gaia	<i>Desconhecida</i>	1938-1940; 1942;
Gr. 140 - Alandroal		<i>Desconhecida</i>	1941;
Gr. 141 - Nova Lisboa	Nova Lisboa, Angola	<i>Desconhecida</i>	1936-1939;
Gr. 141 - São Pedro de Riba de Ave	Vila Nova de Famalicão	São Pedro de Riba de Ave	1938-1942;
Gr. 142 - Riba de Mouro	Monção	<i>Desconhecida</i>	1938-1942;
Gr. 143 - Nisa	Nisa	<i>Desconhecida</i>	1938;

Gr. 143 – Teixeira da Silva	Bailundo, Angola	<i>Desconhecida</i>	1937-1940;
Gr. 143 - Sá da Bandeira	Sá da Bandeira (Namibe), Angola	<i>Desconhecida</i>	1937-1939;
Gr. 144 - Coimbrões	Vila Nova de Gaia	Capela de Santa Bárbara - Coimbrões	1940-1942;
Gr. 145 – [Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]	[Desconhecido]
Gr. 146 - Moscavide	Lisboa	Seminário dos Olivais	1940-1942;
Gr. 147 - Setúbal	Setúbal	Igreja Paroquial da Anunciada	1939-1942;
Gr. 148 - Elvas	Elvas	Rua da Pedra, 1 B	1941-1942;
Gr. 149 - Setúbal	Setúbal	Ordem Terceira - São Francisco	1941-1942;
Gr. 150 - Carreira¹³³⁷	Vila Nova de Famalicão	Carreira	

¹³³⁷ O Gr. 150-Carreira seria a última unidade de escutas do CNS/CNE fundada no período aqui analisado.

COMPOSIÇÃO DO AEP GRUPO 123 MAPUÇA – GOA NORTE (c. 1933)¹³³⁸

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	LOCALIZAÇÃO	FILIAÇÃO	Ficha nº
Abílio L. C. de Souza	1921-08-19	Nanelim	Goa Norte	José A. Libório de Souza	1270
Adriano Luiz Fernandes	1916-09-08	Afmere	Goa Norte	Diogo L. S. Fernandes	1273
Agostinho Fernandes	1915-01-15	Mapuçá	Goa Norte	Aleixo C. Fernandes	1272
Agostinho Pinto	1913-04-13	Mapuçá	Goa Norte	Atanásio P. S. Pinto	1263
Albano Olegário Nazaré	1916-08-28	Murgão	Goa Norte	Salustiano Olegário Nazaré	1239
Aleixo F. do Rosário Pinto	1914-06-15	Calangute	Goa Norte	Abel Gualberto de B. Pinto	1235
Aleixo João José de Souza	1918-11-02	Kampala	Uganda	Domingo José de Souza	1234
Aleixo Santana da Silva	1919-11-25	Mapuçá	Goa Norte	Domingos Paulo da Silva	1259
Aleluia Franco	1919-04-19	Dar Es Salam	Tanzânia	Augusto Franco	1246
Álvaro J. C. Souza e Menezes	1918-03-23	Calangute	Goa Norte	Francisco José M. e Menezes	1231
Ambrósio Bragança	1914-12-07	Verlá, Parrá	Goa Norte	Jacinto Vicente Bragança	1221
Amir Fernandes	1918-12-01	Parrá	Goa Norte	João Manuel Fernandes	1240
Anacleto de Souza	1916-11-19	Bastorá	Goa Norte	Agostinho de Souza	1293
António de Costa	1926-07-06	Anjuna	Goa Norte	Ludgero de Costa	1211
António Evaristo Pinto	1916-10-18	Parrá	Goa Norte	Aleixo Sebastião Pinto	1227
António F. Victor Martins	1916-04-15	Nairobi	Goa Norte	Lúcia P. Martins	1282

¹³³⁸ Arquivo da Associação dos Escoteiros de Portugal, Caixa 0.250 «Identificação - Boletins de Registo» [c. 1933; documento não-classificado].

António Gonzaga de Souza	1919-02-16	Bombaim	Goa Norte	Inácio de Souza	1244
António M. de Souza	1926-06-19	Bombaim	Goa Norte	Diogo A. de Souza	1209
António V. N. de Souza	1918-10-12	Parrá	Goa Norte	Cosme Aleluia de Souza	1256
Aquílio Figueira	1918-01-18	Guirim	Goa Norte	Domingos Vicente F. Figueira	1222
Armindo Martinho Nazaré	1917-09-27	Anagão	Goa Norte	Bruno Plácido Nazaré	1245
Augusto Plácido de Nazaré	1916-10-09	Mapuçá	Goa Norte	Pedro Inácio de Nazaré	1237
Bernardo Lopes	1919-05-28	Parrá	Goa Norte	Moisés Lopes	1225
Blásio Trindade	1925-02-15	Tanga	Goa Norte	Maria Trindade	1206
Camilo de Souza	1921-01-27	Mapuçá	Goa Norte	Pascoal L. A. de Souza	1268
Cipriano B. M. de Souza	1915-09-16	Dagoá	Goa Norte	José Pascoal de Souza	1288
Cipriano L. de Souza	1918-10-12	Parrá	Goa Norte	Adelina de Souza	1255
Cirilo Carrasco	1915-03-22	Mapuçá	Goa Norte	Pedro C. Carrasco	1265
Conceição Faria	1917-12-08	Mapuçá	Goa Norte	António Leandro Faria	1278
Cosme Agapito Fernandes	1919-08-06	Pérsia	Goa Norte	Domingos C. Fernandes	1281
D. Caetano J. da P. Menezes	1897-08-05	Bicholim	Goa Norte	D. Cristóvão de Menezes	1217
Domingo de Souza	1924-10-09	Kampala	Uganda	Ana Regina Fernandes	1214
Domingo Xavier de Melo	1924-03-04	Parrá	Goa Norte	Rosário C. de Melo	1210
Domingos S. N. de Souza	1916-06-06	Liolnia	Goa Norte	Remédio Caridade Souza	1279
Eduardo José Pedro Menezes	1916-10-19	Manhana	Haryana	Carlos Gomes	1233
Filipe Fernandes	1918-04-13	Parrá	Goa Norte	Leopoldina Fernandes	1261
Florêncio Oliveira	1915-09-07	Parrá	Goa Norte	Ana Maria Lobo	1223
Francisco de Souza	1920-03-04	Rangoan	Myanmar?	Pascoal Xavier Pinto	1228

Francisco Diogo de Souza	1914-12-07	Parrá	Goa Norte	Domingos José de Souza	1291
Francisco G. de Souza	1922-08-16	Nairobi	Quénia	Raimundo F. de Souza	1251
Francisco Nazaré	1922-11-13	Mapuçá	Goa Norte	Damasceno I. Nazaré	1277
Geraldo de Souza e Silva	1918-09-24	Parrá	Goa Norte	Lourdes de Souza e Silva	1230
Gregório de Sousa	1924-12-24	Bombaim	Maharashtra	António F. de Souza	1205
Heitor José Lobo	1918-07-01	Manhana	Haryana	Rosalina Mascarenhas Lobo	1232
Helício E. de Souza	1924-05-11	Guirim	Goa Norte	António M. de Souza	1208
Hilário de Souza	1925-08-26	Entebbe	Goa Norte	Isabela de Anelo	1249
Inácio Domingo Carneiro	1914-11-15	Mcassaim	Goa Norte	José Sebastião Carneiro	1262
Inácio Francisco Pinto	1914-08-14	Guirim	Goa Norte	Pascoal Xavier Pinto	1226
J. Alberto Viana	1916-09-27	Nova Goa	Goa Norte	Xavier António Viana	1254
Jacinto B. C. de Souza	1913-04-23	Mapuçá	Goa Norte	Miguel de Souza	1287
Jaime José de Bragança	1914-12-29	Calcutá	Goa Norte	Francisco Xavier de Bragança	1248
Jerónimo Caetano Dias	1919-09-14	Parrá	Goa Norte	Domingo Caetano Dias	1252
Jerónimo Paulo Carrasco	1917-09-15	Mapuçá	Goa Norte	Santana C. Carrasco	1275
Jerónimo R. Lobo	1917-05-14	Santa Cruz	Goa Norte	Félix Xavier C. Lobo	1283
João Fermino de Souza	1922-09-25	Arporá	Goa Norte	Sebastião B. de Souza	1253
João Leonardo de Souza	1917-05-08	Beira	Goa Norte	Mário Felício de Souza	1260
João Lourenço de Souza	1914-07-10	Anagão	Goa Norte	Maria J. Melo e Souza	1220
João Manoel de Souza	1916-08-05	Mapuçá	Goa Norte	Aleixo S. de Souza	1271
João S. de Souza	1926-07-24	Parrá	Goa Norte	Aleixo M. de Souza	1212
Jorge de Sá	1916-04-16	Anjuna	Goa Norte	Custódio C. de Sá	1238

José Azevedo	1924-10-01	Kissum?	Goa Norte	Inácio Piedade Azevedo	1250
José de Souza	1921-11-14	Anjuna	Goa Norte	Damião José Fernandes	1269
José Martinho de Souza	1912-03-20	Mapuçá	Goa Norte	Caetano Paulo de Souza	1224
Justino Pinto	1919-01-21	Mapuçá	Goa Norte	Carlos Pedro Pinto	1267
Latério Epifâneo de Souza	1915-01-12	Mapuçá	Goa Norte	Luiz Caetano de Souza	1280
Leandro Dias	1918-02-11	Bastorá	Goa Norte	J. S. de Melo	1241
Lourenço X. de Souza	1915-08-28	Mapuçá	Goa Norte	Domingos C. de Souza	1266
Luciano José J. Soares Gameiro	1916-03-13	Mapuçá	Goa Norte	António Nicolau Gameiro	1229
Luís Manuel Bastos	1904-09-17	Chicalim	Goa Sul	Pascoal Bastos	1218
Luiz Miguel Rebelo	1914-06-22	Parrá	Goa Norte	André Gabriel Rebelo	1292
Luiz Tomás de Sá	1920-03-07	Lovelim?	Goa Norte	António de Sá	1285
Manuel de Souza	1917-02-10	Mapuçá	Goa Norte	Jerónimo Paulo de Souza	1247
Manuel E. Afonso	1922-06-13	Parrá	Goa Norte	A. F. Afonso	1207
Manuel F. de Souza	1920-04-02	Mapuçá	Goa Norte	Luiz Sebastião de Souza	1257
Manuel Francisco Mendes	1918-08-04	Parrá	Goa Norte	Caetano Xavier Mendes	1242
Micael de Souza	1923-05-13	Bombaim	Maharashtra	Francisco Xavier de Souza	1213
Milton E. de Souza	1917-10-10	Nairobi	Goa Norte	Lourdes de Souza e Silva	1289
Nilconca Luiai Queneró	1916-09-01	S. Cruz (Índia)	Goa Norte	Bamachandra S. Queneró	1274
Pedrinho Francisco B. Lobo	1917-03-17	Diolim	Goa Norte	António Lobo	1295
Pedro Ângelo Mendes	1924-06-17	Parrá	Goa Norte	Patricia Mendes	1215
Pedro Nazaré	1921-04-02	Mapuçá	Goa Norte	David Nazaré	1264
Peter M. L. P. de E. Bragança	1914-10-22	Mapuçá	Goa Norte	Manoel J. Bragança	1276

Piedade Moniz	1916-11-19	Bastorá	Goa Norte	Fermino Moniz	1294
Rosário Damião de Souza	1918-09-08	Mapuçá	Goa Norte	Tomás Victorino de Souza	1258
Sebastião S. de Souza	S/D	Parrá	Goa Norte	Luizinha de Souza	1216
Simão Bragança	1916-01-04	Mapuçá	Goa Norte	André Justiniano Bragança	1243
Teodoro da Cunha	1918-09-21	Parrá	Goa Norte	António Maria da Cunha	1290
Valentim Francisco Pinto	1906-03-14	Mapuçá	Goa Norte	Carlos Pedro Pinto	1219
Valentino Almeida	1914-02-14	Guirim	Goa Norte	Prudêncio C. de Almeida	1284
Vanislau Domingo M. Bragança	1914-04-01	Parrá	Goa Norte	Regina Catarina Rodrigues	1236
Wilfred Bragança	1916-10-13	Piedade (Índia)	Goa Norte	Teodorico F. Bragança	1286

DIRIGENTES DO ESCOTISMO PORTUGUÊS (1912-1936)

Siglas:

AACP	Associação dos Escoteiros do Centro de Portugal	OEP	Organização Escotista de Portugal
AEGP	Associação Escotista das Guias de Portugal	SA	<i>Boy Scout Association</i>
AEML	Associação dos Escoteiros Municipais de Lisboa	SP	Scouts de Portugal
AEP	Associação dos Escoteiros de Portugal	SPE	Sociedade Portuguesa de Escotismo
AEE	<i>Asociación de Exploradores de España</i>	UAP	União dos Adueros de Portugal
AEEN	Associação de Escoteiros da Escola Nacional	UEB	União dos Escoteiros do Brasil
APE	Associação Portuguesa de Escoteiros	UEC	União dos Escoteiros Capitalinos
APS	Associação dos Pioneiros do Scouting	UEI	União dos Escoteiros Independentes
ASL	Associação de Scouts Lusitanos	UELI	União dos Escoteiros Lisbonenses
ASP	Associação dos Scouts Portucalenses	UELU	União dos Escoteiros Lusos
CECMP	Corpo de Escoteiros da Cruzada Mulheres Portuguesas	UEP	União das Escoteiras de Portugal
CNS/CNE	Corpo Nacional de Scouts/Escutas	UETM	União dos Escoteiros Terra e Mar
GGA	<i>Girl-Guide Association</i>	UEV	União dos Escoteiros Vigilantes
GBSDC	Grupo de Boy-Scouts "Diogo Cassels"	UNE	União Nacional de Escoteiros
LPNA	Legião dos Pagens de Nuno Álvares	VP	Vigias de Portugal

A

- 1. ABECASSIS, Helena** [AGP]. Chefe da 2ª Companhia de Guias – Lisboa (1936/Abr).
- 2. ABRANCHES, João Mendes** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo do Fundão (1930/Dez).
- 3. ABRANTES, Moisés de Brito** [AEP]. (1911-2003). Escoteiro-Chefe nos Grupos 20, 21 e 22 do Fundão. Membro da comunidade judaica local.
- 4. ABREU, António Augusto de** [CNS/CNE]. Presidente da "Cruzada Nacional Nun'Álvares" de Ovar. Fundador e Chefe do Gr. 66-Ovar (1930/Nov-1932/Set).
- 5. ABREU, Armando Sebastião Vieira de** [UAP]. (f. 1928/Out/02). Aduero no Gr. 4 Porto (1917/Abr). Cofundador do Gr. 27 Adueros Nautas no Porto (1922). Adail do Gr. 28-Paranhos (1923/Jul-1924/Fev). Demitido a 1924/Fev/11. Secretário da redação do jornal *O Aduero de Portugal* (1925/Jun). Ajudante do Adail Regional do Norte (1925/Ago).
- 6. ABREU, Eugénio** [UAP]. Instrutor no Gr. 1-Porto (1927/Out).
- 7. ABREU, Manuel da Fonseca** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. Sénior 8-Vizela (1930/Jul).
- 8. ABRUNHOSA, Adelino** [AEP]. Músico no Teatro Varieté, Lourenço Marques. Compositor do hino da AEP em Moçambique (1932/Set).
- 9. ADÃO, Luís de Sousa** [CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 60-Lisboa (1931/Ago).
- 10. ADÃES, José** [UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931).
- 11. AFONSO, António Augusto** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 11 e Gr. 30-Coimbra (1931/Dez). Assistente da Alc. 18-Coimbra (1935/Nov). Assistente Regional de Coimbra (1936/Mar).
- 12. AFONSO, João** [UAP]. Assistente da *Sociedade de Propaganda de Portugal*, Comerciante e Proprietário. Presidente e Primeiro Secretário da Junta Regional Aduera do Sul após demissão de Carlos Vidal (1922/Jan-1922/Nov). Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez).
- 13. AFONSO, João Alfredo** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 18-Bragança (1925/Jun-1926/Mar; 1930/Abr). Ajudante do Gr. 18 (1926/Abr-1929/Mar).
- 14. AFONSO, Joaquim** [AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 46 – Lourenço Marques (1935).
- 15. AFONSO, Mário de Moraes** [UAP]. Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Professor no Liceu Rodrigues de Freitas. Vogal na Junta Assistente da UAP (1921/Ago-1930). Organizador da recepção aos escoteiros de Pontevedra que visitaram Braga (1922/Ago). Chefe dos serviços fotográficos da UAP (1922/Ago). Secretário Geral da UAP (1924/Fev). Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez-1929/Jul). Membro da Comissão de revisão dos estatutos da UAP (1925/Ago).

16. AGAPITO, Caetano	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 33-Fundão (1933/Jan).
17. AGOSTINHO, António Martins	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 41 – Calvão, Vagos (1927/Dez)
18. AGUIAR, Alberto de	[UAP]. Presidente-Substituto do Senado da UAP (1927/Mai).
19. AGUIAR, Álvaro de	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 49-Lisboa (1930/Jul-1933/Jan). Secretário do Gr. 49-Lisboa (1933/Nov-1935/Jun). Secretário do Gr. 45-Lisboa (1936/Fev).
20. AGUIAR, Francisco Tavares	[CNS/CNE]. Ajudante do Secretário do Gr. 10 -Moçâmedes, Angola (1936/Fev).
21. AGUIAR, João Namorado de	[AEP]. Coronel; Comandante da Polícia de Segurança Pública no Porto; Chefe da Mocidade Portuguesa. A primeira manifestação de apoio ao escotismo ocorreu na festa de aniversário do Gr. 41-CFP (1935/Jan). Comissário Regional do Norte (1935/Nov-1936/Mar). Delegado dos Serviços Centrais da AEP no Porto (1936/Abr). Membro da Comissão Permanente da AEP (1936/Mai). Abandonou o Escotismo para se dedicar à Mocidade Portuguesa (1936/Jul).
22. AGUIAR, Luís Gonçalves Pais de	[CNS/CNE]. Inspetor Regional de Viseu (1927/Abr). Secretário do Gr. 37 – Viseu (1927/Out). Inspetor Regional de Viseu (1927/Dez).
23. AIRES, Albano Botelho da Silva	[UAP]. Professor da Escola Primária Dr. Júlio Martins, em Vila Real. Tesoureiro da Direção do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul-1931).
24. AIRES, João	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 9-Vila Real (1925/Mai).
25. ALÃO, Alberto	[UAP]. Vogal no Gr. 28-Paranhos, Paranhos (1923/Out).
26. ALBERGARIA, António de Brito Cabral Soares de	[CNS/CNE] Secretário do Gr. 30-Coimbra (1927/Mai).
27. ALBERGARIA, Rui Soares	[UAP]. Primeiro-Secretário da Assembleia Geral do Gr. 33-Porto (1933/Jan).
28. ALBUQUERQUE, António Lindolfo Ribeiro Borges de Castro Seabra e	[UAP]. Tenente. Presidente do Conselho de Administração da UAP (1927/Mai). Tesoureiro do Conselho-Mor da <i>União dos Adueros de Portugal</i> (1929/Jul-1931/Jun).
29. ALBUQUERQUE, Augusto José Maria de	[UAP]. Tenente. Vice-presidente do Gr. 1 Porto (1922). Presente na receção oficial da UAP a David de Barros (1929).
30. ALBUQUERQUE, Figueiredo de	[UAP]. Aluno da Universidade do Porto. Adail do Gr. 1-Porto (1916/Jun).
31. ALBUQUERQUE, Inocêncio dos Santos	[UAP]. Enfermeiro do Gr. 6-Porto (1932/Fev).
32. ALCINO, António	[UAP]. Membro da Comissão de Propaganda do Aduarismo no Norte (1930/Ago).
33. ALEIXO, Acácio	[CNS/CNE]. (n. 1910/Jun/24). Sacerdote católico. Chefe de Alc.45 – Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo (1933/Set).
34. ALMEIDA JÚNIOR, Miguel de	[AEP]. Tenente; Professor de educação física (Diploma da Escola de Mafra). Escoteiro-Chefe do Gr. 80-Ponta Delgada (1929/Dez-1930/Dez).
35. ALMEIDA, Alberto de	[UELÚ]. Presidente do Gr. 2-Lisboa da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> (1915/Mai). Escoteiro-Chefe Geral Adjunto da UELÚ (1915/Set).
36. ALMEIDA, Alexandre Pinto de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 53-Palácio de Cristal, Porto (1928/Out).
37. ALMEIDA, António Augusto de	[CNS/CNE]. Secretário Regional de Bragança (1936/Out).
38. ALMEIDA, António Baptista de	[CNS/CNE]. Ajudante do Secretário do Gr. 63-Lisboa (1934/Dez-1936/Out). Secretário do Gr. 63 (1936/Out).
39. ALMEIDA, António Fernandes de	[CNS/CNE]. Scout nos Grupos 37 e 43-Viseu. Chefe do Gr. 91-Lourenço Marques (1934/Dez-1936/Jan). Chefe da Alc. 63-Munhunana, Lourenço Marques (1935/Mar-1936/Jan). Chefe da Junta Regional de Moçambique (1935).
40. ALMEIDA, Artur Rebelo de	[UAP]. Adail-Mor Interino da Região de Lisboa (1929/Mai).

41. **ALMEIDA (LAVRADIO), Maria Eugénia de** [AGP]. Subsecretária Nacional das *Guias de Portugal* (1935/Set). Chefe da 4ª Companhia de Guias, Liceu Maria Amália, Lisboa (1936/Abr). Subsecretária nacional e tesoureira (1937/Abr).
42. **ALMEIDA, Baltazar Morais de** [UAP]. Vice-Presidente do Gr. 28-Paranhos, Porto (1923/Jul-1931).
43. **ALMEIDA, Cândido Augusto de** [CNS/CNE] Ajudante do Gr. 45-Lisboa (1934/Abr-Nov). Vogal da Comissão de Passeios e Excursões (1934/Ago). Chefe da Alc. 56-Lisboa (1934/Nov).
44. **ALMEIDA, Cândido Carneiro de** [UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 6-Porto (1933/Nov).
45. **ALMEIDA, Celestino de** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 33-Peso da Régua (1930/Dez-1931/Mai).
46. **ALMEIDA, Duarte Estevão de** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 42-Ílhavo (1929/Out).
47. **ALMEIDA, Duval** [UELI]. Tesoureiro da *União dos Escoteiros Lisbonenses* (1915/Ago).
48. **ALMEIDA, Fernando de** [CNS/CNE]. Médico. Médico do Núcleo do Fundão (1932/Ago).
49. **ALMEIDA, Ferreira de** [AEP]. Membro da Conselho Nacional da AEP (1925/Out).
50. **ALMEIDA, Franklim de** [AEP]. Chefe do Campo de Férias da AEP em Carcavelos (1935/Ago).
51. **ALMEIDA, Gaspar de** [UAP]. Tenente. Adail do Gr. 36-Setúbal (1932/Ago-1933/Mar).
52. **ALMEIDA, Gustavo Adolfo Ribeiro de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente das alcateias 23 e 24, Gr. 51 e Gr. Sênior 7-Fundão (1929/Fev). Comissário do Núcleo do Fundão (1930/Dez).
53. **ALMEIDA, Herculano Martins de** [CNS/CNE]. (n. 1915/Jan/12). Empregado Comercial. Chefe da Alc. 37-Gualtar, Braga (1931/Jun).
54. **ALMEIDA, Jaime de** [UAP]. Adail do Gr. Porto (?) (1925/Jun).
55. **ALMEIDA, João Alves M. de** [UEC]. Secretário da *União dos Escoteiros Capitalinos*, Lisboa (1915/Ago).
56. **ALMEIDA, João Luís Antunes Crisóstomo Gomes de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Viseu (1927/Jun-1928). Assistente do Gr. 37-Viseu (1927/Out).
57. **ALMEIDA, João Monteiro de** [AEP]. Escoteiro-Chefe no Gr. 58-Torne, V.N. Gaia (1934-1936/Mar).
58. **ALMEIDA, Jorge Augusto Marques de** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 30-Coimbra (1930/Jan). Ajudante da Alc. 11-Coimbra (1931/Dez).
59. **ALMEIDA, José Joaquim Coelho de** [CNS/CNE]. (n. 1904/Dez/07). Empregado de Escritório. Secretário do Gr. 63-Lisboa (1931/Mai-1932/Mai). Chefe do Gr. 80-Socorro, Lisboa (1932/Out-1933/Nov). Inspetor Regional de Lisboa (1933/Nov-1935/Jun). Redator de artigos de índole escotista para o jornal “Novidades” (1935). Secretário-geral da Propaganda do CNS/CNE (1935/Jun-1938).
60. **ALMEIDA, José Luís de** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. Sênior 8-Caldas de Vizela (1929/Nov). Chefe do Gr. Sênior 8 (1930/Fev-1931/Mai).
61. **ALMEIDA, Josete Raposo de** [AEP]. Possível esposa de Manuel Dias de Almeida, escoteiro-chefe do Gr. 79. Instrutora da Alcateia no Gr. 79-Palácio das Necessidades, Lisboa (1934/Jul).
62. **ALMEIDA, Júlio Leão de** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 1-Lisboa (1925/Out-1927/Jun). Em 1929 é considerado “antigo chefe” (1929/Abr).
63. **ALMEIDA, Libertino de** [AEP]. Escoteiro-Chefe e Secretário do Gr. 62-Barreiro (1936/Jun-1937).
64. **ALMEIDA, Luís Moutinho de** [AEP]. Representante da AEP na recepção ao General Barnardiston (1917/Mai). Presidente do Gr. 31-Figueira da Foz (1925/Set).
65. **ALMEIDA, Manuel Antunes de** [CES]. Instrutor da Alcateia do *Corpo de Escoteiros do Sporting* (1930/Out-1931).
66. **ALMEIDA, Manuel Dias de** [UAP; AEP]. Aduero-Mor do Gr. 11-Palácio das Necessidades, em Lisboa. Instrutor do UAP Gr. 10-Lisboa (1922/Jan). Secretário de Redação do “Aduero do Sul” (1922/Jan); Louvor pela participação humanitária na revolta de 19/Out/1921 (1922/Fev). Mais tarde, transferiu o grupo para a AEP, onde foi nomeado como Escoteiro-Chefe do Gr. 79-Palácio das Necessidades (1929-1935/Dez). Responsável pelas excursões no Campo de Férias da AEP (1933/Ago). Administrador do jornal *Escotismo* (1936/Abr). Membro da Comissão para redação do novo regulamento geral (1936).

67. ALMEIDA, Manuel Gomes de	[CNS/CNE]. (f. 1937/Dez/15). Sacerdote católico. Assistente da Alc. 1-Braga (1929/Jun). Inspector Regional de Braga (1931/Out).
68. ALMEIDA, Manuel Lopo de	[CNS/CNE]. Chefe de Gr. 50-Beira, Moçambique (1930/Set-1932/Jul). Comissário da Região de Moçambique (1932/Jul). Comissário Núcleo da Beira (1933).
69. ALMEIDA, Manuel Soares de	[CNS/CNE]. (n. 1912/Abr/15). Empregado Comercial. Chefe do Gr. 105-Oliveira do Douro (1934/Out-1936).
70. ALMEIDA, Manuel V.	[AEP]. Fundador e Instrutor de Natação do Gr. 71-Porto (1927-1931).
71. ALMEIDA, Maria Antonieta Furtado Coelho de	[CNS/CNE]. (f. 1942/Jul/30). Instrutora de especialidades na Alc. 22-Lisboa (1933/Nov); Secretário da Alc. 22-Lisboa (1933/Nov); Redatora de artigos de índole escotista para o jornal “Novidades” (1935). Secretária Adjunta do Secretariado Geral da Propaganda do CNS/CNE (1939/Fev).
72. ALMEIDA, Miguel	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 18-Bragança (1936/Out).
73. ALMEIDA, Rebelo de	[UAP]. Tenente. Adail-Mor Regional de Lisboa (1925/Mai).
74. ALMEIDA, Roque Santana António de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 122-Margão, Goa (1936/Jul).
75. ALMEIDA, Virgílio de	[UAP]. Oficial do Exército. Vogal da Junta Assistente do Aduarismo (1918/Jul)
76. ALMEIDA, Viriato Hermínio Ribeiro de	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 19-Covilhã (1927/Jun-1930/Jun).
77. ÁLVARO, Artur Óscar de Aguiar	[UAP]. Guia do Gr. 5-Liceu Alexandre Herculano, Porto (1918/Jul). Adail do Gr. 23-Matosinhos (1920/Fev-1926; 1930). Em 1924 não se encontra em nenhuma associação, mas é administrador do jornal <i>O Scout de Portugal</i> , Porto (1924).
78. ÁLVARES [?], José António	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 57-Vila Nova de Foz Côa (1929/Jul).
79. ÁLVARES, José Vieira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 84-Praia da Vitória, Açores (1932/Out).
80. ALVERNAZ, José Vieira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Angra do Heroísmo, Açores (1935/Jun).
81. ALVES, Albino Dias	[UELI]. Secretário da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Set).
82. ALVES, Álvaro F.	[UAP]. Primeiro-Vogal da Direção do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
83. ALVES, Amílcar	[APE]. Membro da direção da <i>Associação Portuguesa de Escoteiros</i> , de Lisboa (1918/Nov).
84. ALVES, Ana Videira	[UAP]. Mãe de adueiro do Gr. 1-Porto. O seu nome surge em 1924/Ago, quando acompanhou Fernando Moreira, adail do Gr. 1, numa viagem de propaganda a Trás-os-Montes, onde foi designada como “grande propagandista do Aduarismo e grande educadora da mocidade portuguesa”. Vice-Presidente do Gr. 1-Porto (1926/Abr).
85. ALVES, António	[CNS/CNE]. (n. 1908/Abr/20). Estudante de Teologia. Chefe do Gr. 81-Salto, Minas da Borralha, Montalegre (1932/Jul-1933).
86. ALVES, António	[CNS/CNE]. (n. 1898/Jun/01). Chefe do Gr. 16-Rio Tinto (1925/Mar-1935/Ago).
87. ALVES, Augusto	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 24-Angra do Heroísmo, Açores (1935/Jun).
88. ALVES, Carlos Peixoto	[UAP]. Tenente. Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez). Substituto do Segundo-Secretário do Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai). Responsável da Comissão Executiva da UAP (1929/Jun).
89. ALVES, Constantino	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 6-Guimarães (1928/Fev). Chefe do Gr. 6 (1929/Jun-1930/Jan; 1932/Abr-1936/Jan). Ajudante do Gr. Sênior 2-Guimarães (1931/Mai-1936/Jan). Comissário Adjunto do Núcleo de Guimarães (1936/Jan).
90. ALVES, Domingos Moreira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 44-Porto (1932/Jun).
91. ALVES, Eduardo	[AEP]. Arquivista do Gr. 94-Ajuda (1934/Jun).
92. ALVES, Francisco	[AEP]. Secretário do Gr. 73-Escola Primária de S. Bartolomeu, Coimbra (1927/Fev).
93. ALVES, Joaquim António	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional Adjunto de Braga (1939/Dez).
94. ALVES, José	[AGP]. Sacerdote católico. Dirigente da AGP na Missão da Munhuana, em Lourenço Marques (1936)

95. AMARO, José António Martins	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 74 e Gr. 121-Salvador, Arcos de Valdevez (1936/Mai).
96. ALVES, Luís Ferreira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Inspetor Regional de Viseu (1927/Dez-1928Job).
97. ALVES, Mário	[AECF]. Secretário-Substituto dos <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> (1915/Dez-1916/Set).
98. ALVES, Porfírio	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 65-Maximinos, Braga (1930/Out). Assistente do Gr. 3-Braga (1931/Out-1932/Mai).
99. ALVES, Renato Queiroz	[AEP]. Escoteiro-chefe do Gr. 54-Beja (1934/Ago-1936/Mai). Secretário da Região do Alentejo (1936/mai).
100. ALVES, Rodrigues	[AEP]. Capitão. Membro da Conselho Nacional da AEP (1925/Out).
101. ALVES, Vasco Lopes	[AEP]. Comandante. Fundador do Gr. 36-Luanda (1923).
102. ALVITO, António	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 5-Alcântara (1915/Jan).
103. AMADO, José Augusto Rodrigues	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 120-Seminário de Coimbra (1936/Dez).
104. AMARAL, Américo	[UAP]. Vogal do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out).
105. AMARAL, João de Brás	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 34 e Alc. 15-Tortosendo, Covilhã (1928/Jan).
106. ÁMEN, Adriano de Oliveira	[UAP]. Adail do Gr. 34-Escola Infante D. Henrique, Porto (1932/Set).
107. AMORIM JÚNIOR, António	[UAP]. Adail-Ajudante do Gr. 15-Juventude Católica do Porto (1916-1922).
108. AMORIM, Francisco Serzedelo	[CNS/CNE] Inspetor Regional de Lisboa (1931/Nov-1932/Ago).
109. ANAQUIM,	[CNS/CNE]. Sacerdote católico; cónego. Responsável pela organização do CNS/CNE em Lisboa (1924/Mai).
110. ANDRADE, Agostinho Vasconcelos	[CNS/CNE]. Proprietário. Chefe do Gr. 57-Vila Nova de Foz Côa (1929/Jul).
111. ANDRADE, António Frederico	[UAP]. Funcionário da Escola Primária da Cedofeita. Presidente do Gr. 30-Cedofeita, Porto (1930/Ago-1931/Dez).
112. ANDRADE, António Lamego Ribeiro de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 98-Gavião (1936/Abr). Assistente do Gr. 135-Alpalhão, Nisa (1937/Abr).
113. ANDRADE, Artur Pinto de Aragão	[AEP]. Guia no Grupo 19 da AEP (Santarém; 1916). Capitão de Artilharia com condecoração com o Grau de Oficial a Ordem Militar de Avis (1916). Enquanto aluno da Escola de Guerra, Artur Pinto de Andrade foi condecorado pelo Ministro de Guerra (1930). Ver: http://arquivo.presidencia.pt/details?id=39205 .
114. ANDRADE, Fernando Torres Pereira Rebelo de	[AEP]. (n. Lisboa, 1912-Ago-31). Escoteiro-Chefe do Gr. 8-Lisboa (1923-Fev)
115. ANDRADE, Mário de	[AEP]. Escoteiro no Gr. 68 Lourenço Marques. Nomeado Escoteiro-Chefe Adjunto (1936).
116. ANDRADE, Vergílio de Sousa	[AEP]. Subchefe da divisão júnior dos grupos 5 e 55-Cruz de Malta, Lisboa (1930/Nov-1931/Jun).
117. ANJOS, António Rebelo dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 38-Serpa (1928/Mar).
118. ANTÃO, Manuel	[CNS/CNE]. Primeiro-Sargento de Infantaria. Chefe do Gr. Sénior 4-Coimbra (1927/Jun-1935/Nov). Secretário da Junta Regional de Coimbra e ajudante do Comissário Regional (1927/Out). Comissário do Núcleo de Coimbra (1927/Dez).
119. ANTELO, José de Carvalho	[CNS/CNE]. Ajudante do Inspetor do Núcleo de Lisboa (1928/Nov-1930/Fev). Ajudante do Inspetor Regional de Lisboa (1930/Fev-Set).
120. ANTUNES, A. Apolinário	[AEP]. Membro da direção do jornal <i>O Escoteiro da Huíla</i> , Angola (1936/Ago).

121.	ANTUNES, António Pires	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Comissário do Núcleo de Castelo Branco (1930/Mar).
122.	ANTUNES, Artur	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 15 e Gr. 34-Tortosendo, Covilhã (1927/Abr-1928/Jan).
123.	ANTUNES, Dias	[AEP]. Coronel. Comissário Regional de Angola (1928/Out-1929/Mar). Representante da AEP no projecto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Membro da Comissão para novo regulamento interno (1929/Dez).
124.	ANTUNES, José Alfredo	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 33 e Gr. 53-Fundão (1931/Nov).
125.	ANTUNES (ou Pereira), Fernando	[CNS/CNE]. (n. 1907/Jun/02). Empregado Bancário. Chefe do Gr. 49-Lisboa (1928/Out).
126.	ANTUNES, Vasco Silva Dias	[AEP]. Filho do Coronel Dias Antunes. Fundador do Gr. 36-Luanda (1923). Secretário adjunto da AEP em Angola (1930). Comissário Regional de Angola (1928/Mar-1932). Secretário-Geral Adjunto da AEP (1930/Fev). Assistente do jornal “Mocidade Escoteira”, de Luanda (1931).
127.	APOLINÁRIO, José dos Santos	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 50-Beira, Moçambique (1928/Dez-1929/Set).
128.	AQUINO, Tomás de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 1-Braga (1931/Nov). Secretário Regional Adjunto de Braga (1939/Dez).
129.	ARAÚJO, António Maria de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 1-Braga (1926/Jan-1927).
130.	ARAÚJO, António E. Henriques de	[CNS/CNE] Engenheiro. Inspetor Regional da Madeira (1927/Jun-1935/Mar).
131.	ARAÚJO, Horácio	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 66-Ovar (1930/Nov) e Alc. 52-Ovar (1934/Fev). Assistente da Alc. 66 e Gr. 111-Ronfe, Guimarães (1935/Nov).
132.	ARAÚJO, Humberto de	[AEP]. Advogado. Presidente do Gr. 66-Coimbra (1928/Abr-1929/Ago).
133.	ARAÚJO, José Ribeiro de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 66-Ovar (1930/Out-1934). Secretário da Alc. 52-Ovar (1934/Fev). Assistente do Gr. Sênior 19-Ronfe, Guimarães (1940/Abr).
134.	ARAÚJO, Manuel Lopes	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 15-A.C.M., Porto (1933).
135.	AREIAS, António Gonçalves	[UAP]. Funcionário Público. Tesoureiro do Gr. 18-V.N. Gaia (1929/Abr).
136.	AREIAS, Carlos da Cunha	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 68-Mercês, Lisboa (1934/Dez-1936/Set). Instrutor do Gr. 68 (1936/Set).
137.	ARESTA, Eugénio Rodrigues	[UAP]. Capitão do exército. Deputado da União Republicana de Brito Camacho. Secretário da Junta Assistente do Aduarismo (1918/Jul). Substituto do Primeiro-Secretário do Conselho-Mor da UAP (1927/Mai).
138.	ASCENSÃO, João Pedro de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 95-Gavião, Portalegre (1933/Nov).
139.	ASSIS, António Pinto da Costa	[UAP]. Membro da direção do Gr. 28-Paranhos, Porto (1924/Jun).
140.	ASSUNÇÃO, Avelino Martins (ou Moutinho) da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 22-Ermesinde (1926/Fev-1933).
141.	ASSUNÇÃO, João Bizarro da	[AEP]. Chefe dos Serviços de Saúde de Lourenço Marques. Vogal da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).
142.	ATAÍDE, João Baptista	[CNS/CNE]. Sênior do Clã de Braga, participou no I Acampamento Nacional de Dirigentes (1933/Set).
143.	AUGUSTO, José	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 10-Bonfim, Porto (1930-1931).
144.	AUGUSTO, Manuel	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 24-Angra do Heroísmo, Açores (1935/Jun).
145.	AUTHREAU, J. H. d’	[BSA]. <i>Scoutmaster</i> da <i>Boy Scout Association</i> , Oporto British School, Porto (1932-1934/Abr).
146.	AVELAR, Francisco Henriques de	[AEP]. Médico. Cofundador e Instrutor de Primeiros Socorros do Gr. 109-Caldas da Rainha (1929/Abr-1930/Mai).

147.	AVES, Augusto	[CNS/CNE]. Primeiro-Cabo de Infantaria. Chefe da Alc. 32-Angra do Heroísmo, Açores (1930/Mai).
148.	ÁVILA, João	[AEP]. Cofundador do Gr. 52- Santa Luzia, Angra do Heroísmo (1933/Ago).
149.	ÁVILA, José da Silveira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Chefe e Assistente da Alc. 32-Angra do Heroísmo, Açores (1930/Mai). Delegado do contingente açoriano no III Acampamento Nacional do CNS/CNE, em Granja, Vila Nova de Gaia (1930/Ago). Assistente Regional dos Açores (1932/Jul). Fixou-se nos E.U.A. para acesso a cuidados médicos (1932/Jul). Comissário do Núcleo de Angra do Heroísmo (1935/Jun).
150.	AZEDO, António	[AEP]. Assistente do jornal <i>O Escotismo</i> , órgão do Gr. 22-Escola Pátria, Lisboa (1922/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 9-Lisboa (1925/Ago). Participante na Escola Internacional de Chefes em Cappy, França (1925/Ago).
151.	AZEDO, Asdrúbal Dias	[UELI]. Secretário e Escoteiro-Chefe Geral da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Set).
152.	AZEREDO, Fernando José de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 52-Lamego (1933/Mar).
153.	AZEREDO, José Constantino	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 52-Lamego (1933/Mar).
154.	AZEVEDO, António Flores Monteiro de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 89-Lisboa (1934/Jul-1935/Fev).
155.	AZEVEDO, Augusto Dias de	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 22-Ermesinde (1933/Set). Instrutor do Gr. 22 (1934/Fev).
156.	AZEVEDO, Camilo	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 50-Beira, Moçambique (1928/Dez-1932/Mai).
157.	AZEVEDO, Domingos Maria Moreira de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 67-Campanhã, Porto (1931/Fev). Assistente da Alc. 44-Porto (1932/Jul).
158.	AZEVEDO, Henrique Alves de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 94-Ajuda (1934/Jun).
159.	AZEVEDO, José Narciso de Andrade	[UAP]. Tesoureiro do Gr. 28-Paranhos, Porto (1923/Out).
160.	AZEVEDO, M. Jorge	[UAP]. Professor do Liceu Feminino do Porto (1917). Instrutor de ginástica no Gr. 15-Juventude Católica do Porto (1917/Jul). Adail do Gr. 6-Porto (1929). (?)
161.	AZEVEDO, Manuel António de	[UAP]. Secretário-Geral Adjunto da Junta Assistente da UAP (1933/Jan).
162.	AZEVEDO, Manuel Augusto	[ASL; AEP]. Scout-Chefe Ajudante e Chefe Interino da <i>Associação de Scouts Lusitanos</i> , no Porto, em substituição de Adriano Gonçalves (1921/Set). Nomeado Comissário Adjunto da AEP-Zona do Porto (1924/Abr).
163.	AZEVEDO, Manuel Martins de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 27-Fânzeres, Gondomar (1927/Ago-1928/Jul).
164.	AZEVEDO, Manuel Pinto de	[UAP]. Presidente Honorário do Gr. 28-Paranhos (1923/Mai).
165.	AZEVEDO, Manuel Soares de	[CNS/CNE]. Estudante. Chefe do Gr. 46-Ílhavo (1928/Ago). Comissário do Núcleo de Ílhavo (1929/Set). Chefe do Gr. 46-Ílhavo (1933/Set).

B

166.	BAIA, Carlos	[AEP]. Vogal no Gr. 41-Sporting, Porto (1933/Mar).
167.	BAIÃO, Manuel Caracóis	[CNS/CNE]. (n. 1912/Abr/29). Empregado de Escritório. Chefe da Alc. 64-Amadora (1935/Jan-Out).
168.	BAILAS, Manuel Joaquim de Oliveira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário da Alc. 78 e Gr. 126-Avanca, Estarreja (1936/Set).
169.	BANDEIRA, José da Silva	[S/D]. Tenente-Coronel e Comandante de Infantaria 23. Juntamente com Joaquim Leite Júnior, tenente Ribeiro e Virgílio Mota, impulsionou a criação do Batalhão de Scouts Portugueses em Coimbra (1912/Abr).
170.	BANDEIRA, José de Sousa Soares	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 125-Évora (1936/Jun).

171.	BANDEIRA, R.	[AEP]. Escoteiro-Chefe em Mindelo, Cabo Verde (1934).
172.	BAPTISTA, Alberto	[UAP]. Funcionário da Junta de Paróquia da Cedofeita. Membro da direção do Gr. 30-Cedofeita, Porto (1930/Ago).
173.	BAPTISTA, Alexandre da Silva	[CNS/CNE]. (n. 1926/Jan/11). Pedreiro. Chefe de Grupo do Alandroal (1942/Ago).
174.	BAPTISTA, Alfredo	[UAP]. Membro da comissão administrativa da freguesia de S. Cristóvão, Lisboa. Presidente do Gr. 20-Costa do Castelo, Lisboa (1932/Mai).
175.	BAPTISTA, António Martins	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 41-Calvão, Vagos (1929/Dez-1936).
176.	BAPTISTA, António Mendes	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 136-Setúbal (1937/Mar). Delegado de Setúbal no Secretariado Geral da Propaganda do CNS/CNE (1937/Nov-1941/Mai).
177.	BAPTISTA, Domingos	[UAP]. Tenente de Infantaria 13. Instrutor do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
178.	BAPTISTA, Joaquim Rosa	[AEP]. Presidente do Gr. 94-Ajuda (1934/Jul).
179.	BAPTISTA, José Maria Cruz	[AEP]. (n. 1913/Set/23) Natural de Buarcos. Escoteiro-Chefe do Gr. 99-Estrela, Lisboa (1934/Set).
180.	BAPTISTA, Manuel Joaquim	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 76-Évora.
181.	BAPTISTA, Raul T.	[AEP]. Tenente de Infantaria. Instrutor do Gr. 19-Santarém (1915/Set).
182.	BAPTISTA, Reis	[AEP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 54-Beja (1936/Jun).
183.	BAPTISTA, Roberto	[AEP]. General. Membro da Comissão de Educação Física e Sport da AEP (1923).
184.	BARATA, Albano Marques Antunes	[CNS/CNE]. Instrutor em Lisboa (Gr. ?) (1929/Jan). Chefe do Gr. 71-Lisboa (1931/Mai).
185.	BARATA, Álvaro Marques Antunes	[CNS/CNE]. (n. 1898/Jul/28). Primeiro-Sargento da Armada. Chefe de Gr. 71-Lisboa (1931/Mai).
186.	BARATA, António Peixoto	[CNS/CNE]. (n. 1910/Fev/??). Proprietário. Secretário do Gr. 53-Fundão (1929/Mar-1930/Abr). Chefe do Gr. 53 (1930/Jun-1933/Jan). Chefe de Alc. 33-Fundão (1930/Abr-1931/Out). Chefe do Gr. Sênior 11-Fundão (1931/Mai-Out; 1932/Mar-Ago). Comissário do Núcleo do Fundão (1933/Jan).
187.	BARATA, José Antunes Cardoso	[CNS/CNE]. (n. 1913/Mar/05). Empregado de Escritório. Chefe de Alc. 30-Castelo Branco (1930/Mar).
188.	BARATA, José dos Santos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 96-Póvoa de Rio de Moinhos, Castelo Branco (1934/Jan).
189.	BARATA, Filomena Marques Antunes	[CNS/CNE]. Instrutora de Especialidades da Alc. 22-Lisboa (1933/Nov). Secretária da Alc. 22-Lisboa (1933/Nov-1936/Dez); Participante no V Acampamento Nacional, em Benfca (1934/Ago).
190.	BÁRBARA, António Maciel de Faria	[CNS/CNE]. (n. 1907/Fev/05). Funcionário Público. Escoteiro do CNS/CNE em Viana do Castelo. Chefe de Gr.122-Caminha (1936/Mai).
191.	BARBOSA, Américo do Vale	[CNS/CNE; UAP]. Chefe do CNS/CNE Gr. 1-Braga (1927/Jan-1929/Jan). Chefe do Gr. Sênior 1-Braga (1929/Jan-1931/Nov). Chefe no UAP Gr. 30-Cedofeita, Porto (1932/Nov).
192.	BARBOSA, Ângelo Beguensado Figueiredo	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 6-Burgães, Santo Tirso (1928/Nov).
193.	BARBOSA, António Maciel de Faria	[CNS/CNE]. (n. 1907/Fev/05). Funcionário Público. Comissário de Núcleo de Viana de Castelo (1932/Abr). Reorganizador, Chefe e Secretário de Alc. 34-Caminha (1936/Mai). Chefe e Secretário do Gr. 122-Caminha (1936/Mai).
194.	BARBOSA, António Mendes	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 11-Paços de Ferreira (1925/Abr).
195.	BARBOSA, Armindo dos Santos	[CNS/CNE]. (n. 1906/Jul/27). Regente de banda. Chefe de Gr. Sênior 13-Capareiros, Viana do Castelo (1934/Jun-1936).
196.	BARBOSA, Carlos	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 79-Areosa, Porto (1933/Jun-1934/Jul).

197. **BARBOSA, João Carlos** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 54-Murtosa (1935/Jul).
198. **BARBOSA, Joaquim Guedes** [CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 36-Lever, V.N. Gaia (1932/Nov-1933/Nov). Chefe da Alc. 36 (1933/Nov-1935/Dez). Ajudante do Gr. 70-Lever (1935/Dez-1936/Set).
199. **BARBOSA, Raul António Tamagnini** [UAP]. (n. Tomar, 1878; f. 1939). Economista, Publicista e Professor no Instituto Superior de Comércio. Participou nas campanhas contra a Monarquia do Norte (1919). Governador Civil do Porto e um dos impulsionadores da revolução de 1926, que instaurou a Ditadura Militar. Colaborador no Jornal *O Aduero* (1922/Fev).
200. **BARCELOS, José Machado** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 84-Praia da Vitória, ilha Terceira, Açores (1936/Fev).
201. **BARLAY, Simão** [AEP]. Escoteiro-Chefe em Mindelo, Cabo Verde (1934).
202. **BARRADAS, António** [AEP]. Médico. Embora não sendo escoteiro, colaborou no apoio médico nos acampamentos em Lourenço Marques, tanto da A.E.P. como de associações sul-africanas. Condecorado com a “Suástica de Ouro” da *Scouts South Africa* (1935)
203. **BARRETO, Correia** [CECMP]. General. Membro da Comissão de Patrocínio do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
204. **BARRETO, Francisco** [AEP]. Vogal na Comissão Administrativa do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1917-1918).
205. **BARRETO, Ivo** [AEP]. Sargento. Fundador e Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 74-Escola Primária de S. Bartolomeu, Coimbra (1928/Fev). Administrador do jornal *O Escoteiro de Coimbra* (1929/Fev).
206. **BARROCA, Alexandre Augusto Casimiro** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 49-Lisboa (1936/Dez).
207. **BARROS,** [AEP]. Capitão. Comissário da Zona de Lisboa (1927/Dez).
208. **BARROS,** [AEP]. Comandante da draga “Inhaca”. Nomeado instrutor do Grupo Marítimo em Lourenço Marques (1928).
209. **BARROS, Arlindo Faria Carneiro de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 1-Braga (1927/Jun-1929/Jun). Assistente do Gr. 6-Guimarães (1929/Nov).
210. **BARROS, Artur** [UAP]. Membro do Conselho Fiscal do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931).
211. **BARROS, Cláudio de Sousa** [UAP]. Adail-Ajudante no Gr. 1-Porto (1926/Mar).
212. **BARROS, David Mesquita de** [UAP; AEP; UEB]. Adail-adjunto do Gr. 4-Porto (1917/Mar-1917/Jul). Pediu a demissão do cargo. Autor de vários artigos de índole escotista no jornal *Os Sports*, de Lisboa (1920). Correspondente dos U. Escoteiros do Brasil em Portugal (1928/Nov). Após participação no curso de chefes em Moisson (França), organizou a visita do contingente brasileiro ao Porto, Lisboa, Torres Novas e Entroncamento (1929/Out).
213. **BARROS, Filipe Nascimento** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 82-Faro (1932/Mai).
214. **BARROS, Floriano Alves Correia de** [UAP]. Chefe de Patrulha do Gr. 5-Liceu Alexandre Herculano, Porto (1918/Ago). Delegado da Junta Regional Aduera do Porto (1922/Mar). Adail do Gr. 28-Paranhos (1922/Abr). Chefe de Patrulha do Grupo 5-Porto (Porto). Participou na recepção oficial aos Escoteiros de Pontevedra que visitaram Braga (1922/Ago). Assistente e Editor do jornal *O Scout de Portugal*, Porto (1924).
215. **BARROS, Francisco da Silva** [AEP]. Capitão. Representante de Angola na Comissão Executiva da AEP (1932/Out).
216. **BARROS, Gabriel Osório Moura de** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 39-Lisboa (1927/Nov). Secretário da Alc. 20-Lisboa (1930/Nov).
217. **BARROS, Graciete** [AGP]. Chefe-Ajudante da 2ª Companhia de Luanda (1937/Dez).

- 218. BARROS, Henrique de** [AEP]. Aluno no Instituto Superior de Agronomia e Engenheiro Agrónomo. Filho de João de Barros. Participante no I Jamboree Mundial, Londres (1920/Ago). Escoteiro-Chefe do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1924/Jun-1929). Delegado da Secretaria do Serviço Internacional da AEP ao Conselho Nacional (1922). Secretário Adjunto das Relações Internacionais da AEP (1924/Jun). Comissário Regional de Lisboa e Setúbal e Comissário Internacional da AEP (1924/Jul). Chefe da Delegação da AEP na II Conferência Internacional de Escotismo em Copenhaga, Dinamarca (1924/Ago). Na I Conferência Nacional da AEP apresentou a tese «Necessidade de preparação teórica dos dirigentes scouts» (1924/Dez). Fundador do Gr. 31-Escola Comercial da Figueira da Foz, que contando com o apoio da Associação Escolar dos Alunos da Escola Comercial. Membro da Direção Central da AEP (1925/Out). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira. Fundador do jornal *Escotismo* com Carlos Centeno, Cansado Gonçalves e Rui Santos (1930). Castigado pela Direção Central com seis meses de suspensão (1930/Abr). Membro do Conselho de Administração do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1930/Abr). Representante do Gr. 65-Lagos na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Delegado Regional da Estremadura (1931/Mai). Responsável pela Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1931/Nov). Vogal da Comissão Permanente da AEP (1934/Jan).
- 219. BARROS, Hilda Rumsey Nicolau de Almeida Correia de** [AGP]. Filha de Hilda Rumsey e António Nicolau de Almeida, um dos fundadores do Futebol Clube do Porto; Casada com Manuel Correia de Barros, Reitor da Universidade do Porto. Comissária Regional do Norte de Portugal (1935/Jun-1936/Jul).
- 220. BARROS, João** [UAP]. Tenente. Vogal da Junta Assistente da UAP (1932/Fev).
- 221. BARROS, João de** [AEP]. Escritor, Professor, Jornalista, Secretário Geral do Ministério de Instrução Pública e Assistente Geral da Instrução Primária. Nomeado delegado do Gr. 11 Liceu Camões, de Lisboa, às Conferências Nacionais da AEP (1922; 1923), e membro da Comissão Pedagógica da AEP (1922/Dez). Responsável pela Comissão de Propaganda da AEP (1923). Indicado como candidato a Presidente da AEP, que recusou (1931). Integra a Direção Central (1932). Vogal da Comissão Permanente da AEP (1934/Jan).
- 222. BARROS, João Manuel de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 3-Braga (1927/Out-1931/Out).
- 223. BARROS, Joaquim de** [UAP]. Aduero no Gr. 1-Porto (1925/Mai). Primeiro-Secretário do Gr. 1-Porto (1926/Abr). Chefe interino do Gr. 1 (1927/Mai). Membro da Comissão de Projectos da UAP (1927/Dez).
- 224. BARROS, José Afonso Serafim de Oliveira e** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Peso da Régua (1931/Mai). Assistente do Gr. 9-Vila Real (1933/Set).
- 225. BARROS, José Augusto Soares de** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 7-Porto (1930/Fev-1933/Nov). Chefe do Gr. 8-Sé, Porto (1930). Chefe do Gr. 7-Porto (1933/Nov-1935/Fev).
- 226. BARROS, José Freitas** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sênior 10-Lisboa (1930/Abr).
- 227. BARROS, José Monteiro** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sênior 9-Vilarinho, Santo Tirso (1930/Jan) e Gr. 20-Vilarinho (1933/Mai). Chefe do Gr. 9-Vila Real (1933/Nov).
- 228. BARROS, Leopoldo da Costa** [AEP]. Tesoureiro do Gr. 5-Alcântara, Lisboa (1915/Ago).
- 229. BARROS, Luís de** [UAP]. Tesoureiro do Gr. 33-Porto (1933/Jan).
- 230. BARROS, Maria da Glória Figueiredo de** [AGP]. Chefe da 1ª Companhia de Guias e Guias Seniores de Luanda (1936/Abr).
- 231. BARROS, Manuel** [UAP]. Vogal do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
- 232. BARROS, Manuel António** [AEP]. Tesoureiro do Gr. 25-Campo de Santa Clara, Lisboa (1916/Jan).
- 233. BARROS, Miguel da Cunha** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 41-Porto (1932/Nov-1936/Fev).
- 234. BARROS, Paulo de** [AEP]. Escoteiro sênior no Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1926/Out). Instrutor do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1930/Abr). Escoteiro-Chefe no Gr. 50-Torres Novas (1931).
- 235. BARROSA, João** [UAP]. Tenente. Membro da Junta Assistente da *União dos Adueros de Portugal* (1931/Jun).

236. BARROSO, António	[CNS/CNE]. (n. 1900/Set/10). Empregado Comercial. Chefe de Alc. 82-São Vicente, Braga (1937/Fev).
237. BARROSO, Francisco António	[CNS/CNE]. Escoteiro-Chefe do Gr. 21-Fundão (1933/Fev).
238. BARROTE JÚNIOR, José Fernando Rodrigues da Silva	[UAP]. Vogal na Junta Regional do Norte (1924/Dez-1925).
239. BASTO, Alberto Lima	[AEP]. Escoteiro-chefe do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1919/Set-1926/Out). Chefe de Delegação ao Jamboree de Olympia Park (1920). Escoteiro-Chefe do Gr. 1 Lisboa (1921). Secretário da Zona de Lisboa (1922/Fev). Professor da Escola de Chefes e Delegado na Conferência Mundial de Escotismo em Paris (1922). Comissário Nacional de Lobitos da AEP (1923/Abr). Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 6-Escola Comercial Veiga Beirão, Lisboa (1923/Abr). Membro do Conselho Nacional da AEP (1924/Jul). Instrutor da Escola Central de Chefes da AEP (1927/Abr). Adjunto do Escoteiro-Chefe Nacional (1929/Mar). Escoteiro-Chefe da Alcateia do Gr. 76-Lisboa (1929-1930). Redactor do jornal <i>O Escoteiro</i> (1930/Fev-Out). Representante do Gr. 81-Carcavelos na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Membro do Tribunal de Honra da AEP (1933/Out). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira. Secretário-Geral da AEP (1933/Out).
240. BASTO, António Augusto Pinto	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 70-Mirante, Porto (1930/Nov-1933/Ago). Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 100-Porto (1933/Dez). Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 116-Escola Industrial Faria de Guimarães, Porto (1935/Mai-1936/Mar).
241. BASTO, Artur	[UAP]. Membro da direção do Gr. 41-Barreiro (1930).
242. BASTO, Artur Carlos Barros	[UAP]. Capitão de Infantaria; Assistente da Soc. Instrução Militar Preparatória nº 17 (1913) e Comandante da Casa de Reclusão do Porto (1921). Fundador e Adail-Mor Geral da <i>União dos Adueiros do Norte de Portugal</i> , no Porto (1914/Set/25). A 30/Out/1914 inicia uma campanha de propaganda adueira na sede da União Cristã Central da Mocidade Portuguesa (Porto). Adail-Mor Geral Honorário (1920/Jun) e Assistente das Publicações da UAP (1921/Nov-1922/Ago). Presidente do Senado da UAP (1927/Mai). Autor de vários artigos de índole escotista no jornal <i>Sporting</i> , do Porto (1921). Adail-Mor Geral Honorário (1920-1932).
243. BASTO, Edmundo Lima	[AEP]. Organizador do Gr. 80-Ponta Delgada com Albano da Silva a pedido de Alice Pimentel Bicudo (1928). Participante no Jamboree de Birkenhead (1929/Ago). Escoteiro-Chefe do Gr. 76-Colégio Elias Garcia, Lisboa (1930/Dez). Castigado pela Direção Central com repreensão (1930/Abr).
244. BASTO, Frederico Pinto	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 109-Caldas da Rainha (1930/Jan-1931).
245. BASTO, Joaquim Pinto	[UAP]. Vogal do Gr. 23-Matosinhos (1926/Mar).
246. BASTOS, Aníbal Rebelo	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Lamego (1929/Fev-1930/Fev). Assistente de Gr. 52-Lamego (1929/Mar).
247. BASTOS, Armando	[UELI]. Tesoureiro e Escoteiro-Chefe Ajudante (interino) da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Set).
248. BASTOS, Edmundo	[UAP]. Funcionário da Capitania. Organizador do grupo de adueiros pós-extinção em Lourenço Marques (1937).
249. BASTOS, José Rebelo	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 52-Lamego (1930/Abr). Chefe do Gr. 52 (1933/Mar).
250. BATALHA, João Roiz	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 68-Mercês, Lisboa (1931/Mai-Out).
251. BAU, Gina	[AGP]. Comissária Internacional das Guias de Portugal (1937/Abr).
252. BAUDOUIN, David	[AEP]. Escoteiro sénior no Gr. 1-Lisboa (1917-1921). Comissário Nacional do Serviço de Materiais e Fardamentos (1924/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 23-Mirante, Porto. Escoteiro-Chefe do Gr. 70-Mirante, Porto (1928/Jun). Comissário Regional Adjunto da AEP no Porto (1930/Jan-Nov). No final de 1930 instalou-se em Lisboa. Representante do Gr. 62-Aveiro na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Escoteiro-Chefe do Gr. 53-Igreja Lusitana, Lisboa (1933/Out-1934/Dez).
253. BAZÍLIO, José do Nascimento	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 77-Vinhais (1932/Nov).

254. **BEJA, José Fino** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 19-Covilhã (1925/Jun-1931/Dez). Assistente do Núcleo da Covilhã (1927/Fev).
255. **BELA, Álvaro Eduardo de Pessanha** [CNS/CNE]. Chefe de Gr. 99-Lisboa (1934/Jun). Chefe da Alc. 59-Lisboa (1934/Ago).
256. **BELO, Álvaro E.P.** [CNS/CNE]. Chefe da Alc. 59 e Gr. 97-Condeixa-a-Nova (1936/Abr).
257. **BELO, Jorge** [AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto de Ismael Mário Jorge, em Moçambique (1926).
258. **BELTRÃO, Joaquim** [AEP]. Fundador do Gr. 10 em Lourenço Marques.
259. **BENEVIDES, Raul de** [UAP]. Médico Analista. Fundador do Gr. 33-Ponta Delgada, Açores (1922/Set).
260. **BENFICA, Alfredo** [UAP]. Membro do Conselho Fiscal do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931).
261. **BENTO, Narciso** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 49-Lisboa (1928/Out-1933/Nov).
262. **BERNARDO, José** [CECMP; CNS/CNE]. Alferes. Secretário-Adjunto do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920). Secretário do Gr. 91-Lourenço Marques (1934/Dez).
263. **BESSA [ou BEÇA], Desidério Augusto Ferro** [AEP]. (n. 1868 - f. 1920/Set/14). Major. Presente no IV Congresso Pedagógico (1914/Mar). A primeira participação no universo escotista deu-se numa conferência na Escola Normal de Lisboa, com Álvaro de Melo Machado e A.J. Sá Oliveira (1916/Jan). Mecenaz do Gr. 5-Escola Normal, Lisboa (1916). Comunicante por várias vezes nas palestras do Grupo onde conferencia sobre os valores do escotismo.
264. **BESSA, Carlos C. de Moura** [UAP]. Guia do Gr. 1- Porto (1917). Adail-adjunto do Gr. 1-Porto (1917/Jun). Adail do Gr. 15-Porto, com sede na Juventude Católica do Porto (1918-1922). Administrador do Serviço de Publicações Aduelras (1921/Nov).
265. **BETTENCOURT, Henrique** [UAP]. Guia no Gr. 3-Liceu Rodrigues de Freitas, Porto (1916). Promovido a Adail do mesmo grupo (1917/Jan).
266. **BETTENCOURT, Zósimo Toste** [AEP]. Professor. Vogal na Comissão Administrativa do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1917-1918). Fundador do Gr. 47-Inhambane (1933/Ago-1936/Ago).
267. **BICUDO, Alice Maria de Paiva Pimentel Rebelo** [AEP]. Embora se desconheça se foi escoteira, regista-se como uma impulsionadora do movimento em São Miguel, Açores (1928).
268. **BINDA, Atanásio** [AEP]. Escoteiro no Gr. 82-Beira, Moçambique (1933/Mai). Condecoração de “Escoteiro da Pátria” (1933/Mai). Nomeado dirigente do Gr. 26-Escola Eduardo Vilaça, Beira, nunca chegou a assumir funções, sendo reconduzido como Guia de Grupo e substituído por Luís Moinhos (1933/Mai).
269. **BISPO, Amadeu Luís** [CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades do Gr. 63-Lisboa (1934/Jun-1935/Set). Secretário do Gr. 63 (1935/Set-1936/Out). Ajudante do Gr. 63 (1936/Out).
270. **BISPO, Severino da Conceição** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 40-Setúbal (1929/Dez).
271. **BOEIRO, Joaquim José** [UELÚ]. Vogal do Gr. 2 da *União dos Escoteiros Lusos* (1915/Jun).
272. **BOLÉO, José de Paiva** [CNS/CNE]. Médico do Gr. 30-Coimbra (1927/Jun).
273. **BOLÉO, Mário** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 19-Covilhã (1925/Jun-1927/Abr) e Alc. 10-Covilhã (1926/Dez).
274. **BONAIZ, Carlos Anjos** [CNS/CNE] Ajudante do Gr. 40-Lisboa (1933/Nov).
275. **BORD, Avelino Pinheiro** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 1-Braga (1926/Mar).
276. **BORGES, Alexandre** [AEP]. Aluno do Liceu Pedro Nunes. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes (1915/Mar-1915/Dez).
277. **BORGES, António** [AEP]. Capitão. Escoteiro-Chefe no Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1934)
278. **BORGES, Artur António Tristão** [AEP]. (f. 1937/Dez). Professor do Liceu Central de Macau. Fundador de vários grupos em Macau na década de 1910. Fundador do Gr. 28-Macau. Representante de Macau na Comissão Executiva da AEP (1932/Out-1936/Mai).
279. **BORGES, Francisco Rodrigues** [CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Lisboa (1928/Nov-1929/Jan).

280. **BORGES, José dos Anjos Gaspar** [CNS/CNE]. Sacerdote católico; Tesoureiro da Igreja de Stª Maria dos Anjos de Lisboa; responsável do assento de óbito de Jacinta Marto. Assistente do Gr. 89-Stª Engrácia, Lisboa (1933/Jun-1934/Nov) e Alc. 47-Stª Engrácia, Lisboa (1933/Dez).
281. **BORGES, José Social** [AEP]. Escoteiro Sênior no Gr. 41-Club Fluvial Portuense (1934/Fev). Escoteiro-Chefe do Gr. 15-ACM, Porto (1935/Dez).
282. **BORGES, Luís Gonzaga Rocha** [CNS/CNE]. (n. 1904/Dez/03). Amanuense. Chefe de Gr. 117-São Paio, Arcos de Valdevez (1935/Nov).
283. **BORGES, Saul** [AEP]. Encarregado da Sede do Gr. 27-Lourenço Marques (1935/Jan).
284. **BORLIDO, Domingos Augusto** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 13 e Gr. 75-Monserrate, Viana do Castelo (1932/Abr-1934). Assistente do Núcleo de Viana do Castelo (1932/Mai).
285. **BORREGO, Joaquim de Sousa Duarte** [AEP]. Tenente. Fundador e Escoteiro-Chefe do Grupo nº 9 de Lisboa (1914/Set-1924/Jun). Escoteiro-Chefe Nacional da AEP (1919/Fev-1921/Set). Escoteiro-Chefe responsável do contingente dos escoteiros da AEP na frente contra a “Monarquia do Norte” (1919). Comissário de Zona de Lisboa da AEP (1922/Fev), Professor na Escola de Chefes e Delegado na Conferência Mundial de Escotismo em Paris (1922). Comissário técnico da divisão júnior (1922/Nov-1923/Mai). Representante da AEP na II Conferência Internacional de Escotismo em Copenhaga, Dinamarca (1924/Ago). Representante da AEP no projecto da *Federação Escotista de Portugal* (1928/Mar). Representante da AEP na 5ª Conferência Internacional de Escotismo, em Birkenhead, Inglaterra (1929/Ago). Comissário Nacional da Divisão Sênior da AEP (1930/Jun). Representante do Gr. 82-Beira, Moçambique, na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Delegado Regional da AEP (1926/Jan). Membro da Comissão para novo regulamento interno (1929/Dez). Em 1937 visita as unidades do Funchal acompanhando a comitiva de Álvaro de Melo Machado. Responsável pela Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1931/Nov).
286. **BORREGO, Manuel Duarte** [AEP]. Escoteiro-Chefe no GR. 2-Lisboa (1921/Set). Representante-Substituto da AEP na II Conferência Internacional de Escotismo em Copenhaga, Dinamarca (1924/Ago).
287. **BOTE, Carlos** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 3- Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1934/Fev).
288. **BOTELHO, Augusto de Matos** [CNS/CNE]. (n. 1901/Dez/02). Empregado Bancário. Secretário da Alc. 21-Encarnação, Lisboa (1929/Mai-1930/Jan). Chefe de Gr. 63-Encarnação (1930/Abr-1936/Set). Chefe Interino de Gr. 100-Estoril (1934/Jul-1936/Abr).
289. **BOTELHO, Fernando** [AEP]. Cofundador do Gr. 44-Devesas, V. N. Gaia (1935/Mai).
290. **BOTELHO, Fernando Santos** [CNS/CNE]. (n. 1903/Ago/15). Proprietário. Chefe de Gr. 137-Ponta Delgada, Açores (1936/Dez).
291. **BOTELHO, Joaquim Soares** [UAP]. Secretário do Gr. 6-Porto (1933/Fev).
292. **BOTELHO, Silvino de Oliveira** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 128-Quinta do Anjo, Palmela (1936/Jan).
293. **BOTELHO, Túlio Ferreira** [UAP]. Alferes de Infantaria 18. Adail-Mor Regional do Porto (1917/Out-1918/Mar), sendo substituído pelo ten. Manuel Encarnação. Instrutor-Técnico da Junta Regional do Norte da UAP (1918/Ago).
294. **BOTTO, Duarte Amador Sousa** [CNS/CNE]. (n. 1914/Nov/01). Empregado de Comércio. Chefe do Gr. 99 (1934/Jul) e Alc. 59-Santos Reis, Lisboa (1934/Ago).
295. **BOTTO, José Duarte de Ayala** [AEP]. Alferes, Professor de Educação Física no Asilo Nuno Álvares, e colaborador do jornal “Diário da Manhã”. Escoteiro-Chefe do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, em Lisboa (1933/Mar-1934). Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set).
296. **BOURBON, Anita** [AGP]. Chefe da 5ª Companhia de Guias, Liceu Maria Amália, Lisboa (1936/Abr).

297. **BRAGA, Amadeu Cândido** [AEP; GBSDC; CES; AEP]. Guarda-Livros na Fábrica de Fitas e Fiação de Algodão A.C. da Cunha, Porto. Antigo escoteiro em Crestuma, V.N. Gaia (1930) e Gr. 23-Porto. Comissário da Zona do Porto (1926/Jun). Demite-se da AEP por divergências com Franklin de Oliveira e Alfredo Tovar de Lemos sobre a criação da Zona de Gaia. Escoteiro-Chefe do Grupo de Boy-Scouts "Diogo Cassels", V.N. Gaia (1927/Fev). Regressa à AEP como Comissário Regional do Porto (1930/Jul). Fundador da Fraternal dos Antigos Escoteiros (1930/Fev). Saiu da AEP e integra o Corpo de Escoteiros do Sporting como Secretário Internacional e Chefe do Gr. 4 de escoteiros marítimos (1931/Mai). Fundador e Escoteiro-Chefe no Gr. 15-Porto (1933/Jan-1938). Escoteiro-Chefe do Gr. 4-Valença do Minho (1934/Jun). Instrutor e membro da Comissão Assistente da Escola Regional de Chefes do Porto (1935). Escoteiro-Chefe do Núcleo do Porto (1935/Abr-1935/Nov).
298. **BRAGA, Domingos de Sousa** [CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades da Alc. 1-Braga (1930/Jul-1934/Mar). Ajudante da Alc. 1 (1934/Mar-Out).
299. **BRAGA, Fernando Celestino** [AEP]. Ajudante do Gr. 41-Sporting, Porto (1932-1933/Fev). Escoteiro-Chefe Adjunto e Instrutor de Esgrima no Gr. 15-Porto (1933/Jan). Escoteiro-Chefe do Gr. 48-Porto (1934/Mai-1935/Mar). Escoteiro-Chefe do Ramo "Isolados" (1935/Jun).
300. **BRAGA, José da Silva** [CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 14-Viana do Castelo (1933/Mai-1934/Out).
301. **BRAGA, José Paulo O.** [UAP]. Assistente do jornal *A Alvorada*, órgão do Gr. 24-Vila Real (1923/Dez).
302. **BRAGANÇA, Clotilde Felipe** [AGP] Comissária da Companhia da Missão da Munhuana, Moçambique (1936/Out).
303. **BRAGANÇA, José Leite Ribeiro** [CNS/CNE]. (n. 1918/Jun/12). Empregado de Escritório. Chefe de Alc. 77-Braga (1936/Jul).
304. **BRAGANÇA, Manuel de** [AEP]. Conferencista no Congresso de Escotismo Colonial (1934).
305. **BRANCO, Américo Castelo** [AEP]. Comissário Regional Adjunto do Porto (1930/Dez).
306. **BRANCO, Fernando Augusto Vilar da Silva Castelo** [AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto no Gr. 1-Lisboa. Demissão a 1922/Jan. Prestou provas para Escoteiro-Chefe na Tapada da Ajuda (1923/Out).
307. **BRANCO, Joaquim de Oliveira** [CNS/CNE]. (n. 1905/Dez/03). Sapateiro. Chefe de Gr. 44-Santo Tirso (1928/Jul-1931/Mar).
308. **BRANDÃO JÚNIOR, Manuel José Teixeira** [AEP; CNS/CNE]. Na I Conferência Nacional da AEP apresentou a tese «Propaganda» (1924/Dez). Inspetor Regional do Porto (1926/Out). Pediu a demissão em Junho de 1927.
309. **BRANDÃO, Albano Pais** [AEP]. Tenente-Coronel. Membro da Comissão Patrocinadora da AEP em Coimbra (1928/Abr). Vice-presidente do Gr. 66-Coimbra (1929/Ago).
310. **BRANDÃO, Albino** [UAP]. Vogal do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out).
311. **BRANDÃO, António** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 40 e Gr. 74-Porto (1933/Nov).
312. **BRANDÃO, Horário** [AEP]. Subchefe do Gr. 74-São Bartolomeu, Coimbra (1930/Nov).
313. **BRANDÃO, João Rebelo** [CNS/CNE]. Ajudante do Comissário de Núcleo do Porto (1928/Mar-1929/Mar).
314. **BRANDÃO, Manuel Bento de Sousa** [CNS/CNE]. (n. 1901/Mai/01). Empregado Público. Chefe de Gr. 123 (1936/Abr) e Alc. 75-Ponte da Barca (1936/Mai).
315. **BRANDÃO, Manuel da Silva** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Chefe do Gr. 66-Ovar (1932/Set-1934/Abr). Assistente da Alc. 52-Ovar (1934/Fev).
316. **BRANQUINHO, Carlos Graça** [AEP]. Escoteiro-Chefe no Gr. 2-Lisboa (1925/Mar).
317. **BRÁS JÚNIOR, Alberto** [UAP]. (f. 1920). Adail do Gr. 1-Porto (1920).
318. **BRÁS, Alfredo José de Matos** [CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 15-Tortosendo (1934/Jul).

319.	BRASSARD, José	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 63-Munhuana, Lourenço Marques (1935/Mar).
320.	BRAVO, António Paulo Nascimento	[AEP]. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 73-Coimbra (1928/Jan-1930/Nov).
321.	BREIA, Adelino Dias	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 6-Porto (1933/Nov).
322.	BREIA, Aníbal Ferreira	[UAP]. Assistente do Gr. 9-Lisboa (1922/Mai).
323.	BRITES, Sebastião da C.	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 14-Leiria (1926/Fev). Assistente Regional de Leiria (1926/Ago). Assistente Regional de Coimbra (1927/Fev).
324.	BRITO, António Francisco Marques Xavier de	[UAP]. Secretário da Junta Regional do Sul (1925/Ago-1926/Set).
325.	BRITO, Francisco da Cruz Vieira e	[CNS/CNE]. Comissário Regional de Braga (1928/Dez-1929/Mai).
326.	BRITO, G. A.	[AEP]. Professor do Instituto Superior Técnico? Conferencista no Congresso de Escotismo Colonial (1934).
327.	BRITO, João de	[AEP]. Instrutor de trabalhos manuais, ginástica, esgrima, jogo do pau e natação do Gr. 2-Lisboa (1924/Out).
328.	BRITO, João Maria Simões de	[AECP]. Fundador de um grupo de <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> em Coimbra, juntamente com Alberto António de Moraes, António Carneiro Franco, Sidónio Bessa Pais e Amável de Sousa Ferreira (1915/Jun).
329.	BRITO, José Calado Branco e	[CNS/CNE]. Secretário do Núcleo de Angra do Heroísmo, Açores (1935/Jun).
330.	BRITO, Joaquim da Rocha	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 6-Porto (1933/Nov).
331.	BRITO, Manuel Moreira Alves de	[UAP]. Tesoureiro do Gr. 7-Valongo (1925/Ago).
332.	BRITO, Mário Oliveira de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 42-Ílhavo (1935/Jul).
333.	BRITO, Virgílio da Costa	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 96-Póvoa de Rio de Moinhos, Castelo Branco (1934/Jan).
334.	BROCHADO, Magalhães	[AEP]. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 22-Penafiel (1936/Jan).
335.	BRUGES, António de Ornelas	[CNS/CNE]. (n. 1886/Dez/03). Sacerdote católico. Chefe de Gr. 84-Praia da Vitória, Açores (1932/Out).
336.	BUÍSEL, Hugo	[AEP]. Professor. Escoteiro-Chefe do Gr. 4-Faro (1933/Fev).

C

337.	CABAÇA, José Joaquim	[AEP]. Fundador e Escoteiro-Chefe do grupo em formação em Cuba, Baixo Alentejo (1935).
338.	CABRAL, Álvaro	[UAP]. Tenente. Adail do Gr. 24-Vila Real (1923/Dez).
339.	CABRAL, Augusto Pereira	[AEP]. Presidente do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1917-1918).
340.	CABRAL, José	[AEP]. Tenente-Coronel do Exército. Governador-Geral de Moçambique. Presidente da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).
341.	CABRAL, Manuel de Oliveira	[UAP] Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez).
342.	CABRAL, Mário	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 15-Porto (1930/Out).
343.	CAÇOILLO, António da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Aveiro (1927/Jun).
344.	CACHAPUZ, Pedro	[AECP]. Escoteiro-Chefe Interino dos <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> (1916/Jun-1917/Nov).
345.	CAEIRO, Joaquim	[AEP]. Sargento da GNR. Instrutor do Gr. 14-Mértola (1930/Fev).

346. CAETANO, Marcelo Aires	[AEP]. Auditor Jurídico do Ministério das Finanças. Escoteiro no Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1922-1924). Nomeado delegado da Secretaria do Serviço de Organização e Propaganda da AEP ao Conselho Nacional (1922). Membro do Tribunal de Honra da AEP (1925/Out-1933/Out). Fundador da Fraternal dos Antigos Escoteiros (1930/Fev). Presente com o Cardeal-Patriarca na inauguração da sede regional do CNS/CNE Lisboa (1932/Abr).
347. CAIRES, António João de	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. Sénior 5-Funchal (1928/Nov-1933/Abr). Redactor do jornal <i>Alerta</i> , Funchal (1932-1934). Responsável pela recepção ao contingente americano que se dirigia a Gödöllő, Hungria, e participante no mesmo (1933). Autor de artigos no <i>Jornal. Diário da Manhã</i> sobre as possibilidades de uso do esperanto no universo escotista (1936). Indiciado na imprensa local como membro Nacional-Sindicalista em 1933.
348. CAL, Augusto Pires da	[CNS/CNE]. (n. 1906/Jan/28). Operário Fabril. Chefe de Alc. 91-Ponte, Guimarães, e Secretário do Gr. 132-Campelos (1937/Fev).
349. CALADO, Carlos	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 45-Lisboa (1930/Jan-1931/Mai). Chefe do Gr. 49-Lisboa (1933/Jan-1935/Abr). Responsável pela Propaganda Nacional da Secção Escutista do <i>Jornal. Diário da Manhã</i> , do Funchal (1934). Chefe do Gr. 45-Lisboa (1935/Mar).
350. CALADO, João Henriques	[UELU]. Vogal e Tesoureiro da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , Lisboa (1915/Set). Escoteiro-Chefe do Gr. 2-Lisboa da UELU (1915/Set).
351. CALADO, José Alves	[CNS/CNE]. Chefe Adjunto do Gr. 34-Tortosendo (1934/Jul).
352. CALADO, Maria Vaz Calado	[CNS/CNE] Ajudante da Alc. 67-Murtosa (1935/Ago-1936).
353. CALDAS, Abel José Fortes	[AEP]. Cofundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 9-Lisboa (1914/Set-1915/Fev). Fixou residência em Angola (1915).
354. CALDAS, Francisco Castro	[AEP]. Instrutor do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1930/Abr).
355. CALDEIRA, Baptista	[AEP]. Professor do Liceu Gil Vicente, Lisboa. Membro da direcção do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1922/Mar).
356. CALDEIRA, Telmo Maia	[CNS/CNE]. (n. 1911/Dez/16). Chefe de Gr. 135-Alpalhão, Nisa (1937/Abr).
357. CALLADO, Américo	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 2-Vila Real (1923).
358. CALVO, Ramón	[AEE]. Espanhol. Sacerdote católico. Assistente do Grupo de <i>Exploradores</i> exilados no Colégio da Curia, Águeda (1934-1935).
359. CAMACHO, Alexandre Raul	[AEP]. Médico do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1915/Nov-1917/Mai).
360. CAMACHO, Joaquim [AEP].	361. Tenente. Instrutor do Gr. 84-Entroncamento (1929).
362. CAMACHO, Manuel	[AEP]. Comissário Regional de Santarém (1929/Mar).
363. CAMACHO, Maria	[AGP]. Comissária da 2ª Companhia do Funchal (1933/Jan).
364. CÂMARA, Bianchi da	[UAP]. Tenente. Instrutor do Gr. 7-Valongo (1925/Ago).
365. CÂMARA, Fernando R. da	[UAP]. Tenente. Fundador e Adail do Gr. 7-Valongo (1925/Jun).
366. CÂMARA, J. A. da	[AGP]. Presidente do Comité Executivo da Companhia do Funchal (década 1930)
367. CÂMARA, Júlia Azevedo Leal da	[CECMP]. Delegada da Cruzada e membro do Conselho Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
368. CÂMARA, Tomás Leal da	[CECMP; AEP]. Membro da Comissão de Patrocínio do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920). Responsável pela Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1931/Nov).
369. CAMEIRA, Tito Lívio Rodrigues dos Santos	[UAP]. Capitão e Assistente da Cadeia da Relação do Porto. Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez). Substituto do Primeiro-Secretário do Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai).

370. **CAMILO, António de Carvalho** [CNS/CNE]. (n. 1905/Jul/06). Segundo-Sargento do Reg. Cavalaria nº 6. Chefe de Gr. 62-Castelo Branco (1930/Mar-1933). Chefe do Gr. 96-Póvoa de Rio de Moinhos, Castelo Branco (1934/Jan).
371. **CAMÕESAS, João** [AEP]. Membro da Comissão Pedagógica da AEP (1923/Abr).
372. **CAMPANELA, Carlos** [UELU]. Autor de artigo de opinião sobre o estado do escotismo no jornal *O Século* (1914/Jan). Membro do Conselho Fiscal da *União dos Escoteiros Lusos*, em Lisboa (1914/Dez).
373. **CAMPBELL,** [SA]. Promotora do escotismo em Macau, com Nightingale e Álvaro de Melo Machado (1911-1912).
374. **CAMPOS JÚNIOR, António de** [AEP]. Jornalista desportivo e Assistente do jornal *Os Sports*, de Lisboa. Nomeado delegado da Comissão Desportiva da AEP (1922/Dez).
375. **CAMPOS, Alberto** [UAP]. Vogal do Gr. 28-Paranhos, Porto (1933/Nov).
376. **CAMPOS, Almeida** [AEP]. Fundador do escotismo na Escola Primária nº 27 “Travassos Valdez”, em Novo Redondo, Angola (1930/Out).
377. **CAMPOS, Álvaro** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 3-Braga (1925/Mar).
378. **CAMPOS, António Augusto** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 18-Núcleo de Escoteiros do Ar, Lisboa (1934/Jun).
379. **CAMPOS, Arcidres** [AEP]. Escoteiro no Gr. 25 Lisboa. Possivelmente terá emigrado para Lourenço Marques. Em 1934 efetua uma viagem de bicicleta entre Moçambique e a Metrópole.
380. **CAMPOS, Artevel de** [CNS/CNE]. Médico. Médico da Alc. 71-Lisboa (1936/Mar).
381. **CAMPOS, Cândido Santana** [CNS/CNE]. (n. 1909/Out/28). Organista. Ajudante da Alc. 11-Coimbra (1927/Mai). Chefe da Alc. 12-Coimbra (1927/Out) e Alcateia 18-Coimbra (1927/Dez-1928/Nov). Saiu do CNS/CNE em janeiro de 1929.
382. **CAMPOS, Carlos Martins** [CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 58-Trofa (1935/Fev-Ago). Instrutor da Alc. 58 e Gr. 102-Trofa (1935/Ago).
383. **CAMPOS, Francisco de Oliveira** [CNS/CNE]. (n. 1891/Ago/31). Mestre de Obras. Chefe de Gr. 70-Lever, V. N. Gaia (1931/Mai-1936/Set). [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 70 (1936/Set).
384. **CAMPOS, João Paulo de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 113-Caria, Belmonte (1935/Out). Assistente do Gr. 134-Caria, Belmonte (1937/Jan).
385. **CAMPOS, José Maria Barbosa** [UAP]. Instrutor do Gr. 6-Porto (1925/Jul).
386. **CAMPOS, José Teixeira** [CNS/CNE]. (f. 1929/Nov). Secretário da Alc. 09 e Gr. 25-Godim (1926/Abr-1929/Nov).
387. **CAMPOS, Manuel de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 46-Ílhavo (1928/Ago).
388. **CAMPOS, Vasco** [AEP]. Major e professor de educação física. Instrutor do Gr. 77 Faro. Em 1936 apresentou a conferência «O Escotismo na formação da mentalidade portuguesa» na Câmara Municipal de Faro.
389. **CANCELA, Manuel Ferreira** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 70-Lever, V.N. Gaia (1936/Set).
390. **CANCELA, Maria Sofia** [CNS/CNE]. Chefe da Alc. 89-Setúbal (1938/Ago).
391. **CANES, António João de** [CNS/CNE]. (n. 1905/Ago/26). Empregado Bancário. Chefe de Grupo Sénior 5-Funchal (1928/Nov).
392. **CANHÃO, Manuel Fernandes** [AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 65-Lagos (1928/Out-1930/Nov). Escoteiro-Chefe do Gr. 65 (1930/Nov).
393. **CANNELL, G.** [GGA]. Secretária do Sul de Portugal da Girl Guide Association (década 1930).
394. **CANTO,** [UAP]. Capitão. Adail-Mor do Norte (1926/Mar).
395. **CANTOS, Paulo José de** [CNS/CNE]. Reitor do Colégio D. Nuno. Secretário da Alc. 61-Póvoa de Varzim (1934/Nov).
396. **CAPELO, António Monteiro** [CNS/CNE]. (n. 1908/Dez/05). Seminarista. Chefe de Gr. Sénior 7-Seminário do Fundão (1929/Fev-Nov).

397.	CARAMELO, Manuel dos Santos	[AEP]. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 15-Asilo D. Maria Pia, Lisboa (1928/Out).
398.	CARDIGOS, José Raimundo	[CNS/CNE]. (n. 1909/Dez/23). Professor. Chefe de Gr. 95-Gavião (1933/Nov-1936).
399.	CARDONA, Manuel	[UAP]. Membro da direção do Gr. 24-Vila Real (1931/Mar).
400.	CARDONA, Manuel da Cruz	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 78-Covilhã (1929/Set).
401.	CARDOSO,	[UAP]. Segundo Sargento. Vagomestre no Aduar Regional de Matosinhos (1924/Ago).
402.	CARDOSO, Abílio	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 10-Porto (1925/Abr-1928). Assistente da Alc. 41-Porto (1931/Nov-1932/Nov; 1936/Fev).
403.	CARDOSO, Alberto Machado	[AEP]. Na I Conferência Nacional da AEP apresentou a tese «Valor do escotismo sob o ponto de vista moral» (1924/Dez).
404.	CARDOSO, Alberto Machado	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 26-Mouçós, Vila Real (1926/Jun).
405.	CARDOSO, Alfredo António Barbieri Figueiredo Batista	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1913/Out). http://arquivo.presidencia.pt/details?id=136081 .
406.	CARDOSO, Álvaro José	[UAP]. Secretário do Gr. 1-Porto (1927/Ago).
407.	CARDOSO, Aníbal de Faro	[UAP]. Vogal do Gr. 23-Matosinhos (1926/Mar).
408.	CARDOSO, António	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 44-Porto (1932/Jun-1933/Nov). Chefe da Alc. 44 (1933/Nov-1934/Jun). Chefe do Gr. 67-Porto (1933/Nov).
409.	CARDOSO, António Maria	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc.84-Tondela (1943/Mar).
410.	CARDOSO, António Monteiro	[CNS/CNE]. (n. 1911/Jun/19). Empregado Comercial. Ajudante da Alc. 8-Porto (1933/Nov-1935/Fev). Chefe de Alc. 68-Barreiros, Maia (1935/Out-1936).
411.	CARDOSO, Ascensão	[AEP]. Fundador do Gr. 19- <i>Sport Algés e Dafundo</i> , Oeiras (1930/Nov). Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1933/Jan).
412.	CARDOSO, Bernardino	[AEP]. Tesoureiro da Direção Central da AEP (1915/Mar).
413.	CARDOSO, Cândido Augusto Oliveira	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 74 e Gr. 121-Salvador, Arcos de Valdevez (1936/Mai).
414.	CARDOSO, Casimiro Pereira	[CES]. Subchefe do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> , Porto (1930/Ago).
415.	CARDOSO, David de Melo	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 127-Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).
416.	CARDOSO, Fernando Brotas	[AEP]. Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set). Escoteiro-Chefe Ajudante no Gr. 16-Carcavelos (1936/Nov).
417.	CARDOSO, Firmino Lopes	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 58-Trofa (1935/Ago).
418.	CARDOSO, Jacinto da Silva	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 19-Santarém (1915/Ago).
419.	CARDOSO, João Teixeira	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 6-Porto (1932/Fev).
420.	CARDOSO, João Ventura	[UAP]. Vogal da direção do Gr. 7-Valongo (1925/Ago).
421.	CARDOSO, José Rodrigues	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 25-Godim, Régua (1930/Jun; 1932/Mar). Comissário do Núcleo da Régua (1930/Jun-1931/Abr).
422.	CARDOSO, Luís dos Santos	[AEP]. Primeiro-Tenente. Escoteiro-Chefe do Núcleo da Beira (1934/Jul).

423.	CARDOSO, Luís Filipe	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 13 Lisboa (1923/Abr-1924/Jun). Tesoureiro Nacional da AEP (1924/Jul). Eleito para delegado da Região Centro (1924/Jul).
424.	CARDOSO, Manuel Fernandes	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 8-Porto (1931/Nov). Instrutor do Gr. Sênior 10-Porto (1933/Nov). Chefe da Alc. 8 (1933/Set-Nov). Secretário do Gr. Sênior 10-Porto (1934/Mar). Chefe da Alc. 44-Porto (1934/Jun-1936/Out). Chefe do Gr. 67-Campanhã, Porto (1934/Jun-1935/Fev). Chefe do Gr. 7-Porto (1935/Fev-1936/Out). Chefe do Gr. 8-Sé, Porto (1936/Out).
425.	CARDOSO, Manuel da Cruz	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 78-Covilhã (1928/Dez).
426.	CARDOSO, Mário Augusto	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 80-Lisboa (1932/Nov-1934/Jan). Chefe do Gr. 80 (1934/Out-1935).
427.	CARDOSO, Sá	[AEP]. Coronel do Exército. Presidente da Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 1, em Lisboa. Promotor de conferências sobre escotismo (1922).
428.	CARMO,	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 5-Lisboa (1922/Jun).
429.	CARMO, Artur Ferreira do	[AEP]. Escoteiro no Gr. 1-Lisboa. Participou na marcha de resistência entre Lisboa e Tancos (1917/Fev). Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 1-Lisboa (1917/Abr). Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 5-Lisboa (1930/Out).
430.	CARMO, Carlos Pinho de Oliveira e	[CNS/CNE]. (n. 1902/Abr/09). Segundo-Sargento do Exército. Chefe do Gr. 39-Lisboa (1928/Jan-1930/Nov; 1934/Ago). Chefe de Alc. 20-Estrela, Lisboa (1928/Dez-1933/Nov). Ajudante do Comissário Regional de Lisboa (1931/Nov). Condecorado com a Medalha de Prata de Comportamento Militar Exemplar pelo Ministério da Guerra (1934/Ago).
431.	CARMO, Eduardo	[UEI]. Presidente da <i>União dos Escoteiros Independentes</i> , Lisboa. Responsável pela integração da UEI na <i>União dos Adueros de Portugal</i> (1915/Ago).
432.	CARMO, Firmino José do	[UEI]. Vogal da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Ago).
433.	CARMO, Humberto	[UAP]. Aduero no Gr. 30-Porto. Nomeado para serviço no Adailato-Mor Geral da UAP (1933/Fev).
434.	CARMO, Manuel do	[AEP]. Fundador do Gr. 6-Olhão (1925). Instrutor do Gr. 6 (1930/Nov).
435.	CARNEIRO, Albino Pinto	[UAP]. Antigo Primeiro-Sargento de Artilharia; Funcionário da Inspeção do Comércio Bancário, no Porto. Vice-Presidente do Gr. 18-V.N. Gaia (1929/Abr-1933/Ago).
436.	CARNEIRO, Cândido	[AEP]. Escoteiro-Chefe no Gr. 41-Club Fluvial Portuense (1934/Mai).
437.	CARNEIRO, Manuel	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 19-Sport Algés e Dafundo (1931).
438.	CARNEIRO, Henrique Rolão Preto	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 107-Benfica, Lisboa (1935/Jan-1936/Fev). Instrutor de especialidades do Gr. 107 (1936/Fev).
439.	CARNEIRO, Octávio Rolão Preto	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 62-Benfica, Lisboa (1935/Jan).
440.	CARRÃO, Ernesto Marques	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 54-Murtosa (1929/Mai).
441.	CARREIRA, Maria Luísa de Abreu	[CNS/CNE]. Instrutora de canto coral da Alc. 50-Lisboa (1934/Mar-1936/Abr).
442.	CARREIRA, Salazar	[AEP]. Colaborador no jornal <i>Os Sports</i> , de Lisboa. Assistente da Comissão Desportiva da AEP (1923/Abr). Apresentou uma tese na III Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1934). Presidente do Gr. 112- Grupo Desportivo Operário, Campo Pequeno, Lisboa (1936).
443.	CARREIRA, Saldanha	[AEP]. Instrutor de esperanto nos grupos de Lisboa (1933/Nov).
444.	CARREIRO, Jacinto	[AEP]. Fundador e Presidente da Comissão de Patrocínio do Gr. 93-Sintra (1934/Jun-1944/Jul).
445.	CARRETO, José Domingos	[CNS/CNE]. Oficial do Exército. Inspetor do Núcleo do Fundão (1930/Dez). Comissário do Núcleo da Covilhã (1931/Dez-1933/Jan).
446.	CARTAXO, António Martins	[CNS/CNE]. (n. 1916/Dez/03). Desenhador. Chefe do Gr. 130-Barreiro (1936/Nov).

447. **CARVALHAIS, António Augusto** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 120-Sagrada Família, Seminário de Coimbra (1936/Abr-Nov).
448. **CARVALHAIS, Hermenegildo** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 41-Calvão, Vagos (1931/Mar).
449. **CARVALHEIRA, David dos Santos** [AEP]. Secretário do Gr. 66-Coimbra (1929/Ago).
450. **CARVALHEIRA, Mário Gonçalves** [UAP]. Sócio do Grupo 1-Porto UAP (1922/Jan).
451. **CARVALHO, A. Lobo** [UAP]. Adail do Gr. 11 Palácio das Necessidades (1922/Fev).
452. **CARVALHO, Abel de** [AEP]. Médico em Lourenço Marques. Eleito para médico do Gr. 10 (1926/Jul).
453. **CARVALHO, Abílio de** [CNS/CNE]. Comissário do Gr. 62-Castelo Branco (1933/Jun).
454. **CARVALHO, Abílio Garcia de** [CNS/CNE]. Comissário do Núcleo da Póvoa de Varzim (1924/Abr-1929/Jan). Comissário Geral dos Scouts Marítimos (1926/Out-1927). Primeiro-Vogal da Junta Central (1927/Mai-1935/Jun).
455. **CARVALHO, Alberto Rodrigues de** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 17-Espinho (1925/Mar). Assistente do I Acampamento Nacional, em Aljubarrota (1926/Ago).
456. **CARVALHO, Alberto Teixeira de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Vila Real (1926/Jun).
457. **CARVALHO, Alfredo de** [AEP]. Autor do livro “Da formação do carácter pelo escotismo” (desconhecido; 1934).
458. **CARVALHO, Alfredo Paulo de** [CNS/CNE]. Alferes Miliciano do Quartel de Caçadores 8. Impulsionador do escotismo sénior católico em Elvas (1941).
459. **CARVALHO, Álvaro de** [AEP]. Secretário do Gr. 26-Porto (1916/Jun). Em julho de 1916 emigra para os E.U.A e delega funções em Alberto Brandão Pinto.
460. **CARVALHO, Amadeu Pinto** [CNS/CNE]. (n. 1902/Fev/17). Polidor de móveis. Chefe de Alc. 09-Godim, Régua (1926/Abr-1927/Mar).
461. **CARVALHO, António** [AEP]. Secretario da Comissão de Patrocínio do Gr. 23-Funchal (1937).
462. **CARVALHO, António Alves de** [CNS/CNE] Chefe no Gr. 1 do CNS/CNE em Braga (1930). Chefe do Gr. Sénior 1-Braga (1932/Mai-Set).
463. **CARVALHO, António Aires Mendes de** [UAP]. Vogal no Gr. 28-Paranhos, Paranhos (1923/Out).
464. **CARVALHO, António Augusto de** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 57-Vila Nova de Foz Côa (1929/Jul).
465. **CARVALHO, António da Conceição** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 21-Portalegre (1926/Mar-1931/Dez).
466. **CARVALHO, António Aires de** [CNS/CNE]. (n. 1906/Abr/15). Empregado comercial. Chefe de Gr. 10-Bonfim, Porto (1925/Fev-1926/Out). Instrutor Adjunto Regional do Porto (1929/Mar-1933/Nov). Instrutor-Chefe Regional do Porto (1933/Nov-1934/Nov).
467. **CARVALHO, António de Castro Lobo de** [AEP; UAP]. Secretário e Escoteiro-Chefe Adjunto do AEP Gr. 2-Lisboa (1919). Adail do UAP Gr. 11-Palácio das Necessidades, Lisboa (1922/Fev).
468. **CARVALHO, Artur Rodrigues Marques de** [UAP]. Professor. Redator do Serviço de Publicações Aduleiras (1921/Nov-1922). Secretário da Junta Regional Aduleira do Porto (1921/Dez-1922/Out). Vogal na Junta de Assistência da UAP (1924/Dez). Substituto do Presidente do Conselho de Propaganda da UAP (1927/Mai).
469. **CARVALHO, Benigno de** [UAP]. Primeiro-Tenente. Presidente do Gr. 23-Matosinhos (1932/Abr).
470. **CARVALHO, Elísio Marques de** [AEP]. Vogal do Gr. 73-Escola Primária de S. Bartolomeu, Coimbra (1927/Fev).

471. **CARVALHO, Fernando António de** [CNS/CNE]. (n. 1914/Jan/22). Alfaiate. Chefe de Alc. 14-Monserrate, Viana do Castelo (1932/Abr). Ajudante do Gr. 75-Viana do Castelo (1933/Mai).
472. **CARVALHO, Fernando Gustavo Campos de** [CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 45-Arroios, Lisboa (1936/Fev-Set).
473. **CARVALHO, Francisco Bernardino** [AEP]. Membro da Direção Central da AEP (1914/Ago).
474. **CARVALHO, Geraldo de** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 100-Sé, Braga (1943/Mai).
475. **CARVALHO, Guilherme de** [UAP]. Instrutor do Gr. 1-Porto.
476. **CARVALHO, J. Gonçalves** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 22-Sacramento, Lisboa (1932/Mai).
477. **CARVALHO, Jerónimo Ferreira** [CES]. Comerciante. Vogal na direção do Corpo de Escoteiros do Sporting (1931/Mai).
478. **CARVALHO, João Manuel** [CECMP]. Capitão de Fragata. Vice-Presidente do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas.
479. **CARVALHO, João Marques de Almeida** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 28-Oliveira de Azeméis (1926/Jun-1928/Mar). Secretário da Alc. 16-Oliveira de Azeméis (1929/Mai-1930/Fev; 1933/Jan).
480. **CARVALHO, João Mourinho de** [CNS/CNE]. (n. 1913/Ago/06). Empregado de Comércio. Chefe de Gr. 125-Évora (1936/Jun).
481. **CARVALHO, João Pimenta de Castro** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 43 e Gr. 78-Santa Maria Maior, Viana do Castelo (1932/Jun).
482. **CARVALHO, João Xavier de** [CNS/CNE]. (n. 1908/Fev/03). Empregado Industrial. Chefe de Alc. 81-Guimarães (1936/Dez).
483. **CARVALHO, Joaquim de Santana** [AEP]. Escoteiro-Chefe no Gr. 79-Palácio das Necessidades, Lisboa (1931). Escoteiro-Chefe do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1933/Out). Presidente do Gr. 79 (1935/Dez).
484. **CARVALHO, Joaquim Ribeiro de** [CNS/CNE]. (n. 1908/Ago/04). Pedreiro. Chefe de Alc. 31-São Miguel de Poiares, Régua (1930/Mar).
485. **CARVALHO, José Afonso Sanches de** [CNS/CNE]. (n. 1914/Ago/30). Seminarista. Chefe de Alc. 23-Seminário do Fundão (1929/Fev-Nov).
486. **CARVALHO, José J. Lobão de** [UAP]. Médico; Professor de Educação Física; Assistente do Instituto Mio-Neuro-Terapêutico no Porto, e membro da direção do jornal “Sporting”. Entrou para a UAP a convite de Artur Barros Basto (1921/Mar). Presidente da Junta Regional Adueira do Porto (1921). Instrutor de Ginástica no Gr. 1-Porto (1921/Nov). Redator do Serviço de Publicações Adueriras (1921/Nov-1922). Adail-Mor Geral Adjunto (1923/Jan).
487. **CARVALHO, José Pereira Soares de** [UAP]. (f. 1923/Mar/02). Adail do Gr. 4-Porto (1916/Nov-1920). Presidente do Gr. 1-Porto (1921/Jan-1922/Out).
488. **CARVALHO, Júlio de Oliveira** [CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 8-Porto (1930/Fev-1931/Nov).
489. **CARVALHO, Luís Gonzaga Mendes** [CNS/CNE]. (n. 1890/Set/06). Proprietário. Chefe do Gr. 90-São Miguel das Aves, Santo Tirso (1933/Nov). Secretário da Alc. 53-São Miguel das Aves (1934/Mar).
490. **CARVALHO, Maia Vasques de** [AEP]. Doutor. Escoteiro-Chefe do Gr. 71-Porto (1935/Fev).
491. **CARVALHO, Manuel Moutinho de** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 36-Luanda (1937/Jul).
492. **CARVALHO, Neves de** [UAP]. Capitão. Adail-Mor Regional de Lisboa (1924/Nov-1926/Set).
493. **CARVALHO, Olímpia Morais de** [CNS/CNE]. Instrutora de Especialidades na Alc. 47-Lisboa (1934/Jan-1935). Instrutora de especialidades na Alc. 22-Lisboa (1934/Jan). Participante no V Acampamento Nacional, em Benfca (1934/Ago). Instrutora de especialidades na Alc. 47-Lisboa (1935/Jun). Instrutora da Alc. 46-Lisboa (1935/Jun-1936/Fev). Secretária da Alc. 47 (1936/Fev).
494. **CARVALHO, Paulo de** [CNS/CNE]. Alferes Miliciano. Impulsionador do escotismo católico em Elvas (1940).

495. **CARVALHO, Paulo Pais de** [UAP]. Tesoureiro do Gr. 11-Palácio das Necessidades, Lisboa (1922/Fev).
496. **CARVALHO, Raul Joaquim de** [AEP]. Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 5-Alcântara, Lisboa (1914/Fev-1915/Jan). Membro da Direção Central da AEP (1914/Fev).
497. **CARVALHO, Silvino de** [UAP]. Presidente da Junta Regional do Norte da UAP (1918/Ago).
498. **CARVALHO, Vasco de** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 35-Famalicão (1927/Jul).
499. **CASEIRA, João Fernandes** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 03-Póvoa de Varzim (1923/Jun-1926).
500. **CASIMIRO, Alexandre Augusto** [UAP]. Instrutor de Ginástica no Gr. 30-Cedofeita, Porto (1933/Mai).
501. **CASQUILHO, Henrique Alves** [AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 1-Lisboa (1916-1922/Fev). Convidado pela Direção Central para a propaganda do escotismo em Coimbra com Álvaro Viana de Lemos (1926/Out). Escoteiro-Chefe do Gr. 66-Coimbra (1927/Abr-1930/Nov).
502. **CASSELS, Rosalie Lucy Adela** [AEP]. Escoteira-Chefe do Gr. 51-Foz do Douro, Porto (1933/Jun).
503. **CASTANHEIRA, Carlos Eugénio** [UAP]. Cofundador do Gr. 38-Almada (1930/Mar).
504. **CASTELO, Alberto de Vasconcelos** [AEP]. Escoteiro-chefe do Gr. 115-Lisboa Ginásio Clube, onde tentou implementar a secção de cavalaria (1927/Jan).
505. **CASTILHO, Artur** [UAP]. Engenheiro. Vice-Presidente da *União dos Aduieiros de Portugal* (1930).
506. **CASTRO JÚNIOR, Augusto Moreira de** [CNS/CNE]. Instrutor de Enfermagem do Gr. Sênior 1-Braga (1934/Dez).
507. **CASTRO JÚNIOR, Leonardo Pedro de** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 40 e Gr. 74-Cedofeita, Porto (1931/Nov).
508. **CASTRO JÚNIOR, Raimundo do Canto e** [AEP]. Cofundador do Gr. 52- Santa Luzia, Angra do Heroísmo (1933/Ago).
509. **CASTRO, Abel Maria de** [AEP]. Estudante de Medicina em Coimbra. Escoteiro-Chefe no Gr. 1 Lisboa (1921). Colaborador no jornal escotista *Sempre Pronto*, Lisboa (1921-1922).
510. **CASTRO, Abílio** [UAP]. Membro da Comissão de Festas do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931).
511. **CASTRO, Albertino Gonçalves de** [UAP]. Tesoureiro do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1922/Out-1923/Abr). Presidente do Gr. 32 (1927/Jan).
512. **CASTRO, Augusto de** [AEP]. Membro do Conselho Nacional da AEP (1924/Jul).
513. **CASTRO, Carlos Jorge de Faria e** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente regional da Madeira (1927/Jun-1937). Assistente do Gr. Sênior 5-Funchal (1928/Nov), Gr. 55 (1929/Abr) e Alcateias 25 e 26-São Roque, Funchal (1929/Abr). Assistente do Núcleo do Funchal (1929/Mai). Assistente do Gr. 72-Funchal (1930/Dez) e Gr. 76-São Gonçalo, Funchal (1932/Abr).
514. **CASTRO, Carlos Teixeira Pinto e** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 6-Guimarães (1932/Abr-1936/Jan). Chefe do Gr. Sênior 2-Guimarães (1936/Jan).
515. **CASTRO, Conceição** [AGP]. Chefe-Ajudante da 3ª Companhia de Lisboa de *Guias de Portugal* (1934/Jun).
516. **CASTRO, Eduardo Tudela de** [AEP]. (n. 1903/??-f. 1926/Mar/10). Professor de Inglês/Francês. Secretário da Sociedade Teosófica de Portugal, Liga de Protecção de Crianças e Liga Nacional de Defesa dos Animais. Secretário-Geral da AEP (1924/Jun). Participante na Escola Internacional de Chefes em Cappy, França (1925/Ago). Escoteiro-Chefe do Gr. 54-Lisboa (1925/Ago-1926/Fev).
517. **CASTRO, Fernando Gonçalves de** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 39-Lisboa (1928/Nov-1930/Nov).

518.	CASTRO, Gabriel Martins de	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 27-Fânzeres, Gondomar (1929/Jan-1930/Fev).
519.	CASTRO, Jaime de	[UAP]. Adail Interino do Gr. 1-Porto (1929/Ago). Adail-Adjunto do Gr. 30-Cedofeita, Porto (1932/Jun).
520.	CASTRO, João José de Passos Pereira de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 94-Inhambane, Moçambique (1933/Ago).
521.	CASTRO, Joaquim José de	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. Sénior 11-Fundão (1931/Out-1932/Mar). Instrutor do Núcleo do Fundão (1932/Mar).
522.	CASTRO, Joaquim Tavares de Araújo e	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 54-Murtosa (1929/Mar-1935/Jul). Assistente do Núcleo de Murtosa (1935/Jul).
523.	CASTRO, José Pedro de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 74 e Alc. 40-Porto (1934/Nov-1936).
524.	CASTRO, Leonardo P. de	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 44-Porto (1933/Nov). Secretário do Gr. 74-Porto (1933/Nov).
525.	CASTRO, Luís de	[UAP]. Adail-Adjunto do Gr. 30-Cedofeita, Porto (1932/Jun).
526.	CASTRO, Maria de S. Joaquim de Oliveira e	[AGP]. Secretária do Núcleo de Luanda (1936/Abr).
527.	CASTRO, Mário	[UAP]. Instrutor de História e Educação Cívica do Gr. 14-Viana do Castelo (1925/Ago).
528.	CASTRO, Mário Veloso de	[CNS/CNE]. (n. 1901/Mai/12). Ourives. Chefe de Gr. 29-Gondomar (1926/Jul).
529.	CASTRO, Normando de	[UAP]. Adail do Gr. 18-V.N. Gaia (1932/Set).
530.	CASTRO, Vasco Segadas de Paços Pereira de	[CNS/CNE]. (n. 1902/Mar/12). Professor do Ensino Secundário. Chefe de Gr. 121-Salvador, Arcos de Valdevez (1936/Mai).
531.	CATANA, Manuel Dias	[CNS/CNE]. Tenente. Chefe do Gr. 89-Stª Engrácia, Lisboa (1934/Nov).
532.	CATARINO, Luís	[AEP]. Capitão. Instrutor de ginástica do Gr. 77-Faro (1936).
533.	CAVACA, Aníbal	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 19-Covilhã (1931/Dez).
534.	CAVALHEIRO, José Hermínio	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 19-Covilhã (1930/Jun-1931/Dez).
535.	CENTENO, Carlos Alves	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 6-Lisboa (1924/Jun). Comissário Nacional Interino do Serviço de Materiais e Fardamentos (1924/Jul). Organizador da Exposição Escotista na Câmara Municipal de Lisboa (1925/Fev). Chefe dos Serviços Administrativos do Gr. 9-Lisboa e membro da Direção Central da AEP (1925/Out). Readmitido na AEP como Escoteiro-Chefe do Gr. 85-Liga dos Combatentes, Lisboa (1929/Jul). Fundador do jornal <i>Escotismo</i> com Firmiano Cansado Gonçalves, Henrique de Barros e Rui Santos (1930). Castigado pela Direção Central com seis meses de suspensão (1930/Abr).
536.	CENTENO, Fernando	[AEP]. Administrador do jornal <i>O Escotismo</i> , órgão do Gr. 22-Escola Pátria, Lisboa (1922/Jun).
537.	CERDEIRA, Valentim António	[UAP]. Membro da Junta Regional do Norte (1924/Mar). Pediu a demissão por discordância com a Junta Assistente da UAP.
538.	CERQUEIRA, Abel	[CNS/CNE]. (n. 1905/Jul/27). Sacerdote católico. Chefe e Assistente da Alc. 70-Arcos de Valdevez (1935/Nov) e Gr. 117-Arcos de Valdevez (1936/Jan).
539.	CERQUEIRA, António	[UAP]. Membro da Comissão de Propaganda do Aduarismo no Norte (1930/Ago).
540.	CERQUEIRA, João	[CNS/CNE]. (n. 1910/??/??). Empregado Público. Chefe de Alc. 34-Caminha (1930/Jul).
541.	CERQUEIRA, Ricardo	[UAP]. Adail-Mor do Grupo de Adueros Marítimos de Lourenço Marques (1932/Abr).
542.	CERVÃES, João	[CNS/CNE]. Instrutor musical do Gr. 79-Areosa, Porto (1936/Jun).

543. **CÉSAR, Armando Vidigal** [EPI; UAP]. Guia de Patrulha nos *Escoteiros Portugueses Independentes*, em Lisboa (1919). Adail-Adjunto do UAP Gr. 10-Lisboa (1922/Jan). Administrador do jornal *Aduero do Sul*, Lisboa (1922/Jan). Louvor pela participação humanitária na revolta de 19/Out/1921 (1922/Fev). Membro da Comissão Organizadora do Gr. 27-Museu de Artilharia, Lisboa (1925/Jul). Comandante de Aduar no Alto da Ajuda (1928/Out). Adail do Gr. 20-Costa do Castelo, Lisboa (1929/Jan-1930/Jul). Adjunto do Adail-Mor Regional de Lisboa (1930).
544. **CÉSAR, Aurélio Augusto** [UAP]. Desportista. Fundador do Gr. 33-Ponta Delgada, Açores, com o médico Raul de Benevides (1922/Set).
545. **CÉSAR, João de Almeida** [AEP]. Capitão. Comissário Regional de Setúbal (1929/Dez).
546. **CHABY, Júlio César da Costa** [CNS/CNE]. Tenente do Exército. Inspetor Regional de Lamego (1929/Fev). Secretário do Gr. 52-Lamego (1929/Mar-1933/Mar). Comissário Regional de Lamego (1929/Nov).
547. **CHAGAS, Apolinário das** [AEP]. Coronel. Comissário de Zona de Lisboa (1922/Fev-1923/Abr). Escoteiro-Chefe do Gr. 5-Instituto dos Mutilados da Guerra, Lisboa (1923/Abr). Membro da Direção Central da AEP (1925/Out).
548. **CHAGAS, Bernardino Trindade** [UAP]. Reorganizador e vogal da direção do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
549. **CHAGAS, José Eugénio** [AEP]. Cofundador do Gr. 23-Alcântara, Lisboa (1915/Nov).
550. **CHAMUSCO, António Rodrigues de Amorim** [AEP]. Oficial do Exército e Escoteiro no Gr. 1 Lisboa. Fonte: Sempre Pronto (1921/Out)
551. **CHAVES, F. Guerreiro** [AEP]. Guia no Gr. 26-Porto (1918/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 26 (1921/Abr). Idealizador de um grupo de escoteiros no clube “Estrela Vigorosa Sport”, no Porto (1930). Comissário da Zona do Porto (1930-1931/Jan).
552. **CHAVES, Fernando de Macedo** [CNS/CNE]. Médico. Médico da Alc. 65-Colégio Brotero, Porto (1935/Jun).
553. **COCHET, António Daniel** [CNS/CNE]. Dirigente do CNS/CNE em Moçâmedes após saída de J. Magalhães (1937).
554. **COELHO,** [UAP]. Telegrafista no Aduar Regional de Matosinhos (1934/Ago).
555. **COELHO, Adecilda Martins** [CNS/CNE]. Chefe da Alc. 62-Benfica (1939/Jan).
556. **COELHO, Adelino da Costa** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 83-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1933/Nov-1934/Mar). Fundador e Secretário da Alc. 19-São Tomé de Negrelos (1934/Jan). Chefe do Gr. 83 (1934/Mar-1935). Chefe da Alc. 19 (1934/Mar).
557. **COELHO, Afonso** [AEP]. Presidente da Comissão de Patrocínio da AEP na Madeira (1933/Mai-1934). Delegado dos Serviços Centrais no Funchal (1934/Jan).
558. **COELHO, Alberto Pereira** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 20-Cete, Paredes (1925/Dez).
559. **COELHO, C.** [AEP]. Redactor do jornal *Alerta*, órgão do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1922/Mar).
560. **COELHO, Francisco Assis Fernandes** [CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 83-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1934/Mar).
561. **COELHO, Joaquim** [CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 27-Serpa (1929/Set).
562. **COELHO, Joaquim Ferreira** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 83-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1934/Mar). Secretário da Alc. 19 (1934/Mar).
563. **COELHO, José Constantino Ribeiro** [CNS/CNE]. Secretário Regional de Braga (1928/Fev-1930/Dez).
564. **COELHO, José de Jesus Mendes** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 83-Negrelos (1933/Jan-Nov). Instrutor da Alc. 19-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1934/Mar).
565. **COELHO, José Luís** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 49-Montijo (1934/Out).

566.	COELHO, Manuel	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 32-Angra do Heroísmo, Açores (1930/Mai).
567.	COELHO, Manuel Barroso	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 65-Colégio Brotero, Porto (1935/Jun) e Gr. 115-Foz do Douro (1935/Dez).
568.	COELHO, Manuel Ferreira	[UAP; AEP]. Aduero no Gr. 1-Porto (1921/Dez) e Gr. 27-Porto (1922/Mar). Instrutor do Gr. 8-Valbom (1925/Mar). Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 58-Torne, V.N. Gaia (1936).
569.	COELHO, Maria Felizarda	[CECMP]. Delegada da Cruzada e membro do Conselho Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
570.	COELHO, Maria Teresa Furtado	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 22-Lisboa (1938/Jun).
571.	COELHO, Plínio de Jesus	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 10-Covilhã (1930/Jun).
572.	COELHO, Suzete	[AGP]. Comissária-Ajudante da secção “Rangers” da 2ª Companhia do Funchal (1933/Jan).
573.	COENTRO, Mário	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 21-???? (1936/Nov).
574.	COIMBRA, António Pereira	[AEP]. Secretário do Gr. 5-Alcântara, Lisboa (1915/Ago).
575.	COIMBRA, Antunes	[CECMP]. Membro da Comissão de Patrocínio do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
576.	CONCEIÇÃO, Guilherme Mário Cabanas	[CNS/CNE]. (n. 1920/Out/29). Empregado de Escritório. Chefe da Alc. 92 e Gr. 148-Elvas (31/12/1940/Dez).
577.	CONCEIÇÃO, Herculano da	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 18-Bragança (1933/Mar).
578.	CONCEIÇÃO, Henrique da	[CNS/CNE]. Inspetor Regional de Bragança (1930/Jun-1933/Mar).
579.	CONCEIÇÃO, Isabel da	[CECMP]. Delegada das damas protetoras e membro do Conselho Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
580.	CONCEIÇÃO, José da	[CNS/CNE]. Chefe Adjunto da Alc. 42-Beira, Moçambique (1932/Abr).
581.	CONCEIÇÃO, Manuel João da	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 94-Inhambane, Moçambique (1933/Ago).
582.	CONDESSO, Abel Matias	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 129-Arcos, Anadia (1936/Nov).
583.	CONSTANTINO, Júlio Ferreira	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 18-Coimbra (1927/Dez).
584.	CONTRERAS, José Aboim de Ascensão	[CSN]. Médico. Médico da Alc. 21-Lisboa (1930/Fev).
585.	CORDEIRO, Álvaro da Silva	[AEP]. Escoteiro-Chefe ajudante do Gr. 68-Lourenço Marques (1933/Jun-1934).
586.	CORDEIRO, Jorge	[AEP]. Escoteiro-Chefe e fundador do Gr. 26-Beira (Moçambique), na Escola Eduardo Vilaça (1931-1936/Ago). Delegado da AEP na Beira, Moçambique (1932).
587.	CORDEIRO, Manuel	[UAP]. Vogal do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
588.	CORDEIRO, Sophie	[AEP]. Comissária da secção feminina do AEP Gr. 123-High School of the Sacred Heart of Jesus, Goa (1935/Jun).
589.	CÓRDOVA, Alexandre de	[UAP]. Alferes de Cavalaria 9; poeta. Adail-Mor Regional do Norte de Portugal, Porto, em substituição de Fernando Vieira, sendo substituído por Eurico Monteiro (1921/Jan-1921/Jun). Em 1929 fez uma alocução sobre “Aduarismo” a convite do Gr. 1 (1929/Jun).
590.	COROADO, António da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 36-Aveiro (1927/Ago).
591.	CORRÊA, M. J.	[UAP]. Impulsionador do Aduarismo Marítimo em Lourenço Marques (1932).
592.	CORREIA, Agostinho Seroulo	[CNS/CNE]. Secretário Regional de Évora (1936/Jun).

593. CORREIA, Alberto Joaquim	[UAP]. Tenente de Artilharia. Vogal na UAP (1921/Ago-1922/Jan). Secretário da Junta Assistente da UAP (1930).
594. CORREIA, Alexandre Martins	[AEP]. Professor. Sócio do Gr. 1-Lisboa e Delegado do Concurso Inter-Patrolhas de Lisboa (1928) e do Campo de Férias (1933/Ago). Escoteiro-Chefe do Núcleo de Lisboa (1933/Fev). Membro da Comissão Executiva da AEP (1934). Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 1-Lisboa (1937/Fev).
595. CORREIA, António	[AEP]. Presidente do Gr. 48-Porto (1934/Dez).
596. CORREIA, António	[UAP]. Tenente de Artilharia. Secretário Adjunto da Junta Assistente da UAP (1930-1932/Jan). Primeiro-Secretário da Junta Assistente (1932/Fev). Adail-Mor Geral Interino da UAP (1932/Nov-1933/Fev).
597. CORREIA, António da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 36-Aveiro (1927/Ago).
598. CORREIA, António de Melo	[AEP]. Escoteiro no Gr. 3-Lisboa (1914). Escoteiro-Chefe do Gr. 21-Anjos, Lisboa (1915/Dez-1916/Jan).
599. CORREIA, António Joaquim	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sênior 8-Caldas de Vizela (1929/Mai).
600. CORREIA, Arnaldo Joaquim	[UAP]. Aduero no Gr. 3-Liceu Rodrigues de Freitas, Porto (1916/Dez). Guia no Gr. 1-Porto (1921/Jul-1922/Mai). Transferido por ordem regional para o Gr. 18-V.N. Gaia (1922/Jun). Adail do Gr 18-V.N. Gaia (1922/Nov). Colunista no jornal <i>A Voz da Razão</i> , Porto (1921/Set).
601. CORREIA, Bernardo	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 50-Beira, Moçambique (1932/Mai).
602. CORREIA, Francisco Fernandes	[UEL]. Vogal da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , em Lisboa (1914/Dez-1915/Mai).
603. CORREIA, Jacinto Santos	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 11-Fundão (1931/Abr).
604. CORREIA, João	[AEP]. Professor. Secretário do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1915/Out).
605. CORREIA, João Gregório	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 42-Beira, Moçambique (1932/Abr).
606. CORREIA, Joaquim Augusto	[AEP; CES]. Fundador do AEP Gr. 34-Ribeira de Santarém (1917). Fundador do CES Gr. 5-Santarém (1931/Jun).
607. CORREIA, José Anselmo	[CNS/CNE] Secretário da Alc. 54-Luanda (1934/Abr).
608. CORREIA, José de Aboim	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 133-Vermil, Guimarães (1937/Abr).
609. CORREIA, José Duarte	[UAP]. Secretário do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1927/Jan).
610. CORREIA, Lutero Lourenço	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 70-Porto (1929/Abr). Escoteiro-Chefe da Gr. 70-Porto (1930/Dez-1932/Nov).
611. CORREIA, Maria do Carmo	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 90-Setúbal (1939/Fev).
612. CORREIA, Maria do Carmo	[UAP]. Professora da Escola Oficial nº 45 VN Gaia. Fundadora do Gr. 30-Devesas, V. N. Gaia (1922/Ago). Tesoureira do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out).
613. CORREIA, Miguel Pupo	[CNS/CNE]. Instrutor da Alc. 18-Coimbra (1935/Nov).
614. CORREIA, P. J.	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 11- “Alcaide de Faria”, Moçâmedes (1936/Mar).
615. CORREIA, Raul	[UAP]. Convidado pela Junta Regional do Norte para reorganizar o Gr. 23-Matosinhos (1927/Mar).
616. CORREIA, Raul Adolfo	[AEP]. (n. Lisboa, 1899/Abr/13). Escoteiro-Chefe do Gr. 78-Figueira da Foz (1935/Jun).
617. CORREIA, Ricardo	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 147-Setúbal (1939/Jan).

618.	CORTE REAL, Luís Amaral	[AEP]. Vogal do Gr. 73-Escola Primária de S. Bartolomeu, Coimbra (1927/Fev).
619.	CORTÊS, Maria da Anunciação	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 22-Lisboa (1933/Jan-1934); Participante no V Acampamento Nacional, em Benfica (1934/Ago). Chefe da Alc. 21-Lisboa (1935/Jan-1936/Dez). Possivelmente abandonou o escotismo por fixar residência no Porto em 1937.
620.	CORUCHO, José Gonçalves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 14-Viana do Castelo (1927/Jan). Assistente da Alc. 43 e Gr. 78-Santa Maria Maior, Viana do Castelo (1932/Jun).
621.	COSTA JÚNIOR, José Maria Marques da	[ELI]. Escoteiro-Chefe e fundador dos <i>Escoteiros Lusitanos Independentes</i> , com sede na Escola Comercial Veiga Beirão, em Lisboa (1920).
622.	COSTA,	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 141-Nova Lisboa, Angola (1937/Mar).
623.	COSTA, Albano Duarte	[AEP]. Vogal do Conselho Técnico do Gr. 94-Ajuda (1934/Jul).
624.	COSTA, Alberto Machado Cardozo	[CNS/CNE]. (n. 1877/Set/07). Proprietário. Chefe de Gr. 26-Mouçós, Vila Real (1926/Mai).
625.	COSTA, Alfredo da	[UAP]. Adail do Gr. 11-Alto do Pina, Lisboa (1932/Set).
626.	COSTA, Álvaro	[AEP]. Subchefe do Gr. 70-Mirante, Porto (1930/Nov).
627.	COSTA, Ângelo	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 54-Murtosa (1936/Fev).
628.	COSTA, António Cândido da	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 14-Monserrate, Viana do Castelo (1934/Out).
629.	COSTA, António da	[CNS/CNE]. (n. 1913/Dez/08). Operário Fabril. Chefe de Alc. 53-São Miguel das Aves, Santo Tirso (1934/Mar).
630.	COSTA, António Fausto da	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 18-Bragança (1929/Dez).
631.	COSTA, António Gonçalves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 17-Viseu (1927/Out-1928/Jun) e Gr. 43-Viseu (1928/Mai).
632.	COSTA, António Mesquita da	[CNS/CNE]. Chefe de Gr. 94-Inhambane, Moçambique (1933/Ago).
633.	COSTA, Arnaldo Luz	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 66-Coimbra (1928/Abr-1930). Redactor do jornal <i>O Escoteiro de Coimbra</i> (1929/Fev).
634.	COSTA, Artur Antunes da	[AECP]. Presidente dos Escoteiros do Centro de Portugal, em substituição de Tomás Trindade (1916/Out-1917/Nov).
635.	COSTA, Doménico Matos	[CNS/CNE]. (n. 1914/Ago/19). Empregado de Escritório. Chefe de Gr. 128-Quinta do Anjo, Palmela (1936/Jan).
636.	COSTA, Domingos Janes da	[CNS/CNE]. Inspetor Regional de Coimbra (1930/Mai-1936/Mar).
637.	COSTA, Edmundo	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 68-Mercês, Lisboa (1936/Fev-Out). Delegado da Junta Regional de Lisboa (1938/Out).
638.	COSTA, Eduardo de Jesus da Rocha e	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 62-Benfica, Lisboa (1935/Ago-1936/Out). Chefe da Alc. 62 (1936/Out).
639.	COSTA, Emília da Conceição	[CNS/CNE]. (f. 1937/Dez). Instrutora da Alc. 21-Lisboa (1937/Nov).
640.	COSTA, Felisberto Rodrigues da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 37-Viseu (1929/Mar).
641.	COSTA, Florindo	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 75-SAPEC, Setúbal (1930/Fev). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira. Castigado pela Direção Central (1930/Abr).
642.	COSTA, Francisco Armindo Pereira da	[CNS/CNE]. (n. 1906/Mar/15). Académico. Chefe de Gr. Sénior 8-Caldas de Vizela (1929/Mai-1930/Fev).
643.	COSTA, Francisco de Sales Dias	[CNS/CNE]. (n. 1903/Jan/29). Chefe de Gr. 20-Cete, Paredes (1925/Dez-1926).
644.	COSTA, Hernâni	[CES]. Subchefe do Gr. 1 do <i>Corpo dos Escoteiros do Sporting</i> , Porto (1930/Ago-1931).

645. COSTA, João Carlos Gomes da	[CNS/CNE]. (n. 1909/Fev/08). Entalhador. Chefe de Alc. 16-Oliveira de Azeméis (1927/Ago-1929/Mai).
646. COSTA, João Gonçalves da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 19 e Gr. 44-Santo Tirso (1928/Jul).
647. COSTA, João Manuel da	[AEP]. (Mértola, 1910/Dez/29). Escoteiro no Gr. 14-Mértola (1930/Jun). Nomeado Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 14 (1935).
648. COSTA, José Augusto Ramos da	[CNS/CNE]. (n. 1907/??/??). Marceneiro. Chefe de Gr. 47-Rebordões, Santo Tirso (1928/Nov).
649. COSTA, José Borges da	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 39 e Gr. 73-Vila Nova de Tazem (1931/Jul).
650. COSTA, José Borges da	[UAP]. Tenente de Infantaria 13. Instrutor do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
651. COSTA, José da	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 66-Coimbra (1928/Abr-1929/Ago).
652. COSTA, José da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 9-Vila Real (1933/Abr).
653. COSTA, José Ferreira da	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 44-Santo Tirso (1931/Mar). Secretário do Gr. 20-Vilarinho, Santo Tirso (1933/Mai).
654. COSTA, José Paulo Soares da	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 8-Porto (1931/Nov). Chefe do Gr. 7-Porto (1931/Nov-1933/Nov). Secretário do Gr. 7 (1936/Out).
655. COSTA, José Virgílio da Rocha	[CNS/CNE]. (n. 1904/Jun/22). Professor Primário Particular. Chefe de Alc. 62-Benfica, Lisboa (1935/Jan-1936/Out).
656. COSTA, Laura Lília	[AEP]. Tesoureira do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1915/Nov-1917/Mai).
657. COSTA, Luís	[AEP]. Presidente da Câmara de Comércio de Lourenço Marques. Vogal da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).
658. COSTA, Luís Amorim	[UAP]. Adueiro no Gr. 11-Lisboa (1919-1922). Adail-Adjunto do Gr. 11-Palácio das Necessidades, Lisboa (1922/Out).
659. COSTA, Manuel Dias da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 20-Cete, Paredes (1925/Dez-1927/Fev).
660. COSTA, Manuel Gomes da	[CECMP]. General. Membro da Comissão de Patrocínio do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
661. COSTA, Manuel Gonçalves da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 44-Santo Tirso (1928/Jul).
662. COSTA, Maria Manuela de Sousa	[AEP]. Dirigente da AEP em Lourenço Marques. Presente na recepção a Robert e Olave Baden-Powell (1935). Chefe do Grupo de Treino de Dirigentes de Cadetes (1935). Introdutora da metodologia escotista para mulheres da associação sul-africana <i>Voortrekker</i> que resultou na criação do Gr. 26 da AEP em Lourenço Marques. Dirigente do Gr. 26-Lourenço Marques (1935/Jul-1936). Única participante feminina portuguesa no Jamboree de East London, África do Sul (1936/Jan). Possível autora do texto “Heróis desconhecidos” e publicado no <i>Jornal. Diário da Manhã</i> (Funchal, 1936).
663. COSTA, Mário Ferreira da	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 73-Campo de Ourique, Lisboa (1934/Mar-1935/Set).
664. COSTA, Miguel Baptista Ferreira da	[CNS/CNE]. (n. 1893/Set/25). Comerciante. Chefe de Gr. 11-Paços de Ferreira (1925/Abr).
665. COSTA, Pedro	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 94-Ajuda (1934/Jun).
666. COSTA, Quintino da	[AEP]. Apresentou uma tese na III Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1934).
667. COSTA, Santos	[AEP]. Capitão. Membro da direção do Gr. 108-Pangim (1936/Mar).
668. COSTA, Sebastião da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 14-Leiria (1925/Dez).
669. COSTEIRA, Pantaleão José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 78 e Gr. 126-Avanca (1936/Set).
670. COUCELO, António Caetano	[AEP]. Aspirante da Marinha. Escoteiro-Chefe do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1915/Set).

671. COUTINHO, Albano	[UAP]. Membro da direção do Gr. 24-Vila Real (1931/Mar).
672. COUTINHO, Álvaro Benjamim	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 1-Braga (1923/Mai-1926/Jan). Tesoureiro-geral do <i>Corpo de Scouts Católicos Portugueses</i> (1923/Mai). Segundo-Vogal da Junta Central (1925/Jan-1935/Jun). Inspetor de Material e Fardamentos (1925/Jun-1927/Out). Inspetor Regional de Braga (1926/Jan-1927/Nov). Inspetor-geral da Secção de Excursões e Acampamentos (1927/Out-1932/Fev).
673. COUTINHO, António José Henriques	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 58-Ramalde, Porto (1929/Set-1936).
674. COUTINHO, Joaquim	[UAP]. Segundo-Secretário do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
675. COUTINHO, Norberto de Albuquerque de Azevedo	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 62-Castelo Branco (1930/Mar-Nov).
676. COUTO JÚNIOR, Manuel Ferreira da Silva	[UAP]. Capitão. Autor do livro “A tática aplicada do Aduero” (1925). Presidente do Conselho de Disciplina da UAP (1925/Ago-1927/Mai). No jornal <i>Aduero de Portugal</i> apresentou vários artigos de opinião contra Graciliano Marques (CNS/CNE) acerca da militarização do escotismo (1925/Ago). Instrutor Geral de Tática Aplicada (1925/Ago).
677. COUTO, Emílio Tito Ferreira da Silva	[UAP]. Capitão do 3º Grupo de Metralhadoras. Entra na UAP apenas em 1924 e é nomeado como Adail-Mor Geral da UAP (1924/Dez-1927/Mai). Membro do Conselho Consultivo da UAP (1930).
678. COUTO, João Nunes de	[AEP]. Membro da direção do Gr.62-Aveiro (1930).
679. COUTO, José da Silva	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 105-Oliveira do Douro (1934/Out-1936).
680. COVELO, Manuel da Cunha	[CNS/CNE]. (n. 1906/Abr/04). Estudante. Chefe de Gr. 41-Calvão, Vagos (1927/Dez).
681. COVELO, Silvestre Gomes	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 60-Valença (1935/Fev).
682. CRAVEIRO, Mariano	[EMP]. Autor de vários artigos apologéticos ao escotismo no jornal <i>Os Sports</i> , de Lisboa (1919). Presidente da Comissão de Propaganda e Melhoramentos dos EMP (1919-1920).
683. CRISTO, António	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 36-Aveiro (1927/Ago).
684. CRISTO, José de Almeida Silva e	[CNS/CNE]. (n. 1909/Jan/02). Estudante. Chefe de Gr. 36-Aveiro (1927/Ago).
685. CRISTÓVÃO, Joaquim	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 76 e Gr. 125-Évora (1936/Jun). Assistente Regional de Évora (1936/Jun-1938).
686. CROWLEY, Joseph Jeremias	[CNS/CNE]. Sacerdote católico inglês. Assistente Regional do CNS/CNE-Lisboa (1931/Ago-1932/Mai) e Assistente da Escola de Instrutores Chefes de Lisboa (1931). Comissário-Geral de Formação de Chefes da Junta Central (1932/Abr-1934).
687. CRUZ, Albano José da	[UAP]. Alferes. Instrutor de «Esgrima de bordão» no Gr. 1-Porto (1921/Out).
688. CRUZ, Álvaro Camacho da	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 68 em Lourenço Marques (1928). Louvado com Cruz Suástica de Prata (OSN nº 1/1928). Nomeado Escoteiro-Chefe do Grupo Marítimo de Lourenço Marques (1928). Escoteiro-Chefe e fundador do Gr. 27-Alto Maé, Lourenço Marques (1933/Mai). Escoteiro-Chefe de Núcleo de Lourenço Marques (1933/Jun-1935). Primeiro Secretário Regional de Moçambique e Representante do Núcleo de Lourenço Marques (1935/Ago).
689. CRUZ, Claudino	[CNS/CNE]. Sênior do Clã de Braga, participou no I Acampamento Nacional de Dirigentes (1933/Set).
690. CRUZ, Eurico Leitão da	[AEP]. Membro da Comissão de Serviços do Gr. 26-Porto (1917/Ago).
691. CRUZ, Jaime C.	[EMP]. Escoteiro-chefe dos <i>Escoteiros Maqueiros Portugueses</i> (1919/Dez-1920).
692. CRUZ, Jaime Camacho da	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 27-Lourenço Marques, Moçambique (1933/Mar).

693. CRUZ, João Claudino da	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 78-Covilhã (1928/Dez).
694. CRUZ, Joaquim da Rocha	[CES; AEP]. Subchefe do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> , Porto (1930/Ago-1932). Instrutor do Gr. 41-Sporting (1932/Set-1935). Medalha de mérito pelo Departamento Marítimo do Norte (1932/Abr).
695. CRUZ, José Alberto da	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 1-Braga (1927/Jun-1928/Mai).
696. CRUZ, José Baptista Vieira da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 81-Salto, Montalegre (1932/Jul).
697. CRUZ, José Gaspar da	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 66- <i>Anglo-Portuguese Telegraph Co.</i> , Lisboa (1936/Nov).
698. CRUZ, Manuel Feliciano Vieira da Silva	[CNS/CNE]. (n. 1905/Jun/09). Estudante. Chefe de Gr. 22-Ermesinde (1926/Fev-1933).
699. CRUZ, Manuel Lopes da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Capelão da Alcateia 1-Braga (1924/Abr). Assistente do Gr. Sênior 2-Guimarães (1926/Jan). Assistente do Núcleo de Guimarães (1928/Fev).
700. CRUZ, Raul Feliciano da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 114-Lhanguene, Moçambique (1935/Out).
701. CUNHA, Abílio Cardoso Pinto da Cunha	[CNS/CNE]. Sacerdote católico; Abade do Bonfim. Assistente do Gr. 10-Bonfim, Porto (1925/Fev-1933/Jan). Assistente do Núcleo do Porto (1927/Abr-1936). Assistente da Alc. 41-Bonfim (1931/Nov).
702. CUNHA, Adolfo dos Santos	[CNS/CNE]. Empregado Comercial. Chefe Ajudante da Alcateia 1-Braga (1924/Abr). Chefe e Instrutor do Gr. 3-Braga (1925/Mar-1928/Out).
703. CUNHA, Antero Alves da	[CNS/CNE]. Ajudante do Comissário de Núcleo de Aveiro (1928/Jun).
704. CUNHA, António Barbosa da	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 57, Gr. Sênior 13 e Gr. 101-Capareiros, Viana do Castelo (1934/Jun).
705. CUNHA, Arlindo Ribeiro da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 3-Braga (1934/Jun). Primeiro-Vogal da Junta Central (1938/Jun). Secretário Interino da Secretaria Geral da Estatística (1941/Jul-1946/Dez).
706. CUNHA, Armindo Alves da	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 42-Porto (1924/Jul).
707. CUNHA, F.	[AGP]. Vice-Presidente do Comité Executivo da Companhia do Funchal (década 1930)
708. CUNHA, Fernão Henriques da	[CNS/CNE]. (n. 1907/Nov/16). Empregado Bancário. Secretário do Gr. 55-São Roque, Funchal (1929/Abr-1931/Jun). Chefe de Gr. 72-Funchal (1930/Dez). Secretário da delegação madeirense ao IV Acampamento Nacional, Braga (1932/Ago). Responsável pela recepção ao contingente americano que se dirigia a Gödöllő, Hungria, e participante no mesmo em 1933. Chefe de contingente madeirense ao 5º Jamboree Mundial, em Vogelenzang (Holanda) com visita às unidades de <i>Hitler Jugend</i> de Hamburgo e Lübeck (1937). Indiciado na imprensa local como membro Nacional-Sindicalista em 1933, enquanto estudante.
709. CUNHA, Francisco Gomes da	[CNS/CNE]. Operário Fabril. Chefe de Gr. 111-Ronfe (1935/Set).
710. CUNHA, Gonçalo da Rocha Peixoto e	[CNS/CNE]. Inspetor Regional de Angola (1932/Dez).
711. CUNHA, Gregório de Paiva	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Comissário do Núcleo do Funchal (1929/Mai).
712. CUNHA, José Alves da	[CES] Secretário do Gr. 4-Crestuma, V.N. Gaia, do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> (1931).
713. CUNHA, José Augusto da	[UAP]. Instrutor do Gr. 28-Paranhos, Porto (1922/Mai).
714. CUNHA, José Augusto Simões da	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 20-Montijo (1915/Set).
715. CUNHA, José de Liz e	[CNS/CNE]. Comissário de Núcleo da Beira, Moçambique (1932/Mai).
716. CUNHA, José Marques	[UELÚ]. Fundador e Escoteiro-Chefe da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , de Lisboa (1914/Nov). Nomeado Presidente da UELÚ (1914/Dez).

717. **CUNHA, Mário** [AEP]. Tenente de Cavalaria. Escoteiro-Chefe do Gr. 63-Torres Novas (1927/Mar).
718. **CUNHA, Reinaldo
Andrade Leite da** [UAP]. Sargento de Infantaria 6. Aduero no Gr. 3-Porto (1916). Aduero no Gr. 3-Porto (1916/Dez). Reintegrou a UAP como Instrutor de Homógrafo e Tiro no Gr. 1 Porto (1921/Mai-1922/Mai). Transferido para o Gr. 20-Porto (1922/Jun). Adail do Gr. 30-Porto (1925/Ago). Membro da Comissão de Projetos da UAP (1927/Dez). Adail de Gr. 6-Porto (1929-1931). Ajudante do Adail-Mor Geral (1930). Adail-Mor Regional Interino do Porto (1931/Mar). Adail do Gr. 30-Cedofeita, Porto (1930/Nov).
719. **CUNHA, Silvestre
Gomes da** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 60 e Gr. 106-Valença do Minho (1935/Mai).
720. **CURSON, Dinis
António** [AEP]. Funcionário Aduano. Entrou na AEP em 1916. Presidente da *Associação dos Escoteiros de Portugal* (1919/Fev). Escoteiro-Chefe do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1921/Mai-1924/Jun). Representante da AEP no Congresso Brasileiro de Escoteiros (1922). Diplomado no Campo Escotista Gilwell Park (GB) e Professor da Escola de Chefes (1922-1934), Comissário Internacional da AEP (1922-1924/Jun), e delegado na Conferência Mundial de Escotismo em Paris (1922). Representante da AEP na II Conferência Internacional de Escotismo em Copenhaga, Dinamarca (1924/Ago). Adjunto do Comissário Nacional da AEP (1926/Out). Representante da AEP no projecto da *Federação Escotista de Portugal* (1928/Mar). Membro da Comissão para novo regulamento interno (1929/Dez). Responsável da disciplina “Pedagogia e Moral da Educação Física-Escotismo” na Escola Superior de Educação Física da SGL. Redactor do jornal *O Escoteiro* (1930/Fev). Delegado dos Açores na Direção Central da AEP (1930/Fev) e Entre Douro e Minho (1931/Mai). Instrutor do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1930/Abr). Representante do Gr. 20-Fundão na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931/Nov). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira. Secretário da *Organização Escotista de Portugal* (1932/Out). Vogal da Comissão Permanente da AEP (1934/Jan).
721. **CUSTÓDIO,
António Viegas** [AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 6-Olhão (1935/Mai).
722. **CUSTÓDIO, José
de Almeida Lopes** [AEP]. Secretário do Gr. 31-Figueira da Foz (1927/Mar).

D

723. **DANTAS, Avelino
de Araújo** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 6-Guimarães. Exonerado e expulso do CNS/CNE por questões disciplinares (1926/Mar).
724. **DANTAS, Carlos
Assunção** [CNS/CNE]. Sacerdote católico; pároco de Santa Maria Maior, no Funchal. Assistente do Gr. 88 – Funchal (1933/Fev). Participante como Assistente do contingente madeirense ao 5º Jamboree de Vogelenzang e unidades da *Hitlerjugend* de Hamburgo e Lübeck (1937).
725. **DAVIES, M. H.** [AGP]. Secretário do Comité Executivo da Companhia do Funchal (década 1930).
726. **DELFIN, Alfredo
M.** [UAP]. Membro da Comissão de Propaganda do Aduarismo no Norte (1930/Ago).
727. **DEVESAS,** [UAP]. Instrutor do Adailato Regional do Norte (1934/Jun).
728. **DIAS JÚNIOR,
José Lopes** [CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 62-Castelo Branco (1930/Mar).
729. **DIAS JÚNIOR,
José** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Castelo Branco (1930/Mar).
730. **DIAS, Ângelo José** [AEP]. Membro da Administração do jornal *O Escoteiro da Huíla*, Angola (1936/Ago).
731. **DIAS, Ascânio
Pereira de Sousa** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 107-Benfica, Lisboa (1935/Jan).
732. **DIAS, Ezequiel
José** [CNS/CNE]. Chefe Ajudante da Alc. 100-Sé, Braga (1943/Mai).
733. **DIAS, Fulgêncio da
Costa** [UAP]. Aduero no Gr. 1-Porto (1930/Fev). Amanuense da Secretaria do Gr. 1 (1930/Fev).
734. **DIAS, Gonçalves** [UAP]. Alferes da GNR (Cavalaria). Membro da Junta Assistente da UAP e examinador de Provas da Região do Porto (1917/Abr).
735. **DIAS, Inácio** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 114-Lhanguene, Moçambique (1935/Out).

736. DIAS, João António	[CNS/CNE]. Capitão do Exército. Comissário Regional de Portalegre (1926/Mar).
737. DIAS, Joaquim da Costa	[UAP]. Secretário do Gr. 11-Palácio das Necessidades, Lisboa (1922/Nov).
738. DIAS, José Augusto	[UAP]. Segundo-Sargento no Reg. Infantaria 18. Monitor no Gr. 2-Porto, de adueiros nautas (1931/Set).
739. DIAS, José Caetano	[AEP]. Membro da Comissão Organizadora do Escotismo Marítimo em Lourenço Marques (1929/Jan).
740. DIAS, José do Carmo Silva	[UAP]. Capitão de Artilharia. Palestrante sobre Propaganda de Aduarismo na Universidade Livre, Lisboa (1915/Ago). Convidado por Artur Barros Basto para delegado na região sul dos Adueiros do de Portugal, com João Nolasco e Teixeira Simões (1915/Nov), aceitou e manteve-se como delegado principal no Sul (1916/Mar-1918/Jul).
741. DIAS, Manuel	[UAP]. Tenente. Instrutor do Gr. 23-Matosinhos (1932/Abr).
742. DIAS, Manuel Costa	[UAP]. Major. Membro do Conselho de Administração do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1930/Abr).
743. DINIS, Ferreira	[UAP]. Tenente-Coronel. Presidente da Comissão Regional de Lisboa da União dos Adueiros de Portugal (1934).
744. DINIS, José	[UAP]. Secretário do Gr. 18-Vila Nova de Gaia (1930).
745. DINIS, Maria Amélia Leão	[AGP]. Ajudante da 1ª Companhia de Guias e Guias Seniores de Luanda (1936/Abr).
746. DIOGO, João António	[AEP]. Vice-Presidente do Gr. 41-Club Fluvial Portuense (1934/Abr).
747. DOCA, José	[UAP]. Adail adjunto do Gr. 14-Viana do Castelo (1930/Set).
748. DOMINGOS, Clemente	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 68 e Gr. 112-Barreiros, Maia (1935/Ago).
749. DOMINGOS, João	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 51-Fundão (1929/Mar); Secretário do Gr. Sênior 7-Seminário do Fundão (1929/Mar); Secretário da Alc. 24-Fundão (1929/Mar).
750. DOMINGOS, José Maria	[UAP]. Membro da direção do Gr. 41-Barreiro (1930-1931).
751. DOMINGOS, Manuel dos Santos	[AEP; EPI; UAP]. Fundador e Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 25-Campo de Santa Clara, Lisboa (1916/Jan). Presidente do Grupo de <i>Escoteiros Portugueses Independentes</i> (1919/Out-1920/Abr). Adail do Gr. 10-Lisboa UAP (1921/Dez-1922/Nov). Assistente e redactor do jornal “O Aduero do Sul” (1922/Jan); Louvor pela participação humanitária na revolta de 19/Out/1921 (1922/Fev). Adail-Mor Regional de Lisboa (1928/Out-1930).
752. DOMINGUES, António	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 33-Fundão (1932/Ago).
753. DOMINGUES [ou Domingos], Nuno Magalhães	[AEP]. Escoteiro-Chefe em Lisboa. Durante a greve dos Correios de 1917 liderou a equipa de escoteiros (1917/Set). Presidente da Associação Cristã da Mocidade, em Lisboa. Escoteiro no Gr. 3 Liceu Pedro Nunes. Em 1930 foi entrevistado pelo <i>Os Sports</i> , onde defendeu a federação de todas as associações escotistas em Portugal.
754. DOMÍNGUEZ, Francisco Magalhães	[AEP]. Secretário Geral do <i>ACP-Automóvel Club de Portugal</i> . Presidente do Gr. 17-Lisboa (1916/Fev).
755. DONATO, António	[AECp]. Guarda-Mor da Universidade de Coimbra. Primeiro Vogal dos <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> (1915/Jun-1917/Nov).
756. DORES, E.	[AEP]. Tenente. Nomeado Comissário da AEP em Angola em substituição de Garcez de Lencastre (1936).
757. DÓRIA, António Álvaro	[UAP; AEP]. Administrador e Redator do jornal “O Aduar” (1921); Redator do jornal escotista <i>Aduar</i> , Porto (1921/Out-Dez). Redator do Serviço Nacional de Publicações Adueras (1921/Nov-1922). Transferiu o Gr. 7-Escola Raul Dória da UAP para a AEP (1922/Jul). Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 7-Porto e Gr. 3-Porto (1922-1925). Em 1922 estabeleceu contactos com a associação belga para que a AEP participe numa exposição mundial em Bruxelas. Redator do jornal “O Aduero” (1922/Ago). Comissário da AEP Zona do Porto após demissão de Eduardo Moreira (1926/Jan-1927/Mar).

758. **DÓRIA, Raul** [UAP]. Professor e proprietário da Escola Comercial Raul Dória no Porto (f. 1922/Set/19). Presidente da direção do Gr. 7, com sede na mesma escola.
759. **DUARTE, António Augusto** [UAP]. Representante do *Invicta Sport Club* e do professorado de Paranhos, Porto. Promotor do Gr. 28-Paranhos (1923/Mai).
760. **DUARTE, António Barata** [CNS/CNE]. Sacerdote católico, cônego. Assistente Regional de Angola (1932/Dez).
761. **DUARTE, António da Silva** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 114-Lhanguene, Moçambique (1935/Out).
762. **DUARTE, Carlos Júlio** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 62-Aveiro (1930/Set).
763. **DUARTE, Lourenço Fernandes** [CNS/CNE]. Tenente do Exército. Comissário do Núcleo de Aveiro (1927/Jun-1928/Mar).

E

764. **EIRAS, Cândido Luís Lima das** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sénior 1-Braga (1926/Jan-1927/Jan). Assistente Regional de Braga (1927/Jan-1931/Nov). Instrutor-Chefe da Alc. 1-Braga (1927/Jun). Editor da revista *A Flor de Lis* (1926/Abr-1931). Chefe do Gr. 3-Braga (1929/Jan-Jul). Comissário Regional Adjunto de Braga (1931/Nov).
765. **EJARQUE, Adolfo Gil** [AEP]. Engenheiro Químico. Escoteiro no Gr. 11-Liceu Camões Lisboa (1915-1918). Fundador da Fraternal dos Antigos Escoteiros (1930/Fev).
766. **ELMANO, Virgílio** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 19-Santarém (1915/Set).
767. **EMÍDIO** [AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 71-Porto (1935/Fev).
768. **ENCARNAÇÃO, Manuel Inácio S. da** [UAP]. Alferes da Guarda Nacional Republicana. Adail-Mor Regional do Porto (1917), substituindo temporariamente Artur Barros Basto como Adail-Mor da UAP (1916/Out-1918/Mar). Reassumiu as funções de Adail Regional do Porto (1918/Abr-1919/Ago), sendo substituído por Fernando da Costa Vieira.
769. **ESAGUY, Augusto Isaac de** [AEP]. Médico. Escoteiro-Chefe e fundador do Gr. 124 – Sinagoga, em Lisboa (1935-1936).
770. **ESCOLA, Ferreira da** [AEP]. Escoteiro-Chefe e fundador do Gr. 74 – Associação Humanitária Amor e Carinho, em Lisboa (1934).
771. **ESCOTE, Armando de Mendonça** [AEP]. Alferes. Cofundador do Gr. 109-Caldas da Rainha (1929/Abr).
772. **ESPERANÇA, Álvaro dos Santos** [CNS/CNE]. Médico do Gr. 66-Ovar (1930/Nov).
773. **ESPÍRITO SANTO, José do** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 28-Reguengo do Fetal, Batalha (1930/Fev).
774. **ESTEVES, António Augusto** [UAP]. Presidente do Gr. 33-Porto (1933/Jan). Secretário da Junta Regional do Norte (1933/Mai).
775. **ESTEVES, Francisco Carvalho** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 10-Porto (1926/Jun).
776. **ESTEVES, Joana Maria da Silva Gaio** [CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 22-Lisboa (1938/Jun).
777. **ESTRELA, João Rodrigues** [CNS/CNE]. Impulsionador do escotismo católico em Elvas (1941).
778. **ESTRELA, José Gonçalves** [CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades do Gr. 31-Coimbra (1933/Jan).
779. **EVELEIGH, G.** [AEP]. Escoteiro-Chefe em Mindelo, Cabo Verde (1934).
780. **EZEQUIEL, Aquiles** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 5-Instituto dos Mutilados da Guerra, Lisboa (1927/Ago).
781. **FABIÃO, José Maria Soares** [AEP]. Representante do Gr. 25-Lisboa na Comissão Executiva da AEP (1932/Out). Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set).
782. **FALCÃO, Albano** [CNS/CNE]. Sacerdote Católico. Assistente do Gr. 18-Bragança (1925/Jun-1935) e Alc. 6-Bragança (1925/Jul). Presente no I e IV Acampamento Nacional (1926; 1932). Assistente Regional de Bragança (1935/Jul).

783. FALCÃO, Otto Machado	[UAP]. Engenheiro Industrial; Professor de Topografia na Escola Comercial Raul Dória e Liceu Rodrigues de Freitas, Porto. Primeiro-Secretário da Junta Regional Adueira do Norte de Portugal, Porto (1921/Jan). Redator do Serviço de Publicações Aduelras (1921/Nov-1922/Jan).
784. FARIA, António	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Chefe da Alc. 6 (1926/Abr-1928/Fev) e Gr. 18-Bragança (1929/Mar). Comissário Regional de Bragança (1935/Jul).
785. FARIA, António Baptista Leite de	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 63-Lisboa (1931/Ago).
786. FARIA, António Pinheiro de	[AEP]. (n. Matriz, Horta, 1892/Dez/07). Professor na Horta, Faial (Açores). Escoteiro-Chefe no Gr. 43-Horta-Faial, (1932-1933/Mai). Publicou alguns artigos no “Diário da Madeira”, referentes às relações entre Escotismo e o Professorado Primário (1933/Out-1934/Mar).
787. FARIA, Aurélio Martins de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Chefe de Alc. 03-Póvoa de Varzim (1923/Jun-1929/Jan), Assistente do Gr. 4 (1924/Mar-1927). Chefe da Alc. 3-Póvoa de Varzim (1926/Jan). Inspetor interino do Núcleo da Póvoa de Varzim (1926/Mar-1927/Out). Assistente do Núcleo da Póvoa (1927/Out). Comissário Geral de Lobitos (1928/Dez). Assistente da Alc. 61 (1934/Nov). Chefe do Gr. Sênior 14-Póvoa de Varzim (1935/Jul). Presidente do Conselho Fiscal da Junta Central (1941/Jun).
788. FARIA, Bettencourt	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 76-São Gonçalo, Funchal (1933/Jan).
789. FARIA, Germano Pais de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 13-Capareiros (1936/Mar-1936).
790. FARIA, Ilda	[AGP]. Comissária da secção “Fadas” da 2ª Companhia do Funchal (1933/Jan).
791. FARIA, João António de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 26-Mouçós, Vila Real (1926/Mai).
792. FARIA, João Carvalho de	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 8-Porto (1931/Nov-1933/Nov).
793. FARIA, José de Campos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sênior 11-Fundão (1931/Abr).
794. FARIA, Manuel	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. Sênior 4-Coimbra (1935/Nov). Comissário Geral Adjunto dos Seniores e delegado da Junta Regional de Coimbra (1938/Out).
795. FARIA, Samuel de	[UEL.U]. Ajudante do Escoteiro-Chefe Geral da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , Lisboa (1915/Jul).
796. FARINHA, José Gomes da Silva	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 100-Estoril (1934/Out-1936/Abr).
797. FARINHA, Fernando	[AEP]. Instrutor do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1915/Dez).
798. FARMHOUSE, João	[AEP]. Professor de educação física. Fundador do Gr. 75-Liceu Passos Manuel, Lisboa (1934/Jun).
799. FEIRA, José de Campos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 33-Fundão (1930/Abr).
800. FELGUEIRAS, José Maria Vasconcelos B.	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 65-Maximinos, Braga (1930/Out).
801. FELICIANO, Francisco	[CNS/CNE]. Administrador-Adjunto do Gr. 94-Inhambane, Moçambique (1933/Ago).
802. FÉLIX, Ilídio Augusto Barros	[CNS/CNE]. (n. 1908/Abr/27). Torneiro Mecânico. Chefe da Alc. 8 e Gr. 7-Porto (1927/Abr-Out). Ajudante do Gr. 8-Porto (1927/Out). Chefe de Gr. 74-Cedofeita (1931/Nov-1933/Abr). Chefe do Gr. 8-Sé, Porto (1933/Abr-1934/Nov). Ajudante do Comissário do Núcleo do Porto (1933/Nov-1934/Nov). Instrutor-Chefe Regional do Porto (1935/Jan-Ago).
803. FÉLIX, José Tomás	[UAP]. Aduelro no Gr. 18 (1933/Ago). Adail Interino do Gr. 7-Oliveira do Douro (1933/Set).
804. FERNANDES, A.	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. Sênior 12-Luanda (1936/Fev).
805. FERNANDES, Alberto	[UAP]. Vogal na Junta Regional do Norte (1924/Dez).

806. FERNANDES, Amândio Martins	[CNS/CNE]. Chefe de Alc. 66-Ronfe, Guimarães (1935/Ago).
807. FERNANDES, António Joaquim	[AEP]. Professor do Liceu Gil Vicente, Lisboa. Membro da direção do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1922/Mar).
808. FERNANDES, António Luís	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 13-Barcelos (1928/Fev).
809. FERNANDES, Armando Martins	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 111 e Alc. 66-Ronfe, Guimarães (1935/Set).
810. FERNANDES, Carlos	[UAP]. Comerciante e capitalista. Tesoureiro da Junta Regional Aduera do Sul (1922). Presidente da Junta Regional de Lisboa (1926/Set).
811. FERNANDES, F.	[UEC]. Presidente da União dos Escoteiros Capitalinos, Lisboa (1915/Ago).
812. FERNANDES, Francisco Loureiro	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 31-Figueira da Foz (1925/Set).
813. FERNANDES, Gregório Garcia	[AEP]. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 61-Jornal <i>Sporting</i> , Porto (1928/Set). Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 53-Porto (1928/Out).
814. FERNANDES, Henrique Antunes	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 07-Leiria (1926/Mar) e Alc. 38-Olival, Ourém (1931/Jun).
815. FERNANDES, Hilário	[CNS/CNE; UAP]. Subchefe do CNS/CNE Gr. 17-Espinho (1927). A pedido do Tenente-Coronel Paredes, Comandante Militar de Espinho, montou um hospital de campanha durante a revolta de 1927, colocando os escoteiros ao serviço dos militares. Adail do Gr. 18-Vila Nova de Gaia (1930/Jul).
816. FERNANDES, Horácio	[CNS/CNE]. Operário Fabril. Chefe de Alc. 66-Ronfe, Guimarães (1935/Set).
817. FERNANDES, Hugo José	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 87-Abrantes (1933/Fev).
818. FERNANDES, Joaquim	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 30-Castelo Branco (1932/Dez).
819. FERNANDES, Joaquim Augusto	[UAP]. Vogal na Junta Assistente da UAP (1932/Nov). Tesoureiro da Junta Regional do Norte (1933/Mai).
820. FERNANDES, Jorge	[CECMP]. Terceiro Vogal no Conselho Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
821. FERNANDES, José Luís	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 47-Rebordões, Santo Tirso (1928/Nov-1936).
822. FERNANDES, José Serafim	[AEP]. (n. Machico, 1917/Ago/27). Escoteiro-Chefe no Gr. 42-Funchal, Madeira (1936/Set).
823. FERNANDES, José Soeiro	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 47-Rebordões, Santo Tirso (1928/Nov).
824. FERNANDES, Manuel Pereira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 150-Carreira, V. N. Famalicão (1941/Jan).
825. FERNANDES, Manuel Quintas	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 95-Novais, V. N. Famalicão (1941/Jul).
826. FERNANDES, Mário de Nascimento	[EPI]. Instrutor de enfermagem dos <i>Escoteiros Portugueses Independentes</i> , em Lisboa (1919/Out). Nomeado delegado do conselho técnico dos EPI (1919/Dez). Instrutor dos <i>EPI</i> (1920/Abr).
827. FERNANDES, Mário J.	[AEP]. Escoteiro no Gr. 5-Lisboa (1921/Set). Subchefe da divisão sénior dos grupos 5 e 55-Cruz de Malta, Lisboa (1931/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 5 (1941/Nov).
828. FERNANDES, Rufo José	[CNS/CNE]. Capitão. Instrutor do Gr. 87-Abrantes (1933/Fev). Comissário do Núcleo de Abrantes (1935/Mai).
829. FERNANDO, Armando Martins	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 111-Ronfe, Guimarães (1935/Ago).
830. FERRÃO, Renato	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 61-Igreja Baptista, Lisboa (1934/Mar). Membro da Comissão de Contas da AEP (1936/Abr). Membro da Comissão Permanente da AEP (1936/Mai).
831. FERRAZ, João Maria Magalhães	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 8-Lisboa (1934/Mar).

832. **FERRAZ, Joaquim** [UAP]. Monitor de técnica adueira e Chefe da 2ª Secção no Gr. 6-Porto (1932/Fev).
833. **FERRAZ, Manuel Estrela** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 30-Coimbra (1926/Dez). Assistente do Núcleo de Coimbra (1927/Jan-1928). Assistente do Gr. Sénior 4-Coimbra (1927/Jun), Gr. 30 (1927/Fev), Gr. 31-St. António dos Olivais, Coimbra (1927/Nov-1931/Dez). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago). Secretário do Gr. 31 (1927/Nov-1931/Dez). Assistente Regional de Coimbra (1930/Mai-1936/Mar). Assistente da Alc. 12-Coimbra (1930/Jul-1931/Dez).
834. **FERREIRA JÚNIOR, João Xavier** [UAP]. Segundo-Secretário do Conselho de Propaganda da UAP (1927/Mai). Vogal da Junta Assistente da UAP (1929/Jul). Ajudante do Adail-Mor Geral da UAP (1932/Out).
835. **FERREIRA JÚNIOR, José** [CNS/CNE]. Secretário do Núcleo de Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).
836. **FERREIRA, Abel Faria** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 89-Santa Engrácia, Lisboa (1934/Jun).
837. **FERREIRA, Afonso** [AEP]. Guarda-Material do Núcleo de Lourenço Marques (1934/Mar).
838. **FERREIRA, Amável de Sousa** [AECF]. Cofundador de um grupo dos *Escoteiros do Centro de Portugal* em Coimbra, com Alberto António de Morais, António Carneiro Franco, João Simões de Brito e Sidónio Bessa Pais (1915/Jun).
839. **FERREIRA, Amílcar de Sousa** [CNS/CNE]. Tenente. Comissário Regional de Coimbra (1926/Out-1927/Dez; 1928/Mar-1930/Mai). Instrutor do Gr. 30-Santo António dos Olivais, Coimbra (1927/Jan). Comissário do Núcleo de Coimbra (1927/Fev). Comissário Regional de Angola (1932/Dez-1935). Cruz de Agradecimento 1ª Classe (1927/Jan).
840. **FERREIRA, Antonino (ou António)** [UAP; AEP]. (n. 1910/Out/09 - f. 1936/Mai). Entrou para a UAP (1924/Abr). Instrutor no Gr. 1-Porto (1927/Mai). Adail do Gr. 1- Porto (1928/Mar). Adail do Gr. 6-Porto (1931-1933/Fev). Instrutor do Gr. 18-V.N. Gaia (1933/Set). Escoteiro-Chefe e Vogal do AEP Gr. 41-Clube Fluvial Portuense (1934/Jan-1935/Jun). Instrutor e membro da Comissão Assistente da Escola Regional de Chefes do Porto (1935). Fundador e Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 44-Devesas, V.N. Gaia (1935/Mai-1936).
841. **FERREIRA, António Cunha** [AEP]. Tenente-Médico. Presidente da Comissão de Patrocínio do Gr. 84 Entroncamento (1935).
842. **FERREIRA, António Jacinto** [CNS/CNE]. (n. 1906/Ago/09). Médico Veterinário. Chefe de Gr. 110-São Sebastião, Setúbal (1935/Fev-Jun). Comissário do Núcleo de Setúbal (1935/Fev).
843. **FERREIRA, Armando Boaventura** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 14-Viana do Castelo (1927/Jan).
844. **FERREIRA, Augusto Manuel Nunes** [CNS/CNE]. (n. 1915/Jan/24). Empregado Comercial. Chefe de Alc. 40-Porto (1931/Nov-1934/Nov).
845. **FERREIRA, Augusto Pais** [CNS/CNE]. Inspetor Regional de Lisboa (1926/Dez).
846. **FERREIRA, Carlos de Matos** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 129-Arcos, Anadia (1936/Out).
847. **FERREIRA, Carlos Pinto** [AEP]. Membro do Tribunal de Honra da AEP (1936/Abr).
848. **FERREIRA, David das Neves** [AEP; CES]. Escoteiro-Chefe do Gr. 23-Porto (1930?). Instrutor no Corpo dos Escoteiros do Sporting (1930).
849. **FERREIRA, Diamantino Diniz** [S/D]. Fundador do Batalhão Infantil do Colégio Mondego, em Coimbra, juntamente com Joaquim Leite Júnior e precursor do método escotista (1912/Abr).
850. **FERREIRA, Eugénio Bacelar** [CNS/CNE]. Chefe da Alc 3-Póvoa de Varzim (1929/Jan).
851. **FERREIRA, Filipe Ignez** [AEP]. Comissário das Colónias Portuguesas no Estrangeiro (1924/Jul).
852. **FERREIRA, Francisco Soares** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sénior 9-Vilarinho, Santo Tirso (1930/Jan-Abr). Chefe do Gr. Sénior 9 (1930/Abr-1931/Fev).
853. **FERREIRA, Heitor Proença** [AEP]. Cofundador do Gr. 109-Caldas da Rainha (1929/Abr).

854. FERREIRA, Henrique	[UETM]. Secretário da <i>União dos Escoteiros Terra e Mar</i> (1915/Set).
855. FERREIRA, João de Deus	[AEP]. Sacerdote protestante. Escoteiro-Chefe do Gr. 4-Valença do Minho (1934/Jun).
856. FERREIRA, João Henrique Alves	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 108-Rio Torto, Abrantes (1934/Dez).
857. FERREIRA, João Maria Carregal	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 10-Lourenço Marques (1934/Mar).
858. FERREIRA, João Xavier	[ASL]. Scout-Chefe Geral da <i>Associação de Scouts Lusitanos</i> , Porto (1921/Jun).
859. FERREIRA, Joaquim Antunes	[AEP]. Tenente. Escoteiro-Chefe no Gr. 12-Macau (1933/Fev-1936/Ago).
860. FERREIRA, José	[AEP]. Secretário do Gr. 83-Junta Freguesia Santa Isabel, Lisboa (1930/Fev).
861. FERREIRA, José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 3-Braga (1925/Mar) e Alc. 94-Calendário, V.N. Famalicão (1941/Jun).
862. FERREIRA, José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 95-Gavião (1933/Nov-1936/Abr).
863. FERREIRA, José Agostinho Martins	[AEP]. Representante do Gr. 23-Funchal na Comissão Executiva da AEP (1932/Out). Escoteiro-Chefe dos grupos 23 e 25 no Funchal (1933-1937). Louvores vários (1938) e condecorado com a Cruz Suástica (1939).
864. FERREIRA, José Sousa	[CNS/CNE]. Inspetor Regional de Lisboa (1929/Nov-1931/Nov; 1933/Jan-Nov). Comissário Regional Adjunto de Lisboa (1933/Nov-1935/Jun). Secretário do CNS/CNE na <i>Organização Escotista de Portugal</i> (1932). Inspetor-geral de Excursões e Acampamentos (1932/Fev). Primeiro-Vogal da Junta Central (1935/Jun-1938/Jun). Vogal da Junta Central (1938/Out). Condecorado com a Medalha de Prata de Concurso de Tiro Civil pela Câmara Municipal de Lisboa (1934/Ago).
865. FERREIRA, José Dias	[UAP]. Presidente da Direção do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
866. FERREIRA, José Fernandes	[AEP]. Vogal na Comissão Administrativa do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1917-1918).
867. FERREIRA, José Joaquim	[AEP]. Reitor do Liceu João de Deus, Faro. Fundador e Presidente do Gr. 8-Faro (1914/Jul).
868. FERREIRA, José Luís	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo da Póvoa de Varzim (1924/Abr-1926/Fev).
869. FERREIRA, José Maria	[CES; AEP]. Tenente. Instrutor marítimo do <i>Corpo dos Escoteiros do Sporting</i> (1931/Mar-1931/Mai) e Comissário Desportivo (1931/Mai-1932/Jun). Em 1932 é nomeado como Escoteiro-Chefe da AEP.
870. FERREIRA, José Martins	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 67-Porto (1932/Nov).
871. FERREIRA, José Soares	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 9-Vilarinho, Santo Tirso (1930/Abr-1933/Mai).
872. FERREIRA, Luís do Amaral	[AEP]. Membro da Comissão Organizadora do Escotismo Marítimo em Lourenço Marques (1929). Escoteiro-Chefe do Gr. 68-Lourenço Marques (1933/Ago-1934/Mar).
873. FERREIRA, Manuel	[AEP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 48-Porto (1935/Mar).
874. FERREIRA, Manuel Ângelo	[AEP]. Dirigente da AEP em Lourenço Marques. Presente na receção a Baden-Powell em dezembro de 1935.
875. FERREIRA, Manuel da Silva	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 6-Guimarães (1936/Jan).
876. FERREIRA, Manuel Joaquim Gonçalves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 12-Vila Pouca de Aguiar (1925/Abr).
877. FERREIRA, Manuel José Pimenta	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 47-Rebordões, Santo Tirso (1936/Set).
878. FERREIRA, Manuel Queiroz	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 8-Porto (1933/Set-1936/Out). Secretário do Gr. 7-Porto (1933/Nov-1935/Fev).

879. FERREIRA, Maria Corália do Nascimento	[CNS/CNE]. (n. 1895/Nov/04). Professora. Instrutora de especialidades na Alc. 21-Lisboa (1931/Mar-1933/Jul); Chefe de Alc. 46-Lisboa (1933/Jul-1934). Participante no V ACAMPAMENTO NACIONAL , em Benfica (1934/Ago). Chefe interina da Alc. 21-Lisboa (1936/Dez). Em dezembro de 1936 apresentou uma comunicação na Emissora Nacional sobre «O Papel da Mulher no Lobitismo».
880. FERREIRA, Mariano	[VP]. Capitão. Fundador dos <i>Vigias de Portugal</i> em Leiria (1933/Jul).
881. FERREIRA, Pedro José	[AEP]. Decano dos professores portugueses de ginástica e Professor da Escola Normal Superior de Benfica. Nomeado responsável da Comissão Desportiva da AEP (1922/Dez).
882. FERREIRA, Pinto	[AEP]. Membro do Tribunal de Honra da AEP (1936).
883. FERREIRA, Raul Luís	[UEI; UELI; UEC; UETM]. Escoteiro-Mor Ajudante da <i>União dos Escoteiros Independentes</i> (1915/Jun). Presidente e Escoteiro-Chefe Geral da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Set/14). Expulso da UELI (1915/Set/24). Secretário da <i>União dos Escoteiros Capitalinos</i> (1915/Set/26). Tesoureiro da <i>União dos Escoteiros Terra e Mar</i> , Lisboa (1915/Out/13).
884. FERREIRA, Sanches	[UAP]. Colunista no jornal <i>Aduero do Sul</i> , Lisboa (1922). Vogal da Junta Regional de Lisboa (1926/Set).
885. FERREIRA, Santos	[UAP]. Adail Interno do Gr. 11-Alto do Pina, Lisboa (1929/Jan).
886. FERREIRA, Severiano	[AEP]. Subchefe da Alcateia do Gr. 52-Aveiro (1931/Mai).
887. FERREIRA, José da Costa	[CNS/CNE]. (n. 1913/Fev/19). Estudante. Chefe de Gr. 127-Fenais da Vera Cruz, Ribeira Grande, Açores (1936/Jan).
888. FERREIRA, César	[UAP]. Presidente do Gr. 21-Lisboa (1922/Out).
889. FERREIRA, Manuel Cruz	[AEP]. Delegado Regional da AEP (1926/Jan).
890. FERREIRA, Fernando Pais	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 49-Lisboa (1928/Dez-1931/Dez). Inspetor Regional de Lisboa (1931). Chefe Instrutor do Clã de Seniores de Lisboa (1933/Jan-1934/Jul). Secretário-Geral de Estatística da Junta Central (1938/Mar-1941/Jul).
891. FERREIRA, Firmino	[AEP]. Secretário da Zona de Aveiro (1930/Set).
892. FIADDEIRO, Plínio Augusto	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 10-Covilhã (1936/Abr).
893. FIECO, João de Paula	[CNS/CNE]. (n. 1907/Mai/05). Empregado de Escritório. Chefe de Alc. 10-Covilhã (1926/Dez).
894. FIGUEIRA, Fabião de Carvalho	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 68 Lourenço Marques em substituição de Saul Mário Jorge (1936).
895. FIGUEIRA, Júlio Armando	[CNS/CNE]. (n. 1903/Fev/02). Empregado de Comércio. Chefe de Gr. 55-São Roque, Funchal (1929/Abr-1937).
896. FIGUEIRA, Luís Lopes	[UEC]. Secretário da <i>União dos Escoteiros Capitalinos</i> (1915/Set).
897. FIGUEIRA, Luís	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 49-Lisboa (1929/Jul). Médico da Alc. 46-Ílhavo (1934/Out).
898. FIGUEIREDO,	[ASP]. Chefe Ajudante da <i>Associação dos Scouts Portucalenses</i> (1921/Jun).
899. FIGUEIREDO, Adelino	[UAP]. Adail do Gr. 9-Santos, Lisboa (1932/Mai).
900. FIGUEIREDO, António Maria de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 50-Lisboa (1933/Nov).
901. FIGUEIREDO, António Pereira Cândido de	[S/D]. Filólogo. Introdutor da tradução brasileira “escoteiro” (<i>boy-scout</i>) em Portugal. A sugestão foi publicada no jornal <i>O Século</i> (1912/Out).
902. FIGUEIREDO, Aristides Dias	[AEP]. Escoteiro-Chefe da Zona de Aveiro (1930/Set).

903. FIGUEIREDO, Augusto de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 19-Covilhã (1927/Jun-1928/Jan).
904. FIGUEIREDO, Cândido de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 89-Lisboa (1933/Dez-1934/Mar).
905. FIGUEIREDO, Carlos da Costa	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 21-Lisboa (1929/Dez-1930/Dez). Secretário da Alc. 21 (1930/Dez-1933/Jan).
906. FIGUEIREDO, Carlos de	[AEP]. Comissário Técnico da Zona de Coimbra (1923/Nov).
907. FIGUEIREDO, Celestino Gomes de Oliveira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo da Régua (1927/Fev). Assistente do Gr. 1-Braga (1929/Jan-Jun; 1931/Nov). Assistente do Gr. Sênior 1-Braga (1929/Jun-1932/Abr).
908. FIGUEIREDO, Eduardo	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 58-Legião do Bem, Porto (1933/Nov).
909. FIGUEIREDO, F. Homem de	[AEP]. Redator do jornal <i>O Escotismo</i> , órgão do Gr. 22-Escola Pátria, Lisboa (1922/Jun).
910. FIGUEIREDO, Jaime Viana Ferrão	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 8-Porto (1927/Abr-1929/Dez). Chefe em Lisboa (1931). Instrutor-Chefe Regional do Porto (1933/Nov-1934/Nov).
911. FIGUEIREDO, João	[AEP]. Comissário Regional Adjunto do Algarve (1929/Mar).
912. FIGUEIREDO, João Lopes da Silva	[CNS/CNE]. Alferes. Comissário do Núcleo de Aveiro (1928/Mar-Out).
913. FIGUEIREDO, João Homem de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 39 e Gr. 73-Vila Nova de Tazem (1931/Jul).
914. FIGUEIREDO, Joaquim dos Santos	[AEP]. Presidente do Gr. 53-Igreja Lusitana, Lisboa (1934/Dez).
915. FIGUEIREDO, Júlio Martins de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 10-Covilhã (1931/Jul).
916. FIGUEIREDO, Marcelino Jota	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 34-Tortosendo (1934/Jul).
917. FILHO, Manuel Ferreira Rezalado	[CNS/CNE]. (n. 1913/Ago/09). Oleiro. Chefe de Gr. 66-Ovar (1930/Nov).
918. FILIPE, Luís	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 30-Coimbra (1926/Dez-1935/Jun). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago). Pediu a demissão do CNE em junho de 1935.
919. FINO, João de Paula	[CNS/CNE]. (n. 1907/Mai/18). Ajudante de Guarda Livros. Inspetor da Alc. 10-Covilhã (1926/Ago-Dez), Chefe da Alc. 10 (1927/Fev-1930/Jun). Inspetor do Núcleo da Covilhã (1927/Jun). Comissário Interino de Núcleo da Covilhã (1928/Jan). Chefe de Gr. 53-Fundão (1929/Mar-1930/Jun). Administrador do jornal <i>Scout Lusitano</i> (1927/Jun).
920. FINO, José de Paula	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente de Gr. 53-Fundão (1929/Mar), Alc. 33-Fundão (1930/Jun-1931/Out), Gr. Sênior 11-Fundão (1931/Mai-Out).
921. FIRME, Luís	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 30-Coimbra (1927/Dez).
922. FLORÊNCIO, Gastão	[AEP]. Escoteiro-Chefe em Lisboa (1934/Nov).
923. FLORES, Artur Manuel	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 18-Bragança (1929/Dez).
924. FLORES, Manuel	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. Sênior 11-Fundão (1933/Jan).
925. FONG-QUI, Lio	[AEP]. Professora da Escola Ut-Wa (Macau). Escoteira-Chefe do Gr. 28, instalado na Escola Ut-Wa (1937).
926. FONSECA, Alexandre Pinto da	[UAP]. Primeiro adueiro em Portugal. Adail do Gr. 1-Porto (1915/Ago). Em 1929 está presente na inauguração do Gr. 6-Centro Federal 15 de Novembro. Adail-Mor Regional do Porto, em substituição de Aníbal Martins (1930-1931/Dez). Condecorado com a Cruz Suástica de Ouro (1930/Out). Adail do Gr. 6-Porto (1931-1932). Adail-Mor Regional do Porto (1930/Jul-1933/Fev). Secretário-Adjunto da Junta Assistente da UAP (1932/Fev).

927. FONSECA, Alexandre Tavares da	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 28-Oliveira de Azeméis (1928/Out-1929/Mai). Transferido para a Junta Regional do Porto (1929/Mai). Instrutor-Chefe Regional do Porto (1933/Nov-1934/Nov).
928. FONSECA, Álvaro da	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 23-Alcântara, Lisboa (1915/Nov).
929. FONSECA, Amador da	[UAP]. Membro da direção do Gr. 23-Matosinhos (1932/Abr).
930. FONSECA, Américo Correia da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 68-Lisboa (1931/Out).
931. FONSECA, António da	[UAP]. Amanuense do Aduar Regional de Matosinhos (1924/Ago).
932. FONSECA, António Maria Domingues	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 54-Murtosa (1929/Mar-1935/Jul).
933. FONSECA, António Tavares	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 16-Oliveira de Azeméis (1927/Ago-1929/Mai).
934. FONSECA, António Valente da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 40 e Gr. 74-Cedofeita (1931/Nov-1933/Nov). Nomeado Bispo de Vila Real.
935. FONSECA, Arlindo Joaquim Pinto da	[CNS/CNE; AEP; CNS/CNE]. Assistente do Campo-Escola S. Tomás de Aquino do CNS/CNE (1925/Jul). Entrou na AEP como escoteiro-Chefe dos “Lobitos” no Gr. 71-Porto (1929-1931) e subchefe do Gr. 71 (1930/Ago-1934). Regressou ao CNS/CNE em 1936.
936. FONSECA, Armando da	[UAP]. Instrutor de Enfermagem no Gr. 1-Porto (1925/Jan).
937. FONSECA, Arnaldo da	[UAP]. Farmacêutico. Membro da Junta Regional do Norte da UAP (1925/Fev). Instrutor Regional de Enfermagem (1925/Ago).
938. FONSECA, Artur da	[AEP]. Secretário do Gr. 23-Alcântara, Lisboa (1915/Nov).
939. FONSECA, Artur Teixeira da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sénior 12-Luanda (1934/Mai). Assistente Regional de Angola (1935/Set).
940. FONSECA, Artur V. Mendes da	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 41-Porto (1931/Nov-1933/Nov).
941. FONSECA, Guilhermino da	[AEP]. Instrutor do Gr. 40-Lisboa (1927/Abr).
942. FONSECA, João da Costa	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 16-Oliveira de Azeméis (1933/Jan).
943. FONSECA, João Dinis Simas	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sénior 5-Funchal (1928/Nov).
944. FONSECA, Jorge Bacelar Silva	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 56-Arroios, Lisboa (1934/Abr).
945. FONSECA, José	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 3-Braga (1929/Jan).
946. FONSECA, José Maria da	[AECP]. Tesoureiro dos <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> (1915/Dez-1917/Nov).
947. FONSECA, José Maria Fernandes da	[UAP]. Instrutor-Chefe do Gr. 14-Viana do Castelo (1932/Ago).
948. FONSECA, Luís Gonzaga de Sousa	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Guimarães (1928/Fev).
949. FONSECA, Manuel de Deus	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 29 e Gr. 61-Guarda (1930/Mar).
950. FONSECA, Nicolau da	[AECP]. Tesoureiro-Substituto dos <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> (1915/Dez-1916/Set).
951. FONSECA, Samuel Fernandes da	[AEP; UAP]. Cofundador do Gr. 19-Santarém (1914/Mar). Membro da UAP (1916/Fev). Efetuou uma conferência sobre <i>Scouting</i> em Sobral de Monte Agraço, com Delfim Teixeira, Asdrúbal e Vitória Brandão Machado (1916/Fev).

952.	FONSECA, Tomás da	[AEP]. Assistente da Escola Normal de Lisboa e Presidente Honorário do Grupo 5 – Lisboa (1916/Jan).
953.	FONSECA, Vítor	[AEP]. Membro da Associação de Educação Física de Torres Vedras. Fundador da AEP em Torres Vedras. Comissário de Zona. Louvado com Cruz Suástica de Prata (1927).
954.	FONTE, João Alves da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 12-Vila Pouca de Aguiar (1925/Abr).
955.	FONTES, Joaquim Martins	[CNS/CNE]. Sacerdote católico, Cônego. Assistente do Gr. 45-Lisboa (1928/Ago).
956.	FONTOURA, Álvaro	[AEP]. Major. Apresentou uma tese na III Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1934).
957.	FORTUNA,	[UAP]. Ajudante. Membro da direção do Gr. 1-Porto (1930).
958.	FRADE, Eugénio da Silva	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 41-Calvão, Vagos (1929/Dez-1936).
959.	FRANÇA, Pinto da	[AEP]. Tenente-Coronel do Exército. Chefe do Estado Maior em Moçambique. Vogal da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).
960.	FRANCISCO, Manuel Joaquim	[UAP]. Secretário do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out). Vogal na Junta Regional do Norte (1924/Dez).
961.	FRANCO, António Carneiro	[AECP]. Fundador de um grupo de <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> em Coimbra, juntamente com Alberto António de Moraes, João Simões de Brito, Sidónio Bessa Pais e Amável de Sousa Ferreira (1915/Jun).
962.	FRANCO, António Ferraz	[AEP]. Professor de Francês no Liceu Fialho de Almeida, Beja. Presidente e Escoteiro-Chefe do Gr. 54-Beja (1934/Ago-1936/Jan). Chefe Regional do Alentejo, por dois meses (1937).
963.	FRANCO, Artur	[AEP]. Instrutor do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1915/Dez).
964.	FRANCO, Joaquim	[UAP]. Presidente da Cantina Escolar S. Cristóvão e S. Lourenço. Presidente do Gr. 20-Costa do Castelo, Lisboa (1929/Ago).
965.	FRANCO, José	[UAP]. Membro da Direção do Gr. 20-Costa do Castelo, Lisboa (1929/Ago-1930/Jul).
966.	FRANCO, José Horácio	[CNS/CNE]. (n. 1906 – f. 1930/Jan). Editor da revista <i>A Flor de Lis</i> (1925/Fev-1926/Abr). Secretário do Gr. Sênior 1-Braga (1926).
967.	FRANCO, Raimundo Monteiro Torres	[AEP]. Escoteiro-chefe e fundador do Gr. 68 Lourenço Marques (1927-1929). Louvado com Cruz Suástica de Prata (OSN nº 1/1928). Representante do Gr. 68 na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931/Nov). Secretário Internacional Adjunto da AEP (1932-1933). Retirou-se do escotismo por motivos profissionais no Niassa (1933/Abr).
968.	FRAZÃO JÚNIOR, António Medeiros	[AEP]. Chefe da Divisão Júnior do Gr. 80-Ponta Delgada (1930/Dez).
969.	FRAZÃO, António Mendes de Mendonça	[AEP; UEC]. Escoteiro da AEP Gr. 1-Lisboa (data?). Tesoureiro da <i>União dos Escoteiros Capitalinos</i> (1915/Set).
970.	FREIRE, Arnaldo	[AEP]. Secretário-Adjunto do Gr. 41-Club Fluvial Portuense (1934/Abr).
971.	FREIRE, Saúde	[UEC]. Vogal da <i>União dos Escoteiros Capitalinos</i> (1915/Set).
972.	FREITAS, Abílio Soares de	[CNS/CNE]. (n. 1905/Mar/08). Relojoeiro. Chefe de Gr. Sênior 9-Vilarinho, Santo Tirso (1930/Jan-Abr).
973.	FREITAS, Alexandre Ramos	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 79-Barreiro (1936/Nov).
974.	FREITAS, António Martins de	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 19-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1934/Mar).
975.	FREITAS, Artur Rosinhas	[CNS/CNE]. (n. 1910/Set/06). Serralheiro Mecânico. Chefe de Gr. 58-Ramalde, Porto (1929/Set-1934/Nov).
976.	FREITAS, Ezequiel de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 34 e Gr. 122-Caminha (1936/Mai).
977.	FREITAS, Fernando	[UAP]. Chefe no Gr. 30-Cedofeita, Porto (1932/Nov).

978. FREITAS, Gonçalo Pais de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes (1931/Jan). Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set).
979. FREITAS, Humberto Teodoro Gomes de	[AEP]. Dirigente da AEP no Funchal (1933). Comissário Regional da Madeira (1932-1934). Escoteiro-Chefe do Gr. 24-Funchal (1933/Fev-1936) e fundador do escotismo marítimo na ilha.
980. FREITAS, José [ou Jaime] Romano de	[AEP]. Professor. Escoteiro-Chefe do Gr. 45-Escola Primária das Angústias, Horta, Açores (1933/Mai).
981. FREITAS, José Quirino de	[CNS/CNE]. Chefe interino do Gr. 76-São Gonçalo, Funchal (1935/Mar).
982. FREITAS, Maria do Monte	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 25-Funchal (1937/Abr).
983. FREITAS, Óscar Neto de	[AEEN]. Capitão. Natural do Funchal. Participou na Grande Guerra (1917-1918). Inspetor-geral da <i>Associação de Escoteiros da Escola Nacional</i> (1926).
984. FRIAS, Carlos Beleza	[AEP]. Escoteiro-Chefe Interino dos escoteiros voluntários da AEP contra a “Monarquia do Norte” (1919). Escoteiro-Chefe do Gr. 2-Lisboa (1920/Nov).
985. FRUTUOSO, António Manuel	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 39-São João da Madeira (1924/Jul).
986. FURTADO, Urbano Pereira	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 50-Beira, Moçambique (1929/Set-1930/Set). Comissário do Núcleo da Beira (1930/Set-1932/Mai). Instrutor dos Clãs de Lisboa (1932/Mai-Set). Abandonou o CNS/CNE em 1932/Nov e a seu pedido reintegraria em 1935/Abr.
987. FURTADO, Urbano Maria de Mendonça	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 98-Beja (1935/Out-1926/Abr).

G

988. GABRIEL, José Maria	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 19-Covilhã (1933/Abr).
989. GAIOLOS, Joaquim Alexandre	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 13-Barcelos (1925/Jan-1928/Fev). Secretário Interino do Gr. 13 (1928/Fev).
990. GALIANO, José da Conceição	[CNS/CNE]. Primeiro-Sargento cadete. Chefe do Gr. 87-Abrantes (1936/Abr).
991. GALVÃO, Afonso	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 90 e Gr. 147- Setúbal (1939/Fev).
992. GALVÃO, Francisco José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Inspetor Geral de música e canto (1927/Abr).
993. GALVÃO, Joaquim António Bettencourt	[CNS/CNE]. Comissário do Núcleo de Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).
994. GAMA, Albino	[AEP]. Representante do Gr. 66-Coimbra na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931).
995. GAMA, Elviro Jesus	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 67-Seixal (1928/Nov-1935).
996. GAMBOA, Fernando	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 103- <i>Lycee Française</i> , Lisboa (1936).
997. GAMBOA, José Casimiro Brazão	[AEP]. Cofundador do Gr. 27-Escola Masculina de S. Pedro de Sintra (1931/Mai).
998. GANHO, Gilberto	[AEP]. Fundador do Gr. Moçâmedes, Angola (1936/Ago).
999. GARCIA, Branca Nunes	[CECMP]. Tesoureira-Adjunta do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas.
1000. GARCIA, Carlos Pinho Oliveira	[CNS/CNE]. (n. 1902/Abr/09). Segundo-Sargento do Exército. Chefe de Gr. 39-Lisboa (1927/Nov).
1001. GARCIA, Ilídio	[APE]. Membro da direção da <i>Associação Portuguesa de Escoteiros</i> , de Lisboa (1918/Nov).
1002. GARCIA, Manuel José	[CECMP]. Tesoureiro-Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).

1003.	GARCIA, Miguel	[AEP]. Coronel; Presidente da Junta de Freguesia de St. Isabel, Lisboa. Presidente do Gr. 83-Junta Freguesia Santa Isabel, Lisboa (1930/Fev).
1004.	GARCIA, Rolando Júlio Taveira	[EPI; CECMP; AEP]. Escoteiro-Chefe no Grupo da Juventude Católica de Lisboa (1916-1917). Escoteiro-Chefe nos Escoteiros Portugueses Independentes (1919/Out-1920/Abr). Autor de vários artigos apologéticos do escotismo no jornal Os Sports, de Lisboa (1919). Comissário-Geral Interino do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Participa como socorrista na revolta de 1921 (1921/Out). Membro da Comissão Executiva da Fraternal dos Antigos Escoteiros da AEP (1930/Mai).
1005.	GASPAR, Adelino	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 6-Guimarães (1932/Abr-1936/Jan).
1006.	GASPAR, José Maria	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 18-Coimbra (1928/Abr-1930/Jun). Chefe da Alc. 11-Coimbra (1930/Jun-1931/Dez).
1007.	GEADA, António Colaço	[CNS/CNE]. Enfermeiro do Gr. 48-Lisboa (1928/Dez). Ajudante do Gr. 48 (1930/Fev).
1008.	GEADA, Francisco da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Lisboa (1929/Jul).
1009.	GENDRE, José de Oliveira	[CNS/CNE]. (n. 1902/Jun/24-1928/Nov/10). Empregado Bancário. Chefe de Gr. 33-Peso da Régua (1926/Dez-1930/Dez).
1010.	GENS, Maria da Natividade Rodrigues Pereira	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 38-Olival, Ourém (1931/Jun).
1011.	GENTIL,	[UAP]. Chefe de arrecadação do Gr. 6-Porto (1932/Mar).
1012.	GERALDES, Bartolomeu José	[CNS/CNE]. Comissário do Núcleo de Fundão (1931/Out-1933/Jan).
1013.	GIESTEIRA, A. Vicente	[UAP]. Tesoureiro do Gr. 23-Matosinhos (1926/Mar).
1014.	GIL, Amadeu Augusto	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 9-Vila Real (1925/Abr).
1015.	GIL, Aniceto	[AEP]. Instrutor de Eletricidade e Carpintaria do Gr. 20-Montijo (1915/Out).
1016.	GIL, António Almeida	[AEP]. (n. São Pedro do Sul, 1898/Fev/04). Escoteiro-Chefe do Gr. 70-Porto (1934/Jan-1935).
1017.	GIL, José	[AEP]. Chefe dos Correios. Presidente do Gr. 78-Covilhã (1929/Fev).
1018.	GIL, Maria Helena	[AGP]. Chefe-Ajudante da 2ª Companhia de Luanda (1937/Dez).
1019.	GIL, Wenceslau Gonçalo de Almeida	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Impulsionador do escotismo no Alandroal (1942/Ago).
1020.	GILES, Frank Eric	[AEP]. (n. 1891/Fev/13 – f. 1916/Set/16). Escoteiro na Cidade do Cabo, África do Sul. Muda de residência para Lisboa com o tio Alfred Giles. Fundador e do Gr. 1-Lisboa com Robert Moreton e Rodolfo Horner (1912/Abr/12). Primeiro Escoteiro-Chefe do Gr. 1 (1912). Com a morte do tio em Dezembro de 1913, regressou a Inglaterra. Faleceu na frente francesa durante a Grande Guerra.
1021.	GINIM, José Rodrigues	[UAP]. Adail do Gr. 14-Viana do Castelo (1932/Mai).
1022.	GIRÃO,	[AEP]. Sargento. Fundador do Gr. 74-Escola Primária de S. Bartolomeu, Coimbra (1928/Fev).
1023.	GIRÃO, José Rodrigues	[AEP]. Cofundador do Gr. 109-Caldas da Rainha (1929/Abr).
1024.	GODINHO, Carlos Alberto	[CNS/CNE]. Capitão do Exército; Secretário do Ministro da Justiça, José de Almeida Eusébio (1931). Comissário Regional da Guarda (1926/Ago-1931/Dez). Comissário do Núcleo da Covilhã (1927/Fev). Comissário Geral de Lobitos (1926/Out). Representante do CNS/CNE no projecto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Comissário-Geral de Seniores e Scouts Isolados (1931/Dez). Comissário Regional de Lisboa (1932/Nov-1938/Out).
1025.	GOMES JÚNIOR, Manuel	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 25-Godim, Régua (1930/Jun-1931/Abr).

1026. GOMES, Alberto Figueira	[CNS/CNE]. Jornalista. Redactor do jornal <i>Alerta</i> , Funchal (1932). Indiciado na imprensa local como membro Nacional-Sindicalista em 1933, acabando por desmentir. Autor de vários artigos escotistas com o pseudónimo “D. Alfígo”.
1027. GOMES, Albino Marques	[UAP]. Presidente do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1922/Out).
1028. GOMES, Alexandre	[AEP]. Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set). Ajudante de Manuel Gomes dos Santos, Presidente da Comissão Executiva da AEP (1934).
1029. GOMES, António dos Santos	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 19-Covilhã (1932/Abr).
1030. GOMES, António Santa Clara	[CNS/CNE]. Secretário Regional do CNS/CNE na Madeira (1936/Mar)
1031. GOMES, António Santos	[AEP]. Professor. Escoteiro-Chefe do Gr. 31-Aldeia do Mato, Corval, Reguengos de Monsaraz (1934/Mar).
1032. GOMES, Cândido	[AEP]. Assistente do Colégio Nuno Álvares, do Porto. Condecorado com a Cruz Suástica de Ouro da AEP (1934).
1033. GOMES, Domingos de Sales	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 45-Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo (1935/Fev).
1034. GOMES, Fernando Ernesto de Ornelas	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 20-Estrela, Lisboa (1928/Dez-1933/Nov). Secretário do Gr. 39-Lisboa (1933/Nov).
1035. GOMES, Fernando Joaquim	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 60 e Gr. 106-Valença (1935/Mai-1936/Mar).
1036. GOMES, J. Morna	[CNS/CNE]. Redator de artigos para a secção escotista para <i>O Jornal. Diário da Manhã</i> , do Funchal (1935-1938).
1037. GOMES, Jaime Pires	[CECMP]. Escoteiro-Chefe da 1ª Alcateia da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1921/Jul).
1038. GOMES, João	[UELUI]. Vogal do Gr. 2 da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> (1915/Jun).
1039. GOMES, João Eurico de Abreu	[CNS/CNE]. (n. 1904/Mai/18). Empregado de Comércio. Chefe de Alc. 26-São Roque, Funchal (1929/Abr) e Gr. 88-Funchal (1932/Jun-1933/Fev). Editor do jornal <i>Alerta</i> , Funchal (1932).
1040. GOMES, Joaquim Marques	[UAP]. Vogal do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1922/Out).
1041. GOMES, José Abelaira	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 80-Ponta Delgada (1932/Jun).
1042. GOMES, José Gonçalves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 43-Viana do Castelo (1932/Jun).
1043. GOMES, José Maria	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente dos grupos 2 e 9-Vila Real (1925/Abr).
1044. GOMES, José Vaz	[AEP]. Engenheiro. Vogal na Comissão Administrativa do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1917-1918).
1045. GOMES, Manuel	[CNS/CNE]. (n. 1876/Out/05). Capitão do Exército. Chefe de Alc. 60 e Gr. 106-Valença (1935/Mai).
1046. GOMES, Manuel da Costa	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo da Póvoa de Varzim (1929/Mai).
1047. GOMES, Manuel Marques	[UAP]. Presidente do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1922/Out-1923/Abr).
1048. GOMES, Orange H.	[UAP]. Segundo-Secretário da Assembleia Geral do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
1049. GOMES, Sebastião dos Santos	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 19-Covilhã (1933/Abr-1934/Jul). Instrutor-Chefe do Núcleo da Covilhã (1935/Jul-1936). Chefe da Alc. 10-Covilhã (1936/Abr).
1050. GONÇALVES, Adelino	[AEP]. Escoteiro no Gr. 1-Lisboa. Instrutor da Alcateia do Gr. 1 (1937/Fev).
1051. GONÇALVES, Adriano A. P.	[UAP; ASL; AEP; UAP]. Aduero no Gr. 4-Porto (1919/Mai). Scout-Chefe da <i>Associação de Scouts Lusitanos</i> , no Porto (1921/Set). Em 1929 é referenciado pelo Sporting como ex-AEP Gr. 26. Adail do Gr. UAP 34-Porto (1929).

1052. GONÇALVES, Amadeu Afonso	[AEP]. Professor. Comissário Regional de Angola (1930/Nov).
1053. GONÇALVES, António	[UAP]. Secretário-Geral da Junta Assistente da UAP (1933/Jan).
1054. GONÇALVES, António Luís	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 11-Coimbra (1927/Out-1931/Dez).
1055. GONÇALVES, António Avelino	[CNS/CNE]. Sacerdote Católico. Cónego da Sé de Braga e Secretário-Geral da Acção Católica Portuguesa. Fundador do Corpo de Scouts Católicos Portugueses com D. Manuel Vieira de Matos em 1923. Inspector-Mor do CNS/CNE (1923/Mai-1933/Mai). Assistente da Escola Regional de Instrutores de Braga (1926/Jan). Demitiu-se do cargo de Comissário Geral (1926/Out). Representante do CNS/CNE na 5ª Conferência Internacional de Escotismo, em Birkenhead, Inglaterra (1929/Ago). Assistente da revista <i>A Flor de Lis</i> (1931). Representante do CNS/CNE no projecto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Representante do CNS/CNE na <i>Organização Escotista de Portugal</i> (1932/Jul-1933/Mai).
1056. GONÇALVES, Armando	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 68-Lisboa (1934/Jan-Nov). Secretário da Alc. 51-Mercês, Lisboa (1934/Fev-Nov).
1057. GONÇALVES, Armando Benigno Borges	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 30-Castelo Branco (1931/Fev).
1058. GONÇALVES, Armando	[UAP]. Instrutor de <i>jiu-jitsu</i> no Gr. 1-Porto (1915/Set).
1059. GONÇALVES, Aureliano Dias	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 30-Coimbra (1927/Mai-Out). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago). Chefe da Alc. 18-Coimbra (1928/Abr-1930/Fev; -1935/Nov).
1060. GONÇALVES, Dário	[AEP]. (n. Lisboa, 1912/Set/17). Entrou na AEP (1927/Mar). Responsável pelo Serviço de Material e Uniformes da AEP (1934/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 18-Núcleo de Escoteiros do Ar, Lisboa (1935/Jul).
1061. GONÇALVES, Domingos José	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 26-Mouçós, Vila Real (1931/Fev).
1062. GONÇALVES, Firmino Vasconcelos Cansado	[AEP]. Aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (?); Engenheiro. Escoteiro-Chefe do Gr. 1-Lisboa (1928/Ago-1931/Jun). Escoteiro-Chefe no Grupo do Asilo D. Maria Pia, Lisboa, onde organizou a “Aula de Escotismo”. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 25-Escola Veiga Beirão, Lisboa (1930). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira. Fundador do jornal <i>Escotismo</i> com Carlos Centeno, Henrique de Barros e Rui Santos (1930). Castigado pela Direção Central com um ano de suspensão (1930/Abr). Representante do Gr. 22-Fundão na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931).
1063. GONÇALVES, Francisco	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 40-Lisboa (1929/Jul-1931/Fev). Secretário do Gr. 40 (1931/Mai).
1064. GONÇALVES, J. Cardoso	[AEP]. Cofundador do Gr. 6-Academia de Estudos Livres, Lisboa (1914/Ago).
1065. GONÇALVES, Joaquim de Almeida F.	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 75-Ponte da Barca (1936/Abr).
1066. GONÇALVES, José António de Jesus	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 38-Serpa (1928/Mai).
1067. GONÇALVES, José Joaquim	[CNS/CNE]. (n. 1903/Nov/03). Empregado do Colégio dos Órfãos. Chefe de Gr. 65-Maximinos, Braga (1930/Out).
1068. GONÇALVES, José Martins	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Braga (1931/Nov-1936/Jan). Assistente do Gr. Sénior 1-Braga (1932/Abr-1934/Jan). Assistente da revista <i>A Flor de Lis</i> (1933/Mai). Inspetor-Mor da Junta Central (1933/Mai), Secretário Nacional (1938/Out).
1069. GONÇALVES, José Pires	[AEP]. Guia de secção no Gr. 10-Lourenço Marques. Nomeado Tesoureiro do Núcleo de Lourenço Marques (1936).

1070. GONÇALVES, Manuel Estrela	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 31-St. António dos Olivais, Coimbra (1927/Ago). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago). Ajudante do Gr. Sênior 4-Coimbra (1927/Out). Chefe do Gr. 31-Coimbra (1931/Dez).
1071. GONÇALVES, Manuel Pereira da Silva	[CNS/CNE]. (n. 1902/Set/01). Estudante. Chefe de Alc. 07-Leiria (1926/Mar).
1072. GONÇALVES, Mário	[AEP]. Representante do Gr. 109-Caldas da Rainha na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931).
1073. GONÇALVES, Mário	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 60-Lisboa (1930/Abr-1931/Nov).
1074. GONÇALVES, Paulo	[AEP]. Instrutor do Curso de Guias no Gr. 7-Porto (1924/Fev).
1075. GONÇALVES, Samuel	[LPNA]. Dirigente da <i>Legião dos Pagens de Nuno Álvares</i> (1929/Set).
1076. GONÇALVES, Silvestre José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 99-Lisboa (1934/Jun-1935). Assistente da Alc. 59-Santos Reis, Lisboa (1934/Ago).
1077. GORDON, Jorge	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo do Funchal (1929/Mai).
1078. GORJÃO, Henriques	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 48-Lisboa (1930/Jun).
1079. GOUVEIA, Arnaldo	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 7-Porto (1931/Nov).
1080. GOUVEIA, Claire Jeancourt	[UAP]. Membro do Conselho Consultivo da UAP (1932/Fev).
1081. GOUVEIA, Eliza Diodora de	[CNS/CNE]. Chefe e secretária da Alc. 26-Funchal (1935/Mar).
1082. GOUVEIA, Francisco Silva	[UAP]. Escultor. Membro do Conselho Consultivo da UAP (1932/Fev).
1083. GOUVEIA, João Fernandes Machado	[UAP]. Substituto do Secretário do Conselho de Administração da UAP (1927/Mai).
1084. GOUVEIA, Moisés	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. Sênior 5-Funchal (1932/Jun).
1085. GRAÇA, Agostinho A.	[UAP]. Tenente de Infantaria 13. Instrutor do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
1086. GRAÇA, Clarisse Vilar	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 20-Lisboa (1938/Jan).
1087. GRAÇA, João Fernandes da	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 66-Ovar (1931/Nov-1934/Abr).
1088. GRANADO, Alberto P.	[UAP]. Presidente do Conselho Fiscal do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
1089. GRANJA, António	[AEP?]. Escoteiro-Chefe de Grupo Porto (1931?).
1090. GRAU, Luís José Maria	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 2-Lisboa (1924/Jul-1925/Ago).
1091. GREGÓRIO, Felismino	[CNS/CNE]. Capitão do Comando da Companhia Disciplinar. Comissário do Núcleo de Moçâmedes, Angola (1936/Jun).
1092. GRIJÓ, Laurindo	[AEP]. Vogal do Gr. 26-Porto (1916/Jul).
1093. GRILO, Francisco	[AEP]. Membro da Conselho Nacional da AEP (1925/Out).
1094. GUEDES, Álvaro	[UAP]. Reorganizador e vogal da Direção do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul-1931/Mar).
1095. GUEDES, Carlos	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 52-Lamego (1933/Mar).
1096. GUEDES, Júlia	[AGP] Vogal da Comissão Executiva da AGP (1937/Abr).
1097. GUEDES, Luís Aragão	[AEP]. Chefe Adjunto do Gr. 12 – Liceu Passos Manuel, Lisboa (1920).
1098. GUERRA, Gerardo Alfredo	[CNS/CNE] Ajudante da Alc. 54-Luanda (1934/Abr). Ajudante da Alc. 48-Luanda (1935/Set).

- 1099. GUERRA, Luís José de Sá Sousa Leão** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 61-Igreja Batista, Lisboa (1934/Jan). Escoteiro-Chefe do Gr. 25-Escola Veiga Beirão, Lisboa (1934/Mar).
- 1100. GUERREA Y BOSCH, Juan Antonio** [AEE]. Espanhol. Chefe do Grupo de *Exploradores Hispanos* da Curia (1934/Jun-1936).
- 1101. GUERREIRO, Alberto Guilhermino Botelho Cabral** [CNS/CNE; AEP]. (n. 1906/Ago/08). Estudante. Chefe de Gr. 9-Vila Real (1925/Abr). Chefe da Alc. 2-Vila Real (1926/Jan). Em 1926 instalou-se em Luanda, Angola, e integrou o AEP Gr. 36-Luanda (1926/Out).
- 1102. GUERREIRO, Artur Dias** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 48-Lisboa (1930/Jul-1931/Mai). Ajudante do Gr. 71-Lisboa (1931/Mai-1932/Jan).
- 1103. GUERREIRO, Cândido** [AEP]. (f. década 1920). Instrutor no Gr. 6-Olhão.
- 1104. GUERREIRO, M.** [AEP]. Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set).
- 1105. GUERREIRO, Manuel de Medeiros** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional dos Açores (1926/Mai).
- 1106. GUILHERME, Fernando** [AEP]. Instrutor do Gr. 40-Lisboa (1927/Abr).
- 1107. GUIMARÃES, A.** [AEP]. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 48-Porto, em substituição de Fernando Braga (1935/Mar).
- 1108. GUIMARÃES, Afonso Dias** [AEP]. Membro da Comissão de Serviços do Gr. 26-Porto (1917/Ago).
- 1109. GUIMARÃES, Álvaro Fernandes da Silva** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente de Alc. 53 (1934/Abr) e Gr. 90-São Miguel das Aves, Santo Tirso (1933/Nov-1934/Mar).
- 1110. GUIMARÃES, Angelino de Oliveira** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 86-Huíla (1932/Nov) e Gr. 143-Sá da Bandeira, Angola (1937/Jan-1938/Fev).
- 1111. GUIMARÃES, Arlindo de Mesquita** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 35-Famalicão (1927/Jul).
- 1112. GUIMARÃES, Artur da Silva** [UAP]. Membro da Comissão de Finanças da Junta Assistente da UAP (1924/Nov). Segundo-Secretário do Conselho-Mor da UAP (1927/Mai-1929/Jul). Secretário Adjunto da Junta Assistente da UAP (1930-1931/Mar).
- 1113. GUIMARÃES, Carlos** [CNS/CNE]. Comissário do Núcleo da Covilhã (1929/Mar).
- 1114. GUIMARÃES, Custódio** [UAP]. Presidente da Assembleia Geral do Gr. 33-Porto (1933/Jan).
- 1115. GUIMARÃES, Fernando** [AEP; CES; UAP]. Escoteiro no Gr. 23-Mirante, Porto. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 23 (1929/Jul); Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 26-Jornal Sporting e *Corpo de Escoteiros do Sporting*, no Porto (1930/Jan-1931). Escoteiro-Chefe do Gr. 70-Mirante, Porto (1930/Nov). Adail do Gr. 18-Vila Nova de Gaia (1931). Em 1935 já não está no Movimento Escotista.
- 1116. GUIMARÃES, Horácio Crespo** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 1-Braga (1929/Jul-1931/Nov).
- 1117. GUIMARÃES, Joaquim** [UAP]. *Sportsman*. Adail-Adjunto do Gr. 1-Porto (1916/Jun).
- 1118. GUIMARÃES, José da Cunha** [CNS/CNE]. (n. 1895/Abr/02). Serralheiro. Chefe de Alc. 36-Lever, V. N. Gaia (1931/Mai-1933/Nov). Ajudante do Gr. 70-Levêr (1933/Nov-1935/Dez). Secretário do Gr. 70 (1935/Dez-1936/Set). Secretário da Alc. 86-Mogofores (1936/Set).
- 1119. GUIMARÃES, Manuel da Costa** [AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 15-Porto (1933/Mar).
- 1120. GUIMARÃES, Manuel da Silva** [UAP]. Presidente da Junta da Paroquia de Paranhos e representante do Centro Socialista. Promotor do Gr. 28-Paranhos (1923/Mai).
- 1121. GUIMARÃES, Manuel de Jesus Ferreira** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 15-Figueira da Foz (1935/Out).
- 1122. GUIMARÃES, Narciso** [UAP]. Secretário do Gr. 1-Porto (1929/Jan). Adail do Gr. 2-Porto (1932/Set).

1123. **GUIMARÃES, Silvino** [AEP]. Escoteiro-Chefe em Mindelo, Cabo Verde (1934).
1124. **GUIOMAR, António** [UAP; AEP]. Professor. Membro da direção do grupo UAP (?) (1925/Ago). Presidente do Gr. 58-Valbom, Porto (1929/Ago).
1125. **GUISADO, António Cândido Pires** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 81-Guimarães (1936/Dez).

H

1126. **HAGENBUCH, Clark H.** [AEP]. Secretário-Geral da A.C.M. Lisboa. Instrutor de educação física do Gr. 1-Lisboa (1920/Mai-1921/Nov).
1127. **HANKIN, F.** [GGA]. Advogada. Secretária do Norte de Portugal da Girl Guide Association (1934/Jan).
1128. **HENRIQUES,** [AEP]. Capitão do Exército. Instrutor e Secretário Regional da AEP na ilha da Madeira (1937).
1129. **HENRIQUES, Alfredo dos Santos** [CNS/CNE]. Instrutor de Música no Gr. 37-Viseu (1927/Dez). Secretário do Gr. 43-Viseu (1928/Mai). Ajudante do Alc. 17-Viseu (1928/Jun).
1130. **HENRIQUES, David dos Reis** [AEP]. Instrutor de Fotografia no Gr. 21-Anjos, Lisboa (1915/Out).
1131. **HENRIQUES, Joaquim António** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 53-Fundão (1933/Jan).
1132. **HENRIQUES, José Damião Gomes** 1133. [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. Sênior 5-Funchal (1930/Out). Chefe da delegação madeirense ao IV Acampamento Nacional, Braga (1932/Ago). Indiciado na imprensa local como membro Nacional-Sindicalista em 1933.
1134. **HEPPER JUNIOR, William** [AEP]. Escoteiro-Chefe no Gr. 15-Porto (1934/Out).
1135. **HINISTEN, Robert** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 83-Moscavide (1942/Jan).
1136. **HIPÓLITO, Abel** [CECMP]. General. Membro da Comissão de Patrocínio do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
1137. **HOMEM, Arnaldo Silva Forte** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 42-Ílhavo (1935/Abr).
1138. **HORNER, Rodolf** [AEP]. (n. Suíça). Fundador do Gr. 1-Lisboa com Robert Moreton e Frank Giles (1912/Abr/12). A partir de 1913 empreende uma série de conferências sobre escotismo, heroicidade e coragem na Igreja Anglicana de São Jorge, em Lisboa. Residente na Suíça (1920/Mai).
1139. **HORTA, José Rodrigues** [CNS/CNE]. Secretário do Grupo 146 – Moscavide (1940/Abr).
1140. **HOWARD, Leslie Harold** [UAP]. Cofundador e Instrutor do Gr. 38-Almada (1930/Mar).
1141. **HUILLE, Marie** [CNS/CNE]. Professora do Instituto de Serviço Social, em Lisboa. Chefe Nacional de Alcateias de França. Instrutora Geral de Lobitos da Região de Lisboa (1936/Abr-1942/Ago).

I

1142. **IGLESIAS, Heitor** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 39-Lisboa (1930/Jul-1931/Fev).
1143. **INFANTE, António Gonçalves Franco** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 21-Portalegre (1936/Nov).
1144. **INOCENTES, Francisco dos** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 6 e Gr. 18-Bragança (1926/Abr-1929/Dez).
1145. **INSO, Jaime Augusto Correia do** [AEP; CNE]. (n. 1880/Dez/18). Tenente. Escoteiro-Chefe do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1913/Out). Promotor da AEP em Alcochete (1914/Ago). Entra no CNS/CNE em 1934, sendo nomeado Instrutor de Especialidades do Gr. 63-Lisboa (1934/Jan-Nov). Instrutor Técnico da Escola de Chefes da Região de Lisboa. Formado em 1934. Ajudante do Gr. 63-Lisboa (1934/Nov-1935).

J

1146. **JACINTO, Manuel Joaquim Galitos** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 76-Évora (1936/Jun).
1147. **JOÃO, Augusto** [AEP?]. Chefe do Gr. “Paulo Dias de Novais”, na Missão de S. Paulo, Luanda (1936/Fev).
1148. **JORGE, Benjamim Ferreira** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 42-Ílhavo (1929/Out).
1149. **JORGE, Eurico** [UAP]. Substituto de Vogal no Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai).
1150. **JORGE, Héber Campos Mário** [AEP]. Filho de Ismael Mário Jorge. Escoteiro-Chefe Adjunto no Gr. 10 em Lourenço Marques. Chefe-Adjunto de contingente moçambicano a Springs (1934). Escoteiro-Chefe do Gr. 10 (1934/Abr-1936/Jun). Representante do Gr. 47-Inhambane no Comissariado Regional (1933/Set). Escoteiro-Chefe Adjunto do Comissário de Zona de Lourenço Marques (1936). Em agosto de 1936 abandonou Lourenço Marques com destino a Lisboa para completar os estudos, onde foi nomeado Assistente da “Secção das Colónias” na Direção Central e Inspetor do Núcleo de Lisboa (1936). Adjunto do Secretário geral da AEP (1937).
1151. **JORGE, Ismael Mário** [AEP]. Capitão do Exército e Assistente da Instrução de Educação Física Militar de Lourenço Marques. Instrutor do Gr. 10-Lourenço Marques (1917) e Escoteiro-Chefe do mesmo (1918). Colaborador na secção desportiva do jornal “Notícias. Diário da Manhã”. Professor de Educação Física. Desportista e Cofundador do Escotismo na capital moçambicana. Louvor público pelo Governador de Moçambique publicado em Boletim Oficial (1926). Convidado por diversas vezes para palestras desportivas por parte do coronel José Cabral, Chefe de Estado-Maior na Colónia (1927). Comissário Regional da AEP em Moçambique (1928/Ago-1934).
1152. **JORGE, Saúl Campos Mário** [AEP]. Filho de Ismael Mário Jorge. Escoteiro-Chefe Adjunto no Gr. 10 em Lourenço Marques. Chefe-Adjunto de contingente moçambicano a Springs (1934). Secretário do Núcleo de Lourenço Marques (1934/Mar). Escoteiro-Chefe do Gr. 27-Lourenço Marques (1933/Jun-1936/Ago). Em agosto de 1936 abandonou Lourenço Marques com destino a Lisboa para completar os estudos, onde foi nomeado Assistente da “Secção das Colónias” na Direção Central e Inspetor do Núcleo de Lisboa (1936).
1153. **JUDICIBUS, Evaristo** [AEP]. Assistente do *Sporting Clube Bombarralense*. Impulsionador de grupo escotista no Bombarral (1915/Set).
1154. **JÚLIO, Carlos** [AEP]. Escoteiro-Chefe no Gr. 62-Aveiro (1929).
1155. **JUSTINO, António** [CES]. Secretário do *Corpo de Escoteiros do Sporting* (1930/Jun-1931/Jan).
1156. **JUSTO, Joaquim dos Santos** [CNS/CNE]. (n. 1914/Dez/20). Serralheiro Mecânico. Chefe de Gr. 147-Setúbal (1939/Jan).

L

1157. **LACERDA, Carlos da** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 97-Bairro, Famalicão (1942/Mai).
1158. **LADEIRA JÚNIOR, Francisco Dias** [CNS/CNE]. (n. 1913/Out/24). Estudante 3º Ano - Teologia. Chefe do Subcampo dos Lobitos da Região de Coimbra (1936/Jan). Chefe de Gr. 120-Sagrada Família, Coimbra (1936/Abr) e Gr. 129-Aguada de Baixo, Águeda (1937/Fev).
1159. **LAGO, Ferreira do** [AEP]. Instrutor de Enfermagem do Gr. 41-Clube Fluvial Portuense (1934/Fev-1935).
1160. **LAGO, João Jeremias Correia** [CNS/CNE]. (n. 1910/Jul/31). Primeiro-Cabo Servente na Artilharia Montanha nº 15. Chefe de Gr. 75-Monserrate, Viana do Castelo (1932/Abr-1933/Mai).
1161. **LAMAS, José** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 79-Areosa, Porto (1936/Out).
1162. **LAMEGO, José** [CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 127-Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).
1163. **LAMELAS, Armando [** [AEP]. Representante do Gr. 10-Lourenço Marques na Conferência Nacional de Dirigentes (1931/Dez).
1164. **LANCASTRE, Caetano Henriques Pereira Faria Saldanha de Vasconcelos** [AEEN]. (n. 1877-Jul-26; f. 1960-Jun-04). Conde das Alcáçovas. Membro da Direção da Associação de Escoteiros da Escola Nacional, Lisboa (1926).
1165. **LAPIDO,** [UAP]. Instrutor do Gr. 36-Setúbal (1932/Ago).

1166.	LEACOCK, E. Edmund	[AGP]. Vice-Presidente do Comité Executivo da Companhia do Funchal (década 1930).
1167.	LEAL, Alberto Augusto Teixeira Barbosa Guerra	[UAP]. Vereador da C.M. Porto; Lente na Universidade do Porto (?). Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez-1925/Ago).
1168.	LEAL, Crispim Gomes	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 29-Gondomar (1926/Jul).
1169.	LEAL, Francisco Arrojado Mendes	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 18-Coimbra (1935/Nov).
1170.	LEAL, Hermenegildo Augusto	[UEL.U]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 2 da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> (1915/Jun).
1171.	LEAL, José de Aguiar Machado	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 60-Lisboa (1931/Nov).
1172.	LEANDRO, Mário	[AEP]. Ensaaiador de Canto Coral do Gr. 71-Porto (1931).
1173.	LEÃO, Joaquim Pereira	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 44-Porto (1933/Nov-1934/Jun).
1174.	LEBREIRO, Manuel dos Anjos	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 13-Barcelos (1926/Fev).
1175.	LEIRIA, Maria Isabel de Mascarenhas	[AGP]. Secretária Regional de Angola (1936/Abr).
1176.	LEIS, Armando de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 26-Porto (1916/Mar). Assistente do «Jornal do Escoteiro», órgão mensal do Gr. 26 (1916/Mar). Jornal desconhecido.
1177.	LEITÃO, A. Parada	[UAP]. Vogal do Gr. 23-Matosinhos (1926/Mar).
1178.	LEITÃO, Benjamim	[UAP]. Aspirante a oficial. Adail do Gr. 1-Porto (1926/Abr-1930).
1179.	LEITÃO, Cosme Vieira	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 1-Lisboa (1917/Set). Escoteiro-Chefe do Gr. 1 Lisboa (1921/Set). Em 1929 é considerado “antigo chefe” (1929/Abr).
1180.	LEITÃO, Joaquim Pereira	[CNS/CNE]. Instrutor de Enfermagem no Gr. 67-Campanhã, Porto (1932/Nov).
1181.	LEITÃO, José Adelino	[UAP]. Aspirante a Oficial. Aduero no Gr. 17-São Nicolau, Porto (1930). Transferido para o Gr. 1-Porto (1930/Abr). Adail do Gr. 1-Porto (1932/Set).
1182.	LEITÃO, José Gonçalves Martins	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 24-Seminário do Fundão (1929/Nov-1930/Dez).
1183.	LEITÃO, Luís J. Couceiro	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 14-Leiria (1926/Ago).
1184.	LEITÃO, Mário Antunes	[UAP]. Industrial. Membro da Comissão de Finanças (1924/Nov) e do Conselho Técnico (1925/Jul) da Junta Assistente da UAP. Presidente do Gr. 6-Porto (1925/Ago). Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez-1926). Membro da Comissão de revisão dos estatutos da UAP (1925/Ago).
1185.	LEITE JÚNIOR, Joaquim	[S/D]. (n. 1889? - ???). Aluno da Faculdade de Direito em Coimbra e Advogado. Em 1908 contacta com Robert Moreton e Henry Wright e possivelmente toma a iniciativa de introduzir o método escotista no Porto. Fundador do Batalhão Infantil no Colégio Mondego, em Coimbra (1909-1910). A 21/Abr/1912 realizou uma Conferência no Colégio Mondego com vista a formar o “primeiro batalhão de Scouts Portugueses”.
1186.	LEITE, António Augusto Costa	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 16-Rio Tinto (1934/Nov).
1187.	LEITE, Crispim Gomes	[CNS/CNE]. Assistente do Gr. 29-Gondomar (1926/Out).
1188.	LEITE, Eduardo Archer	[CNS/CNE]. (n. 1910/Jan/19). Sacerdote católico; professor no Seminário de Trancoso. Chefe de Gr. 144-Coimbrões, V. N. Gaia (1940/Dez).

- 1189. LEITE, Fausto Salazar** [AEP]. Professor. Um dos primeiros escoteiros em Portugal. Comissário do grupo em organização na Escola Normal Superior, em Benfica (1922/Nov). Escoteiro-Chefe do Gr. 8-Olivais, Lisboa (1923/Abr-Ago). Secretário Nacional da AEP (1923/Out-1924/Jun). Redator principal do jornal *O Escoteiro*, órgão oficial da AEP (1924/Jun-1926/Out). Apresentou a tese “O Escotismo e as organizações desportivas” na I Conferência Nacional da AEP (1925/Fev). Membro da Direção Central da AEP (1925/Out). Comissário da Zona de Lisboa e Setúbal (1926/Out-1928/Mai). Escoteiro-Chefe do Gr. 25-Escola Comercial Veiga Beirão, Lisboa (1929/Mar-1933/Jun). Representante do Gr. 18-Alcobaça na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931/Nov). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira, sendo alcunhado como o “Chefe Rebelde”. Na crise de 1930, candidatou-se ao cargo de Secretário Nacional no projeto do Coronel Pires Monteiro. Castigado pela Direção Central com irradiação (1930/Abr). Secretário-geral Adjunto da AEP (1932) e Secretário-Geral da AEP (1933/Mai). Assistente do jornal *Escotismo* (1933/Jan). Presidente da Comissão Executiva da AEP (1934). Em finais de 1934 emigrou para Angola. Condecoração com a Flor de Lis de Ouro (1934).
- 1190. LEITE, Francisco de Azevedo** [CNS/CNE]. Sênior do Clã de Braga, participou no I Acampamento Nacional de Dirigentes (1933/Set).
- 1191. LEITE, João Gomes** [AEP]. Secretário do Gr. 66-Coimbra (1928/Abr).
- 1192. LEITE, José de Azevedo** [UAP]. Tesoureiro do Gr. 1-Porto (1926/Mar). Membro da Comissão de Propaganda do Aduarismo no Norte (1930/Ago).
- 1193. LEITE, José Maria** [CNS/CNE]. (n. 1918/Nov/18). Industrial Têxtil. Chefe de Gr. 150-Carreira (1941/Jan) e Secretário da Alc. 95-Novais, V.N. Famalicão (1941/Jul).
- 1194. LEITE, Júlio Vasco da Gama** [AEP; EMP]. Tesoureiro do Gr. 1-Lisboa (1917/Abr). Autor de vários artigos apologéticos ao escotismo no jornal *Os Sports*, de Lisboa (1919). Escoteiro-Chefe dos *Escoteiros Maqueiros Portugueses*, em Lisboa (1919).
- 1195. LEITE, Luís Gonzaga** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 6-Guimarães (1925/Mai-1929/Jun).
- 1196. LEITE, Manuel da Silva** [CNS/CNE]. (n. 1914/Jan/19). Operário. Chefe de Alc. 97-Bairro, V.N. Famalicão (1942/Mai).
- 1197. LEITE, Manuel de Freitas** [CNS/CNE]. (n. 1904/Set/22). Sacerdote católico. Chefe de Alc. 27-Serpa (1929/Jun).
- 1198. LEITUGA, Alexandrino José** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sênior 14-Póvoa de Varzim (1935/Jul).
- 1199. LEMOS JÚNIOR, Alfredo Tovar de** [AEP]. (n. 1885- f. 1961). Irmão de Pedro Tovar de Lemos; Capitão-Médico do Exército, Assistente do Instituto de Reeducação dos Mutilados, em Arroios, Lisboa. (totem: *Águia Branca de Portugal*). Presidente do Gr. 2 Lisboa (1919-1923/Abr). Presidente do *Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas* (1920-1921). Presidente da Comissão Executiva da AEP, Professor na Escola de Chefes, e presente na Conferência Mundial de Escotismo em Paris (1922). Representante da AEP no projeto da *Federação Escotista de Portugal* (1928/Mar). Escoteiro-Chefe Geral da AEP (1924-1931). Assistente do jornal *O Escoteiro* (1929/Jun-1930). Representante da AEP na 5ª Conferência Internacional de Escotismo, em Birkenhead, Inglaterra (1929/Ago). Representante do Gr. 72-Aveiro na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Abandonou a AEP após a Conferência a 31 de Dezembro de 1931.
- 1200. LEMOS, Álvaro Viana de** [AEP]. (1881-1972). Tenente; Professor. Instrutor do Gr. 1-Lisboa (1915/Mar). Na I Conferência Nacional da AEP apresentou a tese «Da viabilidade e eficácia do escotismo em Portugal» (1924/Dez). Comissário de Zona de Coimbra (1926/Mai-1929/Jul), sendo substituído pelo Tenente Ramos Lopes. Em 1926 reativa o escotismo em Coimbra com o auxílio da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra. Autor do livro “O Escotismo na Educação” (1926). Assistente do jornal *O Escoteiro de Coimbra* (1929/Fev).
- 1201. LEMOS, Cândido de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 13-Peso da Régua (1926/Dez-1930/Dez).
- 1202. LEMOS, Isabel Grau Tovar de** [CECMP]. Vice-Presidente do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920). Escoteira-Chefe do Gr. 6-Lisboa (1924/Jul).

1203. **LEMOS, Luís Grau Tovar de** [AEP]. (n. Sevilha, 19??/Abr/20). Escoteiro do Gr. 2-Lisboa (1918/Dez). Escoteiro-Chefe do Gr. 2-Lisboa (1924/Nov-1932). Membro da Comissão Permanente da AEP (1933/Out-Dez). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan). Ajudante de Manuel Gomes dos Santos, Presidente da Comissão Executiva da AEP (1934). Membro da Comissão de Contas da AEP (1936/Abr).
1204. **LEMOS, Manuel de** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 124-Brito, Guimarães (1936/Mai).
1205. **LEMOS, Manuel José de** [CNS/CNE]. Médico. Médico da Alc. 8 e Gr. 7-Porto (1931/Nov).
1206. **LEMOS, Serafim** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 8-Sé, Porto (1934/Nov-1936/Out). Instrutor do Gr. Porto (1935).
1207. **LENCASTRE, José Maria** [UAP]. Reorganizador e Vogal da Direção do Gr. 28-Paranhos (1933/Out).
1208. **LENCASTRE, José Maria Queiroz de** [CNS/CNE]. Comissário Nacional do CNS/CNE (1925/Jan-1973). Representante do CNS/CNE no projeto da *Federação Escotista de Portugal* (1928/Mar).
1209. **LENCASTRE, Júlio Garcez de** [AEP]. Coronel. Delegado dos Serviços Centrais da AEP em Luanda, Angola (1936/Abr-Set). Em outubro de 1936 regressou à metrópole e foi substituído pelo tenente E. Dorez.
1210. **LESTER, Denise E.** [AGP]. (n. 1909-Mar-29 – f.). Fundadora da *Associação de Guias de Portugal*, com Carolina Rocha Machado, no Funchal (1931). Colunista no jornal *Alerta*, Funchal (1933/Jan). Chefe da 1ª Companhia Sénior – Lisboa (1936/Abr).
1211. **LIMA,** [CNS/CNE]. Sargento do Exército do Ultramar. Impulsionador do escotismo católico em Caria, Belmonte (1935/Jul).
1212. **LIMA, Abílio da Costa Reis** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 34-Caminha (1930/Jul).
1213. **LIMA, Abílio Reis** [AGP]. Sacerdote católico. Assistente da 2ª Companhia de Guias de Luanda (1938/Jun).
1214. **LIMA, Alberto Augusto de Oliveira** [CNS/CNE]. (n. 1905/Nov/19). Sapateiro. Chefe de Alc. 19-Santo Tirso (1928/Jul). Instrutor da Alc. 19-Santo Tirso (1928/Jul).
1215. **LIMA, Ângelo André de** [CNS/CNE]. (n. 1903/Ago/13). Empregado comercial. Chefe de Gr. 17-Espinho (1925/Mar-1926).
1216. **LIMA, António da Costa** [AEP]. Tenente. Presidente do Gr. 26-Porto (1916/Jul).
1217. **LIMA, Cândido da Costa Reis** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 75-Viana do Castelo (1933/Mai-1934/Out).
1218. **LIMA, Covas** [AEP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 54-Beja (1936/Jun).
1219. **LIMA, Francisco Xavier Beato de** [UAP]. (f. 1918/Out/26; com a gripe espanhola). Ingressa no Gr. 4-Porto (1916/Set/04). Guia de Patrulha do Gr. 4, no qual começa a dar instrução iniciática (1917/Mar). Nomeado Adail-Adjunto do Gr. 15-Porto a 1918/Set/15, por apenas um mês devido à doença.
1220. **LIMA, João Basto de** [UAP]. Tenente. Adail-Mor Regional do Norte (1924/Dez).
1221. **LIMA, José Ribeiro** [CNS/CNE]. (n. 1912/??/??). Furriel do Exército. Chefe de Gr. 78-Santa Maria Maior, Viana do Castelo (1932/Jun-1933/Mai). Chefe do Gr. 79-Areosa, Porto (1934/Nov-1936/Jun).
1222. **LIMA, Luís Gaspar de** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 84-Praia da Vitória, Açores (1932/Out).
1223. **LIMA, Manuel** [AEP]. Vogal no Gr. 41-Sporting, Porto (1933/Mar).
1224. **LIMA, Manuel António da Costa** [CNS/CNE]. Chefe da Alc. 14-Monserrate, Viana do Castelo (1934/Out). Secretário do Gr. 75-Monserrate (1934/Out).
1225. **LIMA, Mário Augusto** [UELI; UETM]. Escoteiro-Chefe Ajudante e Presidente da *União dos Escoteiros Lisbonenses* (1915/Set). Tesoureiro da *União dos Escoteiros Terra e Mar* (1915/Set).
1226. **LIMA, Mário Pedroso de** [AEP]. Comandante da Marinha. Chefe do Departamento Marítimo de Lourenço Marques. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 2-Lisboa (1929/Abr). Vogal da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).

1227.	LIMA, Miguel	[CNS/CNE]. Sênior do Clã de Braga, participou no I Acampamento Nacional de Dirigentes (1933/Set). Ajudante do Clã de Seniores de Braga (1934/Ago).
1228.	LIMA, Sebastião de Magalhães	[AEP]. Membro do Conselho Nacional da AEP (1924/Jul).
1229.	LINO, Alfredo	[AEP]. Guarda-Material do Gr. 94-Ajuda (1934/Jun).
1230.	LINO, Manuel António da Costa	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Viana do Castelo (1932/Abr). Secretário do Gr. 75-Viana do Castelo (1933/Mai). Ajudante da Alc. 14-Viana do Castelo (1933/Mai).
1231.	LIRA, Eduardo	[UAP]. Tesoureiro do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
1232.	LIRA, Joaquim Soares de Castro	[UAP]. Adail do Gr. 13-Areosa, Porto (1930). Adail Regional Mor interino, em substituição de Alexandre da Fonseca pelo falecimento do filho (1931). Secretário-Geral da UAP (1932/Nov). Vogal da Junta Assistente da UAP (1933/Jan). Secretário do Gr. 33-Porto (1933/Jan).
1233.	LISBOA, Alberto Pinto	[UAP]. Professor. Vogal da direção do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
1234.	LISBOA, Eurico	[AEEN]. Médico Oftalmologista. Membro da Direção da Associação de Escoteiros da Escola Nacional, Lisboa (1926).
1235.	LIZ, Armando	[AEP]. (f. 1929) Escoteiro-Chefe do Gr. 26-Porto.
1236.	LIZARDO, Armando	[UNE]. Professor. Fundador do Grupo “Actividade” da <i>União Nacional de Escoteiros</i> , em Lisboa, com sede na Escola de Instrução Comercial (1920).
1237.	LOBÃO,	[CNS/CNE]. Instrutor de Ginástica no Gr. 141-Nova Lisboa (1937/Abr).
1238.	LOBO, Acácio Alberto de Moraes	[UAP]. Major. Substituto do Vogal do Conselho de Administração da UAP (1927/Mai).
1239.	LOBO, Agostinho da Costa	[CNS/CNE]. Capitão. Comissário Regional de Vila Real (1926/Jun). Comissário Geral de Velhos Lobos e scouts isolados (1926/Out-1928/Out).
1240.	LOBO, Anacleto	[AEP]. Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 56-Colégio <i>Mater Dei</i> , Goa (1925/Mar-1936/Ago).
1241.	LOBO, António	[AEP]. Escoteiro-Chefe da Divisão Júnior do Gr. 91-Escola Comercial Oliveira Martins, Porto (1936/Mar).
1242.	LOBO, Augusto	[CECMP]. Instrutor-Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Participa como socorrista na revolta de 1921 (1921/Out).
1243.	LOBO, Virgílio de Sousa	[CNS/CNE]. (n. 1910/Abr/24). Secretário do Gr. Sênior 19-Ronfe, Guimarães (1940/Abr).
1244.	LOCAN, Armando	[UELI]. Presidente da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Out).
1245.	LONAEs MORALES, Francisco	[AEE]. Espanhol. Subchefe do 2º Grupo de <i>Scouts Hispanos</i> da Curia (1934/Jun-1936).
1246.	LOPES, Alberto	[AEP]. Cofundador e Presidente do Gr. 44-Devesas, V. N. Gaia (1935/Mai).
1247.	LOPES, Alfredo	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 64-Portimão (1928/Out).
1248.	LOPES, António Martins	[UAP]. Funcionário do Clube de Fenianos do Porto. Cofundador do Gr. 30-Cedofeita, Porto (1930/Ago). Vice-Presidente da Junta Assistente da <i>União dos Adueros de Portugal</i> (1931/Jun-1933/Jan).
1249.	LOPES, Apolino Ferreira	[CNS/CNE]. Secretário adjunto do Gr. 58-Poiars da Régua (1935/Fev-1936).
1250.	LOPES, Artur	[AEP]. Músico no Teatro Varietá em Lourenço Marques. Compositor do hino da AEP em Moçambique (1932).
1251.	LOPES, Baltazar	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 57-Lordelo, Porto (1933/Dez-1935/Set).
1252.	LOPES, Carlos	[UAP]. Segundo-Secretário da Junta Regional do Sul da UAP (1915/Ago).
1253.	LOPES, Carlos dos Santos	[AEP]. Fundador do Gr. 23-Alcântara, Lisboa (1915/Nov). Escoteiro-Chefe em Lisboa (1928/Out). Membro da Comissão Executiva da <i>Fraternal dos Antigos Escoteiros</i> da AEP (1930/Mai).
1254.	LOPES, Félix	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Instrutor do Gr. 18-Bragança (1933/Mar).

1255. **LOPES, Francisco Higino Craveiro** [AEP]. General; Comandante da 1ª Região Militar; Governador do Estado da Índia. Em 1930 ordenou a organização da AEP no Estado da Índia. Por solicitação do Gr. 108 Pangim, a AEP concedeu-lhe a Cruz Suástica de Ouro e o diploma de sócio honorário (1935). Abandona a Índia em julho de 1938.
1256. **LOPES, Fulgêncio** [UAP]. Vogal na Junta Regional do Norte (1924/Dez).
1257. **LOPES, Guilherme** [AEP]. Cofundador do Gr. 44-Devesas, V. N. Gaia (1935/Mai).
1258. **LOPES, Hercília das Dores** [AEP]. Professora Primária. Escoteira-Chefe do Gr. 44-Estiramantens, Tavira (1924/Jul).
1259. **LOPES, João Cândido da Silva** [CNS/CNE]. Chefe do Gr. Sênior 1-Braga (1926/Jan; 1932/Set-1934).
1260. **LOPES, João Maria** [CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 66-Ovar (1931/Nov).
1261. **LOPES, José Carlos de Azevedo Craveiro** [CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. Sênior 10-Lisboa (1931/Abr).
1262. **LOPES, Leonídio Duarte** [UAP]. Redator do jornal “A Bela Aurora”. Organizador do Grupo em formação na Campanhã, Porto (1929/Jun).
1263. **LOPES, Manuel de Sousa** [UAP]. Instrutor no Gr. 1-Porto (1927/Dez).
1264. **LOPES, Manuel Maria Ramos** [AEP]. Tenente. Comissário Regional Adjunto de Coimbra (1929/Jul). Substituiu Álvaro Viana de Lemos como Comissário Regional (1929/Ago-1930). Comissário de Zona (1930/Nov).
1265. **LOPES, Ramiro de Carvalho Ferreira** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 58-Ramalde, Porto (1936/Fev).
1266. **LORIGA, Carlos da Assunção** [AEP]. Tesoureiro do Gr. 78-Covilhã (1929/Set).
1267. **LOURDES, Maria de** [AEP]. Enfermeira militar. Integrou o contingente dos escoteiros da AEP na frente contra a “Monarquia do Norte” (1919).
1268. **LOUREIRO, Bento Dias** [CNS/CNE]. (n. 1914/Ago/31). Empregado Comercial. Chefe de Gr. 79-Areosa, Porto (1932/Ago-1934/Jul).
1269. **LOUREIRO, Eduardo B. Lapido** [CNS/CNE]. (n. 1895/Jun/03). Capitão de Artilharia. Chefe de Gr. 21-Portalegre (1926/Mar-1930/Mar). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago).
1270. **LOUREIRO, José Aires Cerqueira** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 78-Viana do Castelo (1932/Jul).
1271. **LOUREIRO, Pires** [AEP]. Tenente. Fundador do Gr. 59-Vila Nova de Gaia (1935/Dez).
1272. **LOURENÇO, Joaquim** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 38-Serpa (1928/Mar).
1273. **LOURENÇO, Raul Valentim** [AEP]. Delegado do Ministério do Comércio; Assistente da Escola Comercial “Veiga Beirão”, Lisboa (1936). Membro da Direção Central da AEP (1928/Dez-1931/Dez). Tesoureiro da Direção Central da AEP (1933/Out). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan). Membro do Tribunal de Honra da AEP (1934). Presidente da Comissão de Contas da AEP (1936/Abr).
1274. **LOURO, Rui de Sousa** [CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades da Alc. 1-Braga (1931/Nov).
1275. **LOUSADA, Francisco António** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 18-Bragança (1929/Mar-Dez). Secretário do Gr. 18 (1929/Dez-1930/Abr).
1276. **LOUSADA, Ricardo António** [UAP]. Vogal no Gr. 28-Paranhos, Paranhos (1923/Out).
1277. **LUCAS, José Afonso** [CNS/CNE]. Capitão. Chefe no Gr. 56-Cacia (1931).
1278. **LUÍS, António de Oliveira** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 40-Lisboa (1927/Dez).
1279. **LUÍS, Manuel** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Vila Real (1926/Ago).

1280. **LUND, Cyrill A.** [SA; AEP]. Oficial da marinha britânica. Escoteiro-Chefe da *Boy Scouts Association* e promotor do escotismo na ilha de São Miguel, Açores (1930/Abr).
1281. **LUZ JÚNIOR, José Vieira da** [CNS/CNE]. Professor; Vice-Presidente da Juventude Católica do Funchal. Instrutor do Gr. Sênior 5-Funchal (1932/Jun). Sub-Assistente da Escola de Chefes do CNS/CNE na Madeira (1932/Jul). Colunista no jornal *Alerta*, Funchal (1932/Jun). Representante do CNS/CNE na *Organização Escotista de Portugal* (1933/Jun). Autor de artigos escotistas no *Jornal. Diário da Manhã*, Funchal (1936).
1282. **LUZ, Fausto Sousa** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 41-Lisboa (1925/Dez). Autor de vários artigos no jornal *Sempre Pronto*, Figueira da Foz (1925/Dez).

M

1283. **MACEDO, Alberto de** [CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 58-Ramalde, Porto (1929/Set).
1284. **MACEDO, Diogo de** [AEP]. Membro da direção do jornal *O Escoteiro da Huíla*, Angola (1936/Ago).
1285. **MACEDO, Eduardo de** [AEP]. Assistente e Editor do jornal *Águia de Portugal*, órgão do Gr. 31-Figueira da Foz (1927/Jan).
1286. **MACEDO, Fernando Soares de** [AEP] (n. São José, Ponta Delgada, 1910/Jan/01) Entrou para a AEP (1928). Escoteiro-Chefe do Gr. 80-Ponta Delgada (1934).
1287. **MACEDO, Manuel da Silva** [CNS/CNE]. (n. 1924/Nov/02). Empregado de Escritório. Chefe de Alc. 100-Sé, Braga (1943/Mai).
1288. **MACHADO JÚNIOR, Francisco** [UAP]. Primeiro Secretário do Gr. 1-Porto (1922/Jan).
1289. **MACHADO, Alberto** [CECMP]. Primeiro Vogal no Conselho Geral do *Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas* (1920).
1290. **MACHADO, Alberto** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 25-Godim, Régua (1926/Jun-1931/Abr). Inspetor Regional de Vila Real (1926/Jun-1933).
1291. **MACHADO, Alberto Pinheiro** [CNS/CNE]. Sacerdote Católico. Assistente da Alc. 58 e Gr. 102-S. Martinho de Bougado, Trofa (1934/Jun).
1292. **MACHADO, Álvaro de Melo** [AEP]. Comandante da Marinha e filho do general Joaquim José Machado, governador de Moçambique. Assistente dos Caminhos de Ferro de Benguela (1937). Fundador do grupo de *Boy-Scouts* e *Girl-Guides* em Macau (1911) e Grupo 2 - Lisboa (1912) sendo considerado um dos fundadores do escotismo em território português. Em 1914, a convite do pai para transferir-se para Moçambique, funda o Gr. 10 – Lourenço Marques. Enquanto Escoteiro-Chefe Geral da AEP (1915-1918/Jun) também exerceu ações de instrução de remo nos grupos da capital. Autor do «Manual do Escoteiro Português» (1918). Ausente em França, delegou a chefia nacional em Joaquim Duarte Borrego (1919/Fev). Presidente da Comissão Permanente da AEP (1933/Out). No Conselho Nacional da AEP em 1923 é condecorado com a Lis de Prata. Em a 28-06-1935 visitou os grupos de Lourenço Marques com John George Taylor.
1293. **MACHADO, António Pinto** [AEP]. Assistente do Palácio de Cristal, Porto (1936). Membro da Comissão Permanente da Conferência de Dirigentes. Comissário Regional do Porto, em substituição de João Namorado de Aguiar. Esteve apenas um mês no cargo, sendo substituído por Aníbal Santos (1936).
1294. **MACHADO, Asdrúbal Brandão** [AEP; UAP]. Escoteiro no Gr. 5-Alcântara. Instrutor (1915/Jan). Demitido da AEP. Nomeado Presidente e Adail-Mor da Junta Regional do Sul da UAP (1915/Ago). Empreendeu uma viagem de propaganda do *scouting* pelo interior de Portugal com Delfim Teixeira (1916/Jan).
1295. **MACHADO, Carolina Vieira Castro Rocha** [AGP]. Esposa de Luís Rocha Machado, Presidente da Câmara Municipal do Funchal. Comissária Regional da Madeira e Açores (1931-1939).
1296. **MACHADO, Francisco** [UAP]. Membro da Comissão Nacional de Direções de Grupos (1925/Jul).
1297. **MACHADO, Francisco Inácio** [AEP]. (n. Furna, São Miguel, 1916/Jan/14). Escoteiro-Chefe do Gr. 71-Ribeira Grande, Açores (1936/Mai).
1298. **MACHADO, J.** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Marítimo 1-Póvoa de Varzim (1926/Jan).

1299. MACHADO, Joaquim António da Cunha	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 6-Guimarães (1932/Abr-1936/Jan). Secretário do Gr. 116 (1935/Dez) e Alc. 81-Guimarães (1936/Dez).
1300. MACHADO, Joaquim Pires	[AEP]. Chefe de Música. Cofundador do Gr. 109-Caldas da Rainha (1929/Abr).
1301. MACHADO, Joaquim Soares	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 78-Viana do Castelo (1933/Mai).
1302. MACHADO, José Augusto	[CNS/CNE]. Estudante. Secretário da Alc. 34-Caminha (1930/Jul).
1303. MACHADO, Luís C.	[UAP]. Presidente do Gr. 23-Matosinhos (1926/Mar).
1304. MACHADO, Manuel Fialho da França	[CNS/CNE]. Secretário do Núcleo de Abrantes (1935/Mai).
1305. MACHADO, Norberto dos Santos	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 79-Barreiro (1936/Nov).
1306. MACHADO, Urbano Artur Loureiro	[UAP]. Aduero no Gr. 1-Porto, onde chegou a Chefe de Patrulha (1920/Set-1922/Nov). Membro da Comissão de Projetos da UAP (1927/Dez). Adail de Gr. 1-Porto (1923/Jul-1929). Adail Interino do Gr. 26-Madalena, V.N. Gaia (1925/Ago). Adail do Gr. 18-V.N. Gaia (1929/Abr).
1307. MACHADO, Vitória Nayr Brandão	[UAP]. Irmã de Asdrúbal Brandão Machado. Primeira-Secretária da Junta Regional do Sul da UAP (1915/Ago). Efetuou uma conferência de propaganda do <i>scouting</i> em Sobral de Monte Agraço, com o irmão e Delfim Teixeira (1916/Fev). Voluntária dos <i>Adueros de Portugal</i> no contingente dos escoteiros da AEP na frente contra a “Monarquia do Norte” (1919).
1308. MACIEIRA JÚNIOR, Júlio Batista	[AEP]. Aluno do Curso Superior de Comércio (1919). Tesoureiro do Gr. 2 Lisboa (1919).
1309. MACIEIRA, Justino Francisco	[CNS/CNE]. (f. 1935/Fev). Sacerdote católico. Assistente do Gr. 83 (1932/Dez) e Alc. 19-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1934/Jan).
1310. MACIEL, João Roberto Pereira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 77-Braga (1936/Jul).
1311. MACIEL, Manuel da Costa	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 5-Braga (1931/Nov-1935/Jul).
1312. MADEIRA, José Rodrigues	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 12-Coimbra (1928/Mar).
1313. MADUREIRA, António Cardoso	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 44-Campanhã, Porto (1936/Out).
1314. MADUREIRA, José Antero Nunes Leal	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 71-Lisboa (1931/Mai-1932/Jan).
1315. MADURO, Mário Rodrigues	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 75-Viana do Castelo (1934/Out-1935).
1316. MAGALHÃES, Álvaro Júlio dos Santos	[CNS/CNE]. (n. 1906/Fev/03). Empregado Comercial. Chefe de Gr. 2-Vila Real (1925).
1317. MAGALHÃES, António A. Gerales	[UAP]. Funcionário Público. Vogal no Gr. 28-Paranhos, Paranhos (1923/Out-1925/Ago).
1318. MAGALHÃES, António Pereira de	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 1-Braga (1929/Jan-Jul). Chefe do Gr. 3-Braga (1929/Jul-1934). Vogal Substituto da Junta Central (1941/Jun).
1319. MAGALHÃES, Aristides	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. Sênior 6-Burgães, Santo Tirso (1929/Jan). Chefe do Gr. Sênior 6 (1929/Set).
1320. MAGALHÃES, Eurico de Lima	[UAP]. Negociante. Tesoureiro do Gr. 1; Tesoureiro Geral da UAP (1921/Ago-1922/Jan). Emigrado para os E.U.A. em fevereiro de 1922. Substituto do Presidente do Conselho-Mor da UAP (1927/Mai).

1321. **MAGALHÃES, José Pinto de Queiroz** [UAP]. (f. 1933/Dez). Médico e Professor na Escola Normal Primária do Porto. Nomeado delegado da Junta Patriótica do Norte pela UAP (1916/Mar). Vogal da Junta Assistente do Aduarismo (1918/Jul-1924/Dez). Presidente do Conselho de Propaganda da UAP (1927/Mai). Vice-Presidente da Junta Assistente da UAP (1929/Jul). Em 1929 preside a inauguração do Gr. 6-Centro Federal 15 de Novembro. Presidente da Conselho Consultivo da UAP (1930/Set-1933/Jan).
1322. **MAGALHÃES, José Ribeiro de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 35, Gr. 50 e Núcleo da Beira, Moçambique (1932/Abr).
1323. **MAGALHÃES, Manuel Gonçalves** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 31-Coimbra (1933/Jan).
1324. **MAGALHÃES, Manuel Joaquim** [CNS/CNE]. (n. 1903/Mai/03). Professor. Chefe de Gr. 86-Huíla, Angola (1932/Nov). Inspetor do Núcleo de Moçamedes (1936/Mar). Chefe do Gr. 143-Sá da Bandeira (1937/Jan-1938/Fev).
1325. **MAGALHÃES, Maria Luísa Correia** [AEP]. Presidente do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1915/Nov-1917/Mai).
1326. **MAGALHÃES, Rodrigo Moreira de** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 67-Campanhã, Porto (1931/Fev-1932/Nov).
1327. **MAIA, Celestino da Costa** [AEP]. Aluno da 7ª classe de Ciências. Escoteiro-Chefe e reativador do Gr. 66-Coimbra (1923/Nov).
1328. **MAIA, Eduardo** [AEP]. Fundador de grupo de escoteiros no *Sporting Clube da Beira*, Moçambique (1933/Mai).
1329. **MAIA, Ernesto Chianca da** [AEP]. Membro da Comissão Angariadora de Sócios da AEP (1916/Jul).
1330. **MAIA, Fernando de Castro** [AEP]. Membro da direção do Gr.62-Aveiro (1930).
1331. **MAIA, José Joaquim de Sousa** [CNS/CNE]. (n. 1915/Out/07). Estudante. Chefe de Gr. 112-Barreiros, Maia (1935/Out-1936).
1332. **MAIA, José Lopes** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 135-Alpalhão, Nisa (1937/Abr).
1333. **MAIA, Luís Virgílio Peixoto** [UAP]. Comerciante. Adail do Gr. 6-Porto (1924/Ago-1925/Jul).
1334. **MAIA, Manuel** [AEP]. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 53-Porto (1928/Out). Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 58-Valbom, Porto (1929). Possivelmente Chefe no Gr. 71 (1929). Secretário de Zona do Porto (1930).
1335. **MAIA, Manuel Augusto de Sousa** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 112-Barreiros, Maia (1936/Jun).
1336. **MAIA, Raul Sousa** [CES] Tesoureiro do Gr. 4-Crestuma, V.N. Gaia, do *Corpo de Escoteiros do Sporting* (1931).
1337. **MALATO, Francisco António** [CNS/CNE]. Sacerdote católico; cónego. Secretário do Gr. 21-Portalegre (1926/Mar-1927). Chefe do Gr. 21 (1930/Mar) em substituição ao Cap. Eduardo Lapido Loureiro. Assistente do Gr. 21-Portalegre (1931). Delegado da Junta Regional de Portalegre (1938/Out).
1338. **MALHEIRO, Francisco Teixeira** [AEP]. (n. Cedofeita, Porto, 09/08/1904). Escoteiro-Chefe Ajudante Náutico do Gr. 41 Club Portuense (1935).
1339. **MALHEIROS, António Abreu de Araújo** [UAP]. 1º Sargento. Instrutor do Gr. 24-Vila Real (1926/Mai).
1340. **MALLOY,** [AGP]. Irlandesa. Chefe da *Associação das Guias de Portugal* no Funchal (1931).
1341. **MAMEDE, A.** [UEV]. Oficial do Exército. Escoteiro-Chefe Geral do Gr. 2-Lisboa, da *União dos Escoteiros Vigilantes* (1915/Out).
1342. **MAMEDE, Maria Luísa S.** [AGP]. Ajudante do 3º Bando de Avezinhas – Lisboa (1936/Abr).
1343. **MANAÇAS, Alfredo (ou Afonso)** [AEP]. Médico de Sanidade Escolar e do Liceu de Pedro Nunes. Nomeado responsável da Comissão de Saúde e Educação Física da AEP (1922/Dez).
1344. **MANARTE, António Augusto de Oliveira** [CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades do Gr. 66-Ovar (1933/Set). Instrutor de Canto Coral e Cécnico do Gr. 66 (1934/Abr).

1345. MANSO, João de Deus	[CNS/CNE]. Capitão do Exército. Comissário Regional de Évora (1936/Jun).
1346. MANTEIGUEIRO, João Baptista	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 10-Covilhã (1933/Abr). Ajudante da Alc. 10 (1933/Ago). Chefe Interino da Alc. 10 (1936/Abr).
1347. MARCOS, Henrique Alberto da Ressurreição	[CNS/CNE] Ajudante do Gr. 18-Bragança (1931/Fev).
1348. MAROTO, António Peixoto	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 53-Fundão (1929/Mar).
1349. MARQUES JÚNIOR, Joaquim	[CNS/CNE]. (n. 1904/Out/17). Canteiro. Instrutor do Núcleo de Coimbra (1927/Fev). Chefe do Gr. 30-Coimbra (1927/Fev-1928/Mar). Chefe de Gr. 31-St. António dos Olivais, Coimbra (1927/Nov-1928).
1350. MARQUES, Abel Augusto da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 47-Rebordões, Santo Tirso (1928/Nov-1936).
1351. MARQUES, Albino da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 59 (1929/Dez) e Alc. 31-São Miguel de Poiares, Régua (1930/Mar).
1352. MARQUES, Alfredo da Costa	[CES; AEP]. Engenheiro-Chefe no <i>SMGE - Serviços Municipalizados Gás e Eletricidade</i> (Porto). Presidente do Corpo dos Escoteiros do Sporting (1931/mai-1932/Ago) e Presidente da AEP Gr.41-Sporting (1932/Set-1933/Mar).
1353. MARQUES, António	[CNS/CNE]. Instrutor da Alc. 12-Coimbra (1930/Jul-1933).
1354. MARQUES, António Coelho	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 47-Santa Engrácia, Lisboa (1934/Out-1935/Jan).
1355. MARQUES, António dos Santos	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo do Fundão (1933/Jan).
1356. MARQUES, António Lopes	[UAP] Presidente do Gr. 10-Ajuda, Lisboa (1932/Jun).
1357. MARQUES, Augusto Alves	[UAP]. Vice-Presidente do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
1358. MARQUES, Custódio	[UAP]. Membro da Comissão de Festas do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931).
1359. MARQUES, Daniel	[UAP]. Cofundador e Vice-Presidente do Gr. 28-Paranhos por apenas três meses, sendo substituído por Heitor de Vilhena (1922/Mar-1922/Mai).
1360. MARQUES, Domingos	[UELI]. Vogal da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Ago).
1361. MARQUES, Eduardo de Oliveira	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 40-Lisboa (1927/Abr). Cofundador do Gr. 27-Escola Masculina de S. Pedro de Sintra (1931/Mai).
1362. MARQUES, Emídio Homem de Sousa	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 49 e Gr. 97-Condeixa-a-Nova (1934/Abr).
1363. MARQUES, Elísio Rodrigues	[CNS/CNE]. Inspetor Regional da Guarda (1931/Dez).
1364. MARQUES, Fernando Basso	[AEP]. Delegado dos Serviços Centrais da AEP em Pangim, Goa, Índia Portuguesa (1936/Abr).
1365. MARQUES, Francisco de Assis Lopes	[CNS/CNE]. (n. 1899/Dez/10). Fotogravador. Chefe de Alc. 22-Sacramento, Lisboa (1932/Mai).
1366. MARQUES, Graciliano Reis da Silva	[CNS/CNE]. (n. 1889/??/??). Capitão. Comissário Diocesano da Junta Arquidiocesana de Braga, futura região de Braga (1923/Mai-1928/Dez). Primeiro-Vogal da Junta Central (1925/Jan-1927/Jul). Comissário Geral de Lobitos (1925/Mai-1928/Dez). Comissário Regional de Braga (1923/Mai-1928/Dez). Chefe de Escola Regional de Instrutores de Braga (1926/Jan). Representante do CNS/CNE no projeto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Presidente do Conselho Fiscal do CNE (1938/Jun).
1367. MARQUES, Henrique de Oliveira	[AEP] Escoteiro-Chefe no Gr. 1-Lisboa (1925/Out).
1368. MARQUES, João Salvador	[AEP]. Apresentou uma tese sobre escotismo no Congresso das Misericórdias (1929).

1369.	MARQUES, José	[AEP]. Fundador de grupo de escoteiros no <i>Sporting Clube da Beira</i> , Moçambique com Eduardo Maia e José Marrocos (1933/Mai).
1370.	MARQUES, José de Azevedo Ataíde	[CNS/CNE]. (n. 1909/Mar/11). Estudante. Chefe de Alc. 17-Viséu (1927/Out).
1371.	MARQUES, Luciano	[UAP]. Presidente do Gr. 39-Lisboa (1932/Mai).
1372.	MARQUES, Luís Pedro	[UAP]. Vogal da Junta Regional do Norte da UAP (1918/Ago).
1373.	MARQUES, Manuel Duarte	[CNS/CNE]. Subdiácono católico. Instrutor de Especialidades do Gr. 120-Seminário de Coimbra (1936/Nov).
1374.	MARQUES, Maria Inácia	[CNS/CNE]. (n. 1922/Jul/24). Chefe de Alc. 93-Barreiro (1941/Mar).
1375.	MARQUES, Mário Pereira	[CNS/CNE]. Instrutor de Sinalagem da Alc. 59-Santos Reis, Lisboa (1934/Out-1936/Abr).
1376.	MARQUES, Messias Gonçalves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 29 e Gr. 61-Guarda (1930/Mar).
1377.	MARQUES, Napoleão Sousa	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 58 e Gr. 102-S. Martinho de Bougado, Trofa (1934/Jun).
1378.	MARQUINA DOUSSINAGUE, Xavier	[AEE]. Nacionalidade espanhola. Subchefe do 1º Grupo de <i>Scouts Hispanos</i> da Curia (1934/Jun-1936).
1379.	MARRECOS, José	[UAP]. Tenente. Presidente do Gr. 11-Palácio das Necessidades, Lisboa (1922/Fev).
1380.	MARROCOS, José Nunes	[CNS/CNE; AEP]. Chefe do CNS/CNE Gr. 64-Beira, Moçambique (1930/Set). Chefe de CNS/CNE Alc. 35-Beira, Moçambique (1932/Mai). Fundador de grupo de escoteiros no <i>Sporting Clube da Beira</i> , Moçambique com Eduardo Maia e José Marques (1933/Mai).
1381.	MARTINS JÚNIOR, António Bento	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Nacional da Junta Central (1932/Out-1938/Out).
1382.	MARTINS, Adelino	[AEP]. Cofundador do Gr. 19-Santarém (1914/Mar).
1383.	MARTINS, Alberto	[AEP]. Professor. Membro da direção do Gr. 108-Pangim, Goa (1936/Mar).
1384.	MARTINS, Alberto	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 27-Vilar do Paraíso, V.N. Gaia (1926/Jun).
1385.	MARTINS, Aníbal Artur Pinto	[UAP]. Professor de Educação Física (V.N. Gaia; Porto; Lagos; Aveiro). Instrutor de ginástica no Gr. 1-Porto (1926/Jan). Representante da UAP na receção oficial do contingente brasileiro a Leixões e Porto (1929). Instrutor Geral de Educação Física da UAP (1925/Ago-1931). Secretário do Conselho de Administração da UAP (1927/Mai). Adail-Mor Regional do Porto (1929-1930). Em 1930 apresentou uma tese na Escola Normal Superior de Lisboa com o título “O Aduarismo ou a mais eficaz acção de profilaxia social”.
1386.	MARTINS, António	[AEP]. Chefe do Serviço de Material e Uniformes da Região do Porto (1936/Dez).
1387.	MARTINS, António	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. Sénior 9-Vilarinho, Santo Tirso (1931/Fev). Ajudante do Gr. 74-Porto (1933/Set).
1388.	MARTINS, António Alves	[CNE]. Sacerdote católico. Organizador do Escotismo e Guidismo Católico em Moçambique (1932/Jul).
1389.	MARTINS, António Augusto	[UAP]. Professor. Adail-Mor Regional do Norte (1924/Jul). Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez). Substituto do Segundo-Secretário do Conselho de Propaganda da UAP (1927/Mai).
1390.	MARTINS, António Joaquim da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Abrantes (1935/Mai).
1391.	MARTINS, António Mendes	[CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades do Gr. Sénior 12-Luanda (1934/Mai).

1392. MARTINS, Bartolomeu dos Mártires	[CNS/CNE]. Sacerdote católico; frade. Assistente da Alc. 86-Mogofores, Anadia (1937/Jul).
1393. MARTINS, Bastos	[UAP]. Substituto do Segundo-Secretário do Senado da UAP (1927/Mai).
1394. MARTINS, David Eduardo	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 12-Campo de Ourique, Lisboa (1928/Mar).
1395. MARTINS, Domingos da Silva	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 106-Valença do Minho (1935/Mai).
1396. MARTINS, Domingos de Oliveira	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 5-Braga (1931/Nov).
1397. MARTINS, Emílio	[UAP]. Advogado. Distribuidor Geral da Comarca do Porto. Vogal da Junta Assistente do Aduarismo (1918/Jul).
1398. MARTINS, Fernando Dias	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 79-Areosa, Porto (1932/Ago).
1399. MARTINS, Horácio Augusto	[AEP]. Secretário do Gr. 58-Legião do Bem, Porto (1935/Out).
1400. MARTINS, Humberto	[AEP]. (n. Lisboa, 1896/Mai/17). Desenhador-litógrafo. Entrada na AEP (1912/Ago/09). Escoteiro-Chefe Adjunto no Gr. 1-Lisboa (1921/Mai-1923/Abr). Fundador e Escoteiro-Chefe dos grupos 64 e 65 em Portimão (1927-1935). Comissário da Zona Barlavento da AEP (1927/Mar-1930).
1401. MARTINS, Jaime Augusto	[CNS/CNE]. (n. 1905/Out/19). Empregado Bancário. Chefe de Gr. 109-Amadora (1935/Jan-1936).
1402. MARTINS, Joaquim da Silva	[CNS/CNE]. (n. 1911/Nov/06). Tintureiro. Chefe de Gr. Sênior 19-Ronfe, Guimarães (1940/Abr).
1403. MARTINS, Joaquim da Conceição	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 15-Porto (1931/Nov).
1404. MARTINS, José Agostinho	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 12-Campo de Ourique, Lisboa (1928/Mar).
1405. MARTINS, José Augusto	[AEP]. Secretário do Gr. 48-Porto (1933/Nov).
1406. MARTINS, José Conceição	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 15-Porto (1932/Jul).
1407. MARTINS, José Domingos	[CNS/CNE]. (n. 1908/Mar/18). Serralheiro. Chefe de Alc. 39 e Gr. 73-Vila Nova de Tazem, Gouveia (1931/Jul).
1408. MARTINS, José dos Santos	[UAP]. Primeiro-Secretário do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
1409. MARTINS, José Ferreira	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 40-Igreja Evangélica de Setúbal (1933/Mai).
1410. MARTINS, José Flávio Batista	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 98-Beja (1935/Out).
1411. MARTINS, Luís	[CNS/CNE]. Responsável pela receção ao contingente brasileiro no Porto (1929).
1412. MARTINS, Manuel	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. “Paulo Dias de Novais”, na Missão de S. Paulo, Luanda (1936/Fev).
1413. MARTINS, Manuel Abranches	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 12-Coimbra (1928/Abr-1931/Dez).
1414. MARTINS, Manuel Francisco	[CNS/CNE]. (n. 1906/??/??). Professor Primário Móvel. Chefe de Gr. 93-Luanda (1933/Ago-1935).
1415. MARTINS, Octávio	[UELI]. Presidente da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Ago).
1416. MARTINS, Pinto	[AEP]. Professor de ginástica. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 54-Beja (1936/Jun).
1417. MARTINS, Rodrigo Everard	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 45-Lisboa (1931/Fev).
1418. MARTINS, Serafim	[UAP]. Instrutor de Tática do Gr. 14-Viana do Castelo (1925/Ago).

1419.	MARVÃO, Ayres da Fonseca e	[AEP]. Engenheiro. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 54-Beja (1936/Jun).
1420.	MATA, Egídio	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 4 Lisboa (1923/Abr). Membro da Direção Central da AEP (1925/Out).
1421.	MATA, Manuel Gil	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 8-Sé, Porto (1933/Abr).
1422.	MATA, Marques da	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 16-Carcavelos (1936/Nov).
1423.	MATEUS, Joaquim	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 27-Lourenço Marques (1934/Mar).
1424.	MATEUS, Manuel	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 113-Caria, Belmonte (1935/Out).
1425.	MATEUS, Lopes	[AEP]. Coronel do Exército.
1426.	MATIAS, Aníbal Augusto	[UAP]. Secretário-Geral da UAP (1924/Dez).
1427.	MATOS JÚNIOR, Carlos	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 129-Arcos, Anadia (1936/Nov).
1428.	MATOS, Albertino de	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Coimbra (1927/Jan). Comissário interino do Núcleo de Coimbra (1927/Jan).
1429.	MATOS, Amândio Delfim Soares de	[CNS/CNE]. (n. 1910/Mar/03). Tipógrafo. Chefe de Gr. 67-Campanhã, Porto (1931/Fev-1933/Nov). Chefe da Alc. 41-Porto (1933/Set-1935). Ajudante da Alc. 41 (1933/Nov-1935).
1430.	MATOS, António de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 102-Porto (1935/Jun).
1431.	MATOS, Augusto Félix de	[CNS/CNE]. Comerciante. Secretário do Gr. 127-Fenais da Vera Cruz, Ribeira Grande, Açores (1936/Jan).
1432.	MATOS, Edmundo dos Santos	[AEP]. Escoteiro no Gr. 1-Lisboa (1920-1924/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 63-Torres Novas (1928-1930/Jun). Participante no Acampamento Internacional de Vigo (1930). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklin de Oliveira.
1433.	MATOS, Eduardo	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 63-Torres Novas (?) (1931).
1434.	MATOS, Eugénio	[UAP]. Vice-presidente da Comissão Administrativa do Gr. 18-V.N. Gaia (1930/Out).
1435.	MATOS, Frederico de	[AEP]. Membro da organização do II Acampamento Nacional da AEP na Exposição Colonial do Porto. Condecorado com a Cruz Suástica de Prata (1934). Presidente da Comissão de Propaganda da AEP (1935/Jun). Comissário Regional Adjunto do Porto (1935/Nov-1936).
1436.	MATOS, Guilherme António de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 12-Luanda (1934/Mai).
1437.	MATOS, José de	[UAP]. Fundador do Gr. 11-Alcântara, Lisboa (1915/Ago).
1438.	MATOS, José Lourenço de	[CNS/CNE]. (n. 1907/Set/08). Sacerdote católico. Chefe do Gr. 31-Coimbra (1931/Dez). Assistente da Alc. 12 e Gr. 31 (1931/Dez). Chefe de Alc. 69-Midões, Tábua (1934/Dez). Chefe, Assistente e Secretário da Alc. 69-Midões da Beira (1935/Out).
1439.	MATOS, José Soares de	[CNS/CNE]. (n. 1894/Abr/29). Tenente do Exército. Chefe de Alc. 29 e Gr. 61-Guarda (1930/Mar).
1440.	MATOS, Manuel Vieira de	[CNS/CNE]. (f. 1932/Out/28). Sacerdote católico; Arcebispo Primaz de Braga. Fundador do <i>Corpo de Scouts Católicos Portugueses</i> . Assistente-geral do CSCP (1923/Mai-1927).
1441.	MATOS, Maria Eugénia de	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 64-Amadora (1937/Fev).
1442.	MEDEIROS, Jacinto Raposo de	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 127-Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).
1443.	MEDEIROS, Manuel Jacinto Pacheco de	[AEP]. Nomeado delegado da Secretaria Geral da AEP ao Conselho Nacional (1922).
1444.	MEDINA JÚNIOR, António	[AEP]. Cofundador do Gr. 27-Escola Masculina de S. Pedro de Sintra (1931/Mai).

1445.	MEGRE, Henrique	[AEP]. Idealizador de um grupo de escoteiros no clube “Estrela Vigorosa Sport”, no Porto, com F. Guerreiro Chaves e Gaspar de Oliveira (1930).
1446.	MEGRE, José Pimenta Lacerda e	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 75 e Gr. 123-Ponte da Barca (1936/Mai).
1447.	MEIRA, José Maria	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 75-Viana do Castelo (1933/Mai-1934/Out).
1448.	MEIRELES, António Monteiro da Silva	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 1-Braga (1929/Jul-Dez).
1449.	MEIRELES, Hermenegildo	[AEP]. Escoteiro-Chefe Auxiliar do Gr. 62-Aveiro (1929-1930/Nov). Escoteiro-Chefe do Gr. 72-Aveiro (1930/Dez). Comissário Adjunto da Zona de Aveiro (1930/Out).
1450.	MEIRELES, Joaquim Peixoto	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 19 e Gr. 44-Santo Tirso (1928/Jul).
1451.	MELO,	[AEP]. Instrutor no Gr. 7-Lisboa (1915/Fev). Prestou algumas palestras acerca da Liga Antitabagista Portuguesa.
1452.	MELO, Benjamim	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 41-Clube Fluvial Portuense (1933/Ago). Fundador do Gr. 91-Escola Comercial Oliveira Martins, Porto (1935/Abr). Escoteiro-Chefe Interino do Gr-41-C.F.P. (1935/Jul).
1453.	MELO, Camila de Sampaio e	[CNS/CNE]. (n. 1899/Out/23). Secretária de Alc. 86-Mogofores, Anadia (1937/Jul).
1454.	MELO, Elvira de Sampaio e	[CNS/CNE]. (n. 1899/Out/23). Doméstica. Chefe de Alc. 86-Mogofores, Anadia (1937/Jul).
1455.	MELO, Eugénia de Sousa e Holstein Brandão de	[AGP; CNS/CNE]. Comissária Regional de Angola (1935/Dez-1937/Jul). Regressa à metrópole e é nomeada Comissária Regional do Sul de Portugal (1936/Fev-1937/Jun).
1456.	MELO, Isabel Brandão	[AGP]. Vogal do Núcleo de Luanda (1935-1936).
1457.	MELO, José Pinheiro de	[AEP]. Comerciante, publicista e político republicano. Cofundador do Gr. 6-Academia de Estudos Livres, Lisboa (1914/Ago).
1458.	MELO, Mário Joaquim de	[CES; AEP]. (n. Lisboa, 1889/Jan/23). Comerciante. Instrutor e Secretário-Geral do Corpo de Escoteiros do Sporting (1930/Jun-1931). Instrutor no AEP Gr. 41-Clube Fluvial Portuense (1933/Ago-1935/Set) e Secretário-Geral do Gr. 41 (1934/Abr-1935). Comissário Regional Adjunto do Porto (1936/Dez).
1459.	MELO, Wadington José Henriques de	[AEP]. (n. Inhambane, 1912/Dez/11). Escoteiro-Chefe do Gr. 48-Lourenço Marques (1935). Nomeado segundo Secretário de Núcleo de Lourenço Marques (1935/Fev). Escoteiro-Chefe do Gr. 68-Lourenço Marques (1935/Jan-1936/Ago).
1460.	MELLO, Seby de	[AEP]. <i>Scoutmaster</i> de <i>Bombay Sea Scouts</i> (Índia), e formador no AEP Gr. 123-Goa (1933/Out)
1461.	MELQUIADES, Aquiles Oeiras	[AEP]. Funcionário do Laboratório de Ciências Biológicas. Escoteiro-Chefe no Gr. 5-Lisboa (1925/Ago-1930). Participante na Escola Internacional de Chefes em Cappy, França (1925/Ago). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira. Castigado pela Direção Central com seis meses de suspensão (1930/Abr). Abandonou a AEP devido a problemas internos em 1930. Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 115-Lisboa <i>Ginásio Clube</i> (1934-1941/Nov). Membro do Tribunal de Honra da AEP (1936).
1462.	MENA, Maria Emília P.A.	[AGP]. Comissária do Núcleo de Luanda (1937/Nov).
1463.	MENDES, Abílio da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 79 e Gr. 130-Barreiro (1936/Nov), Alc. 93 e Gr. Sênior 21-Barreiro (1941/Mar).
1464.	MENDES, Américo	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo da Beira, Moçambique (1930/Set-1932/Mai).
1465.	MENDES, António Pedro	[CNS/CNE]. Chefe de Gr. Sênior 20-Évora (1940).
1466.	MENDES, Artur Vasconcelos	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 41-Porto (1933/Set). Secretário do Gr. Sênior 10-Porto (1933/Nov).
1467.	MENDES, Cândio José Rodrigues	[CNS/CNE]. Ajudante do Chefe de Campo do Núcleo de Coimbra (1936/Jan).

1468.	MENDES, Carlos	[AEP]. Presidente do Gr. 63-Torres Novas (1929).
1469.	MENDES, Carlos	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 13-Peso da Régua (1930/Dez-1931/Mai).
1470.	MENDES, Filipe	[AEP]. Membro da Conselho Nacional da AEP (1925/Out).
1471.	MENDES, Gastão Correia	[AEP]. (f. 1921/Fev). Primeiro-Reitor e Presidente do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1921/Fev).
1472.	MENDES, Herculano Alexandre	[UAP]. Aduero no Gr. 4-Porto (1916/Dez) e Chefe de Patrulha (1922/Jun). Adail de Gr. (?) (1924/Ago).
1473.	MENDES, Júlio Geraldes	[CNS/CNE]. Tenente da Infantaria. Secretário do Gr. 52-Lamego (1929/Mar).
1474.	MENDES, Luís Filipe Azinhais	[AEP]. Capitão. Escoteiro-Chefe do Gr. 86-Carcavelos (1929/Jul-1930). Comissário da Zona de Lisboa da AEP (1930/Jan). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira. Castigado pela Direção Central (1930/Abr). Escoteiro-Chefe do Gr. 16-Carcavelos (1931).
1475.	MENDES, Luís Sebastião	[UAP]. Proprietário. Adail Ajudante do Gr. 4-Porto (1916/Nov-1917) e Assistente (1917/Mai-1920). Projetou expandir o Aduarismo em Rio Tinto (1917/Mai) mas sem sucesso. Administrador do Serviço de Publicações Adueras (1921/Nov). Vice-Presidente e Assistente da biblioteca do Gr. 1-Porto (1921/Nov). Vogal da Junta Regional do Norte da UAP (1918/Ago-1925). Presidente da Junta Regional do Norte (1926/Ago-1933/Mai). Segundo-Secretário do Conselho Consultivo da UAP (1930-1932/Fev).
1476.	MENDES, Maia	[CNS/CNE]. Médico. Médico da Alc. 40 e Gr. 74-Cedofeita, Porto (1935/Fev).
1477.	MENDES, Manuel Júlio	[UAP]. Major. Reorganizador e vogal da direção do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
1478.	MENDES, Manuel Maia	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 8-Porto (1925/Abr).
1479.	MENDES, Maria Leopoldina Maia e Pinto	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 12-Coimbra (1930/Jul).
1480.	MENDES, Mário da Silva	[CNS/CNE]. Comissário Regional de Coimbra (1930/Mai-1936/Mar).
1481.	MENDES, Vital Rodrigues	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 81-Salto, Montalegre (1932/Jul).
1482.	MENDONÇA, José Maria	[CNS/CNE]. Capitão. Chefe do Gr. 11 Moçâmedes (1935).
1483.	MENDONÇA, Lourenço Baptista Lopes de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 6-Olhão (1929/Dez).
1484.	MENDONÇA, Manuel Maria Valente	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 15-Cedofeita, Porto (1925/Abr-1927).
1485.	MENDONÇA, Zuzarte de	[CNS/CNE]. Assistente da Juventude Católica de Lisboa (1913-1919) e representante da região sul da Federação de Juventude Católica Portuguesa (1913).
1486.	MENEZES, Caetano José da Piedade	1487. [AEP]. (n. Bicholim, Goa, 1897/Ago/05). Escoteiro-Chefe do Gr. 123-Mapuçá, Goa (1933/Out-1936/Ago).
1488.	MENEZES, João de	[UETM; APE]. Secretário da <i>União dos Escoteiros Terra e Mar</i> , Lisboa (1915/Out). Membro da direção da <i>Associação Portuguesa de Escoteiros</i> , de Lisboa (1918/Nov).
1489.	MESQUITA, Américo de	[UEL; UELI; UETM]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 2-Lisboa da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> (1915/Mai). Secretário da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Ago). Presidente da <i>União dos Escoteiros Terra e Mar</i> (1915/Set).
1490.	MESQUITA, José Pinto de	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 41-Porto (1935/Jul).
1491.	MESTRE, M. Palma	[AEP]. Capitão do Exército. Escoteiro-Chefe do Gr. 54 Beja (1934-1936). Autor do livro "Eduquemos a Mocidade" (1935). Comissário Regional do Alentejo (Mai/1937).
1492.	MEYER, Alfredo Luasis	[AEP]. Participante no Jamboree de Birkenhead (1929/Ago). Escoteiro-Chefe do Gr. 107-Parede, Cascais (1929/Dez). Castigado pela Direção Central, pela oposição a Franklin de Oliveira e Alfredo Tovar de Lemos (1930/Abr). Presente na receção aos escoteiros ingleses durante a Exposição Colonial do Porto (1934/Set).

1493. MIGUEL, Luís Alves	[AEP]. Ajudante de Fiel do Montepio Geral. Escoteiro no Gr. 2-Lisboa (1914-1916) e Gr. 5-Lisboa (1916-1918). Fundador da Fraternal dos Antigos Escoteiros (1930/Fev).
1494. MILHEIROS,	[UAP]. Adail do Gr. 9-Lisboa (1922/Ago).
1495. MILHO, Carlos Augusto	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 79-Areosa, Porto (1934/Jul-Nov).
1496. MIRA, Manuel Francisco Gomes	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 28-Reguengo do Fetal, Batalha (1930/Fev).
1497. MIRANDA, Afonso	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 3-Braga (1927/Mar).
1498. MIRANDA, Álvaro	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 32-Marco de Canaveses (1926/Dez).
1499. MIRANDA, Babette	[AGP]. Chefe do 1º Bando de Avezinhas da Quinta Nova, Carcavelos (1936/Abr).
1500. MIRANDA, Eduardo Alfredo	[UAP]. Amanuense do Adailato Regional do Norte (1930/Mar).
1501. MIRANDA, Fernando Dias de	[CNS/CNE]. Segundo Ajudante do Gr. 101-Capareiros, Viana do Castelo (1936/Mar).
1502. MIRANDA, Porfírio Fernandes de	[CNS/CNE]. (n. 1917/Mar/03). Guarda-livros. Chefe de Alc. 57-Capareiros, Viana do Castelo (1934/Jun).
1503. MIRANDA, Tomás de Aquino Rafael	[CNS/CNE]. (n. 1888/Mar/07). Médico. Chefe de Gr. 45-Lisboa (1928/Ago-Nov).
1504. MOINHOS, Luís	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 26-Escola Eduardo Vilaça, Beira, Moçambique, em substituição de Atanásio Binda (1933/Mai).
1505. MOITA, António José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico; Monsenhor. Assistente do Gr. 100-Estoril (1934/Jul).
1506. MONIZ, António Borges do Canto	[UAP]. Vogal do Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai).
1507. MONIZ, Aurélio de Botelho	[AEP]. Fundador e Escoteiro-Chefe do Grupo da AEP em Alcobaça (1931).
1508. MONIZ, João Roberto Pereira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 77-Braga (1936/Jul).
1509. MONIZ, Luís António Abranches Couceiro do Canto	[UAP]. Primeiro-Secretário do Conselho de Propaganda da UAP (1927/Mai).
1510. MONTAURY, Durval	[UETM]. Secretário e ajudante do Chefe da Ambulância da <i>União dos Escoteiros Terra e Mar</i> , Lisboa (1915/Out).
1511. MONTEIRO, Albano Amaro	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 15-Asilo Maria Pia, Lisboa (1929).
1512. MONTEIRO, Alpoim Pereira	[UAP]. Presidente do Gr. 31-Devesas, V.N. Gaia (1922/Ago-1923/Set). Vogal do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out).
1513. MONTEIRO, Américo dos Santos	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 9-Godim, Régua (1930/Dez). Chefe da Alc. 9 (1932/Mar).
1514. MONTEIRO, António Alcântara	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 7-Miragaia, Porto (1926/Nov).
1515. MONTEIRO, Aquilino Pereira	[AEP]. (n. Santa Marinha, V. N. Gaia, 1910/Mai/12). Promessa escotista (1935/Ago). Escoteiro-Chefe no Gr. 116- Escola Faria de Guimarães, Porto (1935/Mai).
1516. MONTEIRO, Armindo	[AEP]. Ministro das Colónias. Os seus filhos integraram o Gr. 3 Liceu Pedro Nunes, em Lisboa (1934).
1517. MONTEIRO, Carlos Oliveira	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 81-Salto, Montalegre (1933/Set).
1518. MONTEIRO, Eurico Gonçalves	[UAP]. Capitão. Adail-Mor Regional do Norte substituindo Alexandre de Córdova (1921/Jun). Substituto do Primeiro-Secretário do Conselho de Propaganda da UAP (1927/Mai).
1519. MONTEIRO, Gualdino Pereira	[UAP]. Vogal do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out).

1520. MONTEIRO, Henrique Pires	[AEP]. Tenente-Coronel, Professor da Escola de Guerra; Deputado; Ministro do Comércio e Comunicações (1924). Presente no IV Congresso Pedagógico (1914/Mar). Membro do Conselho Nacional da AEP (1924/Jun). Na I Conferência Nacional de Escotismo apresentou a tese «O escotismo e a preparação militar» (1924/Dez). Em Vila Real, apresentou uma conferência sobre Escotismo (1926/Mar). Delegado Regional do Porto (1926/Jan-1928/Dez). Na crise de 1930, candidatou-se ao cargo de Comissário Nacional com Fausto Salazar Leite e Salazar Wiborg. Delegado Regional dos Açores (1930/Nov). Responsável pela Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1931/Nov).
1521. MONTEIRO, Joaquim	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. Sênior 7-Fundão (1930/Dez).
1522. MONTEIRO, Joaquim Augusto	[UAP]. Presidente da União Central da Mocidade (Porto), e Gr. 2-União Cristã da Mocidade, Porto (1920/Ago).
1523. MONTEIRO, José de Sousa	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. Sênior 8-Caldas de Vizela (1929/Mai).
1524. MONTEIRO, Justino Gouveia	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 91-Escola Comercial Oliveira Martins, Porto (1936/Mar).
1525. MONTEIRO, Lúcia Infante de Lacerda	[AGP]. Esposa de Armindo Monteiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Comissária Nacional da AGP (1936/Jan).
1526. MONTEIRO, Maria José de Ayala	[CNS/CNE]. Secretária Nacional e Tesoureira da AGP (1937/Abr-1938/Abr).
1527. MONTEIRO, Óscar Saturnino da Cruz	[UAP]. Substituto de Vogal no Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai).
1528. MONTEIRO, Plácido	[AEP]. Presidente da Direção do Gr. 7-Lisboa (1915/Jul).
1529. MONTENEGRO, Maria Isabel	[AGP]. Ajudante da 3ª Companhia de Guias – Lisboa (1936/Abr).
1530. MONTES, Dioclécio	[UAP]. Membro do Conselho de Administração do Gr. 39-Lisboa (1930/Jan).
1531. MONTESINHOS, Luís Fonseca	[CNS/CNE]. Impulsionador do escotismo católico em Vila Boim, Elvas (1940).
1532. MORAIS, Adolfo Marques Martins	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 59 (1929/Dez) e Alc. 31- São Miguel de Poiares, Régua (1930/Mar).
1533. MORAIS, Agostinho José de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 10-Porto (1931/Nov-1933/Nov). Ajudante da Alc. 65-Colégio Brotero, Porto (1936/Abr).
1534. MORAIS, Alberto Augusto de	[AECF]. Fundador do grupo de <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> em Coimbra, juntamente com João Maria Simões de Brito, António Carneiro Franco, Sidónio Bessa Pais e Amável de Sousa Ferreira. Secretário da AECF (1915/Jun-1916/Out).
1535. MORAIS, Alberto Eugénio de	[AEP]. Instrutor do Gr. 5-Associação Cruz de Malta, Lisboa (1929/Nov).
1536. MORAIS, Fernando Carneiro de	[AEP]. Administrador do jornal <i>Escotismo</i> , Lisboa (1933/Mar).
1537. MORAIS, Joaquim António de	[CNS/CNE]. Capitão do Exército. Chefe do Gr. 5-Braga (1926/Ago). Inspetor Geral de música e canto (1927/Abr).
1538. MOREIRA, A.	[AEP]. Tenente do Exército. Escoteiro-Chefe do Gr. 108 Pangim, em Goa (1934).
1539. MOREIRA, Alberto Garcia	[CNS/CNE]. (n. 1898/Dez/05). Alferes. Chefe de Gr. 77-Vinhais (1932/Nov). Inspetor Regional de Bragança (1933/Mar).
1540. MOREIRA, Aníbal Alves	[AEP]. Tenente. Escoteiro-Chefe do Gr. 108-Pangim, Goa, sendo substituído pelo Tenente Eduardo Pereira (1931-1936/Ago). No final de 1936 regressou à metrópole.
1541. MOREIRA, António Pinto	[UAP; AEP]. Subchefe do Gr. 18-V.N. Gaia (1933/Mar). Cofundador e Instrutor do AEP Gr. 44-Devesas, V.N. Gaia (1935/Nov).
1542. MOREIRA, Armando	[UELI]. Escoteiro-Chefe Ajudante (interino) da <i>União dos Escoteiros Lisbonenses</i> (1915/Set).
1543. MOREIRA, Bento Salgado	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 120-Seminário de Coimbra (1936/Nov).

1544. **MOREIRA, Carlos** [AEP; OEP]. Instrutor do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1915/Dez). Chefe dos Serviços de Instrução do Ministério de Instrução Pública em Lourenço Marques. Responsável da Organização Escotista de Portugal na Colónia (1935).
1545. **MOREIRA, Carlos José** [CNS/CNE]. Tenente. Comissário do Núcleo do Porto (1927/Abr-1934/Nov).
1546. **MOREIRA, Domingos de Sales Gomes** [CNS/CNE]. (n. 1913/??/??). Primeiro-Cabo de Artilharia 15. Chefe de Alc. 43-Viana do Castelo (1932/Jun).
1547. **MOREIRA, Domingos Xavier** [UAP]. (1930/Dez/30). Membro da Direção do Gr. 1-Porto e padrao de Alexandre da Fonseca, Adail Regional do Porto.
1548. **MOREIRA, Eduardo Henriques** [AEP]. (Lisboa, 1886/Fev/22-1980/Abr/22). Presidente da Associação Cristã da Mocidade. Secretário do Gr. 1-Lisboa (1916/Set). Secretário-Geral da Comissão Executiva da AEP (1919/Fev-1922). Comissário da Zona do Porto (1924/Fev-1926/Jan). Saiu da AEP devido a divergências com Franklim de Oliveira e Alfredo Tovar de Lemos.
1549. **MOREIRA, Fernando Maurício** [UAP]. Aduero desde Janeiro de 1917 no Gr. 4-Porto. Chefe de Patrulha e Guia no Gr. 1-Porto (1921/Abr-1921/Nov). Adail-Adjunto do Gr. 1 (1921/Dez-1923/Dez). Adail do Gr. 1-Porto (1924/Jan-1929). Administrador do jornal *O Aduero de Portugal* (1925/Jun). Participante com António de Almeida Santos na *Missão de Estudo e Propaganda Aduera*, que percorreu 600 km em Portugal a pé (1927/Jul). Membro da Comissão de Projectos da UAP (1927/Dez). Fundador do Gr. 15-Porto e Gr. 30-Cedofeita (1930). Adail do Gr. 1-Porto (1929/Set). Adail do Gr. 30-Porto (1932/Out). Primeiro-Secretário da Assembleia Geral do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan). Vários reconhecimentos (Suástica de Prata; Agradecimento; Filantropia; Cruz Vermelha).
1550. **MOREIRA, Francisco** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente regional de Coimbra (1927/Jan-1939/Mai).
1551. **MOREIRA, João da Silva** [UAP]. Guia e chefe interino do Gr. 30-Porto (1924/Set). Expulso da UAP (1925/Ago).
1552. **MOREIRA, Joaquim Augusto Soares** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 15-Porto (1927/Abr-1940).
1553. **MOREIRA, Joaquim Ferreira** [CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 86-Mogofores, Anadia (1936/Set).
1554. **MOREIRA, José S.** [UAP]. Secretário do Grupo de Adueros Marítimos em Lourenço Marques (1933/Mai).
1555. **MOREIRA, Luís dos Santos** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 11-Fundão (1931/Mai-1932/Ago).
1556. **MOREIRA, Manuel Duarte Franco** [AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto em Lourenço Marques (1928). Em 1933 regressou a Moçambique vindo da metrópole. Escoteiro-Chefe do Gr. 82-Beira (1933/Mar-1936/Ago).
1557. **MORENO, Francisco de Assis Lopes** [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 21-Lisboa (1930/Jan-Dez). Chefe da Alc. 21-Lisboa (1930/Dez-1935/Jan). Chefe da Alc. 22-Lisboa (1932/Mai-1933/Jan). Chefe Interino do Gr. 80-Lisboa (1933/Nov-1934/Jul).
1558. **MORENO, Maria Adosinda dos Santos Lopes** [CNS/CNE]. Esposa de Francisco Lopes Moreno. Entrou para Alc. 21-Lisboa para ensinar canto coral (1930/Mai), Instrutora de especialidades da Alc. 21-Lisboa durante quinze dias (1930/Dez), sendo nomeada no mesmo mês como Instrutora-Ajudante (1930/Dez-1935/Jan). Subchefe da Alcateia 56-Arroios, Lisboa (1931-1934/Mai). Talvez tenha sido a primeira escoteira do CNS/CNE/CNE. Prémios: Cruz de Agradecimento 2ª Classe (1931-Jun-30).
1559. **MORENO, Mateus** [AEP]. Capitão, publicista e professor do Liceu Nacional Diogo Cão, Sá da Bandeira. Escoteiro-Chefe do Núcleo da Huíla (1936-1937).
1560. **MORETON, Robert** [AEP]. (– f. 1936/Out). Fundador e Presidente do Gr. 1-Lisboa (1912-1923/Abr). Conferencista sobre variados temas em várias unidades escotistas. Membro da Comissão Administrativa para resolução do conflito interno da AEP, com Reis Santos e William Pope (1930). Representante do Gr. 80-Ponta Delgada na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Membro do Tribunal de Honra da AEP (1933/Out-1934). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan).
1561. **MORGADINHO, Joaquim dos Santos** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional da Guarda (1927/Fev). Assistente do Núcleo de Covilhã (1927/Fev). Assistente do Gr. Sênior 3-Covilhã (1927/Jun). Assistente Regional da Guarda (1933/Set).
1562. **MOTA, Abílio da** [CNS/CNE]. Secretário do Gr. 16-Rio Tinto, Gondomar (1925/Mar-1934/Nov).

1563. MOTA, Agostinho da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 39-Lisboa (1931/Mar-Nov).
1564. MOTA, António Augusto Coelho da	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 08-Porto (1926/Abr).
1565. MOTA, António Augusto Riley da	[AEP]. Delegado do Comissário Nacional na Região dos Açores (1929/Jul-1932/Out). Assistente do Gr. 80-Ponta Delgada (1930).
1566. MOTA, António Jacinto de Oliveira	[AEP]. Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 96-Beja (1936/Abr).
1567. MOTA, Artur Carvalho	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 89-Santa Engrácia, Lisboa (1934/Jul-1936/Abr).
1568. MOTA, José Coelho da	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Gondomar (1925/Abr-1926). Inspetor regional do Porto (1925/Out-1929/Abr). Inspetor Geral da Propaganda e Censo (1930/Fev-1933).
1569. MOTA, Justino Teixeira da	[UAP]. Instrutor do Gr. 13-Areosa, Porto (1935/Set).
1570. MOTA, Manuel Pintassilgo	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 19-Covilhã (1934/Jul).
1571. MOTA, Túlio da	[UAP]. Tenente da Cruz Vermelha. Instrutor de Higiene e Enfermagem do Gr. 14-Viana do Castelo (1925/Ago).
1572. MOTA, Virgílio	[S/D]. Professor do Colégio Mondego. Juntamente com Joaquim Leite Júnior, José da Silva Bandeira e tenente Ribeiro, impulsionou a criação do Batalhão de Scouts Portugueses em Coimbra (1912/Abr).
1573. MOUCHET, Augusto da Silva	[AEP]. Membro da direção do Gr. 5-Instituto dos Mutilados de Guerra, Lisboa (1929/Nov).
1574. MOURA, Abel de França Castro e	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 27-Fânzeres, Gondomar (1927/Ago).
1575. MOURA, António Joaquim de	[UAP]. Vogal no Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1927/Jan).
1576. MOURA, Armando	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 73-Coimbra (1928/Abr).
1577. MOURA, Carneiro de	[AGP]. Sacerdote católico. Pároco do Sacramento, Lisboa. Assistente nacional da Associação das Guias de Portugal (1933/Jun).
1578. MOURA, Defensor Castro	[UAP]. Tesoureiro da Direção do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
1579. MOURA, Gonçalo de Machado Teixeira e	[UAP]. Major-Médico. Entrou para a UAP como membro da Junta Assistente (1921/Mar). Vogal na UAP (1921/Ago-1922/Jan). Primeiro-Secretário do Senado da UAP (1927/Mai). Membro do Conselho Consultivo da UAP (1932/Fev-1933/Jan).
1580. MOURA, Henrique	[AEP]. Antigo aluno do Liceu Pedro Nunes. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1914/Dez). Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 3 (1915/Mar).
1581. MOURA, João José Alvares de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Portalegre (1926/Mar-1930/Mar).
1582. MOURA, João Luís de	[AEP]. Tenente-Coronel (f. Jul/1937). Governador Civil de Lisboa. Apoiantes público da AEP, apresentou-se em vários eventos da associação. Sócio honorário da AEP (1934/Jun). Em 1934 organizou a dissolução da <i>União dos Adueros de Portugal</i> no distrito.
1583. MOURA, Joaquim Filipe de	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 50-Lisboa (1935/Ago).
1584. MOURA, Manuel Joaquim Sá e	[CES] Vogal (1931/Mai) e Presidente (1931/Jun) do Gr. 4-Crestuma, V.N. Gaia, do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> .
1585. MOURA, Manuel Martins	[AEP]. Instrutor do Gr. 58-Valbom, Porto (1929/Ago).
1586. MOURA, Mário da Silva	[AEP]. (n. 1916/Abr/15). Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 41-Clube Fluvial Portuense (1934/Fev).
1587. MOURA, Octávio Neves Pereira de	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 73-Escola Primária de S. Bartolomeu, Coimbra (1927/Fev).

1588. MOURA, Querubim dos Santos	[CES] Escoteiro-Chefe do Gr. 4-Crestuma, V.N. Gaia, do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> (1931).
1589. MOURÃO, José Luís	[AEP]. (n. Tortosendo, 1907/Jan/16). Tenente. Instrutor de Ginástica no Gr. 41-Clube Fluvial Portuense (1935/Mai).
1590. MOURÃO, Lucílio	[AEP]. Escoteiro-chefe ajudante do Gr. 54-Beja (1936/Mai).
1591. MOURINHO, Armando da Encarnação	[CNS/CNE]. (n. 1908/Set/30). Manufator de Artigos de Viagem. Instrutor de Especialidades no Gr. 63-Lisboa (1931/Mai-1933/Mai). Chefe de Gr. 89-Sta. Engrácia, Lisboa (1933/Jun-1938/Out).
1592. MOURO, Francisco Pinto	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 45-Arcozelo, São Pedro do Sul (1924/Jul).
1593. MOUSINHO, Armando da Encarnação	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 47-Santa Engrácia, Lisboa (1935/Jan-1936/Fev).
1594. MOUTA, Manuel Pintassilgo	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 19-Covilhã (1933/Abr).
1595. MOUTINHO, António Augusto Pereira	[CNS/CNE]. (n. 1910/Nov/16). Lavrador. Chefe de Alc. 78-Avanca, Estarreja (1936/Set).
1596. MOUTINHO, Fernando	[AEP]. Escoteiro-Chefe da Divisão Sénior do Gr. 91-Escola Comercial Oliveira Martins, Porto (1936/Mar).
1597. MOUTINHO, José	[AEP; CES]. Escoteiro-Chefe Marítimo Interino no Gr. 69-Valbom, Porto (1928/Mai). Possivelmente Chefe no Gr. 71-Porto (1929). Dirigente no <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> , Porto (1930-1931).
1598. MÜLLER, Teodoro Mário	[AEP]. (n. Lisboa, 1898/Jun/17). Escoteiro no Gr. 1-Lisboa (1914/Out). Escoteiro-Chefe do Gr. 8-Junta de Freguesia Santa Isabel, Lisboa (1931). Escoteiro-Chefe do Gr. 1-Lisboa (1933/Jan-1936/Mai). Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set).
1599. MÚRIAS, Norberto	[AEP]. Capitão do Exército e Assistente da Carreira de Tiro em Lourenço Marques. Embora se desconheça a sua inscrição associativa, organizou várias atividades de tiro dirigidas exclusivamente a escoteiros do Gr. 68 (1935).

N

1600. NABAIS, Mário dos Santos	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 68-Mercês, Lisboa (1936/Fev).
1601. NAIQUE [ou NAIK], Ramachondra Xencora	[AEP]. Professor do Ensino Primário. Membro da direção do Gr. 108-Pangim, Goa (1933/Mar).
1602. NAMURA, Eduardo Santos	[UEL; AEP; UAP]. Escoteiro-Mor e Secretário do Gr. 2 da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> (1915/Jun). Ingressou na AEP. Secretário e Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 1-Lisboa (1917/Abr). Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 7-Lisboa (1919/Fev-1924/Nov). Integrou a UAP. Adail do Gr. 9-Santos, Lisboa (1929/Jan).
1603. NÁPOLES, Emídio Homem de Sousa	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 49-Condeixa-a-Nova (1934/Abr). Secretário do Gr. 97-Condeixa-a-Nova (1934/Mai).
1604. NASCIMENTO, António do	[CNS/CNE]. (n. 1910/Dez/13). Empregado Bancário. Secretário do Gr. 63- Encarnação (1930/Abr-1931/Mai). Chefe de Gr. 68-Mercês, Lisboa (1931/Mai-1934/Jan).
1605. NASCIMENTO, Álvaro Augusto do	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Fundação (1931/Out). Assistente do Gr. Sénior 11-Fundão (1931/Out).
1606. NASCIMENTO, Eurico Baptista	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 7-Porto (1931/Nov-1933/Nov; 1935/Fev-1936/Out).
1607. NASCIMENTO, João Clímaco Coelho do	[AEP]. (n. Lisboa, 1899/Mar/30). Escoteiro no Gr. 1-Lisboa (1914/Out-1917). Louvor por socorro aos feridos na revolta sidonista na rua Filipe Néri, Lisboa (1917/Dez/07). Escoteiro-Chefe do Gr. 9-Lisboa (1927/Ago-1932). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklín de Oliveira. Castigado pela Direção Central com repreensão (1930/Abr). Representante do Gr. 85-Liga dos Combatentes, Lisboa, na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set).
1608. NASCIMENTO, José do	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 134-Caria, Belmonte (1937/Jan).

1609. NASCIMENTO, José Júlio do	[CNS/CNE]. Secretário Adjunto do Núcleo de Angra do Heroísmo, Açores (1935/Jun).
1610. NAZARÉ,	[CNS/CNE]. Dirigente do CNS/CNE no Funchal (1934).
1611. NAZARÉ, José Ferreira Mendes	[AEP]. Tenente. Instrutor do Gr. 109-Caldas da Rainha (1929/Abr-1931).
1612. NAZARÉ, Vitoriano da Cruz	[AEP]. Capitão de Infantaria 21. Comissário de Zona de Castelo Branco (1929/Nov-1931).
1613. NAZÁRIO, António Inácio	[CNS/CNE]. (n. 1903/Jun/20). Serralheiro Mecânico. Chefe de Alc. 79-Barreiro (1936/Nov).
1614. NEGRÃO, Valentina	[AGP]. Chefe da AGP Liceu D. Maria Amália Vaz de Carvalho (1936/Fev).
1615. NETO, Alberto Ferreira de Almeida	[CNS/CNE]. (n. 1907/Ago/26). Guarda-livros diplomado. Chefe de Gr. 19-Covilhã (1925/Jun-1926). Comissário do Núcleo da Covilhã (1927/Fev-1928/Jan). Assistente do jornal <i>Scout Lusitano</i> (1927/Jun).
1616. NETO, António de Brito Cabral Soares de Albergaria	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 11-Coimbra (1926/Dez).
1617. NETO, António Negrão	[AEP]. Cofundador e Tesoureiro do Gr. 8-Faro (1914/Jul).
1618. NETO, Duarte	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 71-Lisboa (1936/Fev).
1619. NETO, Jacinto Duarte	[CNS/CNE]. (f. 1936) Sacerdote católico. Assistente do Gr. 71-Lisboa (1931/Mai-1936/Set).
1620. NEVES [?], António Gregório	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 45-Lisboa (1928/Ago).
1621. NEVES, A.	[AEP]. Antigo aluno do Liceu Pedro Nunes. Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1915/Jul). Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes (1915/Out).
1622. NEVES, Adelino Vieira	[AEP]. Chefe Regional do Alentejo (1934/Ago-1936-Mar). Pediu a demissão de todos os cargos na AEP em março de 1936.
1623. NEVES, António Correia	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Comissário Regional de Lamego (1929/Fev). Secretário do Gr. 52-Lamego (1929/Mar-1933/Mar). Inspetor Regional de Lamego (1929/Nov).
1624. NEVES, António de Oliveira	[CNS/CNE]. (n. 1916/Set/05). Empregado Industrial. Ajudante do Gr. 66-Ovar (1934/Abr-1936). Chefe de Gr. 126-Avanca, Estarreja (1936/Set).
1625. NEVES, António Gregório	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 45-Lisboa (1928/Ago-1931/Fev).
1626. NEVES, Armando Correia das	[AEP]. Escoteiro e Tesoureiro do Gr. 10 em Lourenço Marques (1926). Chefe-Ajudante e fundador do Gr. 68 Lourenço Marques (1927). Membro da Comissão organizadora do Escotismo Marítimo em Moçambique (1929). Tesoureiro e Arquivista do Núcleo de Lourenço Marques (1933/Abr-1934/Mar). Escoteiro-Chefe do Gr. 10-Lourenço Marques (1933/Jun) e responsável do contingente moçambicano a Springs (1934). Condecorado com a “Suástica de Ouro” pela <i>Scouts South Africa</i> (1934/Jul). Comissário-Adjunto do Núcleo de Lourenço Marques (1934/Ago). Substituiu Álvaro Camacho da Cruz na chefia do Núcleo de Lourenço Marques (1935, abril a junho). Tesoureiro Regional de Moçambique (1935/Ago).
1627. NEVES, Duarte	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1914/Fev). Membro da Direção Central da AEP (1914/Fev).
1628. NEVES, Eliseu	[AEP]. Fundador do Gr. Moçâmedes, Angola (1936/Ago).
1629. NEVES, Gustavo	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 3-Braga (1933/Set-1935/Jan). Chefe da Alc. 1-Braga (1935/Jan).
1630. NEVES, Jaime	[AEEN]. Médico da Associação de Escoteiros da Escola Nacional, Lisboa (1926).
1631. NEVES, Jaime Sousa	[CNS/CNE]. (n. 1912/Fev/16). Chefe de Gr. 85-Travassô, Águeda (1932/Dez-1933).
1632. NEVES, João Carlos de Novais	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 82-São Vicente, Braga (1937/Fev).

1633. NEVES, José da Costa	[UAP]. Membro da direção do Gr. 41-Barreiro (1930).
1634. NEVES, José Maria Antão das	[CNS/CNE]. Instrutor-enfermeiro do Gr. Sénior 4-Coimbra (1927/Out).
1635. NEVES, Lionel Carvalho das	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 35-Beira, Moçambique (1932/Mai).
1636. NEVES, Mateus das	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 92, Gr. 148 e Gr. Sénior-Elvas (1940/Dez).
1637. NEVES, Miguel Duarte	[CNS/CNE]. (n. 1892/Dez/30). Fiscal Municipal. Chefe de Alc. 49-Condeixa-a-Nova (1934/Abr).
1638. NIGHTINGALE, George Franklin	[SA]. Promotor do escotismo em Macau, com Campbell e Álvaro de Melo Machado (1911-1912).
1639. NIJURO, Ires	[UAP]. Secretário da Direção do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
1640. NOBRE, Antero Pacheco	[AEP]. (n. Moncarapacho, 1910). Aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fundador do Gr. 13 na Sociedade de Geografia de Lisboa (1930). Escoteiro-Chefe do Gr. 13 (1933/Jan). Palestrante da comunicação “O escotismo em Portugal e na S.G.L.” (1933/Dez). Secretário do Gr. 61-Igreja Baptista, Lisboa (1934/Jan). Responsável da secção “Escotismo” no jornal <i>Os Sports</i> , Lisboa (1934-1935). Secretário da Comissão Executiva da AEP (1935/Jul-1936/Out) e da organização do II Acampamento Nacional da AEP na Exposição Colonial do Porto (1934). Membro da Comissão para redação do novo regulamento geral (1936). Escoteiro-Chefe do Gr. 112-Grupo Desportivo Operário, Campo Pequeno, Lisboa (1936/Nov). Tradutor de vários livros escotistas.
1641. NOBRE, João Pereira Ribeiro	[UEL; AEP]. Tesoureiro do Gr. 2-Lisboa da União dos Escoteiros Lusos (1915/Mai). Membro da Comissão Executiva da <i>Fraternal dos Antigos Escoteiros</i> da AEP (1930/Mai).
1642. NOGUEIRA, António Francisco	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 39-São João da Madeira (1924/Jul).
1643. NOGUEIRA, Augusto José	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 4-Monte Pedral, Porto (1923/Out-1925).
1644. NOGUEIRA, Germano José	[UAP]. Secretário da Direção do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
1645. NOGUEIRA, Júlio Augusto	[UAP]. Assistente do jornal “A Bela Aurora”. Organizador do Grupo em formação na Campanhã, Porto (1929/Jun).
1646. NOGUEIRA, Manuel Domingos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 39-Estrela, Lisboa (1927/Nov). Assistente da Alc. 20-Lisboa (1928/Dez-1934/Nov).
1647. NORA, João dos Santos	[UAP]. Vice-Presidente do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1922/Out). Vice-Presidente do Gr. 32 (1927/Jan).
1648. NORMAHOMED, N.	[AEP]. Escoteiro-Chefe e fundador do Gr. 46-Jamatkhana, Lourenço Marques (1933/Jun).
1649. NORMANDO,	[UAP]. Aspirante a oficial. Instrutor e Adail do Gr. 18-Vila Nova de Gaia (1930-1931).
1650. NORONHA, Ema de Sousa	[AGP]. Chefe da 2ª Companhia de Luanda (1936/Fev-1938/Jun). Chefe do 1º Bando de Avezinhas de Luanda (1936/Abr). Vogal do Núcleo de Luanda (1935-1936).
1651. NORTON, May	[AGP]. Chefe da 1ª Companhia de Guias Seniores da Quinta Nova, Carcavelos (1936/Abr). Comissária da 1ª Companhia de Carcavelos (1937/Jun).
1652. NOVA, João	[UAP]. Membro da direção do Gr. 23-Matosinhos (1932/Abr).
1653. NOVAIS, João António Freire de	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Castelo Branco (1930/Mar).
1654. NOVAIS, Manuel Francisco Reis	[CNS/CNE]. (n. 1894-03-15). Lavrador; Segundo-Sargento Miliciano. Chefe de Alc. 80-Macieira, Barcelos (15/10/1936/Out).
1655. NUNES JÚNIOR,	[UAP]. Adail do Gr. 4-Sé, Porto (1929-1930). Adail do Gr. 6-Porto (1930)
1656. NUNES JÚNIOR, José (?)	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto Interino (1917/Abr).
1657. NUNES, Abel	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 45-Lisboa (1932/Dez-1933/Jan).

1658. NUNES, Agostinho Pedro	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 127-Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov). Médico do Núcleo de Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).
1659. NUNES, Cândido Ferreira	[UAP]. Furriel em Artilharia 5. Instrutor de Ginástica no Gr. 18-V.N. Gaia (1933/Mai).
1660. NUNES, Eugénio Ribeiro	[AEP]. Subchefe do Gr. 8-Junta de Freguesia Santa Isabel, Lisboa (1931). Membro da Comissão Nacional da AEP (1934/Ago-1936/Fev). Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 99-Estrela, Lisboa (1934/Set-1936/Set).
1661. NUNES, Fernando da Silva	[AEP]. Presidente do Tribunal de Honra da AEP (1936/Abr).
1662. NUNES, Francisco Carlos	[CNS/CNE]. (f. 1936). Sacerdote católico. Assistente do Gr. 110-São Sebastião, Setúbal (1935/Fev-1936/Set). Assistente do Núcleo de Setúbal (1935/Fev-1936/Set).
1663. NUNES, Franklin	[UAP]. Substituto do Presidente do Conselho de Administração da UAP (1927/Mai).
1664. NUNES, Georgina	[AGP]. Comissária-Ajudante da secção “Rangers” da 2ª Companhia do Funchal (1933/Jan).
1665. NUNES, Guilhermino	[UAP]. Presidente da CM Chaves. Membro da direção do Gr. 22-Chaves (1925/Ago).
1666. NUNES, João Veríssimo	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sénior 5-Funchal (1928/Nov-1933). Colunista no jornal <i>Alerta</i> , Funchal (1932/Jun). Participante no Jamboree de Gödöllő, Hungria (1933). Secretário Regional Adjunto da Madeira (1935/Mar). Secretário do Clã da Madeira (1935/Mar).
1667. NUNES, Joaquim Peysoneau	[AEP]. Membro da Comissão Executiva da AEP em substituição de Rui Gomes dos Santos (1934/Jun).
1668. NUNES, José Martins	[AEP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 48-Porto (1935/Mar). Membro do Ramo “Zona dos Isolados” da AEP (1935/Jun).
1669. NUNES, Raul Pereira	[UAP]. Vice-Presidente do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out).

O

1670. OLIVEIRA JÚNIOR, António de	[UAP]. Cofundador e 1º Secretário do Gr. 28-Paranhos, Porto, por apenas três meses, sendo substituído por João de Sousa Soares (1922/Mar-1922/Mai). Membro da Junta Regional do Norte (1924/Mar). Demitiu-se de membro da Junta Regional do Norte e da direção do Gr. 28 (1925/Abr). Professor voluntário no Gr. 28-Paranhos em regime noturno (1926/Mar). Membro da Comissão Administrativa do Gr. 28 (1929/Jun). Delegado do Conselho de Propaganda do Gr. 28 (1929/Ago). Membro do Conselho Fiscal do Gr. 28 (1931).
1671. OLIVEIRA,	[CNS/CNE]. Sargento na Companhia Indígena de Vila Teixeira da Silva, Angola. Instrutor do Gr. 143-Missão do Bailundo (1937/Mar).
1672. OLIVEIRA, Adelino	[UAP]. Tesoureiro do Gr. 28-Paranhos, Porto (1933/Nov).
1673. OLIVEIRA, Adolfo de	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 20-Lisboa (1933/Nov-1934/Out).
1674. OLIVEIRA, Alberto de	[CNS/CNE]. (n. 1907/Ago/30). Marceneiro. Chefe de Gr. 28-Oliveira de Azeméis (1926/Jun-1928/Out).
1675. OLIVEIRA, Alípio de	[UAP]. Capitão. Substituto do Presidente do Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai).
1676. OLIVEIRA, Álvaro de	[AEP]. Presidente do Gr. 70-Mirante, Porto (1929/Mar).
1677. OLIVEIRA, Américo Pinto da Silva	[UAP]. Tenente do 3º Grupo de Metralhadoras. Instrutor Geral de Tática de Infantaria da UAP (1925/Ago). Primeiro-Secretário do Conselho-Mor da UAP (1927/Mai).
1678. OLIVEIRA, Américo Vaz de	[UAP]. Editor do jornal <i>A Alvorada</i> , órgão do Gr. 24-Vila Real (1923/Dez). Instrutor do Gr. 24 (1923/Dez).
1679. OLIVEIRA, António do Rego	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 127-Fenais da Vera Cruz, Ribeira Grande, Açores (1936/Jan). Assistente do Núcleo de Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).

1680. OLIVEIRA, António Domingues de	[CNS/CNE]. (n. 1904/Out/05). Empregado de Lavoura. Chefe de Alc. 58 e Gr. 102- S. Martinho de Bougado, Trofa (1934/Jun).
1681. OLIVEIRA, António dos Santos	[UAP]. Membro da Comissão Organizadora do Gr. 27-Museu de Artilharia, Lisboa (1925/Jul).
1682. OLIVEIRA, António Joaquim Sá de	[AEP]. Reitor do Liceu Pedro Nunes. Fundador e Presidente do Gr. 3 – Liceu Pedro Nunes, em Lisboa (1914-1933), que juntamente com os grupos da <i>Associação Cristã da Mocidade</i> e Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 2 deu origem à <i>Associação dos Escoteiros de Portugal</i> em 1913. Presidente da AEP (1914/Abr-1916). Assistente do jornal <i>O Escoteiro</i> , órgão oficial da AEP (1915/Nov-1917/Jul). Autor da brochura “Os princípios e método do escotismo” (1934).
1683. OLIVEIRA, Arlindo de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 58-Ramalde, Porto (1929/Set-1934/Nov).
1684. OLIVEIRA, Arnaldo Lamas de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr 5-Braga (1931/Nov). Secretário do Gr. 5-Braga (1931/Nov).
1685. OLIVEIRA, Edmundo de Paiva	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 127-Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).
1686. OLIVEIRA, Eduardo Dinis	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 19-Covilhã (1927/Abr-1928). Secretário do Gr. Sênior 3-Covilhã (1927/Jun).
1687. OLIVEIRA, Ernesto Sena de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Lisboa (1926/Dez-1931/Ago). Assistente do Gr. 60-Lisboa (1930/Jan-1931/Nov).
1688. OLIVEIRA, Fernando Barbosa de	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 12-Campo de Ourique, Lisboa (1928/Mar).
1689. OLIVEIRA, Fernando Caravela de	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 99-Estrela, Lisboa (1934/Set).
1690. OLIVEIRA, Francisco Águas de	[AEP]. Professor. Escoteiro-Chefe no Gr. 31- Escola Comercial da Figueira da Foz (1924/Jan).
1691. OLIVEIRA, Francisco Barros Lima	[UAP]. Tesoureiro da Junta Regional Aduera do Norte de Portugal, Porto (1921/Jan). Primeiro-Secretário do Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai).
1692. OLIVEIRA, Francisco dos Santos	[CNS/CNE]. (n. 1917/Mar/30). Empregado de Escritório. Secretário do Gr. 110 (1935/Fev) e Gr. 136-Setúbal (1937/Mar).
1693. OLIVEIRA, Francisco José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 132-Campelos, Guimarães (1937/Fev).
1694. OLIVEIRA, Francisco Lopes de	[CNS/CNE]. Capitão do Exército. Inspetor Geral da Secção Administrativa (1927/Jan). Inspetor Regional de Braga (1927/Nov-1931/Out).
1695. OLIVEIRA, Franklin António de	[AEP; CNS/CNE; CEP; AEP]. (totem: <i>Velho Lobo dos Herminios</i>). Escoteiro-Chefe do Gr. 2 Lisboa (1919-1920/Mai). Autor de vários artigos de índole escotista no jornal <i>Os Sports</i> , de Lisboa. Comissário Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920). Fundador e Comissário Nacional do <i>Corpo de Scouts Católicos Portugueses</i> em Braga (1923/Mai). Na I Conferência Nacional da AEP apresentou a tese «Os jogos como elemento de educação escotista» (1924/Dez). Comissário da Zona de V.N. Gaia (1927/Mar). Comissário Regional Adjunto do Porto (1928/Out). Substituiu Gabriel Maurício Teixeira como Comissário Regional do Porto da AEP (1928/Nov-1929/Mar). Secretário-Geral Adjunto da AEP (1930/Fev). Redator do jornal <i>O Escoteiro</i> (1930/Fev-Out). Membro da Comissão Executiva da <i>Fraternal dos Antigos Escoteiros</i> da AEP (1930/Mai). Comissário Geral da Secção “Lobitos” da AEP (1930/Ago). Nomeado para Secretário-Geral, foi-lhe vedado o acesso pela candidatura de Albano da Silva (1931/Out). Fundador da associação escotista/nacional-sindicalista <i>Corpo de Escutas de Portugal</i> (1933/Abr). Regressou à AEP (1935/Ago). Comissário-Chefe dos Serviços Técnicos da AEP (1937).
1696. OLIVEIRA, Galileu M. Correia de	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 26-Porto (1916/Jul-1917/Ago).
1697. OLIVEIRA, Gaspar de	[AEP]. Idealizador de um grupo de escoteiros no clube “Estrela Vigorosa Sport”, no Porto, com F. Guerreiro Chaves e Henrique Megre (1930).

1698. OLIVEIRA, Henrique Weiss d'	[CNS/CNE]. Médico; Deputado do Centro Católico Português pelo círculo de Viana do Castelo (1922). Secretário da Juventude Católica de Lisboa (1919). Comissário Médico Geral do CNS/CNE (1925-1938/Out). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago). Representante do CNS/CNE no projeto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Chefe do contingente do CNS/CNE ao Jamboree de Birkenhead, Inglaterra (1929/Ago). Licença ilimitada (1930/Ago).
1699. OLIVEIRA, Isaura de	[CNS/CNE]. Professora. Dirigente da Alcateia 28-Reguengo do Fetal, Batalha (1930).
1700. OLIVEIRA, João Baptista Nunes de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 85-Travassô, Águeda (1932/Dez).
1701. OLIVEIRA, João Gomes de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 149-Setúbal (1940/Jun).
1702. OLIVEIRA, João Gomes de	[UAP]. Formado em Educação Física e Professor na Escola Normal. Vogal na UAP (1921/Ago) e redator do Serviço de Publicações Aduieiras (1921/Nov-1922/Jan).
1703. OLIVEIRA, João Martins	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 27-Fânzeres (1930/Fev).
1704. OLIVEIRA, Joaquim Francisco de	[AEP]. Presidente do Gr. 62-Barreiro (1936/Jun-1937).
1705. OLIVEIRA, José Galamba	[CNS/CNE]. (n. 1904/Out/01). Negociante. Chefe do Gr. 14-Leiria (1926/Mar). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago). Chefe de Alc. 38-Olival, Ourém (1931/Jun).
1706. OLIVEIRA, José Joaquim de	[CECMP]. Segundo Vogal no Conselho Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
1707. OLIVEIRA, José Maria de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 67 e Gr. 54-Murtosa (1935/Ago).
1708. OLIVEIRA, José Marques de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 36-Luanda, Angola (1934/Jun-1936/Ago).
1709. OLIVEIRA, José Rodrigues	[CNS/CNE]. (n. 1893/Fev/26). Proprietário. Chefe de Gr. 56-Cacia, Aveiro (1929/Mai).
1710. OLIVEIRA, Júlio Lopes de	[CNS/CNE] Secretário do Gr. 45-Arroios, Lisboa (1934/Abr-1936/Fev).
1711. OLIVEIRA, Luís Alberto de	[AEEN]. Capitão. Participou no Corpo Expedicionário Português (1917). Voltou a Portugal por questões de saúde e fora indigitado por Sidónio Pais como Governador Civil de Coimbra. Nomeado 1º comandante de Caçadores 5 (1932-193). Membro da Direção da Associação de Escoteiros da Escola Nacional, Lisboa (1926).
1712. OLIVEIRA, Luís de	[AEP]. Instrutor de Esgrima e Tiro dos Escoteiros em Lourenço Marques (1937/Ago).
1713. OLIVEIRA, Luna de	[UAP]. Capitão. Presidente da 5ª Região Aduieira, Lisboa (1927/Mai).
1714. OLIVEIRA, Macário de	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 52-Lamego (1933/Mar).
1715. OLIVEIRA, Manuel Alves de	[CNS/CNE]. (n. 1913/Ago/37). Empregado Fabril. Chefe da Alc. 2-Guimarães (1930/Set). Inspetor do Núcleo de Guimarães (1930/Set). Chefe de Gr. 133-Vermil, Guimarães (1937/Abr).
1716. OLIVEIRA, Manuel da Silva	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 29-Gondomar (1926/Jul-1927/Mar). Chefe do Gr. 29 (1929/Dez-1933/Nov). Instrutor-Chefe Regional do Porto (1933/Nov-1934/Nov).
1717. OLIVEIRA, Manuel Marques Teixeira de	[UAP]. Médico? Membro da Junta Assistente da União dos Aduieiros de Portugal (1931/Jun).
1718. OLIVEIRA, Manuel Soares de	[UAP]. Adail do Gr. 6-Porto (1926/Abr).
1719. OLIVEIRA, Marcos Zapatinha (?) de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 99-Santos Reis, Lisboa (1934/Jul).
1720. OLIVEIRA, Maria Weiss de	[CNS/CNE]. Tesoureira da Patrulha de Estudos “Abelha” (1938/Jan).

1721. OLIVEIRA, Mário José Batista Costa de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 99-Lisboa (1934/Jun). Secretário da Alc. 59-Santos Reis, Lisboa (1934/Ago).
1722. OLIVEIRA, Olívia de	[AGP]. Chefe da 3ª Companhia de Luanda, Liceu Nacional Salvador Correia (1938/Jun).
1723. OLIVEIRA, Serafim de	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 70-Porto (1930/Nov-1932). Representante do Gr. 70-Porto na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Secretário do Núcleo do Porto (1932/Out). Instrutor do Gr. 70 (1933/Jan). Chefe da Delegação do Porto no Acampamento Nacional da AEP em Carcavelos (1933/Ago). Escoteiro-Chefe do Gr. 102-Porto (1935). Secretário da Escola Regional de Chefes do Porto (1935).
1724. OLIVEIRA, Sidónio Costa	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 62-Barreiro (1936/Jun-1937).
1725. OLIVEIRA, Vergílio de	[AEP]. Fundador do Gr. 10-Lourenço Marques (1914).
1726. OLIVEIRA, Zacarias dos Santos	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 80-Macieira, Barcelos (1936/Out).
1727. OOM, Jorge	[AEP]. Capitão. Escoteiro no Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa. Vogal da Comissão Permanente da AEP (1933/Out). Professor na Escola de Chefes da AEP (1934).
1728. OREY, Maria Fernanda de Almeida d'	[AGP]. Primeira Comissária Nacional das <i>Guias de Portugal</i> (1935/Dez-1938/Abr). Condecorada pela AGP com Medalha de Ouro do Jubileu (1937).
1729. ORNELAS, Carlos de	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1915/Nov-1917/Mai).
1730. OSÓRIO, Álvaro de Barros	[UAP]. Vogal da Junta Assistente da UAP (1924/Fev-1925).
1731. OSÓRIO, Ana de Castro	[CECMP]. Secretária-Geral do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1920).
1732. OSÓRIO, José Joaquim Pereira	[S/D]. Deputado pelo Partido Republicano de Esquerda Democrática. Em julho de 1923 em sessão de Senado criticou o presidente António José de Almeida e o ministro da Guerra, Fernando Freiria, por integrarem a comissão de honra do CSCP. Em 1924 denunciou no Senado a inconstitucionalidade dos estatutos do <i>Corpo de Scouts Católicos Portugueses</i> , emitidos pelo Governo Civil de Braga e confirmados pelo Ministro do Interior, Sá Cardoso (1924/Jun/04). Por sua parte, o CSCP acusou-o de ceder às pressões da Associação de Registo Civil.
1733. OSÓRIO, José Xavier Vaz	[CNS/CNE]. Major do Exército. Comissário do Núcleo da Régua (1927/Fev-1930/Jun; 1931/Mai).
1734. OSÓRIO, Paulo	[S/D]. Jornalista de <i>O Século</i> . Impulsionador do movimento escotista e da AEP em Portugal entre 1912 e 1915.
1735. OSÓRIO, Zeferino R.	[UAP]. Presidente da Assembleia Geral do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
1736. OUDINOT, Reinaldo Vidal	[UAP]. Major-Farmacêutico e Inspetor Escolar do Círculo Ocidental do Porto. Vogal na UAP (1921/Ago-1922/Ago) e redator do Serviço de Publicações Adueras (1921/Nov-1922). Vice-Presidente da Junta Assistente da UAP (1931).
1737. OURIQUE, Carlos Alberto	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 24-Angra do Heroísmo, Açores (1935/Jun).
1738. OUTÃO, Domingos Simões	[CNS/CNE]. (n. 1900/Nov/23). Tecelão. Chefe do Gr. Sénior 9-Vilarinho, Santo Tirso (1931/Dez-1933/Nov). Chefe de Gr. 20-Vilarinho, Santo Tirso (1933/Mai).

P

1739. PACHECO, Ângelo Ferreira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 79-Areosa, Porto (1932/Ago).
1740. PACHECO, António Bravo	[CES] Professor. Vogal do Gr. 4-Crestuma, V.N. Gaia, do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> (1931).
1741. PACHECO, António José Soares	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 67-Porto (1932/Nov-1935/Fev).
1742. PACHECO, Armando Gonçalves Duarte	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 13 e Gr. 75-Monserrate, Viana do Castelo (1932/Abr-1933/Mai). Chefe do Gr. 30-Coimbra (1935/Nov-1936).

1743. PACHECO, Fernando de Oliveira	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 23-Porto (1926/Dez). Fundador e Capitão do Gr. 58-Valbom, Gondomar, de escoteiros marítimos (1927/Jan). Representante em Portugal do jornal <i>O Escoteiro da Glória</i> , Rio de Janeiro (1927/Fev).
1744. PACHECO, Fernando de Oliveira	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 90-Nova Lisboa, Angola (1936/Ago).
1745. PACHECO, José Maria Rodrigues	1746. [CNS/CNE]. Secretário da Alc. 8-Porto (1930/Fev-1931/Nov). Chefe da Alc. 8 (1931/Nov-1933/Nov). Ajudante do Inspetor do Núcleo do Porto (1933/Nov-1934/Nov).
1747. PACHECO, Margarida Gonçalves Duarte	[CNS/CNE]. Secretária da Alc. 18-Coimbra (1937/Fev).
1748. PADINHA, Francisco	[AEP]. Cofundador e Secretário do Gr. 8-Faro (1914/Jul).
1749. PADRÃO, Augusto da Costa	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 102-Trofa (1935/Fev-1936).
1750. PAIS, Antonino Faria	[CNS/CNE]. (n. 1894/Nov/09). Tenente do Exército. Chefe de Gr. 107-Benfica, Lisboa (1935/Jan).
1751. PAIS, Armando	[AEP]. Presidente do Gr. 23-Alcântara, Lisboa (1915/Nov).
1752. PAIS, Augusto C.	[UAP]. Membro da direção do Gr. 23-Matosinhos (1932/Abr).
1753. PAIS, Mário	[AEP]. Representante do Gr. 10-Lourenço Marques na Conferência Nacional da AEP (1923/Abr).
1754. PAIS, Sidónio Bessa	[AECF]. Cofundador de um grupo de <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> em Coimbra, com Alberto António de Moraes, António Carneiro Franco, João Simões de Brito e Amável de Sousa Ferreira (1915/Jun). Segundo Vogal da AECF (1915/Dez-1916/Set).
1755. PAIVA,	[UAP]. Instrutor de Enfermagem do Gr. 33-Porto (1933/Set).
1756. PAIVA, Basílio Alves Correia	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 150-Carreira, V.N. Famalicão (1941/Jan).
1757. PAIXÃO, Braga Vítor	[AEP; OEP]. Professor e Secretário do Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1915), Assistente do Ensino Geral Primário (1932), Assistente dos Serviços de Instrução de Moçambique (1936/Dez). Presidente do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1915/Mar). Presidente da <i>Organização Escotista de Portugal</i> (1932). Agraciado com o grau de Oficial da Ordem de Cristo pelo Ministério da Instrução (1933/Jan).
1758. PALA, Mário	[AEP]. Escoteiro-Chefe e representante do Gr. 10 Lourenço Marques no Conselho Nacional da AEP (1923).
1759. PALHA, António dos Santos	[CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades do Clã de Seniores de Braga (1933/Jun-1934). Secretário Regional de Braga (1937/Dez). Vogal do Conselho Fiscal da Junta Central (1938/Jun). Secretário Regional de Braga (1938/Out). Vogal Substituto (1941/Jun).
1760. PALHA, Nuno de Sousa	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 1-Braga (1931/Nov-1932/Mai). Ajudante do Gr. Sênior 1-Braga (1932/Mai).
1761. PALITOS, António Prata	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 60-Lisboa (1934/Jul).
1762. PALMEIRA, Fuschini	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 45-Lisboa (1938/Nov).
1763. PALRINHAS, José Lourenço dos Santos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sênior 15-Figueira da Foz (1935/Set).
1764. PARADA, Manuel	[UAP]. Cofundador do Gr. 38-Almada (1930/Mar).
1765. PARENTE, João da Costa [	[CNS/CNE]. (n. 18/10/1905/Out/18). Aluno do Instituto Superior de Comércio do Porto; Professor. Instrutor do Gr. Sênior 1-Braga (1926/Ago). Ajudante do Inspetor Geral de Material e Fardamentos (1927/Jun). Participante no Acampamento Nacional de Cacia (1928). Chefe da Alc. 20-Lisboa (1928/Dez). Chefe de Alc. 21-Encarnação, Lisboa (1928/Dez-1930/Dez). Ajudante do Comissário Geral de Lobitos (1933/Set-1935/Mai). Comissário Geral Adjunto de Lobitos (1935/Mai-1938/Out). Como estudante no Porto, assumiu o cargo de Chefe e Secretário da Alc. 65-Colégio Brotero, Foz do Douro (1935/Jun). Chefe e Secretário do Gr. 115-Foz do Douro (1935/Dez).
1766. PARREIRA, João Emiliano da Cruz Matos	[AEP]. Chefe Regional do Algarve (1937).

1767. PARREIRA, Judite Furtado Coelho	[CNS/CNE]. Instrutora de ginástica na Alc. 21-Lisboa (1933/Jun).
1768. PARREIRA, Militão	[AEP]. Tesoureiro do Gr. Moçâmedes, Angola (1936/Ago).
1769. PASSOS JÚNIOR, António Soares dos	[CNS/CNE]. (n. 08/01/1908/Jan/08). Tipógrafo. Secretário da Alc. 26-São Roque (1929/Abr) e Chefe do Gr. 76-São Gonçalo, Funchal (1932/Abr-1935/Mar). Chefe-Ajudante da delegação madeirense ao IV Acampamento Nacional, Braga (1932/Ago).
1770. PASSOS, José Carregal da Silva	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 40-Lisboa (1929/Jun-1931/Nov). Ajudante do Gr. 60-Lisboa (1930/Jul-1931/Nov). Chefe do Gr. 60 (1931/Out). Comissário Regional de Lisboa (1931/Jun-1932/Nov). Substituído pelo capitão Carlos Alberto Godinho. Representante do CNS/CNE na <i>Organização Escotista de Portugal</i> (como tesoureiro; 1932/Jul-1933/Mai).
1771. PASSOS, Luís	[AEP]. Assistente da Escola Normal Superior de Benfica, Professor do Liceu de Pedro Nunes e Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Membro da Comissão Angariadora de Sócios da AEP (1916/Jul). Assistente da Escola de Chefes da AEP (1922/Nov). Membro da direção do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1922/Mar). Delegado na Conferência Mundial de Escotismo em Paris, e nomeado delegado da Comissão Pedagógica da AEP (1922/Dez).
1772. PASSOS, Manuel António da Silva	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 40-Lisboa (1930/Jul-1932/Mai). Instrutor dos Clãs de Lisboa (1932/Mai-Ago).
1773. PATRÍCIO,	[UAP]. Adail-Adjunto do Gr. 36-Setúbal (1932/Ago).
1774. PAÚL, Joaquim Dá Mesquita	[UAP]. Médico. Entrou para a UAP a convite de Artur Barros Basto (1921/Mar). Vogal da Junta Assistente da UAP (1921/Ago-1925/Jul) e redator do Serviço de Publicações Adueriras (1921/Nov). Membro do Conselho Disciplinar da UAP (1925/Mar). Presidente do Conselho-Mor da UAP (1927/Mai-1928). Presidente da Junta Assistente da UAP (1929/Jul) e Secretário do Conselho Consultivo da UAP (1930-1932). Em 1929 preside a uma conferência na inauguração do Gr. 6-Centro Federal 15 de Novembro, Porto.
1775. PAULINO, António de Noronha	[AEP]. Tenente. Conde de Mahem. Fundador da AEP em Goa. Presente na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931/Nov). Membro do Tribunal de Honra da AEP (1936/Abr).
1776. PAULO, José	[CNS/CNE]. Chefe da Alcateia 7-Sé, Porto (1930).
1777. PAULOIRO JÚNIOR, António Maria	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 33-Fundão (1932/Ago-1933/Fev).
1778. PAZ, Manuel Maia Mendes da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 8-Sé, Porto (1925/Fev-1936). Delegado da Região do Porto no Secretariado Geral da Propaganda da Junta Central (1937/Nov).
1779. PEDRO, José Simões	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 17-Viseu (1928/Jun).
1780. PEDROSO, J. J. Magalhães	[AEP]. Instrutor do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1915/Dez). Organizador de sessão de propaganda no Ginásio Club Português (1925/Jan).
1781. PEGADO, João Oliveira	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 108-Pangim, Índia Portuguesa (1933/Dez).
1782. PEIXEIRA, Eduardo Ferreira	[CNS/CNE] Chefe da Alc. 54-Luanda (1934/Abr).
1783. PEIXOTO, Amílcar da Silva	[UAP]. Secretário do Gr. 11-Palácio das Necessidades, Lisboa (1922/Fev-Nov), sendo substituído por Joaquim Costa Dias.
1784. PEIXOTO, Joaquim Ferreira de Brito	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 27-Fânzeres, Gondomar (1928/Jul-1930/Fev).
1785. PEIXOTO, José Monteiro da Rocha	[UAP]. Tenente. Instrutor Geral da U.A.P. (1925/Jun). Colunista no jornal <i>Adueriro de Portugal</i> (1925/Jun). Vogal do Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai). Membro do Conselho Consultivo da UAP (1930).
1786. PERAL, Armando da Silva	[AEP]. (n. Lisboa, 1917/Mai/11). Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 48-Lourenço Marques (1935/Jan). Escoteiro-Chefe do Gr. 27-Lourenço Marques (1937).
1787. PEREIRA, Agostinho Seguro	[CNS/CNE]. (n. 1896-12-20). Tenente da Guarda Fiscal. Chefe de Alc. 61-Póvoa de Varzim (1934/Nov).

1788. PEREIRA, Alberto	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 25-Godim, Régua (1926/Ago-1931/Abr) e Alc. 9 (1927/Mar). Comissário do Núcleo da Régua (1929/Mai).
1789. PEREIRA, Alfredo Augusto da Costa	[UAP]. Alferes de Infantaria da G.N.R.; Engenheiro Industrial. Nomeado Adail-Mor Geral da UAP em substituição ao segundo mandato de Barros Basto (1921/Jul-1922/Ago).
1790. PEREIRA, António	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 4-Guimarães (1930/Jul).
1791. PEREIRA, António	[CSN]. Ajudante do Gr. 25-Godim, Régua (1932/Mar).
1792. PEREIRA, António	[UAP]. Segundo-Secretário do Gr. 1-Porto (1926/Abr).
1793. PEREIRA, António Augusto	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 54-Murtosa (1936/Fev).
1794. PEREIRA, António Claudino	[UAP]. Membro da direção do Gr. 41-Barreiro (1930).
1795. PEREIRA, António Gonçalves	[CNS/CNE]. (n. 1914/Ago/21). Seminarista. Chefe de Gr. 129-Arcos, Anadia (1936/Out).
1796. PEREIRA, António Matoso	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Comissário Regional da Guarda (1931/Nov-1934).
1797. PEREIRA, António Pinto	[CNS/CNE]. (n. 1912/Ago/27). Empregado Comercial. Chefe de Alc. 44-Porto (1932/Jun-Nov).
1798. PEREIRA, António Vieira	[CNS/CNE]. Furriel. Ajudante do Gr. 87-Abrantes (1936/Abr).
1799. PEREIRA, Armando dos Santos Pinto	[UAP]. Médico. Instrutor de Primeiros Socorros do Gr. 1-Porto (1914/Nov) e Médico-Inspetor da Junta Assistente do Aduarismo (1914-1918/Jul).
1800. PEREIRA, Augusto	[AEP]. Antigo escoteiro do Gr. 10 Lourenço Marques. Convidado para Escoteiro-Chefe do Gr. 10, mas acabou por recusar (1928).
1801. PEREIRA, Aurélio Gomes	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 68-Barreiros, Maia (1936/Jun).
1802. PEREIRA, Basílio Lopes	[AEP]. Professor e Propagandista das Escolas Livres. Presidente do Gr. 62-Oliveira de Azeméis (1926/Jul-1927/Mar).
1803. PEREIRA, Custódio	[AEP]. (n. Tondela, 1901/Fev/08). Assistente do Clube Fluvial Portuense. Tesoureiro do Gr. 41-Clube Fluvial Portuense (1934/Abr), e Instrutor de remo do Gr. 41 (1935). Secretário Regional do Porto (1936/Dez).
1804. PEREIRA, Duarte José Martins da Costa	[CNS/CNE]. (n. 1905/Fev/17). Oficial de Engenharia do Exército. Chefe de Gr. Sênior 10-Lisboa (1930/Abr).
1805. PEREIRA, Eduardo António dos Santos	[CNS/CNE]. Capitão do Exército e Comandante Militar da Madeira, Comandante da Legião Portuguesa (1937). Comissário Regional da Madeira (1927/Jun-1937).
1806. PEREIRA, Eduardo Augusto	[AEP]. Tenente. Escoteiro-Chefe do Gr. 108-Pangim, Goa (1936/Mar).
1807. PEREIRA, Gustavo Fausto da Costa	[AEP]. Escoteiro-Chefe da Divisão Júnior no Gr. 41-Club Fluvial Portuense (1934/Fev).
1808. PEREIRA, Henrique Gregório	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 22-Ermesinde, Valongo (1926/Fev-1929/Jan). Saída do CNS/CNE.
1809. PEREIRA, Humberto Aires	[UAP]. Vogal no Gr. 28-Paranhos, Paranhos (1923/Out). [UAP]. Vogal na Junta Regional do Norte (1924/Dez).
1810. PEREIRA, Humberto Quintino de Nóbrega	[CNS/CNE]. (n. 1905/Out/21). Empregado de Comércio. Chefe de Alc. 25-São Roque, Funchal (1929/Abr).
1811. PEREIRA, Irene de Matos	[CNS/CNE]. Instrutora de Especialidades na Alc. 47-Lisboa (1934/Jan-1935/Jun). Instrutora de especialidades na Alc. 22-Lisboa (1934/Jan). Instrutora da Alc. 46-Lisboa (1935/Jun-1936/Fev). Instrutora da Alc. 47 (1936/Fev).
1812. PEREIRA, José	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 133-Vermil, Guimarães (1937/Abr).

1813. PEREIRA, José Alves	[CNS/CNE]. (n. 1907/Nov/23). Jornaleiro. Chefe de Gr. 59-Poiares da Régua (1929/Dez).
1814. PEREIRA, José Alves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 136-Setúbal (1937/Mar).
1815. PEREIRA, José Pinto	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 83-Moscavide (1942/Jan).
1816. PEREIRA, José Vaz	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 9-Vila Real (1933/Abr).
1817. PEREIRA, Manuel	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 10-Porto (1927/Out).
1818. PEREIRA, Manuel	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 45 e Gr. 78-Viana do Castelo (1935/Fev).
1819. PEREIRA, Manuel Alves	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 10-Covilhã (1927/Jun-1930/Jun). Chefe da Alc. 10 (1930/Jun). Chefe do Gr. 19-Covilhã (1932/Abr). Comissário do Núcleo da Covilhã (1933/Mai-1934).
1820. PEREIRA, Manuel de Bastos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 56-Cacia, Aveiro (1929/Mai).
1821. PEREIRA, Manuel Virgílio	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 52-Ovar (1935/Fev).
1822. PEREIRA, Maria dos Anjos	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 67-Murtosa (1937/Fev).
1823. PEREIRA, Maria Luísa Magalhães Esteves	[AEP]. Escoteira-Chefe do Gr. 28-Lisboa (1916/Mai).
1824. PEREIRA, Óscar Dias	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 1-Braga (1928/Mai).
1825. PEREIRA, Pedro Teotónio	[AEP]. (n. Lisboa, 1902/Nov/07 - f. 1972/Nov/14). Deputado; Ministro das Corporações e Previdência; Embaixador. Presidente da Comissão Executiva da Associação dos Escoteiros de Portugal. Foi substituído pelo capitão Álvaro Tavares Afonso dos Santos, devido à sua nomeação como Ministro (1936/Abr). Nas suas <i>Memórias</i> não refere qualquer passagem pela AEP.
1826. PEREIRA, Rodrigues	[UAP]. Médico. Vogal da Junta Assistente do Aduarismo (1916/Mar-1918/Jul).
1827. PEREIRA, Silva	[AEP]. Assistente das Alfândegas de Lourenço Marques. Vogal da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).
1828. PEREIRA, Silva	[ASP]. Chefe Ajudante da <i>Associação de Scouts Portucalenses</i> (1921/Jun).
1829. PERES, Cândido Bento	[CNS/CNE]. Chefe Adjunto do Gr. 144-Coimbrões, V.N. Gaia (1940/Dez).
1830. PERES, João Domingues	[UAP]. Capitão. Recriador do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
1831. PERFEITO, João do Carmo Valente	[AEP]. Vogal na Comissão Administrativa do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1917).
1832. PESSOA, António A. C.	[CES; AEP]. Guarda-Livros. Vogal na direção do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> , Porto (1930/Ago). Tesoureiro do AEP Gr. 41-Sporting (1933/Mar).
1833. PESTANA, Armando da Silva	[CNS/CNE]. Instrutor de Enfermagem do Gr. 89-Santa Engrácia, Lisboa (1934/Jul-1936/Abr).
1834. PESTANA, Lomelino	[UAP]. Tesoureiro da Junta Regional do Norte (1924/Dez).
1835. PETERS, Pedro de Castro	[AEP]. Primeiro-Tenente da Marinha; Imediato do cruzador “Adamastor” e delegado do Ministério da Marinha na AEP. Cofundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 8-Faro (1914/Jul). Delegado Ministerial da Direção Central da AEP em Moçambique (1926/Jan). Representante da AEP no projeto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Delegado do Concurso Inter-Patrolhas de Lisboa (1928). Inspetor dos grupos de Angola e Moçambique (1929/Dez). Delegado do Ministério da Marinha nos grupos de Lourenço Marques (1930).
1836. PETRONY, Carlos Alberto	[AECP; AEP]. Segundo Vogal-Substituto dos Escoteiros do Centro de Portugal (1915/Dez-1916/Set). Presidente da Comissão de Sócios do Gr. 66-Coimbra da AEP (1927/Mai).

1837.	PEYSONO, J.	[AEP]. Membro da Comissão Executiva da AEP (1934).
1838.	PHEYSEY, Dorothea H.	[GGA; AGP]. <i>Girl-Guide District Commissioner</i> na Oporto British School (1924/Abr-1934/Abr). Chefe da AGP-Porto (1934-1939).
1839.	PIÇARRA, António Nunes	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 62-Castelo Branco (1933/Jan).
1840.	PIÇARRA, João	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 7-Lisboa (1925/Ago). Participante na Escola Internacional de Chefes em Cappy, França (1925/Ago).
1841.	PIÇARRA, Ladislau	[AEP]. Professor. Fundador do Gr. 6-Academia de Estudos Livres, Lisboa (1914/Ago).
1842.	PILÃO, António Augusto	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 6-Bragança (1929/Mar-Dez).
1843.	PIMENTA, Alberto	[CES]. Músico. Instrutor de orfeão no Corpo de Escoteiros do Sporting (1931).
1844.	PIMENTA, Augusto das Neves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 49 e Gr. 97-Condeixa-a-Nova (1934/Abr).
1845.	PIMENTA, Francisco Martins	[CNS/CNE]. (n. 1911/Mai/06). Empregado Fabril. Chefe de Gr. 132-Campelos, Guimarães (1937/Fev).
1846.	PIMENTA, José	[UAP]. Tesoureiro do Gr. 28-Paranhos, em substituição de Arnaldo de Sousa Soares (1922/ Mai).
1847.	PIMENTA, Mário Cardoso	[AEP]. Escoteiro Sênior do Gr. 68, e Guia de Secção no Gr. 46, em Lourenço Marques (1934). Em 1935 apresentou uma série de conferências intituladas “A influência do Escotismo na Educação da Criança”. Secretário do Núcleo de Lourenço Marques (1935/Jul), e Segundo-Secretário Regional de Moçambique (1935/Ago). Escoteiro-Chefe no Gr. 46 e afastado em 1937 sem razões apontadas.
1848.	PIMENTEL, Alberto	[AEP]. Publicista e Professor de Pedagogia da Escola Normal Superior de Benfica. Nomeado delegado da Comissão Executiva da AEP (1922/Dez).
1849.	PIMENTEL, António Dias	[UAP]. Capitão. Vogal da Junta Assistente da UAP (1929/Jul).
1850.	PINA, João Xavier da Costa	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Chefe do Gr. 18-Bragança (1928/Fev-1929/Dez).
1851.	PINA, José Rui de	[AEP]. Secretário do Gr. 19-Santarém (1915/Ago).
1852.	PINARES, João	[AEP]. Instrutor de Fotografia do Gr. 2-Lisboa (1924/Out).
1853.	PINHAL, Manuel Rodrigues Pinto	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 36 e Gr. 70-Levêr, V.N. Gaia (1931/Mai-1936/Set). Assistente honorário da Alc. 36 e Gr. 70 (1936/Set).
1854.	PINHEIRO JÚNIOR, António José	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 6-Guimarães (1929/Jun).
1855.	PINHEIRO,	[AEP]. Professor. Escoteiro-Chefe do Gr. 23-Mirante, Porto (1931).
1856.	PINHEIRO, Albino Narciso Ferreira	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 8-Sé, Porto (1925/Fev).
1857.	PINHEIRO, Álvaro	[AEP]. Sargento telegrafista. Instrutor do Gr. 1-Lisboa (1916/Jan).
1858.	PINHEIRO, Aníbal	[AEP]. Professor. Representante do Ministério de Instrução Pública na AEP (1926/Jan-1928/Dez). Representante da AEP no projeto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Vogal da Comissão Permanente da AEP (1934/Jan).
1859.	PINHEIRO, António	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 6-Guimarães (1930/Set).
1860.	PINHEIRO, Cândido de Faria	[CNS/CNE]. (n. 1906/Jun/18). Empregado Comercial. Chefe de Gr. 4-Póvoa de Varzim (1924/Mar-1927/Out). Ajudante do Comissário Geral Marítimo (1927/Out). Comissário do Núcleo da Póvoa de Varzim (1929/Jan).
1861.	PINHEIRO, Fábio Augusto	[CNS/CNE]. Sênior do Clã de Braga, participou no I Acampamento Nacional de Dirigentes (1933/Set).
1862.	PINHEIRO, Fausto José	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 6-Porto (1933/Nov).

1863. PINHEIRO, Manuel	[AEP]. Assistente da Fazenda de Lourenço Marques. Vogal da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).
1864. PINHEIRO, Manuel Marques	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. Marítimo 1-Póvoa de Varzim (1926/Jan).
1865. PINHEIRO, Manuel Rodrigues	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 85-Águeda (1933/Set).
1866. PINHEIRO, Manuel Rodrigues	[CNS/CNE]. (n. 1908/Nov/13). Sacerdote católico. Chefe de Gr. Sênior 15-Figueira da Foz (1935/Out).
1867. PINHEIRO, Maria da Conceição	[CNS/CNE]. (n. 1922/Jan/30). Secretária da Alc. 93-Barreiro (1941/Mar).
1868. PINHO JÚNIOR, António	[UAP]. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Marinha, V.N. Gaia. Presidente do Gr. 18-V.N. Gaia (1929/Abr).
1869. PINHO, Albino Soares do	[CES] Sacerdote católico. Presidente do Gr. 4-Crestuma, V.N. Gaia, do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> (1931).
1870. PINHO, Augusto Gomes de	[CNS/CNE]. (n. 1904/Out/07). Empregado Comercial. Chefe de Gr. 27-Vilar do Paraíso, V.N. Gaia (1926/Jun).
1871. PINHO, Domingos José de	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 16-Oliveira de Azeméis (1929/Mai).
1872. PINHO, Jacinto A.	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 14-Mértola (1931).
1873. PINHO, José Leite Dias de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico; Pároco na Senhora da Hora (1918-1922). Assistente do Gr. 105-Oliveira do Douro, V.N. Gaia (1934/Out).
1874. PINHO, Leonel de	[AEP]. Chefe da Secção Marítima do Gr. 61-Porto (1930/Jan).
1875. PINHO, Paulo	[UAP]. Presidente do Gr. 37-Lisboa (1932/Mai).
1876. PINTASSILGO, Manuel	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. ?? – Covilhã (1936/Abr).
1877. PINTO JÚNIOR, António Joaquim	[CNS/CNE]. (- f. 1935/Jul). Secretário do Gr. 56-Cacia, Aveiro (1929/Mai-1935/Jul).
1878. PINTO, Agostinho Emílio de Sousa	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 29-Gondomar (1928/Fev).
1879. PINTO, Alberto Andrade	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 20-Fundão (1933/Fev).
1880. PINTO, Alberto Brandão	[AEP]. Secretário do Gr. 26-Porto (1916/Jul).
1881. PINTO, Alberto Macedo Ferreira	[AEP]. Tenente. Representante da Índia Portuguesa na Comissão Executiva da AEP (1932/Out-1933/Mai).
1882. PINTO, Aníbal Augusto	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 82-São Vicente, Braga (1937/Fev).
1883. PINTO, António	[UELÚ]. Vogal do Gr. 2-Lisboa da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> (1915/Mai).
1884. PINTO, António Adelino	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 74-Porto (1933/Abr-1934/Nov).
1885. PINTO, Armando dos Santos	[Independente]. Escoteiro-Chefe de Gr. Escola Lusitana Bom Pastor, Porto (1927/Fev).
1886. PINTO, Augusto	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 9-Godim, Régua (1932/Mar).
1887. PINTO, Carlos Correia	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 90-São Miguel das Penas, Santo Tirso (1935/Fev).
1888. PINTO, Cortez	[AEP]. Médico Militar. Impulsionador do escotismo nos órgãos de comunicação “O Cidadão Soldado” e “Os Sports”.
1889. PINTO, Daciano Farinha	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 77-Braga (1936/Jul).
1890. PINTO, Fausto Leitão da Costa	[CNS/CNE]. (n. 1909/Mai/13). Estudante. Chefe de Gr. 14-Leiria (1925/Dez).
1891. PINTO, Francisco Justino Correia	[UAP]. Segundo-Secretário do Gr. 28-Paranhos, Porto (1923/Jul-1926/Ago). Membro da Comissão Administrativa do Gr. 28 (1929/Jun).

1892. PINTO, Helena José Maia e	[CNS/CNE]. (n. 1903/Mar/24). Chefe de Alc. 12-Coimbra (1930/Jul). Chefe da Alc. 18-Coimbra (1935/Nov-1938/Mar).
1893. PINTO, Henrique José de Carvalho	[AEP]. Presidente do Gr. 58-Legião do Bem, Porto (1935/Out).
1894. PINTO, Hermínio Ferreira	[CNS/CNE] Ajudante do Gr. 83-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1934/Mar).
1895. PINTO, Higino Brás	[CNS/CNE]. (n. 1906/Abr/20). Fabricante de Lanifícios. Ajudante do Gr. 19-Covilhã (1926/Ago). Chefe do Gr. 19 (1927/Fev-Jun; 1930/Jun-1931/Dez). Chefe de Gr. Sênior 3-Covilhã (1927/Jun). Editor do jornal <i>Scout Lusitano</i> (1927/Jun).
1896. PINTO, Ilídio dos Santos	[UAP]. Primeiro-Secretário do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1922/Out-1923/Abr).
1897. PINTO, Joaquim	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 9-Godim, Régua (1932/Mar).
1898. PINTO, Jerónimo Baptista	[UAP]. (f. 1931/Dez). Secretário do Gr. 18-V.N. Gaia (1931/Dez).
1899. PINTO, João	[AEP]. Antigo escoteiro. Secretário do Gr. 70 (1932/Mar). Tesoureiro do Gr. 70-Porto (1932/Set). Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 70 em substituição de Lutero Correia (1932/Set) e Escoteiro-Chefe (1933/Mar). Representante do Gr. 70 na Comissão Executiva da AEP (1932/out).
1900. PINTO, José Baptista	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Secretário do Gr. 23-Vila do Conde (1926/Mar).
1901. PINTO, José Nunes	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 15-Porto (1930/Out-1932/Jul). Chefe da Alc. 41-Porto (1932/Nov-1933/Nov).
1902. PINTO, Luís Machado	[AEP]. Assistente do Asilo Nuno Álvares (Lisboa); Assistente Geral de Assistência (1936). Fundador do Gr. 97, com sede na mesma instituição (1934). Membro da Comissão Permanente da AEP (1936/Mai).
1903. PINTO, Manuel Monteiro	[CNS/CNE]. Capitão do Exército. Comissário Geral da 3ª Secção (1926/Mai-Out). Comissário Regional de Braga (1929/Mai).
1904. PINTO, Rodrigo Brandão Guedes	[UAP]. Tenente de Infantaria; Professor do Instituto dos Pupilos do Exército. Instrutor Geral de Sinalização da UAP (1925/Ago).
1905. PINTO, Rui Brás	[CNS/CNE]. (n. 1903/Mar/20). Seminarista. Chefe de Gr. 51-Fundão (1929/Fev-Nov).
1906. PINTO, Silva	[AEP]. Instrutor do Gr. 71-Porto (1935/Fev).
1907. PINTO, Tomás Fernandes	[CNS/CNE]. Sacerdote católico; Tradutor das obras "O embaixador de Cristo" e "Aos sacerdotes a minha oração". Assistente do Gr. 120-Sagrada Família, Coimbra (1936/Abr-Dez).
1908. PINTO, Valentine	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 123-Mapuçá, Goa (1933/Out).
1909. PIO, Francisco Reis	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 65-Lagos (1928/Out-1930/Nov).
1910. PIRES, Abel José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 77-Vinhais (1932/Nov).
1911. PIRES, António Maldonado	[CNS/CNE]. Secretário Regional de Bragança (1935/Jul-1936/Out).
1912. PIRES, José Delgado	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 98-Beja (1935/Out).
1913. PIRES, Miguel Duarte	[CNS/CNE]. (n. 1892/Dez/30). Fiscal Municipal. Chefe de Gr. 97-Condeixa-a-Nova (1934/Abr).
1914. PIRRA, Emiliana Mendes	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 22-Sacramento, Lisboa (1932/Mai-1933/Jan).
1915. PITA, Pascoal Luís	[AEP]. Presidente da Comissão Patrocinadora do Gr. 49-Montijo (1934/Out).
1916. POÇAS, Júlio Marques	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 28-Reguengo do Fetal, Batalha (1930/Fev).
1917. POITOUT, Eugénio Dias	[AEP]. Escoteiro n Gr. 84-Entroncamento. Participa no Acampamento Internacional de Barcelona (1929). Participante no Acampamento Internacional de Vigo (1930). Escoteiro-Chefe no Gr. 84-Entroncamento (1936).
1918. POMBEIRO, José de Oliveira	1919. [CNS/CNE]. (f. 1928/Dez). Capitão de Engenharia. Comissário Regional do Porto, em substituição de Alberto Pinto Saraiva (1926/Out-1928/Dez).

1920. POMBO, António Ferreira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 11-Paços de Ferreira (1925/Abr).
1921. POMBO, Francisco T.	[UAP]. Médico. Instrutor de Enfermagem da UAP (1925/Ago).
1922. POMBO, Francisco F.	[CNS/CNE]. Inspetor Regional da Guarda (1926/Ago-1927). Inspetor do Núcleo da Covilhã (1927/Fev).
1923. POMBO, João	[UAP]. Proprietário. Membro da direção de grupo desconhecido (1925/Ago).
1924. POMBO, José da Cruz	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 19-Covilhã (1931/Dez). Instrutor do Núcleo da Covilhã (1933/Mai).
1925. PONTES, João Nóbrega de Santos	[CNS/CNE; DSS]. Ajudante do Gr. Sênior 5-Funchal (1938). Representante dos <i>Deep-Sea Scouts</i> no Funchal (1938).
1926. PONTES, Joaquim Martins	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 45-Lisboa (1928/Ago-1931) e Alc. 56-São Jorge de Arroios, Lisboa (1934/Abr).
1927. PONTES, Manuel	[UAP]. Membro do Conselho de Administração do Gr. 39-Lisboa (1930/Jan).
1928. POPE, Eileen	[UEP]. Esposa de Godfrey Pope e sobrinha de Robert Baden-Powell. Fundadora da <i>União das Escoteiras de Portugal</i> (1933). Comissária das <i>Girl-Guides</i> do Sul de Portugal (1933/Set).
1929. POPE, William Godfrey T.	[AEP]. Coronel do Exército Inglês e Assistente da <i>Anglo-Portuguese Telegraph Company</i> , casado com Eileen Pope, sobrinha de Baden-Powell. Membro da Comissão Administrativa para resolução do conflito interno da AEP, com Francisco Reis Santos e Robert Moreton (1930). Convidado pela Comissão Pedagógica da AEP para integrar a associação (1933/Mai). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan). Secretário Internacional da AEP (1934). Em 1936, em rutura com a política associativa do Cap. Álvaro Afonso dos Santos, financiou a criação de grupos nas instalações da empresa, destinado em exclusivo aos filhos dos empregados.
1930. PORTELA, Francisco Dias Correia	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional Adjunto da Madeira (1937)
1931. PORTELA, Luís Maciel dos Santos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico, Abade de Maximinos, Braga. Capelão Diocesano da Junta Arquidiocesana de Braga, futura região de Braga (1923/Mai-1927/Jan). Assistente Nacional da Secção Lobos (1927/Jan).
1932. PORTELA, Manuel Fernandes	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sênior 13-Capareiros, Viana do Castelo (1934/Jun). Assistente da Alc. 80-Macieira, Barcelos (1934/Jun).
1933. PORTO, Ângelo da Silva	[UAP]. Membro do Conselho Técnico do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
1934. PORTO, António Reis	[UAP]. Engenheiro. Presidente do Gr. 18-Vila Nova de Gaia (1930). Presidente da Junta Assistente da <i>União dos Adueros de Portugal</i> (1930/Out-1933/Jan).
1935. PORTUGAL, Apolinário da Silva	[CNS/CNE]. Secretário do Núcleo de Murtosa (1935/Jul-1936/Jan).
1936. PORTUGAL, Miguel Maria da Silva	[CNS/CNE]. (n. 1897/Set/01). Professor. Chefe de Gr. 54-Murtosa (1929/Mar-1935/Jul). Secretário das relações nacionais da OEP (1932/Out).
1937. PRAÇA, José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 23-Vila do Conde (1926/Mar).
1938. PRATES, António	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 1-Lisboa (1931).
1939. PRAZERES, Serafim	[AEP]. Tenente. Escoteiro-Chefe do Gr. 16-Carcavelos (1937/Jun).
1940. PRECES, Miguel Duarte	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 49-Condeixa-a-Nova (1934/Abr). Chefe do Gr. 97-Condeixa-a-Nova (1934/Mai).
1941. PRELADA, Rogério	[UAP]. Médico e Oficial do Exército. Médico da Junta Regional do Norte da UAP (1918/Ago).
1942. PROENÇA, António Damasceno	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 10-Covilhã (1926/Dez-1931/Jul).
1943. PROENÇA, Maurício Afonso	[CNS/CNE]. (n. 1920/Dez/23). Empregado de Comércio. Secretário do Gr. 11-Caria, Belmonte (1935/Out). Chefe de Gr. 134-Caria, Belmonte (1937/Fev).
1944. PUREZA, Manuel Gonçalves	[UAP]. Tenente. Chefe do Gr. 24-Vila Real (1931-1932).

1945. PURIFICAÇÃO, Francisco Maria da [AECF]. Vogal na direção dos Escoteiros do Centro de Portugal (1916/Out).

Q

1946. QUADROS, [UAP]. Coronel. Presidente do Gr. 9-Lisboa (1923/Mai).

1947. QUADROS, Aleixo [AEP]. Sacerdote católico. Presidente da Comissão Administrativa do Gr. 122-Margão, Índia Portuguesa (1936/Mar).

1948. QUEIROZ, Eusébio de [UAP]. Professor. Membro do Conselho Consultivo da UAP (1933/Jan).

1949. QUEIROZ, Henrique [AEP]. Escoteiro-Chefe no Entroncamento (1932).

1950. QUEIROZ, José J. Oliveira [CNS/CNE]. Sênior do Clã de Braga, participou no I Acampamento Nacional de Dirigentes (1933/Set).

1951. QUEIROZ, José Pinto de [UAP]. Presidente da União dos Adueros de Portugal.

1952. QUESADO, António Cândido Pires [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 116-Guimarães (1935/Dez).

1953. QUINHONES, José Guedes [CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 109-Amadora (1935/Jan).

1954. QUINTELA, António José de Mesquita [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 5-Braga (1931/Nov).

R

1955. RACHÃO, José Dias de Lema [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 129-Aguada de Baixo, Águeda (1937/Fev).

1956. RAFAEL, Saul Dias [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 47-Inhambane (1934/Abr).

1957. RAIMOND, Guy de [CNS/CNE]. Chefe do Gr. 110-São Sebastião, Lisboa (1935/Jun).

1958. RAMALHO, Abílio Augusto Araújo [CNS/CNE]. Chefe da Alc. 48-Luanda (1935/Set).

1959. RAMALHO, António Araújo [CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades do Gr. Sênior 12-Luanda (1934/Mai).

1960. RAMALHO, David Monteiro [UAP]. Aspirante a Oficial. Adail do Gr. 6-Porto (1929). Membro da Comissão Administrativa do Gr. 6-Porto (1932/Fev). Tesoureiro do Gr. 6 (1933/Fev).

1961. RAMALHO, Guilherme [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 52-Santa Luzia, Angra do Heroísmo (1934/Jan).

1962. RAMALHO, Herculano Augusto Pereira [CNS/CNE]. (n. 1876/Jul/01). Capitão de Infantaria. Chefe de Gr. 23-Vila do Conde (1926/Mar).

1963. RAMALHO, Maria Albina [AGP]. Comissária do Núcleo de Luanda (1936/Abr).

1964. RAMOS, Alberto Coutinho da Silveira [CNS/CNE]. (n. 1902/Set/20). Professor Efetivo de Liceu. Chefe de Gr. 82-Faro (1932/Mai).

1965. RAMOS, Alexandre de Freitas [CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 21-Barreiro (1941/Mar).

1966. RAMOS, Anastácio Silva [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 64-Amadora (1935/Jan).

1967. RAMOS, Aníbal [AEP]. Escoteiro-Chefe no Gr. 15- Asilo Maria Pia, Lisboa (1924).

1968. RAMOS, António Costa [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 119-Perafita, Matosinhos (1936/Abr).

1969. RAMOS, António Portel [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 73-Perafita, Matosinhos (1936/Mar).

1970. RAMOS, Francisco José da Costa	[AECF]. Secretário da Inspeção do Círculo Escolar de Coimbra. Presidente dos <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> (1915/Jun-1917/Nov).
1971. RAMOS, J.	[AEP]. Assistente do jornal <i>Alerta</i> , órgão do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1922/Mar).
1972. RAMOS, João Bernardo	[UAP; AEP]. Secretário do UAP Gr. 12-Campo de Ourique, Lisboa (1928/Mar-1932/Set). Convidado para membro da Comissão Executiva da <i>Fraternal dos Antigos Escoteiros</i> da AEP (1930/Mai).
1973. RAMOS, João Gonçalves da Silva	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 101-Capareiros, Viana do Castelo (1936/Mar).
1974. RAMOS, Maria Luísa	[AGP]. Ajudante do 1º Bando de Avezinhas da Quinta Nova, Carcavelos (1936/Abr).
1975. RAMOS, Mário	[UAP]. Vogal do Gr. 6-Porto (1933/Fev).
1976. RAMOS, Pedro da Silveira	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 40-Lisboa (1931/Nov). Comissário Regional Adjunto de Lisboa (1935/Jun). Comissário Médico Geral Adjunto da Junta Central (1937/Mai).
1977. RAPOSO, José Augusto Miranda	[AEP]. Estudante de Medicina. Segundo-Secretário do Gr. 41-Sporting, Porto (1933/Abr).
1978. RAPOSO, Luís Eduardo	[AEP]. Membro da Comissão Executiva da <i>Fraternal dos Antigos Escoteiros</i> da AEP (1930/Mai).
1979. RATUS, L.M.	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do AEP Gr. 123-Mapuçá, Goa (1933/Out).
1980. RAWES, Doris	[UEP; AGP]. Chefe da 1ª Companhia de Guias e 1ª Companhia de Cadetes, Lisboa (1936/Abr). Comissária do Núcleo de Lisboa da AGP (1936/Abr). Vogal técnica nacional das Guias de Portugal (1937/Abr).
1981. REBELO, Afonso	[AEP]. Escoteiro no Gr. 68-Lourenço Marques (1934). Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 27-Lourenço Marques (1935/Jan).
1982. REBELO, António	[AEP]. Representante do Gr. 21-Fundão na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931).
1983. REBELO, António da Lima	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 1-Braga (1927/Jun-1929/Jan). Secretário do Gr. Sênior 1-Braga (1929/Jan-1931/Nov). Ajudante do Gr. Sênior 1-Braga (1932/Nov-1934/Ago).
1984. REBELO, António de Beira	[CNS/CNE]. Relator do Conselho Fiscal da Junta Central (1941/Jun).
1985. REBELO, Augusto de Matos	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 20-Lisboa (1928/Dez).
1986. REBELO, Francisco Pimentel	[AEP]. Escoteiro-Chefe. Fundador do Gr. 80-Ponta Delgada (1930/Abr).
1987. REBELO, Nunes	[UAP]. Adail do Gr. 11-Alto do Pina, Lisboa (1932/Mai).
1988. REBELO, Olímpio	[CNS/CNE]. (f. 1927/Jan). Sacerdote católico. Assistente do Gr. 6 e Alc. 4-Guimarães (1926/Jan-Dez).
1989. REBOCHO, Tomás José	[AEP]. Escoteiro-Chefe Interino do contingente dos escoteiros da AEP na frente contra a “Monarquia do Norte” (1919). Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 31-Figueira da Foz (1925/Set).
1990. REBORDÃO, José Gonçalves	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 53-Fundão (1932/Ago).
1991. RECAREI, António	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 10-Porto (1935/Jul-1936).
1992. REGADA, Amadeu Saraiva	[CNS/CNE; AEP]. Professor de Canto Coral no Liceu Alexandre Herculano, Porto. Instrutor Musical do CNS/CNE Gr. 7-Porto (1926/Jun). Foi demitido do CNS/CNE devido à publicação do jornal <i>O Scout</i> (1927/Mar). Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 71-Porto (1928/Out-1931). Comissário de Zona do Porto (1929-1931/Dez). Durante a crise de 1930, confrontou as posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira. Secretário do Gr. 70-Mirante, Porto (1932/Mar). Escoteiro-Chefe Interino do Núcleo do Porto (1934/Set) Instrutor e membro da Comissão Assistente da Escola Regional de Chefes do Porto (1935).
1993. REGALADO, Manuel Ferreira	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 66-Ovar (1930/Out-1931/Nov).

1994. REGATÃO, António Ribeiro	[CNS/CNE]. (n. 1926/Abr/01). Carpinteiro. Impulsionador do escotismo católico no Alandroal (1942/Ago).
1995. REGO, Agnelo de Ornelas	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 84-Praia da Vitória, ilha Terceira, Açores (1936/Fev).
1996. REGO, Carlos Alberto Martins do	[CNS/CNE]. Sacerdote católico; Monsenhor. Assistente da Alc. 46-Lisboa (1933/Jul).
1997. REGO, José Tavares Neto do	[AEP]. Tenente. Escoteiro-Chefe do Gr. 80-Ponta Delgada (1936).
1998. REIS, Albino Pinto dos	[UAP]. Segundo-Vogal da Direção do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
1999. REIS, António Batalha	[AEEN; AEP]. Escoteiro-Chefe na Associação de Escoteiros da Escola Nacional, em Lisboa (até 1926?). Escoteiro-Chefe do Gr. 4-Escola Nacional de Lisboa (1929).
2000. REIS, António da Fonte dos Santos	[CNS/CNE]. Secretário Adjunto da Alc. 65 e Gr. 115-Colégio Brotero, Porto (1936/Fev-Out).
2001. REIS, António da Rocha	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 32-Marco de Canaveses (1926/Dez).
2002. REIS, António de Oliveira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 40-Lisboa (1928/Jan).
2003. REIS, António Ribeiro dos	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 53-Fundão (1931/Dez-1932/Ago).
2004. REIS, Augusto dos	[CNS/CNE]. Inspetor Regional de Leiria (1926/Jun).
2005. REIS, Carlos Alberto da Costa	[CNS/CNE]. (n. 1895/Mar/12). Empregado de Escritório (<i>Vacuum Oil Company</i>). Ajudante do Gr. 37-Viseu (1927/Dez). Chefe de Gr. 43-Viseu (1928/Mai). Comissário do Núcleo de Viseu (1928/Out).
2006. REIS, Eduardo	[UAP]. Professor. Membro da Comissão Administrativa do Grupo em formação na Campanhã, Porto (1929/Jul).
2007. REIS, João Filipe dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 80-Socorro, Lisboa (1932/Out-1936).
2008. REIS, Joaquim A. dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 28 (1926/Jun) e Alc. 16-Oliveira de Azeméis (1927/Ago).
2009. REIS, Joaquim dos	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 12-Coimbra (1927/Out).
2010. REIS, Joaquim Pereira dos	[CNS/CNE]. Comissário Regional de Leiria (1926/Ago).
2011. REIS, Joaquim Martins dos	[CNS/CNE] Sacerdote católico. Assistente da Alc. 54-Luanda (1934/Abr). Assistente da Alc. 48-Luanda (1935/Set).
2012. REIS, José Dias	[UAP]. Secretário do Gr. 26-Madalena, V.N. Gaia (1924/Ago).
2013. REIS, José Manuel Pereira dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 49-Lisboa (1928/Dez-1933/Jan).
2014. REIS, Manuel da Silva	[UAP]. Presidente do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out).
2015. REIS, Manuel Ferreira Gonçalves dos	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 144-Coimbrões, V.N. Gaia (1940/Dez).
2016. REIS, Pereira	[AEP]. Major. Representante do CNS/CNE no projeto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar).
2017. RELVAS, Joaquim de Moura	[CNS/CNE]. Comissário Regional de Coimbra (1936/Mar).
2018. RENTE, João Baptista Tenório	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 92 e Gr. 148-Elvas (1940/Dez).
2019. REQUIXA, Filipe José de Carvalho	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 18-Coimbra (1928/Mai).
2020. RESENDE, Agostinho	[CNS/CNE]. Instrutor de Ginástica do Gr. 74-Porto (1935/Jul).
2021. RESENDE, Fernando	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 44-Porto (1932/Nov-1933/Nov).

2022. RESENDE, Georgina de Jesus	[CNS/CNE]. Secretária da Alc. 89-Setúbal (1938/Ago).
2023. RESENDE, José Maria Maia de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 66-Ovar (1930/Out-1933).
2024. RIBATÂMEGA, Maria Palmira	[AGP]. Chefe da 1ª Companhia de Guias da Quinta Nova, Carcavelos (1936/Abr).
2025. RIBAS, António de Bessa	[UAP]. Guia de Ala no Gr. 4-Porto (1918/Nov). Adail-Adjunto do Gr. 4 (1921/Mar). Ajudante do Adail-Mor Geral da UAP (1924/Ago).
2026. RIBAS, Helena Dias	[UAP]. Assistente Adjunta da Escola Primária do Bonfim (Porto). Madrinha do Gr. 4 Porto da UAP (1922/Fev).
2027. RIBEIRO JÚNIOR, António Alves	[CNS/CNE]. (n. 1892/Jan/10). Militar. Chefe de Gr. 101-Capareiros, Viana do Castelo (1934/Jul).
2028. RIBEIRO JÚNIOR, Eduardo	[AEP]. (n. 1914/Ago/10). Secretário do Gr. 94-Ajuda (1934/Jun).
2029. RIBEIRO,	[S/D]. Tenente. Juntamente com Joaquim Leite Júnior, José da Silva Bandeira e Virgílio Mota, impulsionou a criação do Batalhão de Scouts Portugueses em Coimbra (1912/Abr).
2030. RIBEIRO, Abel	[UAP]. Professor. Vogal na Junta Regional do Norte (1924/Dez). Membro da Comissão Administrativa do Gr. 28-Paranhos (1929/Jun).
2031. RIBEIRO, Adriano Cardoso	[CNS/CNE]. (n. 1892/Abr/09). Primeiro-Sargento. Chefe de Gr. 32-Marco de Canaveses (1926/Dez).
2032. RIBEIRO, Antero Ferreira	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 23-Fundão (1930/Dez).
2033. RIBEIRO, António	[CNS/CNE]. Sacerdote Católico; Assistente da Missão da Beira, Moçambique. Assistente do Gr. 50-Beira, Moçambique (1928/Dez-1932/Abr). Assistente do Núcleo da Beira (1930/Set). Assistente do Gr. 64-Beira (1930/Set). Assistente da Alc. 35-Beira (1930/Set-1932/Abr). Assistente do Gr. 94-Inhambane, Moçambique (1932/Jun-1933/Ago).
2034. RIBEIRO, António Alves	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. – Bairro, Famalicão (1942/Mai).
2035. RIBEIRO, António José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico; Cónego. Assistente do Gr. 3-Braga (1932/Mai). Assistente da Alc. 100-Sé, Braga (1943/Mai).
2036. RIBEIRO, António Manuel	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 25-Lisboa (1924/Jun). Editor do jornal <i>O Escoteiro</i> , órgão oficial da AEP (1924/Jun). Tesoureiro Nacional da AEP (1924/Jul). Comissário Regional Adjunto de Santarém e Lisboa (1928/Dez-1929/Mar). Delegado Regional do Algarve (1931/Mai). Responsável pela Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1931/Nov). Tesoureiro Adjunto da Direção Central da AEP (1933/Out). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan). Membro do Tribunal de Honra da AEP (1934-1936/Abr). Membro da Comissão Permanente da AEP (1936/Mai).
2037. RIBEIRO, Emanuel Vitorino	[UAP]. Vogal na Junta Assistente da UAP (1924/Dez). Substituto do Segundo-Secretário do Conselho-Mor da UAP (1927/Mai).
2038. RIBEIRO, Fernando Carvela	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 74-Junção Humanitária “Amor e Carinho”, Lisboa (1934/Mai).
2039. RIBEIRO, Filomena Conde	[AGP]. Ajudante da 1ª Companhia de Guias – Lisboa (1936/Abr).
2040. RIBEIRO, Heitor Francisco José	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 91-Ponte, Guimarães (1940/Mar).
2041. RIBEIRO, João Alves	[UEC]. Presidente da <i>União dos Escoteiros Capitalinos</i> (1915/Set).
2042. RIBEIRO, João Conde	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 45-Lisboa (1928/Nov-1929/Dez; 1930/Jul-1933/Nov). Ajudante do Inspetor Regional de Lisboa (1928/Nov-1931/Nov). Ajudante do Comissário Geral de Lobitos (1934/Jun).
2043. RIBEIRO, João Martinho	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto no Gr. 10 - Lourenço Marques. Escoteiro-Chefe Adjunto no Gr. 10 em Lourenço Marques. Chefe-Adjunto de contingente moçambicano a Springs (1934). Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 46-Lourenço Marques (1934-1936/Ago).

2044. RIBEIRO, José Manuel Pimenta	[CNS/CNE]. (n. 1911/Fev/20). Amanuense Municipal. Chefe de Alc. 74-Arcos de Valdevez (1936/Mai).
2045. RIBEIRO, José Maria Afonso	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 75-Monserrate, Viana do Castelo (1934/Out).
2046. RIBEIRO, José Óscar	[CNS/CNE] Instrutor de Enfermagem do Gr. 80-Socorro, Lisboa (1934/Abr-Nov). Condecorado com a Medalha de Prata “Filantropia e Caridade” do <i>Instituto de Socorros a Náufragos</i> (1934/Ago). Instrutor de Especialidades do Gr. 48-Lisboa (1934/Nov-1936/Set).
2047. RIBEIRO, Leonel	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 10-Lisboa (1930/Abr).
2048. RIBEIRO, Manuel	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 43 e Gr. 78-Viana do Castelo (1932/Jul).
2049. RIBEIRO, Manuel Nunes	[UEC]. Vogal da <i>União dos Escoteiros Capitalinos</i> , Lisboa (1915/Ago).
2050. RIBEIRO, Manuel Pereira da Silva	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 30 e Gr. 62-Castelo Branco (1930/Mar).
2051. RIBEIRO, Maria Elisa Baía	[UAP]. Vogal no Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1927/Jan).
2052. RIBEIRO, Sebastião	[UAP]. Membro da direção do Gr. 24-Vila Real (1931/Mar).
2053. RIBEIRO, Tomás Gabriel	[CNS/CNE]. Médico. Comissário Regional de Lisboa (1926/Ago-1931/Jun). Instrutor de ginástica no Primeiro Acampamento Nacional, em Aljubarrota (1926/Ago). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago). Representante do CNS/CNE no projeto da Federação Escotista de Portugal (1928/Mar).
2054. RIBEIRO, Vitorino	[UAP]. Instrutor de Higiene do Gr. 6-Porto (1932/Mar).
2055. RICA, Augusto C. Claro da	[AEP]. Reitor do Liceu Camões, Lisboa. Presidente do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1915/Dez-1917/Mar).
2056. RICARDO, João Luís	[AEP]. Membro da Conselho Nacional da AEP (1925/Out).
2057. RILEY, Edmond Francis	[AEP]. Segundo-Secretário do Gr. 48-Porto (1933/Nov).
2058. RIOS, Apolinário Rodrigues	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 5-Braga (1935/Jul).
2059. RIO, Manuel Vieira Teles Sampaio	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 14-Leiria (1925/Dez-1927/Fev).
2060. RITO, Fausto Leite da Costa (ou Couceiro)	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 14-Leiria (1926/Fev-Mar). Comissário de Núcleo de Leiria (1926/Mar).
2061. ROBALO JÚNIOR, José de Oliveira	[CNS/CNE]. (n. 1913/Fev/23). Sacerdote católico. Chefe de Alc. 24-Seminário do Fundão (1929/Fev-Nov).
2062. ROBALO, Egídio	[CNS/CNE]. Chefe Administrativo do Gr. 11- “Alcaide de Faria”, Moçâmedes (1936/Mar).
2063. ROBERTO, João Luís	[CNS/CNE]. (n. 1902/Fev/15). Revisor de Jornais. Chefe do Gr. 68-Lisboa (1934/Jan-Out). Chefe de Alc. 51-Mercês, Lisboa (1934/Fev).
2064. ROÇADAS, Carlos Alberto Alves	[UAP]. Tenente do 3º Grupo de Metralhadoras. Adail-Mor Regional do Norte (1925/Jun-1929). Colunista no jornal <i>Adueiro de Portugal</i> (1925/Jun). Membro da Comissão de revisão dos estatutos da UAP (1925/Ago).
2065. ROCHA JÚNIOR, António	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 4-Coimbra (1927/Jun-1928/Mar).
2066. ROCHA, Afonso de Sousa	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 40-Porto (1935/Jul-1936).
2067. ROCHA, Bernardino Pereira da	[UAP]. Monitor de Enfermagem do Gr. 30-Cedofeita, Porto (1932/Out). Presidente da Direção do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
2068. ROCHA, Deolindo Lino da	[CNS/CNE]. (n. 1910/Jan/27). Aprendiz de Laboratório. Chefe de Gr. 42-Ílhavo (1929/Out).

2069. ROCHA, Francisco Sarmiento Penalva	[CNS/CNE]. (n. 1910/Jul/09). Estudante de Medicina no Porto. Inspetor Regional de Coimbra (1926/Out-1930/Mai). Chefe da Alc. 11-Coimbra (1926/Dez-1930/Jun). Administrador e Editor do jornal <i>O Condestável</i> , Coimbra (1927/Jan).
2070. ROCHA, José Joaquim Pereira da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 86-Mogofores, Anadia (1936/Set). Assistente do Gr. 70-Lever, V.N. Gaia (1936/Set).
2071. ROCHA, José Monteiro da	[UAP]. Tenente. Vogal da Junta Assistente da UAP (1929/Jul).
2072. ROCHA, José Pinto da	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 75-Monserrate, Viana do Castelo (1934/Out).
2073. ROCHA, Lucília Valente	[CNS/CNE] Secretária Adjunta da Alc. 67-Murtosa (1935/Ago).
2074. ROCHA, Manuel da	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 41-Calvão, Vagos (1929/Dez).
2075. ROCHA, Rodrigo da	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 8-Porto (1927/Mai-1931).
2076. ROCHA, Vítor	[AEP]. Tesoureiro da Direção do Gr. 7-Lisboa (1915/Jul).
2077. RODO, António Pereira	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 33-Peso da Régua (1926/Dez-1930/Dez).
2078. RODO, José Pereira	[CNS/CNE]. (n. 1909/Nov/17). Empregado Comercial. Chefe de Alc. 13-Peso da Régua (1926/Dez-1931/Mai).
2079. RODRIGO, Alberto	[UAP]. Tenente. Instrutor do Gr. 22-Chaves (1925/Jul).
2080. RODRIGO, Aristides	[CNS/CNE]. (n. 1906/Dez/27). Empregado comercial. Chefe de Gr. 8-Sé, Porto (1925/Fev-1928). Inspetor Interino do Núcleo do Porto (1932/Nov-1933). Inspetor do Núcleo do Porto (1934/Fev). Secretário Adjunto Regional do Porto (1934/Nov-1936).
2081. RODRIGUES JÚNIOR, Alberto Magno	[AEP]. Secretário do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1917).
2082. RODRIGUES JÚNIOR, Manuel Gonçalves	[CNS/CNE]. (n. 1903/Jul/05). Empregado Ferroviário. Chefe do Gr. 48-Lisboa (1928/Nov-1934/Nov) e Alc. 50-Lisboa (1933/Nov-1934/Nov). Comissário Instrutor da Região de Lisboa (1934/Out-1935/Ago). Secretário Regional de Lisboa (1935/Jun-1938/Out). Relator do Conselho Fiscal da Junta Central (1941/Jun).
2083. RODRIGUES, Adelino	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 88-Funchal (1933/Fev-1934). Participante no Jamboree de Gödöllő, Hungria (1933).
2084. RODRIGUES, Adriano	[UAP; AEP]. Reitor da Universidade do Porto. Tesoureiro da Junta Assistente da UAP (1918/Jul). Segundo-Secretário do Senado da UAP (1927/Mai). Fundador da Escola Regional de Chefes do Porto da AEP (1935).
2085. RODRIGUES, Álvaro	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 129-Aguada de Baixo, Águeda (1937/Fev).
2086. RODRIGUES, António	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 7-Lisboa (1927/Ago).
2087. RODRIGUES, António Anselmo de Araújo	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 57-Capareiros, Viana do Castelo (1936/Mar).
2088. RODRIGUES, António José Adriano	[UAP]. Oficial do exército. Capitão do Estado-Maior. Tesoureiro da Junta Assistente do Aduarismo (1918/Jul).
2089. RODRIGUES, António Manuel	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sénior 4-Coimbra (1928/Mar-1935/Nov).
2090. RODRIGUES, António Ribeiro	[CNS/CNE]. Instrutor de especialidades da Alc. 1-Braga (1928/Ago-1931/Nov). Chefe do Gr. 1-Braga (1929/Jan-1931/Nov).
2091. RODRIGUES, Augusto Cândido	[CNS/CNE]. Secretário do Alc. 6-Bragança (1925/Jul-1929/Mar).
2092. RODRIGUES, Basílio das Neves	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 68 e Gr. 112-Barreiros, Maia (1935/Out-1936/Jun).

2093. RODRIGUES, Carlos Alberto	[AEP]. Secretário do Gr. 2-Lisboa (1929/Abr).
2094. RODRIGUES, Eduardo	[UAP]. Proprietário. Adail do Gr. 14-Viana do Castelo (1925/Ago-1932).
2095. RODRIGUES, Francisco da Costa	[CNS/CNE]. (n. 1899/Ago/25). Tintureiro. Chefe de Alc. 95-Novais, V.N. Famalicão (1941/Jul).
2096. RODRIGUES, Gaspar Pereira	[CNS/CNE]. (n. 1895/Abr/15). Tenente do Exército. Chefe de Gr. 18-Bragança (1925/Jun-1926/Abr).
2097. RODRIGUES, Jaime	[UELU]. Tesoureiro da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , Lisboa (1915/Set).
2098. RODRIGUES, José	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 68 - Mercês, Lisboa (1936/Fev).
2099. RODRIGUES, José da Conceição	[AEP; SP; AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do AEP Gr. 7-Lisboa (1915/Jul). Integrou o contingente dos escoteiros da AEP na frente contra a “Monarquia do Norte” (1919). Escoteiro-Chefe dos <i>Scouts de Portugal</i> (1919-1920/Mai). Participa como socorrista na revolta da “Noite Sangrenta” (1921/Out). Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 7-Lisboa (1924/Nov-1935). Castigado pela Direção Central com repreensão (1930/Abr). Responsável da instalação do Campo de Férias da AEP (1933/Ago). Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set).
2100. RODRIGUES, Júlio Augusto	[UELU; AEP]. Secretário da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , Lisboa (1915/Set). Escoteiro-Chefe Geral da <i>UELU</i> (1915/Set). Secretário da Comissão Executiva da <i>Fraternal dos Antigos Escoteiros</i> da AEP (1930/Mai).
2101. RODRIGUES, Libório	[AEP]. Escoteiro na Beira, com insígnia de “Cavaleiro da Pátria”. Condecorado com a “Cruz Suástica de Prata” pelo Escoteiro-Chefe da Beira (1933/Mai). Em 1935 transfere-se para Lourenço Marques para estudar e torna-se Representante do Núcleo da Beira, Moçambique (1935/Ago).
2102. RODRIGUES, Manuel	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 30-Castelo Branco (1930/Mar).
2103. RODRIGUES, Manuel	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 91-Ponte, Guimarães (1940/Mar).
2104. RODRIGUES, Manuel Joaquim da Costa	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 115-Colégio Brotero, Porto (1936/Abr).
2105. RODRIGUES, Maria da Natividade	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 38-Olival, Ourém (1931/Jun).
2106. RODRIGUES, Maria de Lourdes	[AGP]. Ajudante da 1ª Companhia de Guias e Guias Seniores de Luanda (1936/Abr).
2107. RODRIGUES, Salgueiro	[AEP]. Escoteiro-Chefe em Lisboa. Palestrante na Sessão de Propaganda no Ginásio Club Português (1925/Jan).
2108. RODRIGUES, Sebastião Antunes	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 30-Coimbra (1933/Set). Secretário Regional de Coimbra (1936/Mar).
2109. RODRIGUES, Silvino Malheiro	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 4-Guimarães (1931/Mai-1935).
2110. ROLAS, Octávio	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 62-Benfica (1935/Jan).
2111. ROMANI, Emílio Alfredo	[AEP]. Segundo-Sargento de BAAM (Huíla, Angola). Auxiliar de instrutor do Gr. 87-Sá da Bandeira, Angola (1936/Ago).
2112. ROMARIZ, Claudino da Rocha	[UAP]. Negociante. Vogal na Junta Assistente da UAP (1921/Ago-1922/Ago).
2113. ROMÃO, Augusto António	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Portalegre (1930/Mar).
2114. ROMPANA, Francisco dos Santos	[CNS/CNE] Chefe da Alc. 50-Lisboa (1934/Abr).
2115. ROMPANTE, Bernardino de Sousa	[CNS/CNE]. (n. 1900/Jan/14). Operário Fabril (Afinador de Máquinas). Chefe de Gr. 83-São Tomé de Negrelos (1932/Dez-1934/Mar) e Alc. 19-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1934/Jan). Instrutor de Canto Coral e Cénico do Gr. 83 (1934/Mar-1935).
2116. ROQUE, António Augusto	[UAP]. Tenente; Comandante da Guarda Fiscal. Adail do Gr. 41-Barreiro (1930/Out-1932/Mai).

2117.	ROQUE, Hernâni	[AEP]. Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 81 Chelas, Lisboa (1936).
2118.	ROQUE, José Proença	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 87-Abrantes (1933/Fev).
2119.	ROSA, Anastácio Luís	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 109-Amadora (1935/Jan).
2120.	ROSA, Ferreira	[AEP]. Chefe dos Serviços de Instrução em Luanda (1937/Nov).
2121.	ROSA, Francisco	[CNS/CNE]. Chefe de Gr. 64-Beira, Moçambique (1932).
2122.	ROSA, Francisco Vieira da	[CNS/CNE]. (f. 1934-Nov). Sacerdote católico. Assistente do Gr. 48-Lisboa (1928/Nov-1934/Nov).
2123.	ROSA, Joaquim Jacobetty	[AEP]. Escrivão de Direito. Presidente do Gr. 19-Santarém (1915/Ago).
2124.	ROSA, José	[UAP]. Capitão. Membro do Conselho Consultivo da UAP (1933/Jan).
2125.	ROSA, José António Pinheiro e	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 82-Faro (1932/Mai).
2126.	ROSA, Manuel Domingues (ou Domingos)	[AEP]. Professor. Cofundador do Gr. 27-Escola Masculina de S. Pedro de Sintra (1931/Mai). Escoteiro-Chefe do Gr. 93-Sintra (1934/Dez).
2127.	ROSA, Manuel Mira da	[CNS/CNE]. (n. 1888/Out/18). Proprietário. Chefe de Alc. 28-Reguengo do Fetal, Batalha (1930/Fev).
2128.	ROSA, Rodrigo de Sousa	[AEP]. Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set).
2129.	ROSA, Virgílio da Silva	[EPI]. Presidente da Direção dos <i>Escoteiros Portugueses Independentes</i> (1920/Abr).
2130.	ROSÁRIO, Epifânio Estêvão do	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 51-Seminário do Fundão (1929/Nov-1930/Dez).
2131.	ROSÁRIO, Manuel do	[UAP]. Alferes do Exército. Secretário do Gr. 18-V.N. Gaia (1929/Abr). Vogal na Junta Assistente da UAP (1930). Membro da direção do Gr. 18 (1930-1931).
2132.	ROSAS, António Martins	[UAP]. Vogal no Conselho de Administração da UAP (1927/Mai).
2133.	ROSAS, Domingos	[AEP]. Professor. Escoteiro-Chefe do Gr. 93-Sintra (1934/Jun).
2134.	ROWES [ou Rawer/Rawes], Dorys	[AGP]. Comissária Regional de Lisboa das <i>Girl-Guides</i> (1933/Set-1936/Mar).
2135.	ROXO, Amadeu da Conceição	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Chefe do Gr. 18-Bragança (1929/Dez).
2136.	RUELA, Alberto	[AEP]. Membro da direção do Gr.62-Aveiro (1930).
2137.	RUIVO, Augusto Duarte	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. Sênior 7-Seminário do Fundão (1929/Nov-1930/Dez).
2138.	RUIVO, João	[CNS/CNE]. (n. 1905/Dez/07). Desenhador. Chefe de Alc. 71-Lisboa (1935/Dez-1936).
2139.	RUSSINHO, Joaquim Rodrigues	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 62-Castelo Branco (1930/Mar).
2140.	RUSSO, Almeida	[UAP]. Tenente. Instrutor de Gr. 8-Valbom, Porto (1925/Ago).

S

2141.	SÁ, Álvaro Pinto Gomes de	[UAP]. (f. 1923/Jul/23). Secretário do Gr. 1 Porto (1922/Jan). Secretário da Junta Regional do Norte (1923/Mar-1923/Jul).
2142.	SÁ, Armando da Fonseca	[UAP]. Adail do Gr. 23-Matosinhos (1932/Abr).
2143.	SÁ, Augusto José Borges de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 4-Guimarães (1930/Jul).
2144.	SÁ JÚNIOR, Domingos Gonçalves	[CNS/CNE]. Comissário do Núcleo de Gondomar (1925/Abr-1934/Nov).

2145. SÁ, José Martins de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 4-Póvoa de Varzim (1924/Mar-1926). Inspetor do Núcleo da Póvoa de Varzim (1927/Out). Secretário do Gr. Sênior 14-Póvoa de Varzim (1935/Jul).
2146. SÁ, Mário	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1931).
2147. SABENÇA, Germano de Almeida	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 70-Lever, Vila Nova de Gaia (1936/Set).
2148. SACCHETTI, Casimiro Barreto	[UAP]. Advogado. Vogal da Junta Assistente do Aduarismo (1916/Mar-1918/Jul).
2149. SALAZAR, Vítor	[UAP]. Professor. Membro da Comissão Administrativa do Grupo em formação na Campanhã, Porto (1929/Jul).
2150. SALDANHA, Alfredo X. Costa	[UAP]. Subchefe da 5ª Repartição de Fiscalização da Companhia Portuguesa. Organizador do Grupo em formação em Nine, V.N. Famalicão (1929/Jun).
2151. SALDANHA, João Marques	[UAP]. Presidente do Gr. 7-Valongo (1925/Ago).
2152. SALEMA, Domingos	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1918).
2153. SALEMA, Manuel	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 10-Lourenço Marques, Moçambique (1917-1918).
2154. SALES, Leovigildo	[AEP]. Alferes de Infantaria. Presidente do Gr. 25-Campo de Santa Clara, Lisboa (1916/Jan).
2155. SALGADO, José Dinis	[CNS/CNE]. (n. 1900/Mai/30). Lavrador-proprietário. Chefe de Gr. 124-Brito, Guimarães (1936/Mai).
2156. SALGADO, Ramiro Xavier Fernandes	[UAP]. Professor do Instituto Académico Portuense. Instrutor de Cultura Geral no Gr. 1-Porto (1927/Dez).
2157. SALGUEIRO JÚNIOR, Joaquim Amâncio	[AEP]. Chefe Geral dos Serviços Administrativos da AEP. Delegado na Conferência Mundial de Escotismo em Paris (1922). Tesoureiro Nacional da AEP (1922/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 12 Liceu Passos Manuel (1923/Abr). Fundador do Gr. 8 Ginásio Club Português, em Lisboa (1925). Delegado Regional da AEP (1926/Jan). Comissário Técnico da Zona de Lisboa (1923/Jan-1930). Durante a crise de 1930, assumiu-se partidário das posições centralistas de Alfredo Tovar de Lemos e Franklim de Oliveira.
2158. SALGUEIRO, Aníbal	[UAP]. Membro da direção do Gr. 28-Paranhos, Porto (1923/Jul).
2159. SALGUEIRO, Manuel Trindade	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 30-Coimbra (1927/Fev). Assistente do Núcleo de Ílhavo (1929/Set).
2160. SALINAS, Leopoldo	[UAP]. Membro do Conselho de Administração do Gr. 39-Lisboa (1930/Jan).
2161. SALVADOR, Américo	[UELÚ]. Membro do Conselho Fiscal da União dos Escoteiros Lusos, em Lisboa (1914/Dez).
2162. SALVADOR, António de Oliveira	[CNS/CNE]. (n. 1908/Mai/12). Marceneiro. Chefe de Alc. 52-Ovar (1934/Fev-1936/Fev).
2163. SAMPAIO, Álvaro Coelho	[UAP]. Substituto do Tesoureiro do Conselho de Administração da UAP (1927/Mai).
2164. SAMPAIO, Camilla de Mello	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 86-Mogofores, Anadia (1937/Jul).
2165. SAMPAIO, Jerónimo Augusto de Sousa	[CNS/CNE]. (f. 1929/Fev). Advogado e secretário do Governador Civil de Portalegre. Inspetor Regional de Portalegre (1926/Mar-1929/Fev).
2166. SAMPAIO, Manuel Joaquim de Azevedo	[CNS/CNE]. Instrutor do Clã de Seniores de Braga (1933/Jun-1934/Ago). Ajudante do Clã de Seniores de Braga (1934/Ago). Vogal do Conselho Fiscal da Junta Central (1941/Jun).
2167. SAMPAIO, Matias A.	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Marítimo 1-Póvoa de Varzim (1926/Jan).
2168. SAMPAIO, Newton	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 51-Mercês, Lisboa (1936/Out). Chefe do Gr. 45-Lisboa (1938/Nov).

2169. SAMPAIO, Zeferino	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 35-Famalicão (1927/Jul).
2170. SAMUEL, António Castanheira	[AEP]. Professor no Colégio Militar. Ajudante de Manuel Gomes dos Santos, Presidente da Comissão Executiva da AEP (1934). Responsável pela enfermaria de no Acampamento Nacional no Porto (1934/Set). Instrutor na Escola de Chefes (1935). Vogal na Comissão Executiva e Membro do Tribunal de Honra da AEP (1935-1936/Abr).
2171. SÁNCHEZ, Adrián	[AEE]. Espanhol. Sacerdote católico. Assistente do Grupo de <i>Scouts Hispanos</i> da Curia (1934/Jun-1936).
2172. SANCHO, Feliciano	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 24-Angra do Heroísmo, Açores (1935/Jun).
2173. SANDE, Francisco Manuel de Almeida	[CNS/CNE]. Enfermeiro. Enfermeiro do Gr. 29-Gondomar (1928/Fev).
2174. SANTA MARTA, Américo do Carmo	[CNS/CNE]. Chefe de Gr. 80-Socorro, Lisboa (1932/Out-1935). Secretário do Gr. 80 (1935). Secretário Regional Adjunto de Lisboa (1935/Jun-1937). Comissário Regional Adjunto de Lisboa (1936). Delegado de Lisboa na Secretariado Geral da Propaganda da Junta Central (1937/Nov). Presidente Substituto da Junta Central (1941/Jun).
2175. SANTA ROSA, Alice Pereira	[AEP]. Enfermeira do Gr. 9-Lisboa. Integrou o contingente dos escoteiros da AEP na frente contra a “Monarquia do Norte” (1919).
2176. SANTANA, António Pinto	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 7-Porto (1925/Mar-1931) e Alc. 8-Porto (1926/Mai).
2177. SANTANA, Manuel	[AEP]. Secretário do Gr. (?) (1935).
2178. SANTELMO, António Pinto	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 08-Porto (1926/Abr).
2179. SANTOS JÚNIOR, Alexandrino dos	[UAP]. Industrial. Secretário-Geral da UAP (1921/Ago-1922/Jan) e Administrador do Serviço de Publicações Aduelras (1921/Nov). Vogal no Conselho de Administração da UAP (1927/Mai-1929/Jul). Secretário da Junta Assistente da UAP (1930/set). Tesoureiro da Junta Assistente da <i>União dos Aduelros de Portugal</i> (1931/Jun-1933/Jan).
2180. SANTOS JÚNIOR, Alfredo Rodrigues dos	[CNS/CNE]. (n. 1908/Dez/02). Estudante. Instrutor no Gr. 3-Braga (1925-1926). Chefe de Gr. 30-Coimbra (1926/Dez-1927/Fev). Ajudante do Gr. 3-Braga (1927/Mar-1928/Mar). Regressou a Coimbra, sendo Chefe do Gr. 30 (1928/Mar-1935/Nov).
2181. SANTOS JÚNIOR, Domingos dos	[UAP]. Membro do Conselho Técnico do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
2182. SANTOS JÚNIOR, João Nunes dos	[AEP]. Presidente do Gr. 1-Lisboa (1917/Abr).
2183. SANTOS, Abílio dos	[AEP]. Telegrafista da Marinha Mercante. Escoteiro-Chefe do Gr. 2-Lisboa (1916/Dez).
2184. SANTOS, Alberto (?) Cardoso dos	[AEP]. Tenente-Coronel. Delegado Ministerial da Direção Central da AEP (1926/Jan).
2185. SANTOS, Alberto	[UAP]. Jornalista. Cofundador do Gr. 27 Aduelros Nautas no Porto (1922).
2186. SANTOS, Albino Lopes	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 124-Brito, Guimarães (1936/Mai).
2187. SANTOS, Alfredo	[AEP]. Vice-Presidente da Direção do Gr. 7-Lisboa (1915/Jul).
2188. SANTOS, Alfredo	[CNS/CNE] Ajudante do Gr. 14-Leiria (1927/Ago). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago).
2189. SANTOS, Alfredo Rodrigues dos	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 3-Braga (1926/Jun-1928). Chefe do Gr. 30-Coimbra (1930/Fev).
2190. SANTOS, Álvaro Tavares Afonso dos	[AEP]. (Lisboa, 1892). Capitão do Exército; Professor Liceal; Chefe do Gabinete do Ministro das Colónias (1934); Chefe de Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1935). Membro da Comissão Permanente da AEP (1935/Jul). Eleito Presidente da Comissão Executiva Nacional da AEP na III Conferência de Dirigentes, em substituição de Pedro Teotónio Pereira (1936/Abr). Na segunda metade de 1936 empreendeu um projeto de centralização da AEP e que retirava poder decisório às regiões.
2191. SANTOS, Américo	[AEP]. Escoteiro-Chefe da Zona de Aveiro (1930/Set).

2192. SANTOS, Américo Ferreira dos	[UAP]. Segundo-Secretário da Assembleia Geral do Gr. 33-Porto (1933/Jan).
2193. SANTOS, Ângelo Carlos	[CNS/CNE]. Chefe interino do Gr. 68-Mercês, Lisboa (1936/Fev).
2194. SANTOS, Aníbal Tomás dos	[AEP]. Aluno Instituto Superior de Comércio do Porto. Escoteiro-Chefe do Gr. 7-Lisboa (1924/Nov-1925/Ago). Participante na Escola Internacional de Chefes em Cappy, França (1925/Ago). Substituiu António Pinto Machado como Comissário Regional do Porto (1936/Out-1938).
2195. SANTOS, Aniceto António	[CNS/CNE]. Tenente do Exército. Comissário Regional dos Açores (1926/Mai).
2196. SANTOS, António dos	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 11-Coimbra (1930/Jun-1931/Dez). Chefe da Alc. 11 (1931/Dez).
2197. SANTOS, António Augusto Gomes dos	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 28-Oliveira de Azeméis (1928/Mar). Instrutor de especialidades do Gr. 28 (1928/Mar). Chefe do Gr. 28 (1929/Mai-1930/Fev).
2198. SANTOS, António Lopes dos	[CNS/CNE]. (n. 1906/Set/14). Empregado Bancário. Secretário do Gr. 45-Lisboa (1933/Jan-Nov). Chefe do Gr. 45 (1933/Nov-1935/Abr). Chefe de Alc. 56-São Jorge de Arroios, Lisboa (1934/Abr-Nov). Chefe do Gr. 49-Lisboa (1935/Abr-1936/Dez).
2199. SANTOS, António Máximo dos	[AEP]. Fundador do Gr. 6-Olhão (1925). Representante do Gr. 59-Tavira na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Escoteiro-Chefe do Gr. 6 Olhão (1930/Nov-1934/Jul).
2200. SANTOS, António Vieira Paulo	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 43-Viana do Castelo (1932/Jul).
2201. SANTOS, Armando Flores da Costa	[AEP]. Antigo guia de patrulha. Nomeado Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 10-Lourenço Marques (1928).
2202. SANTOS, Avelino Augusto de Araújo	[CNS/CNE]. (n. 1904/Fev/06). Empregado Comercial. Chefe de Gr. 6-Guimarães (1924/Mai).
2203. SANTOS, Cândido Abreu dos	[UAP]. Tesoureiro (1925/Jul) e Presidente do Gr. 27-Museu da Artilharia, Lisboa (1927/Mai).
2204. SANTOS, Carlos Assunção	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 88-Funchal (1933/Jan).
2205. SANTOS, Délio Nobre	[AEP]. (Loulé, 1912/Ago/10). Promessa escotista (1932/Jul). Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1935).
2206. SANTOS, Eduardo da Costa	[AEP]. Delegado do Governo nos Caminhos de Ferro. Segundo-Secretário do Gr. 41-Sporting (1933/Mar) e Vice-Presidente (1933/Abr).
2207. SANTOS, Eduardo dos	[AEP]. Cofundador e Tesoureiro do Gr. 9-Lisboa (1914/Set). Secretário da Direção Central da AEP (1915/Mar-1916/Jul). Membro da Comissão Angariadora de Sócios da AEP (1916/Jul).
2208. SANTOS, Ermelindo Rui Gonçalves dos	[AEP]. Professor de Ginástica e Assistente do Grupo de Armas e Sport. Nomeado delegado da Comissão Desportiva da AEP (1922/Dez).
2209. SANTOS, Firmino Soares dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Impulsionador do escotismo católico em Vila Boim, Elvas (1940).
2210. SANTOS, Flávio dos	[AEP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 54-Beja (1936/Jun).
2211. SANTOS, Francisco Amado dos	[AEP]. Secretário do Gr. 25-Campo de Santa Clara, Lisboa (1916/Jan).
2212. SANTOS, Francisco dos Reis	[AEP]. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Assistente da Escola de Educação Física de Lisboa. Esteve presente na recepção oficial aos <i>boy-scouts</i> de Hastings, do qual apresentou uma palestra na Sociedade de Geografia de Lisboa (1913/Mai). Escoteiro-Chefe do Gr. 83-Junta Freguesia Santa Isabel, Lisboa (1929-1930). Escoteiro-Chefe do Gr. 31-Sociedade de Geografia de Lisboa (1930/Abr). Em 1930 defendeu o caso de três dirigentes da AEP punidos pela Direção Central por distribuírem panfletos políticos. Membro da Comissão Administrativa para resolução do conflito interno da AEP, com William Pope e Robert Moreton (1930). Presidente do Tribunal de Honra da AEP (1933/Out-1934). Professor na Escola de Chefes da AEP (1934). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan). Presidente da Comissão Permanente da AEP (1934/Dez).

2213. SANTOS, Francisco dos	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 110-Setúbal (1935/Fev).
2214. SANTOS, Francisco Militão dos	[AEP]. Instrutor-Chefe da Alcateia do Gr.6-Olhão (1930/Jan-1935/Ago).
2215. SANTOS, Francisco Moreira dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Coimbra (1928/Jun).
2216. SANTOS, Gomes	[AEP]. Membro da organização do II Acampamento Nacional da AEP na Exposição Colonial do Porto (1934).
2217. SANTOS, Guilherme Oliveira	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 52-Aveiro (1930/Set).
2218. SANTOS, Irene Virote de Abreu	[UAP]. Membro da Comissão Organizadora do Gr. 27-Museu de Artilharia, Lisboa (1925/Jul).
2219. SANTOS, Isidoro Lopes dos	[CNS/CNE]. (n. 1893/Nov/11). Alferes de Infantaria. Chefe de Gr. 87-Abrantes (1933/Fev-1936/Abr).
2220. SANTOS, Jacinto dos	[AEP]. Vogal do Gr. 26-Porto (1916/Jul).
2221. SANTOS, Januário Marques dos	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 79-Areosa, Porto (1936/Jun-Out). Demitido do CNE.
2222. SANTOS, João Francisco dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Campo-Escola São Tomás de Aquino, Porto (1925/Jul). Assistente Regional do Porto (1926/Ago). Assistente do Núcleo do Porto (1926/Nov). Assistente do Gr. 8-Sé, Porto (1933/Abr-1936/Mar). Assistente do Gr. Sênior 10-Porto (1933/Nov-1934) e Comissário das Relações Internacionais da Junta Central (1936).
2223. SANTOS, Joaquim Marques dos	[UAP]. Vogal da direção do Gr. 7-Valongo (1925/Ago).
2224. SANTOS, Jorge Gustavo Marques dos	[UAP]. Adail-Adjunto do Gr. 1-Porto (1925/Jan). Administrador do jornal <i>O Aduero de Portugal</i> (1925/Jun). Instrutor Regional de telecomunicações (1930/Ago). Adail Regional do Porto, em substituição de Alexandre da Fonseca (1931/Dez-1932/Jan).
2225. SANTOS, José	[AEP]. Instrutor do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1915/Dez).
2226. SANTOS, José Cipriano dos	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 10-Covilhã (1933/Abr).
2227. SANTOS, José Dias dos	[CNS/CNE]. (n. 1896/Mai/18). Ex-Sargento de engenharia; Proprietário. Chefe de Gr. 108-Rio Torto, Abrantes (1934/Dez).
2228. SANTOS, José Ferreira dos	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 22-Ermesinde (1929/Jan).
2229. SANTOS, José Francisco dos	[CNS/CNE]. (n. 1890/Nov/29). Professor do Liceu. Chefe de Gr. Sênior 2-Guimarães (1924/Ago-1936/Jan). Representante do CNS/CNE no projeto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Secretário Internacional da Junta Central (1927/Mai-1938/Out). Chefe do Gr. 6-Guimarães (1929/Jun). Representante do CNS/CNE na 5ª Conferência Internacional de Escotismo, em Birkenhead, Inglaterra (1929/Ago). Comissário Internacional de Portugal no Jamboree de Gödöllő, Hungria (1933). Comissário Geral de Seniores (1937/Dez).
2230. SANTOS, José Lourenço dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sênior 15-Figueira da Foz (1935/Out).
2231. SANTOS, José Maria Nobre	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 13-Sociedade de Geografia de Lisboa (1935).
2232. SANTOS, Júlio António dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 11 (1926/Dez) e Alc. 18-Coimbra (1927/Dez-1935/Nov). Assistente do jornal <i>O Condestável</i> , Coimbra (1927/Jan).
2233. SANTOS, Júlio Óscar Gonçalves dos	[AEP]. (n. Lisboa, 1894/Nov/17). Professor da Casa Pia de Lisboa e Escola Superior de Educação Física. Escoteiro-Chefe do Gr. 13 Sociedade de Geografia de Lisboa (1931/Abr-1937/Mar). Apresentou uma tese na III Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1934).
2234. SANTOS, Luís Vieira dos	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Aveiro (1927/Jun-1928/Mar).
2235. SANTOS, Manuel	[UAP]. Membro da Comissão de Festas do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931).

2236. SANTOS, Manuel da Cunha	[AEP]. Administrador do jornal <i>O Escoteiro</i> , órgão oficial da AEP (1924/Jun).
2237. SANTOS, Manuel dos	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 7-Lisboa (1915/Jul).
2238. SANTOS, Manuel dos	[UAP]. Combatente da Grande Guerra; Tenente. Autor de artigos sobre Aduarismo no jornal <i>Humanidade</i> (1930). Instrutor Regional do Porto (1930/Jul). Adail-Mor Geral da UAP (1930/Ago-1932).
2239. SANTOS, Manuel dos	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 11-Covilhã (1927/Out).
2240. SANTOS, Manuel Francisco Ferreira dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 16-Rio Tinto, Gondomar (1925/Mar-1934/Nov). Assistente do Núcleo de Gondomar (1925/Abr-1934/Nov).
2241. SANTOS, Manuel Gomes dos	[AEP]. Tenente; Professor no Colégio Militar. Convidado por Tovar de Lemos para o IV Concurso Inter-Patrolhas de Lisboa (1926/Jun). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan). Eleito Presidente da Comissão Executiva da AEP após pedido de demissão de Fausto Salazar Leite (1934/Dez-1935/Dez).
2242. SANTOS, Manuel Gonçalves Brazuna dos	[AEP]. (n. Lisboa, 1895/Fev/13). Instrutor do Gr. 9-Lisboa (1935).
2243. SANTOS, Manuel Mesquita	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 52-Figueira da Foz (1926/Jun).
2244. SANTOS, Manuel Pilar dos	[UEL]. Membro do Conselho Fiscal da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , em Lisboa (1914/Dez). Secretário do Gr. 2-Lisboa da UEL (1915/Mai).
2245. SANTOS, Manuela	[AGP]. Comissária-Ajudante da secção “Rangers” da 2ª Companhia do Funchal (1933/Jan).
2246. SANTOS, Matos dos	2247. [AEP]. Escoteiro-Chefe no Gr. 68 em Lourenço Marques (1932/Mai).
2248. SANTOS, Maximiano dos	[UAP]. Chefe no Gr. 30-Cedofeita, Porto (1932/Nov).
2249. SANTOS, Pedro Gomes dos	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 35-Beira, Moçambique (1930/Set-1932/Mai). Ajudante do Núcleo da Beira, Moçambique (1932/Mai).
2250. SANTOS, Ramiro Alves dos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 108-Rio Torto, Abrantes (1934/Dez).
2251. SANTOS, Rodrigo Fausto C. R.	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 11- “Alcaide de Faria”, Moçâmedes (1936/Mar).
2252. SANTOS, Rodrigues dos	[UAP]. Tenente. Adail do Gr. 25- Escola Republicana 27 de Abril, Lisboa (1929/Set)
2253. SANTOS, Rui Lima Gomes dos	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 83-Santos, Lisboa (1929/Jul-1931). Fundador do jornal <i>Escotismo</i> com Carlos Centeno, Henrique de Barros e Cansado Gonçalves (1930). Castigado pela Direção Central com seis meses de suspensão (1930/Abr). Escoteiro-Chefe do Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa (1931). Editor do jornal <i>Escotismo</i> , Lisboa (1933/Jan-1937/Jun). Comissário do Núcleo de Lisboa (1933/Out-1936/Mai). Escoteiro-Chefe do Gr. 22-Lisboa (1933/Out). Demitiu-se da Comissão Executiva, sendo substituído por Joaquim Peysonneau Nunes (1934/Jun). Secretário da Comissão Executiva da AEP em substituição de Antero Nobre (1935/Jul-1936). Membro da Comissão para redação do novo regulamento geral (1936). Membro da Comissão Permanente da AEP (1936/Mai).
2254. SANTOS, Tomás Eugénio dos	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 20-Évora (1940/Set).
2255. SÃO MIGUEL, António Gomes	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário do Gr. 41-Calvão, Vagos (1929/Dez-1931/Mar).
2256. SARAIVA, Alberto Granado	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 53-Fundão (1931/Out). Chefe da Alc. 33-Fundão (1931/Out-1932/Ago). Chefe do Gr. Sênior 11-Fundão (1933/Jan). Ajudante da Alc. 33 (1933/Fev).

2257. SARAIVA, Alberto Pinto	[UAP; CNS/CNE; AEP; CES; AEP]. (n. 1899/Mai/01). Empregado Comercial; Jornalista Desportivo. (totem: <i>Coruja Negra</i>). Entra para o Gr. 4-Porto de Adueros (1916/Dez). Instrutor no UAP Gr. 1-Porto (1921/Jun) e mais tarde no UAP Gr. 15-Porto (católico; -1922). Chefe de CNS/CNE Gr. 7 (1925/Mar) e Campo-Escola São Tomás de Aquino, Porto (1925/Jul). Comissário Regional do CNS/CNE Porto (1926/Jun-Out). Comissário do Núcleo do Porto (1926/Nov-1927/Mar). Foi demitido do CNS/CNE devido à publicação do jornal <i>O Scout</i> (1927/Mar). Comissário Regional Interino do Porto da AEP (1929). Comissário Regional do Porto da AEP por apenas quatro meses (1930/Jan-Abr). Demitiu-se da AEP por divergências com Tovar de Lemos e Franklin de Oliveira (1930). Cofundador, Comissário Nacional, Escoteiro-Chefe e Vogal do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> , Porto (1930/Jan-1932/Ago). Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 41-Porto e Comissário de AEP - Núcleo do Porto (1932/Set-1933/Mar). Primeiro-Secretário do Gr. 41-Sporting (1933/Mar-1934/Mar). Autor de uma coluna semanal no jornal <i>Sporting</i> dedicada ao escotismo (1929). Correspondente escotista para vários jornais portugueses e estrangeiros (<i>Sporting</i> , Porto; <i>O Escoteiro</i> , Lisboa; <i>Alerta</i> , Funchal; <i>Jornal do Brasil</i> ; <i>L'Eclair</i> , Suíça).
2258. SARAIVA, Andrade	[AEP]. Administrador do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral. Nomeado delegado da Comissão Jurídica da AEP (1922/Dez).
2259. SARAIVA, António Monteiro	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 33-Fundão (1930/Abr-1933/Jan). Chefe do Gr. 53-Fundão (1933/Jan).
2260. SARAIVA, Delfim de Oliveira	[CNS/CNE]. (n. 1904/Abr/16). Industrial. Ajudante do Gr. 10-Porto (1927/Out-1931/Nov). Chefe de Alc. 41-Porto (1931/Nov-1932/Nov). Secretário da Alc. 41-Porto (1932/Nov-1933/Nov; 1935/Jun).
2261. SARAIVA, José Miguel	[AEP]. (n. 1906/Ago/23). Instrutor de Enfermagem do Gr. 41-Club Portuense (1935).
2262. SARAIVA, Luís Pinto	[UAP; CNS/CNE; CES]. Entra para o Gr. 4-Porto de Adueros (1916/Dez), e mais tarde no Gr. 15-Porto (católico). Instrutor-Chefe do CNS/CNE Gr. 7-Porto (1926/Jun). Foi demitido do CNS/CNE devido à publicação do jornal <i>O Scout</i> (1927/Mar). Colaborador na secção "Escutismo" no jornal <i>Sporting</i> (1930).
2263. SARAIVA, Luís Feio	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 11-Coimbra (1931/Dez).
2264. SARAIVA, Martiniano Gomes	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 24-Fundão (1930/Dez).
2265. SARAIVA, Rafael dos Santos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 49-Lisboa (1933/Jan).
2266. SARAMAGO, Francisco Correia	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 50-Beira, Moçambique (1930/Jun-1932/Mai). Secretário da Alc. 35-Beira (1930/Set-1932/Mai). Inspetor do Núcleo da Beira (1932/Mai). Secretário da Alc. 42-Beira (1932/Abr).
2267. SARMENTO, Francisco	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 2-Vila Real (1927/Fev).
2268. SEABRA, Amílcar José Teixeira da	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 10-Porto (1931/Nov-1933/Nov). Ajudante do Gr. Sênior 10-Porto (1933/Nov-1934). Chefe da Alc. 40-Cedofeita, Porto (1934/Nov-1935/Jul). Chefe do Gr. 74-Porto (1934/Nov-1936).
2269. SEABRA, António Teixeira da Costa	[CNS/CNE]. Motorista. Instrutor de Especialidades do Gr. 10-Porto (1931/Nov-1933). Chefe de Gr. Sênior 10-Porto (1933/Nov-1934). Ajudante do Gr. 74-Cedofeita, Porto (1935/Jul).
2270. SEABRA, Henrique	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 6-Porto (1932/Fev).
2271. SECO, Joaquim Pereira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo da Covilhã (1931/Dez).
2272. SEITA, Francisco	[AEP]. Vogal do Conselho Técnico do Gr. 94-Ajuda (1934/Jul).
2273. SEIXAS, Henrique Carlos do Rosário	[CNS/CNE]. Médico. Médico da Alc. 63-Munhã, Lourenço Marques (1935/Mar).
2274. SEIXAS, José Artur de	[CNS/CNE]. Instrutor do Gr. 25-Godim, Régua (1930/Dez-1931/Abr). Secretário do Gr. 25 (1932/Mar).
2275. SEMEDO, Adelino Duarte	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 21-Portalegre (1931/Dez-1936/Nov).

2276. SEPÚLVEDA, Aníbal Alves de Azevedo	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 58-Poiares da Régua (1935/Fev-1936).
2277. SEPÚLVEDA, José da Silva	[UAP]. Adueiro do Gr. 30-Porto. Nomeado para serviço no Adailato-Mor Geral (1933/Fev).
2278. SEQUEIRA, António	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 23-Seminário do Fundão (1929/Nov-1930/Dez).
2279. SEQUEIRA, José Zeferino	[UAP]. Major de Infantaria 18. Adail-Mor Geral da <i>União dos Adueiros de Portugal</i> (1932/Mai).
2280. SÉRIO, Armando	[AEP]. Instrutor do Gr. 64-Portimão (1930/Nov).
2281. SERPA, Alberto Canuto de Almeida	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 128-Quinta do Anjo, Palmela (1936/Jan).
2282. SERRA, António	[AEP]. Instrutor de Carpintaria e Sinalização do Gr. 2-Lisboa (1924/Out).
2283. SERRA, António	[UAP]. Adail de Grupo de Lisboa (1929).
2284. SERRA, António de Oliveira	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Fundão (1931/Out-1933/Jan). Chefe Interino do Gr. Sénior 11-Fundão (1932/Ago-1933/Jan).
2285. SERRA, Armindo Mendes Leitão	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 11-Coimbra (1927/Out-1928).
2286. SERRA, José	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 71-Lisboa (1931/Mai).
2287. SERRANO, Idalina	[CNS/CNE] Chefe de Alcateia. Em dezembro de 1936, com Corália do Nascimento Ferreira efetua um coro de lobitos transmitido na Emissora Nacional.
2288. SERRANO, José de Oliveira	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 77-Faro (1931).
2289. SEVERIANO, José	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 74-Cedofeita, Porto (1936/Nov).
2290. SEVERINO, Fernando de Carvalho	[CNS/CNE]. (n. 1905/Nov/07). Capataz. Chefe de Gr. Sénior 21-Barreiro (1941/Mar).
2291. SEVERO, Dinis	[AEP]. Escoteiro-Chefe da Zona de Aveiro (1930/Set).
2292. SHEPHERD, H. J.	[AEP]. Professor de Inglês. Instrutor do Gr. 2-Lisboa (1912/Set).
2293. SILVA JÚNIOR, António Joaquim da	[S/D]. Autor de vários artigos apologéticos ao escotismo no jornal <i>Os Sports</i> , de Lisboa (1919).
2294. SILVA, A. Vasco	[AEP]. Tenente-Coronel do Exército. Delegado dos Serviços Centrais da AEP no Funchal (1936/Abr—1937/Fev).
2295. SILVA, Abel Santos e	[AEP]. Cofundador do Gr. 7-Lisboa. Escoteiro-Chefe do Gr. 1-Lisboa (1930-1932).
2296. SILVA, Abel Varzim da Cunha e	[CNS/CNE]. (n. 1902/Abr/29). Sacerdote católico. Chefe de Gr. 38-Serpa (1928/Mar). Assistente da Alc. 27-Serpa (1929/Jun).
2297. SILVA, Abílio Rodrigues da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 56-Cacia (1935/Jul).
2298. SILVA, Adelina Dias da	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 47-Lisboa (1933/Dez-1934/Out). Participante no V Acampamento Nacional em Benfica (1934/Ago). Ajudante da Alc. 47 (1936/Fev).
2299. SILVA, Adelino Gaspar António da	[CNS/CNE]. (n. 1913/Mar/13). Empregado Comércio. Chefe de Gr. 116-Guimarães (1935/Dez).
2300. SILVA, Afonso	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sénior 6-Burgães, Santo Tirso (1928/Nov).

- 2301. SILVA, Albano da** [AEP]. Louvor por socorro aos feridos na revolta sidonista na rua Filipe Néri, Lisboa (1917/Dez/07). Escoteiro sénior no Grupo 1 Lisboa (1921). Tesoureiro da Zona de Lisboa (1922/Fev). Escoteiro-Chefe do Gr. 1-Lisboa (1924/Jun) e Chefe Interino no Gr. 2-Lisboa (1922/Jan). Comissário da Zona de Lisboa (1923/Set). Representante-Substituto da AEP na 2ª Conferência Internacional de Escotismo em Copenhaga, Dinamarca (1924/Ago). Editor e Administrador do jornal *O Escoteiro*, órgão oficial da AEP (1926/Out-1928/Out). Organizador do Gr. 80-Ponta Delgada com Edmundo Lima Basto a pedido de Alice Pimentel Bicudo (1928). Representante da AEP no projeto da *Federação Escotista de Portugal* (1928/Mar). Representante da AEP na 5ª Conferência Internacional de Escotismo, em Birkenhead, Inglaterra (1929/Ago). Escoteiro-Chefe dos Grupos 5 e 55 – Cruz de Malta, Lisboa (1931). Comissário Regional da Beira Litoral (1931). Representante do Gr. 86-Ponta Delgada na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Secretário Geral da AEP (1926/Jun-1932). Membro da Comissão para novo regulamento interno (1929/Dez). Secretário da Comissão Permanente da AEP (1933/Out-Dez). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan). Secretário Internacional na *Organização Escotista de Portugal* (1932/Out-1934/Mar). Secretário Internacional da AEP (1932-1934).
- 2302. SILVA, Alberto Brandão** [UAP]. Reorganizador e Presidente da Direção do Gr. 28-Paranhos (1933/Out).
- 2303. SILVA, Alberto Dias da** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 74-Porto (1933/Abr-Nov). Secretário do Gr. 74 (1933/Nov-1934/Nov). Chefe do Gr. 58-Ramalde, Porto (1934/Nov-1935/Jun).
- 2304. SILVA, Alberto Edmond Gomes da** [UAP]. (f. 1920/Dez/02). Adail do Gr. 4-Porto (1917/Mar). Adail Interino do Gr. 15-Porto (1918/Mai). Examinador de Provas da Região do Porto (1917/Abr). Instrutor-Técnico da Junta Regional do Norte da UAP (1918) e Ajudante do Adail-Mor Geral (1920). Único representante da UAP no Jamboree de Olympia Park (1920/Ago). No seu funeral, o corpo foi exposto no salão nobre da Escola Raul Dória, sede da União dos Adueros de Portugal.
- 2305. SILVA, Alberto Ferreira da** [AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. Moçâmedes, Angola (1936/Ago).
- 2306. SILVA, Alberto Gomes da** [AEP]. Engenheiro. Tesoureiro da Direção Central da AEP (1919/Fev). Presidente do Gr. 84-Entroncamento (1929).
- 2307. SILVA, Alberto Marques** [APE]. Membro da direção da *Associação Portuguesa de Escoteiros*, de Lisboa (1918/Nov).
- 2308. SILVA, Albino M. da** [UAP]. Chefe no Gr. 30-Cedofeita, Porto (1932/Nov).
- 2309. SILVA, Alfredo Alves da Silva** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 83 e Alc. 19-São Tomé de Negrelos, Santo Tirso (1935/Fev).
- 2310. SILVA, Alfredo da** [AEP]. Presidente do Gr. 70-Mirante, Porto (1932/Mar).
- 2311. SILVA, Américo Vieira da** [AEP]. Cofundador do Gr. 52- Santa Luzia, Angra do Heroísmo (1933/Ago).
- 2312. SILVA, Antero Alves da** [UAP]. Vogal do Gr. 31-V.N. Gaia (1923/Out).
- 2313. SILVA, António da** [CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 6-Guimarães (1932/Abr-1936/Jan).
- 2314. SILVA, António Duarte da** [CNS/CNE]. Sacerdote católico. Chefe e Secretário de Alc. 73 e Gr. 119-Perafita, Matosinhos (1936/Abr).
- 2315. SILVA, António Ferreira da** [AEP]. Responsável pela secretaria e serviços gerais no Campo de Férias da AEP (1933/Ago). Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set). Escoteiro-Chefe em Lourenço Marques. Em 1934 efetua uma viagem de quinze meses em bicicleta, desde Lourenço Marques a Lisboa. Membro da Comissão Executiva da AEP (1934).
- 2316. SILVA, António Humberto de Campos** [UAP]. Funcionário Público. Fundador e Presidente do Gr. 28-Paranhos (1922/Mar-1923/Set). Secretário da Junta Regional do Norte (1923/Out-1925/Jul). Presidente do Gr. 28-Paranhos (1926/Ago). Foi alvo de declaração pública por rumores de desaparecimento da UAP e irradiado da associação por “indesejável” (1927/Mai). Convidado a organizar grupos em Nine, Campanhã e Paranhos (1929/Mai). Delegado do Conselho de Propaganda do Gr. 28-Paranhos (1929/Ago). Pediu a demissão por discordância com a Junta Assistente da UAP. Membro da Junta Assistente da UAP (1930). Demitido por acusação de roubo de material. Regressa à associação como membro da Comissão Administrativa do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931). Reorganizador, Vice-Presidente e Secretário da Direção do Gr. 28-Paranhos (1933/Out-1934/Mai).

2317. SILVA, António Joaquim da	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 34-Ribeira de Santarém (1917/Dez).
2318. SILVA, António José da	[CNS/CNE]. (n. 1908/Out/22). Tipógrafo. Instrutor de Especialidades no Gr. 63-Lisboa (1931/Mai-1933/Mai). Auxiliar dos Serviços de Administração do Clã de Lisboa (1933/Jan-Jun). Secretário do Gr. 89-Sta. Engrácia, Lisboa (1933/Jun) e Chefe de Alc. 47-Lisboa (1933/Dez-1935/Jan; 1936/Fev). Ajudante do Gr. 80-Lisboa (1935/Jun-1936/Fev)
2319. SILVA, António José da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 1-Braga (1927/Set-1929/Jan). Ajudante do Inspetor-Mor do CNS/CNE (1927/Set). Assistente do Gr. Sênior 1-Braga (1929/Jan-Jun). Assistente do Gr. 1-Braga (1929/Jun-1931/Nov). Assistente da Alc. 37-Gualtar, Braga (1931/Jun).
2320. SILVA, António Santos	[AEP]. Instrutor do Gr. 70-Mirante, Porto (1930/Nov).
2321. SILVA, António Vieira Castro	[UAP]. Tenente de Infantaria. Vogal da Junta Assistente do Aduarismo (1918/Jul). Escreveu vários artigos para o jornal “O Aduero” referentes a marchas, higiene, entre outros (1914/Nov-1918/Ago).
2322. SILVA, Arnaldo Pereira da	[UAP]. Jornalista. Membro da Comissão de Estudo e Propaganda da Junta Assistente da UAP (1925/Mar). Secretário-Geral da UAP (1925/Ago).
2323. SILVA, Arnaldo Vieira da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 10-Bonfim, Porto (1933/Jan).
2324. SILVA, Artur Gomes da	[AEP]. Escoteiro-Chefe em Mindelo, Cabo Verde (1934).
2325. SILVA, Carlos Figueiredo	[UAP]. Secretário do Conselho Fiscal do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
2326. SILVA, Carlos Garcia e	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 07-Leiria (1926/Mar).
2327. SILVA, Celestino da	[CNS/CNE]. Instrutor Coral do Gr. 48-Lisboa (1931/Jun-1933/Dez).
2328. SILVA, César Paulo da	[AEP]. Membro da Administração do jornal <i>O Escoteiro da Huíla</i> , Angola (1936/Ago).
2329. SILVA, Custódio Ferreira da	[CNS/CNE]. Secretário do Núcleo da Murtosa (1936/Jan).
2330. SILVA, Dâmaso J. Ferreira da	[AEP]. Instrutor de Maqueiros do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1915/Nov-1917/Mai).
2331. SILVA, David Ferreira da	[CNS/CNE]. (n. 1905/Mai/28). Ourives. Chefe de Gr. 27-Fânzeres, Gondomar (1927/Ago-1929).
2332. SILVA, Diocletano Maria da	[CNS/CNE]. Inspetor Regional dos Açores (1926/Mai).
2333. SILVA, Eduardo Augusto da	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 8-Porto Gr. 7-Porto (1927/Out-1930/Fev).
2334. SILVA, Eduardo Moreira de Sousa e	[CNS/CNE]. (n. 1903/??/??). Marceneiro. Chefe de Gr. Sênior 6-Burgães, Santo Tirso (1928/Nov-1929/Set).
2335. SILVA, Ernesto Domingos da	[CNS/CNE] Sacerdote católico. Assistente do Gr. 112 e Alc. 68-Barreiros, Maia (1935/Out-1936). Assistente Regional do Porto (1938/Out).
2336. SILVA, Estêvão Rebelo da	[CNS/CNE]. Inspetor da Alc. 22-Lisboa (1932/Mai).
2337. SILVA, Eugénio da Conceição	[UAP; AEP]. Pai de Manfredo Arnaldo da Silva. Primeiro-Secretário do Gr. 18-V.N. Gaia (1933/Ago). Impulsionou a abertura do AEP Gr. 44-Devesas, V. N. Gaia (1935/Nov).
2338. SILVA, Ferreira da	[CNS/CNE]. Sacerdote Católico, professor no Seminário do Porto e Bispo de Cursa (1931). Primeiro Inspetor Regional do CNS/CNE-Porto (1931?). Assistente de Grupo no Porto (1931).
2339. SILVA, Francisco Baptista da	[AEP]. Delegado dos Serviços Centrais da AEP em Faro (1936/Abr). Demissão após a imposição centralista de Afonso dos Santos em 1936.
2340. SILVA, Francisco da	[CNS/CNE]. Inspetor do núcleo de Lisboa (1929/Abr).

2341. SILVA, Francisco José da	[CNS/CNE]. Secretário da Alcateia 37-Gualtar, Braga (1931/Jun).
2342. SILVA, Francisco Maria da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 20-Lisboa (1934/Nov).
2343. SILVA, Francisco Nunes da	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 1-Braga (1931/Nov-1932/Mai). Chefe do Gr. 1-Braga (1932/Mai-Set).
2344. SILVA, Francisco Xavier da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 62 e Gr. 107-Benfica, Lisboa (1935/Jan).
2345. SILVA, Gualdino da	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 27-Fânzeres (1930/Fev).
2346. SILVA, Guilherme Alves da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 15-Cedofeita, Porto (1925/Abr).
2347. SILVA, Hermenegildo	[UAP]. Capitão de Infantaria 18. Examinador de Provas da Região do Porto (1917/Abr).
2348. SILVA, J. Soares da	[AEP]. Tesoureiro do Gr. 83-Junta Freguesia Santa Isabel, Lisboa (1930/Fev)
2349. SILVA, Jaime Pereira da	[CNS/CNE]. (f. 1936/Out). Ajudante do Gr. 22-Ermesinde (1929/Jan-1936/Out).
2350. SILVA, Jaime R. da	[UAP]. Chefe no Gr. 30-Cedofeita, Porto (1932/Nov).
2351. SILVA, João Cândido da	[UELÚ]. Tesoureiro (1915/Jun) e Secretário (1915/Set) do Gr. 2 da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> .
2352. SILVA, João da	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 6-Guimarães (1929/Jun-1930/Set). Instrutor-Chefe da Alc. 4-Guimarães (1930/Jul). Secretário do Gr. 6-Guimarães (1930/Set). Ajudante do Gr. 6 (1931/Mai). Chefe da Alc. 4-Guimarães (1932/Abr-1935). Chefe do Gr. 6-Guimarães (1936/Jan).
2353. SILVA, João José Abrantes	[CNS/CNE]. Ajudante Interino do Chefe do Gr. Sênior 11-Fundão (1932/Ago-1933/Jan).
2354. SILVA, João Frederico Nolasco da	[AEP; UAP]. (n. 1871/Set/23). Escoteiro-Chefe do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa. Foi o primeiro a organizar exercícios conjuntos aos grupos (1914). Ausente em Xangai (1914/Mar). Escoteiro-Chefe Geral (1914/Jun). Convidado por Artur Barros Basto para dirigir a região sul da U.A.P. (1915/Nov), aceita integrar a Junta Assistente do Sul (1916/Mar).
2355. SILVA, João Manuel Ruivo da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 48-Lisboa (1928/Nov-1934). Chefe do Gr. 48 (1934/Nov) e Chefe Interino da Alc. 50-Lisboa (1934/Nov).
2356. SILVA, João Nunes da	[AEP]. Escoteiro-Chefe em Lisboa (1924/Mar).
2357. SILVA, Joaquim de Almeida Ferreira da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 66 e Gr. 111-Ronfe, Guimarães (1935/Set-Nov). Assistente da Alc. 75 e Gr. 123-Ponte de Barca (1936/Mai).
2358. SILVA, Joaquim dos Santos e	[CNS/CNE]. Secretário do Núcleo de Setúbal (1935/Fev). Secretário do Gr. 149-Setúbal (1940/Jun).
2359. SILVA, Joaquim Francisco da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 20-Lisboa (1928/Dez). Assistente da Alc. 21-Lisboa (1929/Mai). Responsável eclesiástico no II Acampamento Nacional, em Cacia (1928/Ago). Comissário do Núcleo de Lisboa (1928/Out-1930/Jan). Assistente do Gr. 63-Encarnação, Lisboa (1930/Abr). Assistente Regional de Lisboa (1932/Mai-1938/Out).
2360. SILVA, Joaquim Moreira da	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 36-Levêr, V.N. Gaia (1933/Nov-1935/Dez). Demitido do CNE em 1935-Dez.
2361. SILVA, José da Assunção	[CNS/CNE]. Instrutor de Especialidades e Ajudante do Gr. 110-Lisboa (1935/Nov).
2362. SILVA, José Craveiro da	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 15 e Gr. 34-Tortosendo, Covilhã (1927/Abr-1934/Jul). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago).
2363. SILVA, José Galagar Nepomuceno da	[CNS/CNE; CES]. [CNS/CNE]. Instrutor-Chefe do Gr. 10-Porto (1926/Jun). Chefe e Instrutor Cénico nos Grupos 1 e 3 do <i>Corpo de Escoteiros do Sporting</i> (1931).

2364.	SILVA, José Manuel Nazaré	[CNS/CNE]. (n. 1891/Ago/30). Empregado Público. Secretário do Gr. 40-Lisboa (1927/Dez). Chefe do Gr. 40-Lisboa (1928/Jan-1935). Ajudante do Comissário Regional de Lisboa (1931/Dez).
2365.	SILVA, José Maria da	[CNS/CNE]. (n. 1884/Set/11). Industrial. Chefe de Gr. 149-Setúbal (1940/Jun).
2366.	SILVA, José Maria Ribeiro da	[CNS/CNE]. Tenente. Primeiro Comissário Diocesano do CNS/CNE em Lisboa (1924/Mai).
2367.	SILVA, José Simões A. da	[UEC]. Vogal da <i>União dos Escoteiros Capitalinos</i> , Lisboa (1915/Ago).
2368.	SILVA, José Tavares da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 85-Travassô, Águeda (1932/Dez).
2369.	SILVA, Júlio Ferreira dos	[UAP]. Substituto do Vogal do Conselho de Administração da UAP (1927/Mai).
2370.	SILVA, Leonídio Martins Pereira da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 28-Oliveira de Azeméis (1928/Mar-1929).
2371.	SILVA, Luciano	[AEP; SPE; UNE]. Professor e Jornalista. Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 7-Lisboa (1915/Jul-1916/Jul). Fundador da <i>Sociedade Portuguesa de Escotismo</i> , em Lisboa, e simultaneamente dirigente na <i>União Nacional de Escoteiros</i> (1920).
2372.	SILVA, Luís da	[AECp]. Vogal na direção dos Escoteiros do Centro de Portugal (1916/Out-1917/Nov).
2373.	SILVA, Luís Raul Nolasco da	[AEP]. Escoteiro-Chefe em Lisboa. Membro da Comissão Permanente da AEP (1933/Nov). Solicitou a demissão de qualquer cargo devido a incompatibilidade profissional, sendo substituído por Antero Nobre (1934/Jun).
2374.	SILVA, Luís Ribeiro de Sousa e	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 49-Lisboa (1931/Dez).
2375.	SILVA, Manfredo Arnaldo Conceição da	[UAP; AEP]. Aduero no Gr. 18-V.N. Gaia (1933). Fundador e Adail do Gr. 5-Porto (1933/Fev). Fundador e Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 44-Devesas, V.N. Gaia (1935/Nov).
2376.	SILVA, Manuel Cruz e	[UAP]. Instrutor de clarins do Gr. 10-Ajuda, Lisboa (1930/Fev).
2377.	SILVA, Manuel Guedes da	[UAP]. Vogal da Comissão da Junta de Freguesia de Campanhã. Organizador do Grupo em formação na Campanhã, Porto (1929/Jun).
2378.	SILVA, Manuel M. Coelho Rebelo da	[UAP]. Adail do Gr. 24-Vila Real (1925/Ago).
2379.	SILVA, Manuel Maria Ferreira da	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Gr. 8-Porto (1927/Abr).
2380.	SILVA, Manuel Soares da	[CNS/CNE]. Secretário-geral do <i>Corpo de Scouts Católicos Portugueses</i> (1923/Mai).
2381.	SILVA, Maria de Lourdes Gomes da	[AGP]. Ajudante do 1º Bando de Avezinhas de Luanda (1936/Abr). Chefe da Companhia de Luanda (1938/Nov). Em 1939 muda de residência para Malanje.
2382.	SILVA, Maria Ferreira da	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 8-Porto (1933/Nov).
2383.	SILVA, Mário	[AEP]. Instrutor de Ginástica no Gr. 71-Porto (1931).
2384.	SILVA, Mário Ferreira da	[CNS/CNE]. (n. 1907/Set/30). Empregado Comercial. Chefe de Alc. 08-Porto (1926/Abr-1935/Fev) e Gr. 7-Porto (1927/Out-1931/Nov). Instrutor-Chefe Regional do Porto (1933/Nov-1934/Nov).
2385.	SILVA, Mário Montes e	[AEP]. Secretário do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1915/Nov-1917/Mai).
2386.	SILVA, Melo e	[UAP]. Adail do Gr. 9-Santos (1929/Abr) e Adail Interino do Gr. 27-Museu de Artilharia, Lisboa (1929/Abr). Adjunto do Adail-Mor Regional de Lisboa (1930).
2387.	SILVA, Moisés	[AEP]. Secretário do Gr. Moçâmedes, Angola (1936/Ago).
2388.	SILVA, Nogueira da	[UAP]. Capitão. Membro da direção do Gr. 24-Vila Real (1931/Mar).
2389.	SILVA, Reis e	[AEP]. Coronel. Membro da Conselho Nacional da AEP (1925/Out).

2390. SILVA, Renato Nunes	[CNS/CNE]. Dirigente do CNS/CNE em Moçâmedes após saída de J. Magalhães (1937).
2391. SILVA, Sara Gomes da	[AGP]. Vogal do Núcleo de Luanda (1935-1936).
2392. SILVA, Santos e	[UAP]. Alferes. Membro da direção da UAP (1916/Nov).
2393. SILVA, Sílvia Nogueira da	[AEP]. (n. Lordelo do Ouro, Porto, 1916/Mar/22). Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 41-Clube Fluvial Portuense (1935).
2394. SILVA, Vasco Gomes da	[UEL.U]. Secretário da Direção e Comissão de Propaganda da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , em Lisboa (1914/Dez).
2395. SILVEIRA, Albino da Costa	[UAP]. Segundo-Secretário do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1922/Out).
2396. SILVEIRA, Amália	[AEP]. Aluna do Curso Militar de Enfermagem. Integrou o contingente dos escoteiros da AEP na frente contra a “Monarquia do Norte” (1919).
2397. SILVEIRA, Heitor Prazeres	[UAP]. Presidente do Gr. 6-Santo Ildefonso, Porto (1929/Mai).
2398. SILVEIRA, Joaquim Gonçalves Duarte da	[AEP]. Tenente. Delegado dos Serviços Centrais da AEP no Alentejo (1936/Fev-1937).
2399. SILVEIRA, Jones da	[AEP]. Capitão do Exército. Governador de Sul do Save (Moçambique). Vice-Presidente da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).
2400. SILVEIRA, José Inácio da	[AEP]. Escoteiro-Chefe e fundador do Gr. 72 em Velas, São Jorge, Açores (1934).
2401. SILVEIRA, Roberto da	[AEP]. Membro da direção do jornal <i>O Escoteiro da Huíla</i> , Angola (1936/Ago).
2402. SILVEIRA, Roque Marques	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. Sênior 4-Coimbra (1935/Nov).
2403. SIMÃO, Francisco	[UAP]. Tenente-Médico Naval. Instrutor do Gr. 38-Almada (1930/Mai).
2404. SIMAS, Ferreira de	[AEP]. Coronel. Membro do Conselho Nacional da AEP (1924/Jul). Membro da Comissão Permanente da AEP (1933/Out).
2405. SIMÕES JÚNIOR,	[AEP]. Presidente da Assembleia do Gr. 26-Porto (1916/Jul).
2406. SIMÕES, Adelino	[CNS/CNE]. Marido de Maria José Simões. Secretário da Alc. 64-Amadora (1935/Jan-1936). Vogal do Conselho Fiscal da Junta Central (1941/Jun).
2407. SIMÕES, Álvaro Mendes	[CNS/CNE]. Ajudante do Inspetor Regional de Lisboa (1930/Ago-1931/Nov). Inspetor do Núcleo de Lisboa (1930/Ago).
2408. SIMÕES, António	[AEP]. Vogal no Gr. 66-Coimbra (1928/Abr-1929/Ago).
2409. SIMÕES, Arlindo	[AEP]. Vice-Presidente do Gr. 66-Coimbra (1928/Abr-1929/Ago).
2410. SIMÕES, Armando Fitas	[UEL.U]. Presidente do Gr. 2 da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> (1915/Jun). Secretário da <i>UEL.U</i> (1915/Set).
2411. SIMÕES, Augusto da Silva	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 30-Coimbra (1935/Nov-1936).
2412. SIMÕES, João B.	[UAP]. Relator do Conselho Fiscal do Gr. 30-Cedofeita (1933/Jan).
2413. SIMÕES, José Francisco	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 2-Lisboa (1913/Dez).
2414. SIMÕES, Manuel	[AEP]. Secretário do Gr. 5-Lisboa (1932/Mai).
2415. SIMÕES, Manuel Idílio	[UAP]. Membro do Conselho Técnico do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
2416. SIMÕES, Maria José Pereira Franco	[CNS/CNE]. Esposa de Adelino Simões. Chefe da Alc. 64-Amadora (1935/Out-1936); Responsável pelo campo dos lobitos no VI Acampamento Nacional do CNE (1938/Out). Chefe Geral Adjunta de Lobitos.
2417. SIMÕES, Mário Gomes	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 130-Barreiro (1936/Nov).

2418.	SIMÕES, Teixeira	[UAP]. Convidado por Artur Barros Basto para delegado na região sul dos Adueros do de Portugal, com o Capitão Silva Dias e João Nolasco (1915/Nov), aceita integrar a Junta Regional Aduera do Sul (1916/Mar).
2419.	SOARES, Amadeu Correia	[UAP]. Monitor (1931/Ago) e Adail no Gr. 6-Porto (1933/Nov-1934/Mai).
2420.	SOARES, António	[AEP]. Cofundador do Gr. 93-Sintra (1934/Jun).
2421.	SOARES, António Augusto da Fonseca	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 15-Porto (1930/Out).
2422.	SOARES, António Rodrigues	[CNS/CNE]. Inspetor Regional de Portalegre (1930/Nov).
2423.	SOARES, Arnaldo de Sousa	[UAP]. Cofundador e Tesoureiro do Gr. 28-Paranhos, por apenas três meses, sendo substituído por José Pimenta (1922/Mar-1922/Mai). Instrutor (1922/Mai-1923/Jul) e Secretário do Gr. 28 (1923/Mar-1923/Out). Adail do Gr. 18-V.N. Gaia (1924/Ago). Ajudante do Adail-Mor Geral da UAP (1924/Dez). Tesoureiro do Gr. 32-Canidelo, V.N. Gaia (1927/Jan). Membro da Comissão de Projetos da UAP (1927/Dez).
2424.	SOARES, Augusto	[UAP]. Instrutor no Gr. 1-Porto (1927/Dez).
2425.	SOARES, Augusto José Marques	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 68-Mercês, Lisboa (1931/Mai-1934/Fev). Assistente da Alc. 51-Lisboa (1934/Fev).
2426.	SOARES, Celestino Manso	[AEP]. Antigo aluno do Liceu Pedro Nunes. Tesoureiro do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1915/Out).
2427.	SOARES, Domingos Parente da Costa	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 57 e Gr. 101-Capareiros, Viana do Castelo (1934/Jun).
2428.	SOARES, Eduardo	[AEP]. Membro da Comissão de Serviços do Gr. 26-Porto (1917/Ago).
2429.	SOARES, Eduardo Júlio	[UAP]. Empresário Comercial. Vogal do Gr. 18-V.N. Gaia (1929/Abr).
2430.	SOARES, Fernando	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 50-Lisboa (1933/Nov-1935/Out).
2431.	SOARES, João de Sousa	[UAP]. 1º Secretário do Gr. 28-Paranhos, Porto, em substituição e António de Oliveira Júnior (1922/Mai).
2432.	SOARES, João Henrique Pereira	[AEP]. (n. Santa Maria de Sintra, 1919/Jan/20). Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 93-Sintra (1934/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 93 (1944/Jul). Editor do jornal <i>O Escoteiro de Sintra</i> (1944/Jul).
2433.	SOARES, João Vicente	[AEP]. Escoteiro-Chefe em Lisboa, onde tentou formar um grupo sénior com elementos provenientes dos grupos 2 e 7 (1930/Out-1931). Dirigente da AEP no Funchal (1932/Jun-1933).
2434.	SOARES, Joel dos Santos	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 27-Serpa (1929/Jun).
2435.	SOARES, José Maria	[CNS/CNE]. Comissário Adjunto do Núcleo de Fenais de Vera Cruz, São Miguel, Açores (1936/Nov).
2436.	SOARES, José Nunes	[AEP]. Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 46 Lourenço Marques (1934-1938).
2437.	SOARES, Luciano da Fonseca	[CNS/CNE]. (n. 1912/Abr/10). Serralheiro. Chefe-Adjunto do Gr. 66-Ovar (1930/Nov-1934/Abr). Instrutor Técnico do Gr. 66 (1934/Abr-1936/Fev)
2438.	SOARES, Maria Teresa Dias Pereira	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 18-Coimbra (1937/Jun). Chefe da Alc. 18 (1938/Mar).
2439.	SOARES, Margarida Nobre	[CNS/CNE]. (n. 1899/Nov/28). Instrutora da Alc. 93-Barreiro (1941/Mar).
2440.	SOARES, Mário	[AEP]. Fundador do grupo em formação da AEP em Chaves (1920).

2441. SOARES, Mário Pereira	[UAP]. (f. 1930/Jul/12). Empregado na Casa Moreira & Irmão, no Porto. Filho de José Soares de Carvalho, Presidente do Gr. 1-Porto. Aduero no Gr. 4-Porto onde foi chefe de patrulha (1916/Jun-1917/Mar). Adail Adjunto do Gr. 1-Porto (1920/Ago-1921/Jul). Adail do Gr. 1 (1921/Ago) e Ajudante do Adail-Mor Geral da UAP (1921-1924/Jul). Adail Regional Adjunto do Norte (1924/Ago). Administrador do Serviço de Publicações Adueras (1921/Nov). Assistente da Comissão de Propaganda do Aduarismo (1925/Abr). Assistente do jornal <i>Aduero de Portugal</i> (1925/Jun). Primeiro-Secretário da Junta Assistente da UAP (1929/Jul-1930/Jul).
2442. SOARES, Maurício	[AEP]. Escoteiro-chefe Adjunto do Gr. Moçâmedes, Angola (1936/Ago).
2443. SOARES, Querubim	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente de Alcateia – Porto (?).
2444. SOBRAL, Fernando Antero	[UAP]. Adail-Adjunto do Gr. 4-Porto (1917/Out-1917/Out).
2445. SODRÉ, Benjamim	[UEB; AEP]. Fundador do escotismo no Brasil. Na década de 1930 desenvolveu vários contactos com a AEP, oferecendo vários manuais pedagógicos e moldou o programa educativo da associação. Em 1934 é condecorado como sócio honorário.
2446. SOMERS, Hilda	[AGP]. Ajudante da 2ª Companhia de Guias – Lisboa (1936/Abr).
2447. SOUSA JÚNIOR, António de Abreu	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 28-Oliveira de Azeméis (1930/Fev). Chefe da Alc. 16-Oliveira de Azeméis (1933/Jan).
2448. SOUSA, Abílio Leopoldo (ou Lopes)	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 12-Coimbra (1927/Out-1928/Mar).
2449. SOUSA, Albino de	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 1-Braga (1932/Set).
2450. SOUSA, Agostinho Pinto de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 33-Peso da Régua (1926/Dez-1931/Mai). Assistente da Alc. 13-Peso da Régua (1930/Dez-1931/Mai). Assistente do Núcleo do Peso de Régua (1931/Mai).
2451. SOUSA, Alfredo de	[CNS/CNE]. Capitão-Médico do Exército. Médico do Gr. 71-Lisboa (1931/Mai) e Gr. 99-Lisboa (1934/Jun).
2452. SOUSA, Aloísio Avelino de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. Sénior 1-Braga (1934/Jan-1935). Capelão do contingente português ao 5º Jamboree Mundial em Vogelenzang (Holanda, 1937).
2453. SOUSA, Alsínio Avelino de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Braga (1936/Jan-1943/Set). Relator do Conselho Fiscal da Junta Central (1938/Jun).
2454. SOUSA, Amílcar de	[AEP]. Capitão-Médico Miliciano. Integrou o contingente dos escoteiros da AEP na frente contra a “Monarquia do Norte” (1919).
2455. SOUSA, António Albino de	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 1-Braga (1932/Mai).
2456. SOUSA, António Cândido Pires	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 116-Guimarães (1935/Dez).
2457. SOUSA, António de	[AEP]. Vogal no Gr. 66-Coimbra (1929/Ago).
2458. SOUSA, António Figueira	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 25-São Roque, Funchal (1929/Abr).
2459. SOUSA, António José de	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 56-Lisboa (1934/Abr).
2460. SOUSA, António Maria Campelo de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 46-Matosinhos (1924/Jul).
2461. SOUSA, Armando de	[CNS/CNE]. Engenheiro. Inspetor do Núcleo do Porto (1926/Nov-1927). Ajudante do Gr. 47-Rebordões, Santo Tirso (1931/Ago). Secretário do Núcleo do Porto (1934/Nov).
2462. SOUSA, Artur de	[UAP]. Membro da Comissão Administrativa do Gr. 6-Porto (1932/Fev).
2463. SOUSA, Augusto Ferreira de	[CNS/CNE]. Participante no Jamboree de Arrowe Park, Birkenhead (1929). Chefe do Gr. 10-Bonfim, Porto (1929/Dez).
2464. SOUSA, Avelino Aloísio de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente Regional de Braga (1936/Jan).

2465. SOUSA, Berlarmino Augusto Pereira de Abreu e	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 26-Mouçós, Vila Real (1931/Fev).
2466. SOUSA, Cristiano de	[AEP]. Chefe do Gabinete do Ministro de Educação Nacional (1936). Membro da Comissão Permanente da AEP (1936/Mai).
2467. SOUSA, Elísio Ferreira de	[UAP]. Secretário do Gr. 7-Valongo (1925/Ago).
2468. SOUSA, Ernesto de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 1 (1914/Set-1918/Fev). Durante a Grande Guerra fora mobilizado para França, destinado aos pavilhões portugueses do Triângulo Vermelho (1917/Dez-1918). Escoteiro-Chefe Honorário do Gr. 1 Lisboa. Residente nos E.U.A. (1920/Ago). Correspondente dos <i>Boy-Scouts of America</i> em Portugal (1928/Nov).
2469. SOUSA, Fernando Ribas	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 17-Viseu (1927/Out-1930/Jun). Chefe do Gr. 37-Viseu (1930/Jun).
2470. SOUSA, Fernando Soares de	[CNS/CNE]. (n. 1880-05-30). Proprietário. Chefe de Alc. 14-Viana do Castelo (1927/Jan).
2471. SOUSA, Florêncio de	[UAP]. Vogal da Junta Regional de Lisboa (1926/Set).
2472. SOUSA, Gerardo de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 5-Instituto dos Mutilados de Guerra, Lisboa (1929/Nov-1936). Escoteiro-Chefe Interino do Gr. 55-Cruz de Malta, Lisboa (1930/Out). Impulsionador do escotismo em Sesimbra (1933/Set). Escoteiro-Chefe no Gr. 93-Sintra (1941/Nov).
2473. SOUSA, Gonçalo da Rocha Peixoto e	[CNS/CNE]. Funcionário da Fazenda de Angola. Chefe de Alc. 48-Luanda, Angola (1933/Ago). Chefe do Gr. Sênior 12-Luanda (1934/Mai-1935).
2474. SOUSA, Jacinto de	[UAP]. Estudante liceal. Adail-Mor do Gr. 4-Lourenço Marques, grupo marítimo (1932).
2475. SOUSA, João de	[AEP]. Secretário da Direção do Gr. 7-Lisboa (1915/Jul).
2476. SOUSA, João Carlos Tavares e	[CNS/CNE]. Comissário do Núcleo de Murtosa (1935/Jul).
2477. SOUSA, João Dias de	[CNS/CNE]. Sênior do Clã de Braga, participou no I Acampamento Nacional de Dirigentes (1933/Set).
2478. SOUSA, Joaquim Alexandre de	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 36 e Gr. 70-Lever, V.N. Gaia (1931/Mai-1935/Dez). Demitido do CNE em 1935-Dez.
2479. SOUSA, Joaquim Bento de	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 71-Lisboa (1935/Dez-1936).
2480. SOUSA, Joaquim Moreira de	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 27-Vilar do Paraíso, V.N. Gaia (1926/Jun).
2481. SOUSA, Joaquim Roteiro de	[AEP]. Empregado do Banco Nacional Ultramarino. Escoteiro-Chefe Adjunto (1928) e Escoteiro-Chefe (1932) do Gr. 68 em Lourenço Marques. Louvado com Cruz Suástica de Prata (OSN nº 1/1928). Transferido para a metrópole, regressa a Moçambique em 1933.
2482. SOUSA, José Alfredo Aguado da Cruz	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 15 e Gr. 34-Tortosendo, Covilhã (1927/Abr).
2483. SOUSA, José Augusto Ferreira de	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 10-Porto (1927/Abr-Out). Chefe do Gr. 10-Porto (1927/Out-1935/Fev). Comissário do Núcleo do Porto (1933/Set). Chefe da Alc. 41-Porto (1933/Nov-1935/Fev). Secretário do Gr. 10-Porto (1935/Fev). Segundo-Vogal da Junta Central (1935/Jun). Comissário Regional Adjunto do Porto (1932/Jul-1938/Out). Vogal da Junta Central (1938/Out).
2484. SOUSA, José do Couto de	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 52 Angra do Heroísmo (1936).
2485. SOUSA, José Pinto de	[UAP]. Professor. Membro da Comissão Administrativa do Grupo em formação na Campanhã, Porto (1929/Jul). Membro da Comissão de Festas do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931).
2486. SOUSA, Luís de	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 47-Rebordões, Santo Tirso (1936/Set).
2487. SOUSA, Luís Gonzaga de	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 54-Murtosa (1935/Jul).

2488. SOUSA, Luís Ribeiro da Silva e	[CNS/CNE]. (n. 1910/Nov/03). Empregado de escritório. Chefe de Gr. 60-Lisboa (1930/Jan-1931/Out). Chefe do Gr. 49-Lisboa (1933/Jan). Chefe do Gr. 60-Lisboa (1933/Jan-1936/Set).
2489. SOUSA, Manuel António de	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 67-Porto (1935/Fev-1936). Chefe da Alc. 44-Campanhã, Porto (1936/Out).
2490. SOUSA, Manuel Vasco de	[UAP]. Tesoureiro-Geral da UAP (1924/Dez). Tesoureiro do Conselho de Administração da UAP (1927/Mai).
2491. SOUSA, Maria Borges de	[AGP]. Ajudante do 1º Bando de Avezinhas de Luanda (1936/Abr).
2492. SOUSA, Maria das Dores Tavares de	[CNS/CNE]. Proprietária. Chefe de Alc. 67-Murtosa (1935/Ago).
2493. SOUSA, Matias da Assunção e	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 1-Braga (1929/Dez).
2494. SOUSA, Quitéria Júlia de	[UAP]. Assistente da Escola Primária do Bonfim (Porto). Presidente do Gr. 4 Porto da UAP (1922/Fev-1923/Dez).
2495. SOUSA, Ricardo Borges de	[AEP]. Advogado. Fundador e Escoteiro-Chefe do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1912/Set).
2496. SOUSA, Veiga e	[AEP]. Membro da Direção Central da AEP (1914/Ago).
2497. SOUTO, Alfredo	[UAP]. Secretário da Junta Regional do Sul da UAP (1915/Ago).
2498. SOUTO, Gabriel Beja da Cunha Pessoa do	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Leiria (1926/Mar).
2499. SOUZA, Martha de	[AEP]. Subcomissária da secção feminina do AEP Gr. 123-High School of the Sacred Heart of Jesus, Goa.
2500. SMOLETT-CAMPBELL,	[GGA]. Filha da Comissária Miss D'Arcy Graham, de Xangai (China). Fundou uma companhia anglo-portuguesa em Macau, encerrada pelo desenvolvimento da Grande Guerra (1916/Jul).
2501. SPÍNOLA, G.	[UELÚ]. Tesoureiro da Comissão de Propaganda da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , em Lisboa (1914/Dez).
2502. STAINLER, José	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 100-Estoril, Cascais (1934/Jul).
2503. STILLWELL, Isabel	[AGP]. Chefe da 3ª Companhia de Guias – Lisboa (1934/Jun-1936/Abr). Ajudante da 1ª Companhia de Cadetes – Lisboa (1936/Abr). Chefe do 3º Bando de Avezinhas – Lisboa (1936/Abr). Comissária do Núcleo de Carcavelos (1936/Abr). Vogal técnica nacional das Guias de Portugal (1937/Abr)
2504. SUMMERS,	[AGP]. Chefe-Ajudante da 3ª Companhia de Guias de Portugal (1935/Jul).

T

2505. TABORDA, Celestino Campos	[UAP]. Membro da direção do Gr. 41-Barreiro (1930).
2506. TABORDA, João Gonçalves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 19-Santo Tirso (1928/Jul).
2507. TAVARES JÚNIOR, Afonso Maria de Vasconcelos e	[UAP; AEP]. Doutor. Adail do Gr. 2-Porto (?). Escoteiro-Chefe do Núcleo do Porto (1933/Mar-1933/Mai). Fundador do Gr. 55-Aguada de Cima, Águeda (1933/Jun). Escoteiro-Chefe do Gr. 70-Porto (1934/Ago) e Gr. 55-Aguada de Cima (1934/Ago). Delegado dos Serviços Centrais no Porto (1934). Apresentou uma tese na III Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1934). Presidente do Gr. 57-Lordelo, Porto (1938).
2508. TAVARES JÚNIOR, António	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 55-Aguada de Cima, Águeda (1933/Jun). Presidente do Gr. 48-Porto (1933/Nov).
2509. TAVARES, Alexandre da Silva	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 28-Oliveira de Azeméis (1928/Mar).
2510. TAVARES, Ana Joaquina	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 67-Murtosa (1937/Fev).
2511. TAVARES, António Augusto	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 60-Lisboa (1930/Jan-Abr; 1931/Fev).

2512. TAVARES, António Barbosa	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 16-Oliveira de Azeméis (1930/Fev-1933/Jan).
2513. TAVARES, Fausto	[AECF]. Primeiro Vogal-Substituto dos Escoteiros do Centro de Portugal (1915/Dez-1916/Set).
2514. TAVARES, João dos Santos	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Secretário da Alc. 27-Serpa (1929/Jul).
2515. TAVARES, José	[UAP]. Tenente de Infantaria. Adail-Mor Regional da Junta Regional Aduera do Sul (1922).
2516. TAVARES, Manuel Joaquim	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 17-Espinho (1925/Mar).
2517. TAVARES, Maria Luísa	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 67-Murtosa (1937/Fev).
2518. TAVEIRA, Abel Faria	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 89-Lisboa (1934/Mar).
2519. TAVEIRA, Joaquim dos Santos Silva	[UAP]. Engenheiro. Segundo-Secretário da Junta Regional Aduera do Norte de Portugal, Porto (1921/Jan). Membro do Conselho de Propaganda da UAP (1929/Jun). Membro do Conselho Consultivo da UAP (1933/Jan).
2520. TEIXEIRA, Aires Emídio	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 76- São Gonçalo, Funchal (1936/Jan).
2521. TEIXEIRA, Alberto Granado	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 53-Fundão (1930/Jun).
2522. TEIXEIRA, António	[UAP]. Reorganizador e Vogal da Direção do Gr. 28-Paranhos (1933/Out).
2523. TEIXEIRA, António Cardoso	[CNS/CNE]. (n. 1905/Mai/07). Chapeleiro. Chefe de Gr. 15-Cedofeita, Porto (1925/Abr-1927).
2524. TEIXEIRA, Augusto	[UAP]. Vogal da direção do Gr. 24-Vila Real (1925/Ago).
2525. TEIXEIRA, Aurora Rodrigues	[CNS/CNE]. Esposa de Octávio Rosa Teixeira. Instrutora de especialidades da Alc. 20-Lisboa (1934/Fev-Nov); Participante no V Acampamento Nacional , em Benfica (1934/Ago). Chefe da Alc. 20 (1936/Fev).
2526. TEIXEIRA, Camilo Abelard	[UAP]. Secretário-Adjunto Geral da UAP (1932/Nov). Vice-Presidente do Gr. 33-Porto (1933/Jan).
2527. TEIXEIRA, Delfim	[AEP; UELU; UAP]. Promotor do escotismo no jornal <i>O Século</i> (1914/Jan). Fundador do AEP Gr. 19-Santarém (1914/Mar). Secretário e Presidente da Comissão de Propaganda da <i>União dos Escoteiros Lusos</i> , em Lisboa (1914/Dez). Escoteiro-Chefe Geral da UEL (1915/Jul). Membro da UAP (1915/Ago). Empreendeu uma viagem de propaganda do <i>scouting</i> pelo interior de Portugal com Asdrúbal Brandão Machado (1916/Jan).
2528. TEIXEIRA, Edmundo Ferreira	[CNS/CNE]. Chefe da Alc. 54-Luanda (1935/Set).
2529. TEIXEIRA, Fortunato	[AEP]. Cofundador e Presidente do Gr. 9-Lisboa (1914/Set).
2530. TEIXEIRA, Gabriel Maurício	[AEP]. Primeiro-Tenente da Armada e Comandante da Canhoeira “Mandovi”. Comissário Regional do Porto (1926/Mar-1928/Nov), sendo substituído por Franklin de Oliveira.
2531. TEIXEIRA, Henrique Ribeiro	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 107-Benfica, Lisboa (1936/Fev).
2532. TEIXEIRA, Ildefonso José	[AEP]. Ajudante do Escoteiro-Chefe do Gr. 23 no Funchal (1937).
2533. TEIXEIRA, Job	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Gr. 3-Braga (1926/Jun-1927/Out). Participante na excursão do “Office International des scouts catholiques” em Lourdes, França (1927/Ago). Inspetor Geral de Material e Fardamentos (1927/Out-1928). Chefe do Gr. 5-Braga (1931/Nov).
2534. TEIXEIRA, João Augusto	[UAP]. Inspetor. Recriador do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).

2535. TEIXEIRA, José de Araújo	[UAP]. Segundo-Secretário do Conselho de Disciplina da UAP (1927/Mai). Terceiro-Secretário da Junta Assistente da <i>União dos Aduelros de Portugal</i> (1929/Jul-1931). Secretário do Gr. 18-Vila Nova de Gaia (1930-1931). Em 1932 fixou residência em Lisboa. Presidente do Gr. 6-Porto (1933/Fev).
2536. TEIXEIRA, Manuel Pereira	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 10-Porto (1931/Nov). Secretário Adjunto do Gr. 10 (1935/Jul-1936/Fev).
2537. TEIXEIRA, Octávio Rosa	[CNS/CNE]. Marido de Aurora Rodrigues Teixeira, instrutora de especialidades. Instrutor de Especialidades do Gr. 39-Lisboa (1931/Mar-1933/Nov). Chefe da Alc. 20-Lisboa (1933/Nov-1934/Nov). Chefe da Alc. 51 e Gr. 68-Mercês, Lisboa (1934/Nov). Demitido do CNE em Out-1935.
2538. TEIXEIRA, Pinto	[AEP]. Major do Exército. Engenheiro. Presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Vogal da Comissão de Honra e Patrocínio ao Escotismo em Moçambique (1935).
2539. TEIXEIRA, Rolando da Silva	[AEP]. Chefe de Divisão do Gr. 44-Devesas, V.N. Gaia (1935/Nov).
2540. TEIXEIRA, Umberto João de Azevedo	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 37-Viseu (1928/Jun).
2541. TELES, António Ribeiro	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 09 e Gr. 25-Godim, Peso da Régua (1926/Abr-1931/Abr). Inspetor do Núcleo da Régua (1927/Fev).
2542. TELES, Francisco	[UAP]. Ajudante de Farmácia. Vogal do Gr. 18-V.N. Gaia (1929/Abr).
2543. TELES, José Maria Galvão	[AEP]. Escoteiro no Gr. 11-Liceu Camões, Lisboa. Vogal da Comissão Permanente da AEP (1933/Out).
2544. TELES, José Pereira	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 46-Ílhavo (1928/Ago). Inspetor do Núcleo de Ílhavo (1929/Set).
2545. TELES, Manuel Vieira	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 14-Leiria (1926/Fev). Secretário do Gr. 14 (1926/Ago).
2546. TELES, Oliva	[UAP]. Oficial do Exército. Instrutor-Técnico da Junta Regional do Norte da UAP (1918/Ago).
2547. TEMIDO,	[AEP]. Delegado de Coimbra na Conferência Nacional de Dirigentes (1931/Dez).
2548. TENREIRO, Henrique Ernesto Sena dos Santos	[AEML; AEP]. (n. 1901- f. 1994). Oficial da Armada. Aos 14 anos de idade o pai confiou-lhe o comando do grupo de escoteiros municipais que criara na Escola Primária n.º 11.
2549. TEODORO, Augusto	[AEP]. Tenente. Membro da direção do Gr. 80 Entroncamento (1935).
2550. TERÇAS, José Alves	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 9 e Gr. 25-Godim, Régua (1932/Mar).
2551. TIBÉRIO, António	[CNS/CNE] Instrutor da Alc. 40-Cedofeita, Porto (1934/Jul).
2552. TOMÉ, Ernesto Gomes	[AEP]. (n. 1897/Mai/30). Tenente do Exército; Professor; Advogado. Escoteiro-Chefe no Gr. 31-Escola Comercial da Figueira da Foz (1924/Jan-1926/Jun). Apresentou a tese “A educação física pelo Escotismo”, na I Conferência Nacional da AEP (1925/Fev). Delegado Regional da AEP (1926/Jan).
2553. TONDA, João de Figueiredo	[CNS/CNE]. Chefe da banda de música do Gr. 52-Lamego (1933/Mar).
2554. TORRES,	[UAP]. Instrutor no Gr. 18-Vila Nova de Gaia (1930).
2555. TORRES, António Cerejeira	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 89-Lisboa (1935/Mai).
2556. TORRES, Francisco José Fernandes Pimental	[CNS/CNE]. Médico. Médico do Gr. 10-Porto (1933/Abr).
2557. TORRES, João dos Santos	[AEP]. Capitão e Professor do Liceu Nacional de Huíla. Escoteiro-Chefe do Gr. 87-Sá da Bandeira, Angola (1930/Ago-1936/Ago).
2558. TORRES, José da Silva	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 53-São Miguel das Aves, Santo Tirso (1935/Fev).
2559. TORRES, Manuel	[AEP]. Instrutor do Gr. Moçâmedes, Angola (1936/Ago).

2560. TORRES, Manuel da Silva	[UAP]. Presidente do Gr. 13-Areosa, Porto (1933/Mar).
2561. TORRES, Paulo Luís Lima	[AEP]. (n. Lisboa, 1914/Out/03). Escoteiro-Chefe do Gr. 61-Igreja Batista, Lisboa (1934-Jan).
2562. TORRES, Raul de Matos	[AEP]. Professor. Membro da direção do Gr. 80 Entroncamento (1935).
2563. TORRIE, Stuart	[AEP]. Guia do Gr. 70-Mirante, Porto (1935). Chefe de trabalhos técnicos no Gr. 70-Porto (1935/Set).
2564. TOSTE, Virgílio Pires	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 52- Santa Luzia, Angra do Heroísmo (1933/Ago).
2565. TOULSON, António Alexandre da Silva	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 86-Huíla, Angola (1932/Nov).
2566. TOURET, José Ventura	[CNS/CNE]. (n. 1915/??/??). Estudante. Chefe-Adjunto do Gr. 93-Luanda, Angola (1933/Ago). Ajudante do Gr. 93 (1935/Set).
2567. TRIGUEIROS, João Lobo de Miranda	[AEP]. (totem: <i>Arenque Seco</i>). Comissário Regional do Algarve (1926/Out-1927/Ago). Escoteiro-Chefe do Gr. 6-Olhão (1926/Out-1930/Nov; 1934). Representante da AEP no projeto da <i>Federação Escotista de Portugal</i> (1928/Mar). Redator principal do jornal <i>O Escoteiro</i> (1928/Ago-Dez). Representante do Gr. 77-Faro na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Delegado dos Serviços Centrais da AEP em Faro (1933/Mai). Membro da organização do II Acampamento Nacional da AEP na Exposição Colonial do Porto (1934). Apresentou uma tese na III Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1934). Presidente do Gr. 6 Olhão (1936).
2568. TRINCÃO, Carlos Pinto	[CNS/CNE]. Médico do Gr. 48-Lisboa (1928/Dez-1930/Fev).
2569. TRINDADE, Albano Henriques Durães	[CNS/CNE]. (n. 1925/Set/30). Empregado de Comércio. Chefe de Alc. 84- Tondela (1943/Mar).
2570. TRINDADE, Eduardo de Almeida	[AEP]. Assistente do “Notícias do Entroncamento”. Escoteiro-Chefe do Grupo 84-Entroncamento (1929/Jul-1933/Mai). Representante na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931).
2571. TRINDADE, Leonel de Freitas	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 50-Torres Vedras (1929/Dez).
2572. TRINDADE, Maria Helena Santana	[CNS/CNE]. (n. 1916/Jan/14). Doméstica. Chefe de Alc. 90-Setúbal (1939/Fev).
2573. TRINDADE, Tomás	[AECF]. Presidente-Substituto dos <i>Escoteiros do Centro de Portugal</i> (1915/Dez-1916/Set).
2574. TRISTÃO, Arnaldo da Costa	[UAP]. Professor do Ensino Livre e Jornalista. Segundo Secretário da Junta Regional Aduera do Sul (1922/Jan).
2575. TÚBIO, Gilberto	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 10 Lourenço Marques (1928-1929).
2576. TURNER, Vera	[GGA]. Ranger Captain da <i>Oporto British School</i> (1933/Jan).

U

2577. ULRICH, Isabel	[AGP]. Chefe da 1º Bando de Avezinhas – Lisboa (1936/Abr). Vogal da Comissão Executiva da AGP (1937/Abr).
2578. ÚRIA, José Moreira	[UAP]. Participante na Batalha de La Lys. Instrutor do Gr. 1-Porto (1927/Abr). Primeiro-Secretário do Gr. 1 (1927/Out).

V

2579. VAGOS, M. Simões	[UAP]. Membro da direção do Gr. 23-Matosinhos (1932/Abr).
2580. VALE [ALMIRO], Fernando do	[AEP]. Técnico de Aeronáutica. Instrutor de aeronáutica no Gr. 18-Núcleo de Escoteiros do Ar, Lisboa (1933-1935/Abr). Colunista no jornal <i>Escotismo</i> , Lisboa, onde publicou um curso de aviação para escoteiros (1933/Set).
2581. VALE, Miranda do	[AEP]. Professor do Instituto Superior Técnico? Conferencista no Congresso de Escotismo Colonial (1934).

2582. VALENÇA, António dos Santos Gonçalves	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 1-Braga (1926/Jan-1929/Jul). Ajudante do Inspetor Geral de Material e Fardamentos (1927/Out-1933). Secretário-Geral do Depósito de Material e Fardamentos (1938/Mar-1944/Ago). Vogal do Conselho Fiscal da Junta Central (1941/Jun).
2583. VALENÇA, Artur de Oliveira	[AEP; CES; AEP]. Jornalista e Assistente do jornal <i>Sporting</i> (Porto). Voluntário e organizador do Batalhão de Voluntários Portugueses na Grande Guerra. Em 1929 apoiou a criação do Gr. 26 da AEP instalado na sede do jornal (1929/Jul) e, no ano seguinte, decidiu criar a secção “Escotismo”, a partir da qual fundou uma associação exclusiva do periódico. Assumiu o cargo de Presidente (1930/Jun-1931/Mai) e Tesoureiro do Corpo dos Escoteiros do Sporting (1930/Jun-1931). Vice-Presidente do AEP Gr. 41-Sporting/Club Fluvial Portuense (1933/Mar) e Presidente (1933/Abr-1935).
2584. VALENÇA, L.	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 10-Bonfim, Porto (1925/Fev).
2585. VALENÇA, Manuel	[AEP]. Fundador do Gr. 6-Olhão (1925). Escoteiro-Chefe Adjunto do Gr. 6-Olhão (1930/Nov). Escoteiro-Chefe do Gr. 60-Vila Real de Santo António (?) (1931).
2586. VALENTE, Adosinda Cândida	[CNS/CNE]. Secretária da Alc. 67-Murtosa (1935/Ago).
2587. VALENTE, Américo	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 25-Campo de Santa Clara, Lisboa (1916/Jan).
2588. VALENTE, António Arez	[AEP]. Tenente de Infantaria. Fundador do Grupo 82 no Sport Lisboa e Beira (1928). Comissário de Núcleo da Beira, Moçambique (1931-1933/Abr).
2589. VALENTE, Arnaldo de Castro	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 10-Porto (1926/Out). Chefe do Gr. 1-Braga (1930).
2590. VALENTE, Francisco António	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 54-Murtosa (1929/Set-1936/Nov).
2591. VALENTE, Hernâni Cardoso	[UAP]. Secretário do Gr. 23-Matosinhos (1926/Mar).
2592. VALVERDE, José Rodrigues	[CNS/CNE]. Escoteiro no Gr. 10-Bonfim, Porto (1933/Jan). Ajudante do Gr. 10 (1933/Mai-1935/Fev). Chefe do Gr. 10-Porto (1935/Fev).
2593. VALVERDE, Manuel Rodrigues	[CNS/CNE; AEP]. Secretário do Gr. 10-Porto (1926/Nov). Chefe do Gr. 10-Porto (1927/Abr-Out). Saiu do CNS/CNE em outubro de 1927. Em 1929 transferiu-se para a AEP. Escoteiro-Chefe da secção “Escoteiros” no Gr. 71-Porto (1929-1931). Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr-71 (1933/Fev) e Escoteiro-Chefe do Gr. 41-Sporting (1933/Mar).
2594. VANTACICH, César	[AEP]. Escoteiro-Chefe Ajudante do Gr. 1-Lisboa (1917/Set).
2595. VANZELLER, Maria Luísa	[AGP]. Sem qualquer experiência escotista foi nomeada por Fernanda d’Orey para fazer a ponte entre protestantes e católicas dentro da futura Associação das Guias de Portugal (1934/Jan).
2596. VARÃO, Fernandes	[UAP]. Major. Recriador do Gr. 24-Vila Real (1925/Jul).
2597. VARELA, Rufino Augusto	[AEP]. Escoteiro-chefe do Gr. 95-Aljustrel (1936/Jul).
2598. VASCONCELOS, Afonso Maria de	[CNS/CNE; AEP]. Secretário do Gr. 7-Porto (1925/Mar-1926/Out). Chefe do Núcleo do Porto (1933/Mar-1934/Set). Representante do Núcleo do Porto na receção oficial a Miss Kerr, dirigente «World Association of Girl Guides and Girl Scouts» (1933/Mar). Pediu a demissão do cargo, sendo substituído por Amadeu Saraiva Regada (1934/Set).
2599. VASCONCELOS, Alberto Cardoso de	[CNS/CNE]. Médico do Gr. 32-Marco de Canaveses (1926/Dez).
2600. VASCONCELOS, António B.	[AEP]. Engenheiro. Comissário Regional de Santarém (1930).
2601. VASCONCELOS, António de Sena Faria de	[AEP]. Professor da Universidade de Lisboa. Membro da Comissão Pedagógica da AEP (1923/Abr). Autor de vários artigos educativos no jornal <i>Escotismo</i> (1934/Mar).
2602. VASCONCELOS, Augusto Bretes Teixeira de	[AEP]. Engenheiro. Fundador do Gr. 63-Torres Novas (1927/Mar). Delegado dos grupos de Santarém na Direção Central (1930/Fev-1932). Cedeu uma sede para algum grupo.

2603. VASCONCELOS, Augusto d'Almeida	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1915/Nov-1916/Jun). Correspondente das tropas portuguesas no norte de Moçambique (1916). Assistente do jornal <i>Alerta</i> , órgão do Gr. 14-Liceu Gil Vicente, Lisboa (1922/Mar).
2604. VASCONCELOS, Evaristo de Jesus Macedo	[CNS/CNE]. Instrutor de Música da Alc. 30 e o Gr. 70-V. N. Gaia (1932/Nov-1936/Mar).
2605. VASCONCELOS, Fernando Alípio	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 11-Coimbra (1927/Mai-Out). Ajudante do Gr. 30-Coimbra (1927/Out).
2606. VASCONCELOS, João Barros de	[CNS/CNE]. (n. 1920/Jan/21). Empregado de Escritório. Chefe de Alc. Porto (1940).
2607. VASCONCELOS, José Albino Teixeira de	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 5-Braga (1931/Nov).
2608. VASCONCELOS, Maria Manuela de Menezes e	[AEGP; AGP]. Secretária-Geral das <i>Associação Escotista das Guias de Portugal</i> (1934/Jun-1935/Dez). Ajudante da 1º Bando de Avezinhas – Lisboa (1936/Abr). Secretária-Geral da AGP (1936/Jan-Mai).
2609. VASQUES, Álvaro V.	[AEP]. Chefe de Divisão do Gr. 44-Devesas, V.N. Gaia (1935/Nov).
2610. VASQUES, António Azevedo Correia Guerra	[CNS/CNE]. Empregado Público. Chefe de Alc. 75 e Gr. 123-Ponte de Barca (1936/Mai).
2611. VASQUES, José Pimenta da	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 123-Ponte de Barca (1936/Mai).
2612. VAZ, Armino da Silva	[CNS/CNE]. (n. 1908/Jul/31). Estudante. Chefe de Gr. 12-Vila Pouca de Aguiar (1925/Abr-1926).
2613. VAZ, Joaquim da Cunha	[UAP]. Vogal da direção do Gr. 10-Ajuda, Lisboa (1925/Ago).
2614. VAZ, José Campos	[UAP]. Assistente da Escola Comercial Raul Dória, Porto. Presidente da Junta Regional Aduera do Norte de Portugal, no Porto (1921/Jan).
2615. VAZ, Luís do Nascimento	[CNS/CNE]. Secretário do Alc. 6-Bragança (1925/Jul-1926/Mar). Chefe do Gr. 18-Bragança (1935/Jul).
2616. VAZ, Maria da Luz Coelho	[CNS/CNE]. Ajudante da Alc. 6-Bragança (1936/Jan).
2617. VAZ, Pedro Tavares Mendes	[UAP]. Substituto do Primeiro-Secretário do Senado da UAP (1927/Mai).
2618. VEIGA, Herman Leça	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 40-Lisboa (1927/Dez-1931/Fev).
2619. VEIGA, Nemésio	[UAP]. Presidente do Gr. 39-Lisboa (1930/Jan-1931).
2620. VELHO, Duarte	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente da Alc. 71-Lisboa (1935/Dez).
2621. VELHO, Manuel Alves	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 18-Bragança (1933/Mar). Ajudante da Alc. 6-Bragança (1933/Mar-1936/Jan).
2622. VELOSO, Amadeu da Costa	[CNS/CNE]. (n. 1921/Jun/16). Bancário. Chefe de Alc. 94-Calendário, V.N. Famalicão (1941/Jun).
2623. VELOSO, Francisco António	[CNS/CNE]. Secretário da Alc. 70-Arcos de Valdevez (1935/Nov) e Gr. 117-Arcos de Valdevez (1936/Jan).
2624. VELOSO, José Meira	[CNS/CNE]. Sacerdote católico. Assistente do Núcleo de Póvoa de Varzim (1924-1927/Out). Assistente da Alc. 03-Póvoa de Varzim (1940).
2625. VELOSO, Manuel	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 105-S. Vicente, Cabo Verde (1936/Ago).
2626. VELOSO, Manuel Alves	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 18-Bragança (1935/Jul).
2627. VENTURA JÚNIOR, José	[AEP]. Presidente do Gr. 73-Escola Primária de S. Bartolomeu, Coimbra (1927/Fev).
2628. VENTURA, José Augusto	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 63-Lisboa (1933/Nov-1935/Set). Instrutor de Especialidades do Gr. 63 (1935/Set).

2629. VERDONK, Gregório	[CNS/CNE]. (n. 1904/Fev/10). Sacerdote católico neerlandês. Chefe de Gr. 146-Seminário dos Olivais-Moscavide, Lisboa (1940/Abr). Chefe de Alc. 83-Seminário dos Olivais-Moscavide (1942/Jan).
2630. VEZ, Francisco António	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 117-São Paio, Arcos de Valdevez (1935/Nov).
2631. VIANA, Adelaide Augusto	[AGP]. Guia-Chefe da Companhia de Luanda (1937/Abr).
2632. VIANA, Alfredo Simões	[UAP]. Tenente. Adail do Gr. 14-Viana do Castelo (1925/Ago).
2633. VIANA, Aníbal de Faro	[AEP]. Coronel. Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan).
2634. VIANA, Carlos Sá	[AEP]. Assistente da Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 1, Lisboa (1923).
2635. VIANA, João de Loureiro	[UAP]. Adail-Mor Regional de Lisboa. Responsável pela assimilação das várias associações independentes de Lisboa na UAP (1920/Jul).
2636. VIANA, Samuel dos Santos	[UAP]. Membro da Comissão Organizadora do Gr. 27-Museu de Artilharia, Lisboa (1925/Jul-Ago).
2637. VICENTE, Alípio da Silva	[CNS/CNE]. (n. 1894/Ago/30). Tenente do Exército. Comissário Regional de Viseu (1927/Jun-1928/Out; 1929/Mar). Chefe de Gr. 37-Viseu (1927/Out). Comissário Geral de Seniores (1928/Out-1931/Nov).). Comissário Geral de Velhos Lobos e scouts isolados (1928/Out-1931/Nov). Comissário Regional Adjunto de Braga (1931/Fev-Nov). Autor de vários livros e novelas de cariz nacionalista destinado ao público escotista. Autor da peça teatral «Scouts» (1926), livro «Auxiliar do Escoteiro» (1936), «Vade Mecum do Scout».
2638. VICENTE, José João	[AEP]. Escoteiro-Chefe do Gr. 60-Vila Real de Santo António (1928/Nov-1935).
2639. VICTÓRIA, Simeão Nunes	[AEP]. Tenente. Semião Nunes Vitória. Fundador do Gr. 36-Luanda (1923). Comissário Regional da AEP em Angola (1930). Assistente da Instrução Pública em Angola. Em 1932 criou grupos em todos os distritos, recrutando professores primários como dirigentes escotistas.
2640. VIDAL, Ângelo	[UAP]. Adail-Adjunto do Gr. 28-Paranhos, Porto (1925/Ago-1933/Dez).
2641. VIDAL, Hermínio	[UAP]. Tenente (?). Adail do Gr. 12-Campo de Ourique, Lisboa (1928/Mar). Presente na inauguração do Gr. 11-Alto do Pina (?).
2642. VIDEIRA, João Antunes	[AEP]. Capitão. Escoteiro-Chefe do Núcleo do Fundão (1933/Fev).
2643. VIEGAS, António Craveiro	[CNS/CNE]. Chefe do Gr. 51-Fundão (1930/Dez).
2644. VIEGAS, Eurico	[AEP]. Secretário da Direção do Gr. 7-Lisboa (1915/Jul).
2645. VIEGAS, José da Cruz	[AEP]. Major; Professor do Instituto dos Pupilos do Exército. Comissário da Zona de Lisboa (1928/Dez-1929/Mar).
2646. VIEGAS, Nicolau S.	[AEP]. Vogal no Gr. 41-Sporting, Porto (1933/Mar).
2647. VIEGAS, Pires	[AEP]. Coronel; Presidente da Câmara Municipal de Faro. Comissário Regional do Algarve (1927/Ago-1930/Jun).
2648. VIEIRA, Abreu	[AEP]. Escoteiro-Chefe da Zona de Aveiro (1930/Set).
2649. VIEIRA, Adolfo Filipe	[UAP]. Instrutor do Gr. 6-Porto (1931-1932/Jun). Vogal do Gr. 33-Porto (1933/Jan).
2650. VIEIRA, Alberto Augusto	[CNS/CNE]. Tenente. Comissário do Núcleo de Moçâmedes, Angola (1936/Mar-Jun).
2651. VIEIRA, Álvaro	[AEP]. Instrutor do Gr. 1-Lisboa (1931).
2652. VIEIRA, António Correia	[CNS/CNE]. (n. 1893/Abr/12). Tenente da Infantaria. Chefe de Gr. 52-Lamego (1929/Mar).
2653. VIEIRA, Artur	[UAP]. Membro da Comissão de Festas do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931).
2654. VIEIRA, Artur Augusto	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 60-Lisboa (1933/Mai).

2655.	VIEIRA, Eugénio Vaz	[CNS/CNE]. Inspetor do Núcleo de Guimarães (1930/Set).
2656.	VIEIRA, Fernando da Costa	[UAP]. Alferes de Infantaria. Nomeado Adail-Mor Regional do Porto (1919/Set-1920/Dez) sendo substituído por Alexandre de Córdova, aquando da criação da Junta Regional do Norte de Portugal.
2657.	VIEIRA, João dos Santos	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 109-Amadora (1935/Jan-1936).
2658.	VIEIRA, José Martins	[UAP]. Cofundador do Gr. 38-Almada (1930/Mar).
2659.	VIEIRA, José Miguel	[CNS/CNE]. (n. Louçã, Ourém 1886/Jul/29 - f. Lisboa, 1935/Nov/16). Sacerdote católico. Assistente do Gr. 91-Lourenço Marques (1934/Dez-1936/Jan). Assistente da Alc. 63-Munhuana, Lourenço Marques (1935/Mar-1936/Jan).
2660.	VIEIRA, Manuel	[AEP]. Ajudante do Gr. 24-Funchal (1933/Jun).
2661.	VIEIRA, Miguel da Silva	[UAP]. Segundo-Sargento do 3º Grupo de Metralhadoras. Adail do Gr. 28-Paranhos, Porto (1926/Ago).
2662.	VILALVA, Alfredo	[AEP]. Vogal no Gr. 79-Palácio das Necessidades, Lisboa (1935/Dez).
2663.	VILAR, Ângelo Augusto	[APS; UAP]. Ligado à <i>Associação dos Pioneiros do Scouting</i> (1924/Set). Membro da Comissão de Propaganda do Aduarismo no Norte (1930/Ago) e na Comissão de Festas do Gr. 28-Paranhos, Porto (1931). Reorganizador e Vogal da Direção do Gr. 28-Paranhos (1933/Out).
2664.	VILAR, Carlos	[UAP; AEP]. Capitão-Tenente, Comandante da Corveta D. Fernando. Proposto a presidente da Junta Regional Adureira do Sul, após a tomada de posse, resignou devido a assuntos profissionais (1922). Em 1931 integra a reorganização do Gr. 3-Liceu Pedro Nunes, Lisboa (1931/Jan). Apresentou uma tese na III Conferência Nacional de Dirigentes da AEP (1934).
2665.	VILAR, Fernando	[AEP]. Primeiro Ajudante do Gr. 1-Lisboa (1920/Ago).
2666.	VILAR, Manuel R. Lima	[UAP]. Cofundador e 2º Secretário do Gr. 28-Paranhos, Porto (1922/Mar).
2667.	VILARINHO,	[AEP]. Escoteiro-Chefe interino do Gr. 23-Mirante, Porto (1924/Abr).
2668.	VILAVERDE, Luís	[UAP]. Capitão. Adail do Gr. 36-Setúbal (1926-1932). Membro fundador da Liga dos Combatentes da Grande Guerra em Setúbal.
2669.	VILHENA, Arnaldo de	[AEP]. Membro da Administração do jornal <i>O Escoteiro da Huíla</i> , Angola (1936/Ago).
2670.	VILHENA, Fernando	[CNS/CNE; AEP]. Inspetor de Núcleo do CNS/CNE Aveiro (1928/Mar). Expulsão do CNS/CNE (1928/Out), talvez por boatos sobre a monarquia durante o II Acampamento Nacional em Cacia. Escoteiro-Chefe do AEP Gr. 62-Aveiro (1929/Dez-1933/Jun). Comissário da AEP Zona de Aveiro (1930/Out).
2671.	VILHENA, Fernando José Gonçalves de	[CNS/CNE]. (n. 1912/Out/16). Estudante. Chefe de Alc. 76-Évora (1936/Jun).
2672.	VILHENA, Heitor de	[UAP]. Vice-Presidente do Gr. 28-Paranhos em substituição de Daniel Marques (1922/Mai).
2673.	VILHENA, João	[EPI]. Guia de Patrulha nos <i>Escoteiros Portugueses Independentes</i> , em Lisboa. Nomeado secretário do Conselho de Propaganda dos EPI (1919).
2674.	VINAGRE, Eugénio	[CNS/CNE]. Ajudante do Gr. 66-Ovar (1934/Fev-Mar). Chefe do Gr. 66 (1934/Abr). Chefe da Alc. 52-Ovar (1936/Fev).
2675.	VIOLANTE, Nelson Guerreiro	[CNS/CNE]. Secretário do Gr. 45-Lisboa (1933/Nov-1934/Mai).
2676.	VIRGOLINO, José	[VP]. Tenente. Fundador dos <i>Vigias de Portugal</i> em Leiria (1933/Jul).
2677.	VIROTE, António	[UAP]. Membro da Direção do Gr. 27-Museu da Artilharia, Lisboa (1929/Ago).
2678.	VITAL,	[UAP]. Membro da direção do Gr. 30-Cedofeita, Porto (1930/Ago).

W

2679.	WALTON, T. F.	[AGP]. Tesoureiro do Comité Executivo da Companhia do Funchal (década 1930).

- 2680. WIBORG, Sigwald de Salazar** [AEP]. De origem norueguesa. Entrada no Gr. 1-Lisboa como escoteiro sénior em 1918. Comissário das Relações Internacionais da AEP (1927/Set). Representante da AEP no projecto da *Federação Escotista de Portugal* (1928/Mar). Membro da Comissão para novo regulamento interno (1929/Dez). Na crise de 1930, candidatou-se ao cargo de Comissário Internacional no projecto do Coronel Pires Monteiro. Representante do Gr. 52-Aveiro na Conferência Nacional de Dirigentes em Lisboa (1931). Vogal da Comissão Permanente (1934/Jan).

X

- 2681. XAVIER, Álvaro** [AEP]. Secretário do Gr. 5-Alcântara (1915/Jan).
- 2682. XAVIER, Domingos** [UAP]. (f. 1930/Dez). Presidente da Comissão Organizadora do Gr. 2-Porto (1930/Dez)
- 2683. XAVIER, João** [AEP; UAP]. Escoteiro-Chefe de um grupo no Porto, pelo menos até 1929. Adail dos adueiros marítimos no Gr. 2-Porto (1933/Fev).
- 2684. XAVIER, João Eduardo de Matos Lemos** [AEP]. Presidente do Gr. 5-Alcântara, Lisboa (1915/Ago).

Z

- 2685. ZOLÁ,** [AEP?] Escoteiro-Chefe de Grupo Porto (1931?).

FONTES:

Archivio AGESCI - Associazione Guide e Scouts Cattolici Italiani – Roma

Revista Lo Scout Italiano (1922)

Arquivo da Associação das Guias de Portugal (Sede Central)

Dossier Arquivo Histórico, 1º, 1930-1946 [documentação não-classificada]

Arquivo da Associação das Guias de Portugal (Companhia do Funchal)

Correspondência Denise Lester, 1931-1932 [documentação não-classificada]

Arquivo da Associação dos Escoteiros de Portugal - Gr. 7 - Lisboa

Correspondência histórica [documentação não-classificada]

Arquivo da Associação dos Escoteiros de Portugal - Gr. 9 - Olival Basto

Ordens de Serviço e Correspondência [documentação não-classificada]

Arquivo da Associação dos Escoteiros de Portugal – Gr. 94 – Lisboa

Periódicos associativos

Arquivo da Associação dos Escoteiros de Portugal (Sede Central, Lisboa)

Caixa 0.250 “Identificação - Boletins de Registo (Escoteiros) (ordem alfabética de nomes)” [documentação não-classificada]

Arquivo da Escola Profissional Raul Dória, Porto

Anuário da Escola Raul Dória (1915-1916)

Arquivo da Escola Secundária Gil Vicente, Lisboa

Correspondência do AEP Gr. 14 – Liceu Gil Vicente [documentação não-classificada]

Arquivo da Liga de Combatentes

Fundo Cruzada das Mulheres Portuguesas:

- Caixa 2 (1921);
- Caixa “Periódicos”;
- Caixa Expediente Diverso;
- Caixa 3 “Assembleia Geral. Actas”;
- Caixa 4 “Boletins de Inscrição e expediente diverso”

Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

- Requerimento da Associação dos Escoteiros de Lisboa (1915; Cota atual Caixa 724; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13124);
- Requerimento da Associação dos Escoteiros de Portugal (1913; Cota atual Caixa 131; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/01025);
- Requerimento da Associação dos Escoteiros Lusitanos (1915; Cota atual Caixa 724; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13120);
- Requerimento da Associação dos Escoteiros Luzes (1915; Cota atual Caixa 723; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13106).
- Requerimento da Associação dos Escoteiros Voluntários Portugueses (1918; Cota atual Caixa 724; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13136);
- Requerimento da Liga Portuguesa de Scouts (1924; Cota atual Caixa 4748; Código de referência PT/SGMAI/GCBRG/H-B/001/04111);
- Requerimento do Corpo de Scouts Católicos Portugueses (1923; Cota atual Caixa 4748; Código de referência PT/SGMAI/GCBRG/H-B/001/04110);
- Requerimento do Grupo de Escoteiros Maqueiros Portugueses Independentes (1918; Cota atual Caixa 747; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13531);
- Requerimento do Grupo dos Escoteiros Lusitanos (1918; Cota atual Caixa 747; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13553);
- Requerimento do Grupo dos Escoteiros Voluntários Portugueses (1918; Cota atual Caixa 737; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13417);

- Requerimento do Grupo Escoteiros Humanitários Portugueses (1918; Cota atual Caixa 753; Código de referência PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13735);
- Requerimento do Núcleo de Scouts Martins Sarmiento (1924; Cota atual Caixa 4757; Código de referência PT/SGMAI/GCBRG/H-B/001/04675);

Arquivo da St. Julian's School, Carcavelos

Correspondência (1949) [documentação não-classificada]

Arquivo Distrital do Porto

Fundo AC/GCPRT *Governo Civil do Porto*; Subfundo “Processos de aquisição, alteração ou extinção de personalidade jurídica de associações”:

- Requerimento da Ala dos Legionários de Nun'Álvares (1930; Código de referência: PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/00284);
- Requerimento da Associação Ala dos Legionários de Nun'Álvares de Jovim (1928; Código de referência PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/00280);
- Requerimento da Associação dos Scouts Portucalenses (1921; Código de referência: PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/01430).

Arquivo do Centro Científico e Cultural de Macau

Processo 4984: *Contrato de prestação de serviço celebrado entre a Comissão Directora da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses e George Franklin Nightingale, para o cargo de professor da escola comercial* (4 de setembro a 21 de outubro de 1915; Cód. MCAHM/AC/218/883/B.G3).

Arquivo do Instituto Camões, Lisboa

Fundo *Instituto da Alta Cultura [Ministério da Instrução Pública]*, Subfundo “Associação dos Escoteiros de Portugal” (1935-1937; Código de referência: PT/MNE/CICL/IC-1/01211/09).

Arquivo do Ministério da Educação

- Fundo *Ministério do Comércio e Comunicações*, Subfundo “Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial”, Livro nº 15, Ano 1924, Proc. 1247;
- Fundo *Escola Comercial Rodrigues de Sampaio/EDCMI*:
 - Correspondência Expedida (1918-1921), Cx. 8;
 - Correspondência Recebida (1916-1920), Cx. 5;
 - Correspondência Recebida (1931-1935), Cx. 7.

Arquivo familiar de Nazim Samsudin e Tohar Pradhan (Damão, Índia)

Memorabilia e fotografias do grupo de escoteiros ismailis damanenses (acervo particular)

Arquivo Histórico de Moçambique

- Fundo *Administração do Concelho de Lourenço Marques*; Subfundo “Agremiações Regionais de Recreio, Defesa, Desporto e Estudo”;
- Fundo *Administração do Concelho de Lourenço Marques*; Subfundo “Militar. Comunicações de carácter geral (1919-1927)”;
- Fundo *Câmara Municipal de Lourenço Marques*; Subfundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”; Sala 8; Estante Ee3; Caixa 85; Proc. Nº 134 “Associação dos Escoteiros de Portugal”;
- Fundo *Câmara Municipal de Lourenço Marques*; Subfundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”; Sala 8; Estante Ef2; Caixa 103; Proc. Nº 57 “Camara Municipal de Springs”;
- Fundo *Câmara Municipal de Lourenço Marques*; Subfundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”; Sala 8; Estante Ef3; Caixa 107; Proc. Nº 82 “East Rand Central Boy Scouts Local Association”;
- Fundo *Câmara Municipal de Lourenço Marques*; Subfundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”; Sala 8; Estante Ef3; Caixa 108; Pasta “Associação dos Escoteiros de Portugal”;
- Fundo *Câmara Municipal de Lourenço Marques*; Subfundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”; Sala 8; Estante Ef3; Caixa 109; Proc. 7 “East Rand Central Boy Scouts Association”;
- Fundo *Câmara Municipal de Lourenço Marques*; Subfundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”; Sala 8; Estante Fa1; Caixa 122; Proc. 228 “A.S. Nel”;
- Fundo *Câmara Municipal de Lourenço Marques*; Subfundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”; Sala 8; Estante Fa13; Caixa 125; Proc. 75 “J. A. Spear”;
- Fundo *Câmara Municipal de Lourenço Marques*; Subfundo “Correspondência Recebida de Entidades Particulares”; Sala 8; Estante Fa2; Caixa 128; Proc. 5 “Voortrekkerspers Beperk”;

- Fundo *Direcção dos Serviços de Administração Civil – Século XX*, Caixa 346; Processo nº 3-S - “Organizações de Escuteiros”;
- Fundo *Educação – Século XX*, Caixa 100; Processo nº J-5, Vol. Nº 1 - “Mocidade Portuguesa”;
- Fundo *Educação – Século XX*, Caixa 136; Processo nº 3-S - “Organizações de Escuteiros”;

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Fundo arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, «Projecto de regulamento de Organização da Mocidade Portuguesa» (Documento composto; 1937-1944; Código de referência: PT/AHPL/PAT14-SP/C-03-01/01/001).

Arquivo Histórico Militar

- *Pedidos de apoio realizados entre 1931 e 1964* (Código de referência: PT/AHM/FO/6/L/54/Caixa 909);
- *Fotografias de grupos de escoteiros em 1914* (Código de referência: PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR/1/685 e 686);
- *Listas de voluntários da Associação de Escoteiros de Portugal e de voluntários civis a oferecerem-se para a defesa da República em janeiro/fevereiro de 1919* (Código de referência: PT/AHM/DIV/1/37/24/1);
- *Folheto da autoria de Cansado Gonçalves, intitulado "História da Bandeira Nacional" contada aos escoteiros (1930)* (Código de referência: PT/AHM/DIV/3/25/3/12).

Arquivo Histórico Social – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Fundo Pinto Quartin:

- *Associação dos Escoteiros de Portugal - [Convite]* (1925; Código de referência: PT-AHS-ICS-PQ-P-383);
- *Conferência Nacional de Escotismo, 1 [Lisboa], (1925; Código de referência: PT-AHS-ICS-PQ-P-342)*

Arquivo Municipal Sofia de Mello Breyner - Vila Nova de Gaia

Livro de Registo de Requerimentos, 1921/Março

Arquivo Municipal do Porto

Fundo *Copiador Geral*: A-PUB/2052, ofício 461(1920-Ago-20); A-PUB/2059, ofício 317 (1924-Fev-04); A-PUB/2062, ofício 369 (1925-Mai-29); A-PUB/2063, ofício 298 (S/D); A-PUB/2066, ofício 16 (1926-Ago-14); A-PUB/2066, ofício 145 (1926-Set-08); A-PUB/2066, ofício 235 (1926-Out-04); A-PUB/2067, ofício 13, 158 (1927-Jan-04); A-PUB/2067, ofício 196 (1927-Jan-11); A-PUB/2068, ofício 193 (1927-Mai-07); A-PUB/2068, ofício 300 (1927-Mai-30); A-PUB/2072, ofício 376 (1928-Mai-19); A-PUB/2076, ofício 420 (1929-Mai-21); A-PUB/2077, ofício 222 (1929-Jul-10); A-PUB/2078, ofício 18 (1929-Set-03); A-PUB/2080, ofício 187 (1930-Abr-12); A-PUB/2080, ofício 415 (1930-Mai-30); A-PUB/2081, ofício 59 (1930-Jun-30); A-PUB/2081, ofício 238 (1930-Ago-13); A-PUB/2081, ofício 448 (1930-Set-22); A-PUB/2082, ofício 224 (1930-Nov-17); A-PUB/2082, ofício 261 (1930-Nov-25); A-PUB/2082, ofício 287 (1930-Dez-02); A-PUB/2082, ofício 489 (1931-Jan-13); A-PUB/2083, ofício 466 (1931-Abr-29); A-PUB/2084, ofício 314 (1931-Jul-22); A-PUB/2085, ofício 196 (1931-Out-16); A-PUB/2088, ofício 355 (1933-Out-17); A-PUB/2090, ofício 315 (1933-Jun-03); A-PUB/2092, ofício 46 (1933-Dez-26); A-PUB/2094, ofício 181 (1934-Dez-15);

Fundo *Documentos originais*, Vol. 5, Livro 101, Fol. 5 «Associação dos Escoteiros de Portugal, 26º Grupo».

Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Fundo *Agência Geral do Ultramar*, “Liceu da Huila – Angola”, cx. 9, n.º 4772 (década de 1930; Código de referência: PT/TT/AGU/001/004772);
- Fundo *Arquivo Oliveira Salazar*, “Ordem Lusa” (década de 1930; Cota: AOS/CO/ED-1C, 13ª SD, P1); “Manuel das Dores” (1934-Mai-14; AOS/CO/ED-1D, Pasta 6, 1ª Subdivisão); “António Ferro” (1934-Fevereiro-20; AOS/CO/ED-1D, Pasta 6, 2ª Subdivisão).
- Fundo *Ministério do Interior*, “Processos de correspondência recebida do Distrito de Lisboa (1935-Jul-04; Ofício nº 93, 0-1/130; Código de referência: PT/TT/MI-DGAPC/E/3/36 ****83/A – O-1/60);
- Fundo *Presidência do Conselho de Ministros*, “Exposição relativa à situação do escutismo português” (1936; Código de referência: PT/TT/SGPCM-GPC/0300/00003).

Biblioteca Municipal da Lousã (Arquivo)

Fundo *Álvaro Viana de Lemos*: Arquivador nº 5 (1920-1925); Arquivador nº 7 (1931-1934); Arquivador nº 22 (sem data).

Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, Angra do Heroísmo, Açores

Fundo *António Joaquim de Sousa Júnior*, doc. "Junta Regional do Sul da União dos Adueros de Portugal" (1924; Código de referência: PT/BPARLSR/PSS/AJSJR/DFP/001-021)

Centro de Documentação Escutista /Museu do Corpo Nacional de Escutas (Lisboa)

Fundo *Junta Central* [documentação não-classificada]

Fundo *Junta Regional de Lisboa* [documentação não-classificada]

Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa

Fundo *Arquivo Professor António Lino Neto*

Centro de Interpretação e Documentação do Escotismo – Museu dos Escoteiros de Portugal

Livro “Ordens de serviço dos adueiros de Portugal Grupo nº 11, do nº 84 de 05 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925” [documento não-indexado].

Scout Association Archive, Gilwell Park (Chingford, Londres)

Correspondência de Robert Baden-Powell [documentação não-classificada]

FONTES LEGISLATIVAS:

Decreto / Portaria	Assunto
Decreto nº 3120-B, de 10 de maio de 1917	Associação dos Escoteiros de Portugal
Decreto nº 5314, de 27 de março de 1919	Instrução Militar Preparatória
Decreto nº 6277, de 13 de dezembro de 1919	União dos Adueros de Portugal
Decreto nº 8132, de 08 de maio de 1921	Associação dos Escoteiros de Portugal
Decreto nº 7604, de 20 de julho de 1921	Pioneiros [do Ministério da Guerra]
Decreto nº 10.339, de 24 de novembro de 1921	Autorização do uniforme da AEP nas escolas
Decreto nº 9158, de 02 de outubro de 1923	Associação dos Escoteiros de Portugal
Portaria nº 3824, de 26 de novembro de 1923	Corpo de Scouts Católicos Portugueses
Decreto nº 9729, de 26 de maio de 1924	Corpo de Scouts Católicos Portugueses
Decreto nº 9791, de 12 de junho de 1924	Associação dos Escoteiros de Portugal
Decreto nº 10.289, de 12 de novembro de 1924	AEP/Escolas do Minist. do Comércio e Telecomunicações
Portaria nº 4283, de 21 de novembro de 1924	Redução de tarifa nos Caminhos-de-Ferro para a AEP
Decreto nº 10.589, de 14 de fevereiro de 1925	Corpo Nacional de Scouts
Decreto nº 10.647, de 26 de março de 1925	AEP / União dos Adueros de Portugal
Decreto nº 11.199, de 29 de outubro de 1925	Associação dos Escoteiros de Portugal
Decreto nº 13.086, de 26 de janeiro de 1927	Asilo D. Maria Pia
Decreto nº 21.397, de 23 de junho de 1932	Associação dos Escoteiros de Portugal
Decreto nº 21.434, de 29 de junho de 1932	Organização Escotista de Portugal
Decreto nº 23.760, de 11 de abril de 1934	Organização Escotista de Portugal
Portaria nº 7831, de 28 de maio de 1934	Associação das Guias de Portugal
Portaria nº 8087, de 26 de abril de 1935	Associação das Guias de Portugal nas Colónias
Lei nº 1941, de 11 de abril de 1936	Junta de Educação Nacional / Mocidade Portuguesa
Decreto nº 26.611, de 19 de maio de 1936	Mocidade Portuguesa
Portaria nº 8488, de 13 de julho de 1936	Revogação da Organização Escotista de Portugal

Decreto nº 26.893, de 15 de agosto de 1936
Decreto nº 29.453, de 17 de fevereiro de 1939

Obra das Mães pela Educação Nacional
Mocidade Portuguesa nas Colónias

FONTES PERIÓDICAS ASSOCIATIVAS:

- *A Alvorada. Publicação quinzenal* [Dir. João Paulo O. Braga; 1923];
- *A Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts* [Dir. P.º A. Avelino Gonçalves; 1925-1939];
- *A Patrulha. Órgão do Corpo de Escoteiros da Cruzada das Mulheres Portuguesas* [1924-Jul];
- *A Voz da Razão. Quinzenário de Literatura, Arte e Aduarismo* [Dir. Pinto Gomes; 1921];
- *Águia de Portugal. Órgão do Grupo nº 31 dos Escoteiros de Portugal* [Dir. Eduardo de Macedo; 1927];
- *Alerta. Órgão do 14º grupo de Escoteiros da A.E.P.* [Dir. J. Ramos; 1922];
- *Alerta. Órgão oficial do Corpo Nacional de Scouts da Madeira* [Ed. Eurico Gomes; 1932-1934];
- *Brownsea. Órgão informativo trimestral do Grupo 36 da Associação dos Escoteiros de Portugal* [Dir. Nurala Nurdin; 1981];
- *Condestável. Propriedade da Alcateia de Santa Isabel de Coimbra* [Dir. P.º Júlio dos Santos; 1927];
- *Escotismo* [Comissão Redatora: Cansado Gonçalves, Carlos Centeno, Henrique de Barros, Ruy Santos; 1930];
- *Escotismo. Órgão de propaganda, informação e educação dos Escoteiros de Portugal* [Ed. Ruy Santos; 1933];
- *Escotismo. Órgão oficial dos “Escoteiros de Portugal”* [Ed. Ruy Santos; 1936-1937];
- *O Aduar. Órgão mensal do grupo de adueiros Baden-Powell* [Red. António Álvaro Dória; 1921];
- *O Aduero de Portugal. Órgão de Propaganda e Instrução Adueria* [Dir. Mário Pereira Soares; 1925-1927];
- *O Aduero do Sul. Órgão de propaganda aduarista* [Dir. Manuel dos Santos Domingos; 1922];
- *O Aduero. Boletim da União dos Adueros do Norte de Portugal* [Dir. A.C. Barros Basto; 1914-1916];
- *O Aduero. Revista Mensal Ilustrada* [1918-1922];
- *O Escoteiro da Huíla. Boletim do Grupo 87 da A.E.P.* [1936];
- *O Escoteiro de Coimbra. Número comemorativo da fundação do 1º grupo da A.E.P. em Coimbra* [1927];
- *O Escoteiro de Sintra. Número único* [Ed. João Henrique Pereira Soares; 1944];
- *O Escoteiro. Órgão oficial da Associação dos Escoteiros de Portugal* [Dir. A.J. Sá Oliveira; 1915-1918];
- *O Escoteiro. Órgão oficial da Associação dos Escoteiros de Portugal* [Ed. Fausto Leite; 1923-1924; 1926; 1928-1930];
- *O Escoteiro. Órgão oficial da Associação dos Escoteiros de Portugal* [Ed. Franklin de Oliveira; 1941-1942];
- *O Escotismo. Órgão do Gr. Nº 22 da Associação dos Escoteiros de Portugal* [Dir. António Azedo; 1922];
- *O Piparote. Quinzenário independente, literário, humorístico e de propaganda do Aduarismo* [Dir. Luís Carlos Machado; 1920];
- *O Scout de Portugal. Órgão de propaganda do “scouting” português* [Dir. Floriano Barros; 1924];
- *O Scout. Órgão do 26º Grupo de Escoteiros de Portugal* [1918-Jun];
- *O Scout. Órgão oficial da Região do Porto do C. N. S.* [Dir. Alberto Pinto Saraiva; 1926];
- *Scout Lusitano. Número único* [Dir. Alberto Ferreira de Almeida Neto; 1927];
- *Sempre Pronto. Jornal de escoteiros e para escoteiros* [Dir. Cosme Vieira Leitão; 1921];
- *Sempre Pronto. Mensário* [Ed. Eduardo Ribeiro; 1945-1960];
- *Sempre Pronto. Periódico de informação e divulgação escotista* [Dir. Aziz Aly Noorali; 1972].
- *Sempre Pronto. Semanário do Grupo de Escoteiros nº 31* [Red. Neto Mendes; 1925-1926];

FONTES PERIÓDICAS GENERALISTAS, RELIGIOSAS E DESPORTIVAS:

- *A Cruzada. Boletim paroquial da Arquidiocese de Braga* [Braga; Dir. Manuel Pereira Júnior; 1923];
- *A Montanha. Diário do Partido Republicano Portuguez* [Porto; Red. Bartolomeu Severino; 1911-1912];
- *A Notícia Ilustrada. Publicação quinzenal* [Lisboa; Dir. Ayres de Carvalho; 1913-Nov-01];
- *A Ordem. Diario Catholico da Manhã* [Lisboa; Dir. Camossa Saldanha; 1916-1919];
- *A Província. Jornal do Partido Republicano Português* [Goa, Índia; Dir. Pereira Batalha; 1920-1926];
- *A Razão. Semanário Republicano* [Guimarães; Dir. David de Oliveira; 1923];
- *A voz da justiça. Bi-semanário republicano* [Figueira da Foz; Dir. Manuel Jorge Cruz; 1924];

- *A voz da juventude. Órgão da Juventude Católica de Lisboa* [Lisboa; Dir. Zuzarte de Mendonça; 1910-1915];
- *A Voz de São Francisco Xavier. Boletim da Arquidiocese Primacial de Goa e Damão e Patriarcal das Índias Orientais* [Goa, Índia; Dir. P.^e Castilho de Noronha; 1931-1942];
- *A Voz do Pastor* [Porto; Dir. A. Bernardo da Silva; 1921-1925];
- *A Voz. O diário de maior assinatura em Portugal* [Lisboa; Dir. J. Fernando de Sousa; 1934];
- *Acção Catholica. Boletim Archidiocesano* [Braga; Dir. Manuel Pereira Júnior; 1916-1923];
- *Avante. Órgão da Acção Escolar Vanguarda* [Lisboa; Dir. Ernesto de Oliveira e Silva; 1934-1935];
- *Boletim da A.C.M. Órgão e propriedade da Associação Cristã da Mocidade* [Lisboa; Dir. António de Sousa; 1927-1931];
- *Boletim da A.C.M. Órgão e propriedade da Associação Cristã da Mocidade* [Porto; Dir. José António Fernandes; 1908-1931];
- *Boletim mensal da Secção Cadete da Associação Cristã da Mocidade* [Lisboa; 1925-1926];
- *Boletim mensal. Cruzada das Mulheres Portuguesas* [Lisboa; Ed. Ana de Castro Osório; 1921-1922];
- *Comércio da Beira. Quinzenário* [Beira, Moçambique; Ed. José Fernandes Caeiro; 1932-1937];
- *Diário do Alentejo. Jornal da tarde, porta-voz regionalista* [Beja; Ed. Carlos Marques; 1932-1936];
- *Diário do Minho* [Braga; Dir. Joaquim António Pereira Villela; 1919-1925];
- *Eco Pacense. Órgão oficial da Diocese de Beja* [Beja; Dir. Cónego João Eduardo Marques; 1924-1928];
- *Gazeta de Coimbra* [Coimbra; Dir. João Ribeiro Arrobas; 1911-1938];
- *Ilha azul. Quinzenário Literário e Humorístico* [Horta, Açores; Dir. António Cunha Correia Jr.; 1935-1938];
- *Ilustração Portuguesa. Edição semanal de O Século* [Lisboa; Dir. J.J. da Silva Graça; 1908-1935];
- *Insula. Revista Mensal Ilustrada* [Ponta Delgada; Ed. Eduardo Pereira Nunes; 1932-Abr];
- *Joaninha. Jornal das raparigas* [Lisboa; Ed. António Maria Lopes; 1936];
- *Lourenço Marques Guardian. Mozambique's oldest and most influential paper* [Lourenço Marques, Moçambique; Dir. H. E. Hall; 1923-1939];
- *Magazine of the High School of the Sacred Heart of Jesus* [Goa, Índia; 1933-1937];
- *Modas e Bordados. Vida feminina* [Lisboa; Dir. Isabelle Gaizey de Carvalho; 1912-1936];
- *Montijo. Semanário Republicano de Propaganda e Defesa dos Interesses do Concelho do Montijo* [Montijo; Dir. Guilherme Ribeiro da Costa; 1930-1933];
- *Mossamedes. Semanário defensor dos interesses do distrito* [Moçâmedes, Angola; Dir. Joaquim Augusto Monteiro; 1932-1937].
- *Notícias de Coimbra. Folha independente* [Coimbra; Dir. João Henriques; 1907-1911];
- *Notícias. Diário da Manhã* [Lourenço Marques, Moçambique; Ed. Manuel Simões Vaz; 1926-1939];
- *Novidades* [Lisboa; Dir. Eduardo Noronha, 1913-1924];
- *Novos de Portugal. Boletim do "Núcleo de Propaganda Educativa"* [Lisboa; Dir. M. Gomes dos Santos; 1932-1941];
- *Nuevos jóvenes. Órgano del Colegio de San José en Curia y de la Residencia Universitaria de Valladolid* [Curia, Anadia; 1934-1936];
- *O amigo da infância. Ilustração evangélica, dedicada às creanças* [Porto; 1907-1924];
- *O Apostolado. Pela fé, pela Pátria: secção popular do "Boletim da Diocese de Angola e Congo"* [Luanda, Angola; 1935-1939];
- *O Bejense. Semanário Republicano* [Beja; Dir. Gomes Palma; 1911-1936];
- *O Cidadão Soldado. Boletim mensal da Instrução Militar Preparatória em Portugal* [Lisboa; Dir. Gonçalves Neves; 1913-1914];
- *O Comércio da Ajuda. Órgão de publicação quinzenal, anunciador, noticioso e defensor dos interesses da freguesia da Ajuda* [Lisboa; 1931-1934];
- *O Comércio da Póvoa de Varzim. Jornal republicano e defensor dos interesses locais* [Póvoa de Varzim; Ed. António dos Santos Graça; 1909-1926];
- *O Comércio do Porto* [Porto; Dir. Bento Carqueja; 1908-1936];
- *O jornal. Diário da manhã* [Funchal; Dir. Manuel Sardinha; 1932-1939];
- *O Jovem-Luso. Boletim da União Cristã da Mocidade* [Lisboa; Dir. Eduardo Moreira; 1917-1919];
- *O nosso seminário* [Serpa; Dir. P.^e Joaquim Lourenço; 1932-1934];
- *O Operário. Semanário* [Beja; Dir. João Marcelino; 1911-1914];
- *O Povo do Norte. Semanário do Partido Republicano Liberal* [Vila Real; Dir. Adelino Samardã; 1917-1933].
- *O Século* [Lisboa; Red. Magalhães Lima; 1908-1936];

- *O Semeador. Pequena revista de Estudos, Factos e Pensamentos* [Coimbra; Dir. Joaquim Leite Júnior; 1909-1911];
- *Os Novos. Folha quinzenal académica* [Lisboa; Dir. Braga Paixão; 1908];
- *Os Sports. Bi-Semanário de Propaganda de Educação Física* [Lisboa; Dir. Raul de Oliveira; 1919-1939];
- *Portugal Evangélico* [Porto; Dir. Alfredo H. da Silva; 1920-1943];
- *Relatórios apresentados á Comissão Central sobre os serviços prestados nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 1915 em Lisboa e Porto* [Lisboa; Ed. Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha; 1915];
- *Revolução. Diário Académico Nacionalista da tarde* [Lisboa; Ed. José de Almeida Carvalho; 1932-1933];
- *Sporting. Semanário desportivo ilustrado* [Porto; Dir. Lobão de Carvalho; 1921-1936];
- *The Anglo Portuguese News. The only English newspaper published in Portugal* [Lisboa; Dir. Major C. E. Wakeham; 1937-1940];
- *The Hong Kong Telegraph* [Hong Kong, China; 1910-Jul-22]
- *The Oporto British Church. Monthly Magazine* [Porto; Dir. J. Grant Richardson; 1932-1938];
- *Triângulo vermelho. Revista mensal ilustrada* [Lisboa; Dir. Eduardo Moreira; 1920-1922];

BIBLIOGRAFIA:

- Adey, Peter. 2010. «The Flesh of the Aerial Youth». Em *Aerial Life: Spaces, Mobilities, Affects*, 41–45. RGS-IBG Book Series. Chichester; Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Akhtar, Iqbal S. 2014. «Religious Citizenship: The Case of the Globalised Khoja». *African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie* 18 (1): 27–48.
- Alexander, Kristine. 2012. «Can the Girl Guide Speak? The Perils and Pleasures of Looking for Children’s Voices in Archival Research». *Jeunesse: Young People, Texts, Cultures* 4 (1): 132–45. <https://doi.org/10.1353/jeu.2012.0007>.
- . 2017. *Guiding modern girls: girlhood, empire, and internationalism in the 1920s and 1930s*. Vancouver: UBC Press.
- Alexandre, Valentim. 2000. «A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)». Em *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*, 219–29. Biblioteca das ciências do homem. História 19. Porto: Edições Afrontamento.
- Almeida Aguiar, Antonio S. 1999. «Intento de establecer un batallón escolar en Las Palmas de Gran Canaria a principios del siglo XX». *Boletín Millares Carlo*, n.º 18: 73–86.
- . 2004. «Escultismo y educación física en Canarias (1912-1920)». *Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, n.º 8. <http://revistavegueta.ulpgc.es/ojs/index.php/revistavegueta/article/view/12>.
- . 2022. «“Der Marsch zum Führer”. Los documentales y noticiarios en el adoctrinamiento de la juventud en la Alemania nazi». *Historia y Memoria de la Educación*, n.º 16 (junho): 141–72. <https://doi.org/10.5944/hme.16.2022.31842>.
- Almeida, Ana Cristina de Oliveira. 2012. «Mantendo Portugal vivo em Damão e na diáspora: a música como escudo identitário e simbólico». Em *Goa: passado e presente*, editado por Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, 365–76. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Centro de História de Além Mar.
- Almeida, João Miguel. 2008. *A oposição católica ao Estado Novo, 1958-1974*. 1. ed. Coleção História hoje 01. Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- Álvarez-Pimentel, Ricardo José. 2017. «Guerra Fría, Guerra Cristera, Guerreras Católicas: el conservadurismo y feminismo católico de la Juventud Católica Femenina Mexicana (JCFM), 1926-1939». *Nuevo mundo Mundos nuevos*, outubro. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.71299>.
- Alves, Daniel Ribeiro. 2012. *A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*. Chamusca: Cosmos.
- Anderson, Benedict. 2017. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Antas Ramos, José Luis. 2022. «Adolfo Revuelta Fernández, o “Tissié español”: a sua etapa en Santiago de Compostela (1903-1923)». *Sarmiento. Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación* 26 (agosto): 59–85. <https://doi.org/10.17979/srgphe.2022.26.0.9238>.
- Araújo, Alberto Filipe de, e Joaquim Machado de Araújo. 2004. *João de Barros (1881-1960). Vida, Obra e Pensamento*. Biografias, 4 3. Porto: Estratégias Criativas.
- Araújo, Ana Cristina. 1984. «Ilustração, Pedagogia e Ciência em António Nunes Ribeiro Sanches». *Revista de História das Ideias* 6: 377–94. https://doi.org/10.14195/2183-8925_6_11.

- Arceneaux, Noah. 2009. «Paul Reverses of Early Radio: The Boy Scouts and the Origins of Broadcasting». *Studies in Popular Culture* 31 (2): 81–100.
- Aresti Esteban, Nerea. 2017. «El “gentleman” y el bárbaro. Masculinidad y civilización en el nacionalismo vasco (1893-1937)». *Cuadernos de Historia Contemporánea* 39: 83–103. <https://doi.org/10.5209/CHCO.56267>.
- Arriaga, Lopes. 1976. *Mocidade portuguesa: breve história de uma organização Salazarista*. Lisboa: Terra Livre.
- Associação dos Escoteiros de Portugal, ed. 1916. *Estatutos da Associação dos Escoteiros de Portugal*. Lisboa: Tipografia Universal.
- , ed. 1925. *Novos estatutos da Associação dos Escoteiros de Portugal aprovados pelo Decreto n. 9158 de 2 de Outubro de 1923*. Lisboa: Secretaria Geral.
- Associação Nuno Álvares de Santarém, ed. 1918. *Heroe e santo*. Santarém: Associação Nun’Alvares.
- Baden-Powell, Robert. 2000. *A caminho do triunfo. A vida é um jogo - livro para jovens*. Traduzido por José Francisco dos Santos. 1.^a ed. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas.
- . 2005. *Scouting for Boys: A Handbook for Instruction in Good Citizenship*. Editado por Elleke Boehmer. 1. publ. in paperback. Oxford: Oxford Univ. Press.
- . 2012. *Escotismo para rapazes: um guia de educação para a cidadania*. Traduzido por Rosário Morais da Silva. 2a ed. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal.
- Baffi, Sandro. 2013. «Laïcité et enseignement en France au XXe siècle: Une conquête, un affrontement, un questionnement». Em *Laicidade, religiões e educação na Europa do Sul no século XX*, editado por Joaquim Pintassilgo, 37–54. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Barclay, Vera C. 1935. *Como se dirige uma alcateia*. Traduzido por João Parente. Braga: Tip. Augusto Costa.
- Barros, João de. 1916. *Educação republicana*. Lisboa Paris: Bertrand Aillaud.
- Bar-Yosef, Eitan. 2009. «Fighting Pioneer Youth: Zionist Scouting in Israel and Baden-Powell’s Legacy». Em *Scouting Frontiers: Youth and the Scout Movement’s First Century*, editado por Tammy M. Proctor e Nelson R. Block, 42–55. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Pub.
- Basto, A. C. de Barros, e Rubens Esaguy. 1927. *Israel*. Lisboa: Associação da Juventude Israelita Hehaber.
- Beça, Desidério. 1917a. *1º Congresso de educação física promovido pelo Ginásio Club Português: instrução militar preparatoria*. Lisboa: Papelaria e Tipografia Fernandes.
- . 1917b. *A festa da árvore e o Exercito Portuguez. Conferencia realisada na sessão solene de 27 de Fevereiro de 1916, com assistência de S. Ex^a o Presidente da República*. Lisboa: Tipografia La Bécarre.
- . 1917c. «Educação Cívica e Moral: comunicação do Major Desidério Beça». Em *Liga Nacional de Instrução - Quarto Congresso Pedagógico, Abril 1914*, 221–90. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Bergler, Thomas E. 2014. «Youth, Christianity, and the Crisis of Civilization, 1930–1945». *Religion and American Culture: A Journal of Interpretation* 24 (2): 259–96. <https://doi.org/10.1525/rac.2014.24.2.259>.

- Bernardo, Luís Pais. 2010. «The Accommodation of Islam in Portugal and the Republic of Ireland: A Comparative Case Study». Tese de mestrado em Política Comparada, Lisboa: Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais.
- Block, Nelson R. 2009. «A Well Where Others May Drink: 100 Years of Scouting History». Em *Scouting Frontiers: Youth and the Scout Movement's First Century*, editado por Tammy M. Proctor e Nelson R. Block, 2–12. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Pub.
- Bourdieu, Pierre. 2001. *Sobre a televisão*. Traduzido por Miguel Serras Pereira. 1a ed. Oeiras: Celta.
- Braga da Cruz, Manuel. 1992. «As elites católicas nos primórdios do salazarismo». *Análise Social* 27 (116–117): 547–74.
- Brás, José Viegas. 2006. «A fabricação curricular da educação física: história de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República». Tese de doutoramento em Ciências da Educação, Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Brás, José Viegas, e Maria Neves Gonçalves. 2009. «A Instrução Militar Preparatória na I República: a ginástica da educação cívica - a educação cívica da ginástica». *Vértice*, fevereiro de 2009.
- Buerman, Thomas. 2010. «The Catholic Priest and Hegemonic Masculinity in the 19th Century». Em *Making sense, crafting history: practices of producing historical meaning*, editado por Izabella Agárdi, Berteke Waaldijk, e Carla Salvaterra, 33–54. Pisa: Plus-Pisa University Press.
- Burrieza Sánchez, Javier. 2016. *Curia, un colegio en el exilio: la experiencia innovadora de los jesuitas españoles en Portugal tras su disolución por la Segunda República (1932-1936)*. Aranjuez: Xerion.
- Cadavez, Cândida. 2017. *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa, Portugal: 70.
- Caetano, Gerardo. 2006. «El asociacionismo católico como respuesta al proceso de secularización en Uruguay (1859-1919)». Em *O associativismo: das confrarias e irmandades aos movimentos sociais contemporâneos*, editado por Maria da Graça Mateus Ventura, 99–144. Actas das Jornadas de História Ibero-Atlântica. Lisboa: Portimão: Edições Colibri / Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.
- Caetano, Marcelo. 1932. *O escotismo e a sua importância na reconstrução nacional*. Lisboa: Junta Regional de Lisboa do Corpo Nacional de Scouts.
- Calabria, Candida. 2018. «Le Aquile Randagie un episodio della resistenza giovanile sotto il fascismo e le versioni cinematografiche: uno studio di caso.» Tese di Laurea, Quattromiglia (CS), Itália: Università della Calabria.
- Calero Delso, Juan Pablo. 2002. «Los curas trabucaires: Iglesia y carlismo en Guadalajara (1868-1876)». Em *Iglesia y religiosidad en España: historia y archivos : actas de las V Jornadas de Castilla-La Mancha sobre Investigación en Archivos: Archivo Histórico Provincial de Guadalajara : Guadalajara, 8-11 mayo 2001*, I:359–77. Guadalajara: Anabad Castilla-La Mancha; Asociación de Amigos del Archivo Histórico Provincial de Guadalajara.
- Cammarota, Adrián, e Karina Inés Ramacciotti. 2017. «Scoutismo católico en Argentina (1940-1960)». *Varia Historia* 33 (63): 779–806. <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000300009>.

- Campos, Agostinho de. 1918. «Escutas de Portugal e do Congo». Em *Educar na família, na escola e na vida*, 279–86. Lisboa/Rio de Janeiro: Aillaud, Bertrand ; Francisco Alves.
- Cardoso, Arnaldo Pinto. 2019. *Dr. Manuel Nunes Formigão: traços do seu perfil sacerdotal (1883-1958)*. 1a ed. [S.l.: s.n.].
- Carita, Rui, e Luís de Sousa Mello. 2003. «As revoltas das Farinhas e da Madeira». Em *Associação Comercial e Industrial do Funchal (1836-1933). Esboço histórico*, 109–14. Funchal: Edicarte.
- Carvalho, Luís Miguel, e António Carlos Correia. 2015. «A recepção da ginástica sueca em Portugal nas primeiras décadas do século XX: conformidades e dissensões culturais e políticas». *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* 37 (2): 136–43. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2014.11.018>.
- Carvalho, Rita Almeida de. 2013. *A Concordata de Salazar*. 1a. edição. Lisboa: Temas e Debates Círculo de Leitores.
- Casanova, Julián. 2005. *La Iglesia de Franco*. Biblioteca de bolsillo 124. Barcelona: Critica.
- Castelo, Cláudia. 2010. «O nacionalismo imperial no pensamento republicano». Em *A primeira república e as colónias portuguesas*, editado por José Miguel Sardica, 29–47. Lisboa: CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Castro, Sofia Alexandra Fonseca de. 2008. «Análise da revista “Flor de Lis”, enquanto exemplo de Jornalismo Temático». Tese de Licenciatura, Porto: Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/844>.
- Catroga, Fernando. 2019. «A nacionalização dos símbolos da Pátria Portuguesa». Em *Hacer naciones: Europa del Sur y América Latina en el siglo XIX*, editado por Fidel Gómez Ochoa e Manuel Suárez Cortina, 281–320. Colección Historia 139. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria.
- Cavaco, Timóteo. 2011. «O associativismo cristão para além das fronteiras confessionais: limites e relevância». Em *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, editado por António Matos Ferreira e João Miguel Almeida, 607–17. Estudos de história religiosa 10. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.
- Chakrabarty, Dipesh. 2007. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton Studies in Culture / Power / History. Princeton (N.J.): Princeton university press.
- Cholvy, Gérard, e Marie-Thérèse Chéroutre. 1994. *Le scoutisme: quel type d'homme ? quel type de femme ? quel type de chrétien ? [colloque de Chantilly, 4-6 novembre 1993]*. L'histoire à vif. Paris: les Ed. du Cerf.
- Christen, Gordon J. 2014. «Roosevelt, Boy Scouts, and the Formation of Muscular Christian Character». *Religious Studies Honors Projects*, n.º 14 (abril). https://digitalcommons.mcalester.edu/reli_honors/14.
- Cohen, Dov. 2018. «Uma aproximação à atividade literária do Capitão Barros Basto». *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 18: 61–98.
- Colpus, Eve. 2018. *Female philanthropy in the interwar world: between self and other*. London ; New York: Bloomsbury Academic.
- Comas Rubí, Francesca, Miquel March Manresa, e Bernat Sureda García. 2010. «Les pràctiques educatives de l'escoltisme de Mallorca durant la dictadura franquista a través de les fotografies». *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació*, n.º 15: 195–226. <https://doi.org/10.2436/20.3009.01.60>.

- Corpo de Scouts Católicos Portugueses. 1923. *Estatutos do Corpo de Scouts Católicos Portugueses*. Braga: Tipografia «Acção Católica».
- Correia, Pe. M. Alves. 1934. *Missões Franciscanas portuguesas de Moçambique e da Guiné : 1934*. Braga: Tip. das Missões Franciscanas.
- Costa, Fernando. 2000. «O papel da história de Portugal e dos Descobrimentos Portugueses na ideologia e na conduta das associações e organizações de juventude». Em *Os descobrimentos no imaginário juvenil: 1850 - 1950*, editado por Maria Cândida Proença, Luís Vidigal, e Fernando Costa, 1. ed, 133–200. Colecção Outras Margens. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Couto, Manuel Ferreira da Silva. 1925. *A tática aplicada do Adueiro*. Vol. 4. Biblioteca do Adueiro. Porto: Edição de Mário Antunes Leitão.
- Cova, Anne, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes, e Natividade Monteiro, eds. 2022. *Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cronin, Mike. 2005. «Catholics and Sport in Northern Ireland. Exclusiveness or Inclusiveness?» Em *With God on Their Side: Sport in the Service of Religion*, editado por Timothy Chandler e Tara Magdalinski, 1.^a ed., 20–36. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203995341>.
- Crotty, Martin. 2009. «Scouts down under: Scouting, Militarism and “Manliness” in Australia, 1908-1920». Em *Scouting Frontiers: Youth and the Scout Movement’s First Century*, editado por Tammy M. Proctor e Nelson R. Block, 74–88. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Pub.
- Cruz Orozco, José Ignacio. 2002. «Entre la clandestinidad y la legalidad. El escultismo español en el primer franquismo (1939-1953)». Em *Le scoutisme: un mouvement d’éducation au XXe siècle ; dimensions internationales ; actes du colloque international tenu à l’Université Paul-Valéry, Montpellier III, (21 - 23 septembre 2000)*, editado por Gérard Cholvy, 249–63. Montpellier: Publ. Montpellier 3.
- . 2003. «Nacionalcatolicismo en el nacionalsindicalismo. Algunos ejemplos del Frente de Juventudes». *Historia de la Educación* 22–23: 421–29.
- . 2019. «Dos modelos pedagógicos con y en la naturaleza: Los Exploradores de España y el Frente de Juventudes». *Sarmiento. Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación* 22 (julho): 37–50. <https://doi.org/10.17979/srgphe.2018.22.0.5474>.
- Culla y Clarà, Joan B. 2005. «Ni tan jóvenes, ni tan bárbaros. Las juventudes en el republicanismo lerrouxista barcelonés». *Ayer*, 51–67.
- Cunha, Maria Cristina. 2017. «Os limites da Diocese do Porto com as suas vizinhas de Braga e Coimbra. Problemas e soluções». Em *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido portugalense*, editado por Luís Carlos Amaral, 145–60. Estudos de história religiosa 21. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- Cunha, Olga. 2008. «Os adolescentes e a sexualidade: Conversas com adultos no contexto do Movimento Escutista: Estudo exploratório». Tese de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada. <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/477>.
- Darwin, Charles. 1900. *Origem das espécies*. Traduzido por Joaquim Dá Mesquita Paul. Biblioteca racionalista. Porto: Livraria Chardron, de Lelo & Irmão.
- Delmas-Marty, Mireille. 1986. *Modelos actuales de política criminal*. Colección temas penales Serie A 4. Madrid: Secretaria General Técnica, Ministerio de Justicia.

- Dias, Alfredo Gomes. 2013. «1910-1912. Álvaro de Melo Machado (governador interino)». Em *Governadores de Macau*, editado por Jorge Manuel dos Santos Alves e Paulo Jorge de Sousa Pinto, 316–23. Macau: Livros do Oriente.
- Dias, Carlos Malheiro. 1924. *Exortação à mocidade*. [S.l.]: David Jorge Pereira.
- Domingos, Nuno. 2010. «Building a Motor Habitus: Physical Education in the Portuguese Estado Novo». *International Review for the Sociology of Sport* 45 (1): 23–37. <https://doi.org/10.1177/1012690209356999>.
- . 2012. *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Dores, Hugo Gonçalves. 2015. *A missão da República: política, religião e o império colonial português, 1910-1926*. Lugar da história 87. Lisboa: Edições 70.
- . 2019. «“De utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador”: a política missionária no Império Colonial Português durante o Estado Novo (c. 1930-1960)». Em *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*, editado por Leandro Pereira Gonçalves e Maria Inácia Rezola, 1ª edição, 277–306. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Eisenstadt, Shemu’el Noah. 1997. *Fundamentalismo e modernidade: Heterodoxias, Utopismo e Jacobinismo na constituição dos movimentos fundamentalistas*. Sociologias. Oeiras: Celta Ed.
- . 2007. *Múltiplas modernidades: ensaios*. Traduzido por Susana Serras Pereira. Estudos políticos. Lisboa: Livros Horizonte.
- Espinosa, David. 2003. «“Restoring Christian Social Order”: The Mexican Catholic Youth Association (1913-1932)». *The Americas* 59 (4): 451–74.
- Farinha, Luís. 1998. *O revirinho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*. 1. ed. Histórias de Portugal 39. Lisboa: Editorial Estampa.
- . 2009. «A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores». Em *História da primeira república portuguesa*, editado por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rolo, 1ª ed, 463–84. Lisboa: Tinta-da-China.
- Faustino, Carlos António. 2007. *D. Manuel Vieira de Matos: vida e obra*. Biografias. Braga: Editorial A.O.
- Felgueiras, Margarida Louro. 2013. «A difícil e frágil emergência de um ensino privado não confessional em Portugal (final do século XIX e primeira metade do século XX)». Em *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no Século XX*, editado por Joaquim Pintassilgo, 299–320. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Ferraria, Maria José de Sousa. 2000. «Percursos burgueses na cidade do Porto : 1910-1926». Tese de Mestrado, Porto: Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18576>.
- Ferreira, Jacinto. 1952. *Esclarecimentos ao discurso proferido pelo Sr. Deputado Jacinto Ferreira, em 19 de Novembro de 1952 na Assembleia Nacional*. Lisboa: Organização Nacional Mocidade Portuguesa.
- Ferreira, José Medeiros. 1996. *O comportamento político dos militares: Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*. História de Portugal 20. Lisboa: Estampa.
- Ferreira, Nuno Estêvão, Rita Almeida de Carvalho, e António Costa Pinto. 2012. «O “império do professor”: a elite ministerial de Salazar, 1932-1944». Em *Governar em ditadura: elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, editado por António Costa Pinto, 129–43. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.

- Ferreira, Nuno Martins. 2018. *A escola normal primária de Lisboa em Benfica: 1916 - 1930*. Lisboa: Horizonte.
- Ferreira, Vitor Sérgio. 2011. «O “jovem radical” contemporâneo: novos sentidos de um qualificativo juvenil». *Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política* 1 (2): 107–27.
- Ferziger, Adam S., e Hillel D. Spielman. 2017. «Reverence and Integration: Boy Scouts, Jewish Camping and American Orthodoxy». *American Jewish History* 101 (3): 271–95.
- Fischer-Tiné, Harald. 2019. «Fitness for Modernity? The YMCA and Physical-Education Schemes in Late-Colonial South Asia (circa 1900–40)». *Modern Asian Studies* 53 (2): 512–59. <https://doi.org/10.1017/S0026749X17000300>.
- Fogarty, Richard. 2017. «Gender and Race». Em *Gender and Great War*, editado por Susan R. Grayzel e Tammy M. Proctor, 67–90. Oxford; New York: Oxford University Press.
- Fontaine, Alexandre. 2016. «Corps de cadets, bataillons scolaires et petits soldats. Un exemple de transfert éducationnel dans l’espace européen». Em *Pulverdampf und Kreidestaub: Beiträge zum Verhältnis zwischen Militär und Schule in der Schweiz im 19. und 20. Jahrhundert*, editado por Lukas Boser, Patrick Bühler, Michèle Hofmann, e Philippe Müller, 119–36. Schriftenreihe, No. 65. Bern (CH): Schweizerische Eidgenossenschaft / Bibliothek am Guisanplatz.
- Fontes, Paulo de Oliveira. 1994. «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade». *Lusitania Sacra*, 2ª, 6: 61–100. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1994.7799>.
- . 1995. «Jovens, menos jovens e a educação das novas gerações. Algumas notas sobre a condição juvenil». *Communio. Revista Internacional Católica* XIII (6): 503–14.
- . 1997. «As organizações de juventude e o movimento católico no século XX em Portugal». *História*, maio de 1997.
- . 2000a. «Catolicismo social». Em *Dicionário de história religiosa de Portugal*, editado por Carlos A. Moreira Azevedo, 1a ed, A-C:33–47. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2000b. «Escutismo». Em *Dicionário de história religiosa de Portugal*, C–I:168–71. Lisboa: Círculo de Leitores. <https://pt.calameo.com/read/002821274fcb13edb16a5>.
- . 2000c. «Imprensa Católica». Em *Dicionário de história religiosa de Portugal*, C–I:423–29. Lisboa: Círculo de Leitores. <https://pt.calameo.com/read/002821274fcb13edb16a5>.
- . 2000d. «Movimentos eclesiais contemporâneos (séculos XIX-XX)». Em *Dicionário de história religiosa de Portugal*, editado por Carlos A. Moreira Azevedo, 4:459–70. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2011. *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Textos universitários de ciências sociais e humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 2013a. «Educação, religião e laicidade em Portugal na época contemporânea: o debate acerca da “educação religiosa” na escola pública». Em *Laicidade, religiões e educação na Europa do Sul no século XX*, editado por Joaquim Pintassilgo, 223–54. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- . 2013b. «Educação, religião e laicidade em Portugal na época contemporânea: o debate acerca da “educação religiosa” na escola pública». Em *Laicidade, religiões e educação na Europa do Sul no século XX*, editado por Joaquim Pintassilgo, 223–51. Encontros de Educação. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8606>.

- . 2019. «Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século XX». Em *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*, editado por Leandro Pereira Gonçalves e Maria Inácia Rezola, 1a edição, 159–202. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Foucault, Michel. 2003. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Traduzido por Raquel Ramalhete. 27.^a ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Fraga, Luís Alves de. 2012. «A Instrução Militar Preparatória como Escola de Patriotismo na 1.^a República». 1.^o *Congresso Anual de História Contemporânea*, maio. <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/661>.
- Freire, João. 2006. «Um olhar sociológico sobre o associativismo: o clássico e o contemporâneo». Em *O associativismo: das confrarias e irmandades aos movimentos sociais contemporâneos*, editado por Maria da Graça Mateus Ventura, 15–28. Actas das Jornadas de História Ibero-Atlântica. Lisboa : Portimão: Edições Colibri ; Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.
- Freire, José Geraldes. 1976. *Resistência católica ao Salazarismo-Marcelismo*. Porto: Telos.
- Fuchs, Julien. 2003. «Les organisations de jeunesse en Alsace concordataire, 1918-1939 Pour une histoire des sociabilités»: *Staps* no 60 (1): 27–42. <https://doi.org/10.3917/sta.060.0027>.
- Fullana Puigserver, Pere. 2019. «Els Boy-Scouts a Espanya (1913-1915): desconfiances i divisions a l'episcopat espanyol». *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació*, n.º 34: 183–99. <https://doi.org/10.2436/20.3009.01.234>.
- Fullana Puigserver, Pere, e Feliciano Montero García. 2003. «Los modelos educativos juveniles del movimiento católico en España (1868-1968)». *Historia de la educación: Revista interuniversitaria*, n.º 22: 33–51.
- Garcia, José Luís. 2009. «Sobre a censura em Portugal». Em *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, 1. ed, 47–62. Lisboa, Portugal: Instituto de Ciências Sociais.
- Garrido, Álvaro. 2001. «Henrique Tenreiro — “patrão das pescas” e guardião do Estado Novo». *Análise Social* XXXVI (160): 839–62.
- . 2008. «O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”». Em *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*, editado por Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, 99–118. Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0810-5_7.
- . 2009. *Henrique Tenreiro: uma biografia política*. Temas e debates. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gauthé, Jean-Jacques. 2010. «Le camp-école de Chamarande, lieu fondateur des Scouts de France (1923-1940)». Em *Cadres de jeunesse et d'éducation populaire 1918-1971*, editado por Françoise Tétard, Denise Barriolade, Valérie Brousselle, e Jean-Paul Egret, 36–43. Paris: La Documentation française.
- Gomes, Josué Pinharanda. 1984. *Os congressos católicos em Portugal (subsídios para a história da cultura católica portuguesa contemporânea, 1870-1980)*. Lisboa: Secretariado Nac. para o Apostolado dos Leigos.
- Gonçalves, Leandro Pereira. 2017. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. 1.a edição. Lisboa, Portugal: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.

- González Calleja, Eduardo, e Fernando del Rey Reguillo. 1995. *La defensa armada contra la revolución: una historia de las «guardias cívicas» en la España del siglo XX*. Biblioteca de historia 29. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- González Castillejo, María José. 2001. «El escultismo y la socialización de la infancia en el espíritu del régimen primorriverista (Málaga, 1923-1930)». *Baetica. Estudios de Historia Moderna y Contemporánea*, n.º 23: 627–57. <https://doi.org/10.24310/BAETICA.2001.v0i23.449>.
- González, Isidro. 2011. «Los judíos y la Guerra Civil Española». Em *Religiones y Guerra Civil Española: Gran Bretaña, Francia, España*, editado por Antón M. Pazos, 149–62. Madrid : Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas ; Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento».
- Graça, Gonçalo Brito. 2013. *Padre Abílio da Silva Mendes. Fundador do escutismo católico no Barreiro*. Olhares. Barreiro: Corpo Nacional de Escutas.
- . 2017a. «Corpo Nacional de Scouts - Grupo Marítimo Nº 1, São Pedro o Pescador». *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, n.º 49: 84–91.
- . 2017b. «O Escutismo Aéreo em Portugal. História». *Revista do Ar: publicação portuguesa de aviação e defesa aérea*, setembro de 2017.
- . 2017c. «Resistências à instrução militar no escotismo português (1913-1926)». Em *Violência Política no Século XX*, editado por Pau Casanellas, João Madeira, e Ana Sofia Ferreira, 195–208. Lisboa: Instituto de História Contemporânea – NOVA FCSH. <https://ihc.fcsh.unl.pt/violencia-politica-no-seculo-xx>.
- . 2018. «Ascensão e queda do culto a Nuno Álvares Pereira no escotismo português (1923-1936)». *Forma Breve*, n.º 15: 401–11. <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/2158/1684>.
- . 2019. «The Beginnings of Air Boy-Scouts in Portugal (1935)». Em *L’aviation : L’impact Sur Le Temps et l’espace*, editado por Dominique Faria, Alan Dobson, Luís Nuno Rodrigues, e António Monteiro, 273–86. Exotopies. Paris: Éditions Le Manuscrit.
- . 2022a. «“Quereis ter bons alunos, promovei o escotismo”. Apologias e aplicabilidades do método de Baden-Powell na rede escolar de Lisboa (1913-1926)». Em *Infância(s) e juventude(s) na sociedade e educação contemporâneas*, editado por José Augusto Palhares e Almerindo Janela Afonso, 1.ª ed., 947–57. Braga: CIEd - Universidade do Minho. <https://doi.org/10.21814/1822.76457>.
- . 2022b. «Um pouco de história: quem foi o primeiro chefe nacional do CNE?» *Flor de Lis. Órgão oficial do Corpo Nacional de Escutas*, junho de 2022.
- Graça, Gonçalo Brito, e Paulo F. de Oliveira Fontes. 2020. «O escotismo e a morte em Portugal. A construção do imaginário “Eterno Acampamento”». *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer* 5 (9): 109–24. <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2020.v5i9.109-124>.
- Grossegese, Orlando. 1996. «A lição alemã na Mocidade Portuguesa». Em *Portugal-Alemanha-Africa. Do imperialismo colonial ao imperialismo político: actas do IV Encontro Luso-Alemão*, editado por António Henrique R. de Oliveira Marques, Alfred Opitz, e Fernando Clara, 185–97. Coleção Actas & colóquios 7. Lisboa: Edições Colibri.
- Guedes, V. Marques. 1931. *Educação Física: notas críticas ao método do Dr. Weiss de Oliveira*. Pôrto: Of. Gráficas da Soc. de Papelaria.

- Guimarães, J. A. Gonçalves. 2017. «A escola primária gaiense durante o Estado Novo na obra literária de Afonso Ribeiro e J. Rentes de Carvalho». Em *A história da educação em Vila Nova de Gaia*, editado por Cláudia Pinto Ribeiro e Francisco Miguel Araújo, 103–24. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- Gujamo, Rufino Carlos. 2016. «A transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004». Tese de Doutoramento em História, Lisboa: PIUDHist - Programa Interuniversitário de Doutoramento em História.
- Hansen, Patricia Santos. 2012. «Território em disputa: a escola na luta entre o republicanismo e a Igreja em Portugal (séculos XIX e XX)». *Revista Brasileira de História* 32 (64): 231–50. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200013>.
- Henriques, João Paulo. 2005. «O pioneirismo protestante na génese de organizações universalistas em Portugal». *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* Ano IV (7–8): 97–107.
- Herold Júnior, Carlos. 2015. «Corpo e Educação no Escotismo a partir da Revista O Tico Tico (1921-1933)». *Movimento (ESEFID/UFRGS)* 21 (2): 303–16. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.48695>.
- Herold Júnior, Carlos, e Alexandre Fernandez Vaz. 2015. «Educação corporal, Escotismo e Militarismo (1908-1941)». *Movimento* 21 (4): 1011–23. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.53323>.
- Honeck, Mischa. 2013. «An Empire of Youth: American Boy Scouts in the World, 1910-1960». *Bulletin of the German Historical Institute*, n.º 52 (Summer): 95–112.
- Janes, Emanuel. 1997. *Nacionalismo e nacionalistas na Madeira nos anos trinta, 1928-1936*. Coleção Memórias 16. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Jensen, Kimberly. 2017. «Gender and Citizenship». Em *Gender and Great War*, editado por Susan R. Grayzel e Tammy M. Proctor, 10–26. Oxford ; New York: Oxford University Press.
- Jerónimo, Miguel Bandeira. 2010. *Livros brancos, almas negras: a «missão civilizadora» do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- João, Maria Isabel. 2002. *Memória e império: comemorações em Portugal (1880-1960)*. Textos universitários de ciências sociais e humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Jones, Peter L. 2015. *Track two diplomacy in theory and practice*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Karim, Karim H. 2011. «Muslim Migration, Institutional Development, and the Geographic Imagination: The Aga Khan Development Network's Global Transnationalism». Em *Transnational Europe: Promise, Paradox, Limits*, editado por Joan DeBardeleben e Achim Hurrelmann, 205–21. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, UK ; New York: Palgrave Macmillan.
- Kater, Michael H. 2016. *Las Juventudes hitlerianas*. Traduzido por Alicia Frieyro Gutiérrez. (Kailas No Ficción ; 16). Madrid: Kailas.
- Kerr, Rose Gough. 1984. *Story of the Girl Guides 1908-1938*. Editado por Alix Liddell. 2nd ed. London: Girl Guides Association.
- Kim, Young-Il, Sung Joon Jang, e Byron R. Johnson. 2016. «Tying Knots With Communities: Youth Involvement in Scouting and Civic Engagement in Adulthood». *Nonprofit and*

- Kössler, Till. 2009. «Towards a New Understanding of the Child: Catholic Mobilisation and Modern Pedagogy in Spain, 1900–1936». *Contemporary European History* 18 (01): 1. <https://doi.org/10.1017/S0960777308004803>.
- Krijger, Tom-Eric. 2021. «“Uma experiência interessante”: o Estado Novo português e o cristianismo holandês nas décadas de 1930 e 1940». *Lusitania Sacra* 25: 111–36. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2012.6564>.
- Kua, Paul. 2011. *Scouting in Hong Kong, 1910-2010*. Hong Kong: Scout Association of Hong Kong.
- Kuhlman, Erika. 2017. «Gender and Resistance». Em *Gender and Great War*, editado por Susan R. Grayzel e Tammy M. Proctor, 27–45. Oxford ; New York: Oxford University Press.
- Kuin, Simon. 1993. «A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude». *Análise Social*, 1993.
- La Rovere, Luca. 2018. «Totalitarian Pedagogy and the Italian Youth». Em *The «New Man» in Radical Right Ideology and Practice, 1919-45*, editado por Jorge Dagnino, Matthew Feldman, e Paul Stocker, 19–38. London ; Oxford ; New York: Bloomsbury Academic.
- Laneyrie, Philippe. 1985. *Les Scouts de France: l'évolution du mouvement des origines aux années quatre-vingt*. Histoire. Paris: Editions du Cerf.
- Leal, Ernesto Castro. 1998. «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)». *Análise Social XXXIII* (4º) (148): 823–51.
- . 1999. *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Alvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Coleção de história moderna e contemporânea 6. Lisboa: Edições Cosmos / Difusão-Livraria Arco-Iris.
- . 2000. «Nun' Álvares: símbolo e mito nos séculos XIX-XX». *Lusitania Sacra*, 143–83.
- . 2010. «República portuguesa, secularização e novos símbolos (1910-1926)». *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 11 (0). <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3652>.
- Leandro, Andressa Barbosa de Farias, e Jean Carlo de Carvalho Costa. 2022. «“Bela escola de civismo”: o Escotismo como elemento de transformação social no Brasil». *História da Educação* 26: 1–31. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/117627>.
- Leão XIII. 1891. «Carta Encíclica “Rerum Novarum” do Sumo Pontífice Papa Leão XIII a todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a Sé Apostólica sobre a condição dos operários». Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana. https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html.
- Leite, Joana Pereira, e Nicole Khouri. 2012. *Os ismailis de Moçambique: vida económica no tempo colonial*. 1ª Ed. Tempos e espaços africanos 11. Lisboa: Colibri.
- Leite, Rita Mendonça. 2008. «Protestantismo e Republicanismo: o percurso de Eduardo Moreira, protestante e membro do Partido Republicano Português». *Lusitania Sacra* 19–20: 91–119.

- . 2009. *Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Estudos de história religiosa 6. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.
- . 2012. «Eduardo Moreira e as missões protestantes no espaço colonial português: ecos de um projeto pedagógico de evangelização na primeira metade do século XX». *Lusitania Sacra* 25: 115–25. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2012.6564>.
- Lemos, Álvaro Viana de. 1926a. *O Escotismo. Método educativo*. Secretaria-Geral da Associação dos Escoteiros de Portugal. Vol. Para os Professores e Educadores. Lisboa: Tipografia Lucas & C^a.
- . 1926b. *O Escotismo na educação: algumas palavras elucidativas ao professorado primário, normal e liceal, e outras considerações. Conferência realizada na Universidade Livre de Coimbra em 24-2-1926*. Coimbra: Minerva Central.
- Lengkeek, Yannick. 2019. «Parindra's Loyal Cadres. Fascism and Anticolonial Nationalism in Late Colonial Indonesia, 1935-1942». *International Institute for Asian Studies Newsletter*, julho de 2019.
- Lenine, Vladimir Ilyich Ulianov. 1975. *Sobre a juventude*. Traduzido por Marcos Filipe e Judite D. Cortesão. Biblioteca do socialismo científico 18. Lisboa: Estampa.
- Léonard, Yves. 1998. «II – Ideia Colonial, Olhares Cruzados (1890-1930)». Em *História da expansão portuguesa*, editado por Francisco Bethencourt e Kirti Narayan Chaudhuri, Primeira edição, IV-Do Brasil para África (1808-1930):536–50. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Lester, Margaret Denise Eileen. 1985. *Look Up: There's Always a Star. An Autobiography*. Monte Estoril: APN Sociedade Impressora.
- Liddell, Alex. 1960. *The First 50 Years*. London: The Girl Guides Association.
- Lontro, Miguel, e Pedro Monteiro. 2014. *Mini-Enciclopédia Escutista*. 3^a. Hipopótamo. Gulpilhares: Gráfica S. Miguel.
- . 2018. *Baden-Powell e o escutismo: carreira militar, vida pessoal, família, fundação do escutismo*. 1a ed. Hipopótamo. S.l.: M. Lontro P. Monteiros.
- Lousada, Isabel. 2011. «Pela Pátria: “A Cruzada das Mulheres Portuguesas” (1916-1938)». Em *100 anos do regime republicano: políticas, rupturas e continuidades*. Actas, 667–88. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Luoto, Lauri. 2022. «Shaping Alternative Education for All: Baden-Powell's Affiliation Network of Educational Reformers, 1900–1939». *History of Education* 51 (4): 541–59. <https://doi.org/10.1080/0046760X.2021.2002432>.
- Macagno, Lorenzo. 2006. *Outros muçulmanos: Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Machaqueiro, Mário Artur. 2014. «Imagens de muçulmanos em tempos de sedução colonial». Em *O império da visão: a fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, editado por Filipa Lowndes Vicente, 259–73. Extra-colecção. Lisboa: Edições 70.
- Macieira, Maria da Conceição Assis Lourenço. 2001. «A questão judaica no Portugal salazarista: Portugal no horizonte dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial contributo para uma avaliação». Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade de Lisboa.

- Maia, Rui Leandro Alves da Costa. 2009. *Discípulos de Baden-Powell: sociologia das representações e das expectativas do escutismo em Portugal*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Malheiros, Jorge Macaísta. 2000. «Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católica goesa e ismaelita. Uma interpretação a partir de Lisboa». *Lusotopie* 7 (1): 377–98.
- March Manresa, Miquel, e Bernat Sureda García. 2003. «La renovación del método educativo en las asociaciones juveniles católicas en los años sesenta del siglo XX». *Historia de la Educación* 22. <https://revistas.usal.es/tres/index.php/0212-0267/article/view/6763>.
- Marquès, Salomó. 2004. «El naixement de l'escoltisme catòlic gironí: el paper dels seminaristes i del clergat en el context preconiliar (1950-1962)». *Educació i Història: revista d'història de l'educació*, n.º 6 (julho): 56–79.
- Martí Solé, Miquel. 2014. «El escultismo en la órbita de Barbiana». *Educar(nos)*, n.º 67: 21.
- Martin, Mary Clare. 2013. «Roman Catholic Girl Guiding in Sussex, 1912-1919: Origins, Ideology, Practice». *Youth & Policy*, n.º 111 (outubro): 20.
- Martins, Jorge. 2010. *A república e os Judeus*. Sefarad 4. Lisboa: Vega.
- Martins, Jorge Carvalho. 2005. «Judaísmo e anti-semitismo em Portugal nos séculos XIX e XX: do ressurgimento das comunidades judaicas à “Obra do resgate”». Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Martins, Pedro Alexandre Guerreiro. 2015. «Sea Bathing and Seaside Tourism in Portugal in the Nineteenth and Twentieth Centuries: An Overview». *Journal of Tourism History* 7 (3): 246–67. <https://doi.org/10.1080/1755182X.2015.1114685>.
- Matos, José Nuno. 2012. «Anarquistas e Desportistas: A Batalha vs. A Batalha». Em *Futebol português: política, género & movimento*, editado por Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos, 25–45. Porto: Afrontamento.
- Matos, Luís Salgado de. 2011. *A separação do Estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote.
- Matos, Paulo Teodoro de. 2012. «A população de Goa, 1720-2011. Elementos para uma visão global». Em *Goa: passado e presente*, editado por Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, 1:177–95. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Centro de História de Além Mar.
- Matos, Sérgio Campos. 2001. «Nacionalismo e anti-iberismo. A pedagogia nacionalista da Comissão 1º de Dezembro (1890-1933)». *Eixo Atlântico: revista de pensamento do Eixo Atlântico* A mirada do outro. Para Unha Historia da educación na Península Ibérica (4): 2–13.
- Mawani, Rizwan. 2019. *Beyond the Mosque: Diverse Spaces of Muslim Worship*. World of Islam. London, UK: I.B. Tauris / Institute of Ismaili Studies.
- Maxence, Philippe. 2016. *Baden-Powell: éclaíreur de légende fondateur du scoutisme*. Éd. revue. Collection Tempus 654. Paris: Perrin.
- Mckinney, Collin. 2017. «Vestidos de negro. La indumentaria masculina del siglo XIX en España». Em *Hombres en peligro: género, nación e imperio en la España de cambio de siglo (XIX-XX)*, editado por Mauricio Zabalgoitia, 39–65. Bibliotheca iberoamericana, Vol. 167. Madrid : Frankfurt am Main: Iberoamericana ; Vervuert.
- Mea, Elvira Azevedo, e Inácio Steinhardt. 1997. *Ben-Rosh: biografia do Capitão Barros Basto, o apóstolo dos marranos*. Colecção Textos 31. Porto: Edições Afrontamento.

- Medina, João. 1979. *Salazar e os fascistas: salazarismo e nacional-sindicalismo. A história dum conflito 1932/1935*. Amadora: Bertrand.
- Mendonça, Zuzarte de. 1918. *Os escoteiros. «Boy-scouts». A sua origem, na Inglaterra, França e outros países, o juramento, a questão religiosa*. Lisboa: Tipografia César Piloto.
- Meneses, Filipe Ribeiro de. 2010. «Intervencionistas e anti-intervencionistas». Em *História da primeira república portuguesa*, editado por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, 1a ed, 267–76. Lisboa: Tinta-da-China.
- Mennen, Kristian, e Marijn Molema. 2016. «The Role of Religion in the Dutch Scout Movement (1911-1973)». *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 111 (3–4): 630–57. <https://doi.org/10.1484/J.RHE.5.111952>.
- Merali, Aziz. 2015. *Ismailis em Moçambique. memórias do sul*. Lisboa: CESA.
- Meza Huacuja, Ivonne. 2018. «Juventud, masculinidad, Estado y revolución: de los Batallones Escolares a las Tribus de Exploradores Mexicanos». *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 19. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.71883>.
- Milgram, Avraham. 2010. *Portugal, Salazar e os Judeus*. Traduzido por Lúcia Liba Mucznik. Coleção Trajectos 84. Lisboa: Gradiva.
- Miller, Susan A. 2015. «Feeling Like a Citizen: The American Legion's Boys State Programme and the Promise of Americanism». Em *Childhood, Youth and Emotions in Modern History: National, Colonial and Global Perspectives*, editado por Stephanie Olsen, 158–77. Palgrave Studies in the History of Emotions. Basingstoke New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Mills, Sarah. 2011a. «Be Prepared: Communism and the Politics of Scouting in 1950s Britain». *Contemporary British History* 25 (3): 429–50.
- . 2011b. «Scouting for girls? Gender and the Scout Movement in Britain». *Gender, Place & Culture* 18 (4): 537–56. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2011.583342>.
- . 2013. «“An Instruction in Good Citizenship”: Scouting and the Historical Geographies of Citizenship Education», abril. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-5661.2012.00500.x>.
- . 2015. «Geographies of Youth Work, Volunteering and Employment: The Jewish Lads' Brigade and Club in Post-war Manchester». *Transactions of the Institute of British Geographers* 40 (4): 523–35. <https://doi.org/10.1111/tran.12092>.
- . 2016. «Jives, Jeans and Jewishness? Moral Geographies, Atmospheres and the Politics of Mixing at the Jewish Lads' Brigade & Club 1954–1969». *Environment and Planning D: Society and Space* 34 (6): 1098–1112. <https://doi.org/10.1177/0263775816644257>.
- Mills, Sarah, e Peter Kraftl. 2014. *Informal Education, Childhood and Youth: Geographies, Histories, Practices*. Basingstoke, Hampshire New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Mills, Sarah, e James Robinson. 2012. «Being Observant and Observed: Embodied Citizenship Training in the Home Guard and the Boy Scout Movement, 1907-1945». *Journal of Historical Geography* 38 (4): 412–23.
- Mimoso, Anabela, e Bento Cavadas. 2013. *Os congressos pedagógicos do ensino secundário oficial (1927-1931)*. 1ª. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Mínguez Blasco, Raúl. 2022. «¿Curas viriles? El padre Claret y la masculinidad sacerdotal en la España del siglo XIX». *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, abril, 1–28. <https://doi.org/10.55509/ayer/811>.
- Miralles, Xavier Andreu. 2016. «Tambores de guerra y lágrimas de emoción. Nación y masculinidad en el primer republicanismo». Em *Izquierdas y derechas ante el espejo:*

- culturas políticas en conflicto*, editado por Ismael Saz e Aurora Bosch, 91–118. Colección Crónica. Valencia: Tirant Humanidades.
- Miranda, Francisco Pinto de. 1930. *Ginástica sueca e a técnica do Dr. Weiss de Oliveira*. [s.i]: [s.n.].
- Mogarro, Maria João. 2013. «Laicização e educação cívica em Portugal: percursos históricos e questões actuais». Em *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no séc. XX*, editado por Joaquim Pintassilgo, 155–77. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/12318>.
- Monteiro, Natividade. 2022. «As associações de mulheres fundadas durante a Primeira Guerra Mundial». Em *Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)*, editado por Anne Cova, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes, e Natividade Monteiro, 1ª edição, 127–74. Lisboa - Portugal: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Montero García, Feliciano, e Pere Fullana Puigserver. 2003. «Los modelos educativos juveniles del movimiento católico en España (1868-1968)». *Historia de la educación: Revista interuniversitaria*, n.º 22: 33–51.
- Morant i Ariño, Antonio. 2020. «Camisas azules, Blusas Verdes. Algunos apuntes iniciales sobre fascismo femenino en España y Brasil, 1932-1937». Em *De relatos e imágenes nacionales: las derechas españolas (siglos XIX-XX)*, editado por María Cruz Romeo Mateo, María Pilar Salomón Chéliz, e Nuria Tabanera, 1ª edición, 113–30. Estudios. Zaragoza, España: Prensas de la Universidad de Zaragoza.
- Moreira, Eduardo. 1936. *Portuguese East Africa : A Study of Its Religious Needs*. London & New York: World Dominion Press.
- Moreno Afonso, José António Martin. 2009. *Protestantismo e educação: História de um projecto pedagógico alternativo em Portugal na transição do séc. XIX*. Braga: Universidade do Minho-Instituto de Educação.
- Moreno-Luzón, Javier. 2020. «‘Seeds of Spain’: Scouting, Monarchy and National Construction, 1912–1931». *European History Quarterly* 50 (2): 226–47. <https://doi.org/10.1177/0265691420910944>.
- Mosse, George L. 1996. *The image of man: the creation of modern masculinity*. Studies in the history of sexuality. New York: Oxford University Press.
- Motilla Salas, Xavier. 2003. «L’Ateneu de Maó i l’educació No Formal Dels Joves: La Introducció de l’escoltisme a Menorca (1913-1920)». Em *Els Joves a l’època Contemporània (XXI Jornades d’Estudis Històrics Locals (Palma, 27-29 Novembre 2003))*, editado por Sebastià Serra e Bernat Sureda García, 267–86. Palma: Institut d’Estudis Balearics.
- . 2009. «Escoltisme, lleure i educació a Menorca (1913-1936)». *Educació i Història: Revista d’Història de l’Educació*, n.º 14: 127–54. <https://doi.org/10.2436/20.3009.01.47>.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. 2019. «O anticomunismo católico e a ditadura de 1937». Em *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*, editado por Leandro Pereira Gonçalves e Maria Inácia Rezola, 1ª edição, 27–55. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Moura, Maria Lúcia de Brito. 2006. «A Assistência aos combatentes na I Guerra Mundial - um conflito ideológico». Em *Revista Portuguesa de história*, editado por Maria Helena da Cruz Coelho, 38:41–75. Coimbra: Instituto de História Económica e Social - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- . 2010. *A «guerra religiosa» na Primeira República*. 2ª Ed. (Rev. e Aumentada). Estudos de história religiosa 8. Lisboa: Universidade Católica.
- Moyd, Michelle. 2017. «Gender and Violence». Em *Gender and Great War*, editado por Susan R. Grayzel e Tammy M. Proctor, 187–210. Oxford; New York: Oxford University Press.
- Mühlen, Patrick Von Zur. 2012. *Caminhos de fuga Espanha-Portugal: a emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*. Traduzido por Benedita Bettencourt. História contemporânea. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Nascimento, Adalson de Oliveira. 2004a. «Educação e civismo: movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930)». *Revista Brasileira de História da Educação* 4 (1 [7]): 43–73.
- . 2004b. «Sempre Alerta! O Movimento Escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil 1910–1945». Belo Horizonte (MG, Brasil): Universidade Federal de Minas Gerais.
- . 2009. «Movimento Escoteiro e cultura política nacionalista no Brasil na primeira metade do século XX». Em *Culturas políticas na história: novos estudos*, editado por Rodrigo Patto Sá Motta, 39–58. Coleção História 7. Belo Horizonte (MG, Brasil): Argumentum.
- Nascimento, Jorge Carvalho do. 2008. *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro (Brasil): Imago.
- Navarro, Bruno J. 2011. *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República*. Parlamento 38. Lisboa: Assembleia da República.
- Neto, António Lino. 2009. *António Lino Neto: intervenções parlamentares (1918-1926)*. Editado por António Matos Ferreira e João Miguel Almeida. 1a. edição. Coleção Parlamento 29. Lisboa: Edições Assembleia da República / Texto.
- . 2011. *António Lino Neto, perfil de uma intervenção pública: antologia de textos (1894-1940)*. Editado por João Miguel Almeida e Rita Mendonça Leite. História religiosa : fontes e subsídios 9. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- Neto, Maria Conceição. 2019. «Uma Igreja ambivalente: os católicos angolanos entre a “portugalidade” e a subversão da ordem colonial». Em *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*, editado por Leandro Pereira Gonçalves e Maria Inácia Rezola, 1a edição, 307–41. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Neto, Vítor. 1998. *O estado, a igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Coleção análise social. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Neumann, Matthias. 2019. *La Liga de las Juventudes Comunistas (Komsomol) y la transformación de la Unión Soviética (1917-1932)*. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones. <https://www.oapen.org/download?type=document&docid=1006683>.
- Neves, José. 2009. «Ler desportivamente Lenine? Para a História do Comunismo e do Desporto em Portugal». *Esporte e Sociedade*, IV, , n.º 11 (julho). <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/48293>.
- Ninhos, Cláudia. 2017. *Portugal e os nazis: histórias e segredos de uma aliança*. 1a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Noakes, Lucy. 2008. «‘Playing At Being Soldiers’?: British Women And Military Uniform In The First World War». Em *British Popular Culture and the First World War*, editado por Jessica Meyer, 123–45. Leiden: Brill. <https://doi.org/10.1163/ej.9789004166585.i-383.34>.

- Nobre, Antero. 1933. *O movimento escotista e o movimento desportivo : tese apresentada no 1º Congresso dos Clubes Desportivos*. Lisboa: Atelier Gráfico.
- Nóvoa, António. 1990. «Álvaro Viana de Lemos. Um pedagogo da “Educação Nova”». *Arunce. Revista de divulgação cultural*, n.º 3-4: 51-107.
- Oliveira, Eduardo Matos de. 2019. «O Movimento escoteiro e as relações internacionais: educação, cidadania e emancipação». Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Oliveira, Henrique Weiss de. 1929. *Corpo Nacional de Scouts. A força pela saúde: Curso elementar de Educação Física*. Covilhã: Tipografia «Notícias da Covilhã».
- . 1933. *A superioridade da técnica portuguesa sobre a técnica sueca da ginástica de formação educativa*. [s.i.]: [s.n.].
- Oliveira, Pedro Aires. 2000. *Armindo Monteiro: uma biografia política (1896-1955)*. Coleção Figuras de todos os tempos 2. Lisboa: Bertrand Editora.
- . 2007. *Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. 1. ed. Lisboa: Tinta-da-china.
- . 2011. «O Factor Colonial na Política Externa da Primeira República». Em *A Primera República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, editado por Filipe Ribeiro Meneses e Pedro Aires Oliveira, 1a edição, 299-332. Lisboa: Tinta da China.
- Ortega Aparicio, Pedro. 2006. «El nacimiento del escultismo en Palencia (1914-1919): los exploradores». *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 26: 261-82.
- Palhares, José Augusto. 2009. «A experiência cidadã em contextos educativos não-escolares : representações e práticas de jovens pertencentes ao escutismo». Em *Sociedades desiguais e paradigmas em confronto: livro de resumos*, editado por Manuel Carlos Silva, 3:1407-18. Braga: Universidade do Minho.
- Paroo, Alia. 2019. «Playing Politics with the Youth: Aga Khan III’s Use of Colonial Education and the Ismaili Girl Guide Movement in British Colonial Tanganyika, 1920-1940». *Journal of World History* 30 (4): 533-57. <https://doi.org/10.1353/jwh.2019.0073>.
- Parsons, Timothy. 2004. *Race, Resistance, and the Boy Scout Movement in British Colonial Africa*. Athens, Ohio: Ohio University Press.
- . 2009. «The Limits of Sisterhood: the evolution of the Girl Guide Movement in Colonial Kenya». Em *Scouting Frontiers: Youth and the Scout Movements First Century*, 143-57. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Payne, Stanley G. 2020. *¿Por qué la República perdió la guerra?* 4.^a ed. Barcelona: Espasa Libros.
- Pearce, F. G. 1918. *The Indian Boy Scouts, and How They Can Help Motherland and Empire*. 2nd ed. Indian Boy Scout Pamphlets ; No. 1. Madras: Commonweal Office.
- Pedrosa, David. 1998. *Um raide de 70 anos: região do Porto história do escutismo de uma cidade pioneira no movimento nacional*. Porto: Junta Regional do Corpo Nacional de Escutas.
- Peixoto, Fernando Aníbal Costa. 2018. *Diogo Cassels, 1844-1923: a praxis ao serviço da Fé*. 2a ed. Biografias. S.l.: Estratégias Criativas.
- Pereira, Joana Dias. 2020. *Associativismo livre: uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*. Fora de colecção. Coimbra: Almedina.

- Pérez Navarro, Camila. 2022. «La celebración de la Fiesta del Árbol en el sistema escolar y la dimensión emocional del discurso educativo sobre la naturaleza arbórea (Chile, 1902-ca. 1949)». Em *Infância, Juventude e Emoções na História da Educação*, editado por Heloísa Helena Pimenta Rocha e Pablo Toro-Blanco, 280–302. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço Editora.
- Perez, Rosa Maria. 2012. *O tulsi e a cruz: antropologia e colonialismo em Goa*. 1a. ed. Lisboa: Temas e Debates.
- Perneta, Helena Paula Freitas. 2014. «A Madeira e os alemães, 1917-1939: o discurso na imprensa madeirense». Tese de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal: Universidade da Madeira. <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/530>.
- Pfeifer, Ulrike. 2012. «La narrativa española pro-germana de la división azul: un panorama». *Anuari de filologia. Literatures contemporànies*, n.º 2: 101–8.
- Pignatelli, Marina. 2008. *Interioridades e exterioridades dos judeus de Lisboa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pimenta, Fernando Tavares. 2004. «Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975)». Em *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, A Questão Social no Novo Milénio*, 16–18. Coimbra. <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/FernandoPimenta.pdf>.
- . 2010. *Portugal e o século XX: estado-império e descolonização (1890-1975)*. Biblioteca das ciências sociais 32. Porto: Edições Afrontamento.
- Pimentel, Irene Flunser. 2001. «A questão escutista». Em *História das organizações femininas do Estado Novo*, 1a. ed, 206–8. Lisboa: Temas e Debates.
- . 2007. *Mocidade Portuguesa Feminina*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- . 2013. «Mocidade Portuguesa Feminina». Em *Feminae. Dicionário contemporâneo*, 733–40. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- . 2015. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: em fuga de Hitler e do Holocausto*.
- Pintassilgo, J., e C.M. Silva. 2015. «School military education and the construction of a national identity in Portugal in the passage from the 19th to the 20th century». *History of Education and Children's Literature* 10 (janeiro): 339–59.
- Pintassilgo, Joaquim. 1998. «Escutismo e Educação Cívica». Em *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*, 217–24. Colibri história 19. Lisboa: Colibri.
- . 2007. «A Revista de Educação Geral e Técnica no contexto do Portugal republicano. Debate sobre a educação moral e cívica». Em *História da educação pela imprensa*, editado por A. R. Schelbauer e J. C. S. Araújo, 129–54. Campinas: Alínea Editora. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4014>.
- . 2010. «O projecto educativo do republicanismo: o caso português numa perspectiva comparada». *Ler História*, n.º 59 (outubro): 183–203. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1381>.
- . 2011. «As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX. O exemplo da Academia de Estudos Livres». Em *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais. Portugal e Brasil, histórias conectadas*, editado por Marta Maria Carvalho e Joaquim Pintassilgo, 215–43. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- . 2012a. «Experiências republicanas e intervenções educativas (o exemplo da I República Portuguesa, 1910-1926)». Em *História e historiografia da educação ibero-americana: projetos, sujeitos e práticas*, editado por Cláudia Alves e Ana Chystina Mignot, 105–22. Rio de Janeiro: Quartet Editora.
- . 2012b. «Reformismo Republicano e Inovação Pedagógica: A Difusão do “Ensino Intuitivo”». Em *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*, editado por Áurea Adão, Carlos Manique da Silva, e Joaquim Pintassilgo, 81–95. Encontros de Educação. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- . 2013. «Instrução Militar Preparatória». Em *Dicionário de história da I República e do Republicanismo*, editado por Ana Paula Pires, 2:473–74. Parlamento 50. Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições.
- . 2014. «Instrução Militar Preparatória». *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* 2: 473–74.
- Pintassilgo, Joaquim, e Rui Afonso da Costa. 2018. «Morte e pedagogia cívica no contexto republicano português: os funerais dos “grandes mortos” nas primeiras décadas do Século XX». *Cadernos de História da Educação* 17 (1): 198. <https://doi.org/10.14393/che-v17n1-2018-12>.
- Pintassilgo, Joaquim, e Ana Clara B. Nery. 2007. «As práticas educativas do escutismo numa perspectiva comparada. O debate no campo pedagógico, em Portugal e no Brasil, nos anos 10 e 20 do século XX». Em *VIII Congreso Iberoamericano de Hist. Educación Latinoamericana - Contactos, cruces y luchas en la Historia de la Educación Latinoamericana*. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4035>.
- Pinto, António Costa. 1994. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Histórias de Portugal 6. Lisboa: Editorial Estampa.
- . 2015. *Os Camisas Azuis e Salazar: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. História narrativa 44. Lisboa: Edições 70.
- Pinto, António Costa, e Nuno Afonso Ribeiro. 1980. *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*. Cadernos história crítica 1. Lisboa: História Crítica.
- Pio XI. 1929. *Carta encíclica Divini Illius Magistri de Sua Santidade Papa Pio XI aos Patriarcas, Primazes, Arcebispos, Bispos e outros ordinários em paz e comunhão com Santa Sé Apostólica e a todos os fiéis do orbe católico acerca da educação cristã da juventude*. https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html.
- Pires, António de Azevedo. 1956. *Desporto cristão*. Gouveia: s.n.
- Ponzio, Alessio. 2015. *Shaping the New Man: Youth Training Regimes in Fascist Italy and Nazi Germany*. George L. Mosse Series in Modern European Cultural and Intellectual History. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2015.
- Pradhan, Toral. 2013. «A Brief History of the Khoja Ismaili Community in Daman, India, from the Portuguese Period to the Present». *Simerg - Insights from Around the World* (blog). 5 de outubro de 2013. <https://simerg.com/literary-readings/a-brief-history-of-the-khoja-ismaili-community-in-daman-india-from-the-portuguese-period-to-the-present/>.
- Pranzini, Vittorio, e Nicolò Pranzini. 2007. *Dizionario scout illustrato: il grande gioco in novecento vocaboli*. Roma: Fiordaliso.

- Preston, Paul. 2006. *La guerra civil española*. 1. ed. en esta colección. Debate Historias. Barcelona: Debate.
- Proctor, Tammy M. 2000. «“A Separate Path”: Scouting and Guiding in Interwar South Africa». *Comparative Studies in Society and History* 42 (3): 605–31. <https://doi.org/10.1017/S0010417500002954>.
- . 2002. «Scouts, Guides, and the Fashioning of Empire, 1919-39 - Tammy M. Proctor». Em *Fashioning the Body Politic*, editado por Wendy Parkins. Berg Publishers. <https://doi.org/10.2752/9781847888723/FASHBODPOL0010>.
- . 2017. «Gender and Age». Em *Gender and Great War*, editado por Susan R. Grayzel e Tammy M. Proctor, 115–32. Oxford ; New York: Oxford University Press.
- Quaresma, Diana Sofia Ribeiro. 2015. «A influência da motivação no bem-estar dos voluntários do CNE». Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11678>.
- Queiroz, Maria Inês. 2008. «A mocidade portuguesa na “Era dos Fascismos”: o enquadramento da juventude no “Estado novo” (1936-1945)». Tese mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Século XX), Lisboa: FCSH-Universidade Nova de Lisboa.
- . 2015. «A Companhia Portuguesa Rádio Marconi na Rede Mundial de Comunicações (1906-1936)». Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/18624>.
- Raj, Kumar Manindra Chandra Sinha of Paikpara. 1918. *Boy-Scouting for Indians*. Bulletin of the Social Study Society of Calcutta 27. Calcutta: Central Press.
- Ramos do Ó, Jorge. 1999. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política do Espírito» 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. 1a. ed. Histórias de Portugal 45. Lisboa: Editorial Estampa.
- . 2003. «Escoteiros e Instrução Militar Preparatória». Em *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX - meados do século XX)*, 584–89. Coleção Educa - Ciências Sociais. Lisboa: Educa.
- Ramos, Rui. 2011. «Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial». Em *A Primeira República Portuguesa: diplomacia, guerra e império*, editado por Filipe Ribeiro De Meneses e Pedro Aires Oliveira, 1a edição, 81–109. Lisboa: Tinta da China.
- . 2017. «Fátima: 100 anos de uma história mal contada». Observador. 12 de outubro de 2017. <https://observador.pt/especiais/fatima-100-anos-de-uma-historia-mal-contada/>.
- Rankin, Carol. 1998. «Canon, Communications and Cork. An Account of the Pope Family in Portugal». Em *The British Historical Society of Portugal: Twenty Fifth Annual Report and Review 1998*, 41–56. Parede: British Historical Society.
- Reis, Bruno Cardoso. 2006. *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2011. «A Primeira República e o Vaticano (1910-1926): a sombra inglesa e o peso do império». Em *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, editado por Filipe Ribeiro Meneses e Pedro Aires Oliveira, 141–78. Lisboa: Edições Tinta-da-china.
- Reis, Célia. 1990. *A revolta da Madeira e Açores (1931)*. Coleção Horizonte histórico 24. Lisboa: Livros Horizonte.

- . 2007. *O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República Portuguesa*. Horizonte histórico. Lisboa: Livros Horizonte.
- Reis, João Vasco. 2007. *Corpo Nacional de Escutas: uma história de factos subsídios*. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português.
- . 2013. *O sonho comandou a vida: história do escutismo na Região de Lisboa*. São Domingos de Rana: In.spirit.
- Renk, Valquíria Elita. 2014. «O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná». *Acta Scientiarum. Education* 36 (2): 223. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v36i2.19580>.
- Rezola, Maria Inácia. 1999. *O sindicalismo católico no Estado Novo (1931-1948)*. Histórias de Portugal 42. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ribeiro, Cláudia Pinto. 2014. «Os “maluquinhos” de Arroios... A reeducação dos mutilados da Guerra no Instituto de Arroios (1916/1923)». *Revista Portuguesa de História*, n.º 45: 69–94. https://doi.org/10.14195/0870-4147_45_4.
- Ribeiro, Eduardo. 1982. *História dos Escoteiros de Portugal*. Lisboa: Aliança Nacional das ACM de Portugal.
- Riemann, Jasper. 2023. «The World Camp of Jewish Scouts in Colleville-Sur-Orne, France, in August 1931». Masterarbeit, Berlin: Humboldt-Universität. <https://edoc.hu-berlin.de/handle/18452/26519>.
- Rocha, Maria Cristina Tavares Teles da, e Manuela Ferreira. 2006. *As mulheres e a cidadania: as mulheres e o trabalho na esfera pública e na esfera doméstica*. A mulher e a sociedade. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rocha, Paulo. 2010. «Evangelização pela comunicação social». Em *Os leigos e a responsabilidade na Igreja: actas das XVII Jornadas de Direito Canónico, 23-25 de abril de 2009*, editado por Manuel Saturnino da Costa Gomes, 153–64. Lusitania canonica 15. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Rodrigues, Domingos. 1990. *Abel Varzim: apóstolo português da justiça social*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Rodrigues, Jacinto, e Rosa Oliveira. 2013. *Padre Himalaya: antologia com textos inéditos*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.
- Rodrigues, Luís Nuno. 1996. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo, 1936-1944*. Histórias de Portugal 23. Lisboa: Editorial Estampa.
- . 2019. *Portugal, uma retrospectiva: 1936*. Editado por Rui Tavares. 1a ed. Portugal, uma retrospectiva 5. Lisboa: Público Tinta-da-China.
- Rodrigues, Manuel Augusto, ed. 1992. *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Arquivo da Universidade.
- Rodríguez Lago, José Ramón. 2012. *La Iglesia Católica en Galicia, 1910-1936. Entre la revolución de Portugal y la cruzada de España*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.
- . 2017. «Las Redes Católicas Entre España y Los Estados Unidos de América (1939-1957)». Em *North America and Spain: Transversal Perspectives = Norteamérica y España: Perspectivas Transversales*, editado por Julio Cañero Serrano, 228–41. Cultural Studies. New York: Escribana Books.

- Roig Rodríguez, Maria Antònia. 2003. «Un exemple d'associacionisme juvenil civicopolític: la “juventud cívica” de Palma (1914-1918)». *Educació i història: Revista d'història de l'educació* Associacionisme juvenil, socialització i educació al segle XX (6): 125–36.
- Romeo Mateo, María Cruz. 2021. «A New Priest for a New Society? The Masculinity of the Priesthood in Liberal Spain». *Journal of Religious History* 45 (4): 540–58. <https://doi.org/10.1111/1467-9809.12799>.
- Rosa, Catarina. 2009. «Baden Powell em Portugal. A Visita de 1929». Pedras - História. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português. <https://www.calameo.com/books/000519089b0da56526f7d>.
- Rosa, Elzira Dantas Machado. 2013. «Cruzada das Mulheres Portuguesas». Em *Feminae: dicionário contemporâneo*, editado por João Esteves e Zília Maria Osório de Castro, 1ª ed, 213–15. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Rosa, Maria de Lurdes, Inês Correia, Pedro do Carmo Costa, e Luís Cabral de Oliveira. 2012. «Arquivos de família em Goa: que passado, que presente, e... que futuro?» Em *Goa: passado e presente*, editado por Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, 2:455–73. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Centro de História de Além Mar.
- Rosas, Fernando. 2010. *Lisboa revolucionária: 1908 - 1975*. 1ª Ed. Lisboa: Tinta-da-China.
- . 2012. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. 1ª edição. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Rossa, Walter. 2020. «A capitalidade de Goa: expressão urbanística do mito e da legitimação colonial». Em *Os Portugueses e a Ásia marítima: trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI-XVIII)*, editado por Vítor Gaspar Rodrigues e Ana Paula Avelar, 301–27. Lisboa: Academia de Marinha.
- Ruiz, Julius. 2012. *El terror rojo Madrid, 1936*. Barcelona: Espasa Libros.
- Sahrakorpi, Tiia. 2020. «Memory, Family, and the Self in Hitler Youth Generation Narratives». *Journal of Family History* 45 (1): 88–108. <https://doi.org/10.1177/0363199019880254>.
- Salgado, Benjamim. 1948. *Radiosa floração ou 25 anos sob o signo da flor de lis, em prol da juventude e ao serviço de Deus em Portugal*. Braga: Corpo Nacional de Escutas.
- Salinas, Jorge Ramón, e Carmen M. Zavala Arnal. 2017. «Expresión musical y corporal en los batallones escolares a finales del siglo XIX: el batallón infantil de Huesca (1902-1905)». *Cabás: Revista del Centro de Recursos, Interpretación y Estudios en materia educativa (CRIEME) de la Consejería de Educación, Cultura y Deporte del Gobierno de Cantabria (España) [en línea]*, junho de 2017.
- Santos, Adelaide. 2014. *Manual de cerimónias*. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal.
- Santos, Beatriz Catão Cruz. 2015. «A procissão de Corpus Christi e os ourives. Lisboa e Porto, séculos XVII e XVIII». *Lusitania Sacra* 32: 241–63. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2015.5503>.
- Santos, Luís Aguiar. 2000. «Protestantismo e escutismo». Em *História religiosa de Portugal*, editado por Carlos A. Moreira Azevedo, 3: Religião e secularização:455–56. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, Maria Isabel Rodrigues dos. 2022. «Marie-Thérèse Cécile Lévêque e o Instituto de Serviço Social (1935-1946): história e memória». doctoralThesis, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/37776>.
- Saraiva, Alberto Pinto. 1977. *Auto biografia Coruja Negra*. S/N. Porto: S/N.

- Sardica, José Miguel. 2004. «A recepção da Doutrina Social de Leão XIII em Portugal». *Lusitania Sacra*, 2^a, 16: 367–83. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2004.7080>.
- Savard, Pierre. 1999. «Une jeunesse et son Église: les scouts-routiers: De la Crise à la Révolution tranquille». *Les Cahiers des dix*, n.º 53: 117–65. <https://doi.org/10.7202/1012961ar>.
- Scharagrodsky, Pablo Ariel. 2009. «En el nombre del Padre, del Hijo y del Espíritu Gimnástico: prácticas corporales, masculinidades y religiosidad en los Exploradores de Don Bosco en la Argentina de principios de siglo XX». *Educar em Revista*, n.º 33: 57–74. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100005>.
- . 2021. «Entre la escuela cuartel y la escuela republicana. El caso de la Educación Física Argentina, fines del siglo XIX y principios del XX». *Revista Universitaria de Historia Militar* 10 (21): 19–50.
- Schwarz, Reinhard. 2006. *Os Alemães em Portugal, 1933-1945. A colónia alemã através das suas instituições*. Porto: Antília.
- Serapiglia, Daniele. 2019a. «L’Uomo Nuovo: Sport e corporativismo tra fascismo e cattolicesimo italiano nell’Estado Novo portoghese tra le due guerre». *Hispania Nova*, n.º 17: 235–69. <https://doi.org/10.20318/hn.2019.4522>.
- . 2019b. «Fé e Futebol. Muscular Catholicism between Italy and Portugal in the European Context (1922-1958)». *Lusotopie. Recherches Politiques Internationales Sur Les Espaces Issus de l’histoire et de La Colonisation Portugaises* 18 (1): 66–94.
- Serra, João B. 2009. «O assalto ao poder». Em *História da Primeira República Portuguesa*, editado por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, 55–60. Lisboa: Edições Tinta da China.
- . 2011. «A evolução política (1910-1917)». Em *História da Primeira República Portuguesa*, editado por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, 2^a Ed., 93–128. Lisboa: Edições Tinta-da-china.
- Setran, David P. 2010. «Developing the “Christian Gentleman”: The Medieval Impulse in Protestant Ministry to Adolescent Boys, 1890–1920». *Religion and American Culture: A Journal of Interpretation* 20 (2): 165–204. <https://doi.org/10.1525/rac.2010.20.2.165>.
- Sevin, Jacques. 2011. *O escutismo: estudos dos documentos e sua aplicação*. Editado por João Costa. Traduzido por Maria do Rosário Pernas. Prior Velho: Paulinas.
- Shaefer, Ansgar. 2014. *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão (1933-1940)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0708-5>.
- Shils, Edward. 1992. *Centro e periferia*. Memória e sociedade. Lisboa: Difel.
- Silva, Carlos Manique da. 2021. «Os batalhões escolares do município de Lisboa: organização e práticas rituais (década de 1880)». *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 15 (junho): 51–61.
- Silva, Manuel Ferreira da, ed. 1987. *D. José de Lencastre. Um condestável da bondade. O cireneu de um anjo*. Braga: Gráfica de S. Vicente.
- Silva, Teresa Cruz e. 2001. *Protestant churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique, 1930-1974*. Basel, Switzerland: P. Schlettwein Pub.
- Simpson, Duncan A. H. 2014. *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lugar da história 84. Lisboa, Portugal: Edições 70.

- Smith, Michelle J. 2011. «Be(Ing) Prepared: Girl Guides, Colonial Life, and National Strength». Em *Empire in British Girls' Literature and Culture*, 133–58. London: Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9780230308121_6.
- Solà i Gussinyer, Pere. 1987. «Associacionisme i condició juvenil. Una reflexió sobre el cas escolta». Em *La joventut a Catalunya al segle XX [vint]: materials per a una història*, editado por Enric Ucelay da Cal, I-Perspectives d'un fet diferencial:316–39. Barcelona: Diputació.
- Sorrentino, Domenico. 1997. *Storia dello scautismo nel mondo: fatti, protagonisti, avventure, 1907-1957*. Roma: Nuova Fiordaliso.
- Souto, Amélia Neves de. 2007. *Caetano e o ocaso do «Império»: administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Biblioteca das ciências sociais História 28. Porto: Ed. Afrontamento.
- Souto Kustrín, Sandra. 2004. «“El mundo ha llegado a ser consciente de su juventud como nunca antes”: Juventud y movilización política en la Europa de entreguerras». *Mélanges de la Casa de Velázquez*, n.º 34–1 (abril): 179–215. <https://doi.org/10.4000/mcv.1190>.
- . 2005. «Entre el Parlamento y la calle: políticas gubernamentales y organizaciones juveniles en la Segunda República». *Ayer Juventud y política en la España contemporánea* (59): 97–122.
- . 2013. *Paso a la juventud. Movilización democrática, estalinismo y revolución en la República Española*. (Història / Universitat de València). Valencia: Publicacions de la Universitat de València.
- Stoler, Ann Laura. 2002. «Colonial Archives and the Arts of Governance». *Archival Science* 2 (1–2): 87–109. <https://doi.org/10.1007/BF02435632>.
- Sugarman, Martin. 2007. «Hagedud Ha-Sini: The Jewish Company of the Shanghai Volunteer Corps, 1932-42». *Jewish Historical Studies* 41: 183–208.
- Tamagnini Barbosa, Raul. 1921. *Notas de um voluntário civil nas Margens do Vouga: para a história da Traulitania*. Porto: Tipografia «A Tribuna».
- Tejedor Mardomingo, María, e José María Hernández Díaz. 2010. «El escultismo en Castilla y León (1970- 1983). Un movimiento de juventud para la socialización y la educación en el tiempo libre». *Historia de la Educación* 22 (0). <http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/6764>.
- Telo, António José. 1990. *Propaganda e guerra secreta em Portugal: 1939-45*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- . 2014. «Um enquadramento global para uma guerra global». *Nação e Defesa*. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/22979>.
- Tessadori, Pietro. 2014. «O homem novo do fascismo italiano e do Estado Novo português». Tese de Doutoramento, Lisboa: PIUDHist - Programa Interuniversitário de Doutoramento em História.
- Thériault, Raphaël. 2001. «La christianisation d'une méthode: la formation religieuse des scouts du Petit Séminaire de Québec, 1933-1970». *Études d'histoire religieuse* 67: 239. <https://doi.org/10.7202/1006777ar>.
- Thomé, Nilson. 2006. «Movimento Escoteiro: projeto educativo extra-escolar». *Revista HISTEDBR On-line*, n.º 23 (setembro): 171–94.

- Tillman, Margaret Mih. 2015. «Engendering Children of the Resistance: Models of Gender and Scouting in China, 1919–1937». *Cross-Currents: East Asian History and Culture Review* 4 (1): 364–404. <https://doi.org/10.1353/ach.2015.0025>.
- Tilman, Samuel. 1998. «Le scoutisme au Congo belge (1922-1960): une école de l'élite pour les indigènes.» *Belgisch Tijdschrift voor Nieuwste Geschiedenis* 3–4: 363–404.
- Tolleneer, Jan. 1998. «The Belgian Catholic Gymnastic Movement in Its International Context, 1908–1940». Em *Sport and International Politics*, editado por Pierre Arnaud e James Riordan, 171–83. London ; New York: E & FN Spon.
- Torgal, Luís Reis. 2009. *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. 2.a ed. revista. Vol. 1. 2 vols. História contemporânea. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Torre Gómez, Hipólito de la. 2002. *El imperio del rey Afonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*. Estudios portugueses 20. Mérida: Junta de Extremadura.
- Torreadella-Flix, Xavier. 2015. «Los Batallones Infantiles en la Educación Física española (1890-1931)». *ODEP. Revista Observatorio del Deporte*, 32–70.
- Trepanier, James Daniel. 2015. «Building Boys, Building Canada: The Boy Scout Movement in Canada, 1908-1970». Dissertation for the degree of doctor of philosophy, Toronto: York University. <https://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/handle/10315/30069>.
- Trindade, Luís. 2008. *O estranho caso do nacionalismo português: o salazarismo entre a literatura e a política*. Memórias. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.
- Vakil, AbdoolKarim, Fernando Amaro Monteiro, e Mário Artur Machaqueiro. 2011. *Moçambique: memória falada do Islão e da guerra*. Lisboa: Almedina.
- Vallory, Eduard. 2009. «Status Quo Keeper or Social Change Promoter? The double side of World Scouting's Citizenship Education». Em *Scouting Frontiers: Youth and the Scout Movements First Century*, 207–22. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Vaquinhas, Irene Maria. 1992. «O conceito de “decadência fisiológica da raça” e o desenvolvimento do desporto em Portugal (finais do séc. XIX/princípios do séc. XX)». *Revista de História das Ideias* 14 (14): 365–88. https://doi.org/10.14195/2183-8925_14_16.
- Varsaftig, Nadia. 2014. «Para ver, para vender: o papel da imagem fotográfica nas exposições coloniais portuguesas (1929-1940)». Em *O império da visão: a fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, editado por Filipa Lowndes Vicente, 343–52. Extra-colecção. Lisboa: Edições 70.
- Varzim, Abel. 2000. *Abel Varzim: entre o ideal e o possível (antologia de textos)*. Palavra e testemunho 3. Lisboa: Multinova.
- Vasconcellos, A. Faria de. 1915. *Uma escola nova na Bélgica*. Traduzido por Carlos Meireles-Coelho, Ana Cotovio, e Lúcia Ferreira. 1.ª edição comemorativa do centenário em 2015. Aveiro: UA Editora, Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/14513>.
- . 1928. «O que é e o que deve ser a educação física.» Em , 16. Lisboa: Papelaria Maia.
- Vellani, Shams. 2020. *People of Faith: Essays on a Historical and Contemporary Profile of the Ismailis*. London, London: I.B. Tauris; Bloomsbury Publishing Plc; The Institute of Ismaili Studies.

- Vicente, Ana. 2013. «Segunda Guerra Mundial: mulheres inglesas residentes em Portugal». Em *Feminae. Dicionário contemporâneo*, 852–54. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Vicente, Ana Cláudia. 2004a. «A introdução do escutismo em Portugal». *Lusitania Sacra*, n.º 16: 203–45. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2004.7073>.
- . 2004b. «A introdução do Escutismo em Portugal». *Lusitania Sacra* 16: 203–45. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2004.7073>.
- Vicente, Filipa Lowndes. 2012. «Género e colonialismo: a escrita feminina sobre a Índia colonial portuguesa e britânica». Em *O império colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, editado por Miguel Bandeira Jerónimo, 487–514. História e sociedade. Lisboa: Edições 70.
- Vidal, Alexandra, José António Afonso, e António Manuel S. P. Silva. 2023. «Contributo para o estudo da sociabilidade protestante no Portugal contemporâneo: as Ligas de Esforço Cristão». *Lusitania Sacra* n. 46 (janeiro): 15–33. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2022.11801>.
- Vieira, Samuel Mendes, e Leandro Pereira Gonçalves. 2010. «“Plínio, com que roupa eu vou?!”: as roupas como elemento unificador da ação integralista brasileira». *CES Revista* 24 (1): 187–200.
- Vilaça, Helena, e Maria João Oliveira. 2019. *A Religião no Espaço Público Português*. 1a edição. Coleção Estudos de religião. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vongsathorn, Kathleen. 2015. «Teaching, Learning and Adapting Emotions in Uganda’s Child Leprosy Settlement, c. 1930–1962». Em *Childhood, Youth and Emotions in Modern History: National, Colonial and Global Perspectives*, editado por Stephanie Olsen, 56–75. Palgrave Studies in the History of Emotions. Basingstoke New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Watanabe, Chiaki. 1995. «La Juventud Católica Española. Orígenes y primer desarrollo». *Espacio, Tiempo y Forma*, H. Contemporánea, , n.º 8: 131–39.
- Watenpugh, Keith David. 2009. «Scouting in the Interwar Arab Middle East: Youth, Colonialism and the problems of Middle-class Modernity». Em *Scouting Frontiers: Youth and the Scout Movements First Century*, editado por Nelson R. Block e Tammy M. Proctor, 89–105. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Watt, Carey. 1999. «The Promise of ‘Character’ and the Spectre of Sedition: The Boy Scout Movement and Colonial Consternation in India, 1908–1921». *South Asia: Journal of South Asian Studies* 22 (2): 37–62. <https://doi.org/10.1080/00856409908723365>.
- . 2009. «“No Showy Muscles”: The Boy Scouts and the Global dimensions of Physical culture and bodily health in Britain and Colonial India». Em *Scouting frontiers: youth and the scout movement’s first century*, editado por Tammy M. Proctor e Nelson R. Block, 121–42. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Pub.
- Wittemans, Sophie. 2009. «The double concept of Citizen and Subject at the heart of Guiding and Scouting». Em *Scouting Frontiers: Youth and the Scout Movements First Century*, 56–73. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Wu, Jialin Christina. 2014. «‘A Life of Make-Believe’: Being Boy Scouts and ‘Playing Indian’ in British Malaya (1910-42)». *Gender & History* 26 (3 (Special Issue: Gender, Imperialism and Global Exchanges)): 589–619. <https://doi.org/10.1111/1468-0424.12090>.
- Zorro, António Maria. 1973. *Chama inquieta*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Zuquim, Judith, e Roney Cytrynowicz. 2002. «Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914- 1937)». *Educação em Revista [online]*, n.º 35: 43–58.